

ANAIIS
ISSN 1982-3770

**XVIII JORNADA
DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA**

**XIII MOSTRA
DE EXTENSÃO**

**INOVAÇÃO
A SERVIÇO
DA EDUCAÇÃO**



BRUSQUE - SC - BRASIL



fapesc

Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina



APRESENTAÇÃO

O Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão teve início em 2002, com a I Jornada de Iniciação Científica. Na época, foram aprovados 30 trabalhos.

Com o tema Inovação à serviço da Educação, o ENPEX tem a pretensão de tornar a jornada acadêmica mais interessante, sem deixar de atender as necessidades da região. Este evento, tem relação direta com o objetivo 4 da Organização de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que visa assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, além de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, para todos.

A UNIFEBE considera que é a partir de ensino de qualidade, vinculado às ações de extensão e em novos questionamentos na pesquisa, que podemos contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade local e regional. Entendemos que a extensão deve ser um espaço de troca, em que a instituição intervém, e é redimensionada pelas questões levantadas pela comunidade.

O ENPEX 2019, teve submissão de, aproximadamente, 330 trabalhos, na forma de artigo ou banner digital. São 10 vezes mais que o primeiro evento. Atingimos mais de 2000 pessoas, entre professores, acadêmicos e comunidade. Devido à importância e grande proporção, fomos aprovados na chamada PROEVENTOS da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina, que contribuiu para que o evento deste ano acontecesse.

PROGRAMAÇÃO

09/12 - Apresentações dos Projetos de Extensão

10/12 – Apresentação dos trabalhos aprovados no Evento

12/12 - Solenidade de menção honrosa e Cantata de Natal

ORGANIZAÇÃO

Profª. Edineia Pereira da Silva Beta

Profª. Sidnei Gripa

Profª. Rafaela Bohaczuk Venturelli Knop

Profª. Luana Franciele Fernandes Alves

Sumário

ARTIGOS CIENTÍFICOS	13
ADMINISTRAÇÃO	14
MARKETING DE RELACIONAMENTO: UM ESTUDO DE CASO DE UMA EMPRESA DE SORVETES.....	15
O ENSINO SUPERIOR NO PARAGUAI E OS RANKINGS DE CLASSIFICAÇÃO	30
A EVOLUÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO: SUA CONQUISTA POR IGUALDADE.....	50
PARTICIPAÇÃO DOS DISCENTES NO PROCESSO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	67
INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO SOCIAL: UM LEVANTAMENTO NAS MELHORES ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DO BRASIL	86
A EVOLUÇÃO DO MARKETING: UMA PESQUISA SOBRE O NIVELAMENTO DO MARKETING EM UMA EMPRESA VAREJISTA	105
ARQUITETURA E URBANISMO	124
OS JARDINS DA VILLA GOUCKY: LEVANTAMENTO PAISAGÍSTICO DA CASA CÔNSUL CARLOS RENAUX	125
ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE TERMINAIS DE INTEGRAÇÃO PARA O SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO EM BRUSQUE	137
DIREITO.....	159
O ABORTO SOB A ÓTICA DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	160
GARANTIA DE TRABALHO AO ESTRANGEIRO NA CIDADE DE BRUSQUE-SC COMO UM DIREITO HUMANO E FUNDAMENTAL.....	187
EDUCAÇÃO FÍSICA.....	209
CRENÇAS DE UMA PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE A PRÁTICA DOCENTE: UM ESTUDO LONGITUDINAL.....	210
AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE APTIDÃO FÍSICA E COMPOSIÇÃO CORPORAL DE ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL E PRIVADA DE BRUSQUE/SC	229
EVASÃO E ABANDONO ESCOLAR: UM ESTUDO PROPOSITIVO PARA SISTEMATIZAR POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO	242
ENGENHARIA CIVIL.....	263

ANÁLISE E EXECUÇÃO DE LAUDO TÉCNICO DOS EDIFÍCIOS HISTÓRICOS E QUE COMPÕE O PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE BRUSQUE/SC	264
DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL DE UM TIPO DE GEOPOLÍMERO POR MEIO DE ATIVAÇÃO ALCALINA DE CINZA DE BIOMASSA	287
ENGENHARIA MECÂNICA	298
PROJETO MECÂNICO DE UMA FRESADORA COM MOVIMENTO ORBITAL.....	299
PEDAGOGIA	311
ESCOLA E CONSELHO TUTELAR: UMA PARCERIA POSSÍVEL?.....	312
ANÁLISE DO DISCURSO: A MODERNIDADE x PÓS-MODERNIDADE NA EDUCAÇÃO COMPARADA.....	331
ALFABETIZAÇÃO: COMO AVALIAR O PROCESSO?.....	344
DESPERTANDO A CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA DOS MORADORES DE NOVA COLINA.....	360
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: UM ALINHAMENTO ENTRE AS PRÁTICAS E O AMPARO LEGAL	374
ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO ENSINO SUPERIOR: OLHARES E SENTIDOS EM MEIO AS PRÁTICAS DOCENTES	386
ABORDAGENS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE MUCAJÁ/RR	399
ANÁLISE DA METODOLOGIA UTILIZADA PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO COM PROFESSORES E ALUNOS DA ESCOLA X.....	410
EDUCAÇÃO, AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: AS CONCEPÇÕES HISTÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS DA SOCIEDADE RORAIMENSE. ANALISANDO AS OPINIÕES DE PROFESSORES E REPRESENTANTES DE COMUNIDADES INDÍGENAS	435
CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM USANDO COMO FERRAMENTA AS TRILHAS TEMÁTICAS	452
PESQUISA E O LÚDICO COMO POSSIBILIDADE DE APRENDIZAGEM	470
OS INDÍGENAS DA COMUNIDADE MALACACHETA E AS SUAS PERCEPÇÕES EM RELAÇÃO AO AMBIENTE	484
CONCEPÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE BOA VISTA-RR SOBRE PESQUISA CIENTÍFICA E ENSINO DE CIÊNCIAS NAS SÉRIES INICIAIS	507
LITERATURA INFANTOJUVENIL: UMA FERRAMENTA PARA O ALFABELETRAR	515
O JOGO SIMBÓLICO E O CAMPO DE EXPERIÊNCIA DA BNCC - O EU, O OUTRO E NÓS: UMA PROPOSTA PARA O TRABALHO COM AS CRIANÇAS PEQUENAS.....	537
HISTÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL E OUTROS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL	563
PSICOLOGIA	577
ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL COM ADOLESCENTES DE ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO	578
INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA: POLÍTICAS PÚBLICAS E ATUAÇÃO EM ESCOLAS.....	590

SIGNIFICADOS PRESENTES NO ENTENDIMENTO DO CÂNCER DE MAMA COM PACIENTES EM TRATAMENTO	607
O CONSTRUTO TRABALHO: A RELEVÂNCIA DO PROCESSO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL	625
AVALIAÇÃO DE PRESENÇA DE COMPORTAMENTOS INERENTES AO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) EM CRIANÇAS DE 2 A 3,5 ANOS	645
O EXERCÍCIO DA PARENTALIDADE: DENÚNCIAS DE AGRESSÃO CONTRA CRIANÇAS EM UMA DELEGACIA ESPECIALIZADA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE, À MULHER E AO IDOSO.	661
POSTERES	674
ADMINISTRAÇÃO	675
DESENVOLVIMENTO DE UMA CABINE PARA CORTES DE CABELO E BARBA.....	676
NICHOS DE MERCADO: CRIAÇÃO DE NOVAS OPORTUNIDADES.....	677
PRODUTOS TURÍSTICOS EM BRUSQUE E GUABIRUBA/SC COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.....	678
PROPOSTA DE UM PROJETO DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL PARA UM HOSPITAL GERAL.....	679
OS CASOS DE FEMINICÍDIO NO ESTADO DE SANTA CATARINA SOB A LUZ DAS RELAÇÕES DE PODER ENTRE OS GÊNEROS.....	680
LOCALIZAÇÃO DO CD PARA ABASTECIMENTO DE REGIÕES ESPECÍFICAS	681
PROPOSTA DE UM PROJETO DE SUSTENTABILIDADE PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE JOINVILLE - SC	682
DISTRIBUIÇÃO DE SOJA EM SOLO EUROPEU	683
ANÁLISE DA CADEIA DE SUPRIMENTOS E A CAPACIDADE DE INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL	684
ARQUITETURA E URBANISMO	685
ANÁLISE DE CONFORTO LUMÍNICO – BIBLIOTECA.....	686
ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE ILUMINAÇÃO NATURAL E ARTIFICIAL DA SALA DE BIBLIOTECA DE UMA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL	687
CONDICIONAMENTO ACÚSTICO: PARÂMETROS PARA O PROJETO DE UM AUDITÓRIO ..	688
PROJETO DE UM AUDITÓRIO: ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS E CÁLCULOS DE REVERBERAÇÃO	689
O CONDICIONAMENTO ACÚSTICO COMO CRITÉRIO PRINCIPAL PARA CONCEPÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA	690
A ANÁLISE SINTÁTICA COMO PARÂMETRO DE DIAGNÓSTICO URBANÍSTICO DA CIDADE DE ITAJAÍ-SC	691
A UTILIZAÇÃO DO MAPA CARTOGRÁFICO NO DIAGNÓSTICO AMBIENTAL E DA PAISAGEM URBANA.....	692
MAPA CARTOGRÁFICO E O REGISTRO PARTICIPATIVO DAS AVALIAÇÕES DA PAISAGEM AMBIENTAL URBANA.....	693

MAPA CARTOGRÁFICO: O CASO DA PRAÇA SESQUICENTENÁRIO EM BRUSQUE.....	694
ESPAÇO URBANO E CRIMINALIDADE: UMA ANÁLISE DA APROPRIAÇÃO SOCIAL NOS LUGARES PÚBLICOS DA CIDADE DE BRUSQUE.....	695
GEOLOGIA AMBIENTAL APLICADA EM PROJETOS ARQUITETÔNICOS	696
RELAÇÕES ENTRE O URBANO E RURAL: ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA O PLANEJAMENTO DE CIDADES DE PEQUENO PORTE.....	697
A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO: O CASO DA VILA QUISISANA	698
INFLUÊNCIA DA GEOMETRIA DE AMBIENTES NO COMPORTAMENTO SONORO	699
AS TRANSFORMAÇÕES MORFOLÓGICAS DA CIDADE DE BRUSQUE E SUAS IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO DE CENTRALIDADES URBANAS.....	700
UNIVERSIDADE PARA TODOS: DIRETRIZES PARA UMA UNIVERSIDADE ABERTA.....	701
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	702
ESTUDO DE CASO DA VIABILIDADE DA FABRICAÇÃO DA MATÉRIA PRIMA PARA USO PRÓPRIO COMO FORMA DE REDUÇÃO DE CUSTOS.....	703
ESTUDO BIBLIOMÉTRICO SOBRE OS TEMAS PESQUISADOS NOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS.....	704
APURAÇÃO DE CUSTO PARA EMPRESA CERAMISTA E SEU REFLEXO NO PREÇO DE VENDA	705
FORMAÇÃO DE PREÇO DE VENDA EM UMA EMPRESA RAMO TÊXTIL DE BRUSQUE.....	706
PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DO CUSTEIO ACTIVITY BASED COSTING: UM ESTUDO EM UMA EMPRESA TÊXTIL.....	707
A CONTRIBUIÇÃO DO CONTROLE INTERNO PARA A GESTÃO EMPRESARIAL.....	708
PREÇO DE VENDA E LUCRATIVIDADE DE UMA INDÚSTRIA TEXTIL NA CIDADE DE BRUSQUE	709
ANÁLISE DE CRÉDITO E SUA CONTRIBUIÇÃO NA REDUÇÃO DA INADIMPLÊNCIA DA PJ EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO DO VALE DO ITAJAÍ	710
GESTÃO DA INADIMPLÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA ACAFE	711
A IMPORTÂNCIA DO LAUDO PERICIAL CONTÁBIL PARA AS TOMADAS DE DECISÕES JUDICIAIS DAS VARAS CRIMINAL, COMERCIAL E TRABALHISTA DE BRUSQUE/SC.....	712
PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DA CONTROLADORIA EM UMA INDÚSTRIA TÊXTIL.....	713
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DAS EMPRESAS TÊXTEIS LISTADAS NA BM&FBOVESPA	714
ANÁLISE DA VIABILIDADE EM UTILIZAR O MÉTODO DE CUSTO MEDIO OU CUSTO DE REPOSIÇÃO PARA UMA EMPRESA TÊXTIL COM BAIXO CUSTO FIXO.....	715
DESIGN DE MODA	716
MOBILIDADE URBANA E MODA: CRIAÇÃO DE COLEÇÃO PARA A MARCA MARCIO MAY SPORTS	717
TECIDOS NOBRES USADOS NO RENASCIMENTO	718
PROJETO COLEÇÃO INTERESTELAR	719

DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÃO: MOBILIDADE URBANA.....	720
O ROMANTISMO NO VESTUÁRIO DE FESTA FEMININO	721
PROJETO DE CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS.....	722
DESING GRAFICO.....	723
MEMÓRIA LOCAL E FOTOGRÁFICA: MAPEAMENTO E REGISTRO DO PATRIMÔNIO MATERIAL	724
DIREITO.....	725
ABORTO: A VISÃO DO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO.....	726
A REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE: UMA PROPOSIÇÃO PARA A EFETIVAÇÃO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA.....	727
PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO E A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS NA CIDADE DE BRUSQUE A PARTIR DO ESTATUTO DA CIDADE: POSSIBILIDADES ANTE À SUSTENTABILIDADE.....	728
A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA CIDADANIA.....	729
O PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE: CONTRIBUIÇÕES PARA ADEQUAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOB A ÓTICA DO PRINCÍPIO DA SUSTENTABILIDADE	730
O ABANDONO DE IDOSO E A CONSEQUENTE RESPONSABILIZAÇÃO DA FAMÍLIA, DA SOCIEDADE E DO ESTADO FRENTE O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DE PESSOA HUMANA...	731
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MOBILIDADE URBANA: REFLEXÕES DO PLANO SC 2030.....	732
A LEGALIDADE DAS UNIÕES POLIAFETIVAS	733
IMPACTOS DA MEDIDA PROVISÓRIA DA LIBERDADE ECONÔMICA NA ECONOMIA REGIONAL	734
ENGAJAMENTO TECNOLÓGICO	735
LEI 11.340/06 E O AUMENTO DO NÚMERO DE DENÚNCIAS.....	736
EDUCAÇÃO FÍSICA.....	737
PROJETO SOCIAL “ALERTA VERMELHO” - UNIFEBE: RELATO DE EXPERIÊNCIA	738
A INSERÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (PEF) NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) A PARTIR DO NÚCLEO AMPLIADO DE SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO BÁSICA (NASF-AB) DE BRUSQUE (SC).....	739
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA: À LUZ DA PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA.....	740
DANÇA COMO CONTEÚDO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO	741
PERCEPÇÃO DO INTERESSE DOS ALUNOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	742
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UMA ABORDAGEM PROPOSITIVA PARA PRIMEIROS SOCORROS NOS CASOS DE EMERGÊNCIA	743

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANO SC 2030	744
A TOMADA DE CONSCIÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR	745
DERMATOGLIFIA: IMPRESSÃO DIGITAL E ORIENTAÇÃO ESPORTIVA	746
CONCEPÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO EXCELENTE DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	747
A COMPETITIVIDADE NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: TENSIONAMENTOS NECESSÁRIOS	748
A MULHER NO ESPORTE: UMA ANÁLISE SOBRE SEUS PAPÉIS E ESPAÇOS	749
PRÁTICAS CORPORAIS NA NATUREZA E A ESCOLA: REFLEXÕES NECESSÁRIAS	750
PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DE ENSINO MÉDIO PARA COM A NOVA PROPOSTA DE ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE.....	751
ENGENHARIA CIVIL.....	752
A SUBSTITUIÇÃO DO COBRE POR ALUMÍNIO NO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA).....	753
ACOMPANHAMENTO PLUVIOMÉTRICO NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE	754
MEDIÇÕES PLUVIOMÉTRICAS EM UM TERRENO NA CIDADE DE BRUSQUE.....	755
PAVIMENTOS PERMEÁVEIS	756
NR 06 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	757
BOMBA DE ARÍETE	758
SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE (NR-10) NO CANTEIRO DE OBRA	759
UTILIZAÇÃO DA MADEIRA NA CONSTRUÇÃO DE RESIDÊNCIAS.....	760
NR 35 – TRABALHO EM ALTURA	761
AVALIAÇÃO DA NR18 EM CANTEIRO DE OBRAS DE UMA EDIFICAÇÃO COMERCIAL NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE/SC	762
BOMBA DE ARÍETE	763
ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS: RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR	764
ESTUDO DE PRECIPITAÇÕES NA CIDADE DE GASPAR EM UM PERÍODO DE 30 DIAS	765
ARMAZENAGEM CIMENTO PORTLAND	766
PONTE ESTAIADA IRINEU BORNHAUSEN.....	767
ANÁLISE DA MOBILIDADE URBANA NO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE	768
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	769
SIMULAÇÃO EM SISTEMAS DE MANUFATURA PARA UMA LINHA DE MONTAGEM DE VEÍCULOS.....	770
ENGENHARIA MECÂNICA	771
FERRAMENTAS COMPUTACIONAIS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DE FÍSICA	772

RECUPERAÇÃO DE CALOR EM PROCESSO FABRIS.....	773
SISTEMA DE GESTÃO DE ENERGIA PARA UMA INSTITUIÇÃO	774
PROJETO DE UM ROBÔ PARA LIMPEZA DE PAINÉIS FOTOVOLTAICOS	775
REAPROVEITAMENTO DE MATERIAIS PLÁSTICOS PARA A FABRICAÇÃO DE NOVOS COMPONENTES.....	776
LABORATÓRIO SUSTENTÁVEL – PLANEJAMENTO DE UMA ESTAÇÃO DE PRODUÇÃO DE ENERGIA SOLAR	777
TECNOLOGIAS FOTOVOLTAICAS E COMPLEMENTARIEDADE SOLAR E EÓLICA NO BRASIL	778
RELEVÂNCIA DA PROGRAMAÇÃO COMPUTACIONAL DENTRO DA INDÚSTRIA 4.0	779
RECUPERAÇÃO DE CALOR EM PROCESSO FABRIS.....	780
ENGENHARIA QUIMICA.....	781
FUSÃO TERMONUCLEAR DE ISÓTOPOS DE HIDROGÊNIO POR CONFINAMENTO MAGNÉTICO.....	782
ESTUDO SOBRE O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA INDÚSTRIA DE PERFUMES.....	783
ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA DA ÁGUA UTILIZADA EM UMA CALDEIRA FLAMOTUBULAR DE BAIXA PRESSÃO	784
TROCADORES DE CALOR.....	785
TERMOLOGIA PARA O ENSINO MÉDIO.....	786
TRANSFERÊNCIA DE CALOR NA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA.....	787
BRANDING & BUZZ X SUSTENTABILIDADE.....	788
GESTÃO COMERCIAL	789
GESTÃO DE EMPRESA FAMILIARES E OS DESAFIOS PARA O PROCESSO SUCESSÓRIO.....	790
GESTÃO DE QUALIDADE APLICADA DENTRO DO RAMO TÊXTIL	791
MEDICINA	792
CONSCIÊNCIA DO PERÍNEO.....	793
PEDAGOGIA	794
A PEDAGOGIA DE PROJETOS E OS JOGOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	795
REFLEXÕES DOS GESTORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BRUSQUE (SC) SOBRE O CICLO DA ALFABETIZAÇÃO.....	796
AS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA NA ESCOLA, A INCLUSÃO E AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: SOB A PERSPECTIVA DOS GESTORES, O QUE ESCAPA NO PROCESSO?.	797
MOVIMENTO HIPPIE: INFLUÊNCIA CULTURAL E POLÍTICA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	798
O USO DE BIOMAPAS PARA O LEVANTAMENTO DE ASPECTOS AMBIENTAIS	799
CHÁ LITERÁRIO INOVA A GESTÃO ESCOLAR	800
MÉTODO QUE TRANSFORMA A ARTE DE ENSINAR	801

PROCESSOS GERENCIAIS	802
DISTRIBUIÇÃO DE CARNE SUINA PARA O MERCADO LESTE EUROPEU	803
DISTRIBUIÇÃO DE BMW-X1 EM SOLO NORTE AMERICANO	804
A EFICIÊNCIA GLOBAL DE EQUIPAMENTOS (OEE) COMO INDICADOR NA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA	805
ANÁLISE DAS CAUSAS DA NÃO CONFORMIDADE EM UMA INDÚSTRIA TÊXTIL	806
DISTRIBUIÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO NO MERCADO ASIÁTICO	807
APLICAÇÃO DA ETAPA P DO CICLO PDCA EM UMA INDÚSTRIA TÊXTIL	808
ANÁLISE DA TERCEIRIZAÇÃO DE ITENS OBJETIVANDO A EFICIÊNCIA: PESQUISA-AÇÃO APLICADA NA METALURGIA.....	809
ANÁLISES DAS POLÍTICAS E PROCESSOS DE CADASTRO, CRÉDITO E COBRANÇA DA EMPRESA LM LTDA.....	810
ENDOMARKETING APLICADO EM UMA EMPRESA TÊXTIL.....	811
GESTÃO DO CLIMA ORGANIZACIONAL E MOTIVAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS – BRUSQUE/SC	812
A INFLUÊNCIA DO CLIMA ORGANIZACIONAL NA MOTIVAÇÃO DOS COLABORADORES: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE EMBALAGENS – MUNICÍPIO DE BRUSQUE/SC	813
PROPOSTA PARA IMPLANTAÇÃO DO SOFTWARE FLUXOGAMA PARA MELHORARIA DO PROCESSO DE COMUNICAÇÃO INTERNA EM UMA EMPRESA DE CONFECÇÕES – BRUSQUE/SC.....	814
IMPLANTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COM A UTILIZAÇÃO DA ANÁLISE SWOT EM UMA ESTAMPARIA	815
PSICOLOGIA	816
PESQUISA CLIMA ORGANIZACIONAL: POSSÍVEIS AÇÕES PARA RETENÇÃO DE TALENTOS	817
A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EM OFICINA DE CULINÁRIA NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS)	818
ATENDIMENTOS NA CESP SOB O OLHAR DA ABORDAGEM SISTÊMICA.....	819
EXPERIÊNCIA SOBRE ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX	820
RITMANDO: MUSICALIZAÇÃO NA COGNIÇÃO	821
AUTOCONHECIMENTO, ANSIEDADE E ATENDIMENTO CLÍNICO	822
ACOLHIMENTO E ACOMPANHAMENTO AOS PACIENTES DA ALA DE SAÚDE MENTAL DO HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX ATRAVÉS DA PSICANÁLISE	823
UMA EXPERIÊNCIA EM INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA: O EXERCÍCIO DA PSICOLOGIA	824
A PSICOLOGIA HOSPITALAR: UM VIÉS DA PRÁTICA JUNGUIANA NO CONTEXTO HOSPITALAR.....	825
ATENDIMENTO PSICOTERÁPICO INFANTIL À LUZ DA GESTALT-TERAPIA.....	826
GRUPO COM CRIANÇAS: PROMOVEDO BEM ESTAR ENTRE AS FAMÍLIAS.....	827

TREINAMENTO DE HABILIDADE SOCIAIS COM ADOLESCENTES	828
PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL COM ADOLESCENTES	829
A COOPERAÇÃO NO GRUPO DE ADOLESCENTES DA ESCOLA DE FUTEBOL SANTOS DUMONT	830
HISTERIA E A PASSIVIDADE FEMININA EM UM CONTO DE FADAS	831
O ATO FALHO FREUDIANO: PRATO NA PIA, CUECA NA MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS?..	832
ESCUITA QUALIFICADA À LUZ DA GESTALT-TERAPIA: LEVANTAMENTO DE DEMANDAS PSICOLÓGICAS PELAS PUÉRPERAS INTERNADAS NO HOSPITAL	833
A PSICANÁLISE E O HOSPITAL: OS DESAFIOS DA ESCUTA DOS PACIENTES INTERNADOS	834
O TRIPÉ PSICANALÍTICO E A ÉTICA DO DESEJO: A FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE.....	835
DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS: ORIENTAÇÃO AO CLIENTE, QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	836
ANSIEDADE NO CONVÍVIO SOCIAL.....	837
<i>LISBON REVISITED</i> : CONSIDERAÇÕES SOBRE A LITERATURA E A ESCRITA DE FERNANDO PESSOA A PARTIR DA PSICANÁLISE	838
O CASO ELOÁ SOBRE A ÓTICA PSICANALÍTICA NA ANATOMIA DO CRIME.....	839
TODA MULHER TEM SEU ÉDIPO.....	840
TREINAMENTO DAS HABILIDADES SOCIAIS	841
AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO GLOBAL DE CRIANÇAS COM SUSPEITA DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.....	842
A PERSEGUIÇÃO NUNCA ACABA: OUTROS OLHARES SOBRE AS BRUXAS DA ATUALIDADE	843
ATENDIMENTO À MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: UMA EXPERIÊNCIA NA DELEGACIA – DPCAMI DE BRUSQUE- SC.	844
RESILIÊNCIA EM POLICIAIS MILITARES DO CENTRO DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA MILITAR (COPOM) DE BRUSQUE – SC.....	845
AUTOESTIMA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA OS ATENDIMENTOS CLÍNICOS.....	846
CONFLITOS FAMILIARES VIVENCIADOS NA ADOLESCÊNCIA: ENFRENTAMENTO PARA AMENIZAR OS IMPACTOS.....	847
PESQUISA SOBRE CULTURA ORGANIZACIONAL.....	848
PUBLICIDADE E PROPAGANDA	849
POSSÍVEIS QUEBRAS DE ESTEREÓTIPOS DE BELEZA ATRAVÉS DO “LUGAR DE FALA”	850
PLANO DE MÍDIA PARA CAMPANHA DE ALTO VERÃO DE UMA MARCA PLUS SIZE.....	851
VAREJO DE MODA FEMININO: A ELABORAÇÃO DE UM PLANEJAMENTO DE MÍDIA SOB A ÓTICA DE RODOLFO NAKAMURA.....	852
PLANO DE MÍDIA PARA O VAREJO DE MODA BLUMENAUENSE E REGIÃO	853
O VEGANISMO E A MÍDIA.....	854

PESQUISA SOBRE GASTOS LEGISLATIVOS DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA EM 2018	855
CITYBRANDING: ATRIBUTOS DA MARCA BRUSQUE NA PERSPECTIVA DOS SEUS RESIDENTES.....	856
TURISMO DE COMPRAS: SATISFAÇÃO E INTENÇÃO DE COMPRA DOS VISITANTES E RESIDENTES DA CIDADE DE BRUSQUE/SC	857
AGORA SÃO ELAS: UMA NARRATIVA DAS TRAJETÓRIAS TRIUNFAIS DAS MULHERES BRUSQUENSES	858
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UMA ABORDAGEM PROPOSITIVA PARA PRIMEIROS SOCORROS NOS CASOS DE EMERGÊNCIA	859
A ARTE PÚBLICA COMO FERRAMENTA DE COMUNICAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.....	860
O USO DO IN-STORE EVENT COMO ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL PARA O VAREJO DE BRUSQUE	861

2019 ENPEX



ARTIGOS



fapesc
Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

ANAIS ENPEX 2019
ISSN 1982-3370

**Inovação a serviço
da educação**

**XVIII Jornada de Iniciação Científica
XIII Mostra de Extensão
BRUSQUE - SC - BRASIL**



UNIFEBE



ARTIGOS

Administração



fapesc
Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

ANAIS ENPEX 2019
ISSN 1982-3370

**Inovação a serviço
da educação**

**XVIII Jornada de Iniciação Científica
XIII Mostra de Extensão
BRUSQUE - SC - BRASIL**



UNIFEBE

**MARKETING DE RELACIONAMENTO: UM ESTUDO DE CASO
DE UMA EMPRESA DE SORVETES**

***RELATIONSHIP MARKETING: A CASE STUDY FROM ICE CREAM
COMPANY***

JUNGES, Adriane Denise¹
FERNANDES, Andréia Castiglia^{2*}
FERNANDES, Alexandre Alves³
FERNANDES, Elisiane Alves⁴

RESUMO: Neste artigo serão apresentados conceitos de marketing, marketing de relacionamento e branding, tendo como objetivo geral demonstrar as ações e estratégias de marketing implementadas pela empresa de sorvetes. Como objetivos específicos a pesquisa trata de verificar a situação da empresa antes das ações de marketing iniciadas em 2017, bem como compreendê-las a partir de sua implementação comparando os resultados. Destaca-se a ação de relacionamento realizada através de premiação por cadastramento que resultou em 40% de incremento no faturamento da empresa em relação ao ano anterior.

Palavras-chave: Marketing. Marketing de Relacionamento. Branding. Promoção de Vendas.

ABSTRACT: *This article will present concepts of marketing, relationship marketing and branding, with the general objective of demonstrating the actions and marketing strategies implemented by Ice Cream Company. As specific objectives, the research aims to verify the company's situation before the marketing actions started in 2017, as well as to understand them from their implementation by comparing the results. Noteworthy is the relationship action carried out through awards for registration, which resulted in a 40% increase in the company's revenue over the previous year.*

Keywords: *Marketing. Relationship Marketing. Branding. Sales Promotion.*

¹ Curso de Administração, Faculdade São Francisco de Assis.

² Doutora em Ciências da Educação, Faculdade São Francisco de Assis, andreia@saofranciscodeassis.edu.br.

³ Mestre em Ciências da Educação, Faculdade São Francisco de Assis.

⁴ Mestre em Ciências da Educação, Faculdade São Francisco de Assis.

1 INTRODUÇÃO

O marketing é a arte de criar, divulgar e vender um produto, essencial para qualquer empresa, buscando sempre a real necessidade do cliente. Por sua evolução, impactada pela exigência dos consumidores que, através de seus valores pessoais buscam produtos que tragam benefícios diversos, a visão de marca se amplia trazendo não apenas identificação de produtos, mas significando superação de satisfação deste consumidor.

Diante de tantos experimentos das marcas, o pensamento dos gestores se estrutura para tornar concretas todas as promessas que comunicam em todas as oportunidades e pontos de contato com o cliente. Desta linearidade é que se forma o branding da marca: quando os consumidores reconhecem e compreendem uma marca e o seu conceito.

Este conhecimento está disponível e a comprovação da satisfação e percepção destes clientes está cada dia mais próxima das marcas pelas plataformas digitais. Porém, escolher a melhor estratégia diante de tantas oportunidades não é tarefa fácil. O conjunto de fatores a ser analisado modifica de acordo com o segmento de mercado, tipo de produto ou serviço e também implementação e controle das ações.

Este artigo apresenta conceitos e a evolução de marketing para conjugar seu objetivo geral que é demonstrar as ações e estratégias de marketing de relacionamento implementadas pela Empresa de Sorvetes, comparando e analisando os resultados obtidos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A complexidade dos processos necessários ao marketing contempla desde a criação de uma ideia ou produto passando por análises de mercado, público alvo e de interesse, passando por definições de ponto de venda. Alguns conceitos clássicos afirmam também que devemos conquistar, fidelizar e agregar valor para que o cliente entenda que a empresa o reconhece como peça importante e fundamental nesta relação e que deve, por consequência, superar suas expectativas.

Marketing é o processo em uma sociedade através do qual a estrutura de demanda para bens e serviços econômicos é antecipada ou aumentada e satisfeita pela concepção, promoção, troca e distribuição física de bens e serviços. (OHIO STATE UNIVERSITY, 1965 apud HUNT, 2002, p. 9).

Kotler (1998, p. 31) por sua vez conceitua o marketing como “a atividade humana dirigida para a satisfação das necessidades e desejos, através dos processos de troca.”

Ainda para Kotler (2000), o marketing é a ciência e a arte de explorar, criar e entregar valor para satisfazer as necessidades de um mercado-alvo com lucro. Marketing identifica necessidades e desejos não realizados. Ele define, mede e quantifica o tamanho do mercado identificado e o potencial de lucro.

Segundo Churchill e Peter (2000, p. 4):

O marketing estuda as causas e os mecanismos que regem as relações de troca (bens, serviços ou ideias), realizada dentro de quatro eixos principais: preço, distribuição, comunicação e produto, em busca de uma relação (venda) satisfatória para todas as partes que participam no processo.

Churchill e Peter (2000) mostram o marketing focado na troca e mostram os eixos principais do marketing como o preço, o produto, a distribuição e a comunicação em busca de satisfação.

O marketing demonstra ações voltadas para o mercado, e pode ser entendido como “a função empresarial que cria continuamente valor para o cliente e gera vantagem competitiva duradoura para a empresa por meio da gestão estratégica do composto de marketing.” (DIAS, 2003, p. 3).

O profissional de marketing deve ser capacitado a entender, criar e gerenciar aquilo que o cliente necessita ou deseja, realizar ao cliente, saber comunicar, e dimensionar a oferta em tempo e espaço certos. (KOTLER, 2002).

O marketing acontece de várias maneiras, através de feiras e eventos de divulgação da marca, comerciais em televisão e rádio, ações promocionais, divulgação em redes sociais, sites das empresas, folders, entre outros. Não existe uma forma correta de divulgar a marca ou produto e sim a intenção de atingir o público alvo para determinado produto.

Considerando os conceitos acima, conclui-se que o marketing faz a ligação entre o consumidor e a empresa, verificando a melhor forma de produzir e divulgar o produto, adequando preço e qualidade, buscando sempre benefícios para o consumidor e para a empresa, e, cada vez mais, focando na satisfação do consumidor para que o mesmo se torne um divulgador da marca e dos produtos, como serão apresentados em marketing promocional, marketing de relacionamento e *branding*.

Os próximos subcapítulos trarão algumas das possibilidades estratégicas, seus conceitos e aplicações.

2.1 MARKETING PROMOCIONAL

Quando se fala em marketing promocional têm-se infinitas formas de promover um produto. A promoção de vendas busca, além de apresentar o produto para o consumidor, satisfazer suas necessidades e torna-lo cliente.

Promoção de vendas é um elemento de marketing, utilizado em períodos predefinidos, voltados para consumidores, varejistas e atacadistas, com o objetivo de estimular a demanda de consumo. Estes estímulos provem de incentivos como brindes, amostras, descontos, sorteios e demonstrações. (GREGORY, apud AMA, 2007, não paginado).

Segundo Kimball (1989), a promoção de vendas é uma forma direta de induzir valor extra ou incentivo para a marca, maneira de encorajar o consumidor a adquirir mercadorias não planejadas.

Kimball (1989) sugere que a promoção é importante para a empresa através de um valor adicional, um incentivo para a marca, fomentando vendas.

Conforme o Solomon (2011), a degustação ou amostra é uma estratégia de promoção de vendas onde o consumidor tem a oportunidade de saborear, avaliar e apreciar através do paladar.

Shimp (2002, p. 448), diz que “a distribuição de amostras é uma maneira eficaz de estimular o cliente a comprar, pois desta forma ele experimenta um novo produto e se descobre que ele é superior a outros existentes no mercado é esperado que ele repita a compra.”

Segundo Pancrazio (2000, p. 113), “sorteio é uma promoção em que o cliente depende única e exclusivamente da própria sorte para ganhar os prêmios oferecidos pela empresa realizadora.”

Quanto a atratividade dos prêmios, Simonson et al. (1994) dizem que a promoção de vendas com brindes atrativos são variáveis importantes para explicar a reação do consumidor as ações de promoções, fazendo com que o consumidor que não tem certeza de suas preferências de compra passa a dar preferência para os produtos em promoção.

Rothschild e Gaidis (1981) afirmam que uma promoção de vendas bem elaborada cria lealdade à marca, tornando as compras repetidas e a marca prioritária.

A promoção de vendas também consegue gerar um diferencial com relação aos produtos concorrentes, se o produto for de melhor qualidade que o seu concorrente e apresentar ele sem custo para o consumidor, a probabilidade de esse consumidor vir a ser cliente e lembrar-se da sua marca através da lembrança do produto é muito maior.

Uma vantagem competitiva ou diferencial competitivo [...] é a razão pela qual os seus clientes escolhem a oferta da sua empresa, e não a dos seus concorrentes, exatamente porque sua oferta tem algo - a vantagem competitiva - que eles buscam e é única ou melhor do que a oferta dos concorrentes. (FARIA, 2018, não paginado).

A promoção de vendas é um método de trazer o consumidor até a sua empresa/marca, porém, são necessários diversos estudos e cuidados a fim de verificar o tipo de promoção de venda a ser lançado. Estes benefícios podem ser monetários (através de descontos) ou não monetário (como o sorteio e a degustação).

2.2 MARKETING DE RELACIONAMENTO

O pensamento de marketing iniciou com foco no produto. Nesta fase tudo que era produzido era vendido, demandado. Com a facilidade de produção, as empresas observaram a necessidade de diferenciação para sobressaírem de seus concorrentes. Desde então o marketing teve foco no consumidor, evoluindo para manter com eles relações saudáveis e duradouras.

Com o surgimento de novas tecnologias e o aumento da concorrência tornou-se muito claro para todas as empresas que elas não detêm mais o poder dentro do mercado. O impacto digital atinge as relações de forma que a comunicação, antes praticamente unilateral, da empresa para o cliente, passa a ser de muitos para muitos, intensificando o retorno das percepções do consumidor para com a marca.

Visando estas novas realidades dos consumidores e do mercado em geral destaca-se o marketing de relacionamento que não é apenas a busca por novos clientes, mas, sim, uma estratégia que envolve a organização da marca para com a fidelização de seus clientes, além de fazer com que ele seja um grande divulgador da marca.

O marketing de relacionamento é uma estratégia de longo prazo, pois aproxima o cliente da marca, fazendo com que o cliente vire fã da marca. Prima por trazer experiências que associam o produto e a necessidade do cliente para que este divulgue a sua experiência e, automaticamente, a marca.

Para McKenna (1992) assim como o consumidor tem uma aproximação maior com a empresa também tem benefícios com o marketing de relacionamento que vão muito além do aumento nas vendas, a empresa tem um feedback direto do consumidor final.

Para Kotler (2000, p. 35): “O marketing de relacionamento solidifica ligações econômicas, técnicas e sociais entre o consumidor e a empresa. Reduz o dinheiro e o

tempo investidos nas ações e nos casos mais sucedidos as transações deixam de ser negociadas e passam a ser rotineiras. ”

A concorrência deixa de ser entre empresas e passam a ser entre redes de marketing. “O princípio operacional é simples: construa uma rede efetiva de relacionamentos com os principais públicos interessados e os lucros serão consequências. ” (KOTLER, 2000, p. 35).

Para Kotler (2000, p. 43): “Compreender a necessidade do consumidor não é tarefa fácil, pois alguns consumidores não têm inteira certeza de suas necessidades e muitos não demonstram, ou manifestam suas necessidades. ”

Kotler (2000) mostra que o marketing de relacionamento reduz o investimento financeiro e de tempo, porém é necessário uma rede forte de relacionamento com o consumidor, buscando sempre a necessidade do consumidor, que não é tarefa fácil.

Um bom profissional de marketing busca as informações do consumidor e além de criar o que o cliente espera, pode surpreender com uma solução que o faça responder com entusiasmo. Para utilizar estas informações deve-se fazer uso de um banco de dados e, de acordo com diversos autores são fundamentais para novas análises e para a tomada de decisão.

Sistema de Gestão de Relacionamento com Cliente (CRM – Customer Relationship Management) para Swit (2001) apud Silva e Gardesani (2005), é uma abordagem empresarial destinada a entender e influenciar o comportamento dos clientes por meio de comunicações significativas para melhorar as compras, a retenção de clientes, a lealdade e a lucratividade.

Segundo Rapp e Collins (1996), é necessário desenvolver um ciclo de comunicação com o cliente; fazer junto com o cliente; ouvir cuidadosamente; pesquisar respeitosamente; descobrir a força da propaganda de resposta direta; transformar compradores em adeptos.

Desta forma fica explícita a importância de se desenvolver pesquisas com os clientes, desde que o mesmo se disponha a cooperar, devendo analisar a possibilidade de recompensá-lo, pois ouvir e pesquisar leva a conclusões que direcionam os próximos contatos.

Por fim, o marketing de relacionamento busca ações para criar um relacionamento entre o cliente e a marca, tornando o cliente o principal elemento entre o produto e novos clientes. O marketing de relacionamento bem elaborado fideliza o cliente, o mantém

satisfeito e o transforma em divulgador da marca, trazendo novos clientes e consequentemente novos divulgadores, tornando um ciclo de benefícios para a empresa e para os clientes.

A figura 1 sintetiza o ciclo do marketing de relacionamento:

Figura 1: Esquema de Marketing de Relacionamento



Fonte: Claro (2004).

2.3 BRANDING

Branding é o valor da marca determinado pelo cliente, pelo sentimento que ele tem pela marca, a lembrança que a marca traz na memória dele. Valor este que leva em conta mais fatores emocionais do que do produto em si. “Investir em Branding identifica a verdade da marca e conta a história da empresa, constrói valores e aumenta o valor intangível de mercado que se reflete no preço das ações.” (ENDEAVOR, 2014, p. 11).

Torres (2010) destaca um conjunto de sete estratégias fundamentais de boas práticas de branding: marketing de conteúdo, marketing nas mídias sociais, marketing viral, e-mail marketing, publicidade online, pesquisa online e monitoramento.

Com este conjunto de estratégias e empresa ganha eficiência e foco, e ganha mais tempo para se concentrar no que mais importa para a sua empresa: servir ao seu cliente, o maior tesouro da empresa. As sete estratégias cobrem de forma objetiva todo o ciclo de

oportunidades de contato que sua empresa pode ter com seus consumidores. Trabalhando com ações de marketing digital, voltadas para o seu negócio, com as ações de marketing e publicidade convencionais.

Torres (2010) apresenta algumas maneiras de como trabalhar o marketing digital e a importância deste tipo de marketing e salienta o consumidor como principal foco da empresa.

“Branding é o conjunto de ativos e passivos ligados a uma marca, seu nome e seu símbolo, que se somam ou subtraem do valor proporcionado por um produto ou serviço para uma empresa e/ou para os consumidores dela.” (AAKER, 2007, p. 74).

Martins (2006) diz que branding é o conjunto de ações ligadas à administração da marca. São ações que, tomadas com conhecimento e competência, levam as marcas além da sua natureza econômica, passando a fazer parte da cultura, e influenciar a vida das pessoas. Ações com capacidade de simplificar e enriquecer nossas vidas num mundo cada vez mais confuso e complexo.

Branding deve estimular o envolvimento do consumidor em todas as experiências que forem possíveis, para obter lembrança da marca. Sobre estímulos sensoriais dos consumidores, Schmitt e Simonson (2002) deixam claro que os cinco sentidos não precisam estar totalmente ativados em cada ponto de contato da sua marca, visto que isso nem sempre é possível. Ao identificar que o paladar, por exemplo, é um sentido pouco ativado, você pode criar ações que o potencialize dentro de alguma experiência já existente ou então, criar uma nova para ativá-lo.

Em resumo o *branding* são ações coordenadas voltadas para o conhecimento e desenvolvimento da marca através das mídias, fazendo com que o consumidor se identifique com a marca agregando valor e, por consequência, divulgando a marca. O *branding* é o que a empresa passa para o consumidor e a maneira como ele transmite seu sentimento pela marca.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme Silva e Menezes (2001), a pesquisa de natureza aplicada tem como objetivo gerar conhecimento para aplicação prática buscando a solução de problemas específicos.

Quanto à abordagem Silva e Menezes (2001), diz que quanti é tudo que pode ser quantificado, traduzindo números, os dados coletados e analisá-los e quali vem a ser a interpretação e atribuição de significados aos dados analisados.

Quanto ao gênero Silva e Menezes (2001), diz que a pesquisa empírica é a busca de dados importantes obtidos através da vivência e experiência do pesquisador com o objetivo exploratório buscando proporcionar maior familiaridade com o problema tornando o explícito ou construir hipóteses, através de pesquisas bibliográficas e estudos de casos.

Gil (2008, p. 58) diz que “o estudo de caso tem como característica o estudo profundo de um ou de poucos objetos, permitindo o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados”.

Para Silva e Menezes (2001), a pesquisa documental é aqueles realizados a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências.

Esta pesquisa é de natureza aplicada com abordagem quali-quantitativa, quanto ao gênero à pesquisa é empírica, com objetivos exploratórios. Quanto aos procedimentos técnicos foi feito um estudo de caso com dados fornecidos pela empresa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A história da Empresa de Sorvetes não começou por um mero acaso, mas sim tendo por base uma tradição familiar. Seu sócio fundador, sempre teve uma visão empreendedora, desde cedo comercializava leite e seus derivados, produzidos na indústria de laticínios que tinha junto do seu irmão no interior do estado do Rio Grande do Sul.

No ano de 2008, na cidade de Gravataí administrando sua própria distribuidora de laticínios, este gestor buscando novos desafios e acreditando no potencial de uma microempresa, se colocou a disposição para lhe dar suporte e estrutura adequada para produzir um bom sorvete. Em 2012, a pequena fábrica de sorvetes que na época tinha 528 metros de área construída, começa a tomar uma nova direção, O sócio fundador juntamente com seu outro sócio, que logo em seguida deixou a sociedade para se dedicar a outro empreendimento, criaram uma nova marca e um novo conceito, a Empresa de Sorvetes.

Vendo a necessidade de seu consumidor final em adquirir um bom produto com preço compatível a empresa resolveu apostar no sistema de franquias, conquistando assim uma rede sustentável com mais de 80 lojas em todo Rio Grande do Sul.

Hoje com quase 2.000 metros de área construída, maquinário de última geração, matéria prima de ótima qualidade, a empresa investe cada vez mais na qualificação profissional de seu quadro de funcionários, garantindo assim o melhor produto do mercado.

No início do ano de 2017 a Empresa de Sorvetes sentiu a necessidade de se diferenciar no mercado, pois tem um produto de qualidade, mas não era o suficiente, precisava de um diferencial maior no mercado. Neste momento surgiu a necessidade de divulgar a marca.

Foi um longo processo para chegar até as ações que além de divulgar trariam um diferencial para a marca. Foi desenvolvido um sorteio com um prêmio atrativo, onde o cliente para estar apto a receber este prêmio se cadastra no site da empresa, gerando assim um cadastro para ações futuras. E, por último, para divulgar a marca foi criada uma ação de degustação com uma unidade móvel que se desloca até as cidades onde se encontram as lojas buscando os clientes pelo paladar, desta forma o consumidor além de conhecer a marca tem a oportunidade de saborear o produto.

4.1 PROMOÇÃO VOU DE EMPRESA DE SORVETE

Esta ação promocional é um sorteio com um prêmio atrativo, que busca além do aumento nas vendas criar um banco de dados de clientes.

A Promoção Vou de Empresa de Sorvete sorteou no dia 31/03/2018 um carro Zero Km para os clientes e uma moto Zero Km para o lojista (vendedor) que realizou a venda e entrega do cupom sorteado.

A cada R\$ 30,00 em compras o cliente ganhava um cupom para concorrer, com o cupom devidamente preenchido e com o cadastro feito no site da empresa o cliente estava apto a receber o prêmio se sorteado.

Para a Empresa de Sorvetes um dos principais objetivos do cadastro de clientes é manter um contato direto com o consumidor final. A partir deste cadastro a Empresa de Sorvetes irá enviar mensagens em datas comemorativas divulgando promoções, felicitações no aniversário e brindes, mantendo o relacionamento com o cliente e desta maneira manter vivo na memória do consumidor os produtos da empresa.

Segundo Rapp e Collins (1996) é muito importante criar um ciclo de comunicação com o cliente, distribuir brindes ou descontos e assim construir um relacionamento forte com o cliente, receber feedback destes e, utilizando estas informações, verificar a necessidade de novas ações ou reestruturar ações vigentes.

Com este cadastro em mãos trazer o cliente para perto da empresa, manter contato com o mesmo, oferecendo descontos e brindes para que a Empresas Sorvetes fique na memória e no sentimento do cliente não apenas pelo sabor e cremosidade do sorvete, mas pelo contato da empresa com o consumidor em diversas situações, muitas vezes inesperadas por parte do consumidor.

4.2 UNIDADE MÓVEL DE DEGUSTAÇÃO

A Unidade móvel de degustação como o próprio nome já diz é uma promoção de degustação com o intuito de levar o consumidor a saborear o sorvete da Empresa e de induzi-lo a compra do produto.

No dia 10 de outubro de 2017 foi inaugurada a unidade móvel de Degustação da Empresa de Sorvetes. Com esta promoção a Empresa de Sorvetes percorreu todo o Estado do Rio Grande do Sul, principalmente nas cidades onde já tem lojas da Empresa de Sorvetes, apresentando o produto para os consumidores que não conheciam a marca e, para os que já conheciam, objetivando o direcionamento para loja.

O principal objetivo desta promoção é levar o sorvete da Empresa direto para o consumidor, ir onde o cliente está e proporcionar a oportunidade de saborear o sorvete da Empresa.

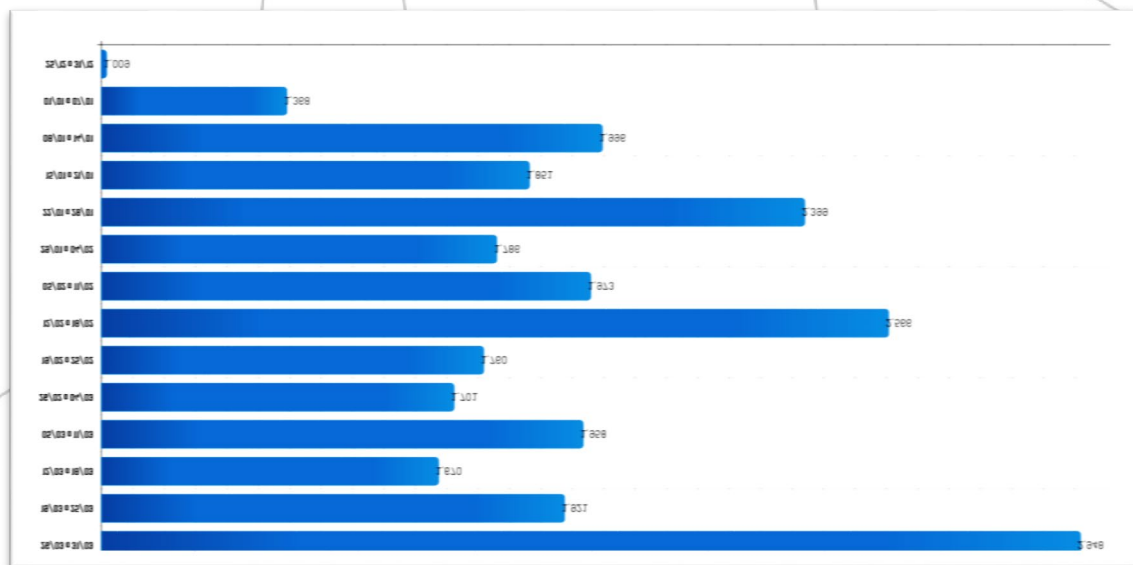
Não há dúvida de que a distribuição de amostra é um estimulante eficaz da compra [...] Se o consumidor experimenta um novo produto e descobre que ele é muito superior às alternativas existentes no mercado, é de se esperar que a experiência do uso da amostra vá gerar compra adicional. (SHIMP, 2002, p. 448).

Desta forma, além de divulgar a marca cria um diferencial, possibilitando novas razões para o cliente escolher o seu produto e não o dos concorrentes. Martins (2006) diz que ações tomadas com conhecimento e competência, levam as marcas além da sua natureza econômica, passando a fazer parte da cultura, e influenciar a vida das pessoas.

4.3 RESULTADOS

Com a promoção Vou de Sorvetes a empresa conseguiu aproximadamente 28.000 cadastros no período que abrangeu a promoção (20/12/2017 a 25/03/2018). Conforme se pode verificar na figura 2.

Figura 2: Cadastro de Clientes no período da promoção.



Fonte: Empresa de Sorvetes, 2018.

Com a ação da unidade móvel de degustação foi verificado que, em média, houve um aumento de 70% nas vendas no dia da ação, na loja onde a unidade móvel trabalhou. Nos outros dias também teve aumento, porém não se consegue mensurar o que é resultado ou continuidade da ação e o que seria a venda normal do dia.

Na temporada de 2016/2017 a empresa teve uma venda média de R\$ 10.000.000,00. Após implementar as ações acima relacionadas a Empresa de Sorvetes teve uma venda de aproximadamente R\$17.000.000,00, na temporada 2017/2018 um aumento de 70% nas vendas.

Já era esperado um aumento de 20% nas vendas com a abertura de novas lojas e pelo conhecimento da marca, 10% com a propaganda dos clientes divulgadores da marca para novos clientes e estima-se que os outros 40% tenham sido resultado das ações de marketing implementadas.

Por fim, verifica-se que com as duas promoções a Empresa de Sorvetes conseguiu um aumento expressivo nas vendas, superou suas expectativas com relação ao cadastro de clientes e conquistou um número grande de consumidores que não conheciam a marca e passaram a ser compradores assíduos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo mostrou a importância do marketing para as empresas, as mudanças necessárias pelas mudanças tecnológicas e principalmente a mudança de visão do consumidor.

Os conceitos apresentados mostram que a empresa precisa estar atenta ao consumidor, criar tendências e não apenas criar um produto e vender. Para vender, a empresa precisa encantar seu cliente, superar suas expectativas e surpreende-lo cada vez mais para que este seja um aliado da sua marca.

Para o objetivo que visa à verificação da situação da empresa antes das ações de marketing iniciadas, a pesquisa mostrou que a empresa tinha um faturamento de R\$ 100.000,00 e contava apenas com a qualidade do produto e indicação de clientes, não tinha nenhuma ação de marketing para divulgar a marca e o produto.

Quando se tratou de compreender as ações a partir da sua implementação destaca-se a promoção: Vou de Empresa de Sorvetes, trouxe para a empresa um cadastro de aproximadamente 28.000 clientes. Com esta base de dados a empresa tem possibilidade de criar um relacionamento bem consistente com o cliente, se utilizando de ferramentas de divulgação, pesquisa, distribuição de brindes e ter um feedback deste cliente tanto das promoções como dos produtos.

A ação da unidade móvel da Empresa de Sorvetes conseguiu atingir um número expressivo de clientes por dia, pois atende em média quatro lojas por dia, normalmente em praças e escolas com grande concentração de pessoas. Nesta ação ainda é necessário um aprimoramento, pois não se consegue mensurar o número exato, ou aproximado de consumidores atendidos.

Para analisar os resultados da empresa, depois de efetivadas as ações foi verificado um aumento de 40% nas vendas desta temporada com relação a temporada anterior apenas com as ações de marketing.

O marketing de relacionamento é um trabalho com resultados em longo prazo, se as ações continuarem sendo trabalhadas e cada vez melhor estruturadas, não perdendo o foco no consumidor o aumento será ainda maior nas próximas temporadas.

Concluindo desta forma que todo investimento em promoções, marketing de relacionamento e *branding* são válidos e os resultados expressivos, que cada consumidor conquistado pode vir a ser um divulgador da marca.

Por fim, para ter o resultado esperado é preciso elaborar estratégias de marketing, ter planos bem definidos e objetivos muito claros para atrair o consumidor buscando sempre a satisfação dele, agregando valor ao produto, gerando consequências de otimização de lucratividade e plena satisfação dos consumidores para uma relação de longo prazo.

REFERÊNCIAS

AAKER, David A. **Estratégia de portfólio de marcas**. Porto Alegre: Bookman, 2007.

CHURCHILL, Gilberto A. Junior; PETER, J. Paul. **Marketing**: criando valor para os clientes. São Paulo: Saraiva, 2000.

CLARO, Danny Pimentel. **Managing business network and buyer-supplier relationship**. Veenendal, Estados Unidos: Universal Press, 2004.

DIAS, Sérgio R. **Gestão de marketing**. São Paulo: Saraiva, 2003.

ENDEAVOR BRASIL. Branding: qual a alma da sua empresa. Disponível em: <<https://endeavor.org.br/?s=branding>>. Acesso em: 25 maio 2018.

FARIA, Carlos Alberto de. **Merkatus**: ajudando nossos clientes a atrair clientes. Merkatus online. Disponível em: <http://merkatus.com.br/10_boletim/120.htm>. Acesso em: 09 jun. 2018.

GIL, Antonio C. **Método e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GREGORY T; Gundlach, William L; Wilkie. The american marketing association's new definition of marketing: perspective and commentary on the 2007 Revision. **Journal of Public Policy & Marketing**. 2009.

HUNT, Shelby D. **Foundations of marketing theory**: toward a general theory of marketing. New York: Armonk, 2002.

KIMBALL, Robert. An exploratory report of sales promotion management. **The Journal of Consumer Marketing**, 1989.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**: a edição do novo milênio. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

KOTLER, Philip. **Marketing para o século XXI**. São Paulo: Futura, 2002.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1998.

MARTINS, José Souza. **A natureza emocional da marca**: construção de empresas ricas. 6.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

McKENNA, Regis. **Marketing de relacionamento**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

PANCRAZIO, Paulino Da San. **Promoção de vendas: o gatilho do marketing**. São Paulo: Futura, 2000.

RAPP, Stan; COLLINS, T. E. **5ª geração do marketing: maximarketing II, o segredo para alcançar o objetivo maior do marketing: a fidelização da clientela**. São Paulo: McGrawill, 1996.

ROTHSCHILD, Michael L.; GAIDIS, William C. Behavioral learning theory: its relevance to marketing and promotions. **Journal of Marketing**, 1981.

O ENSINO SUPERIOR NO PARAGUAI E OS RANKINGS DE CLASSIFICAÇÃO

HIGHER EDUCATION IN PARAGUAY AND CLASSIFICATION RANKINGS

FERNANDES, Elisiane Alves ¹
FLEITAS, Diego Hernán Recalde ²
FERNANDES, Andreia Castiglia ³

RESUMO: As instituições de ensino superior do Paraguai não figuram nos rankings de classificação mundial de universidades, sendo esse um assunto de extrema importância para a qualidade da educação no país. Analisando os critérios de classificação utilizados nos rankings foi possível avaliar a possibilidade de transformar essa realidade. Para isso conhecer a História do Ensino Superior, o Ensino Superior na América Latina, o Ensino Superior no Paraguai, a Qualidade do Ensino Superior e os Rankings de Classificação no Ensino Superior foi essencial para recomendar ações para que as universidades paraguaias passem a ser citadas nesses rankings.

Palavras-chave: Ensino Superior. Qualidade. Rankings. Universidade.

ABSTRACT: *The undergraduate institutions in Paraguay do not appear in the world ranking that classify universities, this is a subject of extreme importance for the education quality in the country. Analyzing the criteria used for the classification in the ranking, was possible to evaluate the possibility to transform this reality. For that, to know the History of the Undergraduate Education, the Latin America Undergraduate Education, the Undergraduate Education in Paraguay, the Quality of the Undergraduate Education and the Classification Rankings in the Undergraduate Education were essential to recommend actions for the Paraguayan universities to be mentioned in those rankings.*

Key words: Undergraduate Education. Quality. Rankings.

¹ Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Evangélica del Paraguay. Email: elisiane543@gmail.com.

² Bacharel em Contabilidade Pública pela Universidad Nacional de Asunción. Email: fleitasdie@hotmail.com.

³ Doutora em Educação pela Universidad Evangélica del Paraguay. Email: andreia@looz.com.br

1 INTRODUÇÃO

Pesquisar sobre um assunto requer curiosidade e intenção de buscar entender os motivos, propondo novas alternativas e recomendações. É necessário analisar novos caminhos e ter o equilíbrio para manter o que está bom e modificar o que incomoda.

A qualidade na educação superior sempre foi um assunto sério e considerado de extrema necessidade para mudar a realidade de um país e essa realidade nas instituições de ensino superior no Paraguai referente sua presença mundial não é conveniente e nem adequada e o fato dessas instituições não figurarem nos rankings de classificação mundial de universidades, proporcionou a vontade de conhecer os critérios de classificação utilizados para avaliar a possibilidade de transformar essa realidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No referencial teórico apresenta-se a História do Ensino Superior, o Ensino Superior na América Latina, o Ensino Superior no Paraguai, a Qualidade no Ensino Superior e os Rankings de Classificação do Ensino Superior.

2.1 HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR

A história da educação superior iniciou na Europa antes do fim do século XII, eram instituições que uniam os mestres e discípulos da Igreja Católica, sendo apontados como instituições de elite, porque seus objetivos eram graduar os filhos dos nobres, de acordo com Cunha (2011). A partir do século XV começou-se a discutir sobre o oferecimento do ensino superior, buscando a profissionalização dos educandos, então as instituições de ensino passaram a ter princípios de argumentação e não somente posições autoritárias conforme Charles (2005).

Para Cunha (2011) as universidades passaram a ser vistas como um espaço de pesquisa desde o século XVI seguindo esse modelo até hoje.

2.2 O ENSINO SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA

A América Latina segundo Magalhães (2006) apresentou três tendências, originárias de modelos europeus que se tornaram dominantes: o Alemão, o Francês e o Anglo-Saxônico. O modelo Alemão ou Prussiano entendia que o objetivo principal da universidade era a criação e transmissão do conhecimento. O modelo Francês ou Napoleônico visava à formação técnica profissionalizante, como consequência das

imposições da industrialização, propiciando o estabelecimento, na América Latina, de IES para cada profissão, diplomando alunos e outorgando títulos reconhecidos pelo governo. Já o modelo Anglo-Saxônico ou Newmeniano, com vínculos concentrados nas Universidades de Cambridge e Oxford, buscava a educação geral dos alunos, visando formar indivíduos especialistas para o mercado de trabalho, atendendo, assim, as necessidades das empresas da época e do próprio Estado. Esses modelos influenciaram as universidades na América Latina, que enfrentaram o “embate de como conciliar o ensino profissional com a atividade científica” (CUNHA, 2011, p. 20).

2.3 O ENSINO SUPERIOR NO PARAGUAI

A primeira universidade de ensino superior do Paraguai foi a Universidade Nacional de Assunção - UNA que depois de inúmeras tentativas que datam da era colonial, foi fundada em 24 de setembro de 1889.

O projeto foi aprovado durante o governo do presidente constitucional Patricio Escobar, pela persistência do congresso ou parlamento nacional. Esta lei estabeleceu a constituição de três faculdades, sendo elas: Direito e Ciências Sociais, Medicina e Matemática.

A UNA foi à única universidade no Paraguai até 1960, quando foi fundada a Universidade Católica Nuestra Señora de la Asunción.

O país possui atualmente 6 (seis) universidades públicas, 47 (quarenta e sete) privadas e 21 institutos e faculdades de ensino superior para o ensino presencial totalizando 74 instituições e 1 (uma) universidade pública e 7 (sete) privadas para o ensino a distância para uma população de 6.725 milhões de habitantes, de acordo com o Banco Mundial (2016).

2.4 QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR

Em meados da década de 1980 surgiram os primeiros questionamentos sobre a qualidade na educação nos Estados Unidos da América e na Europa tornando o assunto prioridade. A educação superior é de extrema importância para o crescimento sociocultural e econômico dos países, das sociedades e dos indivíduos, assim a avaliação da qualidade das instituições de educação é um assunto de grande relevância para governos, instituições e sociedades.

Barnett (1992) afirma que não é possível ter uma opinião formada e consistente sobre qualidade no ensino superior se não tiver uma concepção adequada da educação superior. Já Fazendeiro (2002) aborda a avaliação de qualidade nos planos macro e mega, onde a educação para ser de qualidade precisa ter características desejáveis e observáveis em aspectos de equidade, relevância e eficiência.

2.5 OS RANKINGS DE CLASSIFICAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Encontrou-se 19 instituições que classificam as universidades do mundo, sendo algumas específicas por regiões como Academic Ranking of World Universities (ARWU - Ranking de Shanghai) e ShanghaiRanking's Global Ranking of Academic Subjects. Outras classificam somente as melhores como a QS Top 50 under 50 que classifica somente as 50 melhores do mundo. (UPC, 2019)

Um dos rankings mais conhecidos é o QS Top Universities (2019) que não classifica nenhuma instituição paraguaia, porém ao consultar o site se encontra informações sobre a Universidad Nacional de Asunción, a Universidad Católica Nuestra Señora de La Asunción, a Universidad Nacional de Pilar, a Universidade Americana, a Universidad Nacional de Itapúa, porém não as classifica, somente informa tipo de instituição e número de alunos. A mesma instituição cita a Universidad Autónoma de Asunción com informações de Visão Global, Instalações, Vida de Estudante, Formas de Ingresso e Cursos e até um vídeo institucional.

Somente o Ranking Web of Universities classifica 38 das 74 instituições de ensino superior do Paraguai.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como procedimentos metodológicos menciona-se a caracterização do tipo de pesquisa, a técnica e o método utilizados nesta investigação.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Para auxiliar no alcance dos objetivos e qualificar as interpretações foi utilizada a pesquisa bibliográfica, porque ela tem o objetivo de trazer as referências teóricas já analisadas. Segundo Fonseca (2002):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já

se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

3.2 TÉCNICA DE PESQUISA

A análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa e, como tal, tem determinadas características metodológicas: objetividade, sistematização e inferência.

Segundo Bardin (1979, p. 42), ela representa um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens.

3.3 MÉTODO DE PESQUISA

O método empregado para apoiar nas interpretações é o Hermenêutico porque estuda a compreensão dos relatos de outras pessoas, representando a arte ou o método de interpretação que busca entender os fatos, os contextos e os textos.

O trabalho investigativo traz à luz fatos, dados, relações, elementos que não são percebidos no cotidiano. Isso só é possível quando se tem o entendimento do caminho que se necessita seguir, mas, principalmente quando se conhece como percorrer este caminho. Alguns elementos no caso da pesquisa científica são primordiais para se chegar ao fim que se busca. Além de técnicas e procedimentos é primordial ter um método, a ferramenta com a qual é possível analisar a realidade, os óculos que necessários para percebê-la. Para Ghedin (2004):

[...] compreender significa explicar o sentido das significações atribuídas à realidade das coisas e do mundo. Seja qual for o método ou a maneira utilizada, é próprio do ser humano significar e, através da interpretação, compreender toda a complexa realidade que nos envolve. Para compreender o sentido de nossos atos é preciso passar pela explicação. A compreensão é resultado, inacabado, de um processo de explicação (GHEDIN, 2004, p. 07).

O autor também afirma que “o método não é uma explicação exterior, o método não é simplesmente um instrumento, não é apenas procedimento de tipo técnico. Não é apenas um caminho mecânico que permitiria ser trilhado através do uso de algumas regras” (GHEDIN, 2004, p. 13).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As universidades estão maiores, mais populares e mais globais, o que ajuda a explicar o interesse e influência dos rankings na atualidade. Porém, estabelecer comparações entre universidades não é um exercício simples, é preciso considerar variáveis como tamanho, história e contexto de criação, missão e objetivos. A avaliação das universidades através dos rankings é parcial tendo em vista que nenhum deles mensura todos os aspectos de uma universidade, afirma Vanz (2018) os rankings utilizam indicadores diferentes, atribuindo pesos variados a cada um deles. Esta pesquisa oportunizou conhecer detalhes metodológicos sobre os principais rankings universitários globais e conhecer as críticas acerca de cada um deles, permitindo o entendimento aprofundado da informação contida em suas tabelas classificatórias.

4.1 OS RANKINGS

Ao investigar as instituições que classificam as universidades em rankings mundiais identificou-se os 3 principais como sendo: o Time Higher Education (THE), o QS Top Universities e o Scimago Institutions Rankings (SIR), contudo optou-se por citar o Web Ranking Universities por ser o único que classifica 38 das 74 instituições de ensino superior paraguaias.

4.1.1 Times higher education (THE)

O THE elaborado pela revista inglesa classifica mundialmente universidades e publica os resultados através do Times University World Classings, a lista de 2019 inclui 1.250 universidades.

Considerado por especialistas, segundo Pati (2018), como o principal e mais importante ranking de universidades do mundo, se consideram como tendo a única tabela global de desempenho universitário que avalia universidades em todas as suas principais missões: ensino, pesquisa, transferência de conhecimento e perspectivas internacionais, de acordo com informações coletadas em sua página na internet. São utilizados 13 indicadores de desempenho cuidadosamente preparados para fornecer as comparações mais abrangentes e equilibradas, com a confiança de estudantes, acadêmicos, líderes de universidades, indústria e governos. (THE, 2019).

Todos os índices de cálculo do Times Higher Education World University Rankings 2019 foram submetidos a auditoria independente feita pela

PricewaterhouseCoopers (PwC), tornando-os os únicos rankings universitários globais submetidos a um exame completo e independente dessa natureza.

A universidade de Oxford primeira colocada possui 20.298 estudantes, 40% são estudantes internacionais, 46% são do sexo feminino e 54% do sexo masculino, sua pontuação geral 96,0, sendo Ensino: 91,8; Pesquisa 99,5; Citações: 99,10 e Perspectiva Internacional 96,3. A segunda colocada Universidade de Cambridge tem 1,2 pontos a menos, ambas as instituições são do Reino Unido.

No total, 86 países estão representados no THE, incluindo Iraque, Jamaica, Nepal, Tanzânia e Cazaquistão pela primeira vez. Os critérios utilizados para a classificação são:

Ensino (o ambiente de aprendizagem): 30%, sendo: Pesquisa de reputação: 15%, Proporção pessoal / aluno: 4,5%, Proporção de Doutorado para Bacharel: 2,25%, Proporção de doutorados concedidos a acadêmicos: 6%, Renda institucional: 2,25% Pesquisa (volume, renda e reputação): 30%, Pesquisa de reputação: 18%, Renda de pesquisa: 6%, Produtividade da pesquisa: 6%. A produtividade é medida pelo número de artigos publicados em periódicos acadêmicos indexados pelo banco de dados Scopus, essa indexação tem o objetivo de medir a capacidades de publicações da universidade.

Citações (influência da pesquisa): 30%, O indicador de influência em pesquisa analisa o papel das universidades na disseminação de novos conhecimentos e ideias. É examinado aproximadamente 62 milhões de citações para mais de 12,4 milhões de artigos de periódicos, resenhas de artigos, anais de congressos e livros e capítulos de livros publicados ao longo de cinco anos. Os dados incluem as 23.000 revistas acadêmicas indexadas pelo banco de dados Scopus da Elsevier e todas as publicações indexadas entre 2012 e 2016. As citações podem mostrar quanto cada universidade está contribuindo para a soma do conhecimento humano.

Ainda são utilizados índices como Perspectiva Internacional (funcionários, estudantes, pesquisa): 7,5%, Proporção entre Estudantes Internacionais e Domésticos: 2,5%, Relação entre Trabalhadores Internacionais e Domésticos: 2,5%, Colaboração Internacional: 2,5% e Renda da Indústria (transferência de conhecimento): 2,5%, onde é medida a capacidade de uma universidade em colaborar com inovações, invenções e consultoria tornou-se uma missão central da academia global contemporânea.

A maioria dos países não aparece nessa lista das 1.250 universidades avaliadas pelo THE, entre eles o Paraguai, porém ao clicar no mapa da América do Sul é possível localizar um tópico chamado Estude no Paraguai que mostra uma lista com 6

universidades, sendo elas Universidad Autónoma de Asunción, Universidad Nacional de Asunción, Universidad Americana Del Paraguay, Universidad Nacional de Pilar (UNP), Universidad Católica "Nuestra Señora de la Asunción" e Universidad del Norte Paraguay. O tópico no THE (2019) apresenta também o texto:

Se você quer estudar no Paraguai precisas saber quais universidades são as melhores. Times Higher Education O World University Rankings integra as principais instituições do mundo e analisa seu desempenho em todos os seus principais objetivos: ensino, pesquisa, transferência de conhecimento e perspectivas internacionais.

O Paraguai não possui atualmente nenhuma universidade no ranking mundial de universidades do Times Higher Education. No entanto, se obtiver dados sobre quaisquer instituições no país, eles aparecerão no mapa. Os recursos dos indicadores do THE estão aqui para ajudá-lo a fazer a escolha certa com algumas informações importantes para ajudar nessa escolha. No mapa se encontra as principais universidades do Paraguai, Clique "explorar" para saber mais sobre elas. Também foram extraídas informações sobre o quanto o Paraguai está investindo em sua educação superior e quantas pessoas moram lá. (THE, 2019, tradução nossa).

Dados estatísticos gerais do país figuram com informações de despesas com educação, no qual 23,33% são no ensino superior para uma população 6.811.297, sendo a Taxa Desemprego 4,71% e o PIB anual de 5,21%. (THE, 2019, tradução nossa).

4.1.2 Qs world university rankings

O QS World University Rankings acredita que possui uma estrutura metodológica consistente capaz de obter o desempenho universitário de forma precisa utilizando seis critérios principais. Em 2015 utilizaram o corpo docente para garantir que instituições especializadas em Ciências da Vida e Ciências Naturais não fossem indevidamente favorecidas, evitando-se mudanças fundamentais.

Com a pretensão de garantir que as comparações anuais permaneçam válidas, as universidades continuaram a ser avaliadas de acordo com seis indicadores: reputação acadêmica; reputação do empregador; relação docente / estudante; citações por faculdade; índice da faculdade internacional e índice internacional de estudantes.

A reputação acadêmica corresponde a 40% e reúne informações de mais de 80.000 indivíduos ligados ao ensino superior, porque considera uma forma inigualável de medir o sentimento da comunicada acadêmica.

A reputação do empregador considerada 10% e tem o objetivo de avaliar como as instituições promovem a preparação para o mercado de trabalho, esses 10% são considerados em 40.000 respostas onde os empregadores identificam as instituições que constata os egressos mais competentes, inovadores e eficazes.

A proporção de professores / alunos é considerada como 20%, porém é muito difícil medir, ainda que a qualidade do ensino superior seja considerada como de maior importância pelos estudantes, foi identificado que medir as proporções de professor / aluno é uma medida que representa de forma mais eficaz o ensino da qualidade. É reconhecido que a proporção maior de professores por aluno reduzirá a carga de ensino de cada um individualmente.

A citação por docente corresponde a 20% sendo o resultado da pesquisa um dos elementos principais da missão de uma instituição, por isso essa medição ocorre calculando o número total de citações recebidas por todos os trabalhos produzidos em um período de cinco anos pelo número de professores dessa instituição. Para definir esse elemento é importante entender que os campos têm culturas editoriais diferentes, como por exemplo, os artigos que se referem a Ciências da Vida são responsáveis por quase metade das citações em 2015, por isso artigos de áreas diferentes também são medidas de forma diferente, buscando assegurar que todos tenham o mesmo impacto ao serem avaliados. Todos os dados de citações são obtidos usando o banco de dados Scopus da Elsevier, o maior repositório mundial de dados de periódicos acadêmicos. Em 2018, o QS avaliou 66 milhões de citações de 13 milhões de artigos, excluído as autocitações.

A proporção de docentes e de estudantes internacionais significam 10%, essa medida avalia a capacidade que uma instituição tem para atrair professores e alunos do mundo todo. A facilidade de intercâmbio de melhores práticas e crenças, são internacionalizadas possuindo uma marca forte internacionalmente e são altamente globais, proporcionam aos alunos uma simpatia e consciência considerando habilidades sociais valiosas para os empregadores. (QS, 2019, tradução nossa).

4.1.3 Scimago institutions rankings (SIR)

O SCImago Institutions Rankings (SIR) é uma instituição que classifica instituições acadêmicas e de pesquisa combinando três conjuntos diferentes de indicadores com base no desempenho da pesquisa, nos resultados da inovação e no impacto social medido pela sua visibilidade na web.

Essa instituição fornece uma interface amigável que permite a visualização de qualquer classificação personalizada a partir da combinação desses três conjuntos de indicadores. Além disso, é possível comparar as tendências para indicadores individuais de até seis instituições. Para cada grande setor também é possível obter gráficos de distribuição dos diferentes indicadores.

Para fins comparativos, o valor do indicador composto foi definido em uma escala de 0 a 100. No entanto, os gráficos de linhas e os gráficos de barras sempre representam classificações (menor é melhor, portanto, os valores mais altos são os piores).

Com a finalidade de alcançar o mais alto nível de precisão para os diferentes indicadores, um extenso processo manual de desambiguação dos nomes da instituição é realizado. O desenvolvimento de uma ferramenta de avaliação para análise bibliométrica que visa caracterizar instituições de pesquisa envolve uma enorme tarefa de processamento de dados relacionada à identificação e separando instituições através da afiliação institucional de documentos incluídos no Scopus. O objetivo do SCImago, nesse aspecto, é duplo porque define e identifica instituições, elabora uma lista delas na área da pesquisa sendo cada instituição identificada e definida.

É levada em consideração a atribuição de publicações e citações a cada instituição quanto a sua afiliação institucional de cada autor no campo 'afiliação' do banco de dados. Foi desenvolvido um sistema misto (manual e automático) para a atribuição de afiliações a uma ou mais instituições, conforme necessidade, bem como a identificação de vários documentos com o mesmo DOI e / ou título.

As instituições são agrupadas pelos países aos quais elas pertencem. Instituições multinacionais (MUL) que não podem ser atribuídas a nenhum país também foram incluídas. Ainda há um grupo de sub-instituições, identificadas com o nome abreviado da instituição-mãe. As instituições-mãe mostram os resultados de todas as suas sub-instituições e também são agrupadas por setores como por exemplo: Universidades, Saúde, Governo e outros.

Para fins de classificação, o cálculo é gerado a cada ano a partir dos resultados obtidos ao longo de um período de cinco anos, terminando dois anos antes da edição do ranking. Por exemplo, se o ano de publicação selecionado for 2019, os resultados usados serão aqueles do período de cinco anos 2013-2017. A única exceção é o caso dos indicadores da web, que foram calculados apenas para o último ano.

O critério de inclusão é que as instituições tenham publicado pelo menos 100 trabalhos incluídos no banco de dados do SCOPUS durante o último ano do período de tempo selecionado. A fonte de informação utilizada para os indicadores de inovação é o banco de dados PATSTAT, as fontes de informação usadas para os indicadores de visibilidade da Web são o Google e o Ahrefs, o banco de dados Unpaywall é usado para identificar documentos do Open Access e o Altmetrias das métricas PlumX e Mendeley são usadas para o Fator Societal.

Com o objetivo de fornecer uma ferramenta métrica útil para instituições, formuladores de políticas e gerentes de pesquisa para a análise, avaliação e melhoria de suas atividades, produtos e resultados, a SIR passou a utilizar a LEAGUE TABLE para classificar os indicadores que são divididos em três grupos para refletir as características científicas, econômicas e sociais das instituições.

Figura 1: Indicadores da SIR

Fator	Indicador	Peso
Pesquisa (50%)	Impacto Normalizado (NI)	13%
	Excelência com Liderança (EwL)	8%
	Saída (O)	8%
	Liderança Científica (L)	5%
	Não Possuir Revistas (NotOJ)	3%
	Revistas Próprias (OJ)	3%
	Excelência (Exc)	2%
	Publicações de alta qualidade (Q1)	2%
	Colaboração Internacional (IC)	2%
	Acesso Aberto (OA)	2%
	Pool de talentos científicos (STP)	2%
Inovação (30%)	Conhecimento Inovador (IK)	10%
	Patentes (PT)	10%
	Impacto Tecnológico (TI)	10%
Societal (20%)	Altmetria (AM)	10%
	Links Inbound (BN)	5%
	Tamanho da Web (WS)	5%

Fonte: SIR Methodology

O SIR inclui tanto os indicadores dependentes do tamanho quanto os independentes do tamanho; ou seja, os indicadores influenciados e não influenciados pelo tamanho das instituições. Desta forma, fornece estatísticas gerais da publicação científica e de outros produtos das instituições, ao mesmo tempo que permite comparações entre instituições de diferentes tamanhos. É preciso ter em mente que, uma vez que o indicador final tenha sido calculado a partir da combinação dos diferentes indicadores (aos quais

foi atribuído um peso diferente), os valores resultantes foram normalizados em uma escala de 0 a 100. (SIR, 2019, tradução nossa).

4.1.4 Web rankings universities

O Ranking Web ou Webometrics é o maior ranking acadêmico de Instituições de Ensino Superior. Que desde 2004 e a cada seis meses faz um levantamento científico independente, objetivo, livre e aberto que é realizado pelo Laboratório de Cybermetrics (CSIC) com o objetivo de obter informações confiáveis, multidimensionais, atualizadas e úteis sobre o desempenho de universidades de todo o mundo com base no seu impacto e presença na internet e classifica 28.000 instituições no mundo.

Os estudos do Cybermetrics Lab são quantitativos na internet desde os anos 90. Na conferência da Associação Europeia para o Estudo da Ciência e Tecnologia - ASST / 4S em Bielefeld 1996 foi feito um primeiro indicador, sendo em 1999 o primeiro levantamento de universidades europeias. Esses estudos são considerados como a continuação da investigação cientométrica que foi iniciada em 1994.

Apresentados em conferências internacionais em 1995 e 1996, seus resultados foram publicados em periódicos de alto impacto como Journal of Infometrics e Journal of the American Society. Em 2003 após a publicação de novos rankings como Shanghai Jiatong University e o Ranking Acadêmico das Universidades do Mundo (ARWU) foi adotado como principais as inovações, onde o ranking seria construído desde dados publicados e disponíveis na internet combinando as variáveis com indicadores compostos com uma cobertura global e real. Em 2004 foi publicada a primeira edição e desde 2006 publicada duas vezes ao ano.

O objetivo principal do Ranking é apoiar as iniciativas de publicação de dados de acesso aberto aumentando significativamente a transferência do conhecimento científico e cultural das universidades para todos da sociedade.

A publicação dos rankings é uma importante ferramenta, sendo poderosa e bem sucedida para iniciar e solidificar os processos de transformação acadêmica, ampliando o comprometimento dos estudantes e estabelecendo estratégias extremamente necessárias.

Os sites das universidades são avaliados de acordo com a sua aparência ou facilidade de acesso ou ainda na fama do seu conteúdo baseado do número de visitantes, esses indicadores são considerados essenciais para uma avaliação correta e que tenha

abrangência profunda do desempenho global de cada universidade, considerando as atividades, produtos, relevância e impacto.

Após esses levantamentos é possível classificar a universidade e verificar se a presença na web é um indicador confiável da qualidade da universidade. A web é a base para o futuro das missões universitárias porque é uma ferramenta essencial de comunicação, um canal de ensino a distância, uma vitrine para atrair talentos, financiamentos e recursos.

Em todas as edições somente foi publicado um único ranking classificando as instituições com uma combinação de indicadores e investigações minuciosas.

O ranking webometrics classifica todas as instituições do mundo e não apenas as consideradas do mundo desenvolvido. Os demais rankings classificam as universidades de “classe mundial” não classificando instituições pequenas ou muito especializadas. Constantemente esses indicadores são revisados e evoluem para melhorar a classificação.

O Webometrics também analisa links para avaliação de qualidade, considerado como uma ferramenta muito mais poderosa do que a análise de citações ou pesquisas globais. No caso da bibliometria conta apenas com reconhecimento formal entre pares, enquanto os links não incluem apenas citações bibliográficas, mas também envolvimento de terceiros com atividades universitárias. (Webometrics, 2019, tradução nossa).

Tabela 1: Universidades no Ranking

Posição	Classificação	University	Presence Rank*	Impact Rank*	Openness Rank*	Excellence Rank*
1	2.691	Universidad Nacional de Asunción	300	3.614	3.872	3.177
2	5.362	Universidad del Norte Paraguay	4.995	6.049	10.206	4.908
3	8.144	Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción	14.829	11.338	11.401	4.768
4	8.317	Universidad Autónoma de Encarnación	3.018	5.320	11.401	6.033
5	10.142	Universidad Autónoma de Asunción	1.991	8.167	11.401	6.033
6	10.414	Universidad Nacional del Este	3.481	12.809	11.401	5.288
7	11.355	Universidad Nacional de Itapúa	1.923	9.635	11.401	6.033
8	13.293	Universidad Columbia del Paraguay	14.649	10.972	11.401	6.033
9	14.178	Universidad Autónoma del Paraguay	19.619	18.934	11.401	4.908
10	16.033	Universidad Metropolitana de Asunción	3.050	15.735	11.401	6.033
11	16.986	Universidad Iberoamericana Paraguay	1.608	17.270	11.401	6.033
12	17.226	Universidad de Integración de las Américas	15.091	16.120	11.401	6.033
13	17.656	Universidad Comuna del Paraguay	21.602	16.048	11.401	6.033
14	17.656	Universidad Tecnológica Intercontinental	6.811	17.271	11.401	6.033
15	17.712	Universidad Americana Paraguay	16.150	16.612	11.401	6.033
16	17.939	Universidad Politécnica y Artística del Paraguay	2.631	18.196	11.401	6.033
17	18.280	Universidad Nacional de Caaguazú	1.599	22.002	11.401	5.580
18	18.374	Universidad del Cono Sur de las Américas	18.662	17.235	11.401	6.033
19	18.421	Universidad Nacional de Pilar	9.543	18.009	11.401	6.033
20	18.661	Universidad del Pacífico Paraguay	17.405	17.669	11.401	6.033
21	19.706	Instituto Superior de Educación	4.517	20.056	11.401	6.033
22	20.083	Universidad Autónoma del Sur UNASUR	12.543	19.824	11.401	6.033
23	20.407	Universidad Adventista del Paraguay	22.388	19.387	11.401	6.033
24	21.049	Universidad Privada del Este	18.967	20.568	11.401	6.033
25	21.101	Universidad Nacional de Villarica del Espíritu Santo	10.746	21.260	11.401	6.033
26	21.672	Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción Sede Regional Alto Paraná	20.100	21.148	11.401	6.033
27	21.907	Universidad Internacional Tres Fronteras	22.275	21.219	11.401	6.033
28	21.921	Universidad Central del Paraguay	19.074	21.561	11.401	6.033
29	22.041	Universidad San Carlos Paraguay	24.560	21.084	11.401	6.033
30	22.439	Universidad Nacional de Concepción	17.915	22.271	11.401	6.033
31	23.202	Universidad San Sebastián	14.298	23.468	11.401	6.033
32	23.540	Universidad Evangélica del Paraguay	18.910	23.499	11.401	6.033
33	23.586	Escuela de Administración de Negocios de Educación Superior	21.528	23.338	11.401	6.033
34	23.679	Universidad de Desarrollo Sustentable Paraguay	25.900	22.922	11.401	6.033
35	24.045	Universidad Privada San Lorenzo	27.782	22.081	11.401	6.033
36	24.962	Universidad Española	18.324	25.178	11.401	6.033
37	25.209	Universidad Serrana	11.605	25.791	11.401	6.033
38	25.581	Universidad del Chaco	5.341	26.398	11.401	6.033

Fonte: Webometrics

No webometrics as universidades paraguaias são classificadas de acordo com a

Tabela 1, sendo a melhor delas Universidad Nacional de Asunción seguida da Universidad Del Norte Paraguay, são citadas 38 instituições paraguaias.

4.2 RESULTADOS

A publicação dos rankings universitários proporcionou o debate sobre o tema qualidade e o desempenho da educação superior, também e produziu uma enorme influência na sociedade e na globalização das universidades. O rápido crescimento e aceitação dos rankings pela sociedade constitui a prova de sua utilidade, e sua popularidade deve-se em grande parte à simplicidade de seus indicadores (HAZELKORN, 2013).

De acordo com indicadores utilizados pelos principais rankings é importante ter em consideração que figurar em qualquer um dos rankings é um desafio a longo prazo, é necessário que as universidades paraguaias tomem conhecimento de todos esses indicadores e da posição que sua instituição se situa, buscando criar a cultura e o entendimento a todos da comunidade acadêmica da importância dessa classificação.

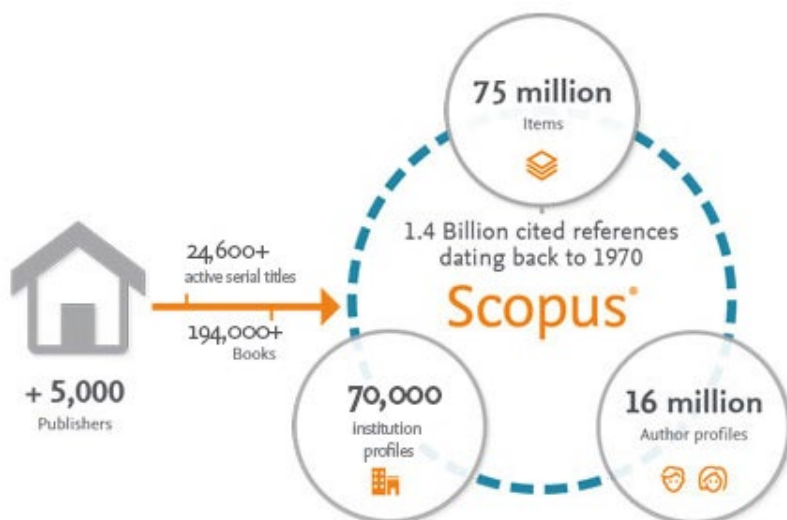
Um país pode ter muitas instituições de qualidade sem figurar nesses rankings por não perceberem a importância deles, porém para atrair investimentos e melhorar condições de ensino, pesquisa e extensão é importante que todos tenham conhecimento da sua qualidade e principalmente da sua existência.

Analisando os indicadores utilizados pelos principais rankings é possível verificar que levam em consideração basicamente os mesmos indicadores, mudando em alguns casos o percentual de cada um. Os principais indicadores são a incidência de pesquisa, a proporção de aluno x professor, número de doutores para cada estudante, a produtividade, a produção e número de citações na web.

Importante destacar que ter publicações no banco de dados Scopus que indexa o conteúdo de 24.600 títulos ativos e 5.000 editores, que são rigorosamente examinados e selecionados por um comitê de revisão independente e usa uma rica arquitetura de metadados subjacentes para conectar pessoas, ideias e instituições publicadas.

Esse banco de dados utiliza ferramentas e análises sofisticadas, gera resultados precisos de citações, perfis detalhados de pesquisadores e insights que conduzem a melhores decisões, ações e resultados.

Figura 2: Como o Scopus funciona



Fonte: Scopus

4.3 RECOMENDAÇÕES

Ter uma instituição presente e bem classificada nos rankings requer pesquisa e planejamento a longo prazo. Entender os indicadores dos rankings é essencial para programar e organizar ações que levem a instituição ao crescimento de suas publicações e citações nos indicadores dos rankings.

Toda a comunidade acadêmica deve estar ciente da importância da classificação para seu futuro profissional e futuro da pesquisa e extensão da universidade, da cidade e do país onde estão inseridos. De acordo com Webometrics (2018) é necessário:

...motivar as instituições e os estudiosos a ter uma presença na web que reflita com precisão suas atividades. Se o desempenho da web de uma instituição estiver abaixo da posição esperada de acordo com sua excelência acadêmica, as autoridades universitárias devem reconsiderar sua política na web, promovendo aumentos substanciais do volume e qualidade de suas publicações eletrônicas. (WEBOMETRICS, 2018, s.p.)

Estimular a pesquisa, a publicação e a produção requer estímulo constante por parte da universidade porque a rotatividade de discentes e docentes é o principal desafio para manter a comunidade acadêmica preparada, disposta e determinada.

De acordo com SIBI (2018), para aumentar o impacto das Universidades na Web e no Ranking Webometrics é necessário:

- a) ter um domínio institucional exclusivo, importante não mudar o domínio para não prejudicar citações anteriores;
- b) criar conteúdo de presença na web, apoiando docentes, pesquisadores e estudantes;
- c) converter em formato eletrônico trabalhos de conclusão, dissertações, teses, artigos relevantes da história acadêmica e inserir no repositório da instituição;
- d) interligar as páginas usando links de outras páginas para melhorar a visualização com portais de colegas ou parceiros;
- e) manter os sites em outros idiomas e de preferência o inglês;
- f) manter os repositórios em .pdf ou .doc proporciona melhor visibilidade e facilidade de acesso; g) manter projetos amigáveis evitando utilizar navegação pesada com o uso de flash Java ou javascript porque podem ser bloqueados por robôs, ideal utilizar páginas estáticas;
- g) verificar constantemente o número de visitas com gráficos e tabelas que demonstrem os acessos e principalmente a origem dos acessos, buscar manter o google analytics atualizado
- h) manter o conteúdo antigo no site, ou seja, nunca excluir materiais e notícias mesmo se o site for redesenhado;
- i) usar títulos significativos e metatags descritivos para aumentar a visibilidade, alguns padrões como Dublin Core podem ser usados para acrescentar informações de autoria, palavras chave e outros dados relevantes sobre os sites. (SIBI, 2018, s.p.).

Além dos citados acima que melhoram a visibilidade na internet também é essencialmente importante que as instituições promovam eventos de pesquisa, extensão e iniciação científica em parcerias com outras instituições, que fomentem debates internos, que estimulem a escrita científica, que proporcionem aos docentes tempo para que se dediquem a produção de trabalhos em parceria com discentes, que viabilizem a criação e manutenção de laboratórios de pesquisa científica, que distribuam bolsas de estudo aos discentes que se dediquem a pesquisa e produção, que mantenham repositório interno para divulgar os trabalhos, que treinem uma equipe que tenha dedicação exclusiva para verificar constantemente o impacto de suas publicações na web.

Importante destacar que ter publicações no banco de dados Scopus que indexa o conteúdo de 24.600 títulos ativos e 5.000 editores, que são rigorosamente examinados e selecionados por um comitê de revisão independente e usa uma rica arquitetura de metadados subjacentes para conectar pessoas, ideias e instituições publicadas.

Esse banco de dados utiliza ferramentas e análises sofisticadas, gera resultados precisos de citações, perfis detalhados de pesquisadores e insights que conduzem a melhores decisões, ações e resultados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar essa pesquisa documental verificou-se que os rankings são essenciais para estimular a busca da excelência e que os critérios e indicadores utilizados são simples e fáceis, desde que seja planejado ações e criado subsídios é possível melhorar os índices do ranking onde as universidades paraguaias já são citadas e passar a figurar nos principais rankings de universidades do mundo. É necessário que as instituições paraguaias saibam da existência dos rankings e da importância deles no cenário da educação mundial para começar a sensibilizar e mobilizar a comunidade acadêmica com o objetivo real de mostrar a qualidade que tem.

REFERÊNCIAS

CHARLES, S. A universidade na época democrática: problemas e desafios. Integração, v. 11, n. 43, p. 359-368, 2005. Disponível em: <ftp://ftp.usjt.br/pub/revint/359_43.pdf>. Acesso em 12 maio 2019.

CUNHA, M. R. Gestão estratégica de IES: modelos e funções do planejamento estratégico em universidades públicas e privadas de Palmas – Tocantins (Dissertação de mestrado). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal, 2011. Disponível em: <<http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/3804>>. Acesso 15 mai 2019.

BANCO MUNDIAL. Disponível em <<https://datos.bancomundial.org/>>. Acesso em 09 jul 2019.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa. Edições 70. 1979.

BARNETT, Ronald. Improving higher education: total quality care. Bristol, USA: SRHE and Open University Press, 1992.

CONSEJO NACIONAL DE EDUCACIÓN SUPERIOR. Disponível em: <<http://www.cones.gov.py/>>. Acesso em 07 jun 2019.

ELSEVIER – SCOPUS. Disponível em: < <https://www.elsevier.com/solutions/scopus>>. Acesso em 10 set 2019.

FAZENDEIRO, Antonio. Avaliação da qualidade da educação: uma abordagem no quadro do planejamento. In: CNE. Qualidade e avaliação da educação: seminários e colóquios. Lisboa, Portugal: CNE - Ministério da Educação, 2002.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

GHEDIN, Evandro. Hermenêutica e pesquisa em educação: caminhos da investigação interpretativa. In: II Seminário internacional de pesquisa e estudos qualitativos. 2004, Bauru. Anais. Bauru: USC, 2004. p. 1-14.

HAZELKORN, Ellen. How Rankings are Reshaping Higher Education. In: CLIMENT, V.; MICHAVILA, F.; RIPOLLÉS, M. (Eds.). Los rankings universitarios: mitos y realidades. Madrid: Técnos, 2013.

MAGALHÃES, A. M. A identidade do ensino superior: a educação superior e a universidade. Revista Lusófona de Educação, v. 7, p. 13-40, 2006.

PATI, Camila. 36 universidades do Brasil entraram no maior ranking educacional do mundo. Revista Exame – Carreira Você S/A. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/carreira/36-universidades-do-brasil-entraram-no-maior-ranking-educacional-do-mundo/>>. Acesso em 10 jun 2019.

QS TOP UNIVERSITIES. Disponível em <<https://www.topuniversities.com/qs-world-university-rankings/methodology>>. Acesso em 02 jul 2019.

QS TOP UNIVERSITIES. Disponível em <<https://www.topuniversities.com/universities/universidad-nacional-de-la-asuncion>>. Acesso em 02 jul 2019.

SANZ-CASADO, E. (coord.). Guía de buenas prácticas para la participación de las universidades españolas en los rankings internacionales. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. 2015. 101 p.

SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS (SIR). Disponível em: <<https://www.scimagoir.com/methodology.php>>. Acesso em 10 jun 2019.

TIMES HIGHER EDUCATION (THE). Disponível em: <https://www.timeshighereducation.com/student/where-to-study/study-in-paraguay>. Acesso em 10 jun 2019.

UNIVERSIDAD CATÓLICA NUESTRA SEÑORA DE LA ASUNCIÓN. Disponível em: <<https://www.universidadcatolica.edu.py/historia/>>. Acesso em 03 jul 2019.

UNIVERSIDAD POLITÉCNICA DE CATALUNYA – UPC. Disponível em: <<https://www.upc.edu/ranquings/en/upc-at-international-rankings>>. Acesso em 10 jun 2019.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema Integrado de Bibliotecas. Como aumentar o impacto das Universidades na Web e o Ranking Webometrics. Disponível em: <<http://www.sibi.usp.br/noticias/como-aumentar-o-impacto-das-universidades-na-web-e-o-ranking-webometrics/>>. Acesso em 10 ago 2019.

VANZ, Samile Andréa de Souza. O que medem os Rankings Universitários Internacionais? Apontamentos Teóricos, Indicadores e Características. Inf. & Soc.:Est., João Pessoa, v.28, n.2, p. 83-92, 2018. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/download/38383/pdf>>. Acesso em 04 set 2019.

**A EVOLUÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO:
SUA CONQUISTA POR IGUALDADE**

***WOMAN'S EVOLUTION IN THE LABOR MARKET:
YOUR ACQUIRE FOR EQUALITY***

DA SILVA, Rodolfo do Nascimento¹
FERNANDES, Alexandre Alves²
FERNANDES, Elisiane Alves^{3*}

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo demonstrar os fatos históricos da evolução feminina dentro do mercado de trabalho, evidenciando quais elementos chaves foram fundamentais para as transformações e conquistas. Apresentam-se dados e informações do desenvolvimento e do progresso da mulher na busca de suas vitórias pessoais e profissionais, visto que a pesquisa foi desenvolvida com base no espectro social e cultural, a fim de promover e evidenciar a importância de seu papel no progresso da sociedade. Através de pesquisa descritiva e análise documental de estudos de caso, bibliografias e análises estáticas, foi possível trazer a percepção destes em relação ao nosso cenário atual e demonstrar o quão foi difícil e lento o avanço da mulher nos segmentos de mercado e negócios.

Palavras-chave: Mulher. Evolução. Conquista. Valorização.

ABSTRACT: *This article aims to demonstrate the historical facts of female evolution within the labor market, highlighting which key elements were fundamental to the transformations and achievements. Data and information on the development and progress of women in the pursuit of their personal and professional victories are presented, since the research was developed based on the social and cultural spectrum, in order to promote and highlight the importance of their role in the society. Through descriptive research and documentary analysis of case studies, bibliographies and static analyzes, it was possible to bring their perception in relation to our current scenario and demonstrate how difficult and slow the progress of women in the market and business segments was.*

Keywords: *Woman. Evolution. Conquest. Appreciation.*

¹ Bacharelado em Administração, Faculdade São Francisco de Assis.

² Mestre em Educação, Universidad Evangélica del Paraguay.

³ Mestre em Educação Universidad Evangélica del Paraguay.

*Email: elisiane543@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O trabalho sempre foi visto de forma digno pela sociedade, pois não a nada mais gratificante ao indivíduo que conseguir vivenciar boas experiências com o fruto de seu próprio esforço, mostrando que mesmo a pessoa mais desprovida pode mudar através da dedicação. É notória a importância que o trabalho pode exercer na valorização do indivíduo, sendo um dos primeiros sonhos que começamos a almejar desde pequenos.

A busca por uma atividade profissional que nos represente, que alimente nosso propósito é vital para a construção do indivíduo, este fator foi essencial para muitas mulheres enfrentarem o mundo de preconceitos e tradição patriarcal, abandonando condições de submissão e idealizando seu próprio destino através do esforço e suor. Tempos difíceis foram responsáveis por criar mulheres mais fortes ainda, com princípios em busca de voz a procura.

Mesmo sendo a mulher a pessoa responsável por criar quase sozinha os filhos, o chefe da família perante a sociedade é o homem como afirma Luz e Fuchina (2009):

O papel das mulheres estava bem definido. Responsabilizadas pela educação dos filhos, pela coesão familiar e por todos os afazeres domésticos, as mulheres estavam distanciadas do mercado formal de trabalho. Os homens, no entanto, responsabilizados em manter o sustento da família, tornavam-se legítimos “chefes familiares” com um leque grande de poderes perante todos da casa. Estabelece-se a partir deste momento o enaltecimento da figura masculina perante a feminina. (LUZ, FUCHINA, 2009, p.1)

Desde o início dos tempos homens e mulheres trabalharam juntos, uma vez que eles caçavam o alimento e elas os preparavam, mas tão fato nunca foi visto dessa forma, em razão que somente público masculino era capaz de exercer atividades de comércio, e durante muito tempo foi assim. Uma visão limitada e discriminatória preponderava que a mulher não tinha espaço no mercado de trabalho.

Hoje a participação feminina no mercado vem em crescimento quase constante, mas nem sempre as coisas foram dessa forma, enquanto as mulheres modernas conquistam seus objetivos com seus empregos, em outros tempos elas lutavam para um dia poder trabalhar.

Levando isso em consideração, este estudo tem como objetivo, através de pesquisa bibliográfica, contar a trajetória feminina em busca de igualdade dentro do mercado de trabalho e evidenciar o quão importante foram suas vitórias para as futuras gerações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A comparação da mulher com o homem, não é algo novo em nossa civilização, sendo este tipo de confronto entre gêneros desenvolvido em inúmeras áreas de estudo, mas geralmente suas informações de caráter diferenciativo, não buscam trazer as características individuais de cada ser, mas sim uma afirmação da superioridade masculina em relação a mulher.

Como exalta Bergano (2012), analisando as perspectivas teóricas que se propõem a compreender e explicar as diferenças de gênero depara-se com a análise das diferenças biológicas entre homens e mulheres, destacando a forma como foram utilizadas tais informações, ao longo do tempo, as argumentações biológicas que legitimaram assimetrias de gênero e a desvalorização social da mulher.

Auxiliando na criação de estereótipos, associados a preconceitos ou ideias feitas que moldem de forma negativa relações interpessoais, visto que, são informados que pertencem a determinados grupos ou categorias sociais distintas.

Bergano (2012), ainda reforça:

Assim, considerando o primado da diferença biológica entre homens e mulheres, encontrava-se legitimada uma diferenciação hierárquica que subordinava a mulher, uma vez que a inferioridade biológica era transferida para a compreensão e justificação da diferenciação social que se observava na vida cotidiana. Esta formulação tornava de alguma forma, inquestionável a subordinação feminina, uma vez que assentava nas diferenças biológicas, tidas como essenciais e imutáveis. (BERGANO, 2012, p. 32)

A autora Azerêdo (2017), buscou origem da produção e manutenção do preconceito contra a mulher, visto que, atualmente as mulheres estão em toda parte, vivem conosco em casa e cuidam de nós, sendo elas as responsáveis por uns dos papéis mais nobres encarregado a um ser humano a de origem de uma nova vida.

Tendo em vista que diversos fatores ainda estimulam tais comportamentos, Azerêdo (2017), relata em sua obra os mais visíveis na sociedade, nos dias de hoje, como educação patriarcal, desvalorização de capacidade da mulher e hiper sexualização do corpo feminino, conceitos amplos, mas que abrem caminho para diversas condutas destrutivas.

A jornada da mulher no mercado de trabalho como toda sua construção social perante a sociedade, também necessitou de muito esforço individual e coletivo para que aos poucos, ocupassem seus devidos lugares. Este tema é de suma importância porque está diretamente ligado com os acontecimentos que levaram a quebra de padrões e

empoderamento feminino. Considerando que, por muito tempo, a mulher foi vista como frágil e dependente do seu esposo.

Hoje suas conquistas por dignidade e igualdade são lembradas e demonstram seu grande progresso, porém ainda há muito a se fazer, os números atuais ainda demonstram uma grande imparcialidade nessa balança.

O estudo baseado na história brasileira possibilita conhecer os preconceitos e a desigualdade entre homens e mulheres no espectro social e cultural no segmento de mercado de trabalho, sendo essencial beneficiar o leitor com informações úteis e relevantes para auxiliar na construção de seu pensamento crítico.

Mais revoluções estavam por vir como afirma, Saffioti (1976):

As mudanças operadas com o advento do capitalismo industrial não fizeram senão tornar evidentes as funções econômicas das mulheres que desempenham atividades ocupacionais fora do lar, obscurecendo, portanto, seu papel nas indústrias domésticas, que antecederam o regime das fábricas gigantescas e, simultaneamente, marginalizar um grande contingente feminino do sistema dominante de produção de bens e serviços. (SAFFIOTI, 1976, p. 235)

As mulheres do período industrial não necessitavam e não deveriam estar no mercado de trabalho e ganhar seu próprio dinheiro, a sociedade entendia que a atividade de “provedor do lar” deveria ser exclusivamente atribuída ao público masculino. Sendo marginalizadas por qualquer que fosse seu comportamento, controladas e oprimidas, sendo suas únicas funções de vida resumidas a cuidar da casa e dos filhos.

Atividades dadas como de comércio neste período eram desempenhadas por viúvas ou mulheres abandonadas por seus cônjuges, que se viam obrigadas a se desdobrar para garantir o sustento dos filhos, conseguiam pequenas rendas a partir da venda de doces, serviços de costuras, bordados, arranjo de flores e as que possuíam algum estudo, dentre as demais, até conseguiam dar aula de música ou escolares. Grande parte das mudanças provém da necessidade humana, como afirma a Bergano (2012), ausência de propósito, dependência da figura masculina e falta de opção, consumiram mulheres com grande potencial em tempos antigos, mas assim como o tempo é inevitável, o progresso feminino também é.

Complementa Saffioti (1976):

O engajamento de certo número de mulheres em ocupações remuneradas e desempenhadas fora do lar constitui suficiente evidência da ampla aceitação de que supostamente goza o trabalho feminino e da liberdade que a sociedade de classes deixa à mulher para, numa pretensa determinação pessoal e voluntária de sua existência, escolher uma carreira profissional ou o casamento ou ainda a conjunção de ambos. (Saffioti, 1976, p.235)

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que segundo Fonseca (2002), é desenvolvida a partir de levantamento de referências teóricas já realizadas, e publicadas por mídia eletrônica ou escritos, como revistas livros e artigos científicos. O referencial teórico é importante para pesquisador entender quais obras já foram construídas sobre o assunto, mas existem pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando coletar informações teóricas já publicadas com o objetivo de analisar dados do assunto/problema que se busca entender ou solucionar.

Método Hermenêutico: De acordo com Marconi e Lakatos (1991), o método hermenêutico é aquele que visa o entendimento interno dos textos, através da interpretação do autor, trazendo junto consigo o seu conhecimento, experiências, caráter, preconceitos e educação.

Análise documental: É o método que tem como objetivo a análise de documentos, como por exemplo, relatórios, ofícios, tabelas estatísticas, cartas, notas entre outros.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A história da trajetória feminina no mercado brasileiro até hoje não teve seu final, mas conhecer o início dessa jornada é importante para compreender tudo o que foi feito até agora. Quando se pensa na igualdade de direitos na sociedade, é essencial entender o quanto isso demandou de esforço e luta de algumas gerações de mulheres.

A submissão foi um elemento construído em inúmeras mulheres como afirmam Luz e Fuchina (2009):

A mulher por anos restringiu-se a desenvolver ações que a preparavam para ser uma boa esposa e mãe, conseqüentemente, deste modo, desfrutaria de um bom casamento. Desde criança recebia os princípios de uma moral comportamental que a tornaria futuramente em uma “esposa perfeita”. Recebidos estes ensinamentos e alimentados pela fragilidade do sexo feminino, as mulheres acabavam aceitando tal condição e tornavam-se mecanismos de autocontrole da sociedade em torno do comportamento das outras mulheres. (LUZ, FUCHINA, 2009, p.3)

Como destacam Schlickmann e Pizzarro (2013), descontentes com suas posições no início do século XX, elas lutam por direitos que as defendam, mas as tradições dos séculos anteriores prejudicavam qualquer avanço, visto que davam somente ao homem o direito de ser o provedor das necessidades da casa. A elas não cabia o direito de trabalhar

fora, principalmente, com a finalidade de ganhar dinheiro, sequer contavam com o direito de participar das decisões sociais, direito esse que foi dado às brasileiras somente 1934 aproximadamente 14 anos após os Estados Unidos da América, a partir desse direito adquirido, iniciou-se um novo mundo para elas.

A falta de direitos das mulheres sempre beneficiou a discriminação, como cita Nogueira (2006):

No contexto das primeiras etapas do processo de industrialização no Brasil, dada a necessidade de redução dos custos de produção pelo capitalista, a substituição da força de trabalho masculina pela feminina foi realizada com muitos benefícios para o capital, quer pela sua baixa remuneração, quer pela sua característica pouco reivindicatória. A industrialização se desenvolveu no Brasil utilizando-se prioritariamente do trabalho feminino (e infantil). (NOGUEIRA, 2006, p.2)

Poucos conhecem essa parte da jornada, mas a foi com a Primeira e a Segunda Guerra Mundial (de 1914 a 1918 e de 1939 a 1945, respectivamente), que proporcionaram esta chance. Como relatam Probst e Ramos (2003), devido à convocação dos homens para os campos de batalha, muitas mulheres assumiram a responsabilidade de cuidar dos negócios de suas famílias e conseqüentemente com a falta de homens no mercado, elas passavam a preencher tais vagas.

Era extremamente difícil estimar as forças de trabalho feminina no início da produção no Brasil (século XIX), em razão que somente em 1872, com o primeiro recenseamento brasileiro, é que se possível analisar com mais segurança o processo de formação da força de trabalho da mulher.

Nas décadas seguintes com melhores dados afirma Saffioti (1976):

Vale a pena ressaltar que a estrutura da economia no Brasil nesta época era pouco diversificada, tendo os seus trabalhadores (as) vinculados predominantemente à agricultura e em segundo lugar aos serviços domésticos (neste caso prioritariamente a força de trabalho feminina). Do contingente masculino, 68% se encontravam trabalhando na agricultura. Já das mulheres que trabalhavam 35% se dedicavam à agricultura, 33% nos serviços domésticos, 20% como costureiras, 5,3% nas indústrias têxteis e 6,7% em outras atividades. (SAFFIOTI, 1976, p.238)

A guerra chega ao fim, e com ela a vida de muitos homens (pais e filhos) que lutaram por seus países. Os muitos que sobreviveram a esse conflito, não voltaram da mesma forma de quando partiram a guerra devastou suas mentes, seus corpos e seus espíritos. Vivendo tudo isso, as mulheres se sentiram obrigadas a assumirem novos caminhos, novas fases, deixando assim a casa e os filhos para encarregarem-se de levar adiante os projetos e o trabalho realizados anteriormente por seus maridos.

Nos anos 50 pós-guerra os índices e trabalho feminino eram preocupantes segundo Nogueira (2006):

Ainda nos anos 50, no setor de serviços e comércio, as mulheres passaram a representar 32,2% do total de trabalhadores dessa área, indicando uma elevação de 9,5%. Nesta época, do total das trabalhadoras (maiores de 10 anos) apenas 10% se encontravam desenvolvendo atividades fora do espaço reprodutivo; 84,1% dedicavam-se aos trabalhos domésticos ou estudavam, sendo que 5,9% das mulheres eram inativas, totalizando 90%. (NOGUEIRA, 2006, p.4)

Nas décadas de 60 e até final dos anos 70, aconteceram fatores cruciais para o desenvolvimento da mulher no mercado de trabalho, uma vez que suas capacidades foram colocadas em práticas mesmo durante a guerra como enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Um salto no tempo é dado, as industriais, não são mais o foco principal da sociedade, o mundo está mais civilizado, novas tecnologias surgem, apresentando novos métodos de se fazer negócio, pesquisas são realizadas, dados e informações são obtidos, com isso novos empregos surgem, somos expostos a uma nova era, a das grandes organizações e corporações. Empresas robustas e organizadas, com sistemas sofisticados para a época e com um número maior de oportunidades de empregos.

Assim como descrevem Margonato e Souza (2011), empresas mais complexas, necessitavam de funcionários mais capacitados, o estudo e treinamento era um novo requisito para o público feminino, claro que as vagas se limitavam a secretárias e telefonistas, mas ocupar espaços dentro de empresas era o primeiro pequeno passo para a mudança. Com exigência de pré-requisito foram desenvolvidos curso de datilografias e cursos de telefonista/secretária que ensinavam como operar os equipamentos tecnológicos da época como fax e transferência manuais de ligações.

Contudo, este não é um período marcado somente por novas oportunidades e aprendizado, ele trouxe também novos questionamentos, pois muitas mulheres, mesmo com o treinamento exigido não conseguiam emprego. A escolha das vagas por aparência física, por assédio e por gravidez entra em pauta, como explicam Margonato e Souza (2011), vários eram os preconceitos sofridos por mulheres na hora de suas entrevistas, em relação a sua aparência, fator que é visto ainda nos dias atuais, no qual ótimas profissionais são reduzidas a objetos sexuais, em decorrência do poder que os chefes exerciam sobre suas funcionárias, humilhações eram recorrentes, esta submissão e a falta de amparo ao público feminino, foram responsáveis por dar cobertura para atos terríveis

contra a mulher como o assédio verbal ou físico, que deixaram marcas muitas vezes irreversíveis.

A gravidez também foi usada como elemento de exclusão por empresas, a fim de justificar o risco de uma contratação feminina, podendo levar a demissão para as já contratadas, visto que as empresas da época possuíam frieza e antipatia com o problema de seus comandados, as organizações entendiam que ao engravidar ou até mesmo para as que já possuíam filhos significava que poderiam ser uma distração para a funcionária, além de parar sua produção/mão-de-obra poderia acarretar em inúmeras faltas devido à doença das crianças, soa absurdo uma descrição assim, mas até agora a maternidade é vista de forma negativa por empresas, dado que preferem a contratação masculina tendo filhos ou não.

Conforme os acontecimentos das últimas décadas e a falta de abrigo às trabalhadoras brasileiras se viam exploradas e desamparadas. Por pressão popular os políticos viram a necessidade e o dever de intervir, por isso entra em vigor a lei de Proteção ao Trabalho da Mulher em 1988, através da Constituição Federal, que garantia.

Agora homens e mulheres são iguais perante a lei, como destaca Lopes (2006):

A Constituição Brasileira de 1988 é o marco jurídico de uma nova concepção da igualdade entre homens e mulheres. É o reflexo da impressionante transformação social que tomou corpo a partir da segunda metade do século XX e ainda não acabou. Trata-se da superação de um paradigma jurídico que legitimava declaradamente a organização patriarcal e a consequente preferência do homem ante a mulher, especialmente no locus da família. Em seu lugar, delineia-se uma ideologia de igualdade de direitos e deveres. Desaparece a figura da chefia da sociedade conjugal e com ela as preferências e privilégios que sustentavam juridicamente a dominação masculina. (LOPES, 2006, p.407)

Nas últimas décadas do século XX (de 1980 até 1999), podemos perceber uma grande evolução na ocupação da mulher no mercado de trabalho. De acordo com Nogueira (2004), foi a partir dos anos 80 que a balança começa a pesar mais para o lado da mulher, um constante crescimento da população economicamente ativa feminina, condição que é demonstrada em números à medida que de 1981 e 1998 cresceu cerca de 111,5%, aumento esse muito mais intenso que o masculino, sendo essa inversão mantida até os dias de hoje. Esta etapa caracterizou um marco na história feminina este momento foi denominado por algumas pesquisadoras como feminização do mundo do trabalho.

Tabela 1: Brasil: indústria de transformação — 1985/93/97
Distribuição percentual do pessoal ocupado segundo o sexo.

Setor	1985		1993		1997	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Metalurgia	91,48	8,52	89,00	11,00	89,62	10,38
Material Elétrico/Comunicações	67,54	32,46	70,65	29,35	71,25	28,75
Produtos Alimentícios	75,90	24,10	67,45	32,55	64,39	35,61
Bebidas	90,95	9,05	90,92	9,08	85,13	14,87
Fumo	65,92	34,08	57,02	42,98	60,97	39,03
Química	82,96	17,04	81,54	18,46	82,06	17,94
Farmacêutico	67,16	32,84	64,07	35,93	64,11	35,89
Cosméticos/Perfumaria	66,80	33,20	59,38	40,62	61,63	38,37
Material Plástico	70,87	29,13	72,07	27,93	69,05	30,95
Editorial/Gráfica	78,23	21,77	73,27	26,73	67,96	32,04
Mecânica	91,79	8,21	84,74	15,26	82,89	17,11
Material de Transporte	89,72	10,28	87,88	12,12	84,35	15,65
Borracha	85,29	14,71	87,07	12,93	77,45	22,55
Fio/Tecido	49,24	50,76	51,17	48,83	50,35	49,65
Vestuário	22,04	77,96	23,34	76,66	27,59	72,41
Cálçado	54,74	45,26	49,50	50,50	50,70	49,30
Outros	80,11	19,89	82,48	17,52	83,53	16,47
Total	73,65	26,35	71,67	28,33	71,87	28,13

Fonte: (MELO, 2000, p.5)

Bons índices indicavam a força da mulher em diversas áreas do mercado como apresenta Nogueira apud Melo (2006):

Entre os anos de 1985 e 1997, nota-se que os setores químico, farmacêutico, cosmético e plástico absorvem a segunda grande concentração da força de trabalho feminina. No segmento da indústria metalúrgica, o percentual feminino ampliou-se de 8,52%, em 1985, para 10,38%, em 1997, sendo, entretanto, ainda considerada como a menor taxa de participação feminina na indústria. Na indústria de alimentos, fumo e editorial/gráfica, a presença feminina oscila entre 30% e 40%, ao tomarmos como base o ano de 1997. (NOGUEIRA apud MELO, 2006, p.8)

Mas nem tudo era motivo de comemoração, pois mesmo com maior ocupação que homens no mercado, demoraram alguns anos para que os índices de trabalho formal com carteira assinada e salários acompanhassem o percentual de participação, visto que mesmo ocupando grande parcela das áreas de atuação, as mulheres ainda ganhavam menos que os homens.

Tabela 2:
Empregados por sexo e carteira de trabalho assinada - Brasil

SEXO E TIPO DE VÍNCULO	1985	1990	1995	1998	Proporção de empregados com carteira (Totais)			
					1985	1990	1995	1998
	(Em milhões) %							
Total empregados	34,3	40,1	35,6	36,7	--	--	--	--
- com carteira assinada	19,4	23,6	19,6	19,9	56,5	58,8	55,1	54,1
Homens empregados	22,5	25,4	24,0	24,3	--	--	--	--
- com carteira assinada	13,4	15,5	13,3	13,2	59,4	61,0	55,6	54,4
Mulheres empregadas	11,8	14,7	11,6	12,5	--	--	--	--
- com carteira assinada	6,0	8,1	6,3	6,7	51,1	55,1	54,2	53,5

Fonte: (NOGUEIRA, 2006, p.16)

* Estão excluídos empregados domésticos.

Conforme Nogueira (2006, p.16) as autoras ainda lembram de que no período considerado, além da perda dos postos formais de trabalho ter sido mais intensa entre os homens do que entre as mulheres, a sua recuperação, até 1998, também foi bem menor do que a feminina”. Mas é visível na tabela 2, que mesmo com pouco crescimento nos índices de trabalho formal do público masculino, ainda são muito superiores do que o público feminino, devido alguns empregos serem caracterizados somente para homens.

Tabela 3:
Distribuição dos ocupados por sexo e faixas de rendimento - Brasil

Classes de Rendimento	1990		1993		1995		1998	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Mensal (em salários mínimos)								
Até 1 s.m	19,9	33,3	25,5	35,7	19,0	28,2	18,4	25,8
De 1 a 2 s.m	20,3	20,8	22,3	18,9	21,0	19,7	20,7	21,0
De 2 a 5 s.m	29,3	21,9	25,1	14,3	28,1	18,5	29,7	21,3
Mais de 5 s.m	22,8	12,5	15,0	6,4	20,3	10,1	19,6	11,0
Sem rendimento	7,0	11,0	10,9	23,8	10,3	22,7	10,0	19,9
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Milhões	40,0	22,1	40,5	25,9	41,9	27,8	42,3	27,6

Fonte: (NOGUEIRA, 2006, p.9)

Conforme analisado na tabela 3, constata-se que quando comparada aos homens, as mulheres predominam nas faixas de rendimentos mais baixas, apresentado a desigualdade em relação aos valores médios de salário, mesmo ambos sendo iguais perante a lei.

Fatores como falta de conhecimento sobre seus direitos ou até descrença no sistema de justiça influenciaram na velocidade que mulheres buscavam suas garantias de trabalho, com a intenção de dar amparo ao trabalho feminino e punir comportamentos abusivos que a Constituição Federal de 1988 que foi criada.

Como informa Delgado (2008):

A Constituição de 1988, entretanto, firmemente, eliminou do Direito brasileiro qualquer prática discriminatória contra a mulher no contexto empregatício – ou que lhe pudesse restringir o mercado de trabalho –, ainda que justificada a prática jurídica pelo fundamento da proteção e da tutela. Nesse quadro, revogou inclusive alguns dispositivos da CLT que, sob o aparentemente generoso manto tutelar, produziam efeito claramente discriminatório com relação à mulher obreira. (DELGADO, 2008, p. 782).

Qualquer história quando contada, precisa enfatizar seus pontos fortes, este foi o propósito da divisão deste artigo, a jornada da mulher perdura, e jamais será reduzida, pois para as futuras gerações desfrutarem de seus direitos, outras tiveram de servir como exemplo. A trajetória feminina nunca teve o objetivo de provar que a mulher é igual ou melhor que o homem, mas sim representar seu real valor profissional, conforme a sociedade avançou, e novos estudos vieram e foi possível identificar que ambos os sexos têm características particulares de gestão, quando unidas possuem potencial ilimitado. A reflexão sempre será a grande arma do avanço, pois a cada dia a igualdade parece menos desigual.

Do início do século XXI até o presente momento, é com certeza o período que mais exerceu impacto no mercado de trabalho, pois o avanço tecnológico revolucionou a forma que as empresas definiam suas ações, a automação, a conectividade, a robotização, o software de sistema e até mesmo a inteligência artificial fazem parte das ferramentas das organizações atuais, a busca de capital humano chega a novos patamares, capacidades de inovação intelectual e profissional são os novos requisitos do mercado.

Diversos fatores aconteceram para chegarmos a tal momento, o fim é uma certeza que se tem ao descrever uma história, mas é confortável saber que a evolução é constante, pois ciclos fecham-se para novos objetivos e horizontes se abrirem, sempre lembrando o passado para contemplar tudo que pode ser conquistado. No mesmo caminho desta

reflexão segue a trajetória feminina, agora em busca de sua ascensão, mulheres que procuram o protagonismo em altos cargos de poder, sua missão é transformar-se em uma líder, desconfiança sobre o potencial da mulher não são novidades no tema apresentado e não seria diferente nos próximos anos, mas agora a história está a seu favor.

A liderança é um conceito tão antigo quanto o próprio preconceito, diversas pesquisas foram criadas com o objetivo de mostrar o poder que os exemplos exercem. Grande parte das pesquisas atuais é relacionada a líderes empresariais.

Para Chiavenato (1994), liderar é saber usar da melhor forma os incentivos existentes que estimulam, motivam e mudam a tensão do próprio ambiente. Reconhecer que é através das pessoas que os resultados são alcançados, quando conduzidas corretamente, um líder deve se prevalecer de seu exemplo, reduzindo as incertezas e lembrando sempre para a sua equipe que não devem esquecer o seu propósito, esse são fatores cruciais para qualquer planejamento.

Assumir grandes cargos nunca foi uma tarefa fácil de alcançar, no entanto para o público feminino ainda mais devido às barreiras sociais, muitas empresas duvidam que mulheres possam exercer o poder que seus papéis exigem, e por isso dificultam suas entradas

Tabela 4: Barreiras e gênero - Brasil

Barreiras	Mulheres	Homens	Total
Profissão	6,5%	5,9%	6%
Falta de tempo	4,3%	2,3%	2,60%
Família	8,7%	2%	3%
Dirigentes muito velhos	4,3%	6,6%	6,30%
Rejeição a dirigente jovem	8,70%	5,9%	6,30%
Competição, luta por poder	17,40%	2 8,5%	26,80%
Inveja	0%	10,90%	9,30%
Estruturas da administração	0%	12,90%	10,90%
Gênero como barreira	34,80%	0%	5,30%
Falta de competência de colegas	0%	3,9%	3,30%
Problemas de relacionamento interpessoal	8,7%	12,90%	12,30%

Fonte: (PFISTER; RADTKE, 2007, p.119)

Barreiras criadas são baseadas no preconceito, segundo FLEURY (2013), diferentes estudos apontam o quanto positivo e saudável para uma organização é a

participação das mulheres em cargos executivos, pois ao identificar as competências que diferem o estilo de gestão feminino que possuem características como capacidade multiprocessual de informações, visão sistemática, maior flexibilidade e habilidade no gerenciamento de equipe, fatores que não ficam somente no âmbito profissional.

Essas diferenças são essenciais para a formação de metodologias analíticas e reflexões construtivas, pois a gestão masculina tem seus atributos mais focados no resultado final, desenvolvimento e manipulação de materiais, já as mulheres se destacam em promover a união e a cooperação e gestão dos processos, portanto uma empresa que visa a melhoria continua deve possuir ambos profissionais em sua área estratégica e tática, dado que a junção dos dois, consegue atingir e abranger o sistema gerencial mais próximo possível da sua totalidade.

Mas existem empresas céticas, que constroem processos de seleção ou promoção a partir de seus valores, muitas vezes carregados de julgamentos, utilizando de sua visão própria, as vezes sem perceber, formam peneiras e moldes difíceis de serem mudados, mas a estas organizações o tempo é sua pior fraqueza, pois a movimentação é sobrevivência, qualquer negócio que não entende ou ignora este fator está fadado ao eminente fracasso, seja essa evolução tecnológica ou social.

Tabela 5: Rendimento médio habitual do trabalho principal da população de 25 a 49 anos de idade ocupada na semana de referência, por sexo, segundo os grupamentos ocupacionais, participação de mulheres na ocupação e razão (%) do rendimento de mulheres em relação ao de homens - Brasil - 4º trimestre -2018

Grupamentos ocupacionais	Rendimento médio habitual do trabalho principal (R\$)		Participação de mulheres na população ocupada (%)	Percentual de horas trabalhadas na semana de referência pelas mulheres em relação a de homens (%)	Razão do rendimento médio habitual de mulheres em relação ao de homens (%)
	Homem	Mulher			
Total	2.491	1.978	45,6	88,4	79,4
Diretores e gerentes	6.216	4.435	41,8	95,5	71,3
Profissionais das ciências e intelectuais	5.890	3.819	63	90,3	64,8
Técnicos e profissionais de nível médio	3.320	2.386	45,2	95,4	71,9
Trabalhadores de apoio administrativo	2.071	1.785	64,5	97,2	86,2
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	1.958	1.295	59	88	66,2
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	1.397	999	21,1	82,6	71,5
Trabalhadores qualificados, operários e artesões da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	1.752	1.150	16,2	83	65,7
Operadores de instalações e máquinas e montadores	1.895	1.303	13,8	92,3	68,8
Ocupações elementares	1.060	951	55,3	86,1	89,8
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	5.301	5.338	13,2	89,8	100,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Para melhor compreensão dos dados, a pesquisa se delimitou na participação formal de ambos os sexos, visto que o trabalho informal poderia maquiagem os resultados que se deseja, dada a situação econômica brasileira e os índices de desemprego, que por sua vez afetam os dois.

Não há nada mais verdadeiro e impactante que a própria realidade, a tabela 5 demonstra dados relevantes da pesquisa, pois mesmo possuindo as mesmas horas de

jornada de trabalho que os homens, as mulheres recebem menos devido ao custo de sua hora de trabalho. Conforme constatou IBGE (2019), além dos percentuais de mulheres em cargos de estratégicas como diretores e táticos como gerentes, serem menores que o masculino, sua média de salário apresenta divergência, o estudo foi elaborado com base nos indivíduos que exercem atividades ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento com tempo de empresa e cargo semelhantes para viabilização da equiparação salarial, demonstrou que as mulheres recebem o equivalente a 75,9% do salário de um homem, dentre o período dos 25 aos 49 descritos na tabela 5, em moeda nacional corresponde a cada R\$ 2.579,00 elas perdem 20,5% que corresponde a R\$ 529,00 nas médias de salário.

É incomodo saber que precisam estudos para provar o valor real das pessoas, mas conhecer o problema é o primeiro passo para se pensar na solução, já não a mais o que se provar, visto que o cargo mais importante do país também já foi de uma mulher, mas o tempo é inevitável e cabe a todos crescerem na tarefa de buscar a melhor versão de si próprios, pois o mal da vida não é envelhecer, mas sim, não amadurecer.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente o perfil da mulher é bem diferente daquele do século XX, além de trabalhar em cargos de grande responsabilidade, elas não deixaram de cuidar de famílias, exercendo o papel de mãe e esposa.

O estudo do tema proporcionou o conhecimento de informações relevantes, sobre a história não somente da força feminino que lutavam por seus princípios, mas também do quanto esse movimento ajudou no desenvolvimento da sociedade como um todo. O direito a voto e poder trabalhar fora do lar foram algumas das conquistas essenciais de seu progresso, uma vez que agora eram vistas como cidadãs podiam ter voz, além de ganharem seu próprio dinheiro e independência, fatores que claramente demandaram décadas de esforço para serem mudados, mas foram alcançados com muito orgulho para todas.

Com base no referencial teórico foi possível trazer a visão de diversos autores acerca do tema, conceitos e opiniões da origem de tanto preconceito sobre a independência feminina. Comportamento esse influenciado por tradições patriarcais que via a mulher como frágil e submissa ao homem, foram passadas por gerações criando barreiras para o progresso da mulher e limitando indivíduo a adotar tais ideias.

Mas a pesquisa demonstrou que a criação de novos pilares foi fundamental na trajetória feminino, baseados na confiança em seu verdadeiro potencial e não em prejudgamentos, diversas mulheres reescreveram seus destinos sua própria história no mundo.

A evolução e o tempo são elementos irrefreáveis, a mulher na busca de seu propósito, ajudou o mundo a olhar para si mesmo e visualizar seus defeitos, a construção feminina sempre será um marco na história da humanidade, vós, mães, esposas e filhas que lutaram pelo mais nobre dos objetivos a liberdade.

REFERÊNCIAS

AZERÊDO, S. Preconceito contra a mulher: Diferença, poemas e corpos. São Paulo: Cortez, 2017.

BERGANO, S. Ser e tornar-se mulher: geração, educação e identidade (s) feminina (s). Diss. Dissertação de Doutorado em Ciências da Educação. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Coimbra, 2012. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/153410444.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

CHIAVENATO, I. Administração de empresas: uma abordagem contingencial. 3.ed. São Paulo: Makron Books, 1994.

DELGADO, M. G. Curso de Direito do Trabalho. 7.ed. São Paulo: LTr Editora, 2008.

FLEURY, M. T. L. Liderança feminina no mercado de trabalho. GV-executivo, v.12, n.1, p.46-49, 2013.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da Pesquisa Científica. Disponível em: <<http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/716/1/Metodologia%20da%20Pesquisa%20Cientifica.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional Indicadores de Rendimento Médio por Sexo: Brasil, 4.trimestre, 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23923-em-2018-mulher-recebia-79-5-do-rendimento-do-homem>>. Acesso em: 08 mar 2019.

LOPES, C. M. S. Direito do trabalho da mulher: da proteção à promoção. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30398>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

LUZ, A. F.; FUCHINA, R. A evolução histórica dos direitos da mulher sob a ótica do direito do trabalho. 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/artigoalex.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. Fundamentos da Metodologia Científica. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MARGONATO, R. C. G.; SOUZA, S. C. I. Trabalho feminino: perfil ocupacional por gênero e setores econômicos na região sul do Brasil e Santa Catarina. Disponível em: <http://www.apec.unesc.net/IV_EEC/sesoes_tematicas/Demografia%20e%20mercado%20de%20trabalho/TRABALHO%20FEMININO%20PERFIL%20OCUPACIONAL%20POR%20G%C3%8ANERO%20E%20SETORES%20ECON%C3%94MICOS%20N A%20REGI%C3%83O%20SUL.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2019.

MELO, H. P. O trabalho industrial feminino. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2298/1/TD_764.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2019.

NOGUEIRA, C. M. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. 1.ed. São Paulo: Autores Associados, 2004.

NOGUEIRA, C. M. O trabalho feminino e as desigualdades no mundo produtivo do Brasil. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/if/marx/documentos/22/O%20trabalho%20femenino%20e%20as....pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

PFISTER, G.; RADTKE, S. Mulheres Tomando a Liderança ou mulheres tomando a liderança nas organizações esportivas alemãs. Movimento, Porto Alegre, v.13, n.2, p.91-129, 2007.

PROBST, E. R.; RAMOS, P. A evolução da mulher no mercado de trabalho. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/artigo_jan_gen_a_evolucao_da_mulher_no_mercado_de_trabalho.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2019.

SAFFIOTI, H. A Mulher na Sociedade de Classes. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

SCHLICKMANN, E.; PIZZARRO, D. A evolução da mulher no mercado de trabalho: uma abordagem sob a ótica da liderança. Revista Borges, Florianópolis, v.3, n.1, p. 70-89, jul. 2013.

PARTICIPAÇÃO DOS DISCENTES NO PROCESSO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

PARTICIPATION OF STUDENTS IN THE INSTITUTIONAL ASSESSMENT PROCESS

FERNANDES, Elisiane Alves¹
TRAINOTTI, Teresinha Salet^{2*}

RESUMO: A Avaliação Institucional estabelece parâmetros de qualidade e o processo de autoavaliação deve mensurar permanentemente o desempenho de uma Instituição de Ensino Superior. A abordagem realizada neste estudo teve como problema identificar a percepção dos discentes sobre a avaliação institucional e como objetivo analisar o baixo percentual de participação em relação a essa avaliação. A pesquisa foi de caráter quali-quantitativo com uma amostra de 286 discentes de todos os cursos de graduação da instituição. Foram consideradas bases teóricas, metodológicas e legislação. Quanto aos resultados pôde se destacar que os discentes sabem da importância da Avaliação Institucional, mas poucos se interessam em participar do processo por acreditarem que não são feitas ações pós-pesquisa por parte da instituição. Concluiu-se que é necessário mobilizar a comunidade acadêmica para a participação e recomendam-se ações para essa mobilização no processo de autoavaliação para a tomada de decisão e divulgação dos resultados.

Palavras-chave: Avaliação Institucional. Legislação. Qualidade do Ensino Superior.

ABSTRACT: *The Institutional evaluation establish a parameter of quality and the self evaluation process must permanently should measure the development of a Post Secondary Institution. The realized approach in this study has a problem to identify the perception of the students related to the institutional evaluation and how to evaluate the low percentage of participation in relation to the evaluation. The research was made in a quali-quantitative with a sample of 286 students from all courses in the post secondary institution. were considered theoretical basis, methodology and legislation. In the relation to the results we may emphasize that the students know the importance of the Institutional Evaluation, however, very little of them are interested in participate in such process to believe that the action will not be made by the institution. We conclude than is necessary to mobilize the academic community to participate and to recommend the action for the mobilization in the process of self evaluation in order to take the decision and to divulge the results.*

Keywords: *Institutional Evaluation. Legislation. Post Secondary's Quality.*

¹ Mestre en Ciencias de la Educación, Universidad Evangélica del Paraguay.

² Doutora en Ciencias de la Educación, Universidad Pontficia de Salamanca

*elisiane543@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Avaliação da Educação Superior no Brasil é apresentada como política para promover a melhoria da qualidade da educação superior, orientar a expansão da oferta e aumentar a eficácia institucional e acadêmica. Parece, na prática, tornar-se um processo pouco confortável para a autonomia institucional ou profissional, pois aumenta o poder de regulação e controle do governo, tornando-se portador da supremacia, ou seja, de direção e dominação das instituições.

A avaliação institucional começou a ser discutida no Brasil nos anos 1980, contudo, somente em 1990, surgiu um movimento de gestores de universidades federais, apoiado pelo Ministério da Educação (MEC), que originou a criação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB).

Com a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que foi direcionado para três focos: instituição, curso e estudante, foram institucionalizados indicadores e comissões para regular e supervisionar a qualidade da educação superior.

Nesse contexto houve a necessidade de obter instrumentos de avaliação adequados para contemplar as dimensões exigidas na lei que enfatizem o importante e relevante resultado da avaliação e da informação, visando o processo de ensino e aprendizagem com qualidade e satisfação para todos os envolvidos.

A instituição de ensino, objeto de estudo dessa pesquisa, está localizada na cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. Há no estado, incluindo esta, 39 instituições públicas e privadas entre universidades, centros universitários e faculdades credenciadas pelo MEC.

A instituição de ensino superior foi idealizada em 2002 por um grupo de professores que tinham como objetivo oferecer ensino de qualidade, de forma acessível através de um modelo de gestão democrático, oportunizando formação acadêmica com baixo custo, seu credenciamento ocorreu em novembro de 2003. Hoje, com 12 anos de existência, possui cerca de mil e duzentos discentes matriculados nos cursos de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Comunicação Social – Jornalismo e Publicidade e Propaganda, Direito, Psicologia, Relações Internacionais e Tecnólogo em Marketing. Além disso, oferece, também, cursos de Pós-Graduação e Extensão.

De acordo com a legislação, cada instituição de ensino superior, desde 2004, deve manter uma Comissão Própria de Avaliação - CPA. No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da instituição de ensino superior, a CPA é um órgão de staff do Conselho Superior de Administração, composta por um representante da direção, um representante do corpo docente, um representante do corpo discente, um representante da sociedade civil organizada e um representante do corpo técnico-administrativo.

A CPA possui as seguintes atribuições: elaborar, desenvolver e avaliar a proposta da avaliação interna - autoavaliação; coordenar os processos internos de avaliação da instituição; sistematizar as informações; divulgar as informações; fornecer as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP); e, representar a instituição, perante os órgãos do governo e suas autoridades representativas.

É necessário, portanto, realizar essa pesquisa com os discentes para verificar as razões do não envolvimento e conhecimento dos mesmos sobre as etapas do processo de avaliação e a legislação pertinente.

Nesta direção busca-se conhecer as ações que devem ser realizadas pela instituição baseadas nas manifestações dos discentes, visando elevar de forma bem mais expressiva o percentual de participação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O estado da arte é uma das fases mais significativas da pesquisa porque situa a importância e a necessidade do estudo no panorama nacional e internacional, e se realiza através da fundamentação do campo teórico do conhecimento. Se concretiza através de buscas em sites de periódicos oficiais, livros, teses e dissertações identificando, nestes trabalhos e estudos, a base teórica e a constatação do que foi publicado na área.

A pesquisa sobre o estado da arte é o subsídio norteador para a organização e a definição do assunto propriamente dito, procurando-se as reais necessidades para investigá-lo. Através da leitura da produção existente é possível traçar os caminhos da pesquisa, analisar as considerações favoráveis e contraditórias, além de proporcionar o conhecimento do cenário geral do que vem sendo produzido em nível nacional e internacional.

Sabe-se que o principal produto da instituição é o conhecimento. Assim, os professores buscam constantemente a promoção dos componentes necessários à formação

superior, ou seja, um Projeto Pedagógico apropriado às demandas atuais e uma ampla interação na relação professor-aluno tanto no ambiente interno quanto externo da instituição.

O planejamento da instituição visa à criação de oportunidades aos discentes para que busquem conhecimentos, visando concretizar a construção interativa do saber, do conhecimento científico e técnico, da primazia da aquisição e do desenvolvimento de hábitos de investigação sobre novas fontes de informação, prioritariamente, na busca da melhoria da qualidade de vida da Região Sul.

Assim, ficam claros os componentes que se agregam em torno da vida acadêmica: o professor, aluno, instituição de ensino e a comunidade, que possibilitam uma identidade clara aos cursos existentes.

No apoio à sua missão, oferece Projetos Pedagógicos com um currículo compatível com o vasto campo da ciência e da tecnologia. Isto significa que se empenha na oferta de ensino de excelência, através da implantação de currículos desafiadores, padrões rigorosos de qualidade e preocupação constante com o aproveitamento do aluno.

A instituição também oferece suporte ao desenvolvimento de seus professores, como condição necessária ao progresso do ensino, pois só com a valorização do corpo docente, como agente fundamental ao desenvolvimento das ações de ensino, é que propiciará o alcance dos objetivos da instituição.

Desse modo procura manter balanceamento eclético entre as necessidades e as premissas pedagógicas dos seus cursos. Além disso, os professores são profissionalmente ativos, prestando serviços e desempenhando papéis de liderança em organizações de trabalho e na comunidade.

Assim, é possível manter e ampliar a relação interativa entre a instituição e a comunidade, por meio de relacionamento pró-ativo e produtivo com outras instituições, órgãos públicos, privados e entidades em geral.

Em meados da década de 1980 surgiram os primeiros questionamentos sobre a qualidade na educação nos Estados Unidos da América e na Europa tornando o assunto prioridade. A consolidação desses estudos acaba por situar a educação superior como de extrema importância para o crescimento sociocultural e econômico dos países, das sociedades e dos indivíduos; assim a avaliação da qualidade das instituições de educação é um assunto de grande relevância para governos, instituições e sociedades.

As discussões sobre a avaliação institucional nas universidades brasileiras começaram em 1982 e eram coordenadas pela Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES). Uma das primeiras instituições de ensino superior a obter bons resultados com o sistema de avaliação foi a Universidade de Brasília (UNB), que iniciou seu projeto de avaliação institucional em 1986, marcando o percurso deste instrumento no processo de tomada de decisão, de acordo com Matuichuk e Silva (2013).

Por outro lado, destaca Vroeijenstijn (1991, p.115) “que é uma perda de tempo tentar definir qualidade, porque é um conceito relativo e que diferentes pesquisadores em educação superior têm diferentes prioridades”. Barnett (1992) corrobora dizendo que não é possível ter uma opinião formada e consistente sobre qualidade no ensino superior se não tiver uma concepção adequada da educação superior.

Lee Harvey e Diana Green (1993) publicaram na revista *Assessment & Evaluation in Higher Education*, um artigo intitulado “Defining Quality”, que provavelmente é a mais conhecida proposta de classificação de qualidade no ensino superior. Nela os autores conseguiram compilar várias concepções de qualidade em cinco grupos diferentes: qualidade como fenômeno excepcional, como perfeição ou coerência, como ajuste a um propósito, como relação custo-benefício e como transformação.

Pode-se perceber, existem inúmeros estudiosos afirmando que a qualidade na educação e especialmente na educação superior, não possui um único significado. A conclusão que os estudos chegaram é que existem diversos, diferentes e legítimos entendimentos para o termo. Seja qual for o nível de análise, o entendimento de qualidade sempre pode variar no tempo e no espaço. O significado de qualidade na educação superior é subjetivo porque depende das concepções dos diferentes teóricos estudiosos que as emitem.

Fazendeiro (2002, p.64), por exemplo, aborda a avaliação de qualidade nos planos macro e mega, onde a educação para ser de qualidade precisa ter características desejáveis e observáveis em aspectos de equidade, relevância e eficiência.

Prossegue o autor afirmando que equidade se refere às condições de igualdade de oportunidades no acesso e sucesso educativo por parte de todos e de cada um. Igualdade na diversidade e na coesão social, a relevância refere-se à qualidade nos resultados face às necessidades e às expectativas dos indivíduos e da sociedade em todas as suas dimensões, econômica, social ou cultural, e, por último a eficiência e a eficácia na gestão dos recursos implicam excelência da governação.

Em primeiro lugar é importante compreender a diferença entre avaliação educacional e avaliação institucional. Belloni (1998) entende que a avaliação educacional está focada no aprendizado, no desempenho, nos programas e nos currículos e a avaliação institucional está direcionada para as instituições, os sistemas e as políticas educacionais.

Em razão disso, a avaliação institucional muito recentemente vem se destacando como tema de pesquisa porque surge um novo aspecto de avaliação que não pode mais ser vista somente como um instrumento burocrático. Conforme Gadotti (1998, p.195), “ela está sendo institucionalizada como um processo necessário da administração do ensino, com condição para a melhoria do ensino e da pesquisa e como exigência da democratização”.

Complementa Jacobsen (1996, p. 15) que “avaliar significa organizar informações importantes e aplicar medidas que determinem seu valor, qualidade, utilidade, efetividade e relevância”. Meyer (2000) acrescenta que a avaliação é um importante instrumento de gestão e mede os empenhos da instituição, sua excelência, utilidade e relevância.

Machado (1994) por sua vez corrobora que a avaliação é um exame de efetividade da instituição e que é indispensável manter um processo permanente para buscar indicadores que possibilitem o constante desenvolvimento institucional e que é necessário contar com o comprometimento de todos os envolvidos direta ou indiretamente. Palharini (1996) conclui declarando que a qualidade na universidade pode e deve ser medida através da avaliação institucional permanente.

A avaliação institucional, no entender de Dias Sobrinho (1994), é um processo que exige a integridade de não dissimular os resultados desfavoráveis da análise. A avaliação não deve ser instrumento do corporativismo nem processo de ocultação da mediocridade, simulação de ações equivocadas ou auto-justificação.

Assim, pode-se dizer que o processo de avaliação institucional é complexo, diferenciado, permanente e em constante aperfeiçoamento, pois tem como objetivo intensificar a melhoria da qualidade do ensino, o aumento no atendimento ao público, o incentivo a pesquisa e extensão e a transmissão da informação de forma direta para a sociedade sobre a situação do sistema de ensino superior.

Da mesma forma, os teóricos estudados acima, permitem afirmar que a avaliação institucional verifica a qualidade da educação superior, sua função e significância, sendo indispensável manter o processo permanente para buscar os parâmetros que viabilizam o desenvolvimento institucional.

Concluí-se que o processo de avaliação institucional não possui uma única visão, porque são muitos os aspectos contraditórios de educação, universidade e sociedade que estão sendo inseridas no referido processo.

Esta avaliação vem sendo discutida no Brasil desde os anos 1980, porém somente em 1990 um movimento de gestores de universidades federais, apoiado pelo MEC, resultou na criação do PAIUB, implementado em 1994. Em 1996 o programa foi modificado, sendo empregados para algumas universidades que o aderiram por iniciativas das próprias instituições. O PAIUB era voluntário e as instituições aderiam em um processo lento e fortuito.

Paulo Renato Souza, Ministro da Educação, na época, apoiado no Decreto n. 2026 de 10/10/1996 que incumbia o Ministério da Educação avaliar a educação superior, criou, em 1996, o Exame Nacional de Cursos, habitualmente chamado de provão.

Como consequência dessas medidas, em 2003, a avaliação da educação superior formada pelo Exame Nacional de Cursos (Provão), Avaliações das Condições de Ensino (ACE) destinaram-se ao reconhecimento ou renovação de reconhecimento dos cursos, ambos realizados pelo INEP, Avaliações das Condições de Ensino (ACE) para fins de autorização de cursos, Avaliação para Credenciamento das Instituições de Ensino Superior (IES) novas ou, Recredenciamento de IES já em funcionamento, realizadas pela Secretaria de Educação (SESu) e Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado) realizada pela CAPES.

Já em 2004, foi criado o SINAES através da Lei 10.861 que tem como objetivo unificar o processo nacional de avaliação das instituições de ensino superior e seus cursos de graduação. Com a criação do SINAES a avaliação do ensino superior passou a ter três modalidades: avaliação dos cursos de graduação, avaliação do desempenho dos estudantes e a articulação entre a regulação e a avaliação educativa. Todas as avaliações integram um conjunto de políticas que visam à expansão do sistema que seja parte de um processo de valorização da educação superior no Brasil.

A avaliação institucional para Trindade (2004), presidente do CONAES em 2004, deve contemplar uma visão global, qual seja:

- a) O objeto de análise é o conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades, funções e finalidades da IES, centrado em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão segundo os diferentes perfis e missões institucionais. Está compreendida, na avaliação da instituição, a gestão, a responsabilidade e compromissos sociais e a formação acadêmica e profissional com vistas a repensar sua missão para o futuro.

- b) Os sujeitos da avaliação são os conjuntos de professores, estudantes, técnico-administrativo e membros da comunidade externa especialmente convidados designados. (TRINDADE, 2004, p. 7).

A seguir aborda-se o marco metodológico que define o tipo e método de pesquisa e as técnicas utilizadas para o atingimento dos objetivos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa, de caráter quali-quantitativo objetiva identificar qual o melhor caminho para o atingimento dos objetivos em relação à avaliação institucional da instituição e de quantificar os resultados obtidos com foco na melhoria do processo avaliativo, gerando, como consequência, melhorias no ensino e na aprendizagem.

A pesquisa qualitativa utiliza os dados sem preocupação com a medição numérica para descobrir ou ajustar perguntas de investigação no processo de interpretação, de acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2010). Para Bogdan e Biklen (1994) a mesma tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave para o êxito do estudo.

As pesquisas quantitativas a, por sua vez, complementam Sampieri, Collado e Lucio (2010), estabelecem os objetivos da investigação, o desenvolvimento das perguntas da investigação, justifica a mesma, analisando e avaliando as deficiências do conhecimento do problema. Richardson (2008) amplia dizendo que, além desses pressupostos, tem a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando margens de segurança quanto às inferências quantitativas. Ambos somam-se a Bardin (1979, p. 21) quando afirma que:

Na análise quantitativa, o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo. Na análise qualitativa é a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração.

As abordagens quando combinadas, ampliam e enriquecem a pesquisa trazendo as frequências encontradas nela, juntamente com a interpretação de seus conteúdos de forma que, por dimensões diferentes, se esclareça com maior profundidade o objeto estudado.

O método utilizado para auxiliar no alcance dos objetivos e qualificar as interpretações exigidas é o hermenêutico porque estuda a compreensão dos relatos de outras pessoas, representando a arte ou o método de interpretação que busca entender os

fatos, os contextos e os textos. A expressão nasceu do grego hermeneuein que quer dizer interpretar ou explicar o texto analisado. “O verdadeiro carisma do diálogo está presente na espontaneidade viva do perguntar e do responder, do dizer e do deixar-se dizer”, segundo (GADAMER, 2000 apud MIRANDA, 2013, p. 3).

Prossegue o autor afirmando que a linguagem encontra no diálogo a sua total realização. No contexto da hermenêutica filosófica é apresentada sua força transformadora, pois é no processo dialógico entre distintos interlocutores que os preconceitos aparecem e podem ser expostos, criticados e superados e é no manuseio do diálogo que os horizontes compreensivos dos sujeitos são confrontados com a possibilidade de se transformar. Conclui declarando que: “Um diálogo aconteceu quando deixou algo dentro de nós. O diálogo possui uma força transformadora. Onde um diálogo é bem sucedido, algo nos ficou e algo fica em nós que nos transformou.” (GADAMER, 2000 apud MIRANDA, 2013, p. 3).

A hermenêutica é a aptidão de encontrar a entrelinha nas linhas, o contexto no texto e o significado na palavra. Defronta com os desafios do mistério da comunicação humana, que nunca é só o que aparenta descobrindo que o comunicador, ao dizer sim, queria dizer não, ao sair da cena, queria, sobretudo estar presente e ao calar-se, queria ser notado, complementa Demo (2006).

Será utilizada a técnica de nuvem de palavras nas questões subjetivas que é uma tradução livre para o termo em inglês tag cloud. Segundo o Dicionário Oxford tags cloud é a “representação visual de marcas geradas pelo usuário ligado ao conteúdo on-line, geralmente usando cor e tamanho da fonte para representar o destaque ou a frequência das marcas representadas”.

Essa técnica originou-se das necessidades da internet para melhorar a interatividade do usuário com o conteúdo dos sites, principalmente dos blogs, com o objetivo de organizar e obter um ambiente de navegação por conceitos em que a popularidade é o principal critério de apresentação. Esta técnica encontra apoio em Bardin (1979) quando se refere a categorização que pode surgir da fase de exploração do material coletado.

Modesto (2007) define a tag cloud como “palavras usadas para ligar conteúdos armazenados sobre um mesmo assunto [...] uma representação da frequência de palavras utilizadas para classificar determinado assunto.” Sua função é permitir a rápida

identificação dos temas mais destacados pelos usuários e, no caso do presente estudo, palavras de maior significado e frequência apontados pelos sujeitos da pesquisa.

Para as questões objetivas foi utilizada a representação gráfica que tem inúmeras vantagens porque vem imbuída de grande capacidade no sentido de facilitar a visualização, a interpretação e a compreensão dos dados apresentados.

Os gráficos surgiram da necessidade de interpretar tabelas de dados. Jean Heinrich Lambert, físico e matemático alemão foi o primeiro a criar um diagrama estatístico e William Playfair, poliglota escocês popularizou o gráfico tipo pizza em seu livro de 1801 denominado *Statistical Breviary*. E será utilizado também neste estudo para atingir os resultados pretendidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O instrumento de Coleta de Dados é composto de seis questões, sendo cinco questões objetivas e uma questão subjetiva para contemplar o objetivo: analisar as razões que originam o baixo percentual dos discentes que respondem a Avaliação Institucional.

As cinco questões foram analisadas através de gráficos.

Uma das questões abordadas é um questionamento sobre a participação em instrumentos de Avaliação Institucional aplicado pela instituição, onde a maioria dos discentes respondeu que já teve acesso ao preenchimento e já respondeu, no mínimo, uma das avaliações institucionais aplicadas pela instituição.

O percentual dos que não responderam (34%) ainda é bastante expressivo, exigindo da CPA maior empenho no sentido de incluí-los no processo avaliativo da instituição.

Atualmente a CPA da instituição aplica semestralmente três instrumentos de avaliação para os discentes: avaliação institucional, avaliação docente e autoavaliação.

Embora 66% dos discentes tenham informado que já preencheram, ao menos, uma avaliação institucional da instituição, a média de participação semestral é de 8%. Ao buscar o percentual de participação dos discentes, foram encontradas instituições que divulgam em seus sites, como é o caso da Universidade Federal do Paraná que 72% dos discentes participaram. Nas Faculdades Integradas de Itararé, 44,35% dos alunos responderam a avaliação. Na Faculdade de Medicina de Barbacena o percentual de participação dos discentes é de 15,69% e na Pontifícia Universidade Católica do Paraná o percentual é de 45%.

A partir da análise dos relatórios das CPA das instituições citadas com baixo índice de participação, foi possível verificar propostas de ações para ampliar esse percentual como divulgação dos resultados, campanhas por e-mail e redes sociais.

Outra questão procura identificar quais medidas devem ser tomadas para melhorar o índice de participação dos alunos, os discentes apontam que todas as ações propostas devem ser executadas pela instituição para melhorar o índice de participação dos discentes, mas principalmente informar os resultados da avaliação à comunidade acadêmica. Um dado bastante significativo que parece revelar a ausência de retorno para os discentes em termos de diferentes melhorias. Sabe-se que qualquer avaliação, seja institucional, seja discente ou docente, se não houver reflexão sobre ela não desencadeará melhorias e, portanto, os benefícios são quase nulos.

A CPA da instituição apesar de ativa, somente aplica os instrumentos e elabora os relatórios. Talvez o mais importante esteja deixando de ser executado, ou seja, fazer campanhas específicas para indicar aos alunos a importância no preenchimento da avaliação institucional e mostrar com mais veemência o que está sendo feito como resultado desse processo avaliativo.

A Universidade Federal do Piauí em sua página na internet informa as ações efetuadas para melhorar a participação dos discentes como folder de esclarecimentos sobre CPA, concursos com premiação em dinheiro para a criação de um logotipo para a CPA e simpósios anuais para a sensibilização da comunidade acadêmica para a avaliação institucional.

A Universidade Federal do Tocantins faz campanhas com folders, camisetas, botons e vídeo de conscientização.

No Centro de Ensino Superior em Gestão, Tecnologia e Educação de Minas Gerais fazem campanhas via internet com material específico e cartazes em sala de aula e banners com a mesma identidade visual.

O terceiro questionamento aborda a opinião dos discentes sobre a necessidade da Avaliação Institucional, quase a totalidade (96%) se posiciona favoravelmente à prática da avaliação institucional dizendo que é importante para a melhoria da instituição, do ensino, da aprendizagem e da infraestrutura. Estranhamente apesar de apontarem como importante não atendem ao chamado para respondê-la.

Essa percepção não foi identificada ao longo do acompanhamento do processo de avaliação da instituição porque muitos alunos indicam não perceberem as melhorias e até mesmo a participação não é visualizada pela CPA e pela direção.

O que se destaca é reforçado através da fala de uma aluna do curso de Psicologia que se manifestou por meio da avaliação institucional de 2014. Apontou alguns problemas pontuais como a infraestrutura, pouca divulgação da instituição e disciplinas que deveriam abrir e não abrem. O que realmente chamou a atenção neste caso é que a aluna escreveu “se alguém estiver lendo a avaliação gostaria de um retorno por e-mail”, houve várias trocas de mensagens.

Um estudo feito em 2015, por Unglaub e por Hees revela que:

Ao observar os resultados nota-se que os alunos universitários acreditam na relevância desse processo e participam de forma consciente da avaliação institucional interna, percebendo que a mesma irá trazer crescimento e melhorias para sua própria formação. Os resultados das avaliações institucionais interna Possibilitam analisar suas ações administrativas e pedagógicas, permitindo perceber suas necessidades, possibilidades e limitações, bem como apontar caminhos para a tomada de decisões e estabelecimento de metas a serem alcançadas. (UNGLAUB; HEES, 2015, p. 11).

Outra pergunta foi sobre interesse na leitura do Relatório de Autoavaliação Institucional anual, onde a maioria dos discentes (68%) desconhece a existência dele. Esse resultado aponta para a necessidade urgente de se ampliar a divulgação e até um trabalho mais intenso com os professores junto aos alunos em sala de aula.

O relatório de autoavaliação institucional é obrigatório pela legislação e deve ser inserido no sistema e-MEC até o dia 31 de março de cada ano. Os relatórios também são disponibilizados no site da instituição na internet.

A maioria das instituições mantém em suas páginas na internet os relatórios da CPA sobre o processo de avaliação atendendo exigências do próprio sistema e-MEC.

Para atingir o objetivo também se questiona sobre a época mais adequada para a aplicação da Avaliação Institucional. Para os discentes que responderam, a época mais citada foi no final do semestre com 39%, porém todas as épocas como durante todo o semestre, no início do semestre e no meio do semestre também foram citados. Após inúmeras pesquisas em sites de faculdades, centros-universitários e em universidades tentando identificar o cronograma das instituições para a aplicação dos instrumentos de avaliação institucional, identifica-se que a maioria das IES não disponibiliza essa informação em seu site ou em seu relatório anual. Citam-se como exemplo, algumas

instituições de ensino superior: a Faculdade São Francisco de Assis que aplica ao longo do semestre, permanecendo os instrumentos à disposição dos discentes do primeiro ao último dia de aula; a Universidade Federal de Goiás que aplica junto com o processo de rematrícula de cada semestre; a Universidade Federal de Rio Grande que aplica no meio do semestre e o Centro Universitário Eurípedes de Marília que aplica no final do semestre.

Na sequência, como referido anteriormente, analisa-se uma das questões subjetivas através da técnica de nuvem de palavras. A questão solicitou sugestões para melhorar a aplicação da avaliação e a divulgação dos resultados.

Figura 1: Questão 6 – Nuvem de Palavras



Fonte: Pesquisa aplicada pela autora com a utilização do software Wordle

Quadro 1: Questão 6 – Resumo de Palavras

Resumo 457 palavras = 68 Respondentes	
Portal	16
Aluno	15
E-mail	13
Aula	11
Avaliação	8
Resultados	7
Instituição	6
Obrigatória	4
Divulgação	3

Fonte: Pesquisa aplicada pela autora

O que mais se destaca é o portal do aluno revelado como um espaço primordial para se fazer este trabalho de divulgação do processo de avaliação institucional.

Muitos discentes responderam que os instrumentos de avaliação institucional ao serem aplicados, em sala de aula, ajudariam a aumentar o percentual de participação dos discentes, principalmente porque estes dificilmente se recusariam a responder, ao passo que pela internet somente quem tem tempo ou se interessa muito, acessam o link para preenchê-lo.

Percebe-se que as ações devem ser mais explícitas e mais incisivas para sensibilizar a comunidade acadêmica a participar do processo de avaliação institucional. Algumas medidas propostas pela pesquisadora já foram colocadas em prática na instituição como murais específicos para os discentes, docentes e técnico-administrativos, onde são publicados a legislação, os instrumentos de avaliação, os relatórios anuais e os gráficos com os resultados. Também são enviados e-mails periódicos com informações relevantes sobre a CPA e sobre o processo onde todos avaliam todos, representando a avaliação 360°. Paralelamente está sendo criada a identidade visual com um logo específico da CPA e da avaliação institucional facilitando assim a padronização da divulgação.

Descrevem-se aqui algumas falas de alguns discentes que responderam com suas sugestões para aplicar os instrumentos e divulgar os resultados:

“Através do envio do e-mail cadastrado.”

“A aplicação deve em aula e o retorno através do e-mail particular do aluno.”

“Preciso saber mais sobre o assunto.”

“Ser on-line e obrigatória.”

“Fazer com que esta avaliação seja mais conhecida pelos alunos e que o resultado seja divulgado no site da instituição.”

A Faculdade Ateneu percebe que o sistema de avaliação demanda a participação de todos usando-a para a excelência dos cursos e o bom andamento da Instituição, conforme aponta em seu site na internet. Faz-se necessário a integração da comunidade acadêmica, atuando harmonicamente para ao alcance dos objetivos. O resultado da avaliação institucional é aporte para a Coordenação de curso projetar suas estratégias de curto e longo prazos.

Por isso, também são disponibilizados outros mecanismos de avaliação, como caixas de sugestões e um canal virtual de comunicação através da página da faculdade na internet e a ouvidoria.

Esses resultados vêm ao encontro do que o próprio MEC recomendou nos relatórios de avaliação externa ao avaliar a instituição para o Reconhecimento dos cursos

de Direito e de Psicologia e Recredenciamento que apontaram as seguintes deficiências no processo de avaliação:

- Diante da dificuldade de promover a participação efetiva do segmento discente no âmbito da CPA, faz-se necessário esclarecer quais ações a IES tem adotado para superar tal obstáculo;
- De acordo com a comissão de avaliadores, a divulgação dos resultados dos processos de autoavaliação e das avaliações externas é insuficiente;
- Os avaliadores julgaram que os relatórios de autoavaliação apresentados não estão adequados (resultados, análises e proposições insuficientes); (COORDENAÇÃO GERAL DE CREDENCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2016).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho percorrido ao longo deste estudo expressa que, em relação ao objetivo proposto, pode-se concluir que um dos principais problemas é o desconhecimento da legislação pertinente apontado por parte da comunidade acadêmica e que é de suma importância compreender os instrumentos utilizados na instituição.

Outro aspecto que ficou bastante evidente é a insuficiência na divulgação do processo e dos resultados. A pesquisa realizada também assinala o baixo índice de participação, a falta de comprometimento, a falta de divulgação e a ausência de publicação dos resultados.

Foram muitas as dificuldades encontradas no processo de autoavaliação da instituição, pois o corpo discente aponta não ter conhecimento desse processo e demonstra não ter interesse pela própria autoavaliação.

Ao analisar as razões que originam o baixo percentual dos discentes que respondem a Avaliação Institucional percebe-se que os discentes não acreditam na autoavaliação, não percebem a importância de avaliar e informar sua opinião para a melhoria do processo ensino e aprendizagem e infraestrutura.

Compreender a opinião do discente sobre as ações tomadas a partir dos resultados da Avaliação Institucional é imprescindível para subsidiar a instituição com medidas que busquem a melhoria da qualidade do ensino, da aprendizagem e da infraestrutura através dos resultados da Avaliação Institucional.

É importante destacar que os discentes conhecem as etapas do processo de avaliação, legislação e obrigatoriedade da Avaliação Institucional, porém identifica-se que uma das principais falhas do processo é exatamente o desconhecimento que os discentes possuem da legislação e dos objetivos da Avaliação Institucional.

O presente estudo aponta ações que auxiliam no atendimento das deficiências da instituição bem como no seu processo de avaliação que são essenciais para o contínuo aperfeiçoamento da faculdade como instituição de ensino, cumprindo assim com o objetivo geral de analisar a percepção dos discentes em relação ao processo de avaliação institucional.

Além disso, através das recomendações foi possível subsidiar a instituição com medidas que busquem a melhoria da qualidade do ensino, da aprendizagem e da infraestrutura através dos resultados da Avaliação Institucional.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro: ABNT, 2011a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR15287**: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011b.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARNETT, Ronald. **Improving higher education**: total quality care. Bristol, USA: SRHE and Open University Press, 1992.

BELLONI, Maria Luisa. Tecnologia e formação de professores: rumo a uma pedagogia? **Educ. Soc.**, Campinas, SP, v. 19, n. 65, dez. 1998.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Características da investigação qualitativa. In: _____ . **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Audiências públicas da CONAES**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior>>. Acesso em: 06 maio 2016a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conheça o CONAES**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?catid=323:orgaos-vinculados&id=13082:apresentacao-conaes&option=com_content&view=article>. Acesso em: 03 maio 2016b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes para a avaliação das instituições de educação superior**. Brasília: INEP/CONAES, 2004a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações gerais para o roteiro de autoavaliação das instituições.** Brasília: INEP/SINAES, 2004b.

BRASIL. Ministério da Educação/SESU. **Programa de avaliação institucional das universidades brasileiras. (PAIUB).** Brasília: MEC/SESU, 1994.

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR EM GESTÃO, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO (FAI). **Campanha avaliação institucional 2015.** Disponível em: <<https://cpafaimg.wordpress.com/comunicacao/campanha-avaliacao-institucional-2015/>>. Acesso em: 14 maio 2016.

CENTRO UNIVERSITÁRIO EURÍPEDES DE MARÍLIA (UNIVEM). **Avaliação institucional.** Disponível em: <<http://www.univem.edu.br/sobre/?a=39>>. Acesso em: 14 maio 2016.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo.** 12.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DIAS SOBRINHO, José (org.). **Avaliação institucional da UNICAMP: processo, discussão e resultados.** Campinas, SP: UNICAMP, 1994.

FACULDADE ATENEU. **Avaliação institucional.** Disponível em: <<http://fate.edu.br/avaliacao-institucional/>>. Acesso em: 08 maio 2016.

FACULDADE DE MEDICINA DE BARBACENA. Avaliação Institucional. Disponível em: <http://www.funjob.edu.br/_arquivos/CPA/Relatorio_Resultdos_Barbacenense_1_semestre_2016_jornal.pdf>. Acesso em: 15 maio 2016.

FACULDADE JOAQUIM NABUCO. **Avaliação institucional 2015.2.** Disponível em: <<http://direito.joaquimnabuco.edu.br/?p=2274>>. Acesso em: 18 maio 2016.

FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS. **Plano de Desenvolvimento Institucional.** Disponível em: <<http://www.saofranciscocodeassis.edu.br/Areas/Admin/Arquivos/PDI%20-%20maio%20de%202015.pdf>>. Acesso em: 01 março 2016a.

FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS. **Regimento Interno.** Disponível em: <<http://www.saofranciscocodeassis.edu.br/Areas/Admin/Arquivos/Regimento%20vers%C3%A3o%20setembro-2014.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2016b.

FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS. **Relato Institucional.** Porto Alegre: UNIFIN, 2015.

FACULDADES INTEGRADAS DE ITARARÉ (FAFIT). **Análise da avaliação institucional 2015.** Disponível em: <<http://www.fafit.com.br/downloads/PDF/doc2201502.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2016.

FAZENDEIRO, Antonio. Avaliação da qualidade da educação: uma abordagem no quadro do planejamento. In: CNE. **Qualidade e avaliação da educação: seminários e colóquios.** Lisboa: CNE - Ministério da Educação, 2002.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Corge. **Concepção dialética da educação**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1998.

HARVEY, Lee; GREEN, Diana. Defining quality. **Assessment & evaluation in higher education**, Londres, v. 18, n. 1, p. 9-26, apr. 1993.

JACOBSEN, Alessandra de Linhares. **Avaliação institucional em universidades: desafios e perspectivas**. Florianópolis: Papa-Livro, 1996.

MACHADO, Lucília R. S. Controle da qualidade total: uma nova gestão do trabalho, uma nova pedagogia do capital. **Extra-classe em Revista, SINPRO-MG**, Belo Horizonte, ano 2, n. 1, out. 1994.

MATUICHUCK. Miraldo; SILVA, Maclovia Corrêa. Avaliação do docente pelo discente na melhoria do desempenho institucional: UTFPR/SIAVI. **Ensaio: avaliação de políticas educacionais**, Rio de Janeiro, v. 21 n. 79, p. 323-348, abr./jun. 2013.

MEYER JR, Victor; MURPHY, Patrick (orgs.). **Dinossauros, gazelas e tigres: novas abordagens da administração brasileira**. Florianópolis: Insular, 2000.

MIRANDA, José Valdinei Albuquerque. Hermenêutica e educação: o lugar do intérprete e o diálogo com o texto/tradição. **Artifícios - Revista do Difere**, Belém, v. 3, n. 5, p. 1-13, jul. 2013. Disponível em:
<<http://www.artifícios.ufpa.br/Artigos/Dossi%C3%AA%20Valdinei.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.

MODESTO, José Fernando. **Tag cloud para bibliotecários tagarelas na indexação**. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=315>. Acesso em: 28 abr. 2016.

OXFORD DICTIONARIES. **Tag cloud**. Disponível em:
<<http://www.oxforddictionaries.com/pt/defini%C3%A7%C3%A3o/ingl%C3%AAs-americano/tag-cloud>>. Acesso em: 22 maio 2016.

PALHARINI, Francisco de Assis. Tormento e paixão pelos caminhos do PAIUB. Avaliação. **Rede de Avaliação institucional da Educação Superior - RAIES**, Campinas, SP, v. 6, n. 1, mar. 1996.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ (PUCPR). **Relatório de autoavaliação 2015**. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/arquivosUpload/1237081891429272795.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SAMPIERI, Roberto Hernández. COLLADO, Carlos Fernández, LUCIO, Maria del Pilar Baptista. **Metodología de la Investigación**. 5.ed. Mexico: McGraw-Hill, 2010.

UNGLAUB, Eliel; HEES, Luciane W. B. **Avaliação institucional: relevância, percepção e grau de satisfação de alunos do ensino superior**. Disponível em:

<<http://docplayer.com.br/14771345-Avaliacao-institucional-relevancia-percepcao-e-grau-de-satisfacao-de-alunos-do-ensino-superior.html>>. Acesso em: 02 maio 2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECA). **CPA**: avaliação e comunidade acadêmica. Disponível em: <<http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/91223-cpa-avaliacao-e-comunidade-academica>>. Acesso em: 14 maio 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Avaliação institucional será aplicada no momento da matrícula on-line**. Disponível em: <<https://www.jatai.ufg.br/n/26942-avaliacao-institucional-sera-aplicada-no-momento-da-matricula-on-line>>. Acesso em: 03 maio 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). **Avaliação institucional**. Disponível em: <https://www.ufpe.br/proplan/index.php?option=com_content&view=article&id=143&Itemid=202>. Acesso em: 12 maio 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS (UFT). **Campanha de avaliação Institucional Falai UFT**. Disponível em: <<https://www.behance.net/gallery/26433405/Campanha-de-Avaliacao-Institucional-Falai-UFT>>. Acesso em: 06 maio 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Aprimoramento dos instrumentos de Autoavaliação aplicados pela CPA. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/seminarios_regionais/trabalhos_regiao/2013/sul/eixo_2/aprimoramento_instrumentos_autoavaliacao_aplicados_cpa.pdf>. Acesso em: 15 maio 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI). **Comissão Própria de Avaliação - CPA**. Disponível em: <<http://www.leg.ufpi.br/cpa/index/pagina/id/560>>. Acesso em: 08 maio 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG). **Autoavaliação institucional**. Disponível em: <<http://www.avaliacao.furg.br/institucional/>>. Acesso em: 10 maio 2016a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG). **Relatório de autoavaliação 2015**. Disponível em: <http://www4.furg.br/avaliacao/institucional/arquivos/documentos/documento_123.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016b.

VROEIJENSTIJN, Ton I. External quality assessment: servant of two masters? In: CONFERENCE ON QUALITY ASSURANCE IN HIGHER EDUCATION, 1991, Hong Kong. **Anais**. Hong Kong: HKCAA, 1991.

**INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO SOCIAL: UM
LEVANTAMENTO NAS MELHORES ORGANIZAÇÕES DA
SOCIEDADE CIVIL DO BRASIL**

***SOCIAL EVALUATION TOOLS: A SURVEY IN BEST CIVIL
SOCIETY ORGANIZATIONS OF BRAZIL***

PACHECO, Anderson Sasaki Vasques, Orientador¹
HINSELMANN, Letícia²

RESUMO: Nos últimos anos verificamos o surgimento de diversos estudos sobre inovação social no Brasil e no mundo. Esse tipo específico de inovação, desenvolvido sobretudo por organizações da sociedade civil, muitas vezes acabam não sendo avaliados por essas instituições, deixando lacunas sobre seus impactos e impossibilitando a captação de recursos e ações de comunicação. Desta forma, essa pesquisa visa Analisar os principais instrumentos de avaliação social utilizadas pelas 100 melhores organizações da sociedade civil, segundo o ranking do Instituto Doar e do Instituto Filantropia de 2018, que desenvolvem inovações sociais do Brasil. Para o alcance desse objetivo, aprofundou-se sobre os aspectos inerentes aos sistemas de avaliação social e dos métodos existentes e ferramentas. No que tange os procedimentos metodológicos essa é uma pesquisa aplicada e que utiliza o método de levantamento documental, que tem como objetivo entender quais instrumentos de gestão e métricas as 100 melhores organizações da sociedade civil. Assim, foram analisados seus relatórios de gestão e contábeis para identificar como estão desenvolvendo suas práticas de comunicação dos resultados com os stakeholders. Para análise utilizou-se o método estatístico descritivo. Como principais resultados, identificou-se que quase todas as organizações sociais estudadas comunicam seus resultados em relatórios de gestão, entretanto, ainda pecam no desenvolvimento de indicadores de resultados e impactos.

Palavras-chave: Inovação social; Organizações da Sociedade Civil; Avaliação Social.

ABSTRACT: *In recent years there was an emergence of several studies on social innovation in Brazil and worldwide. This particular type of innovation, developed mainly by civil society organizations, often ends up not being evaluated by these institutions, leaving gaps in their impacts and hardening to get resources and to communicate their actions. Thus, this research aims to analyze the main social assessment instruments used by the 100 best civil society organizations, according to the ranking of Instituto Doar and the Instituto Filantrópico in 2018, which develop social innovations in Brazil. In order to reach this objective, it was deepened on the aspects inherent to social evaluation and its existing methods. Regarding the methodological procedures this is an applied research that uses the documentary survey method, which aims to understand which management tools and metrics the 100 best civil society organizations. Thus, their management and accounting reports were analyzed to identify how they are developing their results and how they communicate their practices with stakeholders. For analysis we used the*

¹ Dr. UNIFEBE. anderson.pacheco@unifebe.edu.br

² Letícia Hinselmann, acadêmica do curso de Administração da UNIFEBE.

descriptive statistics. As main results, it was found that almost all social organizations studied report their results in management reports, however, still lack the development of outcome and impact indicators.

Keywords: *Social Innovation. Civil Society Organizations. Social Evaluation.*

1 INTRODUÇÃO

Pesquisar inovações sociais, nos últimos anos, significa navegar num complexo e ambíguo mundo, em que conceitos transversais são utilizados como sinônimos de inovação social, assim como as percepções e significados do termo são descritos com base em diferentes visões (SVENSSON et al., 2018).

Apesar da complexidade do termo, por seus diferentes significados e sinônimos com outros, de fato, a palavra deixou de ser uma buzzword, sendo abraçadas por diversos pesquisadores de diferentes campos (POL; VILLE, 2009), como da Administração de Empresas (SAUL, 2010; FRANZ; HOCHGERNER; HOWALDT, 2012; BOONS; LÜDEKE-FREUND, 2013; ROSCA; ARNOLD; BENDUL, 2017; BUSCO; QUATTRONE, 2018, 2018), estudos do desenvolvimento territorial; (MOULAERT, 2005; MOULAERT et al., 2005; MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013; JESSOP et al., 2013; ANGELIDOU; PSALTOGLOU, 2017; SOUZA; LESSA; LÁZARO DA SILVA FILHO, 2019) e Políticas Públicas (BUREAU OF EUROPEAN POLICY ADVISERS (BEP), 2005; MOULAERT; NUSSBAUMER, 2006; FOUGÈRE; SEGERCRANTZ; SEECK, 2017).

Dentro de alguns desses diversos campos de pesquisa, alguns estudos mais recentes investigaram aspectos relacionados à avaliação das inovações sociais (MULGAN, 2010; ANTADZE; WESTLEY, 2012; BUND et al., 2015; DAINIENĖ; DAGILIENĖ, 2016; EDWARDS-SCHACHTER; WALLACE, 2017; SVENSSON et al., 2018)

Nesses estudos de avaliação da inovação social, observa-se a falta de precisão e clarificação conceitual do que é a inovação social, sobretudo pela singularidade dos casos e seus contextos, pelo jargão e constante utilização do termo e abre questões sobre como a avaliação das inovações sociais, se difere dos programas sociais (SVENSSON et al., 2018) e também de métodos já existentes de avaliação social (PACHECO, 2016).

Em virtude dessa lacuna e da falta de aprofundamento dos estudos em avaliação de inovações sociais, questiona-se como são feitas essas avaliações. Assim, o problema dessa pesquisa está centrado em: Como as principais organizações sociais brasileiras, que desenvolvem inovações sociais, estão avaliando suas ações? A avaliação está focada mais nas métricas de inputs, no processo, nos outputs ou nos impactos? Quais os métodos, qualitativos e quantitativos são utilizados?

Com base nesse problema, que se desenvolveu, conseqüentemente, o objetivo geral desta pesquisa: Analisar os principais instrumentos de avaliação social utilizadas pelas 100 melhores organizações da sociedade civil, segundo o ranking do Instituto Doar e do Instituto Filantropia de 2018, que desenvolvem inovações sociais do Brasil.

Para o alcance desse objetivo, esta pesquisa está separada nos seguintes tópicos. O próximo capítulo trataremos sobre as abordagens de avaliação social mais utilizadas pelas organizações da sociedade civil, para que seja possível desenvolver um instrumento de coleta de dados que adeque aos modelos de avaliações e transparência utilizados. Após, iremos apresentar os procedimentos metodológicos da pesquisa. Em terceiro, analisaremos os dados e os principais resultados da pesquisa serão levantados. Por fim, apresentaremos algumas conclusões para esta investigação.

2 AVALIAÇÃO SOCIAL

O crescente interesse pelo tema da avaliação social nos últimos 30 anos, acontece por alguns fatores relevantes. Primeiramente, pelas mudanças ocasionadas nos modelos de gestão, ocasionando na implementação de práticas relacionadas com a dimensão empresarial. O segundo motivo se traduz numa redistribuição de poder de fiscalização (JANNUZZI, 2005). “Em um contexto no qual os formuladores de políticas e a sociedade civil exigem resultados e cobram prestação de contas dos programas públicos” as métricas da avaliação de impacto, oferecem evidências críveis no que tange ao desempenho e, conseqüentemente, se o programa específico conseguiu ou consegue atingir os resultados desejados (GERTLER et al., 2016). Além desses dois aspectos, a adição de tecnologias de informação colabora com o desenvolvimento de indicadores e sistemas de avaliação social na gestão pública (JANNUZZI, 2005; EASTERDAY; GERBER; REES LEWIS, 2018).

Por fim, no campo das organizações sociais ocorre o surgimento de organizações híbridas. Os aspectos positivos dos três setores (Estado, mercado e economia solidária) são utilizados em conjunto na gestão destas organizações. Desta forma, ocorre a profissionalização da administração delas, principalmente ao contratar pessoas capacitadas em níveis hierárquicos mais elevados. Essa orientação implica a medição dos impactos como ferramenta de gestão (BASSI; VINCENTI, 2015).

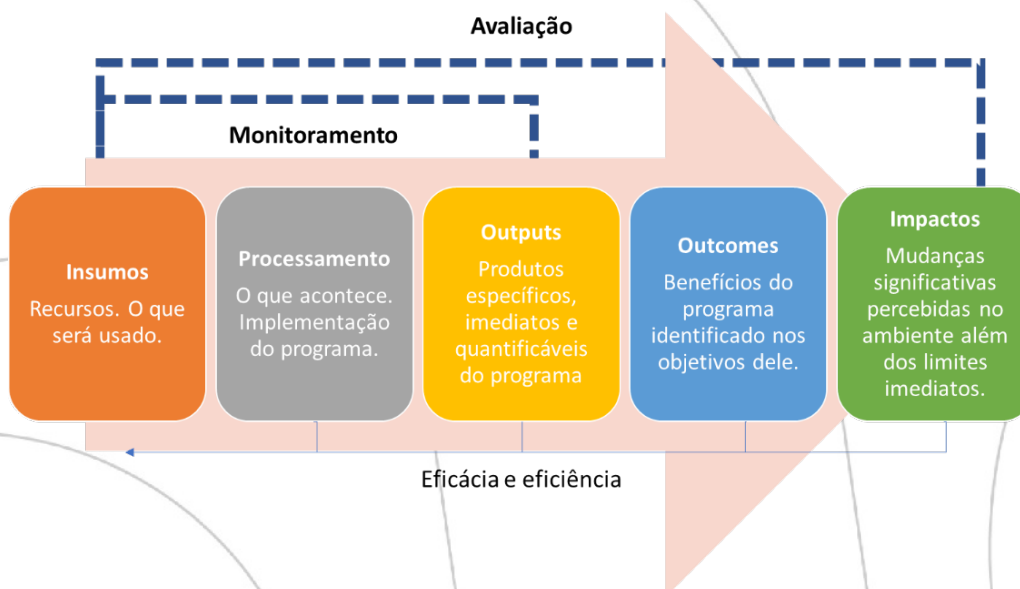
Um erro comum entre os gestores e em alguns artigos da comunidade acadêmica, é a confusão terminológica das expressões impactos sociais e avaliação social. De fato, os termos estão associados entre si, entretanto, o impacto é um subproduto da avaliação, ou seja, o termo “*evaluation*” (do inglês) abrange outros elementos, além dos impactos (JANNUZZI, 2005; ONYX, 2014).

Para explicar melhor a diferença entre as terminologias, é importante ter conhecimento sobre a teoria geral dos sistemas, desenvolvida por Von Bertalanffy (1975), que analisa as organizações como sistemas, inspirado nos estudos dos organismos vivos, que possuem entradas (*inputs*), processamento (*throughput*), saídas (*outputs*), resultados (*outcomes*) e impactos (*impacts*) (JANNUZZI, 2005; WOBBE, 2012; EBRAHIM; RANGAN, 2014; ONYX, 2014)

Desta forma, temos os insumos, num sistema de avaliação, que podem ser representados por gastos da intervenção, número de pessoas, número de máquinas, etc. Esses dados se tornam relevantes, no momento em que é feita a relação entre insumo/processo ou resultado ou impacto, para a análise da efetividade de uma determinada ação. O processo, verifica a condução da operação, por meio da análise de diferentes dimensões (processo de gestão, produção, inclusão, controle, etc), enquanto os outputs referem-se à quantidade de “serviços prestados”, “produtos desenvolvidos” e/ou “resultados financeiros” (JANNUZZI, 2005).

Por fim, os impactos, estão relacionados intimamente com os *outcomes*. Os indicadores de saída (*outcomes*), como redução da taxa de mortalidade, redução de peso, aumento da participação social, “são aqueles mais propriamente vinculados aos objetivos finais dos programas públicos, que permitem avaliar a eficácia do cumprimento das metas especificadas” (Jannuzzi, 2005, p.144). Os impactos, vão além da análise dos *outcomes*, sendo mudanças causais proporcionadas pelos *outcomes*, como o aumento da felicidade, desenvolvimento social, dentre outros (GERTLER et al., 2016).

Figura 1: A avaliação como um sistema.



Fonte: Adaptado de (JANNUZZI, 2005; ONYX, 2014; GERTLER et al., 2016).

Os impactos, portanto, estão relacionados com os resultados finais de uma intervenção (programas, projetos, medidas políticas, reformas e inovações sociais). É uma ferramenta dentro do monitoramento e avaliação (LEEUEW; VAESSEN, 2009). Num

sistema de avaliação, os impactos mostram a causalidade da intervenção, por exemplo, qual o efeito causal das bolsas de estudo na frequência escolar com o desempenho acadêmico dos alunos? (GERTLER et al., 2016).

O impacto é a consequência dos efeitos de um projeto ou prática social. Expressa o grau de consecução dos objetivos em relação à população-meta do projeto. Esse pode ser medido em distintas unidades de análise: a do indivíduo e grupo familiar, ou em distintos conglomerados societários (comunitário, regional, nacional). (COHEN; FRANCO, 1999, p. 94).

Apesar do modelo lógico e linear ser o mais utilizado pela simplicidade na análise das informações, existe um argumento normativo, conforme Bassi e Vincenti (2015), que afirma não ser possível ou mesmo desejável que todas as organizações desenvolvam métricas que abranjam todos os níveis da cadeia lógica. O desafio mais importante é o alinhamento: construir sistemas e estruturas para uma avaliação que auxilie na concretização da missão organizacional, especialmente os objetivos que possam ser controlados e influenciados. Além disso, para os autores, a alocação de esforço além desse escopo é uma má utilização dos recursos.

Por exemplo, uma organização pode, em uma determinada intervenção, optar apenas pela análise dos recursos, processamento e outputs. Se tal ação for feita de forma sistemática, temos o monitoramento de um programa, enquanto a avaliação envolve, um ou mais itens, entretanto, analisados em profundidade (ONYX, 2014) e periodicamente (JANNUZZI, 2005).

Agora que compreendemos os aspectos de diferenciação entre monitoramento e avaliação e o sistema de avaliação social, partiremos para os principais instrumentos de aferição de inovações sociais.

2.1 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO SOCIAL EM INOVAÇÕES SOCIAIS

Como vimos no tópico anterior a avaliação social é um método que envolve diversas etapas de um sistema. Existem diversos modelos de avaliações sociais em inovações sociais com diferentes configurações (EBRAHIM; RANGAN, 2014). Uma síntese dos principais métodos de avaliação social foi desenvolvido por Bund et al. (2015) e Mulgan (2010). Eles apresentam os 10 principais métodos de avaliação existentes, mostrando os exemplos e problemas de cada um dos métodos (Quadro 1).

Quadro 1: Principais métodos de avaliação social.

Método	Descrição	Exemplo	Problemas
Custo Benefício/ Custo Efetividades	Calcula os custos e benefícios (geralmente utilizando alguns métodos abaixo), e aplica-se uma taxa de desconto. Geralmente utilizado por grandes programas sociais.	Um recente estudo no Reino Unido encontrou que ao utilizar um mix de tratamentos de drogas, alternativas, e intervenções comportamentais, ao invés da prisão, salvou os contribuintes mais de 130 mil dólares por utente. E cerca de 300.000 se pensam que futuras vítimas seriam incluídas.	Desacordo sobre os atuais números e pesos no cálculo, assim como nas conclusões da análise.
Preferências Declaradas	Pergunta as pessoas o quanto ela está disposta a pagar por um serviço ou resultado.	Um exemplo seria perguntar as pessoas o quanto ela está disposta a pagar para preservar uma espécie em extinção ou na construção de um parque ecológico	Preferências declaradas não condizem, muitas vezes, com o comportamento da pessoa
Preferências Reveladas	Examina as escolhas que a pessoa faria, comparando duas ou mais opções, quanto ao valor que elas dariam para cada uma delas.	Um pesquisador analisa comportamentos de compra de uma casa e preços reais para inferir quanto as pessoas pagariam por um parque ecológico	Poucos campos possuem dados que possam ser utilizados.
Avaliações de impactos sociais/Social Return on Investment	Estima os custos diretos de uma ação, a probabilidade de funcionar e os futuros outcomes, algumas vezes utilizando taxas de desconto para o valor presente.	Existem centenas de ferramentas que utilizam essa metodologia, como a Acumen Fund's Best Available Charitable Option Ratio Methodology. Ied Emerson's blended value methods, e diversos centros como o High Impact Philanthropy methods.	Desacordo sobre os números e pesos, e as conclusões dos valores; Como lidar com o tempo e taxas de desconto e quem serão os stakeholders para o cálculo.
Determinação do Valor Público	Julga quais são os valores públicos de um serviço.	O British Broadcasting Corporation utiliza este método	Não são rigorosos suficiente.
Avaliação do Valor Adicionado	Na educação, medidas de quanto uma escola contribui para a qualidade dos estudantes.	Recentes utilizações comumente mostram que aparentemente, escolas de sucessos são boas em atrair ótimos estudantes	Às vezes muito complexo para os pares ou a media compreender.
Qualidade ajustada por ano de vida	Em políticas públicas de saúde e pesquisas, contabiliza os objetivos de saúde e as experiências percebidas.	Muito utilizado em diversos conjunto de medidas. Provém uma maneira comum de julgar a efetividade relativa de tratamentos clínicos e medidas de saúde pública.	Pode ser controverso, quando um determinado tratamento não é custo-efetivo.
Método de satisfação com a vida	Julga projetos sociais e programas por quanto de retorno as pessoas precisam para conseguir o equivalente de ganho em satisfação de vida.	Um estudo imaginativo no País de Gales mostrou que investimentos modestos em segurança residencial, o que custo quase 3% do total dos reparos as casas, gerou quatro vezes mais de satisfação de vida.	Ainda não existem estudos aprofundados sobre essa abordagem.
Medida de finanças governamental	No governo, contabiliza os gastos governamentais e seus efeitos.	Na França, o projeto Bilansocietal é um quadro de 100 indicadores que mostram como empresas afetam a sociedade. Na Itália há um projeto similar.	Desacordo sobre os indicadores que serão utilizados.
Outras medidas específicas de cada	Cada campo tem sua própria quantidade e indicadores de medidas.	um recente estudo feito pela Young Foundation identificou quase 30 medidas de impactos, incluindo redes neurais, modelos de preço hedônicos, lógica fuzzy, regressão linear, triple bottom line, etc.	Pouco utilizados para a tomada de decisão.

Fonte: Traduzido de (BUND et al., 2015; MULGAN, 2010).

Esse framework é relevante para a análise e cumprimento dos objetivos desta pesquisa, pois apresenta os métodos de avaliação mais utilizados no mundo. Desta forma, para a continuidade deste projeto, serão apresentados os procedimentos metodológicos no próximo tópico.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta investigação pode ser classificada como pesquisa aplicada, pois investiga uma realidade que envolve a práxis, ao contrário das pesquisas básicas, que analisam-se apenas os aspectos teóricos (ZANELLA, 2009).

Além disso, a pesquisa pode ser classificada como quantitativa, pois utiliza técnicas estatísticas em sua coleta e análise para inferir os resultados da investigação (ZANELLA, 2009). Métodos como medidas de associação, correlação, média, mediana, percentuais, dentre outros serão utilizados para o aprofundamento da análise sobre métodos de avaliações sociais em organizações sociais.

Com relação a coleta de dados desta pesquisa, primeiramente foram utilizados os métodos documentais e bibliográficos para identificar as diversas ferramentas de avaliação e as organizações que serão a nossa amostra de pesquisa.

Após, com base neste universo das organizações da sociedade civil e na amostra levantada, enviou-se um formulário via e-mail para essas instituições, visando coletar as informações relacionadas aos instrumentos de avaliação social utilizados por elas. O formulário é um instrumento de recolha de dados em que se apresenta diversas questões abertas e fechadas para o próprio público-alvo responder, sem auxílio de um agente externo (VERGARA, 2005).

Coletou-se informações de 5 organizações da sociedade civil que estão no ranking das principais instituições nacionais (GUIMARÃES; CRAVEIRO, 2018), sobre seu perfil, assim como informações sobre os instrumentos de avaliação que elas utilizam. As organizações que não responderam o formulário, foram analisadas por meio de seus relatórios de gestão, relatórios contábeis, redes sociais e outras páginas da web, para verificar os instrumentos de avaliação utilizados. A coleta ocorreu no período de outubro a novembro de 2019.

Por fim, quanto a análise dos dados, utilizou-se a análise de estatística descritiva. Com os dados recolhidos e tabulados em uma planilha, partiu-se para a análise das informações com auxílio do software *SPPS* versão 22 e com o *excel* para o desenvolvimento de gráficos e tabelas que serão apresentadas a seguir.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção é dedicada a discussão dos resultados encontrados no levantamento documental desenvolvido. Primeiramente iremos explicar como se compõe o ranking das melhores Ongs e algumas descrições sobre as organizações premiadas. Após, iremos apresentar como estão divulgando os seus relatórios de transparência, os indicadores utilizados e padrões de comunicação utilizados. A terceira subseção se dedica a mostrar os principais métodos de avaliação social utilizados por essas organizações da sociedade civil. Por fim, iremos discutir se a transparência é realizada também nas redes sociais.

4.1 UMA BREVE DESCRIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL ESTUDADAS

As organizações da sociedade civil estudadas nesta pesquisa são as 100 melhores ongs segundo o ranking do Instituto Doar e a Rede de Filantropia (apoiado no primeiro ano pela Revista Época) (GUIMARÃES; CRAVEIRO, 2018).

A metodologia do ranking consiste na inscrição das diversas organizações da sociedade civil na página da web do ranking. Após uma primeira triagem (feita pelo formulário online de inscrição) há um convite de 300 Ongs (definidas pelas próprias organizações) para enviar documentos comprobatórios de diversos itens de governança e transparência. Existem diversos critérios de avaliação, conforme colocam no relatório final desenvolvido pelas instituições:

Durante a seleção, são verificadas informações que atestam o nível de governança da ONG, se possui ações estruturadas de captação de recursos; fontes diversificadas para garantir a perenidade ou se depende muito de repasses governamentais; transparência de números e resultados; publicação no site de todos os dados de interesse público; e se são de fácil entendimento para as pessoas; processos de auditoria; mensuração de resultados e a compatibilidade com sua missão; e até plano de sucessão de diretores. (GUIMARÃES; CRAVEIRO, 2018, p.2).

Desta forma, é possível verificar que o ranking tem seu enfoque em indicadores de governança e transparência de seus números e resultados, itens observados aqui nesta pesquisa. Entretanto, muitas dessas organizações da sociedade civil acabam não comunicando de forma efetiva esses relatórios ao público (JANNUZZI, 2005). Assim, esta pesquisa visa compreender um pouco mais sobre como essas organizações estão divulgando suas ações com seus atores chaves.

Tabela 1: Quantidade de melhores Ongs por causa dos anos de 2017 e 2018.

Causa	100 melhores de 2017	100 melhores de 2018
Assistência Social	29	27
Criança e Adolescente	14	18
Saúde	11	18
Educação	11	10
Desenvolvimento Local	12	9
Meio Ambiente	11	5
Direitos Humanos	5	4
Outros	3	4
Cultura	0	3
Esporte	3	2
Direitos dos Animais	1	0
Total Geral	100	100

Fonte: (GUIMARÃES; CRAVEIRO, 2018, p.4).

Como pode-se observar na Tabela 1 desta investigação, a maioria das organizações premiadas trabalham em ações de apoio de assistência social, totalizando 27 delas no ano de 2018. Após, vem as organizações que atuam com o apoio de Crianças e Adolescentes com 18 premiadas no ano de 2018, da área da saúde, também com 18. Desta forma, pode-se perceber uma grande heterogeneidade nas organizações da sociedade civil do ranking.

Tabela 2: Quantidade de melhores Ongs por região dos anos de 2017 e 2018.

Região	100 melhores de 2017	100 melhores de 2018
SE	68	73
S	18	12
NE	8	8
CO	3	4
N	3	3
Total Geral	100	100

Fonte: (GUIMARÃES; CRAVEIRO, 2018, p.4).

Na Tabela 2 é possível verificar as regiões onde se encontram as melhores Ongs segundo o Ranking estudado. A maioria delas, no ano de 2018, estão na região sudeste

do País, com 73 instituições. Após, vemos a região sul com 12, o nordeste com 8, centro-oeste com 4 e a região norte com apenas 3. Interessante ressaltar que, as regiões mais pobres do Brasil e, conseqüentemente as que mais precisam de apoio das organizações da sociedade civil, são aquelas com menores índices de premiadas (O GLOBO, 2018).

Com relação a publicação de seus relatórios de gestão, 96% publicam esses relatórios anuais em seu site, “95% têm doadores regulares (em média, quase 4 mil pessoas físicas); 94% publicam demonstrativos financeiros em seu site; 93% desenvolvem tecnologia social; 90% avaliam o desempenho dos gestores; 88% colocam seu estatuto no site e fazem planejamento estratégico; 86% têm plano de captação de recursos anual; 78%, plano de comunicação anual; e 62% dependem de uma única fonte, principalmente de empresas e governo” (GUIMARÃES; CRAVEIRO, 2018, p. 5).

O QUE APARECE NO RELATÓRIO? TIPOS DE INDICADORES E ASPECTOS ORGANIZACIONAIS TRANSPARECIDOS.

Após a análise de todos os relatórios publicados por essas organizações, procuramos identificar quais tipos informações elas costumam a produzir em seus relatórios anuais. Os tipos de indicadores estão baseados no pensamento de avaliação social linear dentro da perspectiva de sistemas, no qual se separa os indicadores por entrada, produtos, efeitos (outcomes) e impactos) (JANNUZZI, 2005; WOBBE, 2012; EBRAHIM; RANGAN, 2014; ONYX, 2014).

Identificamos que 83% das organizações produzem indicadores relacionados com os produtos gerados por elas. Os outputs ou indicadores de produto, referem-se à quantidade de “serviços prestados”, “produtos desenvolvidos” e/ou “resultados financeiros” (JANNUZZI, 2005). Como exemplo de indicadores de produto, organizações do âmbito da saúde podem comunicar que atenderam 1000 pessoas em um determinado período.

O segundo tipo de indicador mais utilizado são os indicadores de entrada, com 79% das organizações comunicando essas informações nos seus relatórios. Números como, a quantidade de voluntários, gastos da intervenção, número de máquinas e funcionários, são informações referentes a esses indicadores (JANNUZZI, 2005).

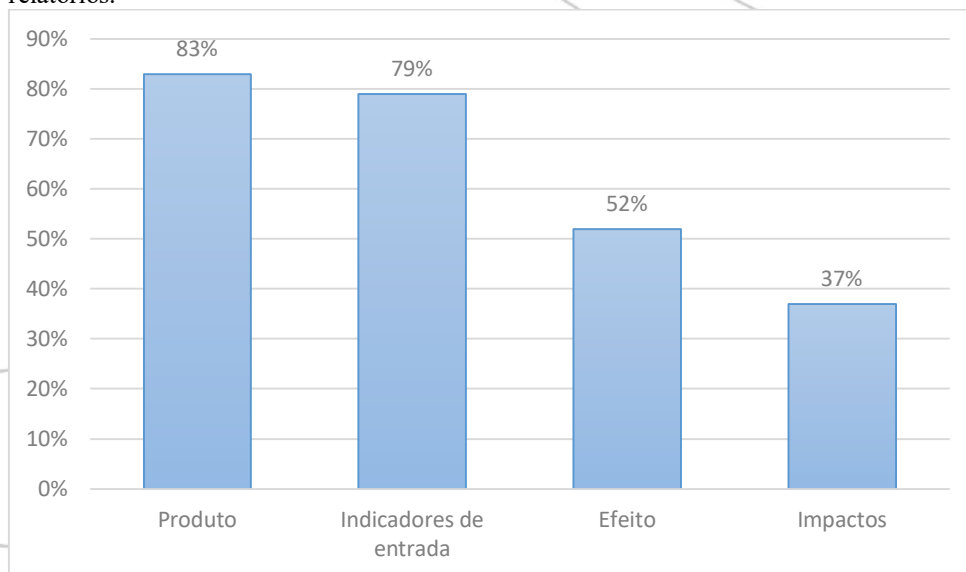
Com relação aos indicadores de resultados, como *outcomes* (ações de curto prazo vinculados aos objetivos finais das intervenções), que podem ser exemplificados como

redução da taxa de mortalidade, redução de peso e aumento da participação social. Pouco mais da metade das organizações comunicam esses resultados em seus relatórios, o que mostra uma grande queda no trabalho de avaliação das melhores Ongs.

Os impactos, vão além da análise dos *outcomes*, sendo mudanças causais proporcionadas pelos *outcomes*, como o aumento da felicidade, desenvolvimento social, dentre outros (GERTLER et al., 2016). Com relação a esse indicador, apenas 37% das organizações da sociedade civil, mostram algum indicador que avalia os impactos de longo prazo na organização.

Assim, mesmo as melhores Ongs do Brasil tem dificuldades com a avaliação social e transparência de seus indicadores. Desde 2017 o País delimitou o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, que deixou implícito que essas devem implementar instrumentos e programas de avaliação social, quando estão atuando com organizações do Estado e do Terceiro Setor (BRASIL, 2017). Apesar disso, muitas ainda não avaliam, em sua totalidade, todos os tipos de indicadores e confirmam que, após dois anos, ainda não estão preparadas para esse mecanismo regulatório.

Gráfico 2: Tipo de indicadores que divulgam as organizações da sociedade civil que comunicam seus relatórios.

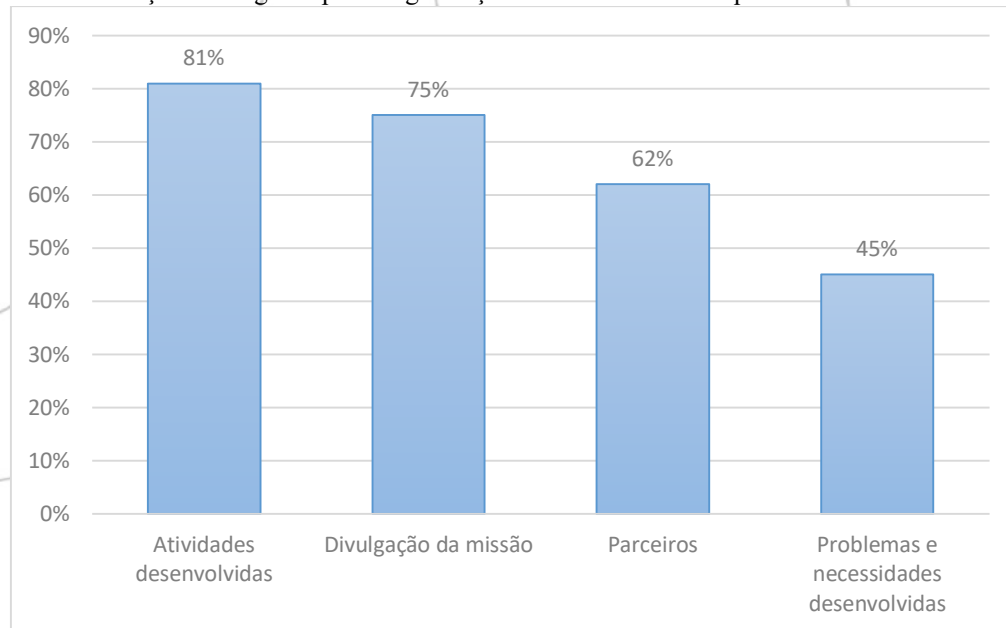


Fonte: Elaborado pelos autores.

Com relação a outros aspectos encontrados nos relatórios, 81% divulga as ações desenvolvidas, 75% sua missão, visão e valores (gerenciamento estratégico), 62% os parceiros da organização e 45% dados e informações sobre os problemas e necessidades que estão combatendo.

Ressaltamos que essas informações, padronizadas e de suma importância para uma melhor comunicação e transparência das organizações da sociedade civil, ainda não são divulgadas por todas as organizações estudadas. O Global Reporting Initiative é uma instituição que auxilia as ONGs a desenvolverem ações e divulgarem seus resultados para a comunidade externa, padronizando alguns itens importantes, como os supracitados (GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2019).

Gráfico 3: Ações divulgadas pelas organizações da sociedade civil que comunicam seus relatórios.

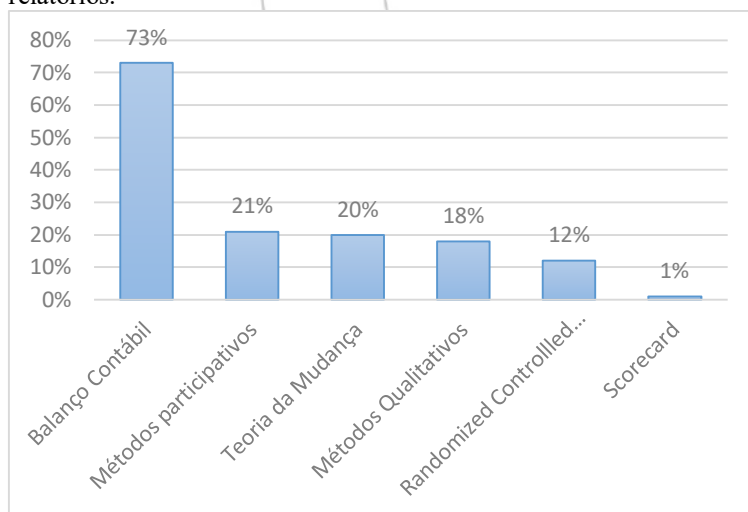


Fonte: Elaborado pelos autores.

QUAIS OS MÉTODOS DE AVALIAÇÃO SOCIAL MAIS UTILIZADOS? UM GRANDE ATRASO NA PROFISSIONALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO.

Com relação aos principais métodos de avaliação social utilizados, é possível perceber um grande atraso na profissionalização da avaliação social por instrumentos já institucionalizados. Apesar de 94% apresentarem seus resultados financeiros pelo site, apenas 73% apresentam essas informações em forma de indicadores nos seus relatórios de gestão.

Gráfico 4: Métodos de avaliação utilizados pelas organizações da sociedade civil que comunicam seus relatórios.



Fonte: Elaborado pelos autores.

O segundo método mais utilizado é o método participativo, no qual as organizações se reúnem com seus atores e discutem os impactos e resultados visando a melhoria contínua. Apenas 21% divulgam esses resultados nos seus relatórios. Seguido, nós temos a teoria da mudança, em que um quarto utiliza esse método.

Métodos qualitativos como, por exemplo, a apresentação dos resultados por meio de entrevistas e relatos de experiência, somam 18% das organizações. Esses métodos são descritos por darem voz aos atores excluídos (SECCO et al., 2019) sendo importantes ferramentas de avaliação de impacto social atualmente. Além disso, apenas 12% utilizaram algum instrumento de avaliação de impacto por métodos controlados aleatórios. A abordagem mais relevante, para identificar causalidade nas intervenções de organizações sociais são os estudos clínicos randomizado controlado (randomized controlled trials), sendo o “padrão-excelência” (gold standard) dos métodos causais. Para alguns autores é “a única metodologia que elimina a possibilidade que o impacto pode ser atribuído por outra intervenção” (GARDINER; GUSTAFSSON-WRIGHT; MANUELYAN ATINC, 2016).

Os métodos de avaliação de gestão, tem seus alicerces na ferramenta de Balanced Scorecard (KAPLAN; NORTON, 2001), sendo comumente utilizado com a nomenclatura *Social Enterprise Balanced Scorecard* (SEBC). Entretanto, ressaltamos que 1% apenas divulgou algum resultado que esteja relacionado com o Balanced Scorecard Social e nenhum resultado apresentado por métodos econômicos e pelo método de Social Return on Investment.

O Social Return on Investment (SROI) é um dos modelos de avaliação social mais utilizados pelas organizações da sociedade civil afora (HEHENBERGER; HARLING; SCHOLTEN, 2013). O modelo referido foi desenvolvido nos Estados Unidos pela “*The Roberts Enterprise Development Fund*” (REDF) e utiliza os princípios de retorno do investimento da contabilidade empresarial (EMERSON; WACHOWICZ; CHUN, 2000).

Já os métodos econômicos envolvem os métodos de preferências declaradas “*willing to pay for it*”, que pergunta as pessoas o quanto ela está disposta a pagar por um serviço ou resultado; a abordagem de preferência reveladas, que examina as escolhas que a pessoa fariam, comparando duas ou mais opções, quanto ao valor que elas dariam para cada uma delas; e o método de cálculo dos custos e benefícios, aplicando-se uma taxa de desconto (EBRAHIM; RANGAN, 2014; MULGAN et al., 2011).

Em um estudo desenvolvido por Hehenberger, Harling e Scholten (2013), encontrou-se que 73% das organizações não utilizam nenhuma ferramenta padronizada de avaliação social. Entende-se ferramentas padronizadas os métodos econômicos, indicadores do IRIS, teoria da mudança e o SROI. Na nossa pesquisa, ressaltamos que não encontramos nenhuma organização que utiliza o SROI e métodos econômicos.

Ainda no estudo de Hehenberger, Harling e Scholten (2013) a maioria recorre, ou à ferramenta *Social Evaluator* ou ao SROI, um quarto utiliza Iris (2019) e/ou a teoria da mudança (CENTER FOR THEORY OF CHANGE, 2019). Nesta investigação, encontramos um dado um pouco abaixo de organizações da sociedade civil que utilizam teoria da mudança (um quinto dos respondentes).

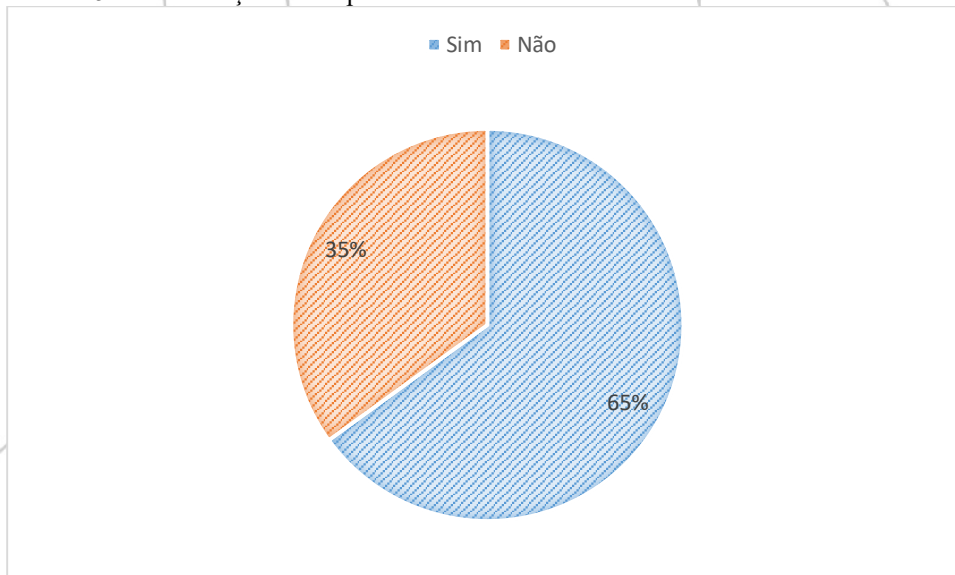
Ressaltamos que o principal motivo para utilizar indicadores padronizados e consistentes, conforme IRIS (2019) é a comparabilidade dos dados, pois ajuda os administradores a gerir melhor as suas atividades e os investidores os seus futuros investimentos.

EXISTEM OUTROS CAMINHOS PARA COMUNICAR A TRANSPARÊNCIA?

O último aspecto interessante de se estudar nessas organizações é sua comunicação de seus indicadores nas redes sociais. Como se pode observar 65% apenas comunica suas ações nas redes sociais. Destacamos que, para uma melhor transparência, é interessante que essas organizações da sociedade civil desenvolvam novos canais de

comunicação para divulgar suas ações para os interessados, para conseguir mais investidores e melhorar sua transparência.

Gráfico 5: Comunicação e transparência dos indicadores/resultados nas redes sociais.



Fonte: Elaborado pelos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar os principais instrumentos de avaliação social utilizadas pelas 100 melhores organizações da sociedade civil, segundo o ranking do Instituto Doar e do Instituto Filantropia de 2018, que desenvolvem inovações sociais do Brasil.

Verificamos que essas organizações estão situadas, em sua maioria, na região sul e sudeste, especialmente na região sudeste e que possuem práticas de governança e transparência muito claras e delimitadas. Entretanto, ainda existem aspectos que são necessários melhorar, sobretudo por novas implicações relacionadas com o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil no Brasil.

Com as observações dos relatórios, identificamos que apenas 37% apresentam algum resultado relacionado com seus impactos e pouco mais da metade relata seus efeitos (52%). Mesmo sendo as organizações com melhores práticas de gestão o desenvolvimento de indicadores de resultados ainda se mostra limitados por essas organizações.

Identificamos também lacunas e melhorias na utilização de métodos de avaliação social padronizados, sendo que os mais utilizados são o balanço social, métodos

participativos, métodos qualitativos e teoria da mudança. Também verificamos que a maior parte (65%) comunica seus resultados nas redes sociais das organizações.

Por fim, acreditamos que as organizações da sociedade civil têm um desafio muito grande para a profissionalização de seus instrumentos de gestão e a criação de indicadores de avaliação social para aferir seus resultados referentes a programas com o Estado e com organizações privadas. Como sugestões para a continuação desta pesquisa, seria interessante compreender como outras organizações sociais, que não estão no ranking estudado, estão utilizando instrumentos de avaliação social, pois provavelmente terão dificuldades mais latentes.

REFERÊNCIAS

ANGELIDOU, M.; PSALTOGLOU, A. An empirical investigation of social innovation initiatives for sustainable urban **DEVELOPMENT**. *Sustainable Cities and Society*, [s. l.], v. 33, p. 113–125, 2017.

ANTADZE, N.; WESTLEY, F. R. Impact Metrics for Social Innovation: Barriers or Bridges to Radical Change? *Journal of Social Entrepreneurship*, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 133–150, 2012.

BASSI, A.; VINCENTI, G. Toward a New Metrics for the Evaluation of the Social Added Value of Social Enterprises. [s. l.], p. 36, 2015.

BOONS, F.; LÜDEKE-FREUND, F. Business models for sustainable innovation: state-of-the-art and steps towards a research agenda. *Sustainable Innovation and Business Models*, [s. l.], v. 45, p. 9–19, 2013.

BRASIL. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC. Página. 2017. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/entidade-de-assistencia-social/marco-regulatorio-das-organizacoes-da-sociedade-civil-2013-mrosc>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

BUND, E. et al. A Methodological Framework for Measuring Social Innovation. <p>Historical Social Research / Historische Sozialforschung Vol. 40, [s. l.], v. No. 3, n. 2015, p. Volumes per year: 1</p>->, 2015.

BUREAU OF EUROPEAN POLICY ADVISERS (BEPA). Social innovation, governance and community building,. Luxembourg: European Union Publications Office, 2005.

BUSCO, C.; QUATTRONE, P. Performing business and social innovation through accounting inscriptions: An introduction. *Accounting, Organizations and Society*, [s. l.], 2018. Disponível em: <<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0361368218300448>>. Acesso em: 30 maio. 2018.

CENTER FOR THEORY OF CHANGE. Theory of Change Community. 2019. Disponível em: <<https://www.theoryofchange.org/>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

DAINIENĖ, R.; DAGILIENĖ, L. Measurement of Social Innovation at Organisation's Level: Theoretical Issues. Economics and Business, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 96–103, 2016.

EASTERDAY, M. W.; GERBER, E. M.; REES LEWIS, D. G. Social Innovation Networks: A New Approach to Social Design Education and Impact. Design Issues, [s. l.], v. 34, n. 2, p. 64–76, 2018.

EBRAHIM, A.; RANGAN, V. K. What Impact? A Framework for Measuring the Scale and Scope of Social Performance. California Management Review, [s. l.], v. 56, n. 3, p. 118–141, 2014.

EDWARDS-SCHACHTER, M.; WALLACE, M. L. 'Shaken, but not stirred': Sixty years of defining social innovation. Technological Forecasting and Social Change, [s. l.], v. 119, p. 64–79, 2017.

EMERSON, J.; WACHOWICZ, J.; CHUN, S. Social return on investment: Exploring aspects of value creation in the nonprofit sector. The Box Set: Social Purpose Enterprises and Venture Philanthropy in the New Millennium, [s. l.], v. 2, p. 130–173, 2000.

FOUGÈRE, M.; SEGERCRANTZ, B.; SEECK, H. A critical reading of the European Union's social innovation policy discourse: (Re)legitimizing neoliberalism. Organization, [s. l.], v. 24, n. 6, p. 819–843, 2017.

FRANZ, H. W.; HOCHGERNER, J.; HOWALDT, J. Challenge Social Innovation: Potentials for Business, Social Entrepreneurship, Welfare and Civil Society. [s.l.] : Springer Berlin Heidelberg, 2012. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=y3bKoMsGAl0C>>

GERTLER, P. J. et al. Avaliação de Impacto na Prática, Segunda edição. 2. ed. Washington: Worldbank, 2016.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. Global Reporting Initiative. 2019. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

GUIMARÃES, L.; CRAVEIRO, P. Guia 100 melhores ONGs: 100 melhores Ongs. Rio de Janeiro: Instituto Doar, 2018.

HEHENBERGER, L.; HARLING, A. M.; SCHOLTEN, P. A Practical Guide to Measuring and Managing Impact. Brussels: European Venture Philanthropy Association, 2013.

IRIS. Getting Started with Iris: How to select iris metrics for social and environmental performance measurement. 2019. Disponível em: <<https://iris.thegiin.org/>>. Acesso em: 27 jul. 2019.

JANNUZZI, P. de M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. [s. l.], p. 24, 2005.

JESSOP, B. et al. Social innovation research: a new stage in innovation analysis? In: *The International Handbook on Social Innovation: Collective Action, Social Learning and Transdisciplinary Research*. 1. ed. United Kingdom: Edward Elgar Publishing, Inc, 2013. v. 1p. 110–130.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. Transforming the balanced scorecard from performance measurement to strategic management: Part I. *Accounting horizons*, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 87–104, 2001.

LEEuw, F. L. et al. *Impact evaluations and development NONIE guidance on impact evaluation*. Washington, Dc: Network of networks on impact evaluation, 2009.

MOULAERT, F. *Social innovation, governance and community building*. Bruxelas: European Commission, 2005.

MOULAERT, F. et al. Towards Alternative Model(s) of Local Innovation. *Urban Studies*, [s. l.], v. 42, n. 11, p. 1969–1990, 2005.

MOULAERT, F.; MACCALLUM, D.; HILLIER, A. Social innovation: intuition, precept, concept, theory and practice. In: *The International Handbook on Social Innovation: Collective Action, Social Learning and Transdisciplinary Research*. 1. ed. United Kingdom: Edward Elgar Publishing, Inc, 2013. v. 1p. 4–16.

MOULAERT, F.; NUSSBAUMER, J. L'innovation sociale au coeur des débats publics et scientifiques: un essai de dé privatisation de la société. In: KLEIN, J. L. (Ed.). *L' Innovation Sociale*. Ste-Foye: Presses Universitaire du Québec, 2006.

MULGAN, G. Measuring Social Value. *Stanford Social Innovation Review*, [s. l.], n. Summer, 2010. Disponível em: <https://ssir.org/articles/entry/measuring_social_value>. Acesso em: 3 mar. 2019.

MULGAN, G. et al. Social Impact Investment: the challenge and opportunity of Social Impact Bonds. [s. l.], p. 38, 2011.

O GLOBO. Pobreza extrema cresce em 25 estados brasileiros, aponta estudo. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/10/10/pobreza-extrema-cresce-em-25-estados-brasileiros-aponta-estudo.ghtml>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

ONYX, J. A Theoretical Model of Social Impact. [s. l.], p. 19, 2014.

PACHECO, A. S. V. *Inovação social em organizações da economia solidária: as experiências de Brasil e Portugal*. 2016. Doutorado - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016.

POL, E.; VILLE, S. Social innovation: Buzz word or enduring term? *The Journal of Socio-Economics*, [s. l.], v. 38, n. 6, p. 878–885, 2009.

ROSCA, E.; ARNOLD, M.; BENDUL, J. C. Business models for sustainable innovation – an empirical analysis of frugal products and services. *Journal of Cleaner Production*, [s. l.], v. 162, p. S133–S145, 2017.

SAUL, J. *Social Innovation, Inc.: 5 Strategies for Driving Business Growth through Social Change*. [s.l.] : Wiley, 2010. Disponível em:
<https://books.google.com.br/books?id=YlqiYK19_xgC>

SECCO, L. et al. Towards a method of evaluating social innovation in forest-dependent rural communities: First suggestions from a science-stakeholder collaboration. *Forest Policy and Economics*, [s. l.], v. 104, p. 9–22, 2019.

SOUZA, A. C. A. A. De; LESSA, B. de S.; LÁZARO DA SILVA FILHO, J. C. Social innovation and the promotion of local economic development. *Innovation & Management Review*, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 55–71, 2019.

SVENSSON, K. et al. Evaluating Social Innovations: Implications for Evaluation Design. *American Journal of Evaluation*, [s. l.], v. 39, n. 4, p. 459–477, 2018.

VERGARA, S. C. *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2005.

VON BERTALANFFY, L. *Teoria geral dos sistemas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Vozes Petrópolis, 1975.

WOBBE. *Measuring Social Innovation and Monitoring Progress of EU Policies*. In: *Challenge Social Innovation: Potentials for Business, Social Entrepreneurship, Welfare and Civil Society*. Londres: Springer, 2012. p. 309–324.

ZANELLA, L. C. H. *Metodologia de estudo e de pesquisa em administração*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, [s. l.], 2009.

**A EVOLUÇÃO DO MARKETING: UMA PESQUISA SOBRE O
NIVELAMENTO DO MARKETING EM UMA EMPRESA
VAREJISTA**

***THE EVOLUTION OF MARKETING: A RESEARCH ON
MARKETING FLATNESS IN A RETAIL COMPANY***

FERRÃO, Kelly¹
FERNANDES, Andreia Castiglia^{2*}
FERNANDES, Alexandre Alves³
FERNANDES, Elisiane Alves⁴

RESUMO: A evolução do consumo segue em ritmo acelerado e o marketing tende a acompanhá-lo, mas será que as empresas estão conseguindo se readequar perante essas mudanças? Essa pesquisa procura conhecer e analisar as ações de marketing de uma empresa do comércio varejista de Porto Alegre com mais de 50 anos de história, identificando, através do estudo de caso, qual percepção os clientes têm do seu posicionamento perante as eras de marketing de Kotler (2010). A pesquisa foi aplicada com clientes, diretores e funcionários, visando identificar em qual ciclo de vida do varejo a empresa enquadra-se, classificar a Era de Marketing em que está atuando, identificar os principais problemas que levam a lenta evolução da organização e indicar melhorias nas ações de marketing para alcançar estratégias, mas eficazes e atuais.

Palavras-chave: Tecnologia. Evolução. Administração. Marketing.

ABSTRACT: *The evolution of consumption continues at a fast pace and marketing tends to keep up, but are companies able to adjust to these changes? This research seeks to know and analyze the marketing actions of a Porto Alegre retail company with more than 50 years of history, identifying, through the case study, which perception customers have of their position regarding Kotler's marketing ages. (2010). The survey was conducted with customers, directors and employees to identify which retail lifecycle the company fits into, to classify the Marketing Age in which it operates, to identify key issues leading to the slow evolution of the organization and to indicate improvements. in Marketing actions to achieve more effective and current strategies.*

Keywords: *Technology. Evolution. Administration. Marketing.*

¹ Bacharel em Administração, Faculdade São Francisco de Assis

² Doutora em Educação, Faculdade São Francisco de Assis – andreia@saofranciscodeassis.edu.br

³ Mestre em Educação, Faculdade São Francisco de Assis

⁴ Mestre em Educação, Faculdade São Francisco de Assis

1 INTRODUÇÃO

O mundo hoje passa por uma transformação, a Era digital vem pressionando as empresas a passarem por uma maratona de atualizações em todos os segmentos do negócio, procurando se manter no mercado altamente competitivo.

O marketing, que teve seus primórdios na Revolução Industrial, destaca-se como um segmento que auxilia os gestores a atrair clientes e competir eficazmente em um mercado de extrema concorrência. Desde seu surgimento até os dias atuais, o Marketing segue evoluindo com diversas pesquisas sendo feitas acerca do tema.

A medida que a sociedade humana evolui, o marketing está sempre presente, acompanhando as manifestações dos seres humanos, quanto as mudanças de suas necessidades e desejos. Por esse motivo, o mais novo conceito de marketing do mundo moderno foi criado. O estudo mais recente de Kotler (2017) diz que em um mundo altamente tecnológico as pessoas anseiam por um envolvimento profundo. Os produtos estão cada vez mais personalizados e os serviços mais pessoais. Com essa nova percepção, ele nomeou então o Marketing 4.0.

O presente artigo busca fazer uma reflexão sobre modelos de empresas observados nestas eras de marketing, a partir de um estudo de caso desenvolvido em uma empresa do comércio varejista com mais de 50 anos no mercado, localizada no centro de Porto Alegre. Foi desenvolvido a partir do método qualitativo, Yin (2010) diz que a pesquisa qualitativa procura coletar, integrar e apresentar dados de diversas fontes de evidência, como há a necessidade de estudar um ambiente da vida real e seus participantes.

O objetivo dessa pesquisa é identificar em qual ciclo de vida a empresa está inserida, classificar a Era do Marketing que a organização se enquadra, identificar os principais problemas que levam a lenta evolução do Marketing na organização e indicar melhorias nos processos de Marketing desenvolvidos, possibilitando o alcance da empresa nas novas estratégias de Marketing.

2 PRIMÓRDIOS E EVOLUÇÃO DO MARKETING

A cada movimento da sociedade, as ciências humanas estão presentes para explicá-los, compreender a maneira como essas relações se estabelecem e como vão evoluindo ao longo do tempo. Dentro das diferentes áreas das ciências humanas, está a Administração.

Segundo, Bonome (2009), a palavra administração deriva de termos em latim “ad” e “minister” que quer dizer respectivamente direção para, e tendência e obediência, ou seja, indivíduo que presta serviço a outra pessoa.

A administração sofreu influência de diversos segmentos, segundo Chiavenato (2003) as principais instituições que proporcionaram a evolução da Administração foram a Igreja católica e a Organização Militar. A Igreja por ser considerada uma organização formal que influencia pessoas com suas técnicas eficazes de administrar e organizar seus processos. A organização militar por sua hierarquia rígida e um regime de princípios e práticas administrativas adotadas por empresas até os dias atuais.

Além dessas duas influências, a Administração precisou sofrer uma revolução para que seus processos ficassem bem definidos. A grande Revolução Industrial segundo Chiavenato (2003) veio com a invenção da máquina a vapor por James Watt e teve início na Inglaterra. Ela surgiu como uma bola de neve em crescente aceleração, com o fenômeno da maquinização, as empresas pequenas e artesanais, uniram-se com as maiores. Os artesãos passaram a manipular as máquinas, que por sua vez produziam quantidades muito mais elevadas do que anteriormente. Porém, os empresários não tinham controle sobre os funcionários, estes passavam horas trabalhando em ambientes insalubres e sem condições humanas de higiene e saúde.

Percebeu-se que havia a necessidade de aprimoramento da Administração, os conceitos deveriam evoluir para ajudar os empreendedores a organizar e controlar suas grandes indústrias.

No período pós Revolução Industrial as funções da administração detalhadas por Chiavenato (2003) como: técnica, comercial, financeiras, segurança, contábeis e administrativas trazidas por Fayol sofreram algumas modificações. As funções, agora, receberam nomenclaturas e transformaram-se em áreas da administração. Chiavenato (2003) confirma isso no seguinte trecho:

Atualmente, as funções recebem o nome de áreas da administração: assim, as funções administrativas recebem o nome de área da administração geral; as funções técnicas recebem o nome de área de produção, manufatura ou operações; as funções comerciais, de área de vendas/Marketing; As funções de segurança passaram para um nível mais baixo. As funções contábeis passaram a se subordinar às funções financeiras. E, finalmente, surgiu a área de recursos humanos ou gestão de pessoas. (CHIAVENATO, 2003, p.80)

Todas essas áreas fazem parte da estratégia da organização, são setores de extrema importância para as empresas, o administrador deve geri-las buscando extrair o máximo

de recursos para se tornar competitivo no mercado. Atualmente, uma das áreas que possui extrema relevância é a chamada função comercial ou área de Marketing, a seguir veremos seus principais conceitos.

As definições de Marketing evoluíram conforme as tendências ambientais. As práticas de comercialização foram alteradas a cada nova tecnologia que surgia, a Revolução Industrial foi uma das grandes precursoras das mudanças no mundo das vendas, além de impactar na Administração a revolução teve uma grande participação na evolução do conceito de Marketing.

Inicialmente a prática de Marketing era meramente a troca de mercadoria entre dois indivíduos, alguns conceitos surgiram com base nessa ideia. Las Casas (2006, p. 3) conceituou Marketing “como uma atividade de comercialização que teve sua base no conceito de troca”. Segundo ele, “as trocas caracterizam-se pela oferta de um produto com um benefício de receber outro, podendo ser em outro produto, em moeda ou em outro benefício não relacionado a esses dois”.

Kotler (2000) definiu o Marketing inicialmente, como um processo social no qual pessoas e grupos de indivíduos adquirem aquilo de que necessitam e desejam através da criação, oferta e troca de produtos e serviços.

O Marketing, recebeu ao longo do tempo várias definições, alguns estudiosos do assunto em diferentes épocas, obtinham diversas discussões acerca do tema. Las Casas (2009) cita a definição estabelecida pela Associação Americana de Marketing que já chegou a definir Marketing como o desempenho das atividades comerciais que dirigem o fluxo de bens e serviços do produtor ao consumidor ou usuário. Ao longo do tempo, o Marketing passou a ter muito mais definições, sendo uma ferramenta indispensável na área comercial.

2.1 AS ERAS DO MARKETING E SUAS DIFERENTES PERCEPÇÕES

A maneira de comercializar produtos foi mudando com o passar do tempo, aspectos ambientais, novas tecnologias e novas formas de administrar trouxeram algumas revoluções na visão que os estudiosos tinham sobre o Marketing, as quatro eras foram definidas por diversos estudiosos como a Era da produção, das vendas, do marketing e do mercado.

2.1.1 A ERA DA PRODUÇÃO

Cobra (2009) diz que em meados de 1925 as empresas estavam voltadas para a produção, a preocupação com a venda era inexistente, pois naquela época, tudo que era produzido era consumido. Os gestores somente se preocupavam com a qualidade dos produtos, nesse momento falar em vendas e marketing não fazia sentido para os administradores.

Entretanto, nesse cenário iniciou-se as primeiras definições do conceito de Marketing, como a demanda era maior que a oferta, o Marketing era definido somente como troca de mercadorias, pois não havia necessidade de atrair os clientes para aumentar as vendas, já que todos os produtos em processo de fabricação já estavam vendidos antes mesmo de saírem da fábrica. A concorrência, por sua vez, era menor, devido aos artesões não conseguirem competir com as fábricas, o que os obrigava a tornarem-se operários das indústrias.

2.1.2 A Era das Vendas

Com o processo de maquinização das fábricas, trazido pela Revolução Industrial, a produção passou a ser desenfreada, causando um elevado estoque de produtos, a oferta passou a ser maior que a demanda e os administradores sentiram a necessidade de pensar em vendas.

Las Casas (2006, p. 6) diz que “com a necessidade de vender excedentes de produção que foram produzidos com o resultado da produtividade maior e, conseqüentemente, aumentando o estoque das empresas, as vendas passaram a ser a atividade mais importante. A ordem era vender a qualquer custo”.

Com isso surgiram as primeiras atividades relacionadas a vendas, criaram-se departamentos que auxiliavam na pesquisa, propaganda e na área comercial.

2.1.3 A Era do Marketing

Com a forte concorrência, os altos custos de se manter um elevado estoque e a venda a qualquer custo, os administradores perceberam que necessitavam de outras práticas para comercializar seus produtos. Las Casas (2009) descreveu esse momento da seguinte forma:

A partir de 1950, os empresários passaram a perceber que as vendas a qualquer custo não era uma forma de comercialização muito correta. As vendas não eram constantes. O mais importante era a conquista e manutenção do negócio

a longo prazo, mantendo relações permanentes com a clientela. Por isso, nessa época passou a existir uma valorização maior do consumidor. Todos os produtos deveriam ser vendidos a partir da constatação de seus desejos e necessidades. O cliente passou a dominar o cenário da comercialização como um dos caminhos para a obtenção de melhores resultados. Estava determinado o conceito de Marketing, em que o consumidor passava a ser considerado o “rei”. (LAS CASAS, 2009, p.8)

Nesse momento as práticas e conceitos de Marketing sofreram uma forte modificação, a comercialização não era mais focada somente no processo da simples troca, ou em preocupar-se estritamente com a produção de produtos de qualidade ou ainda em vender desordenadamente para eliminar os custos de mercadorias paradas em estoque. A nova preocupação era satisfazer o consumidor, criar fidelização, compreender os tipos de produtos que chamam atenção, que tragam valor a ele.

2.1.4 Era do mercado

Na Era do mercado a ideia de suprir as necessidades e desejos dos clientes não tinham mais impacto sobre as formas de obter vantagem competitiva, surgiu um novo diferencial para as empresas driblarem a concorrência.

Las Casas (2009, p. 13) diz que “surgiu uma diversidade de propostas, em que o objetivo principal das empresas era o de atender não apenas os consumidores, mas também aos concorrentes e demais instituições do mercado”.

O mercado não estava só tentando prospectar clientes, com essa nova era as empresas querem fidelizar e fazer o cliente sentir-se parte da organização surgem propostas segundo Las Casas (2009) como Marketing de responsabilidade social, mercado, holística entre outras.

Contudo, nessa nova Era os pesquisadores e estudiosos da área redefiniram os conceitos de Marketing.

Las Casas (2009) no trecho mencionado abaixo atualiza o conceito de Marketing após a análise das quatro Eras.

Marketing é a área do conhecimento que engloba todas as atividades concernentes às relações de trocas orientadas para a criação de valor dos consumidores, visando alcançar determinados objetivos de empresas ou indivíduos através de relacionamentos estáveis e considerando sempre o ambiente de atuação e o impacto que essas relações causam no bem-estar da sociedade. (LAS CASAS, 2009, p. 15)

Com o objetivo de conseguir compreender todas as modificações trazidas por cada Era que propiciou as evoluções acerca do Marketing, Kotler (2017) definiu a Era da

produção e das vendas como Marketing 1.0 aquela centrada no produto, em seguida veio o Marketing 2.0 que era focado no consumidor com base na Era do Marketing. Posteriormente, surgiu o Marketing 3.0 aquele focado no ser humano com base na Era do mercado e a mais atual Era que é definida por Marketing 4.0 um aprofundamento e ampliação do Marketing centrado no ser humano.

Na visão de Kotler (2010), o conceito de Marketing caminha junto com as mudanças macroeconômicas, sendo assim, toda vez que ocorrem mudanças no ambiente macroeconômico, o comportamento do consumidor se transforma, o que proporcionalmente gera mudanças no Marketing.

O quadro 1 elucida os objetivos, as forças que incentivaram nas modificações das definições de Marketing, a maneira como as empresas observam o mercado e os conceitos de cada Era do Marketing sugerida por Kotler.

Quadro 1: Comparação entre Marketing 1.0, 2.0, 3.0 e 4.0

Objetivos	Marketing 1.0	Marketing 2.0	Marketing 3.0	Marketing 4.0
	Vender produtos	Satisfazer e reter consumidores	Fazer do mundo um lugar melhor	Acompanhar os caminhos dos consumidores na economia digital
Forças Propulsoras	Revolução Industrial	Tecnologia da Informação	Nova onda de tecnologia	4ª Revolução Industrial
Visão das empresas sobre o mercado	Compradores em massa, com necessidades físicas	Consumidor inteligente, dotado de coração e mente	Ser humano pleno, com coração, mente e espírito	Centrado no ser humano, conectado com as novas tecnologias
Conceito de Marketing	Desenvolvimento de produto	Diferenciação	Valores	Valores humanos e das empresas misturam-se na Era digital

Fonte: Elaborado pela Autora adaptado de KOTLER, 2010; KOTLER, 2017.

Com base nos dados do quadro 1 o próximo passo é aprofundar a teoria entorno dos conceitos de cada evolução do Marketing segundo Kotler, para conseguir identificar em qual nivelamento a empresa apresentada no estudo de caso irá enquadrar-se.

3 MARKETING 1.0, 2.0, 3.0 E 4.0

Conforme Gomes (2013) durante a Revolução Industrial, o grande objetivo era padronizar e ganhar em escala sobre todos os produtos, que eram praticamente sem distinção e não havia necessidade de escolha para o consumidor.

Além disso, Gomes (2013) diz que o Marketing dos anos 70 era basicamente “push”, ou seja, tudo que era produzido e empurrado para o consumidor, seria bom o suficiente e não haveria indagações.

Goulart (2015) afirma que o Marketing 1.0 marcou o início da evolução, com as empresas focadas no produto e seus efeitos sobre a rentabilidade. Ou seja, a padronização e o ganho de escala para se alcançar menor custo de produção e atingir maior volume de consumo.

Observando esse cenário, não havia necessidade de pensar em produtos diferenciais, prospecção e fidelização de clientes. Os empresários apenas padronizavam seus produtos e os consumidores eram obrigados a comprar aquilo que as fábricas impusessem. O Marketing era totalmente baseado no produto, a medida que os empresários só pensavam em designs padronizados objetivando a diminuição de custos e a aceleração de seu processo de fabricação, como não haviam muitas opções de fabricantes os consumidores obrigavam-se a comprar daquele fornecedor, ocasionando assim vendas permanentes, fazendo com que os administradores não precisassem preocupar-se com vendas.

Kotler (2010) definiu o Marketing 1.0 como aquele centrado no produto, o Marketing nesse contexto dizia respeito a vender os produtos da fábrica a todos que quisessem comprá-lo.

O modelo T, de Henry Ford, descrito por KOTLER (2010) se tornou famoso pois resumia essa estratégia. Ford disse uma frase que ficou famosa e que define esse momento do Marketing: “O carro pode ser de qualquer cor, desde que seja preto.” Os consumidores não tinham suas necessidades e desejos respeitados pelos fabricantes, o modelo T de Henry Ford se tornou famoso por um determinado período, até chegar a concorrência e compreender que os consumidores precisavam ser ouvidos e criarem assim novos modelos de produtos com cores diferenciadas atendendo as diversas exigências dos consumidores. A partir dessa nova concepção, surgiu um novo modelo de Marketing, a Era em que o consumidor era o centro das atenções.

Diferentemente do Marketing 1.0 em que seu foco principal é vender produtos, desenvolvê-los e interagir de maneira abundante com o cliente, o Marketing 2.0 procura satisfazer o consumidor, trazer a diferenciação nos produtos e criar um relacionamento de um para um.

Segundo Kotler (2010) o Marketing 2.0 é orientado para o consumidor, ele surgiu na era da informação, onde os consumidores são bem informados e a concorrência maior. Suas preferências são muito variadas e suas necessidades e desejos estão sendo atendidas.

Acontece nesse momento uma inversão dos valores de Marketing 1.0 para o 2.0, segundo Belem (2016) agora é o consumidor que estipula como quer o produto e quanto quer pagar, a interação entre cliente e empresa se torna maior.

A expressão “o cliente é rei” define essa nova perspectiva de Marketing, o profissional de Marketing e os gestores das empresas precisam compreender o que traz valor aos consumidores, o que eles anseiam e quais são as características que seus produtos e serviços precisam ter para atraí-los e fazê-los aplicar seus investimentos na sua empresa. Nesse caso segundo Belem (2016) o cliente não aceita mais a relação vertical, ele quer fazer parte do processo.

No Marketing 2.0 o cliente pesquisa preço, analisa a qualidade do produto perante opiniões de outros consumidores, procura diferenciais nos produtos.

Segundo Kotler (2010) os clientes são alvos passivos das campanhas de Marketing, estas se tornaram agressivas e levou ao consumidor se portar de outra maneira perante as empresas, eles querem algo que faça mais sentido para a humanidade e que não vise somente lucro para a organização em que aplicam seu dinheiro, após essa reflexão o mercado muda novamente e o Marketing precisa acompanhá-lo.

Kotler (2010, p. 29) diz que “a contínua adaptação dos conceitos de Marketing a diferentes épocas da vida humana é o que o torna tão interessante”.

Essa expressão Kotler faz referência as mudanças desde a criação dos 4Ps de Jerome McCarthy onde o marketing e a gestão de produtos eram genéricas utilizando apenas o desenvolvimento do produto, a determinação do preço, a realização da promoção e a definição do ponto de venda que levaram a criação do Marketing 1.0. Evoluindo para o Marketing 2.0 onde os profissionais de Marketing perceberam que, para gerar demanda, o dito consumidor deveria substituir o produto no centro de todas as atividades relacionadas a Marketing. Agora aparece outra época na vida humana que impacta no conceito de Marketing as empresas precisam oferecer soluções para os problemas da sociedade.

Marketing 3.0 é descrito por Kotler (2010) da seguinte maneira:

Em épocas de crise econômica global, o Marketing 3.0 adquire relevância ainda maior para a vida dos consumidores, na medida em que são afetados por rápidas mudanças e turbulências nas esferas social, econômica e ambiental.

Doenças tornam-se pandemias, a pobreza aumenta e a destruição do meio ambiente caminha a passos largos. As empresas que praticam o Marketing 3.0, oferecem respostas e esperança às pessoas que enfrentam esses problemas e, assim, tocam os consumidores em um nível superior. No Marketing 3.0, as empresas se diferenciam por seus valores. (KOTLER, 2010, p.5)

O Marketing agora precisa preocupar-se com as questões humanas, aquilo que toca a mente, a alma e o coração dos clientes. A empresa precisa criar visão, missão e principalmente valores que façam o consumidor engajar-se com a proposta da organização e reconhecer que esta não visa somente o lucro mas que preocupa-se para que o mundo seja um lugar melhor.

Um exemplo utilizado por Kotler (2010) foi a S.C. Johnson & Son, no quadro 2 a missão, visão e valores foram pensadas conforme cada sentimento do consumidor.

Quadro 2: Matriz baseada em valores da S.C. Johnson

	Mente	Coração	Espírito
Missão Contribuir para o bem-estar da comunidade, além de sustentar e proteger o meio ambiente	Linha de produtos para o lar e para consumo	Promover o uso de embalagens reutilizáveis	Visar a base da pirâmide
Visão Ser um líder mundial na entrega de soluções inovadoras para suprir necessidades humanas por meio de princípios de sustentabilidade	Para a S.C Johnson, criar valores econômicos sustentáveis significa ajudar as comunidades a prospectar e, ao mesmo tempo, obter crescimento lucrativo para a empresa	O Ron Brown Award Corporate Leadership - prêmio dos EUA para reconhecer as empresas pela qualidade exemplar de seus relacionamentos com funcionários e comunidade	Valores sustentáveis
Valores Sustentabilidade, criamos valor econômico, lutamos pela saúde do meio ambiente, defendemos o progresso social	Acreditamos que nossos empregados são nosso maior ativo	Uma das 100 melhores empresas para as mães que trabalham fora	A oportunidade de fazer o certo para o meio ambiente e para sustentabilidade social

Fonte: (KOTLER, 2010, p.48)

A empresa serve de exemplo para outras organizações que pretendem inserir-se no Marketing 3.0, a S.C. Johnson atinge a mente dos seus consumidores ao incorporar em sua visão que pretende não só ter lucro com os produtos comercializados mas também ajudar a comunidade a crescer, além disso, aposta em seus colaboradores acreditando que eles são o maior bem que a empresa possui.

Por meio dos prêmios obtidos pela empresa analisada, ela consegue atingir o coração dos consumidores, considerada exemplar no relacionamento com funcionários e comunidade e, também, a empresa contrata mulheres com filhos, foi considerada umas das 100 melhores para as mulheres que trabalham fora e possuem filhos.

Segundo Kotler (2010) o marketing agora será uma consonância de três conceitos: a identidade, a integridade e a imagem da marca, ele também é o significado incorporado, à missão, à visão e aos valores da empresa. O marketing não deve mais ser considerado apenas sinônimo de vendas ou uma ferramenta para geração de demanda, mas deve ser considerado a principal esperança de uma empresa para recuperar a confiança do consumidor.

Para Moreira (2017) estamos vivendo a 4ª revolução industrial ou a evolução contemporânea, nessa nova etapa a modernização modificou a estrutura lógica da informação e dos meios de comunicação. Vivemos hoje o ápice dessa revolução, temos acesso ao mundo em nossas mãos. Somos ligados, conectados, cercados de informações por todos os lados.

Novamente, o ambiente social muda drasticamente e Kotler sente a necessidade de aprofundar mais uma vez o conceito de Marketing, o mais recente estudo veio com base nessas novas tecnologias que os consumidores estão inseridos, o Marketing precisa chegar na mesma velocidade em que as informações chegam até as pessoas e a Era digital influencia diretamente no Marketing 4.0.

Para Kotler (2017) as práticas de marketing vem sendo afetadas ao redor do mundo, apesar das tecnologias que vemos agora não serem tão novas, elas vem convergindo ao longo dos anos, essa convergência levará uma união entre o Marketing tradicional e o Marketing Digital.

O papel dos profissionais de Marketing 4.0 para Kotler (2017, p. 12) “será guiar os clientes por sua jornada desde o estágio de assimilação até se tornarem advogados (defensores ou embaixadores) da marca”.

O papel do Marketing agora é fazer uma integração entre todos os caminhos que levam o cliente a compra, portanto o tradicional e o digital devem estar juntos, o consumidor precisa ter uma experiência única esteja ele online ou off-line, as empresas precisam tornar-se uma só.

Kotler (2017) evidencia isso no trecho abaixo:

O cenário de mudanças cria um conjunto de paradoxos para os profissionais de marketing enfrentarem, sendo um deles a interação on-line versus a interação off-line. Ambas devem coexistir e ser complementares, com o objetivo comum de fornecer uma experiência superior ao consumidor. (KOTLER, 2017, p.44)

Além dessa interação, o Marketing 4.0 segundo Antunes (2017) deixou de ser exclusivo e limitado para ser mais inclusivo, os consumidores hoje unem-se para

compartilhar experiências e evitar que sejam enganados comprando produtos sem qualidade ou de empresas que não dão a devida atenção as suas necessidades e desejos.

A empresa precisa ter uma estrutura horizontal, o método antigo de desenvolver produto e colocar no mercado não funciona, a empresa precisa envolver o consumidor no processo de desenvolvimento, fazendo com que seja um reflexo do mundo digital. A internet propiciou para as marcas utilizarem propagandas em demasia, o que causou uma desconfiança do consumidor, este passou a ser mais social, confiando nas experiências de seu círculo de amigos, família e opiniões nas redes sociais.

Kotler (2017) confirma isso em sua mais recente obra:

Os profissionais de marketing precisam embarcar na mudança para um cenário de negócios mais horizontal, inclusivo e social. O mercado está se tornando mais inclusivo. A mídia social elimina barreiras geográficas e demográficas, permitindo às pessoas se conectarem e se comunicarem, e, às empresas, inovar por meio da colaboração. Os consumidores estão adotando uma orientação mais horizontal. Desconfiam cada vez mais da comunicação de marketing das marcas e preferem confiar no círculo social (amigos, família, fãs e seguidores). Por fim, o processo de compra dos consumidores está se tornando mais social do que nunca. Eles prestam mais atenção ao seu círculo social ao tomar decisões. E buscam conselhos e avaliações tanto on-line quanto off-line. (KOTLER, 2017, p. 29)

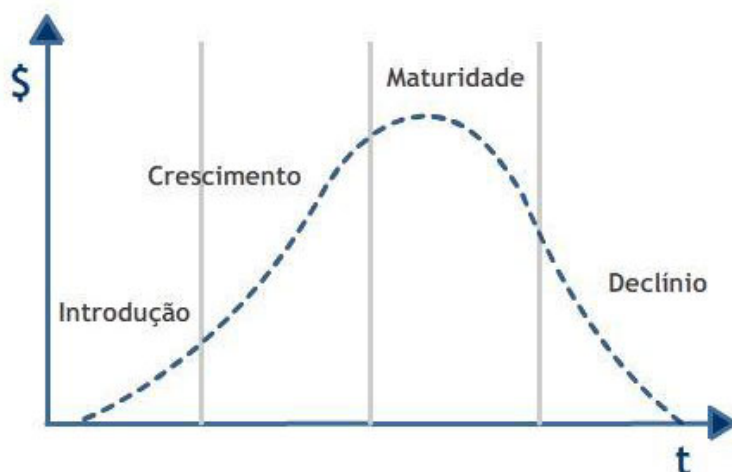
Para alcançar as estratégias do Marketing 4.0 a empresa deve ter uma estrutura física e digital capazes de suprir as necessidades de informações que os clientes procuram, atentar aos comentários e avaliações de consumidores, tentar obter o máximo de fidelização da marca. Lembre-se o consumidor é quem faz a marca seja on-line ou off-line.

4 MERCADO VAREJISTA

Costa (1996) define varejo como aquele formado por empresas intermediárias, atuantes da distribuição indireta, as quais desenvolvem atividades de venda de produtos ou serviços, para o cliente final, especialmente, para clientes que compram para uso próprio e não para revenda.

Uma das teorias da evolução varejista segundo Parente (2014) é o ciclo de vida do varejo ao identificar o estágio do ciclo de vida em que modelo de suas lojas encontram-se. O varejista tem mais elementos para definir as melhores estratégias e aperfeiçoar seus resultados. O ciclo de vida do varejo é identificado na figura 1.

Figura 1 – Ciclo de vida no varejo



Fonte: Adaptada (PARENTE, 2014, p. 21)

As empresas de varejo precisam identificar em qual nivelamento do ciclo de vida estão, para assim definir suas estratégias de diferenciação perante clientes e fornecedores. A introdução segundo Parente (2014) é quando o formato da empresa é introduzido no mercado, o crescimento quando a empresa começa a ter vendas significativas, maturidade é quando as vendas estabilizam-se, pois o formato alcançou os mercados potenciais e por fim o declínio as vendas e o lucro começam a declinar, porque já existem formatos mais eficientes.

Para posicionar-se no mercado as empresas varejistas devem atentar a qual estágio estão relacionadas e a partir disso tomar as decisões estratégicas nos diversos setores que tangem a organização: Financeiro, produção, recursos humanos e marketing.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa foi desenvolvida pelo método qualitativo, Chizzotti (2001) diz que o método recebeu esse nome pelo fato de ser fundamentado em uma estratégia baseada em dados coletados em interações sociais ou interpessoais, os significados levantados acerca do fato serão analisados pelo pesquisador.

Segundo Fonseca (2009, p. 35) “os recursos disponíveis para esse tipo de método são entrevistas, observações, questionários, interpretação de formas de expressão visual como fotografias e pinturas, e estudos de casos. ”

Para conseguir alcançar os objetivos deste artigo, o recurso utilizado foi o questionário, no modelo Survey, cujo Mello (2013) define como um método de coleta de informações diretamente de pessoas a respeito de suas ideias, sentimentos, saúde, planos,

crenças e de fundo social, educacional e financeiro. A coleta é feita através de questionários, aplicados no público alvo escolhido para realizar a pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Gerhardt (2009) o objetivo de uma pesquisa é responder a questão inicial, mas ela tem também uma segunda função, a de interpretar fatos não cogitados, rever ou afinar as hipóteses, para que quando o pesquisador finalizar seja capaz de propor modificações e pistas de reflexão e de pesquisa para o futuro. Com base na autora, a análise dos dados passa por três operações: a primeira consiste em descrever os dados coletados, a segunda consiste em mensurar as relações entre as variáveis e a terceira operação consiste em comparar as relações observadas teoricamente esperadas pela hipótese e mensurar o distanciamento entre elas.

Com base nas três operações citadas acima, iniciamos a análise da pesquisa pela descrição dos dados levantados em campo.

A pesquisa foi realizada em uma empresa de médio porte do ramo do comércio varejista, situada no centro de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A organização possui 54 anos de existência no mercado, conta atualmente com cerca de 80 funcionários.

Através do modelo Survey, estruturado com nove questões que continham em uma definição sobre cada Era de Marketing, foi possível coletar os dados necessários para responder as questões levantadas nesse artigo. A pesquisa foi aplicada aos funcionários, diretores e principalmente com os clientes, na loja matriz.

As questões foram respondidas por 55 pessoas de acordo com os critérios estabelecidos para esta investigação: clientes da loja e que se dispuseram a responder, funcionários ativos da empresa e com os quatro diretores. Numa ação que durou 5 dias dentro do próprio PDV da empresa matriz.

A primeira questão contemplava uma situação que caracterizava a empresa como pertencente ao Marketing 1.0 descrita por Kotler (2010) acima de tudo pelo Marketing que é centrado no produto. A questão afirmava que a empresa era focada no produto, que sua divulgação era completamente concentrada em preço e diferenciação de produtos. Foi respondida por 55 pessoas as quais 43 concordaram sobre a afirmativa que a empresa estava voltada para o produto. Com a maioria aceitando a afirmação, podemos considerar a empresa inserida no Marketing 1.0.

A segunda questão trazia uma situação que caracterizava a empresa no Marketing 2.0 que segundo Kotler (2010) é aquele orientado ao cliente. Buscava identificar se na percepção das pessoas envolvidas a empresa analisada estava ali inserida. Na visão dos 55 entrevistados, 48 concordaram sobre a afirmação que a empresa é centrada nas necessidades do cliente. Sendo assim, podemos dizer que a organização contempla os requisitos para estar desenvolvendo o Marketing 2.0.

Nas questões três e quatro, a pesquisa tinha por objetivo identificar se os indivíduos envolvidos reconheciam que a empresa buscava fazer workshops, eventos com objetivos sociais que envolvessem o público e que o fizessem fazer parte da organização, com o intuito de trazer o consumidor para dentro da empresa possibilitando o conhecimento dos seus valores e princípios. Estratégia que Kotler (2010) nomeou como Marketing 3.0. Ao serem questionados sobre o conhecimento dos eventos desenvolvidos pela empresa, 34 pessoas nunca haviam participado e 21 pessoas já haviam participado. A maioria dos entrevistados não tinham conhecimento que a empresa disponibilizava esse tipo de serviço e menos ainda que toda a verba arrecadada era convertida para instituições de caridade.

Ao serem questionados se a empresa deveria evoluir na criação desses eventos das 55 pessoas, 51 afirmaram que sim, a organização deveria desenvolver mais esses projetos e divulgá-los de uma forma mais eficaz, para que todos pudessem participar. Com a maioria dos entrevistados afirmando que deveria acontecer essa evolução, foi possível identificar que a empresa ainda não está atendendo completamente os requisitos para estar inserida na realidade do Marketing 3.0.

Seguindo na pesquisa, as questões posteriormente levantadas, foram acerca do uso da internet e redes sociais, a ideia era verificar o quanto os indivíduos entrevistados faziam uso das ferramentas virtuais para encontrar empresas e produtos que os interessavam fazer negócios. E em seguida, avaliar o quanto as opiniões de amigos, familiares e comentários nos sites e redes sociais, eram relevantes para essa população analisada.

Referente a importância da internet nas decisões de compra, dos 55 entrevistados, 50 utilizam as ferramentas virtuais (sites, redes sociais, pesquisa do Google, etc.). Sobre as opiniões de familiares e amigos, além dos comentários e avaliações de consumidores nas redes sociais influenciarem nas decisões de compra, 43 pessoas concordam que levam em consideração essas experiências.

Essa questão levantava outra de extrema importância, a avaliação das pessoas sobre o site da empresa, se este sanava suas dúvidas, se estava completo e atendia as necessidades dos clientes. Com esses questionamentos chegamos ao Marketing 4.0, em que Kotler (2017) diz que é um cenário onde a internet permeia a vida das pessoas o tempo inteiro.

Com os resultados acima, pode-se identificar que os consumidores da empresa pesquisada dão extrema importância a facilidade que o meio digital promove. Precisa-se avaliar agora o que acham do site e redes sociais da organização. Quando questionados, então, sobre o site e as redes sociais da empresa pesquisada, das 55 pessoas, 42 discordam que o site possui estrutura adequada para sanar as dúvidas e satisfazer as necessidades dos clientes. A realidade virtual da empresa, segundo as pessoas que fazem parte da organização, não atende os conceitos identificados por Kotler em Marketing 4.0.

Com a pesquisa aplicada e todos os dados coletados analisados, percebeu-se que a empresa passa por um ciclo de estagnação. Podemos voltar no conceito de Parente (2014), onde ele descreve sobre o ciclo de vida do varejo, período que passa por ciclos de introdução (empresa extremamente nova no mercado), crescimento (onde as vendas atingem seu ápice), maturidade (processos e as vendas permanecem iguais) e declínio (onde há empresas mais eficazes que o modelo), através da pesquisa feita identificou-se que a empresa em questão está no ciclo da maturidade por possuir vendas estáveis sem uma considerável expansão, o modelo que a empresa apresenta ao mercado é antigo o que provavelmente acabará em alguns anos migrando para o declínio.

Esse modelo antigo, culmina nos resultados que encontramos na pesquisa, das 55 pessoas entrevistadas 45 são clientes acima de um ano e somente 2 pessoas entraram pela primeira vez na loja. Isso quer dizer que não estão prospectando clientes novos e uma das possíveis dificuldades está em utilizar as ferramentas digitais para atingir esses novos clientes.

Ainda segundo Parente (2014) a administração, no estágio da maturidade, precisa preocupar-se com o prolongamento desse ciclo e também revisar seus conceitos. Nesse caso, os administradores precisam reciclar suas estratégias de Marketing para conseguirem atingir clientes potenciais e manter suas vendas lucrativas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao levantar o questionamento desse artigo, foi possível encontrar coerências entre a teoria aqui exposta e a prática proporcionada ao aplicar a pesquisa.

Quanto ao objetivo geral desta investigação, que é a classificação na Era de Marketing que a referida empresa se encontra, conclui-se que ela está no Marketing 2.0.

De acordo com o objetivo sobre identificar os principais problemas que levam a lenta evolução do Marketing na organização, conclui-se que o problema central da empresa está no contato com o público digital, o site da organização não tem uma linguagem e estrutura que consiga satisfazer as necessidades dos consumidores. Na pesquisa, confirmou-se o quanto as pessoas atualmente são conectadas e percebe-se a imensa importância que essa ferramenta possui para atingir clientes novos e fidelizar os antigos. A manutenção precária do site atinge também os eventos que a empresa proporciona, foi quase unânime entre as pessoas pesquisadas que a organização precisa evoluir em eventos que tragam benefícios para o público em geral.

Com um site e redes sociais interativos e bem estruturados esses eventos teriam muito mais visibilidade, a comunicação com os clientes seria de forma eficiente, trazendo o cliente para dentro da empresa, tornando ele um fã da marca, fazendo ele conhecer o propósito da organização gerando mais negócios, o que proporcionalmente tiraria a empresa do problema da estagnação.

No que tange o objetivo de identificar o ciclo de vida da empresa, ficou claro que ela está enquadrada no ciclo da maturidade, demonstrando que existem características, como a baixa prospecção de clientes novos, que indicam uma forte tendência ao declínio.

Por se tratar de uma empresa em um ciclo de vida maduro, os gestores devem adotar imediatamente estratégias que possibilitem sua evolução e sua permanência no mercado tão competitivo que a rodeia.

Um plano de ação deve ser elaborado, com o intuito de alcançar as estratégias atuais de Marketing. O primeiro passo está em elaborar um site que contenha os produtos, preços, com informações sobre a utilidade daquele produto, que permita a compra fácil. Além disso, manter uma equipe treinada que consiga atender as necessidades dos consumidores virtuais.

Incluir no planejamento a divulgação dos Workshops e oficinas desenvolvidos pela empresa, anunciar no site, nas redes sociais, entrar em contato por telefone e por e-

mail. Trazer assuntos que envolvam a maioria das pessoas. Criar visitas aos setores da loja, atrair os clientes e torná-los parte da organização.

Dessa forma, conclui-se que as empresas com anos de experiências, consideradas maduras em seu ciclo de vida, devem avaliar suas estratégias, rever seus conceitos e criar um plano para conseguir alcançar seus objetivos e ainda, prospectar mais clientes envolvidos com sua missão, visão e valores.

REFERÊNCIAS

BELEM, Ulisses. **A Evolução do Marketing: Um resumo da evolução que o Marketing teve ao longo dos anos. Desde o marketing baseado nos produtos, até o marketing baseado no relacionamento.** Disponível em:

<<http://www.administradores.com.br/artigos/academico/a-evolucao-do-marketing/96487/>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

BONOME, João Batista Vieira. **Princípios de Administração.** Curitiba: Iesde Brasil S.A., 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução a teoria geral da Administração.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Atlas, 2001.

COBRA, Marcos Henrique Nogueira. **Administração de Marketing no Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier: 2009.

COSTA, Antônio. TALARICO, Edson de Gomes. **Marketing promocional: descobrindo os segredos do mercado.** São Paulo: Atlas, 1996.

FONSECA, Regina Celia Veiga. **Metodologia do trabalho científico.** Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, M. KURY G. **A Evolução do Marketing para o Marketing 3.0: O Marketing de Causa.** Rio Grande do Norte: Intercom, 2013.

GOULART, Ricardo. **Marketing sem cera: O sucesso do Marketing de Serviços.** São Paulo: HN editora & Publieditorial, 2015.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing.** São Paulo: Prentice Hall, 2000.

KOTLER, Philip. KARTAJAYA, H. SETIAWAN, I. **Marketing 3.0: As forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

KOTLER, Philip. KARTAJAYA, H. SETIAWAN, I. **Marketing 4.0: Do tradicional ao digital.** Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

KOTLER, Philip. **Princípios de Marketing.** São Paulo: Prentice Hall, 2000.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Administração de Marketing: Conceitos, Planejamento e Aplicações á Realidade Brasileira.** São Paulo: Atlas, 2006.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **MARKETING: Conceitos, exercícios, casos.** São Paulo: Atlas, 2009.

MELLO, C. **Métodos quantitativos: pesquisa, levantamento ou survey.** Aula 09 da disciplina de metodologia de pesquisa na UNIFEI. Disponível em: <http://www.carlosmello.unifei.edu.br/Disciplina/Mestrado/PCM-10/Slides-Mestrado/Metodologia_Pesquisa_2012-Slide_Aula_9_Mestrado.pdf> Acesso em: 31 mai. 2018.

MIRANDA, C. M. C. ARRUDA, D. M. O. **A evolução do pensamento de Marketing: uma análise do corpo doutrinário acumulado no século XX.** RIMAR – Revista Interdisciplinar de Marketing, Fortaleza, v.3, n.1, p. 40-57, Jan/Jun 2004.

MOREIRA, E. **Era Digital: entenda o que é isso e como impacta os negócios.** Disponível em: <<https://transformacaodigital.com/era-digital-entenda-o-que-e-isso-e-como-impacta-os-negocios/>> Acesso em: 01 mai. 2018.

PARENTE, J. BARKI, E. **Varejo no Brasil: Gestão e Estratégia.** São Paulo: Atlas, 2014.

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. **Manual de produção de textos acadêmicos e científicos.** São Paulo: Atlas, 2013.

2019 ENPEX



ARTIGOS

Arquitetura e Urbanismo



fapesc

Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

ANAIS ENPEX 2019
ISSN 1982-3370

**Inovação a serviço
da educação**

**XVIII Jornada de Iniciação Científica
XIII Mostra de Extensão
BRUSQUE - SC - BRASIL**



**OS JARDINS DA VILLA GOUCKY: LEVANTAMENTO
PAISAGÍSTICO DA CASA CÔNSUL CARLOS RENAUX**

***THE GARDENS OF VILLA GOUCKY: LANDSCAPE SURVEY OF
THE HOUSE CONSUL CARLOS RENAUX***

FAGUNDES, Andresa¹
CARMINATTI, Karol Diego^{2*}

RESUMO: A Villa Renaux, também chamada de Villa Goucky, é um importante elemento arquitetônico na história da cidade de Brusque. Morada de Cônsul Carlos Renaux, pioneiro da indústria têxtil, foi projetada pelo arquiteto alemão Eugen Rombach no ano de 1932. Além de sua história, a Villa conserva muito da sua originalidade material, podendo ser percebida através das suas edificações e seus interiores, bem como pela composição dos espaços externos. Fruto de pesquisa realizada junto ao curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFEBE, neste trabalho será apresentado o processo de levantamento do sítio físico, compreendendo os Jardins e áreas externas da Villa, buscando estabelecer um documento referencial para a preservação e manutenção destes espaços. Como parte do processo foram realizados levantamentos de campo e estudos de casos referenciais, resultando em um mapeamento e localização das espécies de plantas que compõem os Jardins da Villa Renaux.

Palavras-chave: Jardins. Villa Renaux. Paisagismo.

ABSTRACT: *Villa Renaux, also called Villa Goucky, is an important architectural element in the history of the city of Brusque. Address of Consul Carlos Renaux, pioneer of the textile industry, was designed by the German architect Eugen Rombach in the year 1932. In addition to its history, the Villa retains much of its material originality and can be perceived through its buildings and interiors, as well as by the composition of external spaces. Result of research carried out with the course of Architecture and Urbanism of UNIFEBE, In this paper will be presented the process of survey of the physical site, including the gardens and external areas of the Villa, seeking to establish a reference document for the preservation and maintenance of these spaces. As part of the process, field surveys and referential case studies were conducted, resulting in a mapping and localization of the types and species of plants that make up the Villa Gardens.*

Keywords: *Gardens. Villa Renaux. Landscaping.*

¹ Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo, UNIFEBE.

² Mestre em Arquitetura e Urbanismo, docente e pesquisador do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFEBE

*karolcarminatti.au@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Villa Renaux também chamada de Villa Goucky (Villa Guta), foi projetada pelo arquiteto alemão Eugen Rombach no ano de 1932, homenageando Maria Augusta, terceira esposa do Cônsul Carlos Renaux. Ainda bem preservada é importante símbolo arquitetônico da história de Brusque por ser moradia do pioneiro da Indústria Têxtil da cidade.

Dada sua importância, a Villa Renaux (figura 1) recentemente foi tombada como patrimônio histórico e cultural de Santa Catarina pelo Conselho Estadual de Cultura, e tem recebido um crescente número de visitantes buscando entender sua história e sua representatividade no desenvolvimento de Brusque. Por causa deste crescente interesse, os espaços, tanto edificados, internos e externos, necessitam de manutenções periódicas e para tal surgiu a necessidade de se realizar levantamentos detalhados do complexo como meio de impedir a descaracterização do conjunto da Villa.

Figura 1 – Vista Parcial da Villa Renaux



Fonte: Acervo dos autores

Por meio de variadas pesquisas acadêmicas, o Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE) está possibilitando a reconstrução de parte da memória brusquense elaborando e documentando levantamentos que reúnem conhecimentos de diversas áreas do conhecimento como design, publicidade e propaganda, moda, entre outros. A presente

pesquisa foi desenvolvida junto ao curso de arquitetura e urbanismo e toma para si a responsabilidade de realizar o primeiro levantamento paisagístico da Vila Renaux, englobando seu conjunto de caminhos, massas vegetativas e materiais.

O uso do levantamento paisagístico é um importante instrumento que auxilia na compreensão e composição dos conjuntos urbanos e arquitetônicos e “tende a valorizar a construção da paisagem a partir da compreensão e concepção integrada entre espaços livres e espaços edificados” (MARUYAMA; RAMMÉ, 2015). Deste modo, a representação da paisagem, enquanto elemento histórico, é fundamental para a compreensão do simbolismo tanto de edifícios como de lugares.

Neste trabalho temos como principal objetivo o levantamento paisagístico do entorno da Villa Renaux. Objetivamos especificamente:

- Pesquisar abordagens teórico-metodológicas para projetos e levantamentos paisagísticos em áreas históricas;
- Realizar o levantamento do sítio físico da Villa Renaux;
- Elaborar o mapeamento paisagístico da Villa Renaux.

A pesquisa adquiriu importante referencial teórico-metodológico por meio de estudos realizados por Romulo Augusto Pinto Guina (2015) que desenvolveu um importante levantamento do Sítio Roberto Burle Marx, no Rio de Janeiro. Burle Marx, foi um importante paisagista brasileiro destacando-se como um dos mais importantes profissionais da área no século XX, tendo seus projetos distribuídos pelo Brasil e pelo mundo.

Através de visitas constantes ao complexo da Villa Renaux, realizando medições in-loco, pode-se aplicar muitos dos conceitos desenvolvidos por Guina (2015) de forma a realizar um levantamento das condições locais da paisagem que envolve o conjunto de edificações. Este levantamento ainda propiciou um reconhecimento das espécies que compõem os jardins da Villa e suas práticas de manuseio.

Esta pesquisa possibilitou ainda um contato direto entre teorias e práticas, oportunizando aos envolvidos, como professores e bolsistas, uma aproximação dos conhecimentos em face aos desafios da compreensão e representação da paisagem.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As primeiras discussões acerca da arquitetura paisagística no Brasil começaram a surgir em meados de 1970 trazendo dois importantes componentes da produção

paisagística deste período: o aspecto ecológico da paisagem como elemento consolidado, e a crescente demanda de projetos paisagísticos para os espaços de caráter público. Exponentes máximos destes momentos, Roberto Burle Marx e Rosa Klíias se tornam alguns dos principais paisagistas nacionais e reforçaram o papel e a importância da paisagem dos lugares. Tanto Klíias como Burle Marx deram à prática do ordenamento paisagístico elementos que vão muito além da técnica transparecendo seus aspectos culturais e sociais.

Indiscutivelmente a vegetação é um dos principais elementos paisagísticos e possui funções diversas que vão muito além da estética. De acordo com Grey e Deneke (1978) e Harris (1992 apud SILVA, 2000) as plantas possuem funções estéticas como: suavizar linhas arquitetônicas e acentuar detalhes estruturais; formar perspectivas, molduras, fornecer pontos de focalização e definir espaços; aliviar a monotonia de pavimentos e alvenaria; tornar mais atraente as áreas de lazer, particularmente as árvores; fornecer sombra, fragrâncias agradáveis e tornar locais mais serenos; criar a impressão de bem-estar em novas áreas residenciais; unificar cenários visivelmente caóticos; e realçar as estações do ano. No caso da Villa Renaux, os jardins possuem ainda a função de esboçar parte da história que cerca o complexo, denotando a imponência da Villa já nas áreas externas.

Os projetos paisagísticos, no entanto, vão muito além da simples preocupação com as áreas verdes, pois possibilitam valorizar a paisagem a partir da integração entre compreensão e concepção dos lugares livres e dos lugares edificados. No presente, o arquiteto paisagista deve considerar uma ampla perspectiva na composição dos espaços reunindo aspectos econômicos, ambientais, culturais e sociais. O paisagismo acaba por estabelecer a possibilidade de coexistência entre sociedade e a natureza, pois *“é uma ciência e uma arte que estuda o ordenamento do espaço exterior em função das necessidades atuais e futuras, e dos desejos estéticos do homem”* (LIMBERGEER; SANTOS, 2000)

Para Farah (2010), a bandeira pela preservação do meio ambiente passa a ser uma das atribuições do arquiteto paisagista. Sandeville (2006) explica que a capacidade de aprender, interpretar, respeitar e pesar as características locais do cotidiano das pessoas para as quais se diz projetar, deve ser determinante no processo criativo do projeto.

Para além dos novos projetos, o paisagismo vem sendo importante ferramenta na recuperação e preservação de aspectos históricos de áreas e edificações. O levantamento de jardins, caminhos e materiais possibilitam remontar importantes elementos que

valoram o significado dos espaços em que estão inseridos. Segundo Rojo (p.150, 1999), o jardim deve ser tratado como um documento em si, complexo e “polimatérico” onde só o conhecimento do que denominamos de cultura de restauração, sua história, sua técnica e suas tecnologias, permitirão uma operação criteriosa.

Esta operação se dá por meio de variados levantamentos que buscam representar a realidade concreta da área. Enquanto área da arquitetura, pode-se considerar que o levantamento paisagístico de áreas históricas pode adotar o AS BUILT²¹:

“[...] levantamento topográfico específico de construções. Este levantamento determina no seu desenvolvimento uma exatidão adequada, o posicionamento espacial das bases de assentamento e dos detalhes específicos da configuração espacial da construção considerada em relação a pontos notáveis existentes no terreno e/ou às divisas de imóveis que lhe são adjacentes, escolhidas como amarração da construção, quando da elaboração do seu projeto (NBR 14645-1)”

Delphim (2005, p.37) diz que qualquer iniciativa de preservação de um jardim, assim como a de qualquer obra arquitetônica, deve ser precedida por exaustivo estudo do mesmo, que inclui um levantamento e registro completo e rigoroso da situação atual da obra, transmitindo ao público parte da consciência que o especialista tem a respeito do patrimônio como parte integrante da sociedade atual.

O levantamento paisagístico realizado na Villa Renaux teve como principal aspecto o rigor com os dados coletados e mapeados. Como forma de garantir que os passos para a construção do levantamento externo da Villa fossem dados de forma coerente, utilizou-se como base a dissertação de mestrado de Romulo Augusto Pinto Guina (2015), desenvolvida junto a Universidade Federal do Rio de Janeiro. No trabalho foram descritos os meios utilizados para o levantamento paisagístico do Sítio Roberto Burle Marx, mais especificamente dos jardins no entorno da casa principal, capela e salão de festas, e que hoje sedia uma unidade especial museológica do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Ainda constam no trabalho peças gráficas contendo plantas de situação, cobertura, arquitetura, pavimentação e jardins, bem como cortes e elevações.

Destaca-se o processo metodológico realizado por Guina (2015) e que, em certa medida, auxiliou na formatação da metodologia empregada na presente pesquisa. As

²¹ As Built é uma expressão inglesa que significa “como construído”. Na área da arquitetura e engenharia a palavra As Built é encontrada na NBR 14645-1, elaboração de “como construído” ou “As Built” para edificações

atividades relativas ao cadastro do Sítio Roberto Burle Marx ocorreram da seguinte maneira:

- a) Partindo das bases previamente confeccionadas, elaboraram-se croquis de plantas, cortes e elevações dos elementos construídos em escala aproximada e dimensões reduzidas, sobre os quais foram anotadas medidas e demais informações coletadas;
- b) Cobertura fotográfica instrumental para auxiliar na compreensão e posterior confecção dos desenhos;
- c) Coleta de medidas de forma cumulativa, utilizando tanto o método de coordenadas cartesianas quanto o de triangulação, através de instrumentos de precisão (trena rígida, trena flexível, trena eletrônica de alta precisão, metro dobrável e nível). Todas as medidas são tomadas na mesma altura para evitar erros decorrentes das possíveis irregularidades e desaprumos dos elementos;
- d) Marcação dos dados coletados sobre as bases e/ou croquis utilizando de forma clara e objetiva. Para esta operação foram utilizadas papel, pranchetas, lápis e canetas de diferentes cores;
- e) Início da confecção dos desenhos em meio digital (AutoCAD);
- f) Organização de dúvidas encontradas para que em nova visita de campo se façam as devidas complementação e correção das informações.

Os procedimentos adotados no caso da Villa Renaux tiveram forte relação com esta descrição desenvolvida por Guina (2015), entretanto de forma mais sucinta. A seguir é apresentada a metodologia que foi utilizada no levantamento paisagístico da Villa Renaux

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os elementos metodológicos que compõem esta pesquisa percorreram três etapas:

- *Pesquisas e abordagens teórico-metodológicos para projetos e levantamentos paisagísticos em áreas históricas:*

Como primeiro passo foram realizadas leituras que pudessem correlacionar teorias e práticas do levantamento paisagístico. Destacamos o importante referencial dado pelo trabalho realizado por Romulo Augusto Pinto Guina (2015) desenvolvendo o levantamento do Sítio Roberto Burle Marx, no Rio de Janeiro. Neste momento estabeleceu-se o modo como ocorreriam os trabalhos in-loco, bem como o cronograma de atividades dos envolvidos na pesquisa.

- *Levantamento do sítio físico da Vila Renaux:*

Por meio de visitas semanais na Villa Renaux foram realizadas atividades de medições em praticamente toda a área externa do complexo. Nestas medições foram levantados os caminhos que percorrem os Jardins, as áreas de permanência e as diferentes espécies que compõem o maciço vegetal e sua relativa posição. Utilizou-se para a medição o material disponível na UNIFEBE, como trenas métricas e níveis.

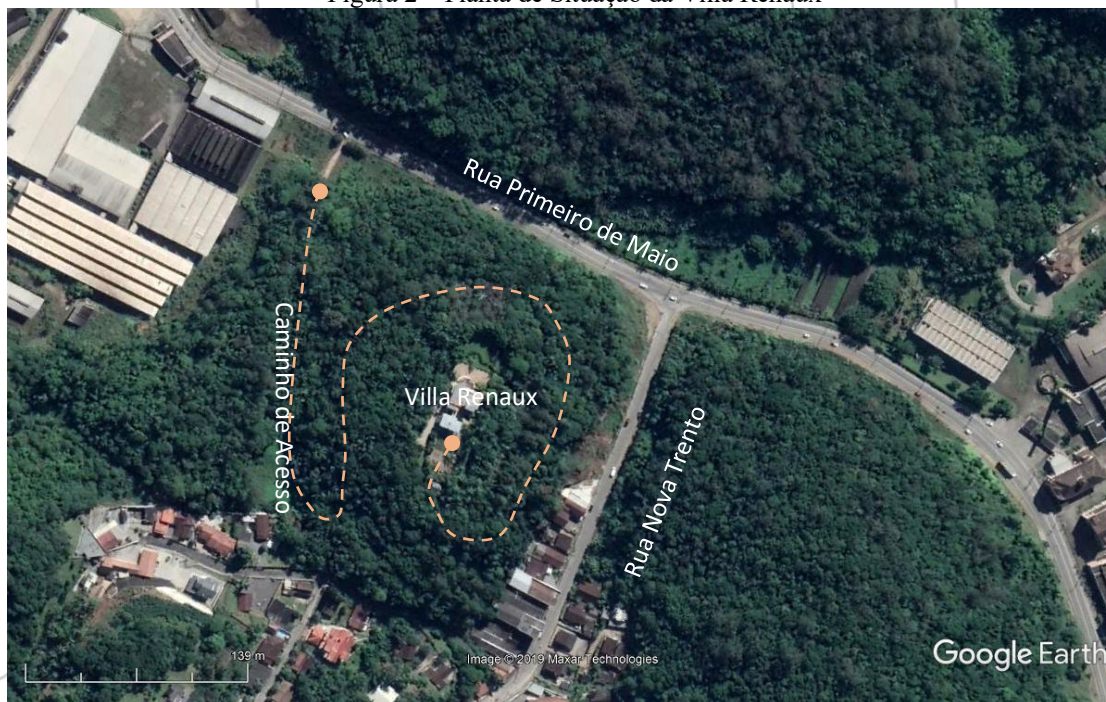
- *Elaboração de mapeamento paisagístico:*

Após a realização do levantamento, foi possível o mapeamento 2D da situação real da Villa Renaux, considerando seus elementos paisagísticos externos. Utilizando softwares, como o Auto Cad, e levantamentos planialtimétricos e de drone disponibilizados pelo curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFEBE, elaborou-se uma implantação onde estão contidas as informações sobre do entorno do complexo como a localização e caracterização das plantas, os espaços de passagem e permanência, suas dimensões e materiais, bem como a via de acesso principal.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O complexo da Villa Renaux se insere em uma área com uma topografia bastante específica em função de sua situação de declives e aclives. Neste sítio, as edificações ocupam o topo do morro, na região mais plana, e os jardins dali partem criando as áreas externas. Uma grande área verde separa o complexo da rua Primeiro de Maio, importante via da cidade de Brusque, e é por ela que ocorre o principal acesso (figura 2). Esta densa floresta possui espécies nativas e se encontra em ótimo estado de conservação reunindo árvores de grandes dimensões. A mata fechada, promove um abafamento dos ruídos oriundos do movimento intenso das vias de entorno e proporciona uma ambiência pouco encontrada no meio urbano.

Figura 2 – Planta de Situação da Villa Renaux

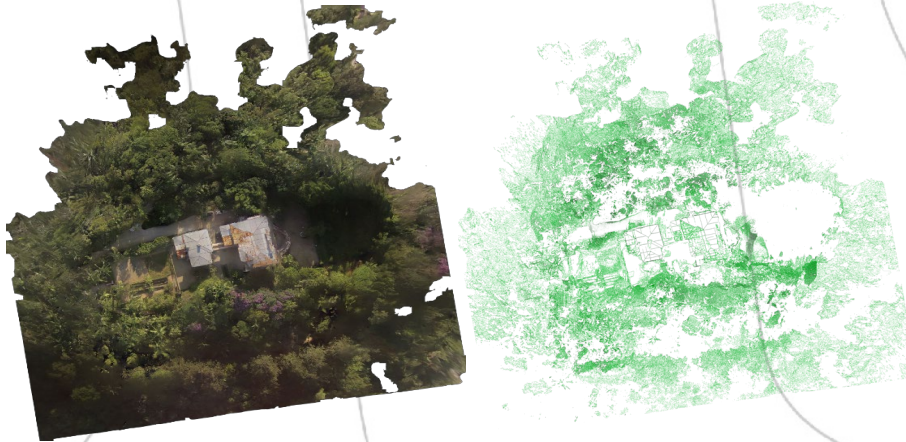


Fonte: Google Earth, editado pelos autores.

4.1 LEVANTAMENTOS

Os primeiros levantamentos realizados do entorno da Villa Renaux foram feitos pelo curso de arquitetura e urbanismo da UNIFEBE em 2017 com a utilização de drones. Possibilitando uma ampla visão das áreas externas, pode-se perceber a Villa ao centro, e o maciço vegetal que a circunda (figura 3). No entanto, as imagens aéreas apenas dão uma noção geral dos Jardins, não sendo possível a delimitação exata de espécies vegetativas e de caminhos e seus materiais. Por isso, foram necessárias avaliações in-loco e um reconhecimento visual do sítio físico buscando elaborar um levantamento botânico. Ressalta-se que o levantamento não foi realizado em toda a extensão do imóvel, se concentrando apenas nas áreas externas próximas às edificações.

Figura 3 – Vegetação presente no entorno da Villa Renaux



Fonte: Curso de Arquitetura e Urbanismo UNIFEPE

O levantamento botânico objetivou a coleta de informações relativas aos elementos vegetais e minerais que existem sobre o sítio físico estudado. Partindo de bases previamente confeccionadas foram enumerados os canteiros, localizando e mapeando estas áreas. Posteriormente, por meio de croquis, foram classificados o uso de elementos vegetais, tanto em conjunto como isolados considerando distintas escalas: vegetações gramíneas, arbustos, árvores de pequeno, médio e grande porte. Através de um levantamento fotográfico (figura 4), pode-se enumerar e catalogar as principais plantas presentes no Jardim da Villa Renaux para posterior identificação no projeto de levantamento paisagístico.

Figura 4 – Parte do levantamento Botânico da Villa Renaux



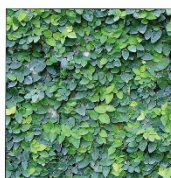
Nome Científico: *Euterpe edulis*
Nomes Populares: Palmito-jussara, Açai-do-sul, Ensarova, Içara, Içara, Inçara, Juçara, Juçara, Jiçara, Juçara, Jussara, Palmeira-juçara, Palmeira-jussara, Palmeira-doce, Palmiteira, Palmitreiro-doce, Palmito, Palmito-branco, Palmito-da-mata, Palmito-doce, Palmito-juçara, Palmito-vermelho, Ripa, Ripeira
Família: Arecaceae
Categoria: Palmeiras
Clima: Oceânico, Subtropical, Tropical
Origem: América do Sul, Argentina, Brasil, Paraguai
Altura: 4.7 a 6.0 metros, 6.0 a 9.0 metros, 9.0 a 12 metros, acima de 12 metros



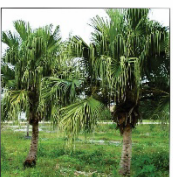
Nome Científico: *Salix x pendulina*
Nomes Populares: Salgueiro-chorão, Chorão, Salso-chorão
Família: Salicaceae
Categoria: Árvores Ornamentais, Plantas Palustres
Clima: Continental, Mediterrâneo, Subtropical, Temperado, Tropical
Origem: Ásia, China
Altura: 9.0 a 12 metros, acima de 12 metros
Luminosidade: Sol Pleno
Ciclo de Vida: Perene



Nome Científico: *Roystonea regia*
Nomes Populares: Palmeira-real-de-cuba, Palmeira-real, Palmeira-imperial-de-cuba, Palmeira-real-cubana, Palmeira-da-florida, Palmeira-real-da-florida
Família: Arecaceae
Categoria: Árvores, Palmeiras
Clima: Equatorial, Oceânico, Subtropical, Tropical
Origem: América Central, América do Norte, Antilhas, Belize, Cuba, Estados Unidos, Honduras, México, Panamá
Altura: acima de 12 metros



Nome Técnico: *Ficus pumila* L.
 Sin.: *Ficus longipedicellata* H., *Ficus scandens* La., entre outras.
Nomes Populares: Urnha-de-gato, herinha.
Família: Angiospermae – Família Moraceae
Origem: Originária da China



Nome Científico: *Licuala grandis*
Nomes Populares: Palmeira-leque, Licuala, Palmeira-licuala, Palmeira-liquala, Totuma, Licuala-grande, Palmeira-leque-japonês
Família: Arecaceae
Categoria: Árvores, Palmeiras
Clima: Equatorial, Subtropical, Tropical
Origem: Oceania, Vanuatu
Altura: 1.8 a 2.4 metros, 2.4 a 3.0 metros, 3.0 a 3.6 metros
Luminosidade: Meia Sombra, Sol Pleno



Nome Científico: *Juniperus chinensis torulosa*
Nomes Populares: Kaizuka, Calazuka, Calzuca, Cipreste-kaizuka, Juniperu-chinês, Kaizuca
Família: Cupressaceae
Categoria: Arbustos, Árvores, Árvores Ornamentais, Cercas Vivas
Clima: Mediterrâneo, Oceânico, Subtropical, Temperado
Origem: Ásia, China, Japão
Altura: 3.0 a 3.6 metros, 3.6 a 4.7 metros
Luminosidade: Meia Sombra, Sol Pleno
Ciclo de Vida: Perene

Fonte: Elaboração dos Autores

Os caminhos presentes nos jardins foram medidos de forma cumulativa, utilizando triangulações por meio de coordenadas cartesianas, utilizando instrumentos de precisão como a trena rígida, trena flexível, metro dobrável e nível. Houveram dificuldades iniciais com os levantamentos em função das condições climáticas, mas que foram regularizadas tão logo fosse possível. Também por meio de croquis, houveram marcações sobre os dados coletados para posterior representação gráfica.

4.2 PRODUÇÃO DOS DESENHOS

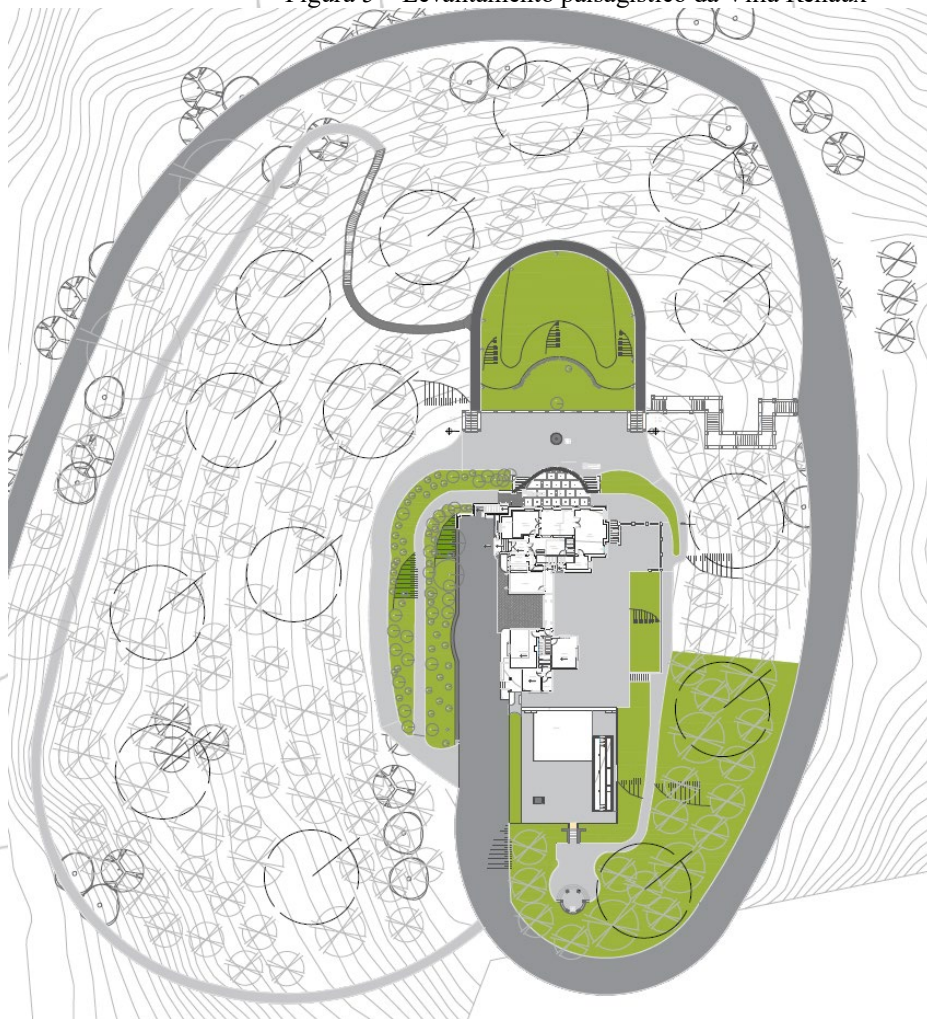
Após o reconhecimento dos jardins no entorno imediato da Villa Renaux, e com a maior parte dos dados já levantados, procedeu-se a finalização dos desenhos que caracterizam a implantação do complexo. Nesta etapa também foram estabelecidos os critérios para a adequada representação gráfica.

Utilizando o software AutoCad, e utilizando as bases fornecidas pelo curso de arquitetura e urbanismo da UNIFEPE, criou-se um arquivo principal que reúne todas as informações coletadas no processo de levantamento. O desenho foi construído obedecendo uma hierarquia, começando pelos maiores elementos, como edificações, seguidos pelos espaços livres demarcados por muros, caminhos e corpos d'água, finalizando com elementos contidos nos canteiros, como plantas e minerais. Adotou-se a recomendação de Guina (2015) *“segundo o qual todos os elementos físicos (tanto em planta quanto em corte) serão representados de maneira uniforme, com linha de contorno com hierarquia adequada, e interior hachurado”*. Segundo o autor esta medida dá enfoque ao objeto de estudo.

Também foram calibradas as escalas de representação gráfica e as espessuras das linhas que compõem o desenho, medidas necessárias para fácil compreensão do levantamento paisagístico. Por fim, retornou-se ao campo para uma verificação das informações contidas no desenho buscando corrigir disparidades entre a situação real e a representação.

A figura 5 demonstra o levantamento paisagístico da Villa Renaux finalizado. Na prancha são encontradas as principais informações sobre os jardins do complexo, suas dimensões e posições, bem como a tipologia botânica trazendo a listagem de espécies que foram encontradas durante o levantamento.

Figura 5 – Levantamento paisagístico da Villa Renaux



Fonte: Elaboração dos Autores

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A paisagem que envolve o conjunto histórico da Villa Renaux representa, atualmente, a possibilidade de compreender um pouco mais sobre a história de Brusque. Os jardins da Villa, por sua vez, têm notória importância de modo que, pelo seu estado de conservação, inserem o complexo em um contexto que remonta o passado, momento em que o lugar servia de moradia para Cônsul Carlos Renaux. Neste âmbito, sua preservação é fundamental.

Este trabalho possibilitou o primeiro registro dos jardins que envolvem a Villa possibilitando um importante instrumento para sua preservação. Com o crescente público interessado em conhecer o complexo tal levantamento se fez necessário, de modo a auxiliar na preservação também da significância da Villa Renaux.

A pesquisa trouxe importante repertório ao curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFEBE, uma vez que envolveu diretamente seu corpo docente e seus estudantes. Esta

aproximação possibilitou a aplicação prática de conceitos que comumente são vistos apenas em sala de aula.

Ao fim, reconhece-se que o levantamento não conseguiu abranger a totalidade da área da Villa Renaux, se concentrando apenas na região imediata às edificações. Assim, seria importante dar continuidade e ampliar a área de levantamento, onde novos passos seriam possíveis e auxiliariam ainda mais no entendimento do sítio físico em que a Villa se insere.

REFERÊNCIAS

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **Intervenções em Jardins Históricos: manual**. Brasília, IPHAN, 2005.

FARAH, Ivete; Schalee, Mônica Bahia. TARDIN, Raquel (orgs.) **A arquitetura paisagística contemporânea no Brasil**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

GUINA, Romulo Augusto Pinto. **Sítio Burle Marx: notas para um cadastro**. Dissertação de mestrado do programa de pós-graduação em urbanismo – Universidade federal do Rio de Janeiro, 2015.

GREY, G.W.; DENEKE, F.J. **Urban forestry**. New York: John Wiley, 1978. 279 p.

LIMBERGER, Lucienne Rossi Lopes, SANTOS, Nara Rejane Zamberlan. **Caderno Didático Paisagismo 1**. Universidade Federal de Santa Maria. Março 2000. 63p.

MARUYAMA, Miua Cíntia; RAMMÉ, Juliana. **Roteiro para projeto paisagístico de espaços públicos abertos Estudo de caso do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNOCHAPECÓ**. Encontro nacional de ensino de paisagismo em escolas de arquitetura e urbanismo do Brasil- ENPEA, Vitória, 2015.

NBR 14645-1: **Elaboração do “como construído” (as built) para edificações**. Associação Brasileira de Normas Técnicas / Comitê Brasileiro de Construção Civil. Rio de Janeiro, 2000.

ROJO, José Tito; PORCEL, Manuel Casares. **Especificidad y dificultades de la restauración en jardineira**. PH - Boletín del Instituto Andaluz del patrimonio histórico. Publicación Trimestral, ano VII, numero 27, Junio 1999, pp. 138-145.

SANDEVILLE, Euler Jr. **Por uma gestão dos espaços públicos de uso coletivo: Desenho e apropriação. Gestão e projeto**. Publicado na Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP n. 19 de 2006. Disponível em <<http://revistas.usp.br/posfau/article/view/43463>>. Acesso em 7 junho de 2019.

SILVA, A.G. **Avaliação da arborização no perímetro urbano de Cajuri-MG, pelo método do quadro sintético**. 2000. 150 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal) – Universidade Federal de Viçosa, 2000.

ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE TERMINAIS DE INTEGRAÇÃO PARA O SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO EM BRUSQUE

STUDY FOR IMPLEMENTATION OF INTEGRATION TERMINALS FOR THE BRUSQUE COLLECTIVE PUBLIC TRANSPORT SYSTEM

KISTENMACHER, Gabriele¹
KUWER, Patricia²

RESUMO: A cidade de Brusque, assim como a maior parte das cidades de médio porte no Brasil, vem sofrendo com problemas relacionados à mobilidade urbana. O sistema de transporte público urbano é formado por um conjunto de elementos que interagem de forma a promover o deslocamento dos indivíduos em um ambiente urbano. A qualidade e os custos do sistema são influenciados pela atuação conjunta destes elementos, tais como os veículos envolvidos, o plano operacional, as vias e os terminais (pontos de parada ou terminais urbanos no sistema de transporte público integrado). Os terminais urbanos são locais para embarque e desembarque de passageiros, fazendo tanto a coleta (entrada), quanto a saída dos usuários e a transferência entre veículos. A partir da incorporação de diretrizes propostas pela metodologia baseada no Modelo Funcional, serão definidas a localização de terminais de integração para o sistema de transporte público coletivo em Brusque, que visam oferecer qualidade nos serviços, conforto das instalações e segurança na utilização do sistema, com a finalidade de propiciar um aumento na atratividade do sistema e, conseqüentemente, uma diminuição no uso dos veículos particulares nos deslocamentos diários.

Palavras-chave Terminais de Integração; Transporte Público; Mobilidade Urbana.

ABSTRACT: *Brusque city as most mid-sized cities in Brazil, has been suffering with urban mobility problems. The urban public transport system is formed by a set of elements that interact in order to promote the movement of individuals in an urban environment. The quality and costs of the system are influenced by the joint operation of these elements, such as the vehicles involved, the operational plan, the roads and the terminals (stopping or shutdown points or urban terminals in the integrated public transport system). The urban terminals are places for boarding and disembarking passengers, making both the collection (entry), the exit of the users and the transfer between vehicles. Based on the incorporation of guidelines proposed by the methodology based on the Functional Model, the location of integration terminals for the collective public transportation system in Brusque will be defined, that aim to offer quality services, comfort of facilities and safety in the use of the system, with the purpose of promoting an increase in the attractiveness system and, consequently, a decrease in the use of private vehicles in daily trips.*

Keywords: *Integration Terminals, Public transportation, Urban mobility.*

¹ Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário de Brusque

² Mestra em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina

1 INTRODUÇÃO

A definição de trânsito, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, Artigo 1º, § 2º, é a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operações de carga ou descarga (RIZZARDO, 2004). Outra definição considera o trânsito como um “conjunto de todos os deslocamentos diários, feitos pelas calçadas e vias da cidade, e que aparece na rua na forma da movimentação geral de pedestres e veículos” (VASCONCELOS, 1985, p.11). Para que o trânsito possa realizar sua função eminentemente social, faz-se necessário o atendimento às demandas dos seus participantes. Dentre essas demandas, está a garantia à mobilidade. Esse conceito pode ser interpretado como “a capacidade dos indivíduos se moverem de um lugar para outro” (TAGORE & SKIDAR, 1995, apud CARDOSO, 2008, p.42).

Brusque, como a maioria das cidades do Brasil, vem sofrendo com o crescimento acelerado da frota de veículos e com o esgotamento da capacidade dos corredores e vias existente para o tráfego de veículos. No caso de sistemas integrados municipais, os terminais urbanos são elementos-chave na qualificação dos serviços de transporte coletivo, podendo proporcionar melhores condições de conforto para o usuário, assim como uma melhor organização da circulação de veículos e pedestres no seu entorno. (FERRONATTO, p. 01, 2005).

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deste projeto de pesquisa é avaliar as condições para implantação de um conjunto de estações terminais de um sistema de transporte público integrado para a cidade de Brusque, baseada no Modelo Funcional.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para alcançar o objetivo geral, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- a) descrever a metodologia de Modelo Funcional para implantação de terminais de integração em um sistema de transporte público;
- b) identificar os tipos de estações, suas funções e configurações físicas;
- c) identificar as variáveis que influenciam a demanda por estações;
- d) identificar as variáveis que determinam a escolha das áreas onde serão implantadas as estações;

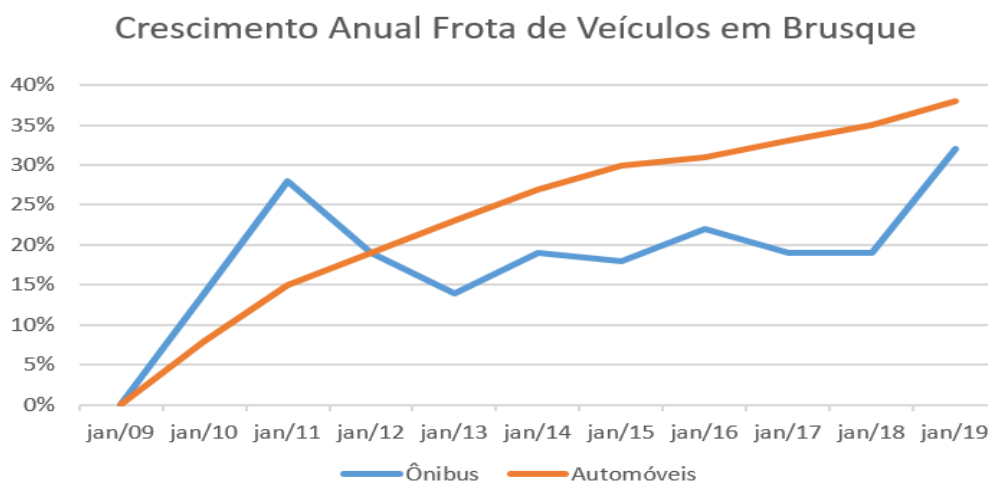
e) analisar dados de pesquisa origem-destino coletadas pelo Plano de Mobilidade Urbana de Brusque;

f) definir a localização das estações, bem como um projeto modelo, a partir das variáveis identificadas.

3 JUSTIFICATIVA

A Política Nacional de Mobilidade Urbana, instituída através da Lei nº12587/2012, tem entre suas diretrizes, o planejamento de redes integradas de transportes, com o objetivo da melhoria da acessibilidade e mobilidade dos cidadãos e o planejamento da mobilidade na área urbana do município e respectivos distritos. Tem como princípios a equidade no acesso das pessoas ao transporte público coletivo, a eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano, priorizando os modos de transporte não motorizados e os serviços de transporte público coletivo, além da integração entre os serviços e modos de transporte urbano.

Gráfico 01: Crescimento anual da frota de veículos em Brusque nos últimos dez anos



Fonte: DETRAN. Elaboração: autor

O Gráfico 01 apresentado acima, demonstra o crescimento da frota de veículos na cidade de Brusque nos últimos dez anos, tendo como base os meses de janeiro de cada ano. Segundo o DETRAN, em janeiro de 2009, Brusque contava com uma frota de 37.991 automóveis e 141 ônibus. Segundo o Censo de 2010, a população de Brusque era de 105.503 habitantes. Em janeiro de 2019, a frota de automóveis era de 59.902, enquanto a de ônibus era de 197 veículos.

Na cidade de Brusque, seu principal modal é o ônibus, cujo sistema de transporte público é administrado pela empresa Nosso Brusque, uma parceria entre as empresas

Santa Terezinha Transportes e Turismo S/A e Santa Luzia Transporte e Turismo LTDA. Ambas empresas atendem o transporte municipal sob contrato emergencial, não licitado (SETRAN, 2019), junto à Prefeitura Municipal de Brusque.

Apesar de o transporte público abranger toda a área adensada do município, e atender de forma reduzida áreas de baixa densidade, o sistema ainda é predominantemente utilizado pelas camadas socioeconômicas mais baixas da sociedade, sendo na maioria dos casos, utilizado somente na falta de um veículo individual próprio (PLANMOB BRUSQUE, 2019).

4 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Para este estudo, que pretende verificar condições e locais para implantação de terminais de integração de transporte público integrado em Brusque, serão identificados os aspectos que influenciam na utilização e qualificação dos serviços de TP e que serão determinados pela Estrutura Funcional do STPUPO baseada no Modelo Funcional.

Os aspectos utilizados para a localização dos terminais serão os dados referentes ao embarque e transbordos de passageiros e a frequência de veículos na rede de transporte público, identificados no Plano de Mobilidade Urbana de Brusque. Esta metodologia está dividida em sete etapas, que correspondem a: definição da área de estudo, definição do horizonte de estudo, montagem do Banco de Dados Georreferenciado, obtenção da rede de transporte público por ônibus do Modelo Funcional do STPUP, identificação dos locais em potencial para a localização dos terminais do subsistema de terminais, definição dos pontos de parada e terminais e priorização dos terminais.

O Modelo Funcional engloba as diretrizes estruturais que regem o STPUP, compreendendo os itinerários, pontos de acesso ao sistema, corredores e linhas. É estabelecido através da avaliação dos problemas atuais do sistema operante, a influência dos polos de desenvolvimento, a identificação dos pontos articuladores, dos eixos estruturais e da demanda e oferta (RIOS, 2007). Através da identificação desses aspectos é possível planejar os sistemas de operação do transporte público e questões de infraestrutura.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa busca apresentar o STP e seus componentes, através de pesquisas realizadas na plataforma Google Acadêmico e dados obtidos junto ao Plano de Mobilidade Urbana de Brusque.

5.1 SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO

A qualidade, custos e capacidade do sistema de transporte dependem da atuação conjunta dos componentes funcionais. São eles:

- Os veículos responsáveis pelo deslocamento de pessoas e cargas de maneira segura e eficiente, através das vias;
- A rede viária, onde ocorrem os deslocamentos desses veículos - seja rodoviário, aeroviário ou hidroviário.
- Os terminais: onde há o embarque e desembarque de passageiros e cargas (aeroportos, portos, terminais de ônibus, etc). Possuem também a função de transferência de um modo de transporte para outro ou de um veículo para outro.

O plano de operação: conjunto de facilidades e procedimentos usados para se obter um funcionamento adequado e eficaz do sistema. É o que garante a circulação dos veículos e o bom funcionamento dos terminais.

Para Rios (2007), o alcance do sistema está relacionado ao atendimento das necessidades dos usuários, tais como a confiabilidade, o tempo de deslocamento, a acessibilidade, a conveniência, a segurança e o custo. A acessibilidade é a facilidade com que o usuário ingressa no transporte público, estando relacionada ao tempo de acesso e tempo de espera pelo veículo. A conveniência está relacionada a aspectos relativos à operação do sistema, tais como transferência entre veículos com distintos itinerários, oferta de veículos nos horários entre-pico, sistema de cobrança facilitado e aspectos físicos, que são relativos às condições dos terminais, acesso à informação sobre horários e tarifas e disponibilidade de estacionamento anexo ao terminal. Também é importante salientar a qualidade na frequência do atendimento, o tempo de viagem, a lotação dos veículos e suas características físicas, a conectividade, o comportamento dos operadores e o estado das vias públicas.

5.2 SUBSISTEMA DE TERMINAIS (ST)

O Subsistema de Terminais (ST) é formado por pontos de parada e estações, tidos como elementos de integração do sistema com o usuário. Estes influenciam diretamente na operação do sistema pois: limitam a capacidade da linha e, através da distribuição e espaçamento podem atrair o usuário e influenciar o consumo de combustível - o menor

espaçamento resulta em maior acessibilidade do usuário mas acarreta num maior consumo de combustível e maior tempo de percurso.

Os pontos de parada dão ao usuário acesso a linha através do seu embarque/desembarque, e devem ser providos de abrigo, iluminação, sinalização, banco, lixeira e informações operacionais.

Os terminais são elementos mais complexos que os pontos de parada e possuem uma configuração física determinado pelo tamanho e forma. Esses aspectos são influenciados diretamente pelas funções exercidas pelos terminais, entre elas estão além do embarque, desembarque e transbordo de passageiros, os comércios, serviços e atividades administrativas do STPUP, como a fiscalização de sua operação. Essas funções são determinadas por meio da estrutura funcional do sistema determinada pelos Modelos Funcionais, de Gestão e de Delegação (Rios, 2007).

5.2.1 Terminais urbanos

Os terminais urbanos consistem na agregação de um conjunto de pontos terminais de diferentes linhas numa mesma área. São locais para embarque e desembarque de passageiros, fazendo tanto a coleta (entrada), a saída dos usuários e a transferência entre veículos.

De acordo com a ANTP – Associação Nacional de Transportes Públicos (1997), os terminais de integração reduzem: a) o número excessivo de transferências entre veículos; b) a sobreposição de linhas, itinerários concorrentes e altos custos operacionais; c) a falta de uma diretriz operacional. A sua correta distribuição no espaço da cidade permite a minimização de áreas de má qualidade de atendimento e baixa acessibilidade.

Quando as cidades adotam um sistema integrado de ônibus, é comum a implantação de terminais urbanos que permitam transferências entre linhas em locais abrigados e apropriados para tal, possibilitando que as transferências sejam feitas em “áreas pagas”. Evitam também a acomodação de pontos finais de ônibus nas vias públicas e calçadas, provocando transtornos no tráfego, danos ao pavimento e inconveniências no uso do solo lindeiro (ANTP, 1997, p. 190).

Os terminais municipais são locais que servem para as pessoas trocarem de ônibus e com isso atingirem seus destinos finais. Essa troca não é desejada pelos usuários, que certamente preferem as linhas diretas, porém se torna necessária para a otimização do sistema de transporte da cidade e viabilização das ligações onde a demanda é pequena.

Nesse caso os terminais devem ser planejados para que o tempo de transferência entre as linhas seja o mínimo.

Segundo Cauduro e Martino (1974), os terminais urbanos devem ser equipados com: (1) identificação; (2) informação sobre as linhas que ali passam; (3) informação sobre a rede das demais linhas; (4) estrutura urbana – mapa da cidade; (5) grande conjunto de abrigo do sol e chuva; (6) bancos (7) telefone; (8) lixeiras; (9) quiosque de vendas; (10) fiscalização; (11) manutenção.

5.2.1.1 Implantação dos Terminais

A escolha do local de implantação dos terminais deve ser feita de forma criteriosa, pois os terminais possuem grande potencial para causar impactos urbanos (degradação urbana) e ambientais (ruídos).

Os terminais podem ser classificados segundo sua localização: central - quando localizado em região central da cidade – ou, periférico - quando situado fora da região centro; ou em função do controle tarifário: aberto – quando permite a integração física, ou fechado – quando possibilita também a interação tarifária. É possível que a integração tarifária ocorra também em terminais abertos, mediante a utilização de validador eletrônico nos coletivos e de bilhetes ou cartões inteligentes, sendo nestes casos, denominados de terminais mistos (Ferraz e Torres, 2004; NTU, 2004).

Rios (2007) enfatiza que o tamanho e a capacidade dos terminais de interação são determinados sempre em função dos volumes e padrões dos usuários, além do número de unidades e práticas operacionais - dando destaque a forma de cobrança tarifária, número de linhas e tamanho da frota -, a frequência do serviço e o tempo de permanência do veículo no terminal. As vias de acesso e os aspectos do entorno como a topografia, hidrografia e disponibilidade e tamanho dos terrenos no ambiente urbano também devem ser consideradas.

Outras funções podem ser acopladas ao terminal. Estruturas de comércio como shoppings e supermercados, e de serviços como correios, bancos e órgãos públicos são algumas delas. Essas irão demandar uma infraestrutura adequada, influenciando no tamanho e na localização em relação ao uso e ocupação do solo da área necessária para implantação do terminal.

5.2.1.2 Layout dos Terminais

O tipo de baía e o layout a ser adotado nas estações depende de sua forma de operação (aberta ou fechada), do formato, da área disponível, da localização dos portões de entrada e saída, da quantidade de usuários, do tamanho dos ônibus etc. As baias do tipo linear e “dente de serra” apresentam, em princípio, maior segurança na operação em relação às baias com avanço da plataforma ou com plataformas em forma de ilha, A largura mínima recomendada para as plataformas é de 3 metros - em casos excepcionais são aceitáveis plataformas com largura mínima de 2 metros. (FERRAZ E TORRES, 2004)

5.2.1.3 Tipos de Integração

Quando o transbordo de passageiros - transferência de um veículo para outro - é realizado em local apropriado, exigindo pequenas distâncias de caminhada por parte dos usuários, diz-se que há integração física ou, simplesmente integração dos modos de transporte. Pode ser intermodal, quando a transferência de passageiros ocorre entre veículos de modos diferentes, ou intermodal quando do mesmo modo.

Ferraz e Torres (2004) caracteriza os tipos de integração no transporte público coletivo urbano em três: física, tarifária e sincronizada no tempo.

A física acontece quando veículos de diferentes linhas param no mesmo local, permitindo o transbordo dos passageiros - troca de veículo - praticamente sem necessidade de caminhada. Em geral, têm cobertura e bancos, protegendo de intempéries - pontos de transferência e transbordo - e, em locais de maior fluxo de pessoas, são adotados sanitários, bebedouros, lanchonetes, entre outras facilidade, caracterizando o espaço como uma estação de transferência, Usualmente, estas estações iniciam e terminam linhas, neste caso, emprega-se a denominação de terminal de transferência ou transbordo.

A integração tarifária está associada à não necessidade de os usuários pagarem novamente para fazer o transbordo entre veículos de linhas distintas, ou pagarem um valor adicional significativamente menor do que o preço normal das duas passagens que teriam de pagar para completar viagem (Ferraz e Torres, 2004). A integração tarifária elimina a discriminação geográfica, possibilitando o pagamento de apenas uma passagem, ou pouco mais que isso, democratizando o uso do transporte público. Pode ser feita através de

estações (terminais) fechadas ou com o uso de bilhetes comprovantes ou com cartões e bilhetes magnéticos ou com chip, como já utilizado no transporte público de Brusque.

Os dois sistemas de integração tarifária podem ser utilizados em conjunto em alguns casos. O emprego de cartões permite o transbordo em qualquer lugar, permitindo agilidade para os usuários, além de oferecer informações sobre padrões de uso para a companhia de operação, porém, esse benefício se anula se as linhas se cruzarem apenas na área central.

Em contrapartida, a implementação de terminais fechados para integração física pode apresentar custo elevado, de implantação, administração, operação e manutenção. Contudo, mesmo com o uso de bilhetes e cartões inteligentes, indica-se a implementação de terminais abertos em áreas de grande fluxo, para proporcionar conforto e segurança passageiros de embarque/desembarque e transbordos.

A integração no tempo ocorre através da sincronização das linhas, planejada para que determinados veículos cheguem juntos ao local de integração, agilizando a transferência dos usuários. É tipicamente empregado para conexão de uma ou mais linhas alimentadoras com uma linha principal.

5.2.1.4 Implantação dos pontos de parada

Por razões de segurança e racionalidade, os pontos de parada não devem ser locados em curvas, rampas acentuadas, entradas e saídas de garagens, proximidade de cruzamentos, etc. Podem estar antes ou depois do cruzamento ou preferencialmente no meio da quadra, para evitar os locais de conflitos de veículos e pedestres. Por razões geométricas, pontos de parada localizados em locais de mudança de direção das linhas de transporte coletivo atuam no sentido de reduzir as distâncias de caminhada dos usuários.

Existem três tipos básicos de implantação dos pontos na guia: guia em posição normal (mais usual), guia recuada (baia) e guia avançada. A guia em posição normal pode ocorrer juntamente ao estacionamento ao longo da via, se este for o caso, é necessário sinalizar adequadamente o local para que os ônibus tenham espaço suficiente para estacionar. A solução com baia recuada beneficia o tráfego normal de veículos, mas dificulta a volta dos coletivos ao fluxo de tráfego em locais de trânsito intenso. Guias avançadas são indicadas em locais de calçadas estreitas, onde o acúmulo de passageiros em espera atrapalha o fluxo de pedestres e o acesso aos estabelecimentos locais; este tipo de via facilita a implantação de abrigos e consome menos vagas de estacionamento, em

contrapartida, impede o fluxo de veículos na faixa direita quando houver um veículo em operação no ponto.

Os principais aspectos a serem analisados na adoção de uma ou outra solução são: fluidez do trânsito, quantidade de vagas de estacionamento, comodidade de pedestres e usuários esperando no ponto de parada e facilidade de retorno do ônibus à corrente de tráfego. (Ferraz e Torres, 2004).

Uma estação ou centro de transferência pode estar tanto totalmente quanto parcialmente fora da via, possuindo uma estrutura mais elaborada que um ponto de parada. Essa estrutura pode atender a outros modos de transporte público, como ônibus intermunicipais ou trens, e estar associado a outros serviços como pontos de taxis e vendas de passagens.

5.2.1.5 Dimensões dos pontos de paradas

Normalmente, todos os veículos de todas as linhas que passam em frente ao ponto, fazem paradas ali. A parada deve ser realizada por um veículo de cada vez, sendo que nos momentos em que mais de um veículo chegar a parada no mesmo momento, o sucessor deve aguardar o primeiro terminar suas operações para então avançar até a frente do ponto e abrir suas portas. Quando há um grande fluxo de linhas passando pela parada, pode-se aumentar o comprimento das plataformas, tornando possível a parada de dois ou mais veículos simultaneamente. As dimensões ideais de um ponto de parada comum para ônibus com 12 m de comprimento, localizado no meio da quadra, são mínimas de 8 m na acomodação de entrada, 6 m na saída e 12 m no centro, totalizando 26 m. Pontos localizados próximos a interseções devem manter uma distância livre mínima de no mínimo 10 m do alinhamento predial. Em vias de sentido duplo, com paradas de lados opostos, deve haver uma distância livre de no mínimo 40 m, para evitar o interrompimento do trânsito.

5.3 PROJETO DE REDE

O projeto das redes de Transporte Público coletivo urbano é a distribuição espacial das ligações, feita com base na matriz de origem-destino dos desejos de viagens. Na definição do traçado de uma linha deve-se atentar a passagem pelos principais polos de atração de viagem da região como shoppings, áreas industriais e educacionais, centros esportivos e de eventos, etc. O traçado também deve permitir que todos os usuários tenham acesso ao sistema com percursos a pé dentro dos limites aceitáveis.

Ferraz e Torres (2004) definem o Planejamento de Operação como "definição das estratégias operacionais, da frota de veículos e dos horários em cada linha". Para tal, é necessário conhecer a variação da demanda horária ao longo do dia para identificar a seção crítica - segmento de maior carregamento, geralmente localizadas nas proximidades dos grandes polos de atração da demanda. Para complemento, faz-se necessário o conhecimento da variação da demanda nos horários de pico em intervalos, normalmente, de 15 minutos.

Com o conhecimento da variação da demanda no espaço e no tempo, é possível fazer uma definição mais adequada da oferta, garantindo que não seja menor nem maior que a demanda, não comprometendo qualidade e a eficiência da operação.

5.3.1 Definição de traçado

Uma linha de transporte público urbano deve (1) passar pelos principais polos de atração de viagens (Shopping centers, estações de transporte, distritos industriais, universidades, centros esportivos, etc.) da região atendida e (2) propiciar uma cobertura satisfatória das áreas de habitação, permitindo que todos possam usar o sistema com percursos a pé dentro de limites aceitáveis garantindo, uma boa acessibilidade ao sistema de transporte público.

Por outro lado, as rotas de transporte público devem ser, tanto quanto possível, diretas e claras, uma vez que traçados sinuosos aumentam as distâncias percorridas e exigem a redução da velocidade nas conversões, aumentando os tempos de viagem. A largura máxima da zona de atendimento deve ser igual ao dobro da distância máxima de caminhada dos usuários. Nessas condições obtém-se a eficiência operacional máxima para um nível de qualidade prefixado - intervalo entre atendimentos e distância máxima de caminhada nos seus valores limites (FERRAZ E TORRES, 2004).

6 SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO DE BRUSQUE

O atual sistema de transporte coletivo de passageiros de Brusque conta com a integração das linhas radiais convencionais com tarifa única, utilizando a bilhetagem eletrônica como ferramenta de controle de passagens e gestão, que está regulamentada atendendo ao disposto no Decreto Municipal nº 6424/2011. A integração foi implantada no ano de 2012 sendo realizada apenas no terminal urbano da área central. O sistema de transporte público coletivo é operado por uma única empresa privada, Nosso Brusque, uma parceria entre as empresas Santa Terezinha Transportes e Turismo S/A e Santa

Luzia Transporte e Turismo LTDA, que atendem com 22 linhas e uma frota total de 33 ônibus, sob contrato emergencial, não licitado (SETRAN, 2019), junto à Prefeitura de Brusque.

O relevo acidentado do município propiciou uma ocupação de forma tentacular nos fundos dos vales, onde estão localizados atualmente os principais corredores utilizados pelo transporte coletivo. Os maciços montanhosos ainda hoje são obstáculos para construção de novas vias de ligação desses eixos pelo elevado custo de implantação, não trazendo alternativas à curto prazo para novos itinerários no sistema.

O transporte abrange toda área adensada do município, mas também possui linhas e ramais com características de linha rural, com poucos horários, atendendo áreas de baixa densidade. Algumas vias possuem trechos com acentuada declividade e outras não são pavimentadas, dificultando a operação do sistema.

6.1 USUÁRIOS

Apesar da cobertura de linhas ser capaz de atender grande parte da população da cidade - que segunda estimativa do IBGE em 2018 era de 131.703 habitantes - nota-se que a parcela da população que faz uso do STP é bastante baixo. A Tabela 01 demonstra o número de passageiros transportados pelo sistema de transporte público municipal em 2018.

Tabela 01: Número de passageiros pagantes em Brusque em 2018.

PASSAGEIROS TRANSPORTADOS: NOSSO BRUSQUE				
PERÍODO	PAGANTE EMBARCADO	ESTUDANTES	VALE TRANSPORTE	TOTAL
jan/18	87.503	81.392	13.677	182.588
fev/18	97.101	93.222	14.578	215.441
mar/18	90.132	109.565	16.899	252.738
abr/18	95.275	107.888	17.195	259.315
mai/18	99.279	109.349	17.565	262.804
jun/18	90.063	106.664	17.507	252.075
jul/18	85.484	109.298	19.019	235.506
ago/18	91.147	119.776	20.887	273.745
set/18	80.943	96.643	17.251	229.206
out/18	90.048	121.150	20.709	270.626
nov/18	85.333	108.019	18.196	244.945
dez/18	-	-	-	-
TOTAL	992.308	1.162.966	193.483	2.678.989

Fonte: Nosso Brusque. Elaboração: Autores

Em relação aos números dos usuários pagantes do sistema de transporte público, em 2018, foram registrados um total de 2.678.989 passageiros de todas as categorias pagantes, conforme a tabela acima. Os pagantes embarcados são os usuários que não possuem cadastro e cartão de passagens, resultando no pagamento de tarifa ligeiramente

maior. Em 2018, foram 992.308 (37,04%). Os demais usuários pagantes fizeram uso de cartão. Os estudantes foram 330.282 (12,33%), os trabalhadores de empresas vinculadas ao sistema, cartão Vale Transporte, 1.162.966 (43,41%) e os demais cidadãos 193.433 (7,22%). No entanto, o percentual da população que utiliza o sistema público de transporte é bastante baixo. Em 2014, de uma população estimada pelo IBGE em 119.719 pessoas, uma média de 12.478 pessoas utilizaram o sistema público de transporte em dias úteis, portanto, apenas 10,4% da população (NOSSO BRUSQUE, 2019).

6.2 TERMINAL URBANO MUNICIPAL

O terminal urbano está localizado na região central da cidade, Rua Prof. Germano Schaeffer – Centro I, e funciona como ponto de origem e destino da maioria das linhas operantes da rede pública de transporte coletivo.

O terminal possui 12 baias de embarque e desembarque de passageiros, nos quais operam os ônibus do Consórcio Nosso Brusque. Possui comércio, lanchonetes, sanitários e balcão para obtenção e recarga dos cartões utilizados pelo consórcio. É também onde se realizam as pausas para descanso dos motoristas. Não há informações em tempo real sobre as linhas, como atrasos, problemas mecânicos, etc. As informações sobre as rotas que as linhas abrangem também não acessíveis.

6.2.1 Pontos de Parada

Segundo o Plano de Mobilidade Urbana de Brusque (2019) a cidade conta atualmente, com 710 pontos de ônibus assinalados em mapeamento disponibilizado pelo Google Maps, enquanto a empresa Nosso Brusque, responsável para a operação do transporte público na cidade, informa que há 764 relacionados, porém não mapeados com precisão.

Há uma heterogeneização da tipologia destas, sendo: (1) paradas reduzidas a apenas uma placa indicativa, sem banco e/ou cobertura; (2) paradas com cobertura, mas sem banco (com ou sem placa indicativa); (3) paradas com cobertura e banco (com ou sem placa indicativa), algumas com presença de lixeiras. Alguns desses pontos de para não são sequer identificados. Não há nomeação dos pontos para identificação dos usuários, nem qualquer informação sobre linhas e horários que abrangem aquele ponto ou sobre a rede. Abaixo imagens extraídas do Google Maps de algumas tipologias de pontos de parada encontrados na cidade de Brusque.

Figura 1: Ponto de Parada Rua Frederico Petruski.



Fonte: Google Maps, 2019

Figura 2: Ponto de Parada Rua Dorval Luz



Fonte: Google Maps, 2019

Os serviços de manutenção e colocação de novos pontos é de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Brusque, sendo a mesma responsável por qualquer função que possa ser necessário. Os pontos de ônibus atuais estão alocados em alguns dos eixos de maior concentração, havendo grandes vazios de cobertura que se ajustam relativamente à situação topográfica e à densidade populacional dos Bairros.

6.3 FROTA

Segundo dados levantados pelo Plano de Mobilidade de Brusque (2019), a empresa Santa Terezinha Transportes e Turismo S/A possui uma frota de 29 veículos, dentre eles, 5 são de uso tanto urbano quanto interurbano e os outros 24 são exclusivamente de uso urbano. A empresa dispõe de 26 veículos cujos dados sobre utilização para o transporte urbano e interurbano não foram disponibilizados. A empresa Santa Luzia Transporte e Turismo S/A, oferta 26 veículos.

Entre os 29 veículos da empresa Santa Teresinha Transporte e Turismo S/A, 11 excederam o limite determinado pela lei, outros 7 veículos já estão no 12º ano de uso e os outros 11 veículos estão dentro do prazo estipulado. Enquanto da frota de 26 veículos da empresa Santa Luzia Transporte e Turismo LTDA, 13 veículos já excederam o prazo limite, outros 3 estão no 12º ano de uso e os outros 10 veículos estão conforme o exigido por lei.

6.4 DEMANDA

Segundo levantamentos do PlanMob (2019), durante os dias úteis, ocorrem três pontos de pico - maior concentração de usuários. São estes: manhã - entre 7h e 8h - com aproximadamente 1.203 passageiros; início da tarde - entre 12h e 13h - com

aproximadamente 1.286 passageiros e, fim da tarde – entre 17h e 18h – com 1.342 passageiros.

Em relação a demanda média por tipo de dia, nos dias úteis – segunda a sexta-feira – esta demanda é de aproximadamente 12.478 usuários enquanto nos sábados, onde a maior parte dos serviços ocorre somente no período matutino, este valor cai para 3.443 usuários. Aos domingos o número é ainda menor, passando para uma média de 960 passageiros transportados.

6.5 TARIFÁRIO

A cobrança da tarifa no Sistema Nosso Brusque ocorre de duas maneiras: através da compra antecipada de crédito nos cartões do sistema de transporte público que garante descontos ao usuário, a tarifa comum é de R\$ 3,99 (fevereiro de 2019), ou diretamente ao motorista no embarque – o sistema não possui cobradores – onde a tarifa é de R\$ 4,15 (fevereiro de 2019).

Existem três categorias de cartões (Nosso Brusque, maio/2019):

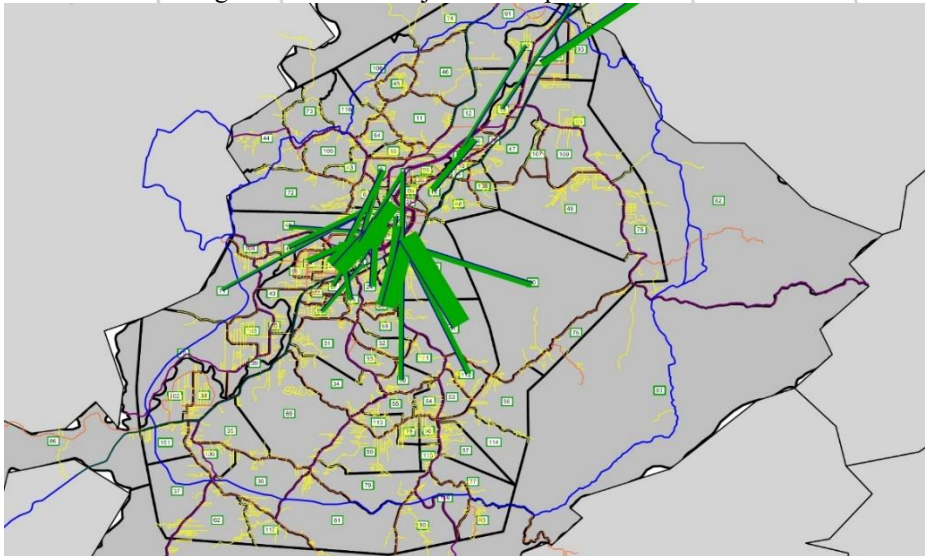
- Cartão Estudante: destinado a todos os estudantes mediante comprovação. Garante o benefício de meia tarifa. É bloqueado para uso somente no horário escolar.
- Cartão Vale Transporte: destinado ao trabalhador. A recarga pode ser realizada diretamente pela empresa, garantindo maior controle.
- Cartão Cidadão: destinado a todos os cidadãos. A primeira via é gratuita. Garante maior segurança e em caso de perda possibilita a transferência de créditos para uma segunda via do mesmo.

Idosos e pessoas com necessidades especiais têm cadastro personalizado. Estes fazem o embarque pela porta traseira do veículo mediante apresentação de carteirinha, não havendo pagamento de tarifa e controle sobre o número de usuários destas categorias.

7 RESULTADOS

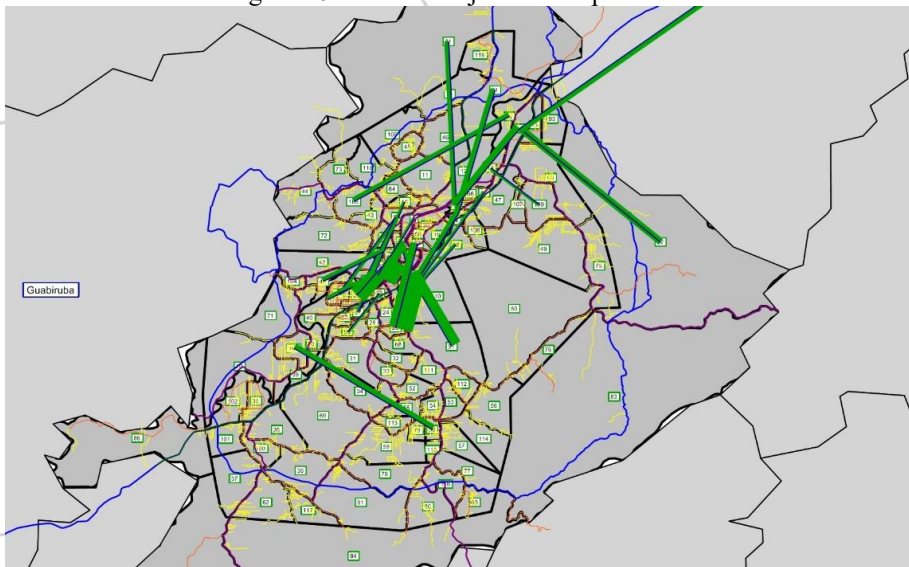
O Plano de Mobilidade de Brusque formulou através do levantamento de dados realizado por meio de um questionário origem/destino realizado com cerca de 4.200 habitantes, entre Fevereiro e Maio de 2019, em todos os bairros da cidade, de modo equitativo, uma sugestão de traçado para o transporte público de Brusque, baseando-se na junção das linhas desejo tanto dos usuários do Transporte Público Coletivo, quanto do Transporte Privado Individual, com o objetivo de criar um sistema operacional eficiente para quem já o utiliza, mas também capaz de atrair novos usuários.

Figura 9: Linhas desejo do Transporte Público Coletivo



Fonte: PlanMob Brusque (2019)

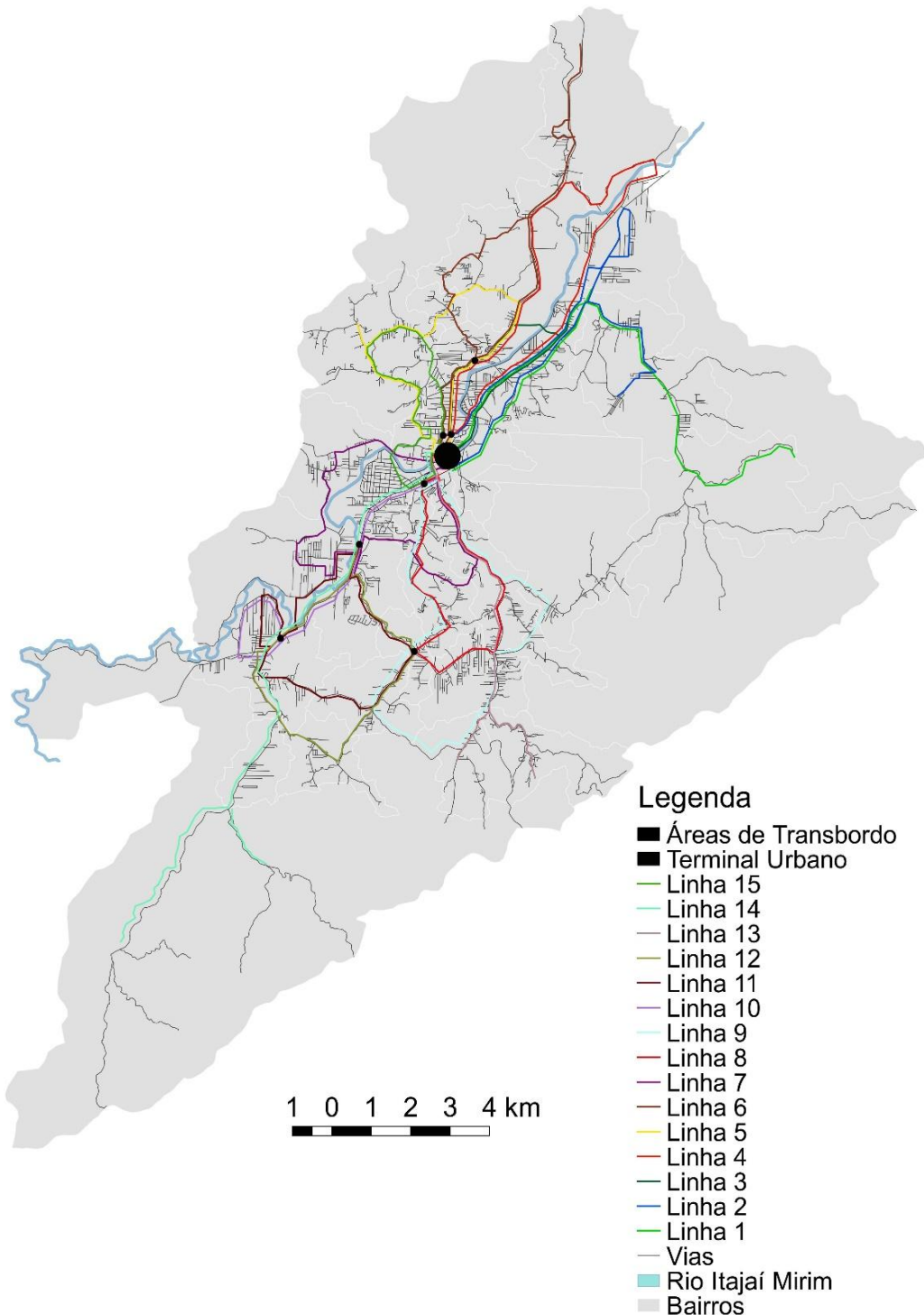
Figura 10: Linhas desejo do Transporte Privado



Fonte: PlanMob Brusque (2019)

A análise das linhas desejos resultou num mapa esquemático de linhas para atender o desejo dos usuários e potenciais usuários. Este se deu através de linhas alimentadores e circulares, gerando pontos de transbordo.

Figura 11: Nova Proposta para Linhas Transporte Público Coletivo



Fonte: PlanMob Brusque (2019)

Com base no mapa esquemático de linhas elaborado pelo Plano de Mobilidade de Brusque, foram propostos sete pontos de intercessão de linhas – pontos potenciais para a localização de pontos de integração do transporte público. Esses pontos estão demarcados

no mapa da Figura 11. Na tabela 02, pode-se observar as linhas que passam por esses pontos e suas localizações estimadas.

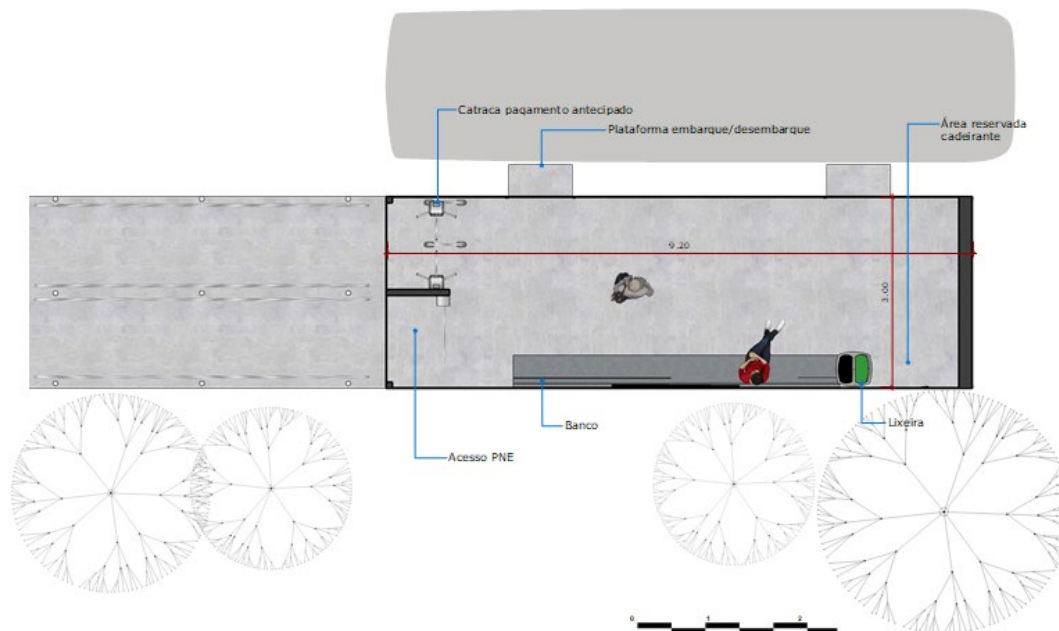
Tabela 02: Pontos de transbordo e linhas que por ali passam

PONTO	LINHAS INTEGRADAS	LOCALIZAÇÃO
P1	3, 4, 5 e 6	BAIRRO STEFFEN
P2	2, 4, 5 e 6	BAIRRO SÃO LUIZ
P3	1, 3, 4 e 6	BAIRRO SANTA RITA
P4	7, 9, 10, 14 e 15	ENTRE BAIRRO AZAMBUJA E PRIMEIRO DE MAIO
P5	7, 10, 11, 12 e 14	ENTRE BAIRRO RIO BRANCO E SOUZA CRUZ
P6	10, 11, 12 e 14	BAIRRO DOM JOAQUIM
P7	8, 11, 12 e 14	BAIRRO PAQUETA

Fonte: PlanMob (2019) Elaboração: Autores

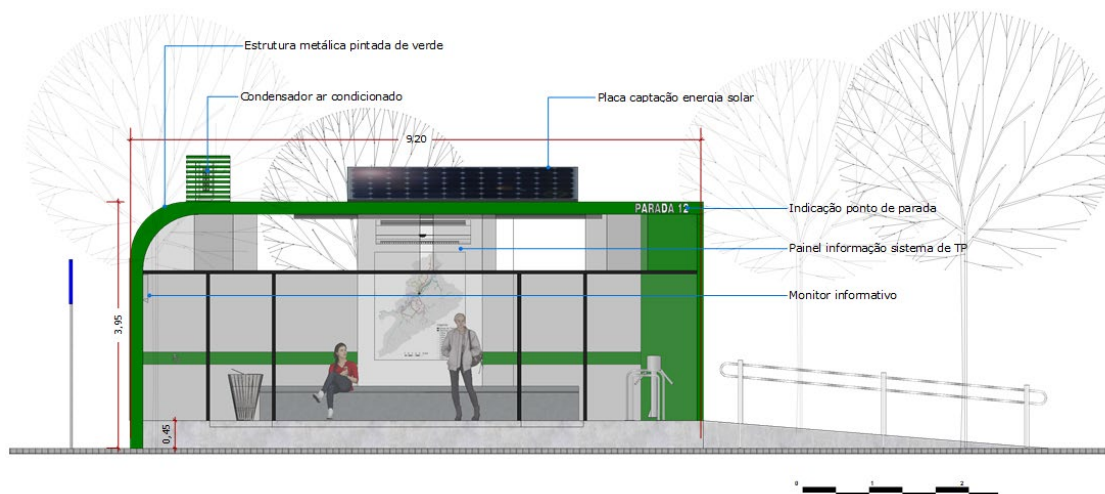
Elaborou-se um projeto modelo, a partir das variáveis identificadas no decorrer desta pesquisa, que atende os seguintes critérios: (1) abrigo; (2) iluminação; (3) sinalização; (4) banco; (5) lixeira; (6) informações sobre a rede de linhas que ali passam – mapa da cidade; (7) catraca de pagamento antecipado; (8) acesso a portadores de deficiências físicas; (9) painel eletrônico de informações sobre horários; (10) sinalização; (11) área para publicidade – geração de renda para manutenção do ponto de integração; (12) plataforma elevada para embarque e desembarque em ônibus de piso baixo; (13) ar condicionado e, (14) placa de captação de energia solar.

Figura 12: Planta Baixa Projeto Modelo Ponto de Parada



Fonte: Elaborado pelos autores

Figura 13: Vista Frontal Projeto Modelo Ponto de Parada



Fonte: Elaborado pelos autores

As figuras 12 e 13 apresentam brevemente o projeto modelo elaborado para ser implantado nos pontos de integração da rede de transporte público. Ele possui estrutura metálica, que pode ser executada em diversas dimensões, atendendo as necessidades de cada ponto, como número de linhas que ali passam, volume de usuários, área disponível para implantação, entre outras. As figuras 14, 15 e 16 demonstram o projeto modelo de pontos de integração do transporte urbano coletivo, elaborado pelos autores.

Figura 14: Croqui Perspectivo Projeto Modelo Ponto de Parada



Fonte: Elaborado pelos autores

Figura 15: Croqui Projeto Modelo



Fonte: Elaborado pelos autores

Figura 16: Croqui Projeto Modelo Ponto de Parada



Fonte: Elaborado pelos autores

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos dos problemas de acessibilidade e mobilidade são decorrentes da distribuição desigual do solo urbano e do excessivo número de veículos que causam congestionamentos, e poderiam ser minimizados através de um planejamento de transporte coletivo urbano integrado. Na maioria das cidades brasileiras, o sistema de transporte coletivo por ônibus é o principal meio de transporte da população, por possuir grande flexibilidade para conexão de pontos de origem e destino, custos baixos de implantação e oferta adaptável a aumentos de demanda. Um sistema de transporte coletivo planejado aperfeiçoa o uso dos recursos públicos, possibilitando investimentos em setores de maior relevância social e uma ocupação mais racional e humana do solo urbano, pois exerce papel de fixador do homem no espaço urbano, podendo influenciar na localização das pessoas, serviços, edificações, rede de infraestruturas e atividades urbanas (CARDOSO, 2008).

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE e do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina - UNIEDU. Os autores agradecem ao Plano de Mobilidade Urbana de Brusque pelo compartilhamento de dados.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marley Rosana Melo de; OLIVEIRA, Jonathan Melo de; JESUS, Maisa Santos de; SÁ, Nelma Resende de; SANTOS, Párbata Araújo Côrtes dos; & LIMA, Thiago Cavalcante. **Transporte público coletivo: discutindo acessibilidade, mobilidade e qualidade de vida.** *Psicologia & Sociedade*, 23(2), 574-582, 2011.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS - ANTP. **Transporte Humano – cidades com qualidade de vida.** Coordenadores: Ailton Brasiliense Pires, Eduardo Alcântara Vasconcellos, Ayrton Camargo e Silva. Apresentação: Rogerio Belda. São Paulo, ANTP. 312 p. il., 1997.

CARDOSO, Carlos Eduardo de Pariva. **Análise do transporte coletivo urbano sob a ótica dos riscos e carências sociais.** Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2008.

CAUDURO, João Carlos; MARTINO, Ludovico. **Plano Diretor do Sistema de Comunicação Visual dos Transportes Públicos.** São Paulo, SP, 1974.

CAVALCANTE, Rinaldo Azevedo. **Estimativa das Penalidades Associadas com os Transbordos em Sistemas Integrados de Transporte Público,** Dissertação Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

COSTA, J. E.; SANTOS, V. **O desenvolvimento do sistema integrado de transporte coletivo de Aracaju e suas contradições.** Candeeiro, 9, 77-83, 2006.

EBTU. **Gerência do Sistema de Transporte Público de Passageiros: Planejamento da Operação** / (organizado por) TCC Trânsito, Transportes Coletivos e Comunicações. Brasília, DF, 1988.

FERRAZ, Antonio Clóvis Pinto; TORRES, Isaac Guilherme Espinosa. **Transporte Público Urbano.** v. 2a edição ampliada e atualizada. São Carlos, SP, 2004.

FERRONATTO, Luciana Guadalupe. **Análise de capacidade de terminais urbanos de ônibus: Metodologia Aplicada.** Anais do XIX Congresso da ANPET, realizado em Recife - PE, Novembro de 2005. - Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC, 2005.

Lei Nº 12.587 de 2012. http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSEMOB/cartilha_lei_12587.pdf

PLANMOB Brusque – **Plano de Mobilidade Urbana de Brusque/SC.** Secretaria Municipal de Trânsito e Mobilidade de Brusque/SC – Coordenação: Arq. Me. Patricia Kuwer. Consultoria: UNIFEBE, Brusque, SC, 2019.

RIOS, Mariana França. **Metodologia para Localização de Terminais do Sistema de Transporte Público Coletivo Urbano,** Dissertação Mestrado em Transportes, Brasília, DF, 2007.

RIZZARDO, Arnaldo. **Comentários ao código de trânsito brasileiro** (5ª ed. rev. atual. ampl.). São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2004.

SANT'ANNA, José Alex. **Sistemas Modernos e Tradicionais de Ônibus no Mercosul,** Whashington: BID, 2001.

TACO, P.W.G.; QUEIROZ, M.; TEDESCO, G.M.I.; GUERRA, H. O.; TEIXEIRA, G.L.; SHIMOISHI, J.M.; ORRICO FILHO, D. D. **Reestruturação do transporte coletivo urbano por ônibus: um modelo funcional.** Anais do xx congresso da

associação nacional de pesquisa e ensino em transportes - ANPET, vol. I, p. 440-451, Brasília – DF, 2006.

VASCONCELHOS, Eduardo Alcântara. **Transporte urbano, espaço e equidade: análise das políticas públicas**. São Paulo, SP: Annablume, 2001.

VASCONCELHOS, Eduardo Alcântara. **O que é o trânsito**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1985.



ARTIGOS

Direito



fapesc

Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

ANAIS ENPEX 2019
ISSN 1982-3370

**Inovação a serviço
da educação**

**XVIII Jornada de Iniciação Científica
XIII Mostra de Extensão
BRUSQUE - SC - BRASIL**



UNIFEBE

O ABORTO SOB A ÓTICA DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

ABORTION UNDER THE OPTICS OF BRAZILIAN LEGISLATION

DALPRÁ, Emmeli ¹
OLIVEIRA, Vagner Conrado de ²
HEIL, Danielle M. ³

RESUMO: O presente artigo científico tem por escopo a análise da prática abortiva no âmbito da legislação brasileira. Não obstante ser um tema de grande polêmica, é necessária a sua abordagem e análise jurídica e social, no intuito de não o deixar omitido por trás das cortinas do medo, uma vez que é uma realidade inconstentável na sociedade brasileira e mundial. Apesar desta pesquisa ter por objetivo privilegiar a investigação jurídica do assunto, é preciso esclarecer que o tema não seria completo se dissociado do contexto histórico, do exame do ponto de vista moral e religioso que tratam da temática no país, e inclusive, dos aspectos científicos, políticos e filosóficos que entrelaçam o conteúdo acerca da prática do aborto. Assim, o artigo se propõe a abordar o tema através do estudo da sistemática jurídica brasileira atual e, por isso, busca discorrer sobre os direitos do nascituro como sujeito dotado do direito à vida, pelo qual o Estado estabeleceu como bem jurídico tutelado de maior relevância no ordenamento jurídico brasileiro.

Palavras-chave: Aborto. Modalidades. Legislação Brasileira. Tratados internacionais.

ABSTRACT: *This present scientific article has as its scope the analysis of abortive practice within the scope of Brazilian legislation. However it is a subject of great controversy, its approach and legal and social analysis is necessary, in order not to leave it behind the curtain of fear, since it is an inconstable reality in Brazilian and world society. Although this research aims to privilege the legal investigation of the subject, it must be clarified that the theme would not be complete if dissociated from the historical context, the examination of the moral and religious point of view that deal with the theme in the country, and even the scientific, politicians and philosophers aspects, who interweave content about the practice of abortion. Thus, the article proposes to address the theme through the study of the current Brazilian legal system and, therefore, seeks to discuss the rights of the unborn as a subject endowed with the right to life, for which the State established as the most important tutored legal asset in Brazilian legal system.*

Keywords: *Abortion. Modalities. Brazilian legislation. International treaties.*

¹ Acadêmica de Direito, UNIFEFE.

² Acadêmico de Direito, UNIFEFE.

³ Mestre em Ciências Jurídicas pela UNIVALI, com dupla titulação pela Universidade de Alicante/Espanha
e-mail: danielle.heil@unifebe.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O aborto, também conhecido como interrupção voluntária da gravidez, é um dos procedimentos médicos que mais suscitaram controvérsias no meio jurídico nas últimas décadas. Apesar de serem encontradas evidências de sua prática nas mais diversas comunidades, a sua aceitação social variou profundamente ao longo da história.

No Brasil, assim como em grande parte do mundo, o debate sobre a legalização da interrupção da gravidez em determinados casos, segue polêmico e controverso.

Nesse contexto, o presente artigo visa demonstrar os aspectos jurídicos brasileiros acerca do tema, assim como o seu contexto histórico e abordagem social, moral e religiosa sobre o assunto.

2 CONCEITO DE ABORTO

Segundo a definição do doutrinador Fernando Capez: “Considera-se aborto a interrupção da gravidez, com a conseqüente destruição do produto da concepção. Consiste na eliminação da vida intrauterina” (CAPEZ, 2006).

Já de acordo com a doutrina de Maria Helena Diniz, o termo aborto resta definido como:

Originário do latim *abortus*, advindo de *aboriri* (morrer, perecer), vem sendo empregado para designar a interrupção da gravidez antes do seu termo normal, seja ela espontânea ou provocada, tenha havido ou não expulsão do feto destruído (DINIZ, 2010).

Em outras palavras, o aborto configura a expulsão prematura de um embrião ou feto do útero materno, resultando na sua morte ou sendo por esta causada, que pode dar-se de forma espontânea ou induzida.

3 ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Levando em consideração o conceito já definido até o momento, parte-se para a visão do aborto no ordenamento jurídico brasileiro, desde suas legislações antigas até as normas pátrias vigentes.

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO

Pode-se com algumas alterações, acompanhando Rejuraine Cabral e Almeida Paiva, apontar a seguinte esquematização para o contexto histórico do aborto no sistema legislativo brasileiro, através dos tempos.

(1830) - Desde o Código do Império se criminalizava o aborto. Assim, em 1830, o legislador se limitou a tornar crime apenas o aborto provocado por terceiros com ou sem o consentimento da gestante, ou seja, não constituía crime o auto-aborto, podendo a própria mulher dispor da vida do feto (CABRAL, 2014).

(1890) - Com o Código Penal de 1890, passa a ser crime também o aborto provocado pela própria gestante (CABRAL, 2014).

(1916) - Em 1916, com o Código Civil, passa a ser adotada a Teoria Natalista, onde contempla que o nascituro tem apenas mera expectativa de direito, só fazendo jus a personalidade após o nascimento com vida, negado ao ser concebido a personalidade civil, mas garantindo os direitos que possa titular (PAIVA, 2003).

(1940) - Já com a nova implementação do Código Penal Brasileiro, em 1940, o aborto restou tipificado pelos artigos 124 a 128, tendo sofrido poucas modificações em relação as legislações anteriores, como o Código Criminal do Império de 1830 e o Código Penal de 1890.

Dessa forma, o Código Penal que vigora até hoje, visando regulamentar a efetividade da proteção a este direito, no título I, da Parte Especial, capítulo I, tratou dos crimes contra a vida, incriminando em seus artigos 124, 125 e 126 a prática do aborto, considerando assim que o embrião já é uma vida no ventre materno (CABRAL, 2014).

(1969) - Aliás, a prática abortiva também fora mencionada na Convenção Americana de Direitos Humanos, a qual determina que “toda pessoa tem o direito que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente” (DIREITOS HUMANOS atos internacionais e normas correlatas, 2013).

(1988) - Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, este parâmetro continuou assegurado, sendo considerada a proteção da vida como um direito fundamental.

(1992) - Ademais, o Decreto n. 678, também conhecido como Pacto de São José da Costa Rica, promulga a referida Convenção Americana de Direitos Humanos pelo Brasil em 1992, especificando que:

Art. 1º. A Convenção Americana sobre os Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), celebrada em São José da Costa Rica, em 22 de novembro de 1969, apensa por cópia ao presente decreto, deverá ser cumprida tão inteiramente como nela se contém (DECRETO 678, 1992).

(2002) - Somado a isso, o próprio Código Civil de 2002, no seu artigo 2º, define: “A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro” (LEI 10.406, 2002).

Assim, verifica-se que a criminalização do aborto não é atual, mas consequência de um longo e vasto caminho trilhado, de modo que, atualmente, permanece sendo considerado, em regra geral, crime.

3.2 LEGISLAÇÃO PÁTRIA

Na legislação atual, subdivide-se o aborto em algumas classificações. Nesse sentido, o aborto pode ser natural, acidental, criminoso, legal ou permitido.

O aborto natural não é crime e ocorre quando há uma interrupção espontânea da gravidez. O acidental, também não é crime, e pode ter por origem várias causas, como traumatismos, acidentes, quedas e outros. O aborto criminoso é aquele proibido pelo ordenamento jurídico (MORAIS, 2008).

O Código Penal vigente tipifica em seus artigos 124 a 126, as seguintes modalidades de aborto:

Aborto provocado:

Art. 124: “Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lhe provoque: Pena - Detenção de um a três anos.” (LEI 2.848, 1940)

Aborto sofrido:

Art. 125: “Provocar aborto sem o consentimento da gestante: Pena - Reclusão de três a dez anos.” (LEI 2.848, 1940)

E aborto consentido:

Art. 126: “Provocar aborto com o consentimento da gestante: Pena - Reclusão de um a quatro anos.” (LEI 2.848, 1940)

Sobre o tema, disserta o doutrinador Alexandre de Moraes:

“A penalização do aborto corresponde à proteção da vida do nascituro, em momento anterior ao seu nascimento. A Constituição Federal, ao prever como direito fundamental a proteção à vida, abrange não só a vida extra-uterina, mas também a intra-uterina, pois se qualifica com verdadeira expectativa de vida exterior. Sem o resguardado legal do direito à vida intra-uterina, a garantia constitucional não seria ampla e plena, pois a vida poderia ser obstaculizada em seu momento inicial” (MORAES, 2003).

Outrossim, como forma excepcional, as situações em que o aborto não é crime, estão presentes no artigo 128 do Código Penal:

“Não se pune o aborto praticado por médico:

Aborto necessário

I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante;

Aborto no caso de gravidez resultante de estupro
II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal” (LEI 2.848, 1940).

Assim, de acordo com o ordenamento jurídico, o aborto é legalmente permitido nos casos que serão abordados na sequência.

3.2.1 Aborto necessário

A primeira hipótese é em casos de aborto necessário, que ocorrem quando a vida da gestante está em risco em razão da gravidez, sendo que, após devidamente comprovado, o médico fica autorizado a realizar o aborto com o intuito de salvar a vida da gestante.

Warley Rodrigues Belo define:

Consiste na permissibilidade de interromper, de modo não natural, a gestação materna para afastar perigo infalível à vida da gestante, sendo esse meio o único possível. Não compreende o caso de perigo à saúde ou higidez da gestante. Entretanto, existindo obstáculos que impossibilitem o parto sem grave perigo à vida da mãe, é permitido o aborto necessário (BELO, 1999).

O autor deixa claro que somente caberá o aborto necessário quando não houver maneira de salvar o feto sem que este afete a mãe de tal forma a lhe causar a morte. Exige-se dois requisitos para haver o aborto necessário: o primeiro é o efetivo perigo de vida da gestante e o segunda trata da inexistência de outro meio para salvá-la (MORAIS, 2008).

Segundo exposto por Maria Helena Diniz apud Walter Moraes:

O art. 128, I e II, do Código Penal está apenas autorizando o órgão julgante a não punir o crime configurado, por eximir da sanção o médico que efetuar prática abortiva para salvar a vida da gestante ou para interromper gestação resultante de estupro. Tal isenção não elimina o delito, nem retira a ilicitude da ação danosa praticada. Suprimida está a pena, mas fica o crime (DINIZ, 2006).

Assim, aborto necessário é um excludente de ilicitude. Ademais, será tratado a seguir sobre a prática do aborto humanitário, a segunda forma de excludente de ilicitude da prática do aborto prevista no Código Penal.

3.2.2 Aborto humanitário

Esta segunda excludente é permitida quando a gravidez decorrer de estupro, bastando apenas o consentimento da gestante e comprovação da violência sexual mediante o procedimento de justificação previsto na portaria nº 1.145, de 7 de julho de 2005, publicada pelo Ministério da Saúde.

Essa modalidade de aborto surgiu quando alguns países da Europa, na Primeira Guerra Mundial tiveram suas mulheres violentadas por invasores, diante da indignação patriota, criou-se a figura do aborto sentimental, para que essas mulheres não fossem obrigadas a carregar no ventre os filhos de seus agressores (CABRAL, 2014).

Contudo, a lei não obriga também, que o aborto nesses casos, seja realizado. Deve ser observado a vontade da vítima, respeitando seu consentimento ou quando incapaz, de seu representante legal.

Portanto, importa registrar que o aborto humanitário é uma opção que o legislador dispôs para as mulheres brasileiras vítimas de violência sexual.

Cezar Roberto Bitencourt disserta sobre o tema, aduzindo que a prova tanto da ocorrência do estupro quanto do consentimento da gestante deve ser cabal, devendo o consentimento ser obtido da gestante ou de seu representante legal, (por escrito ou na presença de testemunhas idôneas). Já a prova do crime de estupro pode ser produzida por todos os meios em Direito admissíveis, sendo desnecessário autorização judicial, sentença condenatória ou mesmo processo criminal contra o autor do crime sexual (BITENCOURT, 2015).

Ademais, de acordo com a jurisprudência pátria, também existe uma terceira modalidade de aborto, que será analisada na sequência.

3.2.3 Aborto eugênico

Este tipo de aborto não está tipificado no Código Penal, porém, em razão da Ação Declaratória de Preceito Fundamental – ADPF n. 54, proposta em 2004, no Supremo Tribunal Federal, restou-se sedimentado que é possível a realização de aborto eugênico (ARGUIÇÃO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 54, 2012).

Trata-se do procedimento realizado nos casos de fetos com anomalias graves, tais como Anencefalia.

Segundo a definição científico-biológica, Anencefalia consiste:

“[...] na ausência parcial ou completa da abobada craniana, bem como da ausência dos tecidos superiores com diversos graus de má formação e destruição dos rudimentos cerebrais. Em suma, anencefalia significa ‘sem encéfalo’, sendo encéfalo o conjunto de órgãos do sistema nervoso central, contidos na caixa craniana” (FEITOSA, 2006).

Assim, segundo o posicionamento do STF, diante da ADPF nº 54, passou a ser permitido, a partir de 2012, esta modalidade de aborto, visto o julgamento em que se declarou como inconstitucional o enquadramento do crime de aborto nos casos de fetos anencéfalos, nos tipos penais do Código Penal Brasileiro.

O Ministro Celso de Mello consignou:

Aborto é crime contra a vida. Tutela-se a vida em potencial. No caso do anencéfalo, não existe vida possível. O feto anencéfalo é biologicamente vivo, por ser formado por células vivas, e juridicamente morto, não gozando de proteção estatal. [...] O anencéfalo jamais se tornará uma pessoa. Em síntese, não se cuida de vida em potencial, mas de morte segura. Anencefalia é incompatível com a vida (MELLO, 2012).

Dessa maneira, e principalmente, evitando-se futuros riscos para a saúde da própria gestante, o aborto neste caso, restou autorizado pelo Poder Judiciário, uma vez que a própria manutenção da gestação durante 09 (nove) meses violaria diretamente o princípio basilar da dignidade da pessoa humana, pois o feto não sobreviveria por muitas horas.

3.2.4 Quarta modalidade de aborto

Outrossim, está em tramitação no Supremo Tribunal Federal, uma quarta modalidade de aborto.

Isto se deu, pois em 29 de novembro de 2016, a 1ª Turma do STF, a partir do voto-vista do Ministro Luís Roberto Barroso, decidiu não ser possível criminalizar o aborto realizado até o terceiro mês de gestação, por violar diversos direitos fundamentais das mulheres, entre eles a autonomia, a integridade física e psíquica, a igualdade de gênero e os direitos sexuais e reprodutivos.

Para o aludido Ministro, até o terceiro mês de gestação, ainda não há um ser humano, ou seja, não haveria vida humana antes de o feto estar inteiramente formado, razão pela qual qualquer mulher poderia estar autorizada a abortar o filho gerado em seu ventre.

Em uma parte de seu voto, o ministro declarou:

Passando da teoria à prática, é dominante no mundo democrático e desenvolvido a percepção de que a criminalização da interrupção voluntária da gestação atinge gravemente diversos direitos fundamentais das mulheres, com reflexos inevitáveis sobre a dignidade humana¹². O pressuposto do argumento aqui apresentado é que a mulher que se encontre diante desta decisão trágica – ninguém em sã consciência suporá que se faça um aborto por prazer ou diletantismo – não precisa que o Estado torne a sua vida ainda pior, processando-a criminalmente. Coerentemente, se a conduta da mulher é legítima, não há sentido em se incriminar o profissional de saúde que a viabiliza (BARROSO, 2016).

A partir dessa decisão, a 1º turma do STF deferiu HC (Habeas Corpus n. 124306), para afastar a prisão preventiva do médico e demais réus acusados da prática de aborto (NOTÍCIAS STF, 2016).

4 PODER LEGISLATIVA E ABORTO

Diversas foram as propostas de lei apresentadas ao longo dos anos com o objetivo de endurecer as punições e reduzir as hipóteses de exclusão de ilicitude da prática do aborto. Estes projetos de lei foram propostos tanto antes como depois da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Estes projetos foram, em grande parte, apresentados por alas conservadores e ligadas a movimentos religiosos. Em contraponto, diversos também foram os projetos de lei que tentaram reduzir ou retirar a ilicitude da prática do aborto, consoante será demonstrado abaixo:

4.1 PROJETO DE LEI (PL) N. 190/94

Visava inserir a inviolabilidade do direito à vida desde o momento da concepção no artigo 5º da Constituição de 1988 (PLP 190, 1994).

4.2 PROJETO DE LEI (PL) N. 478/07

Popularmente conhecido como Estatuto do Nascituro, visava, em seu texto original, conferir ao aborto caráter de crime hediondo (PL 478, 2007).

4.3 PROJETO DE LEI (PL) N. 1135/91

Visava suprimir o artigo que caracteriza crime o aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento. Em suma, visava a descriminalização do aborto (PL 1135, 1991).

6 PODER JUDICIÁRIO E POSICIONAMENTO SOBRE O ABORTO ATÉ A O TERCEIRO MÊS DE GESTAÇÃO

Recentemente, no Poder Judiciário, o tema aborto tem seguido rumos polêmicos. Isso porque, a ADPF (Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental) n. 442 tem gerado enormes discussões.

Segundo o resumo exposto pelo STF:

Na ADPF 442, o partido questiona os artigos 124 e 126 do Código Penal, que criminalizam a prática do aborto. O PSol pede que se exclua do âmbito de incidência dos dois artigos a interrupção voluntária da gravidez nas primeiras 12 semanas de gestação, alegando a violação de diversos princípios fundamentais.

Para o autor da ação, os dispositivos questionados ferem princípios constitucionais como a dignidade da pessoa humana, a cidadania, a não discriminação, a inviolabilidade da vida, a liberdade, a igualdade, a proibição de tortura ou o tratamento desumano e degradante, a saúde e o planejamento familiar das mulheres e os direitos sexuais e reprodutivos (NOTÍCIAS STF, 2018).

Não obstante, o embate que vêm sendo apresentado pela sociedade civil, se refere a competência do Poder Judiciário sobre o assunto.

Isso porque, o Código Penal Brasileiro prevê que é crime a realização do aborto não amparadas pelas hipóteses legais, e, sendo o Judiciário contrário a esta posição, acaba por resultar em um drástico conflito de interesses, o que gera uma ampla sensação de insegurança jurídica, pois as hipóteses legais e autorizativas à prática do aborto podem ser repentinamente modificadas pelo entendimento de 11 Ministros do STF.

Segundo o Canal Ciências Criminais: O que vem causando enorme preocupação é que o ativismo judicial tem encontrado no Supremo Tribunal Federal sua maior expressão, o que nos tira a esperança de termos decisões arbitrárias revistas. Mas não se combate ilegalidade com ilegalidade. Não é rompendo com a democracia que teremos jamais o seu respeito. Há de se encontrar uma terceira via e esta deve partir da sociedade, começando por uma questão muito simples, mas crucial: a eleição de melhores representantes (CIÊNCIAS CRIMINAIS, 2016).

Nesse sentido, se manifestou o presidente do Senado Garibaldi Alves, alegando que o Judiciário está usurpando as prerrogativas do Legislativo (fenômeno denominado pela doutrina como ativismo judicial), e teceu crítica sobre a falta de legitimidade e competência do Poder Judiciário para atuação ilimitada:

O Congresso não está legislando como devia, mas o Executivo não para de legislar e o Poder Judiciário aqui e acolá entra no vácuo deixado pelo Legislativo. Em política, não pode haver vácuo (ALVES, 2008).

Não obstante, em que pese as discussões referentes a competência do Judiciário em tal âmbito, o que se verifica com grande clareza, é o fato de que novas teses surgirão no entendimento jurisprudencial sobre o tema, o que acarretará forte impacto no mundo jurídico.

6 O INÍCIO DA VIDA

Considerando que o direito à vida, é inegavelmente um direito humano fundamental, resta compreender quando que se inicia a vida, de um ponto de vista legal. Para tanto, o ordenamento jurídico brasileiro adotou a teoria mista: Concepcionista e Natalista.

Isso pois, no artigo 2º do Código Civil, há disposição de que: “A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.”

Assim, na segunda parte do artigo supracitado tem-se a teoria Concepcionista, ao passo que na primeira parte tem-se a teoria Natalista.

Segundo Milton Tiago Elias Santos Sartório:

Desta hermenêutica, nasceu a teoria mista do Código Civil, lecionando que “A personalidade civil do homem começa do nascimento com vida, mas a lei põe a salvo os direitos do nascituro. Enquanto ele não nascer com vida, não terá adquirido personalidade civil” (SARTÓRIO, 2002).

Esclarece-se a seguir o que significa cada uma das referidas teorias e suas características.

6.1 TEORIA CONCEPCIONISTA

A doutrina Concepcionista afirma que “a personalidade do homem começa a partir da concepção, sendo que, desde tal momento, o nascituro é considerado pessoa” (FILHO, 2002).

Assim, de acordo com a definição científica, após a fecundação nas trompas, o óvulo fecundado inicia um deslocamento lento para chegar até o útero. Chegando ao útero ele precisa se fixar para que a gravidez possa evoluir, esse processo de fixação chama-se nidificação (CAMBIAGHI e CASTELLOTTI, 2012).

Dessa forma, enquanto não houver a nidação, ou seja, a confirmação da gravidez, não haverá proteção a ser realizada pelo Estado, conseqüentemente, havendo a confirmação, a tutela passa a ser do Estado, ante a garantia do direito fundamental a vida.

Para isso nos valem da ciência. Desde 1827, com Karl Ernest von Baer descobriu-se que a vida humana começa na concepção, ou seja, no momento em que o espermatozóide entra em contato com o óvulo. É nessa fase, na fase do zigoto, que toda a identidade genética do novo ser é definida. A partir daí, inicia a vida biológica do ser humano (KARL ERNEST *apud* ANA CAROLINA NORONHA VIANA, 2012).

Em textos jurídicos, o jurista Ives Gandra Martins faz alusão a Bernard Nathanson, que em seu livro “The hand of God”, que arrola as técnicas utilizadas para tirar a vida de seres humanos no ventre materno. Como médico, ele próprio dirigiu pessoalmente cerca de 75 mil abortos nos Estados Unidos. Chegou a provocar o aborto de um filho seu, concebido em relação que mantivera com aluna do 5º ano da Faculdade de Medicina. Começou a repensar o assunto em 1974, percebeu que era um homicida de crianças, arrependeu-se e passou a ser, então, um defensor da vida (IVES GANDRA MARTINS, 2004).

Entretanto, a dificuldade para determinar o exato momento em que a vida se inicia, demonstra-se em evidência quando o assunto não resta consentido, nem mesmo, entre os profissionais da medicina e da biologia humana, de modo que o texto constitucional e o Código Penal Brasileiro vigente não se atreveram a dispor sobre este conceito de forma explícita.

Em razão das grandes discussões e polêmicas que pairavam sobre o assunto no âmbito internacional, em 1981, o Subcomitê de Separação dos Poderes do Senado dos Estados Unidos estudou a chamada “Human Life Bill” em português “O Projeto de lei da Vida Humana”.

Na audiência que durou oito dias, foram ouvidos os maiores especialistas do mundo no assunto, totalizando cinquenta e sete depoimentos.

Ao final, o relatório oficial, publicado por José de Paiva Netto expunha:

Médicos, biólogos e outros cientistas concordam em que a concepção marca o início da vida de um ser humano – um ser que está vivo e que é membro da nossa espécie. Há uma esmagadora concordância sobre este ponto num sem – número de publicações de ciência médica e biológica (NETTO, 2011).

Assim, a conclusão na qual a esmagadora maioria destes estudiosos chegaram, resultou na ideia de que a concepção é efetivamente o marco do início da vida.

6.2 TEORIA NATURALISTA

Esta teoria não considera o nascituro como pessoa, dando-lhe somente uma expectativa de direito. Para a teoria natalista, o “nascituro não é considerado pessoa, embora receba proteção legal e a sua personalidade é subordinada ao nascimento com vida” (CHAVES, 2005).

Assim, na teoria Natalista, sucintamente, acredita-se que o nascituro não é pessoa até o nascimento com vida.

Flávio Tartuce declara:

“A teoria natalista nega ao nascituro até mesmo os seus direitos fundamentais, relacionados com a sua personalidade, caso do direito à vida, à investigação de paternidade, aos alimentos, ao nome e até à imagem” (TARTUCE, 2012).

Nesse mesmo sentido, o doutrinador Silvio Sálvio Venosa afirma que “o fato de o nascituro ter proteção não deve levar a imaginar que tenha ele personalidade tal como a concebe o ordenamento” (VENOSA, 2006).

Assim, a teoria natalista estabelece a proteção da vida antes do nascimento, porém, não lhe dá personalidade, apenas dela se aproxima, de modo que os direitos só irão se concretizar a partir do efetivo nascimento com vida.

7 CONCEPÇÃO LEGAL

O aborto não é somente questão de saúde pública, mas sim, questão que envolve garantias e direitos fundamentais, como o direito à vida e também o direito à liberdade, que por séculos, pensadores e escritores como John Locke e Voltaire, lutaram para pesquisar e conquistar.

Na verdade, o aborto envolve um grande problema social vivido atualmente, que, em razão da polêmica e discussões envolvidas, muitas vezes é ignorado.

Segundo Luciana Russo “o direito à vida é o bem mais relevante de todo ser humano e a dignidade da pessoa humana é um fundamento da República Federativa do Brasil e não há dignidade sem vida” (RUSSO, 2009).

Já Paulo Gustavo Gonet Branco, em seu livro Direito Constitucional, diz que:

A existência humana é o pressuposto elementar de todos os demais direitos e liberdades disposto na Constituição e que esses direitos têm nos marcos da vida de cada indivíduo os limites máximos de sua extensão concreta. O direito a vida é a premissa dos direitos proclamados pelo constituinte; não faria sentido declarar qualquer outro se, antes, não fosse assegurado o próprio direito estar

vivo para usufruí-lo. O seu peso abstrato, inerente à sua capital relevância, é superior a todo outro interesse” (BRANCO, 2010).

Nesse mesmo sentido, André Ramos Tavares leciona que “é o mais básico de todos os direitos, no sentido de que surge como verdadeiro pré-requisito da existência dos demais direitos consagrados constitucionalmente. É, por isto, o direito humano mais sagrado” (TAVARES, 2010).

Como afirma Gabriela Barbosa, ainda que pareça natural, estes direitos não estavam presentes nas Constituições, sendo resultado de muitos sacrifícios e esforços dos povos, inclusive a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1948, em que a vida foi reconhecida como supremacia maior dos direitos (BARBOSA, 2018).

Ademais, em seu trabalho, Barbosa expunha que:

Os direitos de primeira dimensão, estão diretamente associados, ao final do século XVIII, quando ocorreu as Revoluções Americana e Francesa, levando em consideração que a Revolução Francesa foi o marco histórico da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, os direitos de primeira geração estão relacionados à luta pela liberdade e segurança diante do Estado, diante do abuso de poder deste com o povo, não podendo o Estado desprezar a liberdade nem a vida, bem como os direitos civis e políticos (BARBOSA, 2018).

Sobre o assunto, o magistrado Ralph Lopes Pinheiro, em sua obra “A História Resumida do Direito” expõe:

Terminada a Segunda Grande Guerra, que tanta destruição tinha causado, que tantas vítimas tinha feito, que tanta miséria tinha espelhado na face da terra, que tantos horrores, que tanta fome e aflição havia deixado nos seus rastros, as Nações Aliadas, tendo à frente as chamadas Grandes Potências, Estados Unidos da América do Norte, Rússia, Inglaterra, França, China, etc., em reuniões várias, procuraram acertar os primeiros passos no sentido da criação de um organismo internacional, em torno do qual deveriam se reunir os Países amantes da Paz (PINHEIRO, 2001).

E também, assevera que, após aprovada a criação da Organização das Nações Unidas - ONU:

[...] pensou-se na elaboração de um documento, de uma declaração de direitos, que tivesse o cunho de universalidade e que servisse como um luzeiro, como um rumo a guiar os povos. [...] Assim, a Declaração de Direitos Universais foi aprovada [...] e, pelo menos em tese, o documento de sua mais expressiva conquista em todos os tempos (PINHEIRO, 2001).

Assim, vislumbra-se que não é novidade se dizer que a vida já fora banalizada em tempos remotos, não recebendo o devido valor, sendo tratada como mero objeto.

Nesse sentido, e, levando em consideração todo o aspecto ligado a proteção da vida, os opositores à descriminalização da prática do aborto, sustentam que haveria um enorme retrocesso de direitos já adquiridos, caso seja reconhecida a atipicidade da conduta criminosa pelos autores do aborto (além das ressalvas legais existentes), alegando em suma que:

O princípio da sacralidade da vida humana fundamenta-se na premissa de que a vida é um bem e sempre digna de ser vivida, portanto, deve ser protegida, não podendo ser interrompida nem mesmo por vontade da própria pessoa (SANDI, 2010).

Ademais, ressalta Maria Berenice Dias:

“O Estado elegeu como bem maior a vida, acabando por criminalizar qualquer ato, prática ou mecanismo que leve à exclusão até mesmo da sobrevida inviável. Desde o momento da concepção até a ocorrência da morte mediante a cessação de todos os sinais vitais, é vedado qualquer ato, qualquer gesto, qualquer omissão que impeça a manutenção da vida, postura que inclusive integra a esfera do Direito Penal, configurando crime” (DIAS, 2009).

Em consequência disso, atualmente o aborto no Brasil, é via de regra tipificado no Código Penal, ou seja, é considerado crime passível de sanções. Isso porque, esta proteção à vida embrionária é garantida pela Constituição Federal em seu artigo 5º, logo, sendo garantia fundamental e cláusula pétrea, é vedada toda e qualquer possibilidade de restrição ou exclusão de direito que atente contra a vida humana, incluindo-se a prática do aborto.

Para melhor esclarecer tal ponto, incumbe ressaltar o mecanismo de funcionamento e hierarquia das normas jurídicas brasileiras.

7.1 TEORIA KELNESIANA

A legislação brasileira adota a teoria da “Pirâmide Kelseniana”, que resumidamente, seria uma maneira visual de se representar a teoria do alemão Hans Kelsen que diz que toda lei precisa ter em outra lei superior o seu fundamento de validade (KELSEN, 2009).

Dessa maneira, a lei inferior tem de estar de acordo com a lei superior que lhe dá validade, ou seja, nenhuma norma do ordenamento jurídico pode se opor ao texto constitucional, já que esta é superior a todas as demais normas jurídicas, as quais são denominadas infraconstitucionais.

Nessa pirâmide, o topo é ocupado pela CRFB/1988, que dá validade e recepção a todas as outras leis que com ela estiverem em consonância, bem como prevalecerá em casos de conflito de normas (KELSEN, 2009).

Assim, sucintamente, a ordem de validade entre as leis brasileiras é a seguinte:

1º Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Emendas Constitucionais e Tratados Internacionais de Direitos Humanos aprovados com quórum especial – adquirem status de emenda constitucional (art. 5º. § 3º, CRFB/1988); 2º Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos (normas supralegais); 3º Leis Infraconstitucionais: Complementares, Ordinárias, Delegadas, Decretos Legislativos, Resoluções e Medidas Provisórias, e Tratados Internacionais (que versem sobre outras matérias); 4º Normas Infralegais (Portarias, Atos administrativos, etc.).

Dessa maneira, as normas imediatamente abaixo da Constituição e dos tratados internacionais sobre Direitos Humanos são, por exemplo, as leis ordinárias como o Código Penal, que é uma lei infraconstitucional, ou seja, as normas previstas no Código Penal são hierarquicamente inferiores às normas contidas no texto constitucional e as disposições de tratados internacionais de Direitos Humanos (KELSEN, 2009).

Basicamente, isto significa dizer que os tratados internacionais que versem sobre matéria de Direitos Humanos, com aprovação simples, encontram-se dispostos na pirâmide abaixo da Constituição, porém, acima das normas infraconstitucionais, tendo, portanto, suas normas denominadas como supralegais. O legislador brasileiro concedeu a tais normas um tratamento privilegiado no sistema jurídico brasileiro.

Nesse sentido, colhe-se dos votos da jurisprudência pátria:

Esse caráter supralegal do tratado devidamente ratificado e internalizado na ordem jurídica brasileira — porém não submetido ao processo legislativo estipulado pelo art. 5º, § 3º, da CF/1988 — foi reafirmado pela edição da Súmula Vinculante 25, segundo a qual “é ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito”. Tal verbete sumular consolidou o entendimento deste Tribunal de que o art. 7º, item 7, da CADH teria ingressado no sistema jurídico nacional com status supralegal, inferior à CF/1988, mas superior à legislação interna, a qual não mais produziria qualquer efeito naquilo que conflitasse com a sua disposição de vedar a prisão civil do depositário infiel. Tratados e convenções internacionais com conteúdo de direitos humanos, uma vez ratificados e internalizados, ao mesmo passo em que criam diretamente direitos para os indivíduos, operam a supressão de efeitos de outros atos estatais infraconstitucionais que se contrapõem à sua plena efetivação (AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 5.420, 2015).

E mais:

O status normativo supralegal dos tratados internacionais de direitos humanos subscritos pelo Brasil torna inaplicável a legislação infraconstitucional com ele conflitante, seja ela anterior ou posterior ao ato de ratificação (HABEAS CORPUS 95.967, 2008).

Entendido este aspecto hierárquico e de bloco de convencionalidade, convém ressaltar especificamente, em relação a temática do aborto e a relevância de cada norma supralegal e infraconstitucional.

7.2 CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

A Constituição consiste em lei superior que rege a vida e existência de um Estado e cuja força valorativa subordina necessariamente toda legislação infraconstitucional, ou seja, as normas inferiores terão validade e eficácia apenas se não contrariarem as previsões contidas no texto constitucional.

Assim, a supremacia da Constituição pressupõe a subordinação de todas as leis que lhe são posteriores, e também de todas que lhe são hierarquicamente inferiores, ou seja, todas as obras legislativas passadas, atuais e futuras, a teor de seus preceitos.

Adentrando especificamente no texto constitucional, mais especificamente em seu artigo 5º, *caput*, tem-se a fixação de alguns dos direitos fundamentais, quais sejam:

Art. 5º. "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade" (CRFB, 1988).

A Constituição garante expressamente o direito à vida. Assim, como pode o Estado autorizar sua eliminação em algumas situações sequer positivas no ordenamento jurídico? No Estado Democrático de Direito a lei é soberana, é fonte primária do Direito e não a vontade arbitrária de alguns homens.

Resumidamente, atendo-se somente ao disposto no referido artigo, já se tem estabelecidos os direitos fundamentais à vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade.

Ademais, o parágrafo 4º do art. 60, veda a deliberação em propostas que tendam a abolir a Forma Federativa de Estado; o Voto Direto, Secreto, Universal e Periódico; A Separação de Poderes e os Direitos e Garantias Individuais.

Assim, tais temáticas delimitam a ação normativa, erguendo ao status de cláusulas pétreas do Estado brasileiro, que nada mais são do que os dispositivos constitucionais que não admitem qualquer restrição ou extinção.

Conforme leciona Uadi Lammêgo Bulos, cláusulas pétreas podem ser definidas como:

São aquelas que possuem uma supereficácia, ou seja, uma eficácia total, como é o caso do mencionado §4º do art. 60. Total, pois contém uma força paralisante e absoluta de toda a legislação que vier a contrariá-las, quer implícita, quer explicitamente (BULOS, 2002).

E segundo Nogueira (2005):

Trata-se de garantias ao próprio Estado Democrático de Direito, vez que pretendem assegurar a identidade ideológica da Constituição, evitando a violação à sua integridade e a desnaturação de seus preceitos fundamentais. Protegem, em verdade, seu núcleo intangível. Países onde os confrontos entre maiorias e minorias são muito intensos ou com fortes tradições autoritárias, como é o caso do Brasil, a rigidez constitucional parece essencial para preservar direitos e garantir a regra democrática (NOGUEIRA, 2005).

Não obstante, vale ressaltar que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, não enumera exaustivamente os direitos fundamentais e também não os limita.

Tal margem e lacuna legislativa é permitida pela própria redação do texto do constituinte originário que revela em seu artigo 5º parágrafo 2º que:

Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte (CRFB, 1988).

Em relação a temática abordada, o direito à vida é constitucional, fundamental, e é direito individualizado de cada ser humano. Estando a pessoa no mundo exterior ao ventre materno ou, ao contrário, ainda no ventre da mulher, ainda é detentora de tais direitos, desde a sua concepção.

7.3 TRATADOS INTERNACIONAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS

Consoante ao supracitado, a Constituição Brasileira também consente e aprecia Direitos Humanos reconhecidos internacionalmente, de modo que garante aos Tratados Internacionais de Direitos Humanos e aprovados com quórum de 3/5, nos dois turnos, nas duas casas do Congresso Nacional, status de norma constitucional (CRFB, 1988).

Isso porque, no tocante a admissão destes tratados sobre direitos humanos, o artigo 4º, inciso II, demonstra:

Art. 4º. "A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: [...] II – Prevalência dos direitos humanos" (CRFB, 1988).

E o artigo 5º, parágrafo 2º, expõe:

[...] § 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte (CRFB, 1988).

Nesse tocante, Lindolpho Cademartori afirma:

Alguns dos princípios basilares do Direito Internacional demonstram uma flexibilidade surpreendente, de modo a permitir que alguns preceitos tangentes à soberania estatal sejam preteridos em benefício da dignidade da pessoa humana e da garantia de coerção contra os perpetradores dos chamados Crimes Contra a Humanidade, tais como genocídio e desrespeito às Convenções de Genebra relativas ao tratamento das populações civis.

Quando em seu art. 4.º, II, a Constituição proclama que o Brasil se rege em suas relações internacionais pelo princípio da prevalência dos direitos humanos, e em seu art. 1.º, III, que o Brasil constitui-se num Estado Democrático de Direito, tendo como fundamento, inter alia, a dignidade da pessoa humana, está, ela própria, a autorizar a incorporação do produto normativo convencional mais benéfico, pela válvula de entrada do seu art. 5.º, § 2o [...]” (CADEMORI, 2002).

Assim, além dos tratados internacionais previstos no art. 5º, §3º da Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988, os demais tratados internacionais sobre Direitos Humanos, aprovados com quórum simples, são válidos no Brasil, desde que incorporados no ordenamento jurídico, pois são hierarquicamente superiores às normas infraconstitucionais (ao Código Penal, por exemplo).

São exemplos de tratados já incorporados no sistema jurídico brasileiro, e que versam sobre matéria de Direitos Humanos, os abaixo delineados.

7.3.1 Declaração universal dos direitos do homem

Assinada em Paris no dia 10 de dezembro de 1948, representa um marco da humanidade no estabelecimento de um modelo de padrão de vida válido universalmente para todos os homens, indiferentemente.

De acordo com o exposto por Ralph Lopes Pinheiro:

Confrontando-se esta Declaração com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, da Revolução Francesa de 1789, bem como com a Declaração de Direitos da Virgínia, de 12 de junho de 1776, redigida por Thomas Jefferson, observamos grandes semelhanças, inspirando-se a de 1948, da ONU, nas Declarações francesa e americana (PINHEIRO, 2001).

Ainda, em sua obra, Ralph expõe que a Declaração de Direitos Universais:

[...] foi aprovada em 10 de dezembro de 1948, em Paris, e se compõe de 30 artigos, sendo uma condensação do pensamento jurídico mais avançado da Humanidade e, pelo menos em tese, o documento de sua mais expressiva conquista em todos os tempos (PINHEIRO, 2001).

Em seu artigo 3º deixa expresso alguns dos direitos fundamentais, enfoque traçado pelo presente artigo, tal que: “Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” (DIREITOS HUMANOS atos internacionais e normas correlatas, 2013).

7.3.2 Pacto de san José da costa rica

Também conhecido como a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, foi ratificada pelo Brasil em 25 de setembro de 1992.

O Pacto reconheceu, já em seu preâmbulo que “os direitos essenciais do homem não derivam do fato de ser ele nacional de determinado Estado, mas sim do fato de ter como fundamento os atributos da pessoa humana” (DIREITOS HUMANOS atos internacionais e normas correlatas, 2013).

Também deixou claramente estipulado em seu artigo 4º que: “Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente” (DIREITOS HUMANOS atos internacionais e normas correlatas, 2013).

Segundo a visão de Dutra, isso revela que:

Uma lei ordinária ou complementar não poderia ser utilizada para legalizar o aborto, já que o Pacto de São José da Costa Rica, com natureza supralegal, defende a inviolabilidade da vida desde a concepção (DUTRA, 2011).

Dessa forma, o pacto claramente adotou a teoria concepionalista, e, tendo o Brasil o ratificado em 1992, automaticamente se comprometeu em proteger a vida desde a concepção. Assim, sendo considerada a concepção o momento da união do espermatozóide com o óvulo, a partir desse marco é dever do Estado proteger a vida, e, conseqüentemente, punir quem o viola.

7.3.3 Pacto internacional dos direitos civis e políticos

O Pacto foi elaborado em 1966, pela Organização das Nações Unidas, sendo ratificado pelo Brasil em 1991, e, entrando em vigor em 1992.

O Pacto, em geral, reafirma os ideais da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948. Não obstante, também incorpora com maior detalhamento aos direitos civis e políticos.

Dentre os principais direitos contemplados pelo Pacto de Direitos Civis e Políticos, está o direito à vida, consagrado em seu art. 6º, que estabelece que: “O direito à vida é inerente à pessoa humana. Este direito deverá ser protegido por lei. Ninguém poderá ser arbitrariamente privado de sua vida” (DIREITOS HUMANOS atos internacionais e normas correlatas, 2013).

8 LEIS ORDINÁRIAS

Além do estabelecido pelo Código Penal, conforme especificamente detalhado no item 3.2, o próprio Código Civil e o Estatuto da Criança e do Adolescente, em suas normas, estabelecem os parâmetros sobre o tema em comento.

8.1 CÓDIGO CIVIL

No tocante a Lei Ordinária n. 10.406 de 10 de janeiro de 2002, quedou-se estabelecido os direitos do Nascituro.

Inicialmente, cumpre registrar o conceito da expressão “nascituro”:

Nascituro é aquele que irá nascer, que foi gerado e não nasceu ainda. É considerado sinônimo de feto. Em outras palavras, nascituro é o ser já concebido e que está pronto para nascer, mas que ainda está no ventre materno. Etimologicamente, este termo se originou a partir do latim nascitūrus, que significa "que deve nascer" (LEI 10.406, 2002).

O nascituro é sujeito de direito. Tanto aquele que teve sua gênese *in utero*, quanto aquele gerado *in vitro*. Milton Tiago dos Santos Sartório considera:

“[...] que a personalidade do homem começa a partir da concepção, sendo que, desde tal momento, o nascituro é considerado pessoa. (...) Tanto o nascimento in útero, quanto o nascimento in vitro, deve ser respeitado pela lei, não deixando o nascituro de ser protegido pelo Código Civil (art. 2º) por ter sido gerado desta ou daquela forma” (SARTÓRIO, 2002).

Assim, deve ser aplicado ao nascituro, a previsão contida no artigo 130 do Código Civil, que prevê que o titular de direito individual pode praticar atos para conservar a condição suspensiva ou resolutiva de seu direito (LEI 10.406, 2002).

Segundo Gonçalves:

Vê-se que o direito material assegura ao nascituro figurar no pólo ativo, podendo, no caso em epígrafe, ser parte legítima da ação de alimentos combinada com reconhecimento de paternidade, desde que seja devidamente representado, nos termos da lei (artigo 8º do Código de Processo Civil). Assim, “o nascituro figurará como parte, sendo representado por seus pais” (GONÇALVES, 2004).

De acordo com o Procurador de Justiça do Estado do Paraná, Cândido Furtado Maia Neto:

[...] inviolabilidade da vida é assegurada por lei no momento da concepção, como prevê o Código Civil de 2002 (art. 2º) na qualidade de norma infra-constitucional, respeitando a Constituição Federal de 1988 (art. 5º “caput” CF), onde o nascituro é considerado ser humano sujeito de direitos, que se findam apenas com a morte (natural). Por tal razão, qualquer mudança na legislação brasileira, de reforma do Código Penal, ou por meio de norma ordinária extravagante, que possa ampliar o contido no artigo 128 do CP, permitindo aborto “legal”, atenta contra o direito constitucional sobre a inviolabilidade da vida, não sendo jurídica, política e socialmente aceitável em nenhuma hipótese (NETO e SONI, 2012).

No mais, a própria Lei n. 8096 de 1990, trata sobre estes aspectos. Conforme verificar-se-á adiante.

8.2 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Sobre os parâmetros do tema, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8096/90), dispõe em seu art. 26:

Art. 26. Os filhos havidos fora do casamento poderão ser reconhecidos pelos pais, conjunta ou separadamente, no próprio termo de nascimento, por testamento, mediante escritura ou outro documento público, qualquer que seja a origem da filiação.
Parágrafo único. O reconhecimento pode preceder o nascimento do filho ou suceder-lhe ao falecimento, se deixar descendentes (LEI 8096, 1990).

Dessa forma, o direito do nascituro à ação de investigação de paternidade possui previsão expressa em lei. O legislador nada mais fez senão reconhecer um direito fundamental assegurado pela Constituição, conhecido pelos gregos como princípio da igualdade (SARTÓRIO, 2002).

Assim, não é crível que o nascituro que tem direito de figurar no polo ativo de ação de alimentos por exemplo, não possa ter seu direito primordial e essencial da garantia de proteção do maior bem jurídico – a vida, resguardado e protegido pelo Estado.

De forma contrária. Privar o nascituro de ter seu direito à vida é um crime, podendo ser equiparada como uma modalidade de pena de morte, visto ser a forma mais covarde e cruel que existe, ante a impossibilidade de defesa da criança que ainda não veio ao mundo, mas tem o direito de ter tal possibilidade resguardada pelo Estado que garante, como cláusula pétrea, a inviolabilidade da vida humana.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise de todo o exposto, verifica-se que, atualmente, salvo as exceções já expostas no decorrer do presente artigo, o aborto é proibido perante a lei. Isso pois, compulsando todo o ordenamento jurídico brasileiro, desde o Código Civil, Estatuto da Criança e do Adolescente, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, até os Tratados Internacionais ratificados pelo país como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto de San José da Costa Rica e o Pacto Internacional dos Direitos Humanos Cíveis e Políticos, extrai-se que a vida humana é um bem, que em toda essa vasta gama de direitos e garantias fundamentais, possui proteção contra sua violabilidade.

Basicamente porque, sendo a teoria concepcionalista adotada pelo Brasil, passa a ser considerada a vida humana, no momento em que há a fusão do espermatozóide com o óvulo, tendo, conseqüentemente o Estado que exercer seu papel de garantidor de preceito fundamental, haja vista os tratados de Direitos Humanos que o Brasil ratificou (Declaração Universal dos Direitos do Homem/1948, Pacto de San José da Costa Rica/1971 e Pacto Internacional dos Direitos Humanos Cíveis e Políticos).

Assim, pela lei brasileira, a vida é o maior bem jurídico a ser resguardado, visto que sem ela, há impossibilidade de proteção dos outros direitos, levando-se em consideração que é a partir dela que os outros direitos fundamentais derivam.

Não obstante, vale ressaltar que o assunto, ainda que abordado por uma perspectiva legal, não pertence só a este âmbito. Isso pois, existem diversos fatores que sobrepesam na temática, visto que a própria lei tem a finalidade de acompanhar a evolução da sociedade, a qual não é meramente simples, mas engloba diversas classes de pessoas com ideologias, crenças, religiões e costumes divergentes, envolvendo também critérios históricos, médicos, religiosos, morais, sociais e éticos, não sendo possível, de hipótese alguma, o aborto ser dissociado dessas questões.

Nesse sentido, verificando-se o aprofundamento no tema realizado perante o presente artigo, denota-se que, atualmente, pelo exposto no texto constitucional, lei suprema do Estado, a total descriminalização do aborto é inviável, vez que protege a vida com uma cláusula pétrea, bem como dá ao Pacto São José de Costa Rica a natureza de norma supralegal. Logo, excetuando-se o desrespeito à CRFB/1988, a prática do aborto não pode, legalmente, ser considerada permitida, fora das hipóteses efetivamente já positivadas.

Não obstante, conforme também demonstrado, a discussão legal sobre o assunto está longe de findar-se. Nota-se que tanto o Judiciário com suas decisões polêmicas e autoritárias, quanto o Legislativo com o grande número de Projetos de Lei, estão enfervescidos com a temática.

Ademais, pela própria sociedade, o tema ainda gera grandes discussões, verificando-se assim, que apesar do assunto possuir proteção e penalidades claramente expressas pela lei, ainda não é um caso de fácil resolução, caso contrário, o tema não permaneceria tão ativo nos dias atuais.

REFERÊNCIAS

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal. Parte Especial**. 6. ed., São Paulo. Saraiva, 2006.

DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do Biodireito**. 3º Ed., São Paulo. Saraiva, 2006.

DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do Biodireito**. 7º Ed., São Paulo. Saraiva, 2010.

CABRAL, Rejurnaine. **O aborto e suas complicações**. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/32293/aborto-e-suas-complicacoes>>. Acesso em 03 de junho de 2019.

PAIVA, J. A. Almeida. **A personalidade civil do homem começa com o nascimento com vida**. 2003. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2003-nov-24/personalidade_civil_comeca_nascimento_vida>. Acesso em 03 de junho de 2019.

DIREITOS HUMANOS. atos internacionais e normas correlatas. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. 4º Ed. Brasília: Senado Federal, 2013.

DECRETO 678. **Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm>. Acesso em 03 de julho de 2019.

LEI 2.848 1940. **Código Penal**. Brasília. Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

LEI 10.406 2002. **Código Civil**. Brasília. Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2008.

LEI 8096 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília. Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2012.

MORAIS, Alexandre. **Direito Constitucional**. 13. ed., São Paulo. Atlas S.A., 2003.

BELO, Warley Rodrigues. **Aborto**. Belo Horizonte. Del Rey, 1999

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Código Penal Comentado**. 9º Ed., São Paulo. Saraiva, 2015.

CABRAL, Rejurgaine. **O aborto e suas Complicações**, 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/32293/aborto-e-suas-complicacoes>>. Acesso em 04 de agosto de 2019.

FEITOSA, Gisleno. **Interrupção da gestação em caso de anencefalia**. In: COSTA, Sergio; FONTES, Malu & SQUINCA, Flávia. **Tópicos em bioética**. Brasília: Letras Livres, 2006.

MELLO, Celso de. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 54 Distrito Federal**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF54votoCM.pdf>>. Acesso em 04 de agosto de 2019.

PLP.190/1994. **Projeto de Lei Complementar**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=234289>>. Acesso em 04 de agosto de 2019.

PL.478/2007. **Projeto de Lei**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345103>>. Acesso em 04 de agosto de 2019.

PL.1135/1991. **Projeto de Lei**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16299>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2019.

NOTÍCIAS STF. **STF realiza audiência pública sobre descriminalização do aborto**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=385093>>. Acesso em 16 de fevereiro de 2019.

CANAL CIÊNCIAS CRIMINAIS. **O Poder Judiciário entre as 10 medidas e a decisão do STF no aborto**. Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/411899290/o-poder-judiciario-entre-as-10-medidas-e-a-decisao-do-stf-no-aborto>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2019.

ALVES, Garibaldi. **Presidente do Senado diz que Judiciário está legislando**. Disponível em: <<https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/100389/presidentedosenadodizquejudiciarioestalegislando>>. Acesso em 16 de fevereiro de 2019.

VIANA, Ana Carolina Noronha. **Monografia Aborto**. Disponível em: <<https://www.unipac.br/site/bb/tcc/tcc-81131ca1254fdc8d5c850670c8249e54.pdf>>. Acesso em 04 de agosto de 2019.

NETTO, José de Paiva. **Pela Vida**. Disponível em: <<https://www.olhardireto.com.br/artigos/exibir.asp?id=3780&artigo=pela-vida>>. Acesso em 04 de agosto de 2019.

BARBOSA, Gabriela. **A vida como direito humano**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/63960/a-vida-como-direito-humano>>. Acesso em: 04 de agosto de 2019.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 5.240**. Min. Rel. Luiz Fux, DJ 20/08/2015.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Habeas Corpus 95.967-9**. Min. Rel. Ellen Gracie, DJ 11/11/2008.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Arguição de Preceito Fundamental 54**. Min. Rel. Marco Aurélio, DJ 12/04/2012.

DUTRA, Quésia Falcão de. **A impossibilidade de legalização do aborto no Brasil**. Santa Maria, 2011.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1145 de 07/07/2005**. Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/76386-dispoe-sobre-procedimento-de-justificacao-e-autorizacao-da-interruptao-da-gravidez-nos-casos-previstos-em-lei-ambito-do-sistema-unico-de-saude.html>>. Acesso em: 15 janeiro de 2019.

BARROSO, Luíz Roberto. **Voto-Vista**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/HC124306LRB.pdf>>. Acesso em: 23 de março de 2019.

SARTÓRIO, Milton Tiago dos Santos. **Nascituro: o ajuizamento da ação de alimentos**. Disponível em: <www.flaviotartuce.adv.br/secoes/artigos/Sartorio_nasc.doc>. Acesso em: dia 17 de janeiro de 2019.

FILHO, José Roberto Moreira. **O direito civil em face das novas técnicas de reprodução assistida**. Jus Navigandi, Teresina, a. 6, n. 55, mar. 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2747>>. Acesso em: 17 de março de 2019.

CAMBIAGHI, Arnaldo Schizzi; CASTELLOTTI, Daniella Spilborghs. **“O processo reprodutivo normal”** in: Fertilidade Natural. Disponível em: <http://www.fertilidadenatural.com.br/pdf/capitulo03.pdf>. Acesso em 14 de fevereiro de 2019.

MARTINS, Inês Gandra da Silva. **Como se faz um aborto**. Disponível em: <http://www.gandramartins.adv.br/project/ivesandra/public/uploads/2012/12/19/577b2aca2004101_como_se_faz_um_aborto.pdf>. Acesso em 15 de março de 2019.

CHAVES, Maria Claudia. **Os embriões como destinatários de direitos fundamentais**. Jus Navigandi, Teresina, a. 9, n. 537, 26 dez. 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6098>>. Acesso em: 03 de março de 2019.

TARTUCE, Flavio. **Manual de direito civil**. 2 ed. São Paulo. Método, 2012.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil: parte geral**. 6ed. São Paulo: Jurídico Atlas, 2006.

RUSSO, Luciana. **Direito Constitucional**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 5ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 8ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010, p. 569.

PINHEIRO. Ralph Lopez. **História Resumida do Direito**. Coleção Direito Resumido. 10. ed., Rio de Janeiro. Thex ed.: Biblioteca Universitária Estácio de Sá, 2001.

Sandi SF, Braz M. **As mulheres brasileiras e o aborto: uma abordagem bioética na saúde pública**. Revista bioética 2010.

DIAS, Maria Berenice. **Vida ou morte: aborto e eutanásia**. Conteúdo Jurídico, Brasília, 2009.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. 8º Ed. Editora WMF, 2009.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. São Paulo: Editora Rideel, 2010.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Constituição Federal anotada**. 4ª ed., rev. e ampl. São Paulo: 2002.

NOGUEIRA, Cláudia de Góes. **A impossibilidade de as cláusulas pétreas vincularem as gerações futuras**. Revista de Informação Legislativa, Brasília-DF: 2005.

CADEMARTORI, Lindolpho. **Da inferioridade intelectual-argumentativa do Direito Interno face ao Direito Internacional**. Nave Da Palavra, ed. 82, 2002.

DIREITOS HUMANOS. atos internacionais e normas correlatas. **Declaração Universal de Direitos Humanos**. 4º Ed. Brasília: Senado Federal, 2013.

DIREITOS HUMANOS. atos internacionais e normas correlatas. **Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos**. 4º Ed. Brasília: Senado Federal, 2013.

NETO, Candido Furtado Maia; SONI, Diego de Lima. **Crime de Aborto e os Direitos Humanos no Código Penal e nas Cartas Magnas do Brasil**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/22090/crime-de-aborto-e-os-direitos-humanos-no-codigo-penal-e-nas-cartas-magnas-do-brasil>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2019.

NOTÍCIAS STF. 1ª Turma afasta prisão preventiva de acusados da prática de **aborto**. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=330769>>. Acesso em: 23 de março de 2019.

MORAIS, Lorena Ribeiro de. **A legislação sobre o aborto e seu impacto na saúde da mulher**. Senatus, Brasília, v. 6, n. 1, 2008. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/131831/legisla%C3%A7%C3%A3o_aborto_impacto.pdf?sequence=6>. Acesso em: 25 de agosto de 2019.

**GARANTIA DE TRABALHO AO ESTRANGEIRO NA CIDADE DE
BRUSQUE-SC COMO UM DIREITO HUMANO E
FUNDAMENTAL**

***GUARANTEE OF JOB TO THE FOREIGNER IN THE CITY OF
BRUSQUE-SC AS A HUMAN AND FUNDAMENTAL RIGHT***

GONÇALVES, Gustavo Patrik ¹
NASCIMENTO, Eliana Maria de Senna do ²

RESUMO: O presente artigo tem por finalidade analisar a proteção do trabalho, como um direito humano e fundamental em favor da pessoa estrangeira residente em Brusque/SC. Relata a História da humanidade que, desde os primórdios da civilização, o trabalho possuía função vital na vida da pessoa, pois além de garantir a sobrevivência, mantinha também o objetivo de promover a justiça social, aprimorando a qualidade de vida. Nesse sentido, o Estado já nasceu com tamanha incumbência, ou seja, com o dever de produzir normas legais a fim de amparar o direito ao trabalho. A presente pesquisa examinou as normas constitucionais e infraconstitucionais destinadas à proteção do trabalho, bem como, a sujeição da pessoa estrangeira às normas brasileiras e, na mesma medida, a observação do Brasil em relação às normas advindas dos pactos internacionais, os quais ratificou. Nos dias atuais, diante dos efeitos da globalização e problemáticas relacionadas à economia, desemprego e ameaças aos direitos fundamentais, verifica-se o aumento da migração e imigração entre países, cujo objetivo das pessoas é a busca de lugares com melhores condições de vida. Portanto, buscou-se analisar o fluxo migratório mundial e suas motivações, primordialmente, os reflexos no Brasil. Nos últimos anos, o Brasil vem recebendo grande contingente de estrangeiros que pretendem alcançar uma vida melhor pelo trabalho. Ademais, buscou-se investigar a empregabilidade do trabalhador imigrante residente em Brusque/SC, inclusive, pesquisar as possíveis dificuldades que o trabalhador imigrante encontra quando da busca pelos seus direitos, eis que inúmeras são as barreiras que enfrentam ao chegar num País desconhecido.

Palavras-chave: Trabalho. Direito Humano. Direito Fundamental. Proteção ao Trabalho. Trabalhador Imigrante.

ABSTRACT: *The purpose of this article is to analyse job protection as a human and fundamental rights for the foreigner residing in Brusque/SC. The history of humanity reports that, since the beginning of civilization, work had an important function in the life of the person, because in addition to ensuring survival, it also maintained the objective of promoting social justice, improving the quality of life. In this sense, the State was already born with such a task, that is, it maintained the duty to produce legal norms in order to support the right to job. The research examined the constitutional and infra-constitutional norms for the protection of job, as well as the foreigner person's subjection to Brazilian norms and, to the same extent, the observation of Brazil in relation to the norms arising from the international agreements, which he ratified. Nowadays, faced with the effects of globalization and problems related to the economy, unemployment and*

¹ Direito, Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE.

² Mestre, Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE.
eliana.senna@unifebe.edu.br

threats to fundamental rights of the person, the person continues to migrate and immigrate with the mission of seeking places with better living conditions. The article analyzed the global migratory flow and its motivations and reflections in Brazil. In recent years, Brazil has been receiving many foreigners who want to achieve a better life, and for this, they are looking for a job. The article investigated the employability of immigrant workers residing in Brusque/SC, and researched the possible difficulties that immigrant workers face when seeking their rights, because there are many problems they face when arriving in an unknown country.

Keywords: *Work. Human Right. Fundamental Right. Job Protection. Immigrant Worker.*

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo examina a evolução da proteção do trabalho em favor da pessoa estrangeira, como um direito humano e fundamental, sob a perspectiva da realidade do Brasil e da cidade de Brusque/SC, com análise bibliográfica, documentos e dados coletados em campo, com abordagem doutrinária nas áreas dos Direitos Humanos, Direito Constitucional, Direito Internacional e Direito do Trabalho. Ainda, mantém a finalidade de identificar a evolução do direito humano e fundamental do trabalho no Brasil, dado o recebimento de contingente significativo de pessoas estrangeiras que, necessariamente, devem ter garantido o trabalho digno para uma vida digna e evitar-se conflitos sociais.

O objetivo geral da pesquisa é abordar os aspectos legais, doutrinários e apuração de dados atuais sobre o direito do trabalho da pessoa estrangeira residente no País, sob o enfoque da realidade atual da Cidade de Brusque/SC, segundo determina a legislação nacional e internacional, e ainda:

a) Constatar se o Estado Brasileiro garante a proteção social ao trabalho das pessoas estrangeiras, bem como, os limites da intervenção estatal na atualidade, assim como, a evolução do ordenamento jurídico brasileiro sobre o assunto;

b) Verificar as realidades sociais econômicas nos últimos 3 (três anos), ou seja, números atuais e pretéritos acerca do desemprego e empregabilidade dos estrangeiros que migram para a cidade de Brusque/SC;

Os objetivos específicos da presente pesquisa é nortear os temas a serem aprofundados, segundo se identifica:

a) apresentar o conceito legal dos direitos humanos e fundamentais, relativos ao direito do trabalho à pessoa estrangeira residente no país e na cidade de Brusque/SC;

b) relatar o histórico do fluxo migratório no mundo, no Brasil e na cidade de Brusque-SC, assim como, a sujeição da pessoa estrangeira às normas brasileiras, pretéritas e atuais;

c) identificar os direitos e as garantias internacionais, constitucionais e, infraconstitucionais dirigidas à pessoa trabalhadora estrangeira;

d) apurar e analisar os dados oficiais acerca da empregabilidade de pessoas estrangeiras na cidade de Brusque/SC, nos últimos 3 (três) anos, assim como, a identificação de idade, gênero, escolaridade, procedência, motivação da migração e outros dados que possivelmente possam ser significativos para a pesquisa;

e) identificar as motivações de aumento ou redução da oferta de trabalho à pessoa estrangeira na cidade de Brusque/SC.

A pesquisa em sua investigação pretende verificar a evolução do fluxo migratório no mundo, no Brasil e na cidade de Brusque-SC, assim como, a aplicação das normas brasileiras e as práticas usuais acerca do direito humano e fundamental do trabalho em favor da pessoa estrangeira residente no país e na cidade de Brusque/SC; ainda, apresentação de dados oficiais acerca da oferta da mão de obra para as pessoas estrangeiras junto aos órgãos oficiais de controle de imigração e de oferta de trabalho, nos últimos 3 (três) anos, assim como, identificar a evolução ou não, da oferta e do aproveitamento desses trabalhadores nos setores produtivos no Brasil e na cidade de Brusque-SC.

Justifica-se a pesquisa, uma vez que o trabalho é apontado como o centro da vida das pessoas, por isso, o direito ao trabalho é destacado como um direito humano e ao mesmo tempo um dos direitos fundamentais, contemplado no art. 6º da Constituição Brasileira de 1988, a qual define o trabalho como um direito social fundamental e, fundamento da ordem econômica, nos termos do art. 170 e, a base da ordem social, nos termos do art. 193.

Deste modo, entende-se como necessária a pesquisa acerca da evolução da proteção ao trabalho à pessoa estrangeira residente na cidade de Brusque/SC, cujo interesse é aferição ou confirmação da aplicação do direito de proteção ao trabalho da pessoa estrangeira residente em solo brasileiro, segundo as normas protetivas internacionais e nacionais, mediante pesquisa bibliográfica, documental, busca e análise de dados estatísticos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A pessoa humana sempre trabalhou para alimentar-se, defender-se e, abrigar-se; mas, também, o trabalho humano mantinha uma conotação de tortura ou castigo, decorrente da necessidade do uso da força física ou intelectual a ser empregada pela pessoa com o objetivo de torná-la produtiva e, por isso, o trabalho é definido como a atividade que se pressupõe de “ação, emissão de energia, desprendimento de energia humana, física e mental, com o objetivo de atingir um resultado” (CASSAR, 2016, p. 3 e 12).

Nessa perspectiva viu-se na história da humanidade o reconhecimento do trabalho subordinado em favor de terceiros, no entanto, essa situação foi antecedida por períodos como escravidão (até o Século XIX a.C.), depois locação do trabalho (Século XXI a.C. a XIX a.C.), a servidão (Séculos I a XI), mita espanhola (Século XIV), as corporações de artes e ofício (Séculos XII a XVI), Compagnonnage (Século XVI), Revolução Industrial (1.775), Encíclica *Rerum Novarum* publicada pelo Papa Leão XIII (1.891), Constituição de Weimar na Alemanha (1919), criação da Organização Internacional do Trabalho - OIT (1919), *Carta del Lavoro* na Itália (1.927), Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948); dentre outros fatos que marcaram e impulsionaram a evolução histórica do trabalho humano no mundo e, portanto, com reflexos no ordenamento jurídico no Brasil (CASSAR, 2016, p. 10-16).

O Direito do Trabalho se confirma como norma jurídica e ciência, em 1919 após a Primeira Guerra Mundial, com várias designações e, como regra que se destinava nas relações do trabalho subordinado, confirmando como o direito que se “refere à energia humana desprendida com um fim produtivo” (CASSAR, 2016, p. 8).

Anos mais tarde, surgem os Direitos Humanos, decorrentes dos costumes das civilizações e da disseminação do Cristianismo e, apresentavam traços que impuseram limites e controle do Estado, consagrando-se os primados dos princípios da legalidade e da igualdade e, conduzindo à noção ou valoração da dignidade da pessoa humana, com imposição do respeito à liberdade. Assim, a constitucionalização dos Direitos Humanos ou a materialização dos Direitos Fundamentais que iniciou-se na Inglaterra, sob a influência do fim da monarquia absolutista, faz nascer o Estado Liberal, o qual influenciou as constituições europeias e reafirmou a Declaração dos Direitos do Homem (FILHO, 2010, p. 15-18).

Os direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos¹ nos diversos tratados e declarações internacionais se voltam para a dignidade humana e, por isso, convergem para a garantia ao trabalho como fonte de sua subsistência.

A dignidade da pessoa humana no Brasil e na cidade de Brusque/SC, vem de encontro à proteção social que se consolidou a partir do Século XIX, após a Primeira Guerra Mundial, cujos fundamentos visam garantir a proteção jurídica ao trabalho pelos Estados, assim como no Brasil, com impulso mais evidente a partir do Século XX e, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Assim, a garantia da dignidade da pessoa humana, como um princípio humano fundamental, com alicerce da República Federativa do Brasil, define o Estado Brasileiro como organizador da vida produtiva da sociedade com garantia de trabalho digno a todos, inclusive para as pessoas estrangeiras, com vistas a garantir ou manter outros princípios constitucionais, como a vedação do retrocesso social e dos direitos adquiridos, da livre iniciativa, dentre outros direitos, impedindo que sejam retraídos ou suprimidos, porque são direitos já reconhecidos e concretizados.

Na atualidade o fortalecimento da liberdade, a redução das tensões sociais e a eliminação da miséria, evidentes com a globalização, a qual ora divide e, ora une pessoas nos mais diversos Estados, deve ser motivo de felicidade, a partir de valores sociais e humanos que possam viabilizar uma nova civilização global preocupada e corresponsável com a humanidade, mediante garantia dos Direitos Humanos e Fundamentais, com a compreensão que o trabalho é uma necessidade e um direito da pessoa humana, seja essa pessoa nacional ou estrangeira.

Nesse sentido, destaca-se que toda pessoa necessita de trabalho digno para garantir a própria sobrevivência e dos seus familiares e, por isso, as pessoas estrangeiras que chegam no Brasil devem se sujeitar às normas brasileiras, bem como, à Constituição Federal de 1988 e a Lei de Imigração nº 13.445/2017².

¹ Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948 (BRASIL. Ministério da Justiça; Declaração Universal dos Direitos Humanos, 2019).

² Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração, será denominada no presente trabalho, tão somente pela designação de Lei de Migração (BRASIL, 2017).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa fundamentou-se com a técnica³ da pesquisa de fontes bibliográficas (doutrina, legislação, artigos científicos, periódicos e jurisprudências em meio eletrônico), documentais (documentos de órgãos públicos via administrativa) e, pesquisa de campo, com apuração e tratamento de dados, sendo que na fase de investigação e tratamento de dados será utilizado o método cartesiano⁴. No relatório da pesquisa será empregado o método dedutivo, “[...] que consiste em "estabelecer uma formulação geral e, em seguida, buscar as partes de um fenômeno [especificando-o] de modo a sustentar a formulação geral" (PASOLD, 2011, p. 104-105).

Na elaboração do relatório e da referida pesquisa, adotou-se a metodologia da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (NBR 6023, 6024, 10520 e 14724) e, o Manual de Orientações Metodológicas da Instituição de Ensino – UNIFEBE.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O trabalho possui fundamental importância na vida de cada pessoa⁵, pois é o cerne para a melhora da condição social e econômica, motivo pelo qual deve estar ao alcance de todos; logo, trata-se de uma das garantias basilares dos direitos da pessoa e, condição necessária para a busca do seu significado ao longo da história para verificar-se a evolução etimológica e a sua importância para a humanidade.

Notadamente, conforme ensinamentos de Cassar (2007, p. 4), “Do ponto de vista histórico e etimológico a palavra trabalho decorre de algo desagradável: dor, castigo,

³ “Técnica é um conjunto diferenciado de informações reunidas e acionadas em forma instrumental para realizar operações intelectuais ou físicas, sob o comando de uma ou mais bases lógicas investigatórias” (PASOLD, 2011, p. 105).

⁴ “Método Cartesiano: 1. [...] nunca aceitar, por verdadeira, coisa nenhuma que na conhecesse como evidente; isto é, devia evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção; [...]. 2. [...] dividir cada uma das dificuldades que examinasse em tantas quantas parcelas quantas pudesse ser e fossem exigidas para melhor compreendê-las; 3. [...] conduzi-las por ordem os meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de serem conhecidos, para subir pouco a pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos, e supondo mesmo certa ordem entre os que se precedem naturalmente uns aos outros; 4. [...] sempre enumerações tão completas e revisões tão sérias, que ficasse certo de nada omitir” (PASOLD, 2011, p. 87-88).

⁵ No presente artigo, utilizar-se-á a categoria “pessoa”, salvo nas citações bibliográficas, para designar homem, mulher, ser humano, indivíduo, sujeito, cidadão e outros substantivos que possam ser compreendidos como sinônimos ou termos afins, tendo-se como fundamentação a definição dada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, no seu Artigo XXII: “Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade” (BRASIL. Ministério da Justiça, 2018).

sofrimento, tortura”; e, a significação do termo trabalho mantém sua “origem no latim – *tripalium*.”, cuja significação remete à ideia de uma “Espécie de instrumento de tortura ou canga que pesava sobre os animais. Por isso os nobres, os senhores feudais ou os vencedores não trabalhavam, pois consideravam o trabalho uma espécie de castigo”.

Relatos históricos apontam inúmeras circunstâncias constrangedoras e humilhantes que a pessoa suportou durante a realização de seu trabalho e, por isso, buscou-se um sistema protecionista, impedindo que a pessoa continuasse a sofrer esmorecimentos e desalentos, por isso, inúmeras ações ocorreram no sentido de proteger a pessoa e o seu trabalho.

Partindo desta premissa, nasce o Direito do Trabalho, sob o entendimento que trata-se de “um complexo de princípios, regras e institutos jurídicos que regulam a relação empregatícia de trabalho, englobando, também, normas e princípios jurídicos concernentes às relações entre trabalhadores e tomadores de serviço” (LEITE, 2014, p. 38 apud DELGADO, 2010, p. 49).

Numa dimensão e significação de ciência, Leite (2014, p. 38) conceitua o Direito do Trabalho como um ramo da Ciência Jurídica que é “constituído de um conjunto de princípios, regras, valores e institutos destinados à regulação das relações individuais e coletivas entre empregados e empregadores, bem como de outras relações de trabalho normativamente equiparadas à relação empregatícia”; e, ainda, relata que tem como “escopo a progressividade da proteção da dignidade da pessoa humana e das condições sociais, econômicas, culturais e ambientais dos trabalhadores”.

A proteção ao trabalhador é a maior característica do Direito do Trabalho, seja por meio da regulamentação legal das condições mínimas da relação de emprego ou, de medidas sociais implantadas pelo governo e pela sociedade, com vistas ao direito coletivo do trabalho, onde o seu principal conteúdo abrange o empregado e o empregador, buscando solucionar e pacificar conflitos trabalhistas, assim como, formas de representar essas pessoas pelos sindicatos (CASSAR, 2013, p. 2).

Observa-se que o ramo do Direito do Trabalho, primordialmente, propõe-se a defender a integridade física e moral da pessoa pelo mecanismos de dispositivos legais, princípios e institutos jurídicos; e, por isso, observa-se a afinidade do Direito do Trabalho com Direitos Humanos. E, nesse sentido, Castilho (2012) ensina que a expressão Direitos Humanos representa, em atividades realizadas de maneira consciente, cujo escopo é assegurar à pessoa a dignidade e evitar que passe por sofrimentos.

Reconhecer e distinguir Direitos Humanos e Direitos Fundamentais é tarefa que necessita de muita cautela, segundo alertam Sarlet e Figueiredo (2008), por isso, pode-se dizer que os primeiros são amparados no plano do direito internacional (deste modo, assegurados a qualquer pessoa independentemente de seu vínculo com determinado Estado); já os Direitos Fundamentais são àqueles consagrados no plano direito constitucional de cada Estado.

Nessa perspectiva, pode-se conceituar o Direito Fundamental como as garantias que possuem a finalidade de respeitar a dignidade da pessoa, mediante a proteção contra o arbítrio do poder estatal e o estabelecimento de condições mínimas de vida e desenvolvimento da personalidade humana (MORAES, 2002).

Ademais, Moraes (2002), argumenta que os Direitos Fundamentais apresentam diferentes características como: imprescritibilidade, inalienabilidade, irrenunciabilidade, inviolabilidade, universalidade, efetividade, independência e complementariedade.

Compreende-se, ainda, que o trabalho além de um Direito Humano, é também um Direito Fundamental, cujo fim é proporcionar à pessoa uma vida digna e a sua inserção no contexto social e econômico.

Na atualidade, o mundo e o Brasil se encontram sob a influência da globalização que, para muitos, afasta as políticas que possam garantir a efetividade dos Direitos Humanos e Fundamentais já conquistados; por isso, nesse aspecto, o direito ao trabalho, ainda revela preocupação, porque é um meio possível de geração de riquezas para a garantia da sobrevivência de pessoas nacionais e estrangeiras que vivem no mesmo território de um País.

Portanto, incumbe às entidades estatais proteger a pessoa estrangeira de situações de vulnerabilidade que constantemente se encontram, afim de coibir eventuais violações de direitos Fundamentais, porque trabalho é um instrumento necessário para a otimização do progresso socioeconômico.

Piovesan (2011) adverte sobre o dever do Estado para o uso de recursos disponíveis para implementar os direitos econômicos, sociais, culturais e, consequentemente direitos trabalhistas, visto que, tais campos são correlatos aos Direitos Humanos, os quais, naturalmente, se associam com o Direito do Trabalho.

Esclarece-se que “não é qualquer trabalho que deve ser considerado um direito humano e fundamental, mas apenas o trabalho que realmente dignifique a pessoa

humana” (LEITE, 2014, p. 35); assim, revela-se em direito ao trabalho digno ou trabalho decente⁶ (DELGADO, 2006).

Os conceitos ofertados aos Direitos Humanos e Direito Fundamental ao trabalho por diversos campos sociojurídicos respaldam para se dirimir conflitos sociais, e para o engajamento de políticas públicas que visam o bem-estar social, as quais devem incluir a proteção ao trabalho da pessoa estrangeira e a sua dignidade humana, com iguais direitos e garantias dirigidas às pessoas nascidas ou naturalizadas por um determinado Estado.

O Direito do Trabalho no cenário mundial mantém o fim foi tutelar as funções econômica, política e, social; historicamente, assinala a Revolução Industrial⁷ como um cenário em que se apresentou, dada a “incontrolável exploração desumana do trabalho”, o que culminou na reação da classe trabalhadora “ocorrida no século XX”, em face da ausência de limites do trabalho humano (CASSAR, 2011, p. 12-13).

O Surgimento da Organização das Nações Unidas (ONU) decorre do apoio dos norte-americanos, cujo objetivo era evitar-se novos conflitos após a Segunda Guerra Mundial, baseada no princípio da igualdade soberana dos seus Estados Membros, vindo a organização aprovar em 10 de dezembro de 1948 o texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). E, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, revelou modificações que estreitaram inter-relação dos ramos do Direito e, nesse rol, se viram incluídos os Direitos do Trabalho conjuntamente com outros direitos e a interdependência entre estes.

A importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos no ordenamento jurídico do mundo ocidental se confirmou pela sua influência ao legislador e ao intérprete do Direito, porque define um patamar mínimo de civilidade nas relações, porque reconhece o valor político-social do trabalho em seu Art. 23, nº 1, nº 2, nº 3 e nº4, que se aponta:

1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, livre escolha de emprego, a condições justa e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.

⁶ Trabalho decente é a expressão que vem sendo adotada pela Organização do Trabalho Internacional.

⁷ Cassar explica que “com a descoberta e o desenvolvimento da máquina a vapor, de fiar e tear (1738-1790) expandiram-se as empresas, pois o trabalho passou a ser feito de forma mais rápida e produtiva, substituindo-se o trabalho do homem pelo da máquina, terminando com vários postos de trabalho, causando desemprego. [...]. Substituíam-se o trabalho do homem pelo do menor e das mulheres, que eram economicamente mais baratos e mais dóceis. [...]. A jornada era de 16 horas e a exploração da mão de obra infantil chegou a níveis alarmantes.” (Cassar, 2011, p. 15).

3. Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.
4. Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses.

Verifica-se que o Art. 24, da Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhece os direitos trabalhistas efetivamente concretos, quando diz que “todo o homem tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas” (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

O Brasil é um País que se destaca como uma das opções de muitas pessoas que migram, das mais diversas origens, as quais pretendem encontrar paz e sobrevivência com dignidade; assim, toda pessoa, que vive ou chega no País, necessita de trabalho para garantir a sua própria sobrevivência e dos seus familiares.

Nesse aspecto, Constituição Federal de 1988 em seu texto revela a preocupação do Brasil com o tratamento igualitário entre brasileiros e estrangeiros, uma vez que o Art. 5º assegura aos residentes no País, direitos como igualdade, vida, segurança, dentro outros; além disso, o Art. 3º, inciso IV, também normatiza os objetivos fundamentais, dentre os quais, busca “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988).

Compreende-se, portanto, que um dos objetivos fundamentais do Brasil é o tratamento igualitário entre as pessoas, brasileiras ou estrangeiras; e, nesse sentido, ao utilizar as expressões como “bem de todos”, observa-se o caráter protetivo do dispositivo constitucional, não existindo nenhuma exceção, o que também ocorre com o caput do Art. 5º (GODINHO, 2017, p. 918).

A primeira Constituição Federal do Brasil a abordar sobre direitos trabalhistas foi a de 1934 e, desde então, todas as demais revelam princípios e regras basilares do Direito do Trabalho, destacando-se a Constituição Federal de 1988 que indica a dignidade da pessoa como um Direito Fundamental; por isso, inaugura uma nova história dos direitos sociais, ecoando diretamente no direito do trabalho sob o paradigma do Estado Democrático de Direito.

As primeiras previsões constitucionais sobre o trabalho na digna Constituição Federal de 1988 estão elencadas no título II, dos direitos e garantias fundamentais, capítulo I, dos direitos e deveres individuais e coletivos, no Inciso XIII, do Art. 5º, onde

preleciona que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal de 1988 também determina no seu Art. 6º que “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

Assim, percebe-se que o Direito ao Trabalho é balizado na Constituição Federal de 1988 como um Direito Humano e, ao mesmo tempo, como um dos Direitos Fundamentais, porque no seu Art. 7º, se verifica que o trabalho é determinado como um direito social fundamental e, normatiza diretrizes basilares à norma interna; o que Novelino (2012) explica que “além de outros que visem à melhoria de sua condição social”, logo, não excluindo outros direitos fundamentais amparados no próprio texto constitucional e na legislação trabalhista, nem impedem a ampliação deste leque de direitos por meio de emenda à Constituição.

Ademais, num plano infraconstitucional, há dispositivos legais que protegem a pessoa trabalhadora imigrante, eis que “o passo em busca do desenvolvimento humano não somente de seus nacionais, mas, também, dos migrantes que aqui escolheram residir” (KENICKE, 2016, p.103).

A evolução normativa interna no Brasil importou na revogação do Estatuto do Estrangeiro⁸ e foi instituída a Lei de Migração⁹, a qual dispõe sobre os direitos e os deveres do imigrante e do visitante, eis que regulamentou a entrada e estada no Brasil, estabeleceu princípios e diretrizes para as políticas públicas para o imigrante.

Segundo Clève (2013), anteriormente à vigência da Lei de Imigração, quanto a política de imigração era regida pelo Estatuto do Estrangeiro, o Brasil se protegia internamente contra refugiados e imigrantes, enquanto não modificava o tratamento do sistema da imigração.

Entretanto, a Lei de imigração nº 13.445/2017 trouxe inúmeras mudanças no tocante a imigrantes, uma vez que a Lei de Imigração tem por objetivo definir os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regulamentando a entrada e estada de imigrantes

⁸ Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria no Conselho Nacional de Imigração e, será denominada no presente trabalho, tão somente como Estatuto do Estrangeiro (BRASIL, 1980).

⁹ Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração e, será denominada no presente trabalho, tão somente como Lei de Migração (BRASIL, 2017).

no País e, estabelecendo princípios e diretrizes para as políticas públicas para a pessoa estrangeira.

Merece destaque o Art. 4º da Lei de Imigração, que preleciona a garantia de igualdade com os nacionais e a inviolabilidade dos direitos humanos e fundamentais definidos no Art. 5º da Constituição Federal de 1988, e acerca do direito ao trabalho, ampara e protege o imigrante.

Notadamente, há de se evidenciar que “os fluxos migratórios, desde os primórdios das civilizações humanas, ocorreram por diversas circunstâncias” (OLIVEIRA, 2017, p.10). E, Juliana Ghuzi (2012) lembra que “o fenômeno migratório existe desde os primórdios da humanidade, quando estava em jogo a questão da sobrevivência da espécie” (GHUZI, 2012, p.10).

No Brasil, Franzoi (2018, p. 41) relata que “os primeiros movimentos imigratórios brasileiros, iniciados concomitantemente à descoberta do solo nacional pelos portugueses, se do que deram pelos colonizadores e, em seguida, pelos escravos”.

O fenômeno globalização revelou diversos efeitos, como o aumento do fluxo migratório mundial, onde as pessoas perpassam os limites territoriais dos Estados onde vivem e buscam melhores condições de vida em outros Estados, sendo que Olea (2004) aponta que o movimento de imigração, em grande parte das vezes, ocorre em decorrência da violação de direitos civis, políticos, culturais, econômicos e sociais no País de origem.

Pizarro (2004) defende que o fluxo imigratório tem causa pelos inúmeros problemas no País de origem do estrangeiro, como conflitos armados, instabilidade política, desastres naturais, altas taxas de desemprego, exclusão social ou pela fome.

Em 2017, conforme informações do G1 (2018), o Brasil teve 33.865 solicitações de refúgios por pessoas estrangeiras, representando o triplo de pedidos registrados em 2016 (uma alta de 228%). Anteriormente, o recorde de solicitações ocorreu em 2014, com 28.670 requerimentos.

De acordo com o relatório anual de 2019 do OBMigra¹⁰ – Observatório das Migrações Internacionais – do ano de 2010 ao ano de 2018, o Brasil registrou cerca de

¹⁰ O OBMigra foi instituído a partir de um termo de cooperação entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e a Universidade de Brasília (UnB), por meio do ELA. O Observatório tem como meta ampliar o conhecimento sobre os fluxos migratórios internacionais no Brasil, mediante estudos teóricos e empíricos, e apontar estratégias para a inovação social de políticas públicas dirigidas as migrações internacionais. Para realizar essa tarefa propõe-se analisar os três cenários que afetam o Brasil na atualidade: a imigração internacional; a emigração brasileira para outros países e os projetos migratórios de retorno dos emigrantes brasileiros (DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINOS-AMERICANOS, 2019).

1.266.753 imigrantes, dentre as modalidades permanente/residente, temporário, provisório, fronteiriço, outros, asilados, renovação e mudança de status e não informados.

Sob a perspectiva das modalidades acima aduzidas, a pessoa na qualidade de permanente, residente, temporário, provisório, fronteiriço, asilado e outros, revelam os gráficos, dados acerca do número de imigrantes que entraram no Brasil nos últimos anos que seguem:

Figura 1- número total de imigrantes, por ano de registro, segundo classificação, Brasil, até 2010-2020

Tabela 5.8. Número total de imigrantes, por ano de registro, segundo classificação, Brasil, até 2010-2018

Classificação	Ano de registro									Total
	Até 2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Total	416.901	74.339	98.001	106.167	114.527	114.473	125.467	102.721	114.157	1.266.753
Permanente/residente(1)	125.987	17.509	23.655	23.886	36.128	42.957	62.418	35.475	27.120	395.135
Temporário	193.824	43.051	56.645	64.855	64.372	58.321	55.635	61.354	82.171	680.228
Provisório	12.907	80	24	4	1	1	9	5	84	13.115
Fronteiriço	4.354	950	1.136	1.484	1.767	2.440	2.397	1.981	1.419	17.928
Outros	1.233	98	153	400	1.174	1.182	963	856	-	6.059
Asilados	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Renovação e mudança de status(2)	78.545	12.648	16.388	15.538	11.085	9.572	4.045	3.050	3.327	154.198
Não Informados	48	3	-	-	-	-	-	-	36	87

Fonte: Elaborado pelo OBMigra a partir dos dados da Polícia Federal, SisMigra, 2019.

Nota: (1) Os migrantes classificados como residentes em função da nova lei migratória para efeito desta tabulação, foram considerados como permanentes.

(2) São casos de renovação de registro ou mudança de status, na maioria dos casos de temporário para permanente, não se tratando, portanto, de nova registro de migrante.

Fonte: Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra (2019, p.81)

Destaca-se que os imigrantes na qualidade de temporário possuem números maiores do que os demais e, totalizam do ano de 2010 ao ano de 2018, o número de 680.228 imigrantes; em seguida, vêm os imigrantes na qualidade de permanente/residente, com o total de 395.135 de imigrantes que chegaram no Brasil.

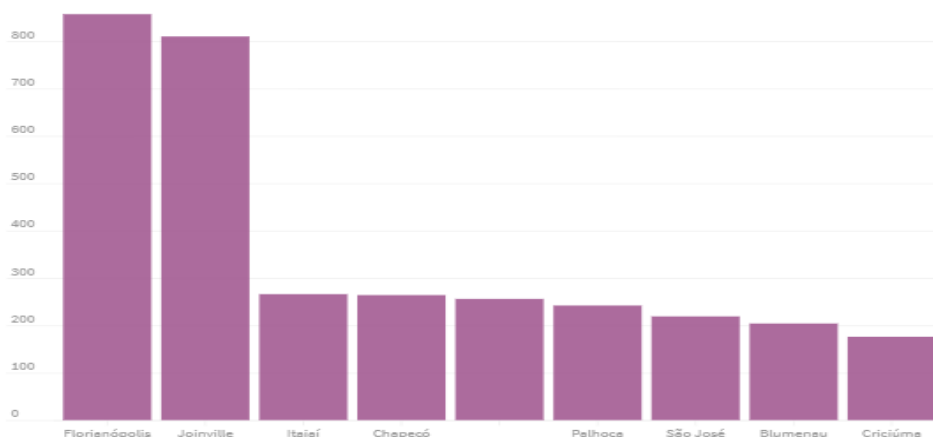
Atualmente, considerando apenas os dados dos imigrantes cadastrados no Cadastro Único¹¹ (CAdu Único) da Assistência Social de Santa Catarina, os números apontam que existem cerca de 5.762 imigrantes atendidos pelo Sistema Único de Assistência (SUAS), no entanto acredita-se que “tenhamos um número muito maior de imigrantes em Santa Catarina. Dos 5.762 registrados, já estamos fornecendo Bolsa Família para 1.857 pessoas”; sendo que a diferença apontada nos números registrados decorrem pelo fato que “nem todos estão na linha de pobreza para acessar o benefício”; e, outros que chegam ao Estado “sequer tem a informação de que também têm direito de acessar o Bolsa Família, se estiverem dentro do patamar que o programa exige”

¹¹ O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é um instrumento de coleta de dados e informações com o escopo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país, afim de incluí-las nos programas sociais do Governo Federal.

(SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABILITAÇÃO-SST, 2019).

De acordo com o CadÚnico, Florianópolis é a cidade que mais recebe imigrantes, seguida por Joinville, Itajaí, onde Brusque está diretamente interligada, uma vez que ambas integram a Região do Vale do Itajaí, e Chapecó (NSC TOTAL, 2019):

Figura 2 – Principais Cidades que Recebem Imigrantes



Fonte: NSC TOTAL (2019)

Acerca da empregabilidade de imigrantes o Estado de Santa Catarina, nos últimos anos, segundo dados do OBMIGRA, se destaca em números de contratações e, “dentre as Unidades da Federação, Santa Catarina tem o maior percentual de contratações em 2017, com 20,69% das admissões”, entretanto, conforme se observa no gráfico abaixo, a dispensa de trabalhadores imigrantes também caminha a passos largos (OBMIGRA, 2018, p.78):

Figura 3 - Movimentação de migrantes no mercado formal de trabalho, por unidades da Federação, 2017

Tabela 5.4 - Movimentação de migrantes no mercado formal de trabalho, por Unidades da Federação, 2017

Unidade da Federação	2017		
	Admitidos	Demitidos	Saldo
Total	45.028	34.739	10.289
Rondônia	305	288	17
Acre	30	38	- 8
Amazonas	756	584	172
Roraima	1.377	643	734
Pará	141	131	10
Amapá	10	14	- 4
Tocantins	59	48	11
Maranhão	70	102	- 32
Piauí	21	23	- 2
Ceará	443	426	17
Rio Grande do Norte	134	141	- 7
Paraíba	65	64	1
Pernambuco	231	254	- 23
Alagoas	47	42	5
Sergipe	42	51	- 9
Bahia	409	523	- 114
Minas Gerais	2.289	1.854	435
Espírito Santo	293	276	17
Rio de Janeiro	3.323	3.616	- 293
São Paulo	7.795	5.971	1.824
Paraná	6.604	4.728	1.876
Santa Catarina	9.317	6.236	3.081
Rio Grande do Sul	7.217	5.392	1.825
Mato Grosso do Sul	1.037	910	127
Mato Grosso	1.404	1.021	383
Goiás	879	728	151
Distrito Federal	730	635	95

Fonte: Ministério do Trabalho, CTPS-CAGED, 2017.

Fonte: Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra (2018, p.78)

Percebe-se que no ano de 2017, no Estado de Santa Catarina foram contratados 9.317 imigrantes, sendo dispensados 6.236, restando com saldo de 3.081 trabalhadores, importando em números maiores que o Estado de São Paulo. E, no primeiro semestre de 2018, ocorreu queda nas contratações, eis que foram contratados 5.021 imigrantes e, continuou o mesmo ritmo de dispensa, ou seja, foram demitidos 3.812, restando com saldo de 1.209 trabalhadores (OBMIGRA, 2018, p.108).

Já no ano de 2019 houve aumento nas contratações de trabalhadores imigrantes, assim como, o aumento no número de dispensas, eis que evidencia-se a contratação de 8.382, sendo dispensados 6.570, restando com saldo de 1.812:

Figura 4 - Movimentação de Trabalhadores Migrantes no Mercado de Trabalho Formal, por ano de movimentação, segundo Unidades da Federação – Janeiro a Junho de 2019

Tabela 4.16. Movimentação de Trabalhadores Migrantes no Mercado de Trabalho Formal, por ano de movimentação, segundo Unidades da Federação – Janeiro a Junho de 2019

Unidades da Federação	Janeiro a Junho de 2019		
	Admitidos	Desligados	Saldo
Total	43.954	38.372	5.582
Rondônia	293	254	39
Acre	23	31	-8
Amazonas	1.225	707	518
Roraima	1.499	941	558
Pará	171	180	-9
Amapá	16	16	-
Tocantins	37	36	1
Maranhão	52	48	4
Piauí	39	13	26
Ceará	293	305	-12
Rio Grande do Norte	100	78	22
Paraíba	78	63	15
Pernambuco	277	188	89
Alagoas	46	39	7
Sergipe	38	28	10
Bahia	397	374	23
Minas Gerais	2.037	1.907	130
Espírito Santo	256	209	47
Rio de Janeiro	2.280	2.323	-43
São Paulo	10.851	11.002	-151
Paraná	6.001	5.226	775
Santa Catarina	8.382	6.570	1.812
Rio Grande do Sul	5.389	4.831	558
Mato Grosso do Sul	1.310	705	605
Mato Grosso	1.472	1.210	262
Goiás	771	596	175
Distrito Federal	621	492	129

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS-CAGED, jan-jun/2019

Fonte: Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra (2019, p.71)

Sobre as movimentações no mercado de trabalho imigrante, a OBMIGRA faz breve considerações:

Em relação à dinâmica do mercado de trabalho no período analisado observa-se que a recuperação do emprego migrante após a crise econômica não atingiu os níveis de pré-crise. Além disso, a queda da participação dos trabalhadores migrantes qualificados vem sendo contínua, o que está relacionada à perda da participação de trabalhadores europeus, por um lado, e crescimento da participação de trabalhadores do continente americano, por outro lado. Neste último caso, cabe ressaltar que foram principalmente os trabalhadores haitianos e, mais recentemente, os venezuelanos, que ajudaram na recuperação do dinamismo das movimentações de trabalhadores migrantes no mercado de trabalho. Como, em geral, são trabalhadores com mais baixa qualificação – principalmente os haitianos – há aumento do peso destes trabalhadores na estrutura ocupacional (OBMIGRA, 2019, p. 72).

Para Rush (2014, p. 3), com abertura das fronteiras, a mão de obra nacional irá ser prejudicada, eis que “de uma perspectiva econômica, a migração internacional de trabalhadores cria ganhadores e perdedores, pelo menos no curto prazo”; e, nessa perspectiva os “perdedores são os trabalhadores residentes (incluindo os migrantes já existentes) que estão competindo com novos migrantes no mercado de trabalho”; sinalizando, na compreensão do autor que em “curto prazo, a migração pode pressionar os salários e as perspectivas de emprego dos trabalhadores residentes que têm nível de

qualificação semelhante ao dos migrantes e têm de competir com os migrantes por empregos”.

Nesse cenário, o imigrante muitas das vezes se vê diante de “situações que envolvem xenofobia, infelizmente, não são raras e, em muitos casos, são marcadas por atos violentos” (OLIVEIRA, 2015, p.13). E, verifica-se que a discriminação ou preconceitos se revelam como obstáculos para refugiado ocupem vagas de emprego, de acordo com levantamentos da ACNUR¹² (2019), que se indica:

Mais da metade (57,5%) dos entrevistados está trabalhando. Outros 19,5% estão procurando trabalho, ao passo que 5,7% estão desocupados — não estão empregados nem em busca de emprego. De acordo com o levantamento, 8,6% dos refugiados estão estudando. Pouco mais de 5% se ocupam de afazeres domésticos. Apenas 0,6% são aposentados ou pensionistas. Em torno de 46% dos entrevistados — 227 refugiados — apontaram dificuldades no acesso ao mercado de trabalho como o principal obstáculo na busca por emprego. Outros problemas incluem a falta de domínio do idioma — um entrave citado 148 vezes — e o fato de ser estrangeiro — tema abordado 99 vezes. Entre os desafios elencados pelos refugiados, também estão a escassez de recursos para buscar trabalho, o preconceito racial e a falta de alguém com quem deixar os filhos (ACNUR, 2019).

Verifica-se por todos os apontamentos indicados no presente trabalho que, nos últimos anos o Brasil, assim como, o Estado de Santa Catarina e a Cidade de Brusque-SC, tiveram o ingresso de número significativo de imigrantes e, apesar de ausência de dados específicos para a cidade em questão, apontou-se a Região do Vale do Itajaí como um indicador, porque assim revelados nos dados oficiais. Assim, os imigrantes, na condição de imigrante ou refugiado, aqui chegam em busca de trabalho e melhores condições de vida, o que influenciou, por vezes o aumento ou a redução da oferta de trabalho à essas pessoas; apesar da oferta ou retração desta, não estar exclusivamente entrelaçada por fatores econômicos, mas sim, também por problemas sociais, preconceito e, discriminação, indicativos esses, que merecem novas pesquisas e igualmente, acerca da aplicabilidade de políticas públicas no sentido de modificar positivamente essa realidade.

¹² Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), órgão da ONU que atua no Brasil, tendo finalidade de proteger e assistir os refugiados, assim como de procurar soluções para que elas possam reconstruir suas vidas em um ambiente de pleno gozo estado democrático de direito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História da humanidade descreve que o trabalho sempre foi exercido pelo homem, com ou sem auxílio de terceiros, fato esse que se repete desde que se tem notícia do surgimento da civilização humana até os dias atuais.

Notadamente o primeiro objetivo específico se confirmou, eis que o trabalho figura e sempre figurou papel primordial na vida da pessoa, porque dele derivava o seu sustento e o seu bem-estar, assim como de sua família e dos grupos sociais; por isso, necessitava de regulamentação, eis que ao longo da História, direitos se confirmaram, mesmo antes da existência do Estado; e, a partir da evolução social e política, firmaram-se os Direitos Humanos, numa dimensão mundial, após as Grandes Guerras Mundiais, e consequentemente, foram codificados pelos Estados em suas Constituições e, nesse sentido, os direitos trabalhistas se estabeleceram como Direitos Fundamentais.

Nesse sentido, o segundo objetivo específico também se confirmou, pois observa-se que no Brasil o movimento migratório teve seu início com o seu descobrimento, e posteriormente, com a vinda dos colonizadores e escravos para laborar com o café; assim, destaque-se que o imigrante e o refugiado, que além de buscarem melhores condições de vida, na maioria das vezes foge de seu País de origem por conta de cessação, retração ou ameaça de extinção de direitos humanos e fundamentais e, consequentemente, redução das condições de trabalho e sobrevivência sua e dos seus, e considerando que a Constituição Federal de 1988 busca a justiça social, conjuntamente com o tratamento igualitário entre nacional e o estrangeiro, o imigrante estará sujeito às normas brasileiras.

O presente artigo apura a constatação de que o terceiro objetivo específico se confirmou, eis que o Estado Brasileiro, na atualidade, garante a proteção social ao trabalhador imigrante, desde o acolhimento das normas trazidas pela Declaração dos Direitos Homem, potencializando a proteção ao trabalho a partir Constituição Federal de 1988, quando em seu corpo reconhece o trabalho como um Direito Fundamental e, em relação ao imigrante, com a legislação havida e intensificada com a edição da Lei de Imigração, partindo do pressuposto que o imigrante que ingressa no Brasil com o objetivo de buscar melhores condições de vida, estará sujeito as normas brasileiras, por isso, merecedor das mesmas proteções das demais pessoas, principalmente, no tocante à proteção do trabalho.

Acerca das garantias internacionais nas normas infraconstitucionais brasileiras em relação à pessoa trabalhadora imigrante, o terceiro objetivo específico também se

confirmou, posto que o Brasil, ao ratificar a Declaração Universal dos Direitos Humanos alcança os trabalhadores imigrantes residentes no Brasil, permitindo que o imigrante tenha acesso ao trabalho, e por conseguinte, promovendo a justiça social e qualificando a vida do trabalhador imigrante.

O quinto objetivo se confirmou, uma vez que o aumento ou a redução da oferta de trabalho à pessoa estrangeira, não está exclusivamente enredada por fatores econômicos, mas sim, por problemas sociais como o preconceito e a discriminação.

Evidencia-se que a imigração impõe fluxo intenso no Brasil, assim como o desemprego caminha a passos largos, devendo ser uma preocupação para o Estado Brasileiro, responsável pela promoção e proteção dos direitos sociais e fundamentais previstos na Constituição Federal, proporcionando ao imigrante uma condição melhor de vida que possuía no seu País de origem, evitando que passe por desalentos e problemas sociais, e nesse contexto, surge o direito ao trabalho.

Por fim, encerra-se a presente investigação com o entendimento de que os objetivos pretendidos foram devidamente alcançados. Entretanto, observa-se que o presente artigo não pretendeu esgotar o tema analisado, merecendo, portanto, novas pesquisas, não somente por tratar-se de tema atual e de importância no cenário nacional e internacional.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Mais de 40% dos refugiados no Brasil dizem ter sofrido discriminação revela pesquisa.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/mais-de-40-dos-refugiados-no-brasil-dizem-ter-sofrido-discriminacao-revelapesquisa/>. Acesso em: 04 jun. 2019.

ARCOVERDE, Leo; SOUSA, Viviane; ARAÚJO, Paula. **Brasil registra número recorde de solicitações de refúgio em 2017:** São 33.861 pedidos registrados nos postos da Polícia Federal pelo país, quase três vezes o número de 2016. Venezuelanos respondem por mais da metade das solicitações. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/brasil-registra-numero-recorde-de-solicitacoes-de-refugio-em-2017.ghtml>. Acesso em: 22 jul. 2019.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 julho. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm. Acessado em: 02 jul. 2019.

CASSAR, Vólia Bonfim. **Direito do trabalho**. 12. Ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2016.

CASSAR, Vólia Bonfim. **Direito do trabalho**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2007.

CASSAR, Vólia Bonfim. **Resumo de Direito do Trabalho**. 4. ed. Niterói: Impetus, 2013.

CASTILHO, Ricardo. **Direitos Humanos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. **Temas de Direito Constitucional**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; MACEDO, Marília de. Relatório anual de 2019: **Imigração e Refúgio no Brasil**; A inserção de imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiados no mercado de trabalho. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>. Acesso em: 25 mai. 2019.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; MACEDO, Marília de. Relatório anual de 2018: **Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil**. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>. Acesso em: 25 mai. 2019.

DELGADO, Gabriela Neves. **Direito Fundamental ao trabalho digno**. São Paulo: LTr, 2006.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 17. ed. São Paulo: LTr, 2017.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 9. ed. São Paulo: LTr, 2010.

FRANZOI, Manuela Cadore. **Os Efeitos da Lei de Migração nº 13.445/17 e Sua Repercussão no Estatuto do Estrangeiro**. 2018. Monografia. Bacharelado em Direito, Centro Universitário de Brusque, Brusque, 2018.

GHUZI, Juliana. **Migração Interna: O Estudo Do Fenômeno No Município De Jacuizinho (RS)**. 2012. Monografia. Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

KENICKE, Pedro Henrique Galloti. **O estatuto do estrangeiro e a lei das imigrações**. Curitiba: Edição do Autor, 2016.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais: teoria geral, comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

NOVELINO, Marcelo. **Direito constitucional**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

OLEA, Helena. Los derechos humanos de las personas migrantes: respuestas del Sistema Interamericano. *In: EL SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTECCIÓN DE DERECHOS HUMANOS Y DERECHOS DE LAS POBLACIONES MIGRANTES, LAS MUJERES, LOS PUEBLOS INDÍGENAS Y NIÑOS, NIÑAS Y ADOLESCENTES*. 2004, **Anais**, San José: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, 2004. São José: IIDH. 2004. Disponível em: <https://www.iidh.ed.cr/IIDH/media/1750/sistema-interamericano-2004.pdf>. Acesso em: 25. set. 2019.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu. **Imigrantes no Brasil: Aspectos da Seletividade e da Questão Étnico Racial**. *In: CARMEM LUSSI. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: ABORDAGEM DE DIREITOS HUMANOS*. Brasília: CSEM Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2017

PACHECO, Kênia. **Dia do Imigrante: Governo do Estado Já Atendeu 5,7 mil pessoas de outros Países**. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/index.php/noticias/temas/desenvolvimento-social/mais-de-5-mil-imigrantes-sao-atendidos-diretamente-pelo-governo-catarinense>. Acesso em: 25 nov. 2019.

PARAISO, Lucas. **SC tem mais de 5,7 mil imigrantes cadastrados em sistema de governo: Maioria é do Haiti**. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/sc-tem-mais-de-57-mil-imigrantes-cadastrados-em-sistema-do-governo-maioria-e-do-haiti>. Acesso em 03 novembro. 2019.

PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática**. 12. ed. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

PIOVESAN, Flávia. Proteção dos direitos sociais: desafios do *ius commune* sul americano. **Revista TST**. Brasília, v. 77, n. 4, p. 102-139, out./dez. 2011. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/28340/004_piovesan.pdf?sequence=5. Acesso em: 03 fev. 2019.

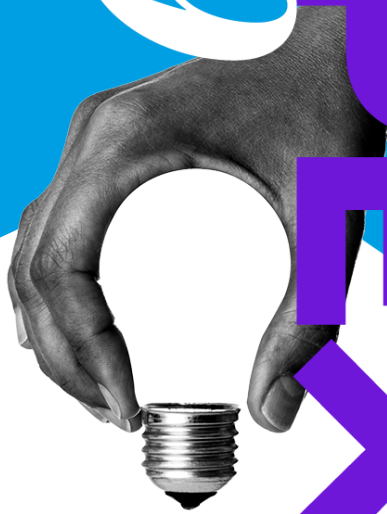
PIZARRO, Gabriela Ricardo. Violaciones a los derechos humanos de los migrantes en la actual dinámica de las migraciones em América. *In: MIGRACIONES Y DERECHOS: REUNIÓN DE PERSONAS EXPERTAS*, 2004, **Anais**, San José: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, p. 148 a 150, 2004. Disponível em: <https://www.iidh.ed.cr/IIDH/media/2032/migraciones-y-derechos-humanos-2004.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.

RUSH, Martin. **Argumentos econômicos e pragmáticos contra a abertura de fronteiras**. Discorre acerca dos riscos e impactos negativos da abertura demasiada de fronteiras de um país. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniaio/33592/argumentos+economicos+e+pragmatic>. Acesso em: 29 jun. 2019.

SARLET, Ingo Wolfgang; FIGUEIREDO, Mariana Filchtiner. Reserva do possível, mínimo existencial e direito a saúde: algumas aproximações. *In: SARLET, Ingo*

Wolfgang. TIMM, Luciano Benedeti. **Direitos fundamentais:** orçamento e "reserva do possível". Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

2019 ENPEX



ARTIGOS

Educação Física



fapesc
Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

ANAIS ENPEX 2019
ISSN 1982-3370

**Inovação a serviço
da educação**

**XVIII Jornada de Iniciação Científica
XIII Mostra de Extensão
BRUSQUE - SC - BRASIL**



**CRENÇAS DE UMA PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
SOBRE A PRÁTICA DOCENTE: UM ESTUDO LONGITUDINAL**

***BELIEFS OF A PHYSICAL EDUCATION TEACHER ON TEACHING
PRACTICE: A LONGITUDINAL STUDY***

BIANCHESSI, Daniela¹
RISTOW, Leonardo^{2*}

RESUMO: As crenças são precursoras das escolhas que os acadêmicos fazem durante o curso e das ações realizadas na docência. Desse modo, o objetivo desse projeto de pesquisa é analisar o desenvolvimento das crenças de uma professora de educação física sobre o ensino após dois anos de exercendo a profissão. Foi realizado um estudo de caso de caráter descritivo longitudinal. Os dados foram coletados por meio de entrevista semi-estruturada e analisada qualitativamente por meio da técnica de análise de conteúdo. Como resultados, percebe-se que as crenças sobre os procedimentos de instrução, gestão e clima social, foram desenvolvidas enquanto acadêmica de graduação por meio de experiências de observação e feedbacks de professores formadores e da supervisora de estágio. Conclui-se que a aprendizagem sobre determinadas ações docentes acontecem de forma dinâmica e em situações reais de ensino. Portanto, sugere-se que situações como essas devam ser priorizadas nos cursos de graduação de Licenciatura em Educação Física.

Palavras-chave: crenças, docência, Educação Física.

ABSTRACT: *Beliefs are precursors to the choices that academics make during the course and the actions performed in teaching. Thus, the objective of this research project is to analyze the development of the beliefs of a physical education teacher about teaching after two years of practicing the profession. A longitudinal descriptive case study was performed. Data were collected through semi-structured interviews and qualitatively analyzed using the content analysis technique. As a result, it is clear that beliefs about instructional procedures, management and social climate were developed as undergraduate students through observation experiences and feedback from teacher trainers and the internship supervisor. It is concluded that learning about certain teaching actions happens dynamically and in real teaching situations. Therefore, it is suggested that situations such as these should be prioritized in undergraduate Physical Education degree courses.*

Keywords: *beliefs, teaching, physical education.*

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia, UNIFEBE.

² Mestre em Ciências do Movimento Humano, UNIFEBE.

*e-mail: leonardo.ristow@unifebe.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, estudos da linha de investigação sobre o pensamento do professor têm se direcionado a analisar suas crenças, pois estas são consideradas como fatores determinantes para a prática docente, partindo do pressuposto de que as mudanças nas práticas pedagógicas somente ocorrerão em decorrência de mudanças em suas próprias crenças (CLARK; PETERSON, 1986; JANUÁRIO, 1996, ASHTON, 2015). As crenças são classificadas por Fang (1996) como um rico armazém de conhecimentos de objetos, pessoas, eventos, relações dos professores, que acabam por influenciar seus planejamentos e ações em sala de aula. As crenças também podem ser definidas como atitudes, valores, opiniões, concepções, julgamentos, teorias implícitas ou explícitas, princípios, perspectivas, entre outros, que se constituem durante um período de tempo (PAJARES, 1992).

Neste sentido, as diferentes experiências vivenciadas durante a vida desenvolvem crenças sobre ensino e aprendizagem, incluindo vivências na fase escolar e extracurricular, juntamente com o que foi ou será vivenciado nos cursos de graduação. Esses tipos de experiências não podem ser vistas separadamente, visto que uma influencia a outra (RICHARDSON, 1996). Podem ser constituídas crenças sobre as estratégias de ensino, as metodologias das aulas, os conteúdos, o papel do professor e dos alunos e/ou sobre o ensino-aprendizagem (NAVARRO, 2012). Tais crenças definem a conduta do professor desde o planejamento das suas aulas até a atuação em sala de aula ou prática esportiva, bem como na avaliação.

Para Levin (2015), a investigação das crenças prévias dos futuros professores consiste em investigar, entre outros aspectos, suas fontes e seu processo de desenvolvimento durante o curso de graduação. É nesse momento, segundo Bandura (1997), que se constitui uma fase importante para se investigar estas crenças, devido às possibilidades de alterações na aprendizagem profissional, principalmente nas primeiras etapas da formação. Dessa forma, é possível oferecer cursos que estejam compatíveis com as crenças dos futuros professores, tornando-os mais significativos e eficazes para a formação profissional. Mesmo assim, outras estratégias e metodologias podem ser oferecidas, para que o acadêmico vivencie experiências que podem afetar ou alterar suas crenças sobre o ensino-aprendizagem na área da Educação Física, já que tais experiências determinam a maneira como irá ensinar e o que acredita ser importante para ensinar (SKOTT, 2015; PAJARES, 1992).

A partir de um levantamento preliminar dos estudos recentes desta área, identifica-se o tema das crenças como objeto de investigação, utilizando predominantemente abordagens de pesquisa do tipo qualitativa, implementando um ou mais procedimentos metodológicos como entrevistas estruturadas e/ou semiestruturadas, questionários abertos, textos reflexivos, autorrelatos, análise de documentos, metáforas, observações, diários de campo, grupo focal e estimulação de memória. Essas pesquisas têm interesse em investigar os diferentes tipos de crenças sobre o ensino e o processo de sua construção para professores e futuros professores da área de Educação Física (TSANGARIDOU, 2008; BERNSTEIN; HERMAN; LYSNIAK, 2013; FLETCHER; MANDIGO; KOSNIK, 2013; RAMOS et al., 2014; TANNEHILL; MACPHAIL, 2014, BANVILLE, 2015; HEMPHILL et al, 2015; CHRÓININ; O'SULLIVAN, 2016); bem como os objetivos ou propósitos curriculares desses professores (RANDALL; MAEDA, 2010; PHILPOT; SMITH, 2011; SOFO et al., 2012). Estes estudos também incentivam estudos longitudinais para compreender o desenvolvimento das crenças durante os cursos de formação e, posteriormente, nas práticas educativas.

Acredita-se que este estudo contribua para uma visão detalhada dos conhecimentos das crenças sobre a prática docente de futuros professores, identificando quais experiências influenciam na construção das crenças, como elas se desenvolvem e qual o papel que elas têm na prática pedagógica dos futuros professores de Educação Física. Desse modo, o objetivo geral desse estudo é analisar o desenvolvimento das crenças de uma professora de Educação Física sobre o ensino, antes da experiência como docente e após dois anos de docência. Para tanto, são propostos os seguintes objetivos específicos: identificar as principais crenças sobre o ensino na metade do curso de graduação, ao final do curso de graduação e após dois anos de docência; identificar as fontes das crenças sobre o ensino; e verificar as influências das experiências no desenvolvimento das crenças sobre o ensino.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Ao ingressarem nos cursos de graduação, os futuros professores já tiveram em torno de 13 mil horas de experiências dentro do contexto de aula, seja praticando os conteúdos, observando os professores ou suas próprias experiências como aluno e, desse modo, criam crenças sobre ensinar determinada disciplina. Tais crenças são elaboradas a partir de pensamentos individuais, com base nas experiências vividas, caracterizando-se

como estruturas mentais que definem padrões e abordagens pedagógicas (PAJARES, 1992). Com as crenças previamente formadas, o professor em formação “filtra” o que lhe é de interesse durante a graduação, ou seja, seleciona o que ele acredita ser importante para a sua prática e descarta o restante (PAJARES, 1992; TSANGARIDOU, 2006; FIVES; BUEHL, 2012). Dessa forma, muitas horas da graduação são vistas como desnecessárias, pois não agregam na prática educativa que o futuro professor acredita ser mais eficiente, por já ter consolidado certos processos e padrões para atuar em suas aulas e descartado outros (CARTER, 1990; CLARK; PETERSON, 1986).

As crenças são consideradas construções e julgamentos pessoais daquilo que o indivíduo acredita que seja correto, baseadas em situações vivenciadas por ele. Tais crenças tem suas particularidades e singularidades, que não precisam ser comprovadas cientificamente, visto que muitas vezes são formadas a partir do senso comum. Pesquisas a respeito desse tema geralmente têm o objetivo de perceber e entender os processos que fazem com que o professor pense de determinada maneira, ou seja, o que motiva suas crenças e comportamentos enquanto docente, podendo abranger também a história de vida dos professores, já que as suas vivências enquanto indivíduo refletem nas suas experiências como professor (CLARK; PETERSON, 1986).

Estudos da linha de investigação denominada “pensamento do professor” contemplam três grandes dimensões: (a) teorias implícitas, concepções e crenças dos professores; (b) decisões e pensamentos pré e pós-interativos e (c) pensamentos e decisões interativas”. Destas dimensões, as crenças dos professores são tomadas como base para a construção das demais e influenciando-as (CLARK; PETERSON, 1986; PAJARES, 1992; JANUARIO, 1996). A base desta linha de pesquisa considera o professor como um sujeito reflexivo, que emite juízos, possui crenças e experiências pessoais que servem como influência nas ações durante a aula. Nesse caso a reflexão realiza a conexão entre as experiências pessoais e os conhecimentos obtidos na vida pessoal (SHÖN, 1983; CARTER, 1990; RAMOS et al, 2014).

Saber sobre as crenças pode ser um elemento valioso para que se possa melhorar a qualidade dos cursos de graduação em Educação Física, oferecendo práticas que se ajustam aos tipos de experiências e vivências esperadas pelos acadêmicos (GRABER, 2001). Estudos sugerem que conhecer as crenças durante o processo de formação pode ser benéfico para a educação de professores, direcionando os cursos de graduação ou redirecionando em serviço (TSANGARIDOU, 2006). Conforme O’Sullivan (2003), é necessário que os

professores de graduação conheçam as crenças dos seus alunos, para melhor orientá-los e oferecer vivências adequadas para fortalecer ou reestruturar as crenças pré-existentes.

Portanto, estudar seu desenvolvimento, bem como permanências e mudanças ao longo dos anos, faz-se importante para compreender os procedimentos de constituição da situação de ensino-aprendizagem do professor, podendo oferecer subsídio para a formação de futuros professores. Assim, pode-se perceber a durabilidade e intensidade das crenças, tornando-as mais resistentes ou não. Desta forma, acredita-se que este estudo contribua para uma visão mais detalhada, especificamente, dos conhecimentos necessários sobre as crenças dos futuros professores sobre o ensino e aprendizagem, identificando como as crenças foram formadas e o papel que elas têm no aprendizado da docência, bem como as suas mudanças a partir da vivência como professor, considerando que a formação das crenças é um processo contínuo de construção e reconstrução dos conhecimentos e técnicas mais eficientes na visão do professor.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se por qualitativo, que tem por objetivo pensar e interpretar todo o processo estudado, analisando detalhadamente todas possíveis situações e experiências que possam interferir nos resultados (OLIVEIRA, 2008). É descritivo, que segundo Gil (2002) tem como objetivo descrever as características e estabelecer relações entre as semelhanças e/ou diferenças sobre um fato, fenômeno ou população estudada. As informações foram obtidas a partir de estudo de caso, pela possibilidade deste tipo de estudo favorecer a descrição e compreensão, em detalhes e profundidade, de fenômenos sociais complexos, a partir de uma percepção individual do sujeito investigado (GIL, 2002; YIN, 2011). Tem caráter longitudinal, que consiste em coletas de dados de uma mesma amostra em diferentes períodos de tempo (RICHARDSON, 1999).

Trata-se da continuação de uma pesquisa iniciada em 2016, na qual Ristow (2018) investigou quatro futuros professores do curso de licenciatura em Educação Física de uma Instituição de Ensino Superior comunitária do Estado de Santa Catarina, que passou por apreciação e foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa com seres humanos da Universidade do Estado de Santa Catarina, pelo parecer nº 2.237.911/2017. A seleção dos participantes, conforme Maxwell (2012), foi do tipo intencional não probabilística, que atenderam os seguintes critérios de inclusão: estar matriculados na

quinta fase do curso de Educação Física; não ter experiência de prática docente; ter vivenciado na infância e/ou adolescência aulas de Educação Física e/ou treinos em escolinhas de esportes e; ter disponibilidade e motivação de participar da pesquisa.

Desse modo, foi utilizado um questionário de caracterização inicial da amostra, composto por 12 perguntas abertas e/ou fechadas, que visou obter informações dos futuros professores, como: dados pessoais, experiências de prática esportiva na infância e adolescência. Além do questionário, como instrumentos de coleta de dados, foram utilizados dois roteiros de entrevista semiestruturadas que possuem um formato de conversa informal, em que o pesquisador pode realizar novas perguntas, se conveniente, permitindo um aprofundamento nas informações desejadas, oportunizando ao entrevistado falar e refletir sobre suas ações de aprendizado e ensino (MARKONI; LAKATOS, 2010; JANUÁRIO, 1996; VIEIRA; ABRAHÃO, 2006). O primeiro roteiro de entrevista era formado com perguntas sobre a sua história pessoal de prática esportiva, em diferentes contextos. O segundo, tinha o objetivo de coletar informações a respeito de suas crenças sobre a prática docente, especificamente nas dimensões propostas por Onofre (1995): instrução, gestão e clima social.

Como procedimentos de coleta de dados, primeiramente foi solicitada na instituição a permissão para a realização da pesquisa naquele ambiente de ensino, assim como foi solicitada a permissão dos professores responsáveis pelas disciplinas selecionadas para a coleta de dados. Na sequência, os futuros professores foram convidados para participar como voluntários do estudo. Posteriormente, foi entregue aos participantes da pesquisa os termos de Consentimento Livre e Esclarecido para ser assinado e explicado qualquer dúvida que pudesse surgir. Antes da aplicação do questionário de caracterização individual, foi explicada cada questão e foi pedido para que tirassem as dúvidas antes de começar a responder as perguntas. Durante o processo de preenchimento do questionário, foram tomados todos os cuidados para evitar o contato entre os participantes.

Após selecionados, os participantes foram contactados e foi agendado o local e horário para a realização da primeira entrevista, em que foi aplicado o primeiro roteiro de entrevista semiestruturada. Posteriormente, foi agendada uma segunda entrevista antes dos futuros professores terem a experiência docente no estágio obrigatório, na qual foi aplicado o segundo roteiro de entrevista semiestruturada. Ao finalizarem o estágio obrigatório, uma terceira entrevista foi realizada no mesmo formato da segunda.

Para o presente estudo, foi aplicado o mesmo roteiro de entrevista utilizado antes e depois do estágio obrigatório, com apenas uma das participantes anteriores, pois somente ela estava desempenhando a função de professora de Educação Física no momento da coleta de dados. As entrevistas foram gravadas por meio de um gravador digital, armazenadas em microcomputador institucional de uso do pesquisador e logo transcritas com a ajuda dos softwares: *Express Scribe* para reprodução do áudio das entrevistas, do *Microsoft Word* para registro do texto e para tratamento dos dados qualitativos, especificamente programa Nvivo versão 10. As informações obtidas foram encaminhadas individualmente em formato transcrito como critério de validação, dessa maneira os mesmos podem confirmarem as informações.

A análise qualitativa das entrevistas foi feita por meio da técnica de análise de conteúdo com classes determinadas *a priori*. Análise de conteúdo é, segundo Bardin (2004, p.44), um “conjunto de técnicas de análise das comunicações utilizadas para explicitar e sistematizar o conteúdo das mensagens. É a busca dos significados, procurando conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre a qual se debruça”.

4 RESULTADOS

O objetivo deste estudo foi analisar o desenvolvimento das crenças de uma professora de Educação Física ao longo de três anos, período entre os três últimos semestres do curso de graduação e dois primeiros anos da sua carreira como docente. Desse modo, para a descrição dos resultados, foi utilizado o nome fictício de Maitê, com o intuito de preservar a identidade da professora. Primeiramente, apresenta-se a biografia da professora, destacando as experiências de prática corporal e/ou esportiva durante a infância e adolescência em diferentes contextos, até o ingresso no Curso de Graduação em Educação Física. Posteriormente, são apresentadas as crenças sobre a prática docente, divididas em três momentos distintos: antes do estágio obrigatório (realizado na quinta fase do curso de graduação), ao final do curso de graduação e nos dois primeiros anos de prática pedagógica na função de professora de Educação Física.

As dimensões referidas são: Instrução, em que se enquadram as medidas que contribuem para que a instrução inicial e o acompanhamento das atividades sejam realizados com qualidade; Gestão, que compreende as medidas que contribuem na organização da aula quanto ao tempo, espaços, materiais, formação e movimentação dos alunos; e Clima social, no qual se incluem as medidas que promovem uma relação

positiva entre os alunos, do professor com os alunos e dos alunos com a matéria (ONOFRE, 1995).

4.1 A BIOGRAFIA DA PROFESSORA

No primeiro momento deste estudo, em 2016, Maitê tinha 19 anos e cursava a quinta fase do curso de Educação Física. No momento deste estudo, tem 22 anos e atua como professora de Educação Física em um Centro de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Brusque, atendendo crianças de 1 a 3 anos de idade. Formada há dois anos, a professora teve sua motivação para ingressar no curso por conta da sua prática esportiva com o Futsal. Em suas experiências como aluna na escola, relata que as aulas eram “muito chatas”, pois os professores do Ensino Fundamental e do 1º ano do Ensino Médio eram muito rígidos quanto ao comportamento dos estudantes durante as aulas para a realização das atividades propostas. No entanto, nos anos seguintes, por conta da troca de professor, teve aulas mais flexíveis para a decisão em participar ou não das atividades propostas em aula.

Ao participar do Projeto Atleta do Futuro, se interessou mais pela prática de esportes. Nesse projeto, ela praticava um pouco de cada esporte, sendo o modo em que as aulas eram conduzidas a maior contribuição para que gostasse de esportes. Ela afirma que o professor do projeto sempre iniciava de maneira lúdica, e logo após ia introduzindo os fundamentos e treinamentos propostos para as aulas, sendo mais instigante e interessante participar. Nas palavras de Maitê: *“Ele quer ensinar uma modalidade, mas não vai direto à modalidade, ele faz uma brincadeira lúdica antes, até pelo fato de ser criança, se instiga mais, sempre tinha umas brincadeiras antes, aí eu acho interessante esse método que ele usava”*.

Maitê participou, dessa forma, de duas experiências práticas com professores muito diferentes, e assim, constituiu uma crença de que a utilização de uma abordagem que conta com a ludicidade para a realização das aulas seria o mais adequado para o seu trabalho enquanto professora. Já que pretendia trabalhar com crianças pequenas, a motivação e interesse delas deveria estar sempre sendo instigada, conforme percebe-se na entrevista: *“como eu vi que eu vou trabalhar mais com criança, eu acho que esse método seria o mais adequado para aquela faixa etária, partindo de um contexto que ela sabe e depois tu ir criando, deixar eles vivenciar a brincadeira também”*.

A escolha pelo curso de Educação Física foi influenciada por uma prima que também o cursava. Ao longo do curso, a pesquisada percebeu maior interesse na área da Educação Física Escolar, aprendendo também na graduação a importância de unir teoria e prática ao ministrar as aulas, percebendo que, além da ludicidade, é preciso perceber os significados do que está sendo proposto. Maitê considera que as vivências práticas durante o curso contribuíram significativamente para o seu aprendizado, seja ministrando aulas para seus colegas ou observando o professor. Nestes momentos, ela acredita que é possível vivenciar experiências próximas as reais de docência, necessitando pensar na escolha das atividades, dos materiais, no tempo, e tomar decisões de redirecionamento no momento da aula.

4.2 CRENÇAS ANTES DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

De acordo com Maitê, é preciso que o professor realize uma conversa inicial para acalmar os alunos e explicar as atividades, bem como tirar dúvidas e demonstrar o que foi proposto, para que os alunos visualizem e interpretem o que está sendo pedido para depois realizar, conforme destaca: *“muitas vezes tu falando, tem alunos que não compreendem [...] então se tu demonstrar pra eles visualmente, já é uma maneira melhor de eles estarem visualizando e interpretando aquilo pra depois fazerem”*. Ela acredita que é neste momento que os alunos podem identificar dúvidas e dificuldades para a execução das atividades, sendo importante que o professor as esclareça para potencializar e concretizar a construção das habilidades dos estudantes.

No acompanhamento das atividades, Maitê acredita que é preciso prender a atenção por meio de atividades de interesse dos alunos, *“ao elaborar a atividade que eles sejam estimulados a ter uma coordenação motora”*. No decorrer das aulas, para que os alunos possam realizar bem as atividades, a professora acredita que a sua influência e auxílio é determinante para o desempenho na atividade de acordo com o que foi proposto.

Em relação à organização do ambiente, Maitê afirma que é preciso deixá-lo seguro, retirando objetos desnecessários, para diminuir os riscos de que algum aluno se machuque. Além disso, afirma que os materiais devem estar em bom estado e já separados e organizados antes do início da aula. Ela afirma que os alunos podem ajudar na organização dos materiais, podendo pegar ou guardar os mesmos. Acredita que pode organizar os alunos em círculo para que todos escutem e vejam as instruções, e então,

dividir a turma em dois grandes grupos para possibilitar maior aproveitamento do tempo praticando as atividades.

Referente ao clima social, Maitê acredita que o professor deve estimular a amizade com diversas estratégias: solicitando que escolham diferentes alunos, usando atividades que estimulem o contato, fazer com que os colegas se conheçam pelo nome, além de incentivar a prática daqueles que não apresentam muita motivação em realizar a aula. Conforme diz: *“se tu não intervires na brincadeira e pedir pra eles escolher sempre um colega que ainda não foi, eles sempre vão escolher o mesmo, [...] então sempre criar, ah, agora, quem não foi ainda? Escolhe um amiguinho que não foi”*.

Além disso, Maitê acredita que o professor deve atribuir significados às atividades propostas, para que os alunos se sintam motivados na realização das aulas e além disso, encorajá-los para que avancem na aquisição das habilidades e conhecimentos, vibrando e elogiando quando completam uma atividade com êxito.

4.3 CRENÇAS AO FINAL DO CURSO DE GRADUAÇÃO

Ao final do curso de graduação, Maitê acredita que para iniciar suas aulas, deve conversar com os alunos para que se acalmem, bem como organizá-los de forma que todos possam ouvir as instruções e ver a sua demonstração: *“na minha opinião, eles têm um entendimento melhor, tu mostrando pra eles, do que tu falando”*. Logo após, ela deixa livre para que os alunos tirem suas dúvidas e então vão para a realização das atividades. Durante as aulas, a professora acompanha a realização e ajuda sempre que necessário, para que possam realizar da maneira correta, lembrando-os de outras experiências que possam auxiliar no desenvolvimento daquela atividade.

Em relação à organização do ambiente, ela aponta que primeiramente observa o espaço com a finalidade de perceber se há algum risco à integridade física dos seus alunos, e então organiza-os em círculos. Logo após, prepara os materiais para a utilização na aula, deixando alguns materiais reserva por perto caso necessite. Ao longo das aulas, as atividades vão sendo trocadas, sempre com a explicação e organização de Maitê, que planeja as atividades em diferentes tempos, percebendo pelo interesse dos alunos quais atividades pode propor por mais ou menos tempo.

Referente ao clima social, a professora coloca a importância de um bom relacionamento, enfatizando o respeito entre aluno/aluno e aluno/professor. Neste sentido, as medidas disciplinares estão presentes em sua aula, porém não de maneira

rígida. Quando observa algo fora do comum, chama a atenção dos alunos e diz para que peçam desculpas, prezando pela gentileza e afeto, além do respeito entre todos. Para que tenham maior interesse nas aulas, ela afirma que o papel do professor é importante e que deve relacionar as aulas de Educação Física com as demais disciplinas para estimular e instigar os alunos, além de demonstrar confiança na capacidade dos mesmos.

4.4 CRENÇAS NOS PRIMEIROS ANOS DE PRÁTICA DOCENTE

Na prática em sala de aula, em relação ao início da aula, a professora acredita que deve iniciar com uma explicação sobre as atividades da aula, demonstrando como realizar as mesmas, e após, pedindo para que um aluno também demonstre, para retirar todas as possíveis dúvidas. Mesmo assim, muitas vezes ainda surgem dúvidas e inseguranças nos alunos, e então, ela os ajuda os, dando a mão, realizando a atividade junto com o aluno, demonstrando outra vez e estimulando para a realização da atividade com sucesso, pois, conforme afirma *“é que eu acho que é um estímulo pra eles ver que conseguem fazer também né, porque às vezes quando eles não conseguem, eles também ficam meio irritados”*. Em relação ao planejamento das atividades, Maitê afirma que é necessário propor atividades bastante lúdicas e interessantes para os alunos, podendo utilizar o mesmo material para diversificar a mesma.

Quanto à gestão do ambiente, Maitê afirma que é importante oferecer um ambiente seguro e organizado, bem como os materiais a serem utilizados. A professora coloca que sempre tem materiais reservas para o caso de a atividade planejada não prender a atenção dos alunos, podendo então trocar os materiais ou até mesmo a atividade por completo. Ela organiza os alunos sentados em círculo ou um ao lado do outro, para explicar e conversar sobre a atividade, e também quando a realização das atividades é de forma individualizada. Sobre o tempo de aula, Maitê planeja mais ou menos cinco minutos com uma atividade de aquecimento, logo após a atividade principal, podendo ter alterações ou não, e no fim, mais alguns minutos de uma atividade mais calma para que então possam voltar para a sala.

Para manter uma boa relação entre os alunos, a professora propõe atividades colaborativas e atividades que os alunos tenham que dividir os brinquedos e materiais para a sua realização. Dessa forma, estimula o respeito, afeto e cooperação entre os alunos. Quanto ao seu relacionamento com os alunos, Maitê afirma que é necessário ter um equilíbrio entre professor e amigo: às vezes dá pra brincar com os alunos, dar mais

liberdade em conversas e brincadeiras, tendo uma relação bem próxima à de amizade; outras vezes, no entanto, é preciso fazer as regras e limites funcionarem, necessitando de uma postura de seriedade. Conforme ela mesma diz:

[...] não que eu dê liberdade, mas eu sempre to brincando junto eu acho que a parte de tu vivenciar junto com eles e tu interagir junto com eles muda muita coisa aí eu já chego na sala e já começa a vir tudo em cima de mim pra me abraçar, aí eu finjo ah vou cair no chão tipo pra brincar com eles mesmo, ou eles me esperam e me dão um susto [...]

5 DISCUSSÃO

De acordo com os resultados descritos, percebe-se que as crenças sobre a instrução inicial, o acompanhamento das atividades, a organização do ambiente e a organização dos alunos aparentemente se mantiveram estáveis ao longo do período investigado. A estabilidade das crenças tem sido evidenciada em estudos sobre a formação de professores. Uma vez desenvolvida por meio de experiências significativas, as crenças podem se manter inalteradas por muito tempo. Sendo assim, antes e durante os cursos de graduação, são desenvolvidas crenças sobre o ensino que permanecerão na mente do professor ao longo de sua vida profissional (NESPOR, 1987; PAJARES, 1993; TSANGARIDOU, 2006).

Referente às crenças sobre a instrução, essas foram desenvolvidas a partir de experiências de observação da supervisora. A experiência de observação, também denominadas de experiência vicária, segundo Pajares e Olaz (2008) é importante principalmente para professores com pouca ou nenhuma experiência, pois por meio dessas situações, o observador tende a imitar os comportamentos dos professores observados, principalmente nas primeiras situações de ensino. De acordo com Navarro (2012) esse tipo de experiência faz mais sentido quando um professor referência é observado. Como identificado na professora investigada, a supervisora do estágio serviu como “modelo” e parece ter contribuído para a construção de suas crenças sobre o ensino. Neste estudo, essas observações da supervisora de estágio contribuíram para a construção de crenças sobre a gestão dos alunos. Como se percebe no relato da professora: “*Quando tu começa com a observação do professor, tu começa a avaliar como o professor dá aula, agora quando tu começa a dar aula, tu vai se construindo, tu vê o caminho que quer seguir*”. Assistir aulas de professores experientes têm desenvolvido crenças sobre determinados procedimentos de ensino, como instrução, gestão e relações sociais. De fato, a imitação de professores tem sido evidenciada em estudos no âmbito da formação

de professores de Educação Física (HAND, 2014; JENKINS, 2014; TSANGARIDOU, 2006).

As crenças referentes a gestão do ambiente foram desenvolvidas a partir de feedbacks de professores da graduação, principalmente nas disciplinas práticas. Os feedbacks ou persuasão social, tem o potencial de influenciar o modo como as pessoas acreditam que devem realizar determinados procedimentos de ensino (NAVARRO, 2012). Assim como a observação, esse tipo de experiência tem mais poder quando o indivíduo tem pouca experiência de ensino. Como observado nesse estudo, a professora investigada relatou que *“os professores em aula (da graduação) sempre falavam que o que acontecesse em aula seria responsabilidade nossa”* e de fato essa preocupação com a segurança dos alunos é evidenciada na sua prática docente atual.

A preocupação com a gestão e principalmente com a segurança foi evidenciada em estudos que investigaram professores em formação nas primeiras situações de ensino. A gestão para esses investigados é um fator determinante para atingir os objetivos das aulas (NI CHROININ; O’SULLIVAN, 2016; TSANGARIOU, 2016). Essa crença parece ter se desenvolvido por meio de orientações de professores na graduação. Essas experiências são marcadas na interação social em que os professores formadores desempenham o papel mediador no processo de reflexão e desenvolvimento de significados das experiências de ensino dos acadêmicos (BUEHL; FIVES, 2009).

Estudos com acadêmicos de Educação Física mostram que os momentos de reflexão e feedbacks emitidos pelos professores, ajudam na autopercepção da confiança para as primeiras situações de docência (LAKER; LAKER; LEA, 2008). Também contribuem para a (re)construção de crenças que promoveram melhor gestão da aula (VASSILIADOU et al., 2009). Ao longo da formação, debates e discussões podem desafiar e/ou reconhecer crenças prévias dos acadêmicos, influenciando sobre a própria capacidade de ação (TANNEHILL; MACPHAIL, 2014).

Acredita-se que a influência de dois ou mais tipos de experiências auxiliam o acadêmico a refletir sobre as suas próprias vivências. Estudos recentes têm apontado a importância de realizar reflexões sobre as experiências, como: discussão reflexiva após observações de professores mais experientes (COULTER et al., 2019), preenchimento de diário reflexivo após experiências de ensino (NI CHROININ et al., 2018), autoestudo com reflexão em grupo após as experiências de ensino (LUGUETTI et al., 2019), e reflexão orientada (FLETECHER et al., 2018). Percebe-se, portanto, que para além das

experiências, é necessário que o professor em formação ou nos primeiros anos de docência seja estimulado e orientado a refletir sobre as situações de ensino, desse modo, ele atribui significado às suas experiências e auxilia no desenvolvimento da sua prática docente (TSANGARIDOU; POLEMITOU, 2015).

Os resultados apresentam que aparentemente algumas crenças se modificaram e se desenvolveram, como: Crenças sobre a organização dos materiais: antes de estar em docência, a professora não pensava em materiais reserva e, provavelmente, ao perceber as implicações que podem fazer com que as aulas não saiam como o planejado, constituiu a prática de ter um “plano B”; Crenças sobre a organização do tempo: percebe-se que ao planejar as aulas, Maitê planeja diferentes atividades, organizando-as durante a aula, propondo aulas mais complexas e bem preparadas, proporcionando maior envolvimento e interesse dos seus alunos.

Nas crenças em relação ao clima social, percebe-se a permanência de instigar o interesse dos alunos, trazendo atividades significativas e promovendo um bom relacionamento entre alunos/alunos e alunos/professora. Porém, com o tempo, aparentemente cria-se a concepção de que as aulas de Educação Física precisam estar conectadas com as outras áreas de conhecimento, complementando umas às outras, sendo planejada de forma lúdica e contribuindo para a construção de alunos crítico-reflexivos. Também se destaca a ideia de que o professor pode ser muito próximo dos seus alunos, preocupado também com as questões pessoais, que interferem no andamento de toda a aula.

Como se observa, a professora agregou informações a partir das suas novas experiências como docente. Essas mudanças das crenças parecem estar mais relacionadas à capacidade da professora em descrevê-las melhor, do que o próprio conteúdo da crença. Conforme Folle et al. (2009), o início da carreira docente é classificada como uma etapa de sobrevivência, caracterizado por um período de turbulências e reflexões sobre o ensino, de acordo com as experiências na docência. Portanto, o contato e as experiências reais de ensino fizeram com que a professora tivesse mais familiaridade com as suas próprias crenças, fornecendo informações mais detalhadas sobre a sua prática.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou o desenvolvimento das crenças sobre o ensino de uma professora de Educação Física, de forma longitudinal, em três momentos: antes e depois

do estágio obrigatório ainda no curso de graduação e após dois anos de docência. As fontes das crenças foram constituídas, na sua maioria, no período em que a participante do estudo ainda era acadêmica, destacando as experiências de observação e feedbacks dos professores formadores e da supervisora de estágio. De fato, essas experiências se apresentam como uma importante fonte para professor sem ou com pouca experiência, e parecem ter sido significativas para Maitê, pois desenvolveram crenças que permaneceram praticamente inalteradas mesmo após dois anos de docência.

Esses resultados contrariam alguns estudos, dos quais apresentam que as crenças formadas na infância, em situações de prática motora, tanto na Educação Física escolar quanto em escolas de iniciação esportiva, permanecem estáveis mesmo após a conclusão do curso. Percebe-se que a grande maioria dos estudos investigam a formação e atuação docente em faixas etárias equivalente ao Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio. No presente estudo, Maitê é professora da Educação Infantil e portanto, não se recorda de suas experiências de prática desse período, tampouco utilizou os conteúdos das suas experiências da Educação Física ou do projeto Atleta do Futuro.

As limitações do estudo estão relacionadas à utilização de apenas um instrumento de coleta de dados, já que a orientação para os estudos sobre as crenças é que sejam utilizados dois ou mais instrumentos. Para tanto, sugere-se que futuras pesquisas adotem como instrumento: entrevistas, gravações ou observações de aulas e estimulação de memória, com objetivo de identificar e confrontar as crenças dos participantes, pois assim pode-se ter mais confiabilidade e validade ao estudo das crenças. Ainda se sugere, tanto para as investigações quanto para o desenvolvimento das crenças, o autoestudo. De acordo com LaBoskey (2004) se caracteriza em um processo sistemático em que o professor desenvolve a autoanálise e a autorreflexão da sua própria prática, por meio de diários reflexivos, conversas com amigo-crítico e feedbacks dos alunos.

Para a graduação e capacitações de professores, esse estudo demonstrou que o aprendizado de determinadas ações dos professores, como instruir e organizar, é construído por meio das observações e orientações. Desse modo, a sugestão é de que professores formadores dediquem mais tempo de suas aulas nessas situações de ensino, de forma sistemática, com o uso de fichas de observações focando na ação a ser observada e discussões em grupo após as aulas com o suporte das fichas preenchidas.

Este artigo foi produzido com o apoio da Bolsa de Pesquisa do Artigo 170, que faz parte do Programa UNIEDU, financiado pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

- ASHTON, P. T. Historical overview and theoretical perspectives of research on teachers' beliefs. In: FIVES, H.; GILL, M. G. (Eds). **International handbook of research on teachers' beliefs**. New York: Routledge, Taylor and Francis Group. 2015. p. 55-88.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. 3ª. **Lisboa: Edições**, v. 70, 2004.
- Brasil. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 4, Brasília-DF, 2009
- BANDURA, Albert. Self-efficacy: The exercise of control. 1997.
- BANVILLE, D. Novice Physical Education Teachers Learning to Teach. **JTPE**, v. 34, n. 2, 2015.
- BERNSTEIN, Eve; HERMAN, Ariela M.; LYSNIAK, Ulana. Beliefs of pre-Service teachers toward competitive activities and the effect on implementation and planning for physical education classes. **Teacher Education Quarterly**, v. 40, n. 4, p. 63-79, 2013.
- BUEHL, Michelle M.; FIVES, Helenrose. Exploring teachers' beliefs about teaching knowledge: Where does it come from? Does it change?. **The Journal of Experimental Education**, v. 77, n. 4, p. 367-408, 2009.
- CARTER, Kathy. Teachers' knowledge and learning to teach. **Handbook of research on teacher education**, p. 291-310, 1990.
- CLARK, C.; PETERSON, P. Teacher' thought processes. In. WITTRUCK, M. (Ed.). **Handbook of research on teaching**. 3. ed. New York: Macmillan, 1986. p. 255-296.
- CHRÓINÍN, Déirdre Ní; O'SULLIVAN, Mary. Elementary Classroom Teachers' Beliefs Across Time: Learning to Teach Physical Education. **JTPE**, v. 35, n. 2, 2016.
- COULTER, Maura et al. Seeing is believing: primary generalist pre-service teachers observations of physical education lessons in Ireland and Switzerland. **European Physical Education Review**, 2019.
- FANG, Z. A review of research on teacher beliefs and practices. **Educational research**, v. 38, n. 1, p. 47-65, 1996.
- FLETCHER, Tim; MANDIGO, James; KOSNIK, Clare. Elementary classroom teachers and physical education: Change in teacher-related factors during pre-service teacher education. **Physical Education and Sport Pedagogy**, v. 18, n. 2, p. 169-183, 2013.

FLETCHER, Tim et al. Teacher educators' enactment of pedagogies that prioritise learning about meaningful physical education. **Curriculum Studies in Health and Physical Education**, v. 9, n. 1, p. 76-89, 2018.

FIVES, H.; BUEHL, M. M. Spring cleaning for the messy construct of teachers' beliefs: What are they? Which have been examined? What can they tell us? In: HARRIS, K. R.; GRAHAM, S.; URDAN, T. (Orgs.). **APA Educational Psychology Handbook**. 2. ed. Washington DC: APA, 2012. p. 471-499.

FOLLE, Alexandra et al. Construção da carreira docente em educação física: escolhas, trajetórias e perspectivas. **Movimento**, v. 15, n. 1, p. 25-49, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Metodologia da pesquisa. **São Paulo: Atlas**, 2002.

GRABER, K. Research on teaching in physical education, in: V. Richardson (Ed.) **Handbook of research in teaching** (4th edn) (Washington, DC, American Educational Research Association), 491-519, 2001.

HAND, Karen E. Building Confident Teachers: Preservice Physical Education Teachers' Efficacy Beliefs. **Journal of Case Studies in Education**, v. 6, 2014.

HEMPHILL, Michael A. et al. Pre-service teacher perspectives of case-based learning in physical education teacher education. **European Physical Education Review**, v. 21, n. 4, p. 432-450, 2015.

JANUÁRIO, C. **Do pensamento do professor à sala de aula**. 1996.

JENKINS, J. M. Preservice teachers observations of experienced teachers. **The Physical Educator**, Urbana, v. 71, p. 303-319, 2014.

LABOSKEY, Vicki Kubler. The methodology of self-study and its theoretical underpinnings. In: **International handbook of self-study of teaching and teacher education practices**. Springer, Dordrecht, 2004. p. 817-869.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKER, Anthony; LAKER, Julia Craig; LEA, Susan. Sources of support for pre-service teachers during school experience. **Mentoring & Tutoring: Partnership in Learning**, v. 16, n. 2, p. 125-140, 2008.

LEVIN, B. B. The development of teachers' beliefs. In: FIVES, H.; GILL, M. G. (Eds.). **International handbook of research on teachers' beliefs**. New York: Routledge, Taylor and Francis Group, 2015. p. 89-123.

LUGUETTI, Carla et al. Developing teachers' pedagogical identities through a community of practice: learning to sustain the use of a student-centered inquiry as curriculum approach. **Sport, Education and Society**, v. 24, n. 8, p. 855-866, 2019.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7 edição. **Rio de Janeiro: Editora Atlas**, 2010.

MAXWELL, Joseph A. **Qualitative research design: An interactive approach**. Sage publications, 2012.

NAVARRO, L. P. **Autoeficacia del profesor universitario**: eficacia percibida y práctica docente. Madrid: Narcea S. A. de Ediciones, 2012.

NESPOR, J. The role of beliefs in the practice of teaching. **Journal of Curriculum Studies**, v. 19, n. 4, p. 317-328, 1987.

NÍ CHRÓINÍN, D.; O'SULLIVAN, M. Elementary classroom teachers' beliefs across time: learning to teach Physical Education. **Journal of Teaching in Physical Education**, v. 35, p. 97-106, 2016.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa de. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Travessias**, v. 2, n. 3, 2008.

ONOFRE, M. Prioridades na formação didáctica em Educação Física. **Boletim SPEF**, 12, 75-97. 1995.

O'SULLIVAN, Mary. Learning to teach physical education. **Student learning in physical education: Applying research to enhance instruction**, v. 2, p. 275-294, 2003.

PAJARES, Frank. Teachers' beliefs and educational research: Cleaning up a messy construct. **Review of educational research**, v. 62, n. 3, p. 307-332, 1992. _____ . Preservice teachers' beliefs: A focus for teacher education. **Action in teacher education**, v. 15, n. 2, p. 45-54, 1993.

PAJARES, F.; OLAZ, Fabián. Teoria social cognitiva e auto-eficácia: uma visão geral. **Teoria social cognitiva**: conceitos básicos. Porto Alegre: Artmed, v. 97, p. 114, 2008.

PHILPOT, Rod; SMITH, Wayne. Beginning & graduating student-teachers' beliefs about physical education: a case study. **Asia-Pacific Journal of Health, Sport and Physical Education**, v. 2, n. 1, p. 33-50, 2011.

RAMOS, Valmor et al. Estudos sobre o pensamento do professor e a educação física: uma análise sinóptica. **Pensar a Prática**, v. 14, n. 3, 2011. _____ . As crenças sobre o ensino dos esportes na formação inicial em Educação Física. **Journal of Physical Education**, v. 25, n. 2, p. 231-244, 2014. _____ . A aprendizagem profissional: as representações de treinadores desportivos de jovens: quatro estudos de caso. **Motriz rev. educ. fís.(Impr.)**, v. 17, n. 2, p. 280-291, 2011.

RANDALL, Lynn; MAEDA, Julianne K. Pre-service elementary generalist teachers' past experiences in elementary physical education and influence of these experiences on current beliefs. **Brock Education Journal**, v. 19, n. 2, 2010.

RICHARDSON, Virginia. The role of attitudes and beliefs in learning to teach. **Handbook of research on teacher education**, v. 2, p. 102-119, 1996..

RICHARDSON, Roberto. Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RISTOW, Leonardo. **EXPERIÊNCIAS PESSOAIS NA CONSTRUÇÃO DAS CRENÇAS SOBRE A PRÁTICA DOCENTE DE FUTUROS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA**. 2018. 148 p. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) - UDESC, Florianópolis, 2018.

SHÖN, Donald. The reflective practitioner. **How professionals think in action**. London: Temple Smith, 1983.

SKOTT, J. The promises, problems, and prospects of research on teachers' beliefs. In: FIVES, H.; GILL, M. G. (Eds.). **International handbook of research on teachers' beliefs**. New York: Routledge, Taylor and Francis Group; 2015. p. 37-54.

SOFO, S. et. al. Preservice teachers' beliefs about the curricular goals for physical education. **Missouri Journal Health, Physical Education, Recreation, and Dance**, Reston, v. 22, n. 1, p. 18-35, 2012.

TANNEHILL, Deborah; MACPHAIL, Ann. What examining teaching metaphors tells us about pre-service teachers' developing beliefs about teaching and learning. **Physical Education and Sport Pedagogy**, v. 19, n. 2, p. 149-163, 2014.

TSANGARIDOU, Niki. Teachers' beliefs. In: KIRK, David; MACDONALD, Doune; O'SULLIVAN, Mary (Eds.). **The Handbook of Physical Education**. London: SAGE, 2006. P.487-501. _____ . Trainee primary teachers' beliefs and practices about physical education during student teaching. **Physical Education and Sport Pedagogy**, v. 13, n. 2, p. 131-152, 2008. _____ . Moving towards effective physical education teacher education for generalist primary teachers: a view from Cyprus. **Education** 3-13, v. 44, n. 6, p. 632-647, 2016.

TSANGARIDOU, N.; POLEMITOU, I. Exploring pre-service classroom teachers' reflections on teaching physical education. **European Physical Education Review**, v. 2, n. 1, p. 66-82, 2015.

VASSILIADOU, Olga et al. Training in-service physical educators to improve class time management. (Formar a profesores de Educación Física en la mejora de la administración del tiempo de clase). **RICYDE. Revista Internacional de Ciencias del Deporte**. doi: 10.5232/ricyde, v. 5, n. 17, p. 33-43, 2009.

VIEIRA-ABRAHÃO, M. H. **Metodologia na investigação das crenças**. 2006.

YIN, Robert K. **Case study methods**. 2012

AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE APTIDÃO FÍSICA E COMPOSIÇÃO CORPORAL DE ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL E PRIVADA DE BRUSQUE/SC

EVALUATION OF THE LEVEL OF PHYSICAL FITNESS AND BODY COMPOSITION OF SCHOOLERS OF THE MUNICIPAL AND PRIVATE NETWORK OF BRUSQUE / SC

BARBOSA, Bruno da Silva
BRAZ, André Luiz de Oliveira

RESUMO: Com a realização do presente estudo buscamos estabelecer a prevalência de sobrepeso/obesidade e nível de aptidão física/sedentarismo nas crianças e adolescentes do município de Brusque-SC. Com os resultados, objetivamos conhecer e comparar o nível de aptidão física e a composição corporal dos escolares das séries finais do ensino fundamental da rede municipal e da rede privada de Brusque/SC. Assim, buscou-se conhecer individualmente a situação dos alunos do sexto ao nono ano na rede municipal e privada e comparar a situação dos alunos em cada contexto. O conhecimento da situação no nível de aptidão física dos alunos é um indicativo de saúde e do desenvolvimento infantil. O conhecimento da composição corporal pode demonstrar a situação nutricional dos alunos e problemas como sobrepeso e obesidade na infância. Estes aspectos podem contribuir em programas de prevenção e combate a obesidade infantil.

Palavras-chave: Educação Física. Aptidão. Escolares

ABSTRACT: *With the accomplishment of the present study we seek to establish the prevalence of overweight / obesity and level of physical fitness / sedentarism in children and adolescents of the city of Brusque-SC. With the results, we aimed to know and compare the physical fitness level and body composition of the students of the final grades of elementary school of the municipal network and the private network of Brusque / SC. Thus, we sought to know individually the situation of students from the sixth to ninth year in the municipal and private network and compare the situation of students in each context. The knowledge of the situation in the level of physical fitness of the students is indicative health and child development. Knowledge of body composition can demonstrate the nutritional status of students and problems such as overweight and obesity in childhood. These aspects may contribute to programs to prevent and combat childhood obesity.*

Keywords: *Physical Education. Fitness. Schoolchildren*

1 INTRODUÇÃO

O conceito de Educação Física escolar é encarado muitas vezes como sendo somente um momento de descontração e lazer, em que os alunos saem de sua obrigação de sala de aula para terem um momento de distração ou tempo livre. A Educação Física como o nome já diz, tem “Educação” em primeiro lugar, sendo o profissional desta área também responsável pela “Educação” e que utiliza o movimento como principal forma de educar.

A infância, afirma Copetti (1996) é a etapa mais importante na caminhada em direção à maturidade adulta, por isso, a responsabilidade e necessidade de condições propícias e adequadas neste período se tornam extremamente imprescindíveis. O crescimento e desenvolvimento adequado durante a infância são requisitos básicos para uma vida adulta saudável e ativa. O desenvolvimento infantil depende de muitos fatores, sendo eles de ordem genética, endócrina e ambiental. Tanto os fatores biológicos, como os ambientais podem modificar o curso do crescimento infantil.

O trabalho teve como objetivo principal, avaliar o nível de aptidão física e composição corporal de escolares na rede municipal e privada de Brusque/SC. Dentre os objetivos específicos, podemos verificar que o projeto também teve como objetivo verificar o nível de aptidão física e composição corporal dos escolares na rede municipal de Brusque/SC; Verificar o nível de aptidão física e composição corporal dos escolares na rede privada de Brusque/SC; Analisar a composição corporal dos escolares nos dois contextos; Analisar a relação das variáveis com aspectos de saúde dos escolares.

O estudo mostrou-se de relevância junto aos profissionais de Educação Física, aos diretores, gestores, pais, professores e escolares sobre a necessidade de um acompanhamento mais específico e direcionado as variáveis mencionadas neste trabalho, tendo em vista fatores exógenos que interferem de modo negativo no desenvolvimento infantil, no nível de atividade física e na composição corporal das crianças.

Um programa de acompanhamento destas variáveis pode ocupar uma característica evidenciada nas sociedades modernas, que é combater o sedentarismo causado pelo avanço tecnológico, o surgimento de várias doenças e diminuir distúrbios nas áreas do desenvolvimento humano, desenvolvimento motor e cognitivo.

Pesquisas nesta área podem melhorar a qualidade de vida dos escolares, modificar o estilo de vida dos mesmos e principalmente auxiliar no ensino quanto aos aspectos relacionados com o crescimento e desenvolvimento infantil saudável.

Partindo deste pressuposto, informações relacionadas às variáveis do nível de atividade física e composição corporal, podem mostrar e embasar os profissionais da área da rede de ensino público e privada na busca de uma excelência em suas aulas, com intuito de modificar e manter indicadores relacionados a saúde dos escolares.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A criança, ser humano ativo em crescimento, é parte de um processo evolutivo e como tal tem a capacidade de transformação e de mudança. (CONCEIÇÃO, 2001).

DE Marco & Melo (2002) colocam que antes de qualquer menção aos aspectos relativos ao desenvolvimento humano, reportando-se a um instrumento extremamente válido – a televisão - por se tratar de um meio de comunicação muito discutido e controvertido, que influencia o desenvolvimento infantil, bem como a escolha por parte da criança de alguma modalidade esportiva. Os autores citam a propaganda do sabão em pó, onde no final a frase usada é: não há aprendizagem sem manchas. Eles fazem uma discussão e a intenção positiva da propaganda.

Os autores ainda comentam que estão traçando um paralelo entre o desenvolvimento psicobiológico e aprendizagem no esporte. Considera-se os aspectos indissociáveis, pois não há como pensar ou referir a infância sem contemplar os meios de desenvolvimento e aprendizagem. Assim também não é possível ignorar a qualidade de vida na infância, pois as manchas às quais nos referimos anteriormente podem representar alterações positivas no desenvolvimento das estruturas neurológicas nas crianças, com ampliações das ramificações neuronais e consequente aumento do número de sinapses, constituindo um quadro neurológico perfeito para uma efetiva integração social, afetiva e motora.

Tendo em vista o crescimento do número de crianças e jovens, torna-se importante o desenvolvimento de estudos para avaliar os indicadores de saúde, nível de atividade física, o nível de aptidão física e composição corporal nessa faixa etária, levando-se em consideração, sobretudo, a influência dos contextos sobre tais respostas. Dentre as muitas razões que estimulam as pesquisas nesta área estão aquelas vinculadas à preocupação de prevenção primária e à promoção da saúde das crianças e dos adolescentes. (TOURINHO FILHO & TOURINHO, 1998)

O nível de aptidão física e as exigências mecânicas de uma tarefa influenciam grandemente em habilidade de nos movimentarmos com controle, habilidade e segurança. (GALLAHUE & OZMUN, 2005)

Segundo a OMS apud Guedes & Guedes (1995, p.22), aptidão física deve ser entendida como “a capacidade de realizar trabalho muscular de maneira satisfatória”.

Dentro dessa concepção, estar apto fisicamente significa o indivíduo apresentar condições que lhe permitam bom desempenho motor quando submetido a situações que envolvam esforços físicos.

Embora no passado houvesse certo desentendimento e confusão em relação aos componentes da aptidão física, de acordo com Barbanti (1990), hoje em dia já existe um consenso de vários autores. Os componentes mais comuns foram colocados em dois grupos: um relacionado à saúde e outro, relacionado às habilidades esportivas.

Quando menciona-se sobre saúde, conseqüentemente fala-se de qualidade de vida. A aptidão física relacionada com a saúde mede a qualidade de vida das pessoas. Segundo Barbanti (1990), oscila-se dentro de um intervalo, onde em um extremo o indivíduo estaria doente, acamado, com nenhuma possibilidade de fazer qualquer atividade, e de outro, ele estaria com uma saúde ótima, com grande capacidade funcional, em todos os aspectos da vida.

A aptidão física relacionada à saúde para Guedes (1995), contempla aqueles componentes motores cujos aspectos fisiológicos podem oferecer alguma proteção aos distúrbios orgânicos provocados por um estilo de vida sedentário. Desse modo, os índices de aptidão física relacionada à saúde tornam-se extremamente sensíveis ao desenvolvimento de determinados tipos de programas de atividade física e, demonstram também uma influência genética.

Fazem parte da aptidão física relacionada à saúde aqueles componentes que apresentam relação diretamente proporcional ao melhor estado de saúde e, adicionalmente, demonstram adaptação positiva à realização regular de atividade física e de programas de exercícios físicos.

Gallahue & Ozmun (2005) afirmam que o processo de crescimento físico, desenvolvimento motor e desenvolvimento cognitivo podem ser interrompidos por má nutrição em qualquer período entre a infância e adolescência. A má nutrição pode também servir como condição propiciadora para certas doenças que afetam o crescimento físico, desenvolvimento motor e cognitivo.

A análise da composição corporal é considerada um excelente mecanismo de observação e comparação, pois se tem o fracionamento do peso corporal em seus diferentes componentes como gordura, músculo, osso, órgãos e outros tecidos de menor proporção, tornando assim um dos procedimentos mais importantes no estudo das características morfológicas que caracterizam o organismo humano. (GUEDES E GUEDES, 1997)

A avaliação da composição corporal é um componente comum e importante da avaliação de aptidão física global. Está bem esclarecido que o excesso de gordura corporal é pernicioso para a saúde, para a qualidade de vida e prejudicial para o desenvolvimento infantil.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A amostra deste estudo foi constituída pelos escolares do sexto ao nono ano de 2 escolas da rede municipal e 1 escola da rede privada de Brusque-SC na região central da cidade, sendo especificamente escolhidos uma amostra que seja significativa para serem avaliadas e analisadas, ou seja, 10% da população dos escolares no âmbito público e privado. Após o levantamento dos dados preliminares, foram realizados os sorteios entre os alunos e escolas para posteriormente envio da carta convite, entrega do termo de assentimento e entrega do termo de consentimento livre e esclarecido. Após a assinatura dos termos, foi agendado pelo bolsista, professor e escola a data para a coleta de dados da pesquisa. Sendo esta realizada na própria escola, em local reservado, adequada para a aplicação dos testes e avaliação da composição corporal. Os instrumentos utilizados nesta pesquisa foram: Balança digital da marca plena Sport, Estadiômetro Regulável Cardiomed, Banco de Wells – para flexibilidade, Teste de força de preensão de membros superiores, Plicômetro Científico Cercorf e Trena Cardiomed. Todos os testes são testes seguros, leves e adequados para a faixa etária objeto deste estudo. São testes não invasivos e inócuos envolvendo a coleta de dados por equipamentos testados, validados e de baixa intensidade. São testes individuais, seguros e envolve as capacidades físicas: flexibilidade, força e resistência muscular. A composição corporal foi analisada mediante a realização da avaliação do peso corporal, estatura, medição de dobras cutâneas.

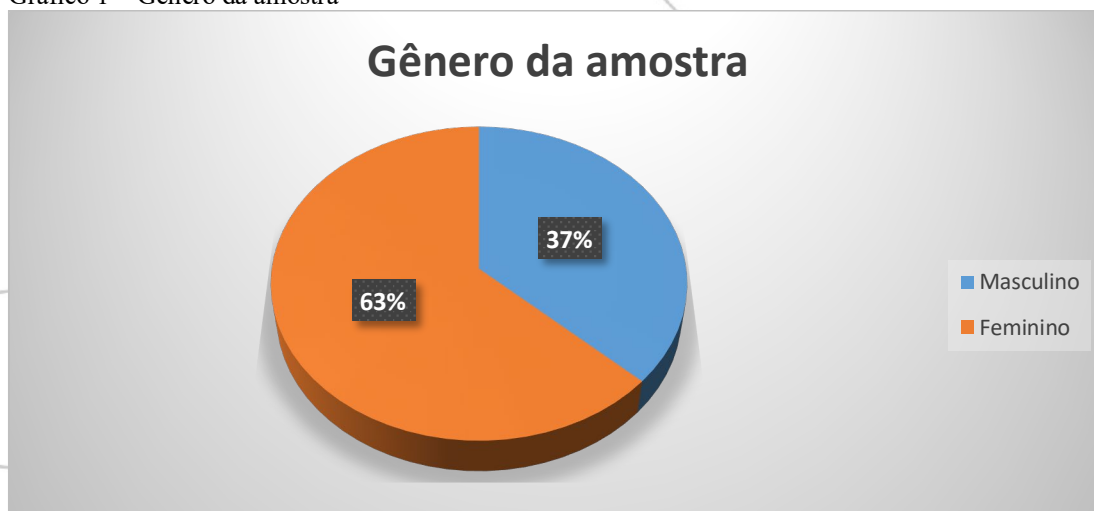
Os dados foram coletados pelo bolsista que reside no município em questão e digitados pelo mesmo. Após a digitação e tabulação, foi feita pelo orientador a confecção do banco de dados, das avaliações e da estatística dos dados. O bolsista reuniu-se uma

vez por semana com o orientador para comunicar o andamento e encaminhamento da coleta de dados. Foi ainda mantida contato via e-mail e via telefone entre bolsista e orientador. Os dados foram tabulados e mantidos em sigilo para manter a qualidade e identidade das crianças/adolescentes que farão parte da amostra.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com a realização do presente estudo esperou-se estabelecer a prevalência de sobrepeso/obesidade e nível de aptidão física/sedentarismo nas crianças e adolescentes do município de Brusque-SC. Com os resultados buscávamos conhecer e comparar o nível de aptidão física e a composição corporal dos escolares das séries finais do ensino fundamental da rede municipal e da rede privada de Brusque/SC. Assim, buscou-se conhecer individualmente a situação dos alunos do sexto ao nono ano na rede municipal e privada e comparar a situação dos alunos em cada contexto. O conhecimento da situação no nível de aptidão física dos alunos é um indicativo de saúde e do desenvolvimento infantil. O conhecimento da composição corporal pode demonstrar a situação nutricional dos alunos e problemas como sobrepeso e obesidade na infância. Estes aspectos podem contribuir em programas de prevenção e combate a obesidade infantil.

Gráfico 1 – Gênero da amostra



Conforme o gráfico 1 acima apresenta, o $n = 38$ sujeitos investigados corresponde aos 100% da amostra. Utilizando a estatística descritiva, observa-se que 63% ($n=24$) da amostra foram do sexo feminino e 37% ($n=14$) do sexo masculino.

Tabela 1 – Média de idade dos sujeitos

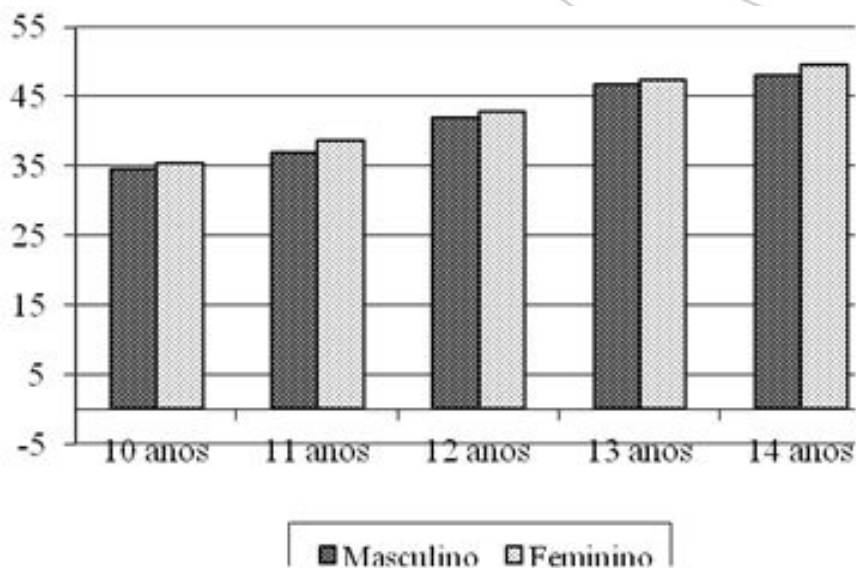
Média de idade	f	n
Masculino	13,36	14
Feminino	13,56	24
Total	13,5	38

Observa-se na tabela 1 a média de idade dos sujeitos investigados. Assim, a média de idade do sexo masculino foi de 13,35 anos de idade (n=14) e no sexo feminino foi de 13,56 anos de idade. Nota-se que por meio da estatística descritiva, a média geral dos sujeitos foi de 13,5 (n=38).

Tabela 2 – Média de Massa corporal dos sujeitos

Média de peso	F	n
Masculino	67,76	14
Feminino	45,26	24
Total	53,55	38

Observa-se na tabela 2 a média de peso corporal dos sujeitos investigados. Assim, a média de peso do sexo masculino foi de 67,76kg (n=14) e no sexo feminino foi de 45,26kg. Nota-se que por meio da estatística descritiva, a média de 53,55 contando os dois gêneros (n=38).

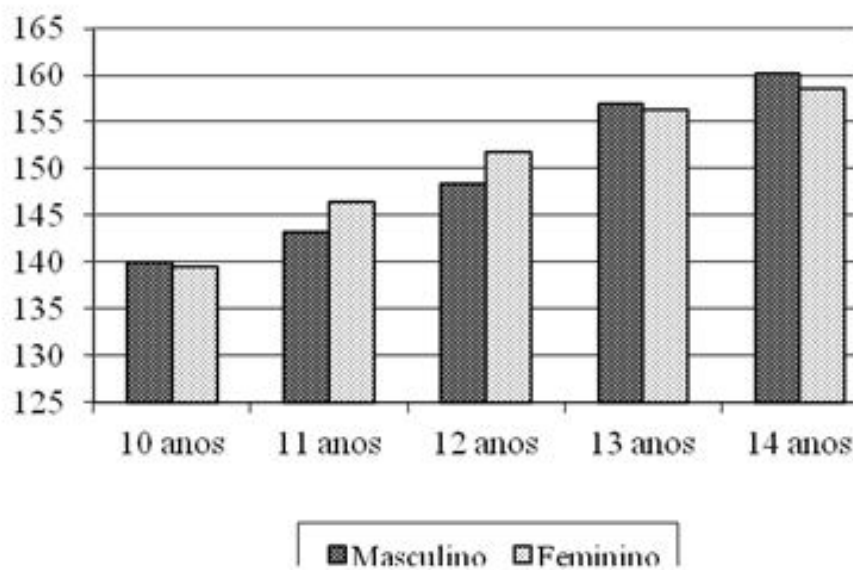


Verificando os dados, podemos analisar que os investigados em ambos os gêneros, encontram-se com níveis elevados de sobrepeso em relação à média nacional.

Tabela 3 – Média de altura dos sujeitos

Média de altura	F	n
Masculino	1,62	14
Feminino	1,56	24
Total	1,58	38

Observa-se na tabela 3 a média de altura dos sujeitos investigados. Assim, a média de altura do sexo masculino foi de 1,62m (n=14) e no sexo feminino foi de 1,56m (n=24). Nota-se que por meio da estatística descritiva, a média de 1,58m contando todos os investigados (n=38).



Verificando a tabela com a média de estatura para ambos os sexos à nível nacional, podemos analisar que os investigados do gênero masculino de nossa pesquisa (com média de 1,62 para 13 anos) estão um pouco acima em relação à média nacional. Já no gênero feminino (1,56 para 13 anos), encontram-se dentro da média nacional.

Tabela 4 – Média de IMC dos sujeitos

Média de IMC	f	n
Masculino	18,02	14
Feminino	15,64	24
Total	16,51	38

Observa-se na tabela 4 a média de IMC dos sujeitos investigados. Assim, a média de IMC do sexo masculino foi de 18,02 (n=14) e no sexo feminino foi de 15,64 (n=24). Nota-se que por meio da estatística descritiva, a média de 16,51 contando todos os investigados (n=38).

Tendo em vista que a média de idade dentre os entrevistados foi de 13 anos de idade, podemos comparar os números com outra tabela fornecida com números mais amplos também em relação à escolares.

Idade Anos completos	Masculino			Feminino		
	Baixo Peso	Sobrepeso	Obesidade	Baixo Peso	Sobrepeso	Obesidade
6	13,0	17,7	21,1	13,2	17,0	19,3
7	12,9	17,8	21,8	13,1	17,2	19,8
8	12,9	18,1	22,6	13,0	17,4	20,4
9	12,9	18,5	23,6	13,1	17,9	21,2
10	12,9	19,0	24,6	13,4	18,6	22,3
11	13,3	19,6	25,5	13,8	19,5	23,5
12	13,6	20,3	26,3	14,3	20,5	24,8
13	14,0	20,9	26,9	15,0	21,6	26,2
14	14,4	21,6	27,5	15,7	22,7	27,5
15	15,0	22,3	27,9	16,3	23,7	28,5
16	15,5	22,9	28,3	16,8	24,4	29,2
17	16,1	23,5	28,7	17,2	24,8	29,5

Podemos verificar que os investigados (com média de idade de 13 anos) estão com níveis normais de IMC, próximo ao sobrepeso no sexo Masculino. Assim como no Feminino, onde encontram-se ainda mais próximas do peso normal para sua faixa etária.

Tabela 5 – Média de flexibilidade dos sujeitos

Média de flexib.	F	n
Masculino	25,71	14
Feminino	29,75	24
Total	28,26	38

Observa-se na tabela 5 a média de flexibilidade dos sujeitos investigados. Assim, a média de flexibilidade do sexo masculino foi de 25,71 (n=14) e no sexo feminino foi de 29,75 (n=24). Nota-se que por meio da estatística descritiva, a média de 28,26 contando todos os investigados (n=38).

Idade	M. Fraco	Fraco	Razoável	Bom	M. Bom	Excelência
07 anos	< 18	18 – 21	22 – 25	26 – 29	30 – 38	≥ 39
08 anos	< 18	18 – 21	22 – 25	26 – 29	30 – 39	≥ 40
09 anos	< 18	18 – 21	22 – 25	26 – 29	30 – 39	≥ 40
10 anos	< 18	18 – 21	22 – 25	26 – 30	31 – 40	≥ 41
11 anos	< 18	18 – 22	23 – 25	26 – 30	31 – 40	≥ 41
12 anos	< 18	18 – 22	23 – 26	27 – 30	31 – 41	≥ 42
13 anos	< 18	18 – 22	23 – 26	27 – 30	31 – 41	≥ 42
14 anos	< 18	18 – 22	23 – 26	27 – 31	32 – 41	≥ 42
15 anos	< 18	18 – 22	23 – 26	27 – 31	32 – 42	≥ 43
16 anos	< 18	18 – 22	23 – 27	28 – 32	33 – 42	≥ 43
17 anos	< 18	18 – 22	23 – 27	28 – 32	33 – 42	≥ 43

Comparando as tabelas, podemos verificar que os escolares investigados do sexo masculino (com média de 25,71 para 13 anos) estão acoplados na categoria ‘Razoável’, o que não deixa de ser um resultado animador.

Idade	M. Fraco	Fraco	Razoável	Bom	M. Bom	Excelência
07 anos	< 19	19 – 22	23 – 25	26 – 29	30 – 36	≥ 37
08 anos	< 19	19 – 22	23 – 26	27 – 30	31 – 38	≥ 39
09 anos	< 19	19 – 22	23 – 26	27 – 30	31 – 39	≥ 40
10 anos	< 19	19 – 23	24 – 27	28 – 31	32 – 41	≥ 42
11 anos	< 19	19 – 23	24 – 27	28 – 31	32 – 42	≥ 43
12 anos	< 19	19 – 23	24 – 28	29 – 32	33 – 42	≥ 43
13 anos	< 19	19 – 23	24 – 28	29 – 32	33 – 43	≥ 44
14 anos	< 19	19 – 23	24 – 28	29 – 33	34 – 43	≥ 44
15 anos	< 19	19 – 23	24 – 28	29 – 33	34 – 43	≥ 44
16 anos	< 19	19 – 23	24 – 28	29 – 33	34 – 43	≥ 44
17 anos	< 19	19 – 23	24 – 28	29 – 33	34 – 43	≥ 44

Comparando as tabelas, podemos verificar que os escolares do sexo feminino (com média de 29,75 para 13 anos) estão acopladas na categoria ‘Bom’, o que de fato é um resultado animador.

Tabela 6 – Média de Dobras Tríceps

Média Dob. Tríc.	F	N
Masculino	10,22	14
Feminino	14,33	24
Total	12,81	38

Observa-se na tabela 6 a média de dobras tríceps dos sujeitos investigados. Assim, a média de dobras tríceps do sexo masculino foi de 10,22 (n=14) e no sexo feminino foi de 14,33 (n=24). Nota-se que por meio da estatística descritiva, a média de 12,81 contando todos os investigados (n=38).

Tabela 7 – Média de Dobras Escápula

Média Dob. Escáp.	f	N
Masculino	11,1	14
Feminino	14,45	24
Total	13,22	38

Observa-se na tabela 7 a média de dobras escapular dos sujeitos investigados. Assim, a média de dobras escapular do sexo masculino foi de 11,1 (n=14) e no sexo feminino foi de 14,45 (n=24). Nota-se que por meio da estatística descritiva, a média de 13,22 contando todos os investigados (n=38).

Tabela 8 – Média de força dos sujeitos

Média de força	f	n
Masculino	29,42	14
Feminino	19,16	24
Total	22,94	38

Observa-se na tabela 8 a média de força dos sujeitos investigados. Assim, a média de força do sexo masculino foi de 29,42 (n=14) e no sexo feminino foi de 19,16 (n=24). Nota-se que por meio da estatística descritiva, a média de 22,94 contando todos os investigados (n=38).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo isso, podemos afirmar que o trabalho atingiu seu objetivo de coletar e analisar dados de escolares da rede municipal e privada de Brusque/SC e comparar os dados em diferentes âmbitos, principalmente a nível nacional.

A ideia de coletar e analisar os dados de escolares da rede municipal e privada de Brusque/SC, foi de verificar a situação que as crianças se encontram em questões de Aptidão Física e Composição Corporal, após a avaliação dos dados coletados, tivemos números animadores em alguns quesitos, o que nos fazem refletir como é importante a adoção de hábitos saudáveis para uma promoção de qualidade de vida em um futuro próximo. Fatores como a genéticas, são importantes para o desenvolvimento físico e cognitivo do aluno, mas cabe a nós, profissionais de Educação Física desenvolvermos aspectos como estes durante a fase escolar.

REFERÊNCIAS

- BARBANTI, V. J., GUISELINI, M. A. Exercícios aeróbicos. São Paulo: CLR Brasileira, 1985. BARBANTI, V. J. Aptidão física um convite à saúde. São Paulo: Manole, 1990.
- BASTOS, M. Uma perspectiva de futuro para nossas crianças. In: KREBS, Ruy Jornada (Org.) et al. Desenvolvimento infantil em contexto. Florianópolis, SC: UDESC, 2001. 307 p. p.13-31.
- BEE, H. A criança em desenvolvimento. Artmed: Porto Alegre, 2003. BEE, H. O ciclo vital. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. BERLEZE, A., HAEFFNER, L. S. B. Rotina de atividades infantis de crianças obesas nos contextos familiar e escolar. Cinergis, Santa Cruz do Sul, RS, v. 3, n. 2, p. 99-110, jul./dez., 2002.
- CAVAGLIERI, C. R., ROCHELLE, M. C. Nutrição, sistema imunológico, exercício e qualidade de vida. In: MOREIRA, W. W., SIMÕES, R. (Orgs). Esporte como fator de qualidade de vida. Piracicaba, SP: UNIMEP, 2002, 378 p., p. 325 - 334.
- CONCEIÇÃO, S. R. A. O desenvolvimento infantil e a legislação: reflexão sobre a cidadania da criança. In: KREBS, R. J. (Org.) et al. Desenvolvimento infantil em contexto. Florianópolis, SC: UDESC, 2001. 307 p. p.261-287.
- COPETTI, F. O desenvolvimento de crianças de teutônia, interpretado através do paradigma ecológica-humano. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, R.S., 1996.
- FERREIRA, J. V. ; FERREIRA, A. G. O exercício físico e o desenvolvimento da criança na literatura médica e pedagógica de Setecentos. Revista Portuguesa da Ciências do Desporto, v. 2, n. 4, p. 64-71, 2002.
- FITZGERALD, H. E. Psicologia do desenvolvimento: O bebê e a criança pequena. Rio de Janeiro: Campus, 1986. GALLAHUE, D. L., OZMUN, J. C. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. São Paulo: Phorte, 2005.
- GUEDES, D. P., GUEDES, J. E. R. P. Atividade física, aptidão física e saúde. Revista brasileira de atividade física e saúde, Londrina, PR, v. 1, n.1, p.18-35, 1995.
- GUEDES, D. P.; GUEDES, J. E. R. P. Crescimento composição corporal e desempenho motor: de crianças e adolescentes. São Paulo: CLR Balieiro, 1997.
- HAEFFNER, L. S. B. et al. Ação multiprofissional no tratamento da obesidade na infância e adolescência: relato de uma experiência. Cinergis, Santa Cruz do Sul, v. 3, n.1, p. 7-22, jan/jun, 2002.
- HAYWOOD, K. M. , GETCHELL, N. Desenvolvimento motor ao longo de toda vida. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HOFFAMAN, S. J.; HARRIS, J. C. Cinesiologia, o estudo da atividade física. Porto Alegre: Artmed editora, 2002.

MALINA, R. M. ; BOUCHARD, C. Atividade física do atleta jovem, do crescimento à maturação. São Paulo: Roca, 2002.

MANOEL, E. Criança e desenvolvimento: algumas notas numa perspectiva etária. In: KREBS, R. J. (Org.) et al. Desenvolvimento infantil em contexto. Florianópolis, SC: UDESC, 2001.307 p. p.47-60.

MARCO, A. de; MELO, J. P. de. Desenvolvimento humano, educação e esporte. In: MOREIRA, W. W., SIMÕES, R. (Orgs). Esporte como fator de qualidade de vida. Piracicaba, SP: UNIMEP, 2002, 378 p., p. 337-352.

MATHEWS, D. K. Medida e avaliação em educação física. 5. ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980. MCARDLE, William D.; KATCH, Frank I.; KATCH, Victor L. Fisiologia do exercício: energia, nutrição e desempenho humano. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

NETO, Carlos. A motricidade como expressão do desenvolvimento da criança: algumas notas histórias e pedagógicas. In: KREBS, R. J. (Org.) et al. Desenvolvimento infantil em contexto. Florianópolis, SC: UDESC, 2001.307 p. p.81-99.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W. Desenvolvimento Humano. 7. ed. Porto Alegre: 2000.

PEREIRA, M. A. O cuidado e a proteção da criança. In: KREBS, R. J. (Org.) et al. Desenvolvimento infantil em contexto. Florianópolis, SC: UDESC, 2001.307 p. p.289-296.

RODRIGUES, D. Uma reflexão sobre dimensões da motricidade na estimulação do desenvolvimento. In: KREBS, R. J. (Org.) et al. Desenvolvimento infantil em contexto. Florianópolis, SC: UDESC, 2001.307 p. p.237-249.

SANTOS, M. do C. dos. Compromisso com a criança em desenvolvimento: difícil tarefa.. In: KREBS, R. J. (org.) II Encontro Latino-Americano para Estudos da Criança: Desenvolvimento Infantil. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2002, 244 p. p.186.

SOUZA, O. F. de; PIRES NETO, C. S. Alterações anual do desenvolvimento físico de meninos de 9 para 10 anos de idade. Revista Brasileira Ciência e Movimento. Brasília, v. 10, n. 3, p. 19 24, jul. 2002.

TOURINHO FILHO, H. TOURINHO, L. S. P. R. Crianças, adolescentes e atividade física: aspectos maturacionais e funcionais. Revista Paulista de Educação Física. São Paulo, v. 12, n. 1, p. 71-84, jan. /jun. 1998.

WINNICK, J. P. Educação física e esportes adaptados. São Paulo: Manole, 2004.

a, v. 10, n. 2, p. 37-85, 2000.

**EVASÃO E ABANDONO ESCOLAR: UM ESTUDO PROPOSITIVO
PARA SISTEMATIZAR POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO**

***SCHOOL EVASION AND ABANDONMENT: A PROPOSED STUDY
TO SYSTEMATIZE PUBLIC PREVENTION POLICIES***

STACHESKI, Ana Lucia Damasio¹
BRUNS, Juliana Pedroso²
SIEGEL, Aline Thaís³
NUNES, Camila da Cunha^{4*}

RESUMO: No Brasil, a evasão e o abandono escolar preocupam, principalmente no que se refere às escolas públicas, sendo um desafio, não somente da esfera governamental nacional, mas também estadual e municipal. Diante disso, objetiva-se analisar as percepções dos gestores e professores que atuam nos anos finais do ensino fundamental nas escolas municipais de Educação Básica do município de localizada no Vale do Itajaí (SC) sobre a problemática da evasão e abandono escolar. Para tal, realizou-se uma pesquisa qualitativa e de campo. Participaram 17 gestores da Rede de Ensino Municipal do município estudado. Como fonte de dados foi utilizado entrevista semiestruturada com o recurso de gravador, e dados disponíveis no sistema do Programa de Combate à Evasão Escolar (APOIA). A análise e interpretação dos dados foi realizada a partir da análise de conteúdo. Os resultados evidenciaram que entre os principais fatores que colaboram para a evasão ou abandono escolar estão a influência familiar; perspectiva de vida devido ao desestímulo e desinteresse dos alunos; e discrepância entre idade/série ocasionados pela retenção escolar; trabalho; dificuldade de aprendizagem; e, transferência de escola.

Palavras-chave: Escola. Evasão escolar. Abandono escolar.

ABSTRACT: *In Brazil, school evasion and abandonment are of concern, especially with regard to public schools, and are a challenge not only at the national government level, but also at the state and municipal levels. Given this, the objective is to analyze the perceptions of managers and teachers who work in the final years of elementary school in the municipal schools of Basic Education in the city of Vale do Itajaí (SC) about the problem of school evasion and abandonment. To this end, a qualitative and field research was carried out. Seventeen managers of the Municipal Education Network of the studied municipality participated. As a data source we used semi-structured interviews with the recorder feature, and data available in the system of the School Evasion Program (APOIA). Data analysis and interpretation was performed based on content analysis. The results showed that among the main factors that contribute to school evasion or abandonment are family influence; life perspective due to discouragement and disinterest of students; and discrepancy between age / grade caused by school retention; job; learning disability; and school transfer.*

¹ Curso de Graduação em Educação Física, Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE).

² Especialista em Educação pela UNIFEBE, UNIFEBE.

³ Especialista em Educação pela UNIFEBE, UNIFEBE.

⁴ Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau (FURB), Professora na UNIFEBE.

*camila.nunes@unifebe.edu.br

Keywords: *School. School evasion. School abandonment.*

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a evasão e o abandono escolar preocupam, sobretudo, quando constatada nas escolas públicas, tanto estaduais como municipais. Essa realidade, traz à luz dos governantes (federais, estaduais e municipais) um desafio constante de enfrentamento para mudar essa realidade. Pode-se visualizar isso, pela representatividade que o tema vem ocupando. Ações como políticas públicas, voltadas para a sua diminuição, bem como o envolvimento de setores/entidades e, ainda, metas que refletem em tal aspecto nos Planos Nacionais de Educação ao longo dos anos e, sobretudo, no correspondente ao período atual (Plano Nacional de Educação 2014-2024), são manifestações dessa preocupação.

Exemplificando, no Brasil, segundo o Censo Escolar que corresponde ao período 2014-2015, há uma crescente da taxa de evasão na medida em que o aluno avança os anos finais do ensino fundamental, sendo que a taxa de evasão no 5º ano é de 3,0% e no 9º ano 7,7%; já no caso de abandono é de 1,3% e 3,6%, respectivamente. Esses dados sinalizam que há uma evasão de 6,5% nos anos finais do ensino fundamental em escolas municipais, com maior incidência em escolas das áreas rurais. Se comparado ao período de 2007-2008 as taxas estavam diminuindo, mas no período de 2014-2015 novamente tornou a aumentar (INEP, 2017).

No estado de Santa Catarina referente ao mesmo período 2014-2015, a taxa de evasão nos anos finais foi de 4% (INEP, 2017). Além disso, verificou-se no Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação referente ao período de 2016 a 2017, que no município estudado o percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequentam o ensino fundamental é de 93,70%, no entanto, o percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído cai para 74,50%, o que representa defasagem escolar, e a necessidade de iniciativas para o alcance da meta prevista no Plano Municipal de Educação de 90% até 2025.

“Nesse contexto, alunos com mais de 15 anos, estudando no ensino fundamental são considerados com defasagem escolar” (IBGE, 2015, p. 57). No ano de 2010, o estado de Santa Catarina, registrou que de 15,99 a 20,00% da população com 15 a 17 anos de idade estava estudando no ensino fundamental (IBGE, 2015). Sabe-se que essa defasagem escolar pode ocasionar o próprio processo de evasão e abandono escolar. A evasão não

ocorre somente em escolas de uma Rede específica, mas em todas as Redes de Ensino e em unidades urbanas e rurais.

Mais precisamente no município escopo deste estudo, informações recentes, atestam que essa problemática paira sobre a região⁵, pois o número de ocorrências para registrar o abandono escolar aumentou. Os dados, justificam e atestam a necessidade de um estudo mais apurado, objetivando conhecer os determinantes da evasão e abandono escolar, para que se possa projetar estratégias de enfrentamento dessa problemática. Por meio do conhecimento da realidade, poder-se-á propor ações de monitoramento e acompanhamento pedagógico. Diante dessas considerações, objetiva-se analisar as percepções dos gestores e professores que atuam nos anos finais do ensino fundamental nas escolas municipais de Educação Básica do município localizada no Vale do Itajaí (SC) sobre a problemática da evasão e abandono escolar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A evasão e o abandono escolar comprometem a universalização da educação e o “[...] pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Além disso, acarreta em consequências no processo de escolarização do estudante, interferindo na oportunidade de acesso e permanência. Também, como consequência, impacta negativamente na erradicação do analfabetismo. Origina-se principalmente, na transição dos estudantes para os anos finais do ensino fundamental e com maior ênfase no ensino médio.

Embora ocorram esforços do ponto de vista conceitual para definir a evasão e o abandono escolar, não há um consenso. A sua polissemia é resultado do parâmetro que se utiliza como referência para conceituação. Diante disso, a evasão, pode ser compreendida como “[...] o ato de evadir-se, fugir, abandonar; sair, desistir; não permanecer em algum lugar. Quando se trata de evasão escolar, entende-se a fuga ou abandono da escola em função da realização de outra atividade” (RIFTEL; MACALARNE, 2010, p. 1).

Partindo de uma compreensão técnica, evasão e abandono, são compreendidos de forma distinta. Isto é, “abandono quer dizer que o aluno deixa a escola num ano mas retorna no ano seguinte. Evasão significa que o aluno sai da escola e não volta mais para o sistema” (INEP, 1998). Nesse caso, o índice de evasão é composto pelo “[...] número

⁵ Como região compreende-se o próprio município e os municípios limítrofes.

de educandos que, em condições adversas e hostis do meio, não completaram um determinado período de formação” (PARANÁ, 2012, p. 8).

Também, o abandono pode se caracterizar “[...] quando o aluno se afasta do Sistema de Ensino, desiste das atividades escolares que frequentava, sem solicitar transferência” (PARANÁ, 2012, p. 8). Nesse caso, a garantia de acesso e permanência vem à tona infringindo os direitos sociais da criança e do adolescente. O acesso e permanência no processo de escolarização é assegurado Constitucionalmente (BRASIL, 1988) e, também pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ao conceber a educação como dever do Estado garantida mediante a oferta de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade (BRASIL, 1996).

Apesar dos diferentes olhares, habitualmente a evasão e o abandono – podem ser percebidos – como resultante de fatores internos e externos (SILVA FILHO; ARAÚJO, 2017) tendo como parâmetro as instituições de ensino. Caracterizam-se como internos os relacionados a escola, resultantes de fatores por ela mediados. Já os externos estão relacionados ao contexto social que rodeiam os estudantes e determinam as suas ações. Ambos, evasão e abandono, são relacionados em alguns casos ao fracasso escolar (MADALÓZ; SCALABRINE; JAPPE, 2012).

Dentre os fatores internos e externos, podem ser provenientes e decisivos na escolha de ficar ou não na escola: “drogas, tempo na escola, necessidade de trabalhar, excesso de conteúdo escolar, alcoolismo, localização da escola, vandalismo, falta de formação de valores e preparo para o mundo do trabalho, [...]” (SILVA FILHO; ARAÚJO, 2017, p. 36); além desses, outros estão relacionados “a dificuldade nas disciplinas, ânsia por uma escola diferente, percepção de melhores oportunidades de trabalho com a continuidade dos estudos e a importância atribuída na escolha à escola” (SOARES *et al.*, 2015).

Também são mencionadas, questões familiares, que envolveram a mudança de bairro e cidade, trabalhar, casar-se ou ter filhos; outro aspecto, envolve tipos de violência, manifestos em sentir-se marginalizado e brigas com colegas; e, estar reprovado e não gostar de estudar (AURIGLIETTI; SCHMIDLINLÖHR, 2014). Outros aspectos evidenciados são: “[...] pouca utilização de tecnologias educacionais que motivem os alunos e contribuam nos processos de ensino-aprendizagem, precariedade na estrutura escolar e curricular, pouca capacitação dos professores e a falta de investimentos por parte do governo” (CABRAL, 2017, p. 1).

Além disso, não se sentir participe do processo também parece contribuir para o aumento desses indicadores sociais. A utilização de métodos didáticos pouco atrativos e/ou ultrapassados, “[...] ou de uma prática cristalizada como por inexperiência, acabam por desenvolver o conteúdo de forma descontextualizada e sem sentido para o aluno” (SILVA FILHO; ARAÚJO, 2017, p. 45). Sendo assim, quando o aprendizado é pouco assimilado e desconexo com a sua realidade, sem uma aplicabilidade, surgem tendências à evasão e abandono escolar (SCHULTHEISS; STEAD, 2004).

A variabilidade de elementos elencados, demonstram que cada realidade atribui relevância diferente as práticas sociais, neste caso, ao processo de escolarização e a sua primazia. Outra forma de classificação, sugere como causa fatores endógenos e exógenos (AURIGLIETTI; SCHMIDLINLÖHR, 2014) que embora denominado de forma distinta, se aproximará dos fatores citados anteriormente.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Realizou-se uma pesquisa qualitativa e de campo. Na pesquisa qualitativa busca-se interpretar a realidade “[...] dentro dos seus contextos naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas lhes atribuem” (DENZIN; LINCOLN, 2011, p. 3, tradução nossa). A pesquisa de campo “[...] consiste na busca de informações nos locais onde elas se encontram, conforme elas se encontram” (RAUEN, 2015, p. 163).

Os participantes envolvidos no desenvolvimento da pesquisa foram as 17 gestores das 17 escolas municipais que ofertam os anos finais do ensino fundamental, sendo que entrevistou-se um gestor de cada unidade de ensino. Entende-se a partir de Lück (2009, p. 22) gestores como: os profissionais responsáveis pela organização e orientação administrativa e pedagógica da escola, da qual resulta a formação da cultura e ambiente escolar, que devem ser mobilizadores e estimuladores do desenvolvimento, da construção do conhecimento e da aprendizagem orientada para a cidadania competente. Para tanto, cabe-lhes promover a abertura da escola e de seus profissionais para os bens culturais da sociedade e para sua comunidade. Sobretudo devem zelar pela constituição de uma cultura escolar proativa e empreendedora capaz de assumir com autonomia a resolução e o encaminhamento adequado de suas problemáticas cotidianas, utilizando-as como circunstâncias de desenvolvimento e aprendizagem profissional.

Ainda para Lück (2009, p. 22): a equipe de gestão é composta por: “diretor escolar, [...] diretores assistentes ou auxiliares, coordenadores pedagógicos, supervisores, orientadores educacionais e secretários escolares”. De modo a manter a privacidade de cada gestor entrevistado, utilizar-se-á no decorrer do texto a letra G para designar os Gestores participantes, seguidos do número de ordem da coleta dos dados, a saber: G1, G2, G3, e assim sucessivamente, até o G17. Além disso, as falas serão grifadas em itálico para melhor visualização e não será distinguido o sexo dos participantes.

O tempo de desenvolvimento de atividades de gestão nas escolas em que a pesquisa foi realizada, variou de três meses a 24 anos, sendo que, nove G estavam na gestão entre três meses e três anos; seis a mais de três anos até 10 anos; e, dois a mais de 10 anos atuando na área da gestão na mesma instituição escolar. Apenas dois G sempre desenvolveram atividades na área de gestão. Os outros 15 foram professores antes de serem G.

Para oportunizar a percepção dos G realizou-se uma entrevista semiestruturada, utilizando o recurso do gravador para o registro. Também, utilizou-se de dados disponíveis no sistema do APOIA. A análise e interpretação dos dados foi realizada mediante a análise de conteúdo, realizada manualmente.

As reflexões realizadas, derivam de investigação resguardada eticamente sob o Parecer 3.350.091 e Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) número 13829119.8.0000.5636 concedido após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Percebeu-se que os motivos que podem ocasionar a evasão e o abandono escolar no ensino fundamental, a partir da percepção dos G, são: a **influência familiar; perspectiva de vida; reprovação; trabalho; dificuldade de aprendizagem e transferência de escola**. Por vezes, percebeu-se que a combinação de dois ou mais desses motivos levou o aluno ao abandono e/ou evasão.

Unanimemente, o principal responsável em ocasionar evasão/abandono, segundo os G, é a **família**, devido à falta de incentivo. É de suma importância e é obrigação da família acompanhar os filhos durante a sua trajetória escolar, conforme descrito no artigo 229 da Constituição Federal: “os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores”. Ademais, direito também assegurado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional. Aliada à

questão da estrutura familiar que foi evidenciada também como resultando na evasão, deixa margens para a interpretação de que a família, muitas vezes, não está cumprindo seu papel legal e ainda, seu papel de incentivo.

O G9 do mesmo modo observa que não concorda que a retenção escolar seja um motivo de evasão e sim, a falta de apoio familiar. É evidente que há uma falta de diálogo entre a família e a escola e “essa ausência de compreensão sobre o papel conjunto da escola e da família no desempenho escolar de estudantes interfere diretamente no modo como ambas estabelecem suas relações” (ALBUQUERQUE; AQUINO, 2018, p. 315).

Quanto a quais ações poderiam ser desenvolvidas pela comunidade escolar para combater o abandono e a evasão, percebeu-se novamente que a participação da família e da comunidade é fundamental para a permanência dos alunos nas escolas. Para romper com a evasão ou o abandono escolar, é necessário *“fazer a família entender que é somente através da educação que esse aluno tem chance, tem alguma chance de ter um emprego melhor né, seria isso!”* (G2).

Nas escolas, é muito comum os educadores conferirem à posição social das famílias e ao contexto sociocultural o fracasso escolar dos estudantes. Neste contexto, a culpa do fracasso escolar é totalmente vinculada ao aluno e determinada por suas condições sociais e carência cultural, um ponto de vista determinista e tendencioso, que confere à realidade um caráter inabalável e desconsidera a possibilidade pragmática de encontrar soluções para os problemas, predestinando o aluno ao fracasso escolar (SOUZA; SILVA, 2018).

Nóvoa (2009) reflete sobre as responsabilidades que a escola toma para si e as denomina de “escola no centro da coletividade”, ou seja, uma instituição empenhada em causas sociais, assumindo para si o papel de “reparadora” da sociedade, uma escola denominada pelo autor como transbordada de conteúdos, pois procura compensar as deficiências da sociedade, chamando para si todas as missões possíveis. De certa forma, todos nos reconhecemos nesta escola que consagra nossas convicções, porém corre-se o risco de ao concentrar-se nas dimensões sociais, a escola acabe por conceder uma menor atenção às aprendizagens na qual, “primeiro estão os alunos, as suas necessidades e o seu desenvolvimento; depois vem o trabalho escolar propriamente dito” (NÓVOA, 2009, p. 60).

O autor supracitado discorre que muitos educadores se reconhecem nesse cenário, contudo, sem negar a importância das aprendizagens, pois, alguém imagina que

as questões da saúde e do bem-estar, físico e psicológico, não interferem no desenvolvimento e na aprendizagem [...]? Alguém se atreveria a pôr em causa o papel da escola na prevenção da toxicodependência ou na promoção de comportamentos saudáveis? [...] e assim por diante, mas, ao produzir estas justificações, estamos permanentemente a remeter para dentro da escola um conjunto de tarefas e de missões que são da responsabilidade primeira de outras instâncias e instituições (NÓVOA, 2009, p. 61).

Em relação ao papel legal, o ECA, em seu artigo 129, inciso V, em relação às Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsável, determinada a “[...] obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar” (BRASIL, 1990). Outro indicador esteve relacionado à **perspectiva de vida**, a falta de sonhos das crianças. Ainda esse mesmo indicador é acompanhado da falta de interesse.

A distorção idade-série, causada na maioria das vezes por sucessivas reprovações também foi evidente na fala dos G. A **reprovação** geralmente é a consequência de uma série de ocorridos, como faltas, desinteresse, atos violentos. Em relação ao abandono escolar, Silva Filho e Araújo (2017, p. 44) retratam um apanhado geral: em 203 estudos no assunto, chegam-se a algumas conclusões relevantes: notas baixas no início do processo educativo é um forte aspecto de previsão de futuro abandono; desempenho inadequado frequente costuma implicar reprovação; faltas, atos delinquentes e abuso de substâncias ilegais são fortes preditores de abandono.

Além da reprovação, outra justificativa para a defasagem idade-série vem da **transferência** de outras escolas, geralmente fora do estado de Santa Catarina. A adaptação e transferência de escola é outro indicador que ficou em evidência nas entrevistas. No mesmo momento em que a entrevista foi realizada, um G estava tentando contato com uma mãe que mudou de casa, e relatou: *“ela não fez a transferência do aluno, é um aluno ótimo, mas está quinze dias fora da escola. Eles mudam e não fazem a transferência do aluno. [...] Às vezes eles chegam aqui em abril e eles não iniciaram ainda o ano letivo (G13).*

Segundo o G3, esse fato das famílias estarem sempre se movimentando interfere na condição escolar do aluno, pois, devido a isto, não se possibilita a criação de vínculos. A mudança de localidade continua sendo um problema para as escolas. Aspecto que contribui também para a **dificuldade de aprendizagem** também apontada como um indicador que acarreta a evasão e o abandono.

Em algumas realidades escolares os G relataram que alguns alunos acabam abandonando a escola devido ao ingresso no mercado de **trabalho**. Quatro G citaram que os alunos preferiam trabalhar do que estudar, sendo apontado como “[...] *uma questão cultural*” pelo G15.

Além dos motivos mencionados pelos G, a partir dos dados do período de 2017 até maio de 2019 extraídos do Sistema APOIA, observou-se que os motivos cadastrados, se aproximam aos já mencionados pelos G e outros se apresentam, a saber: ausência de transporte; mudança de Unidade de Ensino; família não localizada para contato; problemas familiares; tratamento médico / saúde; desinteresse do estudante/família; viagem temporária; dificuldades de aprendizado; problemas de relacionamento no ambiente escolar; trabalho; gravidez; envolvimento com drogas; e, casamento; distorção idade / série; problemas emocionais.

Diante das evidências, tanto fatores intrínsecos como extrínsecos à escola, acabam por contribuir para o afastamento do âmbito escolar. Silva Filho e Araújo (2017, p. 39) também asseveram que os fatores intrínsecos e extrínsecos à escola, como drogas, sucessivas reprovações, prostituição, falta de incentivo da família e da escola, necessidade de trabalhar, excesso de conteúdos escolar, alcoolismo, vandalismo, falta de formação de valores e preparo para o mundo do trabalho influenciam diretamente nas atitudes dos alunos que se afastam da escola. Esses obstáculos, considerados, na maioria das vezes, intransponíveis para milhares de jovens, engrossam o desemprego ou os contingentes de mão de obra barata.

Coincidindo com alguns dos motivos expressos na pesquisa, ao que podemos perceber, parecem estar muito próximos e até alguns sendo os mesmos, além de outros eventuais motivos que podem vir a desestimular o estudante e que, muito possivelmente, não são identificados. Dessa forma, impossibilitando ações por parte das entidades envolvidas.

No que se refere a fase/ano(s) dos Anos Finais que há maior ocorrência de abandono e/ou evasão escolar e por quê, dois gestores afirmaram que na escola em que eles trabalham não tinham enfrentado nenhum embate relacionado ao tema, justificando que nos Anos Finais eles sempre tentam conversar e acabam conseguindo trazer o aluno de volta, afirmando que este é um problema que acontece apenas no Ensino Médio na escola.

Nenhum entrevistado citou o sexto ano, pois disseram que no sexto ano *“é tudo novidade, eles acabaram de sair dos anos iniciais e querem ser veteranos nesse nível”* (G6). A falta de maturidade também acaba segurando a permanência deles na escola. O G7 mencionou que era no oitavo ano, porque foi o único caso de evasão que teve conhecimento da escola e que logo depois foi encaminhado à Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O G6, G8 e G17 estabeleceram o sétimo ano como fase de maior ocorrência, justificando a escolha por perceberem um grande número de reprovações, que já vem sendo empurrados no sexto ano porque existe aquele período de adaptação, mas *“começam com as faltas. Já entramos com o APOIA, aí já gera um desinteresse”* (G17) que vai causando a falta de motivação já citada anteriormente. O G13, G11, G12, G14 e G4, localizaram entre o sétimo e o oitavo ano que visualizam maior evasão e/ou abandono, novamente trazendo a reprovação como causa e retornando ainda a outro indicador bastante discutido anteriormente, que é a família. A família que não incentiva o aluno que já está desmotivado e o fato de os pais não terem formação, muitas vezes colabora para a desistência do aluno. O G9 citou que o motivo que ele mais vê de evasão e abandono é a *“gravidez na adolescência”*.

Cinco entrevistados disseram que para a evasão acontecer independe da série, pois os causadores da evasão e do abandono acompanham a escola em todos os Anos Finais do Ensino Fundamental. Justificaram as afirmações com a maioria dos exemplos já citados no primeiro questionamento, da dificuldade de aprendizagem, distorção idade-série, mudança, entre outros fatores como o trabalho. Isto parece ocorrer porque *“os adolescentes acham que são adultos o suficiente e começam a querer algumas coisas que muitas vezes os pais não podem bancar e aí deixam a escola por não sentirem a necessidade dos estudos”* (G10).

O G15, ao citar que a evasão e/ou abandono independe da série, relatou um obstáculo relacionado ao fato dos alunos da escola fazerem o curso de Menor Aprendiz, pois: *“se o aluno tem médico, vai no horário da escola não do Instituição⁶, dentista mesma coisa ou resolver alguma questão familiar... o aluno tem que faltar por qualquer razão, tudo os pais sacrificam o horário da escola porque lá no Instituição ele não pode faltar”* (G15). Os pais usam de uma centralidade do trabalho na vida da família e deixam a impressão de que tudo que é feito é mais importante do que a escola.

⁶ Omitida o nome da Instituição para preservá-la.

Assim como em outros contextos, todos os G têm conhecimento de algum estudante que abandonou ou evadiu-se da escola enquanto estava nos Anos Finais, que por vezes não era da escola em que eles trabalhavam, mas que tinham conhecimento de que ocorria com frequência em algumas localidades. O G17 citou que organiza um trabalho de prevenção:

“a gente faz um trabalho de conscientização e profissionalização, porque depois que eles chegam numa idade que eles perdem o interesse a gente não consegue mais que eles fiquem e permaneçam na escola”.

Alguns G aproveitaram para ilustrar suas respostas usando a evasão/abandono que aconteceu na escola na qual são gestores para apresentar as ações que foram desenvolvidas no caso. A maioria dos G afirmou que primeiro tentam ter uma conversa com os alunos e chamam a família para conversar, no intuito de resolver o problema com o diálogo e mostrando a importância de estar na escola, além de todos os prejuízos que ele pode ter estando fora dela. No sentido da escola se esforçar para combater a evasão e o abandono escolar, o papel do professor é muito importante.

A má relação entre professor e aluno, muitas vezes fria, mecânica e distanciada, ou a forma como a escola se organiza, principalmente dos curtos tempos de aula que cada professor tem em determinadas turmas, o qual é insuficiente para trabalhar conteúdos em sala, são outros fatores apontados como prejudiciais para a continuidade dos estudos dos jovens (PARANÁ, 2014, p. 3).

Outra ação descrita pelos gestores foi buscar auxílio no sistema APOIA. Em oito relatos ele foi citado. Desse modo, apesar de haver formas de registro quando há casos de alunos ausentes por meio do APOIA, que objetiva “[...] garantir a permanência na escola de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos, para que concluam todas as etapas da Educação Básica [...], promovendo o regresso à escola daqueles que abandonaram os estudos sem concluí-los integralmente” (SANTA CATARINA, 2015, p. 9), as iniciativas parecem insuficientes.

Geralmente são os coordenadores que trabalham em conjunto com os professores para estar atentos ao número de faltas e as justificativas. O G11 citou que a família tem medo de que a direção acione o Conselho Tutelar:

“aí a gente aciona o Conselho, manda o comunicado pra família e tem funcionado graças a Deus; muitas famílias mantêm o filho na escola graças às ameaças do Conselho”.

O G11 citou que as vezes o que vai resolver a situação não é o Conselho Tutelar obrigar o aluno a estar na escola, pois ele virá desmotivado, *“às vezes já são repetentes, a faixa etária não condiz com a da turma, então quando eles completam 15 anos a gente sugere pra eles participar da EJA”*. A EJA por vezes é uma saída que a escola encontra para que no mínimo os estudantes finalizem o Ensino Fundamental.

G5 e G14 exemplificaram casos que tiveram a intervenção da polícia, além do Conselho Tutelar e Ministério Público. Em um dos casos a mãe trabalhava o dia inteiro e sequer sabia que o filho não estava indo para a escola. Ao investigar o caso, a escola acionou a polícia, pois ele contou que *“não estava vindo para a escola por medo, pois ele tinha se envolvido em uma situação em que uma pessoa estava atrás dele o ameaçando então ele não estava saindo de casa”* (G5). Outra situação era de um aluno que desde a pré-escola apresentava

“comportamento muito inadequado na escola, foi levando, foi feito muito trabalho com ele, com o Conselho Tutelar, polícia militar, coordenadores, com o apoio da secretaria de educação com psicólogo, enfim [...]” (G14).

A escola utilizou-se de todos os recursos que julgou necessários para o caso, mesmo assim ele abandonou a escola. O artigo 56 do ECA evidencia a responsabilidade da escola nesses casos, comunicar o Conselho Tutelar: “Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de: [...] II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares; III - elevados níveis de repetência” (BRASIL, 1990).

Sobre como a gestão escolar age quando identifica um caso de possível abandono ou evasão escolar, a maioria dos G já se utilizou de exemplos para ilustrar sua resposta, alguns apenas repetiram o que já tinham mencionado. O registro no sistema APOIA teve uma ênfase maior, junto com o Conselho Tutelar, aparecendo em conjunto com a importância que tem de a escola ter registros, todas as ações e decisões registradas em Ata.

O G7 deixou transparecer que a escola precisa ter a sensibilidade de perceber que se a evasão/abandono ocorreu por problema psicológico, é importante que esse aluno seja encaminhado para o psicólogo. Alguns G (G3; G6; G12; G14) complementaram suas respostas novamente trazendo à tona a família, que o principal é o contato com a família. “A mediação familiar é muito importante no momento em que o aluno demonstre interesse em sair da instituição antes da conclusão de seu curso, visto que, para muitos, a

escola é a única fonte de informação, devido à sua condição social” (SILVA FILHO; ARAÚJO, 2017, p. 45).

Essa tentativa de a escola por meio da gestão escolar tentar buscar o apoio da família por vezes é fracassada, pois segundo o G7,

“geralmente a família que é o problema, às vezes o filho até rende muito pela família que tem!”.

O G13, juntamente com as ações desenvolvidas pela escola citou como exemplo um caso de transferência que a mãe não vai na escola pegar os documentos necessários.

Com base nesse ofício e realizando uma reflexão acerca das vivências dos G, solicitou-se quais ações podem ser desenvolvidas no contexto escolar para que o abandono ou evasão não ocorram, alguns G reforçaram o que já haviam dito anteriormente, como a importância de chamar o aluno para conversar, pois às vezes a palavra do professor consegue ter influência sobre a decisão dos alunos, envolvendo o aluno com atitudes positivas.

Foi evidenciado o papel da escola, relacionando desde a parte estrutural até a criatividade dos professores e da escola. O G13 citou um projeto que existiu há alguns anos, chamado “Projeto Classe de Aceleração”, que atualmente seria a correção de fluxo. Outra ideia mencionada para combater a evasão e o abandono esteve relacionada ao projeto Mais Educação. O relato de G3 se assemelha ao que o G11 relatou sobre a presença das crianças no contraturno escolar, porém não voltado tanto à área cultural, mas como um reforço, com atividades extracurriculares.

No ECA, é evidenciado o papel do governo em conjunto com a família, em acompanhar a frequência dos estudantes: “§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola” (BRASIL, 1990). O G9 ressaltou a importância do incentivo do poder público: *“maior investimento e valorização da educação por parte do poder público”*. O G14 trouxe a ideia de iniciativas culturais para serem realizadas na escola.

Por fim, o assunto chegou novamente no tema família. Os G que abordaram a temática falaram que geralmente precisam realizar uma cobrança efetiva para os pais participarem das ações que a escola promove e que a escola precisa cobrar a responsabilidade dos pais com as crianças. O G4 citou que o segundo passo seria um assessoramento para a família: *“deveria ter um órgão, uma política pública que busque*

pelas famílias”. Poderia funcionar com algum termo de responsabilidade para os pais assinarem, no entanto, não são todos os pais que comparecem quando chamados e isso acaba dificultando as tentativas de auxílio.

Verificou-se que é desenvolvido ações em parceria com o Conselho Tutelar, exceto em uma escola que não, pois no momento não apresentava casos de evasão ou abandono. As ações desenvolvidas apontadas pelos gestores, perpassam pelo cadastro no Sistema APOIA, citado por G2; G4; G6; G7; G8; G9; G10; G11; G12; G13; G15 e G17, contudo, G12 enfatiza que além do APOIA *“está tendo um trabalho com a polícia militar e que eles têm vindo nas escolas uma vez por mês para fazer um trabalho de formação de cidadão”*. O G5 e o G14 também relataram que o Conselho Tutelar tanto no ano passado quanto nesse ano promoveu oficinas para a comunidade escolar antes do ano letivo, orientando sobre questões de evasão e da família e, também, o G5 enfatizou que *“[...] a polícia militar também tem feito um trabalho nas escolas sobre formação do cidadão”*.

Entretanto, G7, evidenciou alguns percalços durante a utilização do sistema APOIA, observando que se *“[...] é um site pesado, difícil, as coisas não salvam, então as vezes tem que fazer várias vezes. Então, nem a parte ali de tecnologia que é só preencher um formulário, a coisa é fácil!”*. Além disso, G2, G3 e G11, expuseram que dificuldades de diálogo e ação do Conselho Tutelar. Nesse sentido, *“o problema da qualificação parece o nó da questão, portanto, a identidade do Conselho está estreitamente relacionada à aquisição de habilidades, por um lado, e ao processo de legitimação, por outro”* (FRIZO; SARRIERA, 2006, p. 208). Já, o G8 observa que quando acionado *“o Conselho Tutelar rapidamente na maioria das vezes acaba entrando em contato com a família ou indo na casa da criança”*, porém, *“as vezes o Conselho Tutelar também só manda a criança voltar pra escola mas não dá um suporte, não dá um amparo... pra ele o importante é a criança estar na escola, mas o quê que motiva estar na escola, parece que não é observado... ainda esse suporte com a família!* (G7).

Quanto ao o que acreditam que precisa ser pensado em termos de políticas públicas para combater a evasão e o abandono escolar, G2, G3, G4, G5, G9, G10, G12, G14, G15 e G16, relataram que é necessário uma valoração da educação por parte das políticas públicas, além da necessidade de existir *“escolas mais bem adaptadas para que o aluno queira ficar na escola, goste da escola... com professores treinados para trabalhar com aqueles alunos que tem [...] dificuldades e então principalmente fazer uma*

escola mais agradável” (G2), é necessário “que os governos pensem realmente que isso precisa nas escolas e a educação é primordial. A educação é em primeiro lugar!” (G16). Pérez Gómez (2015) discorre que o currículo convencional da escola, baseado em perguntas que têm uma única resposta previamente memorizada, não pode inspirar nos alunos a paixão por aprender, investigar, descobrir e aplicar. A aprendizagem de conteúdos desconexos sufoca o desejo de conhecer, já que o envolvimento real do aluno nas atividades perpassa pelo entusiasmo em descobrir, sendo esta, condição essencial para que haja a aprendizagem bem-sucedida.

Além disso, também foi enfatizado que com o investimento do poder público haveria mais recursos para a prática desportiva dos alunos nas escolas. Nesta direção de oportunizar outras atividades que atraiam os estudantes, para Pérez Gómez (2015, p. 29)

[...] é preciso reinventar a escola, para que ela seja capaz de estimular o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções que são necessários para conviver em contextos sociais, heterogêneos, variáveis, incertos e saturados de informação e contextos caracterizados pela supercomplexidade.

A importância do investimento em políticas de auxílio às famílias também foi pontuada por G6, G7, G8 e G17. Frizzo e Sarriera (2006), ponderam que as práticas de educação dos filhos são transmitidas através de tradições familiares, que só são interrogadas quando outros grupos ou instituições sociais confrontam seus saberes e práticas com as práticas familiares. É o caso da escola, por exemplo, que pode compor uma fonte de aprendizagem para os pais e para as crianças no que se relaciona às práticas apropriadas de cuidado com os filhos. É o caso, também, da intervenção do Conselho Tutelar, que pode classificar como inadequadas certas práticas pedagógicas familiares tradicionais, forçando os pais, principalmente, a mudar alguns hábitos domésticos de cuidado e educação dos filhos.

O G11 observa ainda, que seria preciso programas para combater a retenção escolar, pois os índices de evasão ou abandono escolar estão atrelados a retenção do aluno e, conseqüentemente, diretamente no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O IDEB é uma forma de monitoramento do desempenho educacional que reúne, em um só indicador, dados do fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações (INEP, 2015). O G13 relembra ainda a questão da progressão automática, mas não a vê como algo positivo. Pozzobon, Mahendra e Marin (2017) indicam que a retenção escolar não pode significar um fracasso e, para tanto, é indispensável que as escolas, assim como

a sociedade, deixem de classificar os alunos. Portanto, é necessário um termo que remeta ao trabalho de equipe envolvido e indispensável no processo de ensino e aprendizagem, no qual alunos, pais, professores, escolas e políticas públicas se tornem mais adequados, trabalhando juntos, para que todos alcancem sucesso.

Ao serem questionados, G3, G4, G5, G6, G7, G8, G10, G11, G13 e G14 afirmaram que o desempenho do aluno na escola está diretamente atrelado ao rendimento escolar e, conseqüentemente, ao seu interesse e motivação em permanecer na instituição. Diante desse fato, o G7 discorre que algumas ações são desenvolvidas na escola com o objetivo de promover a recuperação e a motivação desses alunos.

O G16 observa a questão da discrepância idade/série como um fator de evasão e abandono e afirma que caso percebam que o aluno está muito distante da idade/série, orientam esse aluno a continuar seus estudos na EJA.

Dois dos G (G2 e G12) observam ainda que nem sempre a retenção escolar é um indicativo de evasão ou abandono. A discrepância idade/série é ocasionada pela retenção escolar, Pérez Gómez (2015) observa que a retenção escolar não propõe um tratamento adequado aos problemas e dificuldades de cada aluno e que sem dúvida, na maioria das vezes gera alunos sem autoestima que se consideram fracassados ou excluídos do grupo que lhe corresponde. Nesse caminho, a progressão continuada pode ser vista como positiva, na medida em que observa Bertagna (2008), extrapola a concepção da aprovação automática no sentido de ser apenas a implementação de uma norma administrativa, mas considera o aspecto pedagógico, a crença em que todo aluno é capaz de aprender. Desse modo, sempre ocorrerá progresso de aprendizagem, mesmo que em níveis diferentes. Atrelada a essa concepção está a crença em que todos podem aprender se lhe forem oferecidas as condições e recursos necessários para a aprendizagem.

Contudo, o G12 relata que não acreditar que a retenção escolar seja um indicativo de evasão e que na escola em que gesta utiliza alguns

“meios de recuperação das notas, como recuperação paralela e tentamos focar em cada aluno para minimizar suas dificuldades [...], os professores fazem o máximo para que nenhum aluno se sinta inferior ou excluído por qualquer problema de rendimento”.

Ainda, complementa fazendo referência a importância da família no rendimento escolar do aluno, afirmando:

“se há estrutura familiar o aluno mantém os estudos mesmo que passe por alguma dificuldade” (G12).

O G7 relatou que não conhecia nenhuma ação externa de conscientização ou ação para a diminuição da incidência de evasão e abandono escolar, já o G3, G4, G12, G13 e o G15 relataram que conforme já exposto, conhecem e utilizam o sistema APOIA como um recurso para acionar o Conselho Tutelar em casos de evasão ou abandono dos alunos. O G3 afirma que o sistema *“na verdade não é um estímulo é uma imposição”*, também expõe que conhece esse sistema, mas que além dele, na escola em que gesta realizam palestras com o intuito de conscientizar os alunos da importância de estarem na escola, igualmente, o G17 relatou que desenvolvem palestra para a conscientização e tem o Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência). A questão da conscientização ficou bem evidente na fala dos G.

Além dessas iniciativas, o G5 discorre que vem sendo realizadas parcerias com outros órgãos, como da área da saúde, por exemplo, com a finalidade de *“promover alguns eventos e palestras sobre saúde, drogas, educação...”*, igualmente, o G2 assinala que *“atualmente a gente está tentando fazer um projeto junto com a unidade de saúde junto com a enfermeira chefe da unidade de saúde, com palestras motivacionais de autoestima pra que esse aluno tenha mais prazer em vir pra escola”*.

Já, o G10 e o G16 atentam novamente para a questão do reforço escolar como a permanência dos alunos na escola. O G8 também expõe que *“[...] evasão não se combate, o que se combate é a repetência que é a causa da evasão”*, corroborando com Pérez Gómez (2015, p. 34) *“[...] repetir o mesmo tratamento fracassado anteriormente, não pode ser uma estratégia recomendável”*, sendo imprescindível refletir sobre as práticas de retenção nas escolas. O G14 relata que a escola em que gesta é uma das escolas parceiras do Santa Catarina pela Educação.

Além da importância do diálogo entre a família e a escola, G1, G4, G8 e G13 observam que é preciso incitar o interesse no aluno e ampará-lo pedagogicamente. Complementando, G5 relatou que *“em termos de políticas públicas envolve um contexto geral porque se proporcionar boas condições de moradia, emprego, entre outras coisas para as pessoas e investir em educação, tudo melhora porque é pela educação que se consegue uma vida melhor!”*. Sob essa ótica, corrigir as desigualdades sociais perpassa as justificativas de políticas públicas.

O G15 ainda traz à tona, uma questão peculiar e que merece atenção por parte do poder público, ele observa:

tem algumas questões que incidem e a questão do trabalho infantil é uma delas, e aí é comum né... a gente sabe informalmente e muito sutilmente de casos de alunos que trabalham... quando eles percebem que alguém da escola tá tomando conhecimento disso, já tem toda uma organização pra esconder... e se isso acontece na comunidade é porque tem alguém que gera emprego pra essas crianças esses menores né... [...], e eu acho que isso é uma questão que tem que ser pensada até juridicamente, tem que haver mais investigação nesse sentido né, [...] é muito escondidinho, até porque todo mundo sabe que existem leis hoje que incidem sobre isso e são bastante severas até então... é complicado viu, é difícil de se pensar e aí... você tenta né por meio de palestras, de sensibilização de diálogos, mas é o que a gente tem de recurso hoje se tratando de comunidade.

Com relação ao exposto pelo G acima, o ECA prevê em seu Art. 60, a proteção à criança e ao adolescente, vedando a proibição de “qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz” (BRASIL, 2017), contudo parece que nem sempre essa legislação é respeitada e a escola fica à mercê de situações como essa que precisam ser banidas para propiciar uma educação com mais qualidade para todos os alunos, com vistas a combater a evasão e o abandono escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na realidade estudada, os motivos relatados que podem ocasionar a evasão e o abandono escolar no ensino fundamental são: a influência familiar; perspectiva de vida; retenção escolar; trabalho; dificuldade de aprendizagem e transferência de escola, se aproximando ao que ocorre em outros locais. Observou-se que os G demonstram preocupação pela questão apresentada, procurando realizar os encaminhamentos necessários para evitar que ocorra e procuram dialogar com a família para posteriormente fazer o registro no sistema APOIA, acionando o Conselho Tutelar para dar continuidade no processo.

As medidas apontadas para tentar combater esse tipo de ocorrência na escola, incidiram sobre a oferta do reforço escolar, atividades culturais e esportivas no contraturno, palestras, aulas mais atrativas, ações em parceria com os postos de saúde e com outras Instituições. Além disso, há iniciativas como o Proerd que auxilia no trabalho de conscientização. Evidenciou-se que o não sentimento de pertencimento dos alunos ao contexto escolar, devido a serem inativos no processo ou não terem oportunidade de vivenciar a escola além do processo de escolarização, também contribui para tal. Exposto, fica-nos a reflexão e a necessidade de se (re)pensar em ações intersetoriais, pois o abandono e a evasão escolar não ocorrem somente devido as ocorrências no interior do contexto escolar.

Desse modo, esperamos que a pesquisa proporcione uma reflexão sobre a problemática que merece vigilância dos órgãos públicos, já que uma sociedade mais justa e democrática, se faz com educação. Para tal, é necessário mais que obrigatoriedade, é preciso proporcionar condição, pois uma não se efetiva sem a outra. Diante disso, sugere-se pesquisas futuras que envolvam o Conselho Tutelar, as Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, a Gerência Regional de Educação, a rede de atenção à saúde e de assistência social local, os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Assistência Social, da Educação e da Saúde, para saber como percebem esta problemática.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, J. A. AQUINO, F. S. B. Psicologia Escolar e Relação Família-Escola: um Levantamento da Literatura. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 23, n. 2, p. 307-318, 2018.
- AURIGLIETTI, R. C. R.; SCHMIDLINLÖHR, S. Evasão e abandono escolar: causas, consequências e alternativas - o combate a evasão escolar sob a perspectiva dos alunos. **Cadernos PDE**, v. 1, p. 1-21, 2014.
- BERTAGNA, R. H. Ciclos, Progressão Continuada e Aprovação Automática: contribuições para a discussão. **Educação: teoria e prática**, v. 18, p.73-86, 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.Htm. Acesso em: 2 abr. 2019.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf. Acesso em: 07 out. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 02 out. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 2 abr. 2019.
- CABRAL, C. G. L. **Evasão escolar: o que a escola tem a ver com isso?**. 2017. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Artigo-Carine.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2018.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Introduction:** The discipline and practice of qualitative research. The Sage handbook of qualitative research. 4. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2011.

FRIZZO, R. K.; SARRIERA, J. C. Práticas Sociais com Crianças e Adolescentes. O impacto dos Conselhos Tutelares. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 26, n. 2, p. 198-209, 2006.

IBGE. **Atlas geográfico escolar:** ensino fundamental do 6º ao 9º ano. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100880_cap1_pt2.pdf. Acesso em: 2 abr. 2019.

INEP. **Ideb.** 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/ideb>. Acesso em: 2 abr. 2019.

INEP. **Indicadores de Fluxo Escolar da Educação Básica.** Brasília, DF: DEED/INEP, 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/apresentacao/2017/apresentacao_indicadores_de_fluxo_escolar_da_educacao_basica.pdf. Acesso em: 29 mar. 2019.

INEP. **Informe estatístico do MEC revela melhoria do rendimento escolar.** 1998. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/informe-estatistico-do-mec-revela-melhoria-do-rendimento-escolar/21206. Acesso em: 2 dez. 2018.

LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MADALÓZ, R. J.; SCALABRIN, I. S.; JAPPE, M. O Fracasso Escolar sob o Olhar Docente: Alguns Apontamentos. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul: Universidade da Caxias do Sul, 2012. p. 1-13.

NÓVOA, António. **Professores:** imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.

PARANÁ. **Caderno de subsídios para acompanhamento pedagógico.** Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2012.

PARANÁ. **Caderno de subsídios para acompanhamento pedagógico.** Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2012.

PARANÁ. **Cadernos PDE:** Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. Paraná, Governo do Estado: Secretaria da Educação, 2014.

POZZOBON, M.; MAHENDRA, F. MARIN, A. H. Renomeando o fracasso escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 3, p. 387-396, 2017.

RAUEN, F. J. **Roteiros de iniciação científica**: os primeiros passos da pesquisa científica desde a concepção até a produção e a apresentação. Palhoça: Ed. Unisul, 2015.

RIFFEL, S. M.; MALACARNE, V. **Evasão escolar no ensino médio**: o caso do Colégio Estadual Santo Agostinho no município de Palotina - PR, 2010. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1996-8.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2019.

SANTA CATARINA. **Ministério Público**. Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude. Manual do Sistema APOIA Online. 2. ed. Florianópolis: MPSC, 2015.

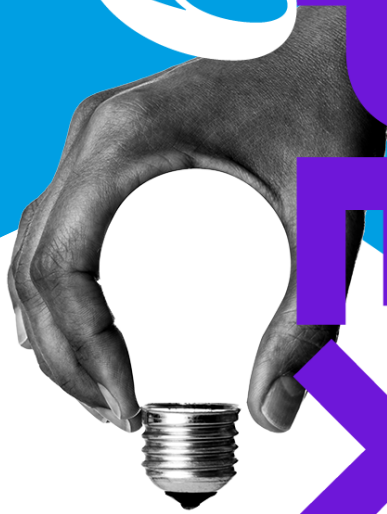
SOUZA, S. J.; SILVA, K. B. De quem é a responsabilidade pelo fracasso escolar? **Polêm!ca**, v. 18, n. 3, p. 54-72, 2018.

SCHULTHEISS, D. E. P.; STEAD, G. B. Childhood Career Development Scale: Scale Construction and Psychometric Properties. **Journal of Career Assessment**, v. 12, n. 2, p. 113-134, may 2004.

SILVA FILHO, R. B.; ARAÚJO, R. M. L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan.-jun. 2017.

SOARES, T. M. *et al.* Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 757-772, jul./set. 2015.

2019 ENPEX



ARTIGOS

Engenharia Civil

ANÁLISE E EXECUÇÃO DE LAUDO TÉCNICO DOS EDIFÍCIOS HISTÓRICOS E QUE COMPÕE O PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE BRUSQUE/SC

ANALYSIS AND PRODUCTION OF TECHNICAL REPORT OF HISTORICAL BUILDINGS AND COMPOUSING THE HISTORICAL HERITAGE OF BRUSQUE/SC

FACHI, Ivan M¹
OLINGER, Cristiano. Orientador²

RESUMO: Com o intuito de valorizar, estudar e preservar os edifícios históricos localizados no município de Brusque/SC, procederam-se visitas *in loco* em 3 destas construções, sendo elas, a Villa Renaux, o Instituto Aldo Krieger e a antiga Maternidade Cônsul Carlos Renaux, onde foram registradas as patologias e demais problemas presentes. Detendo estas informações, e pesquisas bibliográficas para compreender as causas do problema, foram propostas medidas corretivas por meio de laudo técnico em engenharia civil, com o objetivo final de preservação destas unidades, e permitir assim que estejam em idôneas condições físicas para que as próximas gerações possam ter acesso as mesmas.

Palavras-chave: Construções Históricas. Patologia. Preservação.

ABSTRACT: *In order to enrich, study and preserve the historical buildings located in the city of Brusque/SC, on-site visits were made to 3 of these buildings, Villa Renaux, the Institute Aldo Krieger and the former Maternidade Cônsul Carlos Renaux, at these places were recorded the pathologies and other problems presents. Holding this information, and bibliographic research to understand the causes of the problem, by means of technical report in civil engineering, corrective measures were proposed with the ultimate goal of preservation of these buildings, and thus allow them to be in good physical condition for the next generations.*

Keywords: *Historical Buildings. Pathology. Preservation.*

¹ Graduando em Engenharia Civil, Estudante da 9ª Fase do Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE.

² Mestre em Engenharia Civil, Docente no Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE. Professor Orientador.

ivan.fachi@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Os edifícios históricos do município de Brusque, contam e preservam a cultura e história local. Os mesmos fazem parte do cotidiano dos residentes da cidade, mesmo não frequentando o interior de tais lugares, pois muitos se encontram fechados à visitas, constituem de maneira antropológica a formação da identidade comum à seus cidadãos, seja por sua arquitetura, meios construtivos e materiais, serviço à sociedade ou pela importância dos personagens que lá passaram.

Este laudo técnico tem o objetivo de registrar e relatar as manifestações patológicas, suas causas, e proposições de reparo. Sendo analisadas a Villa Renaux, o Instituto Aldo Krieger e a antiga Maternidade Cônsul Carlos Renaux.

Há grande importância que se realize este levantamento para que de fato os órgãos competentes, como a Prefeitura Municipal de Brusque, a Fundação Cultural de Brusque, o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, e a própria sociedade tomem conhecimento da situação física atual das construções históricas.

Com as visitas *in loco* foi possível registrar manifestações patológicas e da situação dos revestimentos, estruturas, coberturas/telhados, pinturas, pisos, portas, janelas, situação elétrica, adequação às normas do Corpo de Bombeiros de Brusque/SC, entre outros aspectos. Seguindo aos registros, procedeu-se ao estudo e apresentação de cada problema visando uma abordagem individualizada.

Para o presente trabalho optou-se pela utilização de métodos não destrutivos às análises das patologias, primando pela bibliografia e inspeções visuais, pois como relata Lerma et al (2013) algumas vezes as análises dos materiais para determinação das características físicas químicas envolvem testes destrutivos, entretanto estes são desfavoráveis à integridade do edifício, e muitas vezes são difíceis de implementar.

Tendo sido estudadas as patologias e defeitos será proposto ao órgão competente, adjunto à este trabalho de pesquisa melhorias para a revitalização do ambiente.

2 ORGÃOS PÚBLICOS DE PRESERVAÇÃO DOS EDIFÍCIOS HISTÓRICOS

No Brasil, o instituto a nível federal que cuida do patrimônio histórico foi criado em 1937, pelo presidente Getúlio Vargas, com a nomenclatura de IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, este possui 27 superintendências divididas

pelos Estados do país mais o Distrito Federal e é diretamente ligado ao Ministério da Cultura.

O decreto-lei federal nº 25, de 1937, institui no Brasil as normativas para o tombamento de bens históricos. Para tal, se tratando de construções, o proprietário do imóvel poderá ou não ganhar uma indenização. Não será dada a indenização quando o proprietário se voluntariar ao tombamento ou este ser notificado do andamento do processo e não se manifestar.

A lei ainda prevê:

“O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.”
(BRASIL. Decreto-Lei nº 25, 1937, Art. 19)

Em nível municipal, tem-se o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) com um único historiador responsável por assessorar a Fundação Cultural de Brusque, sendo que no supracitado DPH o cargo de Diretor não é ocupado desde 2015.

A responsabilidade em manter os edifícios históricos em estado de boa conservação é da prefeitura, entretanto em casos de imóveis tombados com proprietários, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas a responsabilidade pela idoneidade da construção é destes últimos.

3 VILLA RENAUX

3.1 CÔNSUL CARLOS RENAUX

A família Renaux, uma das famílias mais influentes da história do município de Brusque/SC, tem seu sobrenome homenageado em inúmeras construções, ruas e praças. Isto tudo se deve ao reconhecimento de sua importância na formação desta cidade.

Karl Christian Renaux, mais conhecido como Carlos Renaux nasceu em março de 1862, veio para o Brasil em 1882, onde passou pelo Rio de Janeiro/RJ, Blumenau/SC, e outras cidades, sendo neste último município onde conseguiu, devido às suas habilidades em finanças e economia, um emprego como caixeiro na firma de Germano Willerding. E após foi transferido para a filial localizada em Brusque/SC (NIEBUHR, 2012).

Como descreve Mosimann (2000), Renaux regressa a Europa em 1920, onde é nomeado Cônsul e após 10 anos volta a morar em Brusque, iniciando a construção de sua residência (Villa Renaux ou Villa Goucki) projetada pelo arquiteto alemão Eugen Rombach. Sua arquitetura é inspirada nos mesmos padrões da casa que este já vivia na Alemanha.

Figura 1 – Residência do Cônsul Carlos Renaux na Alemanha em Baden-Baden



Fonte: Sociedade de Amigos de Brusque – SAB (2015). Adaptado.

3.2 A VILLA RENAUX

A construção iniciou-se em 1932 e findou-se em 1935, sua construção foi acompanhada pelo filho mais velho do Cônsul, Otto Renaux. É também conhecida pelo nome de Villa Goucky, acompanhando o costume da época de homenagear a esposa nomeando-se a residência com seu sobrenome, neste caso a terceira esposa, Maria Augusta Linaerts Renaux, ou Guta, como era chamada.

Localizada na Rua Primeiro de Maio, nº 1.000, bairro de mesmo nome, em uma colina. É cercada por árvores e plantas ornamentais que compõem um jardim, entretanto em sua época de construção era possível ver a construção da Rua.

É composta por três níveis principais (figura 2) mais o sótão, com a divisão em duas alas principais, a primeira sendo a casa principal, e a segunda, a casa de serviço e operários, possuindo dois pavimentos. As duas alas são ligadas por um passadiço.

No primeiro nível, possui paredes que alcançam quase 60 cm de espessura, diminuindo para menos que 30 cm nos pavimentos superiores, seu pé direito no nível social (2º pavimento) tem 3,35 m. O método construtivo adotado foi a alvenaria estrutural com tijolos cerâmicos maciços. Como já havia energia elétrica no local, a casa já foi construída com os eletrodutos e sistema elétrico, não demandando reformas de implantação posteriores.

4 INSTITUTO ALDO KRIGER

4.1 MAESTRO ALDO KRIEGER

Aldo Krieger criou, junto com alguns de seus parentes, a Jazz Band América, considerada a primeira do Estado. Assim como biografia Krieger (2004), estudou no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico em 1953, onde foi aluno de Villa Lobos. Foi

professor de música do Ginásio Cônsul Carlos Renaux, fundou o Conservatório de Música de Brusque, regeu a Associação Coral de Florianópolis, apresentou-se em vários programas televisivos e teatros, e ocupou um cargo na secretaria de educação e cultura do Estado, além de ter composto os hinos do centenário de Brusque e Blumenau. Faleceu em 12 de outubro de 1972, em Florianópolis.

4.2 A RESIDÊNCIA DE ALDO KRIEGER

Localizada na Rua Paes Leme, nº 63, bairro Centro, não se sabe com precisão a data do início da construção, entretanto estima-se a década de 20. Com um estilo ítalo-germânico, foi erigida por Ludwig Lüebke, e adquirida por Aldo Krieger em 1950 e em 1951 realizou uma pequena ampliação na parte de trás da residência, adicionando espaço para um fogão a lenha e banheiro. A figura 2 apresenta a fachada frontal na atualidade.

5 MATERNIDADE CÔNSUL CARLOS RENAUX

5.1 CONCEPÇÃO E INÍCIO DA CONSTRUÇÃO

O Cônsul Carlos Renaux, em reunião à membros da Associação das Damas Evangélicas, em 10 de novembro de 1936, demanda à Comunidade a doação de um terreno para a construção de uma maternidade. Assim que lhe é dado a aprovação, iniciam-se as obras, tendo o Cônsul fornecido tudo que é necessário à sua construção, desde os projetos até os acabamentos. A inauguração é realizada em 20 de março de 1938 (KUCHENBECKER, 2010).

5.2 A MATERNIDADE CÔNSUL CARLOS RENAUX

Localizada na Rua Pastor Sandrescky, bairro Centro, o edifício é composto por 4 níveis, sendo o porão, térreo, primeiro pavimento e sótão. Suas características arquitetônicas e grandiosidade ainda impressionam os passantes.

Figura 2 - Villa Renaux na data de visitação (a), Instituto Aldo Krieger na data de visitação (b), antiga Maternidade Cônsul Carlos Renaux na data de visitação (c)



(a)

(b)

(c)

Fonte: O autor (2018)

6 PATOLOGIAS ENCONTRADAS, SUAS CAUSAS E REPARO

6.1 ESTUQUE DA VILLA RENAUX

O estuque é uma argamassa composta de cal, gesso, areia fina, água, podendo haver cimento e/ou pó de mármore. Pode ser utilizado tanto para paredes quanto para forros, há uma prévia armação de “fasquios”, ou seja, pequenos sarrafos de madeira que formam uma superfície com encurtados vãos para a aderência do estuque, conforme representa a figura 3. Na Villa Renaux foi identificada está técnica nos forros.

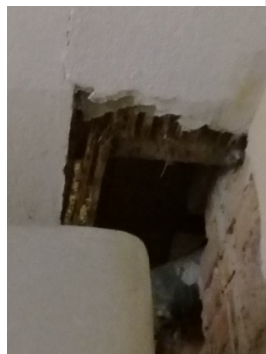
“Esta técnica caiu em desuso em virtude da falta de mão-de-obra e também devido às deformações sofridas pelas peças em madeira, preferindo-se hoje, o uso de gesso sob a forma de placas pré-fabricadas.” (NP 315, 1963, apud PEREIRA, 2010, p. 17).

Para Silveira et al (2002), o estuque era realizado em diversas camadas, sendo a primeira uma argamassa de cal aérea assentada sobre os fasquios, a segunda, uma pasta de cal com gesso escuro e areia, tendo 3 a 5 mm de espessura, e a camada final, formada por uma pasta ou argamassa de gesso e cal aérea de aproximadamente 3 mm. Nos tetos, o reboco deveria ter uma espessura de até 1 cm sob a face inferior do fasquiado. No esboço de regularização utilizavam-se as ferramentas talocha ou esparavel, após o reboco estar seco, e desempenado depois com uma régua e novamente alisado à talocha.

Patologia encontrada: No porão da Villa Renaux, no recinto onde está localizado o maquinário para o aquecimento e resfriamento da residência, encontrou-se uma abertura no estuque (figura 3) com cerca de 35 cm de comprimento, muito provavelmente

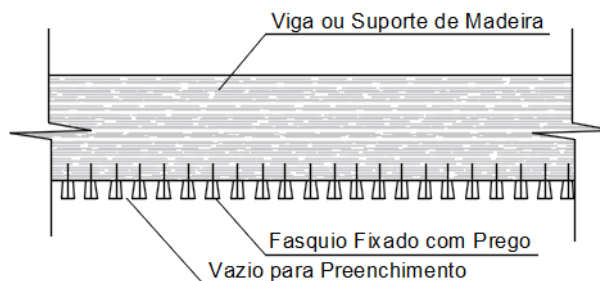
realizada manualmente, com martelo e cinzel, visto que há um duto presumivelmente instalado em épocas atuais.

Figura 3 - Abertura do estuque do teto (a), representação da técnica do faquiado (b)



(a)

Fonte: O autor (2018)



(b)

6.2 UMIDADE DA VILLA RENAUX

A umidade é uma das maiores causadoras de patologias em edificações na região de Brusque/SC. Ela pode ser dividida quanto ao seu fenômeno, tendo-se:

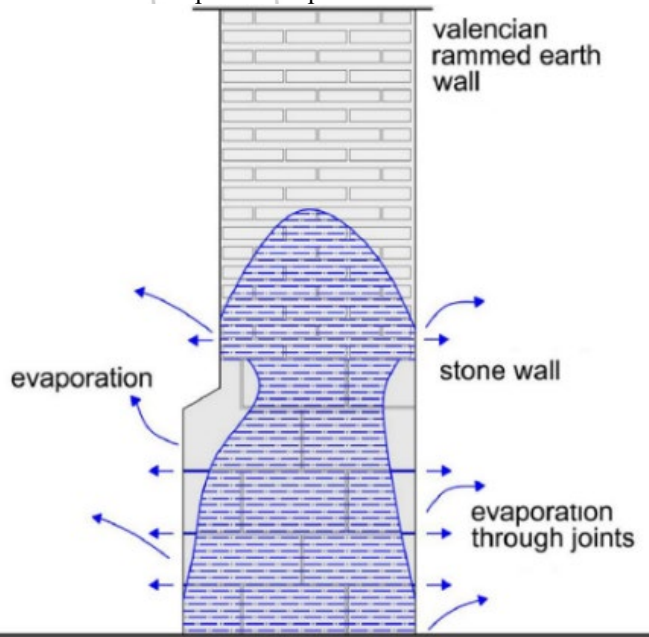
Umidade por elevação: Onde o fenômeno da capilaridade fará o transporte das partículas de água providas de nível inferior, como o solo. De acordo com Bertolini (2010, p.199), “este tipo de umidade é mais frequente nos velhos edifícios, pois no passado as fundações enterradas eram raramente protegidas da elevação capilar da água contida no solo. A elevação capilar é uma causa de umidade insidiosa, porque é muito difícil remove-la”.

Segundo Lerma et al (2013), a umidade que ascende através da capilaridade evapora através da superfície das paredes, assim como demonstra a figura 4. Este processo de secagem ocorre em 2 estágios:

Em estudos de Hammeecker (1995) apud Lerma et al (2013), o primeiro corresponde à evaporação da superfície e depende da ação da capilaridade e da natureza da solução, e é linear em função do tempo.

O Segundo possui uma taxa de evaporação muito menor e corresponde ao vapor de água difuso através dos poros em meio à superfície (SCHERER, 1990; FREITAS, 2000 apud LERMA et al 2013).

Figura 4 – Fenômeno da capilaridade provida do solo



Fonte: Lerma et al (2013)

Umidade de líquidos diretos: Tendo como exemplos quando há um contato da superfície com as águas pluviais, ou de algum encanamento com vazamento.

Umidade por infiltração: Causada pela passagem da água provida de lençol freático alto, minas de água e incorreta drenagem. Ocorre principalmente em paredes de sub solo.

Umidade por condensação: Ligada à umidade relativa do ambiente e a dimensão dos poros do material. Estas partículas de água em supressão podem ser adsorvidas pelo material, como um reboco ou cerâmica. Isto deve-se à presença de cargas elétricas na superfície do poro negativas, e as moléculas de água, que constituem um dipolo elétrico, são portanto adsorvidas na superfície (BERTOLINI, 2010).

Figura 5 - Presença de umidade no porão em parede em contato lateral com solo (a), presença de umidade no porão em parede de divisória interna (b)



(a)



(b)

Fonte: O autor (2018)

No porão foram identificados focos de umidade causando o descascamento da pintura e da argamassa de revestimento, bem como o surgimento de bolor em certas paredes. Este bolor é formado por micro-organismos pertencentes ao grupo dos fungos que. Causado pela umidade e falta de ventilação.

Em particular, as paredes que estão em contato lateral com o solo, Figura 5, encontram-se severamente atacadas pela umidade. Isto se deve a não existência de tubulação de drenagem e falta de impermeabilização em ambos os lados, produtos que na época da construção eram de muito difícil acesso. O fenômeno está acontecendo pela umidade por capilaridade, provida do solo, de infiltração, pela passagem de águas pluviais não drenadas, e pela condensação.

6.3 DESCASCAMENTO DE PINTURA

Nos três edifícios visitados observou-se o descascamento da pintura (figura 6). Entre suas principais causas pode-se citar a presença de grande umidade, degradação da vida útil da tinta em virtude das intempéries, diluição errada, superfície com gordura, falta de manutenção, etc.

Outra causa muito comum, é a existência de quantidade excessiva de pó na superfície antes da execução da pintura. Este pó pode ser decorrente de uma superfície de reboco mal preparada ou repintura sobre camada muito antiga de tinta calcinada ou mesmo a pintura sobre caiação (GIORDANI, 2016).

Figura 6 - Descascamento de pintura em reboco no porão da Villa Renaux (a), descascamento de pintura em madeira no sótão do IAK (b), descascamento de pintura na fachada da antiga Maternidade (c).



Fonte: O autor (2018)

6.4 PRESENÇA DE ORGANISMOS XILÓFAGOS

Entre os agentes que podem causar alguma alteração na madeira existem os físicos, como o fogo e a umidade, os químicos, quando ocorre o contato com ácidos, bases, óxidos e outros compostos, e os biológicos, nos quais se enquadram os organismos xilófagos, os quais foram os principais agentes identificados nas construções visitadas.

Os cupins se agrupam em colônias como formigas, segundo descreve Mendes e Alves (1988), eles formam novas colônias abandonando o ninho em determinadas épocas do ano, depois do “vôo nupcial” agrupam-se em pares como “rainha” e “rei” onde se instalam nas peças de madeira. Seguindo estudos de Lelis (1976) apud Mendes e Alves (1988), a celulose que serve de alimento para os cupins não é digerida somente pelo seu organismo, mas com o auxílio de protozoários que habitam seu trato digestivo, constituindo uma verdadeira simbiose.

Na estrutura de madeira que compõe o sótão da Villa Renaux, bem como as vigas de sustentação do teto do segundo pavimento da Antiga Maternidade (figura 7) localizadas ao acima da escadaria, foram visualizados pontos de ataque de organismos xilófagos, estes ao perfuraram a madeira, eliminam fezes, o que não foi constatado, sugerindo assim que o ataque xilófago foi anteriormente tratado e não se encontra mais em curso.

Figura 7 - Viga de madeira da estrutura do telhado da Villa Renaux atacada por xilófagos (a), viga de madeira do teto do segundo pavimento da antiga Maternidade (b)



(a)



(b)

Fonte: O autor (2018)

6.5 OXIDAÇÃO METÁLICA

O metal, elemento presente em variadas peças que compõe estruturas e detalhes de construções, está sujeito ao processo de corrosão, na qual é o desgaste a partir da oxidação, e pode ser definida, como sendo a tendência espontânea do metal produzido voltar ao seu estado original, de mais baixa energia livre, como em minério. Isto também pode ocorrer na deterioração das propriedades quando o metal sem proteção reage com o

ambiente. A termodinâmica exemplifica que a tendência de decréscimo energético é o princípio da corrosão (PANNONI, 2007)

Quanto maior o grau de agressividade do ambiente, mais rápida tende a ser a corrosão metálica. Determinadas regiões, como as litorâneas, com alto grau de poluição urbana/industrial, as úmidas, ou ainda onde as peças fiquem expostas diretamente ao sol e chuva, demandam maior cautela.

A corrosão de determinado elemento construtivo metálico, pode resultar em desgaste, variações químicas ou modificações estruturais, tornando-o inadequado para o uso. Sendo a corrosão um processo espontâneo, ela constantemente transforma os materiais metálicos de modo que a durabilidade e desempenho dos mesmos possam comprometer a segurança da edificação. (GENTIL, 1996 apud COMIM; ESTACECHEN, 2017).

6.5.1 Oxidação em Viga Metálica da Villa Renaux

Constatou-se em estado de corrosão uma viga metálica no sótão da Villa Renaux, a qual faz parte do vigamento de sustentação do último nível do sótão (figura 8). Está sendo formada uma camada de óxido de ferro, que ao longo do tempo, causará uma diminuição da seção transversal da viga, e posterior risco de inutilização, ou seja perderá sua capacidade resistiva.

6.5.2 Oxidação em Estrutura Metálica do IAK

Nos fundos do Instituto Aldo Krieger existe um palco para apresentações culturais, construído em 2008 com uma estrutura de cobertura de perfis em “u” metálicos, os quais em pontuais peças apresentam focos de início de oxidação (figura 8).

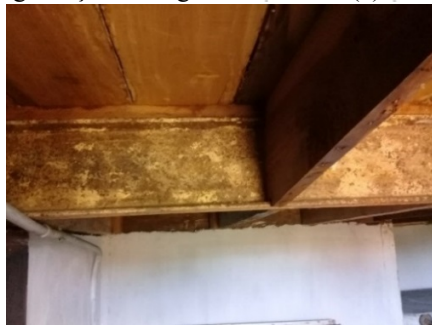
6.5.3 Oxidação em Telhado de Cobertura da Villa Renaux

A cobertura da Villa Renaux é composta de seções de telhas metálicas com diminuto grau de inclinação de seu telhado. Observou-se que em torno de 50% do telhado já foi revitalizado, incluindo toda a cobertura da ala de serviços e serviços. A parte afetada pela oxidação que ainda não foi substituída é a ala leste e sudoeste da cobertura da residência principal (figura 8).

6.5.4 Oxidação em Grade da Antiga Maternidade Cônsul Carlos Renaux

Todas as grades de segurança das aberturas inferiores da Antiga Maternidade Cônsul Carlos Renaux se encontram em estado de oxidação (figura 8).

Figura 8 - Viga metálica em estado de oxidação (a), estrutura metálica com focos de oxidação conforme indicações (b), cobertura do telhado da ala principal com peças oxidadas (c), oxidação das grades de segurança da antiga Maternidade (d)



(a)



(b)



(c)



(d)

Fonte: O autor (2018)

6.6 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS FORA DA ABNT

A Villa Renaux, mesmo se tratando de uma construção da década de 1930, foi construída com instalação elétrica, algo raro para grande parte das residências da época. Desta forma seria necessário uma vistoria completa por um engenheiro eletricista para verificar se a instalação obedece as normativas da NBR 5410 em termos de bitolas de fio, divisão de circuitos, previsão de cargas, entre outros itens de segurança atuais.

Abaixo do telhado da ala principal da Villa Renaux foi notada a presença de:

Interruptor de iluminação e tomada com fiação fora do eletroduto, este pode conter incêndios causados pelo derretimento e curtos circuitos em virtude de sua característica anti-chamas, bem como proteger a fiação de agentes externos (figura 9); Emendas executada fora dos padrões de segurança, se tratando do condutor fase, que foi dividido

para suprir o interruptor e tomada em mesmo circuito (figura 9); Eletroduto, tomada e interruptor fora da compatibilidade em encaixe; Ausência do condutor terra na tomada (figura 9);

Errônea utilização de cores para condutores, sendo utilizada a cor azul para fase da tomada, e azul para o retorno do interruptor, contradizendo a NBR 5410 (ABNT, 2004), onde o item 6.1.5.3.4 aponta que qualquer condutor isolado, cabo unipolar ou veia de cabo multipolar utilizado como condutor de fase deve ser identificado de acordo com essa função. Em caso de identificação por cor, poder ser usada qualquer cor, observadas as restrições estabelecidas em 6.1.5.3.1, onde dispõe que o azul não pode ser utilizado para esta tarefa.

Na antiga Maternidade Cônsul Carlos Renaux foi encontrada na caixa de passagem localizada no porão apresentando fiação exposta (figura 9), e emendas precárias. No Segundo pavimento, na sala sudeste foi encontrada uma tomada baixa exposta com o módulo em condições de não utilização e inexistência de espelho (figura 9), acarretando riscos aos usuários.

Figura 9 - Instalação elétrica na Villa Renaux fora da norma NBR 5410 (a), caixa de passagem aberta na antiga Maternidade (b), tomada exposta na Antiga maternidade (c)



(a)

Fonte: O autor (2018)



(b)



(c)

6.7 TRINCAS E FISSURAS

As fissuras e trincas podem ocorrer por variadas razões como: recalque diferencial em fundações; esmagamento do material por sobrecarga e concentração de esforços; retração superficial, ocorrida pela rápida evaporação de água do concreto fresco; oxidação

de armadura, incompatibilidade de materiais, visto que cada um possui suas características próprias de trabalho de acordo com as condições do ambiente;

Outra causa como apresenta Ripper (1984), é a retração hidráulica, caracterizada pelas variações de volume do concreto devidas à variação do teor de água, onde quando seco, o concreto se retrai e quando absorve água, se expande.

A NBR 15 575 – 2 (ABNT, 2013), define fissura sendo um seccionamento na superfície ou em toda seção transversal de um componente, com abertura capilar, provocado por tensões normais ou tangenciais, e que as trincas possuem aberturas maiores ou iguais a 0,6 mm.

Estas aberturas patológicas, ainda podem ser denominadas quanto à sua dimensão, como descreve a tabela 1:

Tabela 1 – Classificação por Nomenclatura de Aberturas Patológicas

Anomalias	Aberturas (mm)
Fissura	Até 0,5
Trinca	De 0,5 a 1,5
Rachadura	De 1,5 a 5,0
Fenda	De 5,0 a 10,0
Brecha	Acima de 10,0

Fonte: Oliveira (2012, p.10)

6.7.1 Trinca Localizada no Sótão da Villa Renaux

No segundo piso da Villa Renaux foram encontrados pontos de fissurações nas paredes, sendo a maioria destas microfissuras e não possuindo risco imediato. Em especial, no sótão da Villa Renaux, foi identificada uma trinca na parede de alvenaria (figura 11). Sua causa se deve à descentralização da viga de madeira transversal à parede em relação ao pilar de madeira, transferindo assim, parte do carregamento para a parede de alvenaria, cujo esforço de resistência não foi suficiente, resultando na fissura.

Há de se citar também que acima deste vigamento há um reservatório de água, contribuindo também com o carregamento.

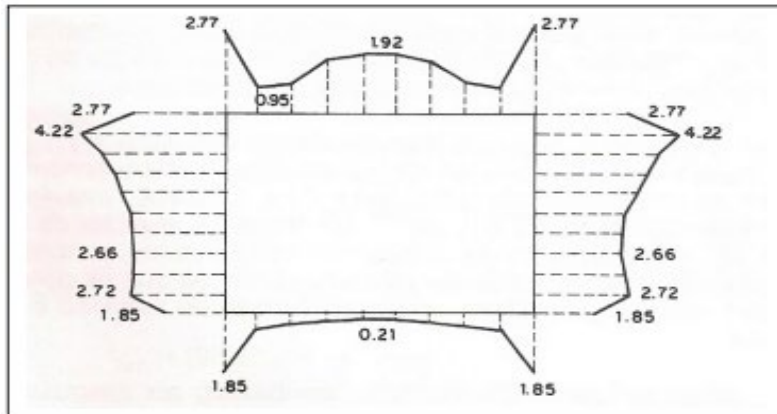
6.7.2 Fissuras em Aberturas de Portas

Foram localizadas fissuras e microfissuras nos vértices das aberturas de portas da Villa Renaux (figura 1) e do Instituto Aldo Krieger (figura 11).

Em simulações por computador baseado na teoria dos elementos finitos, sendo as paredes compostas por material perfeitamente isotrópico e elástico, as tensões unitárias aplicadas no topo da parede chegam a triplicar-se ou mesmo quadruplicar-se nas

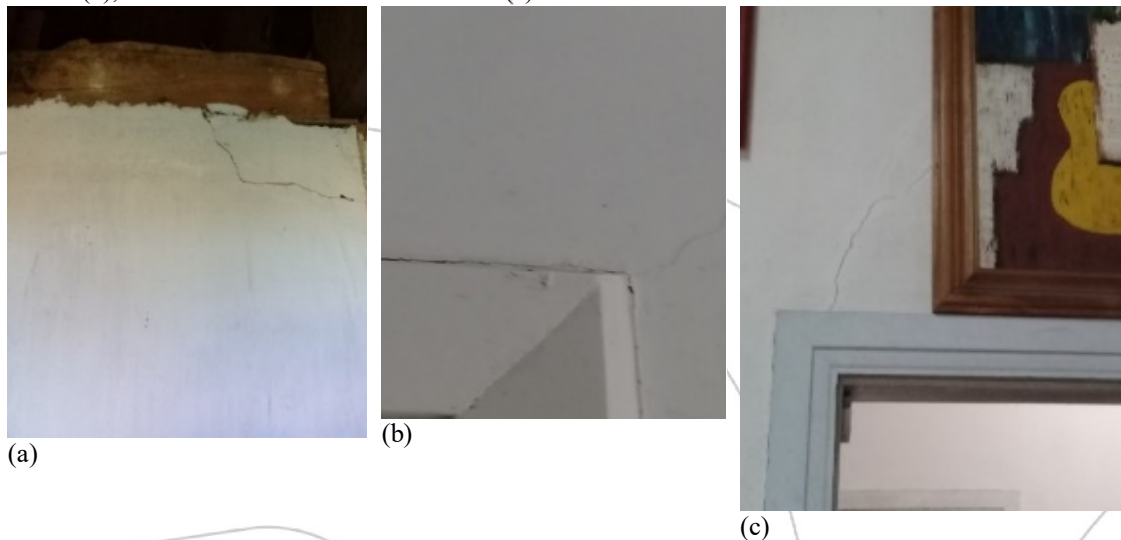
proximidades dos cantos superiores da abertura, podendo duplicar-se na região dos cantos inferiores, conforme ilustração abaixo (UTKU, 1990 apud VALLE, 2008).

Figura 10 – Fatores de Majoração das Tensões ao Longo de Janela Presente em Parede



Fonte: Utkú, 1990 apud Valle, 2008.

Figura 11 - Trinca em parede do sótão da Villa Renaux (a), fissura na porta de acesso ao sótão da Villa Renaux (b), fissura em abertura interna do IAK (c)

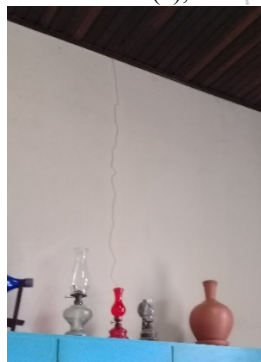


Fonte: O autor (2018)

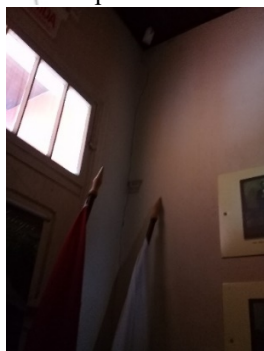
6.7.3 Rachaduras no Instituto Aldo Krieger

O maior problema constatado no IAK, foi a grande quantidade de fissuras e rachaduras (figura 12)

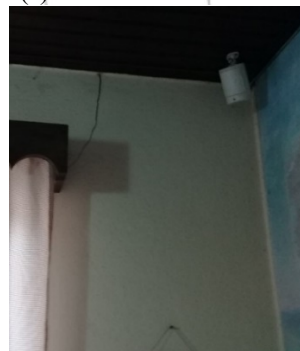
Figura 12 - Rachadura localizada na cozinha (a), longa rachadura na interface entre paredes internas da entrada lateral (b), rachadura na cozinha pertencente à ala mais recente (c)



(a)



(b)



(c)

Fonte: O autor (2018)

6.7.4 Rachadura na Antiga Maternidade Cônsul Carlos Renaux

Identificou-se duas rachadura na interface de encontro dos vértices das paredes juntamente com uma mocheta localizada no segundo piso da antiga Maternidade Cônsul Carlos Renaux (figura 13).

Sua causa deve-se à falta de ligação e incompatibilidade dos materiais constituintes do conjunto, sendo a madeira, o revestimento argamassado e a parede de tijolos maciços.

Figura 13 – Rachadura na interface de parede com mocheta



Fonte: O autor (2019)

6.8 ESTOCAGEM INADEQUADA DE GLP NA VILLA RENAUX

Notou-se na Villa Renaux a presença de dois recipientes de gás liquefeito de petróleo (GLP) de 45 kg externos à edificação, na proximidade com a cozinha (figura 14).

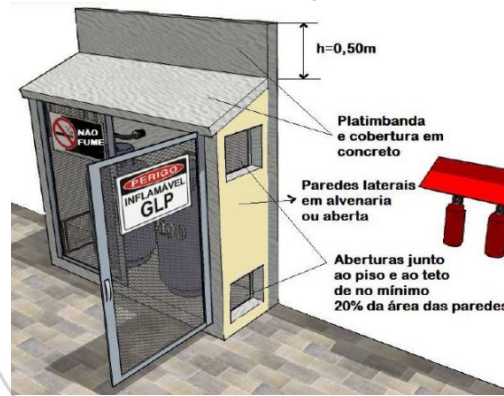
O armazenamento inadequado, ao ar livre, propicia que as intempéries danifiquem e desgastem com maior velocidade as peças que compõem a canalização de entrada do gás e os próprios recipientes, além de não prover devida segurança.

O Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, em sua Norma Técnica 28/2014, representa um modelo ideal para a construção de abrigo GLP (figura 14).

Figura 14 - Armazenamento inadequado de GLP na Villa Renaux (a), modelo de abrigo para GLP (b)



(a)



(b)

Fonte: O autor (2019) (a), Corpo de Bombeiros Militar de Goiás (2014, p. 18) Adaptado (b)

6.9 ALTERAÇÕES DA ANTIGA MATERNIDADE CÔNSUL CARLOS RENAUX

Foram identificadas alterações do projeto original da referida construção, compreendem-se em 3 aberturas nos blocos de granito que sustentam a construção e 2 alterações nas janelas dos segundo nível (figura 15), todas localizadas na parte traseira da construção.

Figura 15 – Alterações na fachada indicadas na fachada traseira da antiga Maternidade Cônsul Carlos Renaux



Fonte: O autor (2019)

7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia para a análise e execução do laudo técnico dos edifícios históricos e que compõe o patrimônio histórico de Brusque/SC compreende cinco etapas de desenvolvimento:

1ª Etapa: Escolha do objeto de estudo – Compreende-se a ponderação sobre quais construções possuem as características do trabalho em estudo, aproximações e conversas com o responsável ou mantedor do edifício, e pedido de autorização para adentrar em seu interior;

2ª Etapa: Estudo bibliográfico do objeto – Procede-se com a reunião de acervo bibliográfico e seu estudo, para compreender seus aspectos históricos;

3ª Etapa: Visitação *in loco* – Realiza-se visitação presencial, encontrando manifestações patológicas, estudo do local, e registro de fotografias;

4ª Etapa: Estudo das Patologias – Tenta-se compreender as causas físicas e químicas, sendo por pesquisa bibliográfica, de casos semelhantes ou experiência própria;

5ª Etapa – Propõem-se medidas de recuperação para as referidas manifestações patológicas.

8 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A visita *in loco* à Villa Renaux procedeu-se no dia 14 de agosto de 2018. Notou-se nitidamente o grande cuidado na preservação da residência por parte da última moradora oficial, a Sra. Maria Luiza Renaux. Não sendo detectadas patologias de grande risco e periculosidade à idoneidade da construção no curto/médio prazo. Entretanto seu principal problema foi a questão da umidade, degradando severamente os revestimentos sobretudo do porão.

No IAK (Instituto Aldo Krieger), a visitação ocorreu no dia 10 de outubro de 2018. A referida residência do maestro Aldo Krieger apresenta ótimo estado de conservação apesar de possuir quase 100 anos desde sua construção. Mérito de sua família, a qual constantemente realiza reformas de manutenção no local. Sendo que em 1995, a residência passou por sua maior reforma, tendo sido substituído todo seu telhado, e construção de nova mansarda. A principal patologia do IAK refere-se às rachaduras das paredes. Pode-se indicar que sua causa tenha sido provocada devido à grande reforma de substituição da estrutura do telhado em 1995, em uma construção com quase 100 anos, o qual demandaria maior ponderação no quesito de vibrações excessivas à demolição da

estrutura antiga e a própria degradação do material estrutural das paredes os quais podem ter sido fragilizados pelo tempo, e com aplicação de novas cargas, surgirem estas patologias.

A antiga Maternidade Cônsul Carlos Renaux foi visitada no dia 10 de julho de 2019. Com base em estudos da edificação, verificou-se que a mesma apresenta uma gama variada de patologias, não possuindo uma que a destaque das demais. A não ser das alterações da fachada traseira.

Para o estuque da Villa Renaux, deve-se proceder com a remoção dos resquícios de peças soltas e poeira, realizando a instalação dos fasquios que foram extraídos com dimensões similares às peças em sua volta utilizando-se de pregos, e madeira de lei. E posterior aplicação de argamassa de revestimento e gesso,

Certos casos de umidade encontrados na Villa Renaux são de difícil tratamento para que não ocorram mais, como por infiltração e capilaridade. Isto se deve pois na época não foi realizada a impermeabilização das paredes em contato com o solo nem das fundações. Para melhorar o aspecto dos revestimentos argamassados com patologias, deve-se remover o mesmo, aplicando no substrato da parede e na interface com o contrapiso impermeabilizante a base de resina acrílica e cimento polimérico, e após proceder com nova camada de revestimento. A umidade por condensação pode ser reduzida com maior ventilação.

Para a renovação das pinturas, recomenda-se remover completamente todo resíduo de tinta antiga com espátulas e lixas de gramatura maior seguindo para gramaturas menores, sem danificar a superfície. Efetuar limpeza, para remoção total de pó do revestimento, aplicar fundo preparador específico para a superfície (madeira ou alvenaria) e posterior pintura com tinta para alvenaria e revestimento argamassado no caso das alvenarias, e tinta para madeiras no respectivo caso, seguindo as especificações do fabricante, na quantidade demãos e tempo de intervalo entre as pinturas. Após a pintura sobre a madeira, aplicar selante específico para a tinta, afim de proporcionar maior durabilidade.

Para a manutenção dos metais, recomenda-se a completa remoção do óxido de ferro com o auxílio de produtos convertores de ferrugem e lixadeira metálica. Após, proceder à limpeza da base, e à aplicação de fundo preparador com base de zarcão o qual, segundo Nunes e Lobo (2007 apud. CARDOSO, 2013, p. 10) possui pigmentos que oferecerão “proteção por inibição anódica (ou passivação anódica). Este processo

consiste na formação de uma camada passiva sobre a superfície do metal, impedindo a sua passagem para a forma iônica.” Tendo sido aplicado o fundo preparador à base de zarcão, proceder à aplicação de tinta esmalte para metais, obedecendo as diretrizes e especificações do fabricante, no tocante à quantidade de demãos e intervalos entre as mesmas.

Para sanar os problemas apontados na rede elétrica, faz-se necessária a substituição dos condutores com as cores incorretas, como citado em norma no tópico 6.6. A substituição da tomada e interruptor em desconformidade, por conjunto tomada-interruptor, e estes com espelho e encaixe adequado ao eletroduto evitando assim emendas desnecessárias e fiação exposta. Com relação aos condutores sem devida proteção do conduíte, e a tomada sem o terra, faz-se necessária a implantação dos mesmos. Os serviços de manutenção da rede elétrica devem ser executados seguindo peremptoriamente a NBR 5410, por profissionais qualificados e com o acompanhamento de engenheiro eletricista

Para as fissuras nos cantos das portas recomenda-se realizar o reforço das vergas, com 2 barras de aço CA 60 de diâmetro 6,3 mm tendo esperas passantes de 20 à 30 cm. Para as rachaduras e trincas encontradas, deve-se fazer o grampeamento interno da parede com aço de mesmo diâmetro com esperas passantes de no mínimo 10 cm de cada lado.

Recomenda-se que após as trincas serem fechadas, deve-se realizar vistorias regulares, com intervalos máximos de 6 meses para confirmar que não está havendo movimentação e surgimento de novas trincas, o que poderia resultar em problemas de maiores dimensões.

Na estocagem de GLP, deve-se construir um abrigo seguindo a instrução normativa do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, IN 008:

A Locação de recipientes em Abrigo de GLP deve possuir: I – cabine de proteção simples: a) com paredes construídas em concreto ou alvenaria (blocos maciços ou vazados); b) externa à edificação; c) em local de fácil acesso; d) em cota igual ou superior ao nível do piso circundante; II – portas ventiladas por venezianas, grade ou tela; III – em seu interior: a) regulador de pressão adequado ao tipo de aparelho de queima; e b) registro de corte (tipo fecho rápido) do fornecimento de gás (IN 008, 2018, p. 5).

Para as alterações da fachada da antiga Maternidade Cônsul Carlos Renaux, deve-se reinstalar os blocos de granito retirados para a abertura ou proceder com a colocação superficial deste blocos como revestimento. Para as janelas deve-se pintar as meia-paredes ou fazer a remoção e instalar as janelas com seu tamanho inteiro.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As edificações analisadas apresentaram patologias causadas por diversos agentes em diferentes tipos de materiais construtivos. Aponta-se entretanto predominância característica de específico causador de deterioração ou alteração original do estado físico em cada objeto de pesquisa estudado, não sendo para tanto um único agente agressor.

Umidade por ascensão, sobretudo na Villa Renaux, aberturas nas paredes por sobrecarga ou movimentações, essencialmente no Instituto Aldo Krieger, instalações elétricas fora das normativas e alterações em fachadas, principalmente na antiga Maternidade Cônsul Carlos Renaux, foram as principais manifestações patológicas encontradas.

Cabe não somente aos proprietários destas construções sua preservação, mas sim de toda a sociedade, incluindo peremptoriamente os órgãos públicos, sejam eles cumprindo os papéis de fiscalizadores e auxílio à manutenção, até a iniciativa privada.

Outra forma de manter estes edifícios fora do abandono e resultante deterioração, é prover de algum uso à sociedade, seja transformando-o em algum museu à memória histórica, ou outro uso público.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5410**: Instalações Elétricas de Baixa Tensão. 2. ed. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15 575 – 2**: Edificações Habitacionais – Desempenho. Parte 2: Requisitos para os Sistemas Estruturais. Rio de Janeiro, 2013.

BERTOLINI, Luca. **Materiais de Construção**: Patologia, Reabilitação e Preservação. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25**, de 30 de Novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm> Acesso em 05 jun. 2018.

CARDOSO, Renata. **Pintura Para Metais Como Proteção Anticorrosiva**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rede de Tecnologia e Inovação, 2013.

COMIM, Kevin William. ESTACECHEN, Tatiana Alves Cecílio. Causas e Alternativas de Reparo da Corrosão em Armaduras para Concreto Armado. **Revista Construindo**, Belo Horizonte, v. 9. Edição Especial de Patologia, p. 36–47, jul-dez. 2017.

GOIÁS (Estado). Norma Técnica NT 28, 2014. **Gás Liquefeito de Petróleo: Parte 1 – Manipulação, Utilização e Central de GLP.** p. 18, 2014.

GIORDANI, Andréia Zanatta. **Levantamento e Diagnóstico das Manifestações Patológicas Em Fachadas de Edificações Localizadas no Campus da UFSC.** 2016. 100 f. Dissertação (Bacharelado em Engenharia Civil). Departamento de Engenharia Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

KRIEGER, Carmelo. **Aldo Krieger: Histórias Contadas por Carmelo Krieger.** 1. ed. Florianópolis: Metrópole Indústria Gráfica, 2004.

KUCHENBECKER, Otto. **Maternidade Velha: Como Nasceu a Maternidade Cônsul Carlos Renaux.** Igreja Evangélica da Confissão Luterana de Brusque/SC - Paróquia Bom Pastor. Disponível em: <http://www.ieclbrus.com.br/colina_evangelica.html> Acesso em: 29 jun. 2019.

LERMA, Carlos. et al. Pathology of Building Materials in Historic Buildings: Relationship Between Laboratory Testing and Infrared Thermography. **Revista Materiales de Construcción**, v. 64, n. 313, p. 4-5, jan-mar, 2014.

MOSIMANN, João Carlos. **Tragédia e Mistério na Villa Renaux: O Caso Criminal que Abalou Santa Catarina.** 1. ed. Florianópolis: Insular, 2000.

MENDES, Alfredo de Souza. ALVES, Marcus Vinícius da Silva. **A Degradação da Madeira e Sua Preservação.** 1. ed. Brasília, 1988.

NIEBUHR, Marlus. **Brusque 150 anos: tecendo uma história de coragem.** 1. ed. Brusque: Prefeitura de Brusque, 2012.

OLIVEIRA, Alexandre Magno. **Fissuras e Rachaduras Causadas por Recalque Diferencial de Fundações.** 2012. 96 f. Monografia (Especialização em Gestão em Avaliações e Perícias). Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, 2012.

PANNONI, Fábio Domingos. **Princípio da Proteção de Estruturas Metálicas em Situação de Corrosão e Incêndio.** 4. ed. Perfis Gerdau Aço Minas, 2007.

PEREIRA, M. E. C. F. M. Lopes. **Reabilitação de Tectos Estucados Antigos.** 2010. 125 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Faculdade de Engenharia. Universidade do Porto. Porto, 2010.

RIPPER, Ernesto. **Como Evitar Erros na Construção.** 2. ed. São Paulo: Pini, 1984.

SANTA CATARINA (Estado). Instrução Normativa IN 008, de 31 de janeiro de 2018. **Instalações de Gás Combustível (GLP e GN).** p. 5, 2018.

SILVEIRA, Paulo. et al. Patologia de Estuques Antigos. **ResearchGate**, Lisboa, abr. 2002. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/280933301_Patologia_de_Estuques_Antigos>. Acesso em: 18 set. 2018.

VALLE, Juliana Borges de Senna. **Patologia das Alvenarias: Causa/Diagnóstico/Previsibilidade**. 2008. 14 f. Monografia (Especialização em Tecnologia da Construção Civil). Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, 2008.



**DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL DE UM TIPO DE
GEOPOLÍMERO POR MEIO DE ATIVAÇÃO ALCALINA DE
CINZA DE BIOMASSA**

***EXPERIMENTAL DEVELOPMENT OF A GEOPOLYMER TYPE BY
ALKALINE BIOMASS ASH ACTIVATION***

DEBATIN, Elisabete Larissa¹
MINATTI, Gabriel de Oliveira²

RESUMO: Como forma de dar novo uso a cinza gerada pelo uso da biomassa, pesquisas são desenvolvidas em todo mundo e dessa forma o resíduo torna-se útil novamente, principalmente quando pode ser utilizado na construção civil por meio de geopolímeros. Aborda-se aqui o desenvolvimento de um tipo de geopolímero obtido a partir da mistura de cinza, proveniente de uma tinturaria, localizada na cidade de Brusque-SC. Para que pudesse ser utilizada a cinza precisou ser ativada utilizando-se uma solução alcalina de NaOH, sendo empregada nas três misturas propostas com a mesma concentração, mas em volumes diferentes. Após ativada, a cinza foi combinada a argila e solo e os resultados obtidos demonstraram que houve boa interação entre os materiais, que mesmo sem utilização de cimento, alcançaram satisfatória resistência a compressão, sendo que após os 28 dias foi possível obter resistências na ordem de 9,5 Mpa e 9,7 Mpa.

Palavras-chave: Cinza. Geopolímero. Construção Civil.

ABSTRACT: *As a way to reuse the ash generated by the use of biomass, research is being developed all over the world and thus the waste becomes useful again, especially when it can be used in construction by geopolymers. This article deals with the development of a type of geopolymer obtained from the ash mixture, from a industry located in the city of Brusque-SC. In order to be used, the ash had to be activated using an alkaline NaOH solution, being used in the three proposed mixtures with the same concentration but in different volumes. Once activated, the ash was combined with clay and soil and the results showed that there was a good interaction between the materials, which even without the use of cement, achieved satisfactory compressive strength, and after 28 days it was possible to obtain strengths in the order of 9.5 Mpa and 9.7 Mpa.*

Keywords: *Ash. Geopolymer. Construction.*

¹ Engenheira Civil e Técnica do Laboratório de Materiais de Construção e Solos da UNIFEBE, UNIFEBE.

² Acadêmico de Engenharia Civil e Técnico do Laboratório de Materiais de Construção e Solos da UNIFEBE, UNIFEBE.

1 INTRODUÇÃO

Visto a necessidade de poupar as fontes naturais e buscar por soluções mais sustentáveis, pesquisas são desenvolvidas de forma constante, não somente na tentativa de produzir novos materiais, mas também viabilizando o uso de resíduos, gerados pelas indústrias em geral. Dessa forma é possível diversificar tanto as fontes de recursos quanto os produtos gerados.

Assim, com o intuito de oportunizar a reutilização da cinza de caldeira – resíduo proveniente da biomassa de madeira e comumente encontrado na cidade de Brusque-SC – e a tentativa de obter um material que pudesse ser utilizado na construção civil, que desenvolveu-se este estudo. Baseado em pesquisas nacionais e internacionais, elaborou-se e adaptou-se a realidade existente, uma metodologia em que fosse possível, com a mínima utilização de recursos, produzir um geopolímero. Esse tipo de elemento é geralmente definido como um material aluminosilicato formado por meio da ativação álcali-hidróxido ou álcali-silicato de um tipo de pó, (...) na literatura acadêmica é descrito também como polímero mineral, polímero inorgânico (...) (PROVIS *et Al*, 2009, tradução nossa).

No presente estudo, a cinza, proveniente de caldeiras da indústria têxtil, foi ativada e por meio de mistura manual foi acrescida de argila, em duas das misturas, e argila e solo, em uma mistura. Os corpos de prova produzidos foram então curados durante 28 dias, após, determinou-se suas resistências à compressão. Por estar em estágio inicial, aqui serão abordados apenas os resultados preliminares e a forma como procedeu-se até obtê-los, bem como os possíveis delineamentos que serão realizados posteriormente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O uso da biomassa como forma de obtenção de energia, de acordo com a Empresa Brasileira de Energia-EPE (2018), veio a ser em 2017, a terceira mais produzida, representando 8,2% de toda a oferta energética do país. Desse percentual, 49,5% são consumidos pelo setor industrial, representando assim o principal utente dessa fonte. Na cidade de Brusque, localizada no Vale do Itajaí em Santa Catarina, a indústria, em 2016, já representava 39,4% de toda participação econômica da cidade (SEBRAE, 2019), e destes, um percentual considerável é representado pela indústria têxtil, tradicional na região. Tal ramo utiliza-se de maquinários que necessitam de grandes quantidades de

energia, sendo então alimentados por biomassa de madeira (vulgarmente conhecido como cavaco).

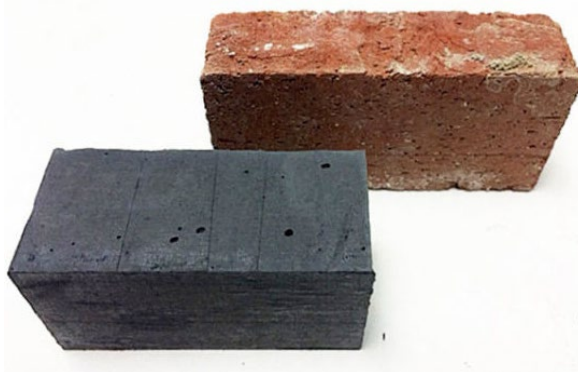
De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL (2019), considera-se a biomassa como um recurso renovável, proveniente de matéria orgânica animal ou vegetal, que é utilizada para a produção de energia. No caso da indústria têxtil, é utilizada nas caldeiras, que funcionam por meio do vapor gerado em sua queima. Após ser queimada, a biomassa transforma-se em cinza, que posteriormente é retirada de dentro dos equipamentos e levada a descarte. Pela necessidade de trabalho intermitente das empresas, as caldeiras são alimentadas 24 horas por dia, com períodos de recesso apenas para manutenção, gerando então um grande montante de resíduo.

No intuito de dar um novo uso ao resíduo, o estado da arte verificou que em diversas partes do mundo a cinza é utilizada como principal insumo na fabricação de geopolímeros. A primeira designação para esse material foi dada pelo cientista francês Joseph Davidovits, em meados dos anos 70, e descrevia uma categoria de materiais sólidos sintetizados por meio da reação de uma solução alcalina e um pó contendo aluminossilicatos (PROVIS *et Al*, 2009, tradução nossa). Davidovits (1997, tradução nossa) motivou-se a buscar uma nova categoria de materiais termo resistentes e não inflamáveis ou combustíveis após grandes e catastróficos incêndios ocorridos na França entre 1970 e 1973.

Mais recentemente, pesquisas envolvendo o uso de cinzas, demonstraram que é possível obter amostras com resistência a compressão acima de 48 Mpa por cura a 65 °C (AZEVEDO *et Al*, 2017) e aproximadamente 16 Mpa quando em cura a temperatura ambiente, dispensando fontes externas de calor (UVEGI *et Al*, 2015). Neste caso, outros materiais foram adicionados à mistura, como argila e o óxido de cálcio, com a finalidade de melhorar a microestrutura e matriz da pasta formada.

Ainda em relação ao EcoBlac (UVEGI *et Al*, 2015), teve-se o propósito de desenvolver um tipo de geoplímero em formato de blocos maciços (figura 01), similares aos encontrados em cerâmica convencional, que pudessem ser utilizados pela comunidade de onde a cinza foi coletada e também necessitar o mínimo possível de recursos na sua produção.

Figura 01: Comparativo entre o EcoBlac e um bloco cerâmico comum.



Fonte: <https://sustentarqui.com.br/indianos-criam-tijolo-ecologico-o-eco-blac/>

Dessa forma, ao perceber que é possível utilizar a cinza, que seria descartada, e desenvolver um geopolímero utilizando o mínimo de recursos – e até mesmo sem o uso de cimento – para ser utilizado na construção civil na forma de blocos, que elaborou-se os delineamentos da pesquisa. Assim, a partir da verificação das metodologias utilizadas propuseram-se 3 misturas com diferentes composições, cada uma delas será abordada no decorrer deste artigo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme abordado anteriormente, a amostra de cinza (figura 02) disponível é proveniente de uma empresa de tingimento da cidade de Brusque-SC e um ponto importante a ser ressaltado é que a mesma amostra já foi utilizada por Kreusch *et Al* (2018) em pesquisa relacionada a substituição de cimento pelo resíduo, dessa forma, os dados a cerca da composição química, por serem iguais, serão aqui mencionados, porém no contexto já proposto. A caracterização química da amostra de cinza foi analisada por espectrometria de fluorescência de raio-X – FRX (KREUSCH *et Al*, 2018).

Figura 02: Porção da amostra de cinza utilizada no geopolímero



Fonte: os autores, 2019

Utilizando-se de princípios similares aos adotados por Uvegi *et Al* (2015), fora adicionado a mistura argila comum (figura 03), da marca Argilas Catarinense, disponível para a venda em lojas de jardinagem a valores bastante acessíveis. Neste, sua composição química não será foco, porém reitera-se que sem a utilização da argila não seria possível ter o meio coesivo necessário à fabricação das amostras de geopolímero.

Figura 03: Argila utilizada na confecção do geopolímero, encontrada comercialmente.



Fonte: os autores, 2019

Além disso, a fim de verificar a interação e a possibilidade de uso entre a cinza, argila e os solos disponíveis na região, adicionou-se também a uma das composições, uma amostra de solo característico da região (figura 04), obtido na cidade de Brusque-SC. Conforme demonstrado pelo mapa de solos da EMBRAPA (2019), os principais tipos encontrados na região são os “Argissolos Vermelho-Amarelos Distróficos+Cambissolos Háplicos Tb Distróficos+Neossolos Litólicos Distróficos”, “Cambissolos Háplicos Tb Distróficos+ Argissolos Vermelho-Amarelos Distróficos+ Neossolos Litólicos Distróficos”, “Cambissolos Háplicos Tb Distróficos+Gleissolos Háplicos Tb Distróficos”.

Figura 04: Argila utilizada na confecção do geopolímero, encontrada comercialmente.



Fonte: os autores, 2019

Foram então propostas três misturas, conforme tabela 01, e assim procedeu-se a separação de uma porção da amostra de cinza disponível, sendo ela peneirada para a retirada de fragmentos maiores que 600 μm . A ativação da cinza ocorreu utilizando-se uma solução de hidróxido de sódio (NaOH) a 8 M, porém em distintos volumes para cada mistura, vide tabela 01. A cinza foi deixada durante 24 horas a temperatura ambiente (figura 05), para somente após isso, ser realizada a finalização das pastas (figura 06). O procedimento de mistura da pasta foi realizado de forma manual utilizando-se graal e pistilo, ressalta-se que dessa forma foi possível obter maior homogeneidade entre todos os componentes das amostras.

Figura 05: Cinza após ser misturada ao ativador alcalino.



Fonte: os autores, 2019

Figura 06: Pasta do geopolímero antes de ser colocada na forma, na primeira imagem somente cinza e argila e na segunda utilizando-se cinza, argila e solo.



Fonte: os autores, 2019

Tabela 01: Composição das misturas utilizadas no geopolímero.

Mistura	Cinza (%)	Argila (%)	Solo (%)	Relação ativador-cinza
01	70	30	0	0,52
02	70	30	0	0,39
03	70	20	10	0,52

Fonte: os autores, 2019

Para a moldagem dos corpos de prova, fez-se uma adaptação à norma brasileira aplicada ao concreto, a NBR 7215 (ABNT, 1996). Dessa forma, o enchimento foi realizado colocando-se quatro camadas de espessuras aproximadamente iguais da pasta, recebendo cada uma delas 30 golpes com soquete especificado pela norma. Feito tal procedimento, os corpos de prova foram deixados em local apropriado e temperatura controlada (aproximadamente 23 °C), sendo desformados após 24 horas. O processo de cura foi realizado a temperatura ambiente com intuito de não utilizar água no procedimento, como é usual na cura de corpos de prova de concreto, bem como altas temperaturas, como citado em pesquisas já mencionadas aqui e como é usual na cura de blocos de cerâmicos.

Para a verificação da capacidade de suporte a compressão, os corpos de prova obtidos foram submetidos a ensaio de resistência por meio prensa hidráulica computadorizada, modelo PC200CS, da marca EMIC, após 28 dias, no laboratório de Materiais de Construção e Solos da UNIFEBE, conforme figura 06.

Figura 06: Amostras posicionadas na prensa, aguardando início do ensaio de resistência à compressão



Fonte: os autores, 2019

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A caracterização química da amostra de cinza foi analisada por espectrometria de fluorescência de raio-X – FRX, conhecida também por espectrometria de absorção atômica, por meio de equipamento Axios Max – Panalitical (KREUSCH *et Al*, 2018), a partir de 130 gramas de material. Majoritariamente foi percebida a presença de sílica, óxido de cálcio; em menor volume verificou-se a presença de óxido de alumínio (alumina), óxido de potássio e óxido de magnésio, conforme tabela 02.

Tabela 02: Caracterização química da cinza utilizada.

ELEMENTO	TEOR (%)	ELEMENTO	TEOR (%)
Al ₂ O ₃	8,2	B₂O₃	-
CaO	28,25	Li₂O	-
Fe ₂ O ₃	2,75	BaO	0,07
K ₂ O	7,61	Co₂O₃	< 0,1
MgO	4	Cr₂O₃	< 0,1
MnO	0,73	PbO	< 0,1
Na ₂ O	1,45	SrO	0,22
P ₂ O ₅	2,04	ZnO	< 0,1
SiO ₂	30,6	ZrO₂+HfO₂	< 0,1
TiO ₂	0,61	Perda Fogo	12,31

Fonte: KREUSCH *et Al*, 2018

Os 6 corpos de prova foram submetidos a ensaio de resistência a compressão, aos 28 dias conforme proposto pela NBR 5739/2007 (ABNT, 2007) para o concreto, e os valores de resistência, para cada mistura proposta, podem ser analisados na tabela 03.

Tabela 03: Resistencia a compressão dos corpos de prova, para as três misturas propostas.

Mistura	Resistência CP01 (Mpa)	Resistência CP02 (Mpa)
01	7,7	7,3
02	8,2	8,5
03	9,3	9,7

Fonte: os autores, 2019

Ao analisar os dados obtidos, quando comparados os resultados da mistura 01 com a mistura 02 entende-se que é possível obter valores similares ou maiores de resistência utilizando-se uma menor quantidade de ativador alcalino na ativação da cinza, ou seja, nesse caso a relação de 0,32 (ativador-cinza) demonstrou-se melhor.

Quando são analisados todos os resultados, de forma única, é possível perceber que a adição de latossolo, adicionado a mistura 03, trouxe um incremento na resistência a compressão dos corpos de prova. Tal conclusão é baseada no fato de que o solo supracitado foi o único componente diferencial em todas as três misturas, assim, a hipótese mais plausível é que sua composição interagiu diretamente com os demais compostos da mistura, fornecendo melhores características coesivas a matriz da pasta do geopolímero (figura 07).

Figura 07: Amostras da pasta matriz após ruptura.



Fonte: os autores, 2019

Ainda com relação à resistência a compressão, é possível comparar tais resultados a blocos cerâmicos, a NBR 15270-1/2017 (ABNT, 2017), que trata dos componentes cerâmicos para alvenaria de vedação, especifica que a resistência mínima para blocos com furos na horizontal deve ser maior ou igual a 1,5 MPa e furos na vertical deve ser maior ou igual a 3 MPa. Verifica-se então que o geopolímero desenvolvido encaixa-se nos requisitos mínimos solicitados pela norma, podendo assim, servir de material para a confecção de blocos, viáveis a construção civil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de um geopolímero por meio de cinza de biomassa apresentou-se bastante satisfatório, dado o fato de que as misturas utilizadas são de fácil fabricação, não utilizam água em sua cura, bem como fontes de calor. Verificou-se que as amostras com a adição de solo mostraram melhor resistência mecânica, indicando que é possível otimizar as características e qualidades da mistura adicionando-se agentes naturais, além da argila.

Observou-se também que utilizando um material considerado resíduo pela indústria da região, é possível obter bons resultados, de forma barata e ambientalmente responsável, visto que a cinza não teria outro destino senão o descarte. Além disso, é possível propor a construção civil um tipo de material que possui características similares aos convencionas, porém com menor uso de insumos e energia, como ocorre com a fabricação de blocos cerâmicos comuns.

É importante deixar claro que por se tratar de uma pesquisa em desenvolvimento, ela encontra-se em fase embrionária, sendo assim, fazem-se necessários outros tipos de ensaio, como por exemplo, uma análise mais detalhada da microestrutura do geopolímero e de que forma a permeabilidade do material irá afetar a resistência a compressão. Além

disso, devem ser realizadas caracterizações químicas do solo utilizado e um mapeamento detalhado das localidades onde ele está disponível, podendo assim viabilizar que outras regiões possam realizar a confecção do geopolímero sem que haja perda das qualidades já aqui mencionadas.

No que diz respeito à viabilidade econômica, faz-se relevante o levantamento de custos da produção em larga escala, devendo-se analisar a disponibilidade de cada um dos materiais nas mais diversas regiões do estado, inicialmente, e no país, como forma de garantir que o geopolímero possa verdadeiramente tornar-se uma opção exequível a construção civil.

O que vem a ser entendido por tal experiência, mesmo que de forma inicial, é que é possível desenvolver novas opções a construção civil, utilizando o mínimo de recursos e ainda utilizando materiais que seriam descartados. É necessário que se compreenda que há mais opções além do cimento e do concreto, e que precisamos avaliar mais a fundo as características dos materiais para não descartarmos algo útil e benéfico a comunidade.

REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5739: Concreto - ensaio de compressão de corpos-de-prova cilíndricos**. Rio de Janeiro. 2007.

_____. **NBR 7215: Cimento Portland - Determinação da resistência à compressão**. Rio de Janeiro. 1996.

_____. **NBR 15270-1 Componentes cerâmicos Parte 1: Blocos cerâmicos para alvenaria de vedação — Terminologia e requisitos**. Rio de Janeiro. 2005.

Agencia Nacional de Energia Elétrica. **Atlas de Energia Elétrica do Brasil**. Disponível em: http://www2.aneel.gov.br/arquivos/pdf/atlas_par2_cap4.pdf, acessado em Outubro de 2019.

AZEVEDO, A. G. de S. et al . **Produção de geopolímeros à base de cinza volante usando soluções ativadoras com diferentes composições de Na₂O e Na₂SiO₃**. Cerâmica, São Paulo, v. 63, n. 366, p. 143-151, Abril. 2017 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S036669132017000200143&lng=en&nrm=iso>. Acessado em Outubro de 2019.

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Solos do Estado de Santa Catarina. - Rio de Janeiro : Embrapa Solos, 2004. ISSN 1678-0892. Disponível em:< <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/doc/BPD462004SantaCatarina>>. Acesso em: Outubro de 2019.

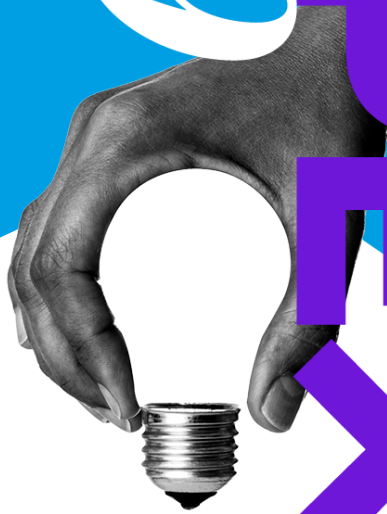
EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (Brasil). **Balço Energético Nacional 2018: Ano base 2017 / Empresa de Pesquisa Energética.** Rio de Janeiro: EPE, 2018.

KREUSCH, Alisson; ROEDEL, Tamily. **Análise Experimental Da Substituição Parcial De Cimento E Areia Por Cinzas De Madeira Da Indústria De Beneficiamento Têxtil Para A Produção De Concreto.** Trabalho De Conclusão Em Engenharia. Brusque, 2018.

PROVIS, John L; DEVENTER, Jannie S. J van. **Geopolymers Structure, processing, properties and industrial applications.** Woodhead Publishing Limited and CRC Press LLC First published 2009.

UVEGI, Hugo; WILSON, Sam; CHAUNSALI, Piyush; LARACY, Michael; OLIVETTI, Elsa. **EcoBLAC: Sustainable Masonry from Boiler Ash.** Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, MA. 2015. Disponível em: <https://tatacenter.mit.edu/wp-content/uploads/2018/11/Hugo-Uvegi.pdf> . Acessado em Outubro de 2019.

2019 ENPEX



ARTIGOS

Engenharia Mecânica



fapesc
Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

ANAIS ENPEX 2019
ISSN 1982-3370

Inovação a serviço
da educação

XVIII Jornada de Iniciação Científica
XIII Mostra de Extensão
BRUSQUE - SC - BRASIL



UNIFEBE

**PROJETO MECÂNICO DE UMA FRESADORA COM
MOVIMENTO ORBITAL**

***MECHANICAL DESIGN OF A MILLING MACHINE WITH
ORBITAL MOVEMENT***

PESSOA, Eduardo¹
BLÖDORN, Rodrigo^{2*}

RESUMO: A medição de tensão residual é de extrema importância na indústria para evitar futuras falhas e acidentes. Existem diversas técnicas de medição da tensão residual, destrutivas, semi-destrutivas e não-destrutivas. O Método do Furo Cego (MFC), que é um método semi-destrutivo, tem-se demonstrado muito eficaz por não comprometer a estrutura do material, facilitando a sua aplicação na indústria. Este consiste na execução de um pequeno furo cego no material, ao redor do qual a tensão residual existente no volume de material removido se concentra, promovendo a deformação da superfície adjacente. A partir desta deformação a tensão residual é medida. Porém, com o aumento da profundidade do furo cego, a sensibilidade da medição torna-se cada vez menor. Visando manter uma boa sensibilidade de medição de tensão residual, a estratégia da Furação Incremental Orbital (FIO) realiza um furo em que o diâmetro e a sua profundidade crescem progressivamente e simultaneamente. No entanto, faz-se necessário um equipamento capaz de realizar a usinagem por meio do fresamento orbital. Sendo assim, foi desenvolvido um dispositivo mecânico de usinagem – uma fresadora com movimento orbital –, que deverá ser acoplado à um sistema de medição das deformações com princípio de funcionamento óptico.

Palavras-chave: Método do Furo Cego. Fresamento Orbital. Tensão Residual.

ABSTRACT: *Residual stress measurement is of extreme importance in industry to avoid future failures and accidents. There are many techniques to measure residual stress, destructive, semi-destructive and non-destructive. The Hole-Drilling Method (HDM), which is a semi-destructive method, has proved very effective for the sake of not compromising the structure of the material, facilitating your application in the industry. This one consists in the execution of a small blind hole in the material, around which the residual stress present in the removed material volume concentrates, promoting the deformation of the adjacent surface. From this deformation the residual stress is calculated. However, with the increase in the depth of the blind hole, the sensitivity of the measurement becomes smaller and smaller. In order to maintain a good sensitivity of residual stress measurement, the Orbital Incremental Milling (FIO) drills a hole in which the diameter and depth increase progressively and simultaneously. However, an equipment capable of machining by orbital milling is necessary. Thus, a mechanical machining device - a milling machine with orbital movement - was developed, which should be coupled to a system for measuring deformations with an optical operating principle.*

¹ Engenharia Mecânica, UNIFEBE.

² Dr. Eng. Mecânico, UNIFEBE.

*rodrigoblodorn@unifebe.edu.br.

Keywords: *Residual stress. Hole-Drilling Method. Orbital milling.*

1 INTRODUÇÃO

Peças automotivas, dutos de transporte de fluidos e estruturas mecânicas são exemplos de sistemas que podem conter tensões residuais, introduzidas durante sua fabricação ou montagem. Estas, segundo Schajer e Whitehead (2018), estão localizadas dentro do material sem receber quaisquer forças externas. Porém, podem ser amplificadas por carregamentos externos, por exemplo, em processos de montagem e durante seu funcionamento. A presença de tensões residuais, juntamente com estes carregamentos externos, pode ultrapassar o limite de escoamento do material, e assim, causar acidentes ou falhas do material (Schajer e Whitehead, 2018). Desse modo, é de extrema necessidade a identificação de tensões residuais para evitar estas falhas e acidentes.

Segundo Blödorn (2018), para realizar a medição das tensões residuais é necessário um método confiável de fácil operação. Além disso, por se tratar de uma demanda industrial, o custo é um fator preponderante.

A maneira mais cômoda de realizar a medição das tensões residuais é através de métodos experimentais, os quais, têm vantagem por serem realizados diretamente no componente final (Rodacoski, 1997).

Existem diversas formas de realizar a medição das tensões residuais. Schajer e Whitehead (2018) comentam que a remoção de uma pequena quantidade de material é a melhor forma de realizar a medição sem introduzir um elevado nível de tensões. Um dos métodos utilizados é o Método do Furo Cego (MFC), o qual é baseado na observação das deformações elásticas causadas pela realização de um furo cego.

Schajer e Whitehead (2018) afirmam que, as tensões residuais são geradas e induzidas por praticamente todos os métodos de fabricação. Sendo assim, o dispositivo para realizar o furo cego deve ser robusto, evitando ao máximo a introdução de tensões no material durante e em função do processo de execução do furo.

Flaman (1982) estudou a realização do furo cego em altas rotações e concluiu que nessas condições diminuem-se os danos introduzidos no material. Dessa maneira, a norma ASTM E 837.13a (2013), desde então, faz uso de turbinas pneumáticas e fresas odontológicas – conhecidas popularmente por brocas de dentista –, as quais realizam um furo cego por meio da penetração em cheio no material.

Uma das técnicas para a medição das deformações ao redor do furo cego faz o uso de extensômetros colados sobre a superfície do material. Ao usar-se o furo cego, na

presença de tensões residuais, a superfície adjacente sofre uma pequena deformação radial, que é medida pelos extensômetros. A partir dessa deformação, da geometria do furo cego e das propriedades do material a tensão residual é medida. Entretanto, com o aumento da profundidade do furo cego, os extensômetros perdem a sensibilidade da medição, tornando-se cada vez mais difícil a visualização das deformações na superfície. Além disso, segundo Blödorn (2014), a geometria do furo cego influencia diretamente na medição das tensões residuais e, dentre as técnicas de usinagem, o MFC é a que apresenta os melhores resultados quanto à geometria do furo.

Neste contexto, foi desenvolvido um dispositivo para a realização do MFC com a técnica do fresamento orbital, que será utilizado juntamente com um equipamento de medição das deformações com o princípio de funcionamento óptico. O equipamento em desenvolvimento deverá ser utilizado para medições em campo, bem como para inspeção de diversos tipos e tamanhos de materiais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Todos os materiais, independentemente de sua composição química, estão sujeitos a forças externas e internas. O conhecimento de tais forças é de extrema importância para prevenção de possíveis falhas e acidentes. As forças internas são chamadas de tensões residuais, estas tensões podem ser originadas de diversas formas, principalmente na fabricação. Segundo Schajer (2018), as tensões residuais são geradas por não conformidades do material e são induzidas por quase todos os métodos de fabricação.

Existem diversas formas de realizar a medição, métodos destrutivos, semi-destrutivos e não-destrutivos. Porém, existem critérios e necessidades das indústrias que devem ser satisfeitas. Métodos destrutivos, por exemplo, não apresentam uma boa eficácia na indústria, o fato de o material não poder mais ser utilizado posteriormente inviabiliza a sua aplicação.

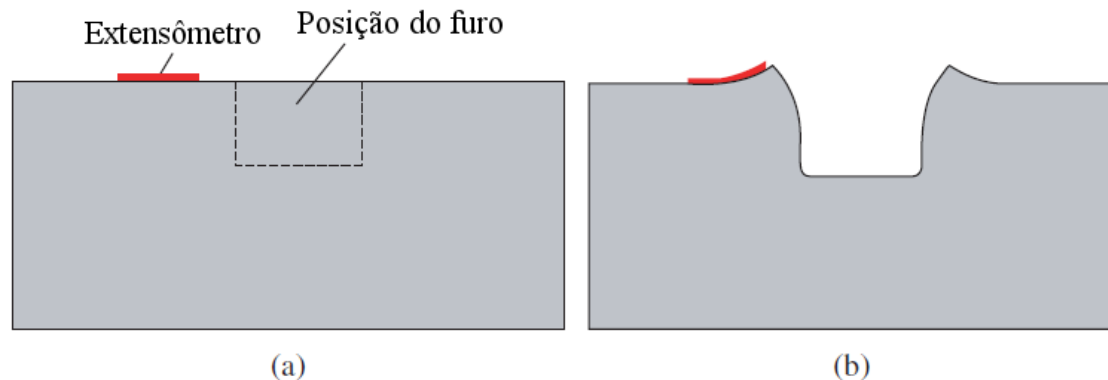
Ainda segundo Schajer (2018), a remoção do material é uma maneira muito eficaz de medir as tensões residuais. A remoção do material acarreta em deformações ao redor do volume de material removido, e a partir dessas deformações, que são deslocamentos de material, é possível obter-se a intensidade, sinal e a profundidade da tensão residual.

2.1 MÉTODO DO FURO CEGO (MFC)

O Método do Furo Cego é a técnica mais empregada para medição de tensões residuais devido seus procedimentos normalizados, boa precisão e confiabilidade. Este método é chamado de “semi-destrutivo”, pois deixa um pequeno furo cego no material onde serão investidas as tensões residuais

Schajer (2018) explica que o MFC consiste na execução de um pequeno furo no material, onde a remoção deste provocará a redistribuição da tensão no seu entorno. A redistribuição cria uma deformação na superfície do material, que é medida pelos extensômetros (Figura 1).

Figura 1. Deformação do material com o uso do Método do Furo Cego (Schajer, 2018).



O MFC se baseia na furação em cheio do furo cego com uma fresa de topo reto (broca de dentista) e uma turbina pneumática para acionamento da ferramenta. A medição pode ser realizada a partir de um furo cego realizado de forma direta ou dividido em vários incrementos na profundidade. No entanto, o diâmetro do furo cego é sempre constante, aumenta-se somente a profundidade. Desta forma, à medida que a profundidade do furo cego aumenta, a sensibilidade de medição das deformações diminui. Isso acontece por que as deformações são medidas na superfície do material, cada vez mais longe do fundo do furo cego, onde as tensões estão presentes.

2.2 ESTRATÉGIAS DE USINAGEM DO FURO CEGO

A realização do furo cego depende da velocidade e rotação disponível pelo equipamento que está sendo utilizado. Segundo Flaman e Herring (1982), baixas velocidades de rotação causam as maiores introduções de tensões no material. Já a alta rotação, demonstrou-se ideal para o processo, porém, em materiais com alta dureza não foi tão eficaz. Para a realização do MFC é necessária uma estratégia que permita a

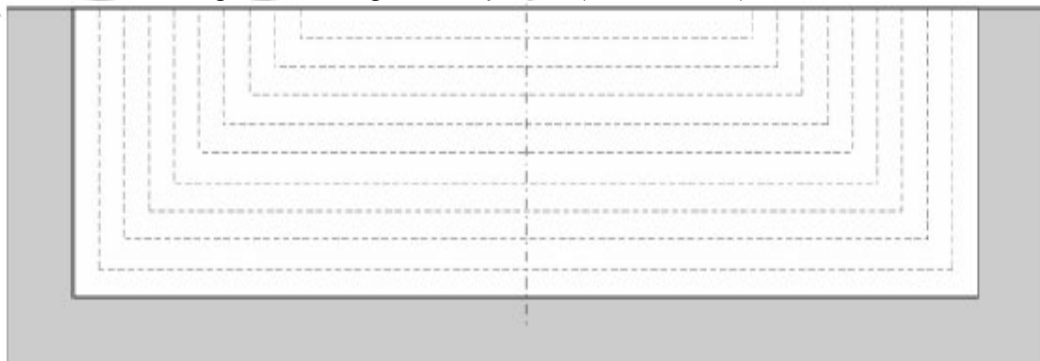
ampliação na sensibilidade da medição sem introduzir elevados níveis de tensões no material.

Portanto, estudou-se a possibilidade da utilização da estratégia de Fresamento Incremental Orbital (FIO) para a realização da usinagem do furo cego. Esta estratégia possibilita o aumento da sensibilidade na medição da tensão residual. Esta estratégia faz o uso de uma fresa de topo reto, e realiza um fresamento orbital, permitindo assim, uma melhora na sensibilidade da medição de tensão residual.

2.2.1 Furação Incremental Orbital (FIO)

Nesta estratégia de medição o diâmetro do furo cego e a sua profundidade crescem progressivamente e simultaneamente. Inicialmente, o furo cego possui um diâmetro de 2,00 mm e uma profundidade de 0,10 mm. São realizados 10 incrementos na profundidade de 0,10 mm, chegando assim, a uma profundidade final de 1,0 mm e um diâmetro final de 4,0 mm (Figura 2).

Figura 2. Estratégia de furação FIO (Blödorn, 2018).



Afim de parametrização, definiu-se que a relação entre a profundidade do furo z e o diâmetro do furo d não deverá ser maior que 0,250 (ver Tabela 1). Com o aumento progressivo das dimensões, a relação z/d também crescerá progressivamente (ver Tabela 1). Porém, a relação z/d sempre se mantém abaixo do seu valor máximo de 0,250. Blödorn (2018) avalia que esta estratégia promove a redução na introdução de tensões, como também, aumenta a sensibilidade na medição das deformações.

Tabela 1. Relação z/d para estratégia de medição FIO (Blödorn, 2018).

Incremento (i)	Profundidade (z) [mm]	Diâmetro do furo (d) [mm]	Relação z/d
1	0,10	1,00	0,100
2	0,20	1,33	0,150
3	0,30	1,67	0,180
4	0,40	2,00	0,200
5	0,50	2,33	0,214
6	0,60	2,67	0,225
7	0,70	3,00	0,233
8	0,80	3,33	0,240
9	0,90	3,67	0,245
10	1,00	4,00	0,250

Nesta estratégia a usinagem no primeiro incremento é realizada pela furação em cheio. E, a partir do segundo incremento, é realizado o fresamento orbital, que irá aumentar progressivamente o diâmetro do furo cego.

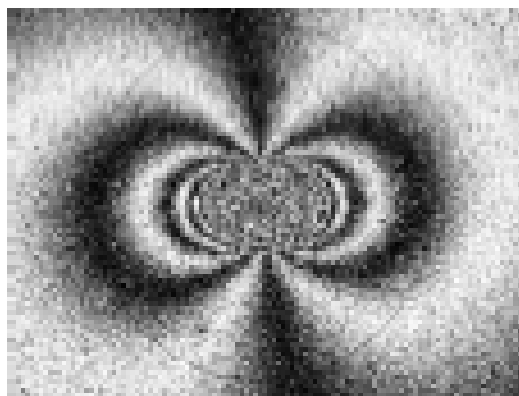
2.2.2 Holografia Eletrônica

Diversas formas para medir a tensão residual podem ser utilizadas. Para definir a técnica mais adequada para a medição, segundo Rodacoski (1997), deve-se levar em considerações diversos fatores, como: o tempo disponível para a medição, incerteza requerida e dimensões da região de interesse.

Uma das técnicas para a realização da medição é chamada de Holografia Eletrônica (HE). Rodacoski (1997) diz que pelo fato de a HE utilizar uma câmera de vídeo e placas eletrônicas possibilita a automatização do processo, e assim, é indicado para o uso nas indústrias.

Devido a diferenças da rugosidade na superfície do material e às deformações causadas pela realização do furo, ao realizar o processamento da imagem formam-se franjas (Figura 3). A partir dessas franjas é realizada a medição da tensão residual.

Figura 3. Exemplo de imagem processada pelo HE (Schajer, 2018).

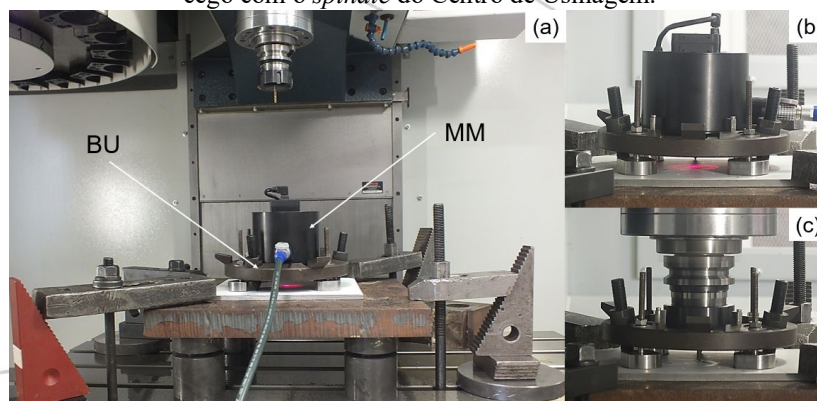


3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização da medição da tensão residual é necessário o desenvolvimento de um dispositivo mecânico que possibilite a utilização das técnicas de usinagem por fresamento orbital para o MFC. O presente trabalho tem como principal objetivo o projeto deste dispositivo de usinagem. O desenvolvimento do dispositivo foi baseado no medidor de tensão residual por Holografia Eletrônica projetado e construído pelo Laboratório de Metrologia e Automação (LABMETRO), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

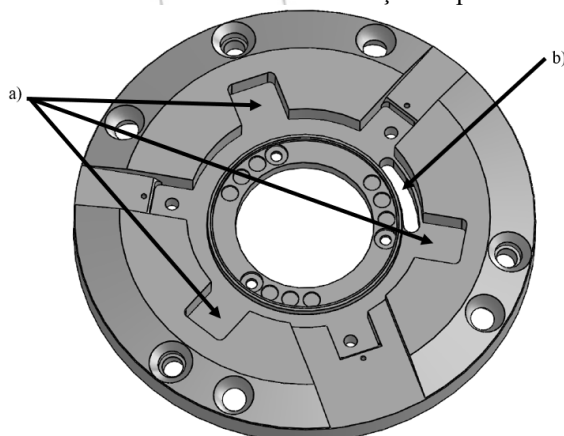
O dispositivo mecânico desenvolvido pela UFSC é composto por um módulo de medição e por um módulo de usinagem, estes são acoplados a uma base universal (Figura 4). Desse modo, o presente trabalho, afim de aprimorar a utilização do equipamento em sua aplicação, projetará um novo módulo de usinagem, como também, uma nova base universal permitindo assim, uma maior robustez, estabilidade e flexibilidade para o processo.

Figura 4. Medição de tensão residual: (a) Montagem do POLAR no Centro de Usinagem; (b) Interferômetro óptico para medição de deformações mecânicas; (c) Procedimento de usinagem do furo cego com o *spindle* do Centro de Usinagem.



A nova base universal desenvolvida possui um diâmetro maior a fim de adicionar mais três rebaixos a 120° (Figura 5^a). Além disso, foi necessária a usinagem de um oblongo para permitir a movimentação da placa ferromagnética (Figura 5b).

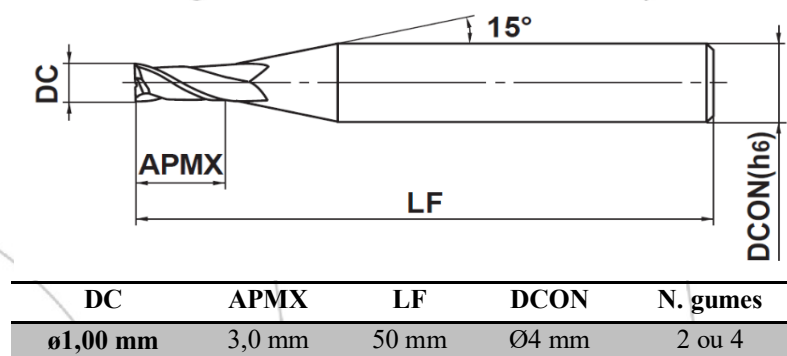
Figura 5. Base universal: a) Rebaixos para fixação do novo módulo de usinagem e b) Oblongo para movimentação da placa ferromagnética.



Para o modelamento 3D do dispositivo mecânico utilizou-se o *software* Solid Works® 2018. O material utilizado para o projeto mecânico do dispositivo de fresamento orbital é o alumínio 6351-T6. Este destaca-se por sua usinabilidade, alta resistência mecânica, resistência à corrosão e baixo peso. Para a base universal será utilizado o aço ABNT 420, que é um aço inoxidável martensítico, temperável, magnético e com boa resistência mecânica.

Para a execução do furo cego deverá ser utilizada uma fresa de topo reto com diâmetro de 1,0 mm (Figura 6). Tamura (2016) realizou ensaios de furação em cheio com fresas de topo acionada por *eletrospindle*, onde utilizou parâmetros de rotação de 25 000 a 40 000 rpm e velocidade de avanço de 10 a 20 m/min. O presente trabalho usará os parâmetros utilizados na pesquisa citada anteriormente para o dimensionamento dos motores de passo e do motor elétrico para acionamento da fresa de topo reto.

Figura 6. Fresa de topo reto utilizada (Blödorn, 2018).

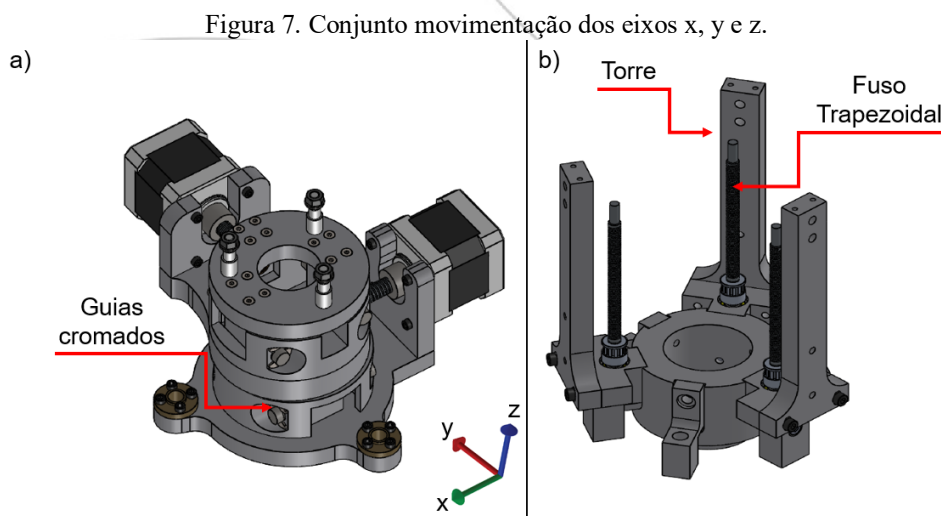


Os motores de passo considerados no projeto são da marca MotionKing, modelo NEMA 17HS4401, com torque máximo de 0,42 N.m, tensão de operação de 4,8 V, corrente de 1,7 A por fase e 200 passos por volta. O *spindle* utilizado é da marca Maxon,

modelo ECX Speed 16 M, com torque máximo de 5,1 N.m, rotação máxima sem carga aplicada de 55 000 rpm e máxima eficiência energética de 79,1%, considerando uma alimentação contínua de 24 V.

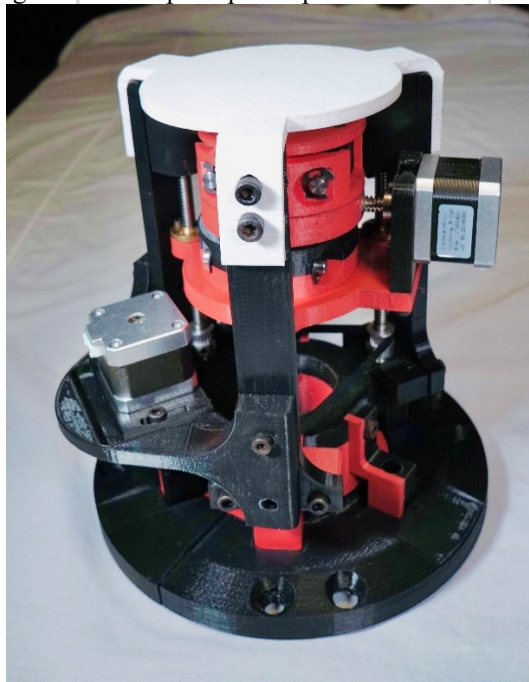
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A realização da interpolação do furo depende da movimentação do dispositivo nos eixos x , y e z . Para permitir a movimentação, utilizou-se barras cromadas como guias dos eixos por meio de fusos trapezoidais acoplados diretamente a dois motores de passo (Figura 7a). Foi delimitado um diâmetro de interpolação de $\varnothing 6$ mm afim de limitar o movimento dos fusos. Este diâmetro de interpolação foi baseado a partir da relação entre o diâmetro e o curso do eixo z , visto que no método FIO o diâmetro deve aumentar progressivamente com sua profundidade. Além disso, desenvolveu-se três torres posicionadas a 120° em torno do centro de orbitação. Estas têm como função aumentar a rigidez do sistema prevenindo de possíveis falhas por vibração.



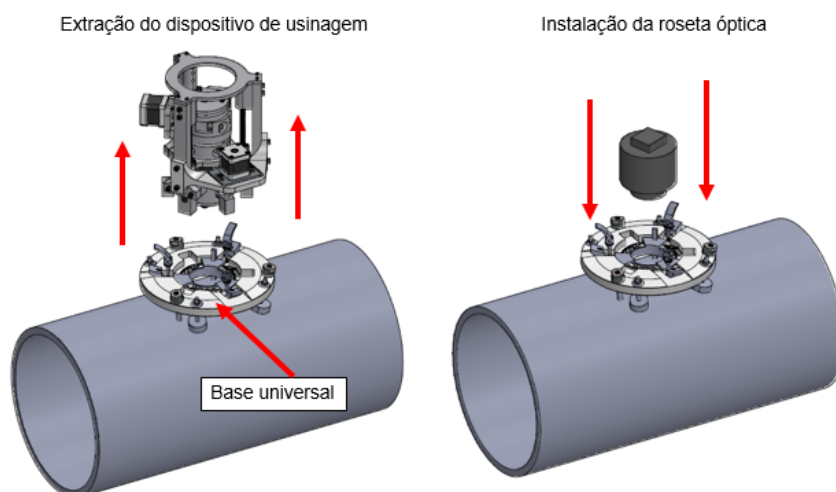
Para validar o funcionamento do dispositivo projetado foi impresso um protótipo através de manufatura aditiva (Figura 8). Desta forma, foi possível a montagem dos componentes e motores afim de analisar a movimentação dos eixos.

Figura 8. Protótipo impresso por manufatura aditiva.



Sabendo que a aplicação final seria em campo, projetou-se o equipamento para permitir desacoplá-lo da base universal e acoplar a roseta óptica. Esta intercambialidade proporciona uma maior exatidão, aprimorando o processo de medição e tornando o procedimento mais rápido, fator que agrega na praticidade no trabalho de campo. A Figura 9 representa este processo.

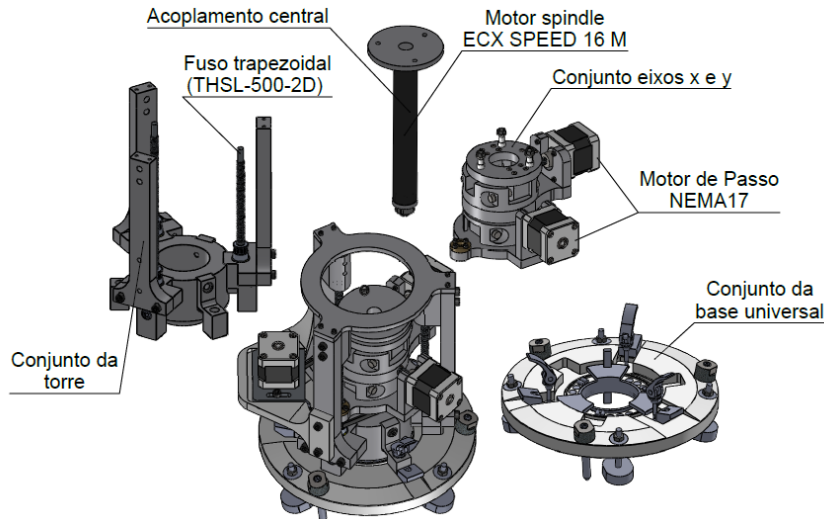
Figura 9. Substituição do dispositivo de usinagem pelo dispositivo de medição (roseta óptica).



Na Figura 10 é possível identificar o projeto finalizado do dispositivo e, separadamente, seus subconjuntos, sendo eles: o acoplamento central, onde é conectado o *spindle* principal; o conjunto dos motores de passo dos eixos x e y, que possibilitam a

orbitação da ferramenta nestes sentidos; o conjunto da torre, onde estão localizados os fusos trapezoidais, que tornam o movimento em z possível e o conjunto da base universal, onde poderão ser acoplados o dispositivo de fresamento ou a roseta óptica de medição.

Figura 10. Equipamento de fresamento orbital e subconjuntos.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa bibliográfica e de adequações realizadas no projeto do acoplamento do dispositivo de fresamento orbital já desenvolvido pelo LABMETRO da UFSC, este trabalho pode realizar aprimoramentos que flexibilizarão a utilização do dispositivo em campo. Através da impressão de um protótipo por meio da manufatura aditiva foi possível analisar a movimentação dos eixos, comprovando assim a funcionalidade do sistema. Além disso, o protótipo permitiu observar a montagem física dos componentes, oportunizando a melhoria de detalhes de montagem e fixação do dispositivo de fresamento.

Pode-se perceber uma elevada dificuldade no dimensionamento dos componentes que serão utilizados, visto que a precisão necessária no processo de fresamento orbital estreita as faixas de tolerância dos componentes. Estas tolerâncias são de extrema importância para reduzir os erros decorrentes do processo, como também, aumentar a confiabilidade dos resultados.

REFERÊNCIAS

AMERICAN SOCIETY FOR TESTING AND MATERIAL. ASTM E837-13a. **Standard Test Method for Determining Residual Stresses by the Hole-Drilling Strain-Gage Method**. West Con-shohocken, 2013. 17 p.

BLÖDORN, R. **Estudo do Furo e Processo de Furação Empregado no Método do Furo Cego para Medição de Tensões Residuais**. 177f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Mecânica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BLÖDORN, R. **Efeito do fresamento orbital com fresa de topo e furação em cheio com broca helicoidal sobre os valores medidos da tensão residual pelo “Método do Furo Cego”**. 242f. Doutorado em Engenharia Mecânica – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

FLAMAN, M.T.; HERRING, J.A. Comparison of Four Hole-Producing Techniques for the Center-Hole Residual-Stress Measurement Method. **Experimental Techniques**, v.9, p. 30-32. 1982.

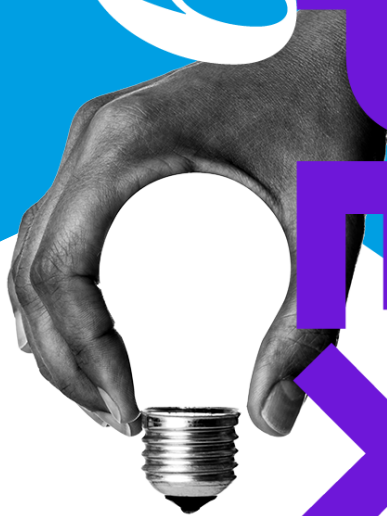
RODACOSKI, M.R. **Medição de tensões residuais com holografia eletrônica**. 191f. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

SCHAJER, G.S. Advances in Hole-Drilling Residual Stress Measurements. **Experimental Mechanics**, v. 50, n. 2, p. 159-168. Dezembro. 2010.

SCHAJER, Gary S.; WHITEHEAD, Philip S. **Hole-Drilling Method: for Measuring Residual Stresses**. Reino Unido: Morgan e Claypool Publishers, 2018. 172 p.

TAMURA, M.T. **An assessment of the drilling process employed by the Hole-Drilling Method for residual stress measurements**. 175f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Mecânica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

2019 ENPEX



ARTIGOS

Pedagogia



fapesc
Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

ANAIS ENPEX 2019
ISSN 1982-3370

Inovação a serviço
da educação

XVIII Jornada de Iniciação Científica
XIII Mostra de Extensão
BRUSQUE - SC - BRASIL



UNIFEBE

ESCOLA E CONSELHO TUTELAR: UMA PARCERIA POSSÍVEL?

SCHOOL AND TUTELARY COUNCIL: A POSSIBLE PARTNERSHIP?

WERNER Greice Kely Rech¹
NUNES Camila da Cunha²

RESUMO: Objetiva-se verificar como ocorre e em que momentos é estabelecida a relação entre o Conselho Tutelar de uma cidade do Médio Vale do Itajaí (SC) com as escolas municipais, a partir da percepção dos coordenadores pedagógicos. Realizou-se uma pesquisa aplicada qualitativa, de caráter descritivo, considerando as subjetividades de gestores da rede de ensino do município. Entrevistaram-se 5 coordenadores pedagógicos. Percebeu-se que existe um distanciamento entre o Conselho Tutelar e a Escola. Para os gestores entrevistados, fica clara a falta de conhecimento das atribuições do órgão estudado. De modo geral, é possível identificar que a atuação do Conselho Tutelar está pautada em situações emergenciais, de maneira que não há uma relação sistematizada e harmoniosa, carente de diálogo entre os membros da Escola e do Conselho Tutelar, para que juntos somem forças em busca da garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Palavras-chave: Conselho Tutelar. Escola. Aluno.

ABSTRACT: *The objective is to verify how and when a relationship is established between the Tutelary Council of a city of the Middle of the Itajaí Valley (SC) with the municipal schools is established, based on the perception of the pedagogical coordinators. A qualitative applied research, of descriptive character, was carried out, considering the subjectivities of managers of the teaching network of the municipality. Five pedagogical coordinators were interviewed. It was noticed that there is a distance between the Tutelary Council and the School. For the interviewed managers, it is clear the lack of knowledge of the attributions of the studied institution. In general, it is possible to identify that the action of the Tutelary Council is based on emergency situations, so that there is no systematic and harmonious relationship, lacking dialogue between the members of the School and the Tutelary Council, so that together they guarantee the rights of the children and adolescents.*

Keywords: *Tutelary Council. School. Student.*

¹ Acadêmica do curso de Pós-Graduação da UNIFEBE. E-mail: greice45@gmail.com

² Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). E-mail: camila.nunes@unifebe.edu.br

1 INTRODUÇÃO

É sempre viável ao educador refletir sobre a concepção que se tem a respeito da criança e do adolescente. Tal concepção, ou concepções, influenciam diretamente a ação educativa exercida diariamente pelo professor no contexto educacional. Perceber as formas como a criança foi observada e tratada em diferentes tempos históricos revela que a infância vivida pelas crianças não é algo que se concebe naturalmente, mas sim algo que é construído historicamente na sociedade.

A criança e o adolescente perpassam por várias instituições, tais como o Estado, a Igreja, a família, os meios de comunicação e a escola ao longo de seu desenvolvimento. Tais instituições influenciam as políticas e as concepções acerca da infância e adolescência, bem como as formas em que a educação é conduzida no país. Isso porque o direito à educação foi garantido constitucionalmente (BRASIL, 1988), reconhecendo-os como sujeitos de direito.

Manter o diálogo a respeito do tema contribui para que os envolvidos nas fases de desenvolvimento da criança e do adolescente possam identificar na prática as reais necessidades que possuem para, assim, garantir os direitos deles. Os sujeitos envolvidos nos processos educativos direcionam os temas que são abordados e que ganham ênfase nas atividades e discussões, considerando que há um currículo. Porém, por meio do agir e fazer pedagógico ocorre uma construção social do conceito de infância e adolescência naquele ambiente. Ampliando as possibilidades para enxergar o sujeito com habilidades para transformar, construir e desconstruir as possíveis definições já existentes sobre seu contexto.

Para Sacristán (2005, p. 14),

a infância construiu em parte o aluno, e este construiu parcialmente a infância. As duas categorias pertencem e aludem a mundos nos quais se separam os menores dos adultos (a infância da maturidade e o aluno da pessoa emancipada); isso constitui uma característica das sociedades modernas: ser escolarizado é a forma natural de conceber aqueles que têm a condição infantil.

No âmbito escolar, é por meio da prática social que se faz possível entender que as relações que se dão nesse ambiente também estão marcadas pela história de seus produtores. Condiicionados por características culturais do próprio espaço da escola, torna-se essencial a ressignificação do trabalho que é desenvolvido, bem como a ação pedagógica.

Segundo Brasil (1997, p. 47):

[...] se concebe a educação escolar como uma prática que tem a possibilidade de criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e de participação em relações sociais, políticas e culturais diversificadas e cada vez mais amplas, condições estas fundamentais para o exercício da cidade na construção de uma sociedade democrática e não excludente.

Uma prática pedagógica que contemple e dê conta da pluralidade dos alunos e que, ao mesmo tempo, considere-os como seres capazes de interagir entre os pares, produzindo culturas e se desenvolvendo física, mental e socialmente é um princípio fundamental para ir ao encontro da perspectiva citada acima (BRASIL, 1997).

Tais práticas pedagógicas ocorrem no âmbito escolar, sendo a educação primordial ao desenvolvimento do ser humano. Sendo, então, oportuno observar que a Constituição Federal de 1988, no art. 205, preceitua que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família (BRASIL, 1988).

Na década de 90 foi sancionada a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, intitulada Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a referida Lei (BRASIL, 1990) foi incorporada à sociedade brasileira nos anos seguintes, trazendo consigo grandes mudanças na forma como as instituições percebiam a criança e o adolescente, tornando passível de punição os adultos que em algum aspecto fizessem descumprir tal legislação.

O ECA dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, conforme seu art. 1º. Para os efeitos legais, é considerada criança qualquer sujeito até 12 anos de idade completo, e adolescente a pessoa entre 12 e 18 anos de idade. Expõe a garantia do desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

A fim de acompanhar o cumprimento da Lei e a garantia do desenvolvimento pleno desses sujeitos, no artigo 131 aborda-se o Conselho Tutelar nos seguintes termos: “[...] é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei” (BRASIL, 1990).

A criação e institucionalização dos Conselhos Tutelares, além de objetivar uma atenção maior às crianças e adolescentes, visam à instrumentalidade de desjudicialização de questões sociais, direcionando políticas sociais e não ações repressivas. Também, são instrumentos de controle social, uma vez que protegem em virtude das garantias das crianças e adolescentes previstas na Constituição Federal e no ECA, e devem fiscalizar

as demais instituições que prestam atendimento a esse público. Diante de tal cenário, a pesquisa objetiva verificar como ocorre e em que momentos é estabelecida a relação entre o Conselho Tutelar de uma cidade do Médio Vale do Itajaí (SC) com as escolas municipais, a partir da percepção dos coordenadores pedagógicos.

2 CENÁRIO INTERNACIONAL

Há ações internacionais e nacionais que visam a proteção dos direitos da criança e do adolescente, no entanto, a sua institucionalização se deu em um processo lento. Segundo Rossato, Lépure e Cunha (2013, p. 50),

em 1919, duas Convenções aprovadas na 1ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho foram consideradas os primeiros documentos internacionais que, de forma específica, promoveram a defesa dos interesses da criança. Estas Convenções ordenaram a proibição de trabalho noturno para menores de 18 anos e a definição de 14 anos como idade mínima para o trabalho na indústria.

Ainda, Rossato, Lépure e Cunha (2013) complementam que, em 15 de abril do mesmo ano, fundou-se na Inglaterra, pelas irmãs Eglantyne Jebb e Dorothy Buxton, a *Save the Children Fund* (Fundo Salvem as Crianças). Tinha como intuito arrecadar verbas para dar apoio às crianças que haviam sido atingidas no período da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa, e estavam em situação de escassez de comida e mantimentos. Mais tarde, em 1919 criaram a primeira Associação *Save the Children*, que em 1920 se tornou a *Save the Children* Internacional (União Internacional Salve as Crianças), formalmente criada em junho de 1989.

“A atuação engajada da União Internacional Salve as Crianças culminou na participação desta na elaboração da Declaração de Genebra, através de uma proposta apresentada pela delegação chilena” (DOLINGER, 2001, p. 82). A Declaração de Genebra, conhecida também como Carta da Liga sobre a Criança de 1924, é considerada o primeiro documento de caráter amplo e genérico em relação à criança, pois contempla a proteção da infância em todos seus aspectos. Observa-se abaixo:

[...] pela presente Declaração dos Direitos da Criança, comumente conhecida como Declaração de Genebra, homens e mulheres de todas as nações, reconhecendo que a Humanidade deve à criança o melhor que tem a dar, declara e aceita como sua obrigação que, acima e além de quaisquer considerações de raça, nacionalidade ou crença:

I. A criança deve receber os meios necessários para seu desenvolvimento normal, tanto material como espiritual; II. A criança que estiver com fome deve ser alimentada; a criança que estiver doente precisa ser ajudada; a criança atrasada precisa ser ajudada; a criança delinquente precisa ser recuperada; o

órfão e o abandonado precisam ser protegidos e socorridos; III. A criança deverá ser a primeira a receber socorro em tempos de dificuldades; IV. A criança precisa ter a possibilidade de ganhar seu sustento e deve ser protegida de toda a forma de exploração; V. A criança deverá ser educada com a consciência de que seus talentos devem ser dedicados ao serviço dos seus semelhantes (ROSSATO; LÉPORE; CUNHA, 2013, p. 59).

Tal Declaração reconhece o quão vulnerável é a criança, porém se limitou a ser apenas um documento de “sugestões” aos governos. Apresenta a criança como sujeito beneficiário de ações que tenham o intuito de proteger (ROSSATO; LÉPORE; CUNHA, 2013). Desse modo, segundo Dolinger (2001), embora considerada inovadora, refletiu alguns pensamentos da época que resultaram no reconhecimento das crianças apenas como objeto de proteção e não como sujeitos de direitos, posteriormente retificado na Declaração dos Direitos da Criança de 1959.

A Declaração dos Direitos da Criança publicada em 1959, com influência direta da Declaração Universal dos Direitos do Homem, apresenta uma mudança de perspectiva do olhar para a criança, que passou a ser vista como um sujeito de direito, agregando novos valores à infância. Apesar do avanço, considerou-se tal documento apenas como um meio para anunciar direitos, sem que houvesse uma provisão para que o que estava previsto fosse cumprido pelos responsáveis, de maneira a ser exigido e fiscalizado pelo Estado (ROSSATO; LÉPORE; CUNHA, 2013).

Desse modo, a comunidade internacional carecia de um documento com força jurídica obrigatória, cujo cumprimento poderia ser exigido dos Estados. Em função disso, em 1979, vinte anos após a publicação da Declaração dos Direitos da Criança, aconteceu uma convenção sobre o tema, culminando na publicação da declaração em 1989, entrando em vigor no ano de 1990, após várias revisões feitas pela Organização das Nações Unidas.

3 CENÁRIO NACIONAL

A infância foi historicamente marcada por fatos conturbados, evidenciando problemas tais como miséria, fome, maus tratos e mortalidade infantil, em decorrência de negligência da família, Estado e sociedade. Com a chegada dos Jesuítas ao Brasil, foram apresentados aos povos da época os primeiros modelos de infância. Assim, em 29 de março de 1549 desembarcaram na Vila de Pereira quatro padres e dois irmãos, liderados pelo padre Manuel de Nóbrega. Vinham com o objetivo de ensinar as crianças à doutrina,

mas também os modos de vida, ler, escrever, cantar, trabalhar, realizados através da Companhia de Jesus (CHAMBOULEYRON, 2000).

A Companhia de Jesus tinha como objetivo orientar na formação de crianças e adolescentes, influenciando na criação de colégios, sendo os locais nos quais os ensinamentos eram repassados às crianças. Com o passar do tempo, os padres perceberam a dificuldade em alcançar seus objetivos. Observando o comportamento das crianças indígenas, chegaram à conclusão de que os resultados eram alcançados com maior agilidade por meio de pressão psicológica. Assim, nas aldeias administradas pelos jesuítas, Mem de Sá mandara fazer tronco e pelourinho, que por sua vez eram utilizados sempre que as crianças ou adolescentes fugiam da escola (CHAMBOULEYRON, 2000).

Em meados de 1726 surgiu a então denominada Roda dos Expostos, que foi uma das instituições brasileiras de mais longa vida, sobrevivendo aos três grandes regimes de nossa história. Criada na Colônia perpassou e multiplicou-se no período Imperial, conseguiu manter-se durante a República e só foi extinta definitivamente na recente década de 1950 (MARCÍLIO, 1999).

A Roda dos Expostos tinha como função dar assistência às crianças abandonadas, garantindo sigilo aos expositores, de modo a evitar que as crianças fossem abandonadas pelas ruas, lixos, bosques, portas de igreja. Essa era uma atitude comum à época, de maneira que com a Roda dos Expostos tentava-se evitar esses acontecimentos. Quando abandonadas, a maioria das crianças morria de fome, de frio ou, até mesmo, eram comidas por animais, antes de serem encontradas por almas caridosas (MARCÍLIO, 1999). No entanto, por volta do século XIX, no Brasil essas instituições começaram a ser fechadas, pois passaram a ser consideradas contrárias aos interesses do Estado.

Com o fechamento dessas instituições, as crianças passaram a ser vistas como marginais, estando largadas nas ruas, sendo necessária alguma providência. A solução foi vista na educação. Desse modo, “[...] caberia ao Estado implantar uma política de proteção e assistência à criança, a qual foi estabelecida por meio do Decreto 16.272, de novembro de 1923” (HENICK; FARIA, 2015). Suprindo essa necessidade e visto como a solução dos problemas relacionados a esses sujeitos houve a publicação e aprovação do código penal da República inserindo a criança num âmbito criminal, reduzindo sua condição na de marginal, para sujeito reconhecido em documentos, porém sem direitos (HENICK; FARIA, 2015).

Nesse período, existia o sentimento e um ideal de que “a criança é o futuro do país”, desse modo, era preciso corrigir suas condutas e ações enquanto fosse tempo, para que no futuro essa criança se tornasse um bom e honesto adulto. Logo, o Estado, com base em tal objetivo, acabou construindo uma prática de intervenção sobre a criança pela via da criminalização, inaugurando o modelo menorista (HENICK; FARIA, 2015).

Nesses termos, em 1927, foi aprovado o Código de Menores que inseriu o Direito do Menor no ordenamento jurídico brasileiro. Representando os valores da elite da época, estava carregado de conteúdo moral e surgiu para resolver os ditos “incômodos da delinquência”. Ignorava por completo a desigualdade social e a exploração econômica. Em observância aos fatos históricos, é possível constatar que a criança é reconhecida a priori pela negação, por aquilo que não se pode, pela ausência de capacidades (HENICK; FARIA, 2015).

Posteriormente, no ano de 1960, é que de fato ocorreram mudanças significativas com relação às atitudes assistencialistas frente à realidade das crianças, aquelas que eram negligenciadas e abandonadas. Como afirmam HENICK; FARIA (2015)

no ano de 1964, o governo militar introduziu, mediante a Lei 4.513 de 1º de dezembro de 1964, a Política Nacional do Bem-Estar Social do Menor, cabendo a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) sua execução. Seus objetivos eram cuidar do menor carente, abandonado e delinquente, cujos desajustes sociais se atribuíam aos desafetos familiares. (p. 25.824-25.834).

Por todo o Brasil houve a implantação das FEBEM's (Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor). O foco de atuação era abrigar crianças órfãs e abandonadas até que fossem adotadas. As ações do Estado se resumiam no assistencialismo, em criar instituições para “cuidar” das crianças, ou seja, essas eram retiradas de suas famílias “desequilibradas” e colocadas para conviver com pessoas que não conheciam tudo pelo “bem da nação” (CUSTÓDIO, 2009).

Diante das inúmeras críticas sofridas pelo Estado, fez-se necessária à criação de uma comissão para acompanhar os trabalhos desenvolvidos nesses locais. A partir disso, cria-se em 11 de dezembro de 1978 a Comissão Nacional do Ano Internacional da Criança, que serviria de base para a declaração da Doutrina do Menor em Situação Irregular no Brasil, o Código de Menores de 1979 (VERONESE, 1999).

Dentro desse cenário o referido Código é criado por meio da Lei nº 6697, de 10 de outubro de 1979, no Ano Internacional da Criança. Essa nova versão do código “[...] nada mais foi que o Código de Menores de 1927 com novas roupagens, onde a verdadeira

vítima (criança) era a protagonista de situações marcadas pela violência, humilhação, sendo vista como o ‘vilão’ da história” (PAGANINI, 2016).

Com o fortalecimento dos movimentos sociais, o Brasil passa de um panorama estático e autoritário para outro crítico e democrático, em que diversos setores da sociedade passam a exigir a mudança do modelo. A miséria, desigualdade social e as precárias condições de vida da maioria das crianças foram alguns dos fatores que contribuíram para a transição da Doutrina da Situação Irregular pela Teoria da Proteção Integral (HENICK; FARIA, 2015).

Com a “[...] promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 5 de outubro de 1988 inseriu-se a concretização do novo direito, trazendo a democracia participativa e a formulação de políticas públicas como ferramentas no combate à exclusão social” (BRASIL apud PAGANINI, 2016).

Além disso, a Constituinte garantiu como direitos sociais “[...] a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988). E, atribui à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, prioritariamente, os seguintes direitos: “à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 1988), além disso, almeja colocá-los “[...] a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1988).

Seguindo tais direitos, no dia 13 de julho de 1990 é promulgada a Lei 8.069, denominada de Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), concebendo-o como ramo jurídico autônomo. O ECA apresenta um conjunto de normas disciplinadoras dos direitos fundamentais de meninos e meninas, destinando-se a implantação do sistema de garantias, assumindo a responsabilidade de assegurar e efetivar os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, devendo atuar com políticas públicas de atendimento, promoção, proteção e justiça (PAGANINI, 2016).

O ECA é uma grande conquista em relação aos direitos da criança e do adolescente no Brasil, que teve início com a Constituição Federal publicada no ano de 1988. Anteriormente à consolidação dessa Lei, crianças e adolescente eram tratados na condição de objetos de proteção, conforme documento para a época, o Código de Menores.

A atual compreensão sobre os direitos da criança e adolescentes foi culturalmente construída a partir de fatos históricos que marcaram a evolução da humanidade, bem como a percepção dos adultos sobre os menores. Na segunda metade do século XIX ocorreu o primeiro registro de maus-tratos contra crianças, ficando conhecido como o caso Mary Ellen (DOLINGER, 2001).

A criança era tida como propriedade dos seus familiares, sem que houvesse qualquer intervenção estatal. Posteriormente a esse caso, com a condenação dos responsáveis, houve motivação para que fosse fundada a primeira organização com o objetivo de proteger perante a Lei os direitos das crianças, que recebeu o nome de “Sociedade Protectora da Criança” (SPCC), criada em meados de 1874 (BENNETTI, 2002).

Constata-se, assim, que a desumana realidade de desconsideração dos direitos protetivos das crianças só começou a ter formatos diferentes a partir do século XX, no qual o conceito de infância e a própria proteção das crianças passaram a ser discutidos e invocados (BENNETTI, 2002). Tal processo de construção histórica sinaliza que há a necessidade de se repensar continuamente a criança nos mais diversos âmbitos sociais, de modo a garantir a oportunidade de acesso aos seus direitos.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Desenvolveu-se uma pesquisa aplicada qualitativa de caráter descritivo. De acordo com Gil (1999, p. 43) “a pesquisa aplicada possui muitos pontos de contato com a pesquisa pura, pois depende de suas descobertas e se enriquece com o seu desenvolvimento”. A pesquisa qualitativa possui caráter subjetivo, tendo em vista que o critério para identificação dos resultados não será numérico e sim valorativo (MINAYO, 1998). Segundo Gil (1999), as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

A pesquisa foi desenvolvida por intermédio do contato com coordenadores pedagógicos de cinco escolas da Rede Municipal de Ensino de uma cidade do Médio Vale do Itajaí, no estado de Santa Catarina. Foi apreendida a realidade estudada por meio da realização de uma entrevista semiestruturada que foi gravada. De acordo com Moreira (2002, p. 54), a entrevista pode ser definida como “[...] uma conversa entre duas ou mais pessoas com um propósito específico em mente”.

Desenvolveu-se uma análise dos dados de forma qualitativa. Miles e Huberman (apud GIL, 1999, p. 175) salientam que para esse tipo de análise são seguidas três etapas: redução, exibição e conclusão/verificação. Essas etapas foram desenvolvidas a partir da incidência das respostas no aparecimento nos relatos dos coordenadores. Registra-se que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos, com o Parecer de nº 2.984.985 e CAAE nº 00827718.2.0000.5636.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa visou conhecer a relação entre a escola e o Conselho Tutelar em um município do médio Vale do Itajaí, entidades essas que atuam diretamente com crianças e adolescentes. Durante a apresentação e discussão dos dados, denominam-se os cinco coordenadores de: Gestor 1, Gestor 2, Gestor 3, Gestor 4 e Gestor 5.

Quando os gestores foram questionados a respeito da função do Conselho Tutelar no meio escolar, os gestores 4 e 5 afirmaram que é necessário haver uma parceria entre os órgãos. Conforme relato do Gestor 4: “o Conselho Tutelar não conseguirá trabalhar sem que seja informado algumas questões pela escola, precisa ser uma parceria”.

Os gestores 1 e 3 citaram a necessidade de uma atuação em busca da garantia dos direitos da criança e do adolescente. O Gestor 1 ressaltou: “principalmente de garantir o direito da criança e do adolescente e a permanência dele dentro da escola. O gestor 2 ainda relatou:

deveria atuar de forma a contribuir nas situações que acontecem dentro do ambiente escolar em relação aos alunos, em relação às famílias. Não no sentido só de punição, mais no sentido de realmente oferecer para nós recursos e meios para estar ajudando a resolver as situações cotidianas que às vezes acontecem aqui no ambiente escolar.

Diante do questionamento realizado, identificou-se um discurso mecânico com pouca reflexão a respeito da função prevista em Lei para o Conselho Tutelar. As respostas foram curtas e objetivas, não havendo um diálogo sobre o tema ou até mesmo que incluísse outros assuntos ou relatos de vivências, para buscar responder a pergunta em questão.

As funções do Conselho Tutelar estão previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Segundo o ECA, em seu artigo 136 apresenta um rol de atribuições do Conselho Tutelar, que indica e dimensiona sua importância, sua dimensão social, jurídica

e institucional. Não se trata de uma relação sistematizada de atribuições, mas indica a ação que deve ser executada pelo Conselho Tutelar.

Assim, tem o Conselho Tutelar as funções de:

- (a) Atender a criança, ao adolescente e a seus pais ou responsáveis.
- (b) Aplicar medidas à criança ou ao adolescente em situação de proteção especial ou aos pais ou responsável.
- (c) Executar as suas decisões.
- (d) Assessorar o Poder Executivo Municipal para a elaboração de proposta orçamentária para planos e programas de atendimento à criança e ao adolescente.
- (e) Providenciar ações protetoras.
- (f) Fiscalizar as entidades de atendimento (governamentais e não governamentais)
- (g) Requisitar serviços públicos e certidões de nascimento e de óbito de criança e de adolescente.
- (h) Representar à autoridade as faltas ou irregularidades de terceiro que exigem providências e nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações, em nome da pessoa e da família, ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder, de irregularidades em entidade de atendimento e de apuração de infração administrativa.
- (i) Notificar alguma pessoa ou autoridade de uma decisão ou medida ou para a realização de uma providência ou diligência.
- (j) Encaminhar, por escrito, a comunicação de fatos aos órgãos de administração pública e autoridades (KONZEN, 2000, p. 117).

Para obter maiores informações, prosseguiram-se os questionamentos buscando identificar o que impulsiona os gestores a acionarem os conselheiros tutelares. A partir das falas dos gestores 1, 2 e 4 percebeu-se que os principais casos decorrem da evasão escolar. A frequência dos alunos na referida rede de ensino é registrada em um Sistema denominado APOIA.³No decorrer do ano letivo, havendo uma incidência de cinco dias consecutivos ou sete alternados num período de trintas dias, o registro deve ser feito no sistema conectado à rede. O relatório é encaminhado à Secretaria de Educação do

³Programa Aviso por infrequência de aluno – APOIA. O APOIA foi concebido pelo Ministério Público. “Em junho de 2002, foi escolhido pelo Ministério da Educação como modelo para todo o país, em ato que contou com a participação do então Centro das Promotorias da Infância” (MPSCa, 2014, p. 1).

município para que seja averiguado junto aos órgãos competentes, nesse caso os conselheiros tutelares devem ser notificados para que busquem justificativas para a incidência das faltas, posteriormente, dialogando com a escola para que essa tome conhecimento dos motivos. O relato dos gestores apresenta, em partes, um descontentamento com o sistema, tendo em vista que prevalece a falta de retorno aos gestores por parte do Conselho Tutelar.

A partir dos relatos dos gestores 3 e 5, identificou-se a incidência de negligência familiar e denúncias oriundas da comunidade, que levam ao contato da escola com o Conselho Tutelar. De modo geral, o contato ocorre na tentativa de sanar algum problema pontual que a escola momentaneamente não consegue dar conta. Tais relatos apontam para uma relação que ocorre em situações em caráter emergencial. Na fala dos gestores 1 e 4 é possível identificar que, mesmo havendo um sistema que auxilia no controle da evasão e assiduidade do aluno, não garante à escola uma relação próxima com o Conselho Tutelar. Isso porque nem sempre há um retorno por parte do órgão para apresentar justificativa à escola sobre os motivos que levaram tais alunos a evadirem-se do ambiente escolar.

A evasão escolar demanda atenção, tendo em vista que sua incidência na vida de um aluno acarreta grandes perdas no período de escolarização, interferindo na oportunidade do acesso a essa, bem como no seu pleno desenvolvimento garantido no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Capítulo IV, art. 53: “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho [...]”.

Segundo Demo (1995, p. 58), “[...] deparamo-nos com um povo que não sabe pensar, escrever e nem tampouco ler a realidade politicamente, impedindo de tornar-se sujeito da história”. A ocorrência de evasão escolar influencia diretamente em como a criança e o adolescente desenvolvem suas habilidades. É responsabilidade daqueles que estão ligados à educação atuar de forma a garantir esse direito, desse modo, quando há negligência ou omissão por parte de algum envolvido, é primordial que a questão seja levada a órgãos superiores, a fim de que cada um cumpra seu papel.

Com relação ao contato dos membros do Conselho Tutelar com a escola, os gestores 1, 2, 4 e 5 comentam que se fazem presente quando recebem denúncias, levando os conselheiros tutelares a se dirigirem as escolas para averiguar as informações relatadas. O contato, por vezes, é direto com o aluno, ficando a equipe pedagógica sem

conhecimento do assunto em questão. Conforme relato, na maioria das vezes é solicitado um momento de conversa com equipe pedagógica. Após essas visitas, raramente a escola recebe algum retorno ou orientação sobre o assunto.

Houve o relato dos gestores 1, 3 e 4 a respeito de um contato recente dos conselheiros tutelares para agendar um momento de conversa com alunos dos anos finais do ensino fundamental II, com o objetivo de abordar o tema “gravidez na adolescência”. A incidência de casos de gravidez nessa faixa etária tem ocorrido no município. Desse modo, houve a iniciativa por parte do órgão de ir às escolas compartilhar informações, no sentido de orientar quanto à prevenção da gravidez. Os gestores 2 e 4 associaram a iniciativa da pesquisa que está ocorrendo nas escolas para aproximar-se da realidade, buscando compreender de que forma ocorre a relação entre a escola e o conselho tutelar naquele município.

Uma relação de confiança só pode ser construída com convivência, diálogo e proximidade. É perceptível que o distanciamento revelado ocorre devido à falta de relacionamento e diálogo entre as duas instituições. Considerando que a escola e o Conselho Tutelar possuem a criança e o adolescente como foco de trabalho, a parceria se faz primordial para que cada um possa cumprir seus deveres, tendo como maior meta o bem-estar e a garantia dos direitos daqueles.

A falta de colaboração e a ausência de um canal de comunicação que aproxime as duas instituições são afirmadas quando os gestores são questionados com relação à ida dos conselheiros até as escolas em que trabalham. O contato ocorre de forma superficial, com enfoque na assiduidade do aluno. Quando fazem o contato, não há *feedback*. Os gestores associaram uma hipótese para a falta de habilidades do órgão em estar mais próximo da escola, qual seja a de que os conselheiros tutelares não possuem formação específica. No caso, para ser conselheiro tutelar no município estudado, a exigência é ter ensino médio completo.

Conforme o art. 133 do Estatuto da Criança e do Adolescente: “Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos: I – reconhecida idoneidade moral; II – idade superior a vinte e um anos; III – residir no município” (ECA, 1990). A exigência de escolaridade fica a cargo de resolução municipal, que define se será ensino médio, ensino superior ou cursos na área. No município estudado, a exigência para participar de processo eleitoral e assumir o cargo é ensino médio completo, além dos requisitos expostos no estatuto.

Estar próximo de uma realidade que não é conhecida é difícil, considerando a exigência do nível de formação para um cidadão assumir uma responsabilidade tão impactante na sociedade. Principalmente na vida das crianças e adolescentes, mas também nos espaços que esses perpassam até a fase adulta. É evidente que quando não há conhecimento do ambiente escolar, da relação família X escola, das fases que a criança vivencia até chegar ao período da adolescência com maior propriedade, é natural não perceber a necessidade de uma relação próxima no sentido de agir preventivamente e não emergencialmente, como visto nas falas dos gestores entrevistados.

Dentre os relatos dos gestores sobre o cumprimento dos deveres dos conselheiros tutelares, já anteriormente presenciados, destaca-se a vivência positiva dos gestores 3 e 4 que nesse momento foram a minoria. Nas escolas em que trabalham houve atuação efetiva dos conselheiros tutelares, auxiliando a reintegração de um aluno após afastamento por caso de saúde; outro caso foi de estudantes que estavam em situação de vulnerabilidade em decorrência da negligência dos responsáveis, necessitando da intervenção por parte dos conselheiros tutelares para garantir a dignidade e acesso às condições básicas junto aos familiares. Já os gestores 1, 2 e 5 não conseguiram ou não souberam relatar casos que tenham presenciado.

Os gestores escolares não devem hesitar ao presenciar qualquer situação de negligência. O conselheiro tutelar possui autonomia para,

[...] requisitar serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, previdência, trabalho e segurança, expedir notificação, providenciar medidas de proteção ao adolescente autor de ato infracional, requisitar certidão de nascimento e óbito de crianças e adolescentes (BRASIL, 1997, p. 42).

São muitas as dimensões que envolvem o Conselho Tutelar, desde a proteção, os cuidados, a orientação, entre outros. Há paradigmas a serem superados em alguns ambientes escolares nos quais foram aplicadas as entrevistas. Percebe-se uma subjetividade compartilhada, revelando uma consciência coletiva com relação à ineficiência do Conselho Tutelar naquele município, caracterizando-o como um órgão punitivo, que utiliza da repressão para resolver situações. No entanto, o papel do referido órgão deve ir além, de modo a perpassar por outras vertentes, para superar tal imagem, agindo como agente de transformação, o que contribui significativamente para a garantia dos direitos dos sujeitos em questão.

O gestor 5 afirmou que há uma crença de não efetividade do órgão em sua escola por parte de seu superior. Porém, frente à uma situação crítica, conseguiu que o Conselho

Tutelar agisse e fosse efetivo, mas se tivesse sido intimidada pela fala de quem já está a mais tempo atuando na equipe pedagógica na escola, não teria feito o contato. É bem provável que teria que ter seguido acolhendo as crianças com fome na escola, que relatavam não terem almoçado, pois a lenha do fogão estava molhada, o que impedia o seu preparo.

Nesse sentido,

uma parcela significativa da população brasileira está submetida às diversas formas de violência. Tal situação compõe o autorretrato do país, que viola constante os direitos, principalmente das pessoas – homens, mulheres, idosos, crianças e adolescentes – oriundas das classes de baixo poder aquisitivo e as impede a viver em uma realidade marcada pelas desigualdades social e econômica que tornam a existência humana insustentável (SANTOS, 2007, p. 224).

O Conselho Tutelar não trabalha isoladamente, sendo necessário que outros órgãos de proteção e defesa da criança e do adolescente atuem em parceria e sejam acionados quando for identificada a vulnerabilidade desses sujeitos, sendo eles o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), o Ministério Público e o Poder Judiciário, entre outros, tais como o Conselho Municipal de Educação. Percebem-se diversos órgãos que estão envolvidos na garantia dos direitos previstos em Lei, no entanto, é preciso maior atenção, iniciativa, sensibilidade e diálogo, para um bem comum.

Ao ser abordado o tema prevenção, no caso, atuar preventivamente na comunidade escolar, foi unânime que, baseado na vivência do ano letivo corrente, não ocorreu algo sistemático. Apenas o relato dos gestores 1, 3 e 4 com relação a palestra sobre gravidez na adolescência. Não foi feita alusão a nenhum ciclo de palestra ou planejamento para o próximo ano letivo, que revele algum tipo de trabalho preventivo e sistematizado.

A atuação do Conselho Tutelar no ambiente escolar, abordando temas que são comuns nessa faixa etária e que, por vezes, são geradores de problemas sociais, é uma iniciativa para tornar o ambiente harmonioso. Contribuindo e ajudando, assim, para a valorização de um coletivo de interesses comuns, porém com suas subjetividades. Os alunos carregam consigo experiências únicas, que os fazem ser únicos e que precisa ser considerado em todos os momentos.

Até 1988 não havia uma preocupação real em criar mecanismos que fossem eficazes na garantia do direito à educação. Durante muito tempo, a única ação do poder público foi tornar obrigatória a matrícula escolar, como se isso fosse suficiente para garantir a educação (VERONESE, 1999, p. 85).

Ante a existência do referido órgão, esse deve colaborar e se responsabilizar efetivamente, estando envolvido com o zelo pela aprendizagem das crianças e adolescentes. Ainda, igualmente com tudo que os envolvem, como o comportamento, emoções, afetividades, convivência, inclusive a frequência escolar. Porém, a atuação está pautada, em linhas gerais, no controle da frequência escolar, desconsiderando compreender junto à escola, em certos momentos, as questões que levam a falta de assiduidade. Por meio de ações preventivas no ambiente escolar os conselheiros tutelares teriam a oportunidade de fazer essa aproximação, criando vínculos com a comunidade escolar. Através de um contato permanente, que visivelmente não acontece, as impressões dos profissionais seriam outras, além de estarem colaborando efetivamente para o desenvolvimento pleno dos sujeitos.

As vivências dos gestores escolares estão embasadas em situações extremas que estão atreladas à entidade, desse modo, torna-se dificultoso construir uma relação harmoniosa. Os gestores 1 e 2 relatam que foi preciso solicitar o auxílio em momentos extremos, para que o órgão fizesse acompanhamento de um menor à Delegacia de Polícia por uso de drogas nas dependências da escola. Outro caso derivou da negligência do responsável para com um menor com necessidades especiais. Nesses dois casos foi possível presenciar o cumprimento das atribuições dos conselheiros tutelares. Os gestores 3, 4 e 5 não souberam relatar casos de vivências nas quais presenciaram os conselheiros tutelares cumprindo seu papel.

Segundo Aquino (1996, p. 48),

temos que reconhecer que alguém à margem da escolarização não pode (nem mesmo o sabe) ascender ao status de cidadão na sua plenitude, seus direitos, mesmo que em tese sejam iguais aos dos outros, na prática serão mais escassos. O acesso pleno à educação é, sem dúvida, o passaporte mais seguro da cidadania.

Pensar no Conselho Tutelar e nos caminhos que podem ser percorridos a fim de contribuir com uma relação harmoniosa entre os envolvidos nas fases da infância e da adolescência, pela qual todo ser humano passará, é afirmar a necessidade de uma atuação próxima à escola e à comunidade. Afinal, sua existência perpassa a necessidade, identificada na Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990, de meios para acompanhar de perto o desenvolvimento e garantir os direitos daqueles.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já apresentado, a Constituição Federal está bastante densa e possui um Estatuto bem detalhado no que diz respeito aos direitos da criança e do adolescente. Quando observados para as subjetividades de cada localidade do nosso país, em específico em um município do Médio Vale do Itajaí, tais documentos não são garantia de que todo indivíduo não será vítima de negligência familiar ou de diferentes tipos de violência que surgem a cada momento, deixando marcas profundas.

Verificou-se que procedimentos para uma comunicação harmoniosa em toda a rede municipal entre os dois órgãos carecem de padronização. Existe uma relação oscilante entre as escolas, como é possível constatar nos relatos dos gestores, pois não há um padrão de relacionamento, tampouco se verifica a sensação de parceria ou proximidade. O contato ocorre usualmente em decorrência de situações pontuais, das quais a escola não dá conta. Fica perceptível a necessidade de meios para que exista maior proximidade, de maneira que o Conselho Tutelar e seus conselheiros estejam mais ativos na comunidade escolar, agindo preventivamente no decorrer do ano letivo.

Cabe então para esse município a reflexão acerca da fragilidade identificada na relação entre o Conselho Tutelar e a Escola, havendo necessidade de integração para que exista uma rede de proteção em busca da efetividade da política pública em questão. Tal relação conflituosa pode acarretar perdas para a criança e para o adolescente. Assim, é papel dos gestores solicitar junto à Secretaria de Educação do município momentos para que seja promovido o diálogo, bem como para que as necessidades das escolas sejam apresentadas aos conselheiros. Por meio do diálogo é possível conquistar avanços, havendo uma contribuição mútua para o bem comum. Essa seria uma alternativa para traçar uma nova caminhada, harmonizando a relação da escola com o Conselho Tutelar.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. G. (Org.). **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. 4. ed. São Paulo: Summus, 1996.

BENETTI, S. P. C. Maus-tratos da criança: abordagem preventiva. In: HUTZ, C. S. (Org.) et al. **Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência**: aspectos teóricos e estratégias de intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2002. p. 131-150.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069Compilado.htm. Acesso em: 21 nov. 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=579494&id=16434803&idBinario=16434817>. Acesso em: 8 nov. 2018.

BRASIL. **Lei no 6.697, de 10 de outubro de 1979**. Institui o código de menores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm. Acesso em: 8 nov. 2018.

CHAMBOULEYRON, R. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

CUSTÓDIO, A. V. **Direito da criança e do adolescente**. Criciúma: UNESC, 2009.

DEMO, P. **Educação e qualidade**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1995.

DOLINGER, J. **Direito internacional privado: a criança no direito internacional**. Editora: Renovar, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HENICK, A. C.; FARIA, P. M. F. História da infância no Brasil. In: III Seminário Internacional de Representações Sociais – Educação. **Anais...** Paraná: 2015. p. 25.824-25.834.

KONZEN, A. A. Conselho tutelar, escola e família: parcerias em defesa do direito à educação. In: KONZEN, A. A. K. et al. (Org.). **Pela justiça na educação**. Brasília: FUNDESCOLA-MEC, 2000. p. 159-191.

MARCÍLIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil 1726-1950. In: FREITAS, M. C. (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Ed. Cortez, 1999.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MPSC, Ministério Público de Santa Catarina. (2014a). **APOIA**. 2014. Disponível em: http://portal.mp.sc.gov.br/portal/webforms/Interna.aspx?campo=602&secao_id=419. Acesso em: 26 nov. 2018.

PAGANINI, J. A Criança e o adolescente no Brasil: uma história de tragédia e sofrimento. **Boletim Jurídico**, Uberaba/MG, a. 12, n. 752, 2016.

ROSSATO, L. A.; LÉPORE, P. E.; CUNHA, R. S. **Estatuto da criança e do adolescente comentado artigo por artigo: lei 8.069/1990**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. 654 p.

SACRISTÁN, J. G. **O aluno como invenção**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SANTOS, J. D. F. As diferentes concepções de infância e adolescência na trajetória histórica do Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 28, p. 224-238, dez. 2007.

VERONESE, J. R. P. **Os direitos da criança e do adolescente**. São Paulo: LTR, 1988.99

**ANALISE DO DISCURSO: A MODERNIDADE x PÓS-
MODERNIDADE NA EDUCAÇÃO COMPARADA**

***DISCUSSION ANALYSIS: MODERNITY x POST-MODERNITY IN
COMPARATIVE EDUCATION***

VICENTINI, Taiani¹
LAMAR, Adolfo Ramos²

RESUMO: As tensões epistemológicas são recorrentes no campo da Educação Comparada desde meados do século XVIII. Recentemente, devido a disseminação das Teorias Pós-Modernas, a Educação Comparada parece ser um campo que se situa entre a Modernidade e a Pós-Modernidade. Frente a isso, o objetivo deste trabalho é analisar os discursos que situam a Educação Comparada entre essa tensão, pois, a subjetividade de quem discursa e a posição sujeito no ato do discurso influem também naquilo que se diz. Para tanto, a metodologia utilizada se caracteriza por ter uma abordagem qualitativa bibliográfica e faz uso do método da Análise do Discurso para a análise dos dados. Os referidos dados se traduzem nos discursos sobre a Educação Comparada entre a Modernidade e a Pós-Modernidade e os discursos analisados estão presentes no texto da autora espanhola María José García Ruiz (2011) '*La Educación Comparada, una disciplina entre la Modernidad y el Postmodernismo*'. Por meio da análise notou-se que a autora Ruiz García (2011) faz uso do interdiscurso e da memória discursiva. Porém, apesar de fazer uso daquilo já dito, a autora tece considerações pessoais à Pós-Modernidade. A autora ocupa uma posição sujeito na construção do texto, posição essa que influi em sua memória discursiva e no seu posicionamento ao longo do texto em relação a Modernidade e a Pós-Modernidade. Notou-se ainda os deslocamentos de sentidos sofridos pela Educação Comparada.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Educação Comparada. Epistemologia. Modernidade. Pós-Modernidade.

ABSTRACT: *Epistemological tensions have recurred in the field of Comparative Education since the XVIII century. Recently, due to the spread of Postmodern Theories, Comparative Education seems to be a field that lies between Modernity and Postmodernity. Given this, the objective of this paper is to analyze the discourses that place Comparative Education between this tension, because the subjectivity of the speaker and the subject position in the speech act also influence what is said. To this end, the methodology used is characterized by having a qualitative bibliographical approach and makes use of the Discourse Analysis method for data analysis. These data are translated into the discourses on Comparative Education between Modernity and Postmodernity and the discourses analyzed are present in the text of the Spanish author María José García Ruiz (2011) 'La Comparación Educación, a discipline between*

¹ Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação da Universidade Regional de Blumenau – FURB. Integrante do Grupo de Pesquisa Filosofia e Educação – EDUCOGITANS. Bolsista FAPESC. Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE. taiani.vicentini@hotmail.com; taiani.vicentini@gmail.com.

² Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Integrante do Grupo de Pesquisa Filosofia e Educação – EDUCOGITANS e Professor no Programa de Pós-Graduação da Universidade Regional de Blumenau – FURB. ajemabra@yahoo.com.br

Modernity and Postmodernism '. Through the analysis it was noted that the author Ruiz García (2011) makes use of interdiscourse and discursive memory. However, despite making use of what has already been said, the author makes personal considerations to Postmodernity. The author occupies a subject position in the construction of the text, a position that influences her discursive memory and its position throughout the text in relation to Modernity and Postmodernity. It was also noted the displacements of senses suffered by Comparative Education.

Keywords: Comparative Education. Discourse Analysis. Epistemology. Modernity. Postmodernity.

1 INTRODUÇÃO

A Epistemologia permeia o campo da Educação Comparada desde sua gênese em 1817, no entanto, esta vem sendo discutida com mais afinco no presente século (FERREIRA, 2008; MADEIRA, 2010; CARVALHO, 2013; 2014; GOMES, 2015). Ruiz (2010) afirma que a EC possui diversas definições, tanto em relação a disciplina como em relação as suas finalidades e essa diversidade ocorre, pois, a Educação Comparada ao longo do seu percurso foi influenciada por diversas Epistemologias. Porém, no intuito de esclarecer o leitor a respeito da temática da Educação Comparada, Ferreira (2008) comenta que a Educação Comparada, desde o seu início, esteve vocacionada a compreender a dinâmica dos sistemas educacionais ou de aspectos que se relacionam com esse sistema.

A Epistemologia, por sua vez significa literalmente Teoria da Ciência (SÁNCHEZ GAMBOA, 2007) e tem como função explicar o “funcionamento das ciências, a construção de seus conceitos, instrumentos, práticas, objetos de saber, as relações políticas e sociais” (YARZA DE LOS RIOS, 2005, p. 293-294 – tradução nossa). Quando se trata da Epistemologia da Educação Comparada, nota-se que algumas tensões se fazem presentes no campo. De acordo com o levantamento teórico inicial, uma destas tensões é a conceitualização da Educação Comparada como uma disciplina Moderna ou Pós-Moderna (MADEIRA, 2010; GARCIA RUIZ, 2011)

Tendo em vista a identificação da referida tensão epistemológica, optou-se por analisar uma produção escrita que aborda a tensão epistemológica da Educação Comparada como uma disciplina Moderna e/ou Pós-Moderna. Salienta-se que a produção escrita, assim como a produção oral é permeada por discursos que perpassam pela subjetivada de quem os escreve e/ou fala e também pela posição sujeito que é ocupada pelo sujeito que escreve e/ou fala. Sendo assim, a metodologia se constitui de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico. Utilizou-se como método de análise a Análise

do Discurso pois esta, “considera que a linguagem não é transparente. Desse modo, ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como esse texto significa?” (ORLANDI, 1999, p. 17), ou seja, a Análise do Discurso “produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica, ela o concebe em sua discursividade” (ORLANDI, 1999, p. 18).

2 A EPISTEMOLOGIA DA EDUCAÇÃO COMPARADA E A TENSÃO ENTRE A MODERNIDADE E A PÓS-MODERNIDADE

‘Epistemologia’ do antigo grego significa literalmente Teoria da Ciência e isso demonstra que no início, a Epistemologia já demonstrava um comprometimento com a tradição positivista (SÁNCHEZ GAMBOA, 1996, 2007). Japiassú (1992) caracteriza a Epistemologia como sendo uma reflexão e o estudo metódico do saber. Essa reflexão contempla a organização, formação, desenvolvimento, funcionamento e os produtos intelectuais do saber. A Epistemologia não tem por objeto de estudo o conhecimento pronto, dado como acabado. Seu objeto de estudo é o processo que é estabelecido até o conhecimento. Esse processo não é o estudo dos métodos científicos, mas o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados, visando determinar a origem lógica das ciências.

Para Bunge (1980), a Epistemologia é o ramo da Filosofia que estuda a investigação científica, e seu produto, o conhecimento científico. Sánchez Gamboa (2007) evidencia que a Epistemologia não é uma teoria geral do saber ou teoria geral do conhecimento, assim como também não é um estudo dos métodos científicos. Ela é um estudo crítico da ciência como produto e processo. A Epistemologia enquanto atrelada ao campo da Educação e principalmente a Epistemologia da própria Pesquisa Educacional brasileira vem sendo discutida com maior ênfase a partir dos anos 1990 (LAMAR, 1998).

A Epistemologia permeia o campo da Educação Comparada desde seus primeiros fundamentos metodológicos em 1817 com o pedagogo francês Jullien de Paris. Devido as singularidades da época – pós Iluminismo e Revolução Francesa – a Educação Comparada foi fortemente influenciada por uma Epistemologia de base Positivista pautada nos paradigmas das ciências naturais que – em tese – garantiriam os critérios de cientificidade, racionalidade e neutralidade, permitindo deduzir leis gerais da Educação e

desse modo uma criar uma ‘Ciência Geral’ da Educação (JULLIEN DE PARIS, 1967; GOERGEN, 1991).

No decorrer do desenvolvimento do campo, a Educação Comparada se viu atravessa por diversas Epistemologias. Durante o século XX, o campo dos estudos comparativos teve influência das abordagens consideradas Modernas que é o caso da Abordagem Estrutural, Estrutural-Funcionalista, Abordagem Crítica, Abordagem Sócio-Histórica dentre outras (GOERGEN, 1991; FERREIRA, 2008; MADEIRA, 2010; CARVALHO, 2012; 2013). No início do século XXI, o autor Ferran Ferrer (2002) anuncia que as Teorias consideradas Pós-Modernas estão adentrando no campo da Educação Comparada.

A Modernidade é comumente¹ associada ao período do Iluminismo e das Revoluções Industrial e Francesa e é marcada pela constituição dos critérios de cientificidade, racionalidade, empirismo, constituição do Estado-Nação e do sistema capitalista.

A modernidade veio no bojo de uma cultura na qual se quebram os vínculos metafísicos que explicavam o homem e o mundo, tornando-se a razão a fonte da produção dos saberes, da ciência, ancorada em critérios de objetividade, distanciando-se dos objetos ou dos poderes transcendentais, religiosos ou metafísicos. [...] a modernidade abre-se para o futuro e gera a condição de se pensar e produzir “progresso”. Essas características da modernidade não se põem apenas nos ambientes científicos ou filosóficos, elas pervasam toda a sociedade. A modernidade caracteriza-se como a era da racionalidade, a qual fundamenta não só o conhecimento científico, como as relações sociais, as relações de trabalho, a vida social, a própria arte, a ética, a moral. Cria, por sua vez, condições de verdade que enclausuram a própria razão e que geram formas de poder e homogeneizam contextos e pessoas, impondo-se como instrumento de controle (Habermas, 1990). (GATTI, 2005, p. 596-597).

A Pós-Modernidade ou o termo Pós-Modernismo pode ser considerado como polissêmico. O prefixo ‘Pós’ por si só, já indicada que o termo se refere ao que vem depois da Modernidade. A autora Gatti (2005, p. 598-599) considera o termo Pós-Modernidade como sendo problemático pois na visão da autora, tenta “traduzir um movimento da cultura em sociedades em rápida mutação, movimento que se ainda está produzindo, sem que se distingam consolidações que ajudem a qualificá-lo melhor”. Alguns autores consideram que a Pós-modernidade é uma ruptura com as características da própria Modernidade. Para outros autores, essa ruptura ainda não aconteceu de forma clara (GATTI, 2005).

¹ Existem interpretações divergentes sobre o período que de fato a Modernidade começou. Para isso, ver Dussel (1992).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia de uma pesquisa nada mais é do que o caminho para o conhecimento (SÁNCHEZ GAMBOA, 2007). Desse modo, cabe elucidar aqui o caminho percorrido para a construção da resposta que orienta este trabalho. Está pesquisa se caracteriza por ter uma abordagem qualitativa, ou seja, possui “uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais” (RICHARDSON; PERES, 2014, p. 90). Além disso, a delimitação enquanto bibliográfica se faz fundamental pois é a partir do material já publicado que foram gerados os dados, ou seja, os discursos para a análise.

A vertente francesa da Análise do Discurso (AD) é composta por um tripé: linguística; psicanálise; e o materialismo histórico (ORLANDI, 1999), sendo que este tripé só é possível pelo sujeito. Na AD, é analisado aquilo que é dito por alguém ocupando uma posição política, ou seja, esse alguém se encontra em uma determinada posição sujeito. De acordo com Orlandi (1999, p. 15)

A Análise do Discurso [...], não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, em movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: como estudo do discurso observa-se o homem falando.

Desse modo, os discursos não são evidências, mas possibilidades de verdades pois, “não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação” (ORLANDI, 1999, p. 26). A AD é um campo sempre em movimento, pois os sujeitos nunca serão completos e suas posições não são fixas. Além disso, aquilo que é dito ou escrito, não pertence mais a quem falou ou escreveu. “As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso é efeito de sentidos entre os locutores” (ORLANDI, 1999, p. 21).

O conceito de memória discursiva não deve ser entendido como algo individual, mas como sentidos estruturados de outras memórias, como por exemplo a memória mítica, a memória social inscrita em práticas e, as memórias construídas do historiador (SIQUEIRA, 2017). A noção de memória discursiva, de acordo com Orlandi (2013, p. 13), está associada a noção de interdiscurso e “em princípio, na análise de discurso, são a mesma coisa”. Orlandi (1998) aborda o conceito de Interdiscurso porque o que se é falado pertence a algo já dito, algo que fala antes, e em algum outro lugar. Desse modo, o

Interdiscurso possibilita a “junção entre a memória e a atualidade” (ORLANDI, 2013, p. 13).

A AD deve considerar, desse modo as memórias do sujeito que profere o discurso, assim como a posição sujeito em que ele se encontra, pois, esses aspectos influem no discurso que é proferido. Vale salientar que o discurso ao ser proferido, já não pertence mais ao sujeito que o proferiu, pois ele tende a se movimentar de acordo também com o movimento dos arquivos e memórias de quem o ouve e/ ou o lê.

4 ANALISANDO O DISCURSO SOBRE A TENSÃO EPISTEMOLÓGICA MODERNIDADE x PÓS-MODERNIDADE NA EDUCAÇÃO COMPARADA

Para realizar a Análise do Discurso sobre a referida tensão, optou-se pelo texto escrito pela autora espanhola María José García Ruiz (2011) que tem como título: *‘La Educación Comparada, una disciplina entre la Modernidad y el Postmodernismo’* e foi publicado Revista Latino-americana de Educação Comparada.

As condições de produção que constituem os discursos, de acordo com Orlandi (1999, p. 30) “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação” e “o lugar do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 1999, p. 37). Sendo assim, optou-se por esclarecer a posição sujeito da autora, ou seja, o seu lugar de fala, e a situação da produção do texto. O texto da autora Maria José Ruiz García é datado de 2011 e possui uma nota de rodapé especificando as atribuições da autora no momento da escrita do texto. De acordo com tal nota de rodapé, García Ruiz é professora titular de Educação Comparada no Departamento de História da Educação e Educação Comparada da Faculdade de Educação da Universidade Nacional de Educação à Distância (UNED) sediada na Espanha. Além disso, exerce funções de Secretária Adjunta na Faculdade mencionada, Secretária na Sociedade Espanhola de Educação Comparada (SEEC) e é membro da Sociedade de Estudos Comparativos da Europa. Percebe-se desse modo, que a autora García Ruiz, possui envolvimento com a temática da Educação Comparada.

A autora García Ruiz escreveu o referido texto no contexto europeu, especificamente no contexto espanhol e o seu lugar de fala é de um sujeito Professor integrante da Faculdade de Educação no Departamento que contempla a Educação Comparada e de Secretária nas Sociedade e Secretária de Educação Comparada da Espanha e da Europa. Além disso, a autora publicou o referido texto na Revista Latino-americana de Educação Comparada da Sociedade Argentina de Educação Comparada o

que pode demonstrar a forte relação dos estudos comparativos na região iberoamericana, tal como é apontado por Gomes (2015).

García Ruiz (2011) divide o texto em seis seções (1) Introdução; (2) Educação Comparada, globalização e Pós-Modernismo; (3) Educação Comparada e Modernidade; (4) Educação Comparada e Pós-Modernismo; (5) Natureza da Educação Comparada no século XXI; (6) Conclusões. Apesar do fato de que a AD “não trata da língua, não trata da gramática” (ORLANDI, 1999), se faz necessário apontar o fato de que a autora em determinados momentos discorre o texto tendo como pessoa do discurso a primeira pessoa do plural “*ciertamente, podemos afirmar*” (GARCÍA RUIZ, 2011, p. 46 – grifo nosso) e, em outros momentos, faz uso da primeira pessoa do singular “*mi postura*” (GARCÍA RUIZ, 2011, p. 46 – grifo nosso). Isso demonstra um posicionamento da autora em relação a algumas temáticas que são abordadas no decorrer do texto.

Tudo que se fala, ou nesse caso se escreve, pertence a algo já dito, algo que fala antes, e em algum outro lugar, isso é definido como

interdiscurso, [...] memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e o que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito está na base do dizível, sustentando, cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 1999, p. 31).

Desse modo, autora do texto faz uso de diversos outros autores que abordam a temática da Modernidade ou Pós-Modernidade como por exemplo: Sotelo; Habermas; Foucault; Dale; Crossley e Watson. Baseado nessas memórias discursivas, García Ruiz esclarece o que é a Modernidade, a Pós-modernidade e o fenômeno da globalização.

Em relação ao fenômeno da Globalização, a autora faz uso daquilo que já foi dito por Dale:

según autores como Dale (2007: 48) “constituye una nueva y específica forma de relación entre los Estados-nación y la economía mundial” por la cual “los gobiernos nacionales son constreñidos a buscar la modernización de sus economías nacionales (...) y a potenciar la capacidad de competición internacional de sus sistemas de bienestar nacionales” (ibidem: 49) (García Ruiz, 2011, p. 40 – grifo nosso)

Em relação à Modernidade, a autora diz que: “*tanto el historiador Sotelo (2003) como el filósofo Habermas (1988) vinculan el término moderno con la Cristiandad. Y también con Europa*” (GARCÍA RUIZ, 2011, p. 41 – grifo nosso). A autora esclarece ainda que existem diversas Modernidades, mas que no referido texto, as características citadas, dizem respeito a Modernidade Ilustrada, “*um fenômeno tipicamente europeu*”

(GARCÍA RUIZ, 2011, p. 42), reafirmando o já dito por Sotelo e Habermas. Na sequência, a autora estabelece as características que afirmam o caráter moderno da Educação Comparada: (i) sua gênese é no período moderno; (ii) a epistemologia, as ideias e o espírito estavam imbuídos no paradigma da Modernidade (razão, universalismo, Estado-Nação); (iii) eurocentrismo (EC com foco nas forças, fatores, caráter nacional e filosofia cultural tipicamente europeus e ocidentais).

No decorrer do texto, a autora define o Pós-Modernismo fazendo uso daquilo dito por Foucault

Las ideas filosóficas postmodernas de Foucault, difundidas en las décadas de 1970 y 1980, niegan que la emergencia del liberalismo político moderno en el siglo XVIII y sus aportaciones [...] resultaran en una mayor libertad para el sujeto. La perspectiva de Foucault sostiene que las sociedades liberales modernas son opresivas, y que sus formas de opresión tienden a estar veladas y son difíciles de reconocer, dado que gozan de la justificación de supuestamente objetivas e imparciales ramas de las ciencias sociales (GARCÍA RUIZ, 2011, p. 43 – grifo nosso.)

A autora do referido texto aponta memórias discursivas que levem em conta o projeto da Modernidade: “*Filósofos como Habermas defenden que el proyecto de la Modernidad aún no está concluido*” (GARCÍA RUIZ, 2011, p. 43). Na sequência, García Ruiz demonstra um posicionamento pessoal, ao dizer que

Yo pienso que la modernidad se ha extendido durante 17 siglos. En todo ese tiempo, este período histórico ha guardado una relación de cierta continuidad entre sus etapas, e incluso con la etapa de Antigüedad precedente. Desde un punto de vista racional, epistemológico, e incluso desde el sentido común, a mí me cuesta integrar el carácter rupturista del Postmodernismo. (GARCÍA RUIZ, 2011, p. 43 – grifo nosso).

Ao fazer uso das expressões “*Yo pienso e a mí me cuesta integrar*”, autora aponta uma dificuldade pessoal em compreender o caráter rupturista da Pós-Modernidade e atribui isso ao ponto de vista racional, epistemológico e ao senso comum. O fato da autora atribuir essa dificuldade pessoal à 3 esses fatores, pode remeter a uma forma de justificar sua opinião para que não haja contestamentos. Apesar disso, a autora considera algumas críticas feitas pela Pós-Modernidade como válidas

creo que muchas críticas del Postmodernismo son muy válidas y hay que atenderlas, particularmente las críticas relativas al Eurocentrismo y a la atención a las minorías. Pero creo que dichas críticas son más bien un correctivo al proyecto de la Modernidad, y no una invalidación y sustitución del mismo (GARCÍA RUIZ, 2011, p. 43 – grifo nosso).

As críticas que a autora considera válidas são as críticas ao protagonismo europeu (Eurocentrismo) e a atenção das minorias (a falta de atenção, no caso). Isso aponta um posicionamento crítico da autora em relação ao seu próprio contexto.

Na sequência, García Ruiz (2011) aponta um posicionamento que remete a uma crítica a Pós-Modernidade “*Creo que el Postmodernismo está aún en una fase muy incipiente, de crítica de todo: ‘la muerte de la universidad’, ‘la reconstrucción del arte’, ‘la muerte de Dios’. Le falta tiempo y madurez*” (GARCÍA RUIZ, 2011, p. 43 – grifo nosso).

Além disso, a autora aborda dois conceitos primordiais na Pós-Modernidade, o relativismo e a crítica ao eurocentrismo e a injustiça social. Em relação ao relativismo, a autora faz uso daquilo já dito por Crossley e Watson para expressar o fato de que o relativismo Pós-Moderno não tem utilidade para abordar os problemas políticos e práticos no mundo real “*su carácter relativista, el cual se revela deescasa utilidad a la hora de abordar problemas de política y práctica en el mundo real (Crossley y Watson, 2003: 64)*” (GARCÍA RUIZ, 2011, p. 44). Logo após, a autora apresenta suas colocações em relação ao relativismo Pós-Moderno “*Personalmente creo que el relativismo no se revela muy fecundo epistemológicamente*” (GARCÍA RUIZ, 2011, p. 44 – grifo nosso.), nesse momento, a autora faz uso do conceito de epistemologia para apontar, talvez, a falta de cientificidade do relativismo.

Em relação ao eurocentrismo e a injustiça social a autora compartilha e entende “*la saturación de dichos autores en relación al protagonismo de la cultura europea, y su reivindicación del protagonismo de otras culturas*” (GARCÍA RUIZ, 2011, p. 44), e complementa afirmando que em relação à Educação Comparada, acredita que “*la idea pura (venga de quien venga) de la existencia de una institución que seleccione lo más selecto del patrimonio lingüístico y cultural de un país y lo oferte (no lo imponga) a los demás, creo que es bonita*” (GARCÍA RUIZ, 2011, p. 44 – grifo nosso). A autora usa a palavra **bonita** para apontar sua opinião em relação a **ofertar** – e **não impor**, algo de um país a outro e, o uso dessa palavra pode ser entendido como curioso, pois a autora poderia fazer uso de outras palavras. A palavra bonita pode ter sido utilizada pela autora no intuito de que a noção de oferta de algo de um país a outro não tenha um caráter tão técnico ou impositivo.

Após esclarecer o fenômeno da globalização, da Modernidade e da Pós-Modernidade, fazendo uso do interdiscurso que se caracteriza como a junção da memória

e a atualidade (ORLANDO, 2013) – sendo a atualidade nesse caso as considerações pessoais da autora – García Ruiz aborda a questão da natureza da Educação Comparada no século XXI.

Para abordar essa temática a autora esclarece seu posicionamento ao dizer que “*mi postura es que el postmodernismo es una opción teórica adicional más, entre las ya existentes*” (GARCÍA RUIZ, 2011, p. 46 – grifo nosso), porém, no que diz respeito as novas agendas de investigação da Educação Comparada

me he fijado especialmente en las aportaciones de tres autores que se declaran “moderno-tardíos” y cuyas propuestas permiten conciliar las exigencias modernas y postmodernas que actualmente se ciñen sobre la Educación Comparada. Las propuestas son de Robert Cowen, de Michael Crossley y de Keith Watson. (GARCÍA RUIZ, 2011, p. 46 – grifo nosso)

Ou seja, a autora continua apontando seu posicionamento ao considerar a Pós-Modernidade um adendo a Modernidade e não ruptura pois, considera as propostas que “*permiten conciliar las exigencias modernas y postmodernas*” (GARCÍA RUIZ, 2011, p. 46). A autora encerra o texto com dois posicionamentos pessoais, o primeiro autora diz que

“mi postura académica en relación a la Educación Comparada y el Postmodernismo es que éste no representa una ruptura drástica en la vida cultural y política occidental, sino un estilo de discurso y una orientación teórica adicionales, en competición con las restantes orientaciones teóricas existentes en el mundo moderno” (GARCÍA RUIZ, 2011, p. 46 – grifo nosso).

A segunda é que a Educação Comparada “*será durante mucho tiempo aún, una disciplina entre la Modernidad y el Postmodernismo*” (GARCÍA RUIZ, 2011, p. 47 – grifo nosso).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo por base a análise realizada na seção anterior, nota-se que a autora Ruiz García (2011) faz uso do interdiscurso e da memória discursiva, ou seja, daquilo já dito antes, em algum outro lugar. Isso fica claro pois a autora faz uso daquilo dito Sotelo, Habermas, Foucault, Dale etc., para definir a globalização, a Modernidade e a Pós-Modernidade. Porém, apesar de fazer uso daquilo já dito, a autora tece considerações pessoais à Pós-Modernidade, isso fica claro pois, a autora faz uso primeira pessoa do singular quando tece sua opinião.

A autora ocupa uma posição sujeito na construção do texto, posição essa de alguém em um contexto europeu, que ocupa cargos em Instituições que discutem a Educação Comparada o que influi em sua memória discursiva e no seu posicionamento ao longo do texto em relação a Modernidade e a Pós-Modernidade, posicionamento este que compreende que a Modernidade ainda não acabou e vê a Pós-Modernidade não como uma ruptura, mas um adendo ao projeto da Modernidade, considerando algumas críticas da Pós-Modernidade como exageradas e outras como válidas. Ao considerar como válidas as críticas ao Eurocentrismo e a as minorias feitas pelo Pós-Modernismo, a autora aponta um posicionamento crítico em relação ao seu próprio contexto.

Nota-se ainda os deslocamentos de sentidos sofridos pela Educação Comparada. A autora comenta inicialmente sobre as características da Educação Comparada como uma disciplina Moderna, mas finaliza o texto mencionando uma agenda para a Educação Comparada que considere as exigências Modernas e Pós-Modernas. Esses deslocamentos de sentidos, podem ser associados as memórias discursivas da autora, assim como ao interdiscurso no decorrer do texto.

Com o intuito de finalizar este momento de análise – dando ênfase ao fato de ser apenas um momento pois, os efeitos produzidos durante essa análise não são estáticos, eles tendem a se movimentar de acordo também com o movimento dos arquivos e memórias da autora deste presente texto – nota-se que a tensão epistemológica analisada remete a produção de efeitos dos arquivos e memórias da autora García Ruiz que possui uma posição sujeito no momento da elaboração do texto e a atribuição de sentido dado ao texto pelos leitores.

REFERÊNCIAS

AIUB, GF. Arquivo em Análise do Discurso: uma breve discussão sobre a trajetória teórico-metodológica do analista. **Leitura**. Maceió, n.50, p. 61-82, jul/dez. 2012.

BUNGE, M. A. **Epistemologia: curso de atualização**. Sao Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

CARVALHO, E. J. G. de. Reflexões sobre a importância dos Estudos de Educação Comparada na atualidade. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 52, p. 416-435, set 2013.

CARVALHO, E. J. G. de. Estudos comparados em educação: novos enfoques teórico-metodológicos. **Acta Scientiarum Education**. Maringá, v. 36, n. 1, p. 129-141, Jan/June, 2014.

FERREIRA, A. G. O sentido da Educação Comparada: Uma compreensão sobre a construção de uma identidade. **Educação**, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 124-138, maio/ago. 2008.

GARCÍA RUIZ, M. J. La Educación Comparada, una disciplina entre la Modernidad y el Postmodernismo **RELEC**, Año 2, nº2, 2011.

GATTI, B. A. Pesquisa, educação e pós-modernidade: confrontos e dilemas. **Cadernos de pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 595-608, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n126/a04n126.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

GOERGEN, P. L. Educação Comparada: Uma disciplina atual ou obsoleta? **Revista Pró-posições**, vol. 1, 2, nº 3, dez. 1991.

GOMES, C.A. Educação comparada no Brasil: esboço de agenda. **Rev. bras. Estud. pedagóg. (online)**, Brasília, v. 96, n. 243, p. 243-258, maio/ago. 2015.

JAPIASSU, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 7. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: F. Alves, 1992.

JULLIEN, M.-A. **Esboço de uma obra sobre a pedagogia comparada**. Coimbra: Atlantida, 1947.

LAMAR, A. R. Epistemologia e pesquisa educacional. **Educação: Teoria e Prática**, p. 25-25, 1998. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/2364>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

MADEIRA, A. I. O Campo da Educação Comparada: Do simbolismo fundacional à renovação das lógicas de investigação. In: **Educação Comparada: Rotas de Além-Mar**. São Paulo: Xamã, 2010, p. 105-135.

MALET, Régis. Do Estado-Nação ao Espaço-Mundo: as condições históricas da renovação da educação comparada. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 89, p. 1301-1332, 2004

ORLANDI, E.P. A fluidez nos limites do simbólico, paráfrase e polissemia- a fluidez nos limites da paráfrase. **Rua**. Campinas-SP: p.9-19, 1998.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Pontes, 1999.

ORLANDI, E. P. Discursos e Museus: da memória e do esquecimento. **Signo y seña**, n. 24, p. 11-20, 2013.

RUIZ, G. La comparación en la investigación educativa. In: NAVARRO LEAL, M. A. **Educación Comparada: Perspectivas y Casos**. Sociedad Mexicana de Educación Comparada. 2010.

SÁNCHEZ GAMBOA, S. A. Epistemologia da pesquisa em educação. Campinas: Praxis, 1996.

SANCHEZ GAMBOA, S. A **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2007.

SIQUEIRA, V. Memória discursiva em Michel Pecheux. Dez, 2017. (**Série: Análise do Discurso conceitos fundamentais de Michel Pecheux**)

YARZA DE LOS RÍOS, A. Travesías: apuntes para una epistemología y una pedagogía de la educación especial en Colombia. **Revista de Pedagogía**, vol. XXVI, nº 76, mai./ago. 2005, p. 281-305.

ALFABETIZAÇÃO: COMO AVALIAR O PROCESSO?

LITERACY: HOW TO EVALUATE THE PROCESS?

BIANCHESSI, Daniela^[1]
WIPPEL, Thaynara Thaís^[2]
SOUSA, Cintia Metzner de^[3]

RESUMO: Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, principalmente durante o processo de Alfabetização e Letramento, a avaliação da aprendizagem torna-se ainda mais importante, podendo determinar o sucesso ou fracasso do processo. Com este artigo, pretende-se compreender os processos de avaliação na educação básica durante os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, focando nos dois primeiros anos, que regem o período da Alfabetização escolar, processo que deve caminhar em conjunto com o de Letramento. O objetivo envolve estudar estratégias de avaliação visando acompanhar o desenvolvimento dos estudantes a partir da análise de três relatos de experiências de professores alfabetizadores, que se encontram disponíveis na Internet, além do confronto teórico e estudo dos documentos que norteiam a educação básica. Os relatos analisados são de ganhadores do Prêmio Professores do Brasil e têm em comum o modelo de avaliação de modo contínuo e progressivo, levando em conta a bagagem que o estudante traz consigo e envolvendo a família na participação do mesmo. Este modelo de avaliação é visto como bem sucedido, contribuindo para o sucesso da aquisição do código escrito e sua efetiva utilização na sociedade, por colocar o estudante no centro do processo educativo e oferecer caminhos e estratégias para o seu desenvolvimento e aprendizagem perante a decodificação, interpretação e utilização da linguagem.

Palavras-chave: Avaliação formativa. Alfabetização. Letramento.

ABSTRACT: *Currently, the field of study on evaluation has been gaining space because it has extreme significance in the school context. In the Early Years of Primary Education, especially during the process of Literacy and Literacy, the assessment of learning becomes even more important, and can determine the success or failure of the process. With this article, we intend to understand the processes of evaluation in basic education during the Initial Years of Elementary School, focusing on the first two years, which govern the period of school literacy, a process that should go hand in hand with that of Letramento. The objective is to study strategies of evaluation to follow the development of the students based on the analysis of three reports of experiences of literacy teachers, which are available on the Internet, in addition to the theoretical comparison and study of the documents that guide basic education. The reports analyzed are winners of the Teachers Award in Brazil and have in common the assessment model in a continuous and progressive way, taking into account the luggage that the student brings with him and involving the family in the participation of the same. This evaluation model is seen as successful, contributing to the success of acquiring the written code and its effective use in society, by placing the student at the center of the educational process and offering paths and strategies for their development and learning in the face of decoding, interpretation and use of language.*

Keywords: *Formative evaluation. Literacy. Literature.*

1 INTRODUÇÃO

A presente investigação motiva-se a partir da proposta de estudar o amplo campo de avaliação na educação, sendo um recorte e aprofundamento deste, subsidiado e mediado por meio da disciplina de Avaliação da Aprendizagem, ofertada na 5ª fase do Curso de Pedagogia do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE. Com este estudo, pretende-se compreender os processos de avaliação na educação básica durante o período dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, focando nos dois primeiros anos, que regem o período da alfabetização escolar. O objetivo envolve estudar estratégias de avaliação visando acompanhar o processo de desenvolvimento dos estudantes a partir de relatos de experiências de professores alfabetizadores e confronto teórico, além do estudo dos documentos que norteiam a educação básica.

O período de alfabetização é importantíssimo no desenvolvimento das crianças, pois é a fase de levantamento de hipóteses e aquisição de escrita e leitura, constituindo-se da construção de um conhecimento que será utilizado por toda a vida, por ser um dos principais meios de comunicação social. Portanto, é imprescindível que o processo de alfabetização aconteça visando a melhor forma de desenvolver tal capacidade. Para isso, o papel do professor é não apenas alfabetizar, mas também letrar, acompanhando o processo de avaliação de forma a respeitar o tempo e individualidades de cada criança, refletindo sobre o mesmo.

Este trabalho, inicialmente, conceitua os campos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o processo de alfabetização e a avaliação, e logo após, reflete sobre os processos e métodos de avaliação utilizados no andamento do processo de alfabetização, baseando-se numa perspectiva sócio interacionista. Para tanto, usufrui da pesquisa bibliográfica e documental para nortear a investigação, com abordagem qualitativa, utilizando-se de todo o material disponível na internet e bibliotecas. Tem cunho descritivo e exploratório a partir da análise de experiências de professores sobre as suas estratégias de avaliação para a alfabetização e letramento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), a etapa do Ensino Fundamental é uma etapa da educação básica que deve ser ofertada gratuitamente, sendo obrigatória na educação das crianças e jovens, concluindo um

período de nove anos em regime presencial. Faz parte da faixa etária dos seis anos de idade até os dezessete, desde que a criança complete seis anos até o dia 31 de março do ano corrente, porém continua sendo obrigação do Estado oferecer para os indivíduos que não a concluíram até os dezessete anos de idade. É também dever do Estado, em conjunto com as redes e sistemas de ensino, assegurar um programa de avaliação do rendimento escolar.

O período letivo dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental requer o mínimo de duzentos dias letivos por ano, com duração de cinco anos, ou seja, compreende o período do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, desde o ano de 2007.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) institui que os Anos Iniciais do Ensino Fundamental devem articular e valorizar as experiências acontecidas na Educação Infantil, sistematizando os conhecimentos e hipóteses existentes e colaborando na construção efetiva da aprendizagem, destacando a alfabetização e letramento e a instituição da matemática como parte integrante da vida cotidiana. A partir do terceiro ano, são reafirmados os conhecimentos adquiridos anteriormente, ampliando repertório e práticas de aprendizagem para consolidar e formar estudantes autênticos.

Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a progressão do conhecimento ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisam aprender (BRASIL, 2017, p. 59).

Dessa forma, não pode permear uma quebra entre a transição para os Anos Finais do Ensino Fundamental, período em que serão aprofundados e questionados os conteúdos estudados neste primeiro ciclo.

2.2 O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

O período de alfabetização possui, atualmente, segundo instituído pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), os dois primeiros anos do Ensino Fundamental. Portanto, até os oito anos de idade, a criança já deve saber ler, escrever, interpretar e utilizar a linguagem escrita na sua vida escolar e fora dela. Este processo envolve diferentes caminhos, estratégias, metodologias e instrumentos para que seja concluído com sucesso, devendo utilizar-se dos melhores e mais eficientes para a criança, ou seja, é preciso que o professor tenha um olhar individualizado para descobrir como cada criança aprende e para trabalhar com base nisso.

Dessa forma, é necessário que o professor estude e conheça diferentes autores e metodologias, utilizando os recortes mais significantes de cada uma delas e mesclando as formas de trabalhar com a criança, já que uma teoria sozinha não é perfeita para a eficácia do processo de alfabetização. Dessa forma, o papel do professor é crucial para que a criança tenha o suporte necessário para evoluir durante o processo e após ele, garantindo a efetivação da aprendizagem.

Nesse sentido, destaca-se a diferença entre alfabetizar e letrar. São processos diferentes, mas que devem caminhar juntos, complementando um ao outro. Para Val (2006, p. 9):

Pode-se definir alfabetização como o processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, a conquista dos princípios alfabético e ortográfico que possibilitem ao aluno ler e escrever com autonomia. Noutras palavras, alfabetização diz respeito à compreensão e ao domínio do chamado “código” escrito [...].

Ou seja, alfabetizar é apenas decodificar o código escrito, identificar as letras, saber seus sons, juntá-las em sílabas, palavras e frases. Nos dias atuais, ser apenas alfabetizado não é suficiente, pois é preciso interpretar e selecionar as milhares informações recebidas todos os dias. Essa prática chama-se letramento, que significa compreender e utilizar a linguagem escrita em diferentes níveis e lugares.

Segundo Soares (2004), a prática de letramento tem a ver com colocar significado àquilo que se lê, utilizando a linguagem escrita para conviver bem em sociedade. É conhecer e estudar os diversos gêneros literários e saber utilizar-se deles, de acordo com o que se deseja alcançar. Para Gonçalves et. al. (2011 p. 4), o letramento:

Trata-se de um processo que tem início quando a criança começa a conviver com as diferentes manifestações da escrita na sociedade (placas, rótulos, embalagens comerciais, revistas e etc.) e se prolonga por toda a vida, com a crescente possibilidade de participação nas práticas sociais que envolvem a língua escrita.

Portanto, desde o nascimento, as crianças já estão inseridas em um mundo letrado, sendo a alfabetização uma espécie de complemento. Quando o processo de alfabetização é trabalhado resgatando as concepções que as crianças já têm adquiridas desde cedo, torna-se muito mais simples e significativo, pois realça o que foi construído pela criança até então.

As pessoas que não conseguem fazer uso da linguagem escrita de acordo com a prática de letramento são consideradas analfabetas funcionais, pois apenas conseguem decodificar o código escrito, mas não sabem interpretar seus diferentes significados. Para

impedir que analfabetos funcionais sejam formados, os processos de alfabetização e letramento devem ser trabalhados em conjunto, unindo as práticas cotidianas para ilustrar e contextualizar todo o processo.

A alfabetização só tem sentido quando desenvolvida no contexto de práticas sociais de leitura e de escrita e por meio dessas práticas, ou seja, em um contexto de letramento e por meio de atividades de letramento; este, por sua vez, só pode desenvolver-se na dependência da e por meio da aprendizagem do sistema de escrita (SOARES, 2004, p. 97).

A tarefa de alfabetizar e letrar, em conjunto, não é fácil. Existem diferentes formas de realizá-la, sendo a principal unir as práticas sociais à associação de ideias e hipóteses que as crianças têm sobre o sistema escrito, desde a Educação Infantil, por meio de atividades que explorem a consciência fonológica. Assim, elas compreendem o sentido real da utilização do código escrito como uma rica possibilidade de expressão.

A criança, quando chega ao 1º ano do Ensino Fundamental, já manteve contato em diversas situações com a linguagem escrita, que a rodeia a todo o momento. Então, cabe ao professor utilizar-se dessas situações cotidianas para contextualizar e concretizar o processo de aquisição do código escrito.

Portanto, com o intuito de facilitar esse processo é preciso propiciar condições para que a criança tenha acesso ao mundo da escrita, tornando-se capaz não só de ler e escrever, mas, sobretudo fazer uso real e adequado da escrita com todas as funções que ela tem em nossa sociedade, ou seja, proporcionar que venha acontecer o letramento em conjunto com a alfabetização (LOPES, 2009, p. 9).

As escolas e professores devem, ao trabalhar o processo de alfabetização das crianças, apresentar a escrita de forma contextualizada nos seus diversos usos (BRASIL, 2013, p. 21). Assim, a criança aprende de forma significativa e eficaz, já que compreende o real significado da escrita e sua utilização na sociedade, podendo aprimorar tal conhecimento ao longo da vida. Para isso, é de fundamental importância pensar na formação do professor alfabetizador, que deve estar bem preparado e comprometido com o desenvolvimento e aprendizagem das crianças (BRASIL, 2007), sendo mediadores e construtores de um aprendizado que pode influenciar e mudar toda a vida de um indivíduo.

2.3 A AVALIAÇÃO NO PERÍODO DE ALFABETIZAÇÃO

Durante todo o processo do Ensino Fundamental, deve acontecer uma avaliação contínua e cumulativa do desempenho do estudante, apontando os resultados dos

processos de aprendizagem e desenvolvimento durante o ano letivo, podendo aprovar ou reprovar o estudante de acordo com tal avaliação. Os professores que atuam no Ensino Fundamental devem ser habilitados em nível médio ou superior, devendo participar de formações continuadas periodicamente para que se atualizem sobre os novos modelos de avaliação.

Tal avaliação deve ser feita pelos professores em conjunto com a escola, tendo em vista todo o processo formativo, participativo, contínuo, cumulativo e diagnóstico, que compreende as dificuldades e potencialidades de aprendizagem e mantendo a família informada sobre o desempenho do aluno (BRASIL, 2001). Para auxiliar na avaliação, o professor pode contar com suas observações, registros descritivos e reflexivos, trabalhos individuais e em grupos, portfólios, exercícios, provas, trabalhos, entre outros, tendo em conta a adequação das atividades em relação a faixa etária do educando (BRASIL, 2013).

No período de alfabetização, existem diferentes níveis de aprendizagem, os quais devem ser respeitados e estimulados para que se chegue ao nível alfabético. Durante esta aquisição, é muito importante a prática de avaliação processual e reflexiva, levando em conta as conquistas e avanços da criança, considerando também que os erros durante este processo são hipóteses de e fazem parte dessa construção, constituindo-se de elementos para o trabalho do professor. Por isso, é importante, no início do processo, que as crianças escrevam coisas significativas, como o próprio nome e o que as rodeia no cotidiano.

Após longos anos de estudo, pesquisa e análise, Ferreiro (1996) considerou quatro níveis de escrita:

✓ **Nível Pré-silábico:** é o nível em que a criança ainda não faz relação nenhuma entre a fala e a escrita, sem compreender que podem ter o mesmo sentido. Suas hipóteses de escrita geralmente contêm apenas rabiscos ou letras, números e símbolos misturados em uma sequência que, para nós, não faz nenhum sentido.

✓ **Nível Silábico:** a criança já faz ligação entre a fala e a escrita. Consegue identificar que em cada palavra que falamos, existem sílabas e nelas, um som predominante, e representa este som com uma letra. Neste nível, existem muitas possibilidades de escrever uma mesma palavra, já que, cada vez que escuta, pode perceber e atribuir um som diferente para aquela sílaba e/ou palavra, ou ainda confundir a relação entre grafema e fonema.

✓ **Nível Silábico-alfabético:** a criança, na maioria das vezes, já compreende que uma sílaba constitui-se de pelo menos dois sons e já consegue representá-los, mas, às vezes,

não consegue distinguir quais são. Neste nível, a criança já reconhece as letras do alfabeto e as relaciona com o fonema, produzindo palavras com mais facilidade.

✓ Nível Alfabético: constitui-se da escrita com poucos erros ortográficos, pois a criança já compreende o sistema da escrita como realmente é. Quando chega a este nível, o sistema ortográfico já está instituído e basta apenas aprender as regras específicas de ortografia, aprendendo também a constituir frases e textos.

Compreender estes níveis faz com que o professor obtenha elementos para o seu trabalho, propondo atividades em seu planejamento com o objetivo de avançar para o nível alfabético. Porém, nem todas as crianças encontram-se no mesmo nível de aquisição, e neste sentido, cabe ao professor ter um olhar individualizado e atuar na Zona de Desenvolvimento Proximal (VYGOTSKY, 19991) das crianças, propondo vivências das quais as crianças possam se apropriar e, após algum tempo, realizar sem a ajuda e mediação de outra pessoa. Uma boa estratégia é mesclar os grupos de trabalho entre as crianças, colocando as que estão em níveis superiores com os inferiores, propondo a aquisição de conhecimento por meio da interação.

2.3.1 Avaliação Formativa na Alfabetização

A avaliação formativa é o tipo de avaliação que proporciona o levantamento de informações pertinentes para a reflexão e análise sobre o processo de construção de conhecimento, com a finalidade de perceber se os objetivos para o desenvolvimento estão sendo alcançados e oferecer subsídios para diminuir e eliminar as lacunas presentes no processo (HADJI, 2001). A avaliação formativa é um processo cíclico e contínuo de análise e reflexão da ação, acompanhando todo o processo de formação do estudante, por interessar-se mais pelos procedimentos do que pelo resultado da avaliação. Nesta perspectiva, o professor orienta individual e/ou coletivamente, de acordo com as dificuldades encontradas nas suas observações e registros.

Esse tipo de avaliação institui metas, instrumentos e critérios e dá feedback sobre as avaliações, demonstrando os pontos fortes de cada aluno e em que precisam melhorar. É uma avaliação sistemática, contínua e interativa, ou seja, não avalia apenas um momento, mas todo o processo educativo de forma a conversar com outros professores e alunos para chegar a um consenso. Acompanha todo o processo, incluindo os aspectos afetivos, motores, cognitivos, etc., os quais podem interferir na aprendizagem, com o

objetivo de oferecer uma educação de qualidade aos estudantes, partindo do pressuposto de que o aluno quer aprender e precisa de auxílio e mediação.

Esse tipo de avaliação percebe o nível de aprendizagem no qual cada aluno se encontra, respeitando suas individualidades e necessidades. Porém, deve-se ter estabelecido os parâmetros ou critérios, ou seja, o nível a que se deve chegar, dando feedbacks para demonstrar como anda este processo e qual avanço já foi alcançado, corroborando com o que Ferreiro, citada anteriormente, considera importante no período de aquisição da escrita. Dessa forma, os níveis de escrita podem ser avaliados como aquisições e avanços durante o processo de alfabetização e letramento, considerando os erros como parte constituinte da aquisição da escrita, partindo da perspectiva da avaliação formativa.

Como parte constituinte do processo de avaliação formativa, estão as reflexões e análises das práticas educativas a partir das observações e registros das ações, dos objetivos e do andamento do trabalho com as crianças. As observações precisam ter foco e objetivo, sendo retomadas em um período de tempo para perceber os avanços, que só podem ser efetivamente constatados a partir dos registros. Tais registros podem ser feitos como rascunhos próprios do professor ou até em planilhas e tabelas verticais, que facilitam a percepção do desenvolvimento de cada criança.

A observação não é apenas um instrumento descritivo, mas um recurso de investigação e planejamento. É indispensável a quem acompanha o desenvolvimento da criança valorizar o momento onde ela durante sua manifestação espontânea ou não, pode revelar ou desvelar saberes, desejos e intenções sobre si mesma e sobre o mundo (GODOY, 2009, p.1).

Entretanto, não é qualquer observação ou registro que se torna importante. Deve-se sair do registro comportamental e descrever avanços, mudanças, relações, interações, potencialidades, dificuldades. Ao registrar e refletir sobre as suas ações, abre-se um campo de possibilidades para as próximas ações, percebendo quais as estratégias que se adequam a turma e ao estudante. Segundo Weffort (2011, p. 1), “observar não é invadir o espaço do outro, sem pauta, sem planejamento, nem devolução”, é perceber sem vigiar, construindo cumplicidade nas práticas pedagógicas.

A prática da avaliação formativa na sala de aula condiz com o que é estipulado para avaliação segundo o Ministério da Educação e Cultura (MEC, 2009), quando instituído o Ensino Fundamental de nove anos, no qual aborda a perspectiva de uma avaliação processual, cumulativa, diagnóstica e participativa, por meio de constantes

observações e registros para refletir sobre o processo de ensino-aprendizagem, considerando-a como recurso para o trabalho do professor.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta investigação possui abordagem qualitativa, a qual dispõe de uma análise aprofundada do objeto de estudo, extraindo seus principais significados e características (CHIZZOTTI, 2006). Tem cunho descritivo, cujo “[...] objetivo principal é descrever, analisar ou verificar as relações entre fatos e fenômenos (variáveis), ou seja, tomar conhecimento do que, com quem, como e qual a intensidade do fenômeno em estudo” (FERNANDES; GOMES, 2003, p. 8), e exploratório, que envolve levantamento e análise de exemplos (GIL, 2010).

Foram analisados relatos de experiências de professores alfabetizadores, levando em conta suas estratégias de avaliação para a alfabetização e letramento, utilizando-se da pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa documental, no entanto, envolve o estudo dos textos primários, neste caso, publicados em fontes oficiais do Governo Federal e do Governo do Estado de Santa Catarina. Já a pesquisa bibliográfica:

[...] abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, dissertações, internet etc., até meios de comunicações orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filme e televisão (ibid, p. 13).

A amostra constitui-se de três relatos de experiências de professores alfabetizadores, ganhadores do Prêmio Professores do Brasil nos anos de 2009, 2013 e 2018, que acreditam na avaliação formativa como estratégia que demonstra maiores e melhores benefícios para a avaliação da aprendizagem.

Iniciou-se com o estudo dos modelos de avaliação e teóricos relevantes do campo, envolvendo a análise de relatos de experiências de projetos realizados por professores alfabetizadores, com temas ligados a aquisição da escrita, desenvolvimento do gosto pela leitura e Língua Brasileira de Sinais, utilizando a prática de letramento como instrumento central. A partir da escolha dos relatos, realizou-se o confronto teórico e documental que norteiam a prática da avaliação na educação básica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os três relatos de experiências aqui analisados foram escolhidos entre os ganhadores do prêmio Professores do Brasil, promovido pelo Ministério da Educação, nos anos de 2009, 2013 e 2018, com temas ligados a aquisição da escrita, desenvolvimento do gosto pela leitura e Língua Brasileira de Sinais, utilizando a prática de letramento como instrumento central.

Relato I:

O primeiro relato analisado é da professora Suelen Araújo Barbosa, docente da Escola Municipal Martinha Thury Vieira, na cidade de Boa Vista – RR. O projeto realizado foi intitulado “LIBRAS: alfabetizar para aprender a conviver”. Realizado com uma turma de 2º ano do Ensino Fundamental, durante o ano de 2017, o projeto surgiu pela necessidade de comunicação com uma aluna com deficiência auditiva. Dessa forma, a professora uniu a aquisição da língua escrita, juntamente com a língua de sinais, de maneira lúdica e eficaz.

Análise:

A professora trabalhou o projeto de forma coerente com o referencial teórico estudado, utilizando-se de estratégias adequadas para envolver os estudantes na realização do projeto, conseguindo atingir a maioria dos objetivos propostos. Na avaliação, utiliza a avaliação diagnóstica para perceber o índice de aprendizagem de cada criança, o que possibilita o planejamento de atividades e experiências que propõem um verdadeiro aprendizado. Durante o decorrer das atividades, a avaliação processual permite o replanejamento das atividades que não estão cumprindo os objetivos e oportuniza focar nas dificuldades dos estudantes, possibilitando o remanejamento quando necessário (BOAS, 2007).

A escolha dos critérios de avaliação constitui-se de uma parte muito importante no momento de avaliar se foram verdadeiramente alcançados ou não, pois são os parâmetros que possibilitam saber se ocorreu aprendizagem e desenvolvimento da maneira esperada (ARAÚJO, 2017). Por isso, a professora considera as contribuições dos estudantes na hora de estabelecê-los, explicando com clareza cada um deles tanto para as crianças quanto para os pais. A professora utiliza-se dos critérios e de suas observações para compor registros individuais e coletivos sobre os avanços da turma no decorrer das

atividades, montando também um portfólio contendo as atividades e as produções escritas e de sinais.

Sugerimos que aconteçam rodadas de feedbacks das aprendizagens e do processo educativo de acordo com o andamento das atividades, mostrando quais os avanços e quais os próximos passos a serem alcançados. Os critérios de avaliação devem ser expostos à turma de forma clara e objetiva, para contribuir com o empenho e desenvolvimento do processo. Envolver a família no processo educativo contribui significativamente para o avanço, promovendo incentivo para a aquisição da leitura e escrita, e neste caso, também da língua de sinais.

Relato II:

Vivenciado na escola EC 08 do Cruzeiro, em Brasília – DF, proposto pela professora Vandete Pereira Lima com a turma de 2º ano do Ensino Fundamental, o projeto “Uma mensagem para você” surgiu da necessidade de motivar os alunos a lerem e escreverem. O objetivo geral é o de escreverem bilhetes, via mensagem do WhatsApp, que atualmente é mais utilizado que bilhetes manuscritos, seguindo a estrutura e lógica do gênero textual. Dessa forma, a professora propôs ampliação de vocabulário, criação de texto escrito, sistematização de ideias e temas, usando a tecnologia a favor da aprendizagem e desenvolvimento.

Análise:

A professora Vandete trabalhou partindo dos interesses e necessidades da turma, para motivá-los a lerem e escreverem por meio de bilhetes com uma estrutura lógica e coerente, proporcionando ampliação do vocabulário, sistematização de ideias e temas, utilizando recursos diversos a favor da aprendizagem e desenvolvimento. A sua avaliação consistiu numa perspectiva diagnóstica e processual, as quais levam em conta o tempo e a bagagem de aprendizado de cada estudante.

No decorrer do processo, a professora observa a evolução das mensagens de texto individualmente, a partir do arquivamento das produções e comparações das mesmas. A professora está aberta a ouvir e acolher as ideias dos estudantes para compor o seu planejamento, possibilitando que seus estudantes participem das decisões que promovem desenvolvimento e aprendizagem. Segundo Hoffmann (1994, p. 56):

A avaliação, enquanto relação dialógica, vai conceber o conhecimento como apropriação do saber pelo aluno e também pelo professor, como ação-reflexão-ação que se passa na sala de aula em direção a um saber aprimorado, enriquecido, carregado de significados, de compreensão. Dessa forma, a avaliação passa a exigir do professor uma relação epistemológica com o aluno - uma conexão entendida como reflexão aprofundada a respeito das formas como se dá a compreensão do educando sobre o objeto do conhecimento.

Sugerimos, no entanto, que envolva atividades das quais os familiares pudessem participar, compartilhando seus conhecimentos e contribuindo na construção do futuro leitor, pois a família constitui-se de um estímulo a mais para a realização das atividades. Em alguns casos, provavelmente, os estudantes estariam ensinando seus familiares, e dessa forma, aprendendo ainda mais. Assim, promoveriam desenvolvimento a si próprio e às pessoas ao seu redor.

Relato III:

O projeto “Diário de ideias”, idealizado pela professora Luciana Soares Muniz, na Escola de Educação Básica da UFU, em Uberlândia – MG, teve como objetivo criar um espaço para registro da escrita e da leitura de mundo, entrelaçar as propostas do trabalho pedagógico com as experiências da vida dos aprendizes e oportunizar a compreensão da leitura e da escrita como processos de comunicação e expressão. Utilizou-se de um caderno personalizado pelos estudantes do 1º ano do Ensino Fundamental, individualmente, tornando-se este o seu diário. Nele, foram registradas palavras, frases, textos, desenhos, imagens, fotos e rótulos de embalagens de acordo com o interesse da criança, sendo socializado com os demais estudantes da turma.

Análise:

A professora Luciana, em seu projeto, enfatizou o espaço de registro de escrita e leitura, tendo contribuição dos estudantes na elaboração do seu planejamento. Utilizando rodas de conversas semanalmente para perceber o avanço de cada criança, coloca em prática os recursos do letramento para corroborar com o uso da escrita, a partir dos registros no diário, que poderiam trazer imagens, recortes e rótulos, bem como na contextualização das palavras nas quais demonstravam interesse.

As rodas de conversa tornam-se ricos momentos de aprendizagem por abrir espaço para ouvir e questionar o outro, sem obrigar um posicionamento de todos. Portanto, é um recurso de comunicação e diálogo entre pares que possibilita reflexão e construção grupal (FIGUEIRÊDO; QUEIROZ, 2013). Nestas rodas de conversa e em determinados

momentos, os diários ficavam à disposição para o manuseio de outras crianças, possibilitando a inspiração e espaço para sugestões. Estes momentos tornavam-se oportunidade para diálogo e o feedback sobre o desenvolvimento do projeto.

Envolveu a família na participação do projeto, que também constituíram-se como parte da avaliação durante a realização do mesmo. A avaliação aconteceu de forma processual, por meio da percepção dos avanços nos registros das crianças e também das observações da professora durante as rodas de conversa realizadas.

A proposta de avaliação da professora abrange os aspectos e características da avaliação formativa, sendo excelente para contribuir no desenvolvimento e aprendizagem das crianças. Sendo assim, não temos sugestões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo o processo de alfabetização um dos principais momentos da educação básica, por constituir-se da aquisição do código escrito, tão utilizado na comunicação entre pares, deve ter seu enfoque voltado à práticas que faça sentido para os estudantes, envolvendo o cotidiano escolar e da comunidade. Ao mesmo tempo em que se trabalha a alfabetização, o letramento deve estar inserido, contribuindo para a formação de leitores capazes de interpretar as diferentes linguagens e comunicar-se de forma funcional.

Para a efetiva aprendizagem e utilização da linguagem, as propostas de vivências e de avaliação dos professores são de fundamental importância. Dessa forma, as contribuições dos estudantes podem constituir-se de ferramentas para o planejamento do professor, que adapta os interesses aos conteúdos que devem ser trabalhados. Durante a alfabetização e letramento, podem-se trazer textos e gêneros textuais do interesse das crianças, proporcionando maior engajamento nas atividades e propostas. Da mesma maneira, envolver os familiares certamente contribui para a formação de um leitor autônomo, que se espelha nos seus familiares e professores.

Tendo em vista a importância do processo de alfabetização, a prática avaliativa do professor se faz de fundamental importância. Atualmente, é inconcebível utilizar apenas provas e testes como instrumento de avaliação, devido ao crescimento e evolução do sistema educacional e aos estudos significativos sobre os modelos de avaliação. Portanto, fica uma incógnita: qual instrumento deve ser utilizado para diagnosticar uma efetiva aprendizagem?

Certamente, instrumentos que coletam informações de avaliação pontuais não têm mais garantida sua eficiência, mas podem fazer parte do processo de avaliação. A melhor proposta, atualmente, está na avaliação do processo, por observações, registros e análise das estratégias e metodologias, bem como das atividades propostas, para atingir as metas, objetivos e critérios estabelecidos. Sendo assim, os instrumentos de avaliação devem ser variados, pensando nas múltiplas inteligências e os momentos de avaliação devem constituir-se de todos os momentos de interação entre professor e estudante.

Conforme o objetivo proposto de estudar as estratégias de avaliação visando acompanhar o processo de desenvolvimento dos estudantes na fase de alfabetização, percebemos que existem maneiras eficazes de realizar o procedimento de avaliação de forma a colocar o estudante no centro do processo, alcançando o objetivo. Colhemos relatos exclusivamente de professores que ganharam prêmios para provar que a alfabetização não é apenas uma aquisição, mas uma construção que demanda esforços da escola, do estudante e da comunidade.

No entanto, para análise destes, lemos muitos outros relatos, entre eles relatos mal sucedidos de avaliação para a alfabetização, por colocar como centro as notas escolares. Mesmo estes considerados por nós mal sucedidos, nos trouxeram aprendizado: uma prática de avaliação centrada em instrumentos não pode fazer parte da nossa prática enquanto futuras professoras. Percebemos que, geralmente, quem aborda esta prática são professores mais antigos, os quais se formaram e viveram boa parte de sua prática pedagógica na época em que a memorização e castigo eram frequentes, constituindo-se o centro da prática educativa.

Atualmente, no entanto, pudemos perceber que a visão de prática educativa está muito diferente: só existe sentido quando o estudante está no centro da proposta, e esta lhe ofereça caminhos e estratégias para o seu desenvolvimento e aprendizagem. Dessa forma, sugerimos o estudo de maneira aprofundada os diferentes tipos de avaliação e quais seus benefícios para atingir o sucesso da educação, sendo a avaliação formativa uma prática sugestiva.

Observamos que os relatos de experiências analisados possuem aspectos em comum, sendo o principal deles a análise de todo o processo de avaliação de forma contínua e progressiva, levando em conta a bagagem que o estudante traz consigo e trazendo a família para participação do mesmo. Como já mencionado, não existe um modelo ideal de avaliação e fica a critério do docente escolher o modo como irá avaliar

seus estudantes. As experiências exibidas receberam o Prêmio Professores do Brasil por considerar avaliação formativa como a estratégia de avaliação que concebe maiores e melhores benefícios aos estudantes.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Filomena. A avaliação e a gestão curricular em Educação Física—um olhar integrado. **Boletim Sociedade Portuguesa de Educação Física**, n. 32, p. 121-133, 2017.

BOAS, Benigna Maria de Freitas Villas. **Avaliação no Bloco Inicial de Alfabetização no Distrito Federal**. Estudos em Avaliação Educacional, v. 18, n. 36, jan./abr. 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. **Ensino Fundamental De Nove Anos: Passo a passo do processo de implantação**. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de Nove Anos: orientações gerais**. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, 2013.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

FERNANDES, Luciane Alves; GOMES, José Mário Matsumura. Relatórios de Pesquisa nas Ciências Sociais: Características e Modalidades de Investigação. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 3, n. 4, jan./jun. 2003.

FERREIRO, Emilia. **A psicogênese da língua oral e escrita**. 4. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1996.

FIGUEIRÊDO, Alessandra Aniceto Ferreira de; QUEIROZ, Tacinara Nogueira de. **A utilização de rodas de conversa como metodologia que possibilita o diálogo**. Disponível em: <
http://www.fg2013.wvc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373241127_ARQUIVO_AUTILIZACAODERODASDECONVERSACOMOMETODOLOGIAQUEPOSSIBILITAODIALOGO.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GODOY, Bete. **A observação e a avaliação na Educação Infantil**. 2009. Disponível em: Acesso em: 29 mar. 2019.

GONÇALVES, Maria Madalena et. al. **Letramento e alfabetização: um estudo comparativo**. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/u0t1z2D6uzSNM7t_2013-7-10-15-15-30.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2019.

HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação Mediadora: Uma relação dialógica na construção de conhecimento**. Disponível em: <<http://avaliaif.com.br/avalia/hoff.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

LOPES, Terezinha Aparecida Martins. **Dificuldade de aprendizagem na alfabetização**. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/54018/R%20-%20E%20-%20TEREZINHA%20APARECIDA%20MARTINS%20LOPES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 24 mai. 2019.

PERRENOULD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento: caminhos e descaminhos**. Disponível em: <<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40142/1/01d16t07.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WEFFORT, Madalena Freire. **Observação, registro, reflexão: instrumentos metodológicos I**. São Paulo: Espaço Pedagógico, 2011.

**DESPERTANDO A CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA DOS
MORADORES DE NOVA COLINA**

***ENVIRONMENTAL CONSCIOUSNESS AWAKENING OF
RESIDENTS OF NEW HILL***

PACHECO, Juliane¹
BRAGA, Edeilson²
MARQUES, Altyvir³
SILVA, Guilherme⁴

RESUMO: Na realidade observamos que durante toda nossa vida, nos beneficiamos do meio ambiente, sem preocupação de preservar os recursos que ele nos oferece, devido a esse uso indiscriminado muito já foi destruído, causando sérios danos e diminuindo a qualidade de vida do ser humano, faz-se necessário propor novos caminhos que leve a uma nova relação com o meio em que se vive, portanto, sentiu-se a necessidade de mostrar que o equilíbrio da natureza é essencial para a vida na terra. Atualmente, a preocupação com a degradação do planeta ocupa atenção da sociedade local e mundial, onde a escola se engaja com os ambientalistas na busca de soluções para preservar o meio ambiente. Partindo do princípio que a educação ambiental é um processo longo e contínuo, e mudar isso não é uma coisa fácil, devemos primeiro mudar nossos hábitos e atitudes, uma vez que a mudança deve ser espontânea e vir de dentro para que ela possa de fato ocorrer. Muitas situações estão distantes fisicamente, mas que influenciam na manutenção dos seres vivos. Por isso, a importância de pequenos atos em nossas casas e escolas é muito mais do que conscientizar sobre o lixo, reciclagem e datas comemorativas, é trabalhar situações que possibilitem a comunidade escolar pensar propostas de intervenção na realidade que as cerca.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Conscientização Ambiental.

ABSTRACT: *Indeed we note that throughout our life, we benefit the environment without concern for preserving the resources it provides us, due to the indiscriminate use much has been destroyed, causing serious damage and decreasing the quality of human life, is necessary to propose new paths that lead to a new relationship with the environment in which we live, therefore, felt the need to show that the balance of nature is essential for life on earth. Currently, the concern about the degradation of the planet takes care of the local and global, where the school engages with environmentalists to find solutions to preserve the environment. Assuming that environmental education is a long and continuous process, and changing that is not an easy thing, we must first change our habits and attitudes, since the change should be spontaneous and come from within so that it can actually occur. Many situations are physically distant, but that influence the maintenance of living. Therefore, the importance of small acts in our homes and schools is much more than awareness about garbage, recycling and holidays, is to work situations*

¹ Cursando Psicologia, Faculdade São Francisco de Assis. E-mail: julianepacheco38@gmail.com

² Pedagogia. E-mail: mestrebrega01@hotmail.com

³ Biólogo e Doutor. E-mail: altyvirm@gmail.com

⁴ Cursando Psicologia, Faculdade São Francisco de Assis. E-mail: guilherme.prestess@outlook.com

that allow the school community think about proposals for intervention in the reality that surrounds them.

Keywords: *Environmental Education. Environmental Awareness*

1 INTRODUÇÃO

As pessoas cuidam do meio ambiente por duas razões apenas: por amor ou por temor, Vale dizer, que algumas pessoas conservam a natureza porque gostam, porque acham bonito, independentes para ela servir para alguma coisa, elas conservam por razões puramente afetivas, outras conservam porque já ouviram falar no desequilíbrio ecológico, porque tem medo de cortar a mata, assorear os rios, acabar com o oxigênio, a poluição dá doença, etc. Assim, basicamente nós temos um fator afetivo e um fator cognitivo, este depende do conhecimento. A preocupação maior de um educador ambientalista deve ser o de desenvolver no aluno esses dois fatores. (OLIVEIRA, 1990, p.18).

Geralmente, a criança desenvolve com mais sensibilidade o gosto e o amor pela natureza, já no adulto, muitas vezes, é preciso desenvolver o respeito, à natureza, perceber-se, portanto, que a cidadania tem fator fundamental para conscientização neste contexto global.

Não é por falta de conhecimento que o meio ambiente é destruído, mas devido a o estágio de desenvolvimento existente nas relações sociais de nossa espécie, ao desmatar, queimar, poluir, utilizar ou desperdiçar recursos naturais ou energéticos, cada ser humano está reproduzindo o que aprendeu ao longo da história e a cultura do seu povo. Portanto, este não é um ato isolado de um ou outro indivíduo, mas reflete as relações sociais e tecnológicas de sua sociedade.

Não adianta um aluno tirar nota dez nas provas e continuar atirando lixo nas ruas, pescar peixes fêmeas prontas para reproduzir, desperdiçar água e energia elétrica, desmatar ou realizar outro tipo de ação danosa, seja por não perceberem a extensão dessas ações ou por não se sentirem responsáveis pelo mundo em que vivem. Há a necessidade de conciliar a teoria com a prática no dia-a-dia, garantindo, assim, o futuro da humanidade.

Logo, precisamos desenvolver a valorização da vida, espontaneamente, então, voltaremos a nos integrar com a natureza e conseqüentemente procuraremos preservar o meio ambiente, pois teremos uma noção clara de que tudo é integrado. Somos parte da natureza, porém, devido a inúmeros fatores, esquecemos-nos disto. (PORTALAMAZÔNIA, 2007).

O projeto Educação Ambiental faz-se necessário para colocar em prática no dia-a-dia, através de pequenos atos, que darão início às grandes transformações que devem ser assumidas por todos nesse século XXI.

Justificativa

Considerando que:

Os jovens de Nova Colina/RR, por questão cultural não observam o ambiente com a devida importância que tem;

Não há uma política de preservação ambiental na vila;

Há a necessidade de mudanças de hábitos dos moradores;

A escola deve promover ações que conscientizem a população quanto as questões ambientais;

A Educação Ambiental como instrumento para o Desenvolvimento Sustentável da região ainda não é a realidade local.

Objetivo geral

Estimular a mudança prática de atitudes e a formação de novos hábitos com relação a utilização dos recursos naturais favorecendo a reflexão sobre a responsabilidade ética de nossa espécie e do próprio planeta como um todo, auxiliando para que a sociedade possua um ambiente sustentável, garantindo a vida no planeta.

Objetivos específicos

a) Despertar a conscientização a respeito do Meio Ambiente e da importância da sua preservação, assim como da necessidade do reaproveitamento do lixo por meio da reciclagem; b) incentivar e promover o trabalho coletivo e a cooperação entre os moradores do bairro, entre a escola e a comunidade, para transformação humana e social, alcançando a preservação e a recuperação do ecossistema;

c) possibilitar a construção da consciência ecológica para este mundo diferente e transformador, fazendo análises importantes tanto nos conteúdos programáticos como na prática relativa ao meio ambiente escolar;

d) formar cidadãos notáveis em conhecimento e comportamento, preparando-os assim para exercer devidamente os deveres e direitos civis, analisando fatos e situações de todos os tipos de lixo do ponto de vista ambiental;

e) conscientizar os moradores para a necessidade de pensar no problema do lixo, nas formas de coleta e destino, na reciclagem, nos responsáveis pela produção e destino na escola, em casa e em espaços comuns, e que venha se tirar proveito e lucro da coleta e reciclagem, ao mesmo tempo, trazendo retorno para a escola e para o município. Sendo assim, buscarão parcerias que envolvam empresas e setor público.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Ambiental não se trata de um tipo especial de educação, mas, de um processo contínuo e longo de aprendizagem, de uma filosofia de trabalho, de um estado de espírito em que todos: família, escola e sociedade, devem estar envolvidas, o objetivo da Educação Ambiental não entra em conflito com os objetivos do sistema escolar, pelo contrário, ambos se direcionam para a formação integral do indivíduo, enquanto cidadão inserido na sociedade e no meio ambiente. Em síntese o processo educativo, de uma maneira geral, não é complexo se as pessoas estão conscientes, mas não estão habituadas a internalizar em suas consciências.

“A Educação Ambiental se caracteriza por incorporar as dimensões socioeconômicas, política, cultural e histórica, não podendo se basear em posturas de aplicação universal devendo considerar as condições e estágio de cada lugar, sob uma perspectiva histórica. Permitindo a compreensão da natureza complexa do meio interpretar a interdependência entre os diversos que compõem o ambiente, com vista a utilizar adequadamente os elementos no presente e no futuro”. (DIAS, 1994).

Mais do que uma simples forma de transmitir informações e conhecimentos sobre os recursos naturais. A Educação Ambiental é uma ferramenta indispensável a construção de novos valores e atitudes, voltados ao desenvolvimento de uma sociedade comprometida com a solução de seus problemas ambientais, proporcionando condições adequadas de sobrevivência para os atuais e futuras gerações.

Quais os objetivos da Educação Ambiental? Ajudar os indivíduos e grupos sociais a sensibilizarem-se; a adquirirem consciência do meio ambiente global e suas questões; a adquirirem diversidade de experiências e compreensão fundamental sobre o meio ambiente e seus problemas; Conhecimentos, a comprometerem-se com uma série de valores, e nesse comportamento sentirem interesse pelo meio ambiente, participando da proteção e melhoria do meio ambiente.

Adquirir as habilidades necessárias para identificar e resolver os problemas ambientais, proporcionar a possibilidade de participarem ativamente das tarefas que tem por objetivo resolver os problemas ambientais.

Repensar atitudes as ações visam que as pessoas repensem o uso dos recursos naturais com maior responsabilidade. Se todos usarmos somente o necessário, não vai faltar para ninguém, como forma de minimizar os efeitos gerados pelo acúmulo de resíduos, causadores de maléficas, deveram desenvolver práticas visando à realização de uma Coleta Seletiva satisfatória. Chamamos de lixo tudo aquilo que não nos serve mais e jogamos fora.

Os dicionários de língua portuguesa definem a palavra como sendo: coisas inúteis, imprestáveis, velhas, sem valor; aquilo que se varre para tornar limpa uma casa ou uma cidade; entulho; qualquer material produzido pelo homem que perde a utilidade e é descartado. (SANEAMENTO AMBIENTAL, 2007).

Infelizmente a cultura do desperdício ainda é bastante presente em nosso povo, a situação econômica do Brasil melhorou de 10 anos para cá, resultando em aumento da demanda/procura tanto de bens de consumo (alimentos, bebidas, combustíveis etc.) quanto de bens duráveis (eletrodomésticos, carros, móveis etc.). A produção teve que acompanhar este crescimento e para isso foi preciso aumentar a extração de matéria-prima e o consumo de energia. Pesquisando na Internet verifiquei que a quantidade diária de lixo urbano coletado no Brasil é de 228.413 toneladas, o que representa 1,25 Kg diários por cada um dos cerca de 182.420.808 habitantes (IBGE, 2008). O que fazer para reduzir esse volume?

Felizmente muita gente têm se conscientizado quanto ao problema e projetos de reciclagem são implantados em empresas e cidades do país. Até agora os 3 erres (Redução/Reciclagem/Reutilização) são apresentados como a estratégia mais completa para minimizar os problemas que o lixo causa. A reciclagem é um conjunto de técnicas que tem por finalidade aproveitar os detritos e reutilizá-los no ciclo de produção de que saíram. É o resultado de uma série de atividades, pela qual material que se tornariam lixo, ou estão no lixo, são desviados, coletados, separados e processados para serem usados como matéria-prima na manufatura de novos produtos. Temos que ter em mente que o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. Complicado? Sim. Mas a educação é a melhor e mais confiável saída situação.

Manter sempre o lixo de casa bem embalado e a lata de lixo tampada, assim você evita proliferação de vetores como insetos, roedores e parasitas, além de evitar a poluição visual e o mau cheiro. Separar o material inorgânico do orgânico.

Organizar o lixo que pode ser reciclado em categorias: metais, vidros, plásticos e papéis. Lavar e secar as embalagens de bebidas e alimentos, com cuidado de não quebrar as garrafas e vidros. Dobrar e sevar os papéis e amassar as latinhas de alumínio de forma que ocupem menos espaços no lixo. Tentar depositar seu lixo em latões de coleta seletiva. Se não houver na sua rua, procure nas escolas, centros de triagem de resíduos sólidos ou associações comunitárias da sua região, incentivar seus amigos, parentes e vizinhos a realizar a separação do lixo e participar da coleta seletiva.

Saneamento Básico

Saneamento é o conjunto de medidas, visando a preservar ou modificar as condições do meio ambiente com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde. Saneamento básico se restringe ao abastecimento de água e disposição de esgotos, mas há quem inclua o lixo nesta categoria. Outras atividades de saneamento são: controle de animais e insetos, saneamento de alimentos, escolas, locais de trabalho e de lazer e habitações.

“Normalmente qualquer atividade de saneamento tem os seguintes objetivos: controle e prevenção de doenças, melhoria da qualidade de vida da população, melhorarem a produtividade do indivíduo e facilitar a atividade econômica”. (SANEAMENTO AMBIENTAL, 2007).

A água própria para o consumo humano chama-se água potável. Para ser considerada como tal ela deve obedecer a padrões de portabilidade. Se ela tem substâncias que modificam estes padrões ela é considerada poluída. As substâncias que indicam poluição por matéria orgânica são: compostos nitrogenados, oxigênio consumido e cloretos.

Para o abastecimento de água, a melhor saída é a solução coletiva, excetuando-se comunidades rurais muito afastadas. As partes do Sistema Público de Água são: Manancial, Captação, Adução, Tratamento, Reservatório e Distribuição.

As redes de abastecimento funcionam sob o princípio dos vasos comunicantes. A água necessita de tratamento para se adequar ao consumo. Mas todos os métodos têm suas limitações, por isso não é possível tratar água de esgoto para torná-la potável.

Os métodos vão desde a simples fervura até correção de dureza e corrosão. As estações de tratamento se utilizam várias fases de decantação e filtração, além de cloração.

Sistema de esgotos

Segundo o Saneamento Ambiental, (2007), “Despejos são compostos de materiais rejeitados ou eliminados devido à atividade normal de uma comunidade”.

O sistema de esgotos existe para afastar a possibilidade de contato de despejos, esgoto e dejetos humanos com a população, águas de abastecimento, vetores de doenças e alimentos. O sistema de esgotos ajuda a reduzir despesas com o tratamento tanto da água de abastecimento quanto das doenças provocadas pelo contato humano com os dejetos, além de controlar a poluição das praias. O esgoto (também chamado de águas servidas) pode ser de vários tipos: sanitário (água usada para fins higiênicos e industriais), sépticos (em fase de putrefação), pluviais (águas pluviais), combinado (sanitário + pluvial), cru (sem tratamento), fresco (recente, ainda com oxigênio livre).

Disposição do Lixo

O lixo é o conjunto de resíduos sólidos resultantes da atividade humana. Ele é constituído de substâncias putrescíveis, combustíveis e incombustíveis. O problema do lixo tem objetivo comum a outras medidas, mais uma de ordem psicológica: o efeito da limpeza da comunidade sobre o povo. O lixo tem que ser bem acondicionado para facilitar sua remoção. Às vezes, a parte orgânica do lixo é triturada e jogada na rede de esgoto. Se isso facilita a remoção do lixo e sua possível coleta seletiva, também representa mais uma carga para o sistema de esgotos. Enquanto a parte inorgânica do lixo vai para a possível reciclagem, a orgânica pode ir para a alimentação dos porcos.

O sistema de coleta tem que ter periodicidade regular, intervalos curtos, e a coleta noturna ainda é a melhor, apesar dos ruídos, o lixo pode ser lançado em rios, mares ou a céu aberto, enterrado, ir para um aterro sanitário (o mais indicado) ou incinerado. Também pode ter suas graxas e gorduras recuperadas, ser fermentado ou passar pelo processo Índole.

Lixo Seletivo – Lixo

O tratamento do lixo doméstico no Brasil é realmente uma tragédia. Setenta e seis por cento (76%) dos 70 milhões de quilos de lixo produzidos por dia são lançados a céu aberto, dez por cento (10%) em lixões controlados, nove por cento (9%) para aterros sanitários e apenas 2% é reciclado. (SABESP, 2004).

A realidade está mudando e hoje às pessoas que pensam um pouco mais neste planeta recorrem a alternativas que podem minimizar esta situação caótica. Pressionar as prefeituras para adotarem a coleta seletiva como alternativa é hoje um dever cívico antes mesmo de ser uma atitude coerente e inteligente. Reduzir, Reutilizar e Reciclar são as palavras "da hora". Os catadores de papel (que na maioria das cidades são marginalizados) contribuem, na verdade, com uma significativa parcela no processo de reciclagem dos materiais descartados nas grandes cidades.

Estatísticas

“O Brasil produz 260.000 toneladas de lixo por dia. Setenta e seis por cento (76%) são depositados a céu aberto em lixões, 13% são depositados em aterros controlados, 10% são depositados em aterros sanitários, 0,9% são comportados em usinas e 0,1% são incinerados. Isto é uma grande vergonha nacional” (SANEAMENTO AMBIENTAL, 2007).

Como classificar o lixo?

De acordo com o Saneamento Ambiental, (2007), “São várias as formas possíveis de se classificar o lixo: por sua natureza física (seco e molhado), por sua composição química (matéria orgânica e matéria inorgânica) e pelos riscos potenciais ao meio ambiente (perigosos, não inertes e inertes)”.

Pode também ser classificado pela origem, isto é, os lixos domiciliares, comerciais, de varrição e feiras livres, serviços de saúde e hospitalares; portos, aeroportos e terminais ferroviários e rodoviários, industriais, agrícolas e entulhos.

a) Lixo Domiciliar

Aquele originado da vida diária das residências, constituído por restos de alimentos (tais como, cascas de frutas, verduras etc.), produtos deteriorados, jornais e revistas, garrafas, embalagens em geral, papel higiênico, fraldas descartáveis e uma grande diversidade de outros itens. Contém, ainda, alguns resíduos que podem ser tóxicos.

b) Lixo Comercial

Aquele originado dos diversos estabelecimentos comerciais e de serviços, tais como, supermercados, estabelecimentos bancários, lojas, bares, restaurantes, etc. O lixo destes estabelecimentos e serviços tem um forte componente de papel, plásticos, embalagens diversos e resíduos de asseio dos funcionários, tais como, papéis toalha, papel higiênico etc.

c) Lixo Público

São aqueles originados dos serviços: de limpeza pública urbana, incluindo todos os resíduos de varrição das vias públicas, limpeza de praias, de galerias, de córregos e de terrenos, restos de podas de árvores etc.; de limpeza de áreas de feiras livres, constituídos por restos vegetais diversos, embalagens etc.

d) Lixo de serviços de saúde e hospitalar

Segundo o Saneamento Ambiental, (2007) “Constituem os resíduos sépticos, ou seja, que contêm ou potencialmente podem conter germes patogênicos. São produzidos em serviços de saúde, tais como: hospitais, clínicas, laboratórios, farmácias, clínicas veterinárias, postos de saúde”.

São agulhas, seringas, gases, bandagens, algodões, órgãos e tecidos removidos, meios de culturas e animais usados em testes, sangue coagulado, luvas descartáveis, remédios com prazos de validade vencidos, instrumentos de resina sintética, filmes fotográficos de raios X etc.. Resíduos assépticos destes locais, constituídos por papéis, restos da preparação de alimentos, resíduos de limpezas gerais (pós, cinzas etc.), e outros materiais que não entram em contato direto com pacientes ou com os resíduos sépticos anteriormente descritos, são considerados como domiciliares.

e) Lixo municipal

Portos, aeroportos, terminais rodoviários e ferroviários constituem os resíduos sépticos, aqueles que contêm ou potencialmente podem conter germes patogênicos, trazidos aos portos, terminais rodoviários e aeroportos. Basicamente, originam-se de material de higiene, asseio pessoal e restos de alimentação que podem veicular doenças provenientes de outras cidades, estados e países. Também neste caso, os resíduos assépticos destes locais são considerados como domiciliares.

f) Lixo industrial

Aquele originado nas atividades dos diversos ramos da indústria, tais como, metalúrgica, química, petroquímica, papelreira, alimentícia, etc.. O lixo industrial é

bastante variado, podendo ser representado por cinzas, lodos, resíduos alcalinos ou ácidos, plásticos, papel, madeira, fibras, borracha, metal, escórias, vidros, cerâmicas, etc. Nesta categoria, inclui-se a grande maioria do lixo considerado tóxico.

g) **Lixo agrícola**

Resíduos sólidos das atividades agrícolas e da pecuária, como embalagens de adubos, defensivos agrícolas, ração, restos de colheita, etc. Em várias regiões do mundo, estes resíduos já constituem uma preocupação crescente, destacando-se as enormes quantidades de esterco animal geradas nas fazendas de pecuária intensiva. Também as embalagens de agroquímicos diversos, em geral altamente tóxicos, têm sido alvo de legislação específica, definindo os cuidados na sua destinação final e, por vezes, co-responsabilizando a própria indústria fabricante destes produtos.

h) **Entulho**

Resíduos da construção civil: demolições e restos de obras, solos de escavações, etc. O entulho é geralmente um material inerte, possível de reaproveitamento.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi realizado o levantamento do perfil ambiental do bairro (se possui área verde, horta, separação de lixo, etc.), verificar se os projetos que estão sendo desenvolvido (se há interesse público), mobilizar toda comunidade para o desenvolvimento de atividades durante a Semana do Meio Ambiente, com finalidade de conscientizar a população sobre as questões ambientais, realizar campanhas educativas utilizando os meios de comunicação disponíveis, imprensa falada, escrita, TV, distribuição de panfletos, folder, cartazes, a fim de informar e incentivar a população em relação à problemática ambiental.

Em outra etapa promoveu-se a integração entre as organizações que trabalham nas diversas dimensões da cidadania, com o objetivo de ampliar o conhecimento e efetivar a implementação dos direitos de cidadania no cotidiano da população, levando à comunidade o conhecimento necessário para a construção da cidadania envolvendo diferentes órgãos que asseguram os direitos e deveres de cada indivíduo na sociedade. Entre esses órgãos podemos citar, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Vigilância Sanitária, etc. aonde poderão ser trabalhados temas relacionados à melhoria da qualidade de vida da população.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tabela 1 – Responsabilidades:

TIPO DE LIXO	RESPONSÁVEL
Domiciliar	Prefeitura
Comercial (*)	Prefeitura
Público	Prefeitura
Serviços de saúde	Gerador (hospitais...)
Industrial	Gerador (indústrias)
Portos, aeroportos e terminais.	Gerador (portos...)
Agrícola	Gerador (agricultor)
Entulho	Gerador

(*) a prefeitura é corresponsável por pequenas quantidades geralmente menos que 50 kg, e de acordo com a legislação municipal específica.

Tratamento do lixo

Após as melhorias na coleta do lixo e na sua destinação final, ficam mais claras as vantagens das ações que visam reduzir a quantidade e periculosidade do material a ser aterrado. Estas ações são chamadas de tratamento. As vantagens são de ordem ambiental e econômica. No caso de benefícios econômicos, a redução de custos com a disposição final é a vantagem que se sobressai. A necessidade de tratamento do lixo surge devido aos seguintes fatores: escassez de áreas para a destinação final do lixo; disputa pelo uso das áreas remanescentes com as populações da periferia; valorização dos componentes do lixo como forma de promover a conservação de recursos; inertização de resíduos sépticos.

O tratamento do lixo pode ser feito em três processos:

- Segregar os diversos componentes existentes no lixo visando a sua Reciclagem e consequente redução no volume aterrado.
- Enterrar em aterros sanitários, com proteção para não atingir o lençol freático.
- Incinerar visando a sua redução e inertização se possível com recuperação de energia.

A Reciclagem no Brasil (Pesquisa baseada em documentos do CEMPRE e IPT, 2003)

Segundo o levantamento da Associação Brasileira do Alumínio – ABAL, (2003), no Brasil o índice de reciclagem de lata de Alumínio para bebida gaseificada em

1996 foi de 61,3% e este ano superaremos até os EUA, que recicla em torno de 60%, o que nos coloca em 2º lugar, superado apenas pelo Japão que recicla em torno de 66%. Pelos dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose, em 1994 cerca de 44% dos papéis consumidos no país pertenciam as categorias “embalagens”. Portanto, assim 53% dos papéis recuperados em 1994 foi o "papel ondulado".

A grande maioria é consumida nas regiões Sudeste e Sul. O consumo de embalagens de vidro entre os brasileiros é de 5 quilos por habitante. Na França, para se ter uma ideia, o consumo per capita chega a 65 quilos (muita bebida). O Brasil recicla um terço de todo o vidro que produz, superando muitos países europeus e deverá ultrapassar os 60% nos próximos dois anos, colocando o Brasil no topo de reciclagem mundial deste item. A Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro (ABIVIDRO, 2005) mantém 50 centros de coleta de vidro ativos em oito estados a saber: Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os dados do Pró-lata informam que se recicla 18% das latas de aço consumidas no Brasil o que equivale a 108 mil toneladas por ano.

Composição Média do Lixo Domiciliar no Brasil

65% Matéria Orgânica, 25% Papel, 4% Metal, 3% Vidro e 3% Plástico.

Erosão

A Erosão é a destruição do solo e seu transporte em geral feito pela água da chuva, pelo vento ou, ainda, pela ação do gelo, quando este atua expandindo o material no qual se infiltra a água congelada. A erosão destrói as estruturas (areias, argilas, óxidos e húmus) que compõem o solo. Estas são transportadas para as partes mais baixas dos relevos e em geral vão assorear cursos d'água.

A erosão destrói os solos e as águas e é um problema muito sério em todo o mundo. Devem ser adaptadas práticas de conservação de solo para minimizar o problema. Em solos cobertos por floresta a erosão é muito pequena e quase inexistente, mas é um processo natural sempre presente e importante para a formação dos relevos. O problema ocorre quando o homem destrói as florestas, para uso agrícola e deixa o solo exposto, porque a erosão torna-se severa, e pode levar a desertificação. (MARQUES, 2008).

A superfície do solo, não castigado, é naturalmente coberta por uma camada de terra rica em nutrientes inorgânicos e materiais orgânicos que permitem o crescimento da vegetação; se essa camada é retirada, esses materiais desaparecem e o solo perde a

propriedade de fazer crescer vegetação e pode-se dizer que, no caso, o terreno ficou árido ou que houve uma desertificação.

As águas da chuva quando arrastam o solo, quer ele seja rico em nutrientes e materiais orgânicos, quer ele seja árido, provocam o enchimento dos leitos dos rios e lagos com esses materiais e esse fenômeno de enchimento chama-se assoreamento. O arrastamento do solo causa no terreno a erosão.

Análise do efeito das águas que fazem a erosão superficial de terrenos: A erosão depende fundamentalmente da chuva, da infiltração da água, da topografia (declive mais acentuado ou não), do tipo de solo e da quantidade de vegetação existente. A chuva é, sem dúvida, a principal causa para que ocorra a erosão e é evidente que quanto maior a sua quantidade e frequência mais irão influenciar o fenômeno. Se o terreno tem pouco declive, a água da chuva irá "correr" menos e erodir menos.

Se o terreno tem muita vegetação, o impacto da chuva será atenuado porque a velocidade da água escorrendo no solo será diminuída devido aos obstáculos (a própria vegetação "em pé e caída") que agirão como pequenos degraus que evitam a erosão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Ambiental não se trata de um tipo especial de educação, mas, de um processo contínuo e longo de aprendizagem, de uma filosofia de trabalho, de um estado de espírito em que todos: família, escola e sociedade, devem estar envolvidas.

Para educar, necessitamos de um suporte que vá muito além dos significados particulares das diferentes disciplinas. Isso será possível se unirmos teorias explicativas á atitudes éticas que possibilitem uma reflexão sobre as necessidades de aprendizagem das pessoas, razão pela qual nos utilizamos estratégias, habilidades e procedimentos que propiciem esforço por parte dos moradores em motivá-los ao ato de preservarem o meio em que vivem de modo que os permitam vivenciar um contexto de consciência ecológica em consonância com as práticas sociais.

Convém resaltar que, o projeto aqui desenvolvido, reforça a atitude de práticas inovadoras no tratamento do meio ambiente, reforçando a expressão oral, como forma de extensão da consciência na vida das pessoas, para que as mesmas percebam a preservação do meio em que vivem como algo prazeroso e necessário, longe das práticas autoritárias do saber, mas, como construção para o alcance do conhecimento individual e coletivo.

REFERÊNCIAS

ABAL - Associação Brasileira do Alumínio – ABAL, (2003).

ABIVIDRO - A Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro, 2005.

DIAS, Genebaldo Freire. *Educação Ambiental: Princípios e práticas*. 6 ed. São Paulo: Gaia, 2000.

IBGE - INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística Unidade de Roraima. Disponível em <<http://.ibge.gov.br/home/estatística/população/estimativa2005/default.shtm>> acesso em 23 de outubro de 2005.

MARQUES, Altyvir Lopes, *A Educação Ambiental e a Questão dos Recursos Hídricos do Território Sul de Roraima in: I Congresso Internacional de Pesquisas Educacionais do MERCOSUL*, Boa Vista- RR, 2007.

OLIVEIRA, Livia de. *A percepção da qualidade ambiental*. In Caderno de Geografia. Belo Horizonte. V. 12 n. 18 1º sem. 2002.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA, *Departamento de Articulação de Ações da Amazônia* (DAAM), Brasília 2007.

PORTALAMAZÔNIA, Entrevista especial à Gláucia Chair de Jaime Benchimol: **Amazônia precisa ser recompensada pelos serviços ambientais que presta ao planeta**. Disponível em <<http://www.portalamazônia.com>> Acesso em 23 de maio de 2007.

SABESP – Informativo mensal sobre estatística do lixo no Brasil, 2004.

SANEAMENTO AMBIENTAL. *Dever do Estado, Direito de todos*. Porto Alegre: Gabinete do Deputado Estadual Ronaldo Zulke: Assembléia Legislativa, 4 ed., agosto de 2007.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: UM ALINHAMENTO ENTRE AS PRÁTICAS E O AMPARO LEGAL

LITERACY AND LETTERING: AN ALIGNMENT BETWEEN PRACTICES AND LEGAL

SOARES, Ana Clara de Souza¹
KOHLER, Debora Daltroso²
STAAK, Larissa Cristine³
SCHORNER, Patrícia Grippa⁴
COLZANI, Marinez Panceri⁵

RESUMO: Este artigo tem por objetivo compreender o que é alfabetização e letramento, seus conceitos e em que contextos históricos aconteceram no Brasil ao traçar um comparativo entre a legislação vigente e a prática ocorrida nas escolas da região de Brusque. A metodologia empregada é a da pesquisa bibliográfica em comparação às entrevistas qualitativas. Nas entrevistas aplicadas percebe-se que os professores estão realmente comprometidos em fazer com que as leis que preveem a alfabetização e o letramento sejam de fato seguidas nas escolas, procurando alcançar o êxito com os alunos. Conclui-se que as leis amparam a alfabetização e o letramento no Brasil, porém, na prática, esta demora mais do que o previsto para ocorrer devido ao processo de aprendizagem individual de cada criança.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Conceitos. Práticas. Leis.

ABSTRACT: *This article aims to understand what is the difference from know how to read and write to literacy, its concepts and in what historical contexts happened in Brazil by drawing a comparison between the current legislation and the practice that occurred in schools in the region of Brusque. The methodology employed is that of bibliographic research compared to qualitative interviews. In the applied interviews, it is clear that teachers are really committed to making the laws that provide for literacy are actually followed in schools, seeking to achieve success with students. It is concluded that the laws support literacy in Brazil, but in practice it takes longer than expected to occur due to the individual learning process of each child.*

Keywords: Literacy. Concepts. Practices. Laws.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIFEBE

² Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIFEBE

³ Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIFEBE

⁴ Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIFEBE

⁵ Mestre em Educação, professora do curso de Pedagogia da Unifebe

*marinez@unifebe.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista que ainda hoje muitas pessoas são consideradas analfabetas no Brasil, objetiva este artigo compreender quais as diferenças entre alfabetização e letramento e o que de fato significam na prática. Muitas vezes a prática ocorrida no país é diferente do previsto legalmente, e, por isso, procurar-se-á observar como está realmente a alfabetização e o letramento nos anos iniciais do ensino fundamental e se ela é possível no prazo que a lei prevê.

Busca-se também, qual, ou quais os métodos que mais são utilizados nas escolas nos dias atuais e se, é possível alfabetizar letrando.

Diante destas indagações, questiona-se o que está previsto, e quais são as leis que amparam a educação neste quesito de alfabetização e letramento.

Metodologicamente será empregada a pesquisa bibliográfica em livros, sites e documentos legais, além de entrevistas qualitativas nas escolas de Brusque, com intuito de confrontar ao que emana a lei e ao que é de fato aplicado na prática.

Com isso, poder-se-á conhecer melhor a realidade de região e em quais pontos ela está mais amparada no que remete a educação, mais precisamente na alfabetização e letramento dos anos iniciais.

2 ORIGEM DO TERMO ALFABETIZAÇÃO

A escrita foi inventada há 6 mil anos, pela necessidade de se comunicar e fazer o registro da história da humanidade. Criou-se então os símbolos para estes registros que foram feitos através de desenhos sobre as pedras, em forma de registros rústicos chamados de pictórica. Com passar do tempo foi-se evoluindo até a criação do alfabeto que se utiliza na atualidade: a escrita alfabética. De acordo com Barbosa, apud Costa, (2013, p. 34), a escrita é considerada um marco da passagem da pré-história para a história.

Ao analisar o desenvolvimento da escrita, é fundamental conhecer suas condições de realização. Há tempos era dada atenção maior para a leitura do que a escrita. Com a influência do cristianismo, as pessoas aprendiam a ler para compreender as leituras bíblicas. Seguindo este contexto veio as transformações da sociedade, e no século XVII com influência de Comenius, que é considerado o pai da pedagogia e pastor protestante, trouxe-se os fundamentos e bases do trabalho pedagógico que predominam até hoje. Preconizava-se o “ensinar a todos”, o emprego do uso de material didático e da cartilha,

com a iniciação a leitura acompanhado de figuras e sílabas do alfabeto, que durou um longo período, sendo chamado de ensino tradicional (COMENIUS, 2002, p.127).

Alfabetização nada mais é que ensinar a ler e escrever, desenvolver habilidades de leitura e escrita com aquisição do código alfabético. Segundo a PNA (2019, p.18), “(...)o sistema alfabético é aquele que representa com caracteres do alfabeto (letras) os sons da fala. Define alfabetização como ensino das habilidades de leitura e escrita em um sistema alfabético”. Ou seja, refere-se à alfabetização como um momento inicial do processo educativo, de ensino aprendizagem.

Conforme Klein apud Cavazotti (2008, p. 12),

(...) esta etapa se caracteriza pelo o fato de desenvolver, juntamente com os conteúdos relativos à textualidade (coesão, coerência, unidade temática, clareza, concordância – que o modelo tradicional de alfabetização não levava em conta), também os conteúdos pertinentes à codificação/decodificação (letras, sílabas, famílias, direção da escrita, segmentação etc.).

Assim surgiu a necessidade da mudança das tendências pedagógicas com a tecnologia avançando, logo se criou uma atenção maior as exigências de nível de escolaridade, a diminuição da taxa do analfabetismo para tornar profissionais mais preparados para atender as demandas do mercado de trabalho. Criou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Infantil (LBD 9394/1996), com o objetivo de disponibilizar maior autonomia para se tratar de educação. A norma garantiu diversos direitos, e trouxe diversas mudanças na educação brasileira. Segundo a BNCC (2017, p. 90):

[...] alfabetizar é trabalhar com a apropriação pelo aluno da ortografia do português do Brasil escrito, compreendendo como se dá este processo (longo) de construção de um conjunto de conhecimentos sobre o funcionamento fonológico da língua pelo estudante. Para isso, é preciso conhecer as relações fono-ortográficas, isto é, as relações entre sons (fonemas) do português oral do Brasil em suas variedades e as letras (grafemas) do português brasileiro escrito.

Nos últimos anos, a educação básica se tornou obrigatória com maior controle, para não haver a evasão escolar. Com as mudanças das práticas educacionais dos professores foi se tornando reflexivo e construtivista, em busca sempre de aperfeiçoamento e técnicas de ensino, para atender cada aluno em sua necessidade. Criou-se então o processo de Alfabetização e Letramento. Não é apenas aprender a ler e escrever, mas aprender a refletir e ter consciência, que é de extrema importância na vida do ser humano, aprendemos a valorizar a cultura e diversidade existentes em nossa sociedade, passamos a ter autonomia para lutar por um mundo mais justo com menos desigualdades sociais.

2.1 LETRAMENTO: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Como vimos anteriormente, a alfabetização é algo antigo que teve sua origem juntamente com o início da escrita. Já a palavra *letramento*, é um termo novo a ser usado no vocabulário da Educação, surgiu a partir da metade dos anos 80, e uma das suas primeiras menções foi feita através do livro de Mary Kato, no ano de 1986 (No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística, Editora Ática). Surgiu através da necessidade de diferenciar quem apenas sabe ler e escrever, mas não tem isso por hábito (pessoa alfabetizada), daqueles que sabem ler e escrever e que exercem de forma competente e frequente, sabendo dar significado ao que leem e escrevem dentro do seu contexto social, apropriando-se da escrita (letramento).

Portanto, compreende-se por **letramento** ou **literacia** o resultado da ação de ler e escrever, entendendo a linguagem como prática social. Desse modo, os sujeitos apropriam-se da escrita, criticamente, com a finalidade de interagirem e agirem nos diversos contextos sociais. A prática, nesse contexto, é um fenômeno social que não se limita somente ao espaço e às relações escolares, mas abrange uma nova visão sobre as modalidades de leitura e escrita (WIKIPÉDIA, 2019).

Como pode-se constatar, letramento vai além de ser alfabetizado, ele dá a quem o tem por prática, condições de interagir com o meio social de uma forma que compreenda o contexto. Torna os seres mais críticos e participativos da sua sociedade, possibilitando uma melhor compreensão do que o cerca em variados assuntos.

[...] ter-se apropriado da escrita é diferente de ter aprendido a ler e a escrever: aprender a ler e escrever significa adquirir uma tecnologia, a de codificar em língua escrita e de decodificar a língua escrita; apropriar-se da escrita é tornar a escrita “própria”, ou seja, é assumi-la como sua “propriedade” (SOARES, 2002, p. 39).

O processo de letramento de uma criança, diferente da alfabetização, acontece antes que ela inicie sua vida escolar. Pois, como está inserida em uma sociedade letrada, vive rodeada desde o nascimento de palavras, textos e signos. Com isso, vai se inserindo no mundo do *letramento* mesmo que inconscientemente.

[...] a criança que ainda não se alfabetizou, mas já folheia livros, finge lê-los, brinca de escrever, ouve histórias que lhe são lidas, está rodeada de material escrito e percebe seu uso e função, essa criança é ainda “analfabeta”, porque não aprendeu a ler e a escrever, mas já penetrou no mundo do **letramento**, já é, de certa forma, **letrada** (SOARES, 2002, p. 24, grifo do autor).

Porém, é por meio da escola que ela irá se aprofundar no mundo da leitura e escrita com mais enfoque, conhecendo métodos, vivenciando experiências que a possibilitem alcançar o êxito com relação a alfabetização e letramento. Neste caso, pode-se destacar o quanto é importante que a criança receba estímulos para desenvolver a compreensão e formação da língua escrita de forma competente.

Para que isto ocorra de uma forma natural e progressiva, é pertinente que desde a educação infantil os professores já tenham um olhar sensível, fornecendo aos alunos uma grande variedade de materiais e diversos gêneros textuais, apresentando de uma forma lúdica para as crianças a relação entre a palavra e o objeto que ela representa. Permitindo, assim, que ela já comece a fazer associações do que cada elemento significa, apropriando-se daquele conhecimento para si.

Quando a criança começa a frequentar o ensino fundamental, irá receber um estímulo maior para desenvolver suas capacidades de letramento. Pois, é nessa etapa do ensino, principalmente nos dois primeiros anos do ensino fundamental, que se inicia propriamente dita a alfabetização da criança (como já vimos anteriormente). Juntamente da alfabetização, o letramento também é trabalhado de forma mais enfática. Visando ampliar os horizontes das crianças, permitindo que através do ato de ler e escrever elas possam desenvolver um raciocínio reflexivo e crítico, participando de forma ativa das práticas sociais que a rodeiam.

[...] proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/ constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens (BNCC, 2017, p. 67-68)

2.1.1 Práticas pedagógicas que concilia alfabetização e letramento

As práticas pedagógicas de alfabetização nos dois primeiros anos do ensino fundamental, precisam ser planejadas na perspectiva do letramento, pois este vai possibilitar que o aluno compreenda as relações sociais que sua leitura e escrita apresentam.

É inadequado, na contemporaneidade, ensinar a alfabetização usando apenas os métodos tradicionais que abordam práticas mecanizadas, impossibilitando o aprendiz de ir além dos códigos do alfabeto, mas sim, entender o contexto social.

O aluno deve estar inserido no mundo do letramento, sendo que a alfabetização, por si só, não vai proporcionar que ele seja um ser crítico, reflexivo e apto a fazer suas hipóteses do que vai ler e escrever.

O aluno deverá entender que sua escrita e leitura estão ligadas as relações que se estabelecem entre as pessoas na sociedade, portanto, o ambiente alfabetizador não deve ser desprovido de sentido, neste caso o aluno como um ser social, deverá ter acesso intrinsecamente a alfabetização conciliando o letramento.

Neste sentido, é importante que o professor, consciente de que o acesso ao mundo da escrita é em grande parte responsabilidade da escola, conceba a alfabetização e o letramento como fenômenos complexos e perceba que são múltiplas as possibilidades de uso da leitura e da escrita na sociedade (MACIEL; LÚCIO, 2008, p. 15).

A alfabetização e letramento devem seguir em união às práticas docentes, não podendo, no ensino, um exceder mais que outro. São práticas distintas, mas simultâneas, dependem uma da outra para uma aprendizagem significativa.

São muitos os métodos que podem ser aplicados para alfabetizar, desde os tradicionais como o método sintético, quanto os modernos como o construtivista, sendo ambos utilizados no Brasil. Mas não se pode alfabetizar sem a perspectiva do letramento, contudo, não há motivos para o professor sentir-se inseguro quanto ao método que está trabalhando com os estudantes do primeiro e segundo ano do ensino fundamental, pois, não há como alfabetizar sem método e sem os conhecimentos prévios de escrita e leitura que seu aluno traz consigo. Conciliando os métodos no planejamento da prática escolar irá contribuir significativamente na alfabetização e letramento da criança.

Com tudo isso, não se pode negar uma prática ou outra, só por ela estar fundamentada em uma ou em outra concepção, mas, sim, avaliar quais são as suas contribuições e se convêm serem utilizadas para um processo de alfabetização significativa (DIOGO; GORETTE, 2011, p. 4).

2.2 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: UM ALINHAVO ENTRE AS PRÁTICAS E O AMPARO LEGAL

A Constituição Federal de 1988 trouxe muitas conquistas para diversas áreas sociais no país e a educação é uma delas. No capítulo III, o art. 205 da Constituição prevê educação para todos, sendo responsabilidade do Estado e da família. No art. 211, as entidades federadas (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), também apresentam um papel de colaboração na organização dos diversos níveis de ensino:

§ 1.º A União organizará e financiará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, e prestará assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória.

§ 2.º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar (BRASIL, 1988, p. 61)

Com isso, a educação tem garantidas em lei conquistas importantes, que ajudarão nos trabalhos que virão a ser aplicados nas áreas de atuação. Uma dessas conquistas previsto no art. 214 da Constituição, é a criação do Plano Nacional de Educação (PNE), com o objetivo de fazer com que o sistema nacional de educação trabalhe em regime de colaboração definindo diretrizes, objetivos, metas e estratégias, assegurando o desenvolvimento e manutenção da educação em seus diversos níveis, etapas e modalidades. O PNE tem suas ações previstas na Lei 13.005, de 2014.

O Ministério da Educação criou a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP), conforme Anexo I do Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019. A SEMESP tem por objetivo garantir direitos iguais para os que necessitam de uma educação especial, indígenas, quilombolas e as escolas do campo, que possa valorizar as tradições culturais do país. Foi por isso que a SEMESP integrou o grupo de trabalho que formulou o Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, que instituiu a Política Nacional de Alfabetização (PNA), que visa fomentar programas e ações voltados para a alfabetização. Suas contribuições foram ressaltadas principalmente nas seguintes partes do Decreto:

art. 5º, inciso VI – que estabelece como diretriz para a implementação da PNA o respeito e suporte às particularidades da alfabetização no âmbito das diferentes modalidades especializadas de educação;

art. 5º, inciso VII – que incentiva a identificação precoce de dificuldades de leitura, de escrita e de matemática, incluindo transtornos específicos de aprendizagem; e

art. 6º, inciso VI – que define como público-alvo da PNA os alunos das modalidades especializadas de educação.

O texto referência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, de 1996, não menciona as palavras letramento e alfabetização. Dessa forma, ao ler o 1º artigo da

lei, parágrafo segundo, e posteriormente no artigo 32, entendemos a importância da alfabetização e letramento nos primeiros três anos do ensino fundamental.

Art. 1º §2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo (BRASIL, 1996).

Os três primeiros anos do ensino fundamental são muito importantes para o desenvolvimento da criança, pois é durante este período que elas atingirão os níveis de alfabetização e letramento. Esses são objetivos que estão previstos também na Meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE). No bloco 4 da Base Nacional Comum Curricular – BNCC destinado a etapa do Ensino Fundamental, é ressaltado a importância que a ação pedagógica tem sobre a alfabetização, assegurando para os alunos o domínio do sistema de escrita alfabética, desenvolvendo também outras habilidades de leitura e escrita, bem como práticas diversas de letramento. Dessa forma, podemos dizer que o processo de aprendizagem da criança, se dá a partir de uma função social que ela vivência.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O artigo objetivou pesquisar como as leis referentes a alfabetização e letramento acontecem de fato na prática. Através de pesquisas bibliográficas pode-se entender como funciona a alfabetização e letramento, e quais são as leis que os amparam. Para entender como isso ocorre de fato, aplicou-se uma entrevista qualitativa com seis professoras de anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas da rede pública de Brusque, e através da análise de dados pode-se compreender como isso acontece no processo de ensino aprendizagem referente a alfabetização e letramento em nossa região.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por meio desta pesquisa, procurou-se analisar por meio de uma entrevista qualitativa, contendo sete perguntas - todas de caráter descritivo - aplicadas em escolas da rede pública de ensino de Brusque, como está ocorrendo a prática nas escolas de nossa

região com relação aos anos iniciais do ensino fundamental, com enfoque maior no processo de alfabetização e letramento.

Com base nas seis entrevistas aplicadas, podemos constatar que é possível sim alfabetizar letrando. Ambos devem acontecer paralelamente no dia a dia da escola, pois uma completará a outra no processo de alfabetização das crianças.

Neste contexto entra o papel do professor que, como pode-se constatar nas entrevistas aplicadas, deve trabalhar como mediador do conhecimento, identificando as dificuldades dos alunos, estimulando-os a desenvolverem novas habilidades e competências. Segundo Maciel e Lúcio, (2007 p. 16) “Ciente da complexidade do ato de alfabetizar e letrar, o professor é desafiado a assumir uma postura política que envolve o conhecimento e o domínio do que vai ensinar”. Conforme respondido por uma das entrevistas: “O professor deve ser mediador do conhecimento, fazendo a criança refletir sobre suas construções de escrita, a fim de que ela não considere o erro como algo ruim, mas sim como processo para chegar lá” (PROFESSORA 4). Isso tudo leva à reflexão de quanto o professor é importante para o processo de aprendizado dos alunos e o quanto suas práticas podem influenciar nesta aquisição de conhecimento.

Entretanto, no que se refere a métodos utilizados pelos professores, percebe-se que não é utilizado apenas um único método em específico, e sim vários deles. Isso se deve a individualidade dos alunos em sala, pois como se sabe, cada criança é um ser único e aprende de forma singular. Com isso o professor deve apropriar-se de mais métodos para alcançar o êxito em sala, contanto que este tenha domínio sobre o método do qual faz uso em sala de aula.

Entre as entrevistadas percebe-se que os métodos mais utilizados são o silábico, juntamente do fônico, trabalhando a grafia e o som entrelaçados um complementando ao outro.

Como previsto na BNCC (2017, p. 90),

[...] conhecer a “mecânica” ou o funcionamento da escrita alfabética para ler e escrever significa, principalmente, perceber as relações bastante complexas que se estabelecem entre os sons da fala (fonemas) e as letras da escrita (grafemas), o que envolve consciência fonológica da linguagem; perceber seus sons, como se separam e se juntam em novas palavras etc.

Além disso, observa-se que para a maioria das professoras entrevistadas o processo de leitura e escrita devem ser trabalhados simultaneamente. Como destaca uma entrevistada: “a leitura precede a escrita senão o ato de escrever fica sem sentido, é cópia. No entanto se faz necessário ensinar os dois simultaneamente, afinal, um está interligado ao outro” (PROFESSORA

5). Por meio deste, percebemos o quanto se faz importante o uso da leitura tanto na escola como em casa (família), pois é através dela que a criança adentra no mundo da alfabetização, conhece as palavras que conseqüentemente põe em prática durante a escrita.

Se a criança não percebe sentido para o que escreve ela fica desmotivada, por isso destaca-se a importância de trabalhar com os alunos leituras significativas e que estejam interligadas com a sociedade que os cerca. Conseqüentemente observa-se que se está trabalhando de acordo com o que prevê o PNA (2019, p. 36) “dentre os componentes essenciais para a alfabetização se destacam a fluência em leitura, o desenvolvimento de vocabulário e a produção de escrita.”

Quando perguntadas sobre, se a criança deve ou não ser ensinada a ler e a escrever quando ainda está na Educação Infantil, as opiniões são diversas por parte das entrevistadas. Na grande maioria defendem que na educação infantil deve-se priorizar o brincar, pois é por meio dele que ela irá desenvolver capacidades e habilidades futuras dando espaço para sua maturação. Porém todas as professoras entrevistadas concordam que, nesta fase, a criança deve sim receber estímulos ligados a leitura e escrita, por meio de histórias e atividades lúdicas. Através disso, ela irá potencializar suas percepções e inconscientemente se tornando letrada.

Entretanto, somente nos anos iniciais, mais precisamente nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental é que a criança irá ser alfabetizada com mais ênfase, segundo previsto em nossa BNCC (2017, p. 59): nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos.

Portanto, é nesta etapa que a criança realmente receberá estímulos mais voltados para a alfabetização e o letramento. Contudo como observado nas entrevistas, o professor deverá levar em conta sempre toda a experiência trazida por estes alunos e sua maturação pessoal, tendo em vista que cada criança é única. Principalmente por este motivo de imaturidade, que muitas vezes as crianças não conseguem chegar ao final do segundo ano do ensino fundamental, com as competências desejadas e previstas na BNCC.

Como destacou uma das entrevistadas, (PROFESSORA 3) quando perguntada se é possível alfabetizar e letrar nos dois primeiros anos do ensino fundamental:

“depende! É possível desde que a criança tenha estímulos e esteja apta para que essa habilidade possa ser desenvolvida. Muitos fatores podem intervir nesse processo, principalmente a imaturidade”. Contudo, como prevê nossa BNCC este processo pode e deve ser continuado nos anos que os procedem completando assim o processo de alfabetização e letramento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com o artigo que a alfabetização e o letramento devem ser ensinados juntos, pois um é complemento do outro, contribuindo para a formação integral da criança, tornando-a um ser mais crítico e reflexivo diante da sociedade que vivem. Entende-se que a lei ampara com êxito propostas para a educação brasileira no que se refere a alfabetização e letramento. Porém, muitas vezes ainda não se reflete, na prática, no tempo previsto em lei, por conta do processo de maturação individual de cada criança.

Neste sentido, entende-se que cabe ao professor instigar e propor métodos que possibilitem a cada criança de alcançar o processo de ensino aprendizagem. As pesquisas apontam em seus resultados que, embora os métodos utilizados pelos professores não sejam os mesmos, o que importa de fato é que ele seja aplicado pelo professor com embasamento e conhecimento, tornando a aprendizagem do aluno eficiente, de forma que alcance êxito em suas práticas pedagógica desenvolvidas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério da Educação. **Plano nacional de Educação**. Brasília: MEC. Disponível em <http://pne.mec.gov.br/>
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.html
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Brasília: MEC, 2017.
- Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA Política Nacional de Alfabetização/Secretaria de Alfabetização**. Brasília: MEC, SEALF, 2019.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora. **Fundamentos metodológicos da alfabetização.** Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2008.

COMENIUS. **Didática Magna.** 3. ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2002

COSTA, Rosimeri Claudiano da. SILVA, Renato da. VILAÇA, Márcio Luiz Corrêa. **A evolução e revolução da escrita: um estudo comparativo.** Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xvii_cnlf/trab_completos/Evolu%C3%A7%C3%A3o%20e%20revolu%C3%A7%C3%A3o%20da%20Escrita%20ROSIMERI.pdf> Acesso em: 19 de out. de 2019.

DIOGO, Emilli Moreira. GORETTE, Milena da Silva. **Letramento e alfabetização: uma prática pedagógica de qualidade.** Educere. X Congresso nacional de educação - EDUCERE, Curitiba, 2011. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5806_2767.pdf> Acesso em: 19 de out. de 2019.

MACIEL, Francisca Isabel Pereira; LÚCIO, Iara Silva. Os conceitos de alfabetização e letramento e os desafios da articulação entre teoria e prática apud CASTANHEIRA, Maria Lúcia; MACIEL, Francisca Isabel Pereira; MARTINS, Raquel Márcia Fontes. **Alfabetização e letramento na sala de aula.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SOARES, Magda. **Letramento um tema em três gêneros.** 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

WIKIPEDIA, a enciclopédia livre. **Letramento.** [S.I.] 2019. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Letramento>>. Acesso em: 17 de out. de 2019.

**ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO ENSINO
SUPERIOR: OLHARES E SENTIDOS EM MEIO AS PRÁTICAS
DOCENTES**

***PERFORMANCE OF PEDAGOGICAL COORDINATION IN HIGHER
EDUCATION: LOOKING AND FEELING THROUGH TEACHING
PRACTICES***

GONÇALVES, Jeime Andreia Davalo¹
HOFFMANN, Ricardo Vianna²

¹ Curso de Graduação, Instituição.

² Curso de Graduação, Instituição.



RESUMO: Diante do trabalho docente nas Instituições de Ensino Superior (IES), nos questionamos sobre a atuação da coordenação pedagógica. Nosso artigo apresenta como objetivo geral analisar na voz de professores atuantes em cursos na modalidade presencial e EaD, sentidos referentes à coordenação ou apoio pedagógico nas instituições onde atuam. Nossos objetivos específicos são, a) apontar sentidos, a partir da visão de professores do Ensino Superior, quanto ao trabalho da coordenação pedagógica; b) destacar com base nos dados gerados, compreensões referentes as atribuições da coordenação pedagógica; c) abordar, de acordo com os dados, situações onde professores atuantes nas IES recebem auxílio da coordenação pedagógica. Justificamos esta pesquisa, por nos depararmos com as exigências as quais é submetido o professor onde o mesmo se depara com diversas situações para as quais nem sempre se encontra preparado. A metodologia utilizada nesta pesquisa é a qualitativa, fazendo uso de entrevista semiestruturada e pesquisa bibliográfica. Nossos sujeitos, professores atuantes em IES na cidade de Brusque SC, ressaltam compreensões ligadas a coordenação pedagógica quanto a orientação e auxílio diante da prática docente. Com base em autores como (LEA, STREET, 2014), (PLACCO; SOUZA, 2006), (DANA, HEINIG, 2014), (CERVI, 2014) entre outros, sob um olhar sócio histórico acima do trabalho do professor, ligamos esse artigo a formação e atuação docente. Observamos na fala desses sujeitos, sobre suas práticas, reflexos do contexto em que se inserem, onde se destaca as orientações institucionais, questões ideológicas, relações de poder, identidade, intencionalidade e posicionamento em meio a diversidade.

Palavras-chave: Coordenação Pedagógica. Professor. Ensino Superior.

ABSTRACT: *Given the teaching work in Higher Education Institutions (HEI), we questioned the work and performance of pedagogical coordination. Our article presents as a general objective to analyze in the voice of teachers working in courses in classroom and distance education, meanings referring to the performance of coordination or pedagogical support in the institutions where they work. Our specific objectives are: a) to point meanings, from the view of higher education teachers, regarding the work of pedagogical coordination; b) highlight based on the generated data, understandings regarding the attributions of the pedagogical coordination; c) address, according to the data, situations where teachers working in HEI receive assistance from the pedagogical coordination. We justify this research, because we are faced with the demands to which the teacher is submitted, where he is faced with various situations for which he is not always prepared. The methodology used in this research is qualitative, using semi-structured interviews and bibliographic research. Our subjects, teachers acting in HEI in the city of Brusque SC, emphasize understandings related to pedagogical coordination regarding guidance and help in the face of teaching practice. Based on authors such as (LEA, STREET, 2014), (PLACCO; SOUZA, 2006), (DANA, HEINIG, 2014), (CERVI, 2014) among others, under a socio-historical perspective above the teacher's work, we link this article teacher education and performance. We observe in the speech of these subjects, about their practices, reflections of the context in which they are inserted, which highlights the institutional orientations, ideological issues, power relations, identity, intentionality and positioning in the midst of diversity.*

Keywords: Pedagogical Coordination. Teacher. University education.

1 INTRODUÇÃO

Com esta pesquisa temos como objetivo geral analisar na voz de professores atuantes em cursos na modalidade presencial, sentidos referentes à atuação da coordenação ou apoio pedagógico nas instituições onde trabalham.

O motivo para estudarmos a visão de professores quanto ao trabalho da coordenação pedagógica perpassa pela vivência do professor em sala de aula. Segundo (PLACO, SOUZA, 2006; MORAES, 2010 apud SCHERLEY; MORELL,2006) os desafios enfrentados por este profissional em sala de aula podem gerar algum tipo de frustração diante do idealismo da profissão e a realidade vivenciada.

Nesse contexto, na visão de autores como Dana e Heinig (2014,p.129) “ser professor universitário, atualmente, vai muito além do ato de mediar as atividades de sala de aula”. Estas mesmas autoras mencionam o professor universitário como um “profissional múltiplo e multifacetado, que concilia o eu-professor com o professor-formador, professor-pesquisador, professor-orientador entre outras identidades [...]”(DANA, HEINIG, 2014,p.129), diretamente conectadas ao profissional desses sujeitos.

Outro ponto que vale ser mencionado, é que nas “ nas universidades brasileiras em geral, o corpo docente foi se constituindo por professores pesquisadores ou por profissionais bem- sucedidos nas suas áreas”, conforme expõe Cervi, (2014,p.52). Nos cabe, então problematizar diante do perfil exposto pela autora onde “a lógica que norteia a prática de contratações é a de que “quem sabe, sabe ensinar” (CERVI,2014.p. 52).

Compreendendo que “a docência em todos os seus níveis, é uma atividade que mantém diálogo constante com a história, a cultura, a sociedade, a religião e as instituições, sejam elas privadas ou públicas (DANA, HEINIG, 2014,p.130), menciona-se que o docente que hoje se insere em um “educar para a diversidade (...)” (MORAES, 2010,p. 255 apud SCHERLEY; MORELL,2006,p.8) busca por formação continuada. Essa necessidade de busca, visa o auxílio, respeito e compreensão de outros sujeitos inseridos em uma prática de interação e inclusão diante das diversas singularidades e complexidades expostas em sala.

Sob uma compreensão de que a reação de cada sujeito, inclusive os professores, tem íntima “relação com suas experiências de vida e com o processo de constituição de sua identidade” (PLACO, SOUZA, 2006,p. 70) e que a visão diante das mais diversas situações varia de sujeito para sujeito, temos como objetivos gerais na construção desse

artigo: a) Conhecer sentidos para o trabalho da coordenação pedagógica relacionado ao aprendizado do acadêmico, na visão de professores do Ensino Superior; b) Analisar a partir dos dados gerados, compreensões dos professores nas IES referente as atribuições da coordenação pedagógica; c) Destacar, a partir da voz de professores nas IES, situações e momentos em que eles recebem auxílio da coordenação pedagógica. Justificamos esta pesquisa por nos depararmos com as multifacetadas do professor no ensino superior, em meio a exigências as quais é submetido.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Em um contexto de continuidade, apoio e busca, Dana e Heinig (2014,p.129) mencionam o professor, ao abordar que a “construção identitária desse sujeito é perpassada por diferentes experiências tanto na vida pessoal quanto na vida profissional, em um constante movimento de ir e vir, com trocas simbólicas [...] e ideológicas [...]. Para as autoras, as muitas experiências e trocas pelas quais estes professores perpassam, fazem parte da formação e identidade docente, que é contínua, enquanto sujeitos e profissionais, destacando, que dentre estas trocas, podem ser citadas o apoio e orientação da coordenação pedagógica.

Diante de professores universitários que por vezes não tem uma formação específica que o oriente sobre a ação docente, somando “a inclusão de estudantes oriundos de diferentes classes sociais e com diferentes formações na educação básica, que tornou o espaço e sala de aula mais plural e mais complexo (CERVI,2014,p. 52) nos questionamos sobre o apoio pedagógico oferecido a estes profissionais que trabalham com a educação.

Inseridos na diversidade existente em sala de aula, cabe “destacar o importante papel do outro no processo de aprendizagem” (PLACO, SOUZA, 2006,p. 76) onde a coordenação pedagógica pode assumir importante função “na formação continuada do professor, quando se dispõe a exercer a escuta, a facilitar a reflexão e as tomadas de decisão (PLACO, SOUZA, 2006,p. 71).

Ainda como foco na atuação do coordenador, Cervi, (2014,p.52) cita a necessidade de existir “[...] alguém mais próximo dos professores, capaz de aproximar do cotidiano dos professores o diálogo com os fazeres e os saberes que atravessam a sala de aula”. A autora defendendo a necessidade de um acompanhamento a esses professores, menciona sobre características deste profissional coordenador, que segundo ela, “deveria

ser alguém que não tem como objetivo “ensinar”, mas construir processos de aprendizagem com o outro [...]” (CERVI, 2014,p. 53).

Existe dentro dos meios educacionais, a necessidade de profissionais como os coordenadores pedagógicos, como agentes atuantes no processo de ensino e aprendizagem, compreenderem a necessidade de adaptação e esforço para atender as necessidades oriundas das características desta sociedade heterogênea que chega as salas de aulas.

Conscientes de características que envolvem uma sociedade plural e complexa, nos pomos a pensar sobre articulações e trabalhos educacionais necessários para atender a esta demanda. Também com um olhar sobre esta realidade complexa, Loureiro, Maio e Silva (2010) abordam algumas funções que envolvem a supervisão e acompanhamento da ação docente, mencionando que estas atividades antigamente focavam no controle, hoje destina-se ao auxílio, apoio ao trabalho do professor.

As exigências existentes no meio acadêmico se refletem no trabalho do professor, assim como de outros profissionais que atuam nesse contexto. Questões como normas diversas ou relações de poder, que nem sempre estão explícitas, fazem parte das vivências dentro das universidades, perpassando pelas leituras e escritas, assim como, das atividades diversas existentes na academia (STREET, 2010).

Ainda para (STREET, 2014) as práticas relacionadas a leitura e escrita se relacionam também as relações de poder que estariam permeadas de “significados e práticas culturais específicas” (STREET, 2014, p. 17). Neste ambiente em que o sujeito de insere e as relações de poder ali existentes, interferem na forma que estas pessoas leem, escrevem, realizam suas atividades, tomam decisões e posicionamentos.

A execução de tarefa, cumprimento de metas, é citada por Placo e Souza (2006) ao mencionarem a possibilidade do professor repensar seu trabalho, sua prática, ao se expressar, estando ciente de que é escutado e não julgado.

Esta prática de debater e refletir com o outro, sobre as diversas atividades que envolvem o seu trabalhos, fazem parte de em processo de formação identitária. “Para que ocorra esse envolvimento do professor, é importante que o coordenador pedagógico seja alguém que saiba ouvir, permitindo-lhe tomar consciência de si” (PLACO, SOUZA, 2006,p. 76).

Inquietos diante das múltiplas atividades que envolvem o trabalho docente, com o olhar direcionado ao professor Universitário e suas necessidades, abordaremos o trabalho destes, assim como, desafios enfrentados em sua prática.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na busca por gerar dados para a nossa pesquisa, utilizaremos o pseudônimo para os nossos dois sujeitos, referindo-se ao sujeito A uma mulher de 36 anos, atuante a 18 meses no Ensino Superior, e sujeito B, uma mulher de 44 anos, atuante a 4 anos no Ensino Superior.

Apresentando características de uma pesquisa qualitativa, onde os dados se apresentam de forma descritiva, gerados a partir do “ambiente natural” Bogdan e Biklen (1994, p.47), utilizamos como instrumentos para geração dos dados a entrevista semiestruturada, onde, a partir do tema escolhido organiza-se perguntas principais que regem a entrevista (MANZINI 2004).

Nossa entrevista semiestruturada gira em torno da caracterização do sujeito pesquisado, formação, idade, tempo de atuação do ensino superior, curso em que atua, assim como a visão deste sujeito sobre o trabalho da coordenação ou apoio pedagógico.

Estão inseridas nesse instrumento de geração de dados três perguntas cruciais sobre as quais se embasam nossas análises de dados, sendo elas:

- a) Na sua compreensão, quais são as atribuições da coordenação pedagógica?
- b) Em meio ao trabalho em que você realiza nesta instituição, quais momentos em que o professor recebe auxílio da coordenação pedagógica, de que forma esse auxílio acontece?
- c) Na sua visão em que situações que você enquanto professor, entende como necessária a participação e apoio da coordenação pedagógica.

Nossa busca por conhecer momentos e situações onde o professor, dentro das IES, tem acesso ao auxílio por parte da coordenação pedagógica, vem também do fato de que no “trabalho do professor, surge uma necessidade de fazer buscas para conferir os referenciais, para repensar os procedimentos que tenham sintonia com sua intencionalidade inicial”(PLACO, SOUZA, 2006,p.74). Vale destacar, que em muitas vezes, para este processo de reflexão, existe a necessidade de outros olhares, do auxílio de outros profissionais em meio a suas atividades, leituras e escritas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com foco no professor no ensino superior, multifacetado, que necessita se adaptar a clientela heterogênea com a qual trabalha, assim como as regras institucionais as quais é submetido, olhamos para os dados dos nossos dois sujeitos. Visamos responder nossos objetivos gerais e específicos que vão de encontro a conhecer sentidos para o trabalho da coordenação pedagógica relacionado ao aprendizado do acadêmico. Nesse contexto buscamos a partir da voz de professores nas IES, situações e momentos em que eles recebem auxílio da coordenação pedagógica.

Ao questionarmos estas duas professoras sobre como elas compreendem as atribuições da coordenação pedagógica, visões distintas destacamos em suas respostas:

(01) “[...] as únicas orientações é referente, basicamente **a prazo, a metas**, e tudo mais né? Então, eu não considero isso como pedagógico, pedagógico, **o fazer, o saber fazer**. Sujeito A. Fonte: Entrevista semi estruturada. Maio de 2018

(02) “[...] ela é essencial dentro do processo acadêmico, por conta de que nós temos muitas situações que a coordenação pode intervir, seu papel, ele é fundamental, inclusive não só de **suporte ao acadêmico, como excepcionalmente também em suporte à docência** [...]”. Sujeito B. Fonte: Entrevista semi estruturada. Maio de 2018

(03) “[...] **a coordenação pedagógica, ela não intervém diretamente, em sala de aula**, não , pelo menos eu entendo, **não no ensino superior** [...]”. Sujeito B. Fonte: Entrevista semi estruturada. Maio de 2018

Podemos observar que no excerto 01, nosso Sujeito A, aproxima as atribuições observadas na coordenação pedagógica dentro da instituição onde atua, ao cumprimento de “ **prazo, [...] metas**”(01), surgindo aí sentidos relacionados a cumprimento de regras, apesar de não considerar este trabalho ligado a função real desta coordenação. Este sujeito compreende que a função da coordenação pedagógica, estaria ligada ao “ **fazer, o saber fazer**” (01) docente, o auxiliar como realizar, como trabalhar os conteúdos, como ensinar aos alunos dentro de suas diversidades, e não apenas cumprir metas.

Observa-se então, que para o Sujeito A, existe uma relação entre o trabalho da coordenação pedagógica e a visão de Placo e Souza (2006), que relaciona o coordenador pedagógico com o sujeito que ouve, acompanha e auxilia o trabalho do professor diante de seus desafios.

Já o Sujeito B relaciona o trabalho da coordenação mais ao “**suporte ao acadêmico**” (02), e não ao docente, onde a orientação acontece “**excepcionalmente**”(02). Ainda para este sujeito B “**a coordenação pedagógica, [...] não intervém diretamente, em sala de aula [...] não no ensino superior** [...]”(03).

Podemos compreender que na visão deste Sujeito B, existe diferença do trabalho do professor no nível superior e em outros níveis da educação, pois no ensino superior, excepcionalmente, a coordenação não “intervém” em sala de aula.

Este posicionamento do Sujeito B, e se afasta da compreensão, de que existe dentro do trabalho docente, indiferente no nível em que atua, a necessidade de fazer buscas, repensar os procedimentos”(PLACO, SOUZA, 2006). Tampouco cita os benefícios de se ter um apoio profissional, que lhe ouça, que seja “alguém que não tem como objetivo “ensinar”, mas construir processos de aprendizagem com o outro [...]” (CERVI, 2014,p. 53), auxiliando nos desafios em sala de aula.

Quanto aos momentos em que o professor recebe auxílio da coordenação pedagógica a orientação quanto as regras institucionais surgem na fala do nosso sujeito:

(04) “A questão de conteúdo, de material, (a orientação) está nisso basicamente. A ementa é essa, o conteúdo é esse, né, e você faz né, do jeito que achar melhor as suas aulas e tudo mais, então, é neste ponto, e quando eu iria questionar eu tinha um feedback, mas fora isso, não tinha momentos ao qual eu teria essa coordenação, esse auxílio pedagógico”. Sujeito A. Fonte: Entrevista semi estruturada. Maio de 2018

(05) “[...] eles fazem a reunião com o entendimento de que todo mundo já sabe o que está fazendo ali, né? ”. Sujeito A. Fonte: Entrevista semi estruturada. Maio de 2018

O cumprimento de regras e relações de poder surgem novamente na resposta do nosso Sujeito A. Quando esta professora destaca que a orientação gira mais em torno da “**questão de conteúdo, de material**” (04), “**prazo, [...] metas**” (01). Podemos assim, nos remeter a aspectos como, exigências, normas diversas ou relações de poder, que nem sempre estão explícitos, mas fazem parte e interferem nas vivências desses profissionais dentro as academia (Street, 2014).

Fora as exigências, quanto as regras, normas e metas, na visão no nosso Sujeito A, as aulas, e práticas aplicadas com os alunos são compreendidas dentro da instituição de uma maneira, onde, o professor domina a arte de ensinar e assim “ [...]você faz né, do jeito que achar melhor as suas aulas e tudo mais[...] ” (04).

Esta visão do nosso sujeito pode se aproximar da compreensão de ” (CERVI,2014), onde as instituições partem do pressuposto de que os professores que atuam no nível superior, por dominarem os saberes e conteúdos trabalhados dentro do curso onde atuam, também sabem ensinar e não precisam de acompanhamento ou auxílio neste quesito. Contudo, partimos da premissa de que o professor é um profissional em formação contínua, e que apesar de estarem apropriados de saberes referentes a sua área,

os professores que atuam no nível superior, trabalham com a diversidade. Nesse contexto de desafios diversos, por vezes, estes professores, podem necessitar de auxílio de algumas funções que perpassam pela supervisão e acompanhamento da ação docente, em meio ao processo de ensino e aprendizagem, articulações e trabalhos necessários para atender esta demanda, heterogênea (LOUREIRO; MAIO; SILVA; 2010).

Vale destacar que “a docência em todos os seus níveis, é uma atividade que mantém diálogo constante com a história, a cultura, a sociedade, a religião e as instituições, sejam elas privadas ou públicas” (DANA, HEINIG, 2014, p.130). Nesse contexto, o professor hoje, além dos saberes referente a sua disciplina, necessita direcionar seu olhar para as diferenças existentes em sala de aula. Na busca por alcançar o diferente, a necessidade de adaptação, pode perpassar pelo auxílio e acompanhamento de outros profissionais da educação, como o apoio e coordenação pedagógica.

Neste contexto de compreensão quanto aos olhares dos nossos sujeitos, situações em que o professor compreende como necessária a participação e apoio da coordenação pedagógica também podem ser debatidas.

(06) “[...] e eu senti falta, né, dessa coordenação pedagógica, desse pedagógico realmente, de como fazer, né, de qual maneira correta de ensinar, qual o melhor jeito de fazer, né, porque muitas vezes eu percebo muita cobrança, mas sem esse auxílio realmente né? Como se todo mundo já soubesse, todo mundo que iniciasse já tivesse obrigação de saber, como fazer a coisa certa né? [...]” Falta um pouco desse suporte, eu diria”. Sujeito A. Fonte: Entrevista semi estruturada. Maio de 2018

(07) “[...] mas em situações, principalmente, onde o professor precisa de suporte, existe essa intervenção, e também sempre alinhando as atividades dentro da universidade, porque muitas vezes o profissional, ele inicia, as suas atividades, sem necessariamente, saber o que se espera dele, [...] vejo aí também o papel fundamental da coordenação pedagógica”. Sujeito B. Fonte: Entrevista semi estruturada. Maio de 2018

Para nosso Sujeito A, o trabalho da coordenação pedagógica deveria estar mais relacionado ao aprendizado do aluno, direcionado ao professor, no sentido de “**como fazer, né, de qual maneira correta de ensinar, qual o melhor jeito de fazer, né**”(06), apresentando sentidos de auxílio, apoio e amparo, que se aproxima da necessidade de busca, de compreensão sobre métodos e formas necessárias para o trabalho docente, dentro das IES. Estes profissionais se deparam com o diverso, e nesse contexto, um olhar diferenciado como o do apoio pedagógico, pode ser útil (PLACO, SOUZA, 2006).

Este mesmo Sujeito A, se apresenta diante de uma realidade de trabalho, diferente do que ele acredita como ideal, no caso ao invés de orientação sobre como trabalhar, como

ensinar com foco no saber do aluno, alega receber **“muita cobrança” (06)**, da coordenação quanto a metas e prazos.

O Sujeito B também demonstra sua inquietação com as regras e relações de poder quando afirma que as **“[...] situações, [...] onde o professor precisa de suporte, [...]” (07) se relacionam a situações onde “[...] muitas vezes o profissional, ele inicia, as suas atividades, sem necessariamente, saber o que se espera dele, [...]” (07).**

Nessa conjuntura, podemos então relacionar este “esperar do professor”, à sua conduta, postura, cumprimento de metas e regras, e não sobre a metodologia de ensino, visando a aprendizagem. Podemos também relacionar estas cobranças com as relações de poder, que interferem nas práticas realizadas dentro da academia, (STREET, 2010).

A visão de que, o professor que é contratado para atuar no ensino superior, deve dominar as regras assim como, compreender sobre o que é esperado dele, surge na fala de nossos sujeitos quando o Sujeito A destaca, sua percepção de que, para a instituição é **“[...] Como se todo mundo já soubesse, todo mundo que iniciasse já tivesse obrigação de saber, como fazer a coisa certa né?”(06)** e do Sujeito A, **“[...] muitas vezes o profissional, ele inicia, as suas atividades, sem necessariamente, saber o que se espera dele, [...]”(07).**

Nosso Sujeito B, menciona anteriormente, que o apoio pedagógico, não interfere em sala, um dos espaços onde o aprendizado se constrói, mas foca em sua fala, a necessidade de auxílio da coordenação pedagógica, na orientação do professor. Em nosso ver, esta orientação da qual o sujeito se refere, tem sentidos ligados as relações de poder ali existentes, sobre **“[...] a coisa certa [...]” (06)**, na visão institucional. Segundo dados apresentados pelo Sujeito B, assim como para o Sujeito A, podemos interpretar que existe uma perspectiva dentro da universidade, onde o professor se vê exigido a se adequar aos padrões esperados e regras, contudo, nossos sujeitos não mencionam nesse contexto o aprendizado do acadêmico.

Esta visão de homogeneidade, quanto as expectativas institucionais, se interliga a compreensão que se observa em meio aos trabalhos na universidade, a de que **“todo mundo [...] já tivesse obrigação de saber, como fazer a coisa certa né?” (06)**, podendo assim ligar **“esta coisa certa”** as regras, metas e posicionamento esperados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do nosso objetivo geral, que visa apresentar sentidos quanto ao trabalho da coordenação ou apoio pedagógico na visão de professores nas IES, podemos destacar o surgimento de sentidos que se referem a apoio e auxílio, assim como as relações de poder existentes na academia, que interferem diretamente nos trabalhos e atividades dentro da universidade. Contudo, observa-se que para o Sujeito A, que os sentidos relacionados a apoio e auxílio, se relacionam a visão do que ela espera do trabalho da coordenação, que é diferente do que essa professora aponta ter encontrado dentro da instituição, ou seja, um trabalho da coordenação que mais se aproxima da cobrança quanto a regras e metas.

Já o nosso Sujeito B, também demonstra sentidos relacionados a apoio, quando se trata da coordenação pedagógica. Porém, como esta professora nos dá indícios de compreender o trabalho da coordenação mais ligado ao acadêmico do que ao docente diretamente, ela aponta que a orientação do apoio pedagógico em seu ver, acontece quando o professor ainda não conhece o que se espera dele na academia, ou seja, quando ele ainda não compreende as regras a serem cumpridas, neste contexto, também se relacionando as relações de poder na universidade.

Quando tratamos da compreensão de professores nas IES referente as atribuições da coordenação pedagógica, observa-se também uma relação entre o que a atuação da coordenação e as relações de poder, onde este pedagógico, tem seu trabalho mais relacionado a metas, prazos do que as aulas do professor, suas formas e métodos de ensino, visando a aprendizagem acadêmica.

Diante do apresentado, quanto a situações e momentos em que os professores recebem auxílio da coordenação pedagógica, observou-se na fala dos nossos sujeitos, orientações não direcionadas a sala de aula. Os professores são orientados sim, mas sobre questões institucionais, de conteúdos, e prazos, existindo a compreensão de que dentro da sala de aula, este profissional domina sua prática.

Esta visão nos inquieta, diante da diversidade em sala de aula e da necessidade de formação continuada do professor. Nesse contexto problematizamos o fato de que o professor apesar de estar apropriado de saberes referentes a sua área, lida com desafios diversos, e por vezes, pode necessitar de auxílio de outros profissionais, em meio ao processo de ensino e aprendizagem. Por estar imerso em um espaço, onde lida com a heterogeneidade, necessitando apresentar-se multifacetado, dinâmico e aberto ao novo, este profissional é submetido a exigências, e por vezes, pode sentir falta de uma orientação, sobre seus métodos, conforme nossos dados também apontam.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto. Porto Editora.1994.

CEREJA, William in BRAITH, Beth. **Bakhtin: Conceitos- Chave**. São Paulo. Contexto. p. 201,220. 2007

CERVI, G.M. Docência no Ensino Superior: **Experiência, Experimentação?** P.51-60 in CERVI, G.M; RAUSCH, r.b (ORG) Docência Universitária: Concepções, experiências e dinâmicas de investigação. Xanxerê. Meta Editora, 2014 238p.

CORREA, SHIRLEI DE SOUZA. **A coordenação pedagógica na rede estadual de ensino catarinense: a implantação do cargo**. XANPED SUL. Florianópolis, 2014. Fonte: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/436-0.pdf acesso 06-05-2018

DANA, C. L; HEINIG, O.L.O.M. **Docência na universidade uma profissão dialógica e multifacetada**. P.129 a140 in CERVI, G.M; RAUSCH, r.b (ORG) Docência Universitária: Concepções, experiências e dinâmicas de investigação. Xanxerê. Meta Editora, 2014 238p.

LOUREIRO, A; MAIO, N.L; SILVA, H.S. **EDUSER: Supervisão Pedagógica A supervisão: Funções e Competências do Supervisor revista de educação**, EDUSER: Revista de educação, p. 37-51, 2010.Vol 2(1), 2010 fonte: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/3447/1/46-151-1-PB.pdf> acesso: 19-09-2017

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986. 99 p. Disponível em <[http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view File/2237/1505](http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/File/2237/1505)> Acesso: 06 jul. 2015.

MANZINI, E. J. Entrevista Semi-estruturada: **Análise de objetivos e de roteiros**. In Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos.2, 2004, Baurú. A pesquisa qualitativa em debate. Anais ... Bauru. USC, 2004.CD-ROOM. ISBN: 85-98623-01-6. 10p.Fonte:http://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estrutura_da_pdf. Acesso: 01 de junho de 2015.

MARTINS, H. H. T. S. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MARTINS, H.H.T de S. Metodologia qualitativa da pesquisa. Educação e pesquisa, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004.

MORAES, M.C. **O paradigma educacional emergente**. São Paulo: Papyrus, 2010 (Coleção Práxis) in SCHLEY, C.A; MOREL, J.C. OFFIAL, P.C. Licenciaturas em Foco. UNIASSELVI, 2016

MORETTO, V. P. **Planejamento: Planejando a educação para o desenvolvimento de competências.** 3 ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2008.

PLACCO, V. M. N. S.; SOUZA, V. L. T. **A aprendizagem do adulto professor.** São Paulo: Loyola, 2006. p.95.

STREET, B. V. **Letramentos Sociais: Abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação.** São Paulo, Parábola, 2014.

**ABORDAGENS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS
PÚBLICAS DE MUCAJAÍ/RR**

***THE APPROACHES OF ENVIRONMENTAL EDUCATION IN
PUBLIC SCHOOLS MUCAJAI/RR***

PACHECO, Juliane⁷²
BRIZOLA, Niris⁷³
RODRIGUES, Sandra³
MACHADO, Cleci⁴

RESUMO: A presente monografia surgiu pelo fato de inexistir no município de Mucajaí, um programa de educação ambiental nas escolas da rede pública de ensino com o objetivo de conhecer a realidade vivida nas escolas do município quanto à questão ambiental e sua estreita relação com a comunidade, bem como, propor formas de abordagem. Após o conhecimento da realidade ambiental, será elaborado um plano de ação junto à Secretaria Municipal; uma proposta a ser desenvolvida nas escolas do município de Mucajaí - Roraima. A operacionalização da pesquisa se congrega em várias etapas numa metodologia que é completada pela união das partes. Utilizando-se do raciocínio dedutivo para a análise de documentos e método histórico é possível fazer as conexões e os encadeamentos dos fatos conceituais, concomitantemente, através de questionários ou formulários. Isso possibilita a comparação da observação à realidade pela técnica da observação direta e do método estatístico, visto que, está se lidando com números, escalas e percentuais. Os resultados obtidos na execução das propostas servem de subsídios para o prosseguimento do nosso trabalho.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Planos de Ação. Hibridismo. Observação Direta.

ABSTRACT: *To present monograph it was for the fact of inexisting in the municipal district of Mucajaí, a program of environmental education in the schools of the net publishes of teaching with the objective of knowing the reality lived at the schools of the municipal district as for the environmental subject and his/her it narrows relationship with the community, as well as, to propose approach forms. After the knowledge of the environmental reality, an action plan will be elaborated close to the it would Secrete Municipal; a proposal the being developed at the schools of the municipal district of Mucajaí - Roraima. The operationalization of the research congregates in you vary stages in a methodology that is completed by the union of the parts. Being used of the deductive reasoning for it analyzes her/it of documents and historical method is possible to do the connections and the linkages of the conceptual facts, concomitantly, through questionnaires or forms. That makes possible the comparison of the observation to the reality for the technique of the direct observation and of the statistical method, because, it is if working with numbers, scales and percentile. The results obtained in the execution of the proposals serve as subsidies for the pursuit of our work.*

⁷² Pedagogia e Mestra. E-mail: niris_lbb@hotmail.com

⁷³ Cursando Psicologia, Faculdade São Francisco de Assis. E-mail: julianepacheco38@gmail.com

³ Seduc Roraima, Formada em Educação Física e Doutora. E-mail: rodriguesx@oi.com.br

⁴ Cursando Psicologia, Faculdade São Francisco de Assis. E-mail: clecimachado26@gmail.com

Keywords: *Environmental education. Plan of Action. Hybridism. Direct Observation.*

1 INTRODUÇÃO

No capítulo 1, apresenta-se uma explanação sobre a problematização da pesquisa bem como parte da história do município de Mucajaí, local escolhido como recorte geográfico de estudo. Traz também as justificativas e os objetivos que levaram a realização desse trabalho voltado a educação Ambiental nas escolas públicas do Município.

No capítulo 2, faz-se uma explanação teórica a cerca da historia da educação ambiental levando em consideração sua evolução pelo mundo, pelo Brasil e consequentemente seu reflexo na educação do estado de Roraima e no sistema municipal de educação de Mucajaí.

No capítulo 3, faz-se uma explanação teórica a cerca da linha filosófica que guiou este trabalho bem métodos e os procedimentos técnicos da pesquisa, baseadas nas referencias bibliográficas que foram consultadas para aquisição de um conhecimento previu para dar sustentabilidade ao trabalho de campo sobre a abordagem da educação ambiental nas escolas publicas de Mucajaí.

Problema Da Pesquisa

Afalta de ações pedagógicas e de políticas públicas voltadas para a inserção da educação Ambiental no cotidiano da classe estudantil, contribui para o descaso da sociedade com o ambiente que a rodeia?

Objetivo Geral

Analisar o processo de ensino e aprendizagem da Educação Ambiental nas escolas públicas de Mucajaí, através de questionamentos aos professores e alunos, verificando o alcance de suas metas.

Objetivos Específicos

- a)Elaborar questionários sobre o desenvolvimento da Educação Ambiental no município de Mucajai, aplicando-os aos professores e alunos da rede pública de Ensino;
- b) analisar os dados obtidos através dos questionários, verificando suas principais preocupações e estimulando à formação da consciência ambiental nas escolas, fundamentado nos dados obtidos;

c) contribuir para articulação de ações com vista à implantação de projetos ambientais nas escolas do município que visem sua inserção no cotidiano da escola.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A formação do embrião do Município de Mucajaí foi historicamente constituída a partir do nucleamento de famílias de migrantes nordestinos denominados pioneiros, onde se destacam os sobrenomes Almeida, Pereira, etc. Deu assim o primeiro povoamento. Seu primeiro Estatus: Colônia Agrícola.

“[...] antes de sua elevação à categoria de Município em 1º de julho de 1982, era conhecida como “Vila do Mucajaí”. Antiga Colônia Agrícola Fernando Costa, criada em 1951.” (FREITAS, 2001 p. 70).

Desmembrado do Município de Caracaraí, Mucajaí absorveu uma área de 24.563 Km². Reconhecida pelo Decreto Presidencial nº 87.780 de 09/11/1982 “Estabelece novos limites para os Municípios do Território Federal de Roraima, e dá outras providências. “Localizado na região central do Estado de Roraima e cortado pela BR-174, faz fronteiras ao Norte com os municípios de Alto Alegre e a capital Boa Vista, ao Sul e ao Oeste com o vizinho Município de Iracema, ao leste com o Município do Cantá.

É banhado pelo rio Mucajaí, o qual batiza com o seu nome o município. O verbete Mucajaí na língua indígena Macuxi, segundo MAGALHÃES, *apud* Barbosa Rodrigues nos coloca o seu verdadeiro significado “Mucajaí – significa pequeno coco *Syagrus picrophylla*”. Dotado de infra-estrutura básica, o município oferece aos munícipes os requisitos básicos para a qualidade de vida: água potável, luz elétrica, telefonia, recolhimento de lixo, correios interligando o município a globalização.

A economia está centrada na agricultura familiar, na pecuária extensiva, no extrativismo vegetal e mineral favorecendo o abastecimento do município e o excedente é escoado para capital Boa Vista e o vizinho Estado do Amazonas, favorecendo o desenvolvimento do comércio local. Conta ainda com a vocação natural ao turismo ecológico, através das suas florestas tropicais e os seus monumentos arqueológicos.

Considerando que:

- a) existe a necessidade urgente da elaboração de um diagnostico da Educação Ambiental na rede publica de ensino do município, uma vez, que inexiste uma política ambiental para o setor;
- b) é importante a implantação urgente de uma política ambiental sólida, devido às condições adequadas de suas características físicas;

- c) o sistema público de ensino tem se preocupado somente com os conteúdos básicos, deixando a questão ambiental para os ambientalistas;
- d) as características ambientais permitem observar uma diversidade de espécies vegetais com aspectos peculiares da Amazônia legal; um laboratório a céu aberto, donde nativos e estrangeiros retiram plantas como fonte farmacologias para diversos males;
- e) a retirada descontrolada de madeira para fins industriais prejudica inclusive a conservação das estradas e vicinais, além de colocar em risco de extinção espécies desconhecidas até mesmo da comunidade científica;
- f) o descaso com a agricultura; sua prática ainda rudimentar. A queimada, comum no município traz danos catastróficos à paisagem;
- g) as pesquisas revelam que a Amazônia sofre um processo de degradação em escala planetária e isso traz consequências para toda a terra.

Tais potencialidades são incentivadas por Políticas Públicas Municipais. A população de 11.013 habitantes conta com os serviços públicos nas áreas de saúde, educação, segurança e transporte em parceria Município/Estado.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos utilizados para operacionalização da pesquisa se congregam em varias etapas na metodologia sequencial que se completam entre sí por partes. O raciocínio dedutivo e o primeiro procedimento, visto que realizam análises na documentação existente como: jornais, revistas e bibliografias que se reportam ao tema.

O método histórico que possibilita fazer as conexões e os encadeamentos dos fatos conceituais. Concomitantemente recorre-se a técnica de entrevista que possibilita a busca metodicamente, seja por questionário ou formulários, efetivar através de perguntas a comparação da observação da realidade pela técnica de observação direta caracteriza a abordagem qualitativa.

Quanto a análise das informações obtidas nos gráficos de amostragem dos percentuais, sejam eles referentes a números de alunos, quantidade de escolas e mais dos percentuais indica o método estatístico que adota uma abordagem quantitativa.

Os métodos e técnicas aqui propostos julgam estarem nos conduzindo numa sequência lógica com o objetivo de facilitar um desenvolvimento do objetivo de estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tabela 2 – Resultado dos dados obtidos nas escolas da rede do Município de Mucajaí.

Município	N.º de Escolas		N.º de Alunos	
	Zona Urbana	Zona Rural	Zona Urbana	Zona Rural
Mucajai	09	26	3.526	1.268
Total	09	26	3.526	1.268

Tabela 3 - Escolas que funcionam com Educação Básica na Zona Urbana e Rural.

Município Mucajaí	Zona Urbana						Zona Rural				
	E.I	E.F	E.M	J.A	E.D	TOTAL	E.I	E.F	E.M	J.A	TOTAL
N.º de Escolas	04	07	01	02	-	14	08	26	01	-	35
N.º de Alunos	378	2200	341	341	-	3526	65	809	361	33	1268

Tabela 4 -Escolas Estadual e Municipal pertencentes à rede do município.

Município Mucajaí	N.º de Escolas			N.º de Alunos		
	Estaduais	Municipais	TOTAL	Estaduais	Municipais	TOTAL
Total	25	10	35	3509	1285	4794

Fonte: CRE/SEME 2006

Município de Mucajaí - RR

Tabela 5 -Matricula Inicial – 2006/ Rede Estadual-Educação Básica.

		Total
Ensino Infantil	0	0
Ensino Fundamental	2200	2200
Ensino Médio	968	968
Educação de Jovens e Adultos	341	341
Educação Especial	0	0
		3148

Tabela 6 -Matricula Inicial 2006 - Rede Municipal Educação Básica.

		Total
Ensino Infantil	433	433
Ensino Fundamental	809	809
Ensino Médio	0	0
Educação de Jovens e Adultos	33	33
Educação Especial	0	0
		1285

Fonte: SIED/INEP/MEC

Município de Mucajaí - RR

Tabela 7 –Número de Professores – 426.

Pós-graduação ou Pós-graduando	17
Graduação	222
Magistério	187

Fonte: CRE/SEME

Tabela 8 - Professores Entrevistados 2001-Educação.

30%	É a busca de conhecimentos
22%	É a transmissão de conhecimentos
44%	É receber e transmitir conhecimentos
4%	É respeitar uns aos outros

Tabela 9 – Item 2. Ambiente.

58%	E tudo que existe ao nosso redor
26%	E a natureza em conjunto
13%	E o lugar onde vivemos
3%	E o conjunto do ecossistema

Tabela 10 – Item 3. Educação Ambiental.

42%	E respeitar a natureza por completo
35%	E usar a natureza respeitando-a
18%	E não prejudicar o meio ambiente
4%	E preservar o meio ambiente
1%	Não responderam

Tabela 11 – Item 4. Educação Ambiental deveria ser uma disciplina do currículo escolar ou um programa assumido pela sociedade?

55%	Programa assumido pela sociedade
45%	Uma disciplina do currículo escola

Resultado da Entrevista

Tabela 12 - O tratamento dado pela Comunidade à questão Ambiental.

Nenhum tratamento	52%
Pouca importancia	43%

Tabela 13 – Item 2. Abordagem a Educação Ambiental em estudos passados e presente.

Sim	61%
Não	30%
Não responderam	9%

Tabela 14 – Item 3. A escola desenvolve algum programa de Educação Ambiental?

Não	70%
Sim	30%

Tabela 15 – Item 4. A Educação Ambiental deveria ser um programa assumido pela sociedade ou uma disciplina do Currículo Escolar.

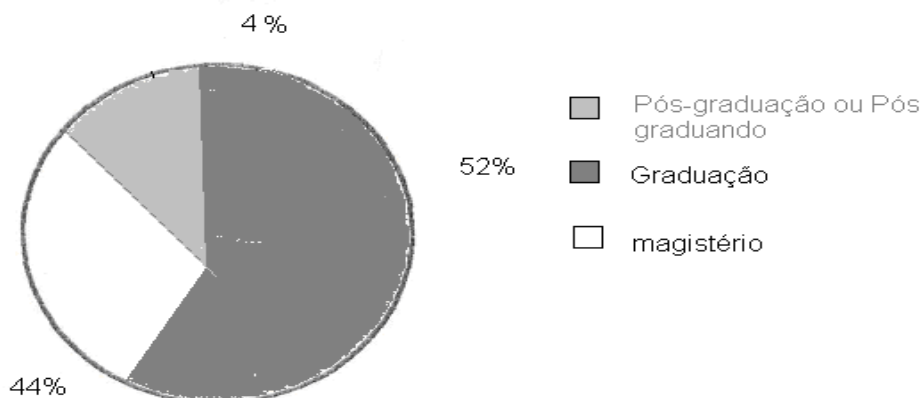
Um programa assumido pela sociedade	55 %
Uma disciplina do Currículo Escolar	45 %

Tabela 16 – Item 5. A importância da Educação Ambiental para a preservação do ecossistema do Município.

Sim	90 %
Não	10 %

Dados representados em gráficos

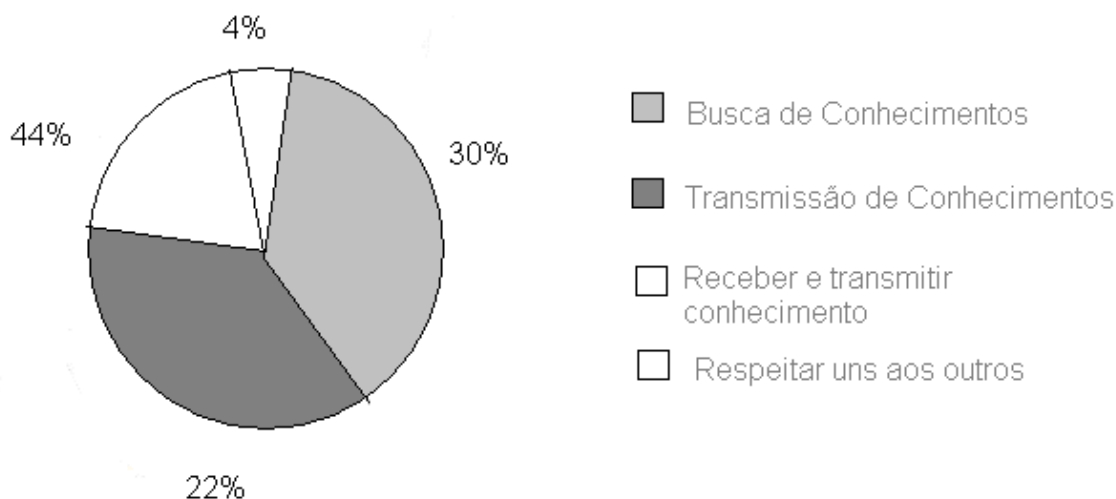
Fig. 1 - Número de Professores do Município de Mucajaí - RR, por Grau de Escolaridade.



De um total de 426 professores do sistema público de ensino de Mucajaí, constatou-se que quatro por cento possui curso de pós-graduação nas diversas áreas da Educação, Cinquenta e dois por cento possui curso de graduação ou estão cursando, e quarenta e quatro por cento são habilitados em nível de magistério.

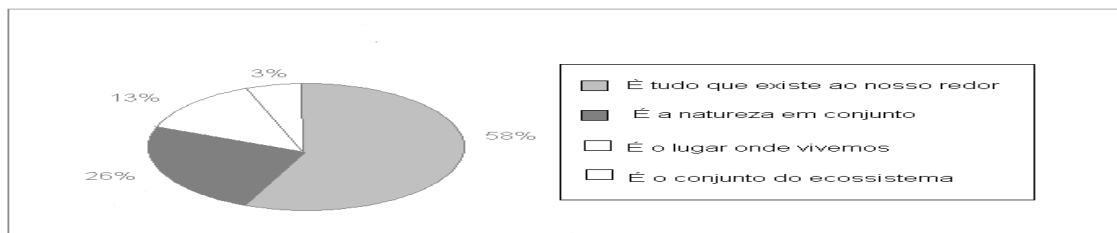
Percebe-se então que o sistema público de ensino de Mucajaí dispõe de um quadro de professores habilitados e capacitados a desenvolverem uma política educacional de alto nível.

Fig. 2 - Conceitos de Educação



Observando o questionamento distribuído entre a classe docente sobre o conceito de Educação (30%) Trinta por cento responderam que é à busca de conhecimentos (22%) Vinte e dois por cento responderam que é a transmissão de conhecimentos, e (44%) Quarenta e quatro por cento, receber e transmitir conhecimentos, e quatro por cento responderam que é respeitar uns aos outros. Percebe-se que a grande maioria vê a educação como um ato de receber e transmitir conhecimentos.

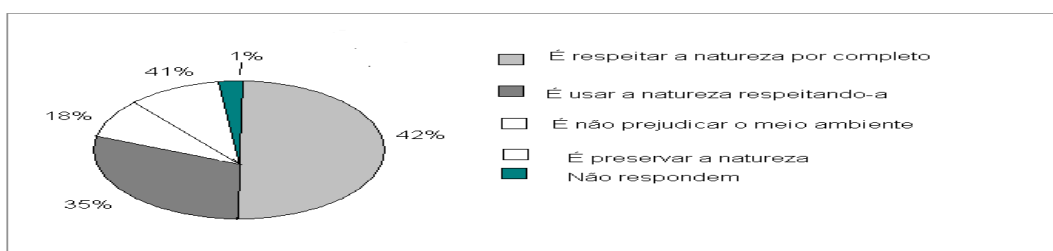
Fig. 3 - Conceito do Ambiente.



Pelo exposto acima (58%), Cinquenta e Oito por cento dos pesquisados conceituam ambiente como tudo que existe ao nosso redor; (26%) Vinte e Seis por cento afirmam que o ambiente, a natureza em conjunto; (13%), treze por cento responderam que o ambiente é o lugar onde vivemos e (3%) três por cento admitem que ambiente seja o conjunto do ecossistema.

Nota-se que os entrevistados analisam o ambiente como a união da natureza com o homem, onde deverá manter em equilíbrio todos os componentes do ecossistema.

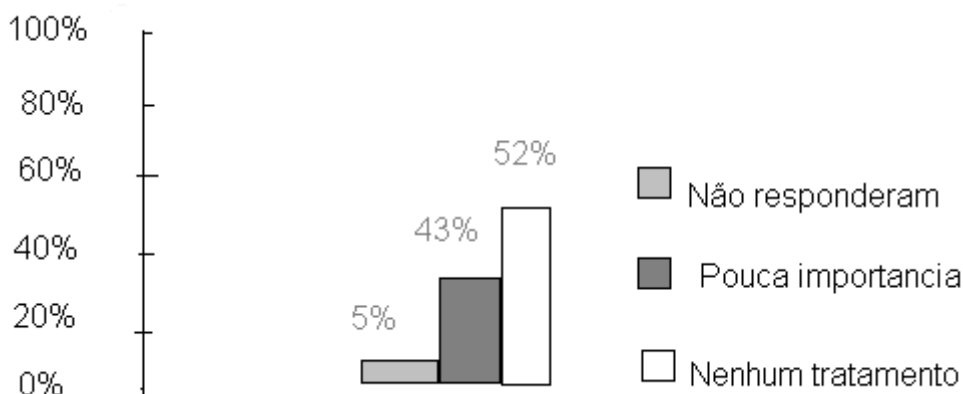
Fig. 4 - Conceitos de Educação Ambiental.



De todos os entrevistados, (42%) quarenta e dois por cento dizem ser a Educação Ambiental: respeitar a natureza por completo; (35%) trinta e cinco por cento afirmam que é usar a natureza respeitando-a, (18%) dezoito por cento dizem que é não prejudicar o meio ambiente; (4%) quatro por cento vê a educação ambiental como a preservação da natureza e apenas (1%) Um por cento não responderam.

Houve uma grande concordância quanto ao conceito de Educação Ambiental, noventa e oito por cento de todos os entrevistados ligaram a educação ambiental à necessidade de preservação da natureza através do uso (racional) dos recursos disponíveis no meio ambiente.

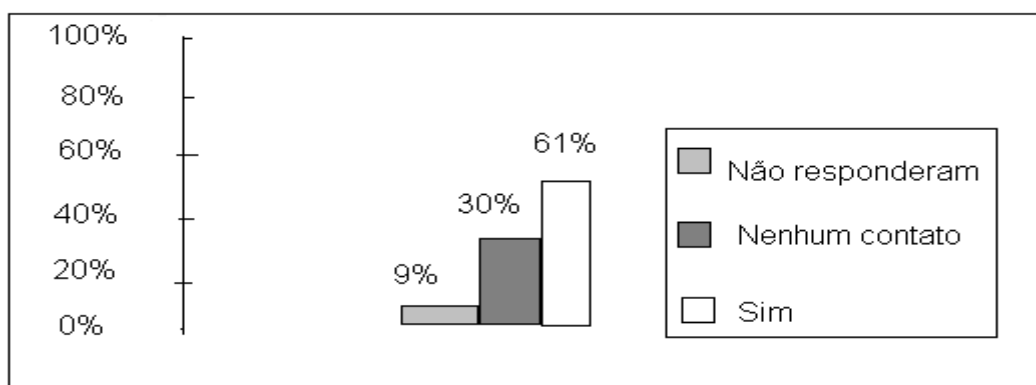
Fig. 5 - Tratamento dado pela comunidade quanto à questão ambiental.



Segundo pesquisa feita entre os alunos da rede municipal o tratamento dado pela comunidade à questão ambiental, (52%) Cinquenta e dois por cento dos entrevistados afirmam que a comunidade não está dando nenhum tratamento à questão ambiental; (43%) Quarenta e três por cento, que é dada pouca importância e (5%) Cinco por cento não souberam ou não quiseram responder.

De qualquer forma, o resultado da pesquisa faz perceber que a comunidade escolar possui certo grau de consciência ambiental, falta-lhes a adoção de programas de incentivo para a formação e desenvolvimento dessa mesma consciência ambiental.

Fig. 6 - Abordagem da Educação Ambiental em Estudos Passados e Presentes.



De acordo com resultados da pesquisa, (61%) Sessenta e Um por cento afirmam que em seus estudos a Educação Ambiental já foi abordada mesmo que, de forma superficial, suficiente para compreender a importância do relacionamento entre homem e o meio ambiente. Porém (30%) Trinta por cento nunca tiveram abordagem da Educação Ambiental em seus estudos passados ou presente, mas já tiveram algum contato com o tema através de veículos de comunicação. Apenas (09%) Nove por cento não responderam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a Educação Ambiental como um fator determinante para a preservação da vida, a pesquisa monográfica foi direcionada às escolas da rede pública de ensino de Mucajaí como meio de investigação da existência de programas de educação ambiental.

Em tal investigação foi revelado um total abandono no que tange à questão ambiental na rede pública. Isso ocorre não apenas no aspecto ecológico, mas, são escassos os comentários de melhoria de necessidades urbanitárias do ambiente, como a construção de redes de esgotos sanitários e fluviais, proporcionando condições mínimas de uma vida saudável.

Inexiste um planejamento escolar, por isso considera-se necessário a implantação urgente de uma mobilização das escolas em relação à conscientização para evitar as constantes e agravantes agressões ao meio ambiente.

A classe estudantil possui alguns conhecimentos básicos sobre a preservação ambiental, podendo-se a partir daí, os educadores fortalecerem e conscientizarem esta geração da gravidade da situação, na busca de um ambiente mais saudável a fim de que todos possam usufruir das maravilhas que a natureza oferece.

Diante dos resultados obtidos na pesquisa, recomenda-se a adoção de programas de educação ambiental nas escolas públicas, visto que, já no aluno um princípio de consciência, o que falta é a implantação de políticas educacionais voltadas para o setor de meio ambiente. Algo realmente prático, que fuja da mesmice da teoria.

Com a utilização de mecanismos que envolveram todos os docentes e discentes, consegue-se a redução das agressões praticadas contra o meio ambiente. É notório que a natureza possui incrível capacidade de recompor-se desde que sejam respeitados os seus limites.

Recomenda-se ainda que as escolas públicas promovam debates envolvendo toda a comunidade, conscientizá-los de que essa luta é de todos; no dia em que a natureza se voltar contra os seres humanos, todos serão atingidos desde os culpados aos inocentes.

No momento em que o mundo inteiro está preocupado com o ecossistema, Mucajaí não pode ficar alheio a esse processo, não é mais um caso isolado, mas, uma necessidade mundial.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que e Educação**. Ed. Brasiliense, p. 110. 1989.

CEROVSKY, Jan. *Environmental Education. A Step Towards the solution of environmental problems br changing peoples attitudes*. ECE. Simposium ou problems relating to environmental. New York. Naciones Unidas, 1971.

COMISION NACIONAL FINLANDESA PARA LA UNESCO. *Reporter of the Seminar ou Environmental Education*. Jammi, Finlândia, 1974. Relatório não numerado.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, 1981.

DIAS, Genebaldo Freire: *Atividades Interdisciplinares de Educação Ambiental*. Ed. Global, São Paulo, p. 111. 1994.

IBAMA. DIRPED. Departamento de Divulgação Cientifica e Educação Ambiental. *IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente: Universidade e Sociedade em face da política ambiental brasileira*. Textos conclusivos, Brasília, 1992. Relatório não numerado.

MEDINA, Naná Mininni. *Educação Ambiental: Uma metodologia Participativa de Formação*. 3ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: 1999.

MELLOWES, C. *"Environmental Education and the Seareh for Objectives"*. *Environmental Education: The present and the future* trans. Portsmouth, nb., p. 175. 1992.

PEREIRA, Antonio Batista: *Aprendendo ecologia através da educação ambiental*, Porto Alegre: Sagra de Luzzatto, p. 94. 1993.

SANTOS, Giseli do Rocio Cordeiro Mugnol. *Orientações e dicas para trabalhos acadêmicos*. Curitiba: IbpeX, 2007.

TOZONI, Reis, Marilia Freitas de Campos. *Educação Ambiental: Natureza, Razão e História*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004.

UNCED, Rio 92. Rio de Janeiro 1992. *Relatório não numerado* 1992.

UNESCO - PNUMA. *Conferencia intergubernamental sobre Educacion Ambiental*, Tbilisi (URSS) inform final, Paris, 1978. Relatório não numerado.

XIMENES, Sergio: Minidicionário. Ediouro 1998.

ANÁLISE DA METODOLOGIA UTILIZADA PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO COM PROFESSORES E ALUNOS DA ESCOLA X

ANALYSIS OF THE METHODOLOGY USED FOR AMBIENT EDUCATION: A STUDY OF CASE WITH PROFESSORS AND PUPILS OF X

PACHECO, Juliane¹
SOUZA, Stéfany²
PEREIRA, Naira³

RESUMO: Este artigo parte de um estudo realizado com professores e alunos do Ensino Fundamental da Escola Municipal X, de setembro a dezembro de 2010, tendo como objetivo analisar os princípios da Educação Ambiental, a fim de comparar a metodologia sugerida e a possibilidade de alcance da transversalidade. A coleta de dados foi através de questionário aplicado a 24 professores e 60 alunos e a análise dos dados foi realizada seguindo os princípios básicos da Educação Ambiental (Conferência de Tbilisi) e os Temas Transversais (Secretaria de Educação Fundamental). As respostas, tanto de alunos como de professores enfatizam o trabalho somente com problemas ambientais (acúmulo de lixo, poluição do ar e água) e atitudes comportamentais voltadas para a conscientização e comportamentos individuais, onde falta diálogo entre as áreas do conhecimento e vivência de situações envolvendo questões ambientais.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Conferência de Tbilisi. Temas Transversais.

ABSTRACT: *This article is part of a study conducted with teachers and students of Elementary School of Municipal School X, from September to December 2010, aiming to analyze the principles of Environmental Education, in order to compare the suggested methodology and the possibility of achieving transversality. . Data collection was through a questionnaire applied to 24 teachers and 60 students and data analysis was performed following the basic principles of Environmental Education (Tbilisi Conference) and the Transversal Themes (Secretariat of Fundamental Education). Responses from both students and teachers emphasize working only with environmental problems (garbage accumulation, air and water pollution) and behavioral attitudes towards individual awareness and behaviors, where dialogue between areas of knowledge and situations is lacking. involving environmental issues.*

Keywords: *Ambient education. Transversal Conference of Tbilisi. Subjects.*

¹ Cursando Psicologia, Faculdade São Francisco de Assis. E-mail: julianepacheco38@gmail.com

² Cursando Psicologia, Faculdade São Francisco de Assis. E-mail: stefanysouza2017@hotmail.com

³ Administração e Mestra, Senac de Roraima. E-mail: Naira_pereira@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Estamos vivendo numa crescente crise ambiental, onde se faz necessária uma maior sensibilização por parte das pessoas e uma mudança de pensamento crítico. Isto implica, no contexto escolar, em uma preocupação com conceitos, conteúdos, métodos que levem professores e alunos a um questionamento de ‘por que’, ‘o que’ e ‘como’ se trabalhar Educação Ambiental como tema transversal.

Devido à importância mundial, deve ser tratado com mais seriedade e responsabilidade, principalmente por parte dos professores que querem formar cidadãos críticos. Deve-se possibilitar o desenvolvimento do pensamento crítico não somente nos alunos, mas em professores também, para despertar a ampla consciência em relação aos impactos causados ao meio ambiente (incluindo todos os aspectos que estão relacionados a ele) pelas ações do homem e, para isso, deve-se trabalhar com todas as áreas dos saberes, em sua totalidade holística.

Segundo Lima (1999), as questões ambientais tornaram-se mais significativas a partir dos anos 70 com o desenvolvimento tecnológico e industrial contradizendo-se à degradação ambiental, gerando a crise socioambiental. O autor relata uma parte da história da Educação Ambiental, iniciando pela Declaração de Estocolmo (1972), sugere que a Educação Ambiental deve buscar a melhoria na qualidade de vida: a Conferência de Tbilisi (1977), a Educação Ambiental deve ser uma atividade contínua com caráter interdisciplinar, pluridimensional, buscar soluções para os problemas ambientais e visar à mudança de valores e atitudes; o Relatório de Bruntland (1987) propõe que a Educação Ambiental deve abordar as questões ambientais como problema planetário e apresenta o conceito de desenvolvimento sustentável; ECO 92, que resultou na elaboração da Agenda 21.

De acordo com Sorrentino (1995 Apud LIMA, 1999) a Educação Ambiental apresenta quatro correntes: conservacionista: enfoca a preservação do meio ambiente que ainda não sofreu ação humana; educação ao ar livre: defende as atividades realizadas na natureza, como os passeios; gestão ambiental: participação dos movimentos sociais e da população na resolução dos problemas; economia ecológica: esta se subdivide em defensores do desenvolvimento sustentável (empresários, governantes, entre outros) e defensores das sociedades sustentáveis (oposto à anterior).

A educação também preconiza tendências na Educação Ambiental tais como: propostas voltadas aos fatores históricos e sociais; propostas com abordagens concentradas em aspectos técnicos e naturais dos problemas ambientais (temas ecológicos) citadas por Brugger, (1994 apud LIMA, 1999).

O estudo realizado teve como objetivo verificar a relevância dada às questões ambientais e analisar os princípios da Educação Ambiental, a partir de um questionário aplicado a professores e alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental São Francisco, a fim de comparar a metodologia sugerida para Educação Ambiental e a possibilidade do alcance dos princípios da transversalidade de acordo com os Temas Transversais e os princípios adotados pela Conferência de Tbilisi, além de averiguar se os alunos percebem essa abordagem feita pelos professores em sala de aula.

Percebe-se que a Educação Ambiental ainda é fragmentada e reducionista, tendo como responsáveis apenas os professores de Ciências Naturais, perdendo a visão holística e interdisciplinar relacionados à natureza e consequências dos impactos ambientais. Não há a preocupação com os aspectos políticos, econômicos, científico-tecnológicos, históricos, culturais e sociais.

A concretização da Educação Ambiental deve partir das questões locais para as regionais e globais, possibilitar as soluções para esses problemas, envolver comunidade e escola, ser contínua e interdisciplinar. Diante desses fatos, é necessário observar a metodologia aplicada pelos professores para facilitar o processo de ensino e aprendizagem referente às questões ambientais.

Para que o aluno esteja conscientizado e sensibilizado com as questões ambientais do lugar que o cerca, a escola precisa estar inserida nos problemas ambientais locais. A aprendizagem das questões ambientais pode preparar o aluno, professor e demais envolvidos com a educação, prever e simular um ambiente favorável às futuras gerações. Essas questões podem ser trabalhadas de acordo com a necessidade e a preocupação dos grupos envolvidos, sejam eles, pais, alunos ou entidades.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A questão ambiental não é um tema restrito às Ciências, os próprios Temas Transversais surgiram para sanar esta fragmentação do Saber.

Os temas transversais pretendem a ruptura com as propostas pedagógicas tradicionais que fragmentam o processo educacional, compartimentando os conteúdos em estruturas disciplinares, o que significa dizer que tais temas

trazem, em si, embutida a perspectiva da interdisciplinaridade. (TORRES, 2003, p.3).

Os Temas Transversais foram propostos para proporcionar maior flexibilidade e abertura no currículo, podendo ser contextualizados e priorizados de acordo com a necessidade local. Os temas indicados são: Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo. Os critérios para a escolha dos temas foram: a urgência social, a abrangência nacional, a possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e favorecer a compreensão da realidade e participação social. São de caráter transversal, pois,

[...] Pretende-se que esses temas integrem as áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas, relacionando-as às questões da atualidade e que sejam orientadores também do convívio escolar... Assim, não se trata de que os professores das diferentes áreas devam ‘parar’ sua programação para trabalhar os temas, mas sim de que explicitem as relações entre ambos e as incluam como conteúdos de sua área, articulando a finalidade de estudo escolar com as questões sociais, possibilitando os alunos o uso dos conhecimentos escolares em sua vida extraescolar. (BRASIL, 1998, p.27).

Segundo Reigota (1994) a Educação Ambiental pode estar presente em todas as disciplinas e se permanente, cada disciplina tem a sua contribuição a dar. A problemática ambiental pode estar baseada no consumismo, nos desperdícios, na produção de materiais inúteis, mas devem-se levar em conta as questões econômicas e culturais entre a humanidade e a natureza e entre os homens, portanto a Educação Ambiental como educação política. Reigota também cita os objetivos da Educação Ambiental: conscientização; conhecimento (informação acessível); comportamento (mudança de atitudes); competência; capacidade de avaliação e participação. Além de enfatizar que a escola é um local privilegiado para desenvolver a Educação Ambiental, pois ela pode ser assunto que permeia todas as áreas do conhecimento.

Para Leff (2001) a interdisciplinaridade que deve estar presente na Educação Ambiental não deve ser apenas um somatório ou a articulação entre as diferentes disciplinas, deve ser além do diálogo entre as disciplinas, a busca de novos saberes que considerem as culturas, os potenciais da natureza e os valores, teorias e práticas necessárias à vida e à formação humana. O autor enfatiza que é necessário criar condições para se pensar interdisciplinarmente o ambiente, “A Educação Ambiental requer que se avance na construção de novos objetos interdisciplinares de estudo através do questionamento dos paradigmas dominantes, da formação dos professores e da

incorporação do saber ambiental emergente em novos programas curriculares". (2001, p.240).

Fazenda (1996) define interdisciplinaridade como a reformulação das estruturas pedagógicas e a reorganização epistemológica das disciplinas científicas. A busca por um conhecimento unitário, universal; um conhecimento que não seja fragmentado em vários campos, valendo-se de trabalho em comum, tendo em vista a interação das disciplinas científicas, seus conceitos, procedimentos metodologia, dados e a organização de seu ensino, não se limitando às metodologias de apenas uma ciência.

Interdisciplinaridade é uma atitude de abertura, não preconceituosa, onde todo o conhecimento é igualmente importante. Pressupõe o anonimato, pois, o conhecimento pessoal anula-se frente ao saber universal. (Ferreira apud FAZENDA, p.8, 1996).

Um importante marco referencial para a Educação Ambiental é a Conferência de Tbilisi (Dias, 2004) que foi realizada na Geórgia em 1977, organizada pela UNESCO em cooperação com a PNUMA e constituiu-se um marco histórico para a Educação Ambiental e que serve de referência para a prática da Educação Ambiental até a atualidade. Durante a Conferência foram definidos os objetivos, os princípios e estratégias para o desenvolvimento da Educação Ambiental.

As orientações resultantes da Conferência foram: favorecer a aquisição de conhecimentos, valores, comportamentos e habilidades práticas para prevenção e solução dos problemas ambientais; propiciar uma percepção do meio físico-natural e do meio construído pelos seres humanos; contribuir para a formação de uma consciência sobre a importância da preservação da qualidade do meio ambiente; facilitar a percepção integrada do meio ambiente; facilitar a compreensão das interdependências econômicas, políticas e ecológicas do mundo atual; utilizar todos os meios públicos e privados disponíveis na sociedade, para a educação da população; ser o resultado de uma reorientação e articulação de diversas disciplinas e experiências educativas que facilitam a percepção integrada do meio ambiente; permitir que os indivíduos e a coletividade compreendam a natureza complexa do meio ambiente natural e do meio ambiente criado pelo homem; oferecer os conhecimentos necessários; suscitar uma vinculação mais estreita entre os processos educativos e a realidade; ser concebida como um processo contínuo e que propicie aos seus beneficiários; dirigir-se a todos os grupos de idade e categorias profissionais;

Os objetivos propostos para a Educação Ambiental contemplam: ajudar os indivíduos e grupos sociais a sensibilizarem-se e a adquirirem consciência do meio ambiente global e suas questões; adquirir diversidade de experiências e compreensão fundamental sobre o meio ambiente e seus problemas; comprometer-se com uma série de valores, e a sentirem interesse pelo meio ambiente, e participarem da proteção e melhoria do meio ambiente; adquirir as habilidades necessárias para identificar e resolver problemas ambientais; proporcionar a possibilidade de participarem ativamente das tarefas que têm por objetivo resolver os problemas ambientais;

Os princípios propostos e orientadores para a Educação Ambiental e, que regem parte da análise deste artigo, é: Considerar o meio ambiente em sua totalidade (político, social, econômico, científico-tecnológico, histórico-cultural, moral e estético); constituir um processo contínuo e permanente, através de todas as fases do ensino formal e não formal; aplicar um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, de modo que se adquira uma perspectiva global e equilibrada; examinar as principais questões ambientais, do ponto de vista local, regional, nacional e internacional; concentrar-se nas condições ambientais atuais, tendo em conta também a perspectiva histórica; insistir no valor e na necessidade da cooperação local, nacional e internacional, para prevenir e resolver os problemas ambientais; considerar, de maneira explícita, os aspectos ambientais nos planos de desenvolvimento e de crescimento; ajudar a descobrir os sintomas e as causas reais dos problemas ambientais; destacar a complexidade dos problemas ambientais e, em consequência, a necessidade de desenvolver o senso crítico e as habilidades necessárias para resolver tais problemas; utilizar diversos ambientes educativos e uma ampla gama de métodos, para comunicar e adquirir conhecimentos sobre o meio ambiente, acentuando devidamente as atividades práticas e as experiências pessoais.

As atividades são mais significativas quando o aluno pode interagir diretamente com o impacto, como está sugerido por Dias (2004), onde na educação Ambiental deve ter menos teoria e mais prática, apresentando na pirâmide atividades que devem ser evitadas até as que mais devem ser preconizadas como são apresentadas na ordem: símbolos verbais (-), símbolos visuais (-), rádio (-), TV (-), Exposição (+), Excursão (+), dramatização (+), simulação (+) e experiência direta (+).

Quando lidamos com experiências diretas, a aprendizagem é mais eficaz, pois é o conhecimento que aprendemos através de nossos sentidos (83% através da visão; 11% através da audição; 3,5% através da olfação; 1,5% através do tato

e 1% através da gustação) e que retemos apenas 10% do que lemos 20% do que ouvimos 30% do vemos, 50% do que vemos e executamos 70% do que ouvimos e logo discutimos e 90% do que ouvimos e logo realizamos. (Piletti, 1991 apud DIAS, 2004, p. 217-218).

Reigota (2001) cita que a Educação Ambiental pode ocorrer em diversos ambientes como nas escolas, parques, reservas ecológicas, associações de bairros, entre outras, cada qual com um enfoque diferenciado, por exemplo, voltados à interdependência das espécies, à problemas ambientais cotidianos, à formação de profissionais. Entretanto, a escola é um local privilegiado para pôr em prática a Educação Ambiental, pois pode focar todos os aspectos, ambientais, sociais, econômicos, históricos, políticos e culturais.

Para muitos professores, pais e alunos, etc., a Educação ambiental só pode ser feita quando se sai da sala de aula e se estuda a natureza in loco. Esta é uma atividade pedagógica muito rica de possibilidades, mas corre-se o risco de tê-la como única atividade possível, quando na verdade é apenas mais uma. [...] Na maioria das vezes estas atividades se baseiam na transmissão de conhecimentos científicos e na conscientização para a conservação da natureza. Essas atividades têm seu valor, mas se não abordam os aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais, não podem ser consideradas como Educação Ambiental [...]. (Reigota, 2001, p. 28-29).

Segundo o autor as aulas-passeio (saídas de campo) devem existir, mas não com objetivos somente voltados a conceitos ecológicos e a conservação do local. Entretanto devem levar em conta história, cultura, os fatores socioeconômicos e inclusive a estética do local, não só de ambientes conservados (reservas ecológicas), mas de lugares com problemas ambientais (rua, bairro, pátio da escola).

Quanto à seleção dos conteúdos referentes à Educação Ambiental, Muller (1999) descreve que pode ser observar os seguintes critérios: significação, quando atendem às necessidades dos alunos e professores; adequados às necessidades sociais e culturais, quando se aproximam da realidade do contexto; de interesse em atingir os objetivos, válidos para o momento ou para toda a vida do indivíduo; devem ser flexíveis, de acordo com os acontecimentos diários.

Os conteúdos da Educação Ambiental não são fixos, devem estar coerentes com as situações enfrentadas diariamente, com problemas ambientais que surgem ao decorrer do ano e da própria história da região e sua metodologia indicada é aquela que,

[...] permita ao aluno questionar dados e ideias sobre um tema, propor soluções e apresentá-las. Esse é o método ativo... Pressupõe que o processo pedagógico seja aberto, democrático e dialógico entre os alunos, entre eles, os professores e a administração da escola, com a comunidade em que vivem e com a sociedade civil em geral. (Reigota, 2001, p. 38-39).

Um dos objetivos da Educação Ambiental (DIAS, 2004, REIGOTA, 2001) é a conscientização, ou seja, tomar consciência do meio ambiente global e de seus problemas. A conscientização é importante, mas os professores devem atingir os outros objetivos propostos, tais como: acesso ao conhecimento, necessário para a solução dos problemas ambientais; a mudança de comportamento, tanto individual como coletivamente para contribuir com o meio ambiente; adquirir competência, para superação de deficiências no processo de avaliação das medidas e programas relacionados ao meio ambiente; participação individual e coletiva.

Para Carvalho (2001) as práticas da Educação Ambiental podem incidir em dois aspectos: Educação Ambiental comportamental e Educação Ambiental popular. A Educação Ambiental comportamental valoriza a mudança de comportamentos individuais e a conscientização,

[...] Ainda o silêncio desta EA (**comportamental**) sobre a produção social dos problemas ecológicos e, decorrente disto, sua tendência de compatibilizar os indivíduos como se todos fossem igualmente responsáveis pelos efeitos da degradação ambiental... Uma pessoa pode aprender a valorizar um ambiente saudável e não poluído, ter comportamentos tais como não sujar as ruas e participar dos mutirões de limpeza de seu bairro. Essa mesma pessoa, pode considerar adequada a política de produção e transferência do lixo tóxico para outra região e não se importar com a contaminação de um lugar distante do seu ambiente de vida. (CARVALHO, 2001, p. 48-49).

A Educação Ambiental popular é aquela que não enfatiza somente mudanças de comportamentos, mas o processo educativo é um ato político, valorizando aspectos políticos, sociais e históricos que estão envolvidos com as questões ambientais. A mesma propõe:

O entendimento do que sejam os problemas ambientais passa por uma visão do meio ambiente como um campo de sentidos socialmente construído e, como tal, atravessado pela diversidade cultural e ideológica, bem como pelos conflitos de interesse que caracterizam a esfera pública. (CARVALHO, 2001, p.47).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foram pesquisados 24 professores e 60 alunos do Ensino Fundamental da Escola Municipal de Ensino Fundamental São Francisco, localizada no município de Tupandi/RS, de setembro a dezembro de 2005. A coleta de dados foi através de um questionário contendo 08 questões fechadas e 09 questões abertas envolvendo os 24 professores. As questões iniciais faziam referência a: idade, sexo, escolaridade, disciplinas lecionadas, carga horária semanal, tempo de atuação no magistério e questões

referentes à Educação Ambiental: se o (a) professor (a) trabalha questões ambientais, de que forma; se há possibilidade de interdisciplinaridade; o problema ambiental local mais evidente e de que forma ele é trabalhado na sala de aula; a importância dada à Educação Ambiental por parte dos professores e alunos. As falas dos professores estão identificadas por P01, P02, P03,...

O questionário aplicado aos alunos foi muito semelhante ao dos professores, para possibilitar a comparação entre ambos, 04 questões abertas e 08 questões fechadas. As questões iniciais faziam referência a: idade, sexo e série que frequentam e as demais questões faziam referência a Educação Ambiental oferecida pelos professores durante suas aulas, se os professores trabalham com as questões ambientais em sala de aula, de que forma trabalham em quais as disciplinas que são oferecidas aulas referentes à Educação Ambiental, qual o impacto local mais evidente e de que forma ele é trabalhado por parte dos professores em sala de aula, qual o papel que a escola desempenha frente ao impacto local, a importância dada a Educação Ambiental por parte da direção, professores e alunos. As falas dos alunos estão indicadas (A %) por valores de porcentagem (n= 60).

Os professores pesquisados estão na faixa etária entre 22 e 61 anos, compreendendo 71% do sexo feminino e 29%, masculino. A escolaridade varia: 88% têm Curso Superior completo com Licenciatura Plena, sendo que, destes 50% possuem Especialização na área de Educação; 12% estão cursando Licenciatura Plena. Lecionam para as séries iniciais do Ensino Fundamental 33% e, nas séries finais, 67% (há representação de todas as disciplinas da base curricular da escola para as séries finais), mas observa-se que nem todos os professores lecionam disciplinas da área de formação. A carga horária distribui-se em: 42% de 10 a 20 horas semanais; 38% de 21 a 40 horas semanais e 20%, mais de 40 horas semanais. Atuando no magistério há menos de 10 anos, 50%; de 11 a 25 anos, 38% e mais de 26 anos, 12%.

Os alunos pesquisados estão na faixa etária entre 11 e 17 anos, compreendendo 48% do sexo feminino e 52%, masculino, frequentando as 6^a, 7^a e 8^a séries do Ensino Fundamental.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise das respostas foi realizada seguindo os princípios básicos da Educação Ambiental (Conferência de Tbilisi) citados por Dias (2004) e os Temas Transversais (Secretaria de Educação Fundamental).

O tema Meio Ambiente, sugerido pelos Temas Transversais, não tem como ser explicado por uma única disciplina, portanto exige a passagem em todas as áreas do conhecimento. A transversalidade que é sugerida implica em relacionar os conceitos teóricos, o cotidiano e sua transformação, num processo contínuo e que perpassa várias etapas do ensino.

Os Temas também se referem às distorções que ocorrem em relação às questões ambientais, tais como: a questão ecológica deve ser restrita à preservação dos ambientes naturais intocados e ao combate da poluição; são pessoas radicais as que defendem o meio ambiente, é um despropósito defender o meio ambiente enquanto existe tanta miséria; quem trabalha questões ambientais são pessoas ingênuas e românticas; idealização da natureza. Percebe-se que as questões ambientais não são vistas de forma transversal, confirmando o preconceito de que fazer Educação Ambiental é combater a poluição.

Não ocorre a ampliação do assunto e o envolvimento dos diversos segmentos da sociedade para a resolução deste problema. Preconceitos como os acima descritos não apareceram no questionário, mas nota-se que o tema meio ambiente é definido como conscientização e preservação, sendo considerado atividades que façam o aluno pensar e perceber a necessidade de cuidar do ambiente. (“P11); Trabalho focalizando sempre a importância de cuidar e preservar o meio ambiente” (P16); “Trabalho muito com a conscientização para reverter à situação (problema local), a importância de um ambiente sadio e as penalidades” (P17); “Conscientizando o aluno da importância das questões ambientais, sendo preciso prevenir”. (P05). “Fazendo trabalho de conscientização, de como devemos cuidar do meio ambiente e a importância da sua preservação” (A 18%). “Tentando mostrar aos alunos o melhor que devemos fazer para a natureza” (A 20%).

Segundo os Temas Transversais (Brasil, 1997) é necessário ao professor diferenciar certos termos empregados como: proteção é a defesa daquilo que está sendo ameaçado para garantir o bem-estar da geração presente e futura; preservação, proteger a destruição ou o dano de um ecossistema; conservação, utilizar um recurso de forma que ele possa ser renovado ou autossustentado; recuperação, restabelecer as características do ambiente original.

A Educação Ambiental se torna aprendizagem quando o aluno consegue relacionar o que está sendo discutido em relação às questões ambientais com o que já conhece e quando relaciona com as vivências diárias, então, torna-se significativa. Há necessidade, não apenas, de discursos ecológicos, mas de ações. Quando o aluno atua e participa no meio em que vive, age e se relaciona, consegue socializar o que aprendeu auxiliar a resolução de problemas e enfrentar situações futuras.

O Tema Transversal Meio Ambiente deve ser orientado a partir dos princípios da Educação Ambiental definidos na Conferência de Tbilisi (1977). Os Temas Transversais confirmam os princípios da Conferência de Tbilisi em vários momentos, mas em especial, quando enfatiza o trabalho com as questões ambientais locais como pode ser verificado.

O trabalho com a realidade local possui a qualidade de oferecer um universo acessível e conhecido e, por isso, passível de ser campo de aplicação do conhecimento. Grande parte dos assuntos mais significativos para os alunos estão circunscritos à realidade mais próxima, ou seja, sua comunidade, sua região. E isso faz com que, para a EA, o trabalho com a realidade local seja de importância vital. (BRASIL, 1997).

Os conteúdos da Educação Ambiental sugeridos pelos Temas Transversais devem ser relativos a valores, atitudes e procedimentos. Quanto aos valores e atitudes, os professores devem proporcionar ao aluno desenvolver o espírito crítico quanto ao consumismo, o senso de responsabilidade e solidariedade frente à utilização dos recursos naturais e o reconhecimento de fatores que produzem real bem-estar. A importância dada às atitudes e valores pode ser observada na fala, “Observando e questionando sobre a realidade e o que poderia ser evitado, quais as medidas a serem tomadas”. (P19). Conteúdo este, que não está presente nas atividades e sugestões fornecidas pelos professores. Há ênfase nos procedimentos como coletas e mobilizações, que são ações finais de todo o processo, pulando etapas importantes como a discussão de onde provém, história, motivos que geram os principais problemas locais, entre outros, que enfatizam a mudança de valores e atitudes dos alunos.

Os procedimentos se destacam mais do que as atitudes e valores, “Trabalho as questões ambientais apreciando filmes e os discutindo, observando o lixo produzido e seu destino e discutindo a importância do meio para a vida da humanidade” (P21); “Através de passeios, construções coletivas, mobilizações para coleta de lixo” (P13); “Observando e constatando no ambiente, principalmente na água, as impurezas nela contida e ao mesmo tempo, percebendo o que ocorre na propriedade da maioria dos alunos” (P11).

“Fazendo os alunos limparem a escola e trabalharem na horta, nas aulas de técnicas agrícolas” (A 3%). “Fazendo os alunos limparem a escola e trabalharem *na* horta, nas aulas de técnicas agrícolas” (A 3%). “Ensinando a colocar o lixo na lixeira e cuidar para que o colega também o faça” (A 2%). “Fazendo os alunos recolherem o lixo” (A 2%).

Mas o ponto positivo da importância dada os procedimentos como coletas e mobilizações ressaltam que os pequenos gestos dos professores, podem modificar as atitudes de seus alunos e servir de exemplo para suas famílias e demais segmentos da sociedade.

Educação Ambiental não se resume em estudar os problemas ambientais, mas as características, qualidades, dependências, soluções oferecidas por outros Seres para sobrevivência,

Quando se fala em meio ambiente, a tendência é pensar nos inúmeros problemas que o mundo atual enfrenta com relação à questão ambiental [...]. No entanto, para que se possa compreender a gravidade desses problemas e vir a desenvolver valores e atitudes de respeito ao meio ambiente, é necessário que, antes de tudo, se saibam quais as qualidades desse ambiente, porque as pessoas protegem aquilo que amam e valorizam. (BRASIL, 1997).

Em muitas ocasiões, como se pode verificar na fala “Trabalho com questões como a preservação da natureza, o lixo, a água, as queimadas, entre outros” (P23), o Tema Transversal meio ambiente reporta-se somente aos problemas ambientais, como se problema ambiental é sinônimo de Educação Ambiental.

A referência mais utilizada para desenvolver atividades na Educação Ambiental é a Conferência de Tbilisi realizada na capital da Geórgia em 1977. Dias (2004) indica que a Educação Ambiental, segundo este documento, deveria ser permanente; formal e não formal; atingir todos os níveis da escola e da comunidade; adotando um enfoque global e interdisciplinar; perceber a interligação entre meio natural e artificial; além de, preparar os indivíduos para resolver problemas de seu contexto. O mesmo autor relata as finalidades da Educação Ambiental segundo a Conferência: promover a compreensão da existência e da importância da interdependência econômica, social, política e ecológica; proporcionar a todas as pessoas a possibilidade de adquirir os conhecimentos, o sentido dos valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias para protegerem e melhorarem o meio ambiente; induzir novas formas de conduta, nos indivíduos e na sociedade, a respeito de meio ambiente;

O reducionismo ocorre no meio escolar, pois a maioria dos professores a trata como tema estritamente ‘ecológico’, relacionado às Ciências Naturais, enfocando

principalmente as consequências que os problemas ambientais trazem ao ser humano, visão esta, fragmentada. A Educação Ambiental deve ser vista como um processo que envolve valores éticos, políticos, sociais, econômicos, culturais, científico-tecnológico e ecológico.

A participação não deve se restringir à escola, nem somente à sala de aula. A finalidade de proporcionar a todas as pessoas também não se restringe em chamar os pais para a escola.

A maioria dos professores (92%) respondeu que trabalha com as questões ambientais. Por um lado demonstrando interesse pelo assunto, mesmo os que não são da área de Ciências, mas por outro, na questão seguinte que se refere à forma como trabalham, deixam explícito que o assunto é trabalhado de maneira isolada e simplista, detendo-se a debates, desenhos e textos, relatados a seguir: 58% trabalham através de: aula-passeio, painéis, desenhos, textos, histórias em quadrinhos, debates, paródias e conversação; 29% através da percepção da necessidade de cuidar do ambiente, conscientizando o aluno das questões ambientais e 13% trazendo para as salas de aula questões atuais e relacionando-as com o cotidiano dos alunos. Por parte dos alunos responderam que 53% dos professores trabalham as questões ambientais, 22%, responderam não e 25 %, às vezes, demonstrando claramente a ambiguidade existente entre a resposta dos professores e a resposta dos alunos, como se pode observar em algumas citações dos alunos: “Não incentiva, nem desempenha nenhuma atividade” (A 22%). “A escola não aborda o assunto, só nas 7ª séries com a disciplina de técnicas agrícolas” (A 5%). “A escola apoia os alunos em seus trabalhos incentivando cartazes em relação ao meio ambiente” (A 2%).

O primeiro princípio destaca que a Educação Ambiental deve considerar o meio ambiente em sua totalidade, isto é, em seus aspectos naturais e criados pelo homem (político, social, econômico, científico e tecnológico, histórico e cultural, moral e estético). A Educação Ambiental vista de forma reducionista, do ponto de vista ecológico, esquecendo-se que os fatores políticos, éticos, sociais, econômicos e culturais também fazem parte e estão diretamente ligados às questões ambientais, perdendo a visão holística e interdisciplinar proposta pela Educação Ambiental, enfatiza o meio ambiente, a natureza e o homem não fazem parte desse contexto. Essa visão reducionista às questões ecológicas pode ser observada na fala: “O problema ambiental pode ser trabalhado

comentando que em termos financeiros muitos empreendimentos são viáveis, mas precisa mostrar o lado ecológico”. (P09).

O segundo princípio da Educação Ambiental é se constituir num processo contínuo e permanente, através de todas as fases do ensino formal e não formal. O processo contínuo e permanente não foi identificado no questionário, como se observa na frase, “Eventualmente trabalho com as questões ambientais, através de textos relacionados ao assunto” (P05; P09; P18), quando o assunto está em alta, quando ocorre um desastre ecológico e/ou quando o problema está em noticiários de jornais e televisão, é que geralmente é debatido em sala. Não faz parte da programação dos assuntos a serem trabalhados durante o ano letivo. Percebe-se na fala: “Sim, no dia do meio ambiente ganhamos mudas de árvores e saímos para plantá-las” (A 7%), que dificilmente os alunos saem da sala de aula para discutir problemas ambientais.

A integração entre escola e comunidade, envolvendo todas as fases da educação formal e não formal, é observada somente em 21% das respostas, como sugere a seguir,

“As questões ambientais podem ser trabalhadas por meio da organização conjunta, interesse e comprometimento dos professores; da elaboração de projetos interdisciplinares e práticas que envolvam não somente a escola, mas toda a comunidade” (P01; P02; P08; P14; P20).

O terceiro princípio indicado é aplicar um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, de modo que se adquira uma perspectiva global e adquirida. Dias (2004) enfatiza que não há necessidade de se criar uma disciplina específica, mas que o próprio enfoque da Educação Ambiental é global, portanto pode ser considerado assunto para qualquer disciplina.

De acordo com Leff (2001) entende-se por interdisciplinaridade o princípio mediador entre as diferentes disciplinas, o princípio da diversidade e da criatividade, tendo em vista a máxima exploração de cada ciência e compreensão dos seus limites, dentro de uma visão sistêmica.

A interdisciplinaridade busca fundamentar-se num método capaz de fazer convergir os olhares dispersos dos saberes disciplinares sobre uma realidade homogênea, racional e funcional, eliminando as divisões estabelecidas pelas fronteiras dos territórios científicos, cancelando o espaço próprio de seus objetos de conhecimento, para reconstruir um mundo unitário. (Leff, 2001, p.180).

Quando se questiona a interdisciplinaridade na Educação Ambiental, 96% dos professores responderam que trabalham as questões ambientais de forma interdisciplinar

e logo a seguir, contradizem-se quando declaram trabalhar a sua disciplina e mais duas ou três, como gráficos em Matemática, texto em Português e assuntos de Ciências, através de conversações em sala de aula e novamente retornam as atividades como: desenhos, textos, vídeos, palestras, entre outras. Como pode ser verificado a seguir, “Através de: redações; painéis; fitas de vídeo; análise de artigos de revistas e jornais; slides; palestras; construção de textos e maquetes; observando a realidade em que vivemos e promovendo a conscientização das consequências de tal realidade para a humanidade” (P05; P06; P13; P15; P19; P21). “Analisando situações que envolvam a preservação e crimes ambientais; visitando locais e empresas que demonstrem uma preocupação ambiental e incentivando a coleta seletiva de lixo, bem como o tratamento de dejetos dos animais no Município” (P07). “Através do uso de jogos; cálculos; observações de gráficos, comparando-os com resultados de épocas anteriores” (P09; P11). “Por meio da organização conjunta, interesse e comprometimento dos professores; da elaboração de projetos interdisciplinares e práticas que envolvam não somente a escola, mas toda a comunidade” (P01; P02; P08; P14; P20). “Através de muitas formas, escolhendo temas gerais sobre o assunto” (P03; P16; P18). “Com conhecimento e competência, envolvendo todas as disciplinas, com criatividade, trabalhando a globalização e observando o que o homem vem fazendo através dos tempos para preservar seu meio ambiente” (P10; P12; P17; P22; P23). Não responderam (P04; P24). Os alunos responderam que 43% do assunto e trabalhado somente em Ciências, 18% em Técnicas Agrícolas e 39%, eventualmente em outras disciplinas. A falta de atividades interdisciplinares e quando, trabalhadas, não podem ser consideradas como atividades de Educação Ambiental estão expressas em algumas frases, “É trabalhado pelos professores de técnicas agrícolas, colocando os alunos a fazerem a limpeza da escola e o recolhimento do lixo, trabalhando a reciclagem do mesmo” (A 18%). “Sim, nas 7ª séries com a disciplina de técnicas agrícolas e fazendo a limpeza da escola” (A 22%).

O projeto interdisciplinar surge com o objetivo de reorientar a formação profissional, através de um pensamento crítico, capaz de aprender a unidade da realidade para tentar solucionar os complexos problemas ocasionados pela racionalidade social, econômica e tecnológica. (Leff, 2001, p.180).

Cabe aos professores manter um olhar analítico sobre o cotidiano e possibilitar aos seus alunos, que a realidade não é disciplinar e sim multidisciplinar, interdisciplinar, pois, todas as disciplinas estão em todos os passos de ‘aprender a aprender’, tendo em vista que durante muito tempo a experiência da humanidade veio conhecendo a realidade

através de áreas do saber. “Logo, a interdisciplinaridade surge quando cada profissional faz uma análise do ambiente de acordo com o seu saber específico, contribuindo para desvendar o real e apontando para outras leituras realizadas pelos semelhantes...” (MÜLLER, 1999, p.31-32).

Em determinadas falas, observa-se que não há interdisciplinaridade e tão pouco, alguns professores não trabalham a questão ambiental em sua disciplina, deixando o assunto a cargo das Ciências Naturais, como ocorreu por muito tempo em Ecologia.

A falta de perspectiva interdisciplinar está clara nas afirmações: “*Em matemática diretamente não trabalho com as questões ambientais. Em canto, analiso músicas que falam do assunto, criando e elaborando versos e paródias*”. (P03) “*Acredito que o problema que tem na região seja trabalhado na disciplina de Ciências*”. (P04) “*Eventualmente, quando trabalho textos com o assunto ambiental*”. (P18) “*Acho que este assunto tem mais ênfase nas aulas de Ciências*”. (P24).

Baseada em Leff, a interdisciplinaridade na Educação Ambiental se faz necessária para integrar os diferentes conhecimentos (de áreas específicas) para tentar solucionar os problemas ambientais do cotidiano.

A Educação Ambiental, como perspectiva educativa, pode estar presente em todas as disciplinas, quando analisa temas que permitem enfocar as relações entre a humanidade e o meio natural, e as relações sociais, sem deixar de lado as suas especificidades. (Reigota, 2001, p. 25).

As escolas geralmente se esforçam em criar projetos que sejam interdisciplinares, mas poucos os fazem de forma consciente, pois, segundo Fazenda (1996), qualquer trabalho do gênero deve ir muito além de misturar intuitivamente diferentes disciplinas, sendo comum às pessoas confundirem com a multidisciplinaridade, que consiste na integração de várias disciplinas, trabalhando junto um tema comum durante algum período, onde as disciplinas estão apenas usando um tema comum como exemplo prático e não criando uma relação com as demais disciplinas. É imprescindível que os educadores trabalhem no sentido de dotar as instituições de ensino de estruturas cada vez mais flexíveis, capazes de absorver novos conteúdos e de se integrarem em função dos verdadeiros problemas.

No princípio de examinar as principais questões ambientais, do ponto de vista local, regional e internacional, de modo que os educadores se identifiquem com as condições ambientais de outras regiões geográficas. Dias (2004), enfatiza que infelizmente os professores pouco conhecem sobre as características e problemas locais,

um dos motivos seria a utilização de livros didáticos como único recurso para planejamento de suas aulas.

De nada adianta ficar falando de efeito estufa, camada de ozônio, matança das baleias, destruição da Amazônia, entre outros assuntos, se a realidade local não for considerada. Ali está a chance imediata de fazer valer os direitos de cidadania, em busca da melhoria da qualidade de vida. Ali, no seu lugar, o indivíduo ou o grupo poderá avaliar a competência de quem é responsável pelo gerenciamento dos recursos financeiros e ambientais. (DIAS, 2004, p. 118).

Quando os professores foram questionados sobre qual o problema ambiental mais evidente na região onde está inserida a escola em que atuam, 41% responderam a contaminação do arroio e da mata com o acúmulo de dejetos lançados diretamente por criadores de suínos e frangos; a falta de tratamento desses dejetos e o mau cheiro oriundo dos chiqueiros e granjas, sendo que alguns localizam se na zona urbana da cidade; 25% a grande quantidade de lixo espalhado pelo município; a ausência de um hábito de separação do mesmo e a falta de um local para reciclá-lo; 17% responderam a poluição do arroio; 17% a falta de saneamento básico; as pocilgas e o desmatamento. Quando os alunos foram questionados sobre o mesmo assunto responderam, 38% a poluição no arroio, por acúmulo de lixo e principalmente por dejetos de porcos despejados, 25% o desmatamento; 17% o lixo espalhado pelas ruas; 7% a falta de saneamento básico, 12% as queimadas e 2% a degradação da mata ciliar.

A economia da região de Tupandi/RS (região onde está inserida a escola) está baseada na suinocultura. Diesel, Miranda, Perdomo (2002) indicam que cada suíno adulto produz em média 7 a 8 litros de dejetos (urina, esterco) por dia, podendo chegar a 27 litros por dia em porcas em lactação com seus leitões. Para Lindner (1999 apud MIRANDA, 2005, p.15), “cada suíno gera dejetos equivalentes (em carga poluente) aos de 3,5 pessoas...”, portanto Tupandi/RS em 2003 apresentou, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um rebanho de 18.895 suínos, sendo assim, a carga de poluentes gerada pela suinocultura equivale a 66.132 habitantes (a população do município é de 3.283), ou seja, a suinocultura em Tupandi/RS gera em média 132.265 litros de dejetos por dia.

Os professores e alunos percebem os problemas ambientais da região e 83% dos professores responderam que trabalham estes problemas com seus alunos, mas quando questionados de que forma, novamente a Educação Ambiental é reducionista, preocupada somente com as consequências dos problemas. “Trabalha o problema ambiental através de aulas diversificadas: aula-passeio, mobilização para coleta de lixo, separação do lixo

na escola, palestras, vídeos, pesquisas na biblioteca e internet, produção de textos, desenhos, observação do meio, [...]” (P05, P08, P10, P13, P15, P16, P21, P11). Por parte dos alunos, somente 48% concordam que os professores trabalham o problema local. Não são tratados os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e históricos que geram a contaminação do solo e do arroio pelos dejetos suínos e/ou por lixo e esgoto. Incentiva-se a conscientização, mas não se preocupam com a sensibilização. A Educação Ambiental necessita de ações e soluções para esses problemas.

Quando comparados professores e alunos, demonstrou que os problemas locais não são trabalhados na práxis do professor, ou eventualmente, ocorrem comentários sobre os problemas locais, como se verifica em: “Pela problematização e conversação, a fim de alcançar uma melhor conscientização nos alunos sobre os problemas ambientais” (P11, P16, P17, P19, P20, P22, P23, P24, P07, P01, P09, P04). “Não é trabalhado de forma alguma” (A 30%).

No princípio de concentrar-se nas condições ambientais atuais, tendo em conta também a perspectiva histórica, os problemas ambientais devem ser contextualizados dentro de um período histórico-cultural, pois não surgiram de um dia para o outro. As respostas, 29% dos professores relataram que os problemas ambientais locais podem ser trabalhados numa perspectiva histórica, como sugerem as frases: “Através do uso de jogos; cálculos; observações de gráficos, comparando-os com resultados de épocas anteriores” (P09; P11). “Com conhecimento e competência, evoluindo todas as disciplinas, com criatividade, trabalhando a globalização e observando o que o homem vem fazendo através dos tempos para preservar seu meio ambiente” (P10; P12; P17; P22; P23). “Trabalho os problemas oportunamente na minha disciplina através de comentários, exemplos, causas e consequências desde a colonização do Brasil até a atualidade”. (P20).

Insistir no valor e na necessidade da cooperação local, nacional e internacional, para prevenir e resolver os problemas ambientais; considerar, de maneira explícita, os aspectos ambientais nos planos de desenvolvimento e de crescimento e ajudar a descobrir os sintomas e as causas reais dos problemas ambientais, também é princípios da Educação Ambiental. Os problemas ambientais quando são tratados nas escolas recaem em:

Uma visão unilateral e fragmentada do problema, que insiste em separar a realidade e um explicar a totalidade através de uma de suas partes [...] explicações dicotômicas que tendem a separar: a explicação técnica/ da explicação política; a visão ecológica/ da visão social; a abordagem

comportamental/ da abordagem político-coletivista; a percepção dos efeitos/ da percepção das causas [...]. (LIMA, 1999, p.10).

Pode-se verificar nas falas a seguir, que muitos professores continuam trabalhando os impactos ambientais referindo-se as consequências ao homem. “Apreciando filmes e os discutindo, observando o lixo produzido e seu destino, discutindo a importância do meio ambiente para a vida da humanidade”. (P21) “Podem ser trabalhados assuntos como: preservação da natureza, o lixo, a água, as queimadas, entre outros”. (P28) “Fazendo campanhas que envolvam a escola e toda a comunidade para a limpeza do rio”. (P20) “O problema local pode ser trabalhado com aulas-passeio para visualizar o problema e conscientizar as crianças da importância da água limpa e as consequências da poluição”. (P16) “Trabalho na problematização do acúmulo de lixo, que consequências podem trazer para a natureza e a separação do mesmo”. (P23).

O problema ambiental não está isolado do mundo, encontra-se num período histórico-social e cultural, tem uma causa, que nem sempre é a única, e tem consequências para àquela localidade específica e também para outras. A questão do arroio citada nos questionários, não tem consequências somente para o município, mas para todos aqueles que ele percorre. Na declaração que fazem sobre as formas de trabalhar o problema local. “Através de: redações; painéis; fitas de vídeo; análise de artigos de revistas e jornais; slides; palestras; construção de textos e maquetes; observando a realidade em que vivemos e promovendo a conscientização das consequências de tal realidade para a humanidade” (P05; P06; P13; P15; P19; P21), está claro que ocorre maior importância às consequências dos fatos.

A Educação Ambiental tem o princípio de destacar a complexidade dos problemas ambientais e, em consequência, a necessidade de desenvolver o senso crítico e as habilidades necessárias para resolver tais problemas. Lima (1999) faz críticas às propostas educacionais relacionadas às questões ambientais, as quais são tratadas de forma técnica desvinculadas das questões sociais, econômicas, políticas, entre outras. Defende que, se o problema ambiental se reduz a uma forma técnica, se tornará neutra, sem envolver questões políticas e acessíveis somente aos especialistas, dando a impressão que só eles é que sabem as soluções para tais problemas. Não foi possível identificar professores que estimulam os alunos na resolução dos problemas. Percebeu-se que é atribuído grande valor a mudança de atitudes como recolher o lixo. Atitude esta, individualista, mas que não soluciona o problema.

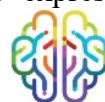
O princípio de utilizar diversos ambientes educativos e uma ampla gama de métodos para comunicar e adquirir conhecimentos sobre o meio ambiente, acentuando devidamente as atividades práticas e as experiências pessoais. Há necessidade de fornecer informações sobre os problemas ambientais, os recursos audiovisuais podem prender a atenção dos alunos por mais tempo. A Educação Ambiental não se resume a repasse de informações, mas também em ações tanto para coletar dados sobre os problemas como para solucioná-los. O ambiente fora da sala de aula fornece informações e pode muito bem ser explorado. “A aprendizagem será mais significativa se a atividade estiver adaptada concretamente às situações da vida real da cidade, *ou do* meio, do aluno e do professor”. (DIAS, 2004, p. 217)

As falas enfatizam que os professores procuram conscientizar os alunos para a mudança de atitudes diante dos problemas ambientais, como forma de contribuir para a melhoria na qualidade de vida, como pode ser observado na fala, “Trabalho as questões ambientais focalizando sempre a importância de cuidar e preservar o meio ambiente”. (P16) “Trabalho muito a conscientização para reverter à situação, a importância de um ambiente sadio e as penalidades”. (P17).

Para Carvalho (2001) as práticas pedagógicas podem estar voltadas à Educação Ambiental comportamental ou para a Educação Ambiental popular. A Educação Ambiental comportamental induz uma perspectiva individualista, ou seja, o indivíduo preocupa-se com o seu ambiente, mas não com o da região próxima. A conscientização, muito enfatizada nas respostas, é a prática da Educação Ambiental comportamental, que valoriza a ação individual, a preservação da natureza e não cria um ambiente favorável para o compromisso social e global. Desta forma, a Educação Ambiental comportamental enfatiza mudanças temporárias, deixando de compreender todas as relações amplas que envolvem esse processo.

De acordo com a autora geralmente a Educação Ambiental comportamental é valorizada pela escola, pois é considerada como indutora de novos comportamentos, os quais o homem necessita mudar suas atitudes predatórias e preservar os recursos naturais. A escola considera também, que as crianças podem adquirir consciência ambiental com mais facilidade do que os adultos e enfatiza o conceito de conscientização.

Dias (2004) apresenta uma tabela com as estratégias de ensino para a prática da Educação Ambiental com suas vantagens e desvantagens, entre elas estão: discussões, debates e reflexões, desenvolvem as habilidades de expressão oral, autoconfiança,



ordenar fatos e ideias; questionário, aplicado de forma correta pode fornecer dados importantes sobre o problema pesquisado; produção de jornais e programas de TV estimula a ação social; projetos, desde que o professor auxilie, mas são os alunos que concebem e executam o próprio trabalho; jogos de simulação podem facilitar o envolvimento do aluno com sua realidade; exploração do ambiente, grande participação e vivência em situações concretas.

Os problemas ambientais são percebidos rapidamente. Os professores sugerem assuntos como a problemática do acúmulo de lixo, contaminação do solo e do arroio, entre outros, mas deve-se ter em mente que melhorar a qualidade de vida e manter o que há no ambiente também são temas relevantes na Educação Ambiental. As atitudes devem sofrer alterações em relação aos valores éticos, econômicos e estéticos para solucionar problemas locais e conseqüentemente, regionais e globais.

Percebe-se que a Educação Ambiental citada pelos professores pesquisados limita-se a conversação entre o professor e os alunos e, em poucas oportunidades, quando aparecem em forma de textos ou fazem parte do conteúdo. Limitando-se também, as quatro paredes da sala de aula e dos assuntos ali surgidos.

Destacou-se nas respostas fornecidas no questionário as atividades propostas para a efetivação da Educação Ambiental que são: 13% produção de texto; 11% observações in loco; 9% conscientização; 9% painéis, cartazes e desenhos; 8% filmes; 8% debates e diálogo; 8% campanhas; 7% análise dos fatos, causas e conseqüências; 5% maquetes; 5% palestras; 4% ralação com o cotidiano; 4% pesquisas na internet e na biblioteca; 4% análise de cálculos e gráficos; 2% projetos; 1% entrevistas; 1% paródias e 1% jogos e brincadeiras.

Comparando-se as atividades sugeridas pelos professores para efetivação da Educação Ambiental com o cone de experiências (Dias, 2004) verifica-se que a produção de texto foi a atividade mais sugerida, a qual se encaixa nos símbolos verbais que não favorece a aprendizagem significativa dos assuntos relacionados à questão ambiental. Observa-se que 68% das atividades são consideradas mais teóricas encaixando-se principalmente nos símbolos verbais e visuais, e somente, 32% são atividades mais práticas, estando na simulação e na experiência direta.

O que deve diferenciar não é a variedade de práticas pedagógicas, mas a forma de como são aplicadas. As práticas para a Educação Ambiental devem ser contextualizadas num novo paradigma onde requer a interação dos conceitos de

ecossistema natural e as relações que estão imbricadas ao ambiente, como os processos políticos, sociais, culturais e econômicos. Sejam elas na sala de aula, sejam nos passeios e saídas de campo, desta maneira possibilitará a ampliação do campo conceitual que alunos e professores têm em relação ao tema ambiente.

Quando questionados a respeito de qual a importância dada à Educação Ambiental na escola. O conceito de média a alta foi apresentado em 83%, justificando, “A escola incentiva os professores, inclusive oferecendo cursos sobre Educação Ambiental, se preocupa, alerta e incentiva o aluno, principalmente na coleta do lixo e na limpeza”; “Os professores estão cientes dos problemas, sempre debatem sobre as questões ambientais e procuram dar o exemplo”, e 17% conceituaram de baixa, justificando da seguinte forma: “Existe pouca motivação por parte da maioria dos professores, um ou outro demonstra real interesse na Educação Ambiental e tem receio de trabalhar os problemas ambientais do município”; “Alguns professores não cobram atitudes dos alunos quando estes jogam lixo no chão, quebram plantas, etc.”; “Falta de atitudes do poder público para evitar a contaminação do arroio por dejetos suínos”, os demais responderam somente em relação aos alunos.

Nas primeiras colocações onde os professores estão cientes dos problemas ambientais deixa claro que há conscientização dos problemas locais, mas que eles não são trabalhados na escola, na realidade a Educação Ambiental é vista como um Tema Transversal que durante o ano letivo deve ser trabalhado, pois é uma obrigatoriedade, isso não quer dizer que os professores praticam Educação Ambiental. Ocorre a tentativa de, os professores, se eximirem da prática da educação Ambiental, por acharem que o problema não é de ordem escolar, mas de outros órgãos como a Secretaria do Meio Ambiente.

Após questionar a importância dada à Educação Ambiental pela escola, perguntou-se qual a importância dada por parte dos alunos, sendo que 29% a consideraram baixa e 71%, média, não aparecendo o conceito alta, justificando, “Devido às atitudes negativas dos alunos em função do lixo jogado no chão, depredação das plantas no ambiente escolar, falta de colaboração na coleta seletiva do lixo, entre outros”; “Falta de valorização e conscientização por parte dos alunos em relação à preservação do meio ambiente e a preocupação com um futuro melhor”; “Pelo pouco interesse demonstrado pelo aluno durante os debates e conversações”; “Por ser difícil de mudar uma questão cultural, da população deste município, que é trabalhar para ganhar dinheiro e não se

preocupar com o meio ambiente”. As respostas apresentam duas concepções, a primeira é a concepção que a educação Ambiental se detém em conscientização, voltada à mudança de comportamentos individuais. Comparando falas anteriores, percebe-se que a função do professor, quando trabalha as questões ambientais, é propiciar a mudança de comportamento, principalmente no aspecto relacionado com a poluição. Portanto se o aluno não mudou seu comportamento é porque a Educação Ambiental não foi efetiva ou significativa para ele. Volta-se na ideia de que Educação Ambiental tem por objetivo somente a conscientização, preservação e mudança de comportamento, sendo que nem todos os objetivos propostos são levados em conta pelos professores. Portanto o objetivo da conscientização foi alcançado, e os demais? Além disso, pode-se questionar porque os alunos não dão importância à Educação Ambiental? Poderia ser falta de incentivo ou por não ser um assunto trabalhado por todas as disciplinas, não está no projeto da escola, não faz parte dos conteúdos?

A segunda concepção se refere à mudança cultural. Realmente a Educação Ambiental é considerada por muitos (incluindo professores, direção, alunos, pais) uma ‘pedra no sapato’ que irá mexer justamente com questões relacionadas à política, economia e história da região. Isto torna a educação Ambiental um obstáculo e não a solução para resolver os problemas e, de preferência, de forma crítica. A Educação Ambiental assusta quem não quer enfrentar ou ‘ver’ as questões ambientais locais, portanto conclui-se com uma metáfora: para que mexer num ‘vespeiro’?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ambiental continua sendo discutida pelos professores esporadicamente, sem ser considerado um tema contínuo que poderia ser tratado em todas as áreas do conhecimento. Ela rompe com a educação tradicional, pois ressalta a opinião das pessoas e discute seus valores e atitudes. Através de um monólogo, comum nas aulas tradicionais, de professor para aluno, as questões ambientais perdem o sentido da crítica e das soluções de problemas. Como poderá um aluno ser cidadão crítico, objetivo de muitos planos políticos pedagógicos, e apresentar mudança de valores e atitudes se a Educação Ambiental raramente é discutida na escola e, quando acontece, é de forma tradicional e centrada na linguagem verbal?

Constatou-se que não ocorre interdisciplinaridade nas colocações feitas pelos professores. O que ocorrem são atividades multidisciplinares ou projetos que são

indicados como atividade para efetivar a Educação Ambiental, nada mais são que a justaposição de várias disciplinas envolvidas para trabalhar um mesmo tema (atividades e projetos pluridisciplinares). A interdisciplinaridade também não está presente em atividades que mesclam teoria e prática, pois teoria e prática estão imbricadas e uma deveria levar a outra.

Os professores acabam não se sentindo parte do fracasso em relação a Educação Ambiental, por isso acabam ‘jogando a culpa’ para os outros professores e demais departamentos da escola, por não participarem ativamente das atividades que envolvem as questões ambientais. Demonstrando, além disso, que a mesma é um tema isolado e poucas vezes relacionado ao conteúdo de cada disciplina e ao cotidiano do aluno.

O aluno não percebe atividades voltadas a Educação Ambiental, ou o que é pior, a única atividade que participam é recolher o lixo no pátio da escola todas as semanas.

A maior parte da metodologia empregada não é dinâmica e contextualizada, acabando por serem atividades meramente tradicionais, a mesma metodologia empregada para tratar os conteúdos delimitados para o ano letivo.

As atividades como, desenhos, estudo de gráficos, filmes, entre outros, são isolados, não integrados a um tema comum. Geralmente após a leitura e discussão de um texto referente aos problemas ambientais faz-se um desenho para representar o que se entendeu sobre o assunto. Não há articulação entre as atividades, os conceitos fornecidos pelas diferentes disciplinas, a contextualização do trabalho e a elaboração de soluções para a melhoria na qualidade de vida da geração presente e futura com a história, cultura, movimentos sociais, aspectos políticos e econômicos que geram tais problemas.

Ocorre restrição das atividades, desarticulação com o conteúdo da disciplina, falta de diálogo entre as diversas áreas do conhecimento sobre as questões ambientais, as ações são isoladas e descontextualizadas, além da falta de vivência das situações que envolvam a Educação Ambiental. As respostas enfatizam o trabalho somente com problemas ambientais (acúmulo de lixo, poluição do ar e água) e atitudes comportamentais, voltadas para a conscientização e comportamentos individuais.

É difícil romper barreiras existentes no trabalho docente e a Educação Ambiental instiga essa ruptura, isso provoca medo e desconforto fazendo com que questões ambientais sejam deixadas para os professores de Ciências ou não sejam temas cotidianos nas outras áreas de conhecimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente saúde** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF. 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARVALHO, I. C. de M. Qual Educação Ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.2, abr./jun.2001.

DIAS, G. P. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia. 2004.

DIESEL, R.; MIRANDA, C. R.; PERDOMO, C. C. Coletânea de Tecnologias sobre Dejetos Suínos. **Boletim Informativo BIPERS** (Embrapa e Emater) ago. 2002.

FAZENDA, I. C. A. **Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: Efetividade ou Ideologia?** São Paulo: Edições Loyola, 4ª ed.1996.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LIMA, G. F. da C. Questão Ambiental e Educação: contribuições para o debate. **Ambiente e Sociedade**. NEPAM/UNICAMP, Campinas, ano II, n 5, p.135-153, 1999. Disponível em: http://www.ufmt.br/gpea/pub/GuLima_questEA.pdf Acesso em: 17/07/2006.

REIGOTA, M. O que é educação ambiental. 1.ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

**EDUCAÇÃO, AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: AS
CONCEPÇÕES HISTÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS DA
SOCIEDADE RORAIMENSE. ANALISANDO AS OPINIÕES DE
PROFESSORES E REPRESENTANTES DE COMUNIDADES
INDÍGENAS**

***EDUCATION, ENVIRONMENT AND ENVIRONMENTAL
EDUCATION: THE HISTORICAL AND EPISTEMOLOGICAL
CONCEPTIONS OF THE RORAIMENSE SOCIETY. ANALYZING
THE OPINIONS OF TEACHERS AND REPRESENTATIVES OF
INDIGENOUS COMMUNITIES***

OAIGEN, Edson¹
FERNANDES, Alexandre²
SANTOS, Dalvino³

RESUMO: Este artigo relata um trabalho de extensão realizado em no Estado de Roraima, iniciado em 2014 com um Projeto aprovado pelo Finep e tendo sua continuação até 2017. Tem se discutido muito sobre a função da Educação Ambiental na formação dos cidadãos e a melhor maneira de abordar este assunto nas escolas. A metodologia usou métodos de Abordagem da pesquisa qualitativa, destacando-se o Método Interpretativo Hermenêutico. A população alvo foi formada por indígenas que participavam de uma capacitação, tendo como amostra inicial 54 indígenas. Educação Ambiental deveria ser discutida como mais uma disciplina do currículo ou como uma forma de abordagem dos conteúdos ou ainda através da vivência em Programas Comunitários, envolvendo professores, e como os mesmos analisam a questão ambiental. Aliada à existência de uma postura ecológica, preservacionista e de sustentabilidade ou defendendo a ideia de que ecossistema bom é o intocado. Como primeiros resultados, refere-se a ao homem como o mesmo é visto como parte integrante do ecossistema ou está à margem do mesmo, geralmente visto como um *ser* destruidor. Considerando a Educação Ambiental como um programa curricular tendo bases tecnológicas e educacionais discutidas e usando critérios na determinação prévia destas bases e os momentos propícios para a .discussão.

Palavras-chave: Educação. Ambiente. Educação Ambiental. Comunidades Indígenas.

ABSTRACT: *This article reports on extension work carried out in the state of Roraima, started in 2014 with a project approved by Finep and continuing until 2017. Much has been discussed about the role of environmental education in shaping citizens and the best way to approach this subject in schools. The methodology used Approach methods of qualitative research, highlighting the Hermeneutic Interpretive Method. The target population was made up of indigenous people who participated in training, with an initial sample of 54 indigenous people. Environmental Education should be discussed as another discipline of the curriculum or as a way of approaching the contents or through*

¹Faculdade São Francisco de Assis, POA, Universidad Evangelica Del Paraguay. E-mail: oaigen.er@gmail.com

² Faculdade São Francisco de Assis, POA. E-mail: alexandre.fernandes@saofranciscodeassis.edu.br

³ Pedagogia. E-mail: dalvinoestevao@gmail.com

the experience in Community Programs, involving teachers, and how they analyze the environmental issue. Allied to the existence of an ecological, preservationist and sustainability posture or defending the idea that good ecosystem is untouched. As first results, it refers to man as he is seen as an integral part of the ecosystem or on the fringe of the ecosystem, generally seen as a destructive being. Considering Environmental Education as a curricular program having discussed technological and educational bases and using criteria in the previous determination of these bases and the favorable moments for the discussion.

Keywords: Education. Environment. Environmental education. Indigenous Communities

1 INTRODUÇÃO

Este artigo relata um trabalho de extensão realizado em parceria com a ULBRA- Universidade Luterana do Brasil e a UERR- Universidade Estadual de Roraima, iniciado em 2007 com um Projeto aprovado pelo Finep e tendo sua continuação até 2017, quando fez parte de variados contextos para vários trabalhos de Dissertações e Teses.

Tem se discutido muito sobre a função da Educação Ambiental na formação dos cidadãos e a melhor maneira de abordar este assunto nas escolas. A Educação Ambiental deveria ser discutida como mais uma disciplina do currículo ou como uma forma de abordagem dos conteúdos ou ainda através da vivência em Programas Comunitários?

Como os professores, atualmente, analisam a questão ambiental? Aliada à existência de uma postura ecológica, preservacionista? De sustentabilidade? Ou defendendo a ideia de que ecossistema bom é o intocado? O homem é visto como parte integrante deste ecossistema ou está à margem do mesmo, geralmente visto como um *ser* destruidor?

Considerando a Educação Ambiental como uma disciplina do currículo, que bases tecnológicas seriam discutidas, que critérios seriam usados na determinação destas bases e em que momentos seriam discutidos?

Este é um primeiro estudo, estabelecendo uma visão ampla dos modelos conceituais dos professores da região de Boa Vista e que inicia a discussão. Não se pretende aqui debater o ponto de vista dos professores, mas estimular o diálogo e o estudo em busca de modelos adequados à sociedade em que estamos inseridos, considerando suas necessidades, cultura e valores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo JAPIASSU (1988), o estudo da ciência, do seu desenvolvimento, das suas concepções e de sua construção, constitui a epistemologia da Ciência.

Antes de construirmos saberes que podem ser considerados científicos, elaboramos conhecimentos não científicos, coletivos, aprendidos com o objetivo de buscar explicações a fenômenos e ocorrências. Estes conhecimentos são parte da cultura coletiva e individual, evoluindo para conhecimentos científicos ou não, dependendo da interação deste indivíduo com o meio e das intervenções deste meio nas suas construções.

Desta forma, encontramos pessoas ligadas à educação com diferentes concepções para este conceito. Não defendemos a exclusão de diferentes concepções, mas a partir do conhecimento destas, podemos derivar as construções individuais daquelas.

Para BACHELARD (1993) existem os chamados obstáculos epistemológicos, que atuariam como “contrapensamentos”. Um fato mal interpretado na sua época seguiria sendo um fato para o historiador. Desta forma surgem idéias como a de que comer uva e melancia juntas nos farão mal, ou que os botos amazônicos engravidam moças desavisadas. São conceitos construídos empiricamente que se agregam à cultura comum e se estabelecem como verdades. É o chamado senso comum.

Hoje existem conceitos em educação que derivam de senso comum, que estão no discurso de educadores, mas que não foram necessariamente construídos por estes. Repetem termos e jargões pedagógicos que não estudaram verdadeiramente e não utilizam nas suas salas de aula. Temos professores que trabalham de forma tradicional e se dizem construtivistas, outros que são construtivistas sem nunca terem lido algo a respeito e ainda temos os que se pensam tradicionais, mas constroem o conhecimento com seus alunos, sem perceber os conceitos por trás de suas ações. Estas ações são reflexo direto das concepções de educação que estes indivíduos desenvolveram ao longo de sua formação. Esta formação nem sempre é formal e acadêmica, como vemos em regiões do Brasil em que aqueles alunos que conseguem ir mais longe à sua formação passam a atuar como professores dos colegas menores.

Nesta perspectiva, buscamos estabelecer quais são os conceitos presentes nas práticas destes educadores que estão hoje nas salas de aula, contribuindo na formação dos cidadãos.

Educação

Ao consultarmos dicionários da Língua Portuguesa, como em FERREIRA (1975), encontramos o conceito de *Educação* como sendo o ato de *educar-se*. Esse conceito

demonstra que Educação é algo pessoal, significando que não são os educadores que ensinam, mas os educandos que aprendem.

PEREIRA (1993) conceitua a *Educação como a adaptação contínua do homem ao ambiente onde ele vive e ao seu nicho ecológico*. Este chama atenção para a necessidade da participação ativa do aluno durante as aulas bem como o seu envolvimento com o ambiente onde vive e se possível a função que desempenha dentro da comunidade.

Ao longo dos tempos, concepções ideais de mundo, de sociedade e de educação, que apontam para um futuro desejável e norteiam as ações presentes em termos de bem e mal, de honestidade, de realização pessoal, de respeito por si mesmo e pelo outro, têm estado subjacente às legislações, currículos e práticas pedagógicas. Visões tanto conservadoras quanto progressistas de educação, apesar de uma gama de expressões diferenciadas dentro de cada uma, coincidem nos fatos de ser balizada por um modelo ideal de sociedade e de terem a equalização social, expectativa gerada pelas revoluções modernas, como horizonte utópico. (CARVALHO, 1996).

Observa-se que existe uma visão conceitual da Educação como algo a ser construído dentro e fora da Escola. Um processo individual, de evolução da visão de mundo que se tem, mas que ocorre a partir da interação do indivíduo com o meio. Daí a importância do resgate do papel do professor como mediador deste processo. Um professor com conhecimento e capacidade de interagir, desqualificando aquela visão ingênua de um profissional vocacionado e mal remunerado, e valorizando o trabalhador preparado, atualizado, ciente do seu papel social.

Os discursos induzem comportamentos e prescrevem atitudes razoáveis' e corretas (e vice-versa). Mas quero mostrar também o modo como eles constroem uma ideia de profissão docente que, muitas vezes, não corresponde à intencionalidade declarada. (NÓVOA, 1999).

Nóvoa afirma que a formação docente ocorre em uma boa graduação, mas que deve ser somada a uma prática pedagógica intensa e reflexiva. Diz que a Escola deve ser o local de estudo e reflexão do professor, num trabalho coletivo e construtivo.

Mas é importante reforçar a ideia de que a educação não se dá apenas nos espaços escolares. A própria organização social moderna permitiu uma sobrecarga de deveres educacionais à Escola, que não foram assumidos em sua plenitude, nem poderiam. A Escola não pode assumir o papel da família nos cuidados com a criança e com o adolescente, sob o risco de não cumprir nem este, nem o seu papel principal: levar o aluno à construção de saberes científico.

Como Vygotsky, acreditamos que a interação do aluno com o meio social e físico propiciará a evolução de seus modelos empíricos a modelos científicos e ao professor cabe justamente estimular, propiciar, organizar e direcionar esta interação.

A Escola e os professores não podem colmatar a ausência de outras instâncias sociais e familiares no processo de educar as gerações mais novas. Ninguém pode carregar nos ombros missões tão vasta como aquelas que são cometidas aos professores, e que eles próprios, por vezes, se atribuem. O séc. XX foi aquele em que mais se investiu afetivamente nas crianças, mas foi também aquele em que elas por mais tempo passaram separadas das famílias. Adquiriu-se uma noção muito nítida da importância da educação, ao mesmo tempo em que as comunidades foram abdicando da sua função educativa. (NÓVOA, 1999).

Se a educação ocorre em todas as instâncias sociais e a Escola deve se concentrar em resgatar seu papel fundamental, de desenvolvimento cognitivo, que conteúdos se prestam a este fim? De que maneira devem ser desenvolvidos? Que teorias cognitivas se adéquam a este papel e à modernidade das relações que ocorrem nas sociedades em que estamos inseridos? Que modelo de currículo é mais adequado ao desenvolvimento e ao modelo de homem e sociedade que se deseja? Que modelos de homem e sociedade desejamos?

Não poderíamos responder a todas estas questões a partir dos dados que obtivemos, mas propomos a reflexão, em grupos de estudo e na construção dos projetos pedagógicos de cada escola. Que disciplinas se prestariam a discussões acerca das questões ambientais? Existem disciplinas específicas?

O conhecimento disciplinar específico tem sido durante muitos anos o critério de elaboração dos currículos escolares. Desta forma, para quase todas as idades, os currículos, sobretudo os de Ciências, têm respondido a uma mesma organização e a conteúdos muito similares. Hoje, sem dúvida, se admite a necessidade de se ter em conta outros critérios na tomada de decisões sobre os conteúdos, como por exemplo, a fonte psicológica. A tradição construtivista da educação científica, em particular, salienta o conhecimento das capacidades cognitivas dos alunos para aprender Ciência. (POZO, 1996).

A preocupação com o desenvolvimento interdisciplinar dos indivíduos não é exclusividade ou novidade na Educação. O homem atual deve estar pronto a buscar soluções para problemas cada vez mais amplos. Desta forma, os projetos interdisciplinares assumem um papel estratégico de construção de uma cidadania coerente e responsável.

A organização do currículo por disciplinas, por projetos didáticos, por bases curriculares, enfim, independente da forma como o currículo estiver organizado, deve incluir os temas ambientais. Acreditamos que deva ser um assunto tratado de forma inter

e transdisciplinar. O modelo de ensino baseado na transmissão de informações estanques e independentes, não responde à necessidade cada vez maior de construção e integração dos conhecimentos.

Tanto a denominação pluri, quanto a multidisciplinar encontram fundamento na idéia de integração, por meio da associação, justaposição, ou mesmo adição de conteúdos entre disciplinas. No primeiro caso, essa justaposição refere-se a conteúdos de disciplinas heterogêneas que, tendo um eixo temático comum, são abordados sob ângulos variados e distintos. E, no segundo caso, está implícita a idéia da coexistência, por meio da integração de disciplinas afins. Pode-se afirmar que, tratadas como sendo representativas de níveis variados, essas denominações fazem parte da realidade de um mesmo processo. (ETGES, 1993).

Segundo, JAPIASSÚ, 1998, *a interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa*. Supondo-a como atitude frente aos conteúdos, assume-se a necessidade de mudança também de atitude em relação ao educador e à sua formação. Como exigir de um educador que se formou dentro de rigorosos padrões de ensino tradicional, se transforme em um indivíduo “interdisciplinar”, sem que se invista nesta formação, através de remuneração e estímulo à pesquisa?

Convém destacar alguns conceitos apresentados a seguir, como proposta de servir de objeto de discussão e reflexão, individual ou em grupos. Analisemos:

a) Conceção da questão disciplinar: conjunto específico de conhecimentos com suas próprias características para o ensino, com formação dos mecanismos e métodos específicos e organizados verticalmente;

b) Conceção da questão multidisciplinar: justaposição de disciplinas diversas, desprovidas de relação aparente entre elas. Ex.: música + matemática + história;

c) Conceção da questão pluridisciplinar: justaposição de disciplinas mais ou menos vizinhas nos domínios do conhecimento, sem haver necessidade do desenvolvimento de ações cognitivas para sua efetivação. Ex.: domínio científico: matemática + física;

d) Conceção da questão interdisciplinar: interação existente entre duas ou mais disciplinas, surgidas na vivência de processos investigativos. Essa interação pode ir da mais simples comunicação de ideias à integração mútua dos conceitos básicos da epistemologia, dos procedimentos, dos dados e da organização referentes ao ensino e à pesquisa. Um grupo interdisciplinar compõe-se de pessoas que receberam sua formação

em diferentes domínios do conhecimento (disciplinas) com seus métodos, conceitos, dados e termos próprios e que se mantêm unidas pela produção contínua e científica;

e) Concepção da questão transdisciplinar: resultado de um paradigma comum a um conjunto de disciplinas. A compreensão transdisciplinar da aprendizagem pode ser definida como aquela que se ocupa dos fenômenos que envolvem o conhecimento humano. Esta compreensão está além da questão disciplinar, ou ainda, é anterior à própria disciplinaridade.

Se pudermos envolver a comunidade escolar na construção de uma pedagogia participativa e estimulante, poderemos obter melhores resultados no desenvolvimento de projetos de Educação e Preservação Ambiental, unindo os pontos comuns dos conceitos anteriores, principalmente quando abordam questões ligadas à produção dos saberes.

Educação Ambiental

E. A. é um processo que consiste em propiciar às pessoas uma compreensão crítica e global do ambiente, para elucidar valores e desenvolver atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa a respeito das questões relacionadas com a conservação e adequada utilização dos recursos naturais, para a melhoria da qualidade de vida e a eliminação da pobreza extrema e do consumismo desenfreado. (...) A E. A. visa à construção de relações sociais, econômicas e culturais capazes de respeitar e incorporar as diferenças, a perspectiva da mulher e a liberdade para decidir caminhos alternativos de desenvolvimento sustentável respeitando os limites dos ecossistemas, substrato de nossa própria possibilidade de sobrevivência como espécie. (MEDINA, 2002, p. 34).

A Educação Ambiental é um processo inter e transdisciplinar, não podendo ser vista como um projeto da área ou dos professores de Ciências e nem somente da escola. Deve-se caracterizar como um processo interinstitucional. O professor tem um papel fundamental e indispensável. Precisa abandonar a figura de vinculador ou de administrador de recursos didáticos e conhecimentos acabados. Deve captar a complexa especificidade de cada grupo de alunos, realizando a tarefa de articular o cotidiano e os interesses de cada um aos conhecimentos científicos universalmente aceitos. Deve assumir uma postura construtiva, na qual o sujeito constrói o seu conhecimento, através de sucessivas interações com o meio físico e social.

Para DIAS (1992), a *Educação Ambiental é um conjunto de conteúdos e práticas ambientais, orientadas para a resolução dos problemas concretos do ambiente, através do enfoque interdisciplinar e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo da comunidade.*

LÜCK (1992) conceitua *Educação Ambiental* como sendo o processo contínuo de capacitação que, sem sacrificar a necessidade de desenvolvimento, participa ativamente da conservação do meio ambiente, contribuindo, portanto para melhora da qualidade de vida.

Em MÜLLER (s/d), vemos que:

Educação Ambiental é concebida como uma dimensão dada ao conteúdo e a prática da Educação orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente através de um enfoque transdisciplinar e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade, se caracterizando por incorporar as dimensões éticas, sócio-econômicas, políticas, culturais e históricas.

Desta forma, não pode estar baseada em estruturas rígidas e estáticas, devendo considerar diferenças regionais. A gama de objetivos da Educação Ambiental é extremamente coincidente com os princípios da própria educação, o que dificulta encontrar metodologias próprias para a sua implementação. O problema central da Educação Ambiental, portanto, está conectado à questão epistemológica fundamental da natureza do conhecimento: como os alunos constroem o conhecimento.

Educação Ambiental parta de uma proposta integradora, que tenha relação com o cotidiano. Propõe um trabalho de conscientização sobre a importância do binômio “ser humano x planeta”; repasse de informações esclarecedoras ao cidadão comum; estímulo ao exercício da cidadania; análise e avaliação da relação entre o ser humano e o meio; oportunizarão da compreensão e integração dos fenômenos climáticos e geológicos que influenciam os seres vivos e a atividade humana; oportunizarão de auto-observação e conscientização do papel do indivíduo como sujeito que influi na sociedade, exercendo sua cidadania. (ZELTZER, 1996, p. 56).

O professor deve inserir a dimensão ambiental dentro do contexto local, sempre constituindo modelos através da realidade e pelas experiências dos próprios alunos.

Existem diferentes formas para a inclusão da temática ambiental nos currículos escolares, como as atividades artísticas, experiências práticas, atividades fora de sala de aula, produção de materiais locais, projetos ou qualquer outra atividade que leve os alunos a serem reconhecidos como agentes ativos no processo que norteia a política ambientalista.

É necessário introduzir mais criatividade nos novas metodologias, abandonando os modelos tradicionais e buscando alternativas.

Ambiente

Constitui um sistema de relações extremamente complexas, muito sensível às variações de qualquer de seus fatores e desencadeando reações em cadeia. É geralmente definido como sendo um equilíbrio entre um número muito grande de grupos de forças que se compensam.

Trata-se de uma imagem já excessivamente simplificada, pois os equilíbrios que se estabelecem na natureza e, com maior razão, numa natureza mais ou menos suprimida pelas múltiplas intervenções do homem, constituem equilíbrios muito frágeis e instáveis.

Uma das características da espécie humana é a capacidade de compreender os mecanismos que comprometem sua conservação, intervindo no ambiente. Essa tomada de consciência é algo amortecida por duas reações psicológicas espontâneas: a confiança na capacidade de criar técnicas supostamente suscetíveis de corrigir todo e qualquer tipo de flagelo, ainda que o mesmo lhe possa ser imputado através do acionamento de novos métodos de neutralização desse flagelo e que deverá ocorrer, quando não imediatamente, pelo menos dentro de um prazo médio.

O segundo tipo de reações é a insensibilização com relação à gravidade de certas ameaças, devido à indiferença gerada pela frequência dos acidentes.

[...] ambiente é o conjunto de condições que envolvem e sustentam os seres vivos no interior da biosfera, incluindo clima, solo, recursos hídricos e outros organismos. Sendo, portanto a soma das condições que atuam sobre o organismo. Os fatores ambientais são agrupados nos abióticos, que reúnem as condições físicas, químicas, edáficas, climáticas e hídricas do meio, as quais atuam sobre o indivíduo ou a população. Já o conjunto das condições geradas pelos organismos, as quais também atuam sobre o indivíduo ou populações constituem o ambiente biótico. (WATANABE et alii, 1987).

Uma simplificação bastante comum é de preservação a todo custo. As sociedades humanas deveriam abrir mão do desenvolvimento tecnológico em nome da preservação ambiental. Sabemos que estas posições são utópicas. O desenvolvimento humano é um processo irreversível, e remar contra a maré sempre foi improdutivo. As posturas que devemos hoje estimular são aquelas que estabelecem parâmetros para um desenvolvimento humano que caminhe junto com a sustentabilidade ambiental.

As sociedades humanas devem desenvolver-se e estruturar-se se sustentando em paradigmas de preservação. Vamos evitar a destruição do que ainda existe no ambiente; vamos encontrar formas de reciclagem e reaproveitamento de resíduos; desenvolver tecnologias que eliminem um mínimo de resíduos e que não sejam poluentes, ou que o sejam em uma escala decrescente. Enfim, devemos buscar a construção do paradigma da sustentabilidade.

A relação do homem com a natureza, que ocorria numa base espiritual, passou a serem construídas sobre bases tecnológicas, científicas, políticas e econômicas e afastou o humano do natural, formando uma mentalidade exploradora e extrativista.

A natureza é um sujeito que tem seus direitos infringidos pelo homem, na busca constante de seu próprio bem-estar. Afirma que a Terra, como indivíduo, precede a existência do homem e continuará existindo depois dele, e, portanto, se quisermos continuar existindo, devemos nos aliar a ela e nos tornarmos seres simbióticos com essa natureza.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Analisando os dados coletados através das questões formuladas, destacamos o uso do Método Hermenêutico como metodologia para o estudo analisado, devido a necessidade do uso da interpretação às respostas subjetivas. Cada pergunta formulada constituiu-se em uma Categoria Principal e a incidência de ideias iguais constituiu o grupo de categorias específicas para cada categoria principal. Para esta segunda parte, utilizamos o Método da Análise de Conteúdos, segundo OAIGEN (1996).

A amostra foi constituída por 66 professores, com as seguintes características quanto à faixa etária (FE): (11) na FE 20-25 anos; 08 na FE 26-30 anos; 14 na FE 31-35 anos; 13 na FE 36-40 anos; 01 na FE 41- 45 anos; 01 na FE 46-50 anos e 19 não responderam.

Em relação ao grau de escolaridade, os questionados possuíam as seguintes características: Ensino Fundamental 4; Ensino Médio e/ou Curso Normal 12; Curso Superior Incompleto 4; Curso Superior Completo 38 e 8 não responderam.

2.1.1 Educação

Cidadania; direito de todos; inserir o indivíduo na sociedade; formar um aluno crítico e que seja capaz de expor suas ideias; caminho para uma sociedade justa; conjunto de valores morais e éticos; educação doméstica; continuidade da educação familiar; característica do povo; herança cultural.	24
Aprendizagem e interação; desenvolvimento das habilidades; processo afetivo, cognitivo, disciplinar, científico ou não, que contribui para o aprendizado de uma pessoa; busca do conhecimento; Construção; processo; processo de ensino e aprendizagem; ensino, aprendizagem e avaliação.	18
Transformação;... De valores e atitudes; mudança de comportamento; novas visões.	13
Respeito ao próximo; valorizar a experiência de cada um; o ato de agir sem comprometer o outro lado; é o ato de através da nossa maneira de ser educador educar; trabalhos em grupos.	12
Prepara o indivíduo para a vida; expectativas para uma vida melhor; caminho para a qualidade; futuro promissor; progresso e desenvolvimento novos caminhos.	12
Ainda continua no tradicional; passiva; repressiva; autoritária; alunos não respeitam professores; falta criatividade aos professores; compromisso;... Com a Qualidade de ensino; realizar experiências para que o aluno aprenda a aprender; buscar meios para que o aluno “aprenda” e não “aprenda”; estabelecer relações.	12

Prioridade; alicerce; necessária a toda a sociedade; integração com a sociedade; vital; fundamental para o desenvolvimento; Necessidade crescente; imprescindível para toda a população do planeta.	11
Não respondeu	1

2.1 Ambiente

Espaço no qual estamos inseridos; tudo que está à nossa volta (inclusive a sociedade, o homem e a sua cultura); ... dependente de fatores físicos e químicos e sujeito a transformações; habitat; local onde existem seres vivos ou não; espaço que permite a vida; vida; sobrevivência; saúde; respeito à vida;	39
Favorável; acolhedor; agradável ou desagradável; bem cuidado ou não; limpo; meio ecológico, natural; geração de empregos (ecoturismo); fonte de recursos (alimentos); o homem interferindo no meio.	15
Meio no qual interagem as comunidades; interação de fatores bióticos e abióticos; local de convivência; meio de reprodução dos seres vivos; ambiente de trabalho, familiar e social;	12
Bem estar social; lazer; liberdade; benefício, usufruir do ambiente; qualidade de vida; prosperidade; lugar sociológico ou político em que se discutem os problemas sociais ou políticos; cidadania, patriotismo.	10
Preservar fauna e flora; precisa ser preservado para vivermos; conservação das espécies; essencial aos seres vivos; tudo que vive na terra; pulmão do homem;	9
Aumento das fontes poluidoras; não é respeitado; não está sendo preservado; conscientização em relação ao desmatamento...	8
Não respondeu	1

2.2 Educação Ambiental

Forma de conscientizar as pessoas da importância do ambiente; despertar para a destruição do meio; preocupação com a vida; manutenção da vida; conscientização com relação ao lixo; procurar melhorar a Qualidade de vida das pessoas; política de sobrevivência que...; aprendizagem para uma vida saudável.	23
Sinônimo de preservação; conservação; reconstrução; zelo pela vida; proteção; respeito à natureza; cuidados com a natureza; educar para proteger; transformação do meio; transformação do ser humano; plantação; abrange todos os recursos naturais..	23
Necessária; luta; fundamental em todas as áreas; responsabilidade de cada um; dever do cidadão; obrigatório nas escolas; praticar informações adquiridas através de leituras; poderia ser incluída como disciplina; não se trabalha separado ambiente de educação.	16
Saber conviver com o espaço no qual se encontra; respeitar cada comunidade que compõe o ambiente em que se vive; meio social em que vivemos; cultura de cada povo; viver em harmonia com o meio; compromisso com o meio.	12
Forma de discutir o que está ocorrendo com o ambiente; esclarecimentos; novos horizontes; reflexão sobre o ambiente; respeitar a vida garantindo um futuro mais digno; é pouco explorada; a maioria desconhece; necessita mais apoio.	12

2.1 Como você analisa a questão Ambiental hoje, em relação ao passado?

Antes a visão era voltada só para a natureza, hoje se preocupa com todo o meio, com a sociedade humana e seu desenvolvimento; no passado não havia consciência ambiental; a devastação era muito grande; conquista; avanço; tecnologia; mais incentivos; mudança de comportamento; meios de comunicação auxiliam; mais dinâmica; hoje há uma preocupação maior em termos de preservação; organização e conscientização maiores; antes era tratada de forma aleatória; maior valorização do ambiente; maior respeito; mais pessoas engajadas; preocupação em relação ao futuro; maior envolvimento da sociedade.	34
As queimadas são muito frequentes; a destruição é maior; hoje existe desrespeito; no passado não se falava em E. A. fazia-se; a população era menor, assim como as agressões; preocupante; menos valorizada; falta mais empenho das escolas; destruição em prol do desenvolvimento; o homem continua sendo um destruidor; necessidade de que as leis sejam cumpridas; empresas e indústrias devem fazer a sua parte; despreocupação por parte dos governantes; obstáculos.	23

Maior difusão das ideias; interdisciplinaridade (mais moderna); está se procurando conhecer melhor o ambiente; investir mais na Educação Infantil; constantes debates; prática evidente; a sociedade levanta questionamentos; mais cuidado com a vida; preocupação com a intervenção do homem.	15
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

2.1 Em seus estudos (presentes e passados) como você analisou a questão ambiental?

No passado, despercebida; a Escola não via de forma séria; era conceitual; havia pouca divulgação sobre os impactos; achava-se que o ambiente se regeneraria; a Educação Ambiental começa na família e deve ter continuidade na Escola e na sociedade; o professor deve incentivar.	25
No presente com mais consciência; mais informações; mais atenção; mais envolvimento; maior atuação no futuro.	24
No passado existia uma forma de controle; o ambiente era menos explorado; hoje precisa mais atenção das autoridades; é uma questão política; precisa orientação; queimadas e desmatamento; falta de conservação; continuam destruindo; preocupação contínua; importante para a sobrevivência dos seres vivos; questão social; hoje se fala muito e se faz pouco; hoje existe necessidade de parar a ganância do homem; preservar a natureza; meio para se viver melhor; tecnologia X natureza; mais pesquisas na área; necessidade de mudanças...	22
Não respondeu.	1

2.1 A Educação atual possibilita avanços significativos na participação e interação do estudante com os problemas ambientais?

Precisa mais estudos para se tornar mais participativo; mais participação da população; mais estímulo aos alunos; está em andamento; mais preparo do professor; mais seriedade e exemplos da família; mais apoio do Governo; mais conscientização; estamos tomando conhecimento do assunto; há desinteresse do professor e da sociedade; nós, professores ainda estamos perdidos.	27
Sim, os alunos estão inteirados e dando a sua contribuição; depende do professor; através da interdisciplinaridade, do diálogo, do respeito às ideias, da democracia; projetos que permitam a interação.	16
Muitas vezes o processo de conscientização fica aquém dos seus objetivos; se dá os conteúdos, mas não se educa para preservar; a pesquisa é equivocada para a conscientização dos alunos e da população; fazem parte dos temas transversais; a legislação estimula.	10

2.1 A Educação Ambiental deveria ser uma disciplina do Currículo Escolar, um Programa Assumido pela Sociedade ou uma Forma de Abordagem dos Conteúdos?

Um programa assumido pela sociedade.	29
Faz parte do currículo; é um dos temas transversais.	13
Uma forma de abordagem dos conteúdos.	5

2.1 Como você relaciona Educação Ambiental e Sociedade, considerando aspectos do passado, do presente e as perspectivas futuras?

Desde que o mundo é mundo se fala nesse assunto, mas poucos se preocupam, e se não tomarmos consciência de que a questão ambiental é importante e é responsabilidade de todos, logo seremos um deserto; a sociedade deveria ser conscientizada; descaso da sociedade; falta apoio das autoridades.	19
Hoje existe uma conscientização maior da sociedade; as perspectivas de futuro são boas.	16
Tem que se destacar a realidade local; a E.A. deve ser mantida com rigidez e obrigatoriedade em todo o mundo; uma disciplina teórica, vivenciada com mobilização social e relacionada com projetos tecnológicos.	7

2.1 Outras opiniões sobre Educação, Ambiente e Educação Ambiental.

Renovadora, prioridade de todos (conscientização), responsabilidade da sociedade. Cidadania. Mídia. Conhecimento adquirido através de pesquisas na área.	20
Aprendizagem para orientar para uma Educação Ambiental. Deve ser disciplina no currículo (obrigatória em todos os níveis). Deve ser mais prática que teórica. Necessidade da criação de normas mais concisas (mais rígidas), que possibilitem uma maior abordagem, com amplas formas de conhecimento.	20
Não respondeu.	8

Respostas obtidas nos questionários respondidos pelos professores das comunidades indígenas

2.1 Educação

É analisada através de comportamentos (ser pontual, ter um bom comportamento); está relacionada ao saber-fazer; aprendizagem do ensinamento; é construída nas escolas, casas, ruas; é respeitar a vida; auxiliar o processo de desenvolvimento intelectual, mental e físico do ser humano; produção de conhecimento;	17
É saber construir e fazer críticas; “é um mar de conhecimento politicamente”; é criar espaços; processo de transformação da sociedade; busca constante da cidadania; consciência; liberdade;	10
Para aperfeiçoar tudo o que é repassado de pai para filho, reconhecendo as modificações da atualidade; um meio para a orientação; serve para montar o conhecimento humano; desenvolvimento; tem que ser bem praticada; precisa melhorar; é estar disposta a exercer; buscando a melhoria; Qualificando os professores.	10
É muito importante para os índios; fundamental na vida de um ser humano; educar para não perder o ambiente; “adaptação racional contínua”; avaliação do dia-a-dia;	6
Não responderam.	1

2.2 Ambiente

Ambiente onde nós vivemos e precisamos; estar sempre em lugar em que você se sente feliz; onde se aprende; a natureza com todos os seus componentes; habitat; ecossistemas;	14
Terá que ser preservado; procurar um ambiente adequado para todos; qualidade de vida;	13
Está poluído e destruído; é preciso conscientizar as pessoas sobre a poluição; com ameaça de extinção de alguns animais e vegetais;	10

2.3 Educação Ambiental

Preservar a natureza; resgatar a cultura; ensinar as nossas crianças a preservar; é muito importante os brancos saberem preservar o ambiente; respeitar a nossa vida; é uma forma de mudar pensamentos e comportamentos; sustentabilidade;	23
É uma educação que devemos pôr em prática; é transmitir o conhecimento dos vegetais, etc.; terá que ter (mais) estudo; construção do conhecimento ecológico; favorável à saúde; qualidade de vida;	9
Observando a expansão da modificação; serve para conhecer a realidade; questão que deve ser discutida; pouca preocupação;	6
Não responderam.	1

2.4 Como você analisa a questão Ambiental hoje, em relação ao passado?

No passado era preservada, agora está destruída (a natureza); hoje o ambiente está muito modificado; muito a desejar;	16
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Está modificada, tem um órgão que defende a natureza; é muito importante observar o meio ambiente; não havia tanta preocupação quanto hoje; avançada; em nível de governos o assunto na maioria das vezes cai no discurso vazio; no passado degradado, no presente degradado mais a existência de inconsciência aos critérios ecológicos;	14
Questionar tudo que é de sua realidade; perdemos a nossa cultura; desvalorizada; o desenvolvimento é grande e moderno;	7

2.5 Em seus estudos (presentes e passados) como você analisou a questão ambiental?

Analizamos através de estudos, excursões e pesquisas; debates;	9
Não estamos valorizando, nem lutando pela preservação; nós devemos buscar as nossas culturas; falta de recursos humanos qualificados; essencial para a manutenção da vida e dos recursos naturais;	8
Primeira preservada, depois poluída; processo de globalização buscando cooperação para a proteção do ambiente;	8
No passado não se falava muito em preservação; adaptação; consumo dos recursos naturais sem critérios ecológicos; necessidade de muito trabalho de cunho social;	6
Não responderam.	2

2.6 A Educação atual possibilita avanços significativos na participação e interação do estudante com os problemas ambientais?

Possibilita através da preservação; através de excursões, pesquisa de campo, etc.; basta colocar em prática o que é necessário; buscar o que é do dia-a-dia; hoje estamos mais informados; alguns profissionais são comprometidos;	20
Não responderam.	4
Não; no Estado, a proposta de E.A. continua um lindo discurso; de modo geral não;	3

2.7 A Educação Ambiental deveria ser uma disciplina do Currículo Escolar, um Programa Assumido pela Sociedade ou uma Forma de Abordagem dos Conteúdos?

Faz parte do currículo; é um dos temas transversais; seria uma ótima disciplina.	8
Não respondeu.	7
Um programa assumido pela sociedade; deveria se criar programas de educação.	7
Uma forma de abordagem dos conteúdos.	3
Deve estar dentro dos três sistemas.	2

2.8 Como você relaciona Educação Ambiental e Sociedade, considerando aspectos do passado, do presente e as perspectivas futuras?

A sociedade não tinha informações sobre E. A. como têm hoje; escola e comunidade sempre em contato; no futuro saberão ainda mais;	17
“Está destruído... não haveria mais condições”; o homem está modificando;	6
Não responderam.	5

2.9 Outras opiniões sobre Educação, Ambiente e Educação Ambiental.

Não responderam.	13
Ambiente: há preservação atual; é dever de o homem cuidá-lo;	9

Educação Ambiental relaciona-se ao respeito; deveria ser lei; os três temas estão interligados, o sucesso de um depende do outro;	6
Educação é voltada para o ensino; relação com a comunidade; importante;	6

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Percebe-se na fala dos professores uma visão social da Educação. Poucos destacam o seu papel no desenvolvimento cognitivo dos indivíduos. Apenas 8 mencionam a construção do conhecimento. Sabemos da importância de se resgatar o papel do professor como mediador da construção do conhecimento. A escola tem um papel social fundamental, mas que só será cumprido a partir do conhecimento e não do deslocamento de funções. A população precisa ter suas necessidades básicas supridas e este processo passa por necessidades reais, como geração de empregos, saneamento básico e moradia. O ambiente escolar não pode ser confundido com uma fonte de práticas assistencialistas.

Não se trata de eximir a Escola de papéis que foram assumidos por ela e que hoje não poderão ser repassados a outras instâncias sociais. Existem alunos que vão para a escola para ter sua única refeição completa diária. Mas esta não pode ser a razão que leva um indivíduo a entregar seus filhos nas mãos dos educadores.

A maioria vê o ambiente como espaço, habitat, e incluem aí seres vivos e não vivos. Mas existe uma confusão entre a definição de ambiente e a sua preservação. Muitos reforçam conceitos empíricos, relacionando ambiente e natureza preservada. Retornamos aí àquelas discussões iniciais, em que nos referimos aos conceitos de *Desenvolvimento Sustentável* e à necessidade de construção de conceitos ligados a este paradigma.

A maioria tem uma posição de valorização da Educação Ambiental como oportunidade de estimular nos jovens uma postura ecológica e política de preservação e conservação ambiental. Tem uma visão da Educação Ambiental atrelada, predominantemente, à divisão por disciplinas. Na nossa opinião, a Educação Ambiental precisa ser uma postura assumida por toda a sociedade e inclui-se aí, a comunidade escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto observarmos a Educação Ambiental vista de fora, exercida por professores específicos, continuaremos formando cidadãos que não se sentem parte do ambiente, mas que se acreditam dominadores e controladores da natureza, tendo poder para preservar, ou destruir, não assumindo o papel de parte do mundo vivo, capazes de

partilhar o mundo com outros seres vivos, sem destruí-lo. Continuaremos permitindo que a sociedade se desenvolva pagando um preço muito alto: o da degradação ambiental.

A análise das respostas dadas pelo grupo formado pelos professores indígenas fica prejudicada pelo entendimento e expressão que eles possuem da língua portuguesa. Muitos têm dificuldade em entender os questionamentos e em dar respostas coerentes. Talvez em um próximo momento devêssemos repetir estas discussões, mas através de entrevistas, em que pudéssemos expressar-nos com mais clareza e em que eles também tivessem esta oportunidade. Devido a estas dificuldades, algumas respostas deste grupo não foram consideradas.

Acreditamos que o aprofundamento dos estudos em torno das teorias de aprendizagem, das tendências da educação na modernidade, constitui uma importante fonte de pesquisa, que podem ser desenvolvidas por formadores de professores e pelos próprios educadores em suas salas de aula.

OAIGEN (2001), em artigo publicado, refere-se a um primeiro levantamento, realizado com um total aproximado de 1500 pessoas com idade entre 16 e 46 anos residentes na região de Cachoeira do Sul, Cerro Branco e Pântano Grande, no Rio Grande do Sul.

Na análise destes dados, constatou-se que:

- a) Educação é conceituada como um processo sistemático de mudanças comportamentais. Ao mesmo tempo, uma parcela também significativa, considera a educação como um processo de instrução, onde a interação com o meio social e cultural, não é necessária;
- b) Ambiente: como sendo o local de convivência e interação, tendo seu desenvolvimento harmônico e cultural equilibrado. Em paralelo, um grupo considera o ambiente como o local de produção e de exploração, sem a preocupação com sua sustentabilidade.
- c) Educação Ambiental: é a conscientização e a valorização da harmonia entre o homem e o ambiente.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston *La Formación del Espíritu Científico* 19ª Edição Siglo XXI Editores Buenos Aires, 1993.

CASCINO, Fabio *Educação Ambiental Princípios, história e formação de professores* Ed. SENAC São Paulo, 1999.

DIAS, Adalberto Carvalho *Epistemologia das Ciências da Educação* 3ª Ed. Porto: Afrontamento, 1996.

ETGES, Norberto Jacob *Produção do conhecimento e interdisciplinaridade* In Educação e realidade. Porto Alegre, UFRGS, 18(2): 73-82, jul/dez, 1993.

FAZENDA, Ivani C. Arantes *Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro – Efetividade ou Ideologia* Edições Loyola São Paulo, 1976.

JAPIASSÚ, H *Introdução ao pensamento epistemológico* Ed. Francisco Alves RJ, 1988.

_____. *Interdisciplinaridade e Patologia do Saber*, p. 74.

LÜCK, Heloisa *Pedagogia Interdisciplinar* 8ª edição Ed. Vozes Petrópolis, RJ 2000.

MACHADO, Nílson José *Epistemologia e Didática – as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente*. Editora Cortez. São Paulo, 1996.

MÜLLER, Jackson *Educação ambiental – Diretrizes para a prática pedagógica* Edição FAMURS Porto Alegre.

NOGUEIRA, Sandra Vidal *O redimensionamento teórico da perspectiva interdisciplinar nos anos 90: limites e possibilidades* In Educação e Filosofia – vol. 14 – nº 27/29, jan/jun/jul/dez/2000.

NÓVOA, Antônio *Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas* In Educação e Pesquisa vol. 25 – nº 1 jan/jun/1999 USP.

OAIGEN, Edson Roberto et alli *Educação, Ambiente e Educação Ambiental: as concepções históricas e epistemológicas da sociedade atual* in Revista Brasileira de Educação em Ciências vol. 1, nº1, jan/abril 2001.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão *O contrato social da Ciência – Unindo saberes na Educação Ambiental* Editora Vozes Petrópolis, RJ 2002
MEDINA, Naná Mininni *Formação de multiplicadores para E.A.*

PELIZZOLI, M. L. *A emergência do paradigma ecológico* Ed. Vozes Petrópolis, RJ 1999.

POZO, Juan Ignacio *La Psicología Cognitiva y la Educación Científica* in Investigaciones en Enseñanza de las Ciencias Vol. 1 – nº 2, agosto de 1996. I.F. UFRGS – POA/RS.

RIBEIRO, Marlene *Controvérsias epistemológica, ética e políticas da pedagogia contemporânea* In Educação e Filosofia – v.15 – nº 29, jan/jun/2001 pp141-160.

SANTIAGO, A.R.F. *Escola básica, projeto pedagógico e a crise de paradigma*. In: *Projeto político- pedagógico: concepção e articulações*, Bagé: EDIURCAMP, 1995.

CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM USANDO COMO FERRAMENTA AS TRILHAS TEMÁTICAS

CONSTRUCTION OF LEARNING USING THEMATIC TRACKS AS A TOOL

OAIGEN, Edson¹
WESTPHAL, Denise²
FERNANDES, Alexandre³
RODRIGUES, Sandra⁴

RESUMO: Este artigo é uma síntese do trabalho que já vêm sendo realizado há alguns anos pelo Laboratório de Pesquisa e Ensino das Ciências, no intuito de proporcionar a aprendizagem significativa através do desenvolvimento de Trilhas Temáticas, usando a natureza como Laboratório de Ensino. Acredita-se que as Trilhas Temáticas têm sido utilizadas com grande eficácia na construção do conhecimento, oportunizando a vivência dos alunos com o conteúdo de forma mais concreta e investigativa, promovendo a relação da teoria com prática a partir do confronto com o material obtido na pesquisa e garantido um conhecimento fidedigno de estudo, pois estabelece níveis de estudo e de aprofundamento, conforme o nível do aluno e do planejamento do professor.

Palavras-chave: Trilhas Temáticas. Educação Ambiental. Ensino-Aprendizagem.

ABSTRACT: *This article is a synthesis of the work that has been done for some years by the Science Research and Teaching Laboratory, in order to provide meaningful learning through the development of Thematic Trails, using nature as a Teaching Laboratory. It is believed that the Thematic Trails have been used with great effectiveness in the construction of knowledge, providing students with experience with content in a more concrete and investigative way, promoting the relationship between theory and practice based on the comparison with the material obtained in the research. and a reliable knowledge of study is guaranteed, as it establishes levels of study and deepening, according to the student's level and the teacher's planning.*

Keywords: *Thematic Trails, Environmental Education, Teaching-Learning.*

¹ Faculdade São Francisco de Assis, POA, Universidad Evangelica Del Paraguay. E-mail: oaigen.er@gmail.com

² Ac. Química universidade Luterana do Brasil – Laboratório de Pesquisa e Ensino de Ciências. E-mail: deewwest@gmail.com

³ Faculdade São Francisco de Assis, POA. E-mail: alexandre.fernandes@saofranciscocodeassis.edu.br

⁴ Seduc Roraima, Formada em Educação Física e Doutora. E-mail: rodriguesx@oi.com.br

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é uma síntese do trabalho que já vêm sendo realizado há alguns anos, no intuito de proporcionar a aprendizagem significativa através do desenvolvimento de Trilhas Temáticas, usando a natureza como Laboratório de Ensino.

As Trilhas Temáticas têm sido ferramentas utilizadas com muita eficácia na construção do conhecimento. O alinhamento e associação de ideias ligadas a um Tema Gerador, a proposição de conhecimentos envolvidos e estruturados em torno de um assunto, o conhecimento gerado significativamente, ligando o conhecimento do cotidiano com o conhecimento científico são de grande importância na relação ensino-aprendizagem, onde o aprendizado se torna significativo e interessante.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Reunindo os significados sobre os conceitos de trilha encontrados na Bibliografia como, por exemplo, Ferreira (1986), pode-se conceituar trilha como sendo um caminho a ser percorrido seguindo determinadas regras e procedimento.

Para Brinker (1997), “uma trilha ecológica é entendida não como um trajeto a ser percorrido numa determinada área do ambiente, mas também uma maneira de aprender Ciência, utilizando as percepções dos órgãos do sentido”.

As Trilhas Temáticas também são muito eficientes quando voltadas à Educação Ambiental e Sustentabilidade, sendo que a maneira como a educação atual configurou-se foi voltar-se para o meio ambiente, procurando despertar a humanidade perante a degradação da natureza. Para isso, formou-se esta Trilha, tendo como Tema gerador a Educação Ambiental, a qual veio a trabalhar atividades e ações ambientais dentro e fora das salas de aulas, através de ensino formal e informal, de forma interdisciplinar e multidisciplinar.

De acordo com Grün (1996) a Educação Ambiental faz pouco tempo que vem sendo discutida no Brasil, assumindo novas dimensões a cada ano, principalmente pela urgência de reversão do quadro de deterioração ambiental em que a população vive efetivando práticas de desenvolvimento sustentado e melhor qualidade de vida para todos e aperfeiçoando a relação com o meio natural e o homem.

Considerando que a paisagem – enquanto notável recurso didático – viabiliza a interação entre homem e meio ambiente, deduz-se que seu apelo estético nos conduza potencialmente à contemplação, estimulando a sensibilidade e a reflexão. Sendo assim,

torna-se instigante um debate e reflexão sobre o avanço e as possibilidades da Interpretação, bem como discutir sua importância no contexto da problemática ambiental peculiar a este início de século.

Sendo a interdisciplinaridade um dos pressupostos da Educação Ambiental, o recurso às viagens para estudos do meio como meio de ruptura da compartimentação do saber e para o estímulo à construção singular do conhecimento, facilitada pela experiência direta, coloca-se de modo privilegiado por tudo o que pode oferecer, analogamente aos momentos de lazer, de favorável à sensibilização e à percepção. (SERRANO, 2000).

Diante disso parece claro que a formação de conceitos, o estudo de elementos do ambiente natural ou mesmo de ecossistemas colaboram em grande parte para a formação de uma consciência ambiental que influenciará na adoção de novas posturas do homem em relação ao desenvolvimento da ciência, tecnologia, conservação e preservação da natureza com interferência na qualidade de vida do planeta com comprometimento nas mudanças sociais, políticas, econômicas, culturais, passando obrigatoriamente pelo desenvolvimento econômico e tecnológico.

A utilização do Laboratório da Natureza, e aqui as Trilhas Temáticas e as Trilhas Ecológicas tem ação fundamental, tornando-se uma atividade específica, onde a sociedade poderá utilizá-la como meio de Educação Continuada.

As situações encontradas numa trilha são as mais diversas, os elementos naturais atuam como ícones de uma relação complexa, que devem ser mantidos para o equilíbrio de um ecossistema.

Cada vez mais se percebe o quanto é importante destacar a necessidade da Educação Ambiental nas escolas de ensino fundamental, médio e superior, não no sentido de haver uma cadeira específica para tal, mas entrelaçada em todas as demais disciplinas.

Segundo Ausubel, a essência do processo de aprendizagem significativa é que as idéias simbolicamente expressas, sejam relacionadas, de maneira substantiva (não-litera) e não arbitrária, ao que o aprendiz já sabe, ou seja, a algum aspecto de sua estrutura cognitiva especificamente relevante, isto é, um subsunçor, que pode ser, por exemplo, uma imagem, um símbolo, um conceito ou uma proposição já significativos.

Para Novak: “A aprendizagem significativa subjaz à integração construtiva entre pensamento, sentimento e ação, que conduz ao engrandecimento humano”. Ele considera que essa asserção define uma teoria de educação que tem a aprendizagem significativa como conceito chave. Qualquer evento educativo (trilha ecológica, trilha temática...) é de

acordo com Novak, uma ação para trocar significados e sentimentos entre o aprendiz e o professor.

Durante a realização dos trabalhos de campo, os mapas conceituais são de fundamental importância, pois podem ser representações válidas da estrutura conceitual/proposicional de conhecimentos de um indivíduo; podem ser instrumentos de metaprendizagem e podem ser também instrumentos efetivos de avaliação de aprendizagem.

Os mapas conceituais desenvolvidos por Novak é uma estratégia facilitada a aprendizagem significativa (Novak e Gowin, 1984, 1996; Moreira e Buchweitz, 1987, 1993), pois refletem a estrutura conceitual e relacional da matéria que está sendo ensinada.

Pode-se dizer que o papel da escola, entretanto, renova-se com estudos e descobertas sobre o comportamento cerebral e, nesse contexto, a nova escola é a que assume o papel de central estimuladora da inteligência e da criatividade, visto que elas não nascem prontas nos indivíduos, ainda que uns possam apresentar níveis mais elevados nesta ou naquela inteligência. Na percepção de Graff:

Uma modernidade que a educação optou por transmitir conhecimentos ao invés de investir na construção de conhecimentos, optou por transmitir conhecimentos ao invés de investir na construção de conhecimentos; optou por hierarquizar os saberes (saber científico, saber ético, saber popular, ...), a estabelecer um diálogo entre os mesmos; forjou a separação entre a razão e a subjetividade, entre a arte e a(s) ciência(s); avaliou a quantificação do conhecimento e não da qualificação do mesmo, e para valoração desses conhecimentos o que prevaleceu foi o produtivo e econômico, em detrimento dos aspectos éticos e sociais. (GRAFF, 2004, p. 09).

Educar consiste em ensinar, no sentido de mostrar, estabelecendo sinais, marcando como se faz o que pode ser feito. A educação possui a função de reproduzir em cada indivíduo o conjunto de normas que regem a ação possível, garantindo a continuidade da espécie humana. Também possui a função socializadora, pois na medida em que o indivíduo se sujeita às normas se transforma num sujeito social.

Segundo Simson et al (2001, p. 277) a Educação Não-Formal é todo processo de construção de conhecimento, nas mais diversas áreas, que não perpassa a educação escolar-formal e que vise os indivíduos que dele fazem parte.

A estrutura que caracteriza a Educação Não-Formal não indica que não exista uma formalidade e que seu espaço não seja educacional; ambas as condições estão presentes, porém de uma maneira diversa da escola. A Educação Não-Formal caracteriza-se por ser uma maneira diferenciada de trabalhar com a educação paralelamente à escola. Embora

não trabalhe com esse objetivo, acaba, muitas vezes, complementando as lacunas deixadas pela educação escolar (formal).

De acordo com Oaigen (1995, p. 96) o ensino não deve ser dogmático, ou seja, voltado somente para os aspectos formais e teorias acabadas. Deve ser crítico, libertador e participativo, onde os alunos encontram espaço para atuar e participar.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As atividades foram realizadas em um Parque (Vô Athur) na cidade de Barra do Ribeiro/RS, onde foi realizada uma Trilha Temática relacionada a diversos pontos sobre Educação Ambiental.

Após houve a discussão e significação da Trilha Temática, além da aplicação de um Instrumento de Coleta de Dados, dividido em três partes, todas tratando de Conceitos de Educação, Educação Ambiental e Sustentabilidade, cujos assuntos foram abordados e discutidos durante o tempo de realização das atividades, que foram completando a significação da Trilha, com palestras e discussões em grupos pequenos e no grande grupo, formado por todos os participantes deste Trabalho.

A primeira parte do Instrumento de Coleta de Dados foi composta de 18 questões com 05 respostas objetivas, a segunda parte 15 questões com as alternativas: Discordo totalmente, Discordo, Não Opino, Concordo e Concordo plenamente e a terceira parte descritiva, sendo que o indivíduo deveria escrever três características para cada questão, sendo cinco questões no total.

A pesquisa foi desenvolvida de forma qualitativa, Segundo Minayo (1994, p. 67) comenta que:

Na investigação qualitativa há modos de questionamentos sistemáticos enfocados a entender os seres humanos e a natureza de suas interações com os outros e com seu contexto, e na pesquisa quantitativa, o interesse está em fatos objetivamente detectados e observáveis, seja em sua produção, seja em seu desenvolvimento.

A amostra foi composta por 20 pessoas, todos estudantes do Curso de Licenciatura ou do Mestrado em Ensino de Ciências.

A primeira parte do Instrumento de Coleta de Dados contou com dezoito questões objetivas, onde a amostra deveria escolher entre as cinco alternativas propostas.

A primeira questão propunha a caracterização da Educação, onde a resposta mais significativa (40%) foi de que parte inerente do que é ao indivíduo, sobretudo do que as

peças assimilaram como sujeitos, não fornecendo coisas prontas, mas apresentando valores inerentes às populações e criando condições para que os indivíduos assumam e não somente consumam, com (25%) das respostas a Educação se caracteriza pela experiência ou pela experimentação de uma forma planejada como a base do conhecimento, tendo o conhecimento como resultado direto da experiência, ambas respostas com (15%) de incidência caracterizaram a Educação como forma de ensino centrado fundamentalmente no aluno, dando ênfase às relações interpessoais e ao conhecimento que delas resulta centrado no desenvolvimento da personalidade do indivíduo e na construção e organização pessoal da realidade e aprendizagem como um produto do ambiente, de pessoas ou de fatores externos ao aluno, sendo predominantemente interacionista com algumas preocupações referentes as relações sociais.

A segunda questão discute também a questão da Educação, abordando como a Educação vislumbra um homem. A resposta mais incidente, com (45%) das respostas foi como sujeito elaborador e criador do conhecimento e (35%) como fruto de interação entre sujeito e objeto, tendo o conhecimento como produto da interação do homem com o mundo, as outras respostas não obtiveram frequência significativa.

A terceira questão abordava como a Educação vê o mundo, sendo que com (40%) de incidência a amostra respondeu como uma interação homem-mundo, sujeito-objeto, imprescindível ao desenvolvimento humano, de sua práxis-ação-reflexão, como sujeito do mundo, objetivando a transformação do mundo e (25%) das respostas como desenvolvimento das percepções que o indivíduo tem seu próprio organismo, além de considerar a forma como estas percepções se relacionam com as percepções de outros objetos, pessoas, acontecimentos em seu ambiente.

A quarta questão diz que a escola como polo educativo é, com (30%) de incidência disseram que é uma instituição que dá a oportunidade ao aluno de aprender por si próprio, oportunidades de investigação individual de forma que possa intervir no processo sociocultural, (25%) de incidência que é de caráter amplo não restrito à escola em si e nem a um processo formal e ambas as respostas com (15%) de frequência disseram que é um instrumento ligado às agências controladoras da sociedade, do sistema social, governo, política, economia, etc. e um ambiente que deve respeitar a criança, para que possa desenvolver-se no seu processo de vir-a-ser.

A escola tenta, na medida do possível, formar as consciências críticas, preocupadas em interagir no mundo onde vivem. Se cumprir com esse papel, formar cidadãos críticos, conscientes, que estejam aptos a resolverem os problemas atuais, voltados para o pensar ecológico estará fazendo Educação Ambiental e, juntos, sem distinção racial ou preconceito social, poder-se-á viver a justiça (MELO, 2003).

Na quinta questão, discutimos a Educação Ambiental perguntando o que é Educação Ambiental. As questões mais incidentes foram (40%) dizendo que é um conjunto de ações educativas voltadas para a compreensão da dinâmica dos ecossistemas, considerando o efeito da relação homem com o meio, a determinação social e a variação/evolução histórica dessa relação, ambas as respostas com (20%) de incidência dizendo que é a sistematização de conhecimentos de diferentes áreas a fim de ampliar a compreensão sobre os bens naturais e seu uso como recurso para o desenvolvimento social e um trabalho educacional sistemático que têm por finalidade garantir as futuras gerações os conhecimentos até aqui produzidos a fim de preservar e(ou) criar novas condições necessárias para uma vida autossustentável.

Segundo Guarim (2002, p. 31) o conceito de Educação Ambiental é:

A Educação Ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A Educação Ambiental também está relacionada com a prática e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida.

Na concepção de Carvalho (2001, p. 09) a Educação Ambiental é um processo que deve objetivar a formação de cidadãos, cujo conhecimento acerca do ambiente biofísico e seus problemas associados possam alertá-los e habilitá-los a resolver seus problemas. Sato (2002, p. 17) descreve a educação Ambiental:

A Educação Ambiental nasceu no bojo de um pensamento pulsante e vivo que tentou buscar novas formas de pensar e agir, ancorada em plataformas políticas e existenciais, sem, contudo, negligenciar sua vontade de crescimento epistemológico e de respeito a todas as formas de vida e a tudo que tem relação com ela.

Na questão seis as respostas mais incidentes sobre como a Educação Ambiental deveria ser implementada nas comunidades foram ambas de (45%) como princípios inseridos nas diferentes áreas do conhecimento de forma informativa e formativa, utilizando a teia de conhecimentos e informações como forma de interação do homem com o ambiente natural e com disciplina, com aulas baseadas em atividades

investigatórias sobre o ambiente natural e desenvolvimento sustentável, buscando ações interdisciplinares com as diversas áreas do conhecimento. Oliva (2002, p. 44) frisa que:

É justamente sua ação cotidiana do indivíduo na sociedade, organizada sob as mais diferentes entidades e organizações, com atuação numa gama enorme de temas que se associam à questão ambiental, que constitui sua principal experiência.

Considerando-se a importância da temática ambiental e a visão integrada de mundo, tanto no tempo como no espaço, a escola deverá oferecer meios efetivos para que cada aluno compreenda os fatos naturais e humanos a esse respeito, desenvolva suas potencialidades e adote posturas pessoais e comportamentos sociais que lhe permitam viver numa relação construtiva consigo mesmo e com seu meio, colaborando para que a sociedade seja ambientalmente sustentável e socialmente justa; protegendo, preservando, todas as manifestações de vida no planeta; e garantindo as condições para que ela prospere em toda a sua força, abundância e diversidade. (Klockner 1999, p. 39).

Na questão sete discutimos o que é a Sustentabilidade. Ambas as respostas tiveram (20%) de incidência disseram que a Sustentabilidade é a utilização de práticas capazes de manter por tempo infinito e produtividade e aplicação de conceitos e princípios ecológicos no manejo de agros ecossistemas e (10%) de incidência dizendo que é compatibilizar as necessidades de desenvolvimento das atividades econômicas e sociais com as necessidades de preservação ambiental.

A Educação Ambiental contribui para tornar a Sustentabilidade um valor na concepção cognitiva e social das pessoas, uma vez que se torna parte do processo pedagógico e colabora na educação. As grandes calamidades ambientais apresentam-se como consequência de um pensamento imediatista de lucratividade e falta de conhecimento.

A Educação Ambiental tendo sido inserida nas grades curriculares nas instituições de ensino, porém algumas vezes sem estímulo governamental (CARVALHO, 2002).

Na questão oito o Desenvolvimento Sustentável para (65%) da amostra é compatibilizar as necessidades de desenvolvimento das atividades econômicas e sociais com a necessidade de preservação ambiental.

Conforme Barros (2002) a questão ambiental está se tornando cada vez mais crucial para toda a humanidade, o futuro depende da relação entre ambiente e humanidade e o que se faz com recursos naturais. O Desenvolvimento sustentável deixa de ser uma opção para tornar-se uma questão de sobrevivência. À medida que a humanidade

umenta sua capacidade de intervir na natureza, surgem cada vez mais conflitos. O modelo de sociedade construído com a industrialização crescente está trazendo rapidamente consequências indesejáveis.

Na questão nove discutiu-se a seguinte questão A Educação Ambiental tem como ação estratégica, (35%) disse que a estratégia é promover o conhecimento a fim de mudar os hábitos e costumes que estimulem a melhoria da manutenção da qualidade de vida, (30%) compreender os problemas ambientais procurando adquirir valores e atitudes relacionados aos problemas ambientais, procurando encontrar soluções sustentáveis e respostas com (10%) de incidência disse que é estar em sintonia com as realidades sociais, econômica, política, cultural e ecológica.

Oliveira (2000, p. 89) destaca que a educação tem sido sugerida como a salvadora dos problemas ambientais, como se a busca de alternativas para um desenvolvimento sustentável se desse apenas pela mudança de mentalidade, via educação. O desafio da questão ambiental, por sua extensão e complexidade, vem exigindo uma abordagem cada vez menos ortodoxa, rompendo com a tradição segmentada e reducionista.

Na questão dez o desenvolvimento sustentável é dado a partir de: segundo (35%) pelo desenvolvimento de políticas de reintegração do homem ao meio em que vive, (20%) a aceitação de determinadas condições naturais (clima, relevo, temperatura, umidade,...) a fim de buscar a integração do homem e sua produção com o ambiente natural.

Na questão onze para a amostra a Aprendizagem Significativa é para (45%) o processo pelo qual uma nova informação se relaciona com um aspecto relevante da estrutura de conhecimento do indivíduo, (20%) só é significativa se o conteúdo descoberto ligar-se a conceitos e subsunções relevantes já existentes na estrutura cognitiva.

A questão doze procurou a definição do lixo. Para (25%) o lixo são rejeitos que devem ser aproveitados em um segundo momento, na linha de produção em geral, para (20%) são rejeitos orgânicos e inorgânicos domiciliares e industriais, sem aproveitamento, reutilização ou reciclagem na geração de bens duráveis ou de consumo imediato, (15%) que são rejeitos orgânicos e inorgânicos domiciliares e industriais.

Na questão treze discutiu-se sobre o que é a implementação da coleta seletiva de lixo. Obtemos como (65%) das respostas que é selecionar o lixo, separando plásticos de vidros, de metais, de madeiras, de baterias e matéria orgânica, encontrando soluções de

reciclagem e reaproveitamento dentro da comunidade, gerando trabalho e renda aos cidadãos.

Na questão quatorze a água é, para (45%) da amostra um bem de domínio Público, que não pode ser utilizada para fins lucrativos e (ou) bem estar social e (ou) familiar, sem autorização e controle dos órgãos ambientais competentes, para (20%) é uma fonte de abastecimento privado ou público e (10%) responderam que é uma fonte para uso livre da comunidade, sem nenhuma restrição.

Na questão quinze para (40%) da amostra a água deve ser um bem público de domínio público, para (20%) deve ser um bem de uso restrito e para (10%) deve ser um bem público.

Na questão dezesseis o tratamento da água é, para (35%) de responsabilidade do proprietário e do Estado, (30%) que é de responsabilidade do Estado.

Na questão dezessete, ambas as respostas com (25%) de frequência Agro tecnologia significa a utilização de processos ecológicos em uma agricultura sustentável e desenvolver uma agricultura ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável, (20%) das respostas disseram que a Agro tecnologia é uma nova abordagem de agricultura e do desenvolvimento agrícola, explorando conhecimentos e métodos ecológicos na busca do equilíbrio, ambas as respostas com (10%) de frequência disseram que é um processo que utiliza princípios da agricultura e da ecologia de forma cruzada e interdisciplinar e é aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de ecossistemas sustentáveis.

Na questão dezoito, discutiu-se sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais, onde obtivemos como resposta de (30%) da amostra dizendo que sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais é importante destacar as possibilidades da compreensão dos conteúdos numa perspectiva inter e multidisciplinar, (25%) disse que é importante destacar o sentido da inclusão do Meio Ambiente e com isto a Educação Ambiental como tema transversal do Currículo Fundamental e Médio, (15%) o sentido da inclusão da Educação Ambiental como disciplina do currículo de Ensino Fundamental e Médio.

Koslosky (1999) menciona que a forma como assuntos voltados para a compreensão da realidade social e dos direitos e deveres em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental foram incorporados aos PCN's foi através da transversalidade, isto é, devem ser incorporados nas áreas já existentes e no trabalho educativo da escola sem que se crie uma nova disciplina. O conjunto geral recebeu o nome de Temas Transversais

indicando a metodologia e tratamento didático proposto para sua inclusão no currículo. Carvalho (2001, p. 32) menciona que:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) refletem a visão de que cada vez mais a questão ambiental está sendo vista com maior atenção pela sociedade. O futuro da humanidade depende da relação entre a natureza e a utilização racional dos recursos naturais disponíveis.

Loureiro et all (2000, p. 173) frisa que:

A análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais demonstrou a ênfase no envolvimento de todas as instâncias da escola — diretores, professores, alunos e funcionários — no ensino de Educação Ambiental. Cada integrante do universo escolar tem um papel a ser desempenhado nas ações a serem empreendidas em prol do meio ambiente. A participação ativa do professor é valorizada, visto que a ele compete o ensino de procedimentos científicos que acarretem a produção de conhecimentos e pesquisas na área.

A segunda parte do instrumento de coleta de Dados aplicado foi composta de quinze questões, com respostas objetivas abreviadas por DT, D, NO, C, CP e NR, significando respectivamente Discordo totalmente, Discordo, Concordo, Concordo plenamente e Não respondo.

As questões foram listadas abaixo, elas estão dispostas em forma afirmativa e após suas respectivas respostas listadas na sequência.

1. A Educação se caracteriza por conduzir o aluno ao contato com as grandes fontes da Humanidade, considerando a experiência ou a experimentação uma forma de Ensino e como base do conhecimento, tendo o conhecimento como resultado direto da Ciência.

De acordo com Oaigen (1995, p. 81) o processo ensino e aprendizagem, ao longo das diferentes fases da história da humanidade, sempre buscou principalmente com a pedagogia da existência a importância do crescimento do potencial crítico e decisivo do homem, dentro de sua comunidade.

2. A Educação visa promover um ensino centrado fundamentalmente no aluno, dando ênfase às relações interpessoais e ao crescimento que delas resulta centrado no desenvolvimento da personalidade do indivíduo e na construção e organização pessoal da realidade, estabelecendo a aprendizagem como um produto do ambiente, de pessoas ou de fatores externos do aluno. Sendo predominantemente interacionista com algumas preocupações referentes às relações sociais.

A Educação Não formal explicita tipos, formas alternativas e maneiras de educar Isto quer dizer que dispõe a sociedade de instrumentos outros, além da escola, para elevar

a sua população a padrões diferenciados de aprendizagem (OAIGEN, 1995). As atividades extraclasse, tipo de Educação Informal, são consideradas atividades que se desenvolvem complementarmente as de classe, vinculadas ou não as matérias do currículo e dirigidas, preferencialmente, por alunos, e supervisionadas por professores (OAIGEN, 1995).

3. A Educação vê o mundo como o desenvolvimento das percepções que o indivíduo tem de seu próprio organismo, além de considerar a forma como estas percepções se relacionam com as percepções de outros objetos, pessoas e acontecimentos em seu ambiente.

4. A Educação vê o mundo como uma realidade a ser transmitida ao indivíduo pelo processo de educação formal.

5. A Aprendizagem é significativa se o conteúdo descoberto ligar-se a conceitos subsunções relevantes já existentes na estrutura cognitiva.

6. Os Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCNs incluíram Meio Ambientes e com isto a Educação como Tema Transversal no Currículo de Ensino Fundamental e Médio.

Loureiro et al (2000, P. 176) menciona que a Educação Ambiental deveria integrar os currículos dos Programas de Graduação, e a análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais deveria ser fomentada nas diversas unidades das instituições superiores.

Cabe, portanto, à universidade promover articulações intra e interinstitucionais, no sentido de favorecer a formação e capacitação de profissionais competentes e preparados para engendrar mudanças no perfil educacional brasileiro, em particular no que se refere à Educação Ambiental.

7. A Educação Ambiental é um conjunto de ações educativas voltadas para a compreensão da dinâmica dos ecossistemas, considerando os efeitos da relação do homem com o meio e a determinação social e a variação/evolução histórica dessa relação.

Toda ação educacional que integre questões ambientais, que objetive mudanças de atitudes, que incentive a cooperação e a solidariedade e que busque resgatar valores éticos hoje perdidos na nossa sociedade, pode ser chamada de Educação Ambiental (BRITO, 2003).

Zanini (2001, p. 50) ressalta que:

Os conteúdos de Meio Ambiente foram integrados às áreas, numa relação de

transversalidade, de modo que impregne toda a prática educativa e, ao mesmo tempo, crie uma visão global e abrangente da questão ambiental, visualizando os aspectos físicos e históricos-sociais, assim como as articulações entre a escala local e planetária desses problemas. Além disso, que cada professor, dentro da especificidade de sua área deve adequar o tratamento dos conteúdos para contemplar a Educação Ambiental. Essa adequação pressupõe um compromisso com as relações interpessoais no âmbito da escola, para haver explicitação dos valores que se quer transmitir e coerência entre esses e os experimentados na vivência escolar, buscando desenvolver a capacidade de todos para intervir na realidade e transformá-la.

8. A Educação Ambiental é o resgate dos princípios e valores desenvolvidos e praticados pelos nossos antepassados e associá-los aos novos conhecimentos e tecnologias com a finalidade de buscar o equilíbrio necessário a um desenvolvimento sustentável.

A Educação Ambiental, como componente de uma cidadania abrangente, está ligada a uma nova forma de relação ser humano / natureza, e a sua dimensão cotidiana leva a pensá-la como somatório da prática e, conseqüentemente, atendê-la na dimensão de sua potencialidade de generalização para o conjunto da sociedade (FLACK, 2004).

9. A Educação Ambiental é a ação do homem sobre a natureza, visando compreendê-la para utilizar estes conhecimentos em benefício próprio.

As questões ambientais dizem respeito a todo e qualquer cidadão, porque os seres humanos, mais do que as outras espécies, dependem de um ambiente equilibrado e em condições de desenvolver uma sadia qualidade de vida (MELO, 2003).

10. O Desenvolvimento Sustentável é possível a partir do desenvolvimento de políticas de reintegração do homem ao meio em que vive.

11. O desenvolvimento Sustentável só é possível a partir da aceitação de determinadas condições naturais (clima, relevo, temperatura, umidade,...), a fim de buscar a integração do homem e sua produção com o ambiente natural.

12. O desenvolvimento sustentável só é possível com a preservação da produtividade, mudando os padrões de consumo e de uso dela para beneficiar a todos, produtores e consumidores.

13. A Educação Ambiental deveria ser implementada nas comunidades como disciplina, com um conteúdo sistematizado.

14. A Educação Ambiental deveria ser implementada como um conjunto de princípios inseridos nas diferentes áreas do conhecimento de forma informativa e formativa, utilizando a teia de conhecimentos e informações como forma de interação do homem com o ambiente natural.

A troca contínua de situações do cotidiano de cada um, possibilitando a interação e a socialização do conhecimento trivial, certamente possibilitando o avanço científico e tecnológico, Reghin (2002, p. 10) destaca com relação à educação formal e a Educação Ambiental:

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As respostas obtidas são listadas a seguir no quadro abaixo:

Quadro 01

QUESTÃO	*DT	*D	*NO	*C	*CP	*NR
1	0	03	01	04	03	03
2	0	01	01	07	02	01
3	0	01	03	07	01	02
4	0	12	0	02	0	0
5	0	01	01	06	06	0
6	0	01	01	05	02	0
7	0	03	02	03	06	0
8	04	03	0	05	03	0
9	0	06	0	03	0	0
10	0	07	0	12	01	0
11	0	01	0	06	04	0
12	0	04	0	08	02	0
13	02	04	0	04	01	04
14	0	05	0	03	05	02
15	02	03	0	02	09	0

Quadro 1: Respostas do ICD 02.

* Legenda utilizada na elaboração das respostas:

- DT: Discordo Totalmente
- D: Discordo
- NO: Não Opino
- C: Concordo
- CP: Concordo Plenamente
- NR: Não Respondo

O terceiro Instrumento de Coleta de Dados aplicado continha cinco questões abertas, onde a amostra podia citar três alternativas.

A primeira questão tratava da importância das atividades informais para a formação do cidadão. Em (25%) de incidência a amostra respondeu que é importante para o desenvolvimento pessoal, autoconfiança e expressão oral, ambas as respostas com (15%) para o conhecimento interdisciplinar e realização de atividades práticas, (10%) para ampliar a visão de mundo, ambas as respostas com (5%) de incidência, disseram que é importante para a apresentação de valores inerentes ao seu dia a dia, para aumentá-lo o conhecimento científico, a capacidade crítica e a assimilação do conteúdo e ainda a existência de troca de ideias.

A segunda questão pediu à amostra que destacasse os aspectos que favorecem a aprendizagem significativa. As respostas obtidas foram de (25%) da amostra que a aprendizagem significativa é favorecida pela utilização da realidade em que vivemos (20%) que é favorecida a partir da ampliação do conhecimento, (10%) que é favorecida pelas estratégias que explorem o conhecimento prévio do aluno, pela formação do sujeito crítico, pela investigação do nível em que o aluno se encontra pelo incentivo à Pesquisa, pelas atividades práticas (experimentos), pelo interesse e vontade própria do aluno, (5%) das respostas obtidas foram de que a Aprendizagem Significativa se favorece do amor e dedicação pelas atividades realizadas, por aulas com ambientes favoráveis, por conteúdos que já existam na estrutura do conhecimento, pela contextualização, do respeito à cultura local e da expressão oral.

A terceira questão pedia que a amostra destacasse os aspectos convergentes para a formação do aluno com maior responsabilidade social e voltada para a Educação Ambiental. Obtivemos como respostas as seguintes incidências, em (20%) a relação do conteúdo com os aspectos da realidade vivida pelo aluno e comunidade em geral, (15%) a conscientização e a possibilidade de obter maior qualidade de vida, (10%) a conscientização da responsabilidade do ser humano com o meio, (5%) mudança de padrão de consumo, aprendizagem como um produto do ambiente, as práticas de Ensino, a Interdisciplinaridade, a interação da Sociedade e o Meio Ambiente, a sensibilização e conscientização, a Educação Ambiental e o desenvolvimento de ações voltadas para a preservação do Meio Ambiente e a Sustentabilidade.

A quarta questão propôs que a amostra citasse três características que mostram as relações entre ecologia, economia e Educação Ambiental. (25%) da amostra não responderam, (10%) citaram a preservação Ambiental, a Sustentabilidade, a ganância, proveito pessoal e egoísta, o lucro (relação negativa) e (5%) falaram dos recursos não renováveis, a multidisciplinaridade, a extração da matéria, a agricultura, relação do ser humano x Meio Ambiente, a conscientização Ambiental, a relação com a Sociedade, Qualidade de vida, utilização e exploração dos recursos locais próximos para estudos, observações e trilhas ecológicas.

Na quinta questão discutiu-se como cada indivíduo analisava a questão do ambiente, das ciências e das tecnologias ao longo da história e suas relações com a Educação Ambiental. As respostas foram dadas de forma bem extensa, sendo todas com (5%) de incidência nas seguintes afirmações: Compreendo que ao longo da história a

questão do ambiente foi tratada como recursos inesgotáveis e hoje estamos em busca do equilíbrio necessário para o desenvolvimento sustentável e uma melhor qualidade de vida; mesmo com o avanço tecnológico, o Ensino de Ciências ainda está fortemente voltado para o ensino formal e a Educação ainda é abordada de formas a relatar fatos e experiências; A tecnologia é uma ferramenta que a Ciência usa para aplicar os conhecimentos, mas também atua de forma prejudicial em alguns setores relacionados ao Meio Ambiente; O Ambiente vem sendo tratado com muito carinho, mas vejo que estamos longe do ideal, vejo também que a partir dos anos 80 a preocupação com o ambiente está crescendo; Ambiente, Ciências e Tecnologia ao longo da história e suas relações com a Educação não andam de mãos dadas, acredito que ainda há de passar alguns anos para que haja coerência entre a teoria e a prática; A população está cada vez mais envolvida com as Novas Tecnologias, esquecendo-se da importância dos valores ambientais, dentro deste contexto é necessária uma mudança no comportamento do homem com a natureza.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os ICD aplicados obtiveram muitas respostas significativas, observadas e comentadas acima, destacando a relação entre os Conceitos de Educação, Educação Ambiental e Sustentabilidade.

A realização dessas atividades, concluímos que a realização de Trilhas Temáticas é eficaz na construção da aprendizagem, proporcionando a relação dos assuntos abordados no Tema, significando conceitos e construindo o conhecimento.

A Educação Ambiental se constitui numa forma abrangente de Educação, que se propõe a atingir todos os cidadãos, através de um processo pedagógico participativo, que procura despertar no educando uma consciência crítica sobre o problema compreendendo a capacidade de captar a gênese e a evolução de problemas ambientais.

O uso das Trilhas Temáticas possibilita que a Educação Ambiental faz a integração destes três pontos: Ambiente, Ciência e Tecnologia, gerando Sustentabilidade e preservação; O Ambiente a longo do tempo, sofreu um impacto muito grande devido aos avanços tecnológicos que foram necessários devido ao aumento da população, mas em contrapartida pouco se faz no que se diz respeito à Educação Ambiental.

São três áreas que deveriam propor programas de conscientização, estão interligados através de ações com o objetivo de promover o desenvolvimento do meio ambiente com uma visão crítica e responsável: Educação, Ambiente e Sociedade.

REFERÊNCIAS

BARROS, Marlene Pagliaroni Becker de. **Aprendizagem Ambiental: Uma Abordagem para a Sustentabilidade.** Florianópolis - SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

BRINKER, Joiceleí Maria de Oliveira Pinto. **Possibilidades de Ensino e Aprendizagem de Ciências Biológicas a partir de situações existentes numa Trilha ecológica.** Dissertação de Mestrado .Universidade de Caxias do Sul, junho de1997.

BRITO, Maria Inês Rubin. **Globalização e Meio Ambiente: Desafios para a Educação Ambiental.** Cruz Alta-RS: Monografia de Pós-Graduação da Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ, 2003.

CARVALHO, Gilvan Artur de. **Desenvolvimento, implementação e avaliação programa de Educação Ambiental a campo escolas de 1º e 2º graus.** Florianópolis-SC: Universidade Federal de Santa Catarina - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção Gestão da Qualidade Ambiental, 2001.

FELDMANN, Fábio. **A importância do meio ambiente na construção da cidadania.** In: Marilda Almeida Marfan (org.).Educação Ambiental. V.3. Brasília: Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação e Formação de Professores, 2002.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa.** 3ª ed. Rio de Curitiba. Editora Positivo. 2004

MOREIRA, M.A. Teorias de Aprendizagem. São Paulo, E.P.U., 1999.

FLACK, Vânia Lúcia. **A qualidade do ar no ambiente e a Educação Ambiental na Escola.** Monografia de Especialização. Cruz Alta-RS: Universidade de Cruz Alta, 2004.

GRAFF, Diva Helena Licht. **A Educação Ambiental no Ensino Fundamental.** Cruz Alta-RS: Universidade de Cruz Alta, 2004.

GRÜN, Mauro. **Ética e Educação Ambiental: A Conexão Necessária.** Campinas – SP: Papyrus, 1996.

GUARIM, Vera Lucia M. S. **Barranco Alto: Uma experiência em Educação Ambiental.** Prefácio do Prof. Dr. Ozório José de Meneses Fonseca: Guiabá: UFMT, 2002.

KLOCKNER, Karen Silvia Salles Silva. **Algumas Diretrizes para Programas de Treinamento, Conscientização e Competência no Âmbito de Sistemas de Gestão**

Ambiental. Florianópolis – SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.(org.) **Sociedade e Meio Ambiente.** São Paulo: Cortez, 2000.

MELO, Margarete Siqueira de. **Educação Ambiental: Relação Teoria e Prática.** Cruz Alta-RS: Universidade de Cruz Alta, 2003.

OAIGEN, Edson Roberto. **Atividades Extraclasse e não-formais: uma política para a formação do pesquisador.** Tese de Doutorado. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 1995.

OLIVA, Jaime Tadeu. **A Educação Ambiental no Ensino Formal.** In: Marilda Almeida Marfan (org.).Educação Ambiental. V.3. Brasília: Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação e Formação de Professores, 2002.

OLIVEIRA, Elísio Márcio de. **Educação Ambiental uma possível abordagem.** 2ª ed. Brasília: Ed. Ibama, 2000.

REGHIN, Jaqueline Ribeiro Bom. **A Avaliação da Percepção Sobre Educação Ambiental Entre Os Acadêmicos De Um Curso De Nível Superior.** Florianópolis-Sc: Universidade Federal De Santa Catarina – Ufsc, 2002.

SARAIVA, Luciana Martins. **Proposta Metodológica de Aplicação da Revisão pelos pares como Instrumento Pedagógico para a Educação Ambiental.** Florianópolis - SC: Tese de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2002.

SATO, Michele. **Relações multifacetadas entre as disciplinas.** In: Marilda Almeida Marfan (org.).Educação Ambiental. V.3. Brasília: Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação e Formação de Professores, 2002.

SERRANO, Célia (org.) 2000. **A Educação pelas Pedras.** São Paulo: Chronos. (Coleção Tours).

SIMSON, Olga Rodrigues de.; PARK, Margaret Brandini.; FERNANDES, Renata Sieiro (org.).**Educação não-formal: cenários da criação.** Campinas-SP: Editora da Unicamp /Centro de Memória, 2001.

ZANINI, Dulce Maria. **Meio Ambiente na Educação: uma Temática em Transversalidade no Ensino Fundamental.** Florianópolis – SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

PESQUISA E O LÚDICO COMO POSSIBILIDADE DE APRENDIZAGEM

RESEARCH AND THE PLAY AS A POSSIBILITY OF LEARNING

OAIGEN, Edson¹
BRAGA, Eledilson²

RESUMO: O presente ensaio analisa a possibilidade de construir a aprendizagem dos alunos através da pesquisa no espaço pedagógico. Para tanto, utilizou-se uma amostra de 98 alunos de um curso de pós-graduação, em nível de especialização, ministrado em Roraima no período de 2012-2013, na Disciplina Metodologia Científica. A metodologia utilizada adotou procedimentos do Método Hermenêutico, valendo-se da Análise do Conteúdo para o tratamento das respostas dos pesquisados. O instrumento aplicado foi semi-estruturado contendo (7) questões abertas. Os resultados mostraram que a metodologia usada oferece melhores condições de aprendizagem ao aluno. Mas, para que isso ocorra se faz necessário que as instituições educacionais estimulem os educadores à prática constante da formação continuada.

Palavras-chave: Pesquisa. Aprendizagem. Espaço pedagógico.

ABSTRACT: *This essay analyzes the possibility of building student learning through research in the pedagogical space. For this, we used a sample of 98 students of a postgraduate course, at the level of specialization, which was taught in Roraima in the period 2012-2013, in the Scientific Methodology of Discipline. The methodology used adopted the procedures of the hermeneutical method, making use of content analysis for the treatment of respondents' responses. The instrument applied was semi-structured and contained (7) open questions. The results showed that the methodology used offers better learning conditions for the student. But for this to happen, educational institutions must encourage educators to constantly practice continuing education.*

Keywords: *Research. Learning. Pedagogical space.*

¹ Faculdade São Francisco de Assis, POA, Universidad Evangelica Del Paraguay. E-mail: oaigen.er@gmail.com

² Secretaria Estadual de Educação do Estado de Roraima. E-mail: mestrebrega123@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por finalidade investigar as possibilidades e os desafios de encaminhar a construção da aprendizagem através da pesquisa e do lúdico no espaço pedagógico. O contexto social desta investigação surgiu durante o processo de definição do problema de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil. A partir da proposta de qualificação, buscou-se redimensionar o objeto de pesquisa abandonando temporariamente a relação da pesquisa com o lúdico. Em outro momento, buscou-se a ideia da articulação entre a pesquisa e o lúdico. Inicialmente, como amostragem, o instrumento elaborado foi aplicado para 98 alunos dos Cursos de Pós-Graduação do Instituto Cuiabano de Educação, em cursos realizados em Boa Vista Roraima no período de 2012/2013 na disciplina de Metodologia Científica. Tendo em vista a riqueza das respostas coletadas nos instrumentos, resolveu-se socializar os dados desta pesquisa, a saber:

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A temática deste estudo preliminar é em torno da formação do educador, investigando as contribuições acerca da pesquisa no espaço pedagógico como uma metodologia por meio da ludicidade, por isso, é imprescindível que educadores, em todos os níveis de formação, repensem as exigências que fazem aos seus alunos, diminuindo a quantidade de informação memorizada. O importante é aumentar nos alunos a capacidade de pensar criticamente.

As atuais pedagogias, creio eu, irão desaparecer, para ressurgir outra que será a disciplina mais estratégica da universidade do futuro. Daí advirá também uma formação muito mais rigorosa do professor, considerando o profissional mais estratégico da sociedade, porque é o profissional dos profissionais. (Demo, 2000, p.46).

Este sentido, podemos afirmar que este contexto a pesquisa ganha espaço significativo como estratégia de aprendizagem no espaço acadêmico, visto que, a pesquisa possibilita desenvolver nos alunos habilidades pouco trabalhadas pelas agências formadoras de saberes. A produção textual é a chave para comunicação efetiva, demanda reflexão e raciocínio. Além disso, a escritura ajuda o acadêmico organizar as ideias, pensamentos, coragem e contribuí para aperfeiçoar a habilidades da leitura.

[...] o que há de pesquisador no professor não é uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar que se acrescente a de ensinar. “Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa, o de que se precisa é que, em

sua formação permanente o professor se perceba e se assuma, porque professor, como pesquisador”. (Freire, 1996, p.32).

Revisitando o estudo preliminar do estado da arte, percebe-se, que o tema formação de professores é bastante estudado, no entanto, a qualidade dos resumos deixa muito a desejar, existem resumos que são sucintos demais, outros longos e muito genéricos, entre outros que são ainda extremamente confusos, conforme afirma André (1998).

Conforme análise de André (1998) detectou que no período de 1990/1996, foram produzidos 340 trabalhos de teses e dissertações, sendo que, em 1996, a produção cresceu sensivelmente, atingindo 18,7 % do total dos trabalhos. Esse dado evidencia que a docência veio ganhar maior interesse por parte dos pesquisadores. É importante olhar para as tendências que estão presentes nas políticas educacionais, voltadas para a formação do professor, seja em nosso país ou fora dele.

Nesse olhar sobre a formação continuada do professor, o conceito de capacitação docente deve contemplar de forma interligada, a saber: socialização do conhecimento produzido pela humanidade, as diferentes áreas de atuação, a relação ação - reflexão - ação, envolvimento do professor em planos sistemático de estudo individual ou coletivo, as necessidades concretas da escola e dos profissionais, valorização da experiência profissional, a continuidade e a amplitude das ações empreendidas, a explicitação das diferentes políticas para a educação pública, o compromisso com a mudança, o trabalho coletivo, a associação com pesquisa científica desenvolvida em diferentes campos do saber.

O conceito de formação continuada predominante nos artigos periódicos analisados é um processo crítico-reflexivo sobre o fazer docente em suas múltiplas determinações, além da ênfase no enfoque emancipatório - político, afirma Alves (1995).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia usada neste estudo inicial adotou a Método Hermenêutico, que possibilitou uma interpretação das respostas para cada questão (categoria principal), construindo-se, então, um conjunto de categorias específicas para cada categoria principal.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise de conteúdo, construíram-se as categorias principais e específicas, considerando três ideias básicas de cada questão, a saber:

Tabela 1 - Categoria Principal 1: O papel da pesquisa como possibilidade de aprendizagem no processo pedagógico.

CATEGORIAS ESPECÍFICAS	Total de opiniões sobre 98 entrevistados	%
Construção do conhecimento	31	31,63
Estimular o ensino e a aprendizagem com novas metodologias e a criatividade interagindo teoria e prática	24	24,49
Interação entre educador e educando: ampliando o interesse e as experiências	22	22,45
Aumenta a autoestima e autonomia do aluno	19	19,39
Método de comunicação: crítica e responsável	17	17,35

Percebe-se no quadro acima que 31,63 % dos pesquisados evidenciaram que é possível construir a aprendizagem através da pesquisa. 24,49 % expressaram que a pesquisa estimula o ensino, a criatividade, além de contribuir na relação teoria e prática. 22% dos investigados afirmaram que a pesquisa possibilita melhorar a interação na relação professor e aluno, além de ampliar o interesse e as experiências pedagógicas. 22,45 % verbalizaram que a pesquisa proporciona o aumento da autonomia e da autoestima dos alunos. Verificou-se, também, em 5º lugar que a pesquisa melhora o método de comunicação, pautando pelo desenvolvimento da crítica e da responsabilidade.

Neste contexto, a prática da pesquisa, na sala de aula e mesmo fora dela, favorece a construção de vínculos na relação professor-aluno. A (re) construção do conhecimento ajuda os acadêmicos a superar a barreira do medo e do desconhecido, permite que o ambiente pedagógico torne-se mais dinâmico. Assim, o aluno passa ser sujeito da aprendizagem e desenvolver, a partir desse processo, a criticidade, autonomia e a criatividade. Neste sentido, o espaço acadêmico se torna mais desafiador, aprimorando o senso político do processo educativo, e desta forma, a aprendizagem passa a ter um novo significado, embasado na produção, argumentação e rigor científico.

Deste modo, a autonomia precisa ser experiência da e vivenciada com a finalidade de envolver todos os acadêmicos no processo de ensino e aprendizagem, dando ênfase à formação de alunos críticos, livres, responsáveis, pensantes e com a capacidade de se auto construir.

Nesta perspectiva, Luft (1999) afirma que a prática da pesquisa possibilita ao educador rever a sua prática pedagógica, a partir das contribuições relevantes dos alunos,

as quais apontam que o trabalho, no espaço pedagógico, incentiva à construção do conhecimento, evidenciando que:

Estabelecer o processo de pesquisa como meio de formação de alunos trabalhadores tem sido, no nosso entendimento, uma alternativa na qual acreditamos. Recebemos contribuições significativas dos alunos, pensamos e repensamos nossa prática, deixamos das aventuras solitárias para apostarmos numa construção solidária, mais rica, mais humana e mais feliz. (Luft, 1999, p.29).

Tabela 2 - **Categoria Principal 2:** Vivências da pesquisa no ensino superior e sua relação com as concepções pedagógicas.

CATEGORIAS ESPECÍFICAS	Total de opiniões sobre 98 entrevistados	%
A prática pedagógica não se limita a conhecimentos teóricos, gerando uma prática mais ampla e consciente, com inovações e novas tecnologias.	30	30,61
Não houve vivência, faltou motivação excesso da vivência de teorias tradicionais e métodos empíricos.	25	25,51
Negação do modelo tradicional, buscando nova sistematização para o processo educativo.	25	25,51
A concepção construtivista, ocorrendo mudanças qualitativas e quantitativas e reduzindo o distanciamento entre teoria e a prática.	18	18,37

Verifica-se no quadro acima que 30,61 % dos alunos pesquisados evidenciam que a vivência da pesquisa provoca uma prática consciente e inovadora. Em contrapartida, 25,51 % afirmaram que não houve vivências práticas com pesquisa. Contrapondo esta questão, 25, 51 % evidenciaram a negação do modelo tradicional. Em quarto lugar com 18, 37%, os investigados afirmaram que através da concepção construtivista, percebem-se, mudanças qualitativas e quantitativas e melhorando a aproximação entre a teoria e a prática.

A aceitação da pesquisa em aula, avaliada e compreendida em seus limites, encoraja melhor o desempenho dos professores que pesquisam sobre seu ensino, no entanto, acredita-se no seu potencial de modificar a maneira como vê em seus alunos, sua docência e a si mesmos. É o poder da reflexão crítica como fator de mudança. Ao lado dos aspectos institucionais estão os pessoais do docente. (Enricone, 1996, p.45).

No entender do autor, o aluno tem condições de iniciar o processo de pesquisa, por meio da Iniciação Científica. Quando provocado e estimulado a pensar, sente-se desafiado a criar, produzir e a inovar, num processo dinâmico e reflexivo que lhe possibilita desenvolver habilidades de autonomia e atitudes científicas essenciais ao educar pela cientificidade. A compreensão da ciência envolve uma série de operações mentais para se compreender os significados e produzir novos conhecimentos.

[...] a construção do conhecimento pelo caminho da pesquisa é o desafio ao qual o profissional da educação vem sendo chamada. “Não basta despertar no

professor o desejo de produzir o novo se no itinerário o sujeito primeiro, que é o aluno, não se constituir seu aliado. (Luft, 1999, p.26)”.

Tabela 3 - Categoria Principal 3: Atuação do professor da educação superior em relação ao uso da pesquisa no processo de ensino e aprendizagem.

CATEGORIAS ESPECÍFICAS	Total de opiniões sobre 98 entrevistados	%
O professor é dinamizador, moderador e condutor do processo.	31	31,63
Emancipação do aluno, possibilitando contato com o real, maior criatividade e prazer em aprender.	23	23,47
Professor: mero transmissor de conhecimentos, utilizando métodos ultrapassados, devendo estimular e dominar as metodologias de pesquisa.	22	22,45
Pouco incentivo no desenvolvimento de pesquisas	18	18,37
Preocupação com conteúdos pré-concebidos, não associando teoria e prática.	17	17,35

Visualiza-se, no quadro acima que 31,63 % dos alunos pesquisados evidenciaram que o professor é o dinamizador, moderador e condutor do processo de ensino e da aprendizagem no espaço pedagógico. Em 2º lugar com 23,47 % os investigadores expressaram que a pesquisa contribui para a emancipação do aluno, além do contato com o real e desenvolvendo a criatividade e tendo prazer em aprender. Em terceiro lugar com 22,45 % os pesquisados evidenciam que o professor como um mero transmissor de conhecimento, devendo estimular e dominar as metodologias de pesquisa. Em 4º lugar com 18,37 %, os investigados advertem que são pouco incentivados no desenvolvimento de pesquisas. Por último, em 5º lugar com 17,35 %, percebe-se que os pesquisados têm preocupação com os conteúdos pré-estabelecidos e desarticulados da teoria com a prática.

Nesta visão, acredita-se que são premissas fundamentais na caminhada de investigação, ambos os *professores - aluno* são sujeitos no processo. Por isso, o relacionamento precisa ser sensível, empático e solidário. Tanto a pesquisa, como a relação interpessoal, constituem-se em cumplicidade durante todo o caminho, dia a após dia se fortalece. É como uma semente, que plantamos e quotidianamente pautamos pelo cultivo com amorosidade. Neste sentido, vai germinando e crescendo, sem limite de produção, visto que a natureza mãe é sábia, e se encarrega de cuidar.

Nesta ótica, a experiência de vivenciar a pesquisa como possibilidade para a construção do conhecimento, acaba proporcionando transformações significativas, pois reflete as concepções de ensino e aprendizagem, tanto na teoria como na prática, pois, essa trajetória determina uma visão caracterizada pelo desenvolvimento com a pesquisa e possibilitando a percepção de questões que antes não eram percebidas.

A formação de cidadão deve caracterizar-se como a preparação de homens pensantes, que buscam continuamente novos caminhos, e não de máquinas que sempre repetem automaticamente os mesmos movimentos. Portanto, a

universidade, além de ser uma instância de produção de conhecimento, de cultura e de tecnologia, é também a instituição onde se devem formar pessoas, cidadão e profissionais. (Fávero, 1995, p.56).

No entender do autor, reforçando a atuação do professor-pesquisador, afirma que a pesquisa não deve se constituir um esforço isolado. As instituições promotoras de saberes devem ter presente um projeto político, visando meios e recursos necessários para que o desenvolvimento da pesquisa se concretize de fato. Se a universidade pretende realmente ter produção científica, precisa definir uma política global de pesquisa, propiciando incentivo e as condições necessárias e indispensáveis.

Tabela 4⁴ - Categoria Principal 4: Percepção do aluno sobre a pesquisa no processo de ensino e aprendizagem.

CATEGORIAS ESPECÍFICAS	Total de opiniões sobre 98 entrevistados	%
Agente ativo e participante, despertando o senso crítico e construindo novos saberes em novas realidades.	44	44,90
Busca de novos conhecimentos e descobertas, aprofundando conhecimentos teóricos e tornando o ensino prazeroso, facilitando o aprendizado.	28	28,57
Alguns alunos não encaram a pesquisa como atrativo por não possuir conhecimento teórico, havendo mais valorização das notas do que dos conhecimentos.	23	23,47
Necessidade de referencial teórico básico para a produção científica.	13	13,27

A apresenta-se, no quadro acima, um percentual expressivo de 44,90 % de pesquisados que afirmaram que a pesquisa contribuí para o aluno ser um agente ativo e participante, além de despertar o senso crítico e construindo novos saberes e em novas realidades. Em 2º lugar, com 28.57 % dos investigados, apontaram que a pesquisa busca novos conhecimentos e descobertas, aprofundando conhecimentos teóricos e tornando o proceso de ensino e de aprendizagem mais prazeroso, além de facilitar a aprendizagem dos alunos. Em 3º lugar é importante salientar que 23,47 % advertem que a pesquisa não é atrativa pois, não possuem conhecimentos acerca da pesquisa.

O processo formativo da pesquisa importa se faça fio condutor do sistema educacional, da educação infantil a universidade, da tesoura e cola com que se inicia a criança às artes do ler, escrever e pesquisar aos desafios dos experimentos de laboratório, capazes de abertamente e de público justificarem suas constatações e descobertas. (Marques, 2000, p.133).

Neste horizonte, acreditamos no potencial do ser humano como ser único dotado de inteligência, habilidade e potencialidades que precisam ser desenvolvidas numa perspectiva crítica de ensino, resultando uma aprendizagem significativa para os

⁴ Tabela 4 – continua na próxima página.

professores e alunos. Desta forma, acreditamos formar pessoas mais solidárias, sensíveis, investigativas para atender às necessidades de nossa sociedade, e assim, contribuir para a sua transformação, encantar a educação, o ser humano e a natureza mãe.

As instituições universitárias precisam refletir e assumir o compromisso frente ao baixo nível de produção acadêmica, passividade dos alunos, entre tantos outros entraves que prejudicam a aprendizagem dos acadêmicos. Não podemos persistir com o paradigma da reprodução, onde o professor deve ter domínio do conhecimento e ser um transmissor dos conteúdos.

Na prática pedagógica tradicional, o professor normalmente fala, explica, atua, decide e estabelece o ritmo do aprendizado dos alunos. O cerne dos objetivos educacionais obedece à sequência lógica dos conteúdos de acordo com a legislação. Os conteúdos são selecionados a partir da cultura universal acumulada e organizados em disciplinas e dando ênfase na quantidade de conhecimentos.

A universidade poderia confirmar papel imprescindível e gerador frente ao desenvolvimento humano, desde que fizesse o signo exemplar da formação da competência, indicando a gestão do cidadão capaz de intervir eticamente na sociedade e na economia, tendo como alavanca instrumental crucial o conhecimento inovador. Não poderia, por isso, bastar-se com ensino, como é ainda regra geral entre nós. Pior que isto, não se sustenta à proposta de apenas ensinar a copiar, não só porque significa mero treinamento, mas, sobretudo porque implica inequívoca imbecilização. (Demo, 2000, p.55).

Tabela 5 - Categoria Principal 5: A pesquisa no ensino superior e a construção do conhecimento científico.

CATEGORIAS ESPECÍFICAS	Total de opiniões sobre 98 entrevistados	%
Desenvolve o senso crítico, construindo o pensamento científico.	31	31,63
Organização de ideias, compreendendo a realidade.	27	25,55
Aprender com a experiência, desenvolvendo processos e a capacidade de análise.	18	18,37
Descobertas científicas, solucionando problemas e desenvolvendo a criatividade.	15	15,31
Utilização da fundamentação teórica na construção e discussão do conhecimento	14	14,29

Percebe-se nas falas dos pesquisados que em 1º lugar com 31 % dos alunos pesquisados evidenciaram que a pesquisa desenvolve o senso crítico, construindo o pensamento científico. Em 2º lugar com 25,55 % dos investigados anunciam que a pesquisa contribui para a organização de ideias, compreendendo a realidade.

O paradigma da construção do conhecimento inicia-se quando as instituições educacionais desafiam seus parceiros *professores, pais, alunos e direção*, a pensarem sobre educação, ou seja, definir o tipo de educação, caminhos a serem seguidos por todos

que fazem parte do contexto educacional. Quando isso ocorre, abre-se espaço na instituição educacional para serem debatidas e refletidas todas as questões que norteiam as ações educativas de forma reflexiva e coletiva.

Educação científica tem por finalidade o preparo do indivíduo para a atuação na sociedade, exercendo o domínio científico e tecnológico que lhes permitem utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio, os desafios diários, pois, além dos conhecimentos, experiências, habilidades e capacidades inerentes a Ciência, necessita levar o educando ao desenvolvimento da lógica e da vivência real dos métodos científicos”. (OAIGEN, 1996, p.61).

Na visão do autor, é preciso ter presente que a educação científica está à disposição do homem, logo, não podemos, enquanto docentes do ensino superior, manter práticas pedagógicas voltadas para a reprodução do conhecimento. O desafio das universidades é aprofundar com autonomia, quotidianamente, os saberes construídos pela educação científica.

Tabela 6 - Categoria Principal 6: Princípios fundamentais vinculados á pesquisa.

CATEGORIAS ESPECÍFICAS	Total de opiniões sobre 98 entrevistados	%
Produção de conhecimento numa perspectiva interdisciplinar, investigando e descobrindo o novo.	36	36,33
Observação, pensamento lógico e criativo, bem como da autonomia e motivação.	29	29,59
Planejar a pesquisa, com previsão metodológica.	17	17,35
Análise dos dados e comprovação.	16	16,33

Verifica-se, no quadro acima, que 36,33 % dos investigados afirmaram que a produção de conhecimento numa perspectiva interdisciplinar e na busca do novo é evidenciada como princípios fundamentais vinculados à pesquisa. Em 2º lugar com 29,59 % dos interrogados adverte que é princípio da pesquisa observar, pensar logicamente, assim como, a presença da autonomia e da motivação. Em 3º lugar, com 17,35 %, é princípio de a pesquisa planejá-la com previsão metodológica. Em 4º lugar perfazendo um percentual de 16,33 %, apontaram como princípio da pesquisa, a análise dos dados e sua comprovação.

Em 5º, 6º, e 7º lugar, apresenta-se com um percentual de 13,26 %, igualmente, que é princípio da pesquisa o pensamento crítico, Educação Científica e descobrimento da realidade. Além disso, a visão crítica da realidade pela análise e síntese, também, apresenta-se, como princípio da pesquisa, bem como, ciência como princípio para a pesquisa: aprendizagem significativa, revisão teórica, interpretação e desenvolvimento das competências e produção de indicadores.

Na perspectiva de Callai (1999), quando o aluno passa a ler e escrever aprende a ler o mundo em que vivemos. Nesse sentido, a pesquisa passa então a ser instrumento essencial no processo de ensino e aprendizagem. Observar a realidade, falar sobre as coisas do dia-a-dia, investigar os motivos daquilo que é aparente e discutir sobre isso é pensar a realidade da nossa vida. A investigação possibilita ao acadêmico, pensar e refletir, fazer questionamentos e buscar incessantemente respostas às inquietações e ter sempre perguntas a fazer.

É importante ressaltar que a vivência da pesquisa permite estimular, orientar, assessorar e acompanhar o processo de pesquisa como possibilidade concreta e desafiadora na construção do conhecimento. Nesse sentido, não podemos *julgar* os professores de não terem essa prática voltada para a pesquisa, tendo em vista que não tiveram um modelo de concepção de ensino e aprendizagem.

Nessa dimensão, é fundamental que as instituições promotoras de saberes reflitam se a formação está sendo disponibilizada para estes futuros docentes. Por isso, se faz necessário revisitar metodologias que contemplem a criatividade, a inovação, a reflexão e a crítica, visto que contribuem para formação mais eficaz dos futuros profissionais da educação. Entendemos que assim teremos daqui a algum tempo, alunos e /ou profissionais mais felizes, habilidosos, críticos, inventivos, inovadores e cidadãos, que assumam o compromisso de contribuir para uma sociedade melhor para todos e para as futuras gerações.

Como podemos perceber, a pesquisa como possibilidade de (re) construção, tornará possível o crescimento de um sujeito capaz de estruturar mudanças refletidas e programar ações inovadoras na prática educativa.

Tabela 7 - Categoria Principal 7: Relações entre a pesquisa, o ensino e o lúdico.

Categorias específicas	Nº de alunos	%
Interação professor, aluno e conteúdos.	16	16,33
Debate e visão crítica.	15	15,31
Criatividade e o lúdico são indispensáveis na pesquisa.	15	15,31
Ensino e aprendizagem promovidos pela pesquisa.	13	13,26
Pesquisa interdisciplinaridade, tecnologia e diálogo, possibilitando o questionamento para o educando.	12	12,24

Visualiza-se, no quadro acima que em 1º lugar as relações entre a pesquisa, o ensino e o lúdico aparecem à interação com 16,33 % dos alunos pesquisados. Em 2º lugar com 15,31 % aparece o debate e a visão crítica. Em 3º lugar com 15,31 % dos pesquisados evidenciam que a criatividade e o lúdico são indispensáveis na pesquisa. Em

4º lugar, com 13,26 %, aparece o ensino e a aprendizagem promovidos pela pesquisa. Por último, em 5º lugar ficou evidenciada que a relação existente está vinculada pela interdisciplinaridade, tecnologia, diálogo, possibilitando o questionamento para o educando.

Nesta perspectiva, o posicionamento frente à importância do lúdico na construção da aprendizagem, Perpétuo (2001) afirma que: “a criança pobre não brinca porque precisa trabalhar, e não tem segurança nem espaço. E a criança rica não brinca porque tem agenda de executivo” (p.53). No entender do autor, na atualidade as crianças não brincam ou brincam muito pouco, pois quando estão nas instituições de ensino, os educadores devem promover a aprendizagem, utilizando como ferramenta significativa para o aluno, a ludicidade.

Segundo Perpétuo (2001), o cerne da questão e “o grande nó, hoje, é formar quem possa coordenar essas atividades” (p.53). Por isso, se faz necessário que haja instituições educacionais que promovam a formação de educadores com pressupostos teórico-prático e apontem caminhos e metodologias para uma prática voltada à pesquisa e ludicidade no espaço pedagógico.

Dentro deste horizonte, o autor nos aponta caminhos, desafios e estratégias para que haja a curto espaço de tempo, mais profissionais da educação qualificando-se para uma ação educativa voltada para pressupostos básicos na formação de ludo educadores.

Logo se vê que Perpétuo (2001) tem razão ao colocar que: “o investimento não é no brinquedo, mas na pessoa do ludo educador, aquele que faz o trabalho educativo, utilizando o lúdico como instrumento” (p.53). No entender do autor, essa formação contribui para uma prática pedagógica mais eficaz, ou seja, melhorando aprendizagem do aluno.

Em vista disso, Martins (2001) em parceria com a PUC-SP, programou no ano de dois mil, o curso “Pressupostos básicos para a formação de ludo educador”. “A ideia é transformar o curso em uma pós-graduação” (p.53). Reafirmando o posicionamento do autor, quanto à implementação do curso na PUC-SP, acreditamos que brevemente isso seja premissa de um número maior de instituições educacionais voltadas para uma questão tão importante, ou seja, a formação de ludo educadora.

Portanto, frente a esse contexto, percebe-se que professores e as pessoas de um modo geral ficam atrelados às coisas prontas, mais fáceis e rápidas; neste sentido, podemos afirmar que não contribuem para o processo de ensino e aprendizagem do ser

humano, da criatividade, bem como, não estimulam a criticidade, a inovação, a reflexão, a reconstrução e a autonomia na formação plena da identidade de um cidadão, responsabilidade das instituições educacionais.

A ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento. (Santos, 1998, p.12).

Em vista disso, acredita-se, que se os educadores do ensino superior refletirem sobre a importância do lúdico no processo de construção do conhecimento, certamente terão alunos mais ativos, participativos no processo de ensino-aprendizagem e diminuirão as tensões, medos, ansiedades, inseguranças, desinteresse pelas aulas, entre tantos outros sentimentos que não favorecem o aprender.

Diante desse contexto, há necessidade de uma ruptura do ensino tradicional-formal no ensino superior para que se estabeleça um ensino mais dinâmico, humanista voltado para o desenvolvimento de habilidades, do ensinar a pensar, educar pela pesquisa, da utilização de práticas pedagógicas que valorizem a ludicidade, no desafio de uma educação de qualidade científica, que contribua para diminuir a evasão, a repetência e melhore a autoestima dos universitários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDB) nº 9394/96, desafia o docente a ser pesquisador, estimulando os alunos à prática da pesquisa no espaço pedagógico. Nesse contexto, a legislação, conforme art. 43, afirma que o educador deve "incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, a desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive" (p.71).

O espírito da atual legislação brasileira, em especial o ensino superior, visa promover e fomentar a criação cultural, científica baseadas no pensamento reflexivo com vistas ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Desse modo, as universidades são consideradas instituições pluridisciplinares, cujos objetivos se voltam para profissionalização dos trabalhadores de grau superior, para a pesquisa, para a extensão e para o domínio e o cultivo do saber humano. O saber só pode comunicar-se pelo ensino, pelas publicações e por outras formas de comunicação.

[...] o que há de pesquisador no professor não é uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar que se acrescente a de ensinar. Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa, o de que se precisa é que, em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma, porque professor, como pesquisador. (Freire, 1996, p.32).

Dentro deste horizonte, o docente deve afastar-se do pedestal e passar a ser um orientador, mediador e interventor da aprendizagem dos alunos. Este processo não implica nenhuma desordem na sala de aula ou mesmo o professor perder a autoridade diante da impertinência e outras questões presentes na vida acadêmica dos alunos. Assim, “professor-aluno” assumem papéis de sujeitos ativos no processo de ensino e aprendizagem, na perspectiva natural da pesquisa, a saber: a indagação, inquietação, reflexão, dúvida, interação e busca permanente de respostas às questões que se apresentam durante o processo de investigação.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli. A pesquisa no cotidiano escolar. In: FAZENDA. (org) Metodologia na Pesquisa educacional. 3ª ed. 1998.
BRASIL. MEC, LDB 9394/96.
- CALLAI, H.C. Ensino de Geografia: Práticas e textualizações no cotidiano. Ed. Mediação, 1999, Porto Alegre.
- DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. São Paulo: Autores Associados, 2000.
- _____. A nova LDB: ranços e avanços. 8ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1999.
- ENRICONE, Délcia. Os desafios da pesquisa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Universidade e estágio curricular: subsídios para discussão. In: ALVES, Nilda (org.) Formação de professores: pensar e fazer. São Paulo: Cortez, 1995.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- LUFT, Hedi Maria. Trabalhadores Aprendem Pela Pesquisa. Espaços da Escola – Universidade de Ijuí – Vol. Nº 4 nº 31 (jan/mar) , 1999.
- MARTINS, Luciane Paiani. A pesquisa como princípio educativo na formação de professores. II Reunião de Pós Graduação e Pesquisa em Educação. Região Sul. Curitiba: UFPR/ANPED, 2001.
- MARQUES, Mario Osório. Escrever é preciso: o princípio da pesquisa. 3ª ed. Ijuí: UNIJUI, 2000.

MOREIRA, Antônio Flavio, SILVA, Tomaz Tadeu. Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez, 1995.

OAIGEN, Edson Roberto. Atividades extraclasse e não formais: uma política para a formação do pesquisador. Chapecó: Grifos, 1996.

PERPÉTUO, Irineu Franco. Faz de conta levando a sério. EDUCAÇÃO. Brinquedos: Educadores utilizam recursos lúdicos para ensinar. São Paulo: Ano 27, nº 239, p.51-54, março de 2001.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. O lúdico na formação do educador. São Paulo: Vozes, 1998.

OS INDÍGENAS DA COMUNIDADE MALACACHETA E AS SUAS PERCEPÇÕES EM RELAÇÃO AO AMBIENTE

MALACACHET COMMUNITIES AND THEIR ENVIRONMENTAL PERCEPTIONS

OAIGEN, Edson¹
NUNES, Marcelo²
BARROS, Keila³

RESUMO: A pesquisa realizada no período de 2009-2010 abordou as percepções dos membros da Comunidade Indígena Malacacheta e dos não indígenas moradores das proximidades, em relação ao ambiente. O entorno geográfico desta comunidade mostra acentuada presença de não indígenas. A pesquisa valeu-se da abordagem qualitativa, baseada no método Hermenêutico que interpretou as falas, relatos e imagens. Como técnica para análise dos dados utilizou-se da Análise de Conteúdos. Os resultados indicam acentuada presença de culturas oriundas dos não indígenas dentro da Comunidade, manifestadas nas construções, materiais, artesanato, culturas, nas bibliografias e nas vestimentas e hábitos adquiridos com as imagens televisivas e similares. Aliado a tudo isso ainda se encontram hábitos da cultura típica presente no trato com as questões ambientais, tais como: destino dos resíduos sólidos, dos efluentes, das questões oriundas do uso das matas; sua preservação e recuperação.

Palavras-chave: Ambiente. Percepção. Indígena.

ABSTRACT: *The research addressed in 2009 and 2010, the analysis the perceptions of Malacacheta Indigenous Community in relation on the environment. The surroundings of this community show a strong geographic presence of non-Indians. The survey drew on the qualitative approach, based on the interpretation of speeches, reports and pictures taken during the investigative path. The hermeneutic method was the basis of the process, coupled with comparative and descriptive analytical method. As a technique for data analysis, the review of contents analysis. Preliminary results shows' a strong presence in the Community of cultures derived from non-Indians. This is manifested in the construction, of the used materials and craftsmanship, ways of usage of crops used in the literature at schools and, above all, in habits learned from television images and similar situations. Allied to all this are still present habits of the typical culture in dealing with environmental issues such as: destination of solid wastes, effluents, the issues arising from the preservation and recovery of forests, Also it was highlighted the use of biodiversity in food, in the manufacture of medicin and in traditional Community crafts.*

Keywords: *Environment. Perception. Indigenous.*

¹ Faculdade São Francisco de Assis, POA, Universidad Evangelica Del Paraguay. E-mail: oaigen.er@gmail.com

² Administrador Unemat. E-mail: marcelonunes@unemat.com.br

³ Graduada em Geografia, Mestra em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Luterana do Brasil. E-mail: keilatb@hotmail.com. Doutora em Ciências da Educação pela Universidad Evangelical del Paraguay-UEP.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa que originou este artigo investigou o tema relacionado às percepções sobre o ambiente na Comunidade Indígena Malacacheta: realidade e perspectivas diante da presença dos não indígenas, o qual foi definido a partir de uma análise buscando entender a visão ambiental da população indígena da Comunidade Malacacheta, observando-se se houve nas últimas décadas, alterações importantes na percepção do ambiente.

Partimos da constatação hipotética que muitas mudanças comportamentais nos indígenas são oriundas da relação do fato de estar intrinsecamente ligada ao contato de indígenas com não indígenas e, mais ainda, que isto pode contribuir negativamente para a continuidade da cultura do grupo.

Na pesquisa realizada, foram analisadas as percepções sobre o ambiente natural e suas modificações na Comunidade Indígena Malacacheta, no Município do Cantá, Estado de Roraima, tomando como base a existência ou não de alterações/variações nos hábitos e costumes dos moradores da comunidade.

Neste artigo apresentamos os resultados da investigação das percepções dos indígenas da Comunidade Indígena Malacacheta em relação ao ambiente, resultados das entrevistas em relação aos indicadores: hábitos, costumes, cultura, ambiente, alimentação, produção e comercialização de alimentos, possibilitando a construção de um diagnóstico sobre a temática.

Segundo, Pilleti, o ser humano vem atuando na natureza desde os primórdios da sua história. Está, portanto, constantemente agindo sobre o meio, a fim de sanar suas necessidades e desejos,

Durante o longo período do paleolítico (aparecimento do homem na terra -10 mil a.C.) ele colhia da natureza os bens de que precisava para satisfazer suas necessidades, usando a caça, a pesca, a coleta de frutos, raízes e o fogo, que lhe permitia usar as plantas não comestíveis, aumentando o potencial energético a sua disposição (PILLETI, 2002, p. 43).

Pode-se constatar que as agressões cometidas contra o meio ambiente vêm ocorrendo ao longo da história de vida humana, e que talvez, as que se apresentam em menor ordem, ocorram em decorrência, muitas vezes, da falta de informação e conhecimentos.

Contudo, de acordo com Fromm *apud* Brasil, aquelas que causam os maiores prejuízos são resultantes da corrida incessante em busca do lucro, que parece “fechar uma cortina” diante de fatos que evidenciam o desrespeito à vida e à natureza, que vêm respondendo cada vez mais rapidamente com os desequilíbrios que atingem todo o planeta,

Quando o homem tiver ultrapassado o estado primitivo de sacrifício humano, seja na forma ritual dos astecas ou guerra secular, quando estiver capacitado para regular sua relação com a Natureza, razoavelmente e não cegamente, quando as coisas se tiverem de fato transformado em suas servas e não seus ídolos, ele defrontará com os conflitos e problemas verdadeiramente humanos; terá de ser aventureiro, corajoso, imaginativo, capaz de sentir prazer e dor, mas seus poderes estarão a serviço da vida e não da morte. (FROMM *apud* BRASIL; SANTOS, 2007, p. 17).

Diante do que se lê, vê-se a necessidade de fazer com que as novas gerações percebam o quanto é preciso não repetir os erros do passado e, dessa forma, criar uma nova consciência ambiental, comprometida com a qualidade de vida de todo ser humano e com a perpetuação das espécies.

Ao descobrir as armas primitivas, o homem não parou mais sua caminhada na transformação da natureza em seu próprio benefício. Partindo desse pressuposto, vê-se que as agressões que o meio ambiente vem sofrendo remontam do início da ocupação territorial e chegam aos dias atuais, com muito maior intensidade e isto se dá devido às metas de crescimento econômico que se sobrepõem a quaisquer objetivos de preservação da qualidade ambiental.

De acordo com Leff, para a melhor compreensão da inter-relação entre o homem e o ambiente é necessário se fazer o estudo da cultura, interpretando fatos, escritas, hábitos, entre outros recursos disponíveis que possam explicitar a consciência ambiental da comunidade hoje, traçando-se um paralelo com a consciência que se tinha no passado.

A questão ambiental não se esgota na necessidade de dar bases ecológicas aos processos produtivos, de inovar tecnologias para reciclar os rejeitos contaminantes, de incorporar normas ecológicas aos agentes econômicos, ou de valorizar o patrimônio de recursos naturais e culturais para passar para um desenvolvimento sustentável. Não só responde à necessidade de preservar a diversidade biológica para manter o equilíbrio ecológico do planeta, mas de valorizar a diversidade étnica e cultural da espécie humana e fomentar diferentes formas de manejo produtivo da biodiversidade, em harmonia com a natureza (LEFF, 2008, p. 57).

O Estado de Roraima não foge à regra de outros estados da Amazônia. Hoje, a sua população cresceu, aumentou o número de assentamentos de reforma agrária - embora empírico, é uma realidade - e a exploração dos recursos naturais é feita descontroladamente. É urgente a necessidade de exploração sustentável na Amazônia, assim, emerge a busca de novos paradigmas para o processo de desenvolvimento para essas populações no Estado, ampliando o conhecimento sobre a preservação dos recursos naturais, principalmente em comunidades indígenas e reservas já consolidadas.

A Comunidade Indígena Malacacheta, localizada na Região da Serra da Lua, compõe um grupo de dezenove comunidades indígenas, todas demarcadas em ilhas, espalhadas no território Wapichana. Essa realidade permite a instalação de fazendas em meio às terras indígenas, o que propicia uma relação de aproximação entre indígenas e não indígenas.

A Reserva Indígena Malacacheta localiza-se a Sudeste do Estado, conforme mostra o mapa (Anexo I). O mapa que segue (Anexo II) delimita a área da Reserva Indígena Malacacheta, demarcada em linha vermelha, localizando a sua sede por um ponto amarelo, onde está a maior concentração da sua população.

A Reserva Indígena Malacacheta é cortada pelo rio Quitauaú e banhada por inúmeros igarapés, alguns com denominações indígenas. De acordo com o Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI (1991), a demarcação em área descontínua teria sido uma proposta da própria FUNAI sob a alegação de que o “avanço da área pelo posseiro era um fato consumado e qualquer contestação a respeito, naquele momento, atrasaria a agilização do processo de demarcação” nas áreas da região da Serra da Lua.

O processo histórico de ocupação das terras no Brasil foi marcado pelo uso inadequado das florestas e demais formas de vegetação, provocando a degradação de grandes áreas rurais. Atualmente verifica-se que muitos proprietários, talvez por desconhecimento e/ou falta de condições financeiras, não reconhecem a função social e ambiental de suas propriedades rurais.

Segundo, Leff, o equilíbrio entre biótico e o abiótico, depende muito do respeito e uso adequado do ambiente. Neste contexto, é chegada a hora de reverter este processo, cabendo a cada um zelar pela preservação dos remanescentes vegetais nativos e só explorar os recursos que a natureza nos oferece de forma sustentável,

[...] na consciência ambiental são gerados novos princípios, valores e conceitos para uma nova racionalidade produtiva e social, e projetos alternativos de civilização, de vida, de desenvolvimento [...] (LEFF, 2008, p.151).

Considerando-se muitos dos trabalhos de pesquisa realizados em Roraima sobre as questões ambientais, pode-se destacar: Meio Ambiente: análise da prática docente na Escola Estadual Indígena de Araçá-Amajari/RR (SARMENTO, 2010); Construindo e discutindo o diagnóstico sobre a realidade da Educação Ambiental nos Municípios da Região Sul do Estado de Roraima: proposição de um programa interinstitucional (MARQUES, 2006); Subsídios para a formação de educadores ambientais informais envolvidos na exploração de argila nas margens do Rio Branco, no Município do Cantá/RR e a Educação para o Desenvolvimento Sustentável- EDS (CORTÊS 2010); Diagnóstico e concepções relacionadas à Educação para o Desenvolvimento Sustentável presentes nas ações ambientais desenvolvidas em Boa Vista/RR (VELOSO, 2009), entre outros, que buscam promover a conscientização e não somente entender o que o indivíduo percebe sobre o meio em que vive o que faz com que se desenvolva dessa forma o seu sistema de percepção e compreensão do ambiente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para que o ambiente baseie-se numa filosofia de vida sustentada, é preciso preparar desde cedo as novas gerações discutindo e revendo conceitos com os mais velhos. Os professores que têm grandes oportunidades de levar esses conhecimentos aos seus alunos devem não só acreditar no que estão ensinando, mas também praticar esses ensinamentos. Só assim, poderão transmitir esses valores com convicção, contribuindo para que todos vivam com mais dignidade.

É necessário um trabalho de sensibilização que leve a conscientização no sentido de cada um fazer a sua parte na construção de um planeta com melhor qualidade de vida e com uma sociedade mais justa, onde todos busquem consumir apenas o necessário, evitando o desperdício.

Analisando, Sauvé (2010), o conceito de Desenvolvimento Sustentável tem sido associado com a Educação Ambiental para promover modelos baseados na sabedoria da utilização dos recursos, considerando a equidade e a durabilidade.

Os educadores têm um papel estratégico e decisivo na inserção da educação ambiental no cotidiano escolar, qualificando os alunos para um posicionamento crítico face à crise socioambiental, tendo como horizonte a transformação de hábitos e práticas sociais e a formação de uma cidadania

ambiental que os mobilize para a questão da sustentabilidade no seu significado mais abrangente (JACOBI, 2005, p.233).

É importante considerar que o conceito da Educação Ambiental foi sempre limitado à proteção dos ambientes naturais (seus problemas ecológicos, econômicos ou valores estéticos), sem considerar as necessidades dos direitos das populações associados com esses ambientes, como parte integral dos ecossistemas.

Pode-se destacar que as questões ambientais, estão presentes em todos os segmentos sociais, sendo necessário que todos se aglutinem na busca de maior qualidade de vida, auxiliando na construção e vivência deste novo desafio que é o paradigma do Desenvolvimento Sustentável.

A crise ambiental não é compreensível se não for deduzida da relação econômica que se instaurou a partir do modo capitalista de organização: do saber científico, da vida em sociedade e a relação materialista dilapidadora com a natureza.

Quando se fala em ambiente e em educação, deve-se entender a Educação Ambiental, dentro de um processo de resgate da ética, da cultura e da política de uma economia humanizada. Devendo esses preceitos estar embutidos em qualquer forma de relação e informação que implicam em educação, fruto de um processo de ensino e aprendizagem, hoje voltados para um novo paradigma: Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Considera-se importante dessa forma, que a educação cumpra o seu papel como agente crítico, formador e/ou responsável por uma nova consciência politizadora, reinsertando o indivíduo em sua história, em sua cidade, em seu meio, agora como sujeito que interage num ambiente absolutamente interligado.

Trata-se de uma inserção sócio-ambiental que dá sentido maior a vida humana, porque age para construir uma sociedade melhor, justa e com qualidade de vida.

Por outro lado, é notória a evidência dos problemas de população, de recursos e do ambiente a nível mundial: pobreza e fome, desmatamento e extinção de espécies; erosão do solo e surgimento de desertos; poluição do ar e das águas, chuva ácida e destruição da camada de ozônio, além do efeito estufa e das mudanças de clima na Terra.

Nestes tempos em que a informação assume um papel cada vez mais relevante, a educação para a cidadania e diversidade representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação na defesa da qualidade de vida.

Segundo, Ferreira e Coutinho, Nesse sentido cabem destacar que a educação ambiental assume uma função transformadora, na qual a corresponsabilidade dos indivíduos torna-se um objetivo essencial para promover um novo desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável. Entende-se, portanto, que a Educação Ambiental é a condição necessária para modificar um quadro de crescente degradação ambiental.

A percepção ambiental é condicionada por fatores inerentes ao próprio indivíduo, fatores educacionais e culturais imprimidos pela sociedade e fatores sensitivos derivados das relações do observador com o ambiente. Cada indivíduo enxerga e interpreta o ambiente de acordo com o seu próprio olhar, sua própria maneira de ver o mundo, a partir de suas experiências prévias, expectativas e ansiedades (FERREIRA; COUTINHO *apud* BRASIL, 2007, p. 255).

A percepção do ambiente é um processo particular a cada indivíduo. É lançado um olhar sobre o espaço presente, o qual se volta, internalizando-se as observações e fazendo-se uma análise da realidade conferida.

Tomando-se como referência Vigotsky, pode-se dizer que um processo de reconstrução interna (indivíduos) ocorre a partir da interação com uma ação externa (ambiente), na qual os indivíduos se constituem como sujeitos pela internalização de significações que são construídas e reelaboradas no desenvolvimento de suas relações sociais.

Desse modo, segundo, Hannigan, entende-se que o conceito de ambiente tem em suas bases o pressuposto coletivo, com a existência de particularidades individuais,

Caracteriza o meio ambiente como um espaço de intersecção e competição entre diferentes definições sociais e culturais. Na visão deste autor o que está em disputa são a natureza e a gravidade das ameaças ambientais e suas dinâmicas, as prioridades de uma questão sobre a outra, as formas adequadas para melhorar ou mitigar o que foi definido como problemático e as possibilidades para influenciar os detentores do poder a aceitar a responsabilidade para implantação de soluções (HANNIGAN *apud* BRASIL, 2007, p.258).

Fazendo-se uma análise sobre o pensamento do autor, é impossível discordar do fato da existência de interesses que permeiam as questões ambientais. O fator econômico se sobrepõe a necessidade de manutenção da vida a partir da preservação do ambiente.

O autor ressalta ainda que dentro da arena social, o processo de definição do que é ou não aceitável, do ponto de vista de transformações e alterações ambientais, é geralmente determinado por extensas negociações e conflitos entre grupos com interesses e percepções diversos (HANNIGAN *apud* BRASIL, 2007, p. 259).

A realidade que se vive demonstra a importância do conhecimento acerca de questões relacionadas ao ambiente como agente de promoção da vida. Dessa forma, entende-se que a educação ambiental exerce um papel importante na escolarização, haja vista que prepara o sujeito para a cidadania, assim como para um mundo mais humano.

A questão ambiental requer algumas reflexões. Com o avanço nas últimas décadas do debate mundial acerca da questão ambiental, o tema vem ganhando destaque muito importante na sociedade, seja no meio acadêmico, via universidades, ou em entidades de ideologia político-ecológica. Além, dos órgãos públicos que funcionam representando o Estado.

A questão ambiental, hoje, mostra-se como um verdadeiro problema social, visto que, acaba concentrando aspectos fundamentais como política, economia e sociedade. Desse modo, funde-se em uma esfera de relação homem-natureza, englobando um sistema integral, associando elementos físico-bióticos com elementos sociais.

Tal relação é marcada fortemente por ações humanas e tecnológicas de interferências e redirecionamentos dos nossos recursos, dos métodos de produção e transformação da natureza que têm levado a acelerados processos degradacionais responsáveis por um comprometimento das condições ambientais.

Sabe-se que o problema ambiental emerge da perspectiva da apropriação e transformação da natureza de maneira espontânea, ou seja, onde a natureza é vista como efeito útil e imediato, indispensável ao acúmulo do capital. A evolução dos problemas ambientais é proporcional à intensificação da produção da natureza.

Vê-se na atualidade um ambiente degradado associado a uma escassez de recursos naturais, tendo uma sociedade com grande necessidade de gerar recursos para consumo, a fim de transformá-los em recursos financeiros. Tal prática acaba sendo uma necessidade real do mundo de hoje, se refletindo fortemente nas desigualdades sociais e econômicas, resultando numa maior degradação do ambiente.

Assim, o problema ambiental se materializa através das forças produtivas, isto é, onde se dá a relação entre o homem e a natureza, ou mais especificamente, entre a força de trabalho e os meios de produção. Portanto, aqueles que integram as relações de produção é que definem as relações do homem com a natureza, momento em que os problemas ambientais materializam-se.

Dessa maneira, há necessidade do comprometimento dos sistemas naturais colocando a vista uma discussão que é a tentativa do estabelecimento do repensar, ou seja, uma mudança fundamental do relacionamento do homem com a natureza.

Histórico das Comunidades Indígenas Em Roraima

Segundo, Santos, as comunidades indígenas em Roraima existem desde época não definida ainda com exatidão. A história de Roraima se confunde com a história indígena na região. Muitas etnias que existem há várias décadas ainda mantêm suas tradições culturais e ambientais, embora, já com influência do homem não indígena,

Na tentativa portuguesa de construir povoamentos no Rio Branco, usando como método para atingir este fim o aldeamento indígena, dois temas básicos e problemáticos se apresentaram para os agentes coloniais: um diz respeito à sedentarização dos povos indígenas e, o outro, à organização da produção nos aldeamentos, ambos relacionados entre si (SANTOS, 2009, p.141).

Segundo, Santos, analisando a citação vê-se que havia preocupação com a exploração da terra. No entanto, os colonizadores viam nos índios personagens não capazes de executarem as atividades necessárias. Mesmo nesta época, observa-se que o homem branco já buscava interferir na cultura, hábitos e costumes dos povos indígenas,

Na forma como se processou a ocupação no Rio Branco, observamos que o extermínio ou a expulsão dos indígenas para lugares distantes não era uma preocupação central ou explícita deste mecanismo de colonização [...] que lugar eles deveriam ocupar neste novo processo? Como sabemos não se tratava mais de aldeá-los (SANTOS, 2009, p.146).

A história relata nas inúmeras fontes citadas nesta pesquisa, destacando entre elas: Cirino, Santos, Freitas, Diocese de Roraima, NUHSA, entre outras, o processo de ocupação, expulsão, extermínio e outras formas ilícitas de ocupação das terras indígenas.

Na realidade, os inúmeros processos ocorridos serviram para desencadear a miscigenação de vários povos, indígenas ou não, acarretando mudanças da cultura primitiva.

Segundo, Santos, relatava que, “em essência, podemos dizer que ambas as agências indigenistas visavam a um mesmo objetivo: transformar os indígenas em homens civilizados, o que implicava distanciá-los de sua cultura de origem” (SANTOS, 2009, p.147).

Desta forma, segundo Santos, pensavam os colonizadores que os índios poderiam ser úteis à sociedade que deveriam integrar. A escola para os colonizadores servia como meio de inserir os indígenas na sociedade não indígena, sendo este um caminho ainda

hoje utilizado. Assim, os índios passavam a ser “educados” para outros valores culturais, muitas vezes distantes dos seus de origem. Davam-lhes nomes e sobrenomes, como forma de provocar neles a sensação de pertencimento e, portanto de identidade com os não indígenas,

Como podemos imaginar a desconstrução de uma ordem de lugar já praticada e construção de uma nova por parte dos portugueses, não poderia se processar sem resistência da parte dos que sentiam seu mundo ruir. É desta forma que compreendemos o golpe aplicado pelos indígenas nas pretensões portuguesas de aldeá-los, ocorrido em 1780 e 1781, quando, quase todos os aldeamentos foram abandonados por aqueles povos (SANTOS, 2009, p.140).

Verifica-se desta maneira que ocorreu uma crise naquele período, quanto ao processo de aldeamento que ocorrera no Forte São Joaquim, às margens do Rio Branco. Segundo o autor, tornou-se necessária a dispersão dos indígenas por lugares remotos, para que não voltassem ou planejassem nova revolta. Os militares à época responsabilizaram em especial os oficiais que guardavam o Forte.

Segundo, Cirino, escreve que “nas primeiras décadas do século XX, teve início o processo de evangelização dos missionários beneditinos junto aos wapichanas.” De acordo com o autor, alguns missionários beneditinos estudaram a Língua Wapichana a partir do convívio com jovens índios que falavam o português, que os auxiliavam na conversão. Deu-se assim, início à evangelização dos wapichanas que, considerados dóceis, facilmente permitiram esse processo (CIRINO, 2009, p.132).

Outro fato relacionado aos indígenas é a atribuição de nomes e sobrenomes. Os não indígenas imprimiram nos indígenas a necessidade de os mesmos terem, além de seus nomes, sobrenomes que identificassem as famílias, tal como acontece na cultura não indígena. Dessa forma, surgiram indígenas com sobrenomes os mais diversos, sendo bastante usado os de famílias não indígenas que moram nas regiões próximas a comunidade.

Conforme, Santos, confirmam isto quando escreve que, “[...] a política oficial de assimilação da população nativa [...] tinha por objetivo a inserção destes povos no contexto da sociedade colonial portuguesa. Até mesmo os sobrenomes, o Estado ordenava que, doravante os indígenas os retirassem do mesmo quadro utilizado pelas Famílias de Portugal” (SANTOS, 2009, p.133).

A história dessa forma conta com mais este fato que é advindo do convívio com os não indígenas na região. Assim, vai se registrando a alteração na cultura desses povos, o que contribui aos poucos e cada vez mais para a perda de sua identidade.

A Comunidade Malacacheta

Situada na porção Sudeste do Estado de Roraima, na Região do Município do Cantá, a Comunidade Indígena Malacacheta, reconhecida por Decreto em 05/01/96, fica a 32 km da capital do Estado (Boa Vista), com acesso pela CTA 318 / BOM 384, ocupando uma área aproximada de 28.631,8258 há, tendo os seguintes limites: ao Norte, com o igarapé do Surrão e enseada do Tucumã; ao Sul, com o rio Quitauaú; a Leste com a fazenda Caiçara, e a Oeste, com as matas da Serra da Lua.

“O centro da comunidade está localizado nas coordenadas geográficas N 02° 40’ 04” e a W 60° 27’ 14” onde fica o seu principal agrupamento de malocas, conforme mostra a figura 2 em anexo.

A comunidade está entre uma das primeiras a manter contato com os não indígenas devido à proximidade da cidade, portanto, é uma das malocas que mais tem experimentado mudanças nesta região.

A língua materna da Comunidade é o Wapichana, nome este também atribuído àquela etnia. Contudo, o português se tornou o idioma mais usado na Comunidade devido ter sido introduzido ali há bastante tempo,

[...] o número de falantes nas malocas Wapichana mais distantes de Boa Vista é maior, tal é o caso das malocas: Jacamim, Marupá e Wapun. Até 1998, o acesso às três malocas era dificultado pelo rio Jacamim que cortava a estrada, principalmente no período do inverno [...]. Os Wapichana da Malacacheta acreditam que as referidas malocas experimentarão um processo semelhante. (SANTOS, 2009, p.224).

As informações relatadas na citação permitem afirmar que o processo de perda do código cultural no que se refere à língua materna está intrinsecamente relacionado ao contato com o não indígena. Contudo, é importante pensar este fato como um processo natural, pois, a localização e o acesso para a comunidade são fatores que contribuem fortemente para influências desse tipo.

No principal agrupamento de malocas, o que pode ser chamado de sede da comunidade encontra-se instalados um posto de saúde, uma escola pública estadual, um orelhão comunitário, uma quadra de esportes, um campo de futebol, um grande salão para a realização de festas e reuniões, uma igreja católica, uma igreja evangélica, a moradia do tuxaua, líder daquela comunidade e, também das outras pessoas que ali vivem.

As instalações citadas, além de rede de energia e antena de telefonia, são algumas características de ambientes urbanos que ali foram disponibilizados com o propósito de

melhorar a vida das pessoas e fazer com que não necessitem de mudar-se para a cidade em busca de serviços desta natureza.

A principal atividade que traz alguma fonte de renda para aquela comunidade é o cultivo da mandioca e seus derivados, onde é comercializada a farinha, que é uma referência para a comunidade. Quanto à criação de animais, esta é incipiente, existindo apenas para o consumo.

Alguns dos indígenas daquela comunidade, principalmente do sexo masculino, prestam serviço nas propriedades particulares próximas da área de reserva. Estes têm características comuns e próprias relativas ao tempo dispensado ao trabalho, forma de vida e comportamento.

De um modo geral, a comunidade procurar manter, repassar e difundir seus hábitos e cultura tradicional, o que pode ser observado nas cerimônias festivas como a tradicional “Festa da Damurida” que acontece todos os anos no mês de novembro, num período de três dias, onde todos os índios desta etnia, moradores da região, se reúnem em festividade de danças e rituais próprios e se alimentam da Damurida (peixe cozido apimentado) acompanhado do Caxiri (bebida feita da mandioca fermentada-cachaça).

Quanto às análises realizadas, tornou-se bastante instigante o aprofundamento das reflexões, no sentido de ampliar o conhecimento acerca das percepções sobre o ambiente naquela comunidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adotou os princípios da abordagem qualitativa, desenvolvendo aspectos da referida abordagem usada nas entrevistas realizadas, privilegiando os aspectos culturais e hábitos capazes de serem modificados pela influência dos não indígenas na Comunidade Indígenas Malacacheta.

Segundo, Gamboa, a pesquisa a metodologia utilizada foi baseada na observação e interpretação de falas, hábitos e culturas evidenciadas nas entrevistas e observações realizadas. Foi utilizado o Método Hermenêutico, com o auxílio da Análise de Conteúdo e o Descritivo-Analítico, priorizando as informações que atendessem às categorias selecionadas para esta investigação,

Para enfoques hermenêuticos, a interpretação e a compreensão são indispensáveis dentro da necessidade que os homens têm de se comunicar [...] nesta abordagem o sujeito é privilegiado, isto é, o processo é centralizado no sujeito”, e nas pesquisas dialéticas, “o homem é concebido como ser social e

histórico, que, embora determinado por contextos econômicos, políticos e culturais, é seu criador e transformador (GAMBOA, 2007, p.176).

Neste estudo, o Método Hermenêutico foi utilizado aliado à Análise de Conteúdo. A metodologia também teve enfoque analítico e descritivo. De acordo com Galiazzi, a Análise de Conteúdos significa ler aquilo que se apresenta de forma crítica e com compromisso político, o que pode propiciar uma análise mais profunda do que está sendo estudado, a fim de contribuir para uma realidade diferente, mais justa e com oportunidades mais equalizadas (GALIAZZI, 2003, p.73).

Como instrumento para coleta de dados, o caminho investigativo utilizou entrevistas (registro de falas e do comportamento das pessoas do grupo). A população-alvo foi constituída por indígenas e não indígenas, sendo todos os indígenas pesquisados integrantes da Comunidade Indígena Malacacheta, que de acordo com o censo local do ano de 2009, no ano citado possuía uma população de 904 indígenas. Deste total, foram aplicados questionários para 35 indígenas que se encontram numa faixa etária de 20 a 60 anos de idade. Cada indígena entrevistado nesta pesquisa representa uma família na comunidade.

Os não indígenas moradores da região próxima a Terra Indígena Malacacheta também foram entrevistados, sendo aplicado o mesmo questionário utilizado com os indígenas, para um total de 20 pessoas. Destacamos que as entrevistados responderam em duplas, prevalecendo sempre às idéias consensuais em cada dupla.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na análise dos dados coletados usou-se a interpretação das respostas oferecidas pelos entrevistados, caracterizando o Método Hermenêutico, acompanhado da técnica da Análise de Conteúdos. No anexo III, tabela 1, cada indicador constitui-se em uma categoria principal (CP). Para cada CP foi construído um conjunto de Categorias Específicas (CE), utilizando o conjunto de idéias semelhantes que se repetiam a cada CP analisada.

Para o registro e posterior análise dos dados coletados, foram registradas as percepções de cada um dos entrevistados. Estes dados foram registrados mantendo a grafia original constante nas respostas dos indígenas. Posteriormente, elaborou-se o conjunto de CE para cada CP. A partir daí, realizou-se o processo de análise das percepções diante dos autores selecionados e presentes no referencial teórico.

Os dados resultantes da pesquisa foram agrupados em categorias específicas, apresentadas na tabela 1, anexo III e analisados na seqüência.

A análise feita a seguir reuniu as idéias mais repetidas pelos entrevistados em cada indicador, usando as Categorias Principais- CP. O conjunto de idéias semelhantes em cada CP constitui-se no grupo de Categorias Específicas- CE para cada CP.

A freqüência que aparece entre parênteses significa o número de vezes que a opinião foi manifestada pela amostra. Destacamos que na fala dos entrevistados, colocadas em itálico, preservamos a escrita original, com o intuito de mostrar a presença da linguagem escrita dos não indígenas na cultura dos indígenas.

A Análise das Categorias Principais e dos respectivos conjuntos das Categorias Específicas possibilita a identificação de aspectos que são determinantes nas percepções dos indígenas sobre os temas que foram objetos das entrevistas realizadas. A análise foi feita por grupo de categorias:

a) Significado de Ambiente: preservação, uso e recuperação.

A qualidade e o tempo de vida estão diretamente relacionados ao ambiente, portanto, é importante preservar, utilizando os recursos naturais de maneira sustentável como forma de garantir a existência do habitat de todos os seres. O ambiente limpo e preservado fornece todas as condições saudáveis de sobrevivência.

Em relação ainda a abrangência, maturidade e dimensão deste conceito, que dá sentido contextual à fragmentação escolar, Ab'Saber (1991), em busca da descrição traduzida da excelência ambiental sustentável na educação em sociedade cita,

Garantir a existência de um ambiente sadio para toda a humanidade implica em uma conscientização realmente abrangente, que só pode ter ressonância e maturidade através da Educação Ambiental. Um processo educativo que envolva ciência e ética e uma nova filosofia de vida (AB'SABER, 1991, *apud* MATAREZI *et al*, 2000, p. 05).

Segundo, Matarezi, complementa e relaciona o raciocínio de Ab'Saber chamando a atenção para a dimensão realista deste contexto, com a tomada de consciência da necessidade do meio ambiente saudável para a própria manutenção da vida do homem e preservação da sua espécie neste planeta,

Pode-se falar da preservação da natureza como sendo algo vital para a humanidade, mas se o Homem não perceber entender e repensar suas relações com o Meio Ambiente, e dar outro sentido a importância que tem o Meio Ambiente em sua vida, sua compreensão sobre este fato será incompleta, pois lhe faltará uma dimensão básica da compreensão: a vivência e o contato com a natureza, percebendo, sentindo, explorando e, sobretudo vivenciando este reconhecer (MATAREZI, 2000, p. 05).

Valorizar com estas afirmações as atividades práticas em campo, dando respaldo à aplicação do programa das trilhas como parte deste contexto globalizado da educação e formação dos valores sociais para o exercício da cidadania, oferecendo-se oportunidade não só para a comunidade escolar local e sim para toda sociedade regional. Destacamos que PI 14 escreve: “E lugar onde vivemos ou moramos. Preservar é muito bom, por que o ambiente tem que estar limpo. Recuperar o ambiente para o nosso bem”.

Vinte e sete dos indígenas entrevistados, consideram de maneira comum que é importante preservar o meio ambiente porque nós estamos vivendo num tempo em que tudo é poluído. Existe muito lixo que vem prejudicar a vida de todo mundo. Se não tiver cuidado agora, depois não terá mais jeito de recuperar o que foi perdido (indígena da Comunidade Indígena Malacacheta, 2010).

Quanto aos não indígenas moradores da região são possíveis constatar que a preocupação com o ambiente é bastante evidente, sendo expresso esse sentimento por onze pessoas, o que significa mais da metade dos entrevistados. De maneira geral conceituam o “ambiente como todos os espaços do planeta ou ainda o local onde se vive”.

Tanto os indígenas quanto os não indígenas pesquisados consideram importante preservar o ambiente, entendendo que essa é a única maneira de garantir a continuidade da vida de todos os seres.

b) Destino final dos resíduos sólidos.

Uma grande parte dos resíduos sólidos é despejada pelos indígenas longe de casa, enquanto que outra parte, numa proporção quase que igual, é despejada num buraco no quintal, cavado para este fim, e depois queimada. Um número bem pequeno desta população faz a reciclagem desses resíduos. Na fala dos indígenas salientamos que “todos resíduos sólidos são como nos temos bastante garrafa são jogado no buraco e os plásticos são queimados e latas vão ser jogadas no buraco”,

O lixão, ou disposição de resíduos a céu aberto, caracteriza-se como uma forma de disposição final inadequada; traz como consequência uma série de impactos negativos, sendo totalmente condenável do ponto de vista sanitário, ambiental e social. (PHILIPPI JR., *et al*, 2009, p. 208).

Uma vez contaminado, o solo passa a ser um risco à saúde das pessoas. O destino que vem se dando aos resíduos sólidos dentro da comunidade, remete à preocupação com a saúde de todos,

Culturalmente, os resíduos sempre foram afastados da proximidade da população que os gerou. Costumam ser abandonados na periferia da área

urbana, lançados em encostas, em depressões ou fundos de vale, ou aterrados em terrenos circunvizinhos, com o objetivo de afastá-los da visão da população, até onde não possam mais ser percebidos. A retirada dos resíduos elimina das proximidades os incômodos decorrentes do lixo – odor e impacto visual (PHILIPPI JR., *et al*, 2009, p. 207).

O acúmulo do lixo propicia o aparecimento de moscas, baratas, ratos, entre outros insetos que podem ser vetores de doenças. Esses animais podem circular no ambiente doméstico e contaminar alimentos muitas vezes expostos, sem que as pessoas percebam, causando sérios problemas de saúde,

Em relação aos aspectos sanitários, o principal problema da disposição inadequada dos resíduos sólidos é a presença de vetores de importância à saúde pública. Eles são capazes de proliferar no lixo e ocasionar diversas enfermidades ao homem, por diferentes vias de transmissão (PHILIPPI JR., *et al*, 2009, p. 210).

Dessa forma, entende-se que a disposição inadequada de resíduos sólidos contribui para o aparecimento de doenças bastante comuns, sendo a diarreia a principal delas. Diante desse problema reconhecido pelos indígenas, é que o despejo do lixo é feito em local afastado das suas casas, na falsa idéia de que, procedendo dessa maneira, estarão se precavendo de doenças do gênero.

Em se tratando dos não indígenas, nove de um total de vinte pesquisados acondicionam o lixo e levam para a cidade. Estes certamente possuem transporte que possibilita carregar esses resíduos.

Outra parte dos pesquisados (seis) também já têm o hábito de jogar em um buraco afastado de casa e queimar quando é possível.

Os não indígenas, assim como os indígenas, reconhece que o lixo é um problema para todos. Contudo, não conseguem apontar uma solução ambientalmente correta para essa questão.

Alguns dos não indígenas entendem que o correto é fazer o transporte desses resíduos para a lixeira de Boa Vista, capital do Estado. Porém, nem todos têm condições de estar carregando o lixo para a cidade, o que faz com que o problema persista e continue a espera de uma solução.

c) Destino final dos efluentes.

Observou-se que dezesseis dos moradores indígenas entrevistados na Comunidade Malacacheta fazem o despejo direto no solo, e outra parte quase que igual, destina para fossa. Um número menor de pessoas (cinco) separa a água das pias e chuveiro, deixando essas escorrerem direto para o solo, enquanto que as do vaso sanitário são canalizadas

para as fossas. “Os esgotos domésticos, tratados ou não, quando lançados no corpo de água, irão provocar alteração nas suas características físicas, químicas e biológicas” (PHILLIPI JR., *et al*, 2009, p. 185).

O lançamento inadequado de esgoto sanitário e outros efluentes no solo podem provocar a poluição tanto deste, quanto das águas subterrâneas, deixando essa área de disposição contaminada e a água imprópria para uso. O uso da água contaminada poderá se constituir num problema de saúde com efeitos graves.

Quanto ao tratamento que é dado ao destino final dos efluentes por parte dos não indígenas, verifica-se que dezoito dos entrevistados despejam direto na fossa, sendo que cinco pessoas despejam uma parte destes (água da pia e chuveiro) no quintal.

Importante se faz lembrar que o acúmulo de água em determinados locais pode favorecer o aparecimento de mosquitos e conseqüentemente de doenças por eles transmitidas. No depoimento dos entrevistados, destacamos que “certo que da pia e da máquina de lavar roupas é no quintal, do banheiro (chuveiro e sanitário) é na fossa”.

A construção de fossas sépticas é, portanto, a medida mais correta para a resolução deste problema existente entre os não indígenas e mais evidenciados ainda entre os indígenas pesquisados.

d) Aproveitamento dos recursos naturais: alimentação e medicina.

No que se refere à alimentação dos indígenas retirada de forma direta da natureza, constatou-se através da pesquisa um grande consumo de peixes, animais de caça e macaxeira utilizada para fazer a farinha e o beijú.

Frutas nativas da região como buriti, açaí, murici, abacaba e até mesmo outras (exóticas), como a banana, manga e goiaba são bastante consumidas pelos indígenas. Vegetais comestíveis, como abóbora, batatas e pimentas, também são bastante consumidos na comunidade,

Nossa comida é um importante meio de prevenir e curar doenças. Se nossos males são em grande parte provocados pela boca, é simples intuir que poderão também ser amenizados pela boca (BALBACH e BOARIM, 1992, p.7).

De acordo com os autores, cultivar hábitos saudáveis é primordial para uma boa saúde. Se nos alimentamos bem, seremos pessoas saudáveis sempre. É preciso então cultivar hábitos saudáveis e para isso, aproveitar o que a natureza pode oferecer.

Com relação às plantas medicinais, estes fazem bastante uso do que a natureza lhes oferece. A entrecasca do caimbé e do cajueiro são cicatrizantes; a salva do campo serve

para gripe, pressão alta, sendo também calmante; os olhos da goiabeira e do araçá combatem a diarreia; o boldo é utilizado para má digestão e dor de cabeça. Outras folhas e raízes aparecem como medicamentos, porém, em menor proporção.

Isso pode ser comprovado na fala do pesquisado indígena de número 33 que diz: “a medicina são as medicina tradicional que nos aproveitamos. como: ervas e outros tipos de medicinas”.

Para os indígenas além de algumas plantas servirem de remédio, não há nenhum custo para adquiri-las. Inversamente, o custo para a aquisição de determinados remédios industrializados, pode inibir o consumo. Da mesma forma ocorre com alguns alimentos,

O uso das plantas, exceto naturalmente as venenosas, não prejudica o organismo, antes o beneficia, purificando-o e curando-o de algumas doenças (BALBACH, 1993, p.7).

Ao contrário do que se vê com a ingestão de remédios da indústria farmacêutica, que muitas vezes em pequenas ou grandes doses, por períodos indeterminados, causam a intoxicação e em muitos casos pode deixar graves seqüelas para toda a vida da pessoa, a utilização de remédios naturais não leva a esse risco.

O não indígena, em se comparando aos indígenas, ingere uma quantidade maior de alimentos industrializados e faz menor uso da medicina natural, fato esse que significa o aumento do consumo de remédios da indústria farmacêutica.

O permanente contato com os familiares moradores da cidade contribui bastante para essa realidade observada. Contudo, alguns dos pesquisados dão preferência aos alimentos e remédios naturais.

Destacamos que o não indígena também sofre influência dos indígenas, pois, conforme o depoimento de um dos entrevistados, o mesmo afirma que “nos alimentamos de alguns animais de caça e de frutas. Plantamos hortaliças e frutas para o consumo e trazemos também muitos alimentos da cidade. Utilizamos a medicina da cidade e natural.”.

Desta maneira, o objeto da pesquisa também obteve dados que mostram a influência recíproca das culturas, hábitos e comportamentos estudados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere ao objetivo que investigou as percepções dos indígenas da Comunidade Indígena Malacacheta quanto aos saberes existentes em relação ao ambiente, encontraram-se respostas significativas que possibilitam concluir que o ambiente preservado sempre foi preocupação dos indígenas da comunidade.

Dentro dos saberes transmitido de geração em geração pode-se observar a preocupação com o manejo dos resíduos sólidos e dos efluentes, aliados aos cuidados com a utilização racional da natureza para o uso de seus frutos na alimentação e medicina.

Quanto à solução para os problemas ambientais, observa-se que ainda ocorrem ações que perpetuam a cultura da comunidade em estudo, ao mesmo tempo em que também se registra a intervenção do não indígena nos hábitos, costumes e cultura da comunidade e no contexto loco - regional.

Na análise da cultura tradicional da Comunidade Indígena Malacacheta, usando a técnica da observação *in loco* e a aplicação de questionários, verificou-se mudanças nas características típicas da comunidade.

Para que de fato o ambiente seja entendido como a inter-relação da vida é necessário que a comunidade perceba que faz parte de um todo, onde as pessoas devem estar interessadas na solução e/ou minimização dos problemas ambientais diagnosticados, lembrando sempre que estamos dentro de um ciclo ecológico e que por isso, qualquer agressão que se faça hoje à natureza, as conseqüências no futuro serão sentidas por esse feito.

Assim sendo, com base nos resultados obtidos, verifica-se que o que está faltando para os indígenas e não indígenas é somente colocar em prática os conhecimentos existentes relativos aos cuidados acerca do meio ambiente, de maneira que todos assumam verdadeiramente uma postura ambiental, voltada para a promoção da vida.

A investigação dos hábitos, dos costumes, da cultura, do ambiente, da alimentação e da produção e comercialização de alimentos dos indígenas na comunidade estudada, indicam que o processo de desenvolvimento, por mais lento que seja, é uma realidade, contudo, deve ser buscado em conjunto com a preservação do meio ambiente, em prol das gerações presentes e futuras.

Verifica-se a presença da cultura e hábitos dos não indígenas na vida diária da comunidade. É preciso repensar ações, valores, sensibilizar e, por fim, chegar a mudanças de comportamento ao tornar-se consciente do que é necessário estar se fazendo

para melhorar a qualidade de vida. Tudo isto depende das percepções que se tem sobre o ambiente.

REFERÊNCIAS

BALBACH, Alfons; BOARIM, Daniel S. F. **As frutas na medicina natural**. 2ª ed. rev. atual. E condens, Itaquacetuba, SP: Editora Missionária, 1992.

BALBACH, Alfons. **As plantas curam**. 1ª ed. rev., atual. e condens., Itaquacetuba, SP: Editora Missionária, 1993.

BRASIL, Ana Maria; SANTOS, Fátima; pesquisa SIMÃO, Leyla. **Equilíbrio Ambiental e Resíduos na Sociedade Moderna** – 3. Ed. – São Paulo: FAARTE Editora 2007.

CIRINO, Carlos Alberto Marinho. **A “Boa Nova” na Língua Indígena**. Contornos da Evangelização dos Wapichanas no Século XX – Boa Vista: Editora da UFRR, 2009.

CORTES, I, C. **Subsídios para a formação de educadores ambientais informais envolvidos na exploração de argila nas margens do Rio Branco, no município do Cantá/RR e a Educação para o Desenvolvimento Sustentável-EDS**. Dissertação de Mestrado, 2010. ULBRA, PPGECIM, Canoas, RS.

GALIAZZI, Maria do Carmo. **Educar pela Pesquisa: ambiente de formação de professores de ciências**. Editora UNIJUI, Ijuí, RS, 2003.

GAMBOA, Silvio Sanches. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias**. Editora Argos, Chapecó, SC, 2007.

JACOBI, P.R. **O desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo**. Tese de Doutorado in Educação Ambiental Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, maio/ago. 2005. Universidade de São Paulo.

LEFF, Henrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Editora Vozes, 6ª edição, 2008, Petrópolis, RJ.

MARQUES, A.L. **Construindo e discutindo o diagnóstico sobre a realidade da Educação Ambiental nos municípios da região Sul do Estado de Roraima: proposição de um Programa Interinstitucional**. Dissertação de Mestrado, 2006. ULBRA, PPGECIM, Canoas, RS.

MATAREZI, J; MÁXIMO, M. **Educação Ambiental, o Conceito de Meio Ambiente e a nossa Visão de Mundo**. Anais do Simpósio Gaúcho de Educação Ambiental. Erechim (RS). URI, 14 a 18 de agosto de 2000.

PHILIPPI Jr, A; PELICIONI, M.C.F. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Reimpressão, EDUSP, Barueri, São Paulo, 2009.

PILETTI, Cláudio e Nelson. **História e Vida. Da Origem da Humanidade à Idade Média.** Editora Ática, Vol. 3, 25ª edição, 2002, São Paulo, SP.

SANTOS, N. P. D. *et al.* **Amazônia:** espaço, cultura e visões de mundo. Boa Vista, Ed. UFRR, 1ª. L., 2009.

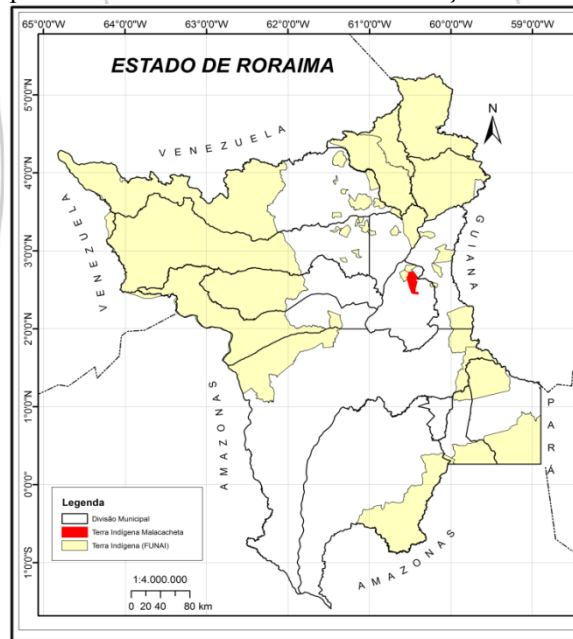
SARMENTO, E.F. **Meio ambiente:** análise da prática docente na Escola Estadual Indígena de Araçá-Amajari/RR. Dissertação de Mestrado. ULBRA, PPGECIM, 2010, Canoas, RS.

SAUVÉ L. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável:** uma análise complexa 1. Página 1. Acesso, 20/10/2010.

VELOSO, M.S.S.O. **Diagnóstico e concepções relacionadas à Educação para o Desenvolvimento Sustentável presentes nas ações ambientais desenvolvidas em Boa Vista/RR.** Dissertação de Mestrado, ULBRA, PPGECIM, 2009, Canoas, RS.

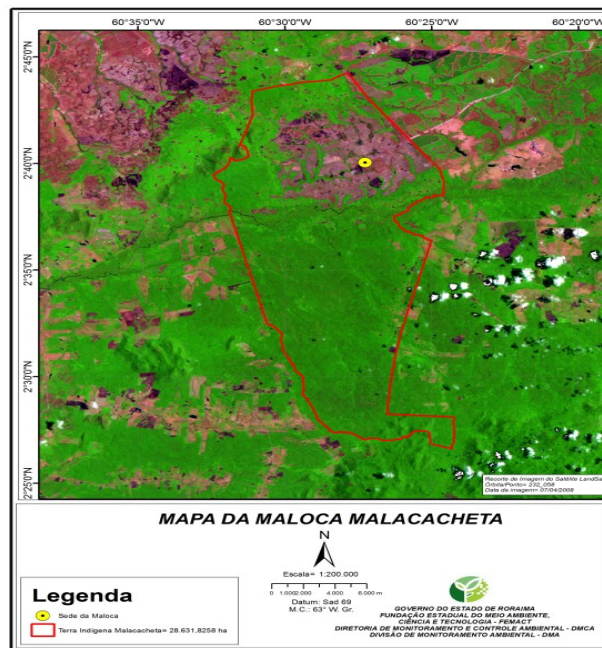
ANEXO I

Figura 3 - Mapa do Estado de Roraima com a demarcação das reservas indígenas



ANEXO II

Figura 4 - Mapa de localização da Comunidade Indígena Malacacheta.



ANEXO III

Tabela 1 - Conjunto das Categorias principais e as respectivas Categorias Específicas (CE), contendo o total de opiniões dos respondentes/amostra.

CP Nº	INDICADORES	CATEGORIAS ESPECÍFICAS
CP 1	Ambiente na visão dos indígenas	CE 1.1 Uso do ambiente de forma sustentável: recuperar e preservar (14);

		<p>CE 1.2 Importante preservar o ambiente para a vida (13); CE 1.3 Evitar doenças com alimentação e saúde (12); CE 1.4 Preservar garante o habitat dos seres vivos e o equilíbrio (11); CE 1.5 Poluição prejudica a vida (10); CE 1.6 Qualidade e tempo de vida (09).</p>
	Ambiente na visão dos não indígenas	<p>CE 1.1 <i>Necessita de cuidados/preservação para a vida (11);</i> CE 1.2 <i>Local onde vivemos (9);</i> CE 1.3 <i>Todos os espaços do planeta constituem ambiente (7);</i> CE 1.4 <i>Estabelece relações e cuidados entre os seres vivos (3);</i> CE 1.6 <i>Uso dos recursos promove desenvolvimento e crescimento local (2).</i></p>
CP 2	Destino final dos Resíduos Sólidos na visão dos indígenas	<p>CE 2.1 Joga no buraco no quintal e queima (13); CE 2.2 Joga longe de casa (11); CE 2.3 Joga no buraco e não queima (08); CE 2.4 Recicla/ separação (03).</p>
	Destino final dos Resíduos Sólidos na visão dos não indígenas	<p>CE 2.1 <i>Levado para os lixeiros de Boa Vista (9);</i> CE 2.2 <i>Jogado em buraco afastado da casa (6);</i> CE 2.3 <i>Recolhido em sacolas plásticas (3);</i> CE 2.4 <i>Parte é queimada (3).</i></p>
CP 3	Destino final dos efluentes na visão dos indígenas	<p>CE 3.1 Joga no terreno/quintal (16); CE 3.2 Vai para a fossa (15); CE 3.3 Água da pia para o solo e do vaso para a fossa (05).</p>
	Destino final dos efluentes na visão dos não indígenas	<p>CE 3.1 <i>Despejados na fossa (18);</i> CE 3.2 <i>Parte no quintal (5).</i></p>
CP 4	Aproveitamento dos Recursos Naturais (alimentação e medicina) na visão dos indígenas.	<p>CE 4.1 Peixe, caças e farinha (22); CE 4.2 Patuá, caxiri, goma, carimã, tapioca, beijú, buriti, abóbora, cará e pimenta (13); CE 4.3 Banana, macaxeira, manga, laranja, abacaba, açaí (10); CE 4.4 Salva do Campo (08); CE 4.5 Boldo (07); CE 4.6 Copaíba, Caimbé, Jatobá, Língua de Pirarucú, Crajirú e Pião Roxo (06).</p>
	Aproveitamento dos Recursos Naturais (alimentação e medicina) na visão dos não indígenas.	<p>CE 4.1 <i>Utilizamos poucos remédios naturais (14);</i> CE 4.2 <i>Não fazemos uso da medicina natural/ usamos medicina convencional (6);</i> CE 4.3 <i>Plantamos fruteiras, plantas medicinais e hortaliças para o consumo (6);</i> CE 4.4 <i>Comemos animais de caça e frutas(3);</i> CE 4.5 <i>Muitos alimentos industrializados (11).</i></p>

CONCEPÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE BOA VISTA-RR SOBRE PESQUISA CIENTÍFICA E ENSINO DE CIÊNCIAS NAS SÉRIES INICIAIS

*CONCEPÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL EM ESCOLAS
MUNICIPAIS DE BOA VISTA-RR SOBRE PESQUISA CIENTÍFICA E ENSINO DE
CIÊNCIAS NAS SÉRIES INICIAIS*

OAIGEN, Edson¹
CARDOZO, Sandra²
WESTPHAL, Denise³

RESUMO: O presente estudo faz parte de uma coleta de dados referente ao trabalho inicial de Dissertação realizado com os professores das Escolas Municipais de Boa Vista-RR que estão em final de formação no curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Roraima em Convênio com a Prefeitura Municipal. Focamos o interesse na análise sobre como os professores percebem o Ensino de Ciência e a Pesquisa Científica no processo de sua formação e que conhecimentos possuem sobre o assunto. Usamos com metodologia a análise qualitativa por meio de um instrumento de coleta de dados com questões abertas. Os principais resultados obtidos indicaram a necessidade de uma formação mais profunda na área de pesquisa no Ensino de Ciência. Esclarecemos que este artigo relata uma parte do trabalho que está sendo realizado na Dissertação de Mestrado.

Palavras-chave: Formação do Professor. Ensino de Ciência.

ABSTRACT: *This study is part of a data collection referring to the initial dissertation work carried out with the teachers of the Boa Vista-RR Municipal Schools who are in their final training in the Pedagogy course at the Federal University of Roraima in agreement with the City Hall. We focus on the analysis of how teachers perceive Science Teaching and Scientific Research in the process of their formation and what knowledge they have about the subject. We used with methodology the qualitative analysis through a data collection instrument with open questions. The main results obtained indicated the need for a deeper education in the area of research in Science Education. We clarify that this article reports some of the work being done on the Master's Dissertation.*

Keywords: *Teacher training. Science teaching.*

¹ Faculdade São Francisco de Assis, POA, Universidad Evangelica Del Paraguay. E-mail: oaigen.er@gmail.com

² ULBRA/PPGECIM/LPEC. E-mail: sal688@hotmail.com

³ Ac. Química universidade luterana do Brasil – Laboratório de Pesquisa e Ensino de Ciências. E-mail: deewwest@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Atualmente uma das principais dificuldades no Ensino da Ciência nas séries iniciais do ensino fundamental é encontrar uma forma de transformar os saberes do cotidiano em saberes científicos, usando o cotidiano escolar como base para esta transformação pretendida. Há a necessidade de organizá-los de modo a ser viável o seu uso em diferentes contextos sociais. Isto é o grande desafio da educação científica no país, ou seja, fazer com que os avanços da ciência façam parte do cotidiano de seus alunos e de seus professores.

Com base nesta análise é que investigamos como os professores percebem o ensino de Ciência e a pesquisa científica no Ensino de Ciência para que em posse desses dados possamos perceber a necessidade de investimentos na formação inicial e continuada de professores, na tentativa da construção de caminhos possíveis para a formação adequada na área de Ciências Naturais, através de ações que não ofereçam somente possibilidades mínimas de instrumentalização para a prática docente, mas que motivem os professores a educar pela pesquisa em sala de aula.

Realizou-se entrevista através de questionários para que pudéssemos diagnosticar a realidade do Ensino de Ciência na atividade pedagógica dos professores, pois é de fundamental importância que se analise as diferentes concepções dos professores sobre o Ensino de Ciências, para que os principais problemas que afetam a prática do professor sejam revista na sua formação acadêmica.

Há necessidade de criação de diferentes estratégias para o desenvolvimento de um ensino de qualidade e potencialmente dinâmico e criativo, articulando teoria às práticas reflexivas no processo de ensino e aprendizagem.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No Ensino de Ciências, o aluno deverá estar motivado para a compreensão dos conhecimentos, relacionando ao seu contexto moral, espiritual e cultural.

Acredita-se no Ensino de Ciências como caminho que permite ao aluno a ampliação de suas concepções sobre a natureza e seus integrantes, sobre os avanços científicos e tecnológicos que tanto influenciam as sociedades atuais, em que estes possam perceber que diversos saberes caminham juntos em sua estrutura cognitiva, sendo

aplicáveis nos contextos que lhes for conveniente, facilitando a sua compreensão de mundo e conseqüentemente a sua melhoria da qualidade de vida.

Neste sentido, necessita-se que a criança e ao professor tenham acesso ao desenvolvimento do espírito científico, das aptidões e das potencialidades, dentro de um processo de construção significativa e transformadora, estimulando a formação de conceitos a partir das experiências próximas e concretas do aluno, da observação de seu ambiente imediato, respeitando os limites da sua capacidade de abstração.

Os professores, enquanto participantes do processo educacional, se inserem no processo de transformação e são agentes e resultantes das mudanças no seu espaço escolar. Neste aspecto precisamos pensar em Ensino de Ciência fazendo reverência a formação do professor partindo do princípio de que “O professor que não aprende com prazer não ensinará com prazer” (SNYDERS, 1990).

Logo para que esta prática aconteça é importante que eles se sintam produtores da sua ação pedagógica. Nesse sentido, Freire, (1996, p.43) afirma que: “É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem é que se pode melhorar a próxima prática”. Assim para que o professor desenvolva nos alunos a capacidade de relacionar teoria e prática, é preciso que tal relação também esteja presente em sua própria formação é o que afirma Melo:

Ninguém facilita o desenvolvimento daquilo que não teve oportunidade de aprimorar em si mesmo. Ninguém promove a aprendizagem daquilo que não domina, a constituição de significados que não compreende e nem a autonomia que não pôde construir. (MELO, 2001, p.6).

Precisamos repensar a formação do professor para o Ensino de Ciências naturais nas séries iniciais do ensino fundamental, para que o seu fazer pedagógico fomente mudanças significativas no processo educativo. É o que diz (NÓVOA, 1992, p.9) “não há ensino de qualidade, nem reforma educativa, nem inovação pedagógica, sem uma adequada formação de professores”. Sabemos que os professores precisam ser estimulados a pensar e propor projetos inovadores em suas salas de aula, refletindo sistematicamente sobre o ensino de ciência que modifique o seu desempenho, criando produtos no processo ensino e aprendizagem que sejam significativos, de forma que os alunos entendam o mundo científico e tecnológico partindo do seu cotidiano.

Nesta perspectiva a formação do professor das séries iniciais do ensino fundamental não se trate da mera transmissão de saberes científicos, nem da mera aplicação de procedimentos metodológicos de pesquisa em Ciência, mas da necessidade de construir e articular o ensino, aprendizagem, dentro de contextos de ação. É o que Marques (2000) analisa quando diz que “nem a educação será relevante, eficiente e eficaz a não ser que o pensado e o feito em sala de aula penetrem as práticas sociais do cotidiano do educando e do educador para dar-lhes direção e impulso” (2000, p.154).

Pode-se dizer, então, que o futuro profissional precisa manejar a pesquisa como princípio científico e educativo no seu processo de formação, assumi-la como atitude cotidiana. “Não se busca um profissional da pesquisa, mas um profissional da educação pela pesquisa” (DEMO, 20003, p.2), isto significa que o questionamento é voltado para a educação do aluno e a pesquisa científica com base educativa.

É evidente o distanciamento do Ensino de Ciência do cotidiano, do interesse do aluno e da reflexão da Ciência de forma neutra. Muitas são as causas apresentadas, tais como: a formação inicial dos professores descontextualizados e que não objetivam pesquisas científicas para uma intervenção consciente na realidade; a instrumentalização para a prática docente é inadequada, tanto na área do conhecimento específico do ensino de ciência, como na prática didático-pedagógica.

Segundo Alarcão (2003) os formadores de professores carregam uma grande responsabilidade no desenvolvimento das capacidades de pensar com autonomia e com atitude sistemática de seus aprendizes. Começando rompendo com a visão de Ciência herdada do positivismo lógico, que acredita que o processo de produção do conhecimento científico é neutro e seu resultado, definitivo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método adotado da pesquisa foi à abordagem qualitativa em que a opinião dos professores das séries iniciais do ensino fundamental foi colhida na aplicação de um questionário. O total da amostra foi de 80 professores das séries iniciais do ensino fundamental das escolas municipais de Boa Vista –RR que estão em processo final de formação no curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Roraima.

A coleta de dados ficou assim distribuída:

- 91% dos entrevistados são do sexo feminino;
- 9% dos entrevistados são do sexo masculino;

- 67% dos entrevistados atuam no ensino fundamental (1º e 2º ciclos);
- 33% atuam em outra modalidade de ensino (educação infantil e EJA).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em relação à questão 1: O que você entende ou compreende sobre ensino de ciências nas séries iniciais?

- 35% dos entrevistados não responderam à questão;
- 65% responderam à questão, sendo as respostas assim caracterizadas:
- 27% afirmam que o ensino de ciência é o estudo de fenômenos naturais;
- 18% afirmam que é observação, experimentação, comprovação ou refutação de um fato;
- 17% entendem como a interação do homem com o meio;
- 15% declaram que é o estudo de novas descobertas;
- 6% entendem como algo complexo de estudar.

Isto nos permite inferir que a maioria dos professores pensa que o Ensino de Ciências é focado no estudo dos fenômenos da natureza e de procedimentos metodológicos de pesquisa. Segundo Mortimer:

[...] aprender ciência, portanto, envolve ser iniciado nas ideias e prática da comunidade científica e tornar essas ideias e práticas significativas para si próprias. (MORTIMER, 2000, p.3170).

O ensino de Ciências deverá motivar o aluno para a compreensão dos conhecimentos, relacionando ao seu contexto moral, espiritual e cultural, pois há a necessidade de organizá-los de modo a ser viável o seu uso em diferentes contextos sociais. Isto é o grande desafio da educação científica no país, ou seja, fazer com que os avanços da ciência façam parte do cotidiano de seus alunos e de seus professores de forma significativa.

Na questão 2: O que você entende/compreende por pesquisa científica? Cite três características.

- 34% não responderam;
- 66% que responderam a questão ficando assim distribuída;

- 32% responderam que é investigação/verificação/coleta de dados usando o laboratório;
- 18% responderam que é a comprovação e validação dos fatos por meio de experiências;
- 12% responderam que é o estudo aprofundado de um assunto para produção de conhecimento;
- 4% Compreender os fenômenos da natureza.

Analisando as respostas percebe-se que os professores focalizam a pesquisa científica relacionada ao uso de laboratórios de Ciência e uso de experiências para validação de conhecimento. Segundo Oliveira (2002, p.19) “torna-se importante refletir com quais ou quais visões de conhecimento estamos tratando, quais seus significados para alunos e professores”.

Para Perrenoud (2002), formar um profissional reflexivo, é necessário formar um profissional capaz de dominar sua evolução, construindo novas habilidades e conhecimentos na medida em que suas aquisições e experiência vão se aperfeiçoando no processo educativo “a autonomia e a responsabilizada de um profissional dependem de uma grande capacidade de refletir em e sobre sua ação”. (PERROUD, 2002, p.13).

Na questão 3: Que tipo de conteúdos e atividades devem ser abordadas na formação do professor para o Ensino de Ciência?

- 30% dos professores não responderam;
- 52% responderam a questão, ficando assim distribuída;
- ensinar como fazer experimentos e usar o laboratório com atividades práticas 23%;
- Curso sobre Metodologia do Ensino de Ciências 12%;
- Fontes de pesquisa: livros, internet, material didático disponível 7%;
- Conteúdos interessantes a respeito da natureza 7%;
- Elaboração de projeto de pesquisa 5%.

Perceber-se que os professores têm pouco acesso a laboratório de Ciência e a procedimentos metodológicos de pesquisa na área de Ciência focando o seu interesse ao uso de laboratórios e atividades práticas.

A formação inicial dos professores das séries iniciais do ensino fundamental se torna mais crítica e inovadora quando melhora a prática, a qualificação, a capacitação, por meio do domínio de conhecimentos e métodos do campo de trabalho em que atua, através de ações que não ofereçam somente possibilidades mínimas de instrumentalização

para a prática docente, tanto no que diz respeito ao conhecimento específico, como no que diz respeito ao conhecimento pedagógico, mas riquezas de material didático diversificado e de boa qualidade.

Isso implica que os professores sejam estimulados a pensar e propor projetos inovadores em suas salas de aula, refletindo sistematicamente sobre o ensino que modifique o seu desempenho e criando produtos no processo ensino e aprendizagem que sejam significativos, permitindo que os alunos entendam o mundo científico e tecnológico partindo do seu cotidiano.

É fundamental que na formação acadêmica dos professores sejam disponibilizados conhecimento especializado para que eles possam construir significados em situações reais e que sejam relevantes para sua vida pessoal e profissional. Assim é de suma importância que o professor tenha a oportunidade de refletir suas competências de forma a mobilizar para isso os conhecimentos de sua especialidade na sua atuação diária, pois só assim a prática docente terá significado quando for dado sentido a ela na sua ação de ensinar e de fazer aprender, através de situações concretas e contextualizadas. Como diz Melo:

A hipótese é a de que ao compreender seu próprio processo de aprendizagem e constituição de competências, o futuro professor estaria mais preparado para compreender e intervir na aprendizagem de seu aluno no futuro. (MELO, 2001, p.9).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que o ensino de Ciências é o caminho que permite ao aluno a ampliação de suas concepções sobre a natureza e seus integrantes, sobre os avanços científicos e tecnológicos que tanto influenciam as sociedades atuais, em que estes possam perceber que diversos saberes caminham juntos em sua estrutura cognitiva, sendo aplicáveis nos contextos que lhes for conveniente, facilitando a sua compreensão de mundo e conseqüentemente a sua melhoria da qualidade de vida.

Isto é, deve propiciar à criança o acesso ao desenvolvimento do espírito científico, das aptidões e das potencialidades, dentro de um processo de construção significativa e transformadora, estimulando a formação de conceitos, da observação de seu ambiente imediato, respeitando os limites da sua capacidade de abstração.

As reflexões e considerações abordadas apontam para o caminho de que a formação inicial do professor precisa ser significativa em sua prática. Não é suficiente dotá-los de conhecimento e habilidades, precisa-se “que professores e alunos

retransformem, no cotidiano de suas práticas, em sujeitos/atores do seu ensino e de seu aprende no ato mesmo do ensino-aprendizagem” (MARQUES, 2000, p.168). Isto consolida a necessidade de que a experiência da pesquisa se conjugue no âmago de sua formação e de romper com o pressuposto de que os alunos são tabulas rasas de conhecimento e de experiências.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo, Cortez: 2003.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. Campinas-São Paulo, Autores Associados: 2003.

GÓMEZ, Angel Pérez. **O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo**. Coord. De Nóvoa; Lisboa, Portugal, Dom Quixote: 1997.

MARQUES, Mario Osório. **Formação do profissional da educação**. RS, Unijuí: 2000.

MELLO, Guiomar Namó de. Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re) visão radical. **Revista Iberoamericana de educación**, OEI, n. 25, jan.-Abr, p.1-16.2001.

MORTIMER, Eduardo Fleury. **Linguagem e formação de conceitos no ensino de ciências**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

NÓVOA, Antonio. (Coord). **Os professores e sua formação**. Lisboa-Portugal, Dom Quixote: 1997.

OLIVEIRA, Daisy Lara. (Coord). **Ciência nas salas de aula**. Porto Alegre, Mediação: 2002.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica**. Traduzido por Cláudia schilling. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SNYDERS. Entrevista dada à Lourdes Stamato de Camilles, PUC/SP, 1990.

LITERATURA INFANTOJUVENIL: UMA FERRAMENTA PARA O ALFABELETRAR

CHILDREN'S LITERATURE: A TOOL FOR "ALFABELETRAR"

SCHMIDT, Ana Elisa¹
SCHWEIGERT, Carolaine²
TOMAZONI, Eliane Kormann³

RESUMO: O Ensino Fundamental é a segunda etapa da Educação Básica e a mais longa. Nos Anos Iniciais a articulação com as experiências na Educação Infantil se faz necessária, valorizando nessa etapa também experiências lúdicas de aprendizagem. A ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, garantindo amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramento. Nesse sentido, a Literatura contribui significativamente, pois desperta sentimentos variados, bem como amplia o repertório da imaginação. As histórias contribuem na relação com o mundo em que o aluno está inserido, visando também sua educação integral. O presente artigo tem como proposta discutir a Literatura Infantojuvenil nos Anos Iniciais para o desenvolvimento da linguagem oral e corporal, aspectos cognitivo e afetivo, além de estimular a alfabetização aliada ao letramento, por isso o termo alfabeletrar, e aos conhecimentos lógico-matemáticos. Pautado no trabalho realizado com crianças dos 2º e 3º anos, teve como metodologia de estudo pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e de campo, em que se realizou observação, com um roteiro que culminou num diário de bordo, planos de ação e sua aplicação que resultou em relatórios, análise de dados e considerações. Este estudo revelou o quanto a Literatura Infantojuvenil favorece o processo de aprendizagem possibilitando aos alunos interesse e curiosidade para o envolvimento nas atividades tanto coletivas quanto individuais, orais e escritas, sendo uma ferramenta de excelência para o processo do alfabeletrar.

Palavras-chave: Anos Iniciais. Literatura Infantojuvenil. Alfabetização. Letramento. Alfabeletrar.

ABSTRACT: *Elementary School is the second stage of Basic Education and the longest stage. In the Early Years, the articulation with experiences in Early Childhood Education is necessary, valuing in this stage also playful learning experiences. Pedagogical action should focus on literacy, ensuring ample opportunities for students to appropriate the alphabetical writing system in an articulate way to the development of other reading skills and their involvement in practices diversified literacy. In this way, Literature contributes significantly, because it arouses varied feelings, as well as expands the repertoire of imagination. The stories contribute to the relationship with the world in which the student*

¹Acadêmica da 8ª fase do curso de Pedagogia do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE.

²Acadêmica da 8ª fase do curso de Pedagogia do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE

³Eliane Kormann Tomazoni: Professora Mestra Orientadora do Estágio Supervisionado I - Educação Infantil, II - Ensino Fundamental, III - Educação de Jovens e Adultos e IV - Gestão Educacional do Curso de Pedagogia do Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE. eliane.kormann@unifebe.edu.br

is inserted, also aiming at his integral education. This article aims to discuss the Children's Literature in the Early Years for the development of oral and body language, cognitive and affective aspects, besides stimulating basic literacy combined with literacy, hence the term "alfabeletrar". Based on the work carried out with children of the 2nd and 3rd years, a qualitative, descriptive and field research was studied, in which observation was carried out, with a script that culminated in a logbook, action plans and its application that resulted in reports, data analysis, and considerations. This study revealed how much the Children's Literature favored for the learning process, enabling students to interest and curiosity for involvement in both collective and individual activities, oral and written, is an excellent tool for the "alfabeletrar" process.

KEYWORDS: Early years. Children's Literature. Basic Literacy. Literacy. "Alfabeletrar".

1 INTRODUÇÃO

O Estágio Supervisionado II teve como finalidade o estudo dos espaços das escolas de Ensino Fundamental. Dentro desse campo, o foco da investigação e prática foi a utilização da Literatura Infantojuvenil nos 2º e 3º anos, no intuito de proporcionar o desenvolvimento da linguagem oral e corporal, aspectos cognitivo e afetivo, além de estimular a alfabetização aliada ao letramento e aos conhecimentos lógico-matemáticos.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular destaca-se a segunda etapa da Educação Básica, o Ensino Fundamental, campo de atuação da pesquisa e como deve-se perceber os sujeitos que estão nessa fase.

O Ensino Fundamental, com nove anos de duração, é a etapa mais longa da Educação Básica, atendendo estudantes entre 6 e 14 anos. Há, portanto, crianças e adolescentes que, ao longo desse período, passam por uma série de mudanças relacionadas a aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, emocionais, entre outros (BNCC, 2017, p. 57).

Nesse período, os alunos estão vivendo mudanças importantes, portanto, demanda uma proposta pedagógica que respeite essas características e os interesses manifestados por eles. A situação impõe à escola, desafios ao cumprimento do seu papel em relação à formação das novas gerações, promovendo momentos agradáveis, dinâmicos e práticos, ao mesmo tempo em que fazem refletir sobre tudo que acontece no contexto escolar e fora dele.

Partindo dessa perspectiva, as histórias são recursos importantes nessa fase, auxiliando nas descobertas e na interação, por trazer significados emocionais e desenvolver aspectos imaginativos, bem como o pensamento crítico, o conhecimento

cultural e a autonomia. Por isso, a Literatura Infantojuvenil é um ramo a ser considerado no início do processo de alfabetização, pela sua própria característica, sendo base para, em seguida, ampliar o nível de complexidade de textos.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (2017, p. 91):

No eixo Leitura/Escuta, amplia-se o letramento, por meio da progressiva incorporação de estratégias de leitura em textos de nível de complexidade crescente, assim como no eixo Produção de Textos, pela progressiva incorporação de estratégias de produção de textos de diferentes gêneros textuais.

Cabe destacar a riqueza da Literatura inserida nesse contexto da educação básica, nos Anos Iniciais. Mas, por que estudar a partir da Literatura Infantojuvenil? Pode-se desde cedo, incentivar o gosto pela leitura e a constante busca por novos conhecimentos por meio desse ramo, que acaba sendo um deleite para a criança, e, para que mais tarde não se tenha que derrubar o preconceito de que ler é obrigação e por isso ruim ou desprazer.

O prazer da leitura é uma construção que pressupõe frequência, capacitação e incentivo, cabendo ao professor planejamento de ações nesse sentido para auxiliar a construção desse aluno leitor, crítico, inserido na sociedade e, assim, valorizando a continuidade de sua formação, considerando que essa situação reflete em seu futuro, sendo uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e social.

Nessa direção, no Ensino Fundamental – Anos Finais, a escola pode contribuir para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, ao estabelecer uma articulação não somente com os anseios desses jovens em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no Ensino Médio. Esse processo de reflexão sobre o que cada jovem quer ser no futuro e de planejamento de ações para construir esse futuro, pode representar mais uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e social (BNCC, 2017, p. 60).

É imensa a vantagem de se trabalhar com a Literatura. As histórias despertam sentimentos variados, bem como ampliam o repertório da imaginação, que é a máxima da Literatura. No campo do Ensino Fundamental cabe com muita *performance* porque é uma ferramenta para todo processo da aprendizagem, para o processo de alfabetização e letramento, destacado nesta pesquisa, pela promoção de todos os sentimentos e emoções que essas narrativas fazem brotar na criança.

É ouvindo histórias que se pode sentir (também) emoções importantes, como a tristeza, a raiva, a irritação, o bem-estar, o medo, a alegria, o pavor, a insegurança, a tranquilidade, e tantas outras mais, e viver profundamente tudo o que as narrativas provocam em quem as ouve - com toda a amplitude,

significância e verdade que cada uma delas fez (ou não) brotar. Pois é ouvir, sentir e enxergar com os olhos do imaginário (ABRAMOVICH, 1995, p. 17).

Essas possibilidades promovidas pelas histórias são internalizadas de tal forma que muitas vezes o aluno enxerga, ouve e sente o mundo de outra forma, sendo todos os sentidos aguçados, devendo o professor estimular e considerá-las como recurso diário em seu planejamento, promovendo atividades enriquecedoras, valendo-se de histórias contadas. Nessa proposta, deve-se também envolver familiares e toda a comunidade nas ações realizadas que envolvam a leitura, até porque uma comunidade que dá importância à leitura fará com que a *performance* do educando seja outra, bem como da própria comunidade.

Destaca-se que a Literatura alimenta a imaginação e constrói relações, estabelecendo associações importantes para o processo de aprendizagem.

A história não acaba quando chega ao fim: ela permanece na mente do aluno, que a internaliza como se fosse um alimento de sua imaginação. Por isso, quem sugere a leitura, sobretudo o adulto, deve propor atividades de enriquecimento, pois elas ajudam a trabalhar esse alimento num processo de associação a outras práticas artísticas e educativas (SCHARF, 2000, p. 51).

Ao mesmo passo que se trabalha com a Literatura Infantojuvenil, os estados da imaginação e criação, sentimentos e emoções, também inserem os alunos no mundo letrado, fazendo-os compreender o que acontece ao redor de forma espontânea, crítica e autônoma, percebendo a função social da escrita em diferentes práticas sociais cotidianas. Zilberman (2003, p. 3) destaca que o letramento:

[...] se efetiva quando acontece o relacionamento entre o objeto material, o livro, e aquele universo ficcional, que se expressa por meio de gêneros específicos – a narrativa e a poesia, entre outros - a que o ser humano tem acesso graças à audição e à leitura.

O foco do Estágio II foi desenvolver uma proposta baseada na Literatura Infantojuvenil com alunos de 2º ano e 3º anos, da Escola Municipal Edeltrudes Wippel Heil, localizada em Guabiruba, bairro Aymoré. O objetivo era proporcionar, por meio da Literatura Infantojuvenil, o desenvolvimento da linguagem oral e corporal, aspectos cognitivo e afetivo, além de estimular a alfabetização aliada ao letramento e aos conhecimentos lógico-matemáticos.

Portanto, por meio da Literatura Infantojuvenil buscou-se trabalhar o processo de alfabetização aliado ao letramento. Priorizou-se, também, desenvolver o raciocínio lógico-matemático. Corroborando com tal propósito, a Base Nacional Comum Curricular

(2017, p. 58) afirma que: “A relação com múltiplas linguagens, incluindo os usos sociais da escrita e da matemática, permite a participação no mundo letrado e a construção de novas aprendizagens, na escola e para além dela.”

Apresenta-se, a seguir, os aspectos da alfabetização e do letramento, bem como da linguagem matemática presentes na BNCC, a Literatura Infantojuvenil como ferramenta pedagógica para esse processo e o papel do educador no uso dessa abordagem didático-pedagógica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A BNCC E O SENTIDO DAS PRÁTICAS LEITORAS E DA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

É de extrema importância levar em consideração a base que norteia o processo escolar dos sistemas de ensino básico no Brasil, que abrange a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, Anos Iniciais e Finais e o Ensino Médio, pois é o construto dos projetos pedagógicos para todos os níveis de ensino.

Nesse sentido, destaca-se o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/9394/96):

Os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996).

Assentada a essa lei, vinte e dois anos depois, o Brasil cria uma base nacional comum, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) homologada em dezembro de 2017, visto que nosso país não tinha uma referência comum, somente documentos como as diretrizes e parâmetros curriculares e normas federais que norteavam a elaboração dos currículos. A BNCC, desde 2017, é a referência nacional obrigatória para que todas as redes, públicas e privadas da Educação Básica desenvolvam seus projetos pedagógicos.

Destaca-se nesse documento a formação global do indivíduo, tendo como princípio dez competências que devem ser desenvolvidas ao longo da educação básica, que são um conjunto de habilidades integradas aos componentes curriculares definidos dentro das áreas do conhecimento, no caso do Ensino Fundamental, Anos Iniciais e Finais (PENIDO, 2017). Independente da duração da jornada escolar, o conceito de educação integral com o qual a BNCC está comprometida se refere à construção de processos

educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades dos estudantes (BNCC, 2017).

Portanto, é necessário contextualizar os componentes curriculares, além de selecionar e aplicar metodologias e estratégias diferenciadas, motivando os alunos em suas aprendizagens. A Base Nacional Comum Curricular no segmento do Ensino Fundamental, Anos Iniciais e Finais, está organizada por áreas do conhecimento e as competências a serem desenvolvidas nessas áreas, seguindo de cada uma delas os componentes curriculares e as competências que estão desdobradas em unidades temáticas, objetos de conhecimento e as habilidades. Dentro deles encontramos a Língua Portuguesa, que abrange em si, aspectos que compõem a Literatura Infantojuvenil, como por exemplo, a leitura.

Leitura no contexto da BNCC é tomada em um sentido mais amplo, dizendo respeito não somente ao texto escrito, mas também a imagens estáticas (foto, pintura, desenho, esquema, gráfico, diagrama etc.) ou em movimento (filmes, vídeos etc.) e ao som (música), que acompanha e cossignifica em muitos gêneros digitais. O tratamento das práticas leitoras compreende dimensões inter-relacionadas às práticas de uso e reflexão (BNCC, 2017, p. 72).

Assim sendo, a proposta de leitura não somente de livros, mas de diferentes possibilidades, como da imagem, do movimento, enfim, de práticas leitoras que exigem outras reflexões e relações, fazem com que o aluno construa seu próprio interesse à leitura e escrita, desde as mais simples às mais desafiadoras propostas do contexto em que vive. Essa dinâmica possibilita entendimentos que respondam aos seus interesses, bem como atendem aos objetivos previstos no campo educacional do Ensino Fundamental, Anos Iniciais, segmento desse campo investigativo. Corroborando com este enfoque, Asmann (2001, p. 84), afirma que:

A importância da literatura para o processo de autoconhecimento da criança e de sua inserção no real, bem como para o desenvolvimento de seu senso crítico diante da linguagem, orienta, pois, a seleção de textos literários. Consequentemente, ela incide sobre narrativas e poemas que, sendo adequados ao estágio de desenvolvimento da criança, traduzem situações problemáticas [...]

Portanto, as práticas de leitura são importantíssimas na fase de alfabetização, de acordo com as citações supracitadas. Elas trarão fundamento para a aprendizagem e construção dos diferentes saberes, organizados nos componentes curriculares, e ainda mais, para o processo de alfabetização e letramento, o que hoje apresenta grandes déficits na educação brasileira.

Nesse sentido, a Literatura Infantojuvenil auxilia na compreensão das diferentes linguagens, bem como nos conhecimentos que envolvem as diversas áreas para expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

Na linguagem matemática, a BNCC discute também um conceito mais elaborado. Nessa concepção, esse componente curricular deve considerar os diferentes contextos do aluno na resolução de problemas, na aplicação de conceitos e soluções, todas essas habilidades construídas ao longo do Ensino Fundamental. Assim sendo, a BNCC traz o protagonismo dos alunos, discutindo que eles:

Desenvolvam a capacidade de identificar oportunidades de utilização da matemática para resolver problemas, aplicando conceitos, procedimentos e resultados para obter soluções e interpretá-las segundo os contextos das situações. A dedução de algumas propriedades e a verificação de conjecturas, a partir de outras, podem ser estimuladas, sobretudo ao final do Ensino Fundamental (BNCC, 2017, p. 265).

Nesse campo, a Literatura Infantojuvenil pode contribuir também, sendo as histórias motivadoras para as discussões de conceitos matemáticos importantes, até porque o aluno, nessa fase, dos 6 aos 10 anos, séries iniciais do Ensino Fundamental, é um sujeito imaginativo, lúdico, e as histórias trazem esses aspectos, o que atrai o aluno para a aprendizagem matemática e para a alfabetização e o letramento.

Portanto, a discussão desse tópico traz a Base Nacional Comum Curricular e os aspectos da alfabetização e do letramento, e a cossignificação das práticas leitoras, destacando de forma breve a Literatura Infantojuvenil como ferramenta que contribui significativamente para esse processo de ler e escrever, bem como para a linguagem matemática pautada na resolução de problemas.

No entanto, no próximo tópico far-se-á com maior profundidade a discussão dessa temática.

2.2 A LITERATURA INFANTOJUVENIL NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

No contexto histórico da Literatura Infantojuvenil, pode-se destacar, segundo Curia (2012, p. 6-7), que ela já existe há pelo menos dois séculos, surgindo na reconstrução social em que a criança é reconhecida como sujeito singular e que tem necessidades e características muito próprias.

A Literatura Infantojuvenil inicia nas primeiras histórias de leitura, por volta do século XVII, quando a criança começa a ser reconhecida como tal e não mais como um adulto em miniatura, a sociedade volta-se para elas valorizando-as e considerando suas necessidades próprias e particularidades. Na verdade, as instituições, principalmente a família, neste período, vivem um momento de reconstrução. A criança, que antes vivia imersa na vida dos adultos, agora deveria receber uma Educação adequada, conivente com sua faixa etária [...] neste contexto surge a necessidade de uma Literatura de e para a criança.

Nesse sentido, deve-se considerar a importância da Literatura Infantojuvenil no desenvolvimento da criança e como ferramenta no processo didático pedagógico, contribuindo de forma valiosa à formação dos alunos, nos diferentes aspectos: cognitivo, emocional, social e histórico.

Os livros literários são valiosos em todo tempo histórico e, na contemporaneidade, há algo que os enaltece ainda mais, pois são reconhecidos como ferramenta pedagógica pela escola, pelos pais, pela sociedade, e para a alfabetização são grandes aliados.

Do ponto de vista histórico, os livros para criança são uma contribuição valiosa à história social, literária e bibliográfica; do ponto de vista contemporâneo, são vitais para a alfabetização e para a cultura, além de estarem no auge da vanguarda da relação palavra e imagem nas narrativas, em lugar da palavra simplesmente escrita (HUNT, 2010, p. 43).

Percebe-se maior inserção da Literatura nas instituições de Ensino Fundamental, fazendo com que o processo de ler e escrever se dê de forma espontânea, fomentando o gosto pela leitura, bem como a imaginação, criticidade, oralidade e narrativa. Também, promove maior interesse por parte do aluno pela própria linguagem e pela agradável e prazerosa relação que ele estabelece com ela, tendo em vista o despertar das muitas emoções e transformações que as histórias possibilitam. Corroborando nessa discussão, Resende (1993, p. 122) discute sobre o sentido do livro como brinquedo para a criança.

Dar o livro à criança como brinquedo é cultivar nela uma relação prazerosa, agradável e afetiva com o que ele veicula de valioso, em emoções e fantasias, para a interioridade humana. O animismo infantil leva a criança a transformar o inumano em humano, o real em fantástico, o absurdo em natural e o sonho em verdade.

Porém, o professor deve compreender, no sentido de respeitar e considerar, a faixa etária dos alunos, aquilo que eles conseguem entender, fazer e o que ainda não dominam e que deve ser mediado, jamais deixando de oportunizá-los ao conhecimento, ao contato com a Literatura adequada às suas idades.

Segundo Coelho (2000, p. 163), “embora haja profundas discordâncias entre os teóricos no que diz respeito à conceituação dos gêneros literários em geral, adotou-se nesse estudo a seguinte classificação: os gêneros são – poesia, ficção e teatro.” Já nos subgêneros estão os sonetos, hinos, contos, romances, novelas, tragédias, óperas e comédias. A compreensão dos alunos sobre tais gêneros e subgêneros faz com que eles entendam o mundo ao seu redor, sabendo identificar códigos presentes nessas classes.

A criança aprende brincando e os conteúdos podem ser trabalhados através de histórias, brincadeiras e jogos, em atividades lúdicas, pois além de estimular a autoconfiança e a autonomia, proporciona situações de desenvolvimento da linguagem do pensamento e está criando espaços para a construção do seu conhecimento (MARAFIGO, 2012, p. 5).

A Literatura em si, pode fazer com que o aluno veja o que antes não via, sentir o que não sentia e criar o que não criava. Ele é desafiado como ser humano a expressar os seus pensamentos e opiniões, procurando assemelhar-se com os personagens dos contos, encontrando diversas possibilidades para resolver situações conflituosas.

Segundo a BNCC (2017), deve-se envolver os alunos em práticas de leitura literária para que possibilitem o encantamento, a estética, a fruição, o acesso à ludicidade, reconhecendo as potencialidades transformadoras que elas promovem.

Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a Literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a Literatura (BNCC, 2017, p. 87).

Nessa perspectiva, todo processo educativo da Educação Básica, e, nessa pesquisa, mais especificamente os Anos Iniciais, deve possibilitar o acesso a esse bem cultural, e, por isso, humanizador.

Segundo Resende (1993, p. 34), “O leitor passa por várias fases, desde um pré-leitor, na qual a imagem é a forma de leitura, ao leitor crítico em que há autonomia e criticidade para realizar esse processo”. Para o autor, as fases devem ser conhecidas pelo professor, destacadas a seguir: Pré-leitor – fase de leitura visual; Leitor iniciante – fase de aprendizagem de leitura; Leitor em processo – fase de certo domínio da leitura; Leitor fluente – fase de consolidação do domínio da leitura; Leitor crítico – fase de afirmação da consciência crítica e de leitura independente.

Portanto, é importante conhecer as fases e saber identificá-las no processo escolar, pois exige do educador metodologias diferentes para trabalhar com os alunos.

Além de tudo, é de extrema importância que a escola repense suas práticas de leitura. Os jovens estão entrando na vida adulta sem saber ler (dito num sentido mais amplo, considerando a interpretação textual, retenção de mensagens, uma falha no letramento) e sem gostar de ler, o que cabe ao professor abrir os caminhos para essa prática, utilizando o campo literário pela própria característica desse ramo e o que ele promove nos alunos. Segundo Curia (2012, p. 15),

“[...] o prazer da e pela leitura é construído a partir do fantástico e da imaginação. Não é fácil ser leitor, a leitura não é fácil: requer entrega, concentração, abstração, humildade, requer um querer tão expressivo quanto um poder.”

2.3 LITERATURA INFANTOJUVENIL: UMA OBRA LITERÁRIA OU DIDÁTICA?

Uma proposta pedagógica baseada na Literatura traz muitos benefícios para o desenvolvimento. Propor tal prática requer essa compreensão. São muitos motivos para trazer os livros literários à prática pedagógica, sendo necessário que o professor trabalhe-os considerando o contexto em que a escola está inserida, estimulando aspectos não somente cognitivos, mas também afetivos, sociais, culturais, estéticos e motores.

Os efeitos no desenvolvimento e na aprendizagem por meio da leitura como hábito são variados. Para Oliveira (2002, p. 162), além de tudo, também influencia na imaginação e isso é de extrema importância tanto na criança quanto no adulto. “A imaginação desenvolve-se por toda vida, ela é livre, embora ainda pobre na criança, ao passo que o adulto, por ter uma experiência mais diversificada, pode experimentar uma função imaginativa extremamente rica e madura.”

Precisamos instigar essa imaginação, abrindo caminhos para a autonomia, criatividade, exploração de significados e de sentidos. É necessário partir dessa concepção de aprendizagem e trazer a Literatura muito cedo, em seus diferentes gêneros literários, pois além de todos esses aspectos, ela possibilita a construção da compreensão da escrita, o que favorece a construção da alfabetização e do letramento.

Além disso, o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros. Nesse convívio com textos escritos, os alunos vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua (BNCC, 2017, p. 40).

Livros lidos na infância permanecem na memória do adolescente e do adulto, além de proporcionar diversas aprendizagens. Hoje, o mundo apresenta-se em constante transformação, exigindo muitas habilidades e competências, uma delas, a leitura eficiente para compreender e se inserir nessa sociedade que ora se apresenta.

O mundo de hoje é marcado pelo enorme fluxo de informações oferecidas a todo instante. É preciso também tornarmo-nos mais receptivos e atentos para nos mantermos atualizados e competitivos. Para isso, é imprescindível uma leitura veloz, eficiente e que nos estimule cada vez mais em vista dos resultados que ela oferece (MACHADO, 1996, p. 14).

Além de estarem ouvindo, lendo ou assistindo a histórias, os alunos, estão ao mesmo tempo captando informações do mundo em que vivem, do lugar onde estão inseridos e novos aprendizados que antes daquele momento de troca de ideias e falas não estavam presentes. “Por isso, hoje é importante a participação de toda a comunidade escolar na escolha do literário que será apresentado ao alunado.” (CURIA, 2012, p. 10)

Nessa perspectiva, foi proporcionado aos alunos vivências de acordo com aquilo que é a realidade de todos, realizando conexões com o contexto. É, portanto, buscar, por meio dos livros, além de os componentes curriculares, a formação integral.

Góes (1991, p. 22) afirma que “o ideal da Literatura é deleitar, entreter, instruir e educar os alunos, e melhor ainda ser as quatro coisas de uma só vez.” Para o autor, se a Literatura não envolver tais ideais, a obra não será mais literária e sim, didática.

É perceptível a necessidade de dar voz aos alunos, aceitar os textos que eles estão lendo, buscando e com os quais estão se identificando, oferecendo outros, mas tendo muita responsabilidade e seriedade por parte do professor nessa condução. Para formar leitores é preciso olhar para a história de leitura de cada sujeito para que assim, o educador possa ajudá-lo a construí-la ainda com mais sentido e qualidade, promovendo até o processo de alfabetização e letramento, o que é papel imprescindível do educador, conforme se apresenta a seguir.

2.4 O EDUCADOR E A LITERATURA NO PROCESSO DE ALFABELETRAR

Pensando em todo o trabalho voltado para a Literatura Infantojuvenil, Zen (1995, p. 55) propõe algumas ideias que poderiam auxiliar o educador nessa prática: ler e estudar o livro antes de lê-lo para os alunos; selecionar uma grande variedade de histórias; ler contos de fadas que falem de medos, do amor, da dificuldade de ser criança, das carências,

de autodescobertas, de perdas e buscas; usar diferentes modalidades e possibilidades da voz ao ler histórias; mostrar aos alunos que o que ouvirem está impresso num livro e que poderão voltar a ele se assim o desejarem.

O professor precisa estar em constante aperfeiçoamento, procurando ler sobre as pesquisas que existem no campo da Literatura, ver sua real importância na formação dos alunos. Ele pode apenas “contar historinhas” ou também trabalhar algum assunto importante, dar ênfase em temas que precisam ser discutidos e trabalhados com a turma. Mas há um ponto elementar à proposta pedagógica: o afeto na relação entre os sujeitos do processo. Para Resende (1993, p. 123), “afetividade que existe na relação do professor com os alunos é decisiva para introduzi-las no mundo fantasioso e emocionante das histórias [...]”

A demanda cognitiva das atividades de leitura tende a aumentar desde os Anos Iniciais do Ensino Fundamental até o Ensino Médio. Isso se dá por meio da articulação e consideração da diversidade cultural, de maneira a abranger produções e formas de expressão diversas, a Literatura infantil e juvenil, o cânone, o culto, o popular, a cultura de massa, a cultura das mídias, as culturas juvenis etc., de forma a garantir ampliação de repertório, além de interação e trato com o diferente. (BNCC, 2017)

Portanto, ler ou contar histórias é uma estratégia muito válida, desde que o professor diversifique a sua prática pedagógica, não se apoderando de um único método como se uma proposta fosse melhor que a outra. Ler ou contar vai exigir do professor a coragem de se expor e também ouvir os demais, uma dinâmica que traz para o jogo não só quem conta, mas também quem ouve. Para corroborar com tal ideia, Góes (1991, p. 36) afirma que “É importante ajudar o jovem a obter maior clareza de mente e enriquecimento da sensibilidade. Não devemos, portanto, acomodar-nos, por exemplo, num único tipo de análise, mas renovar sempre que possível nossos métodos e instrumentos de trabalho.”

O professor precisa interagir com seus alunos e, para isso, a contação é muito propícia, tornando qualquer tema interessante e de significado importante para eles. Não é uma tarefa fácil, pois nem sempre a escola oferece materiais, ou até os próprios livros de histórias não estejam adequados à faixa etária ou mesmo já muito defasados. Mas sabe-se que a contação pode ser feita a partir da imaginação do professor, até sem materiais, sendo importante ele ter esse desejo e entender dessa importância das histórias para o desenvolvimento. Para Góes (1991, p. 23), “os livros infantis devem atender as

necessidades fundamentais da infância.”, mas nada impede que eles possam além de facilitar as descobertas dos alunos, encantar os adultos que irão trabalhar com tal ferramenta. Considerar que essa prática auxilia nos processos formativos, mais especificamente no alfabetizar, leva o professor a variar as formas de trabalho, dialogando com os alunos, descobrindo a melhor vivência, descartando ações padronizadas.

Corroborando com tais afirmações, traz-se a Base Nacional Comum Curricular (2017, p. 224):

Ao mesmo tempo, pode colaborar com os processos de letramento e alfabetização dos alunos, ao criar oportunidades e contextos para ler e produzir textos que focalizem as distintas experiências e vivências nas práticas corporais tematizadas. Para tanto, os professores devem buscar formas de trabalho pedagógico pautadas no diálogo, considerando a impossibilidade de ações uniformes.

Segundo Resende (1993, p. 124), histórias tradicionais e tantas outras são fontes que o educador pode utilizar diariamente para: brincar com os alunos; contar histórias com o apoio do livro, oralmente (adaptadas pelo educador) ou por meio de material gravado; ler poemas; imaginar e criar histórias individuais e coletivas; ouvir histórias e vivenciá-las em jogos; deixar, na sala, livros em lugares acessíveis aos alunos, para que toquem, folheiem e leiam quando se interessarem.

Faz-se necessário um olhar atento do professor para o interesse dos alunos, buscar mais a fundo pelo que eles se interessam, promovendo, dessa forma, um ambiente prazeroso, imaginativo e de muitas possibilidades de desenvolvimento. Apesar de a Literatura infantil abrir portas para um universo fascinante de conhecimentos, muitos alunos não são motivados a se interessarem, portanto, cabe ao educador esse papel de incentivá-los. Nesse sentido, destaca-se novamente a importância da Literatura nas palavras de Resende (1993, p. 133):

Ler, ouvir, tocar o livro em todos os sentidos, entrar nele para vislumbrar encantos e novidades, tecer surpresas, imaginar irrealidades e viver emoções reais... Esse caminho é aberto ao novo, às camadas profundas, irracionais, que apreendem, intuem, armazenam imagens, sensações e sentimentos.

2.5 LITERATURA INFANTOJUVENIL: UMA FERRAMENTA PARA A ALFABETIZAÇÃO ALIADA AO LETRAMENTO, O ALFABELETRAR

Sabe-se que, quando se trabalha com a Literatura Infantojuvenil, está também, indiretamente, fazendo a busca do letramento com base em uma alfabetização mais

dinâmica, inovadora e contextualizada. Os alunos se sentem mais motivados quando utilizam os livros literários, podendo ser a ferramenta para o processo da leitura e escrita que exige um conjunto de conhecimentos e processos. Segundo Castanheira, Maciel e Martins (2009, p. 81), “a alfabetização é entendida como apropriação da dinâmica ou da “tecnologia” da leitura e da escrita. Essa apropriação envolve um conjunto de conhecimentos e procedimentos em relação ao sistema da língua.”

E por que não alfabetizar e letrar ao mesmo tempo? É importante levar sempre em consideração que um não deve existir sem o outro. Segundo a BNCC (2017), amplia-se o letramento por meio da progressiva incorporação de estratégias de leitura em textos de grande complexidade e de diferentes gêneros. A Base Nacional Comum Curricular (2017, p. 264) também destaca o letramento matemático:

O Ensino Fundamental deve ter compromisso com o desenvolvimento do letramento matemático, definido como as competências e habilidades de raciocinar, representar, comunicar e argumentar matematicamente, de modo a favorecer o estabelecimento de conjecturas, a formulação e a resolução de problemas em uma variedade de contextos, utilizando conceitos, procedimentos, fatos e ferramentas matemáticas.

Percebe-se a importância da inserção da matemática de uma forma espontânea, em que o aluno vivencie no dia a dia, a partir da resolução de problemas e de experiências matemáticas em diversos contextos, possibilitando, dessa forma, o letramento dessa linguagem.

Segundo Lemos (1988, p. 11), “Sabemos que, inicialmente, o desenvolvimento da linguagem escrita ou do processo de letramento da criança é dependente, por um lado, do grau de letramento da instituição familiar a que pertence – isto é, da maior ou menor presença”. Portanto, acredita-se que a escola precisa estar atenta ao que acontece na vida fora da instituição, fazendo o possível para que esse processo esteja acontecendo simultaneamente em ambos os espaços em que a criança está inserida.

Para tanto, também se faz necessária a compreensão dos esquemas mentais no processo da aprendizagem, considerando a interação do aluno com o objeto do conhecimento, para que ocorra a assimilação, a apropriação dos conceitos.

Cada passo resulta da interação que ocorre entre o sujeito cognoscente e o objeto de conhecimento: no processo de assimilação (isto é, no processo de elaboração da informação), o sujeito transforma a informação dada; às vezes a resistência do objeto obriga o sujeito a modificar-se também (isto é, mudar seus próprios esquemas) para compreender o objeto (isto é, para incorporá-lo, para apropriar-se dele) (FERREIRO, 2001, p.68).

Aderindo a essas afirmações, considera-se de fundamental importância a alfabetização vinculada ao letramento por meio da Literatura Infantojuvenil. É por meio das histórias que os alunos podem fazer relação com o seu contexto, descobrindo e compreendendo os códigos existentes na sociedade. Assim não só assimilam, mas também acomodam e equilibram os seus próprios conhecimentos, crescendo cognitivamente, afetivamente e socialmente, o que proporcionará o alfabetizar e a construção dos conhecimentos lógico-matemáticos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa, de abordagem qualitativa, de acordo com Minayo (2010), busca questões muito específicas e pormenorizadas, preocupando-se com um nível da realidade que não pode ser mensurado e quantificado, atua com base em significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, e outras características subjetivas próprias do humano e do social que correspondem às relações, processos ou fenômenos e não podem ser reduzidas a variáveis numéricas.

Em relação ao objetivo, seu caráter é descritivo. Segundo Gil (2008), ela descreve as características de determinada população, utilizando técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como a observação sistemática.

Quanto aos procedimentos e métodos caracteriza-se como pesquisa bibliográfica e estudo de campo. Para este estudo se fez necessário um levantamento bibliográfico, que perpassou toda a pesquisa, com o propósito de compreender a realidade estudada, baseado em diversos autores que fundamentam a temática do estudo. O estudo de campo caracteriza-se pelo aprofundamento de uma realidade específica, por meio de observação direta e propostas de atividades com o grupo estudado a fim de apresentar tal realidade, explicando-a com base na análise dos dados observados. (GIL, 2008).

Assim sendo, o estudo foi realizado com foco em desenvolver uma proposta baseada na Literatura Infantojuvenil com alunos de 2º ano e 3º ano, da Escola Municipal Edeltrudes Wippel Heil, localizada em Guabiruba – Aymoré, com o objetivo de proporcionar, por meio da Literatura Infantojuvenil, o desenvolvimento da linguagem oral e corporal, aspectos cognitivo e afetivo, além de estimular a alfabetização aliada ao letramento e aos conhecimentos lógico-matemáticos.

Para a coleta de dados foram utilizados os seguintes instrumentos: observação direta, que resultou num diário de bordo e, posteriormente, elaboração e aplicação de

planos de aula, baseados nas respectivas observações. Na sequência, os dados da observação e aplicação dos planos foram descritos em forma de relatórios, seguidos da análise de dados e considerações.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da prática do Estágio Supervisionado II, que tinha como finalidade o estudo de instituições do Ensino Fundamental, tendo como perspectiva Literatura Infantojuvenil: uma ferramenta para o alfabetizar, cabe a análise dos resultados que a aplicação dessa proposta trouxe.

Sabe-se o quanto a Literatura Infantojuvenil é importante no processo de ensino aprendizagem, na ideia de que, além de fomentar o gosto pela leitura, leva o aluno a imaginar, criar, pensar, ampliar vocabulário, interpretar, enfim, a ter um ato prazeroso.

A força da história é tamanha que o narrador e ouvintes caminham juntos na trilha do enredo e ocorre uma vibração recíproca de sensibilidades, a ponto de diluir-se o ambiente real ante a magia da palavra que comove e enleva. A ação se desenvolve e nós participamos dela, ficando magicamente envolvidos com os personagens, mas sem perder o senso crítico que é estimulado pelos enredos (COELHO, 1996, p. 11).

O objetivo geral de proporcionar, por meio da Literatura Infantojuvenil o desenvolvimento da linguagem oral e corporal, aspectos cognitivo e afetivo, além de estimular a alfabetização aliada ao letramento e aos conhecimentos lógico-matemáticos, fora alcançado. Percebeu-se que as crianças imaginavam as histórias com autonomia e criatividade, relacionando-as com seus cotidianos. A sequência de uma história (início, meio e fim), contribuindo para a organização do raciocínio lógico, foi uma das propostas. Fez-se, também, a resolução de diversos problemas matemáticos. A afetividade também esteve presente nos diversos momentos vivenciados em grupo e de forma individual.

Ouvir e ler histórias é entrar em um mundo encantador, cheio ou não de mistérios e surpresas, mas sempre muito interessante, curioso, que diverte e ensina. É na relação lúdica e prazerosa da criança com a obra literária que temos uma das possibilidades de formarmos o leitor. É na exploração da fantasia e da imaginação que se instiga a criatividade e se fortalece a interação entre texto e leitor (BERNARDINELLI e CARVALHO, 2011, p. 1).

Com os livros selecionados para a aplicação do estágio, conseguiu-se trabalhar diversas atividades que auxiliaram no desenvolvimento dos alunos: elaboraram-se textos, diálogos, teatros, separação de sílabas, diferenciaram-se vogais de consoantes, resolveram-se operações matemáticas de adição, subtração, multiplicação e divisão e

trabalhou-se com conhecimentos gerais no *quiz*. Todas as atividades se basearam na realidade em que a escola e os alunos estavam inseridos, ao mesmo passo em que se considerou seus conhecimentos prévios.

O professor pode utilizar vários recursos para despertar na criança o seu interesse pela leitura, como conto e reconto, histórias, dramatizações, realizando releituras das mesmas, favorecendo o crescimento pedagógico. Deve o professor, conscientizar-se da necessidade de se conhecer a história que irá trabalhar com as crianças, para poder explorar com atividades criativas que levem as crianças a desenvolver seu ensino-aprendizagem (BERNARDINELLI e CARVALHO, 2011, p. 5).

Buscaram-se atividades que instigavam os traços motores finos por meio de desenhos e pinturas. Também se partiu da realidade do bairro da escola na proposta do Mercadinho Aymoré, no qual cada aluno tinha R\$50 (de forma lúdica) para gastar com os produtos à disposição. Aprimorou-se a oralidade com as várias rodas de conversa sobre os temas trabalhados e a importância do respeito mútuo enquanto outros amigos falavam. Sempre a conversa fluía com muita argumentação e a lógica estava presente, pois buscou-se instigar o pensamento crítico.

Dentro das propostas, pôs-se em prática tudo que fora planejado. As crianças estavam muito envolvidas no trabalho e tudo fluiu com muita tranquilidade e no tempo delas, não deixando de lado a excelência do fazer e explorar cada atividade. Mas, com certeza, percebeu-se ser de grande importância a flexibilidade do planejamento para adaptar as ideias quando algo não ocorre de acordo com a proposta inicial planejada ou quando se tem um aluno diferente, ou ainda quando sensivelmente percebe-se que algo deve ser reelaborado para que ocorra de forma mais agradável. Para Luck (2008, p. 23):

O planejamento expressa uma preocupação única: a de que ações significativas sobre uma dada realidade sejam praticadas de forma sistemática, a partir de uma visão clara da sua necessidade [...] refletindo claramente com a visão do autor, planejar encontrasse caracterizado pelos traçados que delimitam as atividades da escola, sendo coerente a preocupação dos sujeitos com os fatores que podem ou não corresponderem com os ideais almejados, no desenvolvimento do trabalho pedagógico.

O educador deve instigar a leitura em todos os contextos educativos, desenvolver uma proposta em que ela exerça a formação intelectual, e, por isso, destaca-se a Literatura, já que, esta tem o propósito de compreender e de criar a dúvida, a interrogação da obra em questão.

O profissional da informação e o educador devem exercer um trabalho intelectual formativo, que instigue a importância da leitura, por meio da relação de estudo entre professor-aluno, na atividade de compreensão, interrogação do texto da obra literária em análise (ROSA e NUNES, 2011, p. 3).

Portanto, na análise dos resultados dessa pesquisa realizada no Estágio II, concluiu-se que todos os alunos têm suas subjetividades, e que os professores precisam estar atentos a cada um deles para percebê-las, bem como partilhar com eles suas histórias pessoais, fazendo-os perceber que elas são produtos dos espaços socioculturais em que vivem. Os alunos aprenderão de formas diferentes, assim, adaptar as práticas para que eles consigam suprir as suas necessidades em seus diferentes tempos se torna fundamental. Também, analisa-se que a Literatura Infantojuvenil no Ensino Fundamental é riquíssima em todos os aspectos que desenvolve, possibilitando o desenvolvimento integral dos alunos.

Deve-se reconhecer o papel que a Literatura exerce; espaço de ampla significação aberto as emoções, ao sonho e a imaginação, favorecendo também a construção de conceitos, como os de cultura, civilização e tempo histórico durante a infância. É preciso que o professor haja de maneira adequada, partilhando com os alunos suas histórias pessoais, produto do espaço sociocultural em que vivem com prazer propriedade e sabedoria (SILVA, 2001, p. 4).

Destaca-se, portanto, a necessidade de valorização da Literatura Infantojuvenil nas instituições de Ensino Fundamental, bem como uma adequada formação do professor que atua nesse campo, vivenciando, dessa forma, ricas experiências partilhadas entre alunos e professores, atores sociais desse espaço. Nesse sentido, a Literatura Infantojuvenil promove aprendizagem e desenvolvimento entrelaçados pelas histórias pessoais e literárias, tanto no processo de alfabetizar e letrar quanto na linguagem matemática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste Estágio Supervisionado II foi proporcionar, por meio da Literatura Infantojuvenil, o desenvolvimento da linguagem oral e corporal, aspectos cognitivo e afetivo, além de estimular a alfabetização aliada ao letramento e aos conhecimentos lógico-matemáticos.

A pesquisa realizada no Estágio Supervisionado II, campo do Ensino Fundamental, mostrou que a Literatura Infantojuvenil foi uma ferramenta importante no

processo de alfabetização e letramento. Além disso, percebeu-se que quanto mais o aluno for estimulado por meio da leitura, e nos diversos contextos, mais ele irá desenvolver e aprender em todos os aspectos e áreas.

Nesse sentido, buscou-se trazer sempre o máximo possível da Literatura para seu dia a dia. Ressalta-se o quanto ela pode proporcionar momentos prazerosos, interativos, afetivos e de grande aprendizagem e desenvolvimento, contribuindo para que o aluno se aperfeiçoe na escrita e leitura, audição, letramento, imaginação, criatividade, na resolução de problemas, no raciocínio lógico-matemático, entre outros.

Dentro da Literatura Infantojuvenil, diversos temas podem ser trabalhados. O enfoque deste estudo foram as histórias contadas por meio de livros, e algumas criadas pelas pesquisadoras. Acredita-se que os objetivos foram alcançados em todas as práticas, podendo terminar e perceber o avanço dos alunos em relação aos conhecimentos adquiridos no processo da alfabetização e do letramento, o qual era o foco, e outros aspectos das áreas da Língua Portuguesa. Teve-se, nesses oito dias de aplicação da proposta, o desafio de mostrar que, por meio da Literatura, também se pode trabalhar com matemática, além de a língua portuguesa, mostrando que as histórias possibilitam a interdisciplinaridade.

Destaca-se que se conseguiu utilizar diferentes formas e técnicas para a contação das histórias, desde os livros com figuras, sons produzidos pelo *QR code*, criação de peça teatral, produção de uma salada de frutas, *quiz* com perguntas que envolviam os enredos das histórias, alfabetização e a matemática, entretenimentos e conhecimentos gerais. Produziu-se um cenário em que os alunos iam até o mercado e compravam o que desejavam e respectivamente deveriam fazer a operação mental do que gastaram e de quanto sobrou do dinheiro que eles tinham para brincar. De forma lúdica, a matemática também fora-introduzida.

Acredita-se que o Estágio II do Ensino Fundamental possibilitou, por certo, um novo olhar para a Literatura, vendo sua real importância para o desenvolvimento do processo da escrita e da leitura, do raciocínio lógico-matemático e da linguagem oral, entre outros aspectos.

O papel do professor no processo formativo também ficou evidenciado, bem como as formas como ele pode utilizar para aguçar sempre mais o prazer e o gosto pelas histórias para o ensino de componentes curriculares, trabalhando de uma forma

interdisciplinar, mais dinâmica e diferenciada, na qual os alunos se sintam bem, interagindo, e com interesse em aprender.

Considera-se que esta pesquisa foi de relevância para os estudos sobre alfabetização e letramento e para o ensino da matemática, trazendo a Literatura Infantojuvenil como base para esses processos formativos e ainda mais por ter a Base Nacional Comum Curricular como fundamento nessa abordagem pedagógica, o que no cenário atual se faz necessário, visto a recente homologação desse documento e a importância da compreensão e de pesquisas que apontam uma referência aos educadores.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, F. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. 5.ed. São Paulo: Scipione, 1995.

BERNARDINELLI, Laura Lima e CARVALHO, Vanderleia Macena Gonçalves de Carvalho. **A importância da Literatura infantil**. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/simposio2011/publicado/artigo0132.pdf>. Acesso em: 07 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular: educação é a base**. 2017. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 27 mar. 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

CASTANHEIRA, Maria Lúcia; MACIEL, Francisca Izabel Pereira; MARTINS, Raquel Márcia Fontes. **ALFABETIZAÇÃO e letramento: perspectivas linguísticas**. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

COELHO, Betty. **Contar histórias: uma arte sem idade**. São Paulo: Ática, 1996.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil: teoria, análise, didática**. 7. ed., rev. e atual. São Paulo: Moderna, 2000.

CURIA, Denise Fonseca dos Santos. **A Literatura Infantojuvenil na contemporaneidade: um outro olhar para o literário em sala de aula**. 2012. Disponível em: <http://revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/viewFile/134/73>. Acesso em: 25 jul. 2018.

FERREIRO, Emilia. **Reflexões sobre alfabetização**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÓES, Lúcia Pimentel. **Introdução à Literatura infantil e juvenil**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1991.

HUNT, Peter. **Crítica, teoria e Literatura infantil**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
LE MOS, C. T. **A concepção da escrita pela criança**. Campinas, Pontes, 1988.

LUCK, Heloisa. **Planejamento em orientação educacional**. 20. ed. Petrópolis: vozes, 2008.

MACHADO, Andréa Monteiro de Barros e TEIXEIRA, Elson Adalberto. **Aprendendo leitura dinâmica**. Rio de Janeiro: Makron Books, 1996.

MARAFIGO, Elisangela Carboni. **A importância da Literatura infantil na formação de uma sociedade de leitores**. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/Elisangela-Carboni-Marafigo-Padilha.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

PENIDO, Anna. **Competências Gerais: Base nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: <http://s3.amazonaws.com/porvir/wp-content/uploads/2017/05/07101734/info-competencias-gerais-bncc.pdf>. Acesso em: ago. 2018.

RESENDE, Vania Maria. **Literatura infantil e juvenil: vivências de leitura e expressão criadora**. São Paulo: Saraiva, 1993.

ROSA, Maria Eunice de Almeida; NUNES, Rosemeire Irene da Silva. **Literatura Infantojuvenil: contação de histórias na escola e na biblioteca**. Disponível em: https://www.bc.ufg.br/up/88/o/Art_Eunice_CBBD_2011.pdf. Acesso em: 26 set. 2018.

SARAIVA, J. A. S. et al. Pressupostos teóricos e metodológicos da articulação entre literatura e alfabetização. *In. Literatura e alfabetização: do plano do choro ao plano da ação/organizado por Juracy Asmann Saraiva*. – Porto Alegre: Artmed, 2001.

SCHARF, Rosetenair Feijó. **A escola e a leitura: prática pedagógica da leitura e produção textual**. Disponível em: http://gephisnop.2000.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/a_escola_e_a_leitura.pdf. Acesso em: 19 mar. 2018.

SILVA, Maria Betty Coelho. **Contar histórias: uma arte sem idade**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2001.

ZEN, Maria Isabel H. Dalla; Xavier, Maria Luisa M. **Alfabetizar: fundamentos e práticas**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 1995.

ZILBERMAN, Regina. **A Literatura Infantil na Escola**. São Paulo: Global, 2003.



ENPEX 2019

ENCONTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ISSN 1982-3770



UNIFE
É NOSSA. É DAQUI.



fapesc
Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

O JOGO SIMBÓLICO E O CAMPO DE EXPERIÊNCIA DA BNCC - O EU, O OUTRO E NÓS: UMA PROPOSTA PARA O TRABALHO COM AS CRIANÇAS PEQUENAS

*BNCC'S SYMBOLIC GAME AND EXPERIENCE FIELD - THE US, THE OTHER AND
US: A PROPOSAL FOR WORKING WITH YOUNG CHILDREN*

ARAÚJO¹Milene Tavares de
TOMAZONI²Eliane Kormann

RESUMO: Dentre os vários aspectos ligados à infância, elegeu-se como objeto desta investigação algumas questões presentes no ato de brincar da criança, mais especificamente o jogo simbólico, atividade considerada importante para o desenvolvimento infantil, segundo algumas perspectivas teóricas na Psicologia. Também, o estudo teve como objeto um dos campos de experiências: O eu, o outro e nós, discutidos pela nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O objetivo da pesquisa foi compreender a importância do jogo simbólico na Educação Infantil, conceituar e caracterizar o simbolismo na infância, conhecendo os benefícios desse jogo no desenvolvimento das crianças pequenas. Focaram-se nas análises os conceitos desenvolvidos por Piaget e Lev S. Vygotsky, percorrendo suas principais contribuições sobre o tema. Trata-se de pesquisa qualitativa, descritiva e de campo. Como resultado foi possível mostrar o quanto o brincar é imprescindível para o desenvolvimento infantil e fundamenta a aprendizagem por meio de avanços sociais e cognitivos mediados pelo jogo simbólico no campo de experiência O eu, o outro e nós.

Palavras-chave: Jogo Simbólico; BNCC; Campos de Experiências; O eu, o outro e nós.

ABSTRACT: *Among the various aspects related to childhood, it was chosen as object of this investigation some issues present in the child's play, more specifically the symbolic game, an activity considered important for child development, according to some theoretical perspectives in Psychology. Also, the study focused on one of the fields of experience: The self, the other and us, discussed by the new Common National Curriculum Base (BNCC). The aim of the research was to understand the importance of symbolic play in early childhood education, to conceptualize and characterize symbolism in childhood, knowing the benefits of this game in the development of young children. The analysis focused on the concepts developed by Piaget and Lev S. Vygotsky, covering their main contributions on the subject. It was a qualitative, descriptive and field research. As a result, it was possible to show how much play is essential for child development and how much it underlies learning through social and cognitive advances mediated by the symbolic game in the field of experience the self, the other and us.*

Keywords: *Symbolic Game; BNCC; Fields of Experiences; The self, the other and us.*

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado do Estágio Supervisionado I do Curso de Pedagogia do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE, que teve como campo de pesquisa o cenário da Educação Infantil, realizado na rede municipal de Brusque, com uma turma mista de Infantil III e Pré, correspondente à faixa etária de 4 e 5 anos.

O estudo teve como objeto um dos campos de experiências: O eu, o outro e nós, discutidos pela nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e como objetivo foi compreender a importância do jogo simbólico na Educação Infantil, conceituar e caracterizar o simbolismo na infância, conhecendo os benefícios desse jogo no desenvolvimento das crianças pequenas.

A metodologia utilizada nesse estudo decorre da pesquisa bibliográfica e de campo, no qual houve intervenções a partir de observação por meio de um diário de bordo, que, posteriormente, serviu de base para a construção dos planos de ação que foram aplicados no campo de acordo com a realidade do ambiente. Essas intervenções geraram dados necessários nos quais foram descritos em forma de relatórios, seguidos da análise e considerações.

Nesse sentido, a temáticos jogos simbólicos na Educação Infantil foi planejada atendendo aos eixos estruturantes desse segmento educacional, que, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (2017), são as interações e as brincadeiras. Nessa perspectiva, as crianças devem passar por experiências podendo construir e aprimorar-se de conhecimentos por meio de brincadeiras e interações, possibilitando aprendizagem, desenvolvimento e socialização.

A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções (BNCC, 2017, p. 38).

As brincadeiras remetem à criança ao jogo simbólico, o que segundo Agostinho (2003) possibilita a criança com toda sua inventividade, imaginação, autenticidade, originalidade, novidade, ludicidade, imprimindo no espaço seus saberes e suas vontades.

A BNCC (2017) aborda ainda seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento para a etapa da Educação Infantil: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, trabalhados ao longo dessa etapa, organizados nas seguintes faixas etárias: bebês (de 4 meses a 1 ano e dois meses); crianças bem pequenas (1 ano e 6 meses a 3 anos e 11 meses) e as crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses).

A abordagem dos eixos estruturantes e dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil nas diferentes idades deve ser contemplada nos diferentes campos de experiências abordados pela BNCC (2017): O eu, o outro e nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Assim sendo, o artigo em questão traz como foco os jogos simbólicos nos quais englobam todos os direitos e campos propostos, sendo o campo “O eu, o outro e nós” o debruçar-se dessa pesquisa.

Na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos (BNCC, 2017, p. 42).

O artigo tem como referencial teórico a BNCC, política curricular norteadora da educação brasileira para a construção de propostas curriculares educacionais. Também, de autores de grande relevância do tema desenvolvido, criando bases para uma discussão em torno dos jogos simbólicos na Educação Infantil. Para Piaget (2003, p. 29) “o jogo simbólico não é um esforço de submissão do sujeito ao real, mas, ao contrário, uma assimilação deformada da realidade ao eu”. Essa assimilação possibilita aprendizagem e desenvolvimento da criança a partir da interação com o(s) outro (s) e o ambiente, assimilando as múltiplas possibilidades do campo “O eu, o outro e nós”.

Para compreender essa dimensão, a organização dos capítulos do artigo busca discutir todas as dimensões da Educação Infantil e os processos de desenvolvimento e aprendizagem. Inicialmente far-se-á uma breve história da relação Educação Infantil e aprendizagem, compreendendo em qual tempo histórico inicia essa concepção.

Em seguida, tratará dos campos de experiências da Base Nacional Comum Curricular, pela necessidade de discussão ampla nos dias de hoje nos espaços educativos

para a infância, por se tratar de uma política curricular recente em nosso país. Após a discussão desses campos far-se-á um aprofundamento no campo de experiência O eu, o outro e nós, foco dessa pesquisa.

Finalizando, a discussão será feita com a abordagem dos jogos na concepção de Piaget e o simbolismo do jogo no campo de experiência “O eu, o outro e nós” da BNCC, como ferramenta de grande importância na formação social das crianças. O foco será no jogo simbólico, fase dos 2 aos 7 anos de idade, estágio pré-operatório, segundo os estudos de Piaget, uma vez que a pesquisa aconteceu no campo da Educação Infantil, nessa faixa etária, em que as crianças fazem uso de símbolos e brincadeiras de faz-de-conta de forma constante.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL E PROPOSTA DE APRENDIZAGEM

A Educação Infantil compreende a faixa etária de zero a cinco anos de idade, considerada a primeira etapa da educação básica, tendo esse reconhecimento e organização recentemente por meio de legislações e documentos.

Nesse sentido, cabe apresentar um breve histórico desse segmento educacional para compreender o percurso da proposta de aprendizagem para a infância ao longo do tempo.

A expressão educação “pré-escolar”, utilizada no Brasil até a década de 1980, expressava o entendimento de que a Educação Infantil era uma etapa anterior, independente e preparatória para a escolarização, que só teria seu começo no Ensino Fundamental. Situava-se, portanto, fora da educação formal.

Com a Constituição Federal de 1988, o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 6 anos de idade torna-se dever do Estado. Posteriormente, com a promulgação da LDB, em 1996, a Educação Infantil passa a ser parte integrante da Educação Básica, situando-se no mesmo patamar que o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

A LDB reconheceu a Educação Infantil como um segmento que promove a aprendizagem e faz parte da Educação Básica, definindo em seu artigo 29 a educação infantil como

[...] primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico,

psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Mas, essa lei ainda trouxe mais avanços, a partir da modificação introduzida em 2006, que antecipou o acesso ao Ensino Fundamental para os 6 anos de idade, e a Educação Infantil passou a atender a faixa etária de zero a 5 anos.

Entretanto, embora reconhecida como direito de todas as crianças e dever do Estado, a Educação Infantil passa a ser obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos apenas com a Emenda Constitucional nº 59/2009, que determina a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos. Essa extensão da obrigatoriedade é incluída na LDB em 2013, consagrando plenamente a obrigatoriedade de matrícula de todas as crianças de 4 e 5 anos em instituições de Educação Infantil.

Cabe destacar nessa trajetória histórica, e antes da LDB ainda, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que inteirou os direitos constitucionais em relação à infância no qual dispõe em seus artigos sobre os direitos da criança e também do adolescente:

Artigo 3º - A criança e ao adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata a Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Artigo 4º - É dever da família, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta propriedade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Prosseguindo com o avanço da Educação Infantil, logo após a LDB (1996), o Ministério da Educação (1998) criou para maior funcionalidade das instituições de Educação o documento Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) que é publicado como parte dos documentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que reúne objetivos, conteúdos e orientações didáticas aos docentes, no sentido de pautar a ação docente para o desenvolvimento integral das crianças, reconhecendo-as como sujeitos de direitos e características muito próprias.

O Referencial pretende apontar metas de qualidade que contribuam para que as crianças tenham um desenvolvimento integral de suas identidades, capazes de crescerem como cidadãos cujos direitos à infância são reconhecidos. Visa, também, contribuir para que possa realizar, nas instituições, o objetivo socializador dessa etapa educacional, em ambientes que propiciem o acesso e a ampliação, pelas crianças, dos conhecimentos da realidade social e cultural (RCNEI, 1998, p.7).

Após um ano, o Conselho Nacional de Educação publicou em 17 de dezembro de 2009, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, documento que apresenta a elaboração das propostas pedagógicas das instituições. As DCNEI (2010) consideram a Educação Infantil um espaço educacional público ou privado que educa e cuida de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulado e supervisionado por órgão competente do sistema de ensino e submetido a controle social.

Em relação à concepção de criança, a mesma diretriz (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), traz em seu Artigo 4º um sujeito histórico de direitos que precisam ser considerados para que ela cresça e se desenvolva plenamente para produzir cultura e construir sentidos.

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2019, p.12).

A DCNEI (2010) também faz menção ao currículo na Educação Infantil que deve considerar as experiências da criança e promover experiências de forma a promover o desenvolvimento integral.

[...] conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças como conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico, e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de criança de 0 a 5 anos de idade (CNE/CEB, 2010, p.12).

E ainda, discute a proposta pedagógica da educação infantil como um:

[...] plano orientador das ações da instituição e define metas que se pretendem para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças que nela são educados e cuidados, elaborado num processo coletivo, com participação da direção, professores e comunidades (CNE/CEB, 2010, p. 13).

É perceptível ao analisar as DCNEI (2010) a presença do cuidar e educar, no sentido de suprir as necessidades básicas das crianças e possibilitar aprendizagens, desenvolvimento e descobertas.

Ainda de acordo com as DCNEI, em seu Artigo 9º, os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica são as interações e a brincadeira, experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por

meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização.

E nessa linha histórica, destaca-se recentemente o maior avanço, passo significativo na Educação Infantil brasileira, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instituída em 2017.

Esse documento tem por objetivo orientar o planejamento curricular de toda a Educação Básica do país, considerando as aprendizagens essenciais ao longo dessa etapa, assegurando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

A Base Nacional Comum Curricular é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BNCC, 2017, p. 7).

A BNCC é um documento normativo, conforme já destacado acima, aplicando-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, de acordo com o que está fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (BNCC, 2017). Essa proposta é uma referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, integrando a política nacional da Educação Básica que vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação (BNCC, 2017).

A BNCC (2017) considera a criança um sujeito histórico social, com direitos em que nas interações cotidianas, vivencia e constrói sua identidade pessoal e coletiva, aprendendo a brincar, imaginar, desejar, observar, experimentar, narrar, questionar e construir sentidos sobre a sociedade, fazendo parte de uma organização familiar estando inserida em uma determinada cultura.

Com base nos eixos estruturantes das práticas pedagógicas e nas competências gerais para a Educação Básica propostas pela BNCC, **seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento** asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças

aprendam em situações nas quais desempenham um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los construindo significados sobre si, os outros e o mundo social e natural. São eles: conviver; brincar; participar; explorar; expressar e conhecer-se (BNCC, 2017).

Com a inclusão da Educação Infantil na BNCC, mais um importante passo é dado nesse processo histórico de sua integração ao conjunto da Educação Básica.

Não obstante sobre os direitos da criança como cidadã, Kramer (2003, p. 91) ao citar Pereira e Cintra (2008, p. 17) discorre sobre o olhar que se deve ter para a criança:

[...] não como filhotes do homem, ser em maturação biológica, que um dia se tornará adulto, pelo contrário, a criança tem suas particularidades que são próprias da infância. Logo é preciso ver [...] as crianças como cidadãs, pessoas que produzem cultura e são nelas produzidas, que possuem um olhar crítico que vira pelo avesso a ordem das coisas, subvertendo essa ordem.

A concepção descrita por Kramer (2003) valoriza a criança como sujeito próprio que produz história, e por isso cultura, e assim também são produzidas por ela, por isso, tendo que ter toda consideração da sociedade, pois essa fase faz parte da constituição de ser do adulto, que, sem ela, não o seriam completos.

Destaca-se que, diferente dos outros níveis da educação, a Educação Infantil não tem currículo formal, sendo a BNCC (2017) para este nível uma proposta diferenciada, pois não é organizada em áreas do conhecimento, mas em campos de experiências, que tem como eixos norteadores as práticas pedagógicas da ludicidade e das interações, compostas por cinco campos, nos quais são definidos os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Os campos são concebidos como um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural.

Nesse sentido, Kishimoto (s/d) traz uma expressiva contribuição no processo de desenvolvimento da BNCC, no que diz respeito aos campos de experiências, por meio da escrita de um parecer crítico, intitulado Currículo e conteúdo específicos da Base Nacional Comum de Educação Infantil. Observa-se a partir das considerações da autora, a existência de um avanço significativo no que tange o currículo da Educação Infantil, já que a proposta contida no documento põe a criança como sujeito central do processo educativo, além de trazer à tona a escuta das vontades e interesses da criança, algo que demonstra o grande avanço na área.

No que diz respeito aos campos de experiências, para a estudiosa sobre os processos do brincar, o significado de experiência está embasado na filosofia educacional de John Dewey (1967), cuja concepção auxilia no esclarecimento dessa abordagem curricular contida na BNCC, relacionando experiência e aprendizagem.

Para Dewey (1967, p. 45) *apud* Kishimoto (s/d, p. 5-6)

As escolas fixavam sua atenção na importância das matérias do programa, quando comparadas com o conteúdo da experiência da própria da criança. Tais escolas deixavam de lado a vida da criança, as particularidades individuais, as fantasias e as experiências pessoais da criança, subordinando “a vida e a experiência da criança ao programa”, transformando “estudo” em fadiga e “lição” em tarefa. As oposições entre criança e programa, ou estudo sistemático e interesse da criança, que distinguiam abordagens existentes, criticadas pelo filósofo, são integradas por ele visando à continuidade da experiência para torná-las ricas e complexas.

Pode-se afirmar, de acordo com Kishimoto, que a criança aprende por meio de um ambiente que desperte seu interesse e estimule seu desenvolvimento. Assim sendo, baseia-se na teoria da experiência de Dewey no parecer para justificar essa nova concepção presente na BNCC.

A teoria da experiência de Dewey prevê educação humanista e democrática, no lugar de educação tradicional com métodos rígidos e autocráticos, assim como agrupamentos sociais e democráticos no lugar de ações individuais. A experiência vista nessa perspectiva provoca encantamento, gera interesse, envolvimento de grupos de crianças que, por exemplo, podem se encantar com os contos fantásticos podem recontar histórias, escutar versões dos amigos e outras versões da mesma história, ampliando experiências, com uso de múltiplas linguagens, além de expressar emoções, vivenciar conflitos, constituir amizades, recriar situações, enfrentar desafios, buscando novas histórias, com impacto nas experiências posteriores (KISHIMOTO, s/d, p.8).

Compreendendo-se a importância da experiência para o desenvolvimento e a aprendizagem da criança observa-se, a partir do parecer descrito por Kishimoto, que a brincadeira se traduz na principal forma de expressão pela qual a criança vivencia tais experiências.

A seguir, tratar-se-á dos campos de experiências da BNCC, necessário para compreender a nova concepção da Educação Infantil e a importância da organização de seus espaços para aprendizagem e desenvolvimento da infância.

2.2 OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS

A BNCC (2017) propõe cinco campos de experiências para o pleno desenvolvimento das crianças. Dentro de cada campo há objetivos de aprendizagem denominados e agrupados nas seguintes faixas etárias: bebês (0-1 ano e 6 meses), crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses), devendo considerar na prática pedagógica os tempos de aprendizagem e desenvolvimento de cada criança.

Reconhecendo as especificidades dos diferentes grupos etários que constituem a etapa da Educação Infantil, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento estão sequencialmente organizados em três **grupos por faixa etária**, que correspondem, aproximadamente, às possibilidades de aprendizagem e às características do desenvolvimento das crianças. Todavia, esses grupos não podem ser considerados de forma rígida, já que há diferenças de ritmo na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças que precisam ser consideradas na prática pedagógica (BRASIL, 2017, p.44).

Os campos de experiências são de grande importância, pois a BNCC (2017) enfatiza em cada um deles noções, habilidades, atitudes, valores e afetos que as crianças devem desenvolver do 0 aos 5 anos, garantindo os direitos de desenvolvimento e tendo como intuito ser um suporte aos professores em suas práticas pedagógicas. Pode-se considerar, portanto, os campos mencionados na BNCC como as vivências nas quais as crianças interagem e expressam, vivendo situações cotidianas que permitem explorar, imaginar, criar e se expressar.

O campo de experiência O eu, o outro e o nós, visa uma interação e construção de identidade, adquirindo percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, construindo dessa forma autonomia, autocuidado, reciprocidade e interdependência.

Ao mesmo tempo que as crianças participam de relações sociais e de cuidados pessoais, elas constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio. Por sua vez, na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas (BRASIL, 2017, p. 40).

Nessa proposta, esse campo de experiência pode ampliar o modo das crianças olharem para si mesmas e de perceber ao outro, reconhecendo as diversas diferenças que a cercam. Nesse sentido, Borsa (2007, p.3) corrobora afirmando que

As crianças inseridas no contexto escolar, experimentam situações que modificam o conhecimento social, através das interações com outras crianças,

possibilitando experiências interessantes acerca do desenvolvimento social, pois a escola é um microcosmo da sociedade.

Antes de avançar na apresentação dos demais campos, ressalta-se que esse primeiro campo de experiência O eu, o outro e nós é o foco dessa pesquisa, atrelado ao jogo simbólico na perspectiva de Piaget, sendo os demais campos apresentados para a compreensão de todo o cenário da Educação Infantil na nova BNCC.

No campo Corpo, gestos e movimentos é possibilitado às crianças o uso do espaço com o corpo e as diversas maneiras de movimentos e linguagens, tornando-se, progressivamente, conscientes da corporeidade. Nesse campo o corpo ganha centralidade nas práticas pedagógicas como possibilidade de emancipação.

Através das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem. As crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro e o que pode ser um risco à sua integridade física. Na Educação Infantil, o corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o participante privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão (BRASIL, 2017, p. 40).

Para Kishimoto (2003, p. 68) “ao brincar a criança sai do papel passivo para o ativo trazendo oportunidade de enfrentar seus medos. Portanto, ela cria em seu mundo imaginário a sua maneira de adquirir poder, e vive seu momento de super-herói, tendo em sua mão o poder de governar o seu próprio destino”.

Prosseguindo, no campo **Traços, sons, cores e formas percebe-se o contato de variáveis manifestações culturais, no qual a BNCC (2017) mostra que desde muito cedo as crianças são incentivadas a terem experiências por meio da expressão corporal, além de sons e ritmos, expressando por várias linguagens e criando suas próprias produções artísticas ou culturais. A ideia da autoria coletiva e individual com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos são práticas necessárias nesse campo.**

Essas experiências contribuem para que, desde muito pequenas, as crianças desenvolvam senso estético e crítico, o conhecimento de si mesmas, dos outros e da realidade que as cerca. Portanto, a Educação Infantil precisa promover a participação das crianças em tempos e espaços para a produção, manifestação e apreciação artística, de modo a favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal das crianças, permitindo

que se apropriem e reconfigurem, permanentemente, a cultura e potencializem suas singularidades, ao ampliar repertórios e interpretar suas experiências e vivências artísticas (BRASIL, 2017, p. 40).

Esse campo traz diferentes formas de expressar e manifestar a arte e a cultura para o dia-a-dia da Educação Infantil, propiciando o efetivo exercício do princípio estético e experiências em que as crianças apreciam canções e objetos que representam diferentes manifestações culturais da sua região e do Brasil, ampliando seus repertórios e explorando elementos naturais da região em que vivem.

No campo da **Escuta, fala, pensamento e imaginação**, a BNCC (2017) aborda as situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais as crianças interagem. É importante potencializar a participação da criança na cultura oral, na participação de conversas, em narrativas e em suas múltiplas linguagens na qual se constitui seu grupo social pertencente.

Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem. As primeiras formas de interação do bebê são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro. Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação. Na Educação Infantil, é importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social (BRASIL, 2017, p. 40).

A linguagem oral é a forma pelo qual o homem transmite seus sentimentos e ideias por meio da fala. Ressalta-se que esse não é um processo inato, mas uma habilidade que se constrói socialmente, ou seja, a criança nasce com a capacidade para desenvolvê-la, afirmando assim Vigotsky (1984) que o contato da criança com a linguagem é através da relação com o outro. Assim sendo, a aquisição da língua não é um processo apenas natural, para aprender a falar é preciso compreender a linguagem, sendo a mediação do adulto fundamental nesse processo, como se fosse um ponto de referência para a compreensão da linguagem. Para o estudioso (1984, p.53) a fase adulta é a constituição da língua. “Nesse sentido pode-se dizer que o adulto é a [...] instância da língua constituída”. Assim, a criança vai construindo conhecimento a partir da relação estabelecida com o mundo, envolvendo aspectos da fala e escuta, do pensamento e da

imaginação, interagindo com outros sujeitos de diversas formas e assim modificando sua forma de agir, pensar e sentir, bem como dos demais.

Dando sequência, apresenta-se o campo **Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações**. Nota-se que as crianças estão inseridas em diferentes dimensões, e situam-se em variáveis espaços e tempos, demonstrando interesses sobre o mundo físico e o mundo sociocultural.

Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano. (BRASIL, 2017, p. 40).

Nesse sentido, esse campo, contribuirá de forma ímpar no processo de ensino aprendizagem, viabilizando vários conhecimentos e estabelecendo relações com diversos saberes, instigando a construção das hipóteses a partir das manipulações de objetos e da investigação de espaços.

2.3 O JOGO E SEUS DIFERENTES CONCEITOS

Ao manifestar a palavra jogo, cada sujeito interpretará de formas diferentes, pois é um termo polissêmico, ou seja, palavra que possui mais de um significado. Trazendo inicialmente um conceito bem básico, para o dicionário Aurélio Eletrônico (1999) a palavra jogo vem do latim, *jocus*, gracejo, graça, brincadeira e divertimento, aparecendo com diferentes definições, desde as atividades físicas e mentais, com ou sem regras, de ganhos, perdas, passa tempos, sorte e azar, competições esportivas entre outras.

Outros conceitos de jogo existem tendo cada sua contribuição e ainda, uma finalidade diferente. “O jogo pode ser pensado como um fenômeno constituído por atividades lúdicas e ser o provocador das relações entre as pessoas e delas com o meio ambiente” (BERGOLATO, 2005, p. 71).

Já para Johann Huizinga o jogo pode ser entendido como

[...] uma atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e de espaço, segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentimento de tensão e alegria e de uma consciência diferente de ser da vida quotidiana (HUIZINGA, 2004, p. 33).

O jogo é compreendido pelos autores mencionados tanto como uma forma de lazer suscitando um vínculo entre as pessoas e o entorno quanto uma maneira de exercitar algo diferente da rotina do dia-a-dia. Seguindo para um sentido mais amplo Burgos (1993, p. 53), trata do jogo como “integrador de personalidade, pois o ser que brinca e joga é o ser que age, interage em relação com os outros, aquele que sente [...], é aquele que pensa, aprende e se desenvolve”. O indivíduo que joga desenvolve-se na relação com o outro, havendo uma integração de originalidade. Esse conceito amplia a noção do jogo como lúdico e integrador, mas como construtor também da personalidade em que nas interações, no agir ele se modifica.

Já para Kishimoto (2011, p. 15) “O jogo é uma atividade estruturada, parte de um princípio de regras claras, de fácil entendimento”. Sendo assim, o jogo, é relacionado a atividades de prazer, mas com regras pela sua própria forma estruturada de ser.

O jogo conduz em si um significado amplo, é construtivo, pois deduz uma ação do indivíduo sobre a realidade, repleto de simbolismo, de inventividade, alegria, ludicidade em movimento, e oportuniza a criação de novas ações, tanto internas quanto externas.

Os jogos e brinquedos são meios que ajudam a criança a penetrar em sua própria vida tanto como na natureza e no universo. O jogo é essencial na vida humana, por promover alegria, liberdade e contentamento, é a conduta que o indivíduo exerce ao concretizar as regras e ao mergulhar na ação lúdica, pode-se dizer que é o lúdico em ação (BROUGÉRE, 1998, p. 17).

O brincar prepara para futuras atividades de trabalho: evoca atenção e concentração, estimula a autoestima e ajuda a desenvolver relações de confiança consigo e com os outros. Colabora para que a criança trabalhe sua relação com o mundo, dividindo espaços e experiências com outras pessoas.

Nenhuma criança brinca só para passar o tempo, sua escolha é motivada por processos íntimos, desejos, problemas, ansiedades. O que está acontecendo com a mente da criança determina suas atividades lúdicas; brincar é sua linguagem secreta, que devemos respeitar mesmo se não a entendemos (GARDNEI *apud* FERREIRA; MISSE; BONADIO, 2004, p. 89).

Todos esses benefícios do brincar devem ser reforçados no meio escolar. A brincadeira facilita o aprendizado e ativa a criatividade, ou seja, contribui diretamente para a construção do conhecimento. Portanto, os professores devem estar atentos para essa prática lúdica e aprimorar uma contextualização para as brincadeiras. Por meio da observação do brincar, os educadores são capazes de compreender as necessidades de

cada criança, os seus níveis de desenvolvimento, a sua organização e, a partir daí, de planejar ações pedagógicas.

2.3.1 O jogo na concepção de Piaget

Jean Piaget (2003) postula que o desenvolvimento cognitivo passa por quatro estágios: sensório motor, pré-operatório, operatório concreto e operatório formal. O primeiro estágio é chamado de sensório motor (0 a 2 anos), caracterizado pela inteligência sensório- motora, sendo que a criança responde aos estímulos do mundo por meio de esquemas sensoriais e motores, funcionando no presente imediato, analisa o ambiente e age sobre ele. O segundo estágio é conhecido como pré-operatório (2 a 7 anos), a criança faz uso de símbolos, brincadeiras de faz-de-conta, há o aparecimento da linguagem e o egocentrismo é marcante, além do tipo de inteligência denominada de inteligência representativa. Segundo Piaget (1975), devido à função simbólica, a criança, a partir do segundo ano de vida, passa a contar com a possibilidade de representar por meio de símbolos e o faz através de condutas que vão surgindo, mais ou menos ao mesmo tempo, como a imitação diferida, imagem mental, jogo simbólico, linguagem e desenho. Assim, nesse período, encontra-se uma inteligência constituída por um pensamento que passa a ser representado por meio da linguagem (signos coletivos) e símbolos individuais (imitação diferida, imagem mental e jogo simbólico).

O terceiro estágio denominado de operatório concreto (7 a 12 anos), quando a criança usa a lógica e o raciocínio, mas ainda precisa do objeto concreto para entender a situação, marcado pela inteligência operatória, é caracterizado sendo uma fase de transição entre a ação e as estruturas lógicas mais gerais. Segundo Coutinho (1992), no decorrer deste estágio, o indivíduo adquire vários conhecimentos, como a capacidade de consolidar as conservações de número, ou as operações infra lógicas que são referentes à conservação física: peso, volume e substância. Há também a constituição do espaço, que se trata da conservação de comprimento, superfície, perímetros, horizontais e verticais e a constituição do tempo e do movimento (coordenação entre tempo e velocidade).

O quarto estágio, operatório formal (12 anos em diante), aplica operações mentais complexas, não só a objetos, mas também a ideias e pensamentos, faz uso da inteligência operatória ou lógica dedutiva. Piaget (1975) discute que as representações não são mais dadas como cópias rígidas dos objetos ou acontecimentos, mas se

transformam em uma proposição algo que pode ser falso ou verdadeiro, que admite sempre uma inversa e que é síntese de classes e relações.

Piaget (1980) ressalta que a origem das manifestações lúdicas acompanha o desenvolvimento das inteligências vinculando-se aos estágios de desenvolvimento cognitivo, assim cada ciclo do desenvolvimento está relacionado a um tipo de atividade lúdica que transcorre da mesma maneira para todos os indivíduos. Piaget discorre sobre outro conceito crucial da teoria sobre o jogo, é a relação deste com o processo de adaptação, no que implica dois processos complementares: a assimilação e a acomodação.

Assimilação se qualifica como a maneira que a criança ao se deparar com dificuldades utiliza para resolvê-los. Piaget define a assimilação como

Uma integração a estruturas prévias, que podem permanecer invariáveis ou são mais ou menos modificadas por esta própria integração, mas sem descontinuidade com o estado precedente, isto é, sem serem destruídas, mas simplesmente acomodando-se à nova situação (PIAGET, 1996, p. 13).

Já acomodação é o modo que ao se deparar com problemas a criança não consegue resolvê-los com as condições existentes, para Piaget as crianças se adaptam ao ambiente. Esse conceito indica na ludicidade infantil, pois ao longo do jogo as crianças absorvem novos conhecimentos e conforma-se às suas estruturas mentais. Piaget define acomodação como

Chamamos acomodação (por analogia com os "acomodados" biológicos) toda modificação dos esquemas de assimilação sob a influência de situações exteriores (meio) ao quais se aplicam. (PIAGET, 1996, p. 18).

Petrucci (2001-2002), com a colaboração de Richmond coloca que a assimilação pode ser definida como processo de modificação dos elementos do meio, de forma a incorporá-los à estrutura do organismo. Constituiu o modo de ajustamento de novas experiências à mente. Por outro lado, a acomodação, é o processo de ajustamento do organismo às exigências do objeto que está tentando assimilar. Por meio desse processo, o sujeito reorganiza suas estruturas anteriores, de modo a enquadrar-se à nova experiência. Esses processos formam parte de todas as ações da criança às vezes um predomina sobre o outro.

Piaget (1971, p. 207) analisa o jogo no qual “(...) constitui o polo extremo da assimilação do real ao eu”. O jogo se dá nas diferentes fases do desenvolvimento da criança. O jogo surge nos comportamentos dos mais simples aos mais complexos. Segundo Piaget (1971, p. 117) “quase todos os comportamentos (...) são suscetíveis de se

converter em jogo uma vez que se repitam por assimilação pura, isto é, por simples prazer funcional como, por exemplo: a criança joga a bola, pega e joga novamente, simplesmente por prazer”.

Piaget (1980) reconhece três grandes tipos de estruturas mentais que surgem consecutivamente na evolução do brincar infantil: o exercício, o símbolo e a regra.

O jogo de exercício retrata a forma inicial do jogo na criança, corresponde ao período sensório motor do desenvolvimento cognitivo, pois demonstra-se na faixa etária de zero a dois anos.

O jogo de exercício não conjectura o pensamento nem qualquer sistema representativo notadamente lúdico (PIAGET, 1980, p. 146).

O jogo simbólico tem abertura com o aparecimento da função simbólica no segundo ano de vida com a presença da linguagem e da representação, quando a criança entra na fase pré-operatória do desenvolvimento cognitivo.

Na função simbólica há um marco no qual existe a habilidade de estabelecer as diferenças entre símbolo e o que ele representa, seu significado. Portanto, compreendendo a estrutura do símbolo como um instrumento, de assimilação lúdica nota que no desenvolvimento da criança assomam novos e diversos símbolos lúdicos que determina a evolução do jogo simbólico (PIAGET, 1980, p. 147).

Para Piaget (1980) o jogo de regras compôs os jogos do ser socializados, se manifestando por volta dos quatro anos de idade, no qual a criança vai deixando de se dedicar as transposições simbólicas e começa a se interessar cada vez com mais intensidade pela existência verdadeira, se interessando por outros tipos de jogos.

Não se reconhece no jogo de regras o processo de involução, que se desenvolve e se mantém por toda a vida, como por exemplo os esportes, cartas, tabuleiros entre outros (PIAGET, 1980, p. 146).

A seguir, de forma breve, discutir-se-á especificamente o jogo simbólico, necessário por se tratar da proposta utilizada no campo da investigação.

2.4 O JOGO SIMBÓLICO

A função simbólica consiste na capacidade que a criança adquire de diferenciar significantes e significados. Por meio de suas manifestações, a criança torna-se capaz de representar um significado (objeto, acontecimento) por meio de um significante diferenciado e apropriado para essa representação (PIAGET, 1975). Dessa forma, a criança de dois a sete anos, aproximadamente, passa a contar com a possibilidade de

representar as ações, as situações e os fatos da vida dela, ao manifestá-las por meio da construção da imagem mental, imitação diferida, jogo simbólico, linguagem e desenho (condutas de representação).

Os jogos simbólicos ou geralmente o faz-de-conta dispõe grande importância na formação social das crianças que por meio da imitação podem constatar diferença entre o eu, o outro e o nós, campo de experiência da BNCC, foco desse estudo, que acercam o brincar da realidade por elas vividas, e enriquecem suas identidades. Segundo Klisys e Fonseca (2008, 78) “A imaginação, estimulada no jogo simbólico, é uma capacidade que caracteriza o ser humano que o diferencia das demais espécies. Figuras de heróis, pais, profissionais e seres fantásticos são vividos na atuação da criança em seu faz-de-conta”.

À vista disso, o brincar simbolicamente percorre tal conhecimento de mundo quanto à formação pessoal e social.

A brincadeira do jogo simbólico é uma atividade lúdica importante para as crianças desenvolverem sua autonomia, é por meio da interação com o outro e objetos do seu meio que elas têm oportunidades de criar, escolher, expressar suas aprendizagens, porque estão desenvolvendo sua imaginação, criatividade e controlando suas emoções, sendo o mundo adulto vivenciado por ela em nível simbólico, o que as auxiliam a compreenderem o significado da vida real.

Neste tipo de brincadeira a criança traduz o mundo dos adultos para a dimensão de suas possibilidades e necessidades, as crianças precisam vivenciar suas ideias em nível simbólico, para poderem compreender seu significado na vida real (CUNHA, 2007, p. 23).

Quando no jogo simbólico as crianças estão fazendo representações de papéis, como, por exemplo, imitando uma cozinheira, dentre outros exemplos, são impressões e observações realizadas por elas mesmas, contribuindo para a construção de sua vida social. Por isso, é um jogo de muita influência no processo da Educação Infantil para as crianças desenvolverem o seu papel, e entender o seu entorno e o outro, construindo sua identidade e desenvolvendo-se no aspecto cognitivo, motor, social, afetivo, trazendo novos significados para o faz-de-conta. O campo de experiência O eu, o outro e nós está diretamente relacionado ao jogo simbólico, tendo relevância para a construção desse importante campo para o desenvolvimento infantil.

A BNCC ressalta que é na interação com o outro e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes. Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na

coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais (BRASIL, 2017, p. 40).

Ao mesmo tempo em que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio. Nesse campo de experiência o eu, o outro e nós é de fundamental importância considerar o jogo simbólico, pois ampliam o repertório das possibilidades de construção individual, social e, com isso, de identificação do eu e do outro, e por isso, do nós, podendo as crianças perceberem de forma mais singular o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos.

Segundo Freitas (2010, p. 147)

Por meio do jogo simbólico, ou brinquedo de faz-de-conta, o aspecto afetivo ganha uma dimensão ainda maior quando a criança consegue utilizar, com liberdade, os seus poderes individuais para reproduzir as suas ações pelo prazer de oferecê-las em espetáculo, a si própria e aos outros, ou para, diante de situações penosas ou desagradáveis, conseguir compensá-las ou aceitá-las após revivê-las mediante uma transposição simbólica.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa de abordagem qualitativa que, de acordo com Minayo (2010), busca questões muito específicas e pormenorizadas, preocupando-se com um nível da realidade que não pode ser mensurado e quantificado, atua com base em significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, e outras características subjetivas próprias do humano e do social que correspondem às relações, processos ou fenômenos e não podem ser reduzidas a variáveis numéricas.

Em relação ao objetivo, a investigação tem seu caráter descritivo, que, segundo Gil (2008) descreve as características de determinada população, utilizando técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como a observação sistemática.

Quanto aos procedimentos e métodos se caracteriza como pesquisa bibliográfica e estudo de campo. Para essa pesquisa, se fez necessário um levantamento bibliográfico, que perpassou todo processo, com o propósito de compreender a realidade estudada,

baseado em diversos autores que fundamentam a temática. O estudo de campo caracteriza-se pelo aprofundamento de uma realidade específica, por meio de observação direta e propostas de atividades com o grupo estudado a fim de apresentar tal realidade explicando-a a partir da análise dos dados observados (GIL, 2008).

O estudo foi realizado no Centro Municipal de Educação Infantil Hilda Anna Eccel, no município de Brusque – Jardim Maluche, tendo como público-alvo as crianças do Infantil III e pré-escolar do período vespertino, 25 ao total, que compõem a turma entre 4 e 5 anos de idade.

Para a coleta de dados foram utilizados os seguintes instrumentos: observação direta, que resultou num diário de bordo e, posteriormente, elaboração e aplicação de planos de aula, baseados nas respectivas observações. Na sequência, os dados da observação e aplicação dos planos foram descritos em forma de relatórios, seguidos da análise de dados e considerações.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No decorrer do estudo de campo buscou-se conhecer primeiramente o Centro de Educação Infantil (CEI) envolvido, e em seguida conhecer a turma em que foi realizado o Estágio Supervisionado I. Foi possível perceber ao longo das duas semanas de trabalho que as crianças participaram ativamente das diversas atividades focadas nos jogos simbólicos. O objetivo de utilizar esses jogos e o simbolismo durante a prática pedagógica foi aliá-los às demais atividades, proporcionando uma aprendizagem prazerosa, além de favorecer a percepção do eu, a relação com o outro e a ideia de nós. Macedo (2010) afirma que é com e por meio do outro que os pequenos aprendem a argumentar, tomar decisões, compartilhar experiências, observar e coordenar pontos de vista.

Assim sendo, a ideia do outro e da coletividade tornaram estes jogos gratificantes e uma excelente oportunidade para promover a socialização, bem como a identidade. Durante todas as atividades analisou-se que as crianças tinham facilidade de relacionar-se entre si, porém por meio dos jogos simbólicos essa relação foi ainda mais fortalecida, fazendo-as perceber no uso da representação de diferentes papéis a presença dela e do outro.

Jogos simbólicos de acordo com Piaget, “consiste em satisfazer o eu por meio de uma transformação do real em função dos desejos, ou seja, tem como função assimilar a realidade” (PIAGET *apud* RIZZI, 1997, p. 39).

As diversas brincadeiras e jogos realizados foram fundamentais para o alcance dos objetivos propostos, pois as crianças analisaram, criaram, brincaram, se divertiram, aprenderam e construíram conceitos fundamentais para o desenvolvimento. As práticas pedagógicas diferenciadas no processo de ensino e aprendizagem proporcionaram tal construção. Diferenciar para Perrenoud (1997) é romper com a pedagogia magistral, a mesma lição e exercícios para todos, mas é sobretudo fazer uma organização de trabalho que integre dispositivos didáticos a colocar cada aluno perante a situação mais favorável.

Para o desenvolvimento do trabalho considerou o planejamento da professora regente, o que não interrompeu o processo formativo organizado pela docente. Os jogos referentes ao esquema corporal e os órgãos do sentido respeitaram a faixa etária e o limite de cada criança. Foram escolhidos, por exemplo, o jogo da bolinha do corpo humano, jogo da memória imaginário, quebra-cabeça referente ao corpo do outro, *twister*, circuito e circuito imaginário, que além de desenvolver o raciocínio lógico, o imaginário, habilidades e o desenvolvimento da coordenação motora, favoreceu o conhecimento do próprio corpo, e o conhecimento do entorno, respeitando o próprio eu, o outro e as suas limitações, objetivos principais do campo de experiência da BNCC “O eu, o outro e nós” trabalhados nessa pesquisa, tendo como aporte teórico os jogos simbólicos.

Pode-se destacar uma das atividades que foram essenciais para essa construção: o jogo caçador de tartarugas, no qual as crianças tiveram que exercer o papel de caçador e outras de tartaruga, para isso imaginaram os caçadores reais que conhecem nas histórias e também as tartarugas. As crianças se esforçaram para exibir um comportamento do caçador e da tartaruga o que as impulsionaram para além de seu comportamento como criança, tanto pela criação da situação imaginária, simbólica, quanto na construção do fantoche de tartaruga, um brinquedo criado por elas. Nessa situação, a abordagem pedagógica considerou a interação, a ajuda mútua entre elas, denominada por Vygotsky (1984) de zona de desenvolvimento proximal, fundamental para criança alcançar a zona de desenvolvimento potencial mais adiante, pois é justamente a distância entre o que ela já sabe e o que ela pode saber com alguma ajuda - ZDP - foi a proposta de todas as atividades.

Nas palavras do próprio psicólogo *apud* Paganotti (2011, s/p), "a zona proximal de hoje será o nível de desenvolvimento real amanhã". Ou seja: aquilo que nesse momento uma criança só consegue fazer com a ajuda de alguém, um pouco mais adiante ela certamente conseguirá fazer sozinha. Ressalta-se que, após Vygotsky elaborar este conceito há mais de 80 anos, a integração de crianças em diferentes níveis de desenvolvimento passou a ser encarada como um fator determinante no processo de aprendizado.

Ainda para este autor, que discute também o jogo simbólico, cabe trazer seu conceito a respeito, temática do estudo em questão. Para Vygotsky (1984) o jogo simbólico possibilita o surgimento das ideias, da imaginação. No jogo de faz de conta a criança passa a dirigir seu comportamento pelo mundo imaginário, isto é, o pensamento está separado dos objetos e a ação surge das ideias.

Observa-se a concepção desse mecanismo em Vygotsky (1984) que compreende a brincadeira como uma situação privilegiada da aprendizagem infantil, à medida que fornece uma estrutura básica para mudanças das necessidades e da consciência; caracterizando assim o brincar da criança como "imaginação em ação" que elege desse modo situações imaginárias como um dos elementos fundamentais de brincadeiras e jogos.

O brincar exige apropriação do mundo real para o imaginário, dando novos significados. A brincadeira é o imitar da vida real transformada, e, por isso, desenvolve o pensamento, a imaginação.

Para brincar é preciso apropriar-se de elementos da realidade imediata de tal forma a atribuir-lhes novos significados. Essa peculiaridade da brincadeira ocorre por meio da articulação entre a imaginação e a imitação da realidade. Toda brincadeira é uma imitação transformada, no plano das emoções e das ideias, de uma realidade anteriormente vivenciada (BRASIL, 1998, p.27).

Muitas possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento, por meio dos jogos simbólicos, foram construídas no campo de experiência O eu, o outro e nós. Também, as brincadeiras da caça ao tesouro, jogo da memória auditivo, corrida no tapete sensorial, os jogos de adivinhações estimularam além dos sentidos a construção da identidade individual e coletiva. A ideia do eu, do outro e nós, até mesmo nas construções dos binóculos e chocalhos, pois realizaram coletivamente, destacaram-se. O jogo simbólico é uma das formas de manifestação da função simbólica ou semiótica que a criança ao

brincar de "faz-de-conta", transforma o real, por assimilação mais ou menos pura, ao sabor das necessidades do eu (PIAGET & INHELDER, 1966/2007).

Não é para aprender a lavar-se ou dormir que a criança assim joga. O que ela procura é simplesmente utilizar com liberdade os seus poderes, reproduzir suas ações pelo prazer em oferecê-las em espetáculo, a si próprio e a outros, em suma, exibir o seu eu e assimilar-lhe sem limites, o que ordinariamente é tanto acomodação à realidade como conquista assimiladora. (PIAGET, 1980 p.158)

Essa análise traz todo repertório do campo de experiência O eu, o outro e nós, considerado fundamental no desenvolvimento infantil, e, se associado com a proposta do jogo simbólico, as possibilidades de desenvolvimento são ainda maiores. Diante disso, acredita-se que os objetivos propostos nessa pesquisa foram alcançados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer e pesquisar sobre jogos simbólicos e sua importância no campo de experiência da BNCC O eu, o outro e nós na Educação Infantil, permite concluir que esse tipo de jogo possibilita o desenvolvimento da criança em seus diversos aspectos. O imaginário infantil amplia conceitos, pois a criança se apropria do real para o imaginário, e nessa apropriação ela expande pensamento, ideias, além de vivenciar papéis, se apropriando de modelos de outros para perceber o seu próprio, o que requer muita habilidade imaginativa e capacidade simbólica. O jogo simbólico possibilita ocasiões significativas para o desenvolvimento global da criança trazendo benefícios que são construtores de sua identidade, sendo uma forma totalmente espontânea, permitindo a criança viver e experimentar diferentes experiências.

Durante essa investigação a partir das atividades propostas no Estágio Supervisionado I, pode-se perceber que as crianças participaram, interagiram e construíram seus saberes embasados no diálogo, na participação e cooperação que foram essenciais em todo processo de ensino e aprendizagem. As brincadeiras pautadas no jogo simbólico com interatividade estiveram presentes em todos os dias do trabalho de campo facilitando a realização pelo interesse das crianças em todas as atividades. Elas participavam de forma espontânea e conseguiram no decorrer das atividades propostas relacionar as atividades com momentos vivenciados em seu dia-a-dia. O campo de experiência O eu, o outro e nós, discutido pela BNCC (2017) e proposto nessa investigação, possibilitou a presença do jogo simbólico o que facilitou a realização dessa pesquisa de forma tão significativa.

Como se trata de algo novo, a BNCC e os campos de experiências, essa pesquisa se torna relevante, cabendo aos educadores e ambientes educativos para a infância, um olhar atento, ajudando-os a compreender a concepção da Educação Infantil neste contexto atual e a função do jogo simbólico, há tanto tempo discutido, mas não na proposta curricular do novo documento. O embasamento teórico fortaleceu as práticas pedagógicas em todo o processo de ensino e aprendizagem, considerando que as atividades aplicadas estavam de acordo com todos os planejamentos desenvolvidos no decorrer da pesquisa de campo no estágio, suprimindo assim, todas as necessidades das crianças em relação ao tema abordado.

Enfatiza-se que a aprendizagem na Educação Infantil não precisa estar baseada em procedimentos monótonos, mas na utilização da ludicidade, nesse caso, dos jogos simbólicos, uma ferramenta extraordinária nesse processo formativo, bem como as interações e as brincadeiras de forma geral.

Esse estudo demonstrou o quanto os campos de experiências propostos pela BNCC devem ser considerados nas atividades pedagógicas, sendo o jogo simbólico, fase pré-operatória da criança, uma etapa riquíssima para explorar esse tipo de jogo, já que a criança na Educação Infantil, na maioria do tempo em que está nesse espaço, encontra-se nessa fase.

Ressalta-se que em todos os campos de experiências a proposta das atividades perpassou, mas o enfoque foi no campo “O eu, o outro e nós”, até pela característica do jogo simbólico, extrair da realidade para o campo imaginário o papel do outro, que, com isso, percebe o seu, o eu, e assim o de todos, construindo o nós.

6 REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, K. **O espaço da creche: que lugar é este?** Florianópolis, 2003: dissertação (mestrado em educação) – universidade federal de Santa Catarina.

AURELIO, B. H. F. **Dicionário Aurélio Eletrônico Século XXI.** [S.I.]: Nova Fronteira, 1999. Versão 3.0

BERGOLATO, R. **A cultura corporal do jogo.** Ícone: São Paulo, 2005.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.** MEC. Brasília, DF, 2017.

BRASIL/MEC. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**. Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1.990. São Paulo: CBIA – SP, 1991.

BROUGÉRE, G. **Jogo e educação**. Trad. Patrícia C. Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

BURGOS, M. S. De corpo inteiro na aprendizagem nos caminhos da ludicidade e da corporeidade. In: FEEVALE, (Org.). **Educação para crescer- séries iniciais**. 1ª edição. Unijuí: Ijuí, 1993, v.2, p. 38-44.

BORSA, J. C. **O papel da escola na socialização infantil**. Rio Grande do Sul, jul. 2007. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/20230236-O-papel-da-escola-no-processo-de-socializacao-infantil.html>>. Acesso em: 29 de set. 2019.

COUTINHO, M. T. C. **Psicologia da educação**: um estudo dos processos psicológicos de desenvolvimento e aprendizagem humanos, voltado para a educação. Belo Horizonte: Lê, 1992.

CUNHA, N. H. S. **Brinquedoteca**. Um mergulho no brincar. 4ª ed.. São Paulo: Aquariana, 2007.

CNE/CEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

FERREIRA, C.; MISSE, C.; BONADIO, S. **Brincar na educação infantil é coisa séria**. Akropolis, Umuarama, v. 12, n. 4, p. 222-223, out./dez. 2004.

FREITAS, M. L. DE L. **A evolução do jogo simbólico na criança**. Ciências & Cognição 2010; Vol 15 (3): 145-163. Disponível em: <<http://www.cienciasecognicao.org>> Acesso em 4 nov 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens**. Perspectiva: São Paulo, 2004.

KLISYS, A.; FONSECA, E. **Brincar e Ler para viver**: um guia para estruturação de espaços educativos e incentivo ao lúdico e à leitura. São Paulo: Instituto Hedging-Griffo, 2008.

KRAMER, S. **Infância, educação e direitos humanos**. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira, e a educação**. 14ª ed. São Paulo, 2011.

- _____. **O jogo e a educação infantil.** São Paulo: Pioneira, 2003.
- _____. **Currículo e conteúdo específicos da Base Nacional Comum de Educação Infantil.** (s/d). Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatoriosanaliticos/Tizuko_Morchied_a_Kishimoto.pdf>. Acesso em: 13 out. 2019.
- MINAYO, M. C. S.(org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010
- MACEDO, L. Jogar Para Viver e Conhecer. **Revista Nova Escola.** Edição Especial n. 33, p. 50, set. 2010.
- PEREIRA, J. H. do V.; CINTRA, R. C. G. G. **Educação Infantil, Cidadania e Educação Inclusiva.** Cuiabá: Edufmt, 2008. 92 p.
- PETRUCI, M. das G. R. M. **Psicogenética de Jean Piaget:** algumas implicações didáticas. Pedagogia Cidadã/Unesp, 2001-2002, mimeo.
- PAGANOTTI, I. **Vygotsky e o conceito de zona de desenvolvimento proximal:** para Vygotsky o segredo é tirar vantagem das diferenças e apostar no potencial de cada aluno. 2011. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/1972/vygotsky-e-o-conceito-de-zona-de-desenvolvimento-proximal>>. Acesso em: 04 nov. 2019.
- PIAGET, J., & INHELDER, B. (2007). **A Psicologia da Criança.** Rio de Janeiro: Difel. (Obra original publicada em 1966).
- PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo, sonho, imagem e representação.** Rio de Janeiro: Zahar, 1971
- _____. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação** (Cabral, A.; Oiticica, C.M., Trad.). 2a Ed. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: 1975, INL. 370 p.
- _____. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo, sonho, imagem e representação.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980
- _____. **Seis estudos de psicologia.** 24. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.
- _____. **Biologia e Conhecimento.** 2ª Ed. Vozes: Petrópolis, 1996.
- PERRENOUD, P. (1997), «Concevoir et faire progresser des dispositifs de différenciation», Educateur magazine, Genève, n° 13/97, p.20-25.
- RIZZI, L.; HAYDT, R. C. **Atividades lúdicas na educação da criança.** Ed. Ática, 6º edição, Série Educação. 1997.
- VIGOTSKI, L. S. **A Formação Social da Mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.

HISTÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL E OUTROS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

HISTORY OF STUDENT MOVEMENT AND OTHER SOCIAL MOVEMENTS IN BRAZIL

BENACI, Eloisa¹
PEREIRA LOPES, Tairine Gabriela²
LOPES, Guilherme Augusto Hilário³

RESUMO

Este trabalho discorre sobre a história dos movimentos sociais no Brasil, principalmente, o movimento estudantil. Traz primeiramente um breve histórico dos movimentos sociais e posteriormente aborda acerca do movimento negro, feminista e estudantil no nosso país. A pesquisa também procura refletir sobre a efetividade destes movimentos populares. Neste sentido, tem como objetivo compreender o contexto que estes movimentos populares surgiram no mundo e depois, entender como os mesmos surgiram no Brasil. Procura caracterizar o movimento negro, feminista e estudantil brasileiro. E ainda, refletir sobre os olhares da sociedade sobre as manifestações e protestos. Para isso, este trabalho contou com pesquisa bibliográfica em revistas e periódicos. Foi possível perceber ao longo da elaboração desta pesquisa que os movimentos sociais são responsáveis por conquistas significativas de direitos às classes minoritárias, e que mesmo assim, manifestos de quem luta por direitos coletivos no nosso país não são vistos com bons olhos por uma parcela da nossa sociedade e dos nossos políticos.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Movimento Negro. Movimento Feminista. Movimento Estudantil.

ABSTRACT

This paper discusses the history of social movements in Brazil, especially the student movement. First it brings a brief history of social movements and later discusses the black, feminist and student movement in our country. The research also seeks to reflect on the effectiveness of these popular movements. In this sense, it aims to understand the context that these movements emerged in the world and then, understand how they emerged here in Brazil. It seeks to characterize the Brazilian version of black movement, feminism and student movement. Also, reflect on the society's views on the demonstrations and protests. For this, this article relied on bibliographic research in magazines and periodicals. It was possible to realize throughout the elaboration of this research that

¹ Estudante Secundarista, EEB Feliciano Pires – Brusque/SC. E-mail: eloisabenaci@gmail.com.

² Professora de História, Esp. em Política e Sociedade, Sesi Senai - Blumenau.

³ Professor de História e Sociologia, Mestre em Desenvolvimento Regional, EEB Feliciano Pires – Brusque/SC.

social movements are responsible for significant achievements of rights to the minority classes, and yet manifestos of those who fought for collective rights in our country are not welcomed by a portion of our society and our politicians.

Keywords: *Social Movements. Black movement. Feminist Movement. Student Movement.*

1 INTRODUÇÃO

A história e o desenvolvimento dos movimentos sociais têm como figura fundo a disputa entre grupos com interesses distintos. Isto, é os movimentos sociais representam a organização dos indivíduos enquanto grupo que reivindicam determinadas pautas. Evidentemente, o protagonismo destes grupos varia de acordo com pautas defendidas e de acordo com o cenário econômico, social e político no qual encontra-se inserido. Os estudos sociológicos concebem os movimentos sociais como movimentos de ação coletiva (MALFATTI, 2011). Isto é, os movimentos sociais são a materialização da ação dos indivíduos entorno de pautas convergentes e de interesse coletivo. Muitas das conquistas sociais que ocorreram na história do Brasil recente, são resultado da luta entre classes e grupos sociais.

Temos de ter muito cuidado ao tentar definir os movimentos sociais. Isso porque, até o início do século XX, os movimentos sociais consistiam apenas no processo de organização da classe trabalhadora por meio dos movimentos sindicais. Em meados da década de 60, as Ciências Sociais passaram a tomar os movimentos sociais como objeto de estudo, mesmo que imprecisas as definições passaram a ter um cunho teórico (GOSS; PRUDENCIO, 2004). Para Lorencena e Gonzatti (2018, p. 78) “Os movimentos sociais são as expressões da organização da sociedade civil. Agem de forma coletiva como resistência à exclusão e luta pela inclusão.” Segundo as autoras, essas ações apresentam as demandas das classes sociais, que, materializadas na forma de manifestações, como passeatas, protestos nas ruas, acabam por despertar a consciência dos demais indivíduos. “[...] ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo” (GOHN, 2011, p. 336).

Se num primeiro momento os movimentos sociais estavam ligados as classes de trabalhadores ou a nichos e arranjos sociais mais restritos. É durante o regime civil-militar que os movimentos sociais vão ganhar cada vez mais espaço no cenário político nacional. Segundo Martins (2000, p. 269) o surgimento de tais movimentos, fora dos

enquadramentos partidários, na sociedade brasileira durante as décadas de 60 e 70 podem ser considerados, de certo modo, como uma novidade. “Todas as demandas sociais ganhavam expressão e solução nas antecipações dos governantes e dos políticos”. Durante o Regime Militar no Brasil, muitos foram os grupos que resistiram ao autoritarismo e à supressão dos Direitos Fundamentais, dentre eles podemos citar os movimentos de estudantes, feministas, religiosos, das mães de mortos e desaparecidos políticos, com a Associação Brasileira de Imprensa, os sindicatos e categorias profissionais organizadas como a Ordem dos Advogados do Brasil. (MOLINA, 2015).

Este trabalho tem como objetivo apontar as principais causas que deram origem aos movimentos, seus efeitos na sociedade moderna e discorrer sobre as mudanças que ocorreram dentro de cada um deles. Para isso, foi realizada pesquisa bibliográfica sobre a temática dos movimentos sociais em revistas e periódicos. Essa pesquisa permitiu observar o que já foi produzido sobre este tema. O texto aborda primeiramente dois movimentos sociais: o movimento feminista e o movimento negro. Descrevemos brevemente suas histórias e conquistas. Num segundo momento apresentamos, agora mais a fundo, o movimento estudantil com suas várias características e transformações. Há também uma breve discussão sobre a efetividade de tais movimentos e a diferente percepção que as camadas da sociedade têm sobre eles.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS: LUTAS E CONQUISTAS

Após discorrer de forma breve sobre suas definições e contexto histórico, nos falta, ainda, aprofundar sobre as principais características dos movimentos escolhidos, mesmo que existam vários outros com importância equivalente. Mostraremos agora como surgiram e se espalharam, atraindo cada vez mais pessoas e, algumas vezes, sendo alvos do ódio gerado pelo desconhecimento dos objetivos de cada movimento, que dificulta e muitas vezes impede que a real mensagem dos manifestantes seja espalhada, sendo até vista apenas como ódio, desordem e caos por aqueles com diferentes percepções sobre as manifestações.

Imagem 1 – Populares durante a ditadura militar em prol das “Diretas Já”, erguem faixa fazendo menção à canção de Chico Buarque “Apesar de Você”



Fonte: RIZUTTI

Durante a ditadura era comum que artistas “mascarassem” suas críticas ao governo com músicas para que estas fossem aprovadas pela censura. Esta era, portanto, uma outra forma de protesto, feita pela classe artística brasileira para criticar o governo, conscientizar a população e lutar pela volta da democracia.

2.1 MOVIMENTO NEGRO

Podemos dizer que o movimento negro surgiu no Brasil ainda durante o período colonial. Para defender-se das violências e injustiças praticadas pelos senhores, os negros escravizados criavam formas próprias de resistência como as fugas individuais e coletivas, revoltas, o suicídio e o aborto, para evitar que seus filhos também fossem escravizados. Ao longo dos anos, se fortaleceu e foi responsável por diversas conquistas desta comunidade, que por séculos foi injustiçada e cujos reflexos das políticas escravocratas ainda são visíveis na sociedade atual (FAHS, 2016).

Este movimento tem particularidades que fazem parte da realidade de cada país. No Brasil, por exemplo, a luta da população negra gira em torno do reconhecimento do racismo como crime, da dívida histórica dos mais de 300 anos de escravidão e da igualdade de oportunidades e inclusão social. Nas décadas de 1950 e 1960, o Movimento Negro ganhou maior visibilidade, trazendo à luz pautas como o racismo estrutural, que é difundido em vários setores da sociedade. (ABRANTES, 2018). “Ações no campo da

educação e do mercado de trabalho têm sido igualmente adotadas, visando limitar a reprodução de estereótipos e comportamentos que afetam o acesso a oportunidades iguais e a possibilidade de seu usufruto” (JACCOUD, 2008, p. 132)

Imagem 2 – Primeiro protesto do Movimento Negro Unificado em São Paulo, julho de 1978



Fonte: Jesus Carlos (2017)

Indignados com o racismo e a violência contra os negros no Brasil, mais de duas mil pessoas foram às ruas para protestar e exigir mudanças.

2.2 MOVIMENTO FEMINISTA

As dúvidas acerca do período exato do seu surgimento ainda ocorrem, já que desde o século XV é possível encontrar na historiografia temas dedicados à denúncia da opressão das mulheres, como a superioridade imposta pelos homens. Mas foi com a Revolução Francesa e o Iluminismo que o “feminismo moderno” surgiu (CANCIAN, 2016). O feminismo é uma filosofia que reconhece que os homens e mulheres possuem experiências distintas e reivindica que pessoas diferentes sejam tratadas não como iguais, mas como equivalentes (NARVAZ; KOLLER, 2006).

Por ser um movimento antigo, surgiram nele diversas vertentes como o feminismo negro, que busca dar visibilidade às pautas que não eram ouvidas nem pelo movimento negro (já que as mulheres não conseguiam obter posições de igualdade junto aos homens) nem pelo feminista (que privilegiava as pautas de mulheres brancas). O interseccional reconhece que as mulheres sofrem diferentes tipos de opressões com diferentes graus de intensidade, e luta pelo fim de todas elas (MELERO, 2017).

Com o passar do tempo, as mulheres que apoiavam o feminismo se transformaram, e com isso suas reivindicações. Podemos separar essas mudanças em três fases. Na primeira fase, o feminismo mais “comportado” foi o sufragista, que exigia o

direito ao voto. A segunda foi menos comportada, reuniu mulheres intelectuais, anarquistas e líderes operárias que defendiam o direito à educação, abordando temas que iam da dominação masculina ao divórcio. O “menos comportado dos feminismos” foi marcado por questionamentos das próprias mulheres, que diante dos padrões pré-estabelecidos viram que poderiam escolher o que elas achassem melhor (seguí-los ou ignorá-los completamente), a liberdade de escolha e o direito sobre o próprio corpo são tópicos que também marcaram a terceira fase (CONSOLIM, 2017).

Imagem 3 – Mulher sendo detida em Chicago no ano de 1922 por estar usando trajes de banho que deixavam as pernas de fora



Fonte: D’Avila (2019)

No ano de 1922, em Chicago, Illinois, nos Estados Unidos uma mulher foi presa por estar infringindo a lei com as pernas a mostra, usando trajes de banho. No Brasil, décadas depois, Leila Diniz (1945-1972) chocou a todos, quando num período de grande repressão, simplesmente decidiu mostrar a todos sua gravidez usando biquíni.

2.3 MOVIMENTO ESTUDANTIL

Os primeiros registros de movimentos estudantis nas universidades são quase tão antigos quanto as instituições em si. Oficialmente diz-se que o movimento teve início na Universidade de Paris no séc. XV, quando os estudantes se reuniram para pedir isenções fiscais e expressar contrariedade à submissão da Universidade ao Parlamento em 1446, que foram consideradas as primeiras revoltas estudantis (UJES, 2009). O movimento

estudantil só surgiu e ganhou força no Brasil séculos mais tarde, na ditadura militar. Foi um período decisivo para a consolidação do movimento estudantil no país, como um dos mais ativos naquela época. “1968 foi um ano de grande efervescência no movimento estudantil e da juventude em geral, não só no âmbito nacional, mas internacionalmente” (COMISSÃO DA VERDADE, 2015, p. 6).

Imagem 4 – Matéria do Jornal Última Hora



Fonte: Comissão da Verdade (2015)

Como símbolo da luta contra o regime militar os estudantes certamente foram muito perseguidos e oprimidos durante o processo, mas a luta não foi em vão, várias conquistas só puderam ser alcançadas por causa desses esforços. Sobre a importância desse movimento para a sociedade brasileira, Job, Junior e Gomes (2017, p. 264) afirmam que:

Em toda a história do Brasil, foi constante a presença dos movimentos estudantis em busca da garantia de direitos já adquiridos e em busca de novos. Tiveram grande participação nas lutas em prol da democracia, da cultura, da justiça e educação. Graças às lutas incessantes, a nação brasileira conquistou de volta à democracia, o direito ao voto nas eleições de seus representantes, continua lutando por todos os direitos violados ou ainda não conquistados.

A Maior entidade representante dos estudantes brasileiros é a UNE (União Nacional dos Estudantes). Fundada em 1937, na Casa dos Estudantes no Rio de Janeiro, foi uma grande conquista por muito almejada. Os primeiros anos da UNE presenciaram a eclosão da segunda guerra mundial, o maior conflito humano da história. Segundo a página oficial da entidade, os estudantes tiveram uma ação política fundamental no Brasil durante o processo de oposição. Cada vez mais influentes no cenário da política nacional, suas lideranças eram de esquerda, e com o golpe de 64 o governo pôde desarticular e

tornar a UNE ilegal. Medidas que tinham como tentativa pressionar o governo de Vargas a se posicionar.

Os estudantes entraram em conflito direto com apoiadores do Eixo e acabaram tomando a sede deles, o Clube Germânia, localizado na Praia do Flamengo, Rio de Janeiro. Naquele mesmo ano (1942) o presidente concedeu o prédio ocupado para que fosse a sede da União Nacional dos Estudantes, e pelo decreto-lei n. 4080, oficializou a UNE como entidade representativa de todos os universitários brasileiros (UNE, 2011). Uma vez organizados os estudantes continuaram protegendo assim os próprios interesses. Como aponta Freire (2008, p. 135), os estudantes não desistiram de seu movimento mesmo assim. Mesmo na ilegalidade, as lideranças estudantis mantiveram a UNE em funcionamento e tentaram reorganizar o movimento estudantil. As maiores oposições do movimento estudantil à ditadura militar ocorreram no Governo Costa e Silva (1967-1969), que se caracterizou pelo avanço do processo de institucionalização da ditadura.

Imagem 5 – Valmir Palmeira, líder estudantil, discursando em 1968 na que ficou conhecida como a “Passeata dos Cem Mil”,



Fonte: Teixeira (2018)

Em 1984, a mobilização foi em prol das “Diretas Já” e no ano seguinte com o projeto do senador Aldo Arantes a UNE pôde voltar a legalidade. Com a volta da democracia as coisas pareciam ter se acalmado, mas não foi o que aconteceu. Fernando Collor de Mello, o primeiro presidente eleito democraticamente após o golpe de 64 obrigou-se a renunciar ao cargo antes de cumprir o mandato. O mais jovem presidente já eleito, trazia a imagem de uma política nova e promissora, entretanto, com o fracasso do Plano Collor para recuperar a economia do país e os escândalos envolvendo corrupção, os estudantes foram, mais uma vez, protestar por seus direitos. Dessa vez engajados ainda mais com causas públicas e não só de interesse estudantil.

A organização dos protestos se deu alguns meses antes, mas o estopim para tudo foi quando Collor pediu para que a população fosse às ruas vestindo as cores da bandeira em apoio ao governo. O resultado foram ruas cheias pessoas vestindo preto com os rostos pintados de verde e amarelo, com cartazes pedindo o impeachment do então presidente. Esse movimento ficou conhecido como movimento dos caras pintadas (MOSER; GONÇALVES, 2012). Os pedidos aceitos foram protocolados oficialmente na câmara dos Deputados pela Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Brasileira de Imprensa. Collor renunciou antes que o processo fosse efetivado, mas isso não impediu que a votação acontecesse e ele tivesse seus direitos políticos cassados (MOSER; GONÇALVES, 2012).

Imagem 6 – Estudantes durante o movimento dos Caras Pintadas na campanha “Fora Collor” em 1992



Fonte: UNE (2011)

Além das citadas acima, existem ainda muitas outras conquistas do movimento, como por exemplo a aprovação do Plano Nacional da Educação em 2014, que prevê em até dez anos o investimento de 10% do PIB na educação, e, enquanto isso, royalties do petróleo estão sendo usados para complementar o investimento. Outra conquista foi o passe livre para os estudantes, que em alguns estados já é uma realidade. A reserva de 50% das vagas em universidades públicas e o direito ao voto aos dezesseis anos também devem ser lembrados.

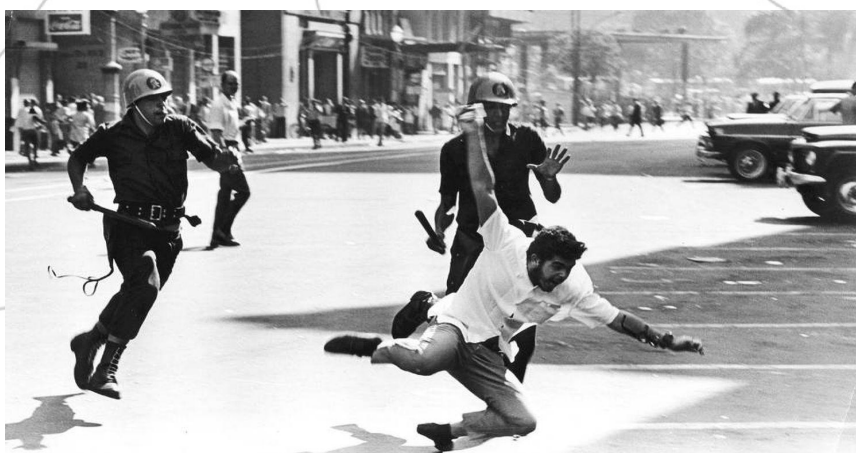
3 A EFETIVIDADE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Após conhecer um pouco mais sobre a história dos movimentos sociais, é correto afirmar que eles são efetivos na luta contra injustiça e um meio de reivindicar as

necessidades do povo? Podemos dizer que eles são a chave para uma sociedade melhor? A solução de todos os males que convivemos no cotidiano?

A resposta é diferente da que queríamos dar. Não podemos dar as costas para tudo o que os movimentos nos trouxeram, mas seria fantasioso dizer que os problemas estão resolvidos. Mesmo com todos esses anos de luta ainda há muito para ser conquistado. Ao longo da nossa explicação buscamos citar todas as coisas boas que temos por causa dos movimentos, das lutas que deram certo, mas é importante lembrar que nem sempre é assim.

Imagem 7 –Estudante perseguido por policiais em 1968 durante a sexta-feira sangrenta.



Fonte: Teixeira (2018)

Pessoas morreram, causas foram deixadas de lado, como papéis numa gaveta, causando comoção por um breve período para depois voltando ao anonimato. Os que buscam a mudança, que saem nas ruas como antigamente, não são mais vistos com bravura, mas sim como “desocupados sem ter o que fazer”, que só querem tumultuar. Talvez tivessem sido vistos assim na época, pelos que estavam completamente satisfeitos, ou pelo menos acomodados com a situação. Deixamos qualquer fonte, por menos confiável que seja, nos dizer o que é ou não o certo, paramos de pensar por nós mesmos. O que falta ser entendido é que o que for conquistado por um coletivo deixará a sociedade melhor para todos. E ainda, nos falta questionar o papel da mídia na formação da opinião pública.

É triste ver que muita gente não percebe que esse “tumulto” foi fonte de tantos direitos que temos hoje. O que teria acontecido sem os protestos e rebeldias durante a ditadura? Estaríamos sob o regime militar até hoje? Não é improvável.

Sem todos os esforços e toda a coragem que encontramos naquelas pessoas que saíram para defender o que acreditam, nossa sociedade estaria ainda mais retrógrada e oprimida. Não seria exagero dizer que não teríamos tudo o que nos é disponível hoje em questão de direitos e liberdades, mesmo que ainda não seja nem metade do que podemos alcançar.

Mas se os movimentos são tão bons assim então, o que falta? Infelizmente, é a coisa mais importante. A unidade, a consciência coletiva. Somos uma nação gigante, precisamos agir como tal. Toda a pressão que os movimentos fizeram só foi possível pois uma quantidade enorme de pessoas saiu para lutar pela causa.

Hoje o que temos são críticas e caras feias, olhos virados tentando não enxergar a verdade. É utópico pensar que um dia chegaremos a tal estado de unidade, considerando todo o preconceito que ainda existe na sociedade, mas não é impossível que a situação melhore. Estamos presenciando um momento muito turbulento na política nacional, existem pessoas declarando ódio à movimentos que existem há séculos e que por ironia estão defendendo os direitos coletivos, ou seja, de todos, não individuais.

A falta dessa percepção e consciência enquanto cidadão é um dos, se não for o maior obstáculo para recuperar nossa força. Por fim, é importante lembrar que os movimentos sociais nada mais são do que pessoas que estão dispostas a lutar por seus direitos, e para completar o que ainda nos falta, precisamos estar engajados e nos apoiando mutuamente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos sociais não nasceram ontem. E a partir do momento que entendemos o contexto histórico destes movimentos populares, percebemos que a grande maioria dos direitos que temos enquanto cidadãos não nos foi dado, foi conquistado a partir da luta de quem acreditava que podia fazer a diferença e fez. Desta forma, fica evidente a importância dos movimentos sociais em prol das minorias, que são na verdade “uma maioria esmagadora” que geralmente não têm a garantia dos seus direitos para que uma pequena parcela da população mantenha seus privilégios. Ainda, é preciso refletir acerca da voz e do espaço que essas manifestações têm na nossa sociedade e com qual seriedade os nossos políticos encaram essas reivindicações.

Em todo o mundo, os movimentos sociais tiveram maior atividade nos piores momentos dos países, como por exemplo, o regime militar no Brasil. Eles estiveram lá para que houvessem mudanças, para mostrar o poder que tem o povo quando está decidido a se mobilizar em prol de melhorias. E é estudando a história dos movimentos populares e suas conquistas, que percebemos, que apesar da marginalização das manifestações e protestos, ao longo da história, estes foram responsáveis por nos garantir direitos que hoje desfrutamos. Por fim, este trabalho é um convite a reflexão sobre o quanto as pessoas conhecem da história do seu país, da história de movimentos sociais e da sua própria história.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Beatriz. **Movimento Negro: história, objetivos e conquistas!**. 19 out. 2018. Disponível em: <https://www.stoodi.com.br/blog/2018/10/19/movimento-negro/>. Acesso em: 10 out. 2019.

CANCIAN, Renato. **Feminismo: Movimento surgiu na Revolução Francesa**. 24 mar. 2016. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/feminismo-movimento-surgiu-na-revolucao-francesa.htm>. Acesso em: 10 out. 2019.

CARLOS, Jesus. **Contra discriminação e violência racial, nasce o Movimento Negro Unificado. Memorial da Democracia**. 2017. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/ato-reorganiza-o-movimento-negro#card-186>. Acesso em: 10 out. 2019.

COMISSÃO da Verdade. **Grupos sociais e movimentos perseguidos ou atingidos pela ditadura**. 2015. Disponível em: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap6.html>. Acesso em: 10 out. 2019.

CONSOLIM, Veronica Homs. **Um pouco da história de conquistas dos direitos das mulheres e do feminismo**. 2017. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/09/13/um-pouco-da-historia-de-conquistas-dos-direitos-das-mulheres-e-do-feminismo/>. Acesso em: 13 out. 2019.

D'AVILA, Rafael. **19 fotografias que causaram grande fúria em suas épocas. Criativos**. 2018. Disponível em: <https://www.criativos.com.br/2018/03/19-fotografias-que-causaram-grande-furia-em-suas-epocas-a-3-acontece-ate-hoje/>. Acesso em 27 out. 2019.

FAHS, Ana C. Salvatti. **Como surgiu o movimento negro?. Politize!**. 22. ago. 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/movimento-negro/#toggle-id-1>. Acesso em 27 out. 2019.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-351, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso em 07 out. 2019.

GOSS, Karine Pereira; PRUDENCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Em Tese**, v. 1, n. 2, p. 75-91, 2004.

JACCOUD, Luciana. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a Abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

JOB, Anna Carolina Geschwind; JUNIOR, Carlos Alberto Herrmann Pedrotti; GOMES, Aline Antunes. A importância da educação e dos movimentos estudantis na luta pelos direitos no Brasil. **Revista do Seminário de Educação de Cruz Alta-RS**, v. 5, n. 1, p. 263-271, 2017.

LORENCENA, Taiane Lemos; GONZATTI, Renata Maria. A Importância dos novos Movimentos Sociais para a consolidação da Democracia. In: **Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade**, n. 1, 2018.

MALFATTI, Silvino Antonio. Os movimentos sociais em Alain Touraine. **Revista Estudos Filosóficos**, nº 6 /2011. Disponível em: <http://seer.ufsj.edu.br/index.php/estudosfilosoficos/article/view/2288/1598>. DFIME, UFSJ, São João Del Rei, p. 217-228.

MARTINS, José de Souza. As mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência à anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares. **Estud. av.**, São Paulo, v. 14, n. 38, p. 268-278, Apr. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000100015&lng=en&nrm=iso. Acesso em 21 ago. 2019.

MELERO, Maria Beatriz. **Feminismo**: diferentes visões na luta pela igualdade de direitos. 2017. Disponível em <https://claudia.abril.com.br/sua-vida/feminismo-diferentes-visoes-luta-igualdade-direitos/>. Acesso em 28 out. 2019.

MOLINA, Sandra. Os movimentos sociais e a ditadura brasileira (1964-1985): considerações sobre a participação da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB. **Universitas Humanas**, v. 12, 2015.

MOSER, Sandro; GONÇALVES, Anderson. Eles foram às ruas para derrubar o presidente. **Gazeta do povo**. 18 ago. 2012. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eles-foram-as-ruas-para-derrubar-o-presidente-37ibojhxqj3sfgfptg605d8we/>. Acesso em: 30 out. 2019.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, Dec. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000300021&lng=en&nrm=iso. Access em: 20 out. 2019.

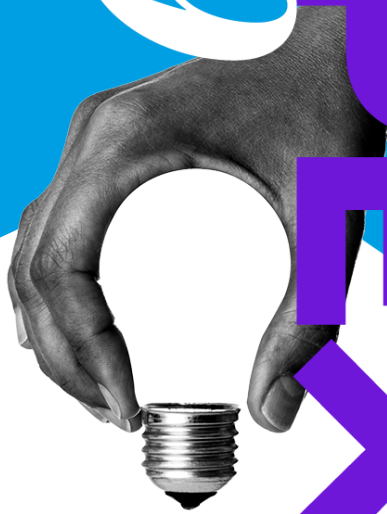
RIZUTTI, Alfredo. Eleições – campanha pro-diretas. **Jornal O Estado de São Paulo**. 26 abr., 1984. Disponível em <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19840426-33480-nac-0012-999-12-not> Acesso em 17 out. 2019.

TEIXEIRA, Evandro. Ditadura militar brasileira. **El País**. 09 jun. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/05/cultura/1528224984_573224.html. Acesso em: 30 out. 2019.

UJES – União Joinvilense dos Estudantes Secundaristas. **Movimento Estudantil**. 2009. Disponível em: <http://ujesjlle.blogspot.com/2009/02/movimento-estudantil.html>. Acesso em: 30 out. 2019.

UNE – União Nacional dos Estudantes. **História da UNE**. 2011. Disponível em: <https://une.org.br/2011/09/historia-da-une/>. Acesso em: 30 out. 2019.

2019 ENPEX



ARTIGOS

Psicologia



fapesc
Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

ANAIS ENPEX 2019
ISSN 1982-3370

Inovação a serviço
da educação

XVIII Jornada de Iniciação Científica
XIII Mostra de Extensão
BRUSQUE - SC - BRASIL



UNIFEBE

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL COM ADOLESCENTES DE ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO

PROFESSIONAL GUIDANCE WITH TEENAGERS OF THE PUBLIC TEACHING NETWORK

ZIBELL, Yohana Cunha¹
CHIARATTI, Fernanda Germani de Oliveira^{2*}

RESUMO: O objetivo desta pesquisa foi realizar orientação profissional com adolescentes de uma escola da rede pública de ensino e Brusque - SC, identificar o significado de trabalho e disponibilizar informações acerca das profissões, pautando-se que é ocasionalmente na adolescência onde ocorre a escolha de uma futura profissão, ou ainda onde aconteça a primeira experiência no mercado de trabalho. Como metodologia foi realizada uma atividade de corte e colagem com 40 alunos do terceiro ano do ensino médio, dentre eles 20 homens e 20 mulheres.

Palavras-chave: Orientação profissional. Adolescentes. Trabalho

ABSTRACT: *The objective of this research was to conduct professional guidance with adolescents from a public school and Brusque - SC, identify the meaning of work and provide information about the professions, based on the fact that it is occasionally in adolescence where the choice of a future occurs. Where the first experience in the labor market takes place. As a methodology, a cutting and pasting activity was carried out with 40 third year high school students, including 20 men and 20 women.*

Keywords: *Professional Guidance. Teenagers. Work*

1 INTRODUÇÃO

Uma das fases mais importantes na vida é a adolescência, período marcado por grandes escolhas a serem feitas, pressões sociais e reflexões acerca de “Quem sou eu?” e também “Quais as expectativas para o meu futuro”. Alguns adolescentes acabam não tendo acesso a um processo, mesmo que simples, de orientação profissional no qual, os auxilia no conhecimento das profissões e também na escolha das mesmas, as quais teriam mais desenvoltura a seguir, muitos acabam escolhendo as mesmas profissões que seus pais, porém sem conhecimento de muitas outras possibilidades que os cercam.

É possível então, pensar em meios de proporcionar essa escuta a esses adolescentes, em um ambiente já conhecido dos mesmos, a escola, que tem a

¹ Psicologia, UNIFEBE.

² Professora Orientadora Dra. em Psicologia da Educação. E-mail fernanda.chiaratti@unifebe.edu.br

responsabilidade parcial de prepará-los para o futuro e também para o meio social. Através de uma intervenção com uma turma do terceiro ano de Ensino médio da rede pública de ensino foi possível realizar uma prévia do que vem a ser a orientação profissional, objetivo geral deste trabalho. Para uma melhor compreensão, os objetivos gerais foram, identificar o significado de trabalho e disponibilizar informações acerca das profissões. Para atingir os objetivos foi realizada na intervenção uma atividade de corte e colagem e após isso a explanação dos trabalhos que contou com a participação de 40 adolescentes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A ADOLESCÊNCIA E O TRABALHO: DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO E CULTURAL

A adolescência é um processo de construção social, onde antigamente, nas sociedades pré-industriais as crianças eram reconhecidas como adultas somente quando amadureciam fisicamente ou iniciavam um aprendizado profissional. Papalia e Feldman (2013) afirmam que hoje a adolescência é um fenômeno global que pode assumir formas diferentes em determinadas culturas.

Não existe uma maneira única de ser adolescente, cada um constrói a sua maneira, seu modo de ser, de agir, de confabular e fazer sua história, dentro de uma circunstância dada. O sentido existencial do adolescente está em formação, o que o faz necessitar de algo concreto e de sonhos. É próprio do adolescente ansiar por oportunidades, formular projetos de vida, fascinar-se pela liberdade, sonhar com experiências de realização no trabalho, nas amizades, na sociedade. Se de um lado, o adolescente tem expectativas, de outro, as instituições, o mercado, família e a sociedade também tem seus projetos. A dificuldade do adolescente é integrar essas dimensões, uma vez que a subjetividade se constrói e é construída no conjunto das relações sociais e de acordo com seu modo assimilar e responder às solicitações objetivas do cotidiano e da história (SILVA; NETO, 2012).

Ainda na adolescência há as oportunidades para o crescimento não somente físico, mas também cognitivo e social desenvolvimento de autonomia e intimidade. Os jovens que têm relações de apoio com os pais, escola e a comunidade tendem a desenvolver-se de forma positiva e saudável (YOUNGBLADE et al, 2007 apud PAPALIA E FELDMAN, 2013). São nessas relações que, são reafirmadas os fatores que influenciam

na tomada de decisão em relação ao futuro profissional, incluindo a capacidade individual, a personalidade, a educação, os ambientes econômico étnico, os professores, as experiências de vida e os valores sociais (Ibidem).

Assim, a escolha de uma profissão configura-se como um processo que originará a inserção de um indivíduo em um mercado de trabalho que passa por constantes transformações. Escolher uma profissão significa, de forma abrangente, escolher a atividade laboral à qual se dedica futuramente. Neste sentido, a escolha profissional refere-se ao conceito de trabalho que formula a mediação entre o indivíduo e a sociedade e, a concretização das determinações individual e social presentes nesta escolha (KRAWULSK, 1998).

O trabalho pode ser definido como a realização de tarefas que envolvem o dispêndio de esforço mental e físico, que tem por objetivo produzir bens e serviços para a satisfação das necessidades humanas (GIDDENS, 1997 APUD SOBROSA et. al, 2013). Esta definição inclui a noção de trabalho intelectual, que cresce em importância à medida que a sociedade evolui, nesse contexto, a atividade laboral relaciona-se em maior grau a atributos cognitivos, interpessoais, comportamentais e técnicos.

A noção de trabalho inclui também uma dimensão social. A sociedade elevou o trabalho a um fator estruturante, não só da organização econômica, mas também das relações sociais. Nesse sentido, o trabalho geralmente determina uma posição social, círculo de amigos e relacionamentos pessoais (COUTINHO; KRAWULSKI; SOARES, 2007).

As definições de trabalho devem ser diferenciadas da noção de emprego. Geralmente os autores consideram o emprego como uma forma particular de trabalho (ROBBINS, 2007). O conceito de emprego surgiu no período da Revolução Industrial para tratar de uma relação entre homens que vendem sua força de trabalho por alguma remuneração e outros que compram essa força pagando um salário por ela. É uma espécie de contrato no qual o possuidor dos meios de produção paga pelo trabalho prestado por aqueles que não detêm esses meios.

Sempre acompanhando o desenvolvimento econômico, a definição de trabalho passou por uma grande evolução histórica. Na Antiguidade, por exemplo, o trabalho era visto como a atividade dos que haviam perdido a liberdade. Já os gregos utilizavam duas palavras para designar trabalho: *ponos*, que faz referência a esforço e à penalidade, e *ergon*, que designa criação, obra de arte. Por fim, passou a tornar-se fator de produção

apenas com o advento da Revolução Industrial e expansão do capitalismo, há aproximadamente dois séculos (WOLECK, 2002).

A palavra emprego torna-se também de suma importância para entender-se o contexto abordado neste projeto. Até o início do século XVIII, se referia apenas alguma tarefa ou determinada empreitada, nunca referindo-se a um papel ou a uma posição relacionada a uma organização. A partir do século XIX, passou a ser entendida como o trabalho realizado nas fábricas ou nas burocracias das nações em fase de industrialização (WOLECK, 2002).

Logo, as organizações podem ser definidas de uma forma ampla, como as unidades sociais que são construídas e reconstruídas, com o intuito de atingir objetivos específicos. Vale ressaltar que existe uma grande variedade de tipos de organizações, por exemplo, as organizações industriais, as comerciais, as de serviços, as militares e públicas (CHIAVENATO, 2009 apud SILVA, 2013).

Focando, porém em orientação profissional, é vasto o campo de conhecimento que se possui. Define-se como um processo que o indivíduo tem a possibilidade de receber ajuda sobre as dúvidas presentes em relação a profissões, estabelecimento de princípios referentes à carreira, inserção profissional, orientações sobre o mercado de trabalho e até mesmo a aposentadoria (LEHMAN, 2010).

Relacionando-se a jovens aprendizes, Mandelli (2011) contribui afirmando que a Orientação Profissional é uma prática social que compromete-se com o desenvolvimento humano, ao auxiliar os jovens na ampliação de possibilidades profissionais e na construção dos seus projetos de vida. Logo, conhecer a relação do jovem com seus projetos de vida colabora para compreender os aspectos envolvidos neste processo (MANDELLI, 2011).

Portanto, pode-se afirmar que tal processo de escolha profissional é vivenciado principalmente na adolescência que, por sua vez, caracteriza-se pela fase dos doze aos dezoito anos, que vem acompanhada de modificações no campo biológico, psicológico e social, ressaltando os relacionamentos, a escolha profissional e preparação para o trabalho por tratar-se de uma fase de construção de identidade (OLIVEIRA, 2015).

Para Papalia e Feldman (2013) a adolescência é uma construção social e tornou-se fenômeno global. Atualmente a puberdade começa mais cedo do que no passado, e o início profissional ocorre mais tarde, frequentemente requerendo períodos mais longos de

educação ou treinamento profissional para que o indivíduo possa assumir as responsabilidades da vida adulta.

Em relação às normativas laborais na adolescência, existem o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA Lei nº 8.069) e o Decreto 5.598/2005, que regulamentam o trabalho de adolescentes a partir de 14 anos que participam de Programas de Aprendizagem Profissional (PAP) (SILVA; TRINDADE, 2013). Silva e Trindade (2013) completam:

O Capítulo V do ECA (1990), afirma que a profissionalização é um direito fundamental e que essa deve ter caráter pedagógico e ser feita respeitando a condição do adolescente como pessoa em condição peculiar de desenvolvimento. Além disso, assegura direitos trabalhistas e previdenciários e estabelece que as atividades laborais não possam trazer prejuízo às atividades escolares.

O Decreto no 5.598/2005 por sua vez determina normas para a formulação do contrato de aprendizagem e a formação técnico-profissional de aprendizes entre 14 e 24 anos onde, as atividades de aprendizagem devem ser constituídas por atividades teóricas e práticas (SILVA; TRINDADE, 2013). Determina ainda, que todas as empresas com mais de sete empregados com exceção das microempresas e de pequeno porte, devem possuir em seu quadro de funcionários menor aprendiz, sendo o equivalente a 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento (SILVA, 2005).

2.2 A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Quando um adolescente se depara com a escolha de uma profissão, não é levado em conta apenas os seus interesses e aptidões, mas também a forma como se vê o mundo, como vê a si mesmo, informações que têm acerca das profissões, as influências que recebe do meio social principalmente da família (ALMEIDA; PINHO, 2008).

Desde muito cedo o jovem deve optar por uma profissão, uma escolha definitiva, que deve ser “para o resto da vida”, muitas vezes sem nem ter a sua identidade formada. Ao nascer o indivíduo já carrega consigo uma série de expectativas da família, que poderá cumprir, ou não, ao longo da vida. Os pais depositam seus sonhos nos projetos dos filhos, que este se desenvolve dentro desse contexto, muitas vezes ouvindo que deve seguir a profissão do pai ou avô, ou ouvindo que determinada profissão não é para si (ALMEIDA; PINHO, 2008).

É comum que os adolescentes façam referências a medos que são despertados pela situação de fazer uma escolha profissional. De forma geral, os medos referem-se a errar na escolha e ser infeliz e ter que mudar sua escolha, pressões internas e externas que contribuem para dificultar a tomada de decisão ou mudança, uma vez a escolha já estabelecida (LEVENFUS, NUNES, 2010).

De acordo com Almeida e Pinho (2008), ao se chegar a uma escolha de vocação profissional supõe uma tomada de consciência sobre si mesmo e a possibilidade de imaginar-se antecipadamente cumprindo um papel social e profissional. A tomada de decisão sempre foi um problema complexo, porém no contexto atual se parece ainda mais difícil, uma vez que é preciso escolher uma carreira num mundo de incertezas. Torna-se cada vez mais necessário aprender a tomar decisões e fazer transições inesperadas em sua vida (SILVA; NOCE, ANDRADE, 2003).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 TIPO DE PESQUISA

Esta pesquisa caracterizou-se pela abordagem qualitativa. Tal abordagem surgiu a partir da procura por métodos alternativos de pesquisa nas Ciências Humanas. Gressler (2003) discute que a abordagem qualitativa descreve o problema, levando em consideração todos os componentes relacionados à questão da pesquisa. A modalidade de pesquisa seguiu o critério de pesquisa exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória e descritiva, conforme Gil (2002, p. 41), “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas e torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Assim, a pesquisa se propõe a analisar o significado que os adolescentes possuem acerca do construto trabalho.

3.2 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTO UTILIZADOS PARA A COLETA DE DADOS

A pesquisa foi realizada através de levantamento e como instrumento de coleta de dados foi utilizado uma atividade de corte e colagem. Segundo Marconi; Lakatos (2011, p. 04), “o pesquisador deve ser paciente e não ter pressa, pois as descobertas significativas resultam de procedimentos cuidadosos e não apressados”. O pesquisador deve buscar em sua pesquisa dados que confirmem suas hipóteses e, principalmente, que as comprovem,

pois isso é mais importante na pesquisa, a comprovação dos dados. Os dados foram coletados, a partir de uma atividade de corte e colagem ao quais os adolescentes procuraram figuras e palavras em revistas que estivessem de acordo com o sua interpretação que vem a ser o trabalho e também a explanação para os colegas do significado dos seus recortes. Ao final do encontro foram distribuídos folders dos cursos oferecidos pelo Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE.

3.3 AMOSTRA

Participaram da pesquisa 40 adolescentes com faixa etária compreendida entre 17 a 19 anos, sendo 20 mulheres e 20 homens. Todos os alunos do terceiro ano do Ensino Médio de uma escola pública, localizada em Brusque - Santa Catarina.

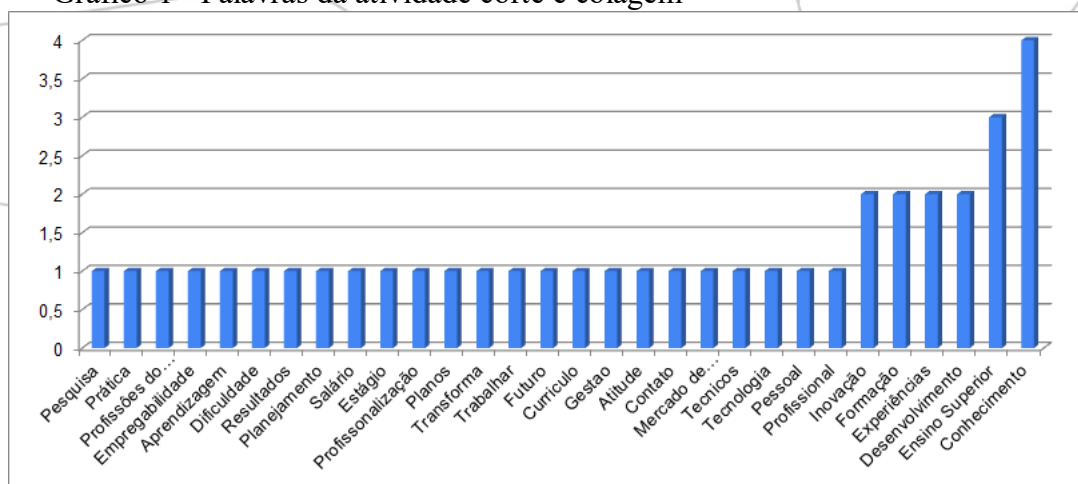
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados coletados foram analisados através da Análise de Conteúdo, a partir das informações coletadas na atividade de corte e colagem, consideraram-se as palavras e explanações.

4.1 PALAVRAS

Para o levantamento das palavras ao quais os adolescentes relacionaram com o significado do trabalho foram analisados e contabilizados as 40 folhas dos participantes. Portanto no gráfico 1 pode ser observada a frequência dessas palavras.

Gráfico 1 - Palavras da atividade corte e colagem



Fonte: Atividade corte e colagem (2019).

Através do gráfico 1 é possível identificar que a palavra que surgiu com maior frequência foi “conhecimento” para a amostra pesquisada, com 10% (4), identificando assim a necessidade de obter o conhecimento para estar no mercado de trabalho. O ensino superior também surgiu de maneira significativa, com 8% (3), corroborando assim com o conhecimento já citado anteriormente. Em menor quantidade, as palavras desenvolvimento, experiências, formação e inovação com 5% (2) cada e ainda as palavras profissional, pessoal, tecnologia, técnicos, mercado de trabalho, contato, atitude, gestão, currículo, futuro, trabalhar, transforma, planos, profissionalização, estágio, salário, planejamento, resultados, dificuldade, aprendizagem, empregabilidade, profissões do futuro e pesquisa apareceram com 1% (1) cada.

O significado do trabalho para um adolescente reveste-se de características particulares. Por se tratar de um sujeito em formação, que ainda não tem uma profissão estabelecida, mas precisa do salário para se manter e muitas vezes auxiliar a família. Um sujeito que ainda não tem experiência profissional, não concluiu os estudos e está formando sua personalidade.

Assim a denominação “aprendiz” não é recente, uma vez que a lei é de 2000 e vem reafirmar o quanto a presença do adolescente tem sido encorajada pela sociedade. Segundo Pereira et al. (1994) é comum o próprio adolescente buscar trabalho, objetivando o aumento da renda. Na maioria das vezes, encontra-o em atividades que exigem pouca ou nenhuma qualificação e que não abrem perspectivas para o futuro. Aos questionar os adolescentes a fim de conhecer suas atividades laborais, alguns responderam que não trabalham com carteira assinada, como segue os relatos.

Maria*: “Trabalho de babá há dois anos”.

João*: “Trabalho em um mercadinho perto da minha casa”.

Ainda que sem carteira assinada, se trata de um trabalho remunerado, possibilitando assim maior autonomia e conseqüentemente maior liberdade diante da autoridade dos pais ou responsáveis (RIZZO; CHAMON, 2011).

A inserção do jovem tem ocorrido de forma cada vez mais precária, marcada pela informalidade, iniciando-se com vínculos ocupacionais mais frágeis e transitórios, até o estabelecimento de um vínculo mais duradouro. As mudanças no mundo do trabalho trouxeram intensas transições em diferentes situações ocupacionais. No entanto, os jovens parecem ser os mais afetados (CAMARANO; MELO, 2006).

Em outras pesquisas realizadas por diversos autores como Dutra-Thomé, Telmo e Koller (2010) sugerem que os adolescentes percebem o trabalho como algo benéfico, ou seja, é partir dele que irão obter renda própria, possibilitando certa autonomia em relação a seus pais, o que poderá ter um impacto positivo em outras esferas da vida pessoal. De um modo geral, pode ser percebido como uma atividade essencial e valorosa e que permite realização pessoal.

É preciso considerar que o ser humano relaciona-se com seu contexto de forma dialética, transformando a si mesmo e o mundo ao seu redor. Portanto, esta vivência promove o surgimento para a própria experiência laboral do jovem. Em relação ao significado do trabalho na amostra, destacaram-se “conhecimento” e “Ensino Superior”. Estas dimensões podem estar refletindo a busca por um trabalho que exija conhecimento, mas que também gere conhecimento para o indivíduo e sociedade sem perder de vista a necessidade do Ensino Superior para atingir tal objetivo.

É importante assinalar que o mundo do trabalho vem sofrendo diversas transformações, caracterizado, atualmente, pelo desenvolvimento e advento de novas tecnologias de produção e de gestão. A Inovação foi uma das palavras presentes para alguns alunos, como já demonstrado no gráfico. Os indivíduos em busca de uma colocação no mercado necessitam de constante reorganização em termos da sua qualificação profissional e pessoal (LEMOS; DUBEUX; PINTO, 2009).

Os trabalhadores transitam num ambiente caracterizado pelo constante aumento da concorrência, exigindo qualificação permanente, flexibilidade e inovação. Tendo consciência desta realidade, os adolescentes participantes deste estudo mostraram preocupação em progredir na vida, continuar os estudos após o término do ensino médio, revelando-se preocupados em adquirir qualificação para que sua entrada e permanência no mercado sejam realizadas com maiores chances de sucesso. O trabalho aparece como uma possibilidade de conquistar a tão almejada ascensão social e autonomia financeira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se muito importante falar do trabalho na atualidade, mas um tanto quanto mais relevante ainda se torna falar da inserção do jovem no mercado de trabalho e quais os significados que o trabalho possui. O mercado de trabalho vem exigindo cada vez mais especialização, formação e conhecimento, ele também é moldável e demanda responsabilidade.

Através da pesquisa foi possível identificar o significado de trabalho para os adolescentes do ensino médio, objetivo geral deste trabalho, reconhecendo assim o trabalho como uma forma de estar no mundo, com conhecimento, ensino qualificado como a possibilidade de fazer um planejamento para o futuro e um fator de produção remunerado.

A pesquisa atingiu todos os objetivos propostos inicialmente, a orientação profissional a partir das explanações realizadas pela acadêmica durante a atividade com os adolescentes e a identificar o significado do trabalho a partir da atividade de corte e colagem. Portanto, para os adolescentes o trabalho não tem um significado específico, sendo alternado pela subjetividade, vivências e história de cada um dos participantes da pesquisa.

Vale ressaltar que, a pesquisa poderia ser reproduzida com o mesmo tipo de amostra, adolescentes, porém de outras escolas e até regiões para posteriormente realizar um comparativo e auxiliando na compreensão de fenômenos emergentes das mesmas. Outro fator que traria favorecimento a pesquisa seria a realização de entrevistas a fim de dar continuidade ao processo de orientação profissional. E por fim, o agradecimento a todos os que participaram da aplicação da pesquisa, a fim de oportunizar um maior conhecimento em relação ao fenômeno.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elisa GrijóGuahyba de; PINHO, Luís Ventura de. Adolescência, família e escolhas: implicações na orientação profissional. *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 173-184, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652008000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 mar. 2017.

Brasil. Decreto nº 5598, de 1º de Dezembro de 2005. **Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5598.htm.

CAMARANO, A., MELO, J. Considerações finais: Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?. IN: Camarano (org.), Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição? Rio de Janeiro: IPEA.

Coutinho, M. C., Krawulski, E., & Soares, D. H. P. Identidade e trabalho na contemporaneidade: Repensando articulações possíveis [Número especial]. *Psicologia & Sociedade*, Minas Gerais, v. 19, n. 1, p. 29-37, 2007. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822007000400006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em Nov. 2019.

DUTRA-THOMÉ, L., TELMO, A.Q., KOLLER, S.H. Inserção laboral juvenil: Contexto e opinião sobre definições de trabalho. *Paidéia*, São Paulo, v. 20, n. 46, p. 175-185. Acesso em Nov. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4a ed. Sao Paulo. Atlas, 2002.

KRAWULSKI, E.. A orientação profissional e o significado do trabalho. **Rev. ABOP**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 5-19, 1998. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-88891998000100002 &lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 06 mar. 2018.

LEHMAN, Y. P.. Orientação profissional na pós-modernidade. In: *Orientação Vocacional Ocupacional*. 2ª ed. Porto Alegre. Artmed, 2010

LEMOS A. H. C.; DUBEUX, V. J. C.; PINTO, M. C.S. Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências. *Cad. EBAPE. BR* . v. .7, n. p.368-384. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512009000200012&lng=en&nrm=iso. Acesso em Nov. 2019.

LEVENFUS, R. S.; SOARES, D. H. P., **Orientação vocacional profissional**. Porto Alegre, Artmed, 2010. 19-30.

LEVENFUS, R. S., NUNES, M. L. T.. Principais temas abordados por jovens vestibulares dos centrados na escolha profissional. In:

LEVENFUS, R. S., SOARES, D. H. P.. **Orientação vocacional profissional**. Porto Alegre, Artmed, 2010. 39-53.

MANDELLI, M. T.. **Correndo atrás de seu projeto de vida**: um estudo com participantes do programa Jovem Aprendiz. 143 f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MELO-SILVA, L. L.; NOCE, M. A.; ANDRADE, P. P.. Interesses em adolescentes que procuram orientação profissional. **Psicologia**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 06-17, dez. 2003. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142003000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 mar. 2018.

OLIVEIRA, H. P. S.. **A escolha profissional**: Os adolescentes aprendizes, a orientação profissional e a visão de futuro. 47 f. Trabalho de conclusão de curso bacharel em Psicologia. Universidade Católica de Brasília. Brasília. 2015.

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano**. 12. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2013.

PEREIRA, Irandi et al. Trabalho do adolescente: mitos e dilemas. **São Paulo: IEE**, 1994.

RIZZO, C. B. Da S.; CHAMON, E. M. Q. O.. O sentido do trabalho para o adolescente trabalhador. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 8, n. 3, p. 407-417, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4067/406757007006.pdf>. Acesso em 22. nov.. 2019.

Robbins, S. P..Comportamento organizacional. São Paulo, 2007.

SILVA, M. A. B.; NETO, J C. N. Inserção no mundo do trabalho: percepção do adolescente do ensino médio.. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 4., 2012, São Paulo. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092012000200006&lng=en&nrm=abn. Acesso em Nov. 2019.

SILVA, R. R.. A Importância do Setor de Recursos Humanos no Contexto da Estratégia da Organização. **Unibave**. Orleans, 2013, p. 1-42, fev. 2014. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2015/02/Monografia-RAIANE-RODRIGUES-DA-SILVA.pdf>>Acesso em: 07 mar. 2018.

SILVA, R. D. M.; TRINDADE, Z. A.. Adolescentes aprendizes: aspectos da inserção profissional e mudanças na percepção de si.**Revista brasileira de orientação profissional**, São Paulo , v. 14, n. 1, p. 73-86, jun. 2013 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902013000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 mar. 2018.

SOBROSA, GENESIS, et al. Opiniões sobre o trabalho em jovens de classes populares. *Revista Brasileira de orientação profissional*. Santa Maria, v. 14, n. 2, p. 265-276 , junho-dez 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902013000200011. Acesso em Nov. 2019.

WOLECK, A. . O Trabalho, a ocupação e o emprego. Uma perspectiva Histórica. **Revista de Divulgação Técnico-científica do Instituto Catarinense de Pós-Graduação**, p. 33 - 39, 01 jan. 2002. Disponível em: <http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev01-05.pdf> .Acesso em 15 mar. 2018

INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA: POLÍTICAS PÚBLICAS E ATUAÇÃO EM ESCOLAS.

SCHOOL INCLUSION OF PEOPLE WITH AUTIST SPECTRUM DISORDER: PUBLIC POLICIES AND SCHOOL PERFORMANCE.

BOING, Tiago¹
KRAPF, Adriana²
PEREIRA, Patrícia³
MULLER, Talissa Palma⁴

RESUMO: A inclusão de crianças com Transtorno de Espectro Autista (TEA) nas escolas regulares, sobretudo na rede pública de ensino tem sido motivo de discussão ao longo de vários anos. Apesar de ser feita e imposta por lei, ainda é motivo de questionamentos devido ao real papel exercido por essa inclusão, como funciona e como a escola poderia exercer seu papel educativo com essas crianças. Este artigo tem por objetivo avaliar a execução de serviços articulados a políticas de inclusão em uma cidade do Vale do Itajaí a alunos com Transtorno de Espectro Autista (TEA), descrevendo sobre as políticas públicas e orientações existentes na área da inclusão escolar, a fim avaliar a atuação do psicólogo no campo da Educação junto a realidade em uma instituição de ensino pública e uma privada. Tendo em vista que este profissional faz-se também fundamental por meio de seu conhecimento viabilizando a inserção e a permanência de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas comuns. Diante da não possibilidade de contatar o Psicólogo na rede pública de ensino e visando ampliar o olhar do campo da inclusão, foi entrevistado um Professor de Atendimento Educacional Especializado. Os resultados e discussões por meio das entrevistas com os profissionais revelaram parte da realidade desse processo que vem encontrando diversas dificuldades ao longo de sua atuação, visto que abrange diversos profissionais e é particular a cada indivíduo, por isso exige do profissional um olhar individual e não de inclusão como se fosse algo padrão para todos.

Palavras-chave: Inclusão. Autismo. Políticas Públicas. Educação.

ABSTRACT: *The inclusion of children with Autistic Spectrum Disorder (ASD) in mainstream schools, especially in the public school system, has been the subject of discussion for several years. Despite being made and enforced by law, it is still a matter of question because of the real role played by this inclusion, how it works and how the school could play its educational role with these children. This article aims to evaluate*

¹ Acadêmico de Psicologia do Centro Universitário de Brusque. E-mail: tiagoboingg@gmail.com

² Acadêmica de Psicologia do Centro Universitário de Brusque. E-mail: adrikrapf@gmail.com

³ Acadêmica de Psicologia do Centro Universitário de Brusque. E-mail: paaatriciap@unifebe.edu.br

⁴ Mestre em Psicologia Professora do Centro Universitário de Brusque. E-mail: talissamuller@unifebe.edu.br

the implementation of services linked to inclusion policies in a city of Vale do Itajaí to students with Autistic Spectrum Disorder (ASD), describing the existing public policies and guidelines in the area of school inclusion, in order to evaluate the role of the psychologist in the field of education with reality in a public and a private educational institution. Given that this professional is also fundamental through his knowledge enabling the insertion and permanence of students with special educational needs in ordinary schools. Given the impossibility of contacting the Psychologist in the public school system and aiming to broaden the perspective of the field of inclusion, a Specialized Educational Care Teacher was interviewed. The results and discussions through interviews with professionals revealed part of the reality of this process that has encountered several difficulties throughout its work, as it covers several professionals and is particular to each individual, so it requires from the professional an individual look and not of inclusion as if it were something standard for everyone.

Keywords: *Inclusion. Autism. Public policy. Education.*

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é um tema que vem sendo trabalhado e modificado ao longo dos anos, por interferência da cultura, leis e do modo de ver a qualidade o ensino da educação, sendo necessária a implementação de políticas públicas para atender a essa demanda (KASSAR, 2011). Sabe-se que o Brasil tem grande histórico de exclusão, dividindo e afastando os alunos com dificuldades das possibilidades de ensino, aprendizagem e convívio social.

O Transtorno do Espectro Autista é um tema que vem tomando grande abrangência, visto que desde que se passou a olhar mais para a inclusão, as escolas têm recebido estes alunos e precisam de adaptação para oferecer melhor qualidade. Trabalhar ou conviver com um autista exige a busca de alternativas, utilizando mecanismos para lidar com os comprometimentos da patologia, como a comunicação, o isolamento, ou ainda a restrição ou seletividade por objetos ou alimentos, etc.

A fim de delimitar a pesquisa, o estudo visou pesquisar como funciona a inclusão destes alunos. Sendo assim o objetivo do artigo é avaliar a execução de serviços planejados nas políticas de inclusão em uma cidade do Vale do Itajaí a alunos com Transtorno de Espectro Autista (TEA), descrevendo sobre orientações existentes na área da inclusão escolar e as políticas públicas, a fim avaliar as contribuições do psicólogo escolar no processo de inclusão educacional de pessoas com o transtorno junto à realidade das instituições pesquisadas.

O ensino público municipal da cidade no momento da pesquisa não contava com o profissional de Psicologia em seu quadro de funcionários. Por isso, a pesquisa partiu de uma rede de ensino privada. Porém, buscando atenção ao ensino público, foi realizada pesquisa com Professora de Atendimento Educacional Especializado que atende o público alvo da pesquisa, possibilitando também, maior abrangência ao estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para iniciar o tema é preciso compreender sobre o que é o Transtorno de Espectro Autista (TEA). O diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA), segundo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da Associação Psiquiátrica Americana (DSM-V/APA, 2013, p. 50), deve seguir os seguintes critérios:

- A. Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, conforme manifestado [...], atualmente ou por história prévia;
- B. Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, atualmente ou por história prévia.
- C. Os sintomas devem estar presentes precocemente no período do desenvolvimento (mas podem não se tornar plenamente manifestos até que as demandas sociais excedam as capacidades limitadas ou podem ser mascarados por estratégias aprendidas mais tarde na vida).
- D. Os sintomas causam prejuízo clinicamente significativo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo no presente.
- E. Essas perturbações não são mais bem explicadas por deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual) ou por atraso global do desenvolvimento. Deficiência intelectual ou transtorno do espectro autista costumam ser comórbidos; para fazer o diagnóstico da comorbidade de transtorno do espectro autista e deficiência intelectual, a comunicação social deve estar abaixo do esperado para o nível geral do desenvolvimento.

Os sintomas apresentados por indivíduos autistas são: ausência de linguagem verbal ou linguagem verbal pobre; ecolalia (repetição de palavras fora do contexto), hiperatividade ou extrema passividade, contato visual deficiente, ausência de interação social, interesse fixado a algum objeto ou tipos de objetos. O autismo refere-se ao conjunto de características, podendo ser encontrados em sujeitos afetados desde distúrbios sociais leves sem deficiência mental, até deficiência mental severa (MONMONTETE, 2004 apud SOUZA et al, 2016). O comprometimento da comunicação é uma característica comum em indivíduos com TEA. A ausência da fala leva algumas crianças a precisarem de formas de comunicação alternativas, utilizando mecanismos

como um “sistema de apoio para aquisição de linguagem” (TETZCHNER et al.,2005, p. 158 apud SOUZA et al, 2016).

O isolamento das crianças com autismo pode ser decorrente apenas de uma incompreensão do que está sendo solicitado. A prioridade para todas as crianças, independente do grau de deficiência mental é o seu desenvolvimento cognitivo, pois é por meio deste que ela inicia a consciência sobre si mesma e posteriormente sobre os demais (CRUZ et al, 2017).

Trabalhar ou conviver com um autista exige a busca de alternativas, utilizando mecanismos para lidar com os comprometimentos da patologia, como a comunicação, que é uma característica comum nesses indivíduos, o isolamento, ou ainda a restrição ou seletividade por algumas coisas e objetos. A intervenção precoce tem relação com o desenvolvimento destes sujeitos facilitando a inserção na vida escolar e social (CRUZ et al, 2017).

2.2 A INCLUSÃO

A história mostra que desde a idade antiga havia uma extrema exclusão de pessoas com deficiência, em meados do século XVI a literatura começou a mostrar atendimento a pessoas com necessidades especiais. Jean Itard considerado o pai da educação especial estabeleceu base para a revolução da educação inclusiva, trazendo conquista para estudiosos e indivíduos que trabalham com pessoas consideradas deficientes (DUTRA et al, 2007).

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que determina igualdade como valor indissociável, e avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (DUTRA et al, 2007, p. 1).

Hoje a educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, que defende o direito dos estudantes estarem juntos, aprendendo e participando sem discriminação. Reconhecendo dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino, fica visível a necessidade de confrontar práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las. A educação inclusiva tem sido reconhecida, na construção de sistemas educacionais inclusivos, onde passou a ser repensada a organização das escolas, implicando numa mudança estrutural e cultural da escola para conceber que os estudantes tenham suas especificidades atendidas (DUTRA et al, 2007).

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento; alta habilidade nas escolas regulares, orientando o sistema de ensino a promover alternativas para esses alunos nas escolas, garantindo: Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; Atendimento educacional especializado; Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissional da educação para a inclusão escolar; Participação da família e da comunidade; Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação (DUTRA et al, 2007).

A educação especial por um tempo era organizada de forma paralela a educação comum, vendo isso como uma forma mais adequada para o atendimento de estudantes que apresentavam deficiência, esse entendimento exerceu um impacto na história da educação especial. O desenvolvimento de estudos no campo da educação e dos direitos humanos vem modificando os conceitos, a legislação, às práticas educacionais e de gestão, indicando a necessidade de se promover uma reestruturação das escolas de ensino regular e da educação especial (SOUZA et al, 2016).

O processo de inclusão de uma criança com necessidades educacionais, incluindo o TEA pode ser algumas vezes desastroso, pois a criança tem muita dificuldade de interagir com o professor e aprender diversos conteúdos propostos para ele diante dos seus níveis de aprendizagem, por esse motivo a inclusão escolar desses alunos necessita de um planejamento conforme seu desenvolvimento (BOSA, 2006 apud). As adaptações dos conteúdos e avaliações vêm com o propósito de ajudar o aluno a entender o que está sendo proposto de maneira ampla (GIKOVATE, 2009 apud SOUZA et al, 2016). Segundo Cruz et al (2017, p. 17) no processo de educação ao aluno autista:

[...] deve se ter em mente que isto não se refere somente a aprendizado acadêmico e sim a um aprendizado mais global, que deve incluir habilidade social, linguagem, comunicação, comportamentos adaptativos e redução de comportamentos problemáticos. Este processo de educação em portadores de autismo deve envolver as famílias, professores, profissionais extra escola envolvidos no caso, além dos próprios portadores de autismo.

A inclusão escolar de crianças autistas deve ser realizado de modo criterioso e bem orientado. Para que ocorra a inclusão na escola é de suma importância contar com salas de apoio e professores especializados, que auxiliem o aluno a atingir o melhor desempenho de acordo com a sua capacidade (SOUZA et al, 2016).

2.3 FUNDAMENTOS PARA POLÍTICA DE INCLUSÃO

A história da educação brasileira constitui-se de forma a separar os alunos entre normais e anormais, fortes e fracos, etc. Dentro desse modo de pensar a educação, muitas crianças ficaram longe das escolas públicas (KASSAR, 2011).

A inclusão social é um tema de extrema importância, que possui políticas públicas para garantir esse direito dos cidadãos. Políticas públicas são diretrizes elaboradas para enfrentar um problema público. Como vimos anteriormente, fatores de exclusão foram mostrados ao longo da história, e vem se tentando buscar por meio de diretrizes, orientações e leis, que a inclusão seja realizada para que possa oferecer melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiências ou transtornos que foram durante muito tempo afastado do convívio normal em sociedade (KASSAR, 2011).

A política educacional atual defende outras práticas escolares, diferentes das construídas historicamente. Para essa nova direção, o governo federal estabeleceu o caminho da matrícula em classe comum e o apoio de atendimento educacional especializado para complementar ou suplementar a escolaridade (KASSAR, 2011).

Assim, é responsabilidade do estado avaliar os obstáculos presentes e estudar os meios para viabilizar a inclusão, visando o tema do artigo, Matiskei (2004) descreve que às políticas públicas de inclusão escolar planejam e aplicam projetos que facilitem o acesso a inserção institucional aos grupos marginalizados, sendo eles com diferença de cor, raça, religião, orientação sexual, pobreza extrema, diferenciação física ou cognitiva, entre outras possibilidades.

A partir da declaração emitida da “Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade”, foi analisado o alto custo de criar e manter instituições especializadas, sendo assim no Brasil, é proposto que as escolas devem acolher todas as crianças, independente de suas condições, inserindo adaptações nessas instituições para atender satisfatoriamente a essas crianças. Apesar de uma ênfase no aspecto econômico, essa foi um marco para iniciar a discussão sobre inclusão escolar em vez da educação especializada. Desta forma, em vez de excluir pessoas com necessidades especiais em instituições separadas para proporcionar a educação especializada, esse serviço foi incluído dentro das instituições de ensino (KASSAR, 2011).

E em 2012, A lei 12.764, de 27 de Dezembro veio tratar especificamente da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, além das garantias de direitos e inclusão em outros setores, a lei específica o direito à educação e ao ensino profissionalizante, bem como de acompanhante especializado em casos de necessidade comprovada para autistas incluídos em classes comuns de ensino regular (BRASIL, 2012).

É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com TEA em um sistema educacional inclusivo, garantida a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até o ensino superior. Sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, de acordo com os preceitos da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2012).

Em caso de comprovada necessidade de apoio às atividades de comunicação, interação social, alimentação e cuidados pessoais, a unidade de ensino deve disponibilizar a pessoa com o transtorno acompanhante especializado no contexto escolar (BRASIL, 2012).

O Psicólogo inserido no meio da educação é mais um profissional que pode auxiliar na inclusão e no auxílio, tanto aos indivíduos com o transtorno, quanto na escuta dos outros profissionais e familiares que lidam com eles.

A psicologia, enquanto profissão no Brasil foi regulamentada pela Lei nº 4119 27 de agosto do ano de 1962. A referente lei regulamentou e institucionalizou cursos de graduação em psicologia no país, inicialmente com um olhar tradicional clínico. Posteriormente, foi reconhecida sua importância para educação, sendo aprovado por unanimidade, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 3.688/2000, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de Educação Básica (RAMOS et al, 2016).

A história da psicologia escolar e educacional no Brasil pode ser identificada desde os tempos coloniais. De acordo com Andrada (2005), o psicólogo escolar não pode compactuar com o modelo antigo que até então regia toda a prática da educação. Durante muito tempo, permaneceu a ideia de que a prática desse profissional, cujos instrumentos iniciais eram testes para medir a capacidade dos alunos, separando os aptos dos não aptos para a aprendizagem, sendo assim, caracterizando um pensamento de exclusão (RAMOS et al, 2016).

O psicólogo no campo escolar precisa criar espaço para escuta das demandas da escola e pensar em maneiras de lidar com as situações cotidianas. A atuação do psicólogo escolar se dá através de um olhar preventivo, observação e a análise cotidiana. Ao se inserir neste meio, o psicólogo deve investigar as práticas pedagógicas, participar das reuniões de classe, gestores e da elaboração do projeto pedagógico da escola (RAMOS et al, 2016).

Permanece com marcada pela dificuldade a atuação do profissional da psicologia no ambiente escolar. Por isso, faz-se necessário que o psicólogo escolar tenha uma visão de clínica ampliada que seria trabalhar na promoção e prevenção da saúde na escola. Ao se inserir como psicólogo escolar é de grande relevância que esse profissional busque se especializar, fazer cursos que venha a fortalecer a sua atuação nesse ambiente (RAMOS et al, 2016).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atender aos objetivos da pesquisa foram formuladas as seguintes etapas e procedimentos que seguem abaixo

3.1 PARTICIPANTES

Para caracterizar o campo de atuação dentro da Psicologia escolar, o sujeito participante da pesquisa foi uma Psicóloga da rede de ensino privada, devido a não atuação em rede pública municipal. E no intuito de aproximar a pesquisa para a atuação também a rede pública foi entrevistado uma Professora de Atendimento Educacional Especializado/AEE da rede pública de ensino do Município, visto que no período da pesquisa, não encontrava-se profissional da área da Psicologia na rede Municipal de Ensino.

3.2 INSTRUMENTOS

Os pesquisadores formularam perguntas com o objetivo de obter dados que permitissem responder os objetivos do estudo. A entrevista foi realizada de forma semiestruturada, contendo perguntas como: O que é inclusão para você; Se a inclusão na sua realmente ocorre; Quais ações são realizadas na escola para promover a inclusão; Quais as dificuldades em trabalhar com aluno autista; Como é a interação dos demais

alunos com alunos com transtorno do espectro autista; Se conhece as leis que dão respaldo para as pessoas com deficiência; Perante as leis e diretrizes para pessoas com deficiência, especificamente autistas, como avalia esta aplicação nos dias atuais, na sua instituição e no município?; Como você avalia a relação do professor com o aluno autista; Quais recursos utilizados na escola avalia que auxiliam na inclusão de alunos com TEA; Se realizou algum curso, formação ou qualquer preparação para trabalhar com essas pessoas; Quais as competências e conhecimentos consideram necessários para pessoas que exercem a sua função ao auxiliar alunos com TEA. Segundo Colauto e Beuren (2012, p 133 apud GOBBO, s/a) a entrevista semiestruturada é parte de questionamento básicos que interessam à pesquisa e que em seguida integram-se a uma grande quantidade de interrogativas, fruto de novas hipóteses que surgem no decorrer da entrevista, apoiados em teorias e hipóteses.

Para a realização da pesquisa, foi solicitada a permissão da entrevistada para utilizar suas respostas no artigo, sendo entregue o Termo de consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para regulamentar a participação dos profissionais.

3.3. PROCEDIMENTOS

Devido à ausência de um profissional de Psicologia no Ensino Público, a busca do profissional da área ocorreu em Instituição de Ensino Particular, a fim de investigar se a mesma atua na área da Educação Inclusiva. Porém, com o intuito de aproximar a pesquisa ao viés da realidade pública, a Secretaria de Educação do Município foi contatada em busca de um professor de Atendimento Educacional Especializado.

Diante do aceite, das profissionais que foram contatadas via telefone, foi definido com as profissionais datas diferenciadas para as entrevistas. Os pesquisadores foram até o encontro dos profissionais para que fosse realizada a pesquisa.

3.4 PROFISSIONAIS

Os profissionais determinados para a pesquisa são: uma Psicóloga da rede Particular de Ensino e uma Professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Apesar de haver projetos de leis que fomentem a importância do profissional no ambiente escolar, a presença do Psicólogo ainda não é obrigatória nas redes de ensino, tanto nas públicas como privadas. A Psicologia na Educação exerce papel importante,

pois atua no atendimento a alunos com necessidades, auxiliando na elaboração e na prática de políticas educacionais que auxiliem esses indivíduos, podendo compartilhar e atuar com pais, professores, e comunidade. Podem auxiliar visando para além do ensinar, mas também os aspectos subjetivos do estudante e no processo ensino-aprendizagem (MALUF; CRUCES, 2008).

O atendimento educacional especializado (AEE) tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. A professora de Atendimento educacional especializado atua na rede pública de ensino de Brusque-SC em Centros de Educação Infantil, onde são divididos por polos, e abrangem aproximadamente 375 crianças no total das unidades com os diversos transtornos que dão direito ao atendimento especializado (DUTRA et al, 2007).

Segundo DUTRA et al (2007) os sistemas de ensino, devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e os com altas habilidades/superdotação nas escolas comuns do ensino regular e ofertar o atendimento educacional especializado (AEE), promovendo acesso e as condições para uma educação de qualidade.

Esse atendimento complementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Consideram-se serviços e recursos da educação especial àqueles que asseguram condições de acesso ao currículo por meio da promoção da acessibilidade aos materiais didáticos, aos espaços e equipamentos, aos sistemas de comunicação e informação e ao conjunto das atividades escolares. Para o atendimento às necessidades específicas relacionadas às altas habilidades/superdotação são desenvolvidas atividades de enriquecimento curricular nas escolas de ensino regular em articulação com as instituições de educação superior, profissional e tecnológica, de pesquisa, de artes, de esportes, entre outros (DUTRA et al, 2007).

O AEE é realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, podendo ser realizado, também, em centro de atendimento educacional especializado público ou privado sem fins lucrativos, conveniado com a Secretaria de Educação (DUTRA et al, 2007).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a Psicóloga entrevistada a inclusão é dividida entre ideal e real, pois, devido a sua experiência, tanto na área escolar como na clínica, atendendo o mesmo público, relata que nem sempre é possível desenvolver as práticas de inclusão que a literatura prevê, mas que de forma geral é preciso visualizar a inclusão como medidas para proporcionar ao indivíduo a potencialização de suas habilidades cognitivas e sociais, inserindo-o dentro da escola e na sociedade também. Para a Professora de Atendimento Especializado a Inclusão se dá justamente na relação de interdependência com o outro, na relação de respeito e aceitação.

Para a professora ela considera que a inclusão está dentro de uma relação de interdependência dela com o outro, então a inclusão se dá no momento em que ela aceita e respeita o outro da forma que ele é constituído e tudo aquilo que ele lhe trás nessa troca de sujeitos, seria basicamente o respeitar e o aceitar sem julgar a história, sua herança genética, sua herança familiar, sem julgamentos, simplesmente no respeito que se dá nessa construção que o outro teve.

Complementando sobre a inclusão Carvalho (2018), aponta que o principal objetivo é a interação social da criança com o seu meio, na cultura escolar é possível trabalhar a inclusão e combater o preconceito, esta que é um dos causadores da exclusão tanto escolar quanto social. A convivência dentro da escola vai contribuir com a troca de informações, facilitando no aprendizado cognitivo, social e afetivo, além de ajudar na aquisição de comportamentos mais aceitáveis dentro dos grupos.

Para a professora a inclusão no ambiente escolar, deve-se parar para refletir que a escola é um grande ponto de encontro, de culturas, de diferenças sociais, de diferenças históricas, de diferenças linguísticas, com suas variáveis linguísticas, então a escola de maneira geral ela seria um ponto de encontro também de respeito, de aceitação do jeito que o outro se constituiu, essa inclusão só ocorrerá em toda essa esfera social assim que se debater sobre o racismo, deficiência, a violência, o consumo de drogas, a educação sexual, partindo disso e principalmente no contraste cultural e social em que as diferenças vão se ressignificando e a partir dessas interações que consegue construir com o sujeito o pensamento crítico que vai levar de maneira reflexiva uma aceitação e o respeito pelo que o outro é, o mais importante nisso tudo sempre é respeitar de onde essa pessoa veio e de que forma ela é, mas pra que isso aconteça às vezes necessita-se entender o processo de que forma essa pessoa chegou até a escola e de forma ela se deu enquanto sujeito. Então

para que a inclusão na escola aconteça a maior barreira é a barreira humana e principalmente com os adolescentes, pois ficam mais ligados a estética, a moda, e eles acabam criando seus padrões de relacionamentos e por vez se tornando excludentes aqueles que não estão nos critérios por eles elencados, esse diálogo se faz necessário para se pensar uma inclusão de esfera maior claro pensando dentro da educação especial principalmente o público dá educação especial o caminho ainda tem que ser percorrido, dialogado, contrastado principalmente mas eles caminham com esperança, com ideal que é de sensibilização para com todos para que a reflexão aconteça primeiro precisa sensibilizar a pessoa, tem que primeiro fazer ela pensar fora de sua conchinha, e ela só vai fazer isso se ela tiver o contraste seja social ou não pra que ela possa se fazer crítica e reflexiva o suficiente para se ter um comportamento de respeito e aceitação.

A escola na qual a professora atua é muito preocupada com as questões de inclusão seja no âmbito social ou no público alvo de educação especial, então a atenção deles sempre se dá com o diálogo com as turminhas, também nas flexibilizações do currículo ou até mesmo nas questões estruturais dá instituição essa preocupação ela acaba transcendendo, ela sai um pouco do âmbito somente escolar e passa a se construir com a família essa relação de interdependência porque é com a família que se tem toda a fonte de informações, geralmente tem bastante diálogo com a família, com o professor, com o grupo que está recebendo essa criança principalmente da educação especial, por vez se cria estratégias intracurricular com o grupo, flexibilizações curriculares, também é promovido algumas palestras no cunho de informação continuada para os docentes quando é alguém dá educação especial, geralmente quando é da educação especial o receio é maior, mas o receio é com medo de fracasso do professor, ele se sente muito receoso porque não tem uma formação continuada, porque não estudaram isso na faculdade, então eles ficam ansiosos de como fazer o melhor para que essa criança atinja a sua aprendizagem então isso também é promovido pela escola, em conversas, pesquisas, conversas com outros profissionais que tenho um conhecimento maior sobre o assunto, sempre tentando romper as barreiras, seja elas humanas por medo ou por receios, seja elas de estrutura para que a aprendizagem aconteça e a inclusão também de uma forma que a criança se sinta bem, que ela queira frequentar o espaço, que a escola seja o melhor lugar para essa criança.

A inclusão dentro da Escola a qual a Psicóloga atua, ocorre com o acolhimento dos alunos, juntamente com as atividades que a escola desenvolve para facilitar inclusão

dessas pessoas. Diante de cada laudo há uma proposta pedagógica que a escola oferece para trabalhar com esse aluno e auxiliar no seu aprendizado, dependendo da dificuldade encontrada pelo aluno, há provas personalizadas e tempo estendido, a escola também tenta estimular a interação social da criança com o transtorno de espectro autista com a turma. Corroborando com Nascimento e Cruz (2015, p.11), que descrevem sobre a necessidade de compreender as crianças com o transtorno do espectro autista.

Quando perguntado sobre a dificuldade de trabalhar com crianças autistas a professora traz que pensando em crianças dentro espectro autista se torna um pouco vago porque isso vai estar relacionado basicamente ao sujeito, a crianças que têm mais dificuldades em relação a alimentação falando de sua seletividade alimentar que talvez um dia o cardápio não contenha nada que a criança se alimente e para isso que ela consiga trazer seu alimento, pode ter casos de crianças hipersensíveis pode ser que não gosta ou não se sente bem com o som ou barulho, pode ter crianças que a maior dificuldade vai ser a interação com o outro, então essas dificuldades vão variar de criança para criança mas de maneira geral como acontece com um grupo, os grupos geralmente são bem heterogêneos e trazem consigo bastante desafios ao longo do ano mas é justamente por ser um ponto de encontro de culturas que gera um pouco de quebra-cabeça na hora de construir e dar uma cara a esse grupo que está se formando, mas tudo das dificuldades e facilidades do autista vai estar muito relacionado ao sujeito, a criança, como a criança é, como a família é, o que é permitido, o que não é permitido, quanto tempo ele permanece na escola, nos momentos em que se dá os conflitos como remediar então fica tudo com essa relação dá criança, tudo vai estar muito intrínseco a ela. Dificuldades pode-se pensar várias, mas pra todas vai existir uma forma de agir, tudo existem adaptações que podem ser realizadas.

Às dificuldades encontradas em trabalhar com aluno autista segundo a psicóloga entrevistada, estão em estabelecer medidas para potencializar o aprendizado e a interação social, principalmente na fase da adolescência que a sua autonomia aumenta, alguns alunos preferem realizar trabalhos que seriam em grupos sozinhos, apesar das tentativas da escola de estimular a interação, o laudo abre essa possibilidade para que o aluno se sinta à vontade no ambiente escolar.

Conforme Lemos e Salomão (2014) descrevem, as crianças com espectro autista apresentam dificuldades em regular a comunicação e a interação social, podendo ter pouco ou nenhum interesse em estabelecer relações, suas características devem ser

levadas em consideração, porém a interação social para o desenvolvimento humano é de extrema importância e se faz necessário investigar as potencialidades dessas crianças, e estimular os comportamentos que facilitam sua interação com o ambiente.

A dificuldade de interação das crianças com o transtorno do espectro autista pode ser verificado novamente nos relatos da psicóloga quando fala que: as crianças costumam acolher bem às outras crianças que apresentam características especiais, a dificuldade apresentada é quando percebem que existem às provas diferentes e acabam questionando isso, até mesmo os pais acabam questionando isso quando os filhos contam em casa. No caso dos autistas algumas vezes tem pouca interação, pois não há uma reciprocidade nos relacionamentos de amizade, partindo da dificuldade que a criança que possui o transtorno de manter uma comunicação com as outras crianças.

Para a professora a relação aluno e professor é uma das relações mais delicadas e de muita sensibilidade que se tem porque o professor traz consigo suas crenças, seus ideais, de que maneira ela deseja como seus alunos aprendam e o aluno dentro do espectro autista vai quebrar esse paradigma desse professor e ele vai precisar rever toda uma construção que foi dele, então essa relação exige muita sensibilidade principalmente do professor, pois ele vai precisar conhecer mais além essa criança que está com ele, dentro de um grupo que também são diferentes crianças e ele precisa conhecer características do espectro autista, essa relação vai se der por meio de muita empatia e sensibilização e respeito.

A psicóloga entrevistada relata que antigamente a relação entre o professores e os alunos com qualquer necessidade era mais delicada, não havia muitas informações sobre o tema, e havia uma visão ultrapassada que todos os alunos deveriam conseguir executar as mesmas atividades, hoje em dia os profissionais estão mais instruídos e buscam formas de auxiliar seus alunos, até mesmo conversam com o psicólogo da instituição para confirmar se suas atividades com esses alunos estão corretas.

O relato da profissional está relacionado com o artigo de Camargo (2009), que descreve sobre a importância da preparação dos professores para interagir e ensinar às crianças com o transtorno do espectro autista. Sendo que alunos que tem um relacionamento mais próximo e positivo com seus professores, têm índices menores de problemas comportamentais e é socialmente mais aceitos pela turma em sala de aula, se fazendo necessário um olhar tanto para os alunos quanto aos professores para proporcionar uma inclusão escolar satisfatória.

A professora cursou licenciatura em educação especial pela UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), e na grade curricular teve diversas apresentações e inserção a eixos teóricos, referente à forma de aprendizagem, a cultura surda, a deficiências, teve pequenas pinceladas de diversos assuntos, teve bastante inserção a projeto de pesquisa e extensão o que a movimentou e fez ela se tornar uma professora pesquisadora, então quando ela não tem o domínio de um assunto ou falta alguma leitura, ela vai fazer pesquisa para estar se qualificando, pensando melhor nas estratégias, nos referenciais teóricos, para estar se dando subsídios de que forma pode estar construindo com o professor uma metodologia bem como de que forma pode estar atuando diretamente com a criança. A professora acredita que a grande competência seja a sensibilidade e o conhecimento teórico acerca do que é, que as crianças vão ter diferentes variáveis que vai fazer todo o quebra-cabeça se mudarem conforme às experiências que elas tiverem, e é necessário ter conhecimentos básicos, com a sensibilidade ela vai prestar atenção no que a criança traz pois é ela que vai dar todos os indicativos de que forma ela pode construir a aula e de que forma ela consegue chegar até essa criança. Conhecimento teórico é sim necessário, ela costuma dizer que é uma professora que gosta desse suporte teórico, defendendo suas ideias pela base teórica que ela tem, tanto de legislação, tanto como suporte de adaptações pedagógicas, para ela o professor tem que ser pesquisador, tem que saber onde procurar, procurando artigos, atividades diferentes que possa desempenhar saber pesquisar na família quem é essa criança.

A Psicóloga não possui um curso específico para trabalhar com essas pessoas, mas como sua atuação tanto na escola quanto na clínica são muito vinculadas com o autismo, ela buscou por artigos, técnicas e todo material possível que possa estar auxiliando nas suas práticas.

A experiência prática é um fenômeno que é sustentado pelo conhecimento obtido por estudos, experiências passadas, vivências e técnicas científicas, que são utilizados para alcançar um objetivo. A prática acontece em um tempo e contexto determinados, no qual incertezas e conflitos podem aparecer, porém o preparo do profissional e sua capacidade de atuação vão ser fundamentais para a conclusão de um trabalho de qualidade. O trabalho com crianças que possuem o transtorno do espectro autista demanda de conhecimentos específicos e o manejo do profissional é de suma importância para potencializar as capacidades desses indivíduos (MARCOLINO; LOURENÇO e REALI. 2016).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta do Profissional Psicólogo na rede pública de ensino é preocupante, visto que este exerce um papel fundamental neste meio, comparado com os dados relatados pela Psicóloga da rede particular.

Os aspectos relatados pela Psicóloga e Professora de Atendimento Especializado foram relevantes para mostrar fatores da realidade a respeito do efetivo trabalho com a inclusão. Mostra-se um trabalho de difícil efetivação, sendo preciso que o profissional ao trabalhar na educação esteja disposto a ser provocado na superação de desafios quanto a oferecer um real aprendizado ao aluno, mas também ser capaz de ter um olhar voltado para proporcionar a interação social.

A própria Psicóloga relata em sua fala que existe a inclusão ideal e inclusão real, demonstrando dificuldade na atuação. Visto que é preciso olhar cada indivíduo e suas limitações, falar de inclusão é difícil, sem que se olhe para cada pessoa e possa enxergar qual o real trabalho que pode ser feito para incluí-la e como melhor seria incluí-la, pois somente ler, e descrever, como é na ideal inclusão, podem ser algo vago ou difícil de ser realizado, já que cada ser tem suas particularidades, e poderia não se adaptar como pretendido.

Por mais que existam políticas públicas para ações voltadas à inclusão, esta ainda encontra diversas dificuldades para manejo e efetivação, visto que envolve diversos profissionais, instituições e olhares. Desta maneira, destaca-se que seria relevante para maiores resultados e aprofundamento dos dados, que a pesquisa fosse realizada com outros profissionais que influenciam na inclusão escolar do aluno autista, além de ser muito importante ouvir também os familiares, que tem papel fundamental para que a inclusão seja efetiva.

Desta forma, destacamos que esse trabalho de inclusão é um trabalho de diversos setores que vai desde a criação de políticas públicas até os profissionais que precisam estar preparados para aplica-las e lidar com as diversas situações. Seria importante também poder comparar melhor ensinos públicos e privados, visualizando o trabalho realizado em cada instituição, diante das possibilidades de cada um.

REFERÊNCIAS



ANDRADA, E. G. C. Novos paradigmas na prática do psicólogo Escolar. **Psicologia: Reflexão e crítica**, p. 196-199, 2005.

BRASIL, LEI n. 12.764, DE 27 de dez. de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília, DF, dez, 2012.

CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & sociedade**. São Paulo SP. Vol. 21, n. 1 (jan./abr. 2009), p. 65-74., 2009.

CARVALHO, E. C. Dos S. **Inclusão Escolar Autismo**. 2018.

CRUZ, L.H.C. et al. **Neurociências e Educação Inclusiva: Desafios e perspectivas**. Nova Serrana – Minas Gerais, 2017.

DUTRA, C. P. et al. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Mec/seesp**. Out. 2007.

KASSAR, M. de C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em revista**, v. 27, n. 41, p. 61-79, 2011.

LEMOS, E. L. M. D.; SALOMÃO, N. M. R. ; AGRIPINO-RAMOS, C. S. Inclusão de crianças autistas: um estudo sobre interações sociais no contexto escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 20, n. 1, p. 117-130, 2014.

MALUF, M. R.; CRUCES, A. V. V. Psicologia educacional na contemporaneidade. **Boletim-Academia Paulista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 87-99, 2008.

MARCOLINO, T. Q.; LOURENÇO, G.F.; REALI, A. M. de M. R. “Isso eu levo para a vida!”: aprendizagem da prática profissional em uma Comunidade de Prática. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, p. 411-420, 2016.

MATISKEI, A. C. R. M. Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas. **Educar em revista**, v. 20, n. 23, p. 185-202, 2004.

NASCIMENTO, F. F. do; CRUZ, M. L. R. M. da. Da realidade à inclusão: uma investigação acerca da aprendizagem e do desenvolvimento do/a aluno/a com transtornos do espectro autista-TEA nas séries iniciais do I segmento do ensino fundamental. **Revista Polyphonia**, v. 25, n. 2, p. 51-66, 2015.

RAMOS, F. S. et al. O papel do Psicólogo Escolar no processo de inclusão educacional de pessoas com deficiência. **II Congresso Internacional de Educação Inclusiva**. nov. 2016.

SOUZA, G. G. L. de et al. **A Neurociência e a Educação: Como nosso cérebro aprende?** Afasfasc, Ouro Preto. Nov. 2016.

**SIGNIFICADOS PRESENTES NO ENTENDIMENTO DO CÂNCER
DE MAMA COM PACIENTES EM TRATAMENTO**
*PRESENT MEANINGS ON THE UNDERSTANDING ABOUT BREAST
CANCER ON PATIENTS UNDER TREATMENT*

DÁCIO, Marcieli Elisa Pereira Razera¹
SILVA, Grasielle Rosvadoski da^{2*}

RESUMO: O fenômeno estudado neste trabalho foi a psicossomática, mais especificamente, a psicossomática e sua relação com o câncer de mama. Desta forma, o objetivo geral deste trabalho foi identificar o sentido e o significado que pacientes em tratamento atribuem ao câncer de mama. Ressalta-se que este trabalho se pautou na abordagem da psicologia analítica para suas análises. A metodologia se baseou numa intervenção com o objetivo de fazer as pacientes entrarem em contato com a doença na forma subjetiva, ou seja, que pudessem identificar os sentimentos e representações que a doença tinha para elas. Com isso, ocorreu a produção de símbolos (desenhos) e a obtenção de seus significados individuais, como forma de entender como as pacientes se relacionavam com a doença, e a visão que tinham dela. Mostra-se o resultado de 3 pacientes e as análises dos desenhos produzidos à luz de dicionários de símbolos e literatura específica. Com este trabalho foi possível identificar o sentido e o significado que as pacientes atribuem ao câncer; e a questão da origem do câncer ser psicossomática foi evidenciada nos relatos das pacientes. Por fim, a grande maioria das pacientes deste trabalho tiveram a oportunidade de entrar em contato com o câncer e se abrir para a possibilidade de entender o motivo pelo qual ele veio em suas vidas.

Palavras-chave: Significados. Símbolos. Câncer de Mama. Psicologia Analítica.

ABSTRACT: *The phenomenon studied in this work was the psychosomatics, more specifically, the psychosomatics and its relation to breast cancer. Therefore, the main objective of this work was to identify the sense and the meaning that patients in treatment attribute to breast cancer. This work was guided on the analytical psychology for its analysis. The methodology was based on a guided meditation with the intention to make the patients to get in touch with the disease in a subjective way, in other words, so they could identify the feelings and representations that the disease had to them. Thereby, occurred the production of symbols (drawings) and the obtaining of their individual meanings, as a way to understand and to evaluate the psychosomatics on these patients. It is showed the results of 3 patients and the analysis produced of their drawings at the light of symbols dictionaries and specific literature. With this work it was possible to identify the sense and the meaning that the patients attribute to cancer; and the matter of its origin being psychosomatics was noticed on the report and the stories of the patients. Lastly, the majority of the patients of this work had the opportunity to get in touch with the cancer and to open up themselves to the possibility to understand the reason why it came into their lives.*

¹ Curso de Psicologia, Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE.

² Mestre em Psicologia, Docente do Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE.
grasielle@unifebe.edu.br

Keywords: Meanings. Symbols. Breast Cancer. Analytical Psychology.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, o fenômeno escolhido para se estudar foi a psicossomática. Segundo Morschitzky e Sator (2018), a psicossomática se refere à inter-relação entre processos físicos e psíquicos. Com isso, determinados distúrbios físicos se estabelecem em função de um conflito psíquico específico inconsciente, que geralmente consiste numa contradição entre duas necessidades ou uma necessidade e uma proibição. Filgueiras e colaboradores (2007) relatam em sua pesquisa sobre a psicossomática e o câncer de mama, e que as situações vivenciadas pelos indivíduos podem desencadear excitações que necessitam ser descarregadas ou escoadas: por elaboração mental ou por comportamentos motores. Porém, quando essas vias não podem ser utilizadas pelo indivíduo, as excitações se acumulam por diversos motivos, e atingem os aparelhos somáticos (corpo físico) de forma patológica. Indivíduos que não conseguem elaborar mentalmente as excitações a que são submetidos, canalizam-na predominantemente no corpo, comprometendo a vida operatória.

O local escolhido para se estudar o fenômeno da psicossomática foi a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Mama de Brusque, localizado no bairro Maluche da cidade de Brusque-SC. Atualmente, a instituição conta com dois Grupos de Apoio, no qual um deles as pacientes estão em tratamento de câncer de mama ou de colo de útero; e no outro, as que já passaram pelo tratamento. Todas as participantes dos grupos e as que utilizam os serviços da Rede Feminina são usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS), podendo usufruir de: artesanato, fisioterapia, massagem linfática, consultas, medicamentos, entre outros. Os grupos supracitados ocorrem semanalmente nas 2^{as}-feiras e nas 3^{as}-feiras, respectivamente, diferindo na maneira de atuação e enfoque das atividades realizadas a cada semana: palestras, partilhas, dinâmicas, dança circular, bingo, entre outras.

Este trabalho teve como objetivo geral identificar o sentido e o significado que pacientes atribuem ao câncer de mama. Como objetivos específicos pode-se citar: identificar sentimentos e emoções presentes nas pacientes; identificar o sentido que as pacientes davam para a doença; e identificar o significado que as pacientes davam para a doença. Ressalta-se que este trabalho se pautou abordagem da psicologia analítica para suas análises.

Diante do exposto, a proposta de intervenção deste trabalho se deu com o grupo das pacientes que ainda estão em tratamento, e se baseou na produção de símbolos e na obtenção de seus significados individuais, como forma de entender e avaliar a psicossomática com relação ao câncer.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Psicologia é a ciência que estuda o comportamento e o pensamento humanos, busca saber como a experiência afeta o pensamento e a ação, examina a consciência e os sonhos, acompanha como se dá o desenvolvimento humano, e investiga as influências sociais nos indivíduos. Resumindo, ela tenta explicar como as pessoas pensam, agem e sentem (LEFRANÇOIS, 2015).

Sendo assim, possui diversas abordagens que são modos de ver e compreender o homem no mundo. Dentre elas, tem-se a Psicologia Analítica, criada por Carl Gustav Jung. Na Psicologia Analítica consideram-se os fenômenos em sua esfera individual (sonhos, fantasias, experiências pessoais) e coletiva (mitos, contos de fadas, acontecimentos sociais e políticos) como itens da investigação psicológica; com a condição de que estejam revestidos de valor simbólico, tanto para o indivíduo quanto para a coletividade, que os produz e os vivencia psicologicamente (PENNA, 2004).

No modelo biomédico, em que se dá ênfase ao dualismo mente-corpo (ou psique-corpo), se considera que o corpo é uma máquina que deve ser analisada e reduzida até as suas menores partes. Ou seja, psique e corpo têm relação causal e determinista, sendo possível separá-los de forma objetiva. Deste modo, a saúde é definida como a ausência de doença, e doença é definida como o mau funcionamento de mecanismos biológicos e/ou psicológicos. Na atualidade encontra-se também o modelo holístico, no qual o ser humano é visto como um todo, realçando um aspecto de inseparabilidade. Nesse sentido, surge a psicossomática, que visa compreender os efeitos de fatores sociais e psicológicos sobre processos orgânicos do corpo e sobre o bem-estar das pessoas. O termo 'psicossomática' foi usado pela primeira vez por um psiquiatra alemão chamado Heinroth, em 1808, quando tentava explicar a origem da insônia. Mais tarde, o mesmo psiquiatra introduziu o termo 'somatopsíquico', indicando o contrário à psicossomática: enquanto o primeiro indicava o poder da mente sobre o corpo, o segundo se aplicava às doenças em que o fator orgânico afetava o emocional (RAMOS, 2006).

No olhar da psicoterapia analítica, Rosa (1994 *apud* SIMONGINI, 2005) afirma que uma das hipóteses que deve ser considerada é a de que a doença orgânica pode ter uma finalidade e um significado. Em alguns casos, a doença pode ser um símbolo que precisa ser compreendido e integrado à consciência, gerando uma melhora no quadro de saúde do paciente. Ainda, Simongini (2005) sugere que a psicoterapia pode ser utilizada com o intuito de amenizar a dor e o sofrimento do paciente oncológico, mostrando que ainda pode haver uma esperança, ou então, prepará-lo para uma morte tranquila.

O método de investigação da Psicologia Analítica é caracterizado pelo processamento simbólico de um material coletado, empregando-se a amplificação simbólica como meio pelo qual os aspectos desconhecidos do símbolo se tornam conhecidos. Na análise de um material coletado, para se entender o símbolo emergido, deve-se conduzir o paciente pelo pensamento simbólico, atuando sobre associações, comparações e analogias. Esse processamento simbólico é indispensável para uma melhor compreensão dos fenômenos a serem investigados. Integrando-se as funções da consciência nesse processo, ocorre a produção de conhecimento de ordem intelectual, perceptiva, valorativa e intuitiva (PENNA, 2004).

Sobre o paradigma da psicologia analítica, no contexto da metodologia qualitativa de pesquisa, os instrumentos de coleta de dados são aqueles que possibilitam a melhor forma de detectar e recolher o material simbólico (PENNA, 2004). Geralmente são utilizados recursos projetivos, favorecendo técnicas expressivas de apreensão de símbolos:

Sonhos, fantasia dirigida, imaginação ativa, relaxamento, meditação, desenho, pintura, expressão corporal, dramatização, sandplay são utilizados para acessar material inconsciente. Pode-se, também, lançar mão de questionários e entrevistas abertas ou semi-abertas, desde que formulados de modo a captar conteúdos conscientes e inconscientes (PENNA, 2004, p. 87).

O conceito de símbolo proposto por Jung é de que ele é uma máquina transformadora, pois informa os acontecimentos orgânicos. “Alma e corpo são presumivelmente um par de opostos e, como tais, são a expressão de uma só entidade cuja natureza não se pode conhecer nem a partir das manifestações materiais exteriores nem através das percepções interiores e diretas” (JUNG, 1972, p. 619 *apud* RAMOS, 2006).

Nos últimos anos, inúmeros pesquisadores têm tentado estabelecer relações entre câncer e variáveis psicológicas. Devido ao fato de se ter muitas variáveis envolvidas, e os resultados têm sido inconclusivos, a literatura científica apresenta inúmeras sugestões de que a expressão da raiva, ou seja, o grau de expressividade emocional do paciente,

influencia no surgimento e na progressão do câncer. Estudos realizados na década de 70 e 80 mostraram que mulheres com câncer de mama maligno tinham mais dificuldades de expressar a raiva, se comparadas às com tumor benigno; pacientes com câncer de mama que possuíam otimismo e espírito de luta viviam mais tempo do que as que demonstravam falta de esperança e desamparo (RAMOS, 2006).

De maneira geral, toda e qualquer doença provoca um estado inconsciente de *Thanatos* ou *Tanatos* (termo de composição que indica a ideia de morte); isto é, medo ou temor de que a doença possa ter um prognóstico ruim ou que suas funções vitais fiquem comprometidas. O câncer, quando incide em qualquer tipo de personalidade, provoca no paciente um egocentrismo, e ao mesmo tempo, provoca insegurança e independência, constituindo um comportamento semelhante ao estado psicológico infantil (CARERO et al, 2001).

A maneira que cada indivíduo reage ao receber um diagnóstico de câncer depende de vários fatores, como: o seu momento de vida, as suas experiências anteriores, as informações que recebeu por meio da mídia e do ambiente cultural em que cresceu, das características de personalidade e, ainda, da parte do corpo que está sendo atingida pela doença. Desta forma, o impacto do diagnóstico é vivenciado de forma única e individual, então, ele será sentido de maneira exclusiva. Um dos sinais que deve ser observado, e que indica que o indivíduo possui uma melhor aceitação da doença, é a manutenção de sua capacidade de continuar participando das atividades diárias, bem como sua habilidade para continuar cumprindo seu papel social (cônjuge, mãe/pai, colaborador(a), entre outros) (CARERO et al, 2001; SIMONGINI, 2005).

As causas do câncer de mama ainda são desconhecidas, mas, de maneira geral, ele é o câncer mais temido pelas mulheres devido a sua alta incidência, e pelos os efeitos psicológicos acarretados pela doença: podem afetar a percepção da sexualidade e a autoimagem com a retirada parcial ou total da mama, órgão corporal carregado de sensualidade e de significações ligadas à sexualidade e ao desempenho da maternidade (CARERO et al, 2001; FILGUEIRAS et al, 2007).

Segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA, 2019), o câncer de mama é o tipo da doença mais comum entre as mulheres no mundo e no Brasil, correspondendo a cerca de 25% dos casos novos a cada ano. Para 2018, eram esperados 59.700 casos novos de câncer de mama no Brasil. A doença também acomete homens, representando apenas 1% do total de casos da doença. Existem vários tipos de câncer de mama; sendo assim, a

doença pode evoluir de diferentes formas: alguns tipos têm desenvolvimento rápido, enquanto outros crescem mais lentamente. Isso se deve às características próprias de cada tumor.

Filgueiras e colaboradores (2007) relatam que pesquisas recentes com mulheres acometidas por câncer de mama assinalam questões associadas a: “acontecimentos traumáticos, lutos não elaborados, empobrecimento de representações e de capacidade associativa de ideias” (idem, p. 552). Acredita-se que há uma associação entre uma postura defensiva particular, suprimindo afetos (principalmente os agressivos), evitando conflitos e o desenvolvimento da maldade (ou malignidade), que por sua vez, incluem formas malignas de manifestação como os cânceres de mama e ginecológicos.

Fazer uma referência exclusiva à anatomia e à fisiologia ou à genética não é suficiente para compreender o sofrimento das pacientes atingidas pelo câncer de mama, pois o adoecer possui uma dimensão simbólica, identificatória e intersubjetiva que não pode ser ignorada. Numa avaliação psicossomática do câncer de mama pressupõe-se certas condições psíquicas mediando: os fatores que podem predispor a doença, os marcadores genéticos e os fatores ambientais. Deve-se levar em conta as influências provenientes da dinâmica familiar na saúde do sujeito (FILGUEIRAS et al, 2007).

Em sua monografia, Simongini (2005) procura investigar a possível relação entre o adoecer de câncer e o processo de individuação, embasando-se na psicologia analítica de Jung, na psico-oncologia e na psicossomática. De maneira simbólica, o adoecer de câncer pode ser considerado uma estratégia da psique para proporcionar ao indivíduo situações nas quais possa manifestar suas potencialidades vitais. A psique atenta para doença como uma oportunidade de retomada das necessidades do indivíduo. A autora traz que a doença e seus sintomas são oportunidades de desenvolvimento, possuindo aspecto duplo: ela obriga o indivíduo a tornar-se honesto consigo mesmo, pois revela um padrão de vida, as atitudes e os comportamentos que deixaram de existir; levanta, também, a necessidade da tarefa de resgatar seus comportamentos por meio do enfrentamento e da individuação. Esta tarefa se realiza quando se busca um significado para vida e um para a morte, permitindo-se viver sentimentos jamais permitidos, exteriorizando-os e tomando atitudes que jamais acreditavam que poderia tomar. Com isso, encontrando e conhecendo o si-mesmo (Self) e vivendo-o. Obviamente que tudo isso é um processo.

Na teoria analítica, uma das formas de se acessar o desconhecido (inconsciente) é por meio da arte. Arcuri (2009), em seu trabalho clínico, relata a importância de se utilizar

a arte e a sua expressão como ferramenta terapêutica, proporcionando ao seu paciente uma oportunidade para exteriorizar uma experiência vivida, ou então, algo já esquecido. Silveira (2015) ressalta que utilizar a arte como terapia não se trata de “fazer arte”, mas de produzir um efeito sobre si próprio: aquele que permanecia passivo, começa a desempenhar um papel ativo.

A formação da imagem corporal não resulta apenas das experiências pessoais, mas baseia-se na relação entre o ego e o Self, a qual também tem uma representação corpórea. A consciência corporal é um deintegrado; é a percepção de uma parte do corpo total, o Self corpóreo. Os símbolos do Self emergem das profundezas do corpo (RAMOS, 2006).

Nise da Silveira, médica psiquiatra que enxergava o valor terapêutico da interação de pacientes com animais, relata que Jung sugere que a interpretação intelectual não é o único caminho para decodificar e compreender produções da imaginação. Sugere, então, utilizar um método que permita ao indivíduo tentar dar forma visível às suas imagens internas que surgem por um tumulto de emoções. Por exemplo: expressar as emoções pela pintura seria um excelente método para confrontá-las. Vale ressaltar que nessas expressões não se busca a perfeição ou qualidade das imagens, mas sim, proporcionar à imaginação um espaço para desenvolver-se livremente, e que o indivíduo participe ativamente dos acontecimentos imaginados (SILVEIRA, 2015).

A partir da Psicologia Analítica, compreende-se que experiências simbólicas são sobrenaturais, poderosas, fascinantes, enriquecedoras, misteriosas, não sendo possível serem descritas com exatidão (ARCURI, 2009). Por definição, o símbolo “carrega em si um lado inconsciente e sua aproximação da consciência vem acompanhada de forte carga emocional” (idem, p. 87). Inclusive, o próprio material utilizado para o desenho entra no campo simbólico (ARCURI, 2009).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi realizada uma pesquisa fenomenológica em que foram externalizados símbolos presentes com relação ao câncer de mama, em pacientes ainda em tratamento oncológico.

A pesquisa fenomenológica se caracteriza por propor uma descrição da experiência vivida da consciência, mediante a internalização de características empíricas. Desta forma, trata-se de uma pesquisa que busca descrever e interpretar fenômenos que

se apresentam à percepção; possui como objetivo chegar ao conteúdo inteligível e ideal dos fenômenos (GIL, 2017).

3.1 PARTICIPANTES

A pesquisa foi realizada com as participantes do grupo em tratamento, estando presentes 23 pacientes da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Brusque, no dia da intervenção.

3.2 PROCEDIMENTOS

No mês de maio de 2019, foi realizada uma intervenção com um dos grupos de apoio da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Brusque, sendo o grupo com as pacientes ainda em tratamento. Para tal, foi realizada uma atividade reflexiva, com objetivo de fazer as pacientes entrarem em contato com o câncer e o que ele significa para elas. A proposta era elas externalizarem isso por meio de um desenho, como forma terapêutica (ARCURI, 2009).

Como de costume, as atividades da Rede Feminina iniciam com uma oração: “Pai Nosso”. Após isso, foi colocada uma música instrumental em som ambiente, e foi feita uma atividade de aquecimento e concentração das pacientes, a fim de prepará-las para o trabalho em seguida. O aquecimento ocorreu da seguinte maneira: em pé e num formato de círculo, uma pessoa por vez dá um passo à frente, diz em voz alta o seu nome e uma qualidade que percebe em si, fazendo um gesto que represente essa qualidade, e depois dá um passo para trás. Em seguida, as outras pessoas do círculo a imitam dando um passo à frente, repetindo seu nome, sua qualidade e imitando seu gesto. Após todas participarem, foram questionadas sobre essa atividade e o como estavam no momento.

Em seguida, com música ambiente de fundo, foi realizada uma meditação guiada (PIETRO, 2019), de forma que as pacientes foram gentilmente guiadas durante o processo de meditação em si, para que pudessem se concentrar nas instruções da autora deste trabalho. Ocorreu como segue: todas sentadas nas cadeiras, na posição mais confortável o possível e de olhos fechados. A autora solicitou silêncio e que elas se permitissem participar desse momento, para que a concentração pudesse evitar pensamentos e preconceitos. Respirar e expirar fundo 3 vezes e continuar com essa respiração. Primeiramente, sentir o corpo (pés, pernas, tronco, braços, mãos, pescoço, cabeça). Sempre respirando fundo. Nesse ambiente seguro e confortável, cada uma deveria entrar

em contato com o seu câncer. Nesse momento, a autora percebeu que ao dar esse comando, a expressão facial das pacientes mudou, de forma que pareciam estar mais sérias, com a face cerrada (fechada).

As pacientes foram guiadas e orientadas a prestar atenção aos sentimentos e emoções presentes, e nas sensações do corpo. Foi permitido entrar em contato. Ainda em silêncio (com música ambiente de fundo), a autora questionou: se o câncer tivesse uma imagem, qual seria? Se ele fosse se apresentar para você, qual forma teria? Foi salientado que prestassem atenção nas cores e detalhes da imagem que aparecia. Perceber os sentimentos e emoções presentes. Foi deixado alguns minutos para que pudessem realmente olhar e observar a imagens mentais. Após, foi dado o comando para que fossem voltando à si devagar, sentindo o corpo (conforme supracitado). Ainda nesse movimento de reflexão e contato, poderiam abrir os olhos.

Uma a uma foram abrindo os olhos, e, com as pacientes ainda em silêncio, a autora solicitou que todas desenhassem a imagem que viram. Para isso, foram distribuídas folhas no tamanho A3 e lápis de cor com bastante cores disponíveis. Foi salientado que o desenho não precisava ser perfeito e que não tinha maneira certa ou errada de fazer, não haveria julgamento nenhum, pois elas deviam desenhar da maneira que conseguissem. Para auxiliar o desenho, foi comentado que lembrassem dos detalhes e das cores da imagem vista na meditação. Conforme a necessidade, a autora auxiliou na explicação da atividade de forma individual. Após desenharem, as pacientes foram instruídas para que escrevessem algumas palavras sobre o câncer e o que ele representava para si, bem como, escrever os sentimentos e sensações presentes durante a meditação.

Depois que todas as pacientes haviam finalizado seu desenho (e escrita), foi solicitado para que anotassem na folha as iniciais do seu nome e sua idade. Logo após, foi feita uma roda de conversa e houve um momento de partilha, no qual, quem se sentisse à vontade, poderia compartilhar seu desenho e dizer como tinha sido fazer o desenho, ou seja, o que significou fazer o desenho em si.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

A análise e interpretação dos dados coletados ocorreu com dicionário de símbolos e literatura específica da Psicologia Junguiana.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

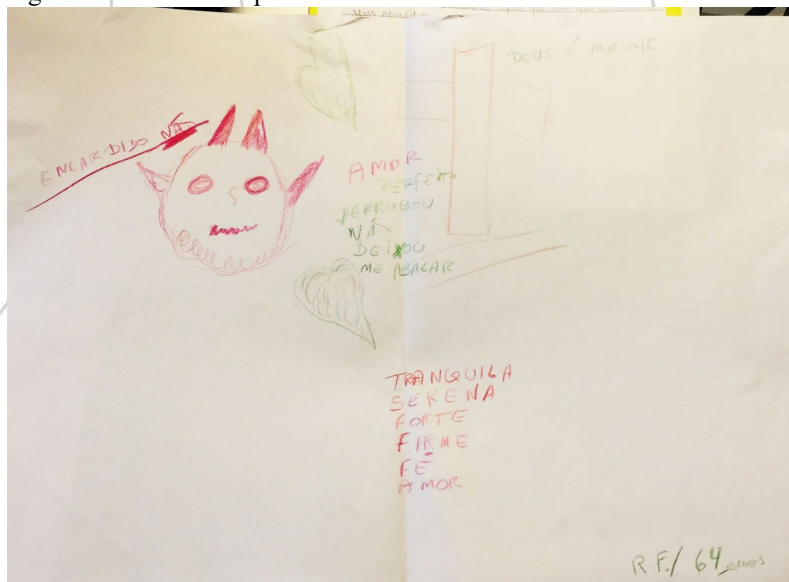
Após a intervenção, os relatos e desenhos das pacientes foram recolhidos. Para este trabalho, foi feito um recorte diante de todos os desenhos apresentados e foram escolhidos três para serem analisados.

4.1 PACIENTE R.F. (64 ANOS)

A paciente desenhou um rosto com chifres e barbicha, uma cruz e dois corações. Seus traços foram fortes e as cores que utilizou também foram cores fortes: bordô, marrom e preto. A paciente relata sobre seu desenho (Figura 1) de forma breve e aparenta ter muita raiva e remorso sobre o câncer. Ela relata: “[...] o meu desenho eu fiz como “O encardido”, e um “Não” bem grande, pois com minha fé e meu amor à Deus, eu consegui superar. Ele foi embora” (SIC - segundo informações colhidas). Quando questionada sobre como tinha sido para ela fazer o desenho, a paciente responde: “Tenho sorte e tenho fé. O amor de Deus me segurou, Ele não me deixou me abalar” (SIC).

Chevalier e Gheerbrant (2015), em seu dicionário de símbolos, trazem diversas informações que podem ser relacionadas com o desenho da paciente e o significado que teve para ela desenhar e representar sua doença. O símbolo do “DIABO” (a paciente relatou ele como ‘encardido’) simboliza todas as forças que perturbam, inspiram cuidados e enfraquecem a consciência e a pessoa se volta para o indeterminado. Ele é o símbolo do ‘malvado’, do ‘tentador’, do ‘carrasco’. No plano psicológico, o diabo mostra a escravidão que espera aquele que fica cegamente submisso ao instinto. Na paciente em questão, este símbolo traduz toda sua energia presa e que ainda não foi externalizada: sua raiva de em adoecer. Ao trazer os seus relatos, a paciente reclama bastante sobre sua situação e sobre o que passou, demonstrando raiva e rancor por haver tido a doença. Relata, também, que ainda não sabe o sentido e o motivo pelo qual a doença apareceu em sua vida.

Figura 1 – Desenho da paciente R.F. sobre como via o câncer em sua vida.



Fonte: Elaborado pela autora

Ainda, Chevalier e Gheerbrant (2015) trazem que a “CRUZ” é dos símbolos mais antigos de que se tem registro: data do séc. XV a.C. Esse símbolo possui uma função de síntese e de medida: nela se juntam o céu e a terra, nela se confundem o tempo e o espaço, ela é o símbolo mais universal e totalizante. No contexto cristão, a cruz possui um simbolismo muito forte: “A cruz do Cristo liberta os homens, os põe de novo nas mãos de Deus, na sua graça, a livre disposição deles mesmos” (idem, p. 310). Na tradição cristã, a cruz é mais do que uma figura de Jesus Cristo, ela se identifica com sua história humana e com a sua pessoa.

Ao se analisar os dois símbolos que a paciente desenhou, nota-se o par de opostos: diabo e cruz, ou seja, maldição e salvação. A paciente ainda está na fase sombria, ainda não se reconhece. Essa é a fase mais difícil do processo de individuação, pois a pessoa deve confrontar sua sombra e assimilá-la, de forma a integrá-la com seu Self. Por não ter feito contato com a sombra, e nem ainda ter integrado essa energia, a paciente ainda vê possibilidade de cura na cruz, ou seja, na busca pela fé na religião, ou no externo. Desta forma, pode-se entender que o ego ainda não tem estrutura de confronto com a sombra,

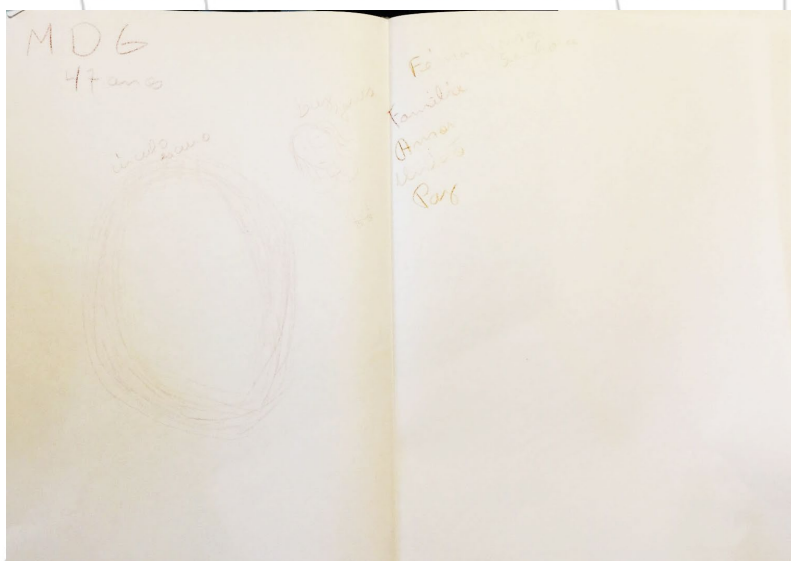
para que assim possa entrar em contato com o Self, seu interior mais profundo e inconsciente; já que a cruz é o maior arquétipo cristão (JUNG, 2016).

4.2 PACIENTE M.D.G. (47 ANOS)

A paciente relata com naturalidade o que passou com o câncer e a retirada das mamas. Quando recebeu o diagnóstico, a paciente ressalta que foi difícil e se emociona, mas diz que hoje se sente bem e que nem parece que passou por tudo. Quando questionada sobre como tinha sido para ela fazer o desenho, ela relata que foi bom, e que tinha muita história para contar. Contou sobre o apoio que recebeu da família (esposo e filha) desde que recebeu o diagnóstico e deu vários exemplos desse apoio, como: “após retirar as duas mamas, eu tinha dois drenos... e quando eu estava no hospital e precisava ir ao banheiro, eu olhava para minha filha e dizia: ‘filha, a mãe precisa ir no banheiro novamente’, e minha filha dizia: ‘pode ir mãe, eu levo os dois cachorrinhos’, se referindo aos meus dois drenos” (SIC). Ainda, a paciente diz que “depois de todos os vários exames que fiz, hoje eu posso fazer a cirurgia de reconstrução das mamas” (SIC) (nesse momento, levanta a blusa para mostrar o peito sem os seios, com isso, outra paciente também o faz). As outras pacientes falaram para ela: “Vai ficar poderosa!” (SIC), “Vai ficar tchutchuca!” (SIC) (gíria que significa ficar bonita e atraente), como forma de apoio e incentivo.

A paciente em questão desenhou (Figura 2) um círculo sob o qual escreveu “círculo escuro”, e ao lado, desenhou a figura de Jesus com os dizeres “Luz, Jesus”, escrevendo mais algumas palavras ao lado. Seus traços foram leves e quase nem aparecem na folha; as cores que utilizou foram claras, dificultando mais ainda a visualização dos desenhos.

Figura 2. Desenho da paciente M. D. G. sobre como via o câncer em sua vida.



Fonte: Elaborado pela autora

Chevalier e Gheerbrant (2015) trazem que o símbolo “CÍRCULO” possui como propriedades simbólicas a perfeição, a homogeneidade, a ausência de distinção ou de divisão. Os círculos concêntricos representam as categorias do ser, ou seja, as hierarquias interiores. No zen-budismo, os círculos concêntricos simbolizam as etapas do aperfeiçoamento interior, a harmonia. A paciente em questão desenhou círculos concêntricos em sua folha, embora nota-se certa organização em sua fala, não se tem entendimento do que foi a doença para ela. Em seus relatos nota-se que se não fosse o suporte emocional da família nesse período, a paciente não conseguiria passar e superar tudo sozinha.

Jung mostrou que o símbolo do círculo é uma imagem arquetípica da totalidade da psique, o símbolo do Self. O círculo é símbolo de proteção, assegurada dentro de seus limites (JUNG, 2016; CHEVALIER; GHEERBRANT, 2015). Jung traz também que os símbolos religiosos possuem como função dar significado à vida do homem (JUNG, 2016). Fato notado na fala da paciente, enquanto explicava seu desenho: “Venci o câncer pela minha fé, por isso que desenhei o Senhor Jesus, não adoro a imagens, mas adoro a Jesus e a nossa senhora, que sempre me ajuda. Na minha operação, a escuridão foi embora e veio a luz, quando eu vi Jesus no ar” (SIC).

A luz está relacionada com a obscuridade, novamente, o par de opostos. Ela simboliza os valores complementares ou alternantes de uma evolução. Por meio de suas observações, psicólogos e analistas salientam que a “luz simboliza um desabrochar de um ser para a sua elevação, enquanto a obscuridade, o negro, simbolizaria um estado depressivo e ansioso” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2015, p. 571).

Observa-se no desenho a paciente (Figura 2) que o círculo é muito maior que a imagem de Jesus, com isso, pode-se inferir que a dimensão obscura ainda é maior que a luz para a paciente. Devido aos seus traços fracos, nota-se que a paciente não tem presença no desenho. A paciente relatou sobre já ter superado sua doença, contrapondo o que o desenho representa.

4.3 PACIENTE E.T.K. (51 ANOS)

A paciente desenhou (Figura 3) um gato com garras e escreveu algumas onomatopeias¹⁰⁴. Seus traços são fortes, e somente duas cores aparecem em: preto e vermelho.

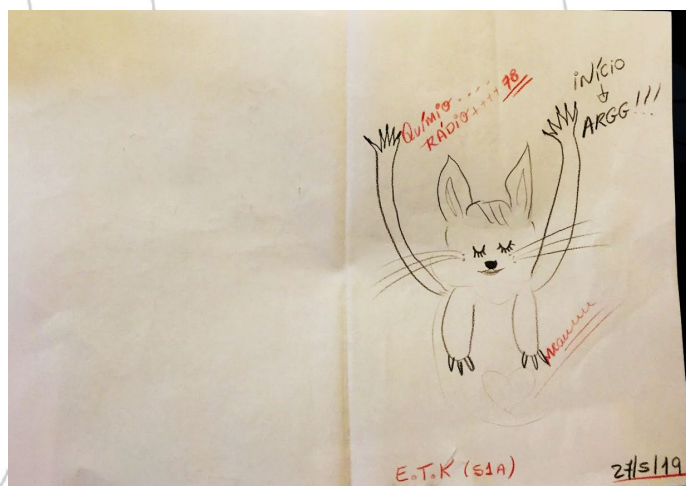
Chevalier e Gheerbrant (2015) trazem que o “GATO” possui como simbolismo algo que oscila entre tendências benéficas e maléficas. Em muitas tradições, o gato preto simboliza obscuridade e morte. Povos da África conferem ao gato o poder da clarividência, que faz com que guardem seus remédios em sacolas confeccionadas com a pele de gatos selvagens. O poder de clarividência pode ser evidenciado no relato da paciente, enquanto explicava seu desenho:

Eu estava no Paraná e a minha terapeuta, que é minha amiga, me convidou para dormir lá, e me ofereceu um quarto pequeno, mas confortável. Aí eu fui deitar pra dormir, e tinha uma basculante. Daí um gato (ou gata) veio e pulou, e ficou aqui (a paciente aponta para as costas, na altura das costelas), e eu falei pra minha amiga: ‘Olha aqui, tira daqui’. E ela: ‘Não! Deixa! Ele sabe onde está a tua doença’, e eu: ‘Não! Eu estou com câncer de mama, e não nas costas’. E ela: ‘Sim, tens que deixar porque o gato sente e sabe onde está. Você tem que fazer exames para verificar’. Logo fui no médico, e ele diagnosticou um câncer exatamente aonde o gato deitou” (SIC).

Ainda em seu relato, a paciente traz que quando foi solicitado para visualizar uma imagem, ela viu um gato mimoso, querendo acarinhar. Mas primeiro, ela desenhou um gato com garras felinas pois ele “queria derrubá-la” (SIC), mas hoje ele apareceu para ela miando e passando por debaixo das pernas (se enroscando).

Figura 3. Desenho da paciente E. T. K. sobre como via o câncer em sua vida.

¹⁰⁴ Formação de uma palavra pela reprodução, tanto quanto possível, do som natural ou ruído a ela relacionado; onomatopoeia; a palavra que tem essa formação; a palavra que pretende imitar certos sons e ruídos, como, por exemplo: atchim, miau, pum etc. Fonte: Michaelis - Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa.

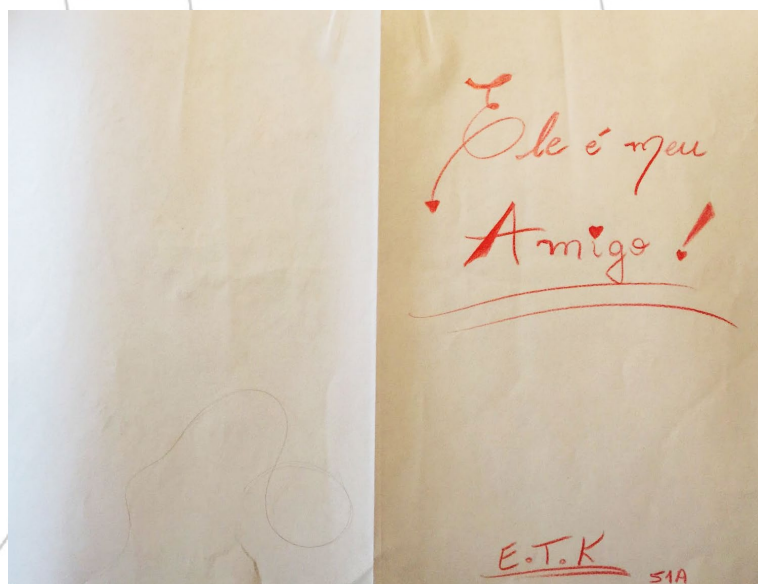


Fonte: Elaborado pela autora

O símbolo da “MÃO” representa ideias de atividade, poder e dominação. A palavra “manifestação” possui a mesma raiz que “mão”, ou seja, manifesta-se aquilo que pode ser seguro ou alcançado pela mão. Tradicionalmente, a mão esquerda de Deus é associada com justiça, e a mão direita, com misericórdia. A mão é um símbolo de ação diferenciadora, como se fosse uma junção do masculino e do feminino: é passiva naquilo que contém, e ativa naquilo que segura (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2015).

De início, ao explicar seu desenho, a paciente cita as garras do gato, simbolizando a dominação. Ao observar atentamente o desenho, nota-se no gato que as patas dianteiras são diferentes das patas traseiras, denotando diferenças e mudanças de entendimento com relação as suas garras. Ao relatar sobre o gato, a paciente o considera seu amigo (Figura 4), pois diz que: “Se eu ficar com raiva e rejeitar, o câncer não vai sair, pois você está enviando emoções negativas, então ele não vai querer sair dali. Se eu tratar ele como amigo... ele é meu amigo e meu companheiro. Então esse gato representa o câncer que é meu amigo, porque um amigo quer o teu bem” (SIC).

Figura 4. Escrita da paciente E. T. K. sobre como via o gato da sua imagem.



Fonte: Elaborado pela autora

Em seu desenho (Figuras 3 e 4) a paciente parece demonstrar dualidade entre amigo e inimigo, na forma como se expressa: na manifestação das garras do gato, e depois ele mimoso e carinhoso. Fala que se o tratar como inimigo, o gato não vai querer seu bem, mas se tratá-lo como amigo, vai ficar tudo certo. “O gato é um ser dotado de muita energia, ele limpa a energia” (SIC).

No final de seu relato, a paciente apresenta uma visão que teve em sua cirurgia, disse que viu “uma coisa branca e cheia de anjos, tudo muito branco” (SIC). Salienta que era muito bonito e que tinha sido muito legal ver isso (relata com sorriso no rosto).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As leituras e estudos sobre a teoria da Psicologia Analítica, a psicossomática e o câncer foram muito válidas para este trabalho ocorrer; de forma que a teoria pôde ser vista na prática, evidenciando a importância de vivenciar o fazer do psicólogo. A autora, ao promover sua intervenção, pôde ver e sentir a teoria, vivenciá-la de forma intensa e profunda; e isso foi positivo, pois conseguiu compreender melhor os conceitos e os fenômenos presentes naquele momento. Posteriormente à intervenção, com relação à produção de símbolos e sua interpretação, a questão em relação ao câncer ser de origem psicossomática foi evidenciada nos relatos das pacientes.

De maneira geral, foi possível identificar o sentido e o significado que as pacientes atribuem ao câncer. No grupo deste trabalho, a grande maioria das pacientes entende que o câncer veio como forma de “aviso”, para que pudessem olhar para si mesmas e se

cuidar/amar; relatam que antes de receberem o diagnóstico, a rotina de vida era frenética e não tinham tempo para cuidar e nem de estar consigo mesma. As que entenderam o motivo pelo qual o câncer veio em suas vidas, quando questionadas qual era o seu sentido, escolheram não falar publicamente, pois era algo pessoal e não se sentiam à vontade para expor. Algumas, ainda, possuem certo remorso e rancor por terem tido câncer, demonstrando que ainda não conseguiram identificar o sentido e significado da doença em suas vidas.

Nas pacientes deste estudo, pode-se notar que a dimensão psicológica e a dinâmica familiar influenciaram no entendimento da questão psicossomática do câncer. As pacientes que tiveram o apoio da família e, de certa forma, aceitaram o fato de ter a doença, não tiveram complicações cirúrgicas na retirada das mamas, e nenhuma dificuldade na recuperação pós-cirúrgica. Porém, as pacientes que não tiveram apoio da família, seja ele físico, financeiro ou emocional, tiveram experiências desagradáveis em todo o processo. Nos relatos dessas pacientes, ficou evidente o lado negativo do câncer, pois ao receberem o diagnóstico, o companheiro (esposo ou namorado) as deixou, e a família e os amigos se distanciaram; isso ocorreu no momento em que elas mais precisam de suporte e ajuda, por estarem fragilizadas. Ainda, umas poucas pacientes não aceitaram o fato de que o câncer apareceu em suas vidas, e relatam suas experiências em tons agressivos e desgostosos.

Com isso, conclui-se que a dinâmica familiar e a rotina de trabalho/tarefas contribuem para o aparecimento do câncer, e para o enfrentamento do mesmo. A maneira como uma pessoa lida com as situações que lhe são apresentadas, a maneira com que enfrenta os conflitos diários e a habilidade emocional com que lida com as situações vivenciadas, irão lhe proporcionar bem-estar físico e emocional. Quando uma pessoa não está equilibrada mentalmente, ou seja, se não consegue lidar com as situações de forma efetiva, seu corpo adocece como forma de sinalizar que algo precisa ser olhado/visto (sentimento, emoção, relações, entre outros).

O local deste trabalho possui muitas necessidades e fenômenos a serem olhados, de forma que faz-se necessário maiores intervenções no campo da psicologia, tanto com as pacientes como com as voluntárias.

REFERÊNCIAS

ARCURI, Irene Pereira Gaeta. Psicoterapia Junguiana, Calatonia e Arte. **Psic. Rev. São Paulo**, volume 18, n.1, 81-98, 2009. Disponível em:

<<https://revistas.pucsp.br/psicorevista/article/view/2967/1918>>. Acesso em: 25 maio 2019.

CARERO, Ângela; ROCHA, Margarete; ARRUDA, Maria de Lourdes Barbosa de; GADELHA, Maria Emilia Cardoso Gadelha. **CÂNCER E PSICOSSOMÁTICA.**

Monografia do Curso de Especialização em Psicossomática. 2001. Disponível em: <<http://www.psicologiapsicossomatica.com.br/acrobat/tcc-cancer-e-psicossomatica.pdf>>. Acesso em: 15 mar 2019.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos.** Editora: José Olympio. 2015.

FILGUEIRAS, Maria Stella Tavares; LISBOA, Aline Vilhena; MACEDO, Raphael Modesto de; PAIVA, Flávia Gomes de; BENFICA, Tânia Mara Silva; VASQUES. Avaliação psicossomática no câncer de mama: proposta de articulação entre os níveis individual e familiar. **Estudos de Psicologia**, Campinas, 24(4) I 551-560, outubro - dezembro 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

INCA – Instituto Nacional do Câncer. **Tipos de Câncer.** Câncer de mama [site]. 2019. Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/tipos-de-cancer/cancer-de-mama>>. Acesso em: 27 abr 2019.

JUNG, Carl G. **O homem e seus símbolos.** Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2016.

LEFRANÇOIS, Guy R. **Teorias da Aprendizagem.** São Paulo: Cengage Learning, 2015.

MORSCHITZKY, Hans; SATOR, Sigrid. **Quando a alma fala através do corpo.** Compreender e curar distúrbios psicossomáticos. Editora Vozes: Petrópolis. 2018.

PENNA, Eloisa M. D. O paradigma junguiano no contexto da metodologia qualitativa de pesquisa. **Psicologia USP**, 2004, 16(3), 71-94. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v16n3/v16n3a05>>. Acesso em: 25 maio 2019.

PIETRO, Amanda Magliaro. **Energia em Equilíbrio.** Meditação. Website: Eu sem fronteiras [site]. Disponível em: <<https://www.eusemfronteiras.com.br/os-10-melhores-sites-de-meditacao-guiada/>>. Acesso em: 17 jun 2019.

RAMOS, Denise Gimenez. **A Psique do Corpo: a dimensão simbólica da doença.** 3 ed. São Paulo: Summus, 2006.

SILVEIRA, Nise da. **Imagens do Inconsciente**: com 271 Ilustrações. Editora: Vozes. Ano: 2015.

SIMONGINI, Érika de C. O adoecer de câncer e o processo de individuação. Marília: Unimar (**Bacharelado em Psicologia**), 2005. 60p. Disponível em: <www.symbolon.com.br/%2Fmonografias%2FO-Adoecer-deCancer-e-o-processo-de-individualizacao.doc&usg=AOvVaw32XLFUWWyHuJrisSFjVagJ>. Acesso em 20 abr 2019.

O CONSTRUTO TRABALHO: A RELEVÂNCIA DO PROCESSO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

CONSTRUCTION WORK: THE RELEVANCE OF THE PROFESSIONAL GUIDANCE PROCESS

HECKERT, Heloisa¹
JACINTO, Aline²

RESUMO: A escolha profissional pode acarretar em diversas dúvidas e dificuldades de decisão. O Psicólogo pode servir como orientador e facilitador nesse processo, utilizando técnicas, instrumentos e ferramentas que possibilitem o autoconhecimento, conhecimento das profissões e da realidade do mercado de trabalho. Voltado a Psicologia Organizacional, embasado em distintas metodologias o presente trabalho possuiu como objetivo desenvolver processo de Orientação Profissional com adolescentes, para facilitar a tomada de decisão acerca da escolha profissional dos mesmos. Trata-se de um relato de experiência de uma adolescente a qual foi desenvolvido em uma Clínica Escola de Serviços em Psicologia, localizada na cidade Brusque - SC. Como fase exploratória utilizou-se a pesquisa bibliográfica e realizou-se triagem de candidatos ao processo de Orientação Profissional através da divulgação do projeto em mídias sociais. Participaram do projeto quatro adolescentes entre 16 e 21 anos sendo relatado a vivência de uma paciente de 17 anos, com quem foram desenvolvidas ações e/ou oficinas bem como atendimentos em grupo e individuais semanais. Utilizou-se de testes psicológicos entre outros instrumentos sendo estes: Escala de Maturidade para Escolha Profissional; Baralho Profissão Futuro; Critério para a Escolha Profissional; Entrevista Semiestruturada; Lista Para se Conhecer; Inventários de Âncoras de Carreira; Técnica dos Bombons; Curtograma; Planejamento de carreira. Os resultados indicaram que receber auxílio nesse momento da adolescência, fez com que os adolescentes compreendessem suas situações específicas de vida, no que tange aspectos pessoais, familiares e sociais. Ao final do processo de Orientação Profissional os jovens demonstraram capacidade de decisão acerca da escolha profissional.

Palavras-chave: Orientação Profissional. Adolescência. Psicologia.

ABSTRACT: Professional choice can lead to many doubts and decision difficulties. The Psychologist can serve as a guide and facilitator in this process, using techniques, instruments and tools that enable self-knowledge, knowledge of the professions and the reality of the labor market. Focused on Organizational Psychology, based on different methodologies, the present work aimed to develop a Professional Guidance process with adolescents, to facilitate decision making about their professional choice. This is an experience report of a teenager which was developed in a Clinical School of Services in Psychology, located in Brusque - SC. As an exploratory phase, the bibliographic research was used and the candidates were screened for the Professional Guidance process through the dissemination of the project in social media. Four teenagers between 16 and 21 years old participated in the project, and reported the experience of a 17-year-old patient, with whom actions and / or workshops were developed, as well as weekly group and individual care. Psychological tests were used, among other instruments: Maturity Scale for Professional Choice; Future Profession Deck; Criterion for Professional Choice; Semi structured interview; List To Know; Career Anchor Inventories; Candy Technique; Curtogram; Career Planning The results indicated that receiving help at this time of adolescence made the adolescents understand their specific life situations,

¹ Psicologia, UNIFEBE.

² Professora Orientadora. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina.

regarding personal, family and social aspects. At the end of the Vocational Guidance process, young people demonstrated decision-making ability about career choice.

Keywords: *Professional Orientation. Adolescence. Psychology.*

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é proveniente de um projeto de estágio que possuiu como ênfase os Processos de Gestão do curso de Psicologia. Foi executado durante o segundo semestre de 2018 na CESP (Clínica Escola de Serviços em Psicologia) que presta serviços voltados a comunidade local, de forma gratuita, localizada na cidade Brusque - SC.

Voltado a Psicologia Organizacional, embasado em distintas metodologias possuiu como objetivo geral desenvolver processo de Orientação Profissional com adolescentes, para facilitar a tomada de decisão acerca da escolha profissional dos mesmos. Como objetivos específicos pretendeu-se proporcionar autoconhecimento aos orientandos bem como facilitar a identificação de suas competências e vocações, disponibilizar conhecimentos acerca das profissões e o mercado de trabalho aos adolescentes e incentivar a construção de um Planejamento de Carreira.

Aplicou-se a uma amostra de quatro adolescentes, entre 16 e 21 anos, sendo relatado neste artigo a vivência de uma paciente de 17 anos. Ambos foram selecionados pela autora estagiária, após demanda proveniente da divulgação do estágio em mídias sociais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Historicamente, a palavra trabalho está relacionada a alguma forma de tortura, sofrimento ou esforço doloroso. Portanto, o significado vem acompanhado de um pesado fardo que impede o trabalhador de viver. Este tipo de conotação associada ao trabalho atribui a compreensão da atividade laborativa como fonte de alienação econômica e política, resultando-se assim, em exploração e deterioração da qualidade de vida do ser humano, implicando em sofrimento, cansaço, desânimo e descontentamento dos trabalhadores com seus respectivos trabalhos (ZANELLI; SILVA; SOARES, 2010).

Atualmente, de maneira ampla, o trabalho pode ser compreendido como todo esforço do ser humano, tanto físico como psíquico ao intervir em um ambiente, com a finalidade de transformar e/ou produzir algo na natureza, incluindo atividades remuneradas ou não. O trabalho (geralmente realizado sob a denominação de emprego)

torna-se então, fator primordial nas organizações e na sociedade pois representa para o trabalhador o meio de ganhar um salário e a base da construção de sua identidade (ZANELLI; SILVA; SOARES, 2010).

Então, conforme corrobora Maslow (2000) os motivos que mobilizam os seres humanos para o trabalho, encontram-se vinculados à função expressiva de possuir um trabalho que seja interessante, fonte de autoestima e auto realizador, concomitante com a função econômica e que possibilite por meio de contrapartida supra as necessidades fisiológicas e de segurança dos trabalhadores bem como de suas famílias.

Entretanto, diante das transformações do mundo laboral, nos dias atuais, possuir um trabalho significativo e motivador parece tornar-se cada vez menos possível. Paralelamente intensificam-se exigências cada vez mais altas para os trabalhadores e parte das qualificações exigidas do colaborador é complexa e requer um conjunto de ações educacionais contínuas e variadas para desenvolvê-las. Torna-se de suma importância então, a realização de projetos e programas que contribuam para a elevação das taxas de competência e competitividade organizacionais (BORGES; MOURÃO, 2013).

Isto é, como a dinâmica do mundo do trabalho é cada vez menos previsível, estabelece-se um cenário de transição ao qual exige das pessoas adaptabilidade e multifuncionalidade e coloca a realização profissional em um contexto complexo e mutante. Portanto, constata-se que, quando o trabalhador possui uma profissão correspondente a sua vocação, que vai de encontro com os vieses de sua personalidade, o trabalho com mais facilidade representa um processo motivador (LEVENFUS; SOARES, 2010).

Fica evidente então, a relevância do processo denominado Orientação Profissional (O. P.), pois atualmente é necessário orientar jovens que serão inseridos no mercado de trabalho, adultos empregados, desempregados, aposentados, entre outros, devido a desconstrução do campo laboral e às mudanças ocorridas nas organizações e também, devido a mecanização, fatores que alteram profundamente a relação do homem com seu próprio trabalho e seu projeto de vida (LEVENFUS; SOARES, 2010).

2.1 ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Historicamente, a O.P. teve como marco inicial em 1907, a fundação do *Vocational Bureau of Boston*, por Frank Parsons, que, dois anos mais tarde, publicou o livro *Choosing a Vocation*, onde descreve as estratégias que utilizava com os jovens que

vivenciavam o final de seu percurso escolar obrigatório e prestes a entrar no mercado de trabalho (SPARTA, BARDAGI, & TEIXEIRA, 2006; RIBEIRO & UVALDO, 2007 apud AMBIEL, 2010).

Atualmente, define-se O.P., conforme Lucchiari (1993) como o processo que possui como objetivo facilitar o momento da escolha da profissão, auxiliando o indivíduo a compreender sua situação específica de vida, na qual inclui-se aspectos pessoais, familiares e sociais, sendo que é a partir dessa compreensão que será possível definir a escolha que mais se adequa ao seu projeto de vida.

Segundo Lehman (2010, p. 96 apud IVATIUK; YOSHIDA, 2010,):

A Orientação Profissional é definida como um processo no qual o indivíduo tem a possibilidade de receber auxílio sobre as dúvidas que possui em relação à escolha de uma profissão, estabelecimento de princípios referentes à carreira, inserção profissional, orientações sobre o mercado de trabalho e até mesmo aposentadoria.

Cabe ao orientador, nesse papel, auxiliar no desenvolvimento de uma identidade interiorizada (BLEGER, 1970, apud LEVENFUS; SOARES, 2010), pressupondo um sentido coerente e não fragmentado, um sentido de continuidade do indivíduo ao longo do tempo e a capacidade de pensar de forma coesa e de estabelecer objetivos temporais. Desta forma, a O.P. deve enfatizar não a teoria ou a técnica, mas a busca de desenvolvimento de aportes diferenciados, adequados a populações específicas, relevando métodos mais sensíveis em abordar o problema da escolha, subordinando-a ao diagnóstico de qual técnica torna-se mais adequada ao trabalho com diferentes situações (LEVENFUS; SOARES, 2010).

Desta forma, este projeto foi direcionado a O.P. para jovens e adolescentes, pois, conforme afirma Lucchiari (1993), a escolha de uma profissão é uma necessidade e, a cada dia que passa percebe-se que os jovens possuem mais dificuldade para fazer suas escolhas. Em parte, esse fenômeno justifica-se devido ao fato de ocorrer na vida um adolescente durante uma fase do desenvolvimento na qual o mesmo está descobrindo-se novamente, definindo sua personalidade, está buscando conhecer-se melhor, seus gostos, interesses e motivações.

Nesse momento, surgem os primeiros confrontos com a família, seus desejos e expectativas são evidentes. Confuso e pressionado, o adolescente faz sua escolha, mas sem ter consciência das influências que sofre e principalmente, sem ter conhecimento relacionado a profissão que está escolhendo. Tem-se um dado relevante, onde o número

de alunos que desistem, trocam de curso ou solicitam transferência interna, é grande. Observa-se que 40 a 50% não concluem seus cursos (LUCCHIARI, 1993).

Diante do conhecimento de campo previamente estabelecido e da demanda encontrada, a proposta do projeto foi desenvolver atividades voltadas a O.P. e seus aspectos relacionados, como: autoconhecimento, conhecimento das profissões e mercado de trabalho, a escolha da profissão e planejamento de carreira. Tanto na teoria como na prática, comprova-se que esses aspectos facilitam a escolha profissional (LUCCHIARI, 1993).

Sabe-se que adolescentes que ainda estudam no ensino médio ou recém formados no segundo grau, ficam extremamente angustiados com a escolha da profissão, sem possuir ideias claras de qual vestibular prestar ou qual caminho profissional iniciar. Essa angústia é gerada pelo autoconhecimento limitado, que gera falsas expectativas, decisões equivocadas e, conseqüentemente resultados negativos (DIAS; SOARES, 2007).

O autoconhecimento por parte orientando é valioso para sua escolha profissional. Entende-se que o papel do orientador profissional não é oferecer uma resposta pronta ao orientando, mas sim, contribuir para que este chegue a uma decisão pessoal responsável. O processo de escolha pertence sempre ao adolescente. Diante disso, conhecer suas habilidades, vocações, seus interesses pessoais valores, influências familiares, sociais e expectativas é imprescindível para esta tomada de decisão consciente (DIAS; SOARES, 2007).

A literatura voltada para esse aspecto, considera importante a investigação da personalidade do sujeito. Logo, para aprimorar o autoconhecimento é preciso compreender e identificar as dimensões que compõem a personalidade. Os cientistas estimam que 50% da personalidade provém de herança genética e 50% e moldada pelos padrões ambientais. Os comportamentos do indivíduo então, são resultados da interação de sua herança genética com o meio ambiente que vive. As dimensões da personalidade dividem-se em: perfil comportamental, motivação, talentos, atitudes positivas e pontos limitantes (DIAS; SOARES, 2007).

Outro aspecto importante diante deste processo é o que refere-se ao conhecimento das profissões e do mercado de trabalho. No momento da escolha profissional, o jovem depara-se com uma multiplicidade de profissões, áreas de estudo, cursos, podendo confundir-se diante de tal complexidade. Na maioria dos casos, quando os jovens são questionados e devem refletir sobre as dificuldades e possibilidades do mercado de

trabalho e de se escolher uma profissão, usam meios não seguros, recorrendo por exemplo a mitos e ideologias que sem dúvida, os tranquilizam e diminuem as suas ansiedades, mas não são verdadeiras saídas (JUNQUEIRA, 1999 apud ANDRADE; MEIRA; VASCONCELOS, 2002).

Com isso, informações verídicas e a valorização das profissões e do mundo do trabalho são essenciais para apoiar os jovens diante a escolha. De acordo com o Manual de Exploração Vocacional (2009 p. 05):

O conhecimento mais aprofundado das profissões, nomeadamente no que respeita a funções, atividades e saberes necessários ao seu desempenho e os percursos formativos que a elas conduzem, bem como o contato direto com o mundo do trabalho, são estratégias que motivam os jovens para prosseguirem os estudos e para decidirem sobre as modalidades com base numa informação mais ampla.

Evidencia-se que a busca pela profissionalização e pela inserção no mercado de trabalho, resultam na necessidade da qualificação e a passagem pelo ensino superior ocorre de forma praticamente unânime entre adolescentes e adultos jovens. A decisão de ingressar num curso superior aborda questionamentos que ampliam-se, desde a descoberta pela área de interesse até a preocupação com a escolha da profissão certa que atenda aos interesses pessoais como financeiros (CARMO, FRANCISCO, 2018).

Na sociedade atual, aumentaram as dificuldades no que tange à escolha profissional e ao curso de graduação, constata-se que alguns motivos resultam de ordem pessoal, outros de ordem geral, por exemplo, Freitas (2002 apud CARMO, FRANCISCO, 2018) aponta que o ciclo familiar, bem como os amigos e outras pessoas do convívio social, também podem ser considerados ou impedimentos que influenciam o crescimento educacional do desenvolvimento profissional. Desse modo, estes indivíduos são considerados impedimentos quando colocam expectativas em relação à escolha da profissão focando apenas em seus aspectos financeiros, ou quando a proximidade familiar impede que o egresso opte por um curso superior em outro lugar.

Mesmo após escolher o curso superior a ser estudado, ou a profissão a ser seguida, o jovem pode possuir dúvidas de qual carreira seguir dentro dessa profissão. Ou até mesmo já atuar por anos com determinado emprego, mas decidir mudar o curso de sua carreira.

2.2 PLANEJAMENTO DE CARREIRA

Diante da temática estudada, torna-se importante também compreender planejamento de carreira, o que norteará os objetivos traçados profissionalmente. Carreira é uma palavra de origem inglesa que significa uma estrada para carruagens, sendo que aplicada ao mundo profissional, pode ser entendida como um percurso de atividades econômicas que alguém desenvolve ao longo da vida, isto é, a trajetória profissional (DIAS; SOARES, 2009). Conforme corrobora Lisboa (2000, p. 36) “a carreira é a continuidade da vida do indivíduo no trabalho para construir algo; pode ser sequência de envolvimento deste nas experiências de trabalho ao longo da vida”.

Segundo Schein (1993, apud DIAS; SOARES, 2009) a globalização faz surgir dois tipos básicos de carreira: a interna e a externa. A carreira externa é aquela ofertada pelo mercado de trabalho, onde estão presentes as melhores empresas, com melhores ofertas de empregos e a própria concretização de carreira o que aumenta a competitividade e as exigências profissionais. De outro lado, está a carreira interna, aquela que implica as motivações e aspirações do sujeito ao longo de sua vida. Logo, uma carreira representa um dinamismo entre relações objetivas e subjetivas para alcançar determinado lugar no mercado.

Entretanto, para que seja possível construir e entender tais transições e experiências com êxito, é necessário que anteriormente tenha-se delineado objetivamente os passos. Precisa-se então, citar e analisar outro conceito que é o planejamento. Na opinião de Chiavenato (2006 apud PESTEK, 2015), o planejamento significa pensar antecipadamente o que deve ser feito para alcançar determinado objetivo, a fim de poder fazê-lo melhor já na primeira vez.

Assim sendo, o planejamento de carreira, segundo Oliveira (2013), refere-se a um conjunto de ações pensadas e estruturadas que evidenciam a evolução de cada sujeito, com concordância e de maneira interativa com as necessidades das organizações, dos indivíduos e das comunidades onde elas atuam. Werther J. e Davis (1983 apud PESTEK, 2015), simplificam, explicando que o planejamento de carreira compreende o apontamento de metas, bem como os procedimentos utilizados para alcançá-los.

Portanto, diante dos termos e suas definições, entende-se que o conceito de carreira enfatiza também a continuidade da vida, pois integra um passado vivido pelo sujeito e um futuro planejado que representa algum significado que serve como um direcionamento das ações planejadas no presente. Subjetivamente a carreira é uma

decisão do colaborador, pois cabe a ele a escolha de sua trajetória profissional (DIAS; SOARES, 2009).

Para finalizar o processo de escolha profissional, deve-se nesse momento proporcionar ao indivíduo a construção do seu planejamento de carreira. Para isso, o jovem deve realizar uma avaliação pessoal do que deseja para o seu futuro e atuação profissional com base nas suas conclusões acerca do processo de orientação, desta forma, deve estar atento ao mercado de trabalho, conhecer as exigências e demandas das organizações e estar ciente de seus fatores motivacionais e ponto limitantes (DIAS; SOARES, 2009).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Utilizou-se como meios de investigação a pesquisa bibliográfica, que foi desenvolvida com base em artigos publicados em livros e bases de dados. Essa pesquisa caracteriza-se pelo levantamento de todo o referencial já editado em relação à temática de estudo, inclui periódicos, monografias, dissertações, teses, livros, publicações avulsas, boletins, documentos eletrônicos, entre outros (RAUPP; BEUREN, 2004 apud SANTOS et al. 2014). Utilizou-se também a pesquisa de campo, onde a busca de demanda ocorreu através de uma pesquisa entre os indivíduos que estão inscritos na fila de espera da CESP (Clínica Escola em Serviços de Psicologia) e de triagem realizada através da divulgação do projeto em mídias sociais.

Foram desenvolvidas ações e/ou oficinas bem como atendimentos em grupo e individuais, na CESP, semanalmente, e após decorrer do processo quinzenalmente com foco nos temas relacionados a O.P. previamente estabelecidos, com os adolescentes que procurarem o serviço oferecido. Também se utilizou testes psicológicos para obter-se resultados mais específicos. Em seguida serão descritas as atividades de O.P. realizadas com a jovem a qual seu dados pessoais serão mantidos em sigilo para garantir o anonimato da mesma. Posteriormente, os resultados da realização destas técnicas serão explanados de acordo com seus resultados.

Para contemplar os objetivos desta pesquisa, o primeiro atendimento ocorreu de forma grupal com os quatro adolescentes (sendo um do sexo feminino e três do sexo masculino) selecionados para receberem O.P. Segundo Lucchiari (1993), é próprio do adolescente o convívio em grupos e turmas. Então, no momento em que ele está buscando a sua identidade é importante sentir-se igual aos outros, sendo que, para diferenciar-se do

seu grupo familiar, ele precisa pertencer a outros grupos. Ainda, em grupo é possível compartilhar sentimentos de dúvidas, confusão e insegurança relacionados a escolha profissional e futuro.

Para estabelecer *rapport* (vínculo) com o grupo, foi realizado a técnica dos bombons. O objetivo dessa técnica é proporcionar aos orientandos, a oportunidade de refletir acerca de seu processo de escolha profissional. Cada adolescente escolheu um bombom de dentro de uma caixa e após explicou aos demais participantes o porquê de sua escolha, o que possibilitou que o orientador auxiliasse o grupo a inferir associações entre a escolha do chocolate e a escolha profissional (LEVENFUS; SOARES, 2010).

Em seguida, aplicou-se de forma individual, a EMEP, Escala de Maturidade para Escolha Profissional com o intuito de avaliar o nível da maturidade para escolha. Após finalizar o processo, a escala foi aplicada novamente. Super (1955 apud LEVENFUS; SOARES, 2010), introduziu a expressão maturidade profissional, referindo-se ao conjunto comportamental e de atitudes que um indivíduo deve obter almejando sua escolha profissional. O autor afirma que existem estágios de desenvolvimento vocacional e o nível de maturidade corresponde ao lugar ocupado pelo mesmo diante desse processo.

Neiva (1999) construiu um modelo teórico da maturidade para a escolha profissional, a EMEP, considerando ser necessário a aquisição de determinados conhecimentos e o desenvolvimento de determinadas atitudes para que o jovem atinja a maturidade necessária à decisão profissional. A maturidade para a escolha profissional compreende duas dimensões: Atitudes (determinação, responsabilidade e independência) e Conhecimentos (autoconhecimento e conhecimento da realidade educativa e socioprofissional) avaliadas a partir de 45 orações que são classificadas pelo indivíduo em: sempre, frequentemente, às vezes, raramente e nunca.

Para finalizar o primeiro atendimento, construiu-se o Curtograma com a orientanda, que permitiu que a mesma refletisse sobre as atividades que gosta de realizar e as que não gosta, porém precisa devido às atribuições de sua rotina (SPACCAQUERCHE; FORTIM, 2009 apud OLIVEIRA; NEIVA, 2013). Com isso, descreveu as atividades que gosta e faz, as que gosta e não faz, as que não gosta e faz e não gosta e não faz. Esse momento de reflexão pessoal permitiu obter mais conhecimentos dos gostos da adolescente para que a estagiária se baseia-se para as demais sessões. O atendimento foi finalizado com feedback de ambas as partes e, exposição das expectativas da participante relacionadas aos próximos encontros.

Deve-se ressaltar que cada adolescente, apresenta demandas diferentes e por isso, necessitam de técnicas profissionais diferentes que melhor se adaptem aos seus perfis. Nos demais atendimentos, os quais foram individuais, para propiciar a adolescente autoconhecimento, foi explicado brevemente a formação da personalidade humana baseando-se em uma explicação cognitiva comportamental. Foi realizada a devolutiva dos resultados da EMEP e discutido a respeito para reflexão.

Foi realizada também, entrevistas semiestruturadas com a adolescente com o intuito de conhecer a história de vida dela e o que ela identificava como suas vocações, motivações e pontos limitantes. Ainda, a respeito das dúvidas e insegurança que cercam a escolha profissional, o ensino superior e a inserção no mercado de trabalho. A entrevista semiestruturada, é indicada para essa proposta pois, conforme Manzini (2003 apud SANTOS, 2014), tem um foco principal definido e é a partir dessa focalização que um roteiro é construído, com questões básicas e/ou principais e que podem ser complementadas por outras questões que surgem ao longo da entrevista, permitindo ao entrevistador fazer surgir informações de forma mais livre e as respostas ficam mais espontâneas, sem estarem condicionadas a algum tipo de padrão ou alternativas.

Utilizou-se também como metodologia as entrevistas semiestruturadas para construção junto a adolescente de roteiros de entrevistas para que entrevistasse profissionais ou acadêmicos da área para que esclarecer suas dúvidas e conhecer mais a respeito das profissões almeçadas e mercado de trabalho. A adolescente conheceu às ementas dos cursos que pretendia cursar, selecionaram disciplinas que se identificam ou não. A esse respeito, Sparta, Bardagi e Andrade (2005 apud AMBIEL, 2010) afirmam que a exploração e busca de informação constituem-se como tarefas fundamentais do processo de desenvolvimento de O. P., compreendido como sendo comportamentos propositais e voluntários, visando o conhecimento de si mesmo e do mundo do trabalho.

Diante o desenvolvimento do processo de O.P., encontrou-se demandas que exigiam a aplicação de outras técnicas. Entre elas, o Critério para a Escolha Profissional (C.E.P.) que conforme Neiva (2008) possibilita que o orientando defina alguns critérios que servirão de base para a escolha profissional, entre eles:

1. Ambiente de Trabalho: onde trabalhar, qual o tipo de ambiente de trabalho;
2. Objetos/Conteúdos de Trabalho: com o que trabalhar (pessoas, animais, vegetais, instrumentos, máquinas, matemática, química, física, história, psicologia);

3. Atividades de Trabalho: fazendo o que e como (contatos, comércio, escrever, criar, pesquisar, etc.);
4. Rotina de Trabalho: quando e quanto trabalhar; ritmo de trabalho; horários; deslocamentos, viagens;
5. Retornos do Trabalho: o que deseja obter com o trabalho (realização, cultura, prestígio, poder, estabilidade financeira, etc.);

Auxiliar o adolescente na definição dos critérios citados facilita a elaboração da sua identidade vocacional-ocupacional. Bohoslavsky (1998 apud NEIVA, 2008) afirma que a elaboração da identidade ocupacional inclui a definição de onde trabalhar, com que trabalhar, quando trabalhar e a maneira de quem a trabalhar. Logo, a identidade vocacional responde, por sua vez, ao porquê e para quê da escolha.

Trata-se de um jogo psicopedagógico que possui fichas mestres coloridas com os temas citados e conjuntos de cartões coloridos com descrições referentes a esses interesses. Ambos são expostos ao orientando e o mesmo seleciona os cartões que representem o que gostaria de encontrar no seu futuro profissional, posteriormente, discute com o orientador suas escolhas (NEIVA, 2008).

Aplicou-se também, como tarefa de casa, com o objetivo de proporcionar autoconhecimento, a Lista Para se Conhecer, onde a participante deveria descrever dez das suas qualidades, dez dos seus interesses e 10 habilidades que possui. Essa atividade visa propiciar um conhecimento mais claro acerca de suas características pessoais e potencialidades. Ao listar esses aspectos pode-se reconhecer o caminho que se irá trilhar rumo a inserção laboral (SARRIERA; CÂMARA; BERLIM, 2006).

Utilizou-se ainda, Profissão do Futuro, um baralho lúdico que possui 100 cartas com diferentes questões que levam o jovem a refletir sobre as escolhas do seu futuro profissional. Desta forma, ele é levado a pensar em cinco temas importantes que permeiam essa decisão: escolha, autoconhecimento, mundo do trabalho, informação profissional e projeto de futuro (FROTA; RIBEIRO; SEREGATTE, 2016).

Para concluir o processo de O. P. a jovem respondeu ao Inventário das Âncoras de Carreira. O instrumento objetiva trazer um maior conhecimento de si sobre a relação com o seu trabalho e as atividades em torno da carreira profissional anteriormente escolhida. O método favorece a construção do planejamento de carreira e faz refletir sobre a necessidade de se auto conhecer para melhor planejar o futuro. Consiste em questões que devem ser avaliadas a partir da veracidade de cada, classificadas em: a afirmação

jamais se aplica a você; a afirmação ocasionalmente se aplica a você; a afirmação frequentemente se aplica a você; a afirmação sempre se aplica a você. As âncoras avaliadas são: competência técnica e profissional; competência administrativa geral; autonomia e independência; segurança e estabilidade; criatividade empresarial; dedicação a uma causa; desafio puro; estilo de vida (DIAS; SOARES, 2009).

Por fim, foi construído o planejamento de carreira propriamente dito, onde descreveu e classificou seus objetivos de vida e profissionais em curto, médio e longo prazo. Esse fator é de grande relevância para que os orientados se sintam mais seguros pela escolha que realizaram ao se planejarem para o futuro, estando cientes que ocorrerão modificações no planejamento devido às mudanças e exigências constantes do mercado de trabalho (DIAS; SOARES, 2009).

Durante o processo, percebeu-se a complexa relação de pais, filha e acadêmica estagiária, pois, ao procurar ajuda para a filha, não recebe-se apenas um adolescente, mas também uma família envolvida no desenvolvimento emocional do mesmo envolto a uma específica dinâmica familiar. Com isso, o processo de orientação também incluiu sessões com responsáveis, pois torna-se fundamental estar atento ao vínculo estabelecido com o adolescente e com seus pais/responsáveis. Além disso, as relações familiares podem comprometer a saúde mental ou representar possibilidades de superação dos desafios, portanto, é preciso pensar no binômio adolescente/família (SOUZA; PADOVANI, 2015).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo de O.P. constituiu-se de dez sessões semanais com duração aproximada de cinquenta e cinco minutos cada, sendo a primeira dia 29 de agosto de 2018 e a última dia 14 de novembro de 2018. Foram utilizados como instrumentos a entrevista com profissionais e acadêmicos dos cursos almejados, aplicação do teste psicológico, a EMEP, de questionário, o Inventário de âncoras de Carreira, e demais atividades para reflexão, sendo estas: Curtograma, Lista para se Conhecer, Critérios para Escolha Profissional e Baralho Profissão Futuro e, construção do Planejamento de Carreira.

A primeira sessão que ocorreu em 29 de agosto de 2018, a orientanda realizou em grupo com os demais participantes do projeto. Inicialmente com a técnica dos bombons ela relatou se sentir insegura e confusa com a escolha profissional que teria que realizar em breve, porém, ao ficar com o último bombom da caixa, relatou não querer ser apenas mais uma profissional no mercado de trabalho. O Curtograma também aplicado nessa sessão, permitiu que refletisse sobre as atividades que já realizava enfocando que, estava

em uma rotina intensa de estudos para o vestibular, e percebeu que poderia remanejar a forma como ocupava seu tempo livre. A EMEP foi aplicada e apresentou os seguintes resultados:

Quadro 1: Resultado Inicial EMEP

Dimensão	Percentil e Classificação	Descrição dos resultados
Determinação	40 – Médio	Está decidida em escolher uma profissão.
Responsabilidade	30 – Médio	Preocupa-se com a escolha profissional.
Independência	10 – Inferior	Está realizando o processo de forma que outras pessoas influenciam na sua escolha.
Autoconhecimento	50 – Médio	Conhecimento mediano sobre suas habilidades, características, valores e interesses.
Conhecimento da Realidade	60 – Médio	Conhecimento sobre as profissões, a realidade do mercado de trabalho e instituições educativas.

Fonte: elaborada pelas Autoras, 2018.

A partir destes resultados, percebeu-se a necessidade de ser trabalhado o autoconhecimento voltado às suas vocações e aptidões e principalmente o conhecimento da realidade profissional dos cursos que possuía como opções. Para que desta forma, pudesse ter maior independência sobre sua escolha, sendo esta, um fator apresentado em nível inferior. Percebeu-se também, que questões voltadas a responsabilidades deveriam ser trabalhadas.

Desta forma, a segunda sessão ocorreu em 05/09/2018 individualmente (assim como os demais atendimentos) onde foi aplicado o Critérios para Escolha Profissional, a orientanda selecionou as seguintes opções voltadas a profissão almejada:

- Atividades do Trabalho: criar, ter liberdade de ação, atividades artísticas, literárias e intelectuais, filmar, contato com grupos, ler e comandar;
- Objetos e Conteúdo de Trabalho: instrumentos musicais, línguas, livros, adolescentes e idosos, filmes, português e filosofia;
- Ambiente de Trabalho: museus e galerias de artes, rádio e TV, teatro e cinema em ambiente informal amplo, externo, cooperativo, descontraído e tranquilo;
- Rotina de Trabalho: horário flexível, moderado e viajar com frequência;

- Retornos do Trabalho: ajudar as pessoas, liberdade, aventura, hedonismo, aprendizagem, cultura e estabilidade financeira;

Na mesma sessão relatou que queria cursar Cinema, embora nunca tivesse conversado com um profissional da área, que já havia pesquisado as faculdades que oferecem o curso, inclusive gostaria de cursar em Niterói e morar com um amigo no RJ. Ao ser questionada como se manteria lá, não soube dizer com exatidão como funcionaria sua rotina, mas relatou que os pais a ajudarão financeiramente, mesmo não sendo o curso que gostariam que ela cursasse devido ao baixo retorno financeiro. Fica claro então, que ela preocupava-se com a opinião de seus pais que neste momento do processo de O.P. ainda exercia forte influência sobre sua escolha. A orientanda recebeu como tarefa de casa a Lista para se Conhecer.

Na terceira sessão, em 12/09/2018 discutiu-se a Lista para se Conhecer e a orientanda trouxe que pediu ajuda de alguns colegas para descrever sua Qualidades, Interesses e Habilidades o que demonstra seu autoconhecimento mediano mas, concordou com os itens elencados e soube justificá-los durante a discussão com a Orientadora. Entre suas qualidades: determinação, companheirismo, alegria, criatividade, extroversão; Interesses: arte, línguas, diferentes culturas, viajar, novas experiências; Habilidades: atuar, dançar, criar, improvisar, música.

Nessa sessão, foi apresentado a orientanda as ementas curriculares dos cursos de Cinema, Jornalismo, Letras e Áudio Visual. A orientanda descartou a possibilidade cursar Jornalismo pois teria que estar disponível a todo momento para manter-se informada de notícias e divulgá-las. Quer um trabalho leve, com rotina flexível. Descartou Psicologia por ter que lidar com a área da saúde. É ligada ao criar e relatou não gostar de escrever, logo, se interessava por Letras devido ao fato de estar ligada a comunicação. Estava indecisa e possuía receio em tomar a decisão do curso por ter medo de se deparar com um curso que não corresponderia as suas expectativas.

A quarta sessão em 19/09/2018, a orientanda apresentou reflexões sobre as questões propostas na última semana e conclui que realmente gostaria de seguir por um curso voltado ao Cinema, sendo Letras um hobby. Conheceu a ementa do curso de Filosofia e descartou essa opção. Construiu junto a Orientadora um roteiro de entrevista semiestruturada para entrevistar um convidado formado em Áudio Visual que já atuava a anos na área.

Na quinta sessão em 26/09/2018, ocorreu a entrevista com o profissional formado em Audiovisual. A entrevista foi muito interessante, o convidado esclareceu muitas dúvidas da orientanda relacionadas ao curso e mercado de trabalho e, ao final, a mesma descartou curar Áudio Visual pois trata-se de um curso ligado produzir e editar. Com isso, permaneceu em dúvida entre Cinema (escrever, produzir) e Teatro (interpretar).

Em 03/10/2018 na sexta sessão, a orientanda surgiu com uma nova opção de curso: Fotografia, diante desse fato, gostaria de conhecer um profissional da área. Foi aplicado o questionário Inventário de Âncoras de Carreira, que trouxe como resultado motivacional âncoras ligadas a Competência técnica/ funcional, Autonomia e Independência, Segurança e Estabilidade e Dedicção a uma causa.

Na sétima sessão foram discutidos os resultados das âncoras de carreira, que corroboraram com a opinião da orientanda. Entrevistou-se uma acadêmica do curso de Fotografia, que também esclareceu muitas dúvidas. Nessa sessão a orientanda decidiu cursar Cinema e Audiovisual pois trata-se de um curso com amplos aprendizados e que oferece maiores oportunidades profissionais, e, escolheu também a universidade, UNISUL. Aconteceu em 10/10/2018.

A oitava sessão, 17/10/2018, contou com a entrevista com um profissional da área de Teatro e Artes Cênicas e com uma acadêmica que cursa Cinema e Audiovisual na mesma universidade. A orientanda apresentou-se entusiasmada com a escolha profissional. Nesse momento já possuía interesse pela área e conhecimento da realidade do curso. As entrevistas contribuíram e a orientanda relatou que esperava se deparar com a realidade explícita pelos entrevistados. Nessa sessão foi discutido algumas questões do baralho Profissão Futuro.

Em 07/11/2018 ocorreu a nona sessão, onde construiu-se o planejamento de carreira e aplicou-se novamente a EMEP, que apresentou os seguintes resultados finais:

Quadro 2: Resultado Final EMEP

Dimensão	Percentil e Classificação	Descrição dos resultados
Determinação	70 – Médio	Está decidida em escolher uma profissão.
Responsabilidade	20 – Inferior	Outras pessoas responsabilizam-se pela sua escolha.
Independência	20 – Médio Inferior	Outras pessoas influenciam na sua escolha.
Autoconhecimento	60 – Médio	Conhecimento mediano sobre suas habilidades, características, valores e interesses.

Conhecimento da Realidade	70 – Médio	Conhecimento mediano sobre as profissões, a realidade do mercado de trabalho e instituições educativas.
---------------------------	------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: elaborada pelas Autoras, 2018.

Percebe-se a evolução que o processo de O. P. ocasionou maior desenvolvimento de sua determinação, seu autoconhecimento e conhecimento da realidade. Apesar de ainda necessitar maior desenvolvimento, houve um avanço no fator independência, quando comparado ao início do processo de O.P. A orientanda solicitou que a Orientadora conversasse com seus pais acerca de sua escolha.

Dessa forma, finalizou-se os atendimentos em 14/11/2018, com conversa com os pais da mesma, exposição do resultado final da EMEP e feedback do processo. Os pais compareceram e a conversa se construiu de forma rica. O pai ressaltou várias vezes acreditar no potencial da filha, mas ainda achar que a mesma não estava pronta para morar sozinha em outra cidade. A mãe foi complacente mas incentiva a escolha da filha. Após a conversa, ambas as partes entraram no acordo em que a orientanda irá se mudar para cursar o curso superior escolhido mas deverá ser muito responsável com a universidade. A orientanda reconheceu o quanto o processo de O.P. foi importante para sua escolha e relatou se sentir muito feliz e segura com sua escolha profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do processo de O.P. realizado com a orientanda, pode-se concluir que a mesma amadureceu seus pensamentos em relação à escolha profissional, bem como se desenvolveu nos aspectos relacionados com a escolha do curso superior. Ficou nítido que a orientanda se preocupa em exercer um papel importante na sociedade, através de Cultura e da Arte e quer transmitir isso as pessoas, de forma consciente, logo, possui vocação e aptidões para o curso escolhido e reconhece que esse será seu meio de colaborar com a sociedade. É uma pessoa adaptativa as situações da vida.

Após trabalho de tomada de consciência com relação as suas escolhas e possibilidades existentes, pode-se concluir baseando-se também nos resultados da EMEP, que a necessidade da orientanda foi contemplada, conseguindo através de um processo de Orientação Profissional ético e responsável com o uso de instrumentos adequados e eficazes, auxiliá-la na tomada de decisão com relação à escolha do curso superior de forma em que a mesma se sente segura e realizada.

Conclui-se que, o processo de O.P. bem como Planejamento de Carreira possui grande importância para os envolvidos, pois, o momento da escolha profissional coincide com uma fase do desenvolvimento confusa e conflituosa para os adolescentes. Também porque, atualmente os indivíduos deparam-se com uma ampla variedade de cursos e especializações que tem surgido. Receber auxílio nesse momento então, fez com que os adolescentes jovens compreendessem suas situações específicas de vida, no que tange aspectos pessoais, familiares e sociais. Reconhece-se também, além do apoio psicológico, a importância do apoio da rede familiar nesse momento de realização da escolha para o projeto de vida. Desta forma, afirma-se que os objetivos deste projeto foram contemplados

REFERÊNCIAS

AMBIEL, Rodolfo Augusto Matteo. Um estudo de caso em Orientação Profissional: Os papéis da avaliação psicológica e da informação profissional. **Revista Brasileira Orientação Profissional**. 2010, vol.11, n.1, pp. 133-143. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902010000100013 Acesso em: 04 setembro 2018;

ANDRADE, Josemberg M. de; MEIRA, Girlene R. de Jesus Maja and VASCONCELOS, Zandre B. de. O processo de orientação vocacional frente ao século XXI: perspectivas e desafios. *Psicologia Ciência Profissão*. Brasília, 2002, vol.22, n.3, p.46-53. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932002000300008> . Acesso em: 02 setembro 2018;

BORGES, Livia de oliveira; MOURÃO, Luciana (Orgs). **O trabalho e as Organizações: atuações a partir da Psicologia**. Porto Alegre: Artmed, 2013;

CARMO, Taciana Nathalia Fonseca do; FRANCISCO, José Roberto de Souza. Escolha Profissional e Inserção no Mercado de Trabalho: determinantes do perfil do estudante de controladoria & finanças. **SEGET**. Rio de Janeiro, 2018, p. 1-17. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos17/17725172.pdf>. Acesso em: 02 setembro 2018;

DIAS, M. S. de L.; SOARES, D. H. P. Jovem, Mostre a Sua Cara: Um Estudo das Possibilidades e Limites da Escolha Profissional. **Psicologia Ciência e Profissão**. Brasília, jun. 2007, v. 27, p. 316-331,. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-98932007000200012&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 18 agosto 2018;

FROTA, Anna; RIBEIRO, Huaiana; SEREGATTE, Alessandra. **Profissão Futuro**. São Paulo: Matrix Editora, 2016;

IVATIUK, Ana Lúcia; YOSHIDA, Elisa Medici Pizão. Orientação Profissional de pessoas com deficiências: Revisão de literatura (2000-2009). **Revista brasileira de Orientação Profissional**. São Paulo, jun. 2010, p. 95-106. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902010000100010. Acesso em: 18 agosto 2018;

LEVENFUS, Rosane S; SOARES, Dulce Helena P. **Orientação Vocacional Ocupacional**. São Paulo: Artmed, 2010;

LISBOA, M. D. **Orientação Profissional em ação: formação e prática de orientadores**. São Paulo: Summus, 2000;

LUCCHIARI, Dulce Helena Penna Soares. **Pensando e Vivendo a Orientação Profissional**. São Paulo: Summus, 1993;

NEIVA, K.M.C. **Escala de Maturidade para a Escolha Profissional (EMEP): Manual**. São Paulo: Vetor Editora Psicopedagógico, 1999;

MASLOW, A. H. **Maslow no Gerenciamento**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000;

NEIVA, Kathia Maria Costa. **Critérios para a Escolha Profissional**. Manual. São Paulo: Vetor Editora, 2008;

OLIVEIRA, Christiane Maria Ribeiro de; NEIVA, Kathia Maria Costa. Orientação Vocacional/Profissional: avaliação de um projeto piloto para estudantes da educação profissional. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**. Recife, jan.-jun. 2013, v. 14, n. 1, p. 133-143, 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v14n1/13.pdf>. Acesso em 26 agosto 2018;

PESTEK, Luana Machado. Planejamento e gestão de carreira: um estudo com acadêmicos. **Centro Universitário Univates**. Lajeado, 2015, p. 1-96. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/1020/1/2015LuanaMachadoPestka.pdf>. Acesso em 31 agosto 2018;

S/A. **Manual de Exploração Vocacional**. Manual. 1º edição. Portugal: maio 2009;

SANTOS et al. **Manual de Orientações Metodológicas**. Manual. 1º edição. Brusque: agosto 2014;

SARRIERA, Jorge Castellá; CÂMARA, Scheila Gonçalves; BERLIM, Cynthia Schwarez. **Formação e Orientação Ocupacional: manual para jovens à procura de um emprego**. Porto Alegre: Sulina: 2006;

SOUZA, Conceição Reis de; PADOVANI, Ricardo da Costa. Supervisão em Terapias Cognitivo-Comportamentais: Trilhando outros Caminhos Além do Serviço-Escola. **Psico-USF**. Bragança Paulista, 2015, p. 461-470. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712015200308>. Acesso em: 27 outubro 2018;

ZANELLI, Jose Carlos; SILVA, Narbal; SOARES, Dulce Helena Penna. **Orientação para Aposentadoria nas Organizações de Trabalho: construção de projetos para o pós-carreira.** São Paulo: Artmed Editora S/A, 2010;

AVALIAÇÃO DE PRESENÇA DE COMPORTAMENTOS INERENTES AO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) EM CRIANÇAS DE 2 A 3,5 ANOS

*EVALUATION OF PRESENCE OF BEHAVIORS INHERENT TO AUTISTA
SPECTRUM (TEA) DISORDERS IN CHILDREN FROM 2 TO 3.5 YEARS*

HEIL, Samara dos Santos¹
SOUZA, Aline Bernardes de²
MEURER, Luzia de Miranda^{3*}

RESUMO: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por promover comprometimentos no neurodesenvolvimento que afeta a comunicação social e, frequentemente, desenvolve comportamentos e interesses restritivos e repetitivos nos indivíduos envolvidos. Estas alterações presentes no autismo dificultam a interação do indivíduo com o meio em que vive e seu desenvolvimento global. A identificação precoce deste transtorno por meio de avaliação do desenvolvimento neuropsicológico, possibilita a prática de intervenções prévias visando atender às necessidades do desenvolvimento infantil. O objetivo deste estudo é avaliar a presença de comportamentos inerentes à sintomatologia do Transtorno do Espectro Autista (TEA) em crianças de 2 a 3,5 anos, que indiquem sinais do TEA apresentadas por familiares ou instituições de atendimento especializado à Pessoa com Deficiência em um município do Vale do Itajaí. Para tal, contou-se com a participação de 10 crianças, com idades entre 2 a 3,5 anos, vinculadas a uma instituição de atendimento especializado à Pessoas com Deficiência que foram avaliadas pelo Protea-R- Sistema de Avaliação da Suspeita de Transtorno do Espectro Autista. Das dez (10) crianças avaliadas, seis (6) apresentaram risco para TEA, três (3) risco relativo e um (1) não demonstrou comportamentos característicos de TEA durante a avaliação. Apesar do Protea-R considerar apenas cinco (5) comportamentos críticos do TEA para sua codificação, o mesmo demonstrou-se sensível ao seu propósito possibilitando a identificação dos mesmos.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista (TEA); Rastreamento; Avaliação do Desenvolvimento Neuropsicológico.

ABSTRACT: *Autistic Spectrum Disorder (ASD) is characterized by promoting impairment in neurodevelopment that affects social communication and often develops restrictive and repetitive behaviors and interests in the individuals involved. These changes in autism make it difficult for individuals to interact with their environment and their overall development. Early identification of this disorder through neuropsychological development assessment enables the practice of previous*

¹ Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE.

² Doutora em Distúrbios do Desenvolvimento, docente do curso de Psicologia do Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE.

³ Mestre em Educação, docente do curso de Psicologia do Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE.

* luzia.meurer@unifebe.edu.br

Essa pesquisa foi desenvolvida com auxílio do CNPq.

interventions aimed at meeting the needs of child development. The aim of this study is to evaluate the presence of behaviors inherent in the Autism Spectrum Disorder (ASD) symptomatology in children aged 2 to 3.5 years, which indicate signs of ASD presented by family members or specialized care institutions for the Disabled in a municipality of Vale do Itajaí. To this end, the participation of 10 children, aged between 2 and 3.5 years old, linked to a specialized care institution for people with disabilities. It used the Protea – R- Autistic Spectrum Disorder Suspicion Assessment System. Of the ten (10) children evaluated, six (6) were at risk for ASD, three (3) relative risk, and one (1) did not show characteristic ASD behaviors during the assessment. Although Protea-R considers only five (5) critical behaviors of ASD for its coding, it has been shown to be sensitive to its purpose allowing their visualization.

Keywords: *Autistic Spectrum Disorder; Tracking; Neuropsychological Development Assessment.*

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, as pesquisas relacionadas ao Transtorno de Espectro Autista (TEA) demonstram uma variedade de hipóteses etiológicas que variam desde questões sociais até componentes biológicos, ocasionando, assim, diversas contradições clínicas (GUEDES; TADA, 2015) e dificuldades em sua prevenção. O TEA, segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da Associação Americana de Psiquiatria – DSM-5, é determinado pela implicação no desenvolvimento da comunicação social e pela presença de comportamentos e/ou interesses repetitivos e restritos (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

A presença de alguns dos seus sinais podem ser observados em idades iniciais, entre vinte e quatro (24) a sessenta (60) meses, em brincadeiras simples e corriqueiras, como esconder-se e sorrir, que os pais costumam realizar com suas crianças. Nestas brincadeiras, as crianças com TEA tendem a não demonstrar reações afetivas e emocionais, interessando-se mais nos objetos do que nas pessoas (BOSA *et al*, 2016).

Mesmo havendo iniciativas em relação à avaliação de crianças com TEA, são poucos os instrumentos que buscam investigar tais comportamentos por meio de rastreamento de comportamentos relacionados ao transtorno. Sendo o seu diagnóstico eminentemente clínico. Este estudo tem como objetivo rastrear a presença de comportamentos inerentes à sintomatologia do Transtorno do Espectro Autista em crianças de dois (2) a três anos e meio (3,5) de idade, que indiquem sinais do TEA apresentadas por familiares ou instituições de atendimento especializado à Pessoa com Deficiência em um município da região do Vale do Itajaí (SC).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O TRANSTORNO AUTISTA

O DSM-5, última versão do DSM, lançou o termo TEA, referindo-se ao Transtorno do Espectro Autista, o qual compreende um grupo de indivíduos que apresentam precocemente alterações qualitativas abrangentes e diferentes graus de comportamento em duas áreas do desenvolvimento. A primeira área é das habilidades na comunicação social e a outra refere-se aos padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades. Neste sentido, o TEA pode ser caracterizado como um conjunto de distúrbios do desenvolvimento neurológico, com início precoce, caracterizado por comprometimento dos comportamentos típicos, como habilidades sociais e de comunicação, além do aparecimento de comportamentos atípicos, para as referências de idade. Os critérios de diagnóstico do TEA segundo o DSM-5 (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014) baseiam-se, portanto, em duas dimensões, conforme figura 1 abaixo:

Figura 1 - Descrição dos critérios do DSM-5 para TEA

1. Prejuízos na comunicação e interação social que estejam presentes em diferentes contextos que devem ser caracterizados em todas as seguintes esferas:
 - 1.1 Dificuldades nas trocas e interações socioemocionais com prejuízo nas diversas áreas, como estabelecer diálogos e interações sociais, e compartilhar interesses e emoções.
 - 1.2 Dificuldades na comunicação não verbal com prejuízos em diversas áreas, como compreensão e uso de gestos e expressões faciais, atenção compartilhada, e contato visual.
 - 1.3 Dificuldades no estabelecimento de relações com prejuízos em diversas áreas, como adaptar os comportamentos a diferentes situações sociais, compartilhar brincadeiras e jogos, e fazer amizades.
2. Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, que devem ser caracterizados em pelo menos duas das quatro esferas:
 - 2.1 Estereotipias motoras, como balançar o corpo, balançar as mãos, andar na ponta dos pés; estereótipos de objetos, como alinhar ou empilhar brinquedos; ou estereotipias de discurso, como ecolalias, alteração de prosódia.
 - 2.2 Inflexibilidade; dificuldades em mudar rotinas, como mudar um caminho ou sentar em um lugar diferente; comportamentos ritualizados; rigidez de pensamentos.
 - 2.3 Interesses fixos e circunscritos, como gostar de objetos ou assuntos incomuns ou fora do padrão para a idade ou fase do desenvolvimento (por exemplo, ventilador, astronomia, linhas de metrô) ou em uma intensidade muito maior que a usual.
 - 2.4 Alterações na responsividade sensorial, como pouca sensibilidade a dor; percepção intensa ou pouca resposta a estímulos sensoriais ou visuais; exploração não usual de objetos e pessoas, como cheirar, tocar ou levar à boca.

Fonte: American Psychiatric Association, 2014

Todos estes sinais e sintomas devem estar presentes no início da infância e devem causar prejuízos significativos em áreas importantes do desenvolvimento da criança, além disso, antes de ser diagnosticado, deve-se excluir as possíveis comorbidades, como deficiência intelectual ou atraso no desenvolvimento global (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014). Ainda, para cada dimensão é necessário especificar o nível de suporte necessário em função da gravidade dos sintomas: nível 3 (dependência significativa), nível 2 (semi-dependente) e nível 1 (dependente).

Assim, a identificação dos sinais de alerta do TEA, presentes nos primeiros anos de vida (até 36 meses) envolve principalmente conhecimentos a respeito do desenvolvimento da criança, e que aparecem de forma sutil, ao longo do seu crescimento. Nesse sentido, encontra-se grande dificuldade para a identificação dos sinais de alerta, entre eles o desconhecimento sobre as fases de desenvolvimento da criança, sobre o que é considerado típico e atípico. Logo, quando há identificação, a criança tem oportunidade de uma intervenção em tempo, sendo beneficiário para seu tratamento (STEYER, 2018).

Teixeira *et al* (2017) citam estudos internacionais, os quais estimam uma prevalência de um (1) para cada sessenta e oito (68) crianças com TEA. Em atenção a estes dados, é possível compreender que o TEA constitui-se na atualidade, um dos transtornos do neurodesenvolvimento mais comuns, o qual apresenta impacto pessoal, familiar e social. Em relação à distribuição dos subgrupos por sexo, estes estudos indicam que o TEA é mais frequente entre meninos do que entre meninas, sendo a estimativa de uma (1) menina para (4) quatro meninos.

2.2 DESENVOLVIMENTO NOS ANOS INICIAIS DA INFÂNCIA

Pode-se observar que, o ser humano, como ser em desenvolvimento, apresenta uma complexidade de aspectos em sua constituição biológica, psíquica e social que estão em constantes alterações e aprimoramentos ao longo dos anos. A aquisição das habilidades cognitivas, motoras, comunicativas e sociais se refletem no desempenho funcional das crianças em suas atividades de vida diária. O desenvolvimento de cada habilidade é demarcado por fases ou estágios de aprimoramentos por faixa etária, assim, segundo Iza e Mello (2009), ao avaliar o desenvolvimento da criança faz-se necessário compreender o que a criança realiza, dentro das habilidades globais do desenvolvimento e a qualidade desta aptidão e, o que ela ainda não adquiriu, identificando, assim, a possibilidade de um atraso no desenvolvimento. Ao se verificar um decréscimo no

desenvolvimento deve-se investigar se este ocorreu por uma inabilidade ou por uma falta de estímulo externo.

Segundo Costa *et al* (2004), quando há a suspeita da presença de algum tipo de dificuldade cognitiva ou comportamental de origem neurológica na criança, indica-se para o possível diagnóstico, a avaliação neuropsicológica. Esta, busca identificar alterações nas funções mentais envolvidas na aprendizagem simbólica, nas quais estão relacionadas com a organização funcional do cérebro. Caso essas funções não estejam funcionando adequadamente isto significa que a criança pode ter alguma disfunção ou lesão cerebral. Ao detectar deficiências no funcionamento intelectual da criança, o neuropsicólogo deve trabalhar com profissionais da saúde como neurologistas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, psicopedagogos e fisioterapeutas buscando intervenções terapêuticas para proporcionar melhor qualidade de vida a este paciente.

Ainda, para a realização da avaliação neuropsicológica, pode-se contar com o auxílio de testes, esses, utilizados como ferramentas para enriquecer os dados para o futuro diagnóstico. Na avaliação em crianças é importante ressaltar o fato de o desenvolvimento cerebral ter características próprias em cada faixa etária, as provas têm que estar de acordo com a maturação cerebral. As baterias dos testes neuropsicológicos devem abranger: a organização e o desenvolvimento do sistema nervoso da criança; a variabilidade dos parâmetros de desenvolvimento entre crianças da mesma idade; a estreita ligação entre o desenvolvimento físico, neurológico e a emergência progressiva de funções corticais superiores (COSTA *et al*, 2004).

De acordo com estudos para o desenvolvimento de instrumentos de avaliação, os resultados mostraram que crianças com TEA apresentam prejuízos em relação a empatia, atenção compartilhada, imitação e a qualidade da brincadeira. Ainda, quando utilizado testes de rastreamento, este deve se ater aos primeiros sinais comuns do TEA. Estes que correspondem a Iniciativa de Atenção Compartilhada (IAC), Resposta de Atenção Compartilhada (RAC) e Imitação (IMI) que caracterizam os Comportamentos Sociocomunicativos; a Brincadeira Simbólica (BS) que define a Qualidade da Brincadeira e, os Movimentos Repetitivos de outras partes do corpo (MR) (BOSA; TEIXEIRA, 2017). Segundo Paula *et al* (2017), por meio desses indicadores, pode-se analisar as dificuldades no desenvolvimento sociocomunicativo não verbal, em especial no uso de gestos para regular as interações sociais.

Salienta-se que as habilidades de atenção compartilhada (AC), imitação e brincadeira simbólica (BS) são fundamentais para o desenvolvimento global do indivíduo, pois, auxiliam no desenvolvimento da linguagem, do pensamento e da interação social. Ainda, em relação às brincadeiras, o interesse dessas crianças parece estar mais na manipulação rígida e estereotipada do brinquedo, o que, em alguns casos, pode comprometer a exploração da função. Além disso, a deficiência na AC, repercute no comprometido dessas crianças em participarem de ações socialmente compartilhadas, interagindo de maneira competente e adaptada socialmente (PAULA *et al*, 2017)

Quanto a imitação, Becker (2017) afirma que esta é um dos principais processos de aprendizagem cultural, presumindo-se que, por atentarem menos para estímulos sociais, as crianças com TEA não se beneficiam integralmente da interação social, podendo apresentar restrições na aprendizagem sobre os signos e códigos que compõem a sua cultura. Esse aspecto pode justificar, em parte, os comprometimentos subsequentes no desenvolvimento sociocomunicativo.

Conforme Tomasello (2003), a habilidade de AC é a base sociocognitiva da aquisição de linguagem, uma vez que ela envolve a compreensão dos outros em sua interação. É na observação de AC que ocorre a análise da intenção comunicativa, um processo pelo qual a criança compreende a fala adulta. No entanto, a imitação com inversão de papéis constitui-se como o principal processo de aprendizagem cultural, possibilitando que a criança os use de forma ativa em sociedade. É nesse momento que a criança aprende a utilizar de símbolos comunicativos dirigido ao outro da mesma maneira com que esse fez em relação a ela (BOSA *et al*, 2017). Vale ressaltar que a ausência da habilidade de AC e o uso da IM, resultam na dificuldade de imaginação e cooperação na BS.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se classifica, quanto a sua natureza, como aplicada, quanto à abordagem do problema como exploratória, quanto aos objetivos como qualitativa e quantitativa e aos procedimentos técnicos como estudo de campo. O método de estudo de campo, conforme Gil (2012), baseia-se na coleta de dados diretamente onde o investigador deseja realizar sua pesquisa. Como tipo de pesquisa, caracteriza-se como exploratória, que visa uma maior proximidade com o problema investigado, ainda, envolvendo levantamento teórico e análise de problemas que contribuem para a

investigação. A abordagem da pesquisa é de ordem quali-quantitativa. Em questão a quantitativa, esta descreve a complexidade de determinado problema e a interação de certas variáveis, assim, visando em fenômenos complexos e/ou únicos. Já a qualitativa é avaliada sob o olhar de fenômenos sociais, únicos e complexos.

Para a realização desta pesquisa, foi solicitado a participação de dez (10) crianças de 2 (24 meses) a 3,5 (42 meses) anos de idade, de ambos os sexos, que apresentassem comportamentos inerentes ao TEA percebidos por seus pais ou pela instituição de atendimento especializado à pessoa com deficiência, à qual estão vinculadas. Entretanto, obteve-se apenas crianças do sexo masculino para a participação da pesquisa. E, também, seus respectivos pais que responderam a entrevista de anamnese. Como critérios de exclusão, fez-se necessário que a criança não possuísse comorbidades associadas ao seu desenvolvimento global como alterações psicológicas, neurológicas e ortopédicas que interferisse na avaliação do rastreamento do TEA.

Os participantes e a entidade colaboradora do estudo assinaram o Termo de Consentimento autorizando a realização da pesquisa. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o CAAE nº 11842519.0.0000.5636.

Para verificação dos sinais do TEA utilizou-se o Protocolo de Avaliação Comportamental para Crianças com Suspeita de Transtorno do Espectro Autista (PROTEA-R), que se utiliza de situações semiestruturadas de brincadeiras com crianças em torno de 24 (vinte e quatro) a 60 (sessenta) meses de idade. Ele se divide em três eixos: 1) Entrevista anamnese; 2) Protocolo de avaliação comportamental para crianças com suspeita de TEA; 3) Entrevista devolutiva.

O primeiro eixo, é realizado com os responsáveis pela criança, por meio de uma entrevista semiestruturada, no intuito de buscar informações sobre o desenvolvimento do infante desde sua gestação até o momento da avaliação, incluindo aspectos motores, comunicativos (verbais e não verbais), socioemocionais e de brincadeira. Além disso, é questionada quais foram os primeiros sinais que desencadearam a preocupação dos responsáveis em relação à criança.

O segundo eixo é estruturado por meio de 17 itens planejados para investigar os principais critérios diagnósticos, dividindo-se em três áreas: oito relacionados aos comportamentos sociocomunicativos (iniciativa e resposta de atenção compartilhada, imitação, engajamento social, sorriso, busca e resposta ao contato físico-afetivo, busca de assistência e protesto e/ou retraimento à interação), seis referentes a qualidade da

brincadeira (exploração dos brinquedos, forma de exploração, coordenação viso motora, brincadeira funcional, brincadeira simbólica e sua sequência) e por último, três itens referentes aos movimentos repetitivos e estereotipados do corpo (comportamentos repetitivos de mãos e de outras partes do corpo e comportamentos autolesivos).

Vale ressaltar que, entre esses 17 itens para determinação do risco para TEA, o instrumento utiliza apenas cinco itens, considerados comportamentos críticos de relevância teórico-empírica e psicométrica para avaliação final e codificação das pontuações. Estes correspondem a Iniciativa de Atenção Compartilhada (IAC), Resposta de Atenção Compartilhada (RAC) e Imitação (IMI) que caracterizam os Comportamentos Sociocomunicativos; a Brincadeira Simbólica (BS) que define a Qualidade da Brincadeira e, os Movimentos Repetitivos de outras partes do corpo (MR).

A IAC, possui como objetivo avaliar se a criança toma iniciativa de convidar o avaliador para brincar ou de demonstrar para ele seu interesse por algum estímulo externo. A IAC é manifestada por meio de gestos ou outros atos comunicativos, coordenados com o olhar ou por expressões afetivas (por exemplo, sorriso).

A RAC, possui como objetivo avaliar se a criança responde às iniciativas de interação do avaliador, incluindo convites para brincar. Assim, observa-se se ao interagir com o avaliador, se a criança dirige sua atenção para brinquedos/eventos de interesse ou se, ao contrário, interessa-se apenas pelo brinquedo oferecido, sem considerar sua função ou intenção. Em questão de comportamento, manifesta-se como na IAC.

A IM, possui como objetivo identificar a presença de comportamento imitativo na criança. É importante salientar que na aprendizagem por imitação, o foco de interesse da criança deve ser no comportamento do avaliador (exemplo, bater palmas), e não apenas no efeito de sua ação (exemplo, o barulho da batida).

A BS, possui como objetivo avaliar se a criança apresenta brincadeira de faz de conta, ou seja, representar um objeto ou ação com um significado diferente do original, ou até, sem a presença de brinquedos. Se houver, deve-se verificar se é espontâneo, flexível e variável.

O MRC, possui como objetivo avaliar movimentos rápidos de outras partes do corpo, que ocorrem de forma não repetitiva e aparentemente não funcional. Deve-se observar os contextos na qual ocorre e a reação da criança perante a tentativa de interrupção pelo avaliador.

Por fim, o terceiro eixo refere-se à devolução da avaliação realizada aos responsáveis da criança. No entanto, esta devolutiva não será descrita neste estudo, porém, será realizada posteriormente com os responsáveis.

A aplicação do teste ocorreu em um ambiente seguro e propício para avaliação para que se tivesse uma visão clara do comportamento da criança, com a menor interferência possível de fatores externos. Assim, a sala contou com o menor número de estímulos visuais e auditivos (por exemplo, sem paredes decoradas com muitos estímulos, diversos materiais e brinquedos expostos e ao alcance da criança, etc.).

A avaliação foi realizada e videogravada em uma única sessão com cada criança, por cerca de 45 minutos, por três avaliadoras treinadas. Conforme o manual do PROTEA-R, a avaliação única pode ocorrer desde que os avaliadores tenham vínculo com a criança e/ou que a avaliação se integre a um conjunto de procedimentos investigativos. Esta pesquisa faz parte de um estudo maior de rastreamento de TEA com o auxílio de outros instrumentos e inventários avaliativos.

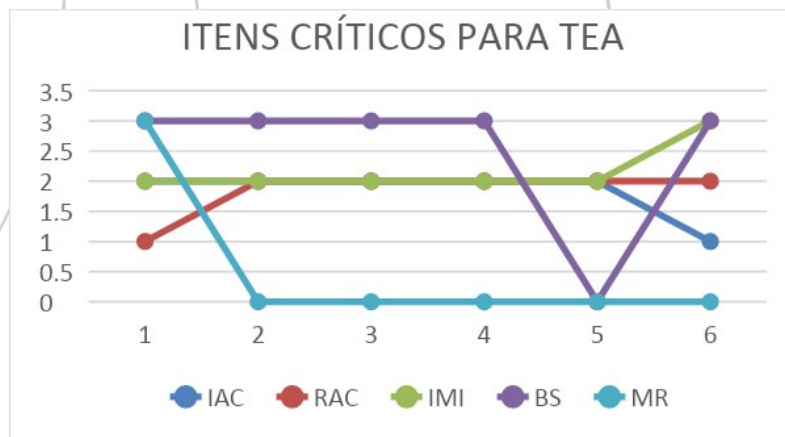
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa buscou avaliar crianças de ambos os sexos que apresentassem suspeita de TEA, porém, a amostra encontrada designava-se somente a indivíduos do sexo masculino. Este dado condiz com a literatura que demonstra um maior número de indivíduos do sexo masculino com TEA do que do sexo feminino, como demonstra o estudo do Centers for Disease Control and Prevention (2016), na qual, a prevalência do TEA é maior no sexo masculino (23,6 em 1.000) do que no sexo feminino (5,3 em 1.000).

Diante das avaliações realizadas constatou-se que, dentre as dez (10) crianças avaliadas, seis (6) apresentaram risco para TEA, três (3) risco relativo e um (1) não demonstrou comportamentos característicos de TEA durante a avaliação. As crianças com risco relativo do TEA necessitam de informações e avaliações adicionais para se concluir a presença ou não do risco para TEA. A criança sem risco para TEA deve ser avaliada posteriormente, com auxílio de outros instrumentos, para que seja verificada a presença de possíveis alterações no seu desenvolvimento que justifiquem a suspeita de algum transtorno do neurodesenvolvimento.

O grupo das crianças com risco para TEA apresentou os seguintes resultados nas áreas críticas, conforme o gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1 - Pontuação de risco para TEA



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Observa-se que de todos os itens avaliados, a BS foi a que apresentou maior comprometimento em todos os itens envolvidos. Este dado condiz com os referenciais literários que mencionam que os indivíduos com TEA apresentam modos de brincar incomum. Esses modos, de acordo com Bosa e Teixeira (2017) incluem a ausência de comportamentos imitativos, movimentos repetitivos e estereotipados, repertório de interesses e atividades restritos, exploração não usual de brinquedos (como cheirar ou lamber), atraso na linguagem e cognição e o déficit na teoria da mente (capacidade de se colocar no lugar de outras pessoas e inferir o que estão pensando ou sentindo), estes, presentes nas crianças avaliadas. Fiaes e Bichara (2009), afirmam que as BS de crianças com TEA são similares àquelas observadas em crianças menores, ainda que outras capacidades de desenvolvimento que estejam mais avançadas. Vale ressaltar que, a BS, também conhecida como faz-de-conta representa importante marco evolutivo no desenvolvimento infantil em seus aspectos cognitivo, emocional, motor e social da criança.

Da mesma forma, a brincadeira simbólica sequencial (BSS) também apresentou um alto comprometimento nas avaliações. Entretanto, este item não se enquadra com um critério crítico para TEA, segundo o PROTEA-R. Assim, ela pode-se caracterizar por haver uma estruturação, ou seja, é seguida por várias etapas até alcançar o objetivo final e pela utilização de regras (explícitas e implícitas) com flexibilidade (CIPRIANO;

ALMEIDA, 2016). Entretanto, conforme citado por Fiaes e Bichara (20019) crianças com TEA possuem déficits característicos do transtorno, os quais prejudicam a aparição do fenômeno (a brincadeira) e, a ausência deste, por sua vez, possivelmente conduz a atrasos no desenvolvimento de habilidades importantes para a adaptação do sujeito em sociedade, como, rotinas, estas, simuladas na BSS. Esse tipo de brincadeira possibilita que a criança utilize o seu mundo imaginário para melhor compreender o mundo real. Assim, a criança desempenha representações de papéis sociais, os quais são observações realizadas por ela mesma, contribuindo para a construção da sua vida social. (OLIVEIRA, 2013).

O MR foi o único dos 5 comportamentos que não foi observado em quatro (4) das seis (6) crianças com risco para o TEA. Quando observados, referiam-se a movimentos repetitivos de membros inferiores (chute); movimentos repetitivos sem função aparente e contração ocular.

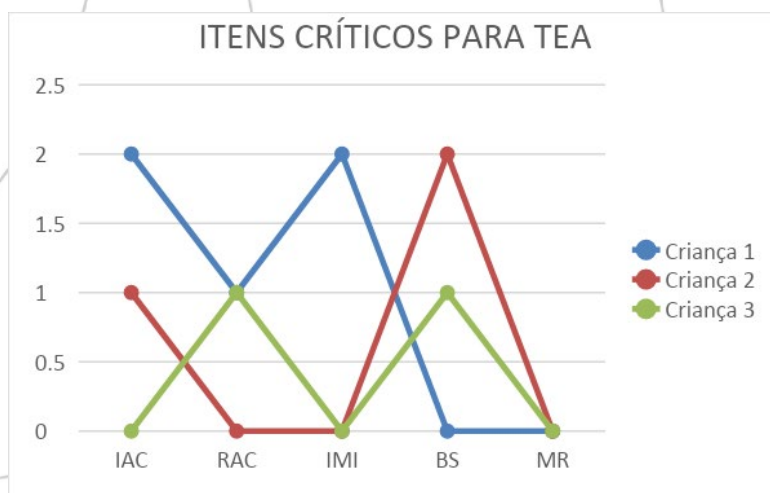
Quatro (4) das seis (6) crianças apresentaram movimentações e estereotípias das mãos diferentemente do MRC. Porém, conforme o referencial teórico presente no manual do PROTEA-R, as movimentações e estereotípias das mãos não são considerados críticos por sua relevância teórica-empírica e psicométrica para a avaliação de risco de crianças com suspeita de TEA. Ainda, estudos afirmam que na área comportamental, o diagnóstico tardio do TEA é percebido principalmente pelo maneirismo e estereotípias com partes do corpo (não usuais) e com as mãos (ZWAIGENBAUM *et al.*, 2015)

No grupo de comportamentos socialmente inadequados, além das estereotípias, encontram-se a birra, que envolve chorar, gritar, se jogar no chão, espernear, dentre outros; CA (machucar a si mesmo) e agressões (machucar outras pessoas). O CA foi identificado em dois (2) dos seis (6) infantes, mediante posturas auto agressivas, como se arranhar, jogar-se no chão, debatendo a cabeça no chão e na parede repetidamente. Considerado um problema muitas vezes crônico, o CA pode trazer sérios riscos à integridade física do indivíduo e prejuízos para seu desenvolvimento e bem-estar. Tais alterações de comportamento se associam a déficits na dificuldade em habilidades de compreensão de informações de seu meio social e de suas emoções, possuindo como consequência, o modo agressivo de lidar com elas (BOSA; TEIXEIRA, 2009).

Na CV, duas (2) das seis (6) crianças apresentaram dificuldade. Tal comportamento foi observado nas atividades nas quais dever-se-ia manter o contato visual enquanto manipulava-se os brinquedos.

Em relação ao grupo de crianças que apresentou risco relativo para TEA, obteve-se as seguintes pontuações críticas para TEA, de acordo com o gráfico 2:

Gráfico 2 - Pontuação de risco relativo para TEA



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Da mesma forma que as crianças com risco de TEA os infantes com risco relativo não apresentaram MR durante a avaliação bem como, nenhuma criança apresentou um grau elevado de comprometimento de habilidades.

As alterações nas habilidades de exploração de brinquedos, CV e brincadeira funcional bem como a presença de CA não foram observadas nestas crianças. Nenhuma das três crianças pontuou os cinco elementos que caracterizam os sinais indicativos de TEA, segundo manual do PROTEA-R, diversificando-se nas alterações do neurodesenvolvimento.

Em análise dos dados qualitativos, por meio da entrevista de anamnese inicial observou-se que 50% dos genitores apresentavam idade entre 30 a 35 anos durante o período de fecundação da criança com suspeita de TEA; 20% possuíam idade acima de 35 anos; 10% idade inferior a 21 anos e o restante entre 21 a 30 anos. Como hipótese, o desenvolvimento de uma criança com TEA pode ocorrer, além de outros motivos, devido às mães com idade abaixo de 21 anos não completarem o estágio maturacional do corpo e talvez não possuir o desenvolvimento completo do seu corpo para gerar uma criança.

Já, acima do limite de 35 anos, as células corpóreas já estão em processo de envelhecimento, assim, podendo gerar alguma alteração gestacional ou no feto avançadas. De acordo com Almeida *et al* (2018, p. 74), como fatores de risco ambientais, incluem-se “a idade avançada dos pais, principalmente a mãe. A idade avançada do pai também eleva o risco independentemente, pois podem ocorrer mutações”.

A ocorrência de períodos de separação dos pais após o nascimento da criança também foi constatada nas avaliações. Houve um maior número de famílias com separações temporárias nas crianças que apresentaram risco para TEA (3) do que nas crianças com risco relativo para TEA (1). Gomes *et al* (2015) afirmam que, os genitores, ao receberem o diagnóstico de TEA enfrentam uma nova situação que exige ajuste familiar, pois é necessário que haja uma adequação àquele que nasce exigindo um cuidado diferenciado, incluindo adaptações na educação formal e na criação como um todo. Também, vale ressaltar que a rede de apoio aos familiares se torna limitada, bem como acesso aos cuidadores.

Ainda, verificou-se que, em 50% da amostra, a gravidez não foi planejada. A presença de um relacionamento conflituoso entre os pais também foi notada em praticamente toda a amostra bem como comprometimentos na saúde gestacional da mãe como hipertensão arterial, aumento da frequência cardíaca, alterações de tireoide, anemia, descolamento placentário e uso de substâncias psicoativas até o recebimento da notícia da gravidez. Assim, esses enfrentamentos exigidos levam há um aumento nos níveis de estresse, o que impacta na qualidade de vida dos genitores, ainda, a sobrecarga emocional dos genitores pode ser considerada um dos principais desafios encontrados por famílias com crianças com diagnóstico de TEA (BRAGA; AVILA, 2004).

Das dez (10) crianças avaliadas, nove (9) possuem algum histórico familiar condizente com alguma alteração psicológica ou no neurodesenvolvimento. Alguns familiares das crianças com risco para TEA apresentavam suspeita do TEA, deficiência intelectual, hiperatividade e déficit de aprendizagem. De acordo com Oliveira e Sertié (2017), pressupõe-se que o TEA seja hereditário em cerca de 50 a 90% dos casos, o que demonstra a importância de incluir a coleta de informações de fatores genéticos pela anamnese aplicada.

As pontuações dos pais na anamnese e as observações realizadas durante o teste, demonstraram que a maioria das crianças dormiam e continuam dormindo junto com os pais, no mesmo quarto; apresentam alterações no sono; seletividade alimentar;

hiperatividade; desequilíbrio no padrão neuro motor; controle de esfíncter inexistente; dependência nas atividades de higiene e vestimenta; perda de habilidades adquiridas ao longo do processo de desenvolvimento e principalmente alterações importantes na fala.

Das 10 crianças avaliadas, nenhuma apresentou fala coerente com a idade, apenas balbuciam e repetem palavras curtas (como o nome de cores e animais) de forma incorreta. Indivíduos com TEA tendem a apresentar uma comunicação peculiar, sendo um fator fundamental na identificação de casos. Teixeira *et al* (2017) mencionam que 20% a 30% dos indivíduos são não verbais e que entre 20% a 25% destes, retrocedem em termos de linguagem previamente adquirida. As autoras supracitadas apontam que, entre os verbais, encontram-se especificidades na linguagem, com predominância de ecolalias, as quais consistem na repetição em eco da fala; falta de alternância de turnos nos diálogos, ou seja, linguagem não recíproca; alteração na prosódia, qual seja, entonação, ritmo velocidade da fala bem como vocabulário e habilidades semânticas deficitárias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da pesquisa realizada, verificou-se que há possibilidade de rastrear a presença de comportamentos inerentes à sintomatologia do TEA com o auxílio de instrumentos padronizados e observação dos pais, responsáveis e cuidadores. Vale destacar que não há um único marcador biológico no TEA, sendo necessário para o rastreamento dos seus sinais de risco, instrumentos com base em aspectos comportamentais. Nesse sentido o uso do PROTEA, o qual tem como referência o DSM-5, se constituiu num dos instrumentos recomendados.

Das dez (10) crianças avaliadas, seis (6) apresentaram risco para TEA, três (3) risco relativo e um (1) não demonstrou comportamentos característicos de TEA durante a avaliação. Entre os principais sinais do TEA observados e mencionados pelos pais durante a anamnese alguns são similares aos encontrados no resultado da análise do teste, tais como: comprometimento importante na linguagem comunicativa; ecolalia; repetição de frases ouvidas; confusão na distinção entre sujeitos (eu/tu/ele); dificuldade no atendimento pelo nome; conduta agressiva ao ser contrariado; comportamentos ansiosos na presença de outras crianças; dificuldade em compartilhar atividades prazerosas com os pais; presença de brincadeiras atípicas como roda de carros e o apego a objetos incomuns; tendência ao alinhamento dos brinquedos; constante brincar de abrir/ fechar

porta; apertar botões e teclas; comprometimentos na brincadeira simbólica principalmente com personagem e profissões; o não direcionamento da mão do adulto para auxiliá-lo na realização de atividades que ainda não dominam e presença de movimentos de dedos e mãos juntos ao corpo.

Considerando-se a relevância da ampliação do conhecimento acerca da etiologia e dos enfrentamentos necessários para o diagnóstico precoce, recomenda-se novas investigações sobre o TEA para que os profissionais das equipes multiprofissionais possam orientar os familiares de crianças com suspeitas do referido transtorno. Bem como prestar atendimentos de qualidade reconhecida pelos avanços da ciência.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5**: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BECKER, N.; KOLTERMANN, G.; SALLES, J. F. (2017). Funções neuropsicológicas em crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Austista. In BOSA, C. A.; TEIXEIRA, M. C. T. V. (Orgs.). **Autismo**: avaliação psicológica e neuropsicológica. São Paulo, SP: Hogrefe, 2017.
- BRAGA; M.R.; AVILA, L. A. Detecção dos transtornos invasivos na criança: perspectiva das mães. **Rev Lat Am Enfermagem**; 12:884-9. 2014.
- BOSA, Cleonice Alvez; TEIXEIRA, Maria Cristina T. V. **Autismo**: Avaliação psicológica e neuropsicológica. 1. ed. São Paulo: Hogrefe, 2017.
- BOSA, Cleonice Alves; ZANON, Regina Basso; BACKES, Bárbara. Autismo: construção de um Protocolo de Avaliação do Comportamento da Criança – Protea-R. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, 17(3), 194-205. São Paulo, SP, Jan.-abr. 2016.
- CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. Prevalence of autism spectrum disorder among children aged 8 years: autism and development disabilities monitoring network, 11 sites, United States, 2012. **Morbidity and Mortality Weekly Report**, v. 65, n. 3, p.1-23, 2016.
- CIPRIANO, M.S.; ALMEIDA, M. T. P. O brincar como intervenção no transtorno do espectro do autismo. **Extensão em Ação**, Fortaleza, v.2, n.11, jul./out. 2016.
- COSTA, Danielle I. et al. Avaliação neuropsicológica da criança. **J. Pediatr. (Rio J.)**, Porto Alegre, v. 80, n. 2, supl. p. 111-116, Apr. 2004
- FIAES, Carla Silva; BICHARA, Ilka Dias. Brincadeiras de faz-de-conta em crianças autistas: limites e possibilidades numa perspectiva evolucionista. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 14, n. 3, p. 231-238, Dec. 2009.
- FILHO, Irineu A. Tuim; PONCE, Rosiane de Fátima; ALMEIDA, Sandro Henrique Vieira de. As compreensões do humano para Skinner, Piaget, Vygotski e Wallon: pequena introdução às teorias e suas implicações na escola. **Psicol. educ.**, São Paulo, n. 29, p. 27-55, dez. 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOMES, Paulyane T.M. et al. Autismo no Brasil, desafios familiares e estratégias de superação: revisão sistemática. **J. Pediatr. (Rio J.)**, Porto Alegre, v. 91, n. 2, p. 111-121, Apr. 2015.

GUEDES, Nelzira Prestes da Silva; TADA, Iracema Neno Cecilio. A Produção Científica Brasileira sobre Autismo na Psicologia e na Educação. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 303-309, set. 2015.

IZA, Dijnane Fernanda Vedovatto; MELLO, Maria Aparecida. Quietas e caladas: as atividades de movimento com as crianças na Educação Infantil. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 283-302, Aug. 2009.

MOTA, Márcia Elia da. Psicologia do desenvolvimento: uma perspectiva histórica. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 13, n. 2, p. 105-111, dez. 2005.

OLIVEIRA, Elisângela Modesto Rodrigues de. O Faz de Conta e o Desenvolvimento Infantil. *Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 4 – nº 1 – 2013.*

OLIVEIRA, Karina; SERTIE, Andréa Laurato. Transtornos do espectro autista: um guia atualizado para aconselhamento genético. **Einstein (São Paulo)**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 233-238, June 2017.

PAULA, C. S.; CUNHA, G.R.; SILVA, L. C.; TEIXEIRA, M. C. T. V. (2017). Conceituação do Transtorno do Espectro Autista: definição e epidemiologia. In BOSA, C. A.; TEIXEIRA, M. C. T. V. (Orgs). **Autismo: avaliação psicológica e neuropsicológica**. São Paulo, SP: Hogrefe, 2017.

STEYER, Simone; LAMOGLIA, Aliny; BOSA, Cleonice Alves. A Importância da Avaliação de Programas de Capacitação para Identificação dos Sinais Precoces do Transtorno do Espectro Autista – TEA. **Trends Psychol.**, Ribeirão Preto, v. 26, n. 3, p. 1395-1410, Sept. 2018.

TEIXEIRA, Maria Cristina T. V. *et al.* Conceituação do Transtorno do Espectro Autista: Definição e epidemiologia. *In:* BOSA, Cleonice Alves; TEIXEIRA, Maria Cristina T. V. (Orgs.) **Autismo: Avaliação psicológica e neuropsicológica**. São Paulo: Hogrefe, 2017.

TOMASELLO, M. **Origens culturais da aquisição do conhecimento humano**. São Paulo, SP: Martins Fontes. 2003.

ZWAIGENBAUM, I.; BAUMAN, M. L.; STONE, W. L.; YIRMIYA, N.; ESTES, A.; HANSEN, R. L.; WETHERBY, A. Early Identification of Autism Spectrum Disorder: Recommendations for Practice and Reseerach. **Pediatrics**, 136 (1), 10-40, 2015.

O EXERCÍCIO DA PARENTALIDADE: DENÚNCIAS DE AGRESSÃO CONTRA CRIANÇAS EM UMA DELEGACIA ESPECIALIZADA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE, À MULHER E AO IDOSO.

THE EXERCISE OF PARENTALITY: COMPLAINTS AGAINST CHILDREN IN A SPECIALIZED DELEGACY OF PROTECTION OF CHILDREN, TEENAGER, WOMAN AND ELDERLY.

PEREIRA, Patrícia¹
THIEME, André Luiz²

RESUMO: Crianças e adolescentes são recorrentes alvos de violência e é dentro do sistema familiar que na maioria das vezes encontram-se essas violências. Essas relações familiares são refletidas no sistema de justiça em forma de boletins de ocorrência, o qual resultou no objetivo deste artigo, a fim de realizar avaliação psicológica de casos encaminhados por denúncias de violência ou negligência, verificando situação de vida e contexto das pessoas acusadas de cometer violência e relacioná-los aos aspectos do exercício da parentalidade. Foram avaliados sete casos de registros de ocorrência, o resultado mostrou desestrutura em algum nível de parentalidade, as denúncias envolviam fatores como: superproteção, agressão física e valorização de aspectos físicos em detrimento de aspectos afetivos, baixo nível socioeconômicos e baixo conhecimento dos pais sobre o desenvolvimento dos filhos.

Palavras-chave: Parentalidade. Violência. Delegacia.

ABSTRACT: Children and adolescents are recurring targets of violence and it is within the family system that violence is most often encountered. These family relationships are reflected in the justice system in the form of police reports, which resulted in the purpose of this article, in order to conduct psychological assessment of cases referred by allegations of violence or neglect, verifying the life situation and context of the accused persons. Seven cases of occurrence records were evaluated, the result showed disruption at some level of parenting, the complaints involved factors such as: overprotection, physical aggression and appreciation of physical aspects to the detriment of affective aspects, low socioeconomic level and low knowledge of parents about child development.

Keywords: Parenting. Violence. Police station.

1. INTRODUÇÃO

O sistema de justiça preconiza o surgimento de novos dispositivos para atender crianças, adolescentes, mulheres e idosos, os quais, por histórico possuem uma série de direitos violados, sendo vítimas corriqueiras da violência e encontrando-se em vulnerabilidade (SANTOS, 2013). Uma dessas estratégias são as delegacias especializadas no atendimento desses indivíduos (NOBREGA, 2018).

Segundo o autor, crianças, adolescentes, mulheres e idosos se tornaram nichos-alvo de diversas políticas de segurança por todo território nacional, incluindo Santa Catarina. Neste estado criou-se a organização policial que atende sob o nome de Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso (DPCAMI).

Brito (2012) afirma que a Psicologia Jurídica, enquanto campo de intervenção do profissional psicológico tem sido um campo de constante expansão. Um dos recentes desdobramentos do campo da Psicologia Jurídica, que está em constante expansão, corresponde a Psicologia Policial (NOBREGA et al, 2017; BRITO, 2012), neste âmbito as práticas são pautadas no fenômenos da violência e do crime, de modo a contribuir para com a segurança pública. Santa Catarina é o Estado pioneiro do cargo, no âmbito da polícia civil. As Delegacias de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso (DPCAMI), de acordo com as orientações das delegacias especializadas, integram a estrutura da Polícia Civil objetivando preconizar ações de prevenção, investigação e apuração de fatos acerca de processos de violência dos nichos supracitados (BRASIL, 2010).

De acordo com Rifiotis (2004), os serviços de polícia foram criados para ampliar o acesso ao sistema de justiça a causas antes consideradas da ordem privada, possibilitando reduzir a impunidade. Dentre as diversas ações realizadas pelas delegacias, estão o registro de Boletim de Ocorrência, realização da investigação dos crimes e a solicitação ao juiz das medidas protetivas de urgência (BRASIL, 2012). Nobrega et al. (2017) ressalta que realizar essa análise de trabalho contribui para que os estudos em Psicologia entendam melhor o processo de violência, enquanto um processo multicausal, e seus atravessamentos. O olhar ampliado sobre esse tema torna-se fundamental, de forma

que a ciência psicológica não naturalize a violência, superando a relação divisória de vítima e agressor e contribuindo com um viés sistêmico ao fenômeno.

A partir da experiência de campo na Delegacia, obtendo informações sobre registros de ocorrência referente a agressão dos responsáveis, deu-se por finalidade avaliar parte desses registros e relatar proporcionando melhor compreensão de como tem sido exercida a parentalidade entre esses casos que chegam ao conhecimento de órgãos civis.

As Delegacias de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso (DPCAMI), integram a estrutura da Polícia Civil objetivando preconizar ações de prevenção, investigação e apuração de fatos acerca de processos de violência (BRASIL, 2010).

Nobrega et al. (2017) ressaltam que realizar o trabalho em Delegacia contribui para que os estudos em Psicologia entendam melhor o processo multicausal de violência e seus atravessamentos. O olhar ampliado sobre esse tema torna-se fundamental, de forma que a ciência psicológica não naturalize a violência, superando a relação divisória de vítima e agressor e contribuindo com um viés sistêmico ao fenômeno.

A experiência no campo, em uma DPCAMI, teve por objetivo realizar avaliação psicológica de casos encaminhados por denúncias de violência ou negligência dentre os meses de fevereiro a maio de 2019. O intuito foi verificar os fatores associados a estas demandas. Desta forma, foi proposto investigar sinais de violência em crianças encaminhadas, bem como investigar a situação de vida e contexto das famílias envolvidas.

Por meio de tais entrevistas, foi possível verificar como era efetuada a função da parentalidade nas famílias e relatar dados interessantes para melhor compreensão, podendo apontar possibilidades de futuras intervenções, que serão destacadas.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O artigo foi elaborado a partir da experiência de estágio específico no curso de Psicologia. O estágio seguiu os pressupostos da abordagem qualitativa, pois buscou apreender as situações de vida e contexto das pessoas acusadas de cometer violência (MINAYO, 1998). Caracterizou-se como exploratório-descritiva, por investigar um

campo de conhecimento e visar descrever e caracterizar aspectos relatados durante as intervenções vivenciadas.

As intervenções ocorrem no campo após o registro de Boletim de ocorrência ou por meio de denúncias, quando o delegado encaminha os casos que julgar necessário de avaliação para o psicólogo policial ao setor de psicologia. Atualmente, uma psicóloga policial é responsável pelas demandas no território. A partir disso, é entrado em contato com os sujeitos que figuram como necessários para investigações, podendo ser: vítimas, agressores, suspeitos, ou quem pode ter presenciado a ação. O contato é telefônico ou por documentos oficiais da polícia civil em forma de correspondência, intimações, a fim de que compareçam à delegacia em data agendada para atendimento psicológico. Ao final do atendimento, foi realizado um relatório psicológico, a fim de fornecer subsídios para orientar os trabalhos de compilação de informações e de sugerir novas investigações, atendendo a possibilidade de ser utilizado em conjunto a outras evidências.

As atividades previstas para o campo foram: atendimento a vítimas de violência, agressores, ou demais pessoas associadas ao caso; auxiliar na produção de documentação psicológica, como relatórios psicológicos e na elaboração de informações (documento de comunicação com breve resumo do atendimento realizado pelo Setor de Psicologia em resposta ao delegado). Durante o estágio foram atendidos 7 casos.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A transição para a parentalidade é uma grande mudança para os pais, extremamente delicada, complexa e com novas responsabilidades, pois envolve inúmeros fatores, internos e externos (MENEZES, 2001). Compreende-se que o estabelecimento de laços entre os pais e filhos favorece o desenvolvimento afetivo e cognitivo da criança, e ao mesmo tempo propicia aos pais o sentimento de serem suficientemente bons (PLUCIENNIK; LAZZARI; CHICARO, 2015).

Cada indivíduo vai desenvolver padrões de interação para as novas funções parentais em construção (MENEZES, 2001), sendo elas também espalhadas no que é socialmente construído (SILVA; PICCININI, 2007).

O desenvolvimento de todos os fatores que envolvem a parentalidade não se apresenta como uma tarefa fácil, com isso, por diversas vezes, os pais buscam, um manual para orientação quanto aos comportamento de seus filhos, mas não é possível

obtê-lo, já que cada criança terá sua subjetividade e é papel dos responsáveis tratá-la de forma adequada (DE MARQUE, 2006). Apesar de não existir uma receita, é possível destacar comportamentos parentais positivos, que são os comportamentos que têm como objetivo promover o desenvolvimento da criança e do adolescente e gerir os comportamentos-problema de uma forma positiva (CRUZ, 2014).

Segundo o autor são cinco os princípios educativos fundamentais na atuação dos pais face aos seus filhos:

1. Satisfação das necessidades básicas
2. Satisfação das necessidades de afeto, confiança e segurança
3. Organização de um ambiente familiar estruturado
4. Organização de um ambiente familiar positivo e estimulante
5. Supervisão e disciplina positiva.

Os cuidados básicos são aqueles que garantem alimentação, proteção, vestuário, rotina de sono e precaução contra acidentes ou doenças preveníveis. Por mais de se tratarem de básicas, essas ações revelam-se complicadas de serem realizadas. O não cumprimento dessas situações, habitualmente é identificado como maus tratos ou negligência. Além de colocar em risco a integridade física da criança, a não satisfação das necessidades básicas transmitem uma mensagem de desvalorização e desrespeito pelo indivíduo (CRUZ, 2014).

Os relacionados ao afeto integram comportamentos e atitudes que asseguram o respeito pela criança como indivíduo, favorecendo oportunidades para que possa gerir seus riscos e ter mais autonomia quanto às suas próprias escolhas (O'CONNORr, 2006 apud GOMIDE, 2017). A qualidade do afeto propiciado a criança tem papel crucial no seu desenvolvimento, e a falta deste pode ser desencadeadora de comportamentos antissociais, consumo de álcool e drogas e comportamentos infratores. A falta pode ser denominada como negligência, que por sua vez é caracterizada pela desatenção pela ausência, pelo descaso, pela omissão ou, simplesmente, pela falta de amor (GOMIDE, 2017).

A construção de um ambiente relacional ao mesmo tempo caloroso e responsivo trata-se de um ambiente que propicie o carinho, humor positivo, reforços positivos e elogios. Contudo não basta somente esses itens, é importante que as ações dos pais sejam responsivas, ou seja, contingentes as ações, interesses e necessidades dos filhos. Estas atitudes exigem dos pais um conjunto de habilidades e competências, que pode ser também adquirida a partir da observação e interpretação das pistas apresentadas pelo filho. Contudo, as necessidades infantis não se restringem apenas na dimensão emocional,

mas também na dimensão cognitiva, por exemplo, no aprendizado de algo novo, por isso é preciso perceber também as competências e dificuldades da criança. Quando um adulto consegue ser sensível aos sinais que a criança apresenta, e os interpreta adequadamente, pode responder em função disto. Assim, demonstra que respeita a criança na sua individualidade e partilha com esta uma forma de pensar sentir nas situações (CRUZ, 2014).

O terceiro princípio é referente à organização do ambiente familiar. Traduz-se em aspectos referentes à organização do tempo, espaço e regras de funcionamento. A casa deve ser organizada de forma a permitir o funcionamento adequado da família, e mais ainda, proporcionar espaço funcional à criança. A organização do espaço pode ser potenciadora da organização mental das crianças e adolescentes, e inibidora de conflitos interpessoais relacionados com a delimitação do espaço. Quanto ao tempo, a organização resume-se na existência de rotinas diárias, semanais, mensais e anuais. Favorece a organização da ação e evitar maiores desgastes quanto a adaptação de novas situações.

A rotina diária cumpre ainda a importante função de permitir à criança antever o que se vai passar no momento seguinte e construir a noção de sequência. As regras funcionais familiares se referem à organização do ambiente familiar. Essas regras são exigências colocadas à criança, seja de caráter convencional, de caráter pró-social, ou ainda de caráter moral. Muitas vezes os pais não consideram necessário deixar as regras explícitas de forma clara, pois acham que a criança já deve saber ou são pequenas demais para entender (CRUZ, 2014).

Desde que nasce a criança precisa de ambiente estimulante, que detenha sua atenção e permita construir conhecimento acerca do meio que a envolve. Esse é o quarto princípio da parentalidade positiva, mas para que a estimulação seja realmente eficaz em produzir efeitos positivos nas crianças ou adolescentes, é necessário que se considerem concomitantemente os dois princípios educativos supracitados, ou seja, a estimulação deve ser aplicada em um contexto organizado e de forma positiva e responsiva (CRUZ, 2014).

Por fim, supervisionar e disciplinar positivamente constitui o quinto princípio. Supervisionar implica em estar atento e recolher informações sobre o que a criança ou adolescente faz, onde e quais são suas companhias. Porém, essa supervisão não deve ser estressante, fazendo com que a criança ou adolescente não se sinta confiável e nem mesmo tenha um pouco de autonomia e privacidade para conhecer e experimentar novas

ações. O excesso de perguntas ou supervisão pode desenvolver nos dependentes uma extrema criatividade em busca de proteger seus segredos e agressividade quanto a represália dos adultos (GOMIDE, 2017). Ainda, referente a disciplinar positivamente, refere-se a que se deve ao objetivo de promoção de comportamentos adequados e não apenas de eliminação de comportamentos inadequados por meio de ações punitivas. Assim, entende-se como disciplina positiva um conjunto de estratégias comportamentais não agressivas que permitem aos pais ensinar e modelar os comportamentos socialmente adequados e a lidar com situações de descumprimentos de regras (CRUZ, 2014).

A partir desses princípios serão relatadas de forma geral as principais funções parentais exercidas, que chegam ao conhecimento da delegacia por meio de Boletins de ocorrência.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 AGRESSÃO FÍSICA

Um determinante de comportamentos inadequados frente ao cuidado aos filhos é visão social da agressão física como forma educativa. Não é raro ouvir dos pais envolvidos em acusações de agressão, que precisam utilizar da punição corporal quando a criança se comporta de forma inadequada. É também comum ouvir das próprias crianças a justificativa de comportamento inadequado, entretanto não sabem definir o que é a ação errada ou o motivo de não dever executá-la.

Marchi (2015) constatou que, na maioria das vezes, a criança ou adolescente não demonstra sofrimento, pois acreditam que são agredidas porque não obedeceram ou fizeram coisas erradas. Essa afirmativa acontece frequentemente e talvez não sejam deles as vozes que justifiquem as ações. Assim, é possível identificar que este tipo de fala escondem duas outras violências, que são: a banalização da violência, a ponto de compreender que castigo físico pode ser educativo e a alienação às concepções do que seja “certo” e “errado”.

As punições corporais são uma marca da fraca qualidade dos cuidados, considerados o ponto extremo negativo do cuidado parental. A parentalidade sensível representa o ponto oposto no processo de parentalidade (PLUCIENNIK; LAZZARI; CHICARO, 2015). Segundo Moreira e Sousa (2012) essa prática é a expressão do abuso do poder dos pais que não compreendem as crianças e os adolescentes. Demarca uma

visão da criança como objeto ou propriedade do adulto, permitindo a banalização da violência.

Marchi (2015) sugere que, os motivos para a agressão, são atravessados por exigências que se faria a adultos. Nas experiências em casos de agressão é possível constatar que a motivação para a agressão geralmente surgiam de conflitos dos adultos que convivem com a criança. O que está presente na hora da agressão, não é a criança ou o adolescente, mas sim um espelho dos conflitos dos adultos responsáveis.

Ao perguntar aos pais sobre o que pensavam em relação a agressão, os adultos também recordam-se de quando eram agredidos por seus responsáveis e não gostavam, mostrando assim uma reprodução da violência. Em proposta para reflexão, os pais relatam um repertório de atitudes não violentas possíveis para ensinar os seus dependentes, mas não a aplicam da forma que descrevem.

4.2 SUPERVALORIZAÇÃO DAS NECESSIDADES BÁSICAS EM DETRIMENTOS DOS OUTROS MÉTODOS DE EXERCER A PARENTALIDADE

Sabe-se que é de extrema importância que os responsáveis propiciem qualidade nas necessidades básicas de seus dependentes. Entretanto, os pais em atendimento na delegacia apontam em seus relatos o quanto são responsáveis e bons no exercício de tais funções, esquecendo-se das necessidades sociais e de afeto. Estas são de extrema importância para o desenvolvimento saudável da criança ou adolescente.

O cuidado básico é o primeiro princípio para o exercício da parentalidade positiva, são aqueles que garantem alimentação, proteção, saúde e segurança. A não satisfação das necessidades básicas transmite uma mensagem de desvalorização e desrespeito pelo indivíduo e habitualmente são identificadas como maus tratos ou negligência (CRUZ, 2014). Contudo, o atendimento das necessidades básicas não é o suficiente.

As necessidades afetivas da criança ou adolescentes ficam desatendidas, todos os registros de agressão física trouxeram consigo uma falta de habilidades sociais da criança ou do adolescente, principalmente naquelas de expressão de sentimentos. Este fenômeno reflete a habilidade dos pais em auxiliar psicologicamente seu dependente a reconhecer e expressar emoções.

O'Connor (2006 apud GOMIDE, 2017) já descreve que o afeto também assegura o respeito pela criança como indivíduo. A qualidade do afeto propiciado a criança tem

papel crucial no desenvolvimento, e a falta deste pode ser desencadeadora de comportamentos antissociais, consumo de álcool e drogas e comportamentos infratores (GOMIDE, 2017).

Por vezes a criança inventa ou fantasia acusações, para se sentirem notadas. A criança ou adolescente passa a desqualificar um de seus genitores (falando mal do pai quando está com a mãe e da mãe quando está com o pai). Essa desqualificação pode estar intimamente ligada ao modo como percebe o desprendimento afetivo dos pais, quando estão longe em uma atitude claramente defensiva (“já que eles não se importam, eu diminuo sua importância em minha existência” - fala hipotética não verbalizada). Essa aparente confusão sugere uma necessidade de maior apego aos pais e evidencia a lacuna afetiva presente.

Assim, parece que a visão de que a criança é um parceiro ativo das interações, que necessita de afeto e sustentação emocional como Pluciennik, Lazzari e Chicaro (2015) citam, não parece estar sendo vivenciada nos registros de ocorrências. Em exemplo, há casos na delegacia que crianças ou adolescentes, acusam os pais de maus-tratos, porém no relato dos adultos, estes não se confirmam.

4.3 BAIXO CONHECIMENTO DOS PAIS QUANTO A FASE INFANTIL E SEUS RESPECTIVOS COMPORTAMENTOS

O desconhecimento dos pais quanto à fase da infância ou adolescência é fato comum nos relatos. Muitos deles não compreendem as atitudes ou comportamentos dos filhos, esperando deles uma atitude igual à de adultos. Como os motivos alegados pelos cuidadores para violentarem as crianças ou adolescentes, por exemplo, que são exigências que se fariam a adultos. Como citado por Marchi (2015), geralmente os motivos alegados pelos cuidadores para violentarem as crianças ou adolescentes são exigências que se faria a adultos cujo descumprimento por parte da criança ou adolescente não se concebe. Via de regra, são projeções de seus conflitos psíquicos, ou algo mais simples, como a irritação. Esqueceu-se que se está ao lado de uma criança ou adolescente, estes não estão presentes, mas apenas espelhando os conflitos dos adultos. Logo, são vistos como adultos, abolindo-se as diferenças.

Por um longo período da história as crianças foram vistas como pequenos adultos (ARIÈS, 1981). Passados os séculos parece que, mesmo diante de diversas mudanças

culturais e de atitudes, ainda há a concepção, que a criança ou adolescente é capaz de compreender e ter comportamentos equivalentes aos de adultos. Por isso, não são passadas as regras e valores da família aos menores. Os pais acham que a criança já deve saber ou são pequenas demais para entender (CRUZ, 2014). Ignoram a importância de deixar claro o funcionamento da família, promovendo um relacionamento mais adequado entre os membros (GOMIDE, 2017).

4.4 SUPERPROTEÇÃO

Há também aqueles responsáveis que superprotegem e investigam a todo tempo algo que possa estar errado para que, de algum modo, possam proteger, antever e prevenir qualquer tipo de exposição tomada como ruim pelo responsável. Para Cruz (2014) a supervisão adequada é um aspecto positivo da parentalidade. Contudo, é possível verificar pais que se excedem e usam do sistema público para proteger seus descendentes, acima de qualquer tipo de negação ou falta de evidência para o fato ocorrido.

Nesses casos é possível verificar também, que muitos dos pais espelham seus conflitos internos no filho, numa tentativa de não querer que este passe por algo semelhante ao que passou. Uma mãe estava muito alterada, desejando mover todos os recursos jurídicos para punição de uma tentativa de beijo forçado de um adulto em sua filha, por exemplo. Em contrapartida a filha relatava que só gostaria de esquecer o fato e não ter mais que narrar a história. Ao reviver o sofrimento diante do fato com a sua filha, a mãe mostrou-se mais preocupada com a punição do autor do que com o sofrimento psíquico da filha.

4.5 BAIXO NÍVEL SOCIOECONÔMICO

Outro fator é o baixo nível socioeconômico, que pode canalizar o foco da família na busca por outros aspectos e diminuir a atenção ao cuidado proporcionado a criança ou adolescente. Não são incomuns os casos em que família precisa mover diversos recursos para chegar até o Registro de um Boletim de ocorrência. Por falta de dinheiro, informação, carro ou necessidade de trabalho, acabam por postergar um registro de algo que chega ao conhecimento público depois de diversos fatos já ocorridos ou a um bom período de

suspeita. Assim, fazendo com que a criança precise esperar pelo esforço de seus responsáveis para a obtenção de seus direitos.

A pobreza, por sua vez, configura-se como um fator de risco grave a atingir a família, por si só pode acarretar e gerar outros fatores de risco, como a história de desenvolvimento dos pais e suas habilidades parentais, além da limitação para o ajustamento infantil positivo (SILVA, 2008).

4.6 CONFLITOS FAMILIARES

Não é possível relatar casos em uma delegacia e não remeter aos casos em que a criança é tomada como protagonista de um processo, mas acaba ficando como pano de fundo de conflitos familiares. Os genitores obstinados a provar que o outro responsável não é bom, acabam promovendo alienação parental. São diversos os casos que se apresentam como um boletim de ocorrência de um pai contra o outro.

Por meio da entrevista fica claro que os motivos dos registros são para obter ganhos secundários ao processo. A retirada do parceiro (a) de casa; a busca por provas para que o outro não possa visitar a criança; a tentativa de se precaver com provas antes que o outro tente a obtenção de algum direito. São diversas as justificativas que ficam evidentes diante das narrações dos pais. Não é incomum ver um desinteresse quanto ao sofrimento da criança ao adolescente referente ao vínculo com um dos pais.

Dolto (1989) postula que as discordâncias de um casal provêm de dificuldades de ambas as partes relacionadas com a evolução individual de cada um deles. Já na tentativa de contato para intimação de avaliação psicológica é possível observar a falta de interesse em seu descendente. Na maioria dos casos são agressivos, mostrando desinteresse em expor os fatos, desejando apenas que o(a) acusado(a) seja punido.

A alienação parental é extremamente prejudicial para a criança ou adolescente, podem ser responsáveis por grande sofrimento psíquico da criança ou adolescente (POURA; CABRERA, 2014). D’Affonseca e Williams (2011) apontam que relações conflituosas entre os pais são relacionadas à maternagem problemática, baixa sensibilidade materna, apego inseguro e desorganizado da criança.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as experiências das entrevistas na delegacia foi possível constatar que em todos os casos atendidos havia a desestrutura em algum nível da parentalidade. Os aspectos mal exercidos identificados foram apontados acima, como forma de verificação do que está em plano de fundo nas denúncias.

A experiência é importante para a proposição de novas intervenções, podendo servir como prevenção. A remediação, como forma de denúncias e processos, acabam, por vezes, a prejudicar ainda mais o afeto e vínculo da criança com seus responsáveis. Seria muito valoroso o trabalho com responsáveis para que passem a visualizar a criança ou adolescente como um indivíduo, que pensa, sente e age; assim muitos registros de boletim de ocorrência e seus gastos poderiam ser evitados.

Não cabe a conclusão relatar que os registros são desnecessários, mas que seria possível evitar casos em que o bem-estar da criança não é vista como prioridade nos processos. Não sendo possível a intervenção precoce e o ensino da parentalidade, mostrou-se de extremo valor o atendimento aos pais feito por um profissional de Psicologia. Este profissional propicia um olhar mais amplo à demanda, verificando além da acusação as relações intrafamiliares que ficam evidentes no decorrer dos casos.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Normas técnicas de padronização das delegacias especializadas de atendimento às mulheres - DEAMs**. Brasília, DF, 2010.

CRUZ, O. Que parentalidade?. A tutela cível do superior interesse da criança. **Tomo III**, 2014.

D’AFFONSECA, S. M.; WILLIAMS, L. C. A. Habilidades maternas de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão da literatura. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 236-251, 2011.

DOLTO, F. **Quando os pais se separam**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1989.

GOMIDE, P.I. C. **Pais presentes, pais ausentes: regras e limites**. Petrópolis - RJ: Editora Vozes Limitada, 2017.

MENEZES, C.C. **A relação conjugal na transição para a parentalidade: da gestação ao segundo ano de vida do bebê.** 2001. 139 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2001.

MOREIRA, M. I. C. e SOUSA, S. M. G. Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública. **O Social em Questão**. n. 28, p. 13-26, 2012. Disponível em: <<http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/2artigo.pdf>>.

NOBREGA et al. A Inserção de Estagiários de Psicologia Policial em uma Delegacia Especializada. In: 3º Fórum de Direitos Humanos e Saúde Mental, 2017, Florianópolis, **Anais**. Florianópolis, abrasme, 2017. Disponível em: <http://www.direitoshumanos2017.abrasme.org.br/resources/anais/8/1491872037_ARQUIVO_ResumoExpa ndidoLucasNobrega.pdf>.

NOBREGA, Lucas Mentor de Albuquerque et al. Caracterizando a psicologia policial enquanto uma psicologia social jurídica. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 70, n. 3, p. 148-165, 2018.

PLUCIENNIK, G.A.; LAZZARI, M.C.; CHICARO, M.F. **Fundamentos da família como promotora do desenvolvimento infantil: parentalidade em foco.** 1. Ed. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal - FMCSV, 2015.

MOURA, M.R.; CABRERA, R.A. **A Síndrome da Alienação Parental.** 2014. 51 f. Monografia (Bacharel em Direito) - Centro Universitário Toledo Araçatuba-SP, 2014.

SANTOS, D. H. dos. **Violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes e afirmação de direitos: a notificação compulsória no Hospital das Clínicas de Pernambuco.** 2013.191 f. Dissertação (Mestrado Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE, 2013.

SILVA, N. C.B. da et al. Variáveis da família e seu impacto sobre o desenvolvimento infantil. **Temas em Psicologia**, v. 16, n. 2, p. 215-229, 2008.

SILVA, M. da R.; PICCININI, C. A. Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo. **Estudos de psicologia**, v. 24, n. 4, p. 561-573, 2007.

**O CUIDADOR DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA):
CORRELAÇÃO ENTRE QUALIDADE DE VIDA, SUPORTE SOCIAL, NÍVEL
SOCIOECONÔMICO E DESEMPENHO FUNCIONAL DO INDIVÍDUO COM TEA**

**THE CAREGIVER OF THE PERSON WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER
(ASD): CORRELATION BETWEEN QUALITY OF LIFE, SOCIAL SUPPORT,
SOCIAL CLASS AND PHYSICAL FUNCTIONAL PERFORMANCE**

OLIVEIRA, Cristiani Quinelato de¹
THIEME, André Luiz²
SOUZA, Aline Bernardes de³

RESUMO: O objetivo desta pesquisa é verificar a qualidade de vida do cuidador principal da pessoa com TEA, o suporte social percebido, o nível sócio-econômico e o desempenho funcional do indivíduo com TEA e apurar a correlação entre estas variáveis. Para isto contou-se com a participação de 10 cuidadores de crianças com TEA e seus respectivos infantes. Os cuidadores responderam os questionários WHOQOL-bref, Nível Socioeconômico da ABEP, Escala de Suporte Social e o Inventário de Avaliação Pediátrica (PEDI). Como resultado, foi possível identificar que a qualidade de vida e o suporte social destes é regular, o nível sócio-econômico classifica-se entre B1 a D e a grande maioria das crianças apresentam um desempenho funcional inferior. O suporte social percebido parece ser inversamente proporcional ao grau de comprometimento da criança com TEA, quanto maior o grau de comprometimento funcional da criança menor é a ajuda fornecida pelos familiares e amigos.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Qualidade de vida. Nível Socioeconômico. Desempenho Funcional.

ABSTRACT: The objective of this research is to verify the quality of life of the main caregiver of the person with ASD, the perceived social support, the socioeconomic level and the functional performance of the individual with ASD, and to determine the correlation between these variables. This involved the participation of 10 caregivers of children with ASD and their infants. The caregivers answered the questionnaires: WHOQOL-bref, ABEP Socioeconomic Level, Social Support Scale and the Pediatric Assessment Inventory (PEDI). As a result, it was possible to identify that their quality of life and social support is regular, the socioeconomic level is between B1 to D and the majority of children have a lower functional performance. The perceived social support seems to be inversely proportional to the degree of impairment of the child with ASD, the higher the degree of functional impairment of the child, the less help is provided by family and friends.

Keywords: Autism Spectrum Disorder. Quality of Life. Social Class. Physical Functional Performance.

¹Graduanda em Psicologia, Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE.

²Mestre em Psicologia, Docente do Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE.

³Doutora em Distúrbios do Desenvolvimento, Docente do Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE.

*e-mail: cristianiquinelato@unifebe.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracteriza-se como uma alteração do neurodesenvolvimento que ocasiona prejuízos nas habilidades sociais, comportamentais e de comunicação do indivíduo dificultando, assim, sua relação com os pais, irmãos, familiares e a sociedade.

Estes indivíduos, quando ainda bebês, tendem a ser apáticos demonstrando um maior interesse em interagir com objetos do que com os familiares. Comportamentos estereotipados como a organização de objetos em fileiras, o abanar das mãos constantemente e o gosto por brinquedos giratórios são comumente observados na infância e se prolongam para a idade adulta. A resistência a mudanças e os interesses limitados são características também presentes nestes indivíduos (MIELE; AMATO, 2016) bem como déficits intelectuais e motores.

As alterações no desenvolvimento global somado as características típicas do TEA podem promover uma dependência funcional do indivíduo e a necessidade constante da assistência de um cuidador em suas atividades de vida diária (AVD`s). Esta necessidade de apoio e preocupação frequente tende a gerar comprometimentos na qualidade de vida do cuidador que podem ser intensificadas pela ausência de um suporte social e dificuldades financeiras encontradas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Transtorno do Espectro Autista (TEA)

O TEA é descrito como um transtorno do neurodesenvolvimento tendo como critérios diagnósticos os déficits persistentes na comunicação social, na interação social e nos padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014). Os indivíduos envolvidos tendem a apresentar uma variabilidade nos sintomas característicos principalmente aos relacionados as dificuldades em desenvolver, manter e compreender relacionamentos e a manutenção da reciprocidade socioemocional. Algumas comorbidades são frequentemente observadas nestes como os prejuízos intelectuais e orais, as alterações nas habilidades motoras grossas e finas, os quadros ansiosos e depressivos, hiperatividade, distúrbios do sono, problemas gastrointestinais e epilepsia (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014; CZERMAINSKI et al.,2014).

Diversos fatores como anormalidades estruturais e funcionais cerebrais, alterações genéticas, hereditariedade, uso de medicamentos durante o período gestacional e condições ambientais tem sido apontados como preditores para o desenvolvimento do TEA porém sua etiologia ainda não está bem definida. Sabe-se que ele acomete mais intensamente o sexo masculino do que o feminino e que cerca de 0,5% da população apresenta o transtorno (OLIVEIRA; SERTIÉ, 2007; PEREIRA, SCHMITT; 2016).

O TEA pode ser subdividido em categorias que identificam o grau de severidade de seus comprometimentos e a necessidade de apoio externo: grau um, exige apoio; grau dois, exige apoio considerável; e grau três exige apoio excessivo (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

2.2 Qualidade de vida

De acordo com Pereira, Teixeira e Santos (2012), a qualidade de vida (QV) é definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como a percepção do indivíduo de que suas necessidades estão sendo satisfeitas para alcançar a autorrealização e a felicidade, independente de sua saúde física, das condições econômicas e sociais em que vive. Trata-se, também, de um conceito subjetivo que pode estar relacionado a satisfação do indivíduo em outros elementos importantes de sua vida como o trabalho, a família, os amigos e as demais circunstâncias de seu cotidiano (PEREIRA; TEIXEIRA; SANTOS, 2012).

A presença no contexto familiar de uma criança com TEA pode acarretar uma série de mudanças nas relações familiares, desencadeando altos níveis de estresse, além da redução dos vínculos sociais já existentes. Este nível de estresse elevado é capaz de gerar uma série de doenças psicológicas, entre elas a ansiedade e a depressão, muitas vezes devido a rara ou inexistente aceitação da sociedade e dos membros familiares em relação a esta criança afetando, significativamente, a qualidade de vida do cuidador e da família (BARBOSA; FERNANDES, 2009).

Uma pesquisa americana realizada com o intuito de avaliar a qualidade de vida de cuidadores de crianças com TEA constatou que as relações sociais vivenciadas por pais de uma criança com TEA, eram significativamente menores do que pais de crianças que não possuíam o transtorno. As mães também apresentaram escores reduzidos nos quesitos: físicos, de relações sociais e psicológicos, necessitando assim, de intervenções e suportes mais direcionados e

específicos (BARBOSA; FERNANDES, 2009). Nogueira e Rio (2011) também constataram que a saúde e o bem-estar dos pais de indivíduos com TEA são alterados pela priorização da saúde e bem-estar do filho em detrimento da sua.

Corroborando com os estudos realizados pelos autores citados anteriormente, Andrade e Teodoro (2012) mencionam que o estresse, a ansiedade e a depressão são significativamente maiores em pais de crianças com TEA, se comparados a outras patologias e síndromes, como a Síndrome de Down.

2.3 Suporte Social

O suporte social (SS) caracteriza-se pela quantidade de relações particulares ou gerais de amizade, conjugais ou organizacionais que permeiam a vida do indivíduo (ORNELAS, 1994) e expressam preocupação pela outra pessoa, pelo cuidar do outro, dar conselhos, sugestões e socializar-se. Podem ainda ser consideradas como relações sociais que possibilitem suporte social, as advindas da paternidade, dos vizinhos, conhecidos e as provenientes de associações religiosas, políticas e recreativas. Deve-se, no entanto, levar em consideração, o fato de que algumas vezes estas relações podem gerar prejuízos, pois ao passo que podem possibilitar assistência, pode gerar situações de estresse e conflito, o que pode ser caracterizado e influenciado pela qualidade dessas relações (PINHO et al., 2012).

A rede social de quem adoece tende a ser reduzida ocasionando um isolamento social do indivíduo prejudicando-o ainda mais. O fato dos pais e/ ou cuidadores dedicarem-se totalmente a criança acaba por afastá-los do meio social e por vivenciar situações de preconceito e incompreensão da sociedade. Diante disto, muitos familiares acabam traçando estratégias para o enfrentamento destas situações mediante as informações disponíveis em livros e redes sociais (MACHADO, LONDERO E PEREIRA, 2018).

A preocupação com o futuro desta criança é outra questão que aflige os pais já que sabem que não poderão estar sempre presentes na vida do filho auxiliando nos seus cuidados, percebendo que necessitarão de ajuda futuramente (MACHADO, LONDERO E PEREIRA, 2018). Barbosa e Fernandes (2009) destacam que as relações sociais da família com crianças com TEA podem receber uma significativa redução, ocasionando rupturas em seus vínculos sociais.

2.4 Nível socioeconômico

O nível socioeconômico (NS) é um modo de estratificação das famílias ou dos indivíduos mediante uma grandeza sintética de posição social considerada como um construto teórico, com uma variável latente, no qual o critério utilizado é a combinação de informações relacionadas a educação, ocupação e riqueza/ rendimentos dos indivíduos (ALVES; SOARES, 2009). No Brasil, as pesquisas mais influentes e científicas utilizam o Critério da Classificação Econômica Brasil, desenvolvido pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) que categoriza, socioeconomicamente, as famílias ou os indivíduos em classes de A a E, que variam conforme a renda financeira mensal de R\$ 25.554,33 a R\$ 719,81.

O impacto das condições financeiras dos pais de indivíduos com TEA sobre a sua qualidade de vida foi descrito por Nogueira e Rio (2011) ao mencionarem que umas das maiores dificuldades vivenciadas durante o tratamento caracterizava-se por fatores sócio-econômicos, devido ao fato de influenciarem outros aspectos relacionados com a doença, tais como as dificuldades de angariar recursos que possibilitem manutenção de seus filhos em consultas médicas especializadas, terapias físicas e ocupacionais.

2.5 Desempenho funcional do indivíduo com TEA

A capacidade funcional de um indivíduo se constitui como um importante indicador de saúde e qualidade de vida já que considera aspectos relacionados à independência e desempenho nas atividades cotidianas como o uso do banheiro, a manipulação de copos e talheres, o vestir, o deslocamento em diferentes ambientes e a resolução de pequenos problemas (SILVA, PEDRAZA e MENEZES; 2015).

Segundo Barbosa e Fernandes (2009), as crianças que possuem assistência e suporte especializado, apresentam uma significativa chance de viver de forma independente quando alcançam a fase adulta, além de fazerem parte do mercado de trabalho e de se relacionarem socialmente. Nos Estados Unidos, por exemplo, há indivíduos com TEA que moram sozinhos, obtiveram oportunidades de estudo, casaram ou conseguiram um emprego.

Trabalhos realizados visando verificar o desfecho a longo prazo sobre independência do indivíduo com TEA, sugerem que aproximadamente dois terços dessas crianças são incapazes de viver independentemente, sendo apenas um terço, capaz de atingir um grau de dependência pessoal e autossuficiência quando adultos (KLIN, 2006).

Neste sentido, este trabalho possui como objetivo verificar a qualidade de vida do cuidador principal da pessoa com TEA, o suporte social percebido, o nível sócio-econômico e o desempenho funcional do indivíduo com TEA e apurar a correlação entre estas variáveis.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento deste estudo contou-se com a participação de 10 cuidadores de crianças com TEA, de ambos os sexos, com idades entre 22 a 50 anos que responderam os questionários e inventários sobre a sua QV, o NS familiar, o SS e o desempenho funcional da criança com TEA. Destes participantes, 8 são mães de crianças com TEA, 1 é pai e 1 avó; 7 possuem ensino médio completo, 1 incompleto e 2 o ensino superior e; 8 são casados, 1 é solteira e 1 divorciada. O tempo de contato direto com a criança com TEA é de 8 a 24 horas/dia. As crianças sob supervisão dos cuidadores possuem idades entre 1 ano e 6 meses a 6 anos e nenhuma comorbidade associada ao diagnóstico de TEA. Duas destas possuem grau moderado de TEA, 5 com grau leve e 3 sem grau definido. A pesquisa ocorreu com cuidadores de crianças com TEA que possuem vínculo com uma instituição de atendimento especializado em crianças com alteração no desenvolvimento global em um município do Vale do Itajaí.

Inicialmente realizou-se um questionário de identificação dos participantes para categorizar a amostra e obter dados relativos ao grau de TEA das crianças e informações do cuidador referentes a: idade, estado civil, escolaridade, ocupação e o quantitativo de horas diárias em contato direto com a criança com TEA.

Entre os instrumentos utilizados tem-se o WHOQOL-bref, versão em português resumida do *World Health Organization Quality of Life*, questionário desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que avalia a QV do indivíduo por meio de 26 questões e quatro domínios: físico (FIS), psicológico (PSI), relações sociais (RS) e meio ambiente (MA). Das 26 perguntas, 2 correspondem a inquéritos gerais de QV e as demais aos 4 domínios. As respostas recebem uma pontuação que varia de 1 a 5. As pontuações são somadas por domínio e divididas pelo número de questões. Posteriormente, cada escore é codificado e classificado em um nível de QV: muito boa (5), boa (4 a 4,9), regular (3 a 3,9) ou com necessidade de melhora (1 a 2,9) (PEDROSO et al., 2010).

O Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB) da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa - ABEP (2019) foi aplicado para determinar o NS familiar do cuidador da criança com TEA. Este verifica a quantidade de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, banheiros, automóveis, motocicletas, empregados domésticos bem como o grau de escolaridade

do chefe da família e os serviços públicos disponíveis na residência. Cada item recebe uma pontuação de acordo com a quantidade, a escolaridade e as infraestruturas disponíveis que são somados e codificados em um classe socioeconômica que pode ser A (R\$ 25.554,33), B1 (R\$ 11.279,14), B2 (R\$ 5.641,64), C1 (R\$ 3.085,48), C2 (R\$ 1.748,59) ou D -E (R\$ 719,81).

O terceiro instrumento utilizado foi o *Social Support Questionnaire* (SSQ), composto por 27 questões capazes de fornecer dados sobre o grau de satisfação com o suporte social percebido pelo cuidador e o número de pessoas/figuras que poderiam auxiliar o cuidador em algum momento da vida. As respostas obtidas são divididas em duas partes: a primeira refere-se ao número de fontes de suporte recebido e a segunda parte indica o grau de satisfação que este suporte é capaz de oferecer, que pode ser: muito satisfeito (6), razoavelmente satisfeito (5), um pouco satisfeito (4), um pouco insatisfeito (3), razoavelmente insatisfeito (2) e muito insatisfeito (1) (MATSUKURA; MARTURANO; OISHI, 2002).

O quarto inquérito utilizado foi o Inventário de Avaliação Pediátrica (PEDI), que de acordo com Miele e Amato (2016), é um instrumento capaz de avaliar a capacidade funcional de crianças e a independência funcional para a realização de tarefas de autocuidado, mobilidade e função social em idades entre 6 meses a 7,6 anos. Ele é subdividido em três partes que detalham o desempenho funcional da criança nas suas Habilidades Funcionais (Parte I), na Assistência do Cuidador (Parte II) e as Modificações do Ambiente Físico Doméstico para a rotina da criança (Parte III). A Parte I é composta por 73 itens relacionados a atividades de autocuidado, 59 tópicos correspondentes a área de mobilidade e 65 atividades de função social. Cada item é avaliado em uma escala de capacidade (1) ou incapacidade (0) de realização. Posteriormente os itens são somados por área e traduzidos em um escore normativo que demonstra se o desempenho funcional da criança está dentro de um padrão de normalidade ou não. A parte II relata a percepção do cuidador sobre a necessidade de assistência à criança durante suas atividades funcionais diárias. Os itens se relacionam a 8 tarefas de autocuidado, 7 de mobilidade e 5 de função social. A pontuação ocorre numa escala: 5 (independência), 4 (supervisão), 3 (mínima), 2 (moderada), 1 (máxima) e 0 (total). A Parte III não foi utilizada neste estudo uma vez que as crianças avaliadas não possuem comorbidades associadas ao TEA que necessitem de modificações em seu ambiente domiciliar para o seu desempenho funcional.

O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, CAAE nº. 11851019.8.0000.5636 e, todos os participantes bem como a Instituição parceira assinaram o Termo de Consentimento para a realização da pesquisa.

Para análise dos dados foi utilizado o teste estatístico não paramétrico de Kendall's tau.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados analisados demonstraram que a QV dos cuidadores das crianças com TEA variou entre os escores 2 a 5, nos diferentes domínios, possuindo um valor médio total, em cada aspecto, de 3 a 3,6, classificando-os, de modo geral, em nível regular de QV. Este dado vem de encontro a literatura que menciona que a presença de um indivíduo com TEA exige mudanças na rotina e dinâmica familiar, no orçamento financeiro e nas relações sociais e profissionais dos pais, atuando, muitas vezes, como um fator estressor que acarreta uma sobrecarga física e emocional aos cuidadores (BOSA, 2001; FÁVERO, SANTOS, 2005).

Características e comorbidades associadas ao grau de TEA como níveis de comprometimentos mais elevados, dificuldades na comunicação, alterações comportamentais, interesses específicos e, quadros depressivos e ansiosos dos pais tendem a influenciar na QV dos cuidadores (OIEN E EISEMAN, 2016).

Neste estudo não foi possível observar uma relação qualitativa entre os indicadores de QV dos cuidadores e o grau de comprometimento de TEA da criança, sua idade, os anos de convivência, a idade do cuidador e o tempo de contato diário com a criança, porém acredita-se que haja uma relação entre estas variáveis. Novos estudos devem ser realizados para averiguar estas possíveis associações.

Os dados referentes a classificação socioeconômica demonstram que os cuidadores apresentam uma renda financeira mensal entre as categorias B1 a D (R\$ 11.279,14 a 719,81) sendo as classes B2 e C1 as mais pontuadas.

A correlação estatística entre a QV, nos seus quatro domínios (FIS, PSI, RS e MA) e, o NS não apresentou significância estatística entre os dados: FIS x NS $\tau=0,157894$, $p=0,5639$; PSI x NS $\tau=0,4053557$, $p=0,1317$; RS x NS $\tau=0,09895414$, $p=0,7091$ e MA x NS $\tau=0,2026778$, $p=0,451$. Porém, nos dados brutos, observados no quadro 1 abaixo, pode-se notar que os participantes classificados em um nível social C1 apresentam uma maior pontuação nos domínios PSI e RS de QV do que os participantes pertencentes a classe social B1 e B2. Este dado sugere que, diante das dificuldades impostas pela vida, as pessoas se solidarizam umas com as outras, principalmente com aquelas que estejam passando por dificuldades e que não possuem recursos financeiros em abundância, melhorando o quadro psicológico e o relacionamento social destas (GOMES e CAVALCANTI, 2012).

Quadro 1 - Resultados Brutos da QV nos seus domínios FIS, PSI, RS e MA e o NS.

Criança/cuidador	Qualidade de Vida FIS	Qualidade de Vida PSI	Qualidade de Vida RS	Qualidade de Vida MA	Nível Socioeconômico
1	3.28	3.33	3	3.5	B1
2	3.42	5.33	4	2.5	C1
3	3.14	3.5	2	2.37	D
4	3.85	3	2.33	3.37	C2
5	2.57	4.16	4.33	3.12	C1
6	3.42	3.33	3	3	B2
7	3.85	2.5	3.33	3.12	B2
8	3.42	3.66	3.66	3.12	D
9	4.42	3.33	4.33	3.25	C1
10	3.42	3	2.66	3	B2
Média	3,479	3,514	3,264	3,035	

Fonte: Elaborado pelos Autores

O grau de satisfação percebido pelos cuidadores das crianças com TEA ao SS percebido apresentou valores que variaram entre 3,7 a 5,11, com um média de 4,261, demonstrando, assim, que estes estão um pouco insatisfeitos a razoavelmente satisfeitos com o apoio percebido mediante as suas necessidades. Entre as figuras/pessoas de apoio mencionadas encontram-se basicamente os constituintes do círculo familiar e de amizade. Dos 10 participantes 9 mencionaram, em algum momento que, não possuem alguém para auxiliá-los diante de uma necessidade.

A análise estatística não demonstrou uma correlação significativa entre os quatro domínios de QV e SS: FIS x SS tau= 0,1101174, p=0,762; PSI x SS tau= 0, p=1; RS x SS tau= 0,04598005, p= 0,8563 e MA x SS tau= 0,2=3767053, p=0,1432. Estes resultados contrariam

os estudos de Dardas e Ahmad (2014) que relatam a existência de alguns preditores que interferem na QV destes indivíduos como as estratégias de enfrentamento, a aceitação paterna do TEA, a anulação paterna e o suporte social recebido. Koegel e colaboradores (1996) mencionam, ainda, que as famílias das pessoas com TEA apresentam uma preocupação intensa com o bem estar de seus filhos e o suprimento de suas necessidades quando não mais o puderem fazer ou não estiverem presentes.

Parece que o NS também não influencia no SS destes cuidadores uma vez que a análise estatística não demonstrou uma correlação significativa ao se utilizar, apenas, os dados do grau de satisfação dos cuidadores ($\tau = 0.5843065$, $p = 0.01955$), ao se correlacionar o SS com o número de pessoas de sua rede de apoio ($\tau = 0,584$, $p < 0,02$) e com o número de pessoas incluindo as menções de ninguém ($\tau = 0.2616953$, $p = 0.4652$).

O desempenho avaliado nas habilidades funcionais das crianças com TEA demonstrou que, na área de autocuidado apenas 4 dos 10 infantes apresentaram uma performance dentro do intervalo de normalidade esperado para a sua faixa etária. Destes, apenas 1 se enquadrou na média do desenvolvimento normal esperado e os demais obtiveram pontuações próximas ao limite inferior do escore de desenvolvimento normal. Na área de mobilidade, 7 crianças apresentaram um valor acima da média do desempenho normal esperado e as demais abaixo da lacuna de normalidade. E, na área de função social, apenas 4 crianças apresentaram uma performance funcional dentro da normalidade, porém abaixo da média.

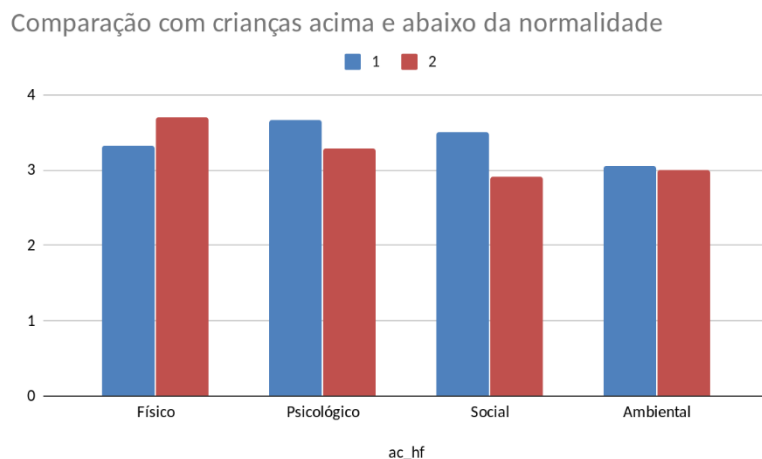
Estes dados convergem com as características e comprometimentos da pessoa com TEA uma vez que as mesmas apresentam déficits nas habilidades interativas e socio comunicativas as quais puderam ser observadas nas respostas aos itens de função social como a resolução de problemas, na fala de sentimentos e pensamentos próprios, na conexão de dois ou mais pensamentos para contar uma história entre outros. Os atrasos no desenvolvimento motor, grosso e fino, também puderam ser notados nas atividades de autocuidado como abrir e fechar uma torneira, fazer uso de talheres e vestir-se e, nos itens relacionados a mobilidade como entrar e sair de um carro e subir e descer escadas. Os déficits motores não são critérios para o diagnóstico de TEA mas vem sendo referidos na literatura demonstrando que os prejuízos no processamento sensorial e motor interferem na realização das AVD's (CATELLI; D'ANTINO; BLASCOVI-ASSIS, 2016).

A Parte II do PEDI demonstrou que cuidador percebe a necessidade de sua assistência à criança com TEA em todas as três áreas funcionais (autocuidado, mobilidade e função social) com uma maior intensidade nas habilidades coletivas. Este dado condiz com os resultados da

Parte I do PEDI demonstrando que a percepção dos cuidadores corresponde a performance funcional das crianças com TEA.

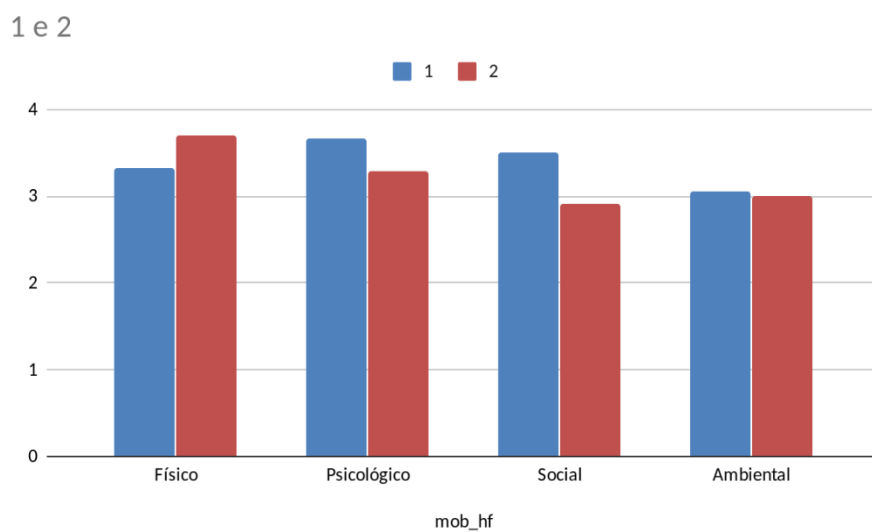
Para verificação da possível relação estatística dos dados do PEDI, Parte I, com os domínios da QV foi necessário criar duas categorias de resultados: crianças abaixo do intervalo de normalidade (1) e dentro do padrão de normalidade (2); uma vez que os dados normatizados não podem ser considerados realmente numéricos por serem ordenados. Por conta disso, realizou-se uma comparação entre médias e não uma correlação estatística. Os resultados demonstraram médias muito próximas entre as variáveis, como pode ser observado nos gráficos 1, 2 e 3.

Gráfico 1- Comparação entre médias da área de Autocuidado (Habilidades Funcionais), entre os indivíduos abaixo (1) e dentro do desenvolvimento normal (2) e, QV dos cuidadores nos seus quatro domínios



Fonte: Elaborado pelos Autores

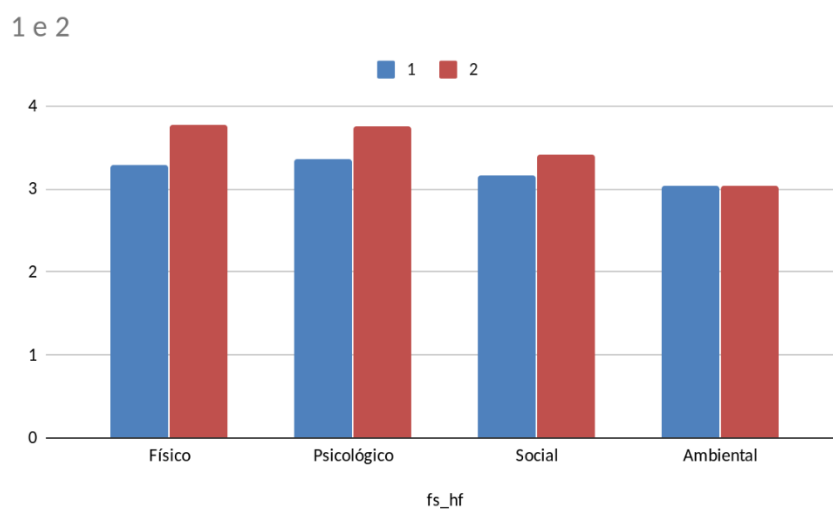
Gráfico 2- Comparação entre médias da área de Mobilidade (Habilidades Funcionais), entre os indivíduos abaixo (1) e dentro do desenvolvimento normal (2) e, QV dos cuidadores nos seus quatro domínios



Fonte:

Elaborado pelos Autores

Gráfico 3- Comparação entre médias da área de Função Social (Habilidades Funcionais), entre os indivíduos abaixo (1) e dentro do desenvolvimento normal (2) e, QV dos cuidadores nos seus quatro domínios



Fonte: Elaborado pelos Autores

Estes resultados indicam a provável relação entre QV e o desempenho funcional da criança com TEA em suas atividades de vida diária, porém parece que o grau de comprometimento no desenvolvimento não altera significativamente o nível de QV do cuidador. Novos estudos com uma população maior devem ser realizados para se averiguar esta comparação.

A comparação entre médias do SS e da Parte I do PEDI, área de autocuidado e mobilidade, apontam um maior suporte social para o grupo de crianças que estão dentro da normalidade de desempenho mesmo estando esta diferença dentro do desvio padrão do grupo conforme quadro 2 abaixo.

Quadro 2- Médias de Suporte Social e parte 1 do PEDI (área de autocuidado e mobilidade)

Autocuidado e Mobilidade	Média	
	Suporte Social	Média Participantes Suporte Social
1	21.33333333	5
2	32.5	4.75
Média Total	25.8	4.9
Desvio Padrão	12.99	1.37

Fonte: Autores (2019)

Em relação a área de função social, a diferença entre médias ficou próximo do desvio padrão (12,99) conforme observado na tabela 3 abaixo.

Quadro 3 - Média de Suporte Social e parte 1 do PEDI (área de função social)

Função Social	Média	
	Suporte Social	Média Participantes Suporte Social
1	20.83333333	4.83333333
2	33.25	5
Grand Total	25.8	4.9

Fonte: Autores (2019)

Estes resultados demonstram uma tendência de que o auxílio e cuidado fornecido por uma rede de apoio é maior quando a criança apresenta um grau de comprometimento inferior em seu desenvolvimento e desempenho funcional não necessitando da assistência excessiva de uma outra pessoa.

Parece que o NS do cuidador em nada influencia na performance funcional das crianças com TEA como pode ser notado pelos resultados das correlações estatísticas: Autocuidado x NS tau= 0,1484312, p=0,5758; Mobilidade x NS tau= 0,07509393, p=0,7789 e Função Social

x NS tau= 0,1371021, p=0,62. Este fato traz à tona uma série de indagações referentes a existência ou a eficácia de diferentes estímulos do desenvolvimento global destas crianças que poderiam ser proporcionados pelos cuidadores, aqui os pais em sua grande maioria, devido ao seu maior poder aquisitivo, acesso facilitado à diversos métodos terapêuticos e maior escolaridade. Novas pesquisas devem ser desenvolvidas para melhor verificação e elucidação destes quesitos.

A correlação estatística entre as variáveis QV, NS, SS e desempenho funcional, Parte I, não demonstrou um valor significativo e uma capacidade explicativa durante a regressão: FIS x NS x SS x Autocuidado x Mobilidade x Função Social F= 1,319, p=0,4056; PSI x NS x SS x Autocuidado x Mobilidade x Função Social F= 3,645, p=0,1171; RS x NS x SS x Autocuidado x Mobilidade x Função Social F= 0,5018, p=0,766 e; M x NS x SS x Autocuidado x Mobilidade x Função Social F= 0,382, p=0,8401. Este dado vem a confirmar as correlações anteriores que demonstravam uma pequena ou nula relação entre as variáveis envolvidas. Mais estudos devem ser realizados para se confirmar e averiguar este dado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados obtidos foi possível verificar que os cuidadores consideram regular sua QV como já demonstrado na literatura. Inúmeras são as mudanças vivenciadas no contexto familiar de uma criança com TEA decorrente de suas alterações comportamentais e socioemocionais e, dependências funcionais nas AVD's que tendem a prejudicar as condições de vida destes.

De modo geral estas famílias apresentam um NS correspondente a classe B1 a D e um grau de satisfação social percebido mediano, entre pouco insatisfeitos a razoavelmente satisfeitos, tendo os familiares e amigos como a sua maior rede de apoio.

Como já esperado as crianças com TEA apresentaram, de forma geral, um desempenho funcional inferior a normalidade, principalmente nas habilidades comunicativas e coletivas, o que coincidiu com a percepção da assistência dada pelo cuidador durante suas AVD's.

O SS percebido parece ser inversamente proporcional ao grau de comprometimento da criança com TEA uma vez que os dados demonstram que quanto maior a distância da lacuna do desenvolvimento em que a criança se enquadra, menor é a ajuda fornecida pelos familiares e amigos.

A relação entre as demais variáveis parece não existir de fato o que gera uma grande incógnita em relação aos outros estudos e a percepção vivenciada junto a estas famílias. Estudos

que envolvam uma população maior e a verificação da interferência de outras variáveis devem ser realizados para se confirmar ou não estes dados apresentados.

O fornecimento de um suporte adequado as famílias de indivíduos com TEA é de extrema importância para que a relação vivenciada neste círculo familiar ocorra da melhor forma possível. Este suporte pode ser ofertado através de grupos de apoio e de orientação relacionados ao TEA. A conscientização e sensibilização ao que cerca o TEA proporciona conforto emocional e bem-estar aos cuidadores. Intervenções centradas nos responsáveis da criança com TEA, podem torná-los aptos a funcionarem como parceiros importantes e a ativos no processo terapêutico do TEA, demonstrando a importância de inserir a participação da família no processo terapêutico. O suporte psicológico contribui para o conhecimento de como enfrentar as situações do dia a dia e as diversas formas de diminuir o estresse.

REFERÊNCIAS

ABEP - Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. Disponível em: www.abep.org Acesso em: 06/03/2019 às 08h.

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco. Medidas de nível socioeconômico em pesquisas sociais: uma aplicação aos dados de uma pesquisa educacional. **Revista Opinião Pública**, Campinas, vol. 15, n. 1, p. 1-30, jun., 2009.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5**: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANDRADE, Aline e Abreu; TEODORO, Maycoln Leôni Martins. Família e Autismo: Uma Revisão da Literatura. **Contextos Clínicos**, Rio Grande do Sul, v.5, n. 2, p. 134-142, jul./dez. 2012.

BARBOSA, Milene Rossi Pereira; FERNANDES, Fernanda Dreux Miranda. Qualidade de vida dos cuidadores de crianças com transtorno do espectro autístico. **Rev Soc Bras Fonoaudiol**. São Paulo , v. 14, n. 4, p. 482-486, 2009.

BOSA, Cleonice Alves. As Relações entre Autismo, Comportamento Social e Função Executiva. **Revista Psicologia: Reflexão e Crítica**, Rio Grande do Sul. p. 281-287, 2001.

CATELLI, Carolina Lourenço Reis Quedas; D'ANTINO, Maria Eloisa Famá; BLASCOVI-ASSIS, Silvana Maria. Aspectos motores em indivíduos com transtorno do espectro autista: revisão de literatura. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, São Paulo, v.16, n.1, p. 56-65, 2016.

DARDAS, Lafeta; AHMAD, Muayyad. Predictors of quality of life for fathers and mothers of children with Autistic. ju. 2014.

FÁVERO, Maria Ângela Bravo; SANTOS, Manoel Antônio dos. Autismo infantil e estresse familiar: Uma revisão sistemática da literatura. **Revista Psicologia: Reflexão e Crítica**, p. 358-369, 2005.

GOMES, Erika Ravena Batista; CAVALCANTE, Ana Célia Sousa. Desastres naturais: perdas e reações psicológicas de vítimas de enchente em Teresina-PI. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 720-728, 2012.

KLIN, Ami. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. **Rev Bras Psiquiatr.** v.28, n.1, p. 53-51. mai. 2016.

MACHADO, Mônica Sperb; LONDERO, Angélica Dotto; PEREIRA, Caroline Rubin Rossato. Tornar-se família de uma criança com Transtorno do Espectro Autista. **Contextos Clínicos**, Rio Grande do Sul, v.11, n.3, p. 335-350, set./dez. 2018.

MATSUKURA, Thelma Simões; MARTURANO, Edna Maria; OISHI, Jorge. O questionário de suporte social (ssq): estudos da adaptação para o português. **Rev. Latino-am Enfermagem**, São Paulo, v.10, n.5, p. 675-681, set./out.. 2002.

MIELE, Fernanda Gonçalves; AMATO, Cibelle Albuquerque de la Higuera. Transtorno do espectro autista: qualidade de vida e estresse em cuidadores e/ou familiares - revisão de literatura. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, São Paulo, v.16, n.2, p. 89-102, dez. 2016.

NOGUEIRA, Maria Assunção Almeida; RIO, Susana Carolina Moreira Martins do. A família com criança autista: apoio de enfermagem. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, n.5 p.16-21, jun. 2011.

OLIVEIRA, Karina Griesi; SERTIÉ, Andréa Laurato. Transtornos do espectro autista: um guia atualizado para aconselhamento genético. Revendo ciências básicas. São Paulo, 2017.

OIEN, R, Eisemann MR. Brief Report: Parent-Reported Problems Related to Communication, Behavior and Interests in Children with Autistic Disorder and Their Impact on Quality of Life. **Autism Dev Disord**, p. 328- 331.jan. 2016.

ORNELAS, José. Suporte Social: Origens, Conceitos e Áreas de Investigação. Análise Psicológica. Lisboa, p. 333-339. 1994.

PEDROSO, Bruno; et al. Cálculo dos escores e estatística descritiva do WHOQOL-bref através do Microsoft Excel. **Revista Brasileira de Qualidade de vida**, Ponta Grossá, v. 02, n. 01, p. 31-36, jan./jun. 2010.

PINHO, Lara Guedes de; et al. Satisfação com o suporte social e qualidade de vida dos doentes com esquizofrenia. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental, ESPECIAL**, Portugal, n. spe. 5, p. 33-38, ago. 2017.

SILVA, Nathalie de Almeida; PEDRAZA, Dixis Figueroa; MENEZES, Tarciana Nobre de. Desempenho funcional e sua associação com variáveis antropométricas e de composição corporal em idosos. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 12, p. 3723-3732, dez. 2015.



ENPEX 2019

ENCONTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

PEREIRA, Érico Felden; TEIXEIRA, Clarissa Stefani; SANTOS, Anderlei dos. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v.26, n.2, p.241-50, abr./jun. 2012.

ISSN 1982-3770

PÔSTERES



fapesc

Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

ANAIS ENPEX 2019
ISSN 1982-3370

**Inovação a serviço
da educação**

**XVIII Jornada de Iniciação Científica
XIII Mostra de Extensão
BRUSQUE - SC - BRASIL**

 **UNIFEBE**

PÔSTERES

Administração



fapesc

Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

ANAIS ENPEX 2019
ISSN 1982-3370

**Inovação a serviço
da educação**

**XVIII Jornada de Iniciação Científica
XIII Mostra de Extensão
BRUSQUE - SC - BRASIL**

 **UNIFEBE**

INTRODUÇÃO

Para o desenvolvimento de um produto a análise de mercado é um fator importante para compreensão dos pontos críticos e favoráveis diante das demandas já existentes, permitindo que a proposta do produto tenha uma vantagem competitiva.

OBJETIVO

Desenvolver um produto para cortes de barba inovador e tecnológico competitivo identificando os requisitos estratégicos e fornecendo inovação na solução proposta.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa se caracterizou, como pesquisa aplicada e descritiva. Na forma da abordagem dos dados como qualitativa e bibliográfica.

Para atender os objetivos as seguintes técnicas e métodos foram utilizados, segundo o autor PAHL G. (2005):

- Identificar os requisitos do cliente através do Diagrama de Mudge;
- Definir os requisitos estratégicos através do QFD (Quality Function Deployment).
- Avaliar a melhor solução com inovação utilizando a técnica da matriz morfológica com o diagrama de blocos funcional.

REFERÊNCIAS

- PAHL, G. Projeto na engenharia: fundamentos do desenvolvimento eficaz de produtos, métodos e aplicações. São Paulo: Edgard Blücher, 2005.
BAXTER, M. Projeto de produto – guia prático para o design de novos produtos. 3ª. Ed. São Paulo: Blucher, 2011.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir de técnicas, segundo BAXTER (2011), utilizou-se os métodos para determinar os itens com maior nível de competitividade e o menos competitivo. Na tabela 1 pode-se observar o peso que cada requisito e o seu grau de importância quando comprado com dois concorrentes diretos da XXI SHAVER MACHINE.

Tabela 1 – Resultado Diagrama de Mudge.

DIAGRAMA DE MUDGE																					
REQUISITOS DO CLIENTE	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	Tot	%	Dec.							
Praticidade no uso	A	1	A	3	A	5	A	3	A	1	A	5	A	3	A	3	37	15%	4		
Confiabilidade no laser	B	3	B	3	B	3	B	1	B	1	B	3	B	5	B	5	B	5	34	14%	4
Conforto, sentar na cadeira	D	1	E	5	F	5	C	3	H	5	C	1	C	1	K	1	C	3	8	3%	1
Estilos variados de corte	E	3	D	5	D	3	H	5	D	3	D	3	D	3	D	5	23	10%	3		
Produto anti alergico/irritação	E	1	E	3	E	3	E	5	E	5	E	3	E	5	33	14%	4				
Produto indolor	F	5	F	3	F	5	F	5	F	5	F	5	44	18%	5						
Utilizar recursos disponíveis	F	1	F	5	F	5	K	5	G	1	1	0%	1								
Produto ecologico	H	5	H	5	H	3	H	3	26	11%	3										
Fácil instalação das cabines	I	5	K	3	I	3	8	3%	1												
Interação com o usuario	J	5	J	5	10	4%	2														
Design atrativo para usuario	K	3	12	5%	2																
Ser moderno	3	1%	1																		
SOMA TOTAL													239								

A tabela 1 mostra os requisitos na ordem dos mais importantes estrategicamente. Observar-se que os requisitos “indolor” e “praticidade” são mais importantes.

Tabela 2 – Fatores competitivos. (Benchmarking)

REQUISITOS DO CLIENTE	Importância	XXI Shaver Machine	Aparelho de barbear	Cera para depilação	Plano	Melhoria	Arg. Venda	Peso Abs.	Peso Relat. (%)
Praticidade no uso	4	4	3	2	4	1,00	1,00	4,00	10,72
Confiabilidade no produto, laser	4	5	4	3	5	1,00	1,50	6,00	16,09
Conforto, sentar na cadeira	1	3	2	1	3	1,00	1,00	1,00	2,68
Estilos variados de corte	3	3	3	1	3	1,00	1,00	3,00	8,04
Produto anti alergico/irritação	4	4	2	2	4	1,00	1,20	4,80	12,87
Produto indolor	5	4	3	2	4	1,00	1,00	5,00	13,40
Utilizar recursos disponíveis	1	2	4	4	2	1,00	1,00	1,00	2,68
Produto ecologico	3	2	2	2	3	1,50	1,00	4,50	12,06
Fácil instalação das cabines	1	3	1	1	3	1,00	1,00	1,00	2,68
Interação com o usuario	2	4	4	2	4	1,00	1,00	2,00	5,36
Design atrativo para usuario	2	2	4	3	2	1,00	1,00	2,00	5,36
Ser Moderno	3	3	4	2	3	1,00	1,00	3,00	8,04

A tabela 2 apresenta os requisitos, onde há necessidade de melhoria, haja visto que, ou o concorrente é melhor ou a solução ainda não é suficiente o bastante para atender as exigências do mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com análises e estudos comparativos com concorrentes, o produto desenvolvido apresenta alguns diferenciais competitivos, tais como, confiabilidade no *laser*, produto indolor e produto antialérgico. Conclui-se que o produto desenvolvido possui vantagem em relação aos concorrentes no mercado e poderia ser desenvolvido com boas chances de sucesso.

INTRODUÇÃO

Um Nicho de mercado é uma parcela pouco ou nada atendida de um grande grupo consumidor, uma oportunidade oculta dentro de um ramo de negócios amplo e competitivo. Para Kotler (1997) nicho de mercado é “um grupo definido mais estritamente, um mercado pequeno cujas necessidades não estão sendo totalmente satisfeitas”. Mattar (1997) define nicho de mercado como: “um segmento ou uma área específica de mercado onde há uma oportunidade que passou a ser explorada de forma dominante e muito lucrativa por uma empresa”. Se há um mercado específico, em que parte dos clientes não estão tendo as demandas supridas pelos fabricantes, existem oportunidades. No entanto saber qual mercado atacar pode ser um desafio para muitos empreendedores.

OBJETIVO

Qual a importância de procurar por um novo nicho de mercado?

MATERIAIS E MÉTODOS

Nesta presente pesquisa buscou-se através do método qualitativo, entender quais são os fatores que empreendedores buscam por novos nichos de mercado. Quando uma empresa consegue visualizar um nicho de mercado, pode explorá-lo de forma dominante. A partir daí pode obter-se um alto lucro. Ao identificar esta oportunidade, o empreendedor tem mais chances de acertar ao estabelecer estratégias no relacionamentos com os seus potenciais clientes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através da pesquisa qualitativa verificou-se que para inserir-se em um novo nicho de mercado, precisa-se avaliar algumas situações para entender que tipo de mercado esta buscando-se inserir e para isto observar algumas situações como, definir o mercado que se quer atuar, identificar as necessidades de seu público alvo,

avaliar se existe conhecimento necessário sobre o novo nicho, analisar se existe demanda no novo nicho ser inserido e avaliar seus concorrentes se tem preço e qualidade para competir no novo mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante deste fato é possível perceber que atuar em um novo nicho de mercado é mais do que um opção, é uma ação estratégica, que exige uma avaliação cuidadosa antes de ser implantada e só assim é possível consolidar-se, proteger-se dos concorrentes e fidelizar clientes. Conseguir posição de destaque em um nicho, é uma tarefa muito difícil, requer conhecimento sobre os concorrentes, mercado, produtos para que atenda todas as necessidades do publico alvo desejado.

REFERÊNCIAS

KOTLER, Philip.ARMSTRONG, Gary. Princípios de Marketing.LTC.1997.

MATTAR, Fause Najib. Nicho de mercado – um conceito ainda indefinido, 1997.

INTRODUÇÃO

O turismo nasceu formalmente no Brasil pelo Decreto Lei nº55 de 18 de novembro de 1966, quando foram criados o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), e a partir de então o turismo começou a se destacar de forma mais organizada.

As cidades objeto de estudo, Brusque e Guabiruba, apesar da proximidade geográfica, apresentam algumas diversidades culturais que apontam para uma dinâmica histórico-cultural diferentes. Guabiruba, por exemplo, foi colonizada predominantemente por imigrantes alemães católicos da região de Baden, e apenas o bairro de Lageado Alto foi colonizado por italianos. Brusque, por sua vez, tem grande número de imigrantes italianos e poloneses que se misturaram com os imigrantes alemães.

OBJETIVO

Apresentar os produtos e serviços turísticos que contribui para o impulsionamento do desenvolvimento econômico sustentável das cidades de Brusque e Guabiruba.

REFERÊNCIAS

Disponível em:

ANDRADE, M. M.; Introdução à metodologia do trabalho científico. São Paulo. Editora Atlas S.A. 1995. 140p.
BALANZÁ e NADAL, Izabel Mílio e Mónica Cabo. Marketing e Comercialização de Produtos Turísticos. São Paulo; Editora Thomson, 2005.
BOITEUX, Bayard do Coutto. Planejamento e organização do turismo: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Editora Qualitymark, 2004

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa se classifica como descritiva, de abordagem qualitativa, com coleta de dados em bibliografias e pesquisa de campo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os pontos turísticos de Brusque destacados são, a Igreja Luterana da Paróquia Bom Pastor, o Santuário, Seminário e Paróquia de Azambuja, Paróquia São Luis Gonzaga, Parque Zoobotânico de Brusque, Parque das Esculturas, entre outros, bem como os pontos da cidade de Guabiruba são a Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Capela Imaculada Conceição.

Tanto Brusque como Guabiruba possuem o turismo religioso como destaque, tendo várias opções de diferentes estruturas e de diferentes religiões. Mesmo que o turista não acredite em alguma crença, este ramo oferece belas obras de arte em suas próprias estruturas, sendo elas admiradas por quem as conhece.

O município de Brusque também se destaca por suas praças e parques, mostrando a arte e cultura da cidade. Assim, acredita-se que é

possível alavancar a economia dos municípios de Brusque e Guabiruba através do turismo, pois ambos possuem grande potencial no quesito cultural, gastronômico, ecológico e religioso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada cidade apresenta suas características e particularidades em torno da sua identidade local com ligação a espaço, comunidade e economia, a sua compreensão ajuda a entender dinâmicas e relações culturais. Com o crescimento da indústria do turismo, fortemente impactado pela globalização, o ato de conhecer os atrativos e os produtos turísticos é algo essencial para o fortalecimento da indústria do turismo regional. Mas temos que ter consciência que o simples fato de uma cidade ou região possuir potencial turístico não quer dizer que se constituirá num destino turístico. O crescimento econômico e social e a intensificação da globalização têm resultado em um mercado consumidor cada vez mais exigente, procurando novas alternativas na indústria do turismo, trazendo sempre grandes desafios para os empreendedores da área.

PROPOSTA DE UM PROJETO DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL PARA UM HOSPITAL GERAL

Georgete Morrete Moser, Jaciele Slusarski Gelinski, Telma da Conceição Sousa Jeronimo, Tamily Roedel*, Keity Karina Goll Fragoso.

*tamily.roedel@unifebe.edu.br

Instituto de Ensino e Pesquisa do Hospital Santa Catarina - IEP
Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

A responsabilidade socioambiental se propõe a criar uma relação harmônica entre a sociedade e a empresa (MOURA, 2014).

Os problemas ambientais que o hospital possui são alto consumo de energia e água, alto consumo de utensílios descartáveis, geração e consumo de óleo de cozinha, geração de filmes de raio-X, geração de lâmpadas fluorescentes, geração de medicamentos vencidos, além de pilhas e baterias.

OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é propor um projeto de responsabilidade socioambiental para o hospital. E os objetivos específicos são: criar ações para conscientizar e reduzir o consumo de energia elétrica e água; identificar ações para diminuir o volume de resíduos descartáveis; e criar parcerias e ações que contribuam para a destinação correta do óleo de cozinha gerado.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho teve uma abordagem qualitativa, método descritivo, e tipo de estudo de caso.

A proposta de um projeto de responsabilidade socioambiental foi feita durante a disciplina de

REFERÊNCIAS

MOURA, L. A. A. de. **Qualidade e gestão ambiental**: sustentabilidade e ISO 14001. 6.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

Gerenciamento de Recursos e Sustentabilidade do curso de Especialização em Hotelaria Hospitalar e em Serviços de Saúde.

Este projeto foi elaborado para um Hospital Geral. O hospital é privado e sem fins lucrativos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Projeto foi dividido em três linhas:

- 1) Redução do consumo de ENERGIA ELÉTRICA e ÁGUA, para pacientes, colaboradores e médicos;
- 2) Descarte correto de FILMES DE RAIO-X, para equipe médica e equipe do Centro de Diagnóstico por Imagem (CDI);
- 3) Arrecadação e destinação final de ÓLEO DE COZINHA, para colaboradores e comunidade.

Em relação aos procedimentos para a realização do projeto, foram definidas as seguintes ações:

1a) ENERGIA ELÉTRICA:

- Instalação de sensores de presença nas lâmpadas de corredores;
- Instalação de timer para os ar condicionados;
- Substituição das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED;
- Instalação de painéis solares para geração fotovoltaica;

1b) ÁGUA:

- Troca das torneiras e instalação de redutores de bico para reduzir a vazão da água;
- Substituição de vasos com descargas econômicas;
- Captação de água da chuva para lavação de calçadas, abrigos externos, vidros e irrigação de plantas dos jardins;

2) FILMES DE RAIO-X

- Implantação da Radiologia Digital – PACS;
- Campanha de recebimento dos filmes usados pela comunidade para trabalhos artesanais (grupo de voluntário) Ex: Luminárias, guarda-chuva, bijuterias.

3) ÓLEO DE COZINHA

- Posto de coleta no Hospital;
- Campanha de recolhimento do Óleo de cozinha produzido no Hospital e pela comunidade;
- Parceria com empresa que transformam em produtos artesanais.

Este projeto poderá ser realizado com grupos de voluntários, ONGs, comunidade e colaboradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto é de suma importância para a responsabilidade socioambiental e a sustentabilidade, porém requer investimentos altos que necessitam de planejamento para a sua implantação.

INTRODUÇÃO

As mortes impetuosas de mulheres por razões de gênero fazem parte de um fenômeno global. Em tempos de guerra ou de paz, muitas dessas mortes ocorrem com a tolerância das sociedades e governos, encobertas por costumes e tradições, revestidas de naturalidade, justificadas como práticas pedagógicas, seja no exercício de direito tradicional – que atribui aos homens a punição das mulheres da família – seja na forma de tratar as mulheres como objetos sexuais e descartáveis (ONU MULHERES, 2012). Nesse contexto, a presente pesquisa busca analisar os casos de feminicídio no Estado de Santa Catarina, sob a luz das relações de poder entre os gêneros. Justifica-se a realização da pesquisa pela importância de tornar visível o problema do feminicídio no Estado de Santa Catarina. Compreende-se que a pesquisa e os dados gerando por meio da prática acadêmica, ajudam a dimensionar a magnitude do problema e mobilizar instituições e pessoas em torno da questão.

OBJETIVO

Analisar os casos de feminicídio no Estado de Santa Catarina, sob a luz das relações de poder entre os gêneros, no período de 2010 a 2019 (até 31/10/2019).

MATERIAIS E MÉTODOS

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa é classificada como quali quantitativa, tipificada ebm descritiva. Quanto ao

REFERÊNCIAS

ONU MULHERES. Modelo de protocolo latino-americano de investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero (femicídio/feminicídio). Brasília: ONU Mulheres, 2014.

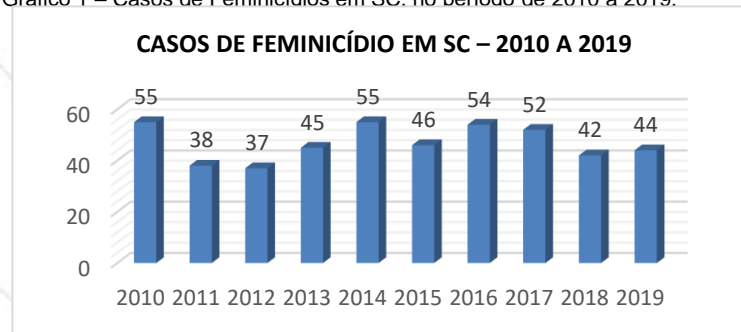
TCE/SC. Tribunal de Contas traça perfil dos casos de feminicídio no Estado. Agência TCE/SC. Assessoria de Comunicação (ACOM). 16 Jun. 2019.

método é caracterizado em bibliográfico e documental. A averiguação dos dados consistirá na análise de conteúdo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Primeiramente foi realizado o levantamento dos casos de feminicídio no Estado de Santa Catarina, no período de 2010 a 2019, conforme apresenta o Gráfico 01 a seguir:

Gráfico 1 – Casos de Feminicídios em SC. no período de 2010 a 2019:



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

De acordo com o levantamento da diretoria do TCE/SC, os 353 casos de feminicídio que ocorreram de janeiro de 2011 a agosto de 2018 equivalem a um a cada oito dias. Foi verificada maior incidência no fim de semana (27,14%) e entre 21 e 22 horas. Durante o período auditado, a DAE apontou que houve oscilação na quantidade destes crimes, tendo maior aumento em 2014 e maior queda no ano seguinte (2015). O estudo revelou que 70% das vítimas

possuíam menos de 40 anos. Sobre a forma ou instrumento utilizado foi verificado que 62% dos crimes foram executados cruelmente, com o uso de armas brancas (46%), o que demonstra o caráter doméstico ou provocados por asfixia (13%) e outros tipos de agressões físicas (3%). Compreende-se que a independência financeira das mulheres diante da mudança de papéis tradicionais de gênero em regiões de maior desenvolvimento econômico, considerando a entrada no mercado de trabalho e o tradicionalismo, no qual as mulheres são colocadas em uma posição de subordinação na relação familiar, estão entre os principais fatores que influenciam este tipo de crime (TCE/SC, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que, a Lei do Feminicídio foi uma conquista e é um instrumento importante para dar visibilidade ao fenômeno social. Porém, a lei é apenas ponto de partida, já que sozinha não será capaz de acabar com os crimes de feminicídio. Neste sentido, é imprescindível que os sistemas democráticos de governos elaborem estratégias de inclusão, oportunizando, de fato, a autonomia das mulheres, especialmente no que tange às ações de prevenção, como aquelas voltadas à educação e à desconstrução da cultura de violência.

Bruna Theis, Camila Amorim, Jaqueline Hames, José D. Martins, George L Bleyer Ferreira, prof Orientador*
*e-mail: brutheis@gmail.com; camila.amorim@unifebe.edu.br; jaqueline.hames@unifebe.edu.br;
josemartins@unifebe.edu.br; bleyer@unifebe.edu.br
Centro Universitário de Brusque – Unifebe

INTRODUÇÃO

A logística é essencial para o controle das empresas, pois o mercado está cada dia mais dinâmico e concorrido. É de bastante importância que as organizações disponibilizem uma boa logística a seus clientes para assim oferecer um custo apropriado e tempo proveitoso.

Para a definição do melhor modal de transporte para os embarques utilizou-se as cinco dimensões da qualidade para os serviços logísticos: Velocidade, consistência, capacidade, disponibilidade e frequência. Observou-se também às características e exigências legais de controles dos produtos movimentados.

OBJETIVO

A pesquisa é formalizada em absorver informações para localizar o local mais apropriado para instalação de um CD – Centro de Distribuição, reduzindo o prazo de entrega. Objetivando assim um procedimento mais econômico e inteligente.

REFERÊNCIAS

MEIRIM, H. **A importância da logística para as empresas brasileiras**. Disponível em <<http://www.guialog.com.br>>. Acesso em: 27 novembro 2019.
SHAPIRO, J. F. Modeling the Supply Chain. **Pacific Grove**. Califórnia: ed. Duxbury, 2001.
ALCÂNTARA, Rosane Lúcia Chicarelli. Logística, nível de serviço e ciclo de pedido: compreender para otimizar. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP1997_T5401.PDF> Acesso em: 05. Junho 2016

MATERIAIS E MÉTODOS

O método de varredura foi utilizado para levantar os modais de transportes disponíveis no entorno da origem dos embarques, como também no destino.

O método dos centroides foi aplicado para localizar o Centro de Distribuição, atendendo o critério de menor custo no transporte. Shapiro (2001) afirma que modelos de localização de centros de distribuição são aplicações clássicas de programação linear inteira mista (PLIM), nestes modelos a função objetivo normalmente consiste em minimizar a soma dos custos de armazenagem e transporte.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A empresa com o nome fictício Geladex fica localizada em Joinville, onde o foco é transportar para São Paulo, Belo Horizonte e Salvador. Utilizamos o sistema de mapa cartesiano para encontrar respectivas coordenadas, tendo em vista que cada pixel (quadrado) está em escala de 100km.

Pode-se destacar as constatações de Meirim (2006), que pontua a logística como forma de estratégia competitiva para atingir melhores resultados no atendimento aos clientes através de melhoria na oferta de produtos e serviços, atendendo ou até mesmo superando suas expectativas.

Alcântara (2016) relata que “é o nível de serviço que une os esforços de promoção e distribuição e a qualidade com que o fluxo de bens e serviços é entregue ao cliente”



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa obtemos resultados positivos para o menor custo e tempo do transporte, em prol da melhoria da entrega das geladeiras. Os resultados tiveram em destaque de ótima compreensão, pois pontos estratégicos ficam próximos e de fácil acesso.

PROPOSTA DE UM PROJETO DE SUSTENTABILIDADE PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE JOINVILLE - SC

Alessandra Patricia Piva, Luciane Ap. Mueller, Magna Cardoso, Maria Helena de Oliveira, Tamily Roedel*.

*tamily.roedel@unifebe.edu.br

Instituto de Ensino e Pesquisa do Hospital Santa Catarina - IEP

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

A sustentabilidade ambiental tem como principal preocupação os impactos das atividades humanas e empresariais sobre o meio ambiente, ou seja, o capital natural disponível nos ecossistemas (BELLEN, 2006).

O projeto de sustentabilidade proposto neste trabalho pretende minimizar os problemas ambientais que o hospital possui, que são alto consumo de energia e água, e de enxoval.

OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é propor um projeto de responsabilidade socioambiental para o hospital. E os objetivos específicos são: reduzir o consumo de energia elétrica e água; e reduzir o desperdício de enxoval.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho teve uma abordagem qualitativa, método descritivo, e tipo de estudo de caso.

A proposta de um projeto de responsabilidade socioambiental foi feita durante a disciplina de Gerenciamento de Recursos e Sustentabilidade do curso de Especialização em Hotelaria Hospitalar e em Serviços de Saúde.

Este projeto foi elaborado para um Hospital Municipal São José (HMSJ), que é um órgão da administração indireta do Município de Joinville, cuja finalidade é “oferecer serviços de alta complexidade em saúde no âmbito do Município de

Joinville” (Lei nº 8.363/2017).

O Hospital São José foi fundado em 04/06/1906, é administrado pelas freiras, e conta com 30000m², 4906m² de área crítica, único hospital 100% SUS do estado de Santa Catarina.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O público-alvo do projeto são pacientes e acompanhante, colaboradores e munícipes.

Os procedimentos para a elaboração deste projeto são fazer a coleta da água pluvial para ser armazenada em reservatórios subterrâneos, para que esta seja usada para serviços de jardinagem e de conservação de fachadas; instalação de painéis solares, compra de energia elétrica de melhor valor, iluminação programada e sensor de presença. Todo enxoval descartado por fim de vida útil ou mau uso, será reaproveitado para confecção de camas para Pet's, e doar ao abrigo animal do município.

Os meios e equipamentos necessários são: calhas, caixas da água, moto bomba, cimento e ferragens para construção do reservatório subterrâneo, encanamentos, licença ambiental, dosador de produtos químicos, responsável técnico; painéis para captação de energia, sensores, leitores de energia, analista de compra para a compra de energia no mercado livre; máquina de costura, voluntárias, enxovais, linhas, talhadeira.

Poderiam ser firmadas parcerias com:

- Docol (tubos e conexões); - Fort leve (caixas da água); -

Funilaria Oliveira (serviço de funilaria); - Quimidrol, (produtos químicos); - Ddserv (limpeza das caixas da água); - Celesc, (instalação dos painéis); - Clinilaves (para fornecer o enxoval de reaproveitamento para as camas); - MAB (linhas e restos de tecidos); - Hospitais públicos e privados (para fornecer travesseiros e colchões que serão descartados).

As setores responsáveis pelas atividades são descritos no Quadro 1.

Quadro 1 - Setores e atividades.

SETOR	ATIVIDADES
Hotelaria	Ordens de serviços
Manutenção	Mão de obra
Engenharia	Projetos
Direção	Responsabilidades jurídicas

Fonte: Os autores (2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto é de suma importância, mas ainda seria necessário um planejamento mais sucinto para descrever os custos do mesmos, e firmar as parcerias com as empresas. Por ser um Hospital público, a dificuldade é maior, dependendo de divulgação para conseguir recursos necessários para os projetos.

REFERÊNCIAS

BELLEN, H. M. van. **Indicadores de Sustentabilidade**: uma análise comparativa. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

JOINVILLE. **Lei municipal nº 8.363**, Institui regras para a delegação administrativa no âmbito da administração direta e indireta do Município de Joinville, 22 de agosto de 2017. Disponível em: <<https://www.joinville.sc.gov.br/public/portaladm/pdf/jornal/117a2e66b738d7a58fbd019c86e90240.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

INTRODUÇÃO

Movimentando milhões de dólares por dia, a soja detém enormes benefícios econômicos para quem a importa ou exporta. Saindo de Ponta-Grossa (PR), com destino a Amsterdam, Berlin e Copenhagen, a seguinte pesquisa tem como principal objetivo encontrar a melhor localização para a instalação de um CD (Centro de Distribuição), buscando aprimorar a distribuição na Europa.

OBJETIVO

Localizar um centro de distribuição para atender mercados estratégicos para a soja, visando o menor custo de transporte.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa se caracterizou, como pesquisa aplicada, com relação aos objetivos a pesquisa é descritiva e a forma da abordagem dos dados, como qualitativa. De acordo com Ballou, o método de varredura é utilizado para levantar os modais de transportes disponíveis no entorno da origem dos embarques, como também no destino.

O método dos centroides foi aplicado para localizar o Centro de Distribuição, atendendo o critério de menor custo no transporte.

REFERÊNCIAS

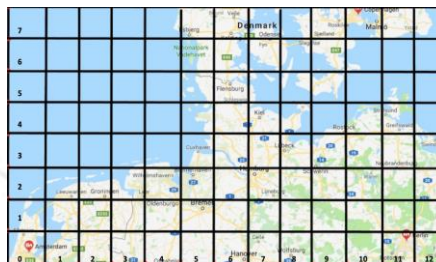
BALLOU, R. H. **Logística Empresarial**: Transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 2010.

$$\bar{X} = \frac{\sum iViRiXiDi}{\sum iViRiDi} \text{ (eq.13.2)}$$

$$\bar{Y} = \frac{\sum iViRiYiDi}{\sum iViRiDi} \text{ (equação13.3)}$$

RESULTADOS E DISCUSSÕES

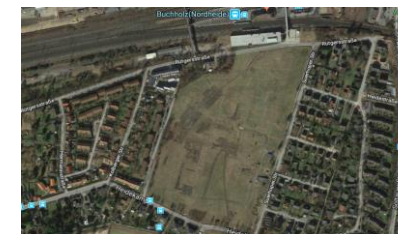
Para a implementação do CD, faz-se necessário a elaboração de um mapa, localizando graficamente os pontos principais. Com isso, definimos as coordenadas de (0,5;0,5) para Amsterdam, Copenhagen (10,3;0,8) e (11,8;0,9) para Berlin, tendo em vista que as escalas são de 50KM.



i	Xi	Yi	V (Toneladas)	R (Taxa em dólares)
Amsterdam	0,5	0,5	200.000	\$ 6,00
Copenhagen	10,3	8	100.000	\$ 7,00
Berlin	11,8	0,9	300.000	\$ 5,00
Total			600.000	
x	7,50			
y		2,22		

Vi * Ri	Vi * Ri * Xi	Vi * Ri * Yi	d	CT
Vi * Ri	Vi * Ri * Xi	Vi * Ri * Yi	d	CT
\$ 1.200.000,00	\$ 600.000,00	\$ 600.000,00	360,41	432492000
\$ 700.000,00	\$ 7.210.000,00	\$ 5.600.000,00	321,12	224784000
\$ 1.500.000,00	\$ 17.700.000,00	\$ 1.350.000,00	224,9	337350000
\$ 3.400.000,00	R\$ 25.510.000,00	R\$ 7.550.000,00	906,43	994626000

O volume mensal a ser transportado é de 200.000 toneladas para Amsterdam, 100.000 para Copenhagen e 300.000 para Berlin, com um custo de US\$ 6,00 por tonelada para Amsteram, US\$ 7,00 para Copenhagen e US\$ 5,00 para Berlin, sendo assim, localizamos o CD em Buchholz, na Alemanha, no terreno em foco na imagen a seguir, na qual localiza-se próximo a uma ferrovia com ligação ao porto de Hamburgo, com distancia de apenas 35km, dando assim a possibilidade de acesso ao mar.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao localizar o ponto em Buchholz, permite-se a possibilidade de distribuição de forma mais eficiente, haja visto que o CD localiza-se no centro do mapa. Com isso, podemos concluir que ao executar o projeto, os envolvidos obtiveram experiência e expandiram seus conhecimentos para a área de distribuição na área logística, conciliando seus conhecimentos em âmbito profissional e acadêmico

INTRODUÇÃO

À medida que uma organização não consegue gerar todos os recursos necessários para sua sobrevivência, ela pode entrar em uma relação de troca com outras organizações (LII; KUO, 2016). Pode-se utilizar da integração com o fornecedor pois auxilia no desenvolvimento de produtos e o resultado dessa interação pode aumentar a capacidade de inovação (AYOUB; ABDALLAH; SUIFAN, 2017). Entretanto, a compressão da cadeia de suprimentos em pequenas e médias empresas ainda é incipiente.

OBJETIVO

Analisar o comportamento da cadeia de suprimentos e a capacidade de inovação das MPE de Brusque, considerando o segmento têxtil.

MATERIAIS E MÉTODOS

Os gestores da área de desenvolvimento de produtos na área têxtil foram convidados a responder a pesquisa, composto por questões fechadas do tipo Likert (1 discordo totalmente a 5 concordo totalmente). Os construtos da pesquisa são acerca do envolvimento dos fornecedores em relação: 1. Envolvimento no Processo de Desenvolvimento de Produto (PDP); 2. participação na equipe de PDP; 3. influência no projeto de novos

REFERÊNCIAS

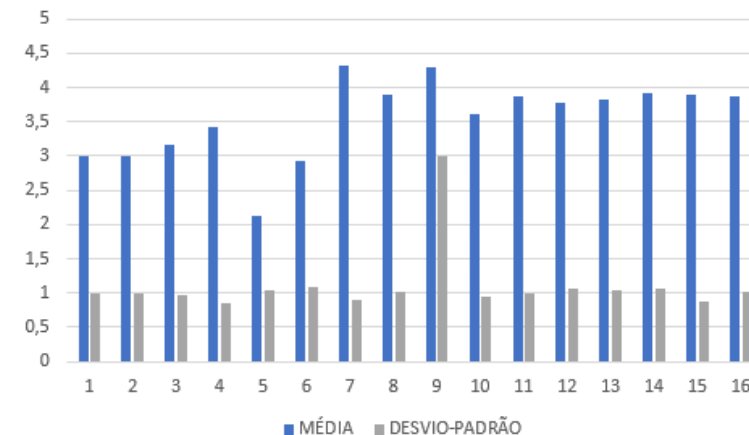
- AYOUB, H.F.; ABDALLAH, A.B.; SUIFAN, T.S. The effect of supply chain integration on technical innovation in Jordan: the mediating role of knowledge management. **Benchmarking: An International Journal**, v. 24, n. 3, p. 594-616, 2017.
- LII, P.; KUO, F-I. Innovation-oriented supply chain integration for combined competitiveness and firm performance. **International Journal of Production Economics**, v. 174, p. 142-155, 2016.

produtos; 4. importância de envolver o fornecedor no PDP; 5. envolvimento no planejamento estratégico da empresa; 6. envolvimento sobre questões específicas; 7. são consideradas as necessidades dos clientes no PDP; 8. visita aos clientes para discutir o desenvolvimento de novos produtos; 9. busca-se saber como os clientes usam os produtos; 10. a equipe de PDP se encontra regularmente com os clientes da empresa; 11. investimentos em P&D de novos produtos; 12. informações externas para o próprio processo de P&D; 13. investimento no aperfeiçoamento das habilidades; 14. investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos modernos; 15. capacitação e treinamento dos colaboradores; 16. introdução de novas tecnologias.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa, de forma geral, apontam para uma média integração entre empresa e fornecedor e a sua capacidade de inovação. Em relação a questão 5, por exemplo, há baixo envolvimento do fornecedor no planejamento estratégico da empresa. Na questão 7 são consideradas as necessidades dos clientes no PDP, ou seja, os produtos possuem requisitos dos clientes; nesta questão o desvio-padrão é o mais baixo, prática da maioria das empresas pesquisadas.

Gráfico 1 – Resultados da pesquisa



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão da cadeia de suprimentos busca pela integração dos processos de todas as empresas que participam das etapas de comercialização, transformação e distribuição do produto, para que este possa ser entregue ao consumidor final.

PÔSTERES

Arquitetura e Urbanismo



fapesc

Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

ANAIS ENPEX 2019
ISSN 1982-3370

**Inovação a serviço
da educação**

**XVIII Jornada de Iniciação Científica
XIII Mostra de Extensão
BRUSQUE - SC - BRASIL**

 **UNIFEBE**

INTRODUÇÃO

A motivação para o desenvolvimento desse trabalho baseia-se na constatação de que muitos ambientes internos apresentam iluminação deficiente por diversos motivos, todos certamente ligados a alguma falha no projeto ou na sua implementação. Muitas vezes os projetistas responsáveis pela realização do projeto luminotécnico não possuem o conhecimento necessário ao seu desenvolvimento. Entretanto, julgam-se aptos a fazê-lo de forma intuitiva e visual.

A análise foi realizada na Biblioteca da Escola Alexandre Merico localizado no bairro Limeira, Onde se obteve como resultado uma falta de conciliação entre a luminância média mínima e eficiência energética, onde o conforto luminoso, são critérios relevantes que precisam ser analisados com muita atenção durante a execução de um projeto de biblioteca escolar.

OBJETIVO

O presente trabalho objetiva verificar a eficiência lumínica da biblioteca utilizada pelos alunos da Escola Alexandre Merico.

REFERÊNCIAS

ABNT/NBR 15215-4:2005 Iluminação natural – Parte 4: Verificação experimental das condições de iluminação interna de edificações – Método de Medição.
ABNT/NBR 8995-1 iluminação em ambientes de trabalho.

MATERIAIS E MÉTODOS

A primeira etapa seria analisar a biblioteca para obter informações sobre dimensão, conhecimento dos materiais, observando as aberturas de iluminação, como funciona o layout dos mobiliários, e tirar fotos do local. Na segunda parte foram criadas malhas com pontos centrais, para a realização das medições que mostraram índices de iluminância, através do aparelho luxímetro. As análises foram feitas em diferentes horários, nos períodos onde mostraram a diferença da iluminação natural e artificial, gerando diagramas de curvas isolux, contemplando todos os períodos analisados. Com os cálculos realizados considerando a NBR 15215-4 e a NBR 8995-1, foram obtidos resultados precisos, para a definição de intervenção da sala de biblioteca.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após o cálculo luminotécnico para a biblioteca concluímos que era possível usar 8 luminárias, duas a mais do que as existentes, porém com um fluxo luminoso maior, em vez de várias luminárias com fluxo menor, assim, além de diminuir os custos com iluminação artificial, foi possível ajustar o lux necessário para as atividades desenvolvidas no ambiente analisado.

Concluindo-se que as alterações da iluminação na sala, podem obter um melhor desempenho a partir dos cálculos e análises feitos acima.

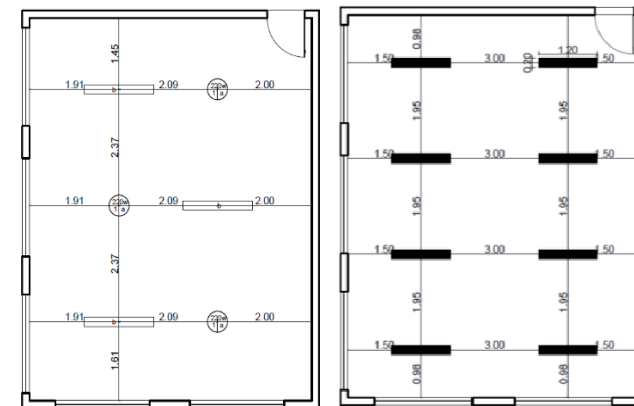


Figura 1

Figura 2

Fonte: Elaborado pelo autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo feito teve resultados negativos nos diferentes horários do dia onde nenhum atendeu a NBR 8995-1, comprovando que temos que ter mais cuidado com o conforto visual também. A partir desses resultados foi elaborado uma proposta com mudanças e adequações, a partir das normas, para os ambiente.

Com o cálculo luminotécnico para a biblioteca concluímos que era possível usar 8 luminárias, duas a mais do que atualmente, porém com um fluxo luminoso maior, em vez de várias luminárias com flux baixo, assim criando uma redução de custo de energia para a escola.

Kamille Cardoso Medeiros; Vanessa Hoffmann. Orientador : Alexssandra da Silva Fidelis;
kamille.medeiros@unifebe.edu.br; vanessa.hoffmann@unifebe.edu.br; asfarquiteta@unifebe.edu.br.
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRUSQUE-UNIFEBE

INTRODUÇÃO

Devido ao fato de estarmos sempre em contato direto com o ambiente construído, devemos procurar garantir o bem-estar e a qualidade necessária para o melhor uso do mesmo. Diante disso, foi proposta readequação do projeto luminotécnico da sala de biblioteca de uma escola de ensino fundamental, considerando o conforto do usuário, a eficiência energética e a economia gerada pela proposta.

OBJETIVO

Analisar o desempenho lumínico de uma sala de biblioteca utilizada pelos alunos da escola na cidade de Brusque, Santa Catarina.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente análise será possível através da iluminância média e da distribuição das iluminâncias no ambiente expressa pelos mapas de isoiluminância, de acordo com a ISO/CIE 8995-1.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A atual disposição e a quantidade de luminárias não atende a norma em vigor, pois não atinge, na maior parte do

REFERÊNCIAS

ABNT/NBR 15215-4:2005 Iluminação natural – Parte 4: Verificação experimental das condições de iluminação interna de edificações – Método de Medição.
ABNT/NBR 5413:1992. Iluminância de interiores. Rio de Janeiro, 1992.

ambiente, a quantidade de 500lux necessários para um bom funcionamento de uma biblioteca. No local onde encontram-se as estantes dos livros identificamos as leituras mais baixas, já na mesa de trabalho da bibliotecária, encontramos as piores leituras, que acabam por ser baixas demais para realização de seu serviço. Ao fazer um cálculo luminotécnico para a sala de biblioteca, descobrimos que são necessários o uso de dez luminárias com duas lâmpadas, pois atualmente ela possui apenas quatro luminárias com duas lâmpadas cada onde foram identificadas duas lâmpadas queimadas, totalizando apenas seis lâmpadas em funcionamento.

Essa mudança é de extrema necessidade, pois por mais que o ambiente não seja utilizado pelos alunos durante um longo periodo de tempo, a bibliotecária permanece o dia todo nesse local, além de desempenhar um importante papel na vida acadêmica dos atuais alunos da escola.



FIGURA 04- Armários impedindo a iluminância próximo a janela



FIGURA 05- Área técnica, onde possui a menor iluminância, próximo da porta

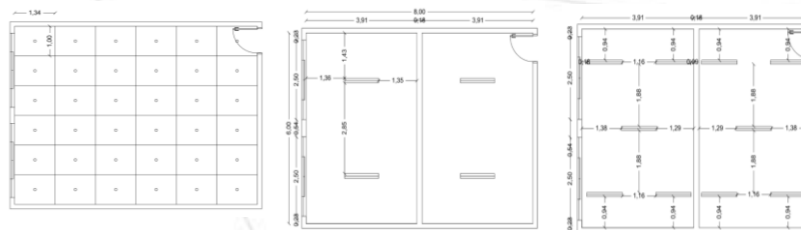


FIGURA 01- Malha de pontos para medição das luminâncias.

FIGURA 02- Atual disposição das luminárias

FIGURA 03- Proposta desenvolvida

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo verificou que os usuários da sala de biblioteca da escola, estão submetidos a condições inapropriadas de iluminância em todos os períodos do dia, mesmo que o sistema de iluminação artificial esteja acionado. Isso ocorre devido ao fato de o layout da sala estar distribuído de forma errada, as estantes para os livros serem escuras e ter poucas luminárias, além da coloração das paredes em verde médio que dificultam a reflexão da luz

INTRODUÇÃO

O condicionamento acústico é capaz de contribuir para as decisões projetuais de um auditório e dessa forma, qualificar os ambientes destinados, principalmente à palavra falada. Visando o exercício projetual, o presente trabalho aplicou os conceitos de acústica no desenvolvimento de um auditório e considerou as orientações contidas na NBR 12179/92. A eficiência acústica do auditório foi intensificada com a especificação dos materiais e revestimentos que em atendimento às orientações de condicionamento acústico, intensificaram o desempenho do auditório.

OBJETIVO

O objetivo desta análise é a utilização de conceitos relacionados à acústica no desenvolvimento de um auditório com capacidade para 300 pessoas aproximadamente.

MATERIAIS E MÉTODOS

A NBR 12179 - Tratamentos acústicos em recintos fechados, foi utilizada como referência para a pesquisa, assim como a realização de cálculos, análise de materiais e tempo de reverberação indicados para este tipo de ambiente e uso, no intuito de comprovar a desempenho e eficácia do projeto desenvolvido.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12179 Tratamentos acústicos em recintos fechados, Rio de Janeiro, 1992.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto do auditório, levou em consideração os parâmetros de acústica analisados e destaca-se a necessidade da utilização de materiais absorventes para as ondas sonoras, visando o controle do tempo de reverberação do som no ambiente. Assim, de acordo com os cálculos e norma utilizada, o tempo de reverberação para o local deve ficar próximo a 0,9 segundos, garantindo a qualidade sonora aos ambiente.

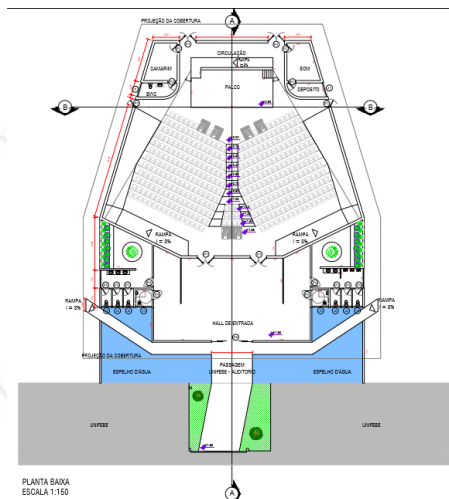


Imagem 1 – Planta Baixa
Fonte : Elaborado pelo autor

SUPERFICIE	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	ÁREA(M²)	COEFICIENTE DE ABSORÇÃO TOTAL	ABSORÇÃO DA SUPERFICIE (Sm)
PAREDES	PLACAS SONEX NOVA FORMULA 20/35	317,28	0,21	66,628
PORTAS	PORTA ACUSTICA DE MADEIRA ISAR MODELO ISD 35/35	16,80	0,39	6,552
		3,78	0,39	1,474
		(4 x 2,1 x 2), (2 x 2,1 x 0,9), (2 x 2,1 x 0,8)	3,36	0,39
TETO	GESSO ACARTONADO	586,44	0,06	17,186
PISO + ESPELHO DEGRAUS	CARPETE FADEMAR EVOLUTION 7MM	646,44	0,10	64,644
RAMPA (x2)	CARPETE FADEMAR EVOLUTION 7MM	104,26	0,10	10,426
PALCO	LAMBRI DE MADEIRA	45,89	0,06	2,753
PESSOAS	LOTAÇÃO MAXIMA	368	0,40	147,20
ACENTOS	362 ACENTOS POLTRONAS ESTOFADAS 6 V. P.C.R (NÃO CONSIDERADAS)	362	0,28	101,360
TOTAL				419,533

Tabela 2 – Especificação dos materiais indicados para o projeto.

Fonte : Elaborado pelo autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo, foi possível aplicar os conceitos de acústica e principalmente relacionar a forma do auditório, a volumetria e a especificação de materiais e revestimentos no desenvolvimento de um projeto arquitetônico de auditório.

PROJETO DE UM AUDITÓRIO: ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS E CÁLCULOS DE REVERBERAÇÃO

Kamille Cardoso Medeiros; Vanessa Hoffmann. Orientador : Alexssandra da Silva Fidelis;
kamille.medeiros@unifebe.edu.br; vanessa.hoffmann@unifebe.edu.br; asfarquiteta@unifebe.edu.br.
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRUSQUE-UNIFEBE

INTRODUÇÃO

Devido ao fato de estarmos sempre em contato direto com o ambiente construído, devemos procurar garantir o bem-estar e a qualidade necessária para o melhor uso do mesmo.

Diante disso, foi proposta a elaboração de um auditório com capacidade de até 400 pessoas, tendo o som um dos elementos qualificadores do espaço, garantindo a qualidade acústica do ambiente.

OBJETIVO

Elaborar o projeto de um auditório para 400 pessoas, tendo como parâmetros os conceitos de condicionamento acústico de acordo com a NBR 12179.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente análise será possível através das normas da ABNT, a NBR – 10151, NBR – 10152 e NBR – 12179, onde é possível avaliar o ruído em áreas habitadas, principalmente em recintos fechados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A elaboração de um auditório com a capacidade para 400 pessoas surge da necessidade de um espaço para a realização de eventos, prezando a qualidade acústica no ambiente.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10151- **Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade – Procedimento.** Rio de Janeiro, 1999.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12179 - **Tratamentos acústicos em recintos fechados.** Rio de Janeiro, 1992.

Após elaborar o layout do ambiente, surge a necessidade de analisar e calcular a acústica, utilizando diferentes materiais para melhorar o desempenho acústico.

A escolha dos materiais veio de acordo com tempo de reverberação indicado para uma sala de auditório juntamente com o volume do ambiente. Foram escolhidos materiais para a parede, sendo a utilização de feltro, uma cortina, uma porta estofada, carpete no piso, poltronas e gesso no teto.

SUPERFÍCIE	ÁREA (m ²)	C.A A 512 Hz	A.S (Sm)
Paredes c/ feltro	321,86	0,10	321,18
Paredes c/cortina	173,50	0,55	95,42
Portas	28,59	0,30	8,57
Janelas	15	0,10	1,50
Piso	570	0,30	171
Teto	570	0,03	17,10
Poltrona	213,40	0,28	59,75
Pessoas	388	0,40	155,20
TOTAL	540,72 Sm		

FIGURA 01- Imagens internas do auditório.



FIGURA 02- Planta baixa identificando o layout do ambiente.

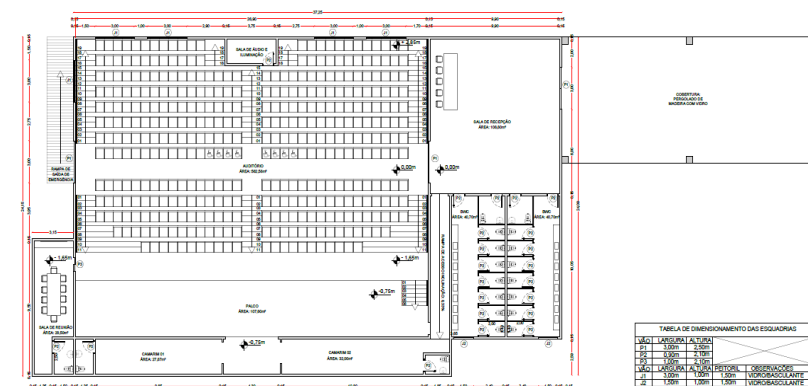
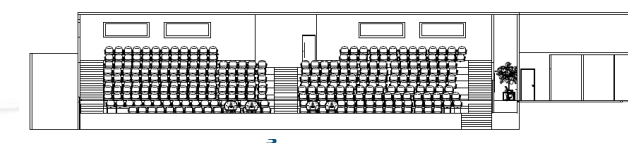


FIGURA 03- Corte longitudinal identificando o layout do ambiente.



O presente estudo verificou quais são os materiais adequados para o ambiente com um volume de 3.243,60m³, com o tempo de reverberação indicado para este volume de 0,95 segundos. Permitindo gerar um ambiente com grande qualidade acústica para todas as pessoas que estarão no ambiente.

INTRODUÇÃO

O condicionamento acústico consiste em proporcionar as melhores condições possíveis de audibilidade interna, através da correção de fatores como: tempo de reverberação e distribuição de sons gerados internamente. Atualmente é um critério muito relevante na concepção de projetos arquitetônicos como igrejas, teatros, cinemas, salas de concerto, salas de aula, além dos já tradicionais estúdios de gravação de rádio e música.

As primeiras evidências do uso da arquitetura a favor da acústica podem ser observadas nos teatros gregos e romanos, apesar de que cientificamente o valor da acústica para os ambientes tenha sido reconhecido apenas no século XX (SOUZA et al, 2003).

OBJETIVO

Com o objetivo de exemplificar o uso da acústica em um projeto arquitetônico desenvolveu-se uma proposta de novo auditório para o Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE.

REFERÊNCIAS

SOUZA, Léa Cristina Lucas de; ALMEIDA, Manuela Guedes de; BRAGANÇA, Luís. Bê-á-bá da acústica arquitetônica: ouvindo a arquitetura. São Carlos: EDUFSCAR, 2006. 149 p.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12179 Tratamentos acústicos em recintos fechados, Rio de Janeiro, 1992.

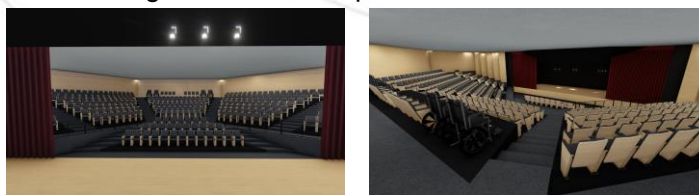
MATERIAIS E MÉTODOS

Utilizou-se pesquisas bibliográficas em livros de acústica e a NBR 12179 – Tratamentos acústicos em recintos fechados; e a partir de cálculos como volume do recinto, absorção de materiais e tempo de reverberação, visou-se comprovar o caráter acústico do projeto elaborado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultado dos parâmetros e normas técnicas do conforto acústico, obteve-se um auditório com forma poligonal e desníveis marcando a área de assentos e circulação. Os materiais adotados podem ser observados na Tabela 1.

Imagens 1 e 2 – Maquete eletrônica interna



Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 1 – Coeficiente de absorção de materiais usados.

SUPERFÍCIE	ÁREA (m ²) ou UNID.	COEFICIENTE DE ABSORÇÃO A 500Hz	ABSORÇÃO DA SUPERFÍCIE (Sm)
Paredes e espelhos MDF	458,2	0,3	137,46
Paredes alvenaria	251,49	0,02	5,03
Porta Madeira Maciça	14,5	0,06	0,87
Piso circulação carpete	282,65	0,1	28,26
Piso Assentos borracha	310,4	0,03	9,31
Piso Palco madeira	99,15	0,2	19,83
Teto gesso	699,41	0,05	34,97
Poltronas estofadas	359	0,28	100,52
Pessoas	363	0,40	145,2
TOTAL			481,45 Sm

Fonte: Elaborado pelos autores.

Através dos materiais utilizados apresentados na Tabela 1, a comparação entre tempo do projeto e a reverberação ótima, obteve-se resultado satisfatório, ficando dentro do esperado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como meio de ilustrar a influência do condicionamento acústico em um projeto de arquitetura, o projeto do auditório para o Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE, mostra que as corretas relações entre volume e materiais qualificam um projeto arquitetônico tornando-o mais adequado para seu uso.

A ANÁLISE SINTÁTICA COMO PARÂMETRO DE DIAGNÓSTICO URBANÍSTICO DA CIDADE DE ITAJAÍ-SC.

Andresa Fagundes, Gabriele Kistenmacher, Maiara Till, Karol Diego Carminatti.
andresa.fagundes@unifebe.edu.br, gabriele.kistenmacher@unifebe.edu.br, maiara.till@unifebe.edu.br,
karol.carminatti@unifebe.edu.br
Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

Após o êxodo rural, olhar para as cidades urbanas, visando melhorias em seus sistemas de organização e infraestrutura tornou-se vital. Nos dias atuais, esse olhar voltado a cidade pode se pautar nos mais diversificados meios de consulta, como em mapas, fotos, esquemas, leis e materiais dos planos diretores de cada cidade.

Dentre os vários modos de ver a cidade destaca-se a análise sintática, que surgiu em 1970 através de Bill Hillier e colaboradores, e vem sendo difundida nos últimos tempos. Basicamente, consiste em dois elementos básicos: o espaço convexo e a linha axial (NOGUEIRA, 2004). É no momento de diagnósticos em busca de melhorias que ela aparece para demonstrar seu papel de unir informações e permitir sua verificação, visto que os dados que ela demonstra permitem explicar alguns porquês das cidades.

OBJETIVO

Exemplificar a importância do uso da análise sintática no diagnóstico da cidade de Itajaí-SC.

REFERÊNCIAS

NOGUEIRA, A. D. (2004) Análise sintático-espacial das transformações urbanas de Aracaju (1855-2003). Tese. (Doutorado). 365 p. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFBA, Salvador.

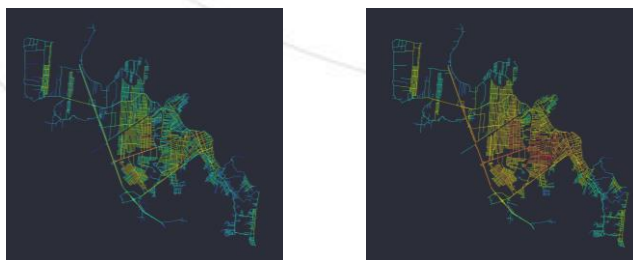
MATERIAIS E MÉTODOS

Utilizou-se de bases cartográficas como mapas de históricos, de zoneamento e enchentes para uma análise prévia e a partir dos mapas gerados no programa Depht Map foi realizada a análise comparativa entre eles.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através do traçado da rede viária de Itajaí- SC, gerou-se dois mapas sintáticos que demonstram a acessibilidade urbana da cidade a nível local e global.

Imagem 1 – Mapas síntese espacial da cidade de Itajaí-SC. Da esquerda para direita: nível local e nível global



Fonte: Elaborado pelos autores.

A escala de cores que vai do azul ao vermelho representa, respectivamente, os locais mais segregados aos locais com maior inclusão urbana. Como resultado da comparação destes mapas com outros dados, pode-se comprovar que a cidade de Itajaí esta crescendo sentido BR 101, e que seu centro histórico não é mais a centralidade principal da cidade. Outro fator determinante para a segregação de alguns espaços da cidade, como pode ser observado nos mapas, são as características geográficas – tal como mar, relevo e rios.

Destaca-se que o trabalho baseou-se em traçado de rede viária, não sendo aplicável com exatidão para análise da integração da cidade a nível de pedestres e ciclistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como meio de ilustrar a importância da análise sintática para percepção das cidades, utilizou-se o exemplo de Itajaí. Pelo qual pode-se diagnosticar as áreas de maior acessibilidade e as áreas mais segregadas. A síntese do espaço por meio de mapas é uma ferramenta essencial para a compreensão do funcionamento da cidade a nível de circulação e integração, norteando possíveis intervenções a nível de planejamento urbano.

Amanda Karoline Odachowoski, Ana Paula Poffo, Edilson Walter, Gustavo Hillesheim, Orientadora: Alexssandra da Silva Fidelis

amanda.odachowoski@unifebe.edu.br, ana.poffo@unifebe.edu.br, edilson.walter@unifebe.edu.br,
gustavo.hillesheim@unifebe.edu.br, asfarquiteta@unifebe.edu.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRUSQUE - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

O reconhecido fracasso do urbanístico, decorrente do movimento moderno, deu início no século XXI à discussão relacionada aos espaços de caráter coletivo onde o espaço público era o componente fundamental da cidade. Vários estudiosos constataram que apenas ter a intenção de fazer um lugar vivo não era suficiente, mas que era preciso observar o comportamento das pessoas nos espaços públicos para compreender a relação entre sua configuração e sua utilização. Aliado à presença das pessoas, há aspectos e elementos que qualificam o ambiente urbano e de acordo com Mascaró (2009) - (temperatura do entorno e superfície, iluminação – artificial e natural -, arborização) e Lynch (1980) - (caminhos, limites, bairros, pontos nodais e marcos), é possível mapeá-los no intuito de elaborar um diagnóstico da ambiência e paisagem urbana.

OBJETIVO

Em atendimento à solicitação da disciplina de Estudos Ambientais, o objetivo deste trabalho é realizar o mapeamento dos aspectos ambientais e constituintes da paisagem urbana que caracterizam a Praça da Cidadania e seu entorno.

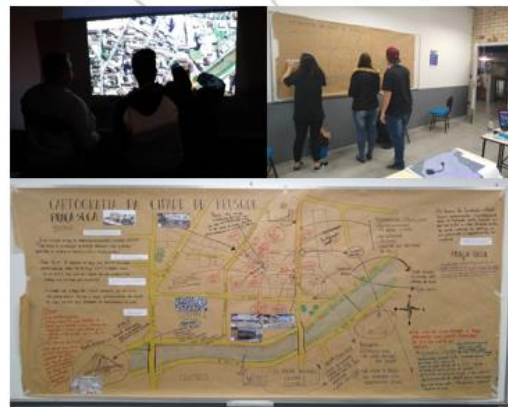
REFERÊNCIAS

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1980
MASCARÓ, L. & MASCARÓ, J. Ambiência Urbana. 3ª ed. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2009.

MATERIAIS E MÉTODOS

No intuito de contemplar o solicitado, realizou-se a visita ao local, no período noturno, para o levantamento imagético e coleta de dados ambientais: temperatura, velocidade do vento, qualidade da iluminação no período noturno, configuração das edificações e relação das vias com o lugar de análise. As análises da paisagem procuraram identificar a relação existente entre os espaços edificados, as áreas identificadas para o lazer e a circulação (e permanência) de pessoas na praça e em seu entorno.

Imagem 1, 2 e 3 – Elaboração e mapa cartográfico.



Fonte: Autores.

Na sequência, os dados foram analisados em sala de aula e transferidos para o mapa cartográfico que foi elaborado a partir da projeção da imagem aérea da praça. Em seguida, os dados coletados e analisados foram transferidos para o painel, constituindo o “mapa cartográfico da Praça da Cidadania”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os aspectos mais significativos, identificados na análise foram: a) a praça foi implantada numa área predominantemente comercial, sem usos variados, o que possivelmente restringiu sua utilização em poucos momentos ao longo do dia e da semana e a implantação dos carrinhos de lanche, demonstrou a necessidade em se manter usos variados, capazes de atrair as pessoas em diferentes horários, inclusive à noite; c) A Praça da Cidadania pode ser definida como praça seca, pois não possui árvores e sombreamento, há pavimentação (quase total) do piso, o entorno é cercado por edificações e estas características ocasionam ganhos térmicos consideráveis, principalmente no verão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapa cartográfico elaborado para o diagnóstico ambiental e da paisagem urbana, demonstra que a relação entre ambas se estreita e até se sobrepõem em alguns aspectos, pois os critérios se associam para a concepção de um espaço urbano público.

MAPA CARTOGRÁFICO E O REGISTRO PARTICIPATIVO DAS AVALIAÇÕES DA PAISAGEM AMBIENTAL URBANA

Mateus Bado, Sara Gesser, Thiago Petermann, Orientadora: Alexssandra da Silva Fidelis
mateus.bado@unifebe.edu.br, saragssr@unifebe.edu.br, thiago.petermann@unifebe.edu.br, asfarquiteta@unifebe.edu.br
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRUSQUE - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

Os conceitos relacionados à Ambiência Urbana, apresentados por Mascaró (2009), foram utilizados no mapeamento e diagnóstico da paisagem na região próxima a Praça Sesquicentenário, no centro de Brusque. Segundo a autora, alguns fatores como: arborização, a relação entre largura das vias e altura dos edifícios, fluxos da ventilação urbana, insolação e outros, são aspectos que contribuem para a qualidade ambiental do espaço urbano. Dessa forma, aliando tais conceitos à análise morfológica do lugar, foi possível identificar as configurações que intensificam ou restringem tal qualidade e que relacionam-se à utilização da área analisada.

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é apresentar o diagnóstico ambiental e morfológico da região próxima a Praça Sesquicentenário, no centro de Brusque.

MATERIAIS E MÉTODOS

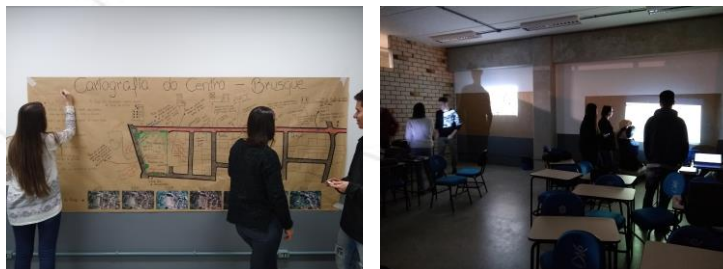
Visando a aproximação com a área em questão, foi realizada uma caminhada pelo local citado, no período noturno, a fim de realizar o levantamento dos elementos ambientais, morfológicos e também mapear aspectos

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri (org.) Cartografia social, terra e território. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2013.
JACOBS, J. Morte e Vida de Grandes Cidades. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. 3ª edição. Coleção Cidades.
MASCARÓ, L. & MASCARÓ, J. Ambiência Urbana. 3ª ed. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2009.

sociais que caracterizam o local. Para isso, foram utilizados equipamentos específicos: termômetros, luxímetros, decibelímetros e registro de imagens que contribuíram para a análise do lugar. O resultado da análise foi apresentado na forma de um mapa cartográfico, onde foram registradas as aferições dos equipamentos, objetos geográficos e também os “conhecimentos associados ao uso do local e pela intenção política que preside a sua apropriação”. (ACSELRAD, 2013)

Imagem 1 e 2 – Elaboração do mapa cartográfico.



Fonte: Autores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entre as análises, algumas questões se destacaram de

forma negativa: a relação entre a altura dos edifícios (aproximadamente 12 andares) e a largura da Rua João Bauer (aproximadamente 12 metros). Neste caso, a altura e posicionamento dos edifícios ao longo da Rua João Bauer, durante o dia, gera um sombreamento demasiado sobre as edificações mais baixas situadas no entorno e dessa forma, permanecem à sombra durante maior parte do dia. Esta configuração morfológica (edifícios altos ao longo da via) resulta em um “canal” que intensifica a velocidade da ventilação urbana, característica negativa para o entorno e para o pedestre que circula pelo local.

Tais edifícios, em sua maioria residenciais, também assumem papel significativo na segurança do espaço público, pois suas fachadas, repletas de janelas voltadas para a rua e para a Praça Sesquicentenário, permitem o monitoramento pelos moradores e dessa forma minimizam a ocorrência de atos violentos, assumindo a classificação de “olhos da rua”, definida por Jacobs (2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, a análise cartográfica da região da Praça Sesquicentenário, constatou que a configuração das ruas, edifícios, praça e outros elementos, influencia significativamente na qualidade ambiental urbana e também à aspectos sociais, principalmente relacionados à segurança de quem circula pela região.

INTRODUÇÃO

O mapeamento da paisagem, segundo o autor Kevin Lynch (1980) é realizado aos poucos, pois é impossível apreender todas as informações de uma vez. Para facilitar esse diagnóstico, o autor definiu cinco elementos que auxiliam a percepção da cidade e de suas partes constituintes: caminhos, limites, bairros, pontos nodais e marcos. Outros aspectos, de caráter ambiental, somados aos identificados por Lynch (1980), contribuem para a leitura do lugar. Lúcia Mascaró (2009), define que a ambiência urbana pode ser medida e que a configuração da cidade, em associação ao clima, geografia e desenho urbano, podem contribuir ou dificultar a permanência e uso do lugar pelas pessoas. Para ela, algumas características merecem destaque: temperatura do entorno e superfícies, velocidade do vento, iluminação artificial, arborização, entre outros.

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é mapear os aspectos morfológico e ambientais na região próxima a Praça Sesquicentenário – Brusque e apresentá-los no formato de mapa cartográfico.

MATERIAIS E MÉTODOS

Inicialmente, foi realizada uma visita ao local, no período noturno, para levantamento imagético, identificação dos elementos físicos que configuram o espaço urbano e

arquitetônico, identificação dos elementos que constituem as superfícies do entorno e a aferição de temperatura (superficial e entorno), intensidade luminosa, mapeamento do porte e posição das árvores existentes na praça e na Rua João Bauer, entre outras. A prática de mapeamento, também pode ser associada à cartografia e incluir a subjetividade das relações pessoais (KASTRUP et al, 2015). Dessa forma, abarca aspectos distintos e que dizem respeito ao modo como o lugar é utilizado. Consultou-se sites específicos para resgatar imagens antigas do local onde a praça foi implantada, o que resultando na linha do tempo do lugar analisado. Na sequência, os dados foram analisados em sala de aula e transferidos para um grande painel que caracterizou a “cartografia do centro da cidade”, onde foram registrados os ambientais e morfológicos identificados na pesquisa.

Imagem 1 – Mapa cartográfico.



Fonte: Autores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultados das análises, foi possível identificar que a Rua João Bauer possui fluxo intenso de veículos e se caracteriza como uma via de ligação e acesso, importante para a cidade, conforme os conceitos definidos por Lynch (1980). O levantamento das imagens antigas do lugar, possibilitou a análise das mudanças na configuração urbana e pode-se perceber que após a implantação da praça, a construção de edifícios altos foi intensificada, o que vem estabelecendo um limite físico, inclusive, no limite entre o bairro Centro I e o bairro São Luís. Entre as avaliações ambientais constatou-se que as calçadas situadas na Rua João Bauer não possuem arborização e que sua largura não oferece condições para o plantio de árvores em associação com a passagem de pedestres. Identificou-se que a praça constitui, juntamente com Prefeitura, Câmara de Vereadores e Fórum, uma espécie de Centro Cívico e ponto de referência na cidade, ou seja, um Marco segundo Kevin Lynch (1980).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como meio de demonstrar o diagnóstico ambiental e morfológico, o mapa cartográfico apresentou aspectos relevantes do entorno analisado. Porém, constatou-se que as transformações urbanas, ainda em curso influenciam a forma com que as pessoas utilizam, circulam e se identificam com o lugar.

REFERÊNCIAS

- KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo; ESCÓSSIA, Lílíana. (orgs). Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade .Porto Alegre: Sulina, 2015.
LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1980
MASCARÓ, L. & MASCARÓ, J. Ambiência Urbana. 3ª ed. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2009.

Julia Hort, Karol Diego Carminatti*
*karol.carminatti@unifebe.edu.br
Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

No presente a criminalidade tem aumentado desenfreadamente e muito disto está relacionado ao modo como são dispostos os espaços urbanos das cidades.

“Um dos conceitos fundamentais no que diz respeito à relação entre a forma urbana e a criminalidade é o de visibilidade” (Vivan e Saboya, 2012, p.02), ou seja, quando são organizados de tal forma fazendo com que moradores e estranhos possam fazer a sua “vigilância natural”. Entretanto vê-se a cidade contemporânea imersa em espaços que pouco qualificam a vida urbana, materializados em grandes muros, fachadas cegas de edifícios e vastas áreas de estacionamentos, diminuindo os potenciais de vigilância natural, conforme citam Soares e Saboya (2019, p.07). A cidade de Brusque vem apresentando este cenário conflituoso, em especial nas praças da cidade, e por tanto se torna elemento central desta pesquisa.

OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre crime e espaço na cidade de Brusque, em função da morfologia do espaço público e sua visibilidade, considerando duas praças de notória importância: Praça Barão de Schneeberg e Praça da Cidadania.

REFERÊNCIAS

- VIVAN, M.; SABOYA, R. T. Arquitetura, espaço urbano e criminalidade: relações entre espaço construído e segurança com foco na visibilidade. **Anais do II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, 2012.
- SOARES, M; SABOYA, R. T. Fatores espaciais da ocorrência criminal: modelo estruturador para a análise de evidências empíricas. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, 2019.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa estabeleceu como método uma revisão teórica-conceitual acerca do tema, se valendo também de pesquisas In-loco, levantamentos de dados e mapeamentos. O Software *Dephtmap*, foi utilizado para analisar a visibilidade dos espaços urbanos das praças.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A área estudada aborda duas praças situadas na região central da cidade de Brusque: a Praça Barão de Schneeberg e a Praça da Cidadania. Nesta ordem, a primeira praça foi inaugurada em 1951 e passou recentemente por uma reforma, modificando a pavimentação e o paisagismo em geral. Circulam por este espaço pessoas que visitam o centro da cidade, ou que necessitam dos serviços que o centro oferece no período diurno, entretanto o volume de usuários é bastante reduzido no período noturno. Já a Praça da Cidadania, inaugurada em 2013, abriga edificações de serviços públicos em toda sua área, tendo entre estas, caminhos para circulação de pedestres. Esta praça conecta o terminal urbano à Avenida Consul Carlos Renaux, cuja via é situada no maior eixo comercial do centro da cidade, adquirindo deste modo um caráter puramente de passagem e de pouca permanência.



USO DO SOLO

- COMERCIAL
- RESIDENCIAL
- ESTACIONAMENTOS
- MISTO
- SERVIÇOS
- INSTITUCIONAL
- RELIGIOSO
- N/ IDENTIFICADOS

VISIBILIDADE



- 1 – Praça Barão de Schneeberg
- 2 – Praça da Cidadania
- 3 – Terminal Urbano de Brusque
- 4 – Avenida Cônsul Carlos Renaux

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise acima trata da visibilidade dos espaços urbanos da área estudada, possibilitando classifica-los conforme sua visibilidade em relação ao entorno. A Praça Barão de Schneeberg apresenta visibilidade bastante significativa, principalmente devido a sua localização e a forma em que se relaciona com a cidade, já a Praça da Cidadania apresenta uma organização espacial que a segrega de seu entorno, fazendo com que seu nível de visibilidade seja baixo, tornando a área mais propensa a ocorrência de crimes.

INTRODUÇÃO

A Geologia Ambiental pode ser classificada como uma ciência fantástica segundo Campos (2009), pois com o auxílio da mesma os seres humanos ao longo dos anos poderão resistir e redescobrir os fenômenos do universo ou simplesmente analisar com mais facilidade o sistema solar.

Através da Geologia Ambiental que atualmente está nas relações que o homem tem com o seu habitat geológico, desta forma dá ênfase aos problemas que o homem adquire ao usar o solo de forma inadequada.

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho foi a análise das condições geológicas de um terreno localizado na cidade de Brusque – SC, e localizar uma edificação de 100m², com a menor intervenção no terreno sendo o mesmo com inúmeras variações de curva de nível (Figura 01).



Figura 01: Curvas de nível
Fonte: Arquivo pessoal

Figura 02: Vista Topo
Fonte: Google Maps

MATERIAIS E MÉTODOS

O método utilizado foi o qualitativo, um estudo de caso que possibilitou o desenvolvimento da análise dos dados geológicos coletados tais como, topografia, atividade e declividade, as curvas de nível e acesso e a possibilidade de definições do solo.

A casa foi desenvolvida com o objetivo de proporcionar uma execução limpa, com o máximo de aproveitamento dos materiais e espaço não gerando entulho e resíduos provenientes da construção civil. O tijolo estrutural proporciona essa facilidade na execução pois o uso de concreto é 3 vezes menor das construções convencionais, levando em consideração a modulação única respeitando os vãos e recuos necessários, a cobertura é composta por telha ecológica feita com resíduos de garrafas PET, que aproveitam a água da chuva levando-a para um reservatório, auxiliando no consumo e reduzindo gastos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O terreno utilizado para o estudo se localiza na rua Luiz Maffezzolli, bairro Limeira. Durante a análise do terreno relatamos uma via não pavimentada de acesso na parte frontal do terreno (figura 02), além da densa área arborizada e uma grande irregularidade em todo o terreno. Obtemos diversas dificuldades sobre acesso e

arborização, além da declividade no qual o mesmo encontra-se, a partir desses dados concluímos que a melhor opção de alocar a casa de 100m² é no lado norte do terreno (figura 02 e 03).



Figura 03: Planta casa 100m²
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 04: 3D casa 100m²
Fonte: Arquivo pessoal

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos que com o estudo de caso e os dados geológicos coletados, proporcionamos um estudo dinâmico e produtivo para desenvolver um projeto com um menor impacto ambiental e uma menor intervenção possível, onde em grupo desenvolvemos uma residência unifamiliar de aproximadamente 100m², apresentando boas respostas no conforto térmico.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Clarismar de Oliveira, **Elementos de Geologia**. Petrolina: [s.n.], 2009.2a.ed.

RELAÇÕES ENTRE O URBANO E RURAL: ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA O PLANEJAMENTO DE CIDADES DE PEQUENO PORTE

Yonna Rhazel Vitor, Karol Diego Carminatti*

*karol.carminatti@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

“Os municípios da região, são, na sua grande maioria, municípios de pequeno porte, com menos de 20 mil habitantes, não sendo obrigatória, pelo Estatuto da Cidade, a elaboração do Plano Diretor” (MEURER, FEIJÓ VIEIRA, 2010, p. 1). Entretanto, o Plano Diretor estabelece parâmetros e orientações para o planejamento desses municípios que necessitam de uma proposta com foco no desenvolvimento social, econômico e sustentável.

O Plano Diretor é responsável pelo uso adequado do solo, estimativa de crescimento urbano vertical ou horizontal, desenvolvimento econômico, infraestrutura e serviços, preservação ambiental, além de outras diretrizes. Quando não há esse plano, as cidades crescem de forma descontrolada gerando inúmeros problemas relacionados ao meio ambiente, precária infraestrutura urbana, uso de solo irregular, entre outras consequências. Em um cenário atual são estes os problemas cotidianamente enfrentados pela cidades de pequeno porte.

OBJETIVO

O objetivo é apresentar os principais desafios e dificuldades das cidades de pequeno porte quanto ao planejamento urbano.

REFERÊNCIAS

FABIANA MEURER, GUILHERME FEIJÓ VIEIRA. Plano Diretor par Municípios de Pequeno Porte: a experiência do plano diretor regional participativo da AMAVI. In: PPLA 2010: SEMINÁRIO POLÍTICA E PLANEJAMENTO, 2, 2010, Curitiba. Anais [...] Curitiba: Ambiens, 2010.

MATERIAIS E MÉTODOS

Essa pesquisa pode ser caracterizada quanto ao seu método, como pesquisa bibliográfica e quanto à abordagem de dados, como qualitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As cidades de pequeno porte são consideradas assim devido a sua quantidade de habitantes, que de maneira geral é reduzida variando de 1.000 à 10.000 mil habitantes por exemplo. Com estes números, conseqüentemente, a verba destinada para esse município é proporcional ao seu tamanho populacional limitando e gerando problemas financeiros que refletem na ausência de um órgão municipal específico para o planejamento urbano, refletido na carência de estrutura física e de recursos técnicos.

Outras dificuldades podem ser elencada para além do próprio planejamento urbano. São a falta de conscientização de gestores públicos sobre a importância do Plano Diretor, o acúmulo de funções dos técnicos municipais, a dificuldade em alinhar gestão com a aplicação de leis por questões de ordem política, devido a conflito de interesses, além de não haver informações agrupadas e compatibilizadas sobre o município e cadastros imobiliários desatualizados

Dificuldades ocorrem não apenas por parte da gestão ou

do planejamento urbano, mas principalmente no próprio processo de tomada de decisão por parte da sociedade. A população, por não ter conhecimento sobre o valor de um planejamento urbano, não se interessa em participar, fazendo com que não haja informações para compor um levantamento das necessidades desse município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades de pequeno porte, são categorizadas em função do seu número de habitantes, no entanto, quando essas cidades são classificadas de acordo com seu tamanho demográfico ou função exercida, o seu protagonismo pode adquirir um importante potencial.

Enquanto essas cidades permanecerem com um orçamento baseado na população, a solução passa pelo planejamento regional, unindo os municípios que possuem características administrativas, territoriais e culturais similares, formando polos que consigam elaborar um processo de planejamento territorial comum e democrático.

A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO: O CASO DA VILA QUISISANA

Jorge Luiz Demonti, Jhulia Marihá, Luiza Gabriela Amorim, Alexssandra da Silva Fidelis
Jorgedemonti@gmail.com, Jhulia.eccel@gmail.com, luiza.ga.amorim@gmail.com
Centro Universitário de Brusque

INTRODUÇÃO

O presente trabalho investiga a história e a arquitetura da Villa Quisisana, expoente arquitetônico de Brusque. A edificação apresenta características exclusivas: mosaicos cerâmicos revestindo suas fachadas, terraços distribuídos nos últimos pavimentos, volumetria imponente e um interior repleto de elementos decorativos que enfatizam a importância de sua investigação. A edificação integra o Catálogo de Patrimônio do Município de Brusque, o que atesta o interesse para sua preservação. Além das características arquitetônicas, a história da família também é significativa e contribui para a formação da história da cidade. Dessa forma, é imprescindível sua investigação, tanto para estudantes de arquitetura e outros cursos, mas também para a própria cidade, pois representa a possibilidade de preservação de sua própria história.

OBJETIVO

Esta análise objetiva identificar os aspectos que destacam a importância para a preservação e destacam a importância histórica da Villa Quisisana.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para produção do estudo, fontes como jornais, sites do município e entrevistas foram utilizadas. Foi realizada uma visita à Villa Quisisana, no intuito de identificar elementos arquitetônicos e outros que atestassem a importância do imóvel e de sua história. Também foi realizada uma

entrevista com o caseiro, atual responsável pela manutenção do imóvel.

ESTUDO DE CASO

Durante o levantamento, foi possível verificar que A Villa Quisisana (que em grego, significa felicidade) está envolta em história, bastante significativa para a cidade, pois a proprietária, a Sra. Iris Renate Buettner Pastor era filha de Eduard Von Buettner, precursor da Buettner S/A Indústria e Comércio, grande empresa que empregou muitos moradores do município e dessa forma, foi palco de grandes eventos na cidade. (O MUNICÍPIO, 2017).

Entre os objetos de seu interior, é possível identificar centenas de livros, revistas e retratos que registram o período significativo da história da cidade e de outros lugares, já que muitos deles são de outros países, especialmente da Alemanha, país de origem da família.

A Villa Quisisana possui 5 pavimentos. O primeiro, abriga a cozinha e salas; o segundo com os quartos, banheiros e biblioteca; o terceiro é a área para os funcionários; o quarto e o quinto constituem o terraço imponente, com vista para o centro da cidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante do levantado, é possível especular que o patrimônio encontrado no local investigado, caracteriza parte significativa da história da cidade de Brusque e que a edificação mercê ser preservada representa pois é um

ícone arquitetônico, com estilo eclético e extremamente representativa, com tipologias únicas e não encontrada em outras edificações na cidade.



Figura 1: Villa Quisisana.
Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 2: Villa Quisisana.
Fonte: Arquivo pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Preservar é manter a relação da cidade com o seu passado, através de registros de suas características. O patrimônio é a herança do passado, no qual convivemos nos dias de hoje e passamos para as nossas gerações futuras, é através dessa preservação que se exerce a cidadania. Assim, concluímos que não é somente viável, mas sim extremamente necessário que um povo perceba, preserve e exalte seus patrimônios históricos.

REFERÊNCIAS

O Município. A casa dos sonhos. Disponível em < <https://omunicipio.com.br/casa-dos-sonhos/> > Acesso em: 25 de setembro de 2019.

INTRODUÇÃO

O som é uma onda formada pela vibração das partículas de um meio e captadas pela audição humana, e parte importante de um projeto arquitetônico é a preocupação com o comportamento do som nos ambientes.

Um dos modos de controlar a acústica de um ambiente é através da geometria, com a utilização de espelhos acústicos, por exemplo. Pois o som, sendo uma onda, pode ser direcionado e modificado através, principalmente, dos fenômenos de reflexão e difração, sendo reflexão o mais utilizado. O fenômeno de reflexão do som já é amplamente estudado, possuindo diversas maneiras de determinação de seu funcionamento.

OBJETIVO

Apresentar a influência da geometria dos espaços na **reflexão de ondas sonoras**.

MATERIAIS E MÉTODOS

O tipo de pesquisa utilizado foi a pesquisa bibliográfica, posteriormente aplicando o conhecimento em trabalho acadêmico para demonstração de sua funcionalidade.

O método escolhido para estudo foi o da reflexão especular de ondas, onde o ângulo de incidência e o de

REFERÊNCIAS

TAKAHASHI, V. F. de M.; BERTOLI, S. R. **Relação entre atributos acústicos e características arquitetônicas de salas de concerto aplicando o método da síntese da forma**. Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 193-205, jan./mar. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ac/v12n1/v12n1a13>>. Acesso em: 20 out. 2019.

reflexão na superfície são iguais em relação à linha normal à superfície, além do cálculo de reverberação adequado ao auditório projetado para UNIFEBE.

O método foi então aplicado em um auditório projetado tendo a fonte sonora localizada no palco a 1,70 m de altura e visando direcionar o som às fileiras de assentos na linha de audição, a 1,12 m do piso.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

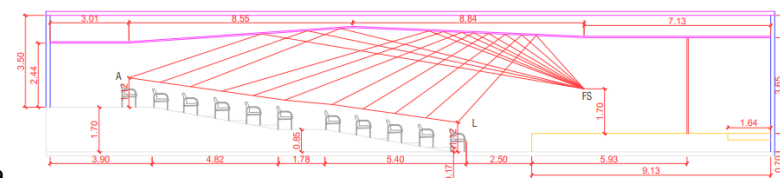
Nesse sentido, é necessário obter uma acústica adequada "permitindo que o som se propague em todo o ambiente, de forma uniforme, bem definido em suas características e preservado em sua forma original" (TAKAHASHI; BERTOLI, P. 194, 2012).

Portanto, à medida que são acrescentadas novas superfícies e elementos de absorção, é alterado o tempo de permanência do som no ar, porque a maior absorção representa menor reflexão de raios sonoros. Portanto, a reverberação de um ambiente é diretamente influenciada pelos materiais de revestimentos.

A partir disso, foi realizado cálculo de reverberação utilizado a fórmula desenvolvida por Sabine aproximado foi obtido 0,375 s, valor o qual não ultrapassou 5% do recomendado para um auditório com 2360 m³ que foi de 0,38 s, concluindo que o dimensionamento do espaço

disponível com os materiais utilizados para elaboração do mesmo estão adequados.

Figura 1 – Corte do projeto de auditório representando o direcionamento das ondas sonoras



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A quantificação de absorção é um indicador numérico de grande importância, pois é inevitável quando se deseja avaliar a acústica de qualquer ambiente.

Concluiu-se, que o ângulo de incidência e o de reflexão na superfície, são parâmetros específicos a serem analisados em função de cada tipo de ambiente, bem como sua forma geométrica e volume da sala, para que o condicionamento acústico atue de tal forma que propicie o tempo de reverberação mais apropriado para cada tipo de uso.

INTRODUÇÃO

A região central de uma cidade desempenha importante papel ao estruturar os principais movimentos urbanos, caracterizando um importante espaço de centralidade. Sobre ela passam os principais fluxos oriundos de todos os outros bairros ou cidades, pessoas que trabalham no local, ou, que buscam no centro os seus serviços especializados como comércios ou bancos, o que atrai uma movimentação intensa de pedestres e veículos, principalmente em horários de pico. No entanto, a centralidade de uma cidade nem sempre se configura no seu centro original, podendo ser encontrada até mesmo em bairros mais distantes. Na cidade de Brusque, tal fenômeno já pode ser observado na medida em que o centro histórico é vivenciado apenas nos horários comerciais, e outros bairros da cidade já começam a adquirir serviços que antes só estavam presentes no centro.

OBJETIVO

Interpretar as transformações morfológicas da cidade e suas implicações na transformação de centralidades urbanas na cidade de Brusque.

REFERÊNCIAS

HILLIER, B; HANSON, J. The social logic of space. University College London, Londres, 1984.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foram utilizados artigos e pesquisas bibliográficas, em espacial o método e a teoria da Sintaxe Espacial (HILLIER E HANSON, 1984) que traz importantes conceitos sobre as centralidades e suas transformações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A centralidade é aqui aferida como o grau de integração da malha viária de uma cidade. Se um espaço urbano é mais integrado, tende a reunir maiores concentrações de fluxos, de pessoas e bens, e usos diversos caracterizando uma centralidade efetiva.

Neste sentido, na cidade de Brusque, a principal centralidade ainda engloba o centro histórico mas aponta novas regiões que estão se estruturando como centralidade e que, no presente ou em um futuro próximo, são ou serão utilizadas com maior frequência.

Observamos que os subcentros: Maluche, São Luiz e Centro II, possuem níveis altos de Integração, significando que são lugares facilmente acessíveis dentro da malha urbana, concentrando o principal lugar para compras e serviços, abrangendo uma diversidade de usos além dos principais equipamentos que atendem a cidade como um todo.

Além disto, estas áreas ainda reúnem as vias com maiores movimentos intrabairros, acumulando os principais fluxos de bairros e de outras cidades para esta região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficam claros os vetores de crescimento da cidade que tendem em um primeiro momento reforçar a vocação no entorno do centro original e, posteriormente influenciar na consolidação de pequenos núcleos centrais. É importante salientar que a geografia da cidade auxilia para este tipo de fenômeno. Em regiões mais planas o traçado tende a se agrupar de melhor forma. Em nosso caso, com um sítio físico bastante acidentado, a ocupação dispersa é bastante evidente, consolidando Brusque com núcleos desconectados, um importante desafio para a mobilidade da cidade.

INTRODUÇÃO

A Universidade é um espaço onde há grande dinâmica social, e seus potenciais de expansão para a comunidade são consideráveis. Torná-la aberta à pessoas de fora traria experiências coletivas diferentes, atividades culturais e de aprendizado que promovessem a interação social e cultural. Para isso, o espaço físico universitário deve propiciar as relações entre as pessoas, por meio de áreas convidativas à permanência. Neste sentido, esta pesquisa busca compreender o campus do Centro Universitário de Brusque como um espaço de possibilidades de interações entre meio acadêmico e comunidade. Pra tanto, é necessário observar especificidades do campus considerando seus aspectos físicos, naturais, sociais, econômicas e de agenciamento, como forma de avaliar a eficiência do espaço universitário (WIESE, 2017).

OBJETIVO

Estabelecer critérios para avaliar o Campus Universitário de Brusque, enquanto aos seu potenciais de interações sociais e sua possibilidade de criar relações com o seu entorno imediato e com a cidade.

MATERIAIS E MÉTODOS

REFERÊNCIAS

WIESE, R. et al. Moradia Estudantil: Território da Coletividade. São Paulo, 2017.

A pesquisa utilizou uma base de multicritérios para correlacionar 18 categorias de análise considerando: estética, comunidade, ecossistemas, educação, energia, saúde e bem estar, terra, materiais, economia, mobilidade, água, governança, ensino, pesquisa e extensão, vitalidade e segurança.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise, multicriterial evidenciou problemáticas relacionadas à fronteira universidade-cidade, sociedade-natureza, como principais desafios a serem superados. O campus da UNIFEBE historicamente foi construído como uma espacialidade que não possibilita a relação das suas áreas com o entorno que o circunda. A vasta área de estacionamentos que cerca os diversos edifícios, também corroboram para a falta de relações com a cidade. A própria criação de ecossistemas naturais é bastante limitada visto o pátio árido e a pouca presença de vegetação, que em muito contribuem para um desconforto térmico das salas de aulas e dos espaços de convivência. A própria relação e identidade dos blocos é bastante confusa uma vez que não orientam ou localizam o usuário em relação ao Campus como um todo.

Para além destes elementos, os serviços do Campus se restringem às atividades internas da instituição, entretendo de forma pouco proveitosa. É perceptível a necessidade de novas áreas de estar, de apresentação,

de estudos, bem como de áreas comerciais que suprissem a necessidade dos acadêmicos e até mesmo da comunidade próxima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os potenciais usos do território da universidade, seria de grande proveito para estudantes, professores e comunidade em geral a abertura da universidade para todos. A possível construção de parques, áreas verdes, quadras esportivas, hortas comunitárias, oficinas, comércios e outras edificações aumentariam a quantidade de pessoas que circulam nesse entorno, tornariam o local convidativo para a permanência e para praticas sociais. Trariam opções para a permanência de professores e alunos fora do período letivo e agenciariam a interação com a comunidade (WIESE, 2017). Vê-se ainda, o Campus como importante potencial para dar suporte aos alunos recém formados e suas convicções de negócios, como forma de impulsionar ideias inovadoras e que atendam a demanda local e regional.

PÔSTERES

Ciências Contábeis



fapesc

Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

ANAIS ENPEX 2019
ISSN 1982-3370

**Inovação a serviço
da educação**

**XVIII Jornada de Iniciação Científica
XIII Mostra de Extensão
BRUSQUE - SC - BRASIL**

 **UNIFEBE**

Michele Foppa da Silva, Orientador: Edilson Sidnei Padilha
edilson@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos toda a economia tem sentido um forte recesso por conta do cenário político e econômico que toma conta do Brasil e do mundo, afetando as negociações entre países e até mesmo dentro do próprio país. A queda do consumo e do investimento prejudicou significativamente o cenário industrial, comercial e do setor de serviços. O recesso na demanda trouxe o desemprego, batendo um recorde histórico. A crise preocupa o setor industrial, que foi o mais afetado, o mercado de trabalho é sempre o último a dar sinais de melhora em meio à crise, pois o empregador prefere esperar para voltar a investir e também a empregar novamente (MENDONÇA, 2016). A necessidade de manter-se competitivo no mercado e comercializar produtos de qualidade são o grande desafio enfrentado pelo comércio, indústria e serviços, e esta corrida para elaborar o melhor produto e prestar o melhor serviço pode ser vencida se for encontrada uma forma de sair na frente da concorrência. (IWAKURA, V2013).

OBJETIVO

O presente estudo tem como objetivo geral verificar a viabilidade de terceirização da mão-de-obra e a fabricação da matéria prima para a elaboração do produto.

REFERÊNCIAS

- IWAKURA, Marina. 50 maneiras de cortar custos. Pequenas Empresas Grandes Negócios, mar. 2010. Disponível em: <<http://revistapegn.globo.com/Revista/Common/0,EMI125197-17171,00-MANEIRAS+DE+CORTAR+CUSTOS.htm>>. Acesso em: 31 janeiro 2017.
- MENDONÇA, Heloísa. Desemprego no Brasil atinge recorde e deve continuar subindo. Revista El País, São Paulo, 29 jul. 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/29/economia/1469802574_842001.html>. Acesso em: 31 janeiro 2017.

MATERIAIS E MÉTODOS

A forma da pesquisa aplicada é exploratória, tendo em vista que é caracterizada por proporcionar maiores informações sobre o determinado assunto. O método usado na elaboração deste trabalho pode ser classificado como método do estudo de caso e classifica-se este estudo como sendo qualitativa,

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a pesquisa, constatou-se que a empresa estudada obtinha um custo do seu produto final alto, por não terceirizar nenhum dos seus setores de produção e por comprar a matéria prima já pronta de fornecedores externos. Na suposição propõe-se que sejam agrupados os custos denominados mais vantajosos, almejando um custo menor de produção:

Tabela 1 – 1ª hipótese

MP	Talhação	Costura	Insumos	Custo Total
5,08	0,12	0,63	0,11	5,94
Custo mensal da produção				
Custo Total:	5,94	x	40.000	= R\$ 237.600,00

Fonte: Elaborado pela Autora

De acordo com o estudo realizado, esta é a hipótese com valores de custos baixos, onde reúnem custos de MP terceirizada, setor de talhação terceirizado, e setor de costura interno, alcançando um custo total de R\$ 5,94 por unidade de legging, obtendo assim maior retorno financeiro e melhores resultados operacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados demonstram que por meio da terceirização da área produtiva e da fabricação da matéria-prima a empresa teria uma redução no seu custo final. A opção que tem a proximidade da realidade financeira e de qualidade da empresa é a hipótese de ter uma porcentagem de matéria comprada e outra porcentagem fabricada, optando por terceirizar a talhação e manter interno o setor da costura. As opções foram fornecidas para que os gestores analisem e escolham aquela que mais se assemelhar com a realidade financeira da empresa, pois como já citado nos objetivos, este trabalho desejou verificar a viabilidade, tendo este objetivo sido alcançado, cabe aos responsáveis pela empresa selecionar e analisar aquela que mais os agrada e está ao seu alcance de realização.

INTRODUÇÃO

Com a crescente acessibilidade de cursos superiores, é notório que estudantes que completam o ensino médio tendem a buscar uma formação acadêmica, onde passam mais alguns anos de suas vidas estudando, para enfim estar habilitado em sua área de escolha. Mas e quanto ao conteúdo que está sendo aprendido, está sendo de grande valia para estes acadêmicos? Este estudo vai procurar saber o que os estudantes estão pesquisando. A Bibliometria é uma área da Biblioteconomia e da Ciência da Informação que tem como alvo a avaliação da produção de conteúdo, tendo em vista observar a evolução de conhecimento científico em diversas áreas, permitindo a análise de tendências e de métodos dos temas da área em questão estudada (SILVA; HAYASHI; HAYASHI, 2011).

OBJETIVO

O objetivo da presente pesquisa é verificar quais são as áreas mais estudadas nos TCCs pelos alunos dos cursos de ciências contábeis

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa quanto aos seus objetivos, é de cunho

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Bibliometria: evolução histórica e questões atuais**. Em *Questão*, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan/jun 2006.
SILVA, Márcia Regina da; HAYASHI, Carlos Roberto Massao; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 2, n. 1, p. 110-129, 2011.

descritivo, pois serão analisadas as características de um grupo, ou seja, os Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos alunos do Curso de Ciências Contábeis. O procedimento técnico utilizado é a pesquisa bibliográfica. Quanto à abordagem dos dados, será utilizada a pesquisa quantitativa que caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados. A pesquisa foi realizada no período de 1998 a 2018.1 onde foram elaborados neste período 745 TCCs.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A bibliometria nasce a partir da necessidade de avaliar as produções científicas publicadas em meados de 1900. Segundo Araújo (2006, p. 12), bibliometria consiste na “aplicação de técnicas estatísticas e matemáticas para descrever aspectos da literatura e de outros meios de comunicação (análise quantitativa da informação)”. Para realizar um estudo bibliométrico, faz-se necessário definir parâmetros que melhor caracterizam a pesquisa efetuada, estes parâmetros são conhecidos como leis bibliométricas. Nesta pesquisa o parâmetro é o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Ciências Contábeis. O TCC passou a ser obrigatório a partir das turmas concluintes do ano de 1998. Inicialmente era

permitido a realização de trabalhos em dupla, esse modelo foi praticado até o segundo semestre do ano de 2010, onde passou a ser de forma individual. Nesse período foram entregues/apresentados 745 trabalhos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação a área pesquisada, pôde-se observar que custos e controladoria ficou na primeira colocação com 110 pesquisas, seguida de contabilidade tributária com 78 pesquisas. A terceira colocação foi ocupada pela área de finanças empresariais totalizando 63 pesquisas efetuadas, na sequência veio planejamento e orçamento empresarial com 52 trabalhos. As áreas menos exploradas foram perícia, com apenas 7 trabalhos, direito tributário, com 7, empreendedorismo com 5 e marketing ocupando a última posição com 2 pesquisas efetuadas. Entende-se que a pesquisa foi de grande valia, pois apresentou um perfil dos Trabalhos de Conclusão de Curso com o estudo bibliométrico. Para a coordenação do curso de Ciências Contábeis, os resultados demonstram o que está sendo pesquisado no curso, e aponta os temas preferidos dos alunos do curso para realizarem a sua pesquisa.

INTRODUÇÃO

Hodiernamente, empresas brasileiras estão dentro de um mercado altamente competitivo. Novos produtos com preços atraentes entrando frequentemente no mercado fazem com que necessite de grandes organizações em seu sistema industrial, para que não percam lucratividade e concorrência. A evolução da sociedade traz consigo a evolução do conhecimento contábil, por meio do acervo de conhecimentos e fixação de novas ideias. A área contábil específica que trata dos gastos de operação de negócios é a Contabilidade de Custos, que por meio de um processo ordenado adota os princípios da contabilidade em geral. Num contexto amplo, relaciona-se a contabilidade de custos a um controle gerencial que proporciona aos administradores das empresas informações sobre o desempenho, deixando-os sempre atentos às vantagens competitivas, ou necessidades de aperfeiçoar seus métodos e processos de produção como notam Sombra et al. (2016).

OBJETIVO

Uma vez identificada a problemática da pesquisa, tem-se como objetivo geral: “Analisar os custos e despesas presentes em uma empresa ceramista de Canelinha/SC, para construir e sugerir um novo preço de venda pelo método do custeio por absorção”.

REFERÊNCIAS

Muniz Sombra, am; et al. Perfil da disciplina de contabilidade de custos nas universidades brasileiras: uma análise nos cursos de graduação em ciências contábeis. : the profile of the cost accounting discipline inside brazilian universities: an analysis within undergraduate accounting courses. Revista gestão organizacional (rgo). 9, 1, 66-82, jan. 2016.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo evidenciou uma pesquisa descritiva, quanto aos seus objetivos.. Optou-se pelo método de estudo de caso, por ser aquele que permite uma profundidade maior no estudo sobre uma ou mais organizações, Quanto à abordagem da pesquisa para este trabalho é qualitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao explorar o método utilizado pela empresa para elaborar seu preço de venda, percebe-se que não há cálculo de custos para a formação do preço, assim é apenas utilizado um preço estipulado pelo sindicato da região. De acordo com os cálculos até este momento obteve-se o preço de R\$: 0,32 para o produto 1, sendo R\$: 0,02 mais barato do que o preço praticado atualmente pela empresa no valor de R\$: 0,34, correspondente a uma variação de -5,26%. Para o produto 2 apresentou-se R\$: 0,35, sendo R\$: 0,08 mais barato do que o preço vigente R\$: 0,43, correspondente a variação de -17,73%. Para o produto 3 encontrou-se o preço de R\$: 0,28, sendo R\$: 0,07 mais barato que o preço atual de R\$: 0,35, tendo uma variação de -17,51%. O produto 4 estipulou-se o valor de R\$: 0,28, o mesmo já praticado pela empresa. Os preços formados neste trabalho ficaram abaixo do preço praticado pela empresa, a margem de lucro passada para os cálculos é

inferior a utilizada em discussão do preço já exercido, e no final do processo não foram feitos arredondamentos como é de costume pela empresa, estes são fatores que possibilitaram a redução do preço de venda. Com a margem de contribuição apurada, torna-se possível calcular o ponto de equilíbrio mix. Os resultados permitem a seguinte conclusão: a empresa deverá vender 183.116 unidades do produto 1, 5.945 unidades do produto 2, 2.235 unidades do produto 3, 52.623 unidades do produto 4, 28.122 unidades do produto 5.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notou-se que a empresa estudada não apresentava um critério para sua formação de preço, utilizando apenas preços sugeridos pelo sindicato da cidade aonde atua, no qual o gestor utilizando seus conhecimentos de mercado faz pequenos ajustes para tornar o preço atraente. Os resultados obtidos nesta pesquisa surpreendem, pois representam lucros maiores do que os esperados pelos gestores, demonstrando que não havia conhecimento dos lucros da empresa. Os preços propostos neste trabalho foram calculados utilizando o método de custeio por absorção alcançando 15% de lucro esperado pela gestão. Tornou-se necessário realizar rateios por produção, classificando e mensurando os custos e despesas para compreender seus respectivos comportamentos.

INTRODUÇÃO

Estabelecer preços de vendas coerentes com os praticados no mercado e dentro dos limites das empresas é de suma importância para a sobrevivência e continuidade das empresas, com isso, Bitencourt (2007) define que, os preços de venda quem determina é o próprio mercado em que a empresa atua. Devido à concorrência, os clientes tem a opção de escolher produtos iguais ou similares com diferenciação nos preços, com isso há a necessidade das empresas se adequarem ao mercado de atuação. Para Reginato e Collatto (2005) um ponto que o custeio variável merece destaque é na informação gerada que possibilita a formação do preço de venda, e apresenta de forma clara o ponto de equilíbrio e a margem de contribuição de cada produto da empresa. Com essas informações, possibilita a decisão de incentivar a produção de um determinado produto ou até mesmo a paralisação da produção dele. Diante do assunto contextualizado, surge o seguinte problema de pesquisa: Como calcular o custo e o preço de venda em uma empresa de pequeno porte do ramo têxtil?

OBJETIVO

Conhecer o método de formação do preço de venda de uma empresa do setor têxtil.

REFERÊNCIAS

- BITENCOURT, S. S. Formação de preço de venda na indústria têxtil com competitividade no mercado. 2007. 50 f. Monografia (Ciências Contábeis). Universidade regional de Blumenau, Blumenau, 2007.
- REGINATO, L; COLLATTO, D. C. Método de Custeio Variável, Custeio Direto e Teoria das Restrições no contexto da Gestão Estratégica de Custos: Um Estudo Aplicado ao Instituto de Idiomas Unilínguas. In: Congresso Internacional de Custos, 2005, Florianópolis. Anais IX Congresso Internacional de Custos. Florianópolis: CBC, p. 1-16. 2005.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada neste trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa aplicada através de um estudo documental, por meio de documentos fornecidos pela empresa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os preços praticados pela empresa são de acordo com o que o mercado paga: o gestor, por meio de seu conhecimento de mercado, precifica os serviços da prestação de serviços conforme a necessidade. Um controle de custos simplificado é utilizado a fim de mensurar os insumos utilizados pela empresa, sem muito detalhamento de alocação de custos aos produtos. Os rateios para efetuar as devidas alocações dos custos fixos e despesas fixas, são efetuados de acordo com a produção mensal da empresa, Cabe ressaltar que alguns custos são esquecidos pelo gestor, o que compromete um controle mais eficaz do controle de custos da empresa. A lucratividade que o gestor deseja obter é de 15%, porém, por não ter um controle eficaz dos custos dos produtos, esses 15% se tornam apenas um número, pois, para servir como ferramenta de decisão a empresa precisaria adotar uma contabilidade de custos que fornecesse informações que serviriam como suporte.

Quando houve a análise de comparação entre os métodos

de custeio absorção em relação ao variável, a lucratividade da empresa teve variação, apresentando um lucro maior pelo método absorção, enquanto o variável apresentava uma rentabilidade menor. Através dos cálculos do ponto de equilíbrio mix, ficou evidenciado que a empresa opera com uma produção maior do que a necessidade para atingir o ponto de equilíbrio, se tornando um fator positivo, pois a partir do momento em que o ponto de equilíbrio é atingido, com a produção superior, a margem de contribuição passa a se transformar em lucro para a empresa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se, no decorrer da pesquisa, que o gestor não utiliza um sistema de custeio eficiente para fornecer informações que possam lhe auxiliar. As alocações dos custos são feitos de forma arbitrária e sem os devidos cuidados, podendo comprometer a saúde financeira da empresa. Com isso, é necessário mudar o comportamento, e dedicar tempo e atenção maior a questões de custos e formação do preço de venda.

Com os resultados apresentados pelos métodos de custeios absorção e o variável, para a empresa deste estudo, o melhor método a ser utilizado, para fins gerenciais e para precificar os seus serviços, é o método variável, pois retrata melhor a realidade.

Autora: Jenifer Venzon
Orientador: Alessandro Fazzino
e-mail: Fazzino@unifebe.edu.br
Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

A competitividade leva os gestores das organizações a procurarem métodos que auxiliem na tomada de decisão e a estabilidade no segmento de mercado que estão inseridas. E os sistemas de custos consistem em alocar todos os custos e despesas geradas para a produção e mensurar a quantidade proporcional de custos sobre todos os setores (OLIVEIRA; FERREIRA, 2006). Hoje, o custeio baseado em atividades (ABC), tem como principal objetivo alocar custos indiretos nas atividades de uma forma mais realista aos produtos de uma empresa. O ABC segue o seguinte raciocínio de que não é o produto ou serviço que consome recursos, e sim, os recursos são consumidos pelas atividades e estas, por sua vez, são consumidas pelos produtos (MAUSS; COSTI, 2008). A justificativa para a elaboração do presente estudo está em configurar uma proposta de implementação de fundamentos do sistema ABC em uma empresa têxtil, auxiliando com informações que auxiliem na tomada de decisões.

OBJETIVO

Configurar uma proposta de implementação de fundamentos do sistema ABC em uma empresa têxtil.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Eduardo Kilian de; FERREIRA, Flávio Smania. O sistema de custeio ABC como ferramenta de gestão empresarial: um estudo de caso da Ouricar Veículos de Ourinhos/SP. Revista Hórus, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 158-182, 2006.
MAUSS, César Volnei; COSTI, Ricardo Miguel. O Método de Custeio ABC como instrumento de gestão. 1. ed. São Leopoldo: Atlas, 2008.

MATERIAIS E MÉTODOS

Essa pesquisa, quanto aos seus objetivos é descritiva. O procedimento técnico utilizado neste trabalho foi o estudo de caso. O trabalho se classifica como qualitativo, pois não utiliza estatística para demonstrar os resultados obtidos, sendo exposto de forma descrita, explicativa e profunda seus dados coletados. No que diz respeito à coleta de dados, a mesma ocorrerá por meio documentos e observação *in loco*. A coleta de dados será documental, pois se utiliza de documentos adquiridos pelos gestores e a contabilidade, como notas fiscais e relatórios de custos e despesas, para conseguir ver a diferença após a implementação do custeio. A observação foi utilizada para complementar a coleta documental, sendo analisado todos os processos de produção, os produtos, as quantidades, as atividades e setores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a proposta de se implantar o sistema de Custeio ABC, a empresa conseguiu distribuir de forma mais exata e ordenada os custos para cada um de seus produtos. A empresa adotava um sistema de custos simplificada que não dá a real noção dos custos e resultados da empresa. Sendo assim, foi necessário identificar todas as atividades no processo produtivo e de cada produto. Com a aplicação do ABC, a empresa apurou os seguintes resultados:

Quadro 1: Lucro após o sistema ABC

RECEITA	R\$	128.722,77
(-) CUSTO VARIÁVEL	R\$	63.752,85
(-) CUSTO FIXO	R\$	21.750,00
(-) DESPESA FIXA	R\$	679,00
(-) IMPOSTO	R\$	12.872,28
LUCRO	R\$	29.668,65

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluída o estudo, verificou-se que com a implantação do sistema ABC, a empresa chegou a valores mais exatos dos custos de seus produtos, e assim pode aplicar um preço de venda mais compatível com os seus produtos vendidos. Dessa forma, a empresa se torna mais competitiva e conhece melhor os seus custos e os custos de cada departamento da empresa.

Roberto Pereira Junior
Orientador: Edilson Sidnei Padilha
edilson@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

O ambiente empresarial é complexo, dinâmico e de muitas incertezas. Nos últimos anos, vem passando por grandes mudanças que ocorrem de forma cada vez mais rápida e contínua no que tange às áreas contábil, financeira, administrativa, recursos humanos e marketing, interferindo diretamente no processo de gestão da pessoa jurídica (NASCIMENTO; BIANCHI, 2005). Dessa forma, é fundamental compreender a empresa como um sistema eficiente e eficaz, sendo esse o âmbito de atuação da controladoria, mecanismo que tem um papel imprescindível no planejamento, execução e controle da gestão (OLIVEIRA, 2009). Mattos e Mariano (1999), definem controle interno como um conjunto de medidas aplicadas à empresa com o objetivo de proteger o seu patrimônio e fornecer dados confiáveis para a contabilidade, auxiliando à administração na pessoa jurídica, para uma correta tomada de decisão.

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é demonstrar a importância do controle interno para o processo de gestão das pessoas jurídicas, em especial os benefícios ao crescimento e eficácia organizacional destas.

MATERIAIS E MÉTODOS

REFERÊNCIAS

- MATTOS, C. de C.; MARIANO, R. P. Controle interno: Uma abordagem teórica. Contabilidade Vista e Revista, v. 15, n. 3, p. 27-44, dez. 1999.
- NASCIMENTO, Auster Moreira; Márcia BIANCHI. Um estudo sobre o papel da controladoria no processo de redução de conflitos de agência e de governança corporativa. Congresso de Contabilidade e Controladoria da USP. 2005. Disponível em: <<http://www.congress USP.fipecafi.org/web/artigos52005/245.pdf>>. Acesso em 30 de novembro de 2018.
- OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. Controladoria: fundamentos do controle empresarial. São Paulo: Saraiva, 2009. 346p.

A elaboração da pesquisa foi feita na cidade de Guabiruba/SC, com dados em determinada empresa do ramo de cosméticos, que conta com um total de 10 colaboradores. Atuando no mercado há 18 anos, a empresa vem crescendo e se destacando em seu segmento. No que diz respeito à coleta de dados, está se dar por meio de um questionário aplicado a todos os colaboradores da empresa de cosméticos. A análise de dados foi de forma clara e objetiva, por meio de técnicas qualitativas e descritivas das informações colhidas do questionário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para uma maior visão da importância do controle interno na gestão empresarial, iniciou-se a análise através da aplicação de um questionário composto por 06 (seis) questões com respostas objetivas de “Sim” ou “Não”. O mesmo questionário foi aplicado entre 10 (dez) colaboradores da referida empresa. Segue resultados encontrados: Para um controle interno nessas negociações, é importante que a empresa faça cotações de preços com diferentes fornecedores, optando pelo melhor custo versus benefício, evitando assim possíveis prejuízos. Para a tomada de decisões corretas, os administradores precisam de informações fidedignas acerca da situação financeira, gerencial e fiscal da

empresa. Sendo assim, 80% dos questionados afirmam que a empresa utiliza relatórios financeiros. Todos os entrevistados acreditam na importância de um bom sistema de controle interno para a empresa, pois agrega confiabilidade aos resultados e contribui na administração geral das atividades, podendo assim aumentar a lucratividade da empresa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os controles internos gerem informações confiáveis e que atinjam a necessidade da administração, é necessário que as políticas administrativas sejam claramente definidas. Assim, observa-se que para se obter o sucesso na implantação de controles internos de qualidade, os responsáveis por gerar as informações devem ser pessoas organizadas e de credibilidade, que entendam de forma clara as finalidades da empresa. Apesar de serem identificadas algumas falhas no controle interno da empresa de cosméticos analisada, foram constatados muitos pontos positivos que merecem destaque, como o conhecimento sobre o controle interno na empresa, pois a maioria dos funcionários tem esse conhecimento e isso é de extrema importância. Outro ponto a ressaltar, é de que todos os colaboradores não concordam que o gestor coordene todos os departamentos da empresa sozinho, pois as tarefas precisam ser segregadas a cada setor, para que se possa ter resultados mais positivos.

Autor: André Luiz Rabelo

Orientador: Edilson Sidnei Padilha
edilson@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

Uma das atividades mais populares da cidade de Brusque é o ramo têxtil, que possui grande variedade de empresas dos mais diferenciados portes e produtos. Percebeu-se então que as empresas têxteis necessitam controlar e administrar os seus custos a fim de obter o melhor preço de venda possível, sem perder a qualidade de seus produtos, podendo assim, oferecer descontos a fim de melhorar as vendas e maximizar o lucro. Para Lunkes (2003) a formação dos preços de venda dos produtos ou serviços obedece a vários métodos e estratégias, porém a mais utilizada é a formação de preços por meio da apuração dos custos dos produtos ou serviços. No mercado o preço é determinante para a decisão de compra do consumidor, portanto as empresas devem ter cautela na sua determinação. Em contrapartida Holanda e Machado (2006) afirmam que o mercado necessita de empresas fornecendo produtos que o consumidor consiga pagar e trazendo qualidade sendo que os preços devem ser suficientes para cobrir todos os custos e despesas, além de conter margem suficiente para o retorno sobre o capital aplicado.

OBJETIVO

Diante do assunto contextualizado, surge o seguinte

REFERÊNCIAS

LUNKES, Rogério João. Uma contribuição à formação de preços de venda. Revista brasileira de contabilidade, n. 141, p. 50-57, 2003.
HOLANDA, Almeida; MACHADO, MAV; MACHADO, M. R. Análise do processo de formação de preços do setor hoteleiro da cidade de João Pessoa/PB: um estudo exploratório. Encontro da ANPAD, v. 30, 2006.

problema de pesquisa: De que forma a empresa elabora o seu preço de venda? A empresa está apresentando a lucratividade desejada?

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho de conclusão de curso apresenta-se como uma pesquisa descritiva, quanto aos seus objetivos. O procedimento técnico utilizado foi estudo de caso, abordagem do problema Qualitativa, o pesquisador irá se ocupar com a interpretação dos acontecimentos, concedendo conceitos a situação do momento, ou seja, nesta abordagem as variáveis e suas relações serão os principais rumos para alcançar o objetivo esperado. No quesito de coletas de dados, foi utilizado a Documental, através de relatórios da empresa, dados de custos e receitas da empresa e relatórios contábeis.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao analisar a empresa em questão do estudo de caso, notou-se que a mesma possui custos fixos e variáveis, despesas fixas e variáveis. O administrador não faz a separação destas para obter o preço de venda, e sim soma todas elas e rateia pela produção que ele obtém mensalmente que é de 8.000 quilos, tornando o processo de separação dos custos e despesas árdua e dificultando

para a aplicação das ferramentas de custos. A empresa adota dois métodos para elaboração do preço de venda, sendo que um deles é para o pano de copa e outro é para as toalhas com felpa, devido ao valor da matéria prima ser diferente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi proposto melhorias nos controles dos custos e formação do preço de venda, conforme demonstrado na DRE, dos dez produtos escolhidos que mais foram faturados, nove deles estavam com o preço abaixo do necessário para obter o lucro esperado pelo gestor que era 15%. Com isso foi necessário demonstrar para o gestor os produtos vendidos com o valor que não supria o lucro esperado, sendo o que mais apresentou variação do preço de venda em porcentagem foi o produto 6 com valor de venda atual de R\$ 1,73 e lucratividade de 8,17%, passou para venda por R\$ 1,92 representando aumento de 10,90%. O produto 3 foi o que possui margem de lucro acima do esperado pelo proprietário, neste caso ele pode passar o produto que está sendo vendido atualmente de R\$ 1,75 para 1,71. Podendo assim obter maior mercado caso for de interesse, ou manter este item com maior lucratividade se não conseguir atender a demanda de venda que o item necessitar caso baixe o valor.

ANÁLISE DE CRÉDITO E SUA CONTRIBUIÇÃO NA REDUÇÃO DA INADIMPLÊNCIA DA PJ EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO DO VALE DO ITAJAÍ

Célia de Souza Sedrez. celia@unifebe.eud.br.br – Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE
Margarete Tabarelli. mtabareli@unifebe.edu.br – Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE

INTRODUÇÃO

Esse estudo será direcionado a analisar os procedimentos de concessão de crédito e as medidas tomadas para amenizar os problemas de inadimplência, em uma Cooperativa de Crédito do Vale do Itajaí. Assim como os bancos comerciais, as cooperativas de crédito têm como função básica a intermediação financeira com recursos mais acessíveis, da qual a concessão de crédito representa a principal fonte de receita. No entanto, no caso específico das cooperativas, as perdas ocasionadas pela inadimplência, além de refletirem na sua rentabilidade, refletem também na rentabilidade de todos os cooperados, ou seja, nos sócios da instituição (FRANCISCO, AMARAL E BERTUCCI, 2012).

OBJETIVO

Analisar os critérios para análise e concessão de crédito em um posto de atendimento de uma Cooperativa de Crédito do Vale do Itajaí.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa, pode ser classificada como descritiva, pois busca averiguar procedimentos operacionais quanto à análise e concessão de crédito, se

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Série Cidadania Financeira: estudos sobre educação, proteção e inclusão. Panorama do crédito concedido a Microempreendedores Individuais. Banco Central do Brasil – 4. ed. – Brasília: Banco Central do Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/nor/reincfin/serie_cidadania_financeira_4_credito_concedido_mei.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2018.
FRANCISCO, José Roberto de Souza; AMARAL, Hudson Fernandes; BERTUCCI, Luiz Alberto. Risco de crédito em cooperativas: uma análise com base no perfil do cooperado. **Sociedade, contabilidade e gestão**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 137-149, jul. /dez. 2012.

estes estão de acordo com os normativos do Banco Central e valores da Cooperativa. O procedimento técnico utilizado neste trabalho foi um estudo de caso. Os dados desta pesquisa foram coletados por meio de análise de documentos internos, relatórios do BI (Business Intelligence) e pelo método de observação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As propostas de operações de crédito solicitadas pelos cooperados no posto de atendimento que necessitam de análise são encaminhadas para uma central de crédito. A central conta com uma equipe de analistas, que juntamente com os gerentes e diretores da cooperativa, analisam as propostas emitidas de acordo com as normas e critérios para concessão de crédito e alçada do Comitê, visando as melhores práticas nos negócios realizados, mitigando os riscos inerentes às operações de crédito.

Dentro dos critérios para a concessão de crédito está a classificação do cooperado no rating, que resulta de uma análise fornecida pelo sistema operacional de acordo com as informações cadastrais e financeiras do cooperado e da operação de crédito. Essa classificação permite uma avaliação do risco dos associados para fins de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A Tabela 1 apresenta a quantidade de cooperados PJ.

Tabela 1- Admissões de cooperados Pessoa Jurídica por Natureza Jurídica

Admissões de cooperados PJ				
Empresas	1º semestre 2016	2º semestre 2016	1º semestre 2017	2º semestre 2017
LTDA	26	10	14	12
MEI	47	25	49	44
EIRELI	5	4	5	3
ASSOC.	0	1	1	1
TOTAL	78	40	69	60

Fonte: Relatório Business Intelligence (BI) (2018)..

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação ao objetivo de analisar critérios para análise e concessão de crédito, constatou-se que a cooperativa segue as normas e critérios elaborados pela política de crédito do Sistema que pertence. A cooperativa dispõe de normas de classificação de risco das operações de crédito e estabelece regras e critérios para a classificação das operações de crédito e constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A norma de análise de garantias de crédito contribui para uma análise eficiente da garantia, mitigando riscos e padronizando boas práticas de negócios para o sistema.

INTRODUÇÃO

As instituições de ensino superior (IES) são entidades que tem em sua organização características bem distintas se comparadas as demais entidades que estão inseridas no mercado. No Estado de Santa Catarina, a maioria das IES são classificadas como universidades ou centros universitários comunitários e sem fins lucrativos. No Estado de Santa Catarina existe uma associação denominada de Associação Catarinense de Fundações Educacionais (ACAFE) que congrega entidades de educação criadas por lei municipal, estas instituições surgiram com o objetivo de interiorizar a educação superior que estava centrada somente na capital do Estado.

OBJETIVO

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar como as instituições do sistema ACAFE administram a inadimplência e verificar quais os meios utilizados pelas IES para o recebimento de suas mensalidades escolares.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DAS FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS. **Perfil ACAFE 30 Anos**. ACAFE, Florianópolis, 2004.
RODRIGUES, L.F. **Gestão da Inadimplência Educacional**. 1. ed. Cotia, São Paulo: Alabama, 2004.

MATERIAIS E MÉTODOS

Essa pesquisa, quanto a abordagem do problema, pode ser classificada como qualitativa. Em relação aos procedimentos para coleta de dados, será uma pesquisa de campo. Foram encaminhados os questionários para as instituições vinculadas ao Sistema ACAFE. Houve o retorno de 27% dos questionários respondidos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Acredita-se a questão da inadimplência no ensino superior está ligada diretamente as leis que protegem o aluno. Vale ressaltar que a Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares, no seu Art. 5, cita que a instituição não tem obrigação de fazer a matrícula do aluno inadimplente, mais que o aluno somente poderá ser desligado da instituição de ensino, no final do semestre ou ano letivo. De acordo com Rodrigues (2004), um deles é sem dúvida a legislação atual, a Lei nº 9.870/99, a qual tem sido protecionista em relação aos contratantes, é o motivo central deste protecionismo e a política adotada pelo Governo Federal, que visa fomentar ao máximo a educação para elevar o conceito do país no cenário internacional. Outro fator que acredita-se coopera para as taxas de inadimplência do ensino superior é que a Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1.990, determina no seu Art. 51, inciso XII, que sobre as

parcelas das mensalidades escolares vencidas poderá ser cobrado 1% de juros e 2% de multa contratual. Com um percentual tão baixo de juros e multa que pode ser aplicado sobre as mensalidades em atraso, talvez a prioridade de muitos alunos não seja o pagamento da mensalidade, e sim outras obrigações onde o juro tem um percentual maior. A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), realizou uma pesquisa a inadimplência das famílias brasileiras. A pesquisa apontou que o percentual de famílias brasileiras com algum tipo de dívida subiu de 59,8% em dezembro de 2018 para 60,1% em janeiro de 2019

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que o meio utilizados pelas IES prioritariamente para o recebimento de suas mensalidades escolares, é o boleto bancário. Na questão da recuperação dos valores dos alunos inadimplentes, a principal medida adotada é a negativação nos órgãos de proteção ao crédito, sendo o principal deles o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). Observou-se não são realizadas nenhuma análise de crédito do aluno ou responsável no ato de matrícula, todos os respondentes informaram que não se utilizam da análise de crédito no ato da matrícula dos alunos.

Autora: Heloiza Nuss, Orientador: Prof. Me. Rodrigo Barraco Marassi
e-mail: rodrigomarassi@unifebe.edu.br
Centro Universitário de Brusque (Unifebe)

INTRODUÇÃO

A perícia contábil requer conhecimento e experiência do perito contador na questão a ser analisada. Por meio do laudo, o perito se manifesta referente às questões patrimoniais necessárias a subsidiar o processo decisório do juiz. No caso de perícia judicial, o laudo é o produto final do trabalho do perito, que será utilizado pelo juiz. Todavia, mesmo sendo uma prova muito importante, o laudo não possui poder de decisão judicial (LEITÃO JÚNIOR et al., 2012). Em verdade, a perícia contábil judicial, assessora no julgamento dos processos, sendo que, na maioria das vezes, os resultados alcançados apontam características técnicas.

OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo analisar a importância do laudo pericial contábil para as tomadas de decisões judiciais, sob a percepção de juizes das Varas Criminal, Comercial e Trabalhista da cidade de Brusque/SC.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada na pesquisa foi descritiva quanto aos objetivos, sendo conduzida por meio de pesquisa de campo. Para a coleta de dados, foi utilizado um roteiro de

REFERÊNCIAS

LEITÃO JUNIOR, L. R. D. et al. Relevância do laudo pericial contábil na tomada de decisão judicial: percepção de um juiz. **RIC - Revista de Informação Contábil**, Pernambuco, v. 6, n. 2, p. 21-39, abr./jun. 2012.

entrevista elaborado por Leitão Junior et al. (2012), aplicado aos juizes das Varas objeto do presente estudo. Utilizou-se o tipo de pesquisa qualitativa para a abordagem do problema e análise de conteúdo para tratar os dados coletados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com os Juizes respondentes, para cada área de atuação, o perfil da perícia é distinto. Na Vara Criminal, o principal litígio que demanda a realização de Perícia Contábil, é aquele que envolve os crimes contra a Ordem Tributária, em especial as modalidades de sonegação fiscal e não recolhimento do tributo devido e declarado ao Fisco. Por sua vez, a Juíza Titular da Vara Comercial, afirma que os principais litígios que reclamam a realização da Perícia Contábil são as ações bancárias e as Recuperações Judiciais e Falências. Por derradeiro, o Juiz Titular da Vara do Trabalho relata que utiliza do trabalho dos peritos contadores apenas para liquidar as sentenças, ou seja, todas as demandas trabalhistas são liquidadas por cálculo efetuado por perito contábil. A questão acerca do momento em que o magistrado sente a necessidade de nomear o Perito Contador, é interpretada da mesma forma pelos juizes pesquisados, surgindo quando os julgadores precisam de informações

detalhadas da empresa, a fim de aferir a situação econômica, financeira e contábil da pessoa jurídica envolvida. Segundo os respondentes, para ser um bom Perito, é preciso ter conduta leal durante a realização do encargo. O Perito deve ser objetivo e claro nas respostas, trabalhando com agilidade, imparcialidade e versatilidade. Do que foi extraído das entrevistas, observou-se que em sua grande maioria, os Laudos Periciais Contábeis atendem às expectativas dos magistrados. Nesse cenário, de acordo com os Juizes das Varas citadas, é possível compreender os fatos controvertidos no processo, por meio do laudo pericial. Se o entendimento não for alcançado, é porque a perícia não foi bem elaborada, necessitando que o Perito apresente maiores informações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nesta pesquisa, a perícia contábil efetivamente constitui importante elemento probatório à formação da convicção do magistrado, devendo, no entanto, ser analisado em conjunto com as demais provas coletadas nos autos. Além disso, destaca-se que a perícia não vincula o julgador, apenas auxilia na tomada de decisão judicial.

INTRODUÇÃO

Por meio da Controladoria, as empresas buscam formas de melhorar a qualidade das informações internas, com objetivo de facilitar a obtenção de relatórios em tempo reduzido, com análises mais precisas. A implementação da Controladoria em uma empresa que ainda não a dispõem, contribui para um conjunto de procedimentos e práticas para toda a organização, trazendo conhecimentos gerenciais pertinentes para a tomada de decisões (CARVALHO; SOUZA; LUNKES, 2012).

OBJETIVO

Configurar uma proposta do setor de Controladoria que possa ser implementado em uma indústria têxtil.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foi desenvolvido um estudo de caso, que quanto aos objetivos caracterizou-se como descritivo, com abordagem do problema qualitativa. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas aos diretores da empresa, envio de questionários aos gerentes de departamentos, que junto com os diretores representam os principais usuários de informações contábeis gerenciais, e documentos gerenciais diversos de uso interno da empresa. No que diz respeito à análise de dados, foi realizada análise de conteúdo para os

REFERÊNCIAS

CARVALHO, A.; SOUZA, P.; LUNKES, R. J. Institucionalização da Controladoria: Proposta de Implantação em uma Empresa do Ramo da Construção Civil. **Revista Inova Ação**, Teresina, v. 2, n. 1, p. 01-21, jan./jun. 2013.

dados coletados pelas entrevistas e questionários e análise documental para os documentos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quanto ao atual processo decisório da empresa, a organização atua com delegação de autoridade, da qual cada setor tem um gerente responsável, sendo que todos trazem informações e tem autoridade para tomar a melhor conduta em sua função. Os principais usuários de informações contábeis gerenciais na organização, além dos três diretores, são o gerente de produção, o gerente fiscal, o analista de vendas e o assessor comercial. Os atuais artefatos do controle gerencial utilizados são produzidos pelos diretores e pelos gerentes de departamentos. Os mesmos são os que analisam as informações expressas por tais instrumentos e as decisões são tomadas, geralmente, por um dos três diretores, com o auxílio do diretor ou gerente que produziu a informação envolvida na decisão em questão. Dos artefatos já em uso na organização, os participantes da pesquisa concordam que: o Plano Orçamentário, o *Balanced Scorecard* (BSC), o Planejamento Estratégico, a Análise do Ciclo de Vida e Programa de Melhoria de Qualidade, já estão adequados com a necessidade informacional dos usuários internos; enquanto que, a Análise de Lucratividade de Produtos, Análise de Clientes e Mercado, a Análise de Projetos e Investimentos e *Bechmarking* precisam ser aprimorados; e, é necessária a inserção do artefato Análise da Cadeia de Valor.

Quadro 1 – Funções atribuídas ao *Controller*

Funções Gerais	Funções Específicas
Organizar e reportar dados; desenvolver novos artefatos; analisar e aprimorar relatórios já existentes; gerenciar o sistema de informação; controlar o desempenho das funções e comprar e gerenciar os materiais.	Realizar a análise de lucratividade dos produtos; identificar os principais clientes e mercados; analisar o <i>layout</i> do local de trabalho; realizar a análise do ciclo de vida dos produtos; preparar o plano orçamentário; preparar o planejamento estratégico; aprimorar os artefatos já existentes; e implementar a análise de cadeia em valor.

Fonte: Dados da Pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas das informações que os usuários necessitam para tomada de decisões já são produzidas na empresa, mas como não há um *Controller*, as mesmas são produzidas pelos diretores. O *Controller* faria esse papel de produção das informações para tomada de decisão dos usuários.

INTRODUÇÃO

As empresas do setor têxtil de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores - BM&FBOVESPA, publicam anualmente suas demonstrações contábeis, a fim de que os investidores e acionistas possam acompanhar a situação econômica e financeira, evidenciada pelas demonstrações e relatórios gerados pela contabilidade. Por meio da análise das demonstrações contábeis são evidenciadas as informações relativas ao desempenho contidas nestas demonstrações, Iudícibus (2007) afirma que a finalidade da análise, é mais do que retratar o que aconteceu no passado, é fornecer bases para inferir o que poderá acontecer no futuro, pela utilização dos quocientes e indicadores.

OBJETIVO

Analisar o desempenho econômico-financeiro das empresas têxteis listadas na BM&FBOVESPA, por meio de indicadores de análise de demonstrações contábeis, referente aos exercícios de 2013 a 2017.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia do presente estudo classificou-se como descritiva quanto aos objetivos, qualitativa quanto à abordagem do problema e pesquisa documental quanto aos

REFERÊNCIAS

BM&FBOVESPA. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/>. Acesso em: 09 jun. 2018.
IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

procedimentos. Os dados foram coletados por meio dos documentos das empresas em análise, que neste estudo são representados por suas Demonstrações Contábeis e consequentemente utilizou-se análise documental. Foram analisadas as empresas do setor têxtil da BM&FBOVESPA.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tabela 1 – *Ranking* do desempenho econômico financeiro das empresas têxteis

Empresa	Posição
Döhler S.A.	1º
Companhia Industrial Cataguases	2º
Companhia de Tecidos Santanense	3º
Springs Global Participações S.A.	4º
Coteminas	5º
Encorpar	6º
Pettenati S.A. Indústria Têxtil	7º
Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira	8º
Karsten S.A.	9º
Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	10º
Têxtil Renauxview S.A.	11º

Fonte: Dados da pesquisa.

A empresa Döhler apresentou o melhor desempenho

econômico-financeiro para o período analisado, demonstrando os melhores resultados para os índices de liquidez, os menores índices de endividamento, ficando também entre os primeiros melhores índices de rentabilidade. Além disso, em todos os anos analisados a empresa apresentou lucro líquido. As empresas Santanense e Cataguases tiveram um desempenho bem próximo nos índices analisados. As empresas Pettenatti, Coteminas, Cedro, Encorpar e Springs Global, apresentaram resultados intermediários. Os piores resultados apresentados foram os das empresas Têxtil Renauxview e Teka, que obtiveram os piores desempenhos nos índices analisados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, cada empresa analisada teve um comportamento diferente diante dos índices. Pode-se dizer, que pouco mais de 54% das empresas, possuem uma boa saúde financeira, levando em consideração os resultados obtidos por meio da análise dos índices. Considerando também, a análise de solvência proposta por Kanitz, onde apenas três empresas, Karsten, Teka e Renauxview encontram-se com probabilidades de falência, por não ter recursos suficientes para liquidar suas dívidas.

Autor: Renato Ariel Busquirolli
Orientador: Alessandro Fazzino
e-mail: fazzino@unifebe.edu.br
Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

A empresa BHM Têxtil é uma das principais empresas de fabricação de malha para moda íntima e fitness, atendendo todo o Brasil, com um diferencial e relação as demais empresas do mesmo setor quando se tratam de produtos a pronta entrega e diversidade. Diante da grande variação de preço das matérias-primas, as mudanças contínuas de tendências e concorrência se faz necessário analisar os estoques de produtos acabados em relação ao custo para formulação do preço de venda. Atualmente, a empresa possui um baixo valor de custo fixo, e estes por sua vez estão mais atrelados a capacidade de produzir do que, com o volume de produção realizado pela empresa, independentemente de haver produção ou não. Em contrapartida, como a empresa possui toda sua produção terceirizada, os custos variáveis são aqueles ligados diretamente ao produto. Variam de acordo com a produção representando-os como volumes, atrelados com uma possibilidade de medição física (LEONE, 2000). Este estudo tem relevância para a empresa BHM, pois a identificação exata dos métodos que devem ser utilizados para a apuração dos custos é essencial para a continuidade das empresas no ramo têxtil, ofertando seus produtos com custos reais e corretas alocações..

REFERÊNCIAS

LEONE, George S.G. Curso de Contabilidade de Custos. Contém critério ABC. 2. ed. São Paulo. Atlas, 2000.

OBJETIVO

Analisar a viabilidade em utilizar o método de custo médio ou custo de reposição para uma empresa têxtil com baixo custo fixo.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho tem como base a orientação descritiva uma vez que utiliza de fatos reais de análise de atividade de uma empresa têxtil para criação de seus objetivos. O procedimento técnico utilizado foi documental, analisando-se documentos contábeis e administrativos contidos na empresa em estudo. O presente estudo se classifica como qualitativo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Perante o conceito de custo médio para formulação dos preços de venda, que é utilizado pela empresa no momento da realização deste estudo, os métodos de cálculos e valores apontados pelo estudo se equiparam aos utilizados pela empresa. Este fator aponta a utilização correta deste método pela empresa. Entretanto, por necessidades do mercado, foi realizado a formulação do preço de venda pelo método do custo de reposição. Com a variação contínua dos preços da matéria-prima utilizada para a formação dos produtos estudados, os que ocupam posição de destaque nas vendas da empresa é necessário que se formule preços fieis a trimestres para

seus clientes sem que a empresa em determinado momento reduza seu lucro. Com o estudo feito em relatórios de compras de matéria-prima em períodos anteriores, a empresa é capaz de projetar uma perspectiva de mercado com as variações nos preços de compra por períodos trimestrais. Além dos relatórios cabe a empresa também, analisar o mercado e suas expectativas futuras, com intuito de aproximar-se com uma margem confiável a variação dos preços. O ponto de equilíbrio obtido pelo custo médio foi de R\$ 370.109,13 enquanto pelo método do custo de reposição foi R\$ 370.187,20. Os pontos de equilíbrio demonstrados apesar da diferença de valores demonstram variações insignificativas para a empresa, o ponto principal para análise é que em ambos os métodos são capazes de gerar uma margem de contribuição média de 15,00%..

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as análises, onde a empresa necessitar de um preço de venda estável para oferecer ao seu cliente, a formação do preço de venda pelo método do custo de reposição será o mais viável. Em oposição a esta situação, é recomendável que a empresa continue utilizando o método de custo médio para a formulação do preço de venda.

PÔSTERES

Design de Moda



fapesc

Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

ANAIS ENPEX 2019
ISSN 1982-3370

**Inovação a serviço
da educação**

**XVIII Jornada de Iniciação Científica
XIII Mostra de Extensão
BRUSQUE - SC - BRASIL**



INTRODUÇÃO

O presente trabalho, traz por proposta, a elaboração de uma coleção do vestuário para um público de pessoas adeptas ao ciclismo em seu dia a dia.

Toda a pesquisa e desenvolvimento de ideias girou em torno da marca Márcio May Sports. A marca situa-se na cidade de Brusque, e atua no segmento de roupas e acessórios esportivos para ciclistas com o intuito de oferecer produtos com conforto e durabilidade, trabalhando com tecidos e modelagens que proporcionem estas qualidades aos mesmos.

A proposta, deu-se pela inquietação do proprietário da marca acerca da atual situação da mobilidade urbana da cidade e do país, bem como, através da ideação de roupas casuais que permitam que pessoas que usam a bicicleta em seu dia a dia, possam pedalar sem deixar de lado o conforto, estilo e adequação aos seus mais diversos locais de convivência.

OBJETIVO

Identificar tendências de comportamento de consumo em um público que usa a bicicleta como meio de locomoção, afim de destacar pontos acerca da mobilidade urbana, e desta forma, compilar tendências de moda para a criação de uma coleção cápsula para a marca Márcio May Sports.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Marina Xavier; DEMARCHI, Ana Paula. **O processo de desenvolvimento de produtos de moda baseado no design thinking: um estudo de caso.** Revista Científica de Design, Londrina, V. 3, Dezembro de 2012.

MATERIAIS E MÉTODOS

O método utilizado ao longo do projeto foi o design thinking, método que, de acordo com Demarchi e Cardoso (2012, p.59) passa por etapas de divergência, fase em que o designer amplia seus conhecimentos acerca do projeto a ser executado; Transformação e síntese, que é a fase de explorar a criatividade, e de ideação dos conceitos, onde o designer explorará todas as suas ideias e fará uma filtragem das mais adequadas ao projeto e a etapa de convergência, etapa onde selecionam-se as ideias que de fato farão o projeto tomar forma.

Além disso, foram feitas pesquisa de tendências de moda no site WGSN e elaboração de painéis semânticos.

O projeto contou ainda com uma parte prática de elaboração de desenhos técnicos, modelagem, e confecção de um look completo por acadêmico participante.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao longo das pesquisas, foram realizadas compilações de tendencias acerca do verão de 2018. A partir disso, foram identificados materiais têxteis que proporcionam conforto e mobilidade aos usuários de bicicleta.

Com base nos refinamentos feitos através da metodologia de design thinking, chegou-se a ideação de seis look's, sendo destes, selecionados três para a confecção completa.

Os look's selecionados para confecção, contam com

modelagens que permitam a flexibilidade das articulações ao longo da prática de ciclismo e tecidos refletivos a luz que chamam a atenção de veículos para o ciclista durante a noite, para as partes de baixo, e para as partes de cima, tecidos diferenciados que sornam tendências de têxteis esportivos com o estilo casual.



As imagens acima representam as peças desenvolvidas para o projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda há muito o que ser discutido sobre mobilidade urbana e as melhorias que as cidades possam enfrentar neste sentido. Compreendeu-se com este projeto, que a moda é capaz de proporcionar a sua ajuda a este âmbito, pois o ato de vestir, tal qual o ato de se locomover pelas ruas, está atrelado ao dia a dia de todo o ser humano

INTRODUÇÃO

Sucedeu-se entre os séculos XV e XVI em Florença na Itália o movimento chamado de Renascimento, movimento esse que deu início a moda e trouxe inúmeras mudanças sociais, culturais e econômicas à Europa. Durante o seu decorrer houveram modificações principalmente na forma de se vestir, esse foi um tempo de muita elegância e exagero, de mostrar poder através das roupas. Nesse período a peça indispensável para os homens e mulheres era o rufo, uma espécie de gola plissada e engomada que começou a ser usada com o objetivo de proteger as roupas dos restos de comida, mas que logo passou a representar o poder a partir do tamanho em que era usada. Alguns dos tecidos mais usados nessa época para a criação dos rufos eram o veludo, o brocado e a seda pois davam à peça um tom de nobreza, como também é nos dias atuais. Sendo assim qual era sua relação com a burguesia?

OBJETIVO

Analisar qual era a relação do veludo, o brocado e a seda com a burguesia.

REFERÊNCIAS

- COSGRAVE, Bronwyn; História da indumentária e da moda: Da Antiguidade aos dias atuais. São Paulo: Ed, GGmoda; 2012.
- STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet; Pesquisa qualitativa: Técnica e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2008.
- NERY, Marie Louise. A evolução da indumentária: Subsídios para criação de figurino. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2003.
- CHATAIGNIER, Gilda. Fio a fio: Tecidos, moda e linguagem. São Paulo: Ed. Estação das Letras, 2006.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada foi quantitativa pois ela se refere à pesquisa sobre a vida das pessoas, experiências vividas, comportamento, emoções e sentimentos (STRAUSS; CORBIN, 2008) e também o método bibliográfico em função do seu objetivo, o qual se propõe a analisar os grandes nomes que utilizaram o veludo no renascimento, pois através deste método consegue-se extrair fontes seguras sobre o assunto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sendo o veludo, o brocado e a seda tecidos caros, foram ligados primeiramente aos nobres, sendo que o restante da população optou por uma linha mais simples. Segundo Dener Almeida e Rodrigo Ludwig, Com o Renascimento novas famílias enriqueceram e ansiosas para demonstrar o poder passaram a usar roupas de elite elegante. As roupas eram uma parte significativa dos gastos de uma residência renascentista, uma vez que a burguesia passou a exigir tecidos de luxo como cetins multicoloridos, veludos estampados e brocados das fábricas de cidades italianas como Gênova, Lucca, Veneza e Florença.



Fonte: Reprodução Globo News.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que através da pesquisa realizada pode-se notar o quão a diferença social interferiu nas formas de se vestir, desde os tecidos, os ornamentos até os pequenos detalhes de uma peça de roupa. Esse período ficou marcado pela rigidez da burguesia em relação a exclusividade dos materiais que só eles poderiam utilizar.

INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos as crianças começaram a amadurecer mais cedo, deixando de lado as atitudes e roupas infantis para um universo mais maduro e é nessa transição que se encontra o público infante ou os pré-adolescentes. Estes pré-adolescentes desde cedo começam a se vestir com roupas mais adultas mostrando uma identidade mais ousada. O armário colorido cheio de personagens da espaço para roupas fashionistas da moda. Pesquisando as tendências pensadas para o público pré-adolescentes o trabalho teve como foco o amadurecimento das ideias vindas do WGSN para confecciona-las em dois looks. Estes foram usados como resultado de um trabalho de pesquisa voltado para as peças chaves do inverno 2018.

OBJETIVO

Desenvolver uma coleção para pré-adolescentes entre 13 a 16 anos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a organização na criação de uma coleção, o presente trabalho teve base na metodologia de planejamento de coleção de Treptow. Sendo assim, teve

início pelo estudo do público alvo, seguindo com a pesquisa de tendências, realização dos painéis de filtragem das tendências e a definição de tema. Por fim foram feitas a elaboração dos croquis e a confecção dos protótipos (TREPTOW, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dentro das macrotendências apresentadas pelo WGSN para o desenvolvimento dos looks foi escolhida a macrotendência Noturno, tema voltado para peças descoladas e despojadas. Com tons escuros e estampas inspiradas no Espaço esse tema traz a personalidade da persona criada durante o processo de desenvolvimento, dois jovens com idades entre 13 e 16 anos que gostam do conforto em harmonia com as roupas estilosas que usam durante as atividades do dia a dia.

A coleção formada por 12 looks, 6 masculinos e 6 femininos foi inspirada na Galáxia e corpos celestes com cores escuras e tons fortes contrastantes para os detalhes. As peças confeccionadas foram pensadas para serem comerciais e de fácil aceitação para o público escolhido. Para apresentar o tema geral e entender um pouco mais dos shapes do inverno a apresentação contou

com uma explicação dos tecidos e cores que foram tendência.



Fonte: Editorial de moda das peças confeccionadas pelos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas tendências pesquisadas foram confeccionadas quatro peças, para a apresentação das peças-chave que teve como foco os tecidos e as cores utilizadas. Por fim a experiência de se conectar com um público-alvo na realização do projeto, por serem jovens de idade e pensamento, suas experiências e ações mudam a forma de pensar e agir da sociedade.

REFERÊNCIAS

TREPTOW, Doris. Inventando Moda: Planejamento de Coleção. 5ª Edição. São Paulo: Autora, 2013. 208p.

WGSN. Disponível em: <<https://www.wgsn.com/pt/login/?r=%2Fhome%2F>> Acesso em: 20/11/2018

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo desenvolver uma coleção casual masculina para a marca Marcio May Sports® com o principal tema mobilidade urbana. A mobilidade urbana refere-se às condições de deslocamento da população no espaço geográfico das cidades. Por razões de mobilidade e sustentabilidade, o ciclismo é uma tendência mundial e o meio de transporte é cada vez mais habitual nas grandes cidades devido ao trânsito constante, gerando stress aos que utilizam o transporte automotivo (carro, táxi ou ônibus). Este trabalho tem como função abordar as necessidades dos ciclistas, para o uso de roupas casuais nas práticas do dia-a-dia como meio de locomoção.

OBJETIVO

Desenvolver uma coleção casual para os praticantes de ciclismo urbano.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada no trabalho foi o Design Thinking, que significa pensamento do design, ou

pensar como designer. É uma abordagem utilizada para facilitar a geração de novas ideias, estimulando a criatividade e o raciocínio, sendo assim fácil perspectiva para responder o presente problema, exemplo: Criação de uma coleção, que estuda desde a formação de público alvo até a finalização do projeto. Para utilizar a Design Thinking é necessário percorrer as três etapas obrigatórias, sem que aja nenhum salto no processo, são elas: Inspiração, Ideação e Implementação (TREPTOW, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das etapas do Design Thinking, foram realizadas as pesquisas na plataforma de moda WGSN para a formação de novas ideias, estudando as tendências de consumo e de comportamento, depois da fase de Inspiração, seguiu-se para a etapa de Ideação, onde foram desenhados gerações de alternativas filtrando e construindo croquis com novos detalhes e cortes, finalizando com oito croquis oficiais para a coleção, cada membro da equipe ficou com dois croquis. Na etapa de Implementação, foram desenhadas as fichas técnicas, e produzidas as modelagens e as prototipagens, a Implementação é a etapa onde as Inspirações tornam-se

realidade. Para a coleção dos oito looks a tendência escolhida foi Afinidade, que ressalta a mistura de culturas. Pensando nisso, o tema minimalista com junção do artista Carl André, propõe que o menos é mais, sem perder a elegância, o contraste das cores sóbrias, a mistura de texturas, os recortes em peças como camisas e bermudas darão vida a coleção, presando sempre pela elegância, looks alinhados e confortáveis para pessoas que buscam conforto enquanto vão de bicicleta às atividades diárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das etapas trabalhadas no desenvolvimento da coleção, o método de pesquisa e criação Design Thinking, tem como facilitador suas divisões de fases que auxiliam a linha de pesquisa e construção do produto final. A coleção dos oito looks, passou pelo ciclo metodológico onde seguem fielmente os detalhes, shapes e cores pesquisados desde o início do projeto. Aderindo tecidos tecnológicos com proteção bacteriostática, modelagens ergonômicas para o conforto ao pedalar e design atemporal com paleta de cores neutras nos tons de azul e cinza.

REFERÊNCIAS

TREPTOW, Doris. Inventando moda: Planejamento de coleção. 5.ed. São Paulo: Editora Doris Elisa Treptow, 2013.
WORD GLOBAL STYLE NETWORK – WGSN. Macrotendência Afinidade. Disponível em: Acesso em: 19 outubro. 2017

Rhuanny Cassaniga.

Orientadora: Edinéia Pereira da Silva Betta
rhuanny_cassaniga@hotmail.com

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

No início do século XIX, surge o conceito de romantismo em oposição ao classicismo, administrado pelos gostos aprofundados nos movimentos artísticos, políticos, filosóficos e literários. É considerado um período de Restauração, devido a nova forma de pensamento feminino em se desmaterializar, parecer mais como anjos ou borboletas, para transmitir “delicadeza” (BOUCHER, 2010). Devido a essa nova forma de comportamento feminino.

Diante desse contexto quais foram as mudanças do período Romântico com o período anterior Império em relação ao vestuário feminino? E como eram os vestidos de festas dessa época?

OBJETIVO

Desenvolver uma coleção casual para os praticantes de ciclismo urbano.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, através de livros e artigos.

REFERÊNCIAS

BOUCHER, François. História do Vestuário No Ocidente. Edição: 1ª. Cosac & Naify, 2010.

BRAGA, João. História da Moda: uma narrativa. Edição: 3ª. Editora: Anhembi Morumbi, 2004.

RIBEIRO, Raquel Alexandra Oliveira da Silva. Romantismo: contextualização histórica e das artes. 2010. Tese de Doutorado. IPCB. ESART.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A época Romântica, foi um período cultural, literário e artístico, onde a população começou a dar mais valor a esses aspectos e revelando uma nova forma de pensamento (RIBEIRO, 2010). Iniciou-se entre 1820 e 1840, conhecida como a época da Restauração, que foi uma época de transição entre a moda império e romântica, tendo como destaque o vestuário feminino (BRAGA, 2004).

Segundo BOUCHER (2010), as mulheres parecem sonhar em se desmaterializar, em parecer com anjos ou borboletas (...). Ou seja começaram a resgatar os valores tradicionais e exibir novamente o poder material. Os vestidos que continham a forma da saia cilíndrica e a silhueta da modelo encontrada abaixo dos bustos junto com a pouca ornamentação na vestimenta, transformou-se na saia em volume cônico, as mangas compridas, porém bufantes e a cintura começou a ser valorizada, devido a essa valorização da cintura era necessário o uso de Corsets.

Em consequência dessas mudanças os vestidos de noite ganham seu espaço especial, por sua vez, o decote bem acentuado em forma de canoa deixando os ombros à mostra, devido ao decote aberto houve a utilização de xale de caxemira que era utilizado como uma roupa de

cima com o feitiço envolvente, comprido e quadrado. As mangas para esta ocasião eram bufantes chamadas de mangas gigot curtas e as saias cônicas na altura do tornozelo, decoradas e anáguas para deixa-las volumosas. Para obter uma cintura de vespa, era vestido o Corsets que tinha como objetivo apresentar a delicadeza do corpo feminino. Nesta época os tecidos eram bem variados entre eles, seda, caxemira, cetim, tule entre outros como algodão com estampados florais e listrados, além disso pérolas, broches, camafeus e pedras, davam um toque singular no vestuário noturno (BOUCHER, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em consideração esses aspectos, na época Romântica as pessoas passaram a se interessar mais por literatura, música e arte, revelando uma nova forma de pensamento, principalmente nas mulheres. Começaram a passar a delicadeza da mulher através das roupas. Passando de roupas com a aparência leve e sem marcação da cintura, o período Romântico passou para decotes canoas, saias em formato de cônica e mangas bufantes. Junto a isso também teve a utilização de anáguas e Corsets para transmitir a suavidade da personalidade feminina.

INTRODUÇÃO

A conservação de documentos históricos, é uma tarefa de suma importância para o resgate da história. Segundo Nascimento (2013), a Lei nº. 8.159, de 08 de janeiro de 1991, rege e garante a Política Nacional de Arquivos, que apresenta uma definição do que é arquivo. Ainda segundo o autor, arquivo é uma grande responsabilidade que a legislação arquivista dá para o poder público e privado garantindo proteção desses documentos, e desde então é de responsabilidade da instituição ou órgão salvaguardar esses acervos.

De acordo com Brito (2016) a conservação de documentos históricos é uma rica fonte de informação. O autor afirma que esses documentos registram toda a trajetória de uma organização, desde a sua fundação e todos os fatos que ocorreram durante a sua vivência e ressalta que para que possam ser disponibilizados á sociedade, é preciso conservá-los de maneira correta e segura, para que deem continuidade as suas histórias

OBJETIVO

O presente artigo tem como objetivo a elaboração de um projeto para a conservação de arquivos históricos oriundos da Casa Renaux de Brusque/SC.

MATERIAIS E MÉTODOS

Como metodologia, será utilizada a pesquisa exploratória, que consiste na realização de um estudo para a familiarização do

REFERÊNCIAS

- NASCIMENTO, F. B. Estudo sobre a preservação documental do arquivo prof. Átila de Almeida. Monografia de Pós-Graduação Especialização Lato-Sensu em Gestão em Arquivos. Universidade Federal de Santa Maria, 2013. Disponível em: <<http://www.ipv.pt/millennium/Millennium29/32.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.
- BRITO, et al. A conservação dos documentos de arquivo: a atuação de autoadesivos nos documentos textuais em suporte papel. TransInformação, Campinas, 28(3) 207-307, set/dez. 2016.
- RENAUX, M. L. Colonização e Industria no Vale do Itajaí. 2 ed. Florianópolis. Inst. Carl Hoepcke. 2010.

pesquisador com o objetivo que está sendo investigado durante a pesquisa, para que os documentos sejam

primeiramente classificados por temas e/ou assuntos.

As etapas do projeto, objeto da pesquisa, consistirão das seguintes etapas:

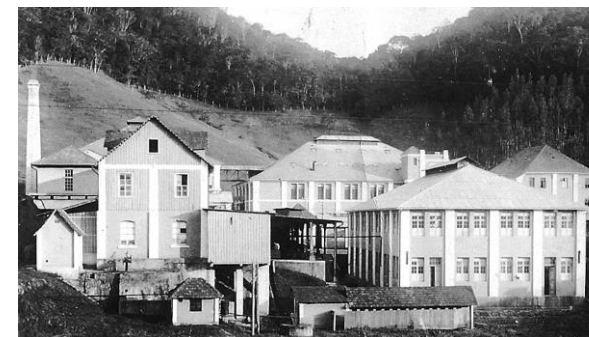
- # Inventário;
- # Organizar os objetos da melhor forma possível
- # Higienizar todos os documentos, usando materiais e métodos apropriados;
- # Catalogação de todos os documentos usando o sistema Pergamum®, específico para arquivos e museus;
- # Registrar todos os documentos;
- # Identificação, aprofundando a descrição de detalhes;
- # Realização de pesquisas externas ao material analisado, com a finalidade de comparação
- # Disponibilização do acervo no site da UNIFEBE.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os documentos, objetos do artigo, pertencem ao acervo da Villa Renaux, que foram cedidos á UNIFEBE, para pesquisa, conservação e posterior exposição. A família Renaux teve forte influência no desenvolvimento de Brusque/SC; relatado por Renaux (2010), a trajetória inicial dessa família ocorreu 1882 com a chegada de Karl Chistian Renaux, mais conhecido como Cônsul Carlos Renaux, partindo da Alemanha com destino ao Brasil, vindo de uma família de classe média, já chegou com carta de recomendação do banco aonde trabalhava, ao chegar

à cidade de Blumenau. Ainda conforme a autora, Karl Renaux foi acolhido pelos comerciantes que lhe deram oportunidades e conseqüentemente conseguiu entrar no mercado de trabalho; após alguns anos se casou com a filha de um grande colono da cidade, fazendo com que tivesse um bom relacionamento na região. Esses fatores foram determinantes para fundar em 11 de março de 1892, a primeira indústria têxtil na cidade.

Figura 1: Fábrica de Tecidos Carlos Renaux



Fonte: Renaux (2010)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o término do projeto proposto, a História e a memória da Villa Renaux e da Indústria têxtil de Brusque e região, poderão ser acessadas por meio dos documentos de arquivo expostos por meio eletrônico. Neste sentido, o presente estudo buscará salientar a relação entre documentos, história e memória, identificando a importância da preservação do patrimônio documental, visando ao acesso à informação.

PÔSTERES

Design Gráfico



fapesc

Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

ANAIS ENPEX 2019
ISSN 1982-3370

**Inovação a serviço
da educação**

**XVIII Jornada de Iniciação Científica
XIII Mostra de Extensão
BRUSQUE - SC - BRASIL**



INTRODUÇÃO

A fotografia é um importante documento para o registro e valorização da memória local. Este projeto se propõe ao mapeamento das fotografias que registram o patrimônio material e imaterial das cidades que se encontram ao redor da Unifebe, bem como a produção e sistematização da memória visual atual nesses mesmos locais. A pesquisa iniciou na cidade de Guabiruba – SC e se estende nesta etapa à cidade de Brusque. A intenção é dar continuidade à pesquisa e incluir em etapas futuras outras cidades situadas no entorno da Unifebe como Botuverá e Nova Trento de modo a contribuir para a valorização da memória local dessa região a partir do registro fotográfico.

OBJETIVO

Mapear e contar a história visual das cidades de Guabiruba e Brusque (e, posteriormente, outras cidades da área de abrangência da UNIFEBE). Com esse mapeamento será possível desenvolver, como resultado prático dessa pesquisa um banco de imagens com vistas a contribuir para o registro e valorização de sua história a partir do uso da fotografia. Além disso, a proposta também é a de registrar e sistematizar no cenário atual o patrimônio material e imaterial da cidade, que também integrará o acervo de banco de imagens.

REFERÊNCIAS

CELLARD, A. A análise documental. IN: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este projeto se caracteriza como documental, envolvendo trabalho de campo para o levantamento, coleta e produção das fotografias. Como aponta Cellard (2008), um aspecto importante e relevante para o uso de documentos (neste caso, as fotografias) em pesquisa é que eles permitem acrescentar a dimensão “tempo” à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. Esta é exatamente a proposta desta pesquisa, empreender o registro

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a coleta de todas as fotografias e visitas em campo para obter imagens relevantes a esta pesquisa, será desenvolvido uma espécie de “museu imagético virtual”. As fotografias a serem dispostas no site contarão o percurso de formação e o desenvolvimento da cidade, bem como evidenciarão seu patrimônio histórico material e imaterial. A partir da primeira etapa já realizada na cidade de Guabiruba foram estabelecidas as categorias imagéticas e ampliadas para a etapa atual que foca na cidade de Brusque. As categorias em processo de levantamento e produção fotográfica atual são: espaços religiosos, gastronomia, parques, museus, clubes

recreativos, educandários, praças, comércio têxtil, lugares diversos (que representem pontos importantes da memória local). A pesquisa encontra-se em desenvolvimento na cidade de Brusque.



Fotos: Eduardo Szeikut Pinot

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto está em andamento, podendo ser estendido para outras cidades da região de abrangência da Unifebe. Com esse mapeamento será possível desenvolver, como resultado prático dessa pesquisa um banco de imagens com vistas a contribuir para o registro e valorização de sua história a partir do uso da fotografia. Além disso, a proposta também é a de registrar e sistematizar no cenário atual o patrimônio material e imaterial da cidade, que também integrará o acervo de banco de imagens.

PÔSTERES

Direito



fapesc

Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

ANAIS ENPEX 2019
ISSN 1982-3370

**Inovação a serviço
da educação**

**XVIII Jornada de Iniciação Científica
XIII Mostra de Extensão
BRUSQUE - SC - BRASIL**



INTRODUÇÃO

O aborto, também conhecido como interrupção voluntária da gravidez, é um dos procedimentos médicos que mais suscitaram controvérsias no meio jurídico nas últimas décadas (DINIZ, 2010).

Apesar de serem encontradas evidências de sua prática nas mais diversas comunidades, a sua aceitação social variou profundamente ao longo da história.

No Brasil, assim como em grande parte do mundo, o debate sobre a legalização da interrupção da gravidez segue polêmico e controverso.

Nesse contexto, objetiva-se com o presente trabalho demonstrar os aspectos jurídicos brasileiros acerca do tema.

OBJETIVO

Demonstrar o aborto sob a ótica da legislação brasileira.

MÉTODOS

Estudos aprofundados a respeito da temática aborto consoante a todo o ordenamento jurídico pátrio, desde leis ordinárias, constitucionais e tratados internacionais incorporados no sistema jurídico.

REFERÊNCIAS

- DINIZ, Maria Helena. O estado atual do Biodireito. 7º Ed., São Paulo. Saraiva, 2010.
JUSPODIVM. Vade Mecum JusPodivm. 3. ed. São Paulo: JusPodivm, 2018.
SENADO FEDERAL. Direitos Humanos: Atos internacionais e normas correlatas. 4º Ed. Brasília: Senado Federal, 2013.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Compulsando todo o ordenamento jurídico brasileiro, desde o Código Civil, Estatuto da Criança e do Adolescente, Constituição da República Federativa do Brasil, até os Tratados Internacionais ratificados pelo país como a Declaração Universal dos Direitos do Homem, o Pacto de San José da Costa Rica e o Pacto Internacional dos Direitos Humanos Cívicos e Políticos, extraiu-se que a vida humana é um bem, que em toda essa vasta gama de direitos e garantias fundamentais, possui proteção contra sua violabilidade, de modo que, salvo as exceções previstas em lei e também através de construção da jurisprudência pátria do Brasil, o aborto é proibido (JUSPODIVM, 2018).

Basicamente porque, sendo a teoria concepcionista adotada pelo Brasil, passa a ser considerada a vida humana, no momento em que há a fusão do espermatozóide com o óvulo, tendo, conseqüentemente o Estado que exercer seu papel de garantidor de preceito fundamental, haja vista os tratados de Direitos Humanos que o Brasil ratificou - Declaração Universal dos Direitos do Homem/1948, Pacto de San José da Costa Rica/1971 e Pacto Internacional dos Direitos Humanos Cívicos e Políticos (SENADO FEDERAL, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o estudo realizado foi verificado que pela lei brasileira, a vida é o maior bem jurídico a ser resguardado, tendo-se como fundamento a impossibilidade de proteção dos outros direitos visto ser uma garantia da qual deriva-se outros direitos fundamentais (SENADO FEDERAL, 2013).

Nesse sentido, com o aprofundamento no tema, denotou-se que, atualmente, pelo exposto na lei brasileira e principalmente na Constituição Federativa do Brasil de 1988, Lei Suprema do Estado, a total descriminação do aborto é inviável, vez que protege a vida com uma cláusula pétrea, bem como dá ao Pacto São José de Costa Rica a natureza de norma supralegal. Logo, excetuando-se o desrespeito à Lei Suprema, a prática do aborto não pode, legalmente, ser considerada totalmente permitida (JUSPODIVM, 2018).

Não obstante, conforme também verificado, a discussão legal sobre o assunto está longe de findar-se. Visualizou-se que tanto o Poder Judiciário quando o Poder Legislativo estão efervescidos com a temática, denotando-se que apesar do assunto possuir proteção e penalidades claramente expressas pela lei, não é um tema que permanecerá inalterável.

A REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE: UMA PROPOSIÇÃO PARA A EFETIVAÇÃO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Amanda Luísa Gohr, Carla Piffer (Orientadora) gohramanda@hotmail.com; carla.piffer@unifebe.edu.br
Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa ater-se-á ao projeto de revisão do Plano Diretor de Brusque, com o intuito de demonstrar a possibilidade da aplicação de novos mecanismos de efetivação da democracia. Para tanto, irá abordar as formas de aplicação da democracia participativa conjuntamente com a tecnologia, ante o processo de revisão do Plano Diretor brusquense, vez que este caracteriza-se como clássico exercício da democracia participativa, - e é um requisito para a validade de todo o processo – no qual os cidadãos são chamados a participar e a contribuir para com o processo de desenvolvimento de políticas urbanísticas que atendam a todo o Município, conforme o § 2º do art. 40 da Lei nº 10.257/2001.

OBJETIVO

Propor a adoção de instrumentos que propiciem a efetivação da participação popular na revisão do Plano Diretor do Município de Brusque, com início neste ano de 2019.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para desenvolver a investigação será utilizado o método

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei n. 10257/01, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em 11 ago. 2019.

PEREIRA, Juliano Sartor. VIEIRA, Reginaldo de Souza. Participação popular no planejamento urbano territorial: uma análise da participação democrática da sociedade civil no plano diretor municipal. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/18773>. Acesso em 11 ago. 2019.

dedutivo, tendo como ponto de partida o plano do inteligível - ou seja, da verdade geral, já estabelecida, calcado nos aspectos gerais (amplos) sobre o estudo de Planos Diretores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Há uma constante preocupação em se ter, de forma eficaz, a participação da população nas audiências públicas durante o procedimento de alteração de legislação municipal, como no caso específico a elaboração do Plano Diretor. E é nesse momento em que se deve abordar a democracia participativa, sustentada pelos princípios de proteção da autonomia dos cidadãos, na participação livre e democrática na comunidade política e pela independência funcional de um órgão intermediário entre o sistema e a sociedade.

Para tanto, apresenta-se a ideia da chamada “e-democracia”, ancorada em duas características essenciais: a utilização da internet como uma ferramenta de fortalecimento das democracias do mundo real e o perfil democrático das comunidades virtuais da internet.

APLICAM MÉTODOS DE AUDIÊNCIA ONLINE:

Dourado/SP: <https://www.dourado.sp.gov.br/audiencia-publica>
Maceió/AL: <http://www.maceio.al.gov.br/2019/07/audiencia->

[publica-para-loa-2020-sera-online-e-presencial/](https://www.unifebe.edu.br/publica-para-loa-2020-sera-online-e-presencial/)
Assai/PR: <https://assai.pr.gov.br/apd/home.html>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou analisar a aplicabilidade da “e-democracia” como mecanismo apto para colaborar com a participação popular durante o processo de elaboração e revisão do Plano Diretor na cidade de Brusque.

Após tecer uma análise voltada à realidade brusquense, onde a participação popular se dá exclusivamente nas audiências públicas realizadas pela administração pública, tem-se que a cidade encontra-se desamparada de ferramentas para a implantação efetiva da “e-democracia” como método único de efetivação da democracia participativa.

Constatou-se, no entanto, que em alguns municípios o sistema de audiência pública *on line* já vem sendo implantado e em pleno funcionamento, o que demonstra uma tendência que deve ser seguida pelo poder público.

Desse modo, o objetivo da pesquisa restou parcialmente concluído uma vez que encontrou-se a possibilidade prática de utilizar os meios eletrônicos como medida para aumentar a cooperação popular nas decisões do Estado, o que efetiva a democracia participativa.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa possui como objetivo geral analisar a possibilidade da criação de espaços públicos na cidade de Brusque a partir da execução de um plano diretor participativo que levasse em conta a sustentabilidade. Como objetivos específicos, pretende-se definir o que é espaço público diante dos comandos do Estatuto da cidade; demonstrar a necessidade da criação de espaços públicos e sua relação com a sustentabilidade; definir quais espaços públicos poderiam ser criados quando da revisão do atual plano diretor do Município de Brusque.

OBJETIVO

O objetivo geral é analisar a possibilidade da criação de espaços públicos na cidade de Brusque a partir da execução de um plano diretor participativo que levasse em conta a sustentabilidade.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para desenvolver a investigação será utilizado o método dedutivo, tendo como ponto de partida o plano do

REFERÊNCIAS

BOSELTMANN, Klaus. O princípio da Sustentabilidade: Transformando direito e governança. São Paulo: Revista dos tribunais, 2015. REAL FERRER, Gabriel. "Sostenibilidad, transnacionalidad y transformaciones del derecho". In: SOUZA, Maria Claudia da Silva Antunes de; GARCIA, Denise Schmitt Siqueira (org.) Direito ambiental, transnacionalidade e sustentabilidade. Itajaí-SC: UNIVALI, 2013.
SILVA, Luciana da; ACSELRAD, Henri (org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

inteligível - ou seja, da verdade geral, já estabelecida, calcado nos aspectos gerais (amplos) sobre o estudo de Planos Diretores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A necessidade de tornar as cidades sustentáveis e ajustadas às intensas modificações verificadas nas últimas décadas, na urbanização e no costume da sociedade, pretende proteger os recursos e alindar o bem-estar dos indivíduos e do meio social. A sustentabilidade está ligada à preservação e o uso consciente dos recursos naturais, sendo frequentemente associada ao controle de crescimento das cidades, controle de emissão de poluentes, despoluição de rios, cursos d'água, controle de desmatamentos, entre outros. Para tanto, é preciso observar os espaços públicos construídos e a sua utilização, pois retratam o modo de vida e apresentação de um município. Desta maneira, as cidades precisam ser reestruturadas para incluir a natureza em todas as suas formas, e, dentre elas, se efetivando na criação de espaços públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado, verificou-se que algumas experiências de elaboração de Planos Diretores Participativos a partir da aprovação do Estatuto da Cidade têm revelado possibilidades que favorecem a gestão democrática das cidades. Levando-se em consideração que o crescimento do processo participativo vai depender de várias características e condicionantes em cada município - contexto político local, história, características geográficas e sociais particulares - a leitura comunitária no seu processo de elaboração traz informação e um olhar diferente do técnico, notadamente quanto à preocupação com os espaços públicos, praças, áreas de lazer, e outros. Verificou-se que existe uma relação entre o fortalecimento do processo participativo no planejamento e na gestão urbana e a construção dos espaços públicos e da urbanidade, a qual acontece a partir do resgate do sujeito como cidadão ativo e participante das decisões públicas.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a cidadania que portamos atualmente é fruto de um longo processo de conquistas. Este foi o palco de diversos homens e mulheres que buscavam seus direitos individuais e coletivos no decorrer de toda a história da humanidade. Entender essa construção, desde seus primórdios até a atualidade, é de suma importância, faz parte do processo de conhecermos a nós mesmos e a sociedade em que vivemos. Buscar compreender que um simples direito que portamos desde o nascimento custou a vida de milhares de pessoas nos faz valorizar pequenas conquistas do dia a dia. O presente trabalho consiste em uma breve definição e na construção de uma linha do tempo onde investigaremos o surgimento, a construção e a solidificação da cidadania na sociedade.

OBJETIVO

Investigar a construção histórica da cidadania e organizar os direitos conquistados em vários períodos e diferentes lugares.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foram utilizados diversos livros, revistas, artigos e sites para a construção do trabalho através da pesquisa

REFERÊNCIAS

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. São Paulo : Contexto, 2003.

LUIZ, Lindomar Teixeira. A origem e evolução da cidadania. **Colloquium Humanarum**. ISSN: 1809-8207, v. 4, n. 1, p. 91-104, 12 jun. 2008.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e Democracia. **Lua Nova: revista de cultura e política**. ISSN: 0102-6445, São Paulo, n. 33, p. 5-16. ago. 1994.

bibliográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Essa extensa pesquisa gerou uma organização temporal sucinta de todas as conquistas políticas e sociais de diversos povos através dos séculos que contribuíram com a criação e construção da atual cidadania brasileira. Cada direito e dever constitucional é oriundo de algum dos acontecimentos desta linha do tempo histórica. Maria Victoria de Mesquita Benevides (1994) afirma que “Cidadãos são, em tese, livres e iguais perante a lei, porém súditos do Estado.” e, após investigarmos, essa acaba tornando-se uma declaração atemporal, ou seja, mesmo nos primórdios da cidadania o cidadão estava firmemente atado às fortes amarras do Estado. Analisar qualquer uma das partes desta linha do tempo separadamente ou observá-la em sua totalidade leva-nos a esta conclusão: o Estado sempre considerou e, provavelmente, sempre considerará o indivíduo declarado cidadão como um servo de seu sistema e não como um organismo de mesma força e importância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão de cidadania e cidadão modificaram-se ao

longo da história e em decorrência de diversos conflitos, conquistas e fatores externos. Ser cidadão na atualidade diverge de ser cidadão na Grécia Antiga, no Império Romano ou em meio a Revolução Francesa (LUIZ, 2008), todavia, ser cidadão é ser fruto de todas essas conquistas, é portar com orgulho direitos que foram adquiridos com sangue derramado. Talvez toda a história da cidadania seja um reflexo da sede de poder, do anseio de se sentir parte de algo que vale a pena participar, algo além. É impossível descobrirmos o que realmente motivou os hebreus a aderirem e seguirem fielmente o “deus da cidadania” (PINSKY; PINSKY 2003). Não há uma maneira de desvendarmos as verdadeiras intenções dos gregos ao almejam a vida política e a voz influente. Não existe um romano sequer capaz de relatar os objetivos de cada direito adquirido ou, até mesmo, o motivo de todas as guerras. Todos aqueles que fizeram parte dessa construção, seja intelectual ou fisicamente, deixaram apenas o seu esforço e sucesso. O que possuímos é o que conhecemos desta rica herança, entretanto, o que faremos com ela? A cidadania das sociedades futuras tanto pode ser uma evolução da que portamos como um extinção desta e uma nova concepção. É impossível prevermos o que acontecerá, entretanto, o valor que as novas gerações dão e concederão a cidadania mostra-nos se sua sobrevivência será possível. Ainda há fervor por participar da cidadania na atualidade?

O PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE: contribuições para adequação da legislação sob a ótica do princípio da sustentabilidade

Giulia de Borba Mello,
gdbmello@gmail.com

Carla Piffer (orientadora)
carla.piffer@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

A cidade de Brusque é um importante destino turístico, tendo em vista suas belezas naturais e arquitetônicas, peculiaridades históricas e seu grande potencial em compras de vestuário e tecidos. Apesar da existência de legislação para patrimônio histórico do município, notou-se a necessidade de discutir e desenvolver critérios mais específicos para a proteção dessas ricas memórias. O Catálogo do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Urbanístico de Brusque, datado de março de 2011, é parcial e inventaria 35 imóveis que na época foram considerados importantes para preservar a história do município. Ocorre que a ausência de definição de critérios claros resultou na catalogação de diversas casas antigas sem expressiva relevância para a preservação da história de Brusque. Destarte, mostra-se imprescindível a revisão legislativa e a fixação de parâmetros específicos para a proteção da história do município sob a ótica do princípio da sustentabilidade, pois prosperidade econômica e justiça social caminham juntas nos limites da sustentabilidade ecológica (BOSELNANN, 2015).

OBJETIVO

Analisar a legislação relativa ao patrimônio histórico e cultural do município de Brusque e desenvolver contribuições para a sua adequação sob a ótica do princípio da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

BOSELNANN, K. **O princípio da Sustentabilidade: Transformando direito e governança**. 1 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. SILVA, Luciana da; BRUM, E. M.; KALIL, R. M. L. **Sustentabilidade e patrimônio histórico cultural: solar do glória**. In: 5º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS, 2016, Rio Grande do Sul. p. 1. Disponível em: https://www.imed.edu.br/Uploads/5_SICS_paper_72.pdf. Acesso em: 06 ago. 2019.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa é bibliográfica e compõe-se de legislação federal e municipal, doutrina especializada e trabalhos acadêmicos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A necessidade de tornar as cidades sustentáveis e ajustadas às intensas modificações verificadas nas últimas décadas, na urbanização e no costume da sociedade, pretende proteger os recursos e alindar o bem-estar dos indivíduos e do meio social, além de guardar as memórias das cidades. Para que isto seja possível, impõe-se a existência de normatização legal aliada a gestão urbana, possibilitando iniciativas de preservação e dinâmicas de crescimento das cidades (SILVA; BRUM; KALIL, 2016). Partindo desse pressuposto, propõe-se as seguintes contribuições: a) revisão do Catálogo por um profissional capacitado; b) delimitação do conceito de patrimônio histórico, arquitetônico e cultural de Brusque; c) fixação dos fatos históricos que merecem ser preservados; d) definição da ocupação permitida ao imóvel e a possibilidade de venda ou locação; e) criação de meios de incentivo ao proprietário do patrimônio histórico, tais como: isenção de IPTU, disponibilização de profissional de arquitetura pública incumbido de elaborar projetos de restauro ou intervenções nos imóveis; divulgação do direito a dedução do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) sobre as despesas com conservação e

restauração estabelecidos no artigo 15, inciso XVI, da Lei Complementar n. 135/2008; e gratuidade da iluminação pública de bens culturais protegidos, conforme prevê o artigo 24 da Lei n. 8.313/1991. Com isso, os imóveis que realmente imprimem a história da região serão restaurados e divulgados, cumprindo com o objetivo de memorar o passado de Brusque.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo o estudo de contribuições para a adequação da legislação relativa ao patrimônio histórico, arquitetônico e cultural de Brusque, sob a ótica do princípio da sustentabilidade, uma vez que a ausência de critérios específicos gerou a catalogação de diversas casas antigas sem valor relevante para a preservação da história de Brusque. Diante disso, através do estudo da legislação, doutrina especializada e das necessidades dos municípios, foi possível aventar algumas sugestões de contribuição ao processo de revisão do Catálogo do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Urbanístico de Brusque, a fim de garantir a preservação dos ecossistemas sem prejuízo do crescimento econômico (BOSELNANN, 2015).

O ABANDONO DE IDOSO E A CONSEQUENTE RESPONSABILIZAÇÃO DA FAMÍLIA, DA SOCIEDADE E DO ESTADO FRENTE O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DE PESSOA HUMANA

Samirah Caroline Benaci Vendrame, Schendel Mara Schenkel
samirah.benaci@unifebe.edu.br, schenma@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O idoso é merecedor dos mais variados direitos e cuidados inerentes à condição humana. O princípio da dignidade da pessoa humana busca elevar a condição do idoso e, prova disso, é a presença do Estatuto do Idoso na legislação brasileira, cujo intuito é evitar o desrespeito a sua fragilidade e necessidades indispensáveis ao bem estar e convívio sadio. Contudo, é público e notório que o idoso, na maior parte das vezes é tratado como um ser sem valor para a sociedade, considerado por muitos, um verdadeiro peso social, eis que não representa mais mão de obra e, mesmo assim, geram um custo elevado às instituições sociais. Sendo assim, faz-se relevante verificar a condição social do idoso, mais especificamente, pesquisando a quem compete a responsabilidade pelo bem estar destes.

OBJETIVO

Pretendeu-se, através desta pesquisa, verificar os mecanismos sócio jurídicos em prol do respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, imputando à família, sociedade e/ou Estado a responsabilização pela real condição de bem estar dos idosos, eis que sua condição especial de ser humano não poderá ser ultrajada. Procurou-se também, demonstrar a relação da sociedade e do Estado para com o idoso, observando se as suas necessidades básicas são devidamente oferecidas.

MATERIAIS E MÉTODOS

O método utilizado na fase de Investigação foi o dedutivo e, o

REFERÊNCIAS

- IBGE. **Instituto brasileiro de geografia e estatística**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>. Acesso em: 17 nov. 2019
- BRASIL. **Estatuto do Idoso**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8069.htm. Acesso em: 16 out. 2019.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 nov. 2019.

Relatório da Pesquisa foi composto pela base lógica dedutiva. As técnicas de investigação foram a técnica do referente, da categoria, dos conceitos operacionais, da pesquisa bibliográfica e do fichamento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o passar dos anos, o número de idosos em nosso país cresceu muito, esse número, deriva justamente do aumento da qualidade de vida e devido à diminuição no número de natalidade. Segundo o IBGE, em uma pesquisa divulgada em 2018, porém realizada com observância dos anos de 2012 a 2017, o número de idosos cresceu cerca de 18%, nestes, 5 anos. Totalizando 30,2 milhões de idosos em 2017 em nosso país, sendo as mulheres a maioria. Com este aumento significativo, provém a preocupação quanto à responsabilidade, e de acordo com nosso ordenamento jurídico, que traz em sua Constituição Federal, Código Civil e Estatuto do Idoso, são responsáveis pelos idosos, conjuntamente, os familiares, a sociedade - tendo como dever principal o de denunciar em caso de irregularidades – e o Estado. Sendo considerado idoso, aquele que possuir a idade igual a 60 anos ou mais, conforme o Artigo 1º do Estatuto do Idoso. Após estes números, a preocupação aumenta, um exemplo, está diante de que os idosos conseguem empréstimo com muita facilidade, e isto costuma se tornar um grande atrativo aos familiares, que acabam abusando de tal situação, para conseguir o dito “dinheiro fácil” as custas dos idosos, e uma relação que deveria ser de zelo, de cuidado, se torna totalmente abusiva. Idosos tendem também, a cair em golpes

cada vez mais, por conta muitas vezes dos avanços tecnológico e por falta de instruções e acompanhamentos dos que deveriam ter maior atenção para com estes. Surge também a preocupação com a saúde, com medicamentos, acompanhamentos médicos, tudo isso com custos, sejam eles particulares ou pelo SUS, idas e vindas, solicitações e marcações de exames, necessitam muitas vezes, de atenções maiores.

CONCLUSÕES

É dever do Estado, da sociedade e da família, garantir ao idoso o básico, que é a sua dignidade como ser humano. Ao chegar ao fim da vida, o idoso deve continuar sendo respeitado como possuidor de direitos e deveres, e é justamente isto que deve ser garantido. Como pessoas mais debilitadas e mais vividas, devem ser tratadas com maior atenção e consideração, uma vez que passaram por tantas coisas em suas vidas. Merecedoras de chegar a idade mais avançada e ter ao seu lado, como defensores e cuidadores, seus familiares, o Estado e a sociedade. Não é por chegar aos 60 anos ou mais, que devem perder direitos, que devem ser menos dignos de respeito ou menos amparados. Bem pelo contrário, por se tornarem de certa forma vulneráveis é que se deve ter maior atenção e cuidado para com eles. O aumento no número de idosos nos traz uma maior perspectiva de vida, mas também nos faz refletir sobre o que esperar das pessoas/Estado quando envelhecermos, se estaremos seguros e seremos respeitados ou seremos mais uma vítima do Estado, de nossos familiares e da sociedade.

INTRODUÇÃO

“Desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades.” (BRUNDTLAND, 1987 apud BOFF, 2019, p. 1).

O Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina 2030 (Plano SC 2030) visa consolidar na administração pública estadual o planejamento estratégico de desenvolvimento de médio e longo prazo, servindo como instrumento referencial e orientador da ação governamental, preparando o Estado para os desafios de uma visão de futuro que tem como foco uma sociedade referência em sustentabilidade, inovação e empreendedorismo, com equidade social e regional. (SANTA CATARINA, 2018).

O Plano SC 2030, se baseia nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são uma agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável.

Este trabalho tem como enfoque a mobilidade urbana, como forma de diminuir a poluição do meio ambiente e propor soluções sustentáveis.

OBJETIVOS

O presente trabalho tem o objetivo de descrever as ações do Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina 2030 (Plano SC 2030) para a área de mobilidade, e sugerir soluções para a mobilidade urbana em Brusque e região.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. A vantagem da imperfeição, 30 out. 2019. Disponível em: < <https://leonardoboff.wordpress.com/> >. Acesso em: 31 out. 2019.
SANTA CATARINA. **Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina 2030**. Florianópolis, 2018. Disponível em: < <http://www.spg.sc.gov.br/visualizar-biblioteca/acoos/plano-catarinense-de-desenvolvimento/1162-plano-sc-2030-versao-final/file> >. Acesso em: 27 jul. 2019.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho tem uma abordagem qualitativa, método exploratório e tipo de pesquisa bibliográfico.

A pesquisa foi desenvolvida na disciplina de Desenvolvimento e Sustentabilidade, que pertence ao Eixo Desenvolvimento Regional Sustentável, do Programa de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina - PROESDE.

Este trabalho teve como foco a pesquisa sobre os conceitos de desenvolvimento sustentável, os ODS, o Plano SC 2030, e a Mobilidade Urbana.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mobilidade significa a capacidade de chegar aos lugares necessários para a vida urbana, como trabalho, escola, parques, comércio, hospitais etc, ou seja, viabilizar as viagens essenciais para o exercício dos direitos básicos dos cidadãos.

Os objetivos do Plano SC 2030, em relação à mobilidade, são:

- Promover a estruturação das cidades, regiões metropolitanas e aglomerados urbanos em torno da mobilidade urbana, com elevada participação na divisão modal do transporte não motorizado coletivo;
- Estruturar a política de mobilidade intermunicipal em âmbito Estadual;
- Buscar fontes alternativas de recursos para investimento em mobilidade urbana.

Um das soluções sustentáveis poderia ser o uso de patinetes elétricos para uso compartilhado da população, como já vem sendo feito na cidade de Florianópolis.

Todos os municípios deveriam ter seu plano para desenvolvimento sustentável, para uma melhoria na cidade. Exemplos de mudanças que deveriam ocorrer são: ciclovias em todos os bairros, não somente nos centros da cidade; transporte público acessível para todos; carona solidária, bicicletas disponíveis para a população por um custo acessível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este tema foi abordado como tentativa de conscientizar os leitores sobre o tamanho dano os seres humanos têm causado ao meio ambiente, e com intuito de inovar nas buscas de soluções para diminuição da poluição.

Os objetivos foram alcançados. Quando as ideias do Plano SC 2030 forem executadas, as futuras gerações poderão perceber com maior clareza as mudanças.

AGRADECIMENTOS

Obrigada ao incentivo dado pela Bolsa do PROESDE, que é um recurso destinado pelo Governo do Estado de Santa Catarina por meio da Secretaria de Estado da Educação (SED) às Instituições de Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

A pesquisa afeta ao Direito Constitucional, Direito de Família e Direito Penal, investiga a legalidade das uniões poliafetivas, ou seja, das uniões múltiplas, na sociedade atual. A dificuldade de aceitação que essas uniões sofrem perante a comunidade jurídica é imensa, ainda mais, depois de 2018, quando o Conselho Nacional de Justiça, cuja função é fiscalizadora, recomendou que os tabelionatos não mais reconhecessem publicamente essas uniões, CNJ (2018). O tema é extremamente relevante e polêmico, na medida em que envolve um dos maiores pilares do Estado, que é a unidade familiar.

OBJETIVO

Objetiva-se com o presente estudo a investigação da legalidade das uniões poliafetivas frente ao ordenamento jurídico vigente.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento da investigação foi utilizado o método dedutivo, uma vez que a pesquisa iniciou com os aspectos gerais (amplos) sobre os princípios da liberdade,

REFERÊNCIAS

BRASIL. CNJ. **PEDIDO DE PROVIDÊNCIA**. Providência nº 0001459-08.2016.2.00.0000. rel. Ministro João Otávio De Noronha. DJ. 29/06/2018. Disponível em: <http://adfas.org.br/wp-content/uploads/2018/07/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-PEDIDO-DE-PROVID%C3%80NCIAS-0001459-08.2016.2.00.0000-ADFAS.pdf>. Acesso em: 31 de outubro de 2019.

RIBEIRO, Luís. **A Constitucionalidade Da União Poliafetiva Enquanto Entidade Familiar: Uma Interpretação Constitucional e Princioplógica do Direito das Famílias**. Edição do Kindle. 2019.

afetividade e do pluralismo familiar, para depois, adentrar no estudo acerca da monogamia propriamente dita e, por fim, na possível relação da poligamia com o crime de bigamia, tipificado no artigo 235 do Código Penal. A técnica utilizada foi a da pesquisa bibliográfica, fulcrada nas doutrinas, legislações, artigos científicos, periódicos e jurisprudências pertinentes à matéria.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao se traçar a identificação dos novos arranjos familiares na sociedade atual, que abarcam a família monoparental, família homoafetiva, famílias paralelas, família unipessoal, família mosaico e a família poliafetiva, constata-se que afetam a cultura monogâmica presente no país e demonstram a incessante e ilimitada busca pela felicidade entre as pessoas, das mais diferenciadas formas, conforme elucida Ribeiro (2019, p. 81). O princípio do pluralismo familiar é um dos mais importantes princípios norteadores do Direito de Família, porém, as uniões poliafetivas desafiam questões de ordem cultural e religiosa e os entendimentos mais convencionais. Além disso, trazem consequências jurídicas de grande monta, quer seja nas questões de ordem previdenciária, quer seja nas transmissões decorrentes da herança, o que poucos juristas se permitem investigar. São vários os fatores que

dificultam a aceitação pública dessas unidades familiares, mas o fato é que contrair matrimônio, já sendo casado, não se confunde com a oficialização de uma união formada por mais de duas pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, os novos arranjos familiares que vêm se evidenciando socialmente esbarram na dificuldade da mudança legislativa e na ausência de posicionamentos judiciais favoráveis sobre a possibilidade do reconhecimento expresso das uniões poliafetivas. São mínimas as discussões acerca das consequências jurídicas e dos seus impactos. A conclusão a que se chega, é a de que, por vezes, a ausência de discussão e o preconceito, acabam impedindo a garantia dos direitos de liberdade previstos na Constituição Federal, o que se confronta com o dever do Estado em salvaguardar a família, base da sociedade, em todas as suas formas. O presente trabalho não exaure as discussões acerca do tema, tendo como objetivo instigar futuras pesquisas, para que seja possível um aprofundamento sobre o assunto, novos debates e novas interpretações mais adequadas com a estrutura do Texto Republicano de 1988.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa identificar os principais impactos e alterações trazidas com a alcunhada MP da Liberdade Econômica, hoje Lei Nº 13.874, nas relações econômicas e empresarias, especificamente em relação às empresas estabelecidas em Brusque e região. Far-se-á uma análise do desenvolvimento socioeconômico do município, com enfoque nas principais áreas empresariais exploradas, com o fito de apresentar à comunidade uma análise fidedigna dos principais impactos da recente legislação, permitindo que os empreendedores da região possam tomar decisões estratégicas com base em informações jurídicas adequadas.

OBJETIVO

Investigar quais os principais impactos que as mudanças advindas com a Lei Nº 13.874/2019 causarão no dia-a-dia das relações empresariais, observada a realidade socioeconômica de Brusque e região..

MATERIAIS E MÉTODOS

Para desenvolver a presente pesquisa será utilizado o

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Resolução nº 51, de 11 de junho de 2019**. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-51-de-11-de-junho-de-2019-163114755>>. Acesso em: 30 out. 2019.
- BRASIL. **Lei 13.874 de 20 de setembro de 2019**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13874.htm>. Acesso em: 30 out. 2019.

método dedutivo hipotético, operacionalizado por meio de pesquisa bibliográfica junto a doutrinas jurídicas nacionais e a recente legislação, bem como, através da análise da realidade socioeconômica do município de Brusque.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sob a égide da nova legislação, inúmeros setores que antes necessitavam de prévia autorização para funcionamento, como as atividades consideradas de “baixo Risco A” previstas na Resolução Nº 51/2019, passaram a ter sua atividade facilitada pela lei vigente (BRASIL, 2019). Desta forma, pela região de Brusque/SC ser considerada como forte polo têxtil e de indústrias de confecções, e por estar presente na cadeia industrial existente um forte número de pequenos negócios que operam dentro dos parâmetros expostos pela Resolução Nº 51/2019, classificados como de “baixo risco A”, a promulgação da Lei Nº 13.874/2019 trouxe inúmeros benefícios ao setor empresarial, principalmente ao empresário de pequeno porte, ante a desnecessidade de quaisquer atos públicos de liberação para desenvolver a atividade econômica (BRASIL, 2019).

Antes da Lei nº 13.874/2019	Depois da Lei nº 13.874/2019	Principais atividades consideradas de “Risco A” existentes na região de Brusque/SC	
Alto Risco – Vistoria e fiscalização prévia	Alto Risco – Vistoria prévia e fiscalização posterior		Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida. (Código CNAE:1412601)
Não Alto Risco – Vistoria e fiscalização posterior	Médio Risco ou Risco B – Vistoria prévia e fiscalização posterior		Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico (Código CNAE:1351100)
	Baixo Risco ou Risco A – Sem vistoria prévia, só fiscalização posterior	Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias (Código CNAE:1422300)	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após tecer uma análise específica voltada para a realidade socioeconômica da região de Brusque, tem-se que o advento da Lei Nº 13.874/2019 acarreta impactos positivos, principalmente ao setor empresarial de pequeno porte, muito comum no município, ante a possibilidade de, agora, atuar sem a necessidade de quaisquer atos públicos de liberação da atividade econômica para as atividades expostas acima, com o desiderato de simplificar as relações jurídico empresariais e, auxiliando, justamente, no fomento ao crescimento econômico e empresarial da região de Brusque.

INTRODUÇÃO

A sociedade considera a educação como necessária e importante. Logo, o principal desafio do setor é de estimular e permitir a participação ativa dos alunos em experiências de aprendizagem que enfatizam a construção do conhecimento, desenvolvendo projetos adequados aos interesses dos estudantes, da comunidade e da sociedade (MORAN, 2007; COELHO, 2008, BELLOTI, 2010) Deve-se considerar nessa prática, a utilização das novas tecnologias de comunicação e informação, através das atividades interdisciplinares, visando à transformação da prática básica educativa desenvolvida pelas instituições de ensino (HOBAN, 2002; ALVES, 2018; FERREIRA e CASTIGLIONE 2018).

OBJETIVO

Identificar a aceitabilidade às novas demandas tecnológicas na educação dos estudantes de ensino médio da cidade de Brusque/SC

A) apontar os fatores que influenciam direta ou indiretamente a aceitação e a intenção de uso de tecnologias da informação e comunicação nas escolas de Brusque/SC.

B) identificar se existem diferenças significativas quanto ao comportamento e aceitabilidade tecnológica dos alunos frente os diferentes modelos de instituições de ensino

REFERÊNCIAS

ALVES, Lucineia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância, v. 10, 2018.
BABBIE, Earl R. The basics of social research. Cengage learning, 2013.
CATTO, Camilo; MOURA, Claudia P. Imagem e Reputação Corporativa de IES. Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul (PUCRS),2008

MATERIAIS E MÉTODOS

Pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa e amostragem. A estudantes do ensino médio alvo da pesquisa foram alunos da cidade de Brusque, e o cumprimento da amostra foi baseada no critério geográfico por região da cidade de acordo com o número de estudantes, baseado nos dados disponíveis no IBGE Cidades (2010). Todas as entrevistas acontecerão presencialmente, com o uso de um questionário, utilizando como base teórico-científica, questões de fácil de interpretação dos alunos

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Participaram da pesquisa 87 mulheres e 61 homens, com predomínio de idades entre 15 e 20 anos, todos estudantes do ensino médio de uma escola da cidade de Brusque s/c. dos entrevistados 37% eram estudantes do primeiro ano, 47% estudantes do segundo ano, e 17% do último ano do ensino médio. Média de idade 16.71 têm-se os seguintes dados da Tabela 1 a seguir.

Afirmações	Média	Desvio Padrão
Eu considero a tecnologia da informação e comunicação importante para o meu aprendizado.	4,387	0,637
Utilizar a tecnologia da informação e comunicação me capacita a executar tarefas mais rapidamente.	4,413	0,562
Utilizar a tecnologia da informação e comunicação aumenta a minha produtividade como aluno (a).	4,320	0,751
O uso da tecnologia da informação e comunicação aumenta minhas chances de crescer profissionalmente.	4,329	0,744
A tecnologia da informação e comunicação que preciso utilizar é clara e compreensível.	3,906	0,716
É fácil adquirir habilidade para usar a tecnologia da informação e comunicação.	3,827	1,010
Eu considero a tecnologia da informação e comunicação fácil de usar.	4,113	1,007
Aprender a utilizar a tecnologia da informação e comunicação é fácil para mim.	4,113	1,047
Pessoas que influenciam meu comportamento pensam que eu deveria usar a tecnologia da informação e comunicação.	3,362	1,412
Os professores da escola têm cooperado no uso da tecnologia da informação e comunicação.	2,647	1,282
Em geral, esta escola tem apoiado o uso da tecnologia da informação e comunicação.	2,560	1,753
Eu tenho os recursos necessários para usar a tecnologia da informação e comunicação.	3,443	1,683
Eu tenho o conhecimento necessário para usar a tecnologia da informação e comunicação.	3,423	1,613
A tecnologia da informação e comunicação desta escola é compatível com as outras tecnologias ou sistemas que eu utilizo.	2,419	1,595
Uma pessoa específica (ou grupo) está disponível para dar assistência nas dificuldades com a tecnologia da informação.	2,687	1,882
Utilizo a tecnologia da informação e comunicação por vontade própria.	3,760	1,516
Embora possa ser útil, usar a tecnologia da informação não é obrigatório em minhas atividades.	3,133	1,262

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os resultados é possível perceber que algumas dimensões de análise se mantiveram extremamente baixas, considerando as médias e os respectivos desvios-padrão. Se mantiveram altos, uma das críticas construtivas feita pelos entrevistados foi a falta de incentivo da escola em relação ao o uso da tecnologia da informação e comunicação.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país que sofre diariamente para pôr fim aos números da violência contra a mulher. Possui uma lei apenas de 2006 que surgiu por conta da condenação da corte interamericana, proveniente do Caso de Maria da Penha Maia Fernandes, uma mulher que sofreu violência por anos de seu marido e não havia tido se quer uma condenação cumprida, maiores informações podem ser encontrados no site do Instituto Maria da Penha. Foi quando o caso chegou na Comissão Interamericana de Direitos Humanos e foi julgado, que o Brasil se viu obrigado a cumprir a condenação e assim criar maneiras de proteção e sanção com relação à Violência contra a mulher. A Lei 11.340/06 tem como objetivo coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. E a maneira que o país lidava anteriormente a lei, com a violência contra a mulher, era de descaso total. Os números desta forma de violência só tem crescido, o caso de Maria da Penha trouxe ao Brasil um olhar cuidadoso com relação a este tipo de crime, fazendo com que mulheres se sentissem mais seguras e amparadas. Porém, parece que mesmo com a criação da lei, os agressores não tem se intimidado.

OBJETIVO

Visa demonstrar que após a criação da Lei 11.340/06 o números de denúncias de violência doméstica vem crescendo, porém tem encorajado as mulheres a denunciarem.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **O que é Violência Doméstica**. Disponível em: <<http://www.imp.aceite.fbiz.com.br/o-que-e-violencia-domestica.htm>>. Acesso em 29 out. 2019.
BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 29 out. 2019.
G1. **Lei Maria da Penha não reduziu morte de mulheres por violência, diz Ipea**. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/09/lei-maria-da-penha-nao-reduziu-morte-de-mulheres-por-violencia-diz-ipea.html>. Acesso em: 29 out. 2019.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada para a confecção deste trabalho, foi a pesquisa bibliográfica a qual se utilizam fontes já analisadas e publicadas por meios eletrônicos. Fora utilizada a pesquisa quantitativa

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a vigência da Lei Maria da Penha, mulheres têm denunciado mais, porém o número de violência contra as mulheres não têm diminuído. O primeiro artigo, da Lei fala da criação de mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. No entanto, vimos não se consegue prevenir tão bem quanto deveria. A mortalidade de mulheres por violência, tem aumentado cada vez mais. E o poder judiciário não consegue dar conta de proteger, mesmo que criando programas de proteção, atenção e canais de denúncia. A Lei Maria da Penha, sendo lei específica, no papel vem tendo avanços de grande proporções. Mas, infelizmente, na “vida real” não cumpre totalmente seu objetivo. Mas, é de suma importância que o poder judiciário já tenha onde/como amparar as vítima, e punir seus agressores. A tabela 1 traz o resultado de uma pesquisa realizada pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em 2013) e divulgada no site do G1, indicando taxa de mortalidade de mulheres por agressores antes e depois da lei Maria da Penha.



Tabela 1. Fonte: G1 - Estudo “Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil pesquisa realizada pelo Ipea em 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a criação da Lei Maria da Penha, os casos já são identificados, têm maior atenção diferente do que acontecia anteriormente, onde o acusado não chegava nem a responder um processo. Hoje, as mulheres têm voz e o sistema judiciário lhes dá atenção e amparo. Mesmo após 13 anos, da Lei Maria da Penha, ainda não conseguimos diminuir o número de casos. Porém, a conquista da Lei é importante, precisa ser comemorada ano após ano, de forma a só acrescentar mais na vida das mulheres, e para a chamar atenção a esse tipo de crime. Servindo de alerta, conscientização e trazer a mulher o devido respeito e dignidade que ela merece assim como qualquer homem. Conforme o Art. 5º, da CFRB/88 e tantos outros que nos fazem acreditar em um país melhor, com relação a respeito e maior empatia/amor ao próximo.

PÔSTERES

Educação Física



fapesc

Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

ANAIS ENPEX 2019
ISSN 1982-3370

**Inovação a serviço
da educação**

**XVIII Jornada de Iniciação Científica
XIII Mostra de Extensão
BRUSQUE - SC - BRASIL**

 **UNIFEBE**

INTRODUÇÃO

No âmbito da segurança pública, o corpo de bombeiro faz-se uma importante peça no que diz respeito ao resgate e salvamento de vítimas. Pensando em promoção e prevenção a estes acidentes, surge o “Alerta Vermelho” por meio de um trabalho de conclusão de curso de um egresso da UNIFEBE. Projeto Social que faz parceria com o artigo 170 da constituição estadual de Santa Catarina, bolsa que oferta créditos acadêmicos em prol de trabalho voluntário em projetos sociais. Este, desenvolvido pelo Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE em parceria com o Corpo de Bombeiros de Brusque possibilita “[...] a participação por parte dos acadêmicos, em ações desenvolvidas junto à comunidade, com foco na transmissão de conhecimentos básicos para a prevenção de incêndios em edificações unifamiliares e acidentes domésticos. Com o objetivo de transmitir de forma prática e eficiente, conhecimentos básicos necessários para prevenir a ocorrência de incêndios e acidentes em residências unifamiliares, bem como atuar no enfrentamento a ocorrências dessa natureza” (IMHOF, ZANCHETT, 2017, p. 1). Faz-se isso a partir de um questionário. Com essas respostas em mãos, os Bombeiros poderão identificar aonde precisarão promover práticas de prevenção a acidentes, para evitar muitos dos acidentes domésticos, mas também de entender alguns dos acidentes que já ocorreram.

REFERÊNCIAS

IMHOF, Diego Oscar; ZANCHETT, Pedro Sidnei. **ALERTA VERMELHO**. 2017. Disponível em: <http://alertavermelho.unifebe.edu.br/> Acesso em: 10/07/2019.

OBJETIVO

Relatar a relevância do projeto social “Alerta Vermelho” de Brusque - SC.

MATERIAIS E MÉTODOS

Desenvolveu-se uma pesquisa de Abordagem quali-quantitativa de caráter descritivo. A amostra desta pesquisa são os moradores do bairro Aguas Claras de Brusque - SC. Utilizou-se como instrumento de pesquisa um questionário fechado com perguntas e respostas pré-determinadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entende-se que é importantíssimo prevenir e evitar os acidentes domésticos, e isto só poderá ser feito se equipes de voluntários e os próprios bombeiros explicarem para a população os cuidados que devem ser tomados perante, o sistema elétrico, o sistema de gás, a localização da casa mediante ao terreno e conhecimento sobre como ajudar em situações de emergências.

Gráfico 1 - Nº 4 - Sabe o telefone de emergência do Corpo de Bombeiros?



Gráfico 2 - Nº 10 - Você saberia utilizar um extintor de incêndio?



Gráfico 3 - Nº 8 - Se considera apto a agir diante de uma emergência?



Contudo, observa-se que a metade da população entrevistada não conhece o telefone do corpo de bombeiros. No quesito aptidão para agir em situações de emergências quase 75% dos entrevistados relatam que estão aptos para enfrentar essa situação, entretanto, a metade não saberia utilizar um extintor de incêndio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disto, percebe-se a importância da prevenção e orientação sobre os acidentes domésticos, mostrando a população como se precaver e agir em situações emergentes. Outros projetos ou uma maior força precisa ser redirecionada para este tipo de trabalho, pensando em melhorar a “[...] transmissão de conhecimentos básicos para a prevenção de incêndios em edificações unifamiliares e acidentes domésticos” (IMHOF, ZANCHETT, 2017, p. 1).

INTRODUÇÃO

A inserção do PEF na saúde pública têm início em 2008 por meio da Portaria nº 154/2008 onde cria o NASF-AB. Visualizou-se a partir dos anos à necessidade da oferta da atividade física para a prevenção e promoção da saúde dentro da atenção primária. Esta foi a oportunidade dos PEF adentrarem na saúde pública e perpassa o próprio reconhecimento da Educação Física como uma das categorias inseridas na área da saúde. Este profissional deve articular suas ações a partir de planejamentos e metodologias adequadas para que se possa atender a demanda das mais variadas comunidades (NUNES; VOOS, 2019). A partir disto, o PEF passa a ter função importantíssima nos atendimentos juntamente com uma equipe multidisciplinar. Entretanto, muitos destes profissionais tem certo medo de atuar devido a diversos fatores (BRUGNEROTTO; SIMÕES, 2008). Apesar de haverem documentos que expliquem a função do PEF, suas práticas desenvolvidas dentro do NASF-AB parecem estar incertas.

OBJETIVO

Analisar como ocorre o planejamento e atuação do PEF no SUS a partir do NASF-AB.

REFERÊNCIAS

- BRUGNEROTTO, Fábio; SIMÕES, Regina. Caracterização dos currículos de formação profissional em Educação Física: um enfoque sobre saúde. **Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro. p. 149-172, 2009.
- NUNES, Camila da Cunha; VOSS, Jéssica Thaís. **A inserção do profissional de educação física na saúde pública: uma caminhada em direção ao reconhecimento**. In: CREF. Boas práticas na Educação Física Catarinense 2019. Florianópolis: CREF3, 2019. No prelo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Realizou-se uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório e de campo. Adotou-se como instrumento a entrevista semiestruturada com o auxílio de um gravador e a observação não-participante registrada em um caderno de anotações. Entrevistou-se e observou-se cinco PEF atuantes no NASF-AB. Foram selecionados um profissional de cada núcleo do NASF-AB. A análise dos resultados constituiu-se por meio do processo de triangulação. Utilizou-se também juntamente com a triangulação, a análise de conteúdo realizada de forma qualitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Percebeu-se que os PEF do NASF-AB mesmo estando suas funções descritas em documento, para usuários, e, para outros integrantes das equipes do NASF-AB fica restrita a desenvolver grupos de atividades físicas. Sobre as contribuições que o PEF tem com o NASF-AB, se remete principalmente na prevenção e promoção da saúde. Sendo assim, o PEF orienta os usuários para que consigam se prevenir antes que ocorra algum surgimento da doença, ou que promova a sua saúde, visando o bem-estar do usuário. Além disso, foi percebido que há um padrão de respostas entre os participantes da pesquisa, portanto, conclui-se que há dialogicidade, reuniões entre

as equipes NASF-AB e que os mesmos tentam seguir uma mesma linha de atuação e estrutura de trabalho, mudando apenas o objetivo principal da sua atuação, visto que cada Unidade contém uma demanda específica da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se que as funções do PEF no NASF-AB, apesar de ser muito participativo nos grupos de atividades físicas, vai muito além disso. Mesmo suas funções estando descritas em documento, para usuários, e, para outros integrantes das equipes do NASF-AB fica restrita a desenvolver grupos de atividades físicas. Sobre as contribuições que o PEF tem com o NASF-AB, se remete principalmente na prevenção e promoção da saúde. Sendo assim, o PEF orienta os usuários para que consigam se prevenir antes que ocorra algum surgimento da doença, ou que promova a sua saúde, visando o bem estar do usuário. Além disso, foi percebido que há um padrão de respostas entre os participantes da pesquisa, portanto, conclui-se que há dialogicidade, reuniões entre as equipes NASF-AB e que os mesmos tentam seguir uma mesma linha de atuação e estrutura de trabalho, mudando apenas o objetivo principal da sua atuação, visto que cada Unidade contém uma demanda específica da população. Sendo assim, pelo fato ocorrer as reuniões, confirma-se que os PEF e demais profissionais que compõe o NASF-AB realizam um planejamento multidisciplinar e multiprofissional.

INTRODUÇÃO

No final da década de 1980, o Estado de Santa Catarina criou um documento que norteou o conhecimento de todas as bases pedagógica das escolas, a PCSC. Desde então, em 2014 passou por atualizações e agora está adequada aos padrões das escolas estaduais catarinenses.

OBJETIVO

Analisar se a unidade escolar utiliza-se em seus planejamentos e métodos de ensino, as referências da Proposta Curricular de Santa Catarina.

MATERIAIS E MÉTODOS

Desenvolveu-se uma pesquisa **qualitativa** de caráter **descritivo**. A unidade escolar investigada foi uma escola de rede estadual localizada na cidade de Brusque - SC.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

ÁREAS DO CONHECIMENTO

Com base no material “Organização Curricular da Educação Básica Catarinense” (POZZER, 2016) as Áreas do conhecimento são: Área de linguagens, esta área contempla as disciplinas de Língua Portuguesa, Línguas Estrangeiras, Artes e Educação Física, a área de Ciências Humanas

REFERÊNCIAS

POZZER, Adecir. et. al. **CURSO DE EXTENSÃO: ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA CATARINENSE**. FURB, Blumenau – SC, 2016.

SANTA CATARINA. Governo do Estado, Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação Integral na Educação Básica**. 2014.

contempla os componentes curriculares Geografia, História, Sociologia e Ensino Religioso. Por fim, na Área de Ciências da Natureza e Matemática, as disciplinas que contemplam essa área do conhecimento são, Ciências, Biologia, Física, Matemática e Química.

ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E DOS PLANOS DE ENSINO DOS PROFESSORES

O tema abordado na Proposta Curricular está ligado ao tema apresentado no Projeto Político Pedagógico da escola, e também no planejamento curricular dos professores no ano de 2016. O que também percebemos no PPP, são as atividades no ensino fundamental, que também se liga ao planejamento dos professores em 2016, com aulas expositivas e dialogadas, pesquisas, trabalhos em grupo e individuais, entre outros recursos utilizados nas atividades planejadas. As aulas práticas apresentadas no PPP abordam atividades de interpretação e organização, bem como pesquisas e criatividade. Assim também são apresentadas na metodologia do planejamento curricular, abordando os mesmos métodos. Conforme o PPP da instituição Estadual de ensino a metodologia entre as disciplinas de ciências naturais e na matemática estão interligadas a PCSC. Contudo, a presença de materiais diversificados, trabalhos em grupo, e as aulas expositivas dialogadas estão presentes tanto no PPP da escola, como na Proposta Curricular de Santa Catarina.

Embora a escola não apresente nenhuma metodologia específica a ser seguida, averiguamos que no PPP é expresso o posicionamento político da escola numa perspectiva histórico-cultural. Isto também é observado no plano de ensino de um dos professores de Educação Física dos anos iniciais que apresenta uma visão de historicidade em seu planejamento. Na disciplina de Arte contempla o conteúdo de expressão corporal e atividades com música. No Ensino Fundamental - Anos Finais, verificamos que o professor de Artes abrange no seu plano de ensino conteúdos como: representação do corpo, percepção visual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos de fato, um desequilíbrio na relação com os planos de ensino, onde alguns elementos dele estão sem conexão com a Proposta Curricular e o Projeto Político Pedagógico. Com isso, argumentamos que a síntese entre as metodologias, conteúdos, aplicações e atividades de avaliação devem ser estruturados novamente ou reestruturados, de forma que possa trazer um planejamento mais sucinto ao professor.

Esquema 1 – Documento/Escola/Professor



INTRODUÇÃO

A Dança nas aulas de Educação Física no Ensino Médio é dada como conteúdo escolar pela BNCC, porém a mesma não é normalmente aplicada nas aulas pois o principal problema apontado na literatura se refere à formação inicial, ou seja, a graduação em Educação Física não consegue fornecer subsídios necessários para garantir a aplicação dos conteúdos de dança na escola. (SOUSA, HUNGER E CARAMASCHI, 2010, p. 497)

A dança é cultura, é expressão corporal, é comunicação e por isso reforça-se que a mesma precisa ser entendida, estudada de uma forma específica, pois abrange muitos conceitos (DARIDO; SANTOS, 2012).

OBJETIVO

Então se adotou como objetivo geral desta pesquisa verificar se o conteúdo dança é ministrado nas aulas de Educação Física no Ensino médio.

REFERÊNCIAS

DARIDO; SANTOS . **Livro didático**: uma ferramenta possível de trabalho com a dança na educação física escolar. Motriz , Rio Claro , SP, v.18, n.1 jan/ mar. 2012
SOUSA, N. C. P; HUNGER, D. A. C. F; CARAMASCHI, S. **A dança na escola**: um sério problema a ser resolvido. V.16, p 496-505, Rio Claro: Motriz, 2010.

MATERIAIS E MÉTODOS

Vai ser realizada uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, onde serão coletados dados através de um questionário contendo questões fechadas e questões abertas sobre o conteúdo de dança nas aulas de Educação Física ministradas para alunos com 15 a 18 anos de idade, após a aplicação do questionário será realizada a observação assistemática com o intuito de verificar a veracidade da execução do conteúdo de dança nas aulas de educação física.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Levamos em consideração como resultado preliminar da pesquisa, que está em processo de andamento, durante as aulas de Educação Física ministradas em duas escolas estaduais do município de Brusque , que não é aplicado o conteúdo de dança nas aulas, como princípio o que se colocou como pressuposto na introdução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel da dança na prática educativa tem o objetivo de resgatar, de forma natural e espontânea, as manifestações expressivas da nossa cultura. Por meio dessa arte adquire-se um desenvolvimento gradativo, com melhora no rendimento escolar, mudança positiva no comportamento, entre muitos outros aspectos, devido á dança ser uma atividade completa que exercita corpo, mente e alma. Por isso é necessário a introdução dessa arte nas escolas, a fim de que as crianças tenham acesso á arte e á cultura.

PERCEPÇÃO DO INTERESSE DOS ALUNOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Mairon Zuqui, Gabriel Tomasi, João Derli de Souza Santos

ganrieltomasi@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

Tem-se atualmente no Brasil, um número cada vez maior de crianças e adolescentes que, por algum motivo, não participam das aulas nas escolas em geral, fato este que precisa, de alguma forma, ser interrompido (JESUS, 2016).

Se tratando das aulas de Educação Física, podemos observar que muitas vezes, apenas os alunos que possuem certo tipo de habilidade são privilegiados nas atividades, excluindo assim o restante. Os professores que deixam com que isso aconteça, na maioria das vezes ainda estão muito influenciados pela perspectiva esportiva, podendo fazer com que os alunos que mais precisam de algum tipo de atividade física, não a pratiquem. Este importante ponto observado em alguns professores tem acarretado muitas vezes no abandono de alunos das aulas de Educação Física nas escolas, podendo acontecer um trauma que venha acarretar o afastamento do aluno desde o Ensino Fundamental até o Ensino Médio (DARIDO, 2004).

OBJETIVO

verificar a percepção no interesse de participação dos alunos nas aulas de Educação Física de duas turmas de

REFERÊNCIAS

JESUS, José Raimundo de. **Evasão escolar: um grande desafio da educação no Brasil**. Disponível em: <https://www.construirnoticias.com.br/evasao-escolar-um-grande-desafio-da-educacao-no-brasil/>. Acesso em 31 jul. 2019.

DARIDO, S. C. **A educação física na escola e o processo de formação dos não praticantes de atividade física**. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, São Paulo, v.18, n.1, p.61-80, jan./mar. 2004.

uma escola pública da Rede Estadual de Ensino de Brusque sendo uma do 6º ano do Ensino Fundamental e uma do 3º ano do Ensino Médio.

MATERIAIS E MÉTODOS

Realizaremos uma pesquisa quantitativa de caráter exploratória e bibliográfica, aplicando um questionário com duas turmas, sendo uma do 6º ano do Ensino Fundamental e outra do 3º ano do Ensino Médio.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados iniciais da pesquisa nos mostram que existe uma grande diferença na participação nas aulas de Educação Física entre as turmas abordadas. Um exemplo disso é: ao compararmos a participação dos alunos entre as duas turmas, percebe-se que os alunos do 6º ano do Ensino Fundamental tem uma maior participação nas aulas de Educação Física em relação aos alunos do 3º ano do Ensino Médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa realizada, os resultados apresentados demonstram que os alunos do 6º ano do Ensino Fundamental participam de forma efetiva nas aulas de Educação Física, tendo 50% dos alunos participando

das aulas sempre, já os outros 50% dos alunos participam na maioria das aulas. Porém os alunos do 3º ano do Ensino Médio demonstram um déficit na participação, tendo 45% dos alunos participando de todas as aulas, 25% raramente participam, outros 25% participam na maioria das aulas e os 5 % restantes não participam nunca.

Os resultados demonstram que a gestão escolar junto com os professores necessitam discutir através do projeto pedagógico da unidade escolar e do planejamento das aulas dos professores de Educação Física e novas metodologias para serem implementadas que motivem e despertem o interesse dos alunos a participarem das aulas.

Júlia Booz Fantini, Halley Schaefer, Francieli Schmitt Graf, Camila da Cunha Nunes
juuliafantini@unifebe.edu.br, halleyschaefer206@gmail.com, graf.fram@gmail.com, camila.nunes@unifebe.edu.br
Centro Universitário de Brusque

INTRODUÇÃO

Independentemente da idade, ambiente e situação, qualquer pessoa está sujeita a se acidentar ou sofrer um mal súbito. O resultado desse incidente pode ter consequências que são proporcionais a gravidade do ocorrido e à qualidade e rapidez no pronto atendimento. Muitas vezes, o tempo é um fator determinante para o seu êxito oportunizando salvar ou não uma vida e, é nesses casos, que são fundamentais o conhecimento de primeiros socorros. A finalidade dos primeiros socorros é preservar a vida; impedir que testemunhas removam ou manuseiem a pessoa; aplicar calmamente os procedimentos de primeiros socorros; restringir os efeitos da lesão; promover mais rápido a recuperação da vítima (BRASIL, 2003). A maioria dos casos que acontecem nas escolas estão geralmente relacionadas as atividades desenvolvidas durante as aulas de Educação Físicas.

OBJETIVO

Analisar as principais ocorrências de casos que necessitam de atendimentos de emergência durante as aulas de Educação Física escolar nas escolas estaduais de Brusque (SC).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. **Manual de Primeiros Socorros**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2003.
FIORUC, B. E. *et al.* Educação em saúde: abordando primeiros socorros em escolas públicas no interior de São Paulo. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 10, n. 3, p. 695-702, 2008.
PERGOLA, A. M.; ARAUJO, I. E. M. O leigo e situação de emergência. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 42, n. 4, p. 769-776, 2008.

MATERIAIS E MÉTODOS

Realizou-se uma pesquisa quanti-qualitativa descritiva. Utilizou-se como instrumento um questionário estruturado adaptado de Pergola e Araújo (2008). O responderam 17 professores, selecionados de modo intencional, de 10 instituições de Educação Básica da Rede Estadual de Ensino. A pesquisa está resguardada eticamente sob o Parecer 3.682.622 e Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) número 24012719.6.0000.5636 concedido após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Oportunamente, a formação continuada sobre esta temática pode proporcionar maior segurança para os professores ao se depararem com algum tipo de situação que exija sua atuação, pois verificou-se que oito professores não sentem-se preparados para prestar primeiros socorros em qualquer tipo de situação, três sim e seis somente em algumas situações. A falta de conhecimento pode acarretar problemas, como o estado

de pânico, a manipulação incorreta da vítima e ainda a solicitação excessiva e, por vezes, desnecessária do socorro especializado (FIORUC *et al.*, 2008). As principais causas de acidentes e os acidentes descritos nas aulas de Educação Física identificados foram: torções; cortes; luxações; quedas esbarrões; escoriações; quebrar o dedo ou o pé; boladas; quadra molhada; falta de ar; agressão física; falta de atenção do professor; convulsão; fratura; cortar o pé; bater a cabeça. Nas escolas, a partir das especificidades que podem surgir devido às ocorrências ocorridas, parecem possuir um protocolo quando algum acidente ocorre de fazer o atendimento inicial, comunicar os pais ou responsáveis e, quando necessário, é acionado os bombeiros ou o SAMU.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das necessidades legais observadas e da capacitação e conscientização necessária da importância dos conhecimentos básicos de primeiros socorros nas escolas, sugerimos a implantação de um programa de treinamento com professores e funcionários dos Sistemas de Ensino.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANO SC 2030

Marinize Paszko, Rafaela Faria, Sergio Pires da Silva, Tamily Roedel*.

*family.roedel@unifebe.edu.br

Programa de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina - PROESDE
Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável proposto em 1987 sugere um novo modelo de desenvolvimento, que busque conciliá-lo com a manutenção e a qualidade dos recursos naturais.

O Programa das Nações Unidas (PNUD) iniciou uma série de objetivos em 2000, que foram chamados de 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) até 2015. Em 2015, este compromisso foi renovado, com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). O estado de Santa Catarina, visando estar inserido nas políticas internacionais elaborou em 2018, o Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina 2030 (Plano SC 2030) (SANTA CATARINA, 2019).

OBJETIVOS

Este trabalho teve como objetivos conhecer os 17 ODS, descrever os objetivos propostos pelo Plano SC 2030 para ao meio ambiente, e sugerir melhorias para esta área.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho tem uma abordagem qualitativa, método exploratório e tipo de pesquisa bibliográfico.

A pesquisa foi desenvolvida na disciplina de Desenvolvimento e Sustentabilidade, que pertence ao Eixo Desenvolvimento Regional Sustentável, do Programa de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina -

PROESDE.

Este trabalho teve como foco a pesquisa sobre os conceitos de desenvolvimento sustentável, os ODS, o Plano SC 2030, e o Meio Ambiente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina 2030 tem quatro objetivos para a área do meio ambiente: promover a provisão e a manutenção dos serviços ecossistêmicos; ampliar a oferta e a qualidade dos recursos hídricos; melhorar os índices de saneamento básico do estado; e promover ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

A responsabilidade de cuidar do meio ambiente é de todos, é essencial para as futuras gerações consigam desfrutar do que o planeta disponibiliza. Desta forma, inúmeras atitudes que podem ajudar o planeta. Entre essas atitudes, destacam-se:

- Evitar o desperdício de água, não tomando banhos demorados, fazer manutenções na rede hidráulica para evitar vazamentos, reuso da água para algumas funções domésticas e industriais;
- Economizar energia, não deixando eletrônicos ligados se não estão sendo utilizados, diminuir o uso de ar-condicionado e trocar lâmpadas por modelos mais econômicos;
- Separar os resíduos é essencial, pois os orgânicos e reciclados têm destinações distintas, desta forma se

economizam recursos naturais e minimizam-se os resíduos, é necessária também uma conscientização que o resíduo não deve ser descartado nas ruas, tendo em vista, a poluição, aumentos dos índices de enchentes e doenças;

- Substituir o meio de transporte, dando prioridade ao transporte coletivo se possível, uso de bicicletas e até mesmo fazendo trajetos curtos a pé, evitando a poluição emitida por veículos.

- Fazer o reaproveitamento de produtos e evite o uso de objetos descartáveis e sacolas plásticas, ainda que seja sinônimo de praticidade, colabora significativamente para o aumento da produção de resíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no trabalho desenvolvido, constatou-se que o estado Santa Catarina ainda terá que trabalhar muito para atingir os programas, objetivos e metas traçados pelo Plano 2030.

São fundamentais a adoção de medidas urgentes para reduzir os impactos ambientais.

AGRADECIMENTOS

Obrigada ao incentivo dado pela Bolsa do PROESDE, que é um recurso destinado pelo Governo do Estado de Santa Catarina por meio da Secretaria de Estado da Educação (SED) às Instituições de Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

SANTA CATARINA. **Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina 2030**. Florianópolis, 2018. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/visualizar-biblioteca/acoes/plano-catarinense-de-desenvolvimento/1162-plano-sc-2030-versao-final/file>>. Acesso em: 27 jul. 2019.

INTRODUÇÃO

Ao visar a educação integral, a tomada de consciência é imprescindível, visto que os indivíduos são seres perceptivos e que a apreensão da informação é uma função cognitiva. Deve-se ampliar as habilidades perceptivas quando se almeja obter mais informações no contexto em que se está inserido, e a tomada de consciência possibilita maior reflexão acerca das atitudes tomadas decorrentes de conflitos. À medida que o aluno aprende a refletir, por consequência, ele poderá tornar-se autônomo, a fim de resolver situações que pelos questionamentos poderão levá-lo a perceber o que faz, como faz e para que faz, assim, refletir a respeito. Segundo Freire e Scaglia (2009, p. 126) “só se pode aprender autonomia tendo atitudes autônomas. Compete a escola e ao professor, portanto, criar as condições ambientais favoráveis para que o aluno possa agir com autonomia”.

OBJETIVO

Analisar a percepção dos professores de Educação Física e dos alunos acerca da tomada de consciência nas aulas de Educação Física do Ensino Médio noturno na região do Vale do Itajaí (SC).

REFERÊNCIAS

FREIRE, João Batista; SCAGLIA, Alcides José. **Educação como prática corporal**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2009.
MORAES, Maria Cândida. **O paradigma educacional emergente**. Campinas: Papiрус, 2003.

MATERIAIS E MÉTODOS

Será realizada uma pesquisa quanti-qualitativo de caráter exploratória e de campo, tendo como instrumento a entrevista semiestruturada e a aplicação de um questionário fechado. Os dados serão coletados em escolas da Rede Estadual na região do Vale do Itajaí (SC), sendo que, os participantes serão dois professores licenciados em Educação Física que ministram aulas no Ensino Médio noturno, também participaram duzentos e vinte alunos regularmente matriculados no Ensino Médio noturno.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Acredita-se que os professores que se utilizam das concepções abertas de ensino, desenvolvem a tomada de consciência em suas aulas. Com isso, tendem a ter mais criticidade, observar de forma mais apurada as situações ocorridas nas mesmas, problematizando por meio de uma mediação questionadora. Consequentemente, estimulam a reflexão, a criticidade, a criatividade e a autonomia dos alunos. Nesse sentido, Moraes (2003, p. 19) afirma que essa concepção “[...] enfatiza a construção realizada pelo indivíduo, através de uma pedagogia ativa, criativa,

dinâmica, encorajadora, apoiada na descoberta, na investigação e no diálogo”. Além disso, de acordo com Freire e Scaglia (2009, p. 127) “como o aluno está em formação, o fato de experienciar, a cada dia, diversificadas situações de autonomia ensina-o a ser autônomo”. Na contramão do que fora falado, acredita-se que os professores que propõem um ensino baseado em concepções fechadas de ensino, tendem a ser reprodutores e acríticos, em consequência disto, os alunos tendem a ser menos reflexivos, críticos, passivos e menos autônomos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada está em andamento, diante disso, considera-se que para uma sociedade com mais igualdade, indivíduos justos e críticos, a tomada de consciência torna-se uma ferramenta para desenvolvê-los. Portanto, pressupomos que embora alguns professores possam não realizá-la, percebem que estas, permitem estimular o desenvolvimento integral dos alunos, e estes, se percebem como sujeitos ativos no processo.

INTRODUÇÃO

A Dermatoglifia é um método que estuda a impressão digital como uma marca de desenvolvimento fetal. “Por meio da análise dos tipos de desenho e quantidade total de linhas é possível observar as potencialidades que um indivíduo tem, pois as impressões digitais apresentam correlação direta com as capacidades biofísicas, além das combinações físicas entre essas valências por meio da possibilidade de reconhecimento de padrões ou pela identificação de marcas raras” (ABRAMOVA et al, 1995).

Com a definição das potencialidades biofísicas é possível traçar um direcionamento, conduzindo o praticante às atividades onde possa apresentar melhor performance na sua indicação esportiva e de direcionamento para o condicionamento físico.

OBJETIVO

O objetivo deste estudo é avaliar os padrões de perfil dermatoglífico entre dois atletas de 400m rasos com participações internacionais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Estudo de caso de dois atletas dos 400m rasos, de nível internacional. O protocolo escolhido para analisar as impressões digitais foi o Dermatoglífico, proposto por Cummins e Midlo (1961).

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVA, T. F.; NIKITINA T. M.; OZOLIN, N. N. Possibilidades de Utilização das Impressões Dermatoglíficas na Seleção Desportiva. *Teoria e Prática da Cultura Física* n.º. 3, 1995.
- CUMMINS, H.; MIDLO, C. H. *Finger Prints, Palms and Soles an Introduction to Dermatoglyphics*. New York. Dover Publications. 1961.
- NODARI JÚNIOR, R. J.; HEBERLE, A.; FERREIRA-EMYGDIO, R.; IRANY-KNACKFUSS, M. *Impressões Digitais para Diagnóstico em Saúde: Validação de Protótipo de Escaneamento Informatizado*. Rev. salud pública. Vol. 10. Num. 5. 2008. p. 767-776.

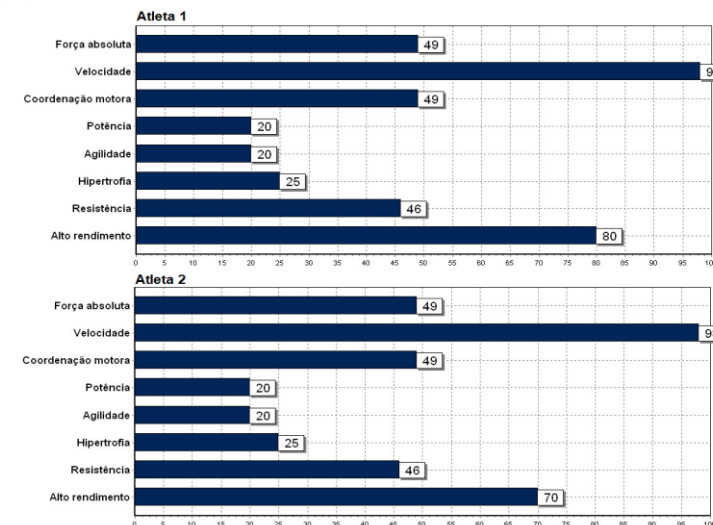
Para a captura, processamento e análise de impressões digitais foi utilizado o Leitor Dermatoglífico®, que faz a identificação qualitativa da imagem e quantitativa de linhas, gerando a planilha informatizada resultante dos dados processados (NODARI JÚNIOR et al, 2008).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A prova dos 400m rasos tem características de uma corrida de velocidade prolongada, porém não necessita de grande resistência como as provas de 10.000m e maratona. Tendo a quantidade total de linhas, relação direta com a resistência, o perfil de resistência para esta prova é de uma quantidade de linhas abaixo de 50% da potencialidade.

É possível verificar na Figura 1, que o perfil dos atletas é de alta capacidade de velocidade e estão na faixa de 46% de resistência. Apresentam também indicadores de alto rendimento. O Atleta 1 foi campeão brasileiro sub 18, em 2018, e é recordista da prova sub 18, sub 20 e sub 23 em Santa Catarina. Já foi convocado para integrar a seleção brasileira sub 20. Atleta 2 foi atleta olímpico, alcançando marcas como o 2º lugar no mundial de Sevilha, em 1999 e 4º lugar em Sydney 2000 e ainda tem o recorde sul-americano.

Figura 1 – Comparativo dos gráficos de potencialidades dos corredores.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ambos os atletas apresentam um perfil característico de corredores de curta distância, como os 400m rasos. Apresentam alta capacidade de velocidade, baixa resistência, somada a marca rara de alta performance. Percebe-se que a Dermatoglifia pode ser utilizada como uma ferramenta de observação de potencialidades e orientação da vocação esportiva por apresentar a capacidade de reconhecimento de padrões de potencialidades.

INTRODUÇÃO

A concepção dos alunos sobre o que seria atuação de excelência de um professor de Educação Física, é algo particular. Porém, muitas vezes para um professor de Educação Física ser excelente, o mesmo necessita ter uma boa didática, que segundo Nérici (1983, p. 47) “[...] é o estudo do conjunto de recursos técnicos que tem em mira dirigir a aprendizagem do educando, tendo em vista levá-lo a atingir um estado de maturidade que lhe permita encontrar-se com a realidade, de maneira eficiente e responsável, para nela atuar como um cidadão participante e responsável”. Além disso, para muitos alunos, além do professor ter uma boa didática, deve ter um vasto conhecimento sobre o tema que será abordado e planejar sua aula.

OBJETIVO

Identificar as concepções de alunos do 3º ano do Ensino Médio noturno de escolas de uma cidade do Vale do Itajaí a respeito de como atuaria um professor de Educação Física excelente em sua *práxis* pedagógica.

REFERÊNCIAS

NÉRICI, Imídeo. **Didática geral dinâmica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1983.
GALLARDO, Jorge Sergio Pérez *et al.* Educação Física Escolar: Ensino Médio. *In:* GALLARDO, Jorge Sergio Pérez. **Educação Física escolar: do berçário ao ensino médio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 95-133.

MATERIAIS E MÉTODOS

Realizaremos uma pesquisa será básica com abordagem quali-quantitativa de caráter descritiva e estudo de campo. Os dados serão coletados em três escolas da região do Vale do Itajaí (SC), tendo como participantes 140 alunos regularmente matriculados no 3º ano do Ensino Médio noturno que responderão a um questionário misto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Acredita-se que muitos alunos se baseiam em uma aula perfeita, onde o professor terá as características, personalidades, domine os conteúdos e que traga para as aulas conteúdos que eles gostem, porém nem sempre é dessa maneira que ocorre. Segundo Gallardo, Campos e Gutiérrez (2005, p. 13) “[...] na formação do Licenciado em Educação Física, pois é esse ‘professor’ que irá conduzir o processo ensino aprendizagem no contexto escolar. Sendo assim existem características básicas que são peculiaridades ao professor e devem ser consideradas e trabalhadas na formação profissional. Por exemplo: buscar entendimento da complexidade humana nos seus aspectos motores, afetivos, cognitivos e nas suas relações sociais e culturais, opondo-se à simples compreensão da

sua dimensão biológica”.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Concluiu-se que para o professor ter uma atuação de excelência, ele deverá que conhecer técnicas que possibilitem ao aluno experimentar situações-problemas em que façam ele criar autonomia e flexibilidade dos seus pensamentos. Além disto, acreditamos que para ter uma atuação de excelência é fundamental que o professor de Educação Física estabeleça uma boa comunicação com seus alunos.

INTRODUÇÃO

A competição se faz presente nos mais diversos espaços do tecido social, seja na busca por uma vaga de emprego ou na preparação para um vestibular. Fazendo uso das palavras de Correia (2004), o próprio modelo social em que vivemos fomenta a competição das mais variadas formas e nos mais diferentes contextos, como o educacional e o profissional, por exemplo.

Essa lógica é a mesma que move os esportes, nos quais o vencedor é dado em relação à distinção de sua performance sobre o restante dos competidores. E se a competição constitui um valor hegemônico dentro de uma sociedade capitalista, é coerente afirmar que, do mesmo modo, o esporte possui um papel predominante quando se fala em cultura corporal.

OBJETIVO

Analisar o papel desempenhado pela competitividade dentro do ambiente escolar e dos esportes que lá são praticados.

REFERÊNCIAS

- BRACHT, V. Sociologia crítica do esporte: uma introdução. Vitória: CEFD/UFES, 1997.
- BRACHT, V. Esporte na escola e esporte de rendimento. Movimento, vol. VI, núm. 12, 2000, pp. XIV-XXIV.
- CORREIA, M. M. Jogos cooperativos na escola: possibilidades e desafios na Educação Física escolar. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação e Letras, UNIG, Nova Iguaçu, 2004.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa classifica-se como qualitativa e de abordagem exploratória. A partir dos debates coletivos ocorridos no projeto de ensino intitulado “Práticas Corporais: Ressignificando o corpo em movimento”, realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS Campus Farroupilha, realizou-se uma pesquisa bibliográfica que foi guiada pelo processo de delineamento recursivo. Por fim, analisou-se os dados produzidos a partir da técnica intitulada análise temática.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultados, encontramos três pontos fundamentais de análise a partir da pesquisa realizada, a saber, a hegemonia do esporte, a função pedagógica da Educação Física Escolar e o esporte na/da escola.

O esporte visto como forma de expressão da cultura corporal, consolida-se como prática corporal hegemônica através de um processo histórico, que segundo Bracht (1997, p. 14) é caracterizado pela “[...] competição, rendimento físico-técnico, recorde, racionalização e

cientificização do treinamento”. A penetração que esta lógica esportiva tem no ambiente escolar, nos leva a analisar qual a função pedagógica da Educação Física na escola, e que a mesma cumpre importante função social para a formação integral do indivíduo, nos levando por fim, a entender que o esporte da escola precisa ser distinto do esporte na escola, que acaba por refletir a lógica esportiva vigente (BRACHT, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença do esporte como principal constituinte da Educação Física no meio escolar “bate de frente” com o compromisso pedagógico desta para com os discentes.

Entende-se que o conflito entre a cultura imposta pela sociedade deve ser filtrada pela realidade escolar, essa permeada por seus próprios conflitos e contradições, contribuindo desta forma com o processo de construção de saber. Assim sendo, torna-se necessário problematizar tais questões, com o intuito de que a Educação Física caminhe no sentido de cumprir suas funções sociais e não apenas reproduzir a lógica social vigente.

INTRODUÇÃO

Desde o surgimento da humanidade a mulher enfrenta uma intensa desigualdade de gênero ocasionando consequentemente o preconceito, dificuldades e assédio vivido pelas mesmas todos os dias. Em todas as áreas, sejam elas políticas, históricas, econômicas ou culturais, a mulher luta para conquistar seus espaços e ocupar papéis sociais antes exclusivamente masculinos.

No campo das práticas corporais como um todo, e no esporte em específico, não é diferente. A mulher historicamente enfrenta uma série de barreiras e limitações, inclusive com proibições legais de praticarem esportes em dado momento da história brasileira.

OBJETIVO

Analisar os papéis e espaços conquistados pelas mulheres na área esportiva, e a partir dos mesmos compreender a desigualdade e preconceito ainda existentes.

REFERÊNCIAS

GOELLNER, S.V. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. Rev. bras. Educ. Fís. Esp., São Paulo, v.19, n.2, p.143-51, abr./jun. 2005.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, 20 (2), 71-99, 1995.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa classifica-se como qualitativa e de abordagem exploratória. A partir dos debates coletivos ocorridos no projeto de ensino intitulado “Práticas Corporais: Ressignificando o corpo em movimento”, realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS Campus Farroupilha, realizou-se uma pesquisa bibliográfica que foi guiada pelo processo de delineamento recursivo. Por fim, analisou-se os dados produzidos a partir da técnica intitulada análise temática.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultados, encontramos dois pontos fundamentais de análise a partir da pesquisa realizada, a saber, o conceito de gênero para compreensão da luta feminina e o contexto histórico e atual das mulheres no esporte.

A partir do conceito expresso por Scott (1995, p.86), “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos [...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” O gênero define essa desigualdade e

inferioridade social, política e histórica que está presente desde sempre na humanidade. O esporte, a partir disto configura-se como um espaço de resistência e de luta. Goellner (2005, p. 145) nos traz que a prática esportiva pelas mulheres “[...] simultaneamente, fascinava e desassossegava homens e mulheres, tanto porque contestava os discursos legitimadores dos limites e condutas próprias de cada sexo,”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo das práticas esportivas e corporais sem dúvida é fértil para analisarmos e compreendermos as relações e mudanças do conceito de gênero na sociedade atual. Pela análise da lógica hegemônica do esporte podemos perceber a intensa presença de padrões culturais característicos de nossa sociedade, inclusive com a divisão do que é “de homem” e o que pertence a mulher. A reavaliação destes padrões mostra-se como essencial, e a luta das mulheres deve ser contínua por mais espaços e condições de trabalho dignas, com salários justos e oportunidades igualitárias se comparadas as do sexo masculino.

INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos e com o avanço da urbanização, necessária para o desenvolvimento das civilizações, perdemos o contato com o meio ambiente, o qual passou a ser visto apenas como recurso natural, e cada vez menos como meio necessário para a vida humana. Ao pensarmos nas destruições que causamos no meio onde vivemos, juntamente com o progressivo adoecimento do ser humano, buscamos nos reconectar com a natureza, principalmente como uma forma de esquecer as preocupações e agitações do dia a dia.

Nesse cenário, as práticas corporais na natureza ganham um amplo destaque. Buscadas primordialmente como forma de cura e mais tarde utilizadas como promotoras de lazer e bem-estar (DALBEN, 2015), às práticas corporais na natureza constituem um vasto universo a ser explorado.

OBJETIVO

Analisar como as práticas corporais na natureza se relacionam com a educação ambiental, apontando como essas práticas podem ser abordadas no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

- CORBIN, A. Território do vazio: a praia do imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
- DALBEN, A. Diálogos entre o corpo e a natureza: as práticas corporais ao ar livre e a Educação Física Escolar. Movimento, v. 21, n. 4, out.-dez., p. 903-914, 2015. Disponível em: <redalyc.org/pdf/1153/115343227005.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2019.
- YIN, R.K. Pesquisa qualitativa do início ao fim. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2016.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa classifica-se como qualitativa e de abordagem exploratória. A partir dos debates coletivos ocorridos no projeto de ensino intitulado “Práticas Corporais: Ressignificando o corpo em movimento”, realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS Campus Farroupilha, realizou-se uma pesquisa bibliográfica que foi guiada pelo processo que Yin (2016) chama de delineamento recursivo. Por fim, analisou-se os dados produzidos a partir da técnica intitulada análise temática.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultados de nossa pesquisa, analisamos três questões que nos mostraram pertinentes para o cumprimento do objetivo deste escrito: a) os conceitos que são fundantes para pensarmos nas práticas corporais na natureza; b) como as práticas corporais na natureza auxiliam a educação ambiental; e c) as possibilidades de explorar estas práticas no ambiente escolar.

Ao longo da história do mundo, o homem se organizou coletivamente em sociedade de variadas formas, sendo que cada um destes coletivos têm atribuído distintos

sentidos sobre a natureza. A atribuição desses diferentes sentidos construídas ao longo do tempo se fizeram em múltiplas, polissêmicas e complexas concepções, e assim como a natureza, as práticas corporais assumem diferentes sentidos que se constroem a partir do meio onde são realizadas, produzindo experiências e sensações únicas, como defende Corbin (1989).

As práticas corporais na natureza podem ser trabalhadas de uma forma comprometida com os princípios educativos, a fim de despertar valores, desenvolver experiências e sensações no decorrer de sua prática, potencializando reflexões sobre as questões socioambientais e contribuindo na preservação ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas corporais na natureza quando realizadas de forma consciente e orientada propiciam ao indivíduo uma melhor compreensão acerca das necessidades de preservação do meio ambiente, colaborando para a formação de um agente ambiental e despertando a consciência para a necessidade de cuidados quando se pretende usar ambientes naturais para a prática do lazer.

INTRODUÇÃO

A nova proposta de Ensino Médio Profissionalizante descrito na Lei 13.415 estabelece as diretrizes da educação nacional. A carga mínima anual passará a ser de oitocentas horas, para ensino médio, excluindo o tempo reservado para exames finais realizados ao final dos anos letivos. Porém esta carga horária deve ser ampliada progressivamente até chegar nas mil e quatrocentas horas previstas na lei. A nova reforma organiza os conteúdos a serem trabalhados de forma diferente, ao invés de 13 disciplinas que compõem hoje a base curricular, os alunos passarão a ter itinerários formativos, nos quais eles poderão optar pelos itinerários que a escola ofertar. Os itinerários organizados pela nova lei são, linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas e formação técnica e profissional. Além dos itinerários a Base Nacional Comum Curricular prevê a obrigatoriedade dos estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia. “As instituições do ensino emitirão certificado com validade nacional, que habilitará o concluinte do ensino médio ao prosseguimento dos estudos em nível superior ou em outros cursos ou formações para os quais a conclusão do ensino médio seja etapa obrigatória” (BRASIL, 2017, p. 3).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007. Brasília, 2017.)

PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DE ENSINO MÉDIO PARA COM A NOVA PROPOSTA DE ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE

BUMGÄRTNER, Lucas Vitor; JUNKES, Márcia Maria
guga_baumgartner@unifebe.edu.br; mmjunkes@unifebe.edu.br
Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

OBJETIVO

Compreender a percepção dos alunos de ensino médio mediante a nova proposta de Ensino Médio.

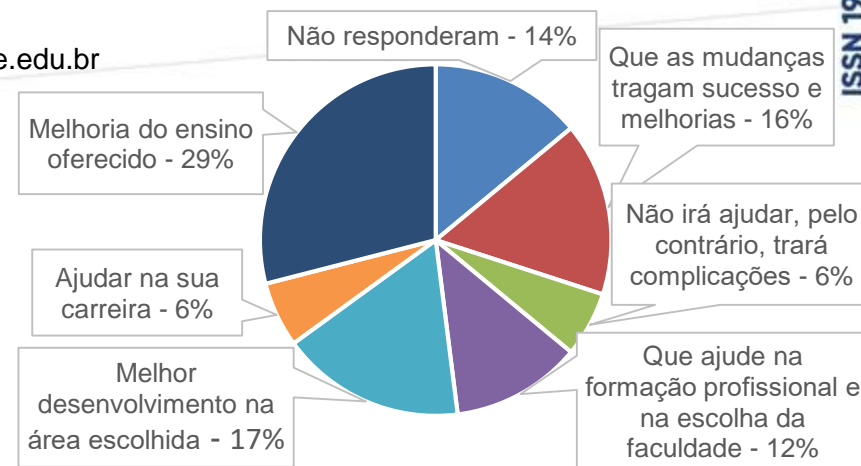
MATERIAIS E MÉTODOS

Desenvolveu-se uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa de caráter exploratório. Foram aplicados questionários para alunos de uma escola de ensino médio de Brusque – SC. Utilizou-se de um questionário fechado com perguntas e respostas preestabelecidas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com a pesquisa realizada, pôde perceber que a grande maioria dos alunos do ensino médio ainda não compreende esta mudança e de que forma isto vai ocorrer. Muitas pessoas se embasam em propagandas ilusórias que não explicam corretamente como irá acontecer este processo de mudança. A nova lei que prevê a mudança para itinerários formativos, ou seja algumas escolas ofertaram itinerários de acordo com sua região, isto significa que ao contrário do que a maioria da população pensa, os alunos não vão poder escolher qualquer itinerário de acordo com o que eles têm mais afinidade e sim, apenas os que estiverem disponível em sua localidade.

Gráfico 1 - Nº 3 - O que você espera desse novo modelo de ensino?



O gráfico expressa algumas das hipóteses que os alunos possuem sobre o que o ensino médio profissional ofertará ou possibilitará na sua formação. Constatou-se que 29% dos alunos entrevistados espera que de fato essas mudanças proporcionem melhorias na educação. 17% ressaltaram a importância de poder ter um melhor desenvolvimento na área escolhida, enquanto 14% dos entrevistados optaram por não responder essa pergunta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se que o novo ensino médio fará com que os alunos escolham suas futuras profissões, nisto será necessário um amadurecimento precoce dos alunos. Por outro lado, as reformas propostas por essa lei têm por finalidade dinamizar o processo de ensino e aprendizagem, conferindo autonomia ao jovem na montagem do seu currículo e preparando-o para os desafios de sua vida no campo profissional, educacional e social, maximizando assim a qualidade do ensino oferecido.

PÔSTERES

Engenharia Civil



fapesc

Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

ANAIS ENPEX 2019
ISSN 1982-3370

**Inovação a serviço
da educação**

**XVIII Jornada de Iniciação Científica
XIII Mostra de Extensão
BRUSQUE - SC - BRASIL**



A SUBSTITUIÇÃO DO COBRE POR ALUMÍNIO NO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA)

Addson Thomaz, Alecsander Gessele, Eduardo Pianezzer, Henrique Rodrigues, Theylor Henrique Voltolini.

Orientador: Rafael Lopes de Lima

henriquerodr@outlook.com

Centro universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

Na construção civil, o preventivo contra incêndio costuma ser um gasto extra para a empresa contratante ou dono da obra, ainda mais quando os materiais utilizados tem um preço elevado, como é o caso do cobre no sistema de proteção contra descargas atmosféricas, felizmente existem opções mais baratas.

OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo apresentar o alumínio como opção de material para a execução do sistema de proteção contra descargas atmosféricas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para executar o SPDA, uma das matérias primas mais utilizadas é o cobre. O aterramento é feito exclusivamente com o cabo de cobre nú 50mm², já as demais partes do SPDA geralmente são executadas utilizando o cabo de cobre nú 35mm².

O cobre está cada vez mais caro, resultando em orçamentos de SPDA com preços elevados. Uma maneira

de contornar a situação é substituir o cobre por alumínio.

O alumínio é consideravelmente mais barato que o cobre, e pode ser utilizado em praticamente todo o SPDA, com exceção do aterramento. Segundo a NBR 5419, o alumínio a ser utilizado no para-raios deve ter seção de 70mm² (tabela 1), que é o dobro da seção de cobre, mas mesmo assim o custo é menor.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O alumínio apresenta um bom custo-benefício como material na execução do SPDA, sendo um bom substituto para o cabo de cobre nú 35mm² e evitando gastos desnecessários, pois apresenta uma boa economia em relação ao cobre.

Tabela 1 – Seções mínimas dos materiais do SPDA

Material	Captor e anéis intermediários mm ²	Descidas (para estruturas de altura até 20 m) mm ²	Descidas (para estruturas de altura superior a 20 m) mm ²	Eletrodo de aterramento mm ²
Cobre	35	16	35	50
Alumínio	70	25	70	-
Aço galvanizado a quente ou embutido em concreto	50	50	50	80

Fonte: ABNT NBR 5419

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização de alumínio no SPDA está cada vez mais popular, evitando gastos desnecessários e também evita futuros problemas como, por exemplo, o furto do cobre por ser um material valorizado, resultando na “destruição” do SPDA e impedindo que o sistema proteja as estruturas, pessoas e bens.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5419**: Proteção contra descargas atmosféricas.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA. **IN 010**: SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS.

INTRODUÇÃO

O índice pluviométrico é necessário “para se estudar o Clima e as mudanças ambientais. É de vital importância para o equilíbrio do Meio Ambiente e ajuda diversos setores da Economia a aumentarem sua produtividade, ou evitar danos futuros” (CLIMA E AMBIENTE, p. 1, 2013).

Nesse sentido, o presente trabalho foi desenvolvido a partir do desdobramento dos conceitos teóricos sobre o pluviômetro estudados na disciplina de hidrologia.

Para a realização desta atividade prática todos os detalhes técnicos do instrumento, bem como, sua instalação foram observados, além disso, a comparação dos dados coletados com os demais pluviômetros oficiais instalados em Brusque no mesmo período.

OBJETIVO

Realizar o acompanhamento, quantificação da precipitação e a analisar os dados obtidos no período de um mês na cidade de Brusque/SC.

MATERIAIS E MÉTODOS

O modelo de pluviômetro utilizado foi um convencional, PS retangular cristal transparente, com 23 cm de altura,

REFERÊNCIAS

ACCUWEATHER. Dados pluviométricos de Brusque/SC no ano de 2016. Disponível em: <<https://www.accuweather.com/pt/br/brazil-weather>>. Acesso em: 24 nov. 2017.
CLIMA E AMBIENTE: SOLUÇÕES METEOROLÓGICAS. Índice Pluviométrico ou Precipitação. 2013. Disponível em: <<https://climaeambiente.wordpress.com/2013/02/26/indice-pluviometrico-ou-precipitacao-2/>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

4,5 cm de largura e 3,3 cm de espessura, e sua capacidade de 150 mm, além de uma régua métrica de material transparente de 30 cm.

As leituras foram realizadas entre 17 de setembro ao dia 16 de outubro de 2017, no período da manhã entre os horários das 07h00min e 07h30min. Para organização dos dados e o cálculo de conversão foi utilizado o Excel.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O acompanhamento pluviométrico, apresentou as seguintes leituras, expostas na tabela 1. A partir disso, pode-se observar que a concentração da chuva no período do dia 28 de setembro ao dia 2 de outubro com 61,5 mm. A Média Aritmética foi de 4,34 mm/dia, neste intervalo. Sendo, que o dia que apresentou a maior precipitação foi o dia 30 de setembro, com 49,8 mm.

A tabela 2, apresentada dados pluviométricos do site “ACCUWEATHER” da cidade de Brusque – SC no ano de 2016 no mesmo período. A comparação dos dados coletados durante os trinta dias com os demais pluviômetros oficiais instalados em Brusque mostraram muita proximidade, pode-se observar, um aumento na precipitação de 46,2 mm para o ano de 2017 em relação a 2016 representando maior volume pluviométrico de 35,5%,

consequentemente a média diária de 2017 foi maior em 1,54 mm.

Tabela 1 – Leituras 2017

	Dia	Altura (cm)	Precipitação (mm)
SETEMBRO 2017	17	0	0
	18	0	0
	19	0	0
	20	0	0
	21	0	0
	22	0	0
	23	0	0
	24	0	0
	25	0	0
	26	0	0
	27	0	0
	28	0,1	0,2
	29	0,4	1,2
	30	16,6	49,8
Total	30 dias	130,2	

Tabela 2 – Dados 2016

	Dia	Precipitação (mm)
SETEMBRO 2016	17	0
	18	0
	19	0
	20	0
	21	4
	22	0
	23	0
	24	1
	25	6
	26	14
	27	2
	28	1
	29	0
	30	0
OUTUBRO 2016	1	1
	2	1
	3	0
	4	10
	5	29
	6	5
	7	1
	8	0
	9	4
	10	3
11	0	
12	0	
13	0	
14	2	
15	0	
16	0	
Total	30 dias	84 mm
Média Arz.		2,8 mm/dia

Fonte: Elaborada pelo autor.

Fonte: ACCUWEATHER.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acompanhamento das mudanças climáticas é necessário a partir do estudo de dados obtidos ao longo do tempo, o que é de extrema importância para cidade que tem problemas com alagamentos. Pois, indicam previsões futuras de como o clima pode se comportar em um certo período.

MEDIÇÕES PLUVIOMÉTRICAS EM UM TERRENO NA CIDADE DE BRUSQUE

Addson Thomaz, Alecsander Gessele, Eduardo Pianezzer, Henrique Rodrigues, Theylor Henrique Voltolini.

Orientador: Rafael Lopes de Lima

henriquerodr@outlook.com

Centro universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

As chuvas são causadas com a exceção de massa de ar quente e úmida na atmosfera, causando diferentes tipos de precipitações com grandes ou pequenos acúmulos. As médias aritméticas das chuvas servem para se obter um maior controle sobre as precipitações, pois são de suma importância aos olhos da engenharia, como por exemplo: projetos de hidroelétricas e controle de cheias e navegação. Ou em casos de cidades para cálculos de bueiros e galerias de águas pluviais, para evitar cheias e inundações, entre outros.

“O pluviômetro é um aparelho de meteorologia usado para recolher e medir, em milímetros lineares, a quantidade de líquidos ou sólidos (chuva, neve, granizo) precipitados durante um determinado tempo e local” (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ, 2019).

OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo realizar um levantamento pluviométrico em uma residência no bairro Jardim Maluche, na cidade de Brusque.

REFERÊNCIAS

Como Fazer um Pluviômetro. **WIKIHOW**, 2019. Disponível em: <<https://pt.wikihow.com/Fazer-um-Pluviômetro>>. Acesso em: 16 de out. de 2019.

Pluviômetro. **Secretaria da Educação**, 2019. Disponível em: <<http://www.ciencias.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1931&evento=7>>. Acesso em: 16 de out. de 2019.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para executar o levantamento pluviométrico, foi utilizado um pluviômetro de plástico no qual foram retiradas as médias diárias. As medições foram feitas por um integrante do grupo a partir do dia 20 de Abril até o dia 19 de Maio de 2017, sendo rigorosamente anotadas todos os dias as 7 horas da manhã para evitar a evaporação da água captada pelo pluviômetro.

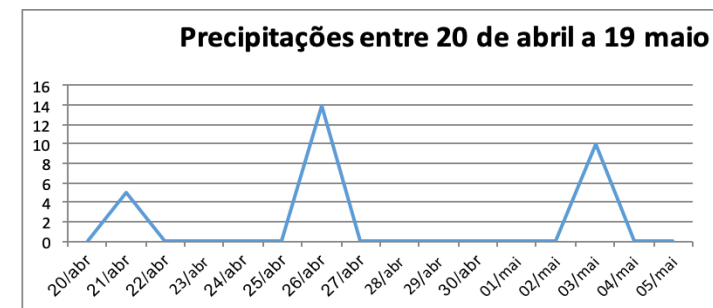
Segundo Wikihow (2019), fazer um pluviômetro para medir a precipitação é um ótimo projeto científico e uma experiência de aprendizado.

As anotações das precipitações diárias foram transcritas para uma tabela no software Excel para maior controle e obtenção da média aritmética.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Baseando-se na média aritmética obtida nas medições, considera-se baixa quantidade de chuvas durante os 30 dias de medição, tendo somente um pico de chuva em um único dia. (Figura 1).

Figura 1 – Média aritmética



Fonte: o Autor (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se então que medições pluviométricas são de suma importância para a população em um todo, tanto para prevenções e também para o bom uso da água da chuvas. Pois serve em cálculo para barragens, canais pluviais e etc. Porém trata-se de um trabalho que exige grandes cuidados.

INTRODUÇÃO

O pavimento permeável é um dispositivo de drenagem urbana que tem como objetivo recuperar a capacidade natural de armazenamento de água no solo, buscando equalizar as condições atuais com as anteriores à urbanização. (ACIOLI, 2005)

O princípio de funcionamento da pavimentação permeável consiste na utilização de uma camada de pavimentação, que pode ser o asfalto poroso ou o concreto poroso, sobre uma base de pedras. No vazio dessa base de pedras é feito o armazenamento, por um determinado tempo, da água proveniente do escoamento superficial, que, deve ser suficiente para evitar o congestionamento nas artérias de drenagem, ou seja, nas galerias e nos córregos.

OBJETIVO

Analisar a técnica construtiva e as vantagens e desvantagens de pavimentos permeáveis aplicados ao meio urbano com relação a sustentabilidade e eficiência.

MATERIAIS E MÉTODOS

Pesquisa exploratória de métodos construtivos de pavimentos permeáveis, assim como o levantamento de

suas funcionalidades e aplicações, afim de analisar suas vantagens no meio urbano.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A camada de pavimentação pode ser construída através de concreto poroso ou asfalto poroso, que consistem no mesmo método de pavimentos convencionais, porém, é retirada a fração de areia fina da mistura dos agregados. (ARAÚJO; TUCCI; GOLDENFUM, 2000)

A capa de revestimento permeável somente age como um conduto rápido para o escoamento chegar ao reservatório de pedras. A água coletada neste reservatório pode ser infiltrada para o subsolo ou coletada por tubos de drenagem e transportada para uma saída.

Para o dimensionamento do sistema devem ser levantados os dados de precipitação, de tráfego e do sub leito.

De acordo com o volume de água a ser recebido a água pode ser direcionada para o sub leito quando há total infiltração no solo; utilizar tubo de drenagem quando a infiltração é parcial; ou, instalar manta impermeável e tubo de drenagem quando não há infiltração no solo. (CORSINI, 2014)

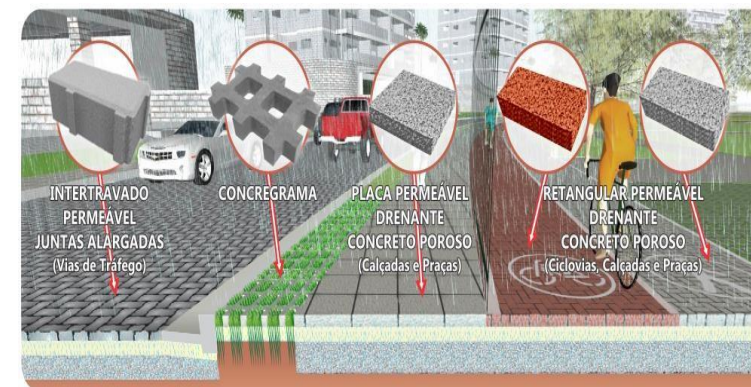


Fig. 1 – Tipos de pavimentos permeáveis. Fonte:Google.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com sua capacidade de absorver a água da chuva e armazená-la os pavimentos permeáveis contribuem para a diminuição da velocidade com que o fluxo é escoado para o subterrâneo, minimizando o risco de enchentes.

Pode ser construído com agregados reciclados, contribuindo, desta maneira, com o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

- ACIOLI, L. ESTUDO EXPERIMENTAL DE PAVIMENTOS PERMEÁVEIS PARA O CONTROLE DO ESCOAMENTO SUPERFICIAL NA FONTE. 2005. 136. Dissertação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Março, 2005;
ARAÚJO, P; TUCCI, C; GOLDENFUM, J. Avaliação da eficiência de pavimentos permeáveis na redução de escoamento superficial. Revista Brasileira de Recursos Hídricos, Porto Alegre, v. 5, n.3, Jul/Set 2000, 21-29.

INTRODUÇÃO

Os equipamento de proteção individual são indispensáveis para qualquer tarefa que ofereça riscos para o colaborador. Conforme a portaria 3214 de 8 de julho de 1978 que instituiu a NR 6, a empresa deve oferecer sem custo aos seus funcionários os equipamentos de proteção individual, para que os mesmos possam se proteger adequadamente para execução das funções (PEIXOTO, 2011).

OBJETIVO

Demonstrar a importância das medidas de segurança propostas pela NR 6.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa realizada tem como finalidade demonstrar a importância das medidas de segurança propostas pela NR 6. O método utilizado para realização deste estudo foi a pesquisa bibliográfica, baseando-se em revisão de literatura em fontes secundárias. A amostra da presente pesquisa engloba as pesquisas e obras referentes a área em estudo, levando em consideração a contribuição dos autores pesquisados para a explicação do conceito

REFERÊNCIAS

PEIXOTO, Neverton Hofstadler. **Curso técnico em automação industrial: segurança do trabalho**. 3. ed. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2010.




_____. **Norma regulamentadora 6 - NR 6: equipamento de proteção individual - EPI**. Disponível em: <<http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr6.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2018.




abordado neste estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa bibliográfica apontou que os EPI's são as ferramentas responsáveis pela garantia de segurança dos trabalhadores, são também indispensáveis. O equipamento de proteção é todo e qualquer dispositivo individual de fabricação em serie ou desenvolvido especialmente para o caso, destinado a proteger a saúde e a integridade física do trabalhador (PEIXOTO, 2011). A pesquisa realizada denota a predominância dos equipamentos de proteção individuais demonstrados a seguir através da tabela.

Tabela 1 – Classificação dos equipamentos de proteção individual EPI's.

Equipamento	Descrição
 <p>Capacete</p>	São equipamentos de proteção que visam proteger a área da cabeça. Protegem de riscos como: "impactos, penetrações, choque elétrico, queimaduras, arrancamento de cabelos ou do couro cabeludo".
 <p>Óculos</p>	Estes equipamentos de proteção protegem a visão e a face. Combatem os riscos de "impacto de partículas sólidas ou líquidas, irritação por gases, vapores, poeiras, fumos, fumaças, névoas, neblinas, radiação luminosa com intensa queimadura".
 <p>Máscaras com filtros combinados</p>	Estes equipamentos de proteção protegem a parte respiratória, dos seguintes riscos: "deficiência de oxigênio no ambiente e contaminantes nocivos presentes no ambiente".

 <p>Máscaras com filtros combinados</p>	Estes equipamentos de proteção protegem a parte respiratória, dos seguintes riscos: "deficiência de oxigênio no ambiente e contaminantes nocivos presentes no ambiente".
 <p>Protetores de inserção</p>	Os equipamentos de proteção auricular protegem a audição. Protegem contra os riscos de ruído excessivo, acima de 85 dB (A).
 <p>Protetores para o tronco</p>	Estes equipamentos de proteção visam proteger a área do tronco, contra os seguintes riscos: "cortes e atritos, projeção de partículas, golpes, abrasão, calor radiante, respingos de material fundente (em fusão), respingos de ácidos, substâncias nocivas e umidade".
 <p>Luvas protetoras</p>	Estes equipamentos de proteção visam proteger a área dos membros superiores, tais como ombros e costas, dos seguintes riscos: "golpes, cortes, abrasão, substâncias químicas, queimaduras, choque elétrico e radiações ionizantes".
 <p>Botina</p>	Estes equipamentos de proteção visam proteger a área dos membros inferiores, dos seguintes riscos: "superfícies cortantes e abrasivas, objetos perfurantes, substâncias químicas, choque elétrico, agentes térmicos, impacto de objetos, pressão estática e umidade".

Fonte: Elaborado pelo autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber a importância do uso dos equipamentos de proteção individual, por este motivo existem equipamentos específicos para cada área do corpo. A empresa deve fornecer os equipamentos adequados para cada função e, em contrapartida, os funcionários devem respeitar as normativas de segurança.

INTRODUÇÃO

Sem a necessidade de utilizar energia elétrica para o seu funcionamento, de baixo custo e de fácil instalação, a bomba de aríete serve para elevar a água de um nível mais baixo, para um nível mais elevado. Constitui-se uma boa alternativa para locais sem energia elétrica, como sítios e para uso em irrigações.

OBJETIVO

Elevar a água aproveitando a energia potencial do próprio rio que produz impulsos no mecanismo denominado bomba de aríete.

MATERIAIS E MÉTODOS

Descrição dos materiais:

Bomba de aríete:

- 2 Tê 32mm
- 1 Joelho 90° 32mm
- 1 Luva de redução 50mm para 32mm
- 1 Válvula de pé com crivo
- 1 Parafuso 5/16", porcas e arruelas
- 1 Mola
- 4 Adaptador 32mm
- 1 Luva 50mm
- 1 Tampão 50mm
- 1 Válvula de retenção 32mm
- 34cm de tubo 32mm

- 39cm de tubo 50mm
- 1 Emenda de mangueira 1"
- 1 Emenda de mangueira 1/2"
- 1 Bucha de redução 1" x 1/2"
- 2 Luva com rosca 32mm
- Cola para PVC
- Fita veda-rosca
- Lixa 120
- Trena
- Mini-serra
- 3 metros de mangueira 1/2"

Reservatório:

- 1 Reservatório de 20 litros
- 1 Adaptador para caixa da água de 32mm
- 1 Registro 32mm
- 1 Adaptador 32mm
- 1 Luva roscável 32mm
- 1 Emenda de mangueira 1"
- 3 metros de mangueira 1"

Métodos:

Todo o processo de montagem da bomba de aríete foi feito manualmente, somente o furo na válvula de pé com crivo foi feito com auxílio de uma furadeira. Durante a montagem da bomba, a principal dificuldade encontrada, foi conseguir regular a mola da bomba para 55 batidas/minuto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa é de natureza quantitativa. Para fins de teste, o reservatório de 20 litros, colocado a 2 metros de altura, substituiu a energia potencial natural do rio. Nestas condições a bomba de aríete apresentou um alcance de altura jogando água, com boa vazão, acima de 3 metros. Constatou-se que a capacidade de recalque da bomba está diretamente ligada a regulagem da mola adaptada à válvula de sucção. No nosso teste a mola da bomba, foi regulada para, aproximadamente, 55 batidas/minuto. Concluiu-se que a bomba é eficiente, prática, de baixo custo e de fácil instalação. Dispensa manutenções constantes e é adequada para instalação a longas distâncias e em terrenos acidentados. (ZILIEL, 2017, p. 10).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A bomba de aríete constitui uma excelente alternativa para o bombeamento de água de rios, nos locais sem energia elétrica ou até mesmo para economizar energia elétrica. Sua construção é de baixo custo, porque é montada com materiais de fácil aquisição.

Constatou-se também, que o segredo da eficiência do funcionamento da bomba, está associada à regulagem da mola adaptada à válvula de sucção.

REFERÊNCIAS

ZILIEL, K, F. **Montagem e funcionamento de uma bomba de aríete**, 2017.

INTRODUÇÃO

A Indústria da Construção Civil aponta índices inquietantes no que diz respeito aos acidentes ligados ao setor elétrico. Nesse sentido, a regulamentação tem o objetivo de prevenir e evitar acidentes no setor. Além disso, “prevê que todas as instalações elétricas devam possuir medidas de controle de risco de acidentes elétricos, além de perfeita identificação de todos os circuitos elétricos existentes nos mais variados estabelecimentos” (FERNANDES, 2007, p.1).

A NR 10 “se aplica aos trabalhadores que atuam na geração, transmissão, distribuição e consumo, incluindo as etapas de projeto, construção, montagem, operação, manutenção das instalações elétricas e trabalhos realizados nas suas proximidades” (FERNANDES, 2007, p.1).

OBJETIVO

A pesquisa tem como objetivo analisar a partir de um estudo de caso se as orientações sobre procedimentos obrigatórios relacionados a NR 10 estão sendo aplicados.

REFERÊNCIAS

Norma Regulamentadora – NR 10 - SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE, 2004.
FERNANDES, Armando César da Silva. A nova Norma Regulamentadora nº 10 (NR-10). Engenharia. 2007.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa tem como base de referencial teórico a NR 10 atualizada de 2004. O canteiro de obras o qual foi visitado é um empreendimento de um edifício que será constituído de 15 andares, 2 elevadores, espaço Gourmet com piscina, playground, salão de festas, academia, 2 vagas de garagem por apto, sendo que cada apartamento será integrado de uma área privativa de 92,50 m².

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A NR-10 estabelece os requisitos e condições mínimas objetivando a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade.

A partir do que estabelece a NR-10, observou-se na obra “fios soltos” à mostra pelo chão (Figura 1 e 2), com instalações de cabos aparentes no teto, sem nenhum aviso de segurança, o que pode ocasionar riscos aos

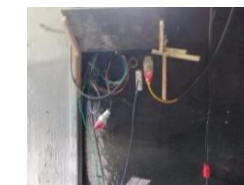
trabalhadores. Diante disso, constatou-se que a Sinalização de Segurança, nas instalações e serviços em eletricidade deve ser adequada, a qual é destinada à advertência e à identificação.

Figura 1: Placa sinalizando



Fonte: Autor, 2017.

Figura 2: Cabos soltos



Fonte: Autor, 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação das medidas coletivas e de segurança em projeto, conforme norma, é necessário para adequar as instalações elétricas executadas no improvisado e evitar acidentes no canteiro de obras. Ressalta-se também, que o trabalhador deve cumprir com as medidas de proteção individual, com a habilitação, qualificação e capacitação, previsto em norma, consequentemente protegendo a si e/ou a terceiros de possíveis danos.

INTRODUÇÃO

Conforme Pfeil (2015) a madeira é provavelmente o material mais antigo encontrado na natureza, sendo um material de fácil manuseio, contendo uma boa relação peso/resistência contribuindo muito para a construção civil.

No Brasil o sistema construtivo de madeira tem um mercado bastante reduzido, sendo predominante as construções em alvenaria. Por motivos de falta de informações e conhecimento mesmo com várias vantagens a utilização da madeira nas construções vem caminhando em passos lentos em relação a vários outros países.

OBJETIVO

A pesquisa tem o objetivo de apresentar a utilização da madeira na construção de residências, demonstrando suas vantagens sobre o método construtivo de alvenaria convencional.

MATERIAIS E MÉTODOS

Todo o desenvolvimento desse material foram realizados através de pesquisas bibliográficas e artigos científicos.

REFERÊNCIAS

PFEIL, W; PFEIL, M. **Estrutura de madeira** 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

SILVA, Mauro César de Brito. **Estrutura e arquitetura: aço e madeira**. Ed. Da PUC Goiás. Goiânia. 2011.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Um dos principais pontos a não aceitação da madeira é a questão ecológica, onde grande parte da população, relaciona a utilização da madeira na construção civil com grandes desmatamentos e destruições de florestas.

“É automático para o leigo imaginar que a utilização da madeira causara uma grande devastação das florestas. No entanto, a madeira é um material renovável e que durante seu crescimento, a árvore consome impurezas da natureza, transformando-as em madeira. A não utilização da árvore após sua vida útil, devolverá à natureza todas as impurezas nela armazenada” SILVA (2011).

Uma das principais vantagens da utilização da madeira em relação a alvenaria convencional é o custo, podendo ser um valor bastante significativo. O valor por m² de uma residência de madeira se comparado com uma residência de alvenaria convencional pode chegar a quase 50 % menor, sendo uma possibilidade para população com baixa renda.

Outro ponto que o método construtivo de madeira leva vantagem é o tempo de execução, onde é bastante prático e rápido, podendo reduzir o prazo de entrega e cronograma de obra.

A modo de isolante térmico as construções em madeiras são bastante favoráveis, pois conseguem absorver e

manter a temperatura dos espaços de uma forma neutra, deixando uma boa sensação nos ambientes.

Além de todas essas vantagens a madeira também é muito versátil podendo ser utilizada de várias maneiras com diferentes dimensões de tamanhos e espessura, possibilitando ser usada em várias etapas da obra, e como diferentes elementos sendo assoalhos, pilares, vigas, forros, paredes de vedação, estruturas de telhados entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as residências de madeiras são muito satisfatórias atendendo os requisitos mínimos para uma construção, tendo inúmeras vantagens em alguns pontos em relação ao método construtivo de alvenaria.

Por falta de conhecimento e por questões de cultura muitas pessoas optam por seguir o padrão convencional, deixando assim esse modal não muito comum, mesmo sendo um método esteticamente bonito e suprimindo todas as necessidades necessárias para uma residência.

INTRODUÇÃO

As normas regulamentadoras ou NR como são conhecidas, consistem em orientações e procedimentos regularizados que devem ser seguidos por empregados e empregadores de uma empresa ou determinada instituição.

A NR 35 trazida em questão trata-se de trabalhos realizado em alturas, trazendo métodos e equipamento, garantindo assim a saúde e segurança dos trabalhadores envolvidos direta e indiretamente em determinada atividade.

OBJETIVO

A pesquisa tem o objetivo de demonstrar as obrigações do empregado e do empregador em relação NR 35 – trabalhos em alturas.

MATERIAIS E MÉTODOS

A abordagem dessa pesquisa consiste em pesquisas bibliográficas e artigos científicos

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NR 35 - Trabalho em altura, Rio de Janeiro, 2016.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A NR 35 trás os requisitos mínimos de proteção para trabalhos realizados em alturas englobando tópicos como planejamento, organização e a execução de certas atividade.

Todo trabalho realizado acima de 2 metros de altura, sendo considerado do piso inferior com risco de queda é considerado trabalho em altura, sendo assim sendo gerenciado pela NR 35.

Esta norma também trás varias obrigações e deveres devendo ser cumprida por empregado e empregadores conforme apresentada abaixo:

Responsabilidade do Empregador:

- Garantir a implantação da medidas estabelecidas pela norma;
- Desenvolver procedimentos operacionais para as atividades rotineira de trabalhos em altura;
- Adotar métodos para acompanhar o cumprimento das metidas de proteção;
- Manter os trabalhadores sobre atualizados sobre risco e medidas de controle;
- Assegurar a suspensão de trabalhos em altura quando verificar situação de risco não prevista;

- Manter supervisão sobre todo trabalho realizado em alturas.

Reponsabilidades do Empregado:

- Cumprir todo regulamento da norma inclusive os procedimentos exigido pelo empregador;
- Elaborar com o empregador a implantação das condições descritas na norma;
- Recusar ou interferir em certa atividade onde se constatar evidências de riscos graves para ou saúde do empregado;
- Zelar pela segurança e saúde de pessoas terceiras que possam ser afetados por determinada atividade em altura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a norma NR 35 tem como foco principal manter a segurança e a saúde das pessoas que podem ser afetada de alguma forma em relação a trabalhos realizados em alturas, trazendo orientações e métodos assim como responsabilidades que devem ser cumpridas tanto por empregados como também por empregadores.

INTRODUÇÃO

A indústria da construção civil atualmente apresenta grandes índices de acidente no trabalho em comparação a outras atividades produtivas. Com isso Normas Regulamentadoras foram criadas com objetivo de diminuir acidentes no trabalho e organizar Canteiro de Obras. O foco desta pesquisa será na **NR18 - CONDIÇÕES E MEIO AMBIENTE DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO** estabelecendo diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que tem como escopo a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção.

O intuito deste trabalho é fiscalizar um canteiro de obras da região de Brusque e analisar se a norma NR18 está sendo seguida pela empreiteira responsável de forma correta.

OBJETIVO

Avaliar a NR18- Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção em um canteiro de obra de uma edificação comercial, localizado no município de Brusque/SC.

REFERÊNCIAS

NORMAS REGULAMENTADORAS-NR. NORMA REGULAMENTADORA 18. 1983
TARCISIO, A. S.; CARLOS, T.F. **Planejamento de canteiro de obra e gestão de processos**. 3a Vol. Recomendações técnicas Habitare. Porto alegre, 2006.
EMERSON , A. M. F.; LUIZ, S. F. **Metodologia para elaboração do projeto do canteiro de obras de edifícios**.. São Paulo, 1998.

MATERIAIS E MÉTODOS

O tipo de pesquisa utilizado nesse trabalho foram pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

A obra analisada para o estudo é uma edificação comercial em execução, composta por 2 pavimentos, totalizando 8 metros de altura. Durante o plano de coletas foi analisado o canteiro de obras da edificação verificando as conformidades e não-conformidades dispostas na NR-18 em relação a obra. O método para compreender melhor as exigências da norma serão mostrados nesse trabalho através de uma tabela com resultados em porcentagem de cada item da NR-18 presentes no canteiro de obras. A porcentagem para a descrição "ATENDE" é a quantidade de tópicos relacionados ao item que esta cumprindo com as exigências da norma e "NÃO ATENDE" representa a quantidade de itens que estão em desacordo com a norma regulamentadora 18.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados do estudo de caso no canteiro de obras em questão serão demonstrados na Tabela 1 - Resultados para cada item do canteiro de obras analisado.

Tabela 1 – Resultados para cada item do canteiro de obras analisado

RESULTADOS EM PORCENTAGEM PARA CADA LOCAL DA OBRA EM RELAÇÃO A NR18		
ITEM DA NR18	ATENDE(%)	NÃO ATENDE (%)
INSTALAÇÕES SANITARIAS	24	76
LOCAL PARA REFEIÇÕES	33	67
VESTIÁRIO	20	80
CARPINTARIA	50	50
ARMAÇÕES EM AÇO	43	57
ESTRUTURAS DE CONCRETO	89	11
ESCADAS, RAMPAS E PASSARELAS	67	33
MEDIDAS DE PROTEÇÃO CONTRA QUEDAS M ALTURAS		
	14	86
EPI'S	25	75
ARMAZENAGEM E ESTOCAGEM DE MATERIAIS	87	13
SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA	0	100
TREINAMENTO	29	71
ORDEM E LIMPEZA	100	0
TAPUMES E GALERIAS	0	100
SOMATORIA DE TODOS OS ITENS (RESULTADO GERAL)	42	58

Fonte: Autor (2019)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir o presente estudo, percebe-se que o canteiro de obras estudado possuem muitas não-conformidades com a Norma Regulamentadora 18. Grande parte dos itens exigidos na norma não atingem mais que 50% nesta obra. Diante dos resultados é necessário que a empreiteira tome providências perante a NR18, obtendo condições mais seguras, dignas e mais organizadas no canteiro de obras.

INTRODUÇÃO

A bomba tem como função auxiliar principalmente moradores de regiões rurais aonde tenham um fluxo corrente de água maior e locais muito distante para a chegada de energia elétrica, havendo assim grande eficácia na irrigação de plantações e abastecimento de lagoas. Conforme Martínez (2012), o golpe de aríete é um fenômeno que ocorre com frequência nas tubulações devido a mudanças bruscas na velocidade da água, ocasionando severas variações de pressão acima ou abaixo do valor normal de funcionamento. A principal causa do golpe de aríete são as rápidas manobras nas válvulas.

OBJETIVO

Construir uma bomba de aríete impulsionada com o próprio fluxo de água, sem necessidade de outra fonte de energia.

MATERIAIS E MÉTODOS

As informações foram coletadas utilizando de estratégia bibliográfica, ou seja, a partir de publicações de páginas virtuais, com o propósito de aprofundar o tema central do projeto, entender o funcionamento da bomba de aríete e buscar os materiais para a montagem do mesmo. Segue

abaixo os materiais utilizados para a construção da bomba de aríete:

2. Cap (tampão) 110 mm PVC marrom
1. Adaptador 110 mm x 4 pol. PVC marrom
1. Te 50 mm x 50 mm PVC marrom
1. Bucha de redução 50 mm x 40 mm PVC
1. Bucha de redução 40 mm x 32 mm PVC
1. Tubo de PVC 32 mm com 6 cm
1. Adaptador 32 mm x 1 pol. PVC
2. Tubo de PVC 50 mm com 20 cm
1. Cotovelo 90° 50 mm PVC marrom
1. Tubo de PVC 50 mm com 8 cm
1. Adaptador 50 mm x 1 ½ pol. PVC marrom
1. Válvula de retenção vertical 1 ½ pol. met.
1. Válvula de retenção vertical 1 pol. met.
1. Tubo de PVC 110 mm com 40 cm
1. Tubo de PVC 20 mm com 15 cm
1. Luva solda/rosca 20 mm x ½ pol. PVC
1. Adaptador para mangueira ½ pol. Polietileno

Por fim, com a listagem dos materiais necessários para a montagem do dispositivo e conseqüentemente a obtenção dos mesmos foi montado a bomba de aríete.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para fim de pesquisa, colocamos um recipiente com água em uma altura de aproximadamente 2 metros, simulando a força da correnteza de um rio. Desta forma, a bomba teve um resultado de uma altura com aproximadamente 3 metros jogando água para cima. Este fenômeno que ocorre no momento em que um fluxo de água é interrompido bruscamente, ocasionando inicialmente uma onda de sobre pressão na tubulação para bombear água para outro local. Todo esse processo está relacionado à regulação da mola adaptada e a válvula de sucção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de construção da bomba de aríete demonstrou na prática que os conteúdos estudados podem ser aplicados em situações de interesse da comunidade, com destaque para a sustentabilidade, viabilizando a ação transformadora da sociedade pela universidade através de pesquisa e extensão

REFERÊNCIAS

MARTÍNEZ, Francisco Javier Acitores. Estudio teórico y experimental de labomba de ariete. Proyecto fin de carrera. Universidad Carlos III de Madrid. Escuela Politécnica Superior. Departamento de Ingeniería Térmica y de Fluidos. Área de Ingeniería Térmica. Ingeniería Superior Industrial. Madrid. Febrero, 2012.

INTRODUÇÃO

A elaboração de projetos arquitetônicos é primordial na construção de novas edificações, NBR 6492 (ABNT/ 1994). Para a elaboração de projetos arquitetônicos de novas edificações é necessário o conhecimento da NBR 6492 a qual os divide em planta de situação, planta de locação, planta baixa, cortes, fachadas e perspectivas (ABNT/1994).

Segundo a NBR 6492 (ABNT/ 1994), a planta baixa representa uma visão de cerca de, 1,50m do piso da edificação, definindo a visualização de detalhes dos cômodos da residência projetada.

OBJETIVO

Elaboração de um projeto arquitetônico de uma residência unifamiliar de 149,68m², localizado no bairro Rio Branco, na cidade de Brusque-SC.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a elaboração dos projetos arquitetônicos foram precisos, uma reunião com os proprietários da obra, para verificação das exigências e necessidades do projeto e,

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6492**: Representação de projetos arquitetônicos. Rio de Janeiro: Abnt, 1994. 27 p.

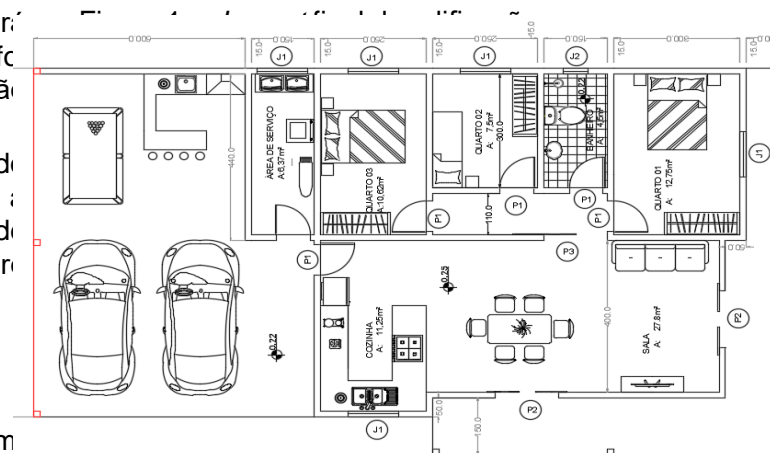
posteriormente, a visita no terreno onde a obra será executada. Para a elaboração das plantas e dos cortes foi necessário a utilização do programa AutoCAD versão 2016.

Antes de iniciar os projetos, é necessário a consulta do Plano Diretor na Prefeitura de Brusque do bairro onde a obra será executada para obter os valores mínimos de recuos, a porcentagem mínima de área permeável, número máximo de pavimentos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A residência projetada possui um total de 149,68m² construídos, contendo três dormitórios, um banheiro, sala, cozinha, garagem para dois carros e área de festas. Localizada na RB-005, bairro Rio Branco na cidade de Brusque – SC.

Após a planta baixa estar finalizada, foi marcada uma reunião com os proprietários para a apresentação do projeto, e para verificar se o cliente estava de acordo ou precisaria de algumas alterações, as quais foram solicitadas. Visto suas necessidades, foi-se fundamental a alteração da garagem e área de festas para a aprovação dos proprietários.



Fonte: Elaborado pelos autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de grande importância a elaboração de projetos arquitetônicos por conter os elementos necessários para execução de obra de modo evitar erros na construção, e também para apresentar ao cliente a projeção de como a edificação ficará ao término obra.

INTRODUÇÃO

Conforme só geografia (2007), as precipitações ou as chuvas como geralmente são mais conhecidas consistem em toda água que toca à superfície da terra, proveniente do vapor da água na atmosfera, podendo ser em forma de chuvas, granizos, neve, etc.

As precipitações (chuvas) são medidas através de um aparelho meteorológico chamado pluviômetro onde ele capta toda água, podendo assim realizar a medição em milímetros de um determinado tempo e local onde ocorreu precipitações.

O local escolhido para instalação do pluviômetro foi na cidade de Gaspar no bairro Gasparinho, entre as datas de 23/9/2019 e 22/10/2019.

OBJETIVO

A pesquisa tem o objetivo de demonstrar a média de chuvas ocorrido durante 30 dias em um bairro na cidade de Gaspar.

MATERIAIS E MÉTODOS

A abordagem dessa pesquisa consiste em medições diárias realizadas através da captação da água da chuva com auxílio de um pluviômetro, fabricado pelo próprio autor.

REFERÊNCIAS

"Precipitações" em *Só Geografia. Virtuoso Tecnologia da Informação*, 2007-2019. Disponível em <http://www.sogeografia.com.br/Conteudos/GeografiaFisica/Clima/precipitacoes.php>. Acesso em: 20 out 2019

O pluviômetro utilizado foi um recipiente plástico com medidas em sua aresta superior e inferior de 14 x 14 cm e com altura de 17 cm. Para instalação do pluviômetro foi necessário um estaca de madeira de 1,5 metros acima do nível do solo, um barbante para fixação do recipiente na estaca junto a uma régua para realizar as medições.

O pluviômetro foi instalado em uma área aberta, ficando distante de qualquer tipo de obstáculos, podendo assim alterar o resultado.

Figura 1 – Instalação Pluviométrica



Fonte: Arquivo Pessoal (2019).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o período apresentado as medições foram realizadas sempre as 7:00 horas da manhã a cada 24 horas.

O quadro abaixo trás os dias em que as medição foram acima de 0 mm.

Figura 1 – Resultado medições do Pluviômetro

Dia	26 set	29 set	30 set	03 out	04 out	06 out	07 out	14 out	15 out
Med	6 mm	7 mm	5 mm	8 mm	3 mm	7 mm	16 mm	17 mm	4 mm
Dia	16 out	17 out	20 out	22 out					
Med	2 mm	24 mm	3 mm	3 mm	<u>105 mm</u>				

Fonte: Arquivo Pessoal (2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que Pluviômetro é um aparelho muito importante para a meteorologia, sendo possível obter resultados precisos com pluviômetros fabricados de forma caseira. Conforme os 30 dias de medições chegou-se a um total de 105 mm de chuva para o período analisado. Com a coleta desses dados, pode-se realizar uma melhor análise das condições climáticas dessas regiões, sendo uma ferramenta muito útil para a área da engenharia em trabalhos de prevenção e recuperação de áreas destruídas por desastres naturais.

INTRODUÇÃO

Em muitas obras pelo Brasil é comum a armazenagem do cimento Portland feita de maneira incorreta levando em conta as diretrizes das normas regulamentadoras. Os construtores usualmente não seguem as indicações descritas pelos fabricantes durante o armazenamento, fazendo com que o cimento perca sua eficácia no ganho de resistência do traço.

Este problema pode comprometer as características físicas e mecânicas do material, independente da maneira que for empregado, sendo concreto, argamassa e etc.

OBJETIVO

O objetivo do presente trabalho é descrever as condições ideais para o processo de armazenamento e estocagem de Cimento Portland, conforme normas regulamentadoras vigentes no Brasil.

MATERIAIS E MÉTODOS

Segundo a NBR 12655, o cimento deve ser armazenado separadamente, de acordo com a marca, tipo e classe, conforme as recomendações a seguir:

REFERÊNCIAS

ABNT.NBR 12655-Concreto de cimento Portland-Preparo, controle e recebimento – Procedimento. Associação Brasileira de Normas Técnicas, São Paulo, p. 23. 2015.

Cimento empedrado pode ser utilizado?. **Cimento Itambé**, 2019. Disponível em: <<https://www.cimentoitambe.com.br/cimento-empedrado-pode-ser-utilizado/>> Acesso em: 20 out. 2019.

- Deve ser guardado em pilhas, em local fechado, protegido da ação de chuva, névoa ou condensação.
- Sacos devem ser empilhados em altura de no máximo 15 unidades, quando ficarem retidos por período inferior a 15 dias, ou em altura de no máximo 10 unidades, quando permanecerem por período mais longo.

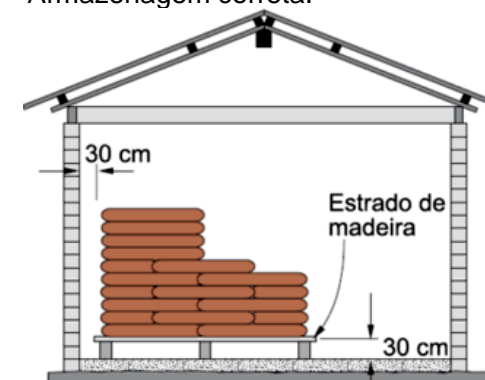
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Uma das consequências do mal armazenamento do cimento é o empedramento (hidratação), devido ao contato dos sacos com umidade.

De acordo com o site Cimento Itambé, no caso de suspeita do material ter hidratado, o primeiro passo é verificar visualmente se há presença de grumos dentro da embalagem. O segundo é pressionar os grumos para checar se eles desmancham. Como o cimento é muito fino, pode acontecer de se formarem pequenos ajuntamentos parecidos com “pedrinhas”, mas que se desmancham com facilidade.

Se isto ocorrer, aparentemente o cimento está adequado para uso, porém, o ideal é realizar uma análise química e física do produto para assegurar que ele mantém suas propriedades iniciais.

Figura 01 – Armazenagem correta.



Fonte: ABCP - Associação Brasileira do Cimento Portland

CONSIDERAÇÕES FINAIS Conclui-se que durante a armazenagem do cimento, deve-se tomar todos os cuidados que as normas e os fabricantes exigem para que o cimento mantenha suas características, evitando a hidratação.

O cimento depois de empedrado pode ser peneirado e utilizado para fins não estruturais, eliminando a perda do material.

INTRODUÇÃO

A Ponte Estaiada Irineu Bornhausen foi inaugurada em 20 de abril de 2004 e permanece até os dias atuais, encontra-se localizada na Avenida Lauro Muller, Bairro Centro I, Município de Brusque-SC, sob o Rio Itajaí-Mirim. Esta ponte além de seguir um padrão arquitetônico completamente diferente dos habituais na época de sua construção, foi a primeira a ser edificada em concreto branco no Brasil.

(GOMES, 2013) Este tipo de ponte envolve uma tecnologia diferenciada no ramo da Engenharia Civil, o número de projetos deste tipo, tem crescido nas últimas duas décadas, com notável aumento da complexidade das estruturas, que passaram a lançar desafios para projetistas e construtores.

OBJETIVO

Este trabalho tem por objetivo caracterizar o método construtivo da Ponte Estaiada Irineu Bornhausen, juntamente com algumas de suas especificações técnicas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Revisão de literatura.

REFERÊNCIAS

- GOMES, Renan Ribeiro Setubal. **Aspectos Técnicos e Construtivos do Projeto de uma Ponte Estaiada**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em < <http://dissertacoes.poli.ufrj.br/dissertacoes/dissertpoli799.pdf>>. Acesso em: 25 out 2019.
- SANTOS, Roselys Izabel Corrêa, **Brusque Memória: Ponte Irineu Bornhausen**. Brusque, 2018. Disponível em < <https://www.brusquememoria.com.br/site/local/11/Ponte-Irineu-Bornhausen> >. Acesso em: 25 out 2019.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A composição estrutural deste tipo de ponte difere das pontes tradicionais em sua composição estrutural básica e principalmente na distribuição de cargas, a estrutura é baseada na centralização das cargas através dos estais para o pilar centralizado, que é responsável por transmitir os esforços ao solo. A ponte estaiada Irineu Bornhausen é sustentada por um pilar central com 36 metros de altura, possui um vão total com 120 metros de extensão, sendo 91 metros de vão livre. Do pilar central saem 8 conjuntos de estais, sendo 4 para cada lado, totalizando 512 cabos com função de sustentação. Sua construção teve o consumo de mais de 2.000 m³ de concreto branco e 34 toneladas de sílica ativa Silmix. O concreto branco foi utilizado como opção estética e demandou diversos cuidados especiais, desde especificações técnicas a respeito das formas de proteção do material até o agregado utilizado, agregado que após vários testes foi escolhido com abatimento de 20 ± 2 cm, resistência de 50 MPa e consumo de 300 kg/m³ de cimento.

Devido ao porte relativamente pequeno da obra, durante a execução não foram consideradas os efeitos do vento sobre a estrutura.

Figura1: Vista Lateral da Ponte Estaiada Irineu Bornhausen.



Fonte: SANTOS, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este tipo de construção reúne beleza, esbeltez, e consegue vencer vãos livres que chegam a centenas de metros. O projeto de pontes deste tipo envolve ambiente com múltiplos objetivos, no qual se devem atender a diversos critérios de projeto como segurança, funcionalidade e economia. Torna-se necessário, portanto uma compreensão adequada do comportamento estrutural deste sistema.

INTRODUÇÃO

A mobilidade urbana é descrita pela Lei Federal 12.587/12 como o modo que as pessoas ou cargas, se deslocam no espaço urbano. A compreensão e aplicação da mobilidade e seus conceitos, fazem de acordo com Kneib (2014) com que a cidade seja um local mais agradável para se viver, pois, as cidades desenvolvem por consequência, menores taxas de poluição e menores índices de congestionamentos entre outros benefícios.

OBJETIVO

Introduzir o conceito e importância da compreensão de mobilidade urbana para o desenvolvimento da cidade.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização deste estudo, utilizou-se de três pesquisas bibliográficas distintas que abordam e detalham o tema objeto deste artigo e a partir do mesmo, foi feita uma compilação de conceitos e definições que deveriam ser mais abordadas na atual gestão de cidades.

REFERÊNCIAS

BOARETO, Renato. A política de mobilidade urbana e a construção de cidades sustentáveis. **Revista dos Transportes Públicos-ANTP-Ano**, v. 30, p. 31-2008, 2008.

BRASIL. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Diário Oficial da União, Brasília/DF, 2012.

Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2012/Lei/L12587.htm>. Acesso em: 16 set. 2019.

KNEIB, Érika Cristine et al. **Projeto e cidade: centralidades e mobilidade urbana**. Gráfica UFG, 2014.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A atual gestão da cidade de modo geral, não possuem conhecimento aprofundado sobre a Política Nacional de Mobilidade Urbana ou não a aplica, o que desencadeia em problemas futuros para o desenvolvimento da cidade em diversos âmbitos (BOARETO, 2008).

De acordo com a Lei Federal 12.587/12, Art.6, inciso II, o desenvolvimento da cidade deveria se basear em alguma priorizações, sistema de transporte público sobre o privado (Imagem 1), modal não motorizado sobre o motorizado.

Segundo Kneib (2014, p. 18) “A mobilidade está muito ligada à articulação e efetividade de políticas de transporte, circulação, acessibilidade, trânsito, desenvolvimento urbano, uso e ocupação do solo [...]”.

Conforme Boareto (2008), a ampliação do sistema viário traz diversos impactos, estes, que deveriam ser estudados previamente antes de sua execução, entretanto, não estão em conformidade com desenvolvimento contemporâneo das cidades, ocasionando na: expulsão da população mais pobre para as periferias enquanto as mais ricas se mantem no centro, gerando grandes deslocamentos e por consequente aumentando a frota de veículos motorizados.

Imagem 1 – Priorização do transporte público sobre o privado



Fonte: Caderno de referências para elaboração de Plano de Mobilidade Urbana (2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão que deve ser considerada como ponto crucial neste percurso para o desenvolvimento sustentável da cidade no quesito mobilidade urbana, é a não reprodução do modelo atual de gestão. Em conformidade com Boareto (2008), cidades menores estão replicando as diretrizes de cidades maiores, mesmo com a continua demonstração de problemas, como: Segregação da população, incentivo crescente do uso de modais motorizados individuais, expansão não planejada da malha viária entre outros fatores prejudiciais ao desenvolvimento da cidade.

PÔSTERES

Engenharia de Produção



fapesc

Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

ANAIS ENPEX 2019
ISSN 1982-3370

**Inovação a serviço
da educação**

**XVIII Jornada de Iniciação Científica
XIII Mostra de Extensão
BRUSQUE - SC - BRASIL**



SIMULAÇÃO EM SISTEMAS DE MANUFATURA PARA UMA LINHA DE MONTAGEM DE VEÍCULOS

Edvan Zuchetti, Heinz Bessa Neto, Lucas Groh, Marcelo Merizio, Simone Sartori
edvanzuchetii@unifebe.edu.br; netuxbesser@hotmail.com; lucas.groh28@gmail.com;
mmerizio@unifebe.edu.br simone.sartori@unifebe.edu.br
Centro Universitário de Brusque

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as organizações cumprem os requisitos da crescente demanda de qualidade e flexibilidade da produção. A análise do comportamento dos sistemas de produção e seu desempenho tornaram-se essenciais para a melhoria dos processos (POPOVICS; MONOSTORI, 2016). Além disso, a complexidade dos sistemas de produção, assim como a rápida mudança da demanda dos consumidores vem exigindo que a indústria produza produtos mais personalizados e com melhor uso dos recursos. Por sua vez, propostas e aplicações de melhorias nos sistemas de produção podem provocar incertezas (KIKOLSK, 2017). Nesse sentido, a presente análise demonstra como minimizar as incertezas inerentes durante o processo de produção, afim de aumentar o conhecimento acerca das etapas deste processo e melhorar a qualidade da tomada de decisão.

OBJETIVO

Desenvolver uma simulação em ambiente físico para uma linha de montagem de veículos usando de diferentes takt time.

REFERÊNCIAS

KIKOLSKI, Mateusz. Study of production scenarios with the use of simulation models. *Procedia Engineering*, v. 182, p. 321-328, 2017.
POPOVICS, Gergely; PFEIFFER, András; MONOSTORI, László. Generic data structure and validation methodology for simulation of manufacturing systems. *International Journal of Computer Integrated Manufacturing*, v. 29, n. 12, p. 1272-1286, 2016.

MATERIAIS E MÉTODOS

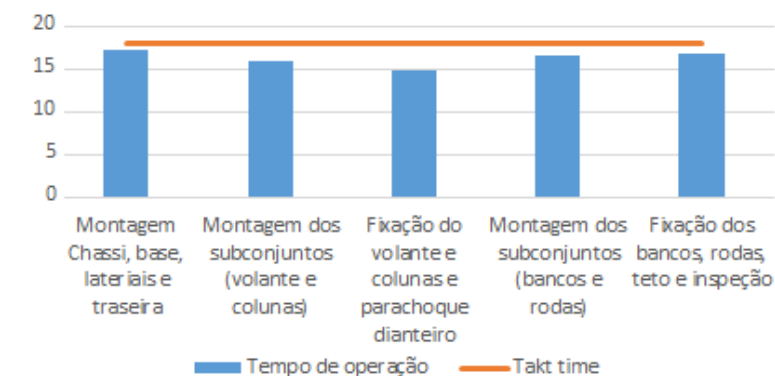
O método de pesquisa utilizado é um estudo de caso, onde foram coletados dados de um processo de simulação em um ambiente físico de uma linha de montagem de veículos (simulação usando lego). Os veículos desenvolvidos em Lego foram montados em diversas partes e componentes, além de testados na linha de montagem. Foi considerado: regime de trabalho de 10 minutos; Tak Time de 12s.; Tak Time 2 de 18s. Neste período, a demanda foi de 25 carros. Em ambos os casos, a simulação foi realizada em mesas estacionárias e o produto se movimenta ao longo das atividades.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos diferentes Tak time, foi simulado uma linha produtiva com diferentes números de operadores e tipos de operação. Considerando o takt time de 12s (opção 1) e 7 operadores na linha de montagem, obteve-se uma eficiência de 78%. Por conseguinte, foi simulado a linha produtiva com tak time de 18s (opção 2) e 5 operadores; obteve-se uma eficiência de 81,4% (Figura 1). O objetivo do balanceamento é distribuir a carga de trabalho de

maneira uniforme aos operadores. Nestas condições, a opção 2 é a melhor alternativa.

Tabela 1 – Gráfico de balanceamento de operadores



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontam que o método de simulação permite desenvolver melhorias no trabalho em relação e mudanças de produtividade, bem como, propiciar à eficiência. Além disso, foi possível obter conclusões sem causar perturbações em um sistema real, combina novos projetos de layouts e componentes do sistema produtivo,

PÔSTERES

Engenharia Mecânica



fapesc

Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

ANAIS ENPEX 2019
ISSN 1982-3370

**Inovação a serviço
da educação**

**XVIII Jornada de Iniciação Científica
XIII Mostra de Extensão
BRUSQUE - SC - BRASIL**



INTRODUÇÃO

Pesquisas têm evidenciado que o ensino das Ciências Exatas (Física, Química e Matemática), em muitos contextos, ocorre apenas mediante a apresentação de conceitos, leis e fórmulas, de forma desarticulada, vazios de significado [1]. Igualmente, é sabido que, o processo de ensino-aprendizado das ciências exatas, em particular a Física, carece de oportunidades para testar os conceitos envolvidos.

Contribui sobremaneira, como instrumento auxiliar neste processo de ensino aprendizagem, a utilização de ferramentas computacionais. Estas ferramentas são sustentadas na realização de práticas experimentais, especialmente na aquisição de dados por meio de sensores, atuadores e da interface de prototipagem de equipamentos do tipo hardware livre, a exemplo do Arduino.

OBJETIVO

Desenvolver experimentos de Física apoiados na utilização de ferramentas computacionais; avaliar a relação custo e benefício de algumas plataformas de

REFERÊNCIAS

DULLIUS, Maria Madalena et. als. Incentivando o ensino de Ciências Exatas na escola básica por meio de experimentos interativos e simulações. Congresso Iberoamericano de Ciencia, Tecnología, Innovación y Educación, 2014, Artículo 1016.

hardware livre; elaborar experimentos de Física utilizando o hardware livre melhor avaliado; desenvolver experimentos a serem embarcados em dispositivos móveis; elaborar literatura em formato ebook detalhando dos experimentos e promover ações de divulgação e treinamento nos experimentos elaborados.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este projeto pretende, a partir da constatação de que praticamente todos os alunos do ensino médio possuem dispositivos móveis próprios (smartphones, celulares, tablets), desenvolver experimentos que possam ser embarcados nestes dispositivos e, a partir desses, interagir através de rede sem fio com o hardware livre. Visando portanto, o desenvolvimento de experimentos utilizando hardware e software livre a fim de que estes contribuam no processo de ensino aprendizagem.

RESULTADOS ESPERADOS

Objetiva este projeto, a partir da utilização de recursos didáticos computacionais, que os conceitos relacionados à

Física sejam melhor assimilados pelos alunos do ensino médio. Planeja-se, após a conclusão das etapas definidas no cronograma de atividades, a disponibilização do projeto aos alunos e professores de instituições de ensino médio, através de ações de divulgação e treinamentos, a fim de que estes possam compreender as atividades envolvidas nos experimentos bem como desenvolver outros experimentos de Física.

Anseia-se, outrossim, que o projeto possa ser utilizado em pesquisas da disciplina de Física, em trabalhos de conclusão de curso e para fomentar pesquisas que atendam demandas da comunidade externa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o bolsista de iniciação científica, atuar neste projeto, é uma oportunidade para o desenvolvimento de competências técnicas e habilidades interpessoais importantes para o perfil profissional do engenheiro.

Por fim, com o projeto concluído, se dará a devida divulgação dos resultados através da publicação de artigo científico, assim como a participação em congressos e eventos regionais e nacionais.

INTRODUÇÃO

O reaproveitamento de calor em processos fabris é de suma importância para a sustentabilidade de uma empresa. Esta técnica consiste em utilizar o calor que seria desperdiçado para pré-aquecer fluidos, reduzindo assim a quantidade de combustível necessária para determinado processo industrial, ou ainda para gerar energia elétrica, por meio de ciclos Rankine Orgânicos.

OBJETIVO

Verificar a viabilidade da geração de energia elétrica por meio do ciclo Rankine Orgânico (ORC) utilizando calor residual de processos de uma empresa têxtil localizada na cidade de Guabiruba, SC.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foram utilizados dados de temperatura e vazão mássica coletados no período de 04/06/2018 até 09/06/2018 em uma empresa do setor têxtil e disponíveis no trabalho de Andrade e Thiessen (2018). Os dados necessário que possibilitam efetuar todos os cálculos do ciclo foram retirados do segundo cenário e primeira condição, que consiste em utilizar a água recuperada que auxiliaria no aquecimento da água industrial, sendo descartado todo o efluente com temperatura abaixo de 39°C, informações disponíveis no trabalho de Andrade e Thiessen (2018),

REFERÊNCIAS

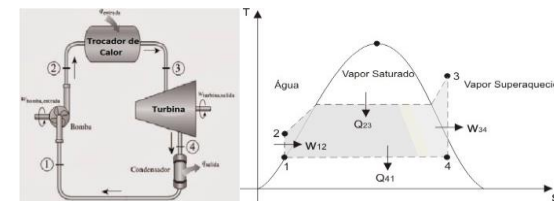
ANDRADE, Maicon Roberto de; THIESSEN, Susan. APROVEITAMENTO DE CALOR DOS EFLUENTES ORIUNDOS DO PROCESSO DE TINGIMENTO TÊXTIL. 2018. 16 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia Mecânica, UNIFEBE, Brusque, 2018.
ÇENGEL, Y. A.; BOLES, M. A. Termodinâmica. 7. ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2013. 1018 p.

porém, ao invés de auxiliar no aquecimento da água industrial, será direcionado para um trocador de calor.

Para a utilização do ciclo ORC optou-se pelo fluido R134a, devido às suas características, de não ser tóxico, ter baixo potencial de efeito estufa, não agredir a camada de Ozônio e também por não ser combustível, parâmetro importante visto que poderia afetar a segurança de modo geral, já que por ser uma indústria têxtil, possui grande parte da empresa com materiais inflamáveis. Para determinar as pressões de saturação no condensador e evaporador, foi considerado um intervalo de temperatura de 26 °C, e temperatura ambiente igual a 20°C. Considerou-se ainda, que a temperatura da fonte residual de calor era constante e igual a 63 °C.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Andrade e Thiessen (2018), é possível reaproveitar 3,37 GJ/h do calor rejeitado dos efluentes provenientes dos processos industriais da empresa, esse valor é a média encontrada após 6 dias de medições. Essa quantidade de calor foi então considerada para evaporar o fluido R134a e transformá-lo em fluido superaquecido (ponto 3) e, em seguida, esse fluido é expandido na turbina, gerando trabalho que poderá ser convertido em energia elétrica. O modelamento do ciclo considerou o ciclo Rankine Ideal.



Fonte: ÇENGEL (adaptado)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que com as condições que se tem disponível é possível criar energia, porém, a quantidade gerada é insuficiente para tornar economicamente inviável, principalmente quando comparada com a economia gerada pelo reaproveitamento no processo industrial.

Relação de Trabalho	
Wliq.	54,2 kW/h
Wbom.	2,0 kW/h
Wturb.	56,2 kW/h
Geração elétrica	6112,5 R\$/Ano
Reaproveitamento	480000 R\$/Ano

Fonte: Mateus Jorge

Considerando o fluido R134a, a produção de energia elétrica se torna inviável, porém, o mesmo processo pode ser realizado com outros fluidos, podendo ser eventualmente viável.

INTRODUÇÃO

A necessidade do uso de energia para os mais diversos métodos utilizados para um ensino e aprendizagem mais completo tem aumentado a cada ano, considerando-se, também, o aumento do uso da energia para dispor mais confortos aos acadêmicos e colaboradores da instituição. Como cita Fossa e Sgarbi ([2018], p.5):

“[...] a melhoria do desempenho energético de uma organização pode representar benefícios importantes por meio da racionalização do uso dos recursos energéticos e outras providências vinculadas à redução do consumo e aumento da eficiência”.

Baseando-se em um guia de aplicação da norma NBR ISO 50001, esta pesquisa visa otimizar a gestão energética do Bloco D da faculdade, levando em consideração as questões sociais, ambientais e econômicas da sustentabilidade

OBJETIVO

Reduzir o consumo mensal de energia elétrica em 10% comparado a média mensal de 2019, realizando a permuta de equipamentos obsoletos por equipamentos mais modernos e eficientes.⁷

MATERIAIS E MÉTODOS

Foi aplicado o tipo de pesquisa de coleta de dados dos equipamentos na instituição de estudo, especificamente no bloco D. Realizou-se a compilação de dados em planilha no

REFERÊNCIAS

FOSSA, Alberto J; SGARBI, Felipe de A. **Guia para aplicação da norma NBR ISO 50001: GESTÃO DE ENERGIA**. São Paulo: Copper Alliance, [2018]. 83 p. Disponível em: <http://www.abrinstal.org.br/docs/guia_gestao_de_energia.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2019.
 INMETRO. **Tabela consumo/eficiência energética**: Condicionadores de ar. 2014. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/consumidor/pbe/condicionadores.asp>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

Excel com auxílio da tabela disponibilizada pelo PROCEL (Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica) e base de desenvolvimento da pesquisa no Guia para aplicação da norma ABNT ISO NBR 50001. Para comparação e levantamento de dados de consumos elétricos no período de 2019, o setor financeiro da instituição disponibilizou as notas fiscais e faturas referentes aos consumos mensais de energia elétrica. Os demais cálculos referentes ao custo de consumo dos equipamentos estudados foram realizados através de calculadora online.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com os resultados referentes aos consumos médios e fixos dos equipamentos condicionadores de ar presentes nas salas e laboratórios do bloco D, buscou-se analisar o impacto desses equipamentos sobre o custo final de energia elétrica (tabela 1).

Tabela 1 – Relação de gasto com energia elétrica e gasto médio com condicionadores de ar no ano de jan/2019 até nov/2019

Foco do gasto	Valor	% do gasto
Custo médio mensal em energia elétrica da instituição	R\$ 25.840,46	-
Custo de energia de AC de uso contínuo bloco D	R\$ 2.902,47	11,23
Custo de energia de AC de uso intermitente bloco D	R\$ 1.139,36	4,41

Fonte: Elaborado pelo autor

Em seguida, simulou-se a troca dos equipamentos obsoletos por outros de mesmas capacidades de refrigeração. Os resultados são apresentados na tabela 2.

Tabela 2 – Resultados simulando a troca de equipamentos menos eficientes energeticamente

Foco do gasto	Valor	Melhoria[%]
Custo de energia de AC de uso contínuo bloco D	R\$ 2.202,63	24,11
Custo de energia de AC de uso intermitente	R\$ 1.076,84	5,49

Fonte: Elaborado pelo autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensando a curto prazo a situação mais viável seria realizar a troca dos 3 equipamentos que necessitam de um uso mais contínuo, levando cerca de 30 meses para resgatar o investimento para melhoria da gestão energética (considerando a troca por equipamentos de mesma capacidade de refrigeração, e valores médios encontrados em lojas *on-line*).

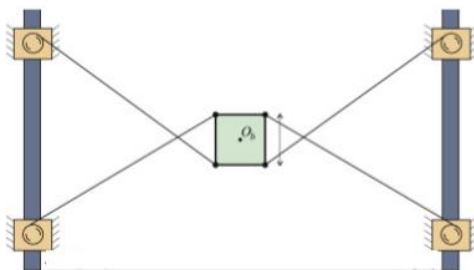
PROJETO DE UM ROBÔ PARA LIMPEZA DE PAINÉIS FOTOVOLTAICOS

Aluno Ivan Pedro da Silva, Orientador Julio Cesar Frantz
ivan.ps@unifebe.edu.br, julio.frantz@unifebe.edu.br
UNIFEBE – Centro universitário de Brusque

INTRODUÇÃO

Sistemas de energia renováveis estão cada vez mais difundidos, entre eles a energia solar. Para que as células fotovoltaicas operem com máxima eficiência, é necessário que os painéis solares permitam o livre acesso dos fótons. Entretanto, o depósito de poeira sobre a superfície pode obstruir o acesso integral da luz solar aos painéis fotovoltaicos (Sulaiman, et al. 2011), cuja eficiência pode cair em até 40% devido ao acúmulo de resíduos na superfície.

Figura 1 – Exemplo de um robô atuado pro cabos.



OBJETIVO

O objetivo é desenvolver um conceito inovador, baseado na tecnologia de robôs atuados por cabos, ainda não explorado nessa linha de equipamentos de limpeza de painéis fotovoltaicos.

MATERIAIS E MÉTODOS

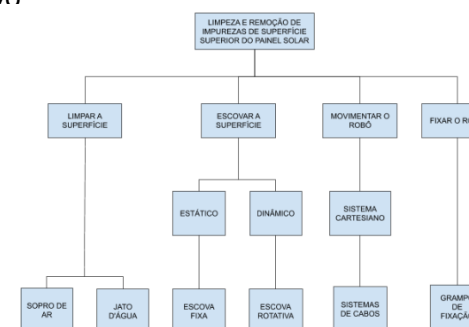
Para a realização deste estudo utilizou-se a metodologia de Scrum e PDP onde após pesquisas de dispositivos similares no mercado, pesquisa de patentes e de artigos acadêmicos similares desenvolveu-se o fluxograma representado na Figura 2, onde todas as necessidades devem atendidas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Logo, para manter a eficiência energética dos painéis solares em níveis aceitáveis, é necessário realizar limpezas periódicas de suas superfícies. Pesquisas indicam que, em cerca de 8 semanas, a ausência de procedimentos de limpeza da superfície dos painéis é responsável pela queda de cerca de 6,9% do desempenho (Sayyah et al. 2014; Sulaiman et al. 2011). Já quando esta limpeza é realizada de forma periódica

há uma melhora de 9,8% na captação dos fótons (Sayyah et al. 2014). Assim ressaltando a necessidade de desenvolvimento de dispositivos para atender a este segmento.

Figura 2 – Fluxograma da estrutura funcional do dispositivo



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o modelamento 3D e simulação com a utilização do software constatou-se que a construção do mecanismo se mostra possível e viável e atendendo todas as necessidades levantadas, assim ficando a disposição para o continuidade do projeto. Este projeto foi financiado através do recursos do Artigo 170 da Constituição Estadual do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina – UNIEDU para os alunos de graduação regularmente matriculados na UNIFEBE.

REFERÊNCIAS

Sulaiman, S. A., Hussain, H. H., Leh, N. S. H. N., & Razali, M. S. (2011). Effects of Dust on the Performance of PV Panels. World Academy of Science, Engineering and Technology, 58(2011), 588-593.
Sayyah, A., Horenstein, M. N., & Mazumder, M. K. (2014). Energy yield loss caused by dust deposition on photovoltaic panels. Solar Energy, 107, 576-604.

INTRODUÇÃO

A reciclagem vem sendo de grande importância para a economia e o meio ambiente, auxiliando na redução da poluição e melhorando a limpeza pública (Santos *et al.*, 2015). Levando em consideração o grande uso das impressoras 3D na UNIFEBE, iniciou-se o projeto de uma extrusora de filamentos, visando reaproveitar *rafts* e restos de peças impressas, além de garrafas PET, para a fabricação de novos filamentos.

OBJETIVO

Realizar o projeto conceitual e analisar a viabilidade da construção de uma extrusora para a produção de novos filamentos a partir de *rafts* e restos de peças impressas, além de garrafas PET.

MATERIAIS E MÉTODOS

Através da função global definiu-se as funções básicas da extrusora. Posteriormente, realizou-se a montagem de uma matriz morfológica para auxiliar na definição dos melhores conceitos capazes de cumprir a função desejada. Tendo os conceitos definidos, realizou-se a elaboração da matriz de decisão, para tornar possível a obtenção do conceito ideal, e com isso futuramente iniciar o modelamento em *Software CAD*. Na Figura 1 estão os princípios de solução considerados ideais para atender a função global do produto, onde avaliou-se o custo e facilidade de montagem na máquina na sua seleção.

REFERÊNCIAS

Santos, João Almeida *et al.* Matéria prima gerada da reciclagem de garrafas PET e seus produtos derivados. *Revista Metropolitana de Sustentabilidade*, São Paulo, v. 5, n. 2, p.5-10, ago. 2005. Disponível em: <<http://www.revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/266/pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

Funções básicas	1	2	3	4
Realizar a moagem dos componentes	Lâminas	Engrenagens	Eixos	Rolos
Fundir os granulados	Indução	Chama	Soprador térmico	Dissipador de calor
Triturar e movimentar os componentes	Engrenagens	Polias	Correias	Correntes
Manter o diâmetro dos filamentos	Bico extrusor			

Figura 1 – Matriz Morfológica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Optou-se pela construção de uma máquina semelhante a da Figura 3, com um triturador acoplado, reduzindo a necessidade de aquisição de outra máquina e tornando o processo mais compacto. Dois conceitos foram tidos como ideais, ambos com funcionamento semelhante, tendo eixos, como os da Figura 2, para realizar a moagem. Por sua vez, a transmissão será realizada por engrenagens, apenas diferenciando o princípio de aquecimento, podendo utilizar soprador térmico ou indução.

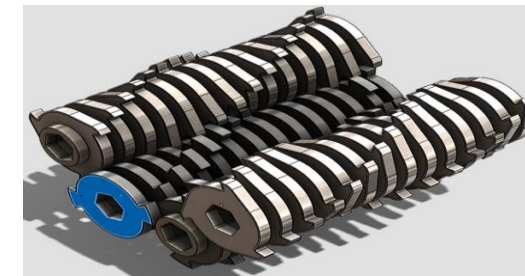


Figura 2 – Eixos para o triturador.

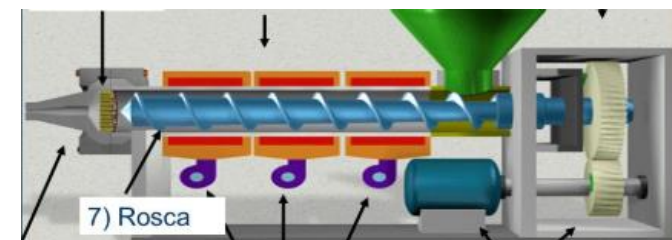


Figura 3 – Extrusora e seus componentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando uma redução de custos de fabricação, optou-se por utilizar apenas 1 motor, que conta com 5 cv de potência. Assim, a máquina ficará em torno de R\$ 1.000,00 mais barata, visto que seriam necessários 2 motores mais fracos para realizarem todo o processo, sendo um deles para a moagem e o outro para a movimentação do fuso. Essa solução não impacta a capacidade produtiva do equipamento, reduzindo o tempo necessário para a máquina compensar seu custo de fabricação.

INTRODUÇÃO

A utilização da energia solar para a produção de energia elétrica vem apresentando constante aumento, apesar de ainda ser pouco expressiva na matriz mundial. De 1996 a 2006 ela teve um aumento de cerca de 2000%, obtendo em 2007 a potência total instalada de 7,8 GW (ANEEL, 2008). A crescente procura pelo uso de fontes renováveis se dá através da preocupação com a preservação do meio ambiente (Nascimento, 2017). Como a energia solar é abundante, e uma fonte inesgotável, a utilização da mesma é de suma importância, podendo ser aplicada para aquecimento de água para residências, aquecer a água para produzir energia elétrica, e através de painéis fotovoltaicos converter a radiação solar em eletricidade.

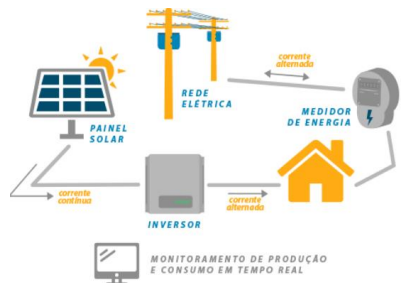


Figura 1 - Representação de um sistema *on-grid* (SiSolar energia, 2017).

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). **Atlas da Energia Elétrica do Brasil**. Brasília – DF, 2008. 3ª Edição.
NASCIMENTO, Rodrigo Limp. **Energia Solar no Brasil: Situação e Perspectivas**. Brasília: Consultoria Legislativa, 2017.
SISOLAR, Energia. **Sistema on-grid**. Disponível em: <https://www.energiasolar.com.br/sistemas/>. Acesso em: 21 de nov. 2019.

OBJETIVO

Realizar o projeto de um sistema fotovoltaico *on-grid* (Fig. 1) para o Centro de Tecnologia e Inovação em Fabricação (CTIF), do Centro Universitário de Brusque-UNIFEBE.

MATERIAIS E MÉTODOS

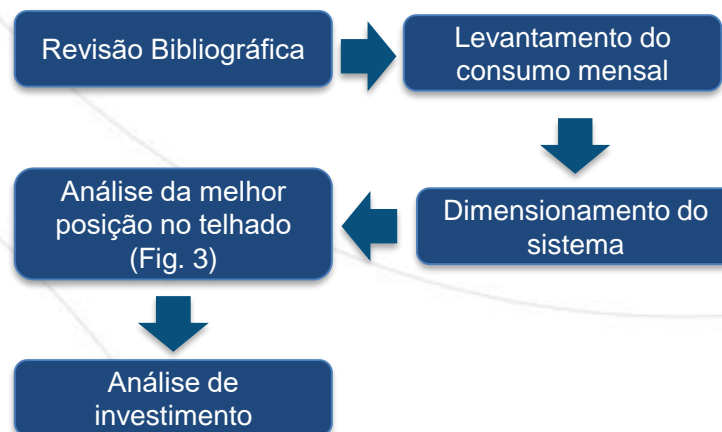


Figura 2 - Fluxograma do desenvolvimento do projeto.

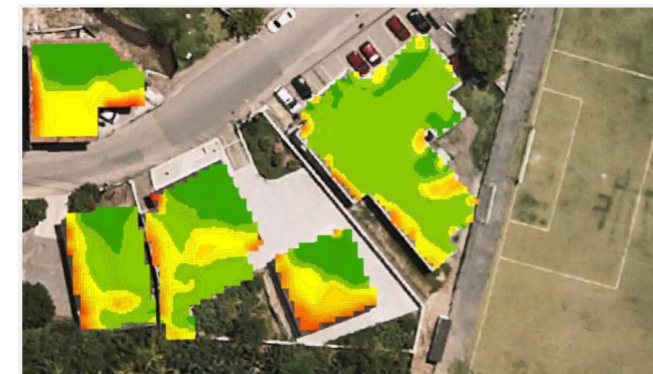


Figura 3 - Avaliação do potencial solar para produção de energia elétrica (imagem ilustrativa).

RESULTADOS ESPERADOS

Através da realização dos estudos busca-se concretizar o projeto de tornar o CTIF autossuficiente em questões de consumo de energia elétrica, utilizando-se um sistema *on grid*, aproveitando a produção de energia solar durante o dia e suprimindo a noite com a energia da rede de distribuição.

INTRODUÇÃO

Com a crescente participação das fontes de energias renováveis na matriz energética mundial, junto do seu grande potencial inovador e de desenvolvimento econômico, as energias solar fotovoltaica e eólica se destacam na transformação mundial na próxima década (NASCIMENTO, 2015).

Com a aprovação da resolução normativa nº 482 da ANEEL, de 17 de Abril de 2012, novas oportunidades no desenvolvimento de tecnologias fotovoltaicas se difundem no país. O nordeste brasileiro, como mostram os estudos de Nascimento *et al* (2018) e Lima (2018), apresentam privilegiadas condições de irradiação, o que promove novos empreendimentos no setor para esta região.

OBJETIVO

Buscar informações na literatura do potencial de geração de cinco diferentes tecnologias fotovoltaica (FV) - Silício Amorfo (a-Si), Silício Microcristalino (a-Si/μc-Si), Disseleneto de Cobre, Índio e Gálio (CIGS), Silício Policristalino (p-Si) e Silício Monocristalino (m-Si)), e da complementariedade entre as fontes de energia fotovoltaica e eólica.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo que melhor correspondeu ao objetivo desta pesquisa é o de Nascimento *et al* (2018). Em sua avaliação do desempenho de um sistema fotovoltaico, foi considerado a produtividade (*Yield*), que é a geração normalizada, pela potência nominal, e taxa de desempenho (*Performance Ratio – PR*), que consiste na geração normalizada considerando a potência normal e a irradiação solar. Foram utilizando as medidas de geração em corrente alternada (PRCA) e corrente contínua (PRCC), a fim de avaliar a

geração de energia elétrica levando em consideração a potência real (desconsiderando a influência do inversor) e as perdas do sistema.

Para análise de dados, Nascimento *et al* (2018) consideram que os dados meteorológicos oriundos da estação solarimétrica independem dos dados obtidos nos sistemas FV. Com a realização da média dos dados a cada 5 minutos, foi possível o cruzamento das duas bases de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o aumento da temperatura de operação, a eficiência dos modelos é afetada negativamente, podendo ser maior (e.g. silício), ou menor (e.g. filmes finos de silício amorfo).

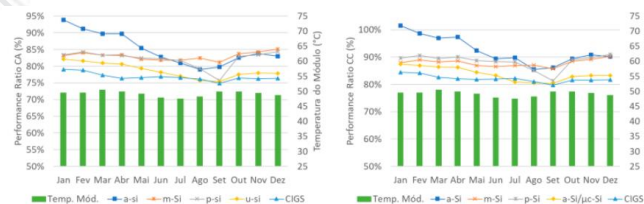


Figura 1 - Perfil de desempenho (PR) de todas as tecnologias para o ano de 2014 – PRCA (esquerda) e PRCC (direita).

Fonte: Nascimento *et al* (2018)

Para a análise ponto a ponto (períodos de 10 min) da complementariedade entre a geração solar e eólica, considerou-se a capacidade de 100 MVA da subestação coletora e a geração eólica de 95,2 MW, além de fator de escala devido à menor potência instalada do sistema FV (30MWp).

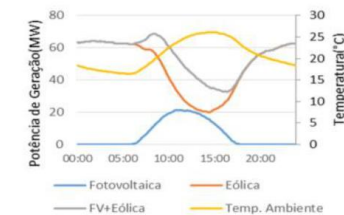


Figura 2 - Complementariedade entre geração solar e eólica.

Fonte: Nascimento *et al* (2018)

A viabilidade de sistemas híbridos (FT e eólico) também é demonstrada por Lima (2018), que após aplicá-lo ao sistema de iluminação pública em Caratinga (MG), trouxe sustentabilidade, eficiência e economia. A redução dos gastos de iluminação da cidade (após 7 anos), resultaria no pagamento de todo o sistema híbrido utilizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período de análise, foram observados efeitos da degradação inicial para as tecnologias fotovoltaica de filmes finos, em especial, para silício amorfo (a-Si). As tecnologias que apresentaram melhor desempenho foram: a-Si, p-Si e m-Si. Ao analisar a complementariedade entre a fonte solar FV de 30 kWp e a eólica de 92,5 MW, a potência total ultrapassaria a capacidade da subestação (100 MVA) em 615 eventos, atingindo 110,01 MW.

Mesmo com o enorme potencial solar e eólico, o Brasil se encontra como principiante no âmbito tecnológico. Isso explicita a necessidade de um maior incentivo governamental ao desenvolvimento científico, acarretando a implementação de energias renováveis no país.

REFERÊNCIAS

- Nascimento, L.R., Campos, R.A., Rütther, R., Simões, G.C. (2018). *Avaliação do desempenho de tecnologias fotovoltaicas e complementariedade solar e eólica no nordeste brasileiro*.
Lima, Maykon Lincoln. (2018). *Estudo de viabilidade da implantação do sistema híbrido fotovoltaico eólico aplicado a iluminação pública no loteamento Silva Araújo em Caratinga*.
Nascimento, Paulo A. Meyer M. (2015). *Considerações sobre as indústrias de equipamentos para produção de energias eólica e solar fotovoltaica e suas dimensões científicas no Brasil*.

INTRODUÇÃO

Com o avanço das tecnologias podemos notar cada vez mais a crescente automação das indústrias, a fim de aumentar sua produtividade e conseqüentemente sua rentabilidade. Mesmo que haja um certo receio do impacto deste avanço por parte dos trabalhadores das áreas de manufaturas e serviços, a automação vai continuar se desenvolvendo e entrando cada vez mais no cotidiano das pessoas. Com essas mudanças que vem acontecendo no mercado, profissões foram extintas e outras criadas, as pessoas então tendo que se adaptar a essa mudança e com isso, nos últimos anos a área da computação vem crescendo cada vez mais a fim de sustentar esse rápido crescimento e automação das indústrias.. A programação integra todo o sistema que sustenta o avanço da Indústria 4.0. Hoje em dia, ela tem papel atuante seja diretamente ou não na manutenção do nosso estilo de vida.

OBJETIVO

Mostrar que o avanço da indústria não seria possível sem o desenvolvimento da programação, pois é ela que da “vida” as máquinas.

REFERÊNCIAS

GOMES, Fiorella. CONHEÇA AS OCUPAÇÕES QUE GANHAM RELEVÂNCIA COM A INDÚSTRIA 4.0. [S. l.], 26 abr. 2019. Disponível em:

<https://findes.com.br/news/diadotrabalho/#1556312793623-677b839b-cf7c>. Acesso em: 27 ago. 2019.

LAVAGNOLI, Silvia. Indústria 4.0: Evolução ou Revolução?. [S. l.], 13 ago. 2018. Disponível em: <https://opencadd.com.br/9-pilares-da-industria-4-0/>. Acesso em: 26 ago. 2019.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. 1. ed. São Paulo: Edipro, 2016. 160 p.

MATERIAIS E MÉTODOS

Os procedimentos metodológicos utilizados, foram as pesquisas bibliográficas realizadas em sites, que abordam o assunto da Indústria 4.0, com foco na programação computacional. Conteúdo encontrado em artigos e vídeos, foram utilizados para incrementar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Indústria 4.0, também conhecida como a “Quarta Revolução Industrial”, mostra-se promissora, com tendências significativas para os próximos anos. De acordo com Klaus Schwab, “Moldar a quarta revolução industrial para garantir que ela seja empoderadora e centrada no ser humano – em vez de divisionista e desumana – não é uma tarefa para um único interessado ou setor, nem para uma única região, ou indústria ou cultura. Pela própria natureza fundamental e global dessa revolução, ela afetará e será influenciada por todos os países, economias, setores e pessoas” (A quarta revolução industrial. São Paulo. Edipro, 2016).

Um estudo realizado pelo Fórum Econômico Mundial

2019, chamado de “Future of Jobs” (Futuro dos Empregos), aponta que até 2020, 35% das habilidades mais demandadas para a maioria das ocupações devem mudar. O estudo estima ainda que em três anos, até 2022, 133 milhões de novas vagas devem ser criadas, quase o dobro das 75 milhões que vão sofrer algum tipo de alteração devido ao avanço da tecnologia.

Essa grande revolução beneficiará a todos, em especial aqueles que forem capazes de inovar e se adaptar. “Acreditamos na TRANSFORMAÇÃO RESPONSÁVEL, em relações equilibradas homem-máquina e no uso da tecnologia para a melhoria do bem-estar e qualidade de vida para toda a sociedade”, diz Silvia Lavagnoli, (Indústria 4.0 – Evolução ou Revolução?.2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se portanto que, a programação computacional está internamente vinculada ao desenvolvimento da indústria 4.0, proporcionando o seu desenvolvimento e expansão, criando formas mais eficazes de produção, acesso á informação, automatização , entre outros. .

INTRODUÇÃO

O reaproveitamento de calor em processos fabris é de suma importância para a sustentabilidade de uma empresa. Esta técnica consiste em utilizar o calor que seria desperdiçado para pré-aquecer fluidos, reduzindo assim a quantidade de combustível necessária para determinado processo industrial, ou ainda para gerar energia elétrica, por meio de ciclos Rankine Orgânicos.

OBJETIVO

Verificar a viabilidade da geração de energia elétrica por meio do ciclo Rankine Orgânico (ORC) utilizando calor residual de processos de uma empresa têxtil localizada na cidade de Guabiruba, SC.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foram utilizados dados de temperatura e vazão mássica coletados no período de 04/06/2018 até 09/06/2018 em uma empresa do setor têxtil e disponíveis no trabalho de Andrade e Thiessen (2018). Os dados necessário que possibilitam efetuar todos os cálculos do ciclo foram retirados do segundo cenário e primeira condição, que consiste em utilizar a água recuperada que auxiliaria no aquecimento da água industrial, sendo descartado todo o efluente com temperatura abaixo de 39°C, informações disponíveis no trabalho de Andrade e Thiessen (2018),

REFERÊNCIAS

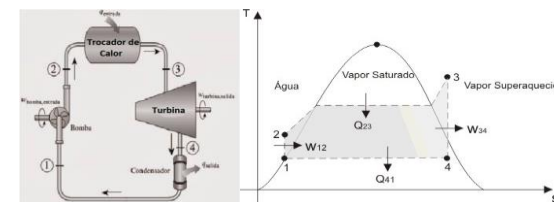
ANDRADE, Maicon Roberto de; THIESSEN, Susan. APROVEITAMENTO DE CALOR DOS EFLUENTES ORIUNDOS DO PROCESSO DE TINGIMENTO TÊXTIL. 2018. 16 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia Mecânica, UNIFEBE, Brusque, 2018.
ÇENGEL, Y. A.; BOLES, M. A. Termodinâmica. 7. ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2013. 1018 p.

porém, ao invés de auxiliar no aquecimento da água industrial, será direcionado para um trocador de calor.

Para a utilização do ciclo ORC optou-se pelo fluido R134a, devido às suas características, de não ser tóxico, ter baixo potencial de efeito estufa, não agredir a camada de Ozônio e também por não ser combustível, parâmetro importante visto que poderia afetar a segurança de modo geral, já que por ser uma indústria têxtil, possui grande parte da empresa com materiais inflamáveis. Para determinar as pressões de saturação no condensador e evaporador, foi considerado um intervalo de temperatura de 26 °C, e temperatura ambiente igual a 20°C. Considerou-se ainda, que a temperatura da fonte residual de calor era constante e igual a 63 °C.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Andrade e Thiessen (2018), é possível reaproveitar 3,37 GJ/h do calor rejeitado dos efluentes provenientes dos processos industriais da empresa, esse valor é a média encontrada após 6 dias de medições. Essa quantidade de calor foi então considerada para evaporar o fluido R134a e transformá-lo em fluido superaquecido (ponto 3) e, em seguida, esse fluido é expandido na turbina, gerando trabalho que poderá ser convertido em energia elétrica. O modelamento do ciclo considerou o ciclo Rankine Ideal.



Fonte: ÇENGEL (adaptado)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que com as condições que se tem disponível é possível criar energia, porém, a quantidade gerada é insuficiente para tornar economicamente inviável, principalmente quando comparada com a economia gerada pelo reaproveitamento no processo industrial.

Relação de Trabalho	
Wliq.	54,2 kW/h
Wbom.	2,0 kW/h
Wturb.	56,2 kW/h
Geração elétrica	6112,5 R\$/Ano
Reaproveitamento	480000 R\$/Ano

Fonte: Mateus Jorge
Considerando o fluido R134a, a produção de energia elétrica se torna inviável, porém, o mesmo processo pode ser realizado com outros fluidos, podendo ser eventualmente viável.

PÔSTERES

Engenharia Química



fapesc

Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

ANAIS ENPEX 2019
ISSN 1982-3370

**Inovação a serviço
da educação**

**XVIII Jornada de Iniciação Científica
XIII Mostra de Extensão
BRUSQUE - SC - BRASIL**



FUSÃO TERMONUCLEAR DE ISÓTOPOS DE HIDROGÊNIO POR CONFINAMENTO MAGNÉTICO

Eduardo Franzoi, Mateus Filipi Moresco Jorge, Prof. Orientador Dra. Daniele Vasconcellos de Oliveira
Eduardo.franzoi@unifebe.edu.br
Centro Educacional de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento energético é um fator de extrema importância na garantia de sustentabilidade e desenvolvimento econômico de um país. A busca por fontes sustentáveis e renováveis de energia vem sendo investigada ao longo dos anos para suprir a demanda energética global a fim de reduzir os impactos ambientais provenientes de combustíveis fósseis, abrindo oportunidade para o estudo e melhor desempenho da fusão nuclear. A fusão nuclear é o processo que consiste na união de dois ou mais núcleos atômicos formando um terceiro núcleo com maior massa. Como consequência da fusão uma grande quantidade de energia térmica é liberada. Deste modo o progresso nas investigações em fusão nuclear poderá permitir um melhor desempenho nas opções energéticas para o futuro.

OBJETIVO

Apresentar a performance atual de extração de energia em reatores de fusão por confinamento magnético.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica a fim de compreender o processo de fusão nuclear que utiliza como combustível isótopos estáveis de hidrogênio.

Para dar início ao processo de fusão os núcleos que irão

REFERÊNCIAS

EURATOM (2007). Fusion Research: An Energy Option for Europe's Future. **European Commission**. Directorate-General for Research. Bruxelas: 2007 (ISBN: 9279005138)

WNA – World Nuclear Association. **Nuclear Fusion Power**. Disponível em: <http://www.world-nuclear.org/information-library/current-and-future-generation/nuclear-fusion-power.aspx>. Acesso em: 05 jul 2019.

colidir devem apresentar uma energia cinética inicial suficiente para romper a barreira coulombiana ocasionada pela energia nuclear forte que mantém os prótons e nêutrons unidos no núcleo atômico.

O processo de confinamento magnético utiliza um campo eletromagnético para suspender, comprimir e acelerar um gás ionizado (plasma) fazendo com que os átomos realizem a fusão. De acordo com a seguinte reação: ${}^2_1\text{H} + {}^3_1\text{H} \rightarrow {}^4_2\text{H} + {}^1_0\text{n} + 17,6 \text{ MeV}$. A energia liberada na reação de fusão é dissipada em energia cinética, ficando o hélio com 3,5 MeV e o nêutron livre com 14,1 MeV (WNA, 2012).

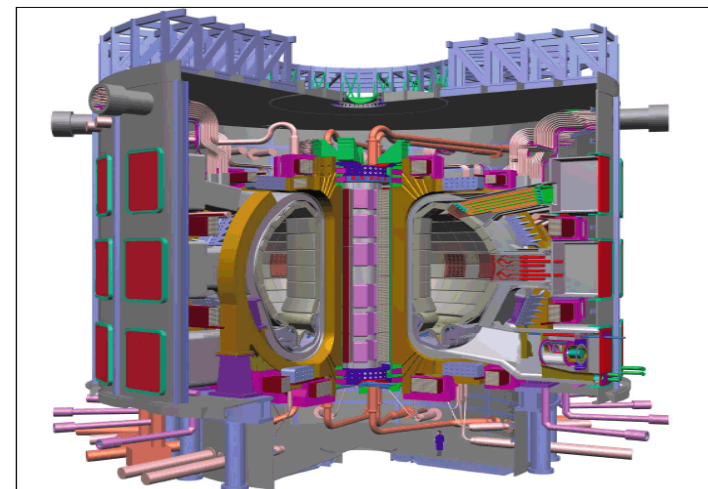
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Joint European Torus (JET) é o maior tokamak em operação no mundo onde produziu seu primeiro plasma em 1983 e tornou-se o primeiro experimento a produzir eletricidade a partir da fusão controlada em 1991, gerando 16 MW. (EURATOM, 2007).

O JET alcançou uma performance de 0,65 partindo do princípio $Q = \frac{\text{eletricidade produzida pela fusão}}{\text{calor aplicado ao plasma}}$.

Uma nova geração de reatores de confinamento magnético está sendo desenvolvida com a produção do International Thermonuclear Experimental Reactor (ITER) onde é esperado um $Q = 10$ produzindo 10 vezes a energia que lhe é fornecida e com seu desenvolvimento podendo atingir valores de $Q = 40-50$ (EURATOM, 2007).

Figura 1 – Modelagem 3D Tokamak ITER



Fonte: EURATOM (2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Valores significativos da atual performance (Q) ainda não foram atingidos devido a perda de energia térmica nas condições necessárias para realizar o processo de fusão ser muito alta.

Deste modo, com o desenvolvimento do projeto ITER a fusão nuclear poderá ganhar um novo conceito na fabricação de energia termonuclear.

INTRODUÇÃO

Há séculos os perfumes têm sido parte da vida civilizada e já foram identificados mais de três mil óleos essenciais para fabricação destes produtos. A composição de um óleo pode conter mais de 30 componentes químicos, o que torna possível uma imensa quantidade de combinações, incrementadas pela oportunidade do uso da Inteligência Artificial no desenvolvimento e aprimoramento de perfumes.

OBJETIVO

Apresentar a tecnologia artificial Philyra e seu impacto na indústria de perfumes.

MATERIAIS E MÉTODOS

A IBM, principal empresa envolvida no desenvolvimento do software, vêm continuamente fornecendo informações ao público sobre o avanço das pesquisas.

Dessa maneira, através de pesquisa bibliográfica no portal da IBM, foi possível retirar as informações necessárias para alcançar o objetivo desse estudo.

REFERÊNCIAS

IBM COMUNICA. **Utilizando IA para descobrir e desenvolver novas fragrâncias.** Disponível em: <https://www.ibm.com/blogs/ibm-comunica/ibm-e-symrise-utilizam-ia-para-descobrir-e-desenvolver-novas-fragrancias/>. Acesso em: 3 jul. 2019.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O software Philyra tem a função de examinar milhões de dados referentes à fórmulas já existentes e seus ingredientes, relacionando-os com a história da perfumaria e dados estatísticos como a taxa de aceitação do consumidor, comportamentos e gostos, gerando combinações inesperadas e fragrâncias inéditas (IBM COMUNICA, 2019).

Com a utilização da inteligência artificial, o tempo de desenvolvimento de uma fragrância leva cerca de **seis meses**. Por outro lado se os mesmos parâmetros forem definidos apenas pelo trabalho humano, o tempo para criar o perfume levaria **três anos** (IBM COMUNICA, 2019).

Há mais de 200 anos a Symrise dedica-se à simbiose entre arte e ciência na criação de perfumes. Com inteligência artificial, a empresa pode analisar instantaneamente seu rico arquivo de fórmulas e dados históricos para encontrar novas combinações. Isso acelera e enriquece imensamente a criação de fragrâncias, levando a criação de fórmulas inéditas.

Figura 1 – Philyra em funcionamento



Fonte: IBM COMUNICA, 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, apresentou-se a tecnologia denominada Philyra, capaz de desenvolver novas fragrâncias de perfumes.

Também foi possível apresentar o seu impacto na indústria de perfumes, fornecendo vantagens à empresas que venham a utilizá-la.

INTRODUÇÃO

Em um parque fabril, a caldeira é um dos equipamentos de mais alto custo e responsabilidade, necessitando operações e manutenções padronizadas por legislação (TROVATI, 2019).

Entre os principais problemas que ocorrem em caldeiras estão a incrustação e a corrosão, sendo que a utilização de uma água mal tratada é a principal causa das duas situações (TROVATI, 2019).

Para entender qual tratamento deve ser realizado, antes, o profissional deve realizar ensaios à fim de conhecer as propriedades da água que será utilizada, e então, aplicar o tratamento mais adequado (TROVATI, 2019).

OBJETIVO

Realizar ensaios e analisar as propriedades físico-químicas da água presente no interior de uma caldeira de baixa pressão que produz até 6000kg/h de vapor.

MÉTODOS

Através de pesquisa bibliográfica, obteve-se os principais ensaios para a análise de uma água usada em caldeiras de baixa pressão, além dos parâmetros para uma caldeira que produz até 6000kg/h.

Para os ensaios, utilizou-se o método de Titulometria Volumétrica com diversos produtos reagentes químicos,

REFERÊNCIAS

TROVATI, Joubert. **TRATAMENTO DE ÁGUA PARA GERAÇÃO DE VAPOR: CALDEIRAS**. Disponível em: http://www.snatural.com.br/PDF_arquivos/Torre-Caldeira-Tratamento-Agua-Caldeira.pdf. Acesso em: 9 ago. 2019.

obtendo-se resultados quantitativos que fornecem resultados mais precisos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tabela 1 – Ensaios das propriedades da água do interior de uma caldeira de baixa pressão que produz até 6000kg/h

Ensaio	Resultado	Parâmetro (até 10kgf/cm ²) (TROVATI, 2009)
pH	11,9	10,5 – 11,5
Cloretos (ppm CaCO ₃)	546,7	< 400
Alcalinidade Hidroxida (ppm CaCO ₃)	450	150 - 350
Alcalinidade Total (ppm CaCO ₃)	910	< 800
Sólidos Totais Dissolvidos (ppm STD)	3480	< 3500
Sulfitos (ppm SO ₃ ²⁻)	78	30 - 50

A alta dureza e presença de grandes quantidades de sólidos totais dissolvidos, são as principais causas de incrustações. Já a presença elevada de cloretos e uma alta alcalinidade, provocam a corrosão de partes metálicas do sistema da caldeira (TROVATI, 2019).

O pH, para evitar ataques ácidos, é mantido em faixa alcalina. Porém, um pH alcalino demais aliado com uma Alcalinidade, provoca ataques cáusticos, que também causam corrosão (TROVATI, 2019).

Por fim, os sulfitos são resíduos de produtos químicos utilizados para reduzir o valor de oxigênio dissolvido na água. Podem gerar sulfatos, que aumentam a condutividade da água, mais problemático em caldeiras de alta pressão (TROVATI, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de uma amostra coletada no interior da caldeira, realizou-se os ensaios e observou-se que todos os parâmetros estão acima do limite estabelecido segundo (TROVATI, 2019), exceto os sólidos Totais Dissolvidos.

Com os resultados obtidos, é possível identificar que a caldeira está operando com uma água fora do ideal e que a longo prazo vai gerar complicações no interior de todo o sistema.

Arlete de Oliveira Fernandes, Chaiane Demonti Bosio, Sandy Carolaine Vanelli, Vagner Steil Picolli,
Orientador Francisco Odisi

Arlete.fernandes@unifebe.edu.br, chaiane.bosio@unifebe.edu.br, sandy.vanelli@unifebe.edu.br,
francisco@unifebe.edu.br

UNIFEE

INTRODUÇÃO

Trocadores de calor são equipamentos especialmente desenvolvidos para realizar trocas térmicas entre fluidos. O modo como realizam as transferências de calor no sistema pode variar de acordo com o local, custos da implantação do equipamento no projeto, sempre levando em consideração as vantagens do equipamento a ser escolhido e suas possíveis limitações. A configuração estrutural do aparelho é definida de acordo com cada atuação e finalidade específica.

OBJETIVO

Analisar a troca térmica de um trocador de calor contra corrente.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa científica. Os trocadores de calor são produzidos em uma variedade de tipos e, portanto, para esta abordagem escolheu-se o bitubular (tubo duplo), por ser de fácil

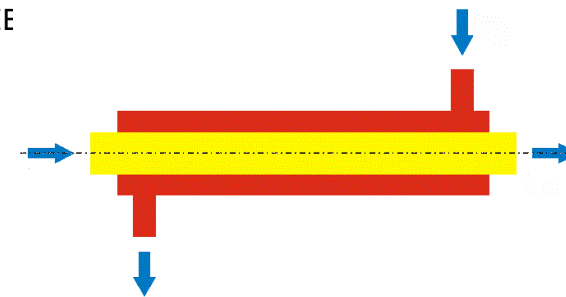
REFERÊNCIAS

ARAUJO, Alexandre Silva de. **Trocadores de Calor: Eficiência e Funcionamento**. 2017. 45 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia Mecânica, Pitágoras, Poços de Caldas, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.pgsskroton.com.br/bitstream/123456789/19620/1/ALEXANDRE%20SILVA%20DE%20ARAUJO.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

construção, montagem, manutenção e limpeza. Formado por dois tubos com diâmetros diferentes, montados concêntricamente, eles permitem operação em contracorrente, proporcionando menor variação na diferença de temperatura dos fluidos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultado, aborda-se as principais aplicações dos trocadores de calor. Na indústria, os trocadores de calor são usados para aquecer ou resfriar fluidos para usos diversos. São encontrados sob a forma de torres de refrigeração, caldeiras, condensadores, evaporadores, leito fluidizado e recuperadores. Dispositivos de conforto ambiental e conservação de alimentos, como condicionadores de ar, aquecedores de água domésticos e frigoríficos baseiam-se fundamentalmente em trocadores de calor (ARAUJO, 2017). A Produção de bebidas destiladas utiliza esta tecnologia; alambiques, por exemplo. A Manutenção da temperatura adequada ao funcionamento dos motores de automóveis é conseguida através de radiadores.



Trocador de calor bitubular

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trocadores de calor não apenas realizam trocas térmicas, mas também são responsáveis pelo melhor aproveitamento energético nas indústrias. Um trocador bem projetado e adequadamente dimensionado para a sua operação, e com manutenção em dia, é capaz de realizar um processo de troca térmica mais eficiente, e, portanto, mais atrativo do ponto de vista econômico. Assim aumenta-se a competitividade do produto final. Além disso, do ponto de vista ambiental, o uso de trocadores de calor favorece o meio ambiente no momento em que se evita o descarte de fluidos em temperaturas elevadas ou então quando possibilita o reaproveitamento desse mesmo fluido para algum outro processo na indústria.

INTRODUÇÃO

A Termologia é uma área da Física que estuda os efeitos da energia na forma de calor sobre a matéria. Em geral, é estudada no segundo ano do ensino médio, e abrange Termometria, Calorimetria e as Leis da Termodinâmica. Alguns de seus conceitos podem ser consideravelmente abstratos, o que dificulta o entendimento do discente. Sendo assim, esse projeto de extensão propõe-se a construir experimentos em Termologia Básica para iniciar o estudante de ensino médio da rede estadual à experimentação científica. O objetivo é complementar o aprendizado do aluno e facilitar sua compreensão dos fenômenos físicos relacionados a essa área do conhecimento, e, por consequência, melhorar o seu desempenho

escolar.

OBJETIVO

Construir e desenvolver experimentos didáticos na área de termologia para alunos do ensino médio.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este projeto desenvolve-se por meio de pesquisa aplicada quantitativa. Fazendo-se uso de ferramentas e materiais que, posteriormente, serão desenvolvidos pelo autor e por meio de pesquisa científica, busca-se a realização de atividades de extensão com acadêmicos do ensino médio.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultado, espera-se obter o engajamento entre ensino médio estadual e universidade para

que assim, o estudante sinta-se ainda mais motivado para o ingresso no ensino superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão do ensino médio em projetos de extensão dentro da universidade, possibilita ao estudante maiores oportunidades de aprendizado e amplia a visão do mesmo para com mundo acadêmico. Por meio de materiais que serão desenvolvidos neste projeto, o aluno poderá observar e interagir em tempo real com os fenômenos de troca térmica entre fluidos e tantas outras experiências.

INTRODUÇÃO

A transferência de calor é um fenômeno necessário para uma ampla variedade de processos da indústria de alimentos. Visando a segurança alimentar, o processamento térmico atua na eliminação de microrganismos patogênicos, esporos e inativação de enzimas deteriorantes.

Durante o processamento térmico é importante que as alterações físicas, químicas e sensoriais sejam minimizadas para que a qualidade nutricional e sensorial do alimento sejam mantidas.

OBJETIVO

Analisar a eficiência do trocador de calor à placas na indústria de alimentos.

MATERIAIS E MÉTODOS

As informações foram coletadas utilizando de estratégia bibliográfica, ou seja, a partir da leitura e interpretação de artigos, documentos e publicações em revistas e páginas virtuais, com o propósito de aprofundar o tema

REFERÊNCIAS

IBARZ, Albert; BARBOSA-CÁNOVAS, Gustavo V. **Operações Unitárias em Engenharia de Alimentos**. Boca Raton: Crc Press Llc, 2003. 864 p.
GEANKOPLIS, Christie J.. **Transport Processes and Unit Operations**. 3. ed. New Jersey: Prentice-hall International, 1993. 921 p.

central do projeto.

A natureza da pesquisa é classificada em qualitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O fenômeno de transferência de calor acontece a partir de um gradiente de temperatura. O calor é transferido de um ponto de maior temperatura para um de menor temperatura (GEANKOPLIS, 1993).

A transferência de calor é dependente da área de contato e do número de Reynolds e esses fatores fazem com que essa, em um trocador de calor a placas, seja dez vezes maior do que em um trocador de calor tubular convencional em condições similares (IBARZ; BARBOSA-CÁNOVAS, 2003).

Ainda segundo IBARZ; BARBOSA-CÁNOVAS (2003), nas indústrias de alimentos, são feitas limpezas nos trocadores de calor entre turnos de operação para remoção do material depositado. Em trocadores de calor à placas há a possibilidade de expansão por adição das mesmas, aumentando o tempo entre as limpezas. Além disso, a maior facilidade de

desmontagem e limpeza é uma das vantagens desse tipo de trocador de calor. A alta turbulência de escoamento dos fluidos faz com que a incrustação ocorra mais lentamente, evitando zonas de baixa velocidade.

Desse modo, existe um fluxo e uma distribuição uniforme do produto em toda a placa e uma transferência de calor efetiva, sem apresentar áreas de baixa velocidade, o que reduz a incrustação e, assim, permite tempos de operações mais longos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da literatura pesquisada, conclui-se que o mesmo trata-se de um trocador de calor com troca térmica rápida em pequenas diferenças de temperatura entre os fluidos, possuindo alto rendimento térmico.

Além disso, entende-se que este tipo de trocador de calor possui facilidade de acesso à superfície de troca, substituição de placas e facilidade de limpeza e, por isso, é considerado eficiente principalmente para a indústria de alimentos.

INTRODUÇÃO

Atualmente, os consumidores estão cada vez mais exigentes e interessados a adquirir produtos mais confiáveis e responsáveis que produzem uma imagem positiva da empresa. Uma tendência que aborda este tema é o Branding & Buzz.

Branding é um conjunto de ações estabelecidas para a construção de uma percepção positiva quanto à marca junto aos seus consumidores. Dessa forma, contempla todo o processo de gestão de marca (brand management), com o objetivo de aumentar a sua visibilidade. (ROCHA, 2018)

Segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), desenvolvimento sustentável é definido como “aquele que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

OBJETIVO

Relacionar o conceito de Branding & Buzz para incentivar a sustentabilidade em empresas do ramo

REFERÊNCIAS

GUIMARÃES, Ricardo. **Branding: Uma nova filosofia de gestão**, IN: Revista ESPM, São Paulo: V. 10, ano 9, p. 86 – 103, março/ abril 2003.

BARBIERI, J. C. et al. **Inovação e Sustentabilidade: Novos Modelos e Proposições**. Revista de administração de empresas RAE/FGV, v.50, n.2, p.146-154, abr./jun. 2010

ROCHA, Hugo . **O que é Branding, como fazer a gestão da sua marca e exemplos**. 2018. Disponível em : <<https://klickpages.com.br/blog/o-que-e-branding/>> Acesso em: 28 Jun. 2019.

químico.

MATERIAIS E MÉTODOS

As informações foram coletados utilizando de estratégia bibliográfica, ou seja, a partir da leitura e interpretação de artigos, documentos e publicações em revistas e páginas virtuais, com o propósito de aprofundar o tema central do projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Barbieri et al (2010, p.149), “na sociedade atual, os valores ligados ao desenvolvimento sustentável e ao respeito às políticas ambientais têm sido institucionalizados nos diversos países pela mídia, pelos movimentos sociais e ambientalistas, e pelos governos.” As marcas sustentáveis transformam as ações socioambientais em um diferencial competitivo e são reconhecidas pelo público por esse compromisso que transparece seus valores positivos.

Para Guimarães (2003, p. 87) “o branding é uma filosofia de gestão de marca, ou seja, uma maneira de agir e pensar sobre uma determinada marca”.

As empresas que desenvolvem a sustentabilidade à seu plano em branding de forma eficiente conseguem vantagens competitivas significativas como melhora da imagem de marca, fidelização de seus clientes e conquista de novos públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da literatura pesquisada, percebemos o impacto mundial ao meio ambiente gerado pelo modo de vida da sociedade humana, colocando cada vez mais em risco tudo aquilo que nos dá vida e sustentação. Deste modo compreendemos a importância do incentivo à sustentabilidade e as vantagens que podem ser obtidas quando relacionada às metodologias de Branding e Buzz para as empresas do ramo químico do mundo atual, fazendo com que um potencial consumidor seja ele direto, indireto, parceiros, funcionários, acionista ou fornecedores, percebam-na como única solução para aquilo que eles buscam.

PÔSTERES

Gestão Comercial



fapesc

Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

ANAIS ENPEX 2019
ISSN 1982-3370

**Inovação a serviço
da educação**

**XVIII Jornada de Iniciação Científica
XIII Mostra de Extensão
BRUSQUE - SC - BRASIL**

 **UNIFEBE**

Gabriel Cadori Velloso, Natalia Suavi Schork, Taíse Maria Schlindwein, Valmir Gustavo Zirke. Josely Cristiane Rosa Trevisol

gabrielcvelloso@unifebe.edu.br; natalia.schork@unifebe.edu; taise.schlindwein@unifebe.edu.br; gustavozirke@unifebe.edu.br; jo.cris.rosa@gmail.com UNIFEBE

INTRODUÇÃO

A pesquisa buscou analisar a interferência das relações familiares na gestão empresarial e no processo sucessório, considerando duas empresas do Município de Guabiruba/SC. Considera-se empresa familiar, uma organização que possui interações familiares em um sentido amplo: além dos fundadores, os cônjuges, filhos, agregados e outros ADACHI (2006).

OBJETIVO

Analisar a interferência das relações familiares na gestão empresarial e no processo sucessório, considerando duas empresas do Município de Guabiruba/SC.

MATERIAIS E MÉTODOS

Em relação a metodologia, a abordagem se caracteriza como qualitativa, enquanto seus objetivos são definidos por uma pesquisa exploratória e descritiva. Quanto aos métodos e procedimentos, classifica-se como pesquisa bibliográfica e estudo de caso, tendo como instrumento de coleta de dados o questionário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Primeiramente, foi verificado o PERFIL SOCIOEDUCACIONAL dos fundadores das empresas (objeto de análise). A Empresa A conta com uma

REFERÊNCIAS

ADACHI, Pedro Podboi. Família S.A.: **gestão de empresa familiar e solução de conflitos**. São Paulo: Atlas, 2006.
OIVEIRA, D. P. R. **Empresa familiar: como fortalecer o empreendimento e otimizar o processo sucessório**. São Paulo: Atlas, 2010.

fundadora de 47 anos, com o ensino fundamental incompleto. Por sua vez, o fundador da Empresa B tem 50 anos e possui ensino médio completo.

- ❖ Quanto à principais VANTAGENS das empresas familiares em relação à gestão empresarial, os fundadores evidenciaram o comando único e centralizado, a organização leal e dedicada e o grupo interessado e unido em torno do fundador. Vale destacar que, a figura central do fundador além toda a dinâmica das relações familiares pode interferir diretamente na gestão, caso o gestor não tenha clareza da situação.
- ❖ Quanto aos principais CONFLITOS que dificultam o consenso nas decisões, a pesquisa evidenciou o conflito de interesse entre os gestores; dificuldades nas relações pessoais entre os membros da gestão; relações profissionais afetadas de maneira negativa por acontecimentos prévios no âmbito pessoal.

PERCEPÇÃO DOS SUCESSORES DAS EMPRESAS

Quanto ao PERFIL SOCIOEDUCACIONAL dos futuros sucessores das empresas, a pesquisa verificou que a futura sucessora da Empresa A tem atualmente 24 anos e possui o ensino superior incompleto. Por sua vez, a Empresa B contempla um futuro sucessor, que no

momento da pesquisa tem 22 anos e possui ensino superior incompleto.

- ❖ os sucessores das empresas evidenciaram a gestão única e a disponibilidade de recursos financeiros familiares. Além destas vantagens citadas acima, Oliveira (2010) acrescenta a continuidade do comando familiar no processo decisório e a existência do espírito de família.
- ❖ Os principais CONFLITOS citados foram: interesses entre os gestores e as dificuldades pessoais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que, no contexto geral, para que haja êxito no processo sucessório, é importante que isto aconteça de maneira gradativa enquanto o fundador ainda exerce suas funções na empresa. O momento da sucessão é a oportunidade de adotar uma nova visão e corrigir falhas ou dificuldades existentes na gestão a partir de um novo ponto de vista. Apesar de em muitos casos haver resistência do fundador em aceitar mudanças na gestão, a renovação é essencial para a sobrevivência e continuidade da empresa.

INTRODUÇÃO

A aplicação dos princípios da qualidade em empresas do ramo têxtil, segundo dados levantados da Organização Mundial do Comércio, o setor têxtil mundial movimentou cerca de 744 bilhões de dólares em 2012, com previsão de aumento para aproximadamente 851 bilhões de dólares em 2020, neste contexto, o Brasil detém a quinta maior indústria têxtil do mundo (FEBRATEXGROUP, 2019). Com esta crescente do setor têxtil, as empresas vêm buscando a necessidade de elaborar uma estratégia administrativa que oriente a qualidade em todos os processos organizacionais, como objetivo de criar produtos/serviços com o máximo de economia e a plena satisfação dos consumidores.

OBJETIVO

O objetivo deste estudo é avaliar a aplicação dos conceitos da qualidade em uma confecção localizada em Brusque –SC.

REFERÊNCIAS

FEBRATEXGROUP. **Cadeia têxtil:** entenda as oportunidades deste segmento de acordo com a ABIT. Disponível em: <https://fcem.com.br/noticias/cadeia-textil-entenda-as-oportunidades-deste-segmento-de-acordo-com-a-abit/#.XQLcmYhKjIV>. Acesso em: 10 jun.2019.
CAMPOS, Vicente Falconi. **Controle da Qualidade Total (no estilo japonês)**. 8. ed. Nova Lima: INDG Tecnologia e Serviço Ltda., 2004.

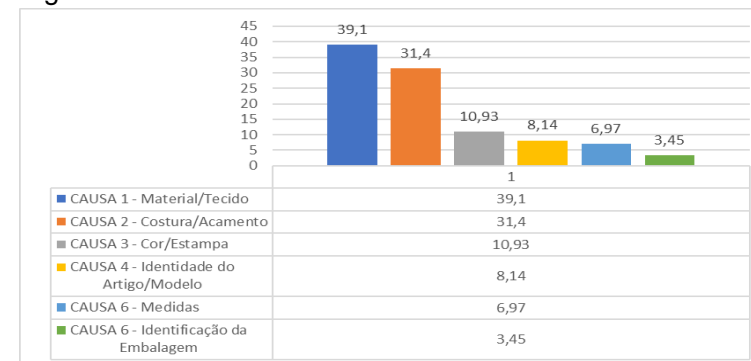
MATERIAIS E MÉTODOS

Para desenvolvimento do presente estudo utilizou-se de abordagem quantitativa, com procedimentos e métodos de pesquisa bibliográfica, para os instrumentos de coleta utilizou-se métodos de levantamento de dados de anos anteriores do processo produtivo da empresa em amostra.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultado, foram aplicados os métodos de Pareto na empresa em amostra, Campos (2004) afirma que a Análise de Pareto divide um problema grande em problemas menores e mais fáceis de serem resolvidos, e permite priorizar projetos e também estabelecer metas concretas e atingíveis. Com base em dados coletados de três anos da empresa em amostra, foram observados índices relacionados à devolução de produtos com má qualidade nos processos produtivos, assim, tem se que os dois maiores índices de devoluções estão relacionados a 39% a defeitos no tecido, e 31% a defeitos de costura, serviços estes terceirizados na empresa em amostra atualmente.

Tabela 1 – Diagrama de Pareto com o resumo da classificação dos defeitos no período de Abril/2016 a Agosto/2019.



Fonte: Dados de pesquisa (2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral destacar a importância e a implementação das estratégias de Gestão de qualidade em uma Confecção de Brusque/SC. E o objetivo específico foi: encontrar causas e efeitos relacionados à devolução de produtos dos clientes da Confecção, gerando planejamentos e conteúdos para implementação das estratégias de gestão qualidade.

PÔSTERES

Medicina



fapesc

Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

ANAIS ENPEX 2019
ISSN 1982-3370

**Inovação a serviço
da educação**

**XVIII Jornada de Iniciação Científica
XIII Mostra de Extensão
BRUSQUE - SC - BRASIL**

 **UNIFEBE**

INTRODUÇÃO

Períneo é a região do corpo localizada na parte mais baixa do tronco e que forma o fundo da pelve. Constitui um local onde encontramos ao mesmo tempo uma superfície de pele, vísceras, corpos eréteis, músculos, ligamentos, aponeuroses, nervos, vasos e orifícios. O termo períneo pode, dependendo do caso e da obra em que aparece designar o conjunto dessa região, apenas a superfície cutânea ou ainda tudo o que se encontra sob a camada muscular mais baixa até a pele (CALAIS-GERMAIN, 2005).

Segundo Calais- Germain (2005), o períneo possui dois papéis: local de passagem e sustentação parcial do tronco. Tais papéis exigem duas qualidades muito diferentes: coordenação sensorial e motora intermitentes; e uma grande força para assegurar a sustentação com firmeza.

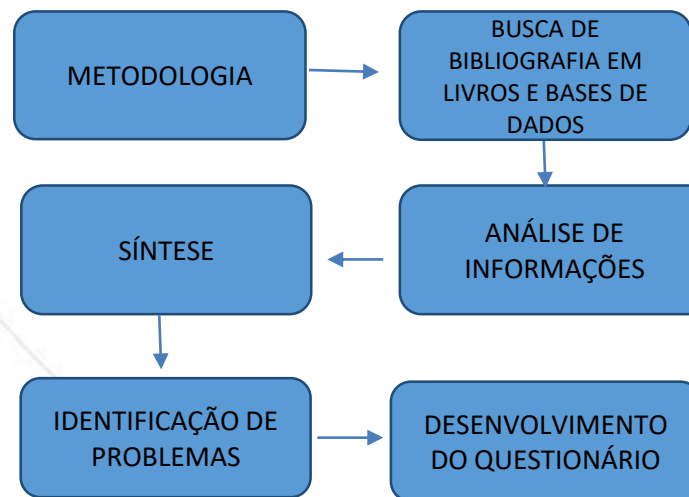
OBJETIVO

Desenvolver um questionário para que as mulheres percebam a sua musculatura pélvica e a possibilidade de treinamento dela. O treinamento, desenvolvido pelas mulheres sob supervisão do fisioterapeuta, pode melhorar a funcionalidade da região e prevenir possíveis disfunções uroginecológicas.

REFERÊNCIAS

CALAIS-GERMAIN, Blandine. O períneo feminino e o parto: elementos de anatomia e exercícios práticos. Barueri : Manole, 2005. 158 p, il..

MATERIAIS E MÉTODOS



RESULTADOS E DISCUSSÕES

- Você sabe onde fica o períneo?
- Você está grávida?
- Você já fez fisioterapia pélvica?
- Você consegue imaginar como é a sua estrutura pélvica?
- Você tem a capacidade de cortar o jato de urina?
- Você tem capacidade de controlar o volume de urina que quer liberar?
- Ao fazer atividade física você sente pressão no seu períneo?

- Você sente dor no coito?
- Durante o coito, você consegue contrair o seu períneo?
- Você tem a sensação de que seus órgãos internos não estão firmemente fixos?
- Na expiração, você consegue contrair seu períneo?
- Demora muito pra conseguir urinar quando senta no vaso?
- Você tem escape de urina (ao tossir, espirrar, dar risada, saltar, correr, carregar peso, etc)?
- Você tem a capacidade de contrair o ânus enquanto evacua?
- Durante o ato sexual você consegue relaxar a sua vagina para o coito?
- Em algum momento da sua atividade de vida diária você sente dor ou desconforto na região perineal?
- Você consegue, ao toque, sentir a contração da musculatura do seu períneo?
- Na prática de exercícios físicos abdominais você sente dor na região perineal?
- Ao sentar com as pernas abertas, você consegue diferenciar a contração dos músculos do períneo com a dos músculos internos da coxa (adutores)?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos a importância da fisioterapia no contexto uroginecológico. A elaboração deste questionário nos fez despertar (e possivelmente) as mulheres em geral o que pode ser trabalhado em relação à consciência perineal.

PÔSTERES

Pedagogia



fapesc

Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

ANAIS ENPEX 2019
ISSN 1982-3370

**Inovação a serviço
da educação**

**XVIII Jornada de Iniciação Científica
XIII Mostra de Extensão
BRUSQUE - SC - BRASIL**

 **UNIFEBE**

A PEDAGOGIA DE PROJETOS E OS JOGOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Ana Elisa Schmidt, Carolaine Schweigert e Milene de Araújo Tavares. Orientadora: Eliane Kormann Tomazoni
aninha.elisa98@unifebe.edu.br; carolainesch@unifebe.edu.br; milenetavares@unifebe.edu.br;
eliane.kormann@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade apresentar a utilização dos recursos lúdicos: jogos, dinâmicas e desafios, como ferramentas educacionais essenciais na Educação de Jovens e Adultos – EJA. Nesse sentido, a Pedagogia de Projetos se torna base para promover a ludicidade, pois possibilita de forma interdisciplinar uma relação dialógica entre as áreas do conhecimento, e não a fragmentação. A problematização, elemento chave nessa perspectiva de Projetos, traz a realidade dos alunos, aproximando-os dos conteúdos escolares, o que na Educação de Jovens e Adultos se torna essencial. Os jogos são ferramentas que ajudam expressivamente nesse cenário educativo, enriquecendo o ambiente escolar, pois dinamizam a aprendizagem e estimulam a criatividade e o pensamento lógico, o trabalho em equipe, características do lúdico. O currículo na Educação de Jovens e Adultos carece dessa perspectiva pedagógica, o que requer do professor a revisão de suas concepções de ensino e aprendizagem, suas metodologias, no sentido de formar alunos críticos, ativos e inventivos, assumindo o protagonismo na sociedade, o que a esses sujeitos da EJA muitas vezes não foi possibilitado.

OBJETIVO

Construir um aprendizado significativo, por meio de recursos lúdicos como ferramenta educativa, sendo a Pedagogia de Projetos a base para a interdisciplinaridade nesse processo educativo, estimulando o raciocínio lógico, a criatividade, a sensibilidade e o trabalho em equipe, trazendo ao aluno da EJA o papel de protagonista no processo de ensino e aprendizagem.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa e seu caráter é descritivo. Quanto aos procedimentos e métodos, se caracteriza como pesquisa bibliográfica e estudo de campo. Para tanto, se fez necessário um levantamento bibliográfico que perpassou toda a pesquisa, com o propósito de compreender a realidade estudada, baseado em diversos autores que fundamentam a temática do estudo. Para a coleta de dados foram utilizados os seguintes instrumentos: observação direta, que resultou num diário de bordo e, posteriormente, elaboração e aplicação de planos de aula, baseados nas respectivas observações. Na sequência, os dados da observação e aplicação dos planos foram descritos em forma de relatórios, seguidos da análise de dados e considerações finais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES.

No decorrer da aplicação do Estágio Supervisionado III na Educação de Jovens e Adultos – CEJA de Brusque, na turma de alfabetização, que atende 12 alunos no período noturno, foi possível perceber que os alunos participaram de diversas atividades envolvendo Matemática e Língua Portuguesa de forma interdisciplinar e lúdica, e, por isso, foi de efetiva participação e significativa aprendizagem. Destacamos que nesta perspectiva pedagógica os alunos da EJA se sentiram bem acolhidos em seus interesses e necessidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que alcançamos os objetivos em todas as práticas, podendo chegar ao fim e perceber o avanço dos alunos em relação aos conhecimentos propostos. Trabalhando de uma forma dinâmica e diferenciada com os jogos, percebemos que os alunos se sentem mais à vontade, se interessam e, portanto aprendem de forma significativa, maior objetivo de todo processo educativo. Finalizamos esse estágio com muita alegria e satisfação, cabendo uma reflexão em relação às propostas pedagógicas e metodológicas da EJA, que na maioria da realidade brasileira promove um ensino ainda focado no professor, fragmentado e muitas vezes distante da realidade desses jovens e adultos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/> Acesso em: 17 set. 2019.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra. 1996.
- MACHADO, N. J. **Educação: projetos e valores**. São Paulo: Escrituras Editora, 2000.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, pôde-se observar a reestruturação dos sistemas educacionais, com o aumento de propostas e ensaios de organização em ciclos no contexto escolar. As discussões sobre a implantação dos ciclos nos três anos iniciais necessitariam incorporar as decorrências pedagógicas e políticas que têm sido ajustadas nas discussões sobre a política de ciclos, desde a década de 1980, quando o Ciclo Básico de Alfabetização passou a ser implementado em diferentes redes de ensino. Assim, é preciso ir além dos diálogos sobre a continuidade ou não da reprovação e da aprendizagem ser um processo contínuo, pois a implantação dos ciclos nos anos iniciais implica também uma concepção de currículo, de avaliação, metodologia, organização de gestão e ensino, diferenciadas. (MAINARDES, STREMELE, 2012).

OBJETIVO

Identificar e caracterizar como os gestores das Escolas da Rede Pública Municipal de Brusque (SC), observam o ciclo de alfabetização. Na sequência propõe descrever sob a perspectiva dos gestores, como estes avaliam o tempo destinado à alfabetização dos alunos nas escolas públicas do país.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006**. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11274.htm. Acesso em: 10 jun. 2019.
- FANTIN, Claudia Simone. Retenção e não retenção no ciclo de alfabetização: estudo com professores estaduais de Chapecó –SC, Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**. v. 10, n. 2, p. 09-22, 2016. Disponível em: [file:///D:/Meus%20Documentos/Downloads/1386-9848-2-PB%20\(1\).pdf](file:///D:/Meus%20Documentos/Downloads/1386-9848-2-PB%20(1).pdf). Acesso em: 13 jun. 2019.
- MAINARDES, Jefferson. STREMELE, Silvana. A organização da escolaridade em ciclos no contexto do Ensino Fundamental de Nove Anos: reflexões e perspectivas. **Jornal de Políticas Educacionais**. Nº11, p. 03–11, 2012. Disponível em: http://www.jpe.ufpr.br/jpe11_1.pdf. Acesso em: 13 jun. 2019.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para responder ao objetivo proposto, realizamos um estudo qualitativo de caráter descritivo e exploratório. As reflexões realizadas derivam de um estudo investigativo. Para a coleta dos dados, utilizou-se do procedimento de entrevista semiestruturada e o recurso da gravação, realizadas com dez gestores, de dez escolas da Rede Municipal de Brusque. Os dados coletados foram transcritos e analisados de forma qualitativa e contribuíram para a consecução da reflexão proposta.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante da fala dos gestores, é possível inferir que para que haja eficácia dos ciclos não basta modificar a organização escolar, mas se faz necessário uma mudança de concepção sobre o aluno e sobre o processo de ensino e aprendizagem, mediante uma prática pedagógica centralizada no aluno, indo além da pedagogia centrada no professor que enfatiza o desempenho e o resultado do aluno (FANTIN, 2016, apud; MAINARDES, 2007). É importante atentar-nos para a complexidade da alfabetização e letramento no início da escolarização, lembrando que a maioria das crianças necessita de mais de duzentos dias letivos para consolidar essas aprendizagens em conjunto

com outras áreas do conhecimento estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (BRASIL, 2006). Os ciclos não devem limitar-se a postergar a retenção para um determinado ano escolar, mas deve propor uma intensa rearticulação pedagógica, garantindo a universalização das oportunidades de acesso e permanência dos alunos na escola. Até o momento, pode-se dizer que os grandes índices de reprovação e seus impactos para os alunos foram diminuídos diante dessa organização pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das falas dos gestores, pôde-se analisar que a organização do ciclo de alfabetização para a maioria dos entrevistados indica desafios a serem superados, como a não retenção antes do 3º ano do Ensino Fundamental, e a própria organização pedagógica do processo de aprendizagem dos alunos, mediante o tempo destinado para a consolidação da decodificação da leitura, escrita e interpretação dos conceitos matemáticos. É preciso refletir sobre o tempo destinado a alfabetização, considerando a idade dos alunos que iniciam nos 1ºs anos do Ensino Fundamental em todo o país.

AS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA NA ESCOLA, A INCLUSÃO E AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: sob a perspectiva dos gestores, o que escapa no processo?

Juliana Pedroso Bruns; Camila da Cunha Nunes
julianap.bruns@gmail.com; camila.nunes@unifebe.edu.br
Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE.

INTRODUÇÃO

No Brasil, uma das formas de traçar um diagnóstico da Educação Básica é por meio de avaliações em larga escala. Desde 1990, tais avaliações se efetivam por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) (BRASIL, 2017a). No que se refere aos alunos com necessidades educacionais especiais, fica evidente a necessidade de se levar em conta as especificidades de cada sujeito a partir do princípio de individualidade biológica, “[...] particularmente em se tratando de pessoas com deficiências e com limitações decorrentes de condutas típicas de síndromes neurológicas, psiquiátricas ou de quadros psicológicos graves, além daquelas pessoas que apresentam altas habilidades/superdotação” (BRASIL, 2006, p. 8). Desse modo, este artigo busca refletir sobre as avaliações em larga escala e o que possivelmente poderia “escapar” diante da aplicação dessas provas.

OBJETIVO

Analisar a percepção dos gestores das escolas públicas municipais de Brusque (SC) sobre a forma de aplicação das avaliações em larga escala aos alunos com necessidades educacionais especiais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão**: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais. 2006. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2018.
- BRASIL. **Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)**. 2017a. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb>. Acesso em: 20 out. 2018.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATERIAIS E MÉTODOS

Realizou-se uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo e exploratório. Optou-se por esse tipo de pesquisa com o intuito de descrever as características e proporcionar maior familiaridade com o objeto estudado (GIL, 2010). De modo a se aproximar da realidade estudada, utilizou-se da técnica de entrevista semiestrutura e o recurso da gravação. Entrevistou-se dez gestores de dez escolas da Rede Municipal de Brusque (SC).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para os gestores, parece bem evidente, que essas avaliações não levam em consideração as especificidades e subjetividades dos alunos. Apresentou-se, grande preocupação com a presença de alunos com deficiência ou dificuldades de aprendizagem e a realização de tais avaliações. Nesse contexto, é imperativo estar disposto a avaliar o aluno como um todo e não exclusivamente como parte de um processo de caráter classificatório, como ocorre historicamente nas avaliações em larga escala. Diante do discurso oficial, nota-se que a avaliação sistêmica vem progressivamente destacando-se em nível nacional. A proposta deste modelo avaliativo é mensurar, medir e monitorar a “qualidade” do ensino no país,

sobretudo o ensino público, bem como, auxiliar na tomada de decisões das políticas educacionais e garantir soluções e financiamentos para suprir possíveis “lacunas” nas escolas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se a importância de um olhar atento ao que por vezes “escapa” nos dados aferidos diante da aplicação das avaliações em larga escala. Deve-se lembrar, que todos os alunos devem ter seus direitos respeitados diante da realização das provas avaliativas. Dessa forma, ficou evidente não só o papel do professor em sala de aula, mas a fundamental importância da atuação do gestor, que comprometido com a educação, contribuirá para melhorar a qualidade de vida dos alunos. Diante do cenário estudado, percebeu-se que, há algumas dificuldades que impossibilitam a inclusão, sendo urgente pensar a configuração da instituição escola, o currículo escolar, sua complexidade e as políticas nacionais avaliativas.

Sendo assim, é tempo de (re)pensar os processos avaliativos, considerando para que se avalia, para quem se avalia e quem se avalia.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como alvo os movimentos sociais, estes se originam a partir de ações coletivas. Sendo uma forma de expressão, no qual os indivíduo tem como objetivo alcançar mudanças sociais, por meio de debates políticos dentro de um determinado contexto social.

OBJETIVO

Esse trabalho tem por objetivo investigar o movimento Hippie para além visão simplista comumente atribuído ao movimento. Além disso, busca demonstrar como as manifestações artísticas, políticas e culturais deste período influenciaram o mundo ocidental.

MATERIAIS E MÉTODOS

Utilizou-se blogs, notícias e sites eletrônico, os quais deram base à discussão acerca do movimento Hippie. Além disso, com o intuito de fornecer mais conteúdo sobre o movimento Hippie, foi produzido um vídeo didático que encontra-se disponível no Youtube. Desse modo, é possível ter acesso ao vídeo por meio do link: <https://youtu.be/Se5lf3bnbbQ>.

REFERÊNCIAS

ESCOLA EDUCAÇÃO. **Movimento Hippie**. Disponível em: <https://escolaeducacao.com.br/movimento-hippie/>. Acesso em: 30 out. 2019.
MUNDO DOS HIPPIES. **A Contracultura e o Movimento Hippie**. 2012. Disponível em: <http://mundodoshippies.blogspot.com/2012/04/os-beatniks.html>. Acesso em: 30 out. 2019

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por mais que o movimento Hippie seja conhecido por muitos como sendo o slogan de “paz, amor e drogas”, tal manifestação definitivamente extrapola essa definição. Assim, ele teve início nos Estados Unidos e originando a contracultura dos anos 60, que se espalhou por todo o mundo. Era como uma reação contra as normas sociais conservadoras dos anos 50, como por exemplo, a repressão social do período da Guerra Fria e a intervenção militar no Vietnã. As novas formas de expressão cultural, incluem a música pop da banda inglesa The Beatles, que rapidamente evoluiu para moldar e refletir a ênfase da cultura jovem (MUNDO DOS HIPPIES, 2012) Dentro do mesmo, aconteceu o Flower Power, que era o lema dos Hippies. Traduzindo significa o poder das flores, além do mais, virou um símbolo da não-violência na Guerra do Vietnã. O termo foi criado por Allen Ginsberg e tinha como principal objetivo combater as dominações capitalistas, assim, vários artistas acabaram entrando na causa. Com isso, os jovens e artistas buscaram romper com os padrões da época. A Revolução Sexual, foi uma das bandeiras levantada pelos Hippies eles se referiam a uma mudança na moralidade e no comportamento sexual em todo o mundo ocidental. Assim, pregavam o amor livre, o respeito à natureza, ao pacifismo e à uma vida mais simples, sem preocupações consumistas. Do mesmo modo, utilizavam o consumo de

drogas a fim de abrir a mente e serem mais criativos (ESCOLA EDUCAÇÃO, 2019). Na década dos anos 70, várias ideias defendidas pelos hippies passaram a incorporar valores e práticas compartilhadas socialmente. Entretanto, alguns acontecimentos como os casos de assassinato envolvendo a família Manson, uma comunidade hippie estabelecida na Califórnia. Acabaram moldando a opinião pública e associando o movimento Hippie a movimentos e cultos obscuros. Mesmo com episódios como esse, os ideais hippies ainda estão presentes por meio do movimento ecologista, dos não-consumistas, vegetarianos ou veganos, e até mesmo nas campanhas que lutam pelos direitos das minorias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do presente trabalho, foi possível perceber que o movimento Hippie é um manifestação singular. Percebe-se, uma escassa produção de conteúdo acerca do tema, o que acabou por dificultar o desenvolvimento do trabalho. Em síntese, o movimento em seu auge causou certa rebeldia, mas, também, revolucionou a sociedade ao propor uma novos valores e práticas. Deste modo, o que se verifica, é que o movimento ainda resiste e está em constante transformação.

INTRODUÇÃO

Os biomapas são uma forma dos alunos expressarem sua percepção ambiental dos aspectos ambientais que são utilizados dentro e fora da escola.

O intuito é promover a percepção do espaço e das diversas atividades inseridas no mesmo, de forma que os participantes possam discutir e refletir seus pontos de vista, elencando ao final do processo as potencialidades e vulnerabilidades de uma determinada realidade. (MONTEIRO; LAMIM-GUEDES,

O levantamento de aspectos é importante para prever os possíveis impactos ambientais decorrentes dos usos de recursos naturais. “Os aspectos ambientais são entendidos como elementos das atividades, produtos ou serviços de uma organização” (MOURA, 2014, p. 103).

OBJETIVOS

Os objetivos deste trabalho foram aplicar uma metodologia para garantir a participação dos alunos no levantamento de aspectos ambientais de todos os espaços do Colégio, verificar quais os problemas encontrados na comunidade, e identificar os recursos naturais utilizados nos espaços.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho seguiu a metodologia de Teixeira, Duarte e Morimoto (2008). A sequência didática foi a seguinte:

- 1) Separação dos alunos em grupos.
- 2) Divisão dos espaços para cada grupo. Os espaços analisados foram salas de aula, laboratórios de Informática, laboratório de Ciências, banheiros coletivos, quadra poliesportiva (fechada),

REFERÊNCIAS

- MONTEIRO, R. A. A. ; LAMIM-GUEDES, V. . Diagnóstico participativo: uso da metodologia biomapa para o bairro do Gonzaga de Santos/SP. **Educação Ambiental em Ação**, v. 50, p. ---, 2014.
- MOURA, L. A. A. de. **Qualidade e gestão ambiental: sustentabilidade e ISO 14001**. 6.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.
- TEIXEIRA, Débora de Lima; DUARTE, Mariana Ferraz; MORIMOTO, Pâmela. **Manual de metodologias participativas para o desenvolvimento comunitário**. São Paulo: ECOAR, 2008.

dois auditórios, biblioteca, cantina + refeitório, pátio e corredores. (Figura 1)

3) Explicação do trabalho e demonstração de uma imagem da localização da Instituição (Figura 2).

Figura 1 - Alunos.



Fonte: As autoras (2019)

Figura 2 - Localização Geográfica do Sinergia.



Fonte: Google Earth (2019).

4) Desenho de um croqui (planta baixa) do local e nestes locais, por meio de legendas (símbolos), identificação dos aspectos ambientais.

3) Aplicação de um questionário com 3 perguntas relacionadas à definição dos problemas encontrados na comunidade; e 4 perguntas sobre a identificação dos recursos naturais utilizados nos espaços e os resíduos gerados.

Dois turmas do 7º ano, do Colégio Sinergia, de Navegantes - SC participaram da atividade.

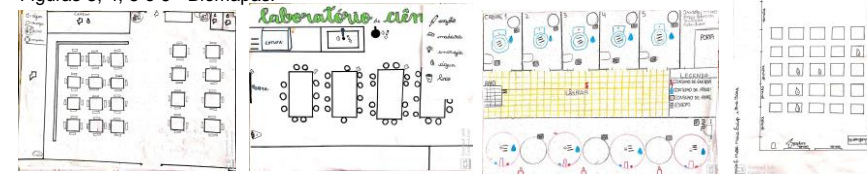
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os principais aspectos ambientais observados pelos alunos foram o consumo de energia elétrica, consumo de água, geração de resíduos sólidos, como podem ser observados nas Figuras 3 a 6. Alguns grupos descreveram em seus biomapas, o uso de madeira, a liberação de esgoto, consumo de papel, e os ruídos (barulho).

Nos problemas encontrados na comunidade, se questionou inicialmente quais os recursos naturais que existem no entorno. Os recursos são água, ar, energia solar, vegetação, solo, lixo, animais, e areia. Foi perguntado também se os recursos estavam

bem preservados. A maioria respondeu que não, devido a poluição, lixo e animais abandonados. A terceira questão desta temática perguntava se haviam outros problemas na comunidade, eles responderam, elevado gasto de água, poluição do ar, liberação de esgoto na praia, degradação da vegetação nativa, poluição do rio.

Figuras 3, 4, 5 e 6 - Biomapas.



Fontes: Resultados da pesquisa (2019).

Os recursos naturais consumidos de acordo com o biomapa dos mesmos são água, energia, entre outros. O que é jogado fora, para eles, são os papéis, plásticos, restos de borracha, embalagens das cargas de canetões, alimentos orgânicos. Os problemas encontrados no Colégio são papéis no chão, gastos de água, lixo no chão, etc. Nas ações que poderiam ser feitas no Colégio, os alunos relataram que seria importante ter a coleta seletiva, redução do lixo, campanhas sustentáveis, ter mais cuidado com o solo, e outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos delineados foram alcançados. Percebeu-se que os alunos souberam identificar os principais aspectos ambientais, e os recursos utilizados.

Deve-se realizar esta metodologia com outras turmas para verificar se há diferenças na identificação dos aspectos ambientais.

CHÁ LITERÁRIO INOVA A GESTÃO ESCOLAR

Kihara Ruhanna Antunes, Joana Bertoldi, Taiana Caroline Klettberg,
Acadêmicas da 6ª fase do Curso de Pedagogia
Orientadora Profª Ivanete Lago Groh email- taiana.klettberg@unifebe.edu.br
Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

Com o propósito de conhecer um projeto inovador na educação e na Gestão Escolar, acadêmicos da 6ª e 8ª fases do curso de Pedagogia na disciplina de Gestão Educacional visitaram a Escola de Ensino Fundamental Dr. Carlos Moritz, no bairro Zantão em Brusque.

A escola é um espaço onde pessoas interagem com intencionalidade e responsabilidade. Pensar o ambiente escolar como um espaço de aprendizagem, propiciar vivências onde o conhecimento e as relações interpessoais se fortaleçam é papel do Gestor escolar que prioriza por uma gestão democrática.

OBJETIVO

Conhecer o projeto desenvolvido na escola com participação da comunidade e a atuação do gestor na efetivação de uma gestão democrática.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho do gestor escolar vem se tornando um

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição Federal de 1988.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases 1996.

BRUSQUE, Plano Municipal de Educação 2015.

desafio cada vez maior em consequência dos processos evolutivos da sociedade. O gestor enfrenta desafios na sua ação, não só administrativa e financeira mas também pedagógica.

A gestão democrática contemplada como exigência na Constituição Federal de 1988, bem como na Lei de Diretrizes e Bases em 1996 e o Plano Municipal de Educação em 2015 se efetiva na prática do dia a dia mediante ações desenvolvidas com a participação de todos.

O projeto chá literário consiste em encontros para incentivar o hábito de leitura na comunidade. Chá, bolo e muito bate papo em uma roda de conversa onde as leituras sobre os livros lidos que foram pegos na biblioteca anteriormente são socializados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para os acadêmicos da Pedagogia, conhecer esse projeto e o gestor da escola foi significativo pois, o papel do gestor está baseado em atitudes e ações que propõem a participação social, ou seja, que a

comunidade escolar seja sujeito ativo em todo o processo da gestão.

Assim, quando o resultado for a soma dos esforços e houver divisão de responsabilidades, é possível a transformação da escola. Acreditamos que o perfil do Gestor da Escola do Ensino Fundamental Dr. Carlos Moritz contribui para o desenvolvimento da escola, tornando-a referência de melhorias no processo educativo.



INTRODUÇÃO

Com o propósito de conhecer uma metodologia diferenciada, as acadêmicas da 3ª fase do curso de Pedagogia visitaram o espaço pedagógico **Dicas do Saber** da Professora Nadir Lussoli Milani. Ela apresentou dois métodos de alfabetização: **Panlexia Plus** como o primeiro método construído pelo fonema e grafema e o **Método das Boquinhas** desenvolvido inicialmente para reabilitar o estudo da leitura e escrita. Ambos favorecem a alfabetização a partir da conscientização fonoarticulatória de maneira rápida e eficaz.

OBJETIVO

Conhecer um espaço pedagógico com uma metodologia de trabalho, que possibilita a crianças com dificuldades de aprendizagem se apropriarem da leitura e escrita.

MATERIAIS E MÉTODOS

Panlexia Plus é um método de orientação diagnóstica e um programa abrangente de assistência pedagógica à

peças com dificuldades específicas de linguagem.

O Método Fonovisuoarticulatório, popularmente conhecido como método das Boquinhas, usa estratégias **fônicas** (fonema/som), **visuais** (grafema/letra) e **articulatórias** (articulema/boquinha).

Com os conhecimentos da Neurociência e Neuroimagens pode-se afirmar que a Metodologia Boquinhas sendo multissensorial e fonovisuoarticulatório, atua no córtex cerebral pré-frontal.

Para Dehaene, (2012) Essa constatação baseia-se no fato de que a área de Broca, situada na região, responsável pela articulação das letras é fortemente ativada com o trabalho de Boquinhas, favorecendo de maneira rápida, concreta e eficaz a aquisição da leitura e escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho com os fonemas e a análise fonológica orienta as crianças quanto ao sistema de sons da fala, favorecendo a ruptura do código oral e facilitando a tomada de consciência por parte da criança e dos

elementos construtivos da linguagem, escrita e de seu funcionamento, podendo compreender o sistema de escrita alfabética mais facilmente. Para as acadêmicas do curso de Pedagogia, foi um momento de grande aprendizado, conhecer os métodos que podem facilitar o processo de alfabetização ajudou a acreditar que alfabetizar é possível.



REFERÊNCIAS

DEHAENE, Stanislas. **Os Neurônios da Leitura**: como a ciência explica a nossa capacidade de ler. Penso, São Paulo, 2012.

MILANI, Lussoli Nadir. **Dicas do Saber** – Visita Técnica, 2019.

PÔSTERES

Processos Gerenciais



fapesc

Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

ANAIS ENPEX 2019
ISSN 1982-3370

**Inovação a serviço
da educação**

**XVIII Jornada de Iniciação Científica
XIII Mostra de Extensão
BRUSQUE - SC - BRASIL**

 **UNIFEBE**

Deivid Andrei de Souza, Patrick Borinelli, Emerson M. de Pinho, Guilherme Heil e Francisco de Assis Alves
Felipe Junior George L Bleyer Ferreira, prof. Orientador

*e-mail: bleyer@unifebe.edu.br, patrickborinelli@hotmail.com, deivid.sousa@unifebe.edu.br,
francisco.felipejunior@unifebe.edu.br, emerson.matheus@unifebe.edu.br

centro universitário unifebe

INTRODUÇÃO

Apresentaremos nessa pesquisa a distancia percorrida de uma carga com carne suína da cidade de Irani (Santa Catarina) ao centro de distribuição localizado na cidade de Pskov (Rússia), Explicaremos o meio de transporte utilizado a cada etapa do percurso e o motivo que levou o grupo a estabelecer o centro de distribuição naquela cidade e os benefícios ganhos com isso.

OBJETIVO

Localizar um CD para reduzir o prazo de entrega da carne suína para o mercado Leste Europeu.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa se caracterizou, como pesquisa aplicada e descritiva. Na forma da abordagem dos dados como qualitativa e bibliográfica

Para a definição do melhor modal de transporte para os embarques utilizou-se as cinco dimensões da qualidade para serviços logísticos: Velocidade, consistência, capacidade, disponibilidade e frequência. Observou-se também às características e exigências legais de controles dos produtos movimentados.

Para definição dos roteiros da origem ao destino dos embarques, utilizou-se o método da varredura.

O método dos centroides foi aplicado para localizar o Centro de Distribuição, atendendo o critério de menor custo no transporte.

REFERÊNCIAS

- BALLOU, R. H. **Logística Empresarial**: Transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 2010.
BONFIM, Y. P.; FERREIRA, V. R. S.; CAETANO, M. A logística e o agro negócio em Goiás: O caso da soja. **Produção e Operações**. V. 20, n. 3, p. 557 – 573, out/dez, 2013.
BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J. **Logística empresarial**: o processo de cadeia de suprimentos. Atlas, 2001/2010. 594 p.

$$X = \frac{\sum iViRiXi di}{\sum iViRidi} \text{ (eq.13.2)} \quad Y = \frac{\sum iViRiYi di}{\sum iViRidi} \text{ (equação 3.3)}$$

$$di = K \sqrt{(Xi - X)^2 + (Yi - Y)^2} \text{ (eq.13.4)}$$

$$Min.TC = \sum_i ViRidi$$

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A figura 1 apresenta os mercados que serão fornecidos o produto carne suína, nas respectivas cidades, sendo elas: São Petersburgo, Varsóvia e Kiev no leste europeu. A tabela 1 mostra o custo total da operação baseado no método de centroide. E por fim a figura 2 mostrando exatamente aonde será localizado o CD

Figura 1- Localização dos mercados e do CD

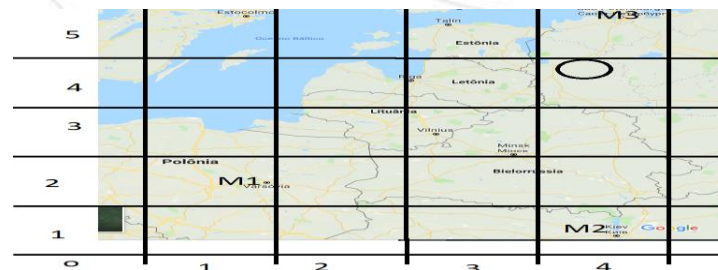
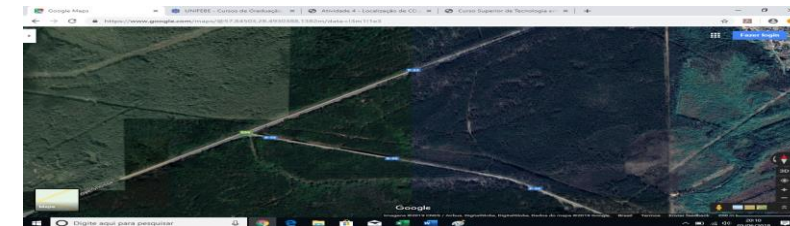


Tabela 2- tabela com os custo total da operação

i	Xi	Yi	V	R (taxa)	Vi . Ri	Vi.Ri.Xi	Vi.Ri.Yi	d	CT
M1	1	2	8	15	120	120	240	306,6	36.792
M2	4	1	5	21	105	420	105	801,87	84.196,35
M3	4	5	20	22	440	1760	2200	128,84	56.689,6
Σ	9	8	33	58	665	2300	2545	1237,31	177.677,95

Figura 2- localização exata do CD



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise de como uma logística feita sob encomenda pode melhorar os resultados dos transporte feita pela empresa contratada. Além disso, também permitiu uma pesquisa de campo para obter dados mais consistente sobre as etapas do processo, parte mais demorada do processo, grau do conhecimento estratégico, com uma ampla ferramenta conseguimos atingir o objetivo desejado. Os cálculos apontaram para próximo a cidade de Pskov na Rússia. Ajustou-se a localização para vias mais próximas de acesso e porto para desembarques.

INTRODUÇÃO

O automóvel BMW X1 é fabricado na cidade de Araquari-SC, é exportado para o mercado norte-americano, que tem maiores vendas devido as condições econômicas, porém possui alto custo logístico e longo prazo de entrega (BALLOU, 2010).

Segundo Bonfim, et al (2013) tal produto se caracteriza pela alta relação peso/volume. Diante deste cenário houve a necessidade de investigar a localização de um centro de distribuição que possibilite o menor tempo de entrega para os mercados: New York, Miami, Los Angeles.

OBJETIVO

Localizar um centro de distribuição para reduzir o prazo de entrega do automóvel BMW-X1 para o mercado norte-americano.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa se caracterizou, como pesquisa aplicada e descritiva. Na forma da abordagem dos dados como qualitativa e bibliográfica. Para definição dos roteiros da origem ao destino dos embarques, utilizou-se o método da varredura. O método dos centroides foi aplicado para localizar o centro de distribuição atendendo o critério de menor custo no transporte. Da seguinte forma:

a) Para localizar o Centro de Distribuição:

$$\bar{X} = \frac{\sum V_i X_i}{\sum V_i} \quad \bar{Y} = \frac{\sum V_i Y_i}{\sum V_i}$$

b) Para cálculo das distâncias entre CD e pontos de atendimento:

$$D_i = K \sqrt{(X_i - \bar{X})^2 + (Y_i - \bar{Y})^2}$$

c) Para calcular o custo total da operação no melhor ponto do CD:

$$\text{Min TC} = \sum V_i D_i$$

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Figura 1: mapa de localização dos mercados.

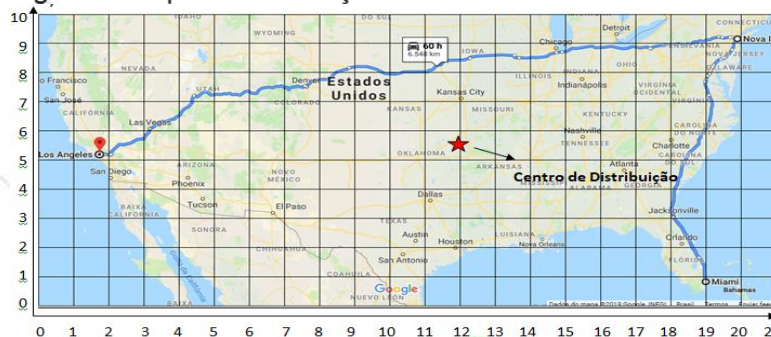


Figura 2: Resultado dos custos da movimentação.

i	Xi	Yi	V	R	Vi . Ri	Vi . Ri . Xi	Vi . Ri . Yi	d	CT
NY	20	9	400	2.050,00	820.000,00	16.400.000,00	7.380.000,00	540	RS\$421.480.000,00
LA	1.8	5.2	500	2.240,00	1.120.000,00	2.016.000,00	5.824.000,00	508	RS\$568.960.000,00
MM	19	1	300	1.990,00	597.000,00	11.343.000,00	597.000,00	456	RS\$272.232.000,00
TOTAL			1.200,00		2.537.000,00	30.759.000,00	13.801.000,00		RS\$1.262.672.000,00



exportados as BMWs-X1 sendo eles New York, Los Angeles e Miami. Na figura 2 conseguimos visualizar os custos de cada transporte e taxas a cada mercado. Já na figura 3 após o método foi possível possuir identificação do melhor ponto para a localização do CD (BOWERSOX, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relatamos que por mês são comercializados 1.200 unidades da BMW-X1 entre os estados de Nova York, Los Angeles e Miami, com isto concluímos a fundamental importância um CD em local equidistante a estes mercados. Utilizando o método centroides detectamos o melhor lugar para implantar o nosso centro de distribuição, localiza-se na divisa das cidades de Arkansas com Oklahoma passando pela US-40, conforme mostrada na Figura 2.

REFERÊNCIAS

- BALLOU, R. H. **Logística Empresarial**: Transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 2010.
BONFIM, Y. P.; FERREIRA, V. R. S.; CAETANO, M. A logística e o agro negócio em Goiás: O caso da soja. **Produção e Operações**. V. 20, n. 3, p. 557 – 573, out/dez, 2013.
BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J. **Logística empresarial**: o processo de cadeia de suprimentos. Atlas, 2001/2010. 594 p.

INTRODUÇÃO

A Eficiência Global de Equipamento (OEE) é um indicador para medir a eficiência global de equipamentos, considerando a disponibilidade, performance e qualidade (LIPIAK, 2017). Este indicador desempenha uma importante função na melhoria do processo de produção; permite medir o uso eficaz dos recursos de produção; e, resolver problemas que possam impactar no desempenho da empresa como um todo (MARRA; MARQUES; ALVES, 2018). Justifica-se seu uso dada elevada complexidade na definição ou medição da capacidade produtiva de um sistema, a variabilidade nas taxas de produção, confiabilidades dos equipamentos, confiabilidades dos fornecedores (HAYES; UPTON; WHELLWRIGHT, 2008).

OBJETIVO

Identificar a eficiência global de equipamentos (OEE) em uma empresa automotiva localizada em Brusque/SC.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida em uma linha de montagem de uma indústria automotiva. Usou-se da ferramenta

REFERÊNCIAS

- HAYES, R. P. G.; UPTON, D.; WHELLWRIGHT, S. **Produção, estratégia e tecnologia**: em busca da vantagem competitiva. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- LIPIAK, J. Methodology for assessing the factors affecting the quality and efficiency of flexographic printing process. **Procedia Engineering**, v. 182, p. 403-411, 2017.
- MARRA, A.S.; MARQUES, D.; ALVES, J.L.S. Aplicação da ferramenta OEE: estudo de caso em uma indústria láctea do sudoeste goiano. **XXXVIII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**, 2018.

OEE, demonstrando sua eficiência de forma visual, considerando o período de janeiro à agosto de 2019.

O indicador OEE é orientado ao processo, ou seja, é responsável não apenas pelo tempo de disponibilidade das máquinas (tempo planejado / tempo de turno), mas também pela eficiência (eficiência real / eficiência nominal) e qualidade (número de bons produtos / produção inteira) (LIPIAK, 2017), conforme apresentado na equação 1.

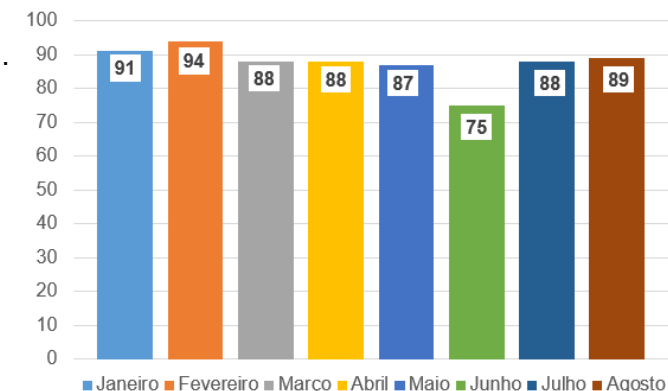
OEE - Disponibilidade x Desempenho x qualidade (Equação 1).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise considerou os indicadores de disponibilidade (quebra de equipamentos, setup ou ajustes, perdas por utilização), o desempenho (perdas, velocidade) e a qualidade (refugos e retrabalho). Neste sentido, a OEE calculada é única e mensal para todo o sistema produtivo, conforme apresentado na Figura 1. Observa-se que o mês de junho apresentou o menor desempenho (75%). Isso se deve à um processo de readequação da mão-de-obra. Bem como, foram contratados dois colaboradores para as linhas de montagem. Por conseguinte, os meses

seguintes já estabilizaram.

Figura 1 – Resultados do OEE



Fonte: Os autores (2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa facilitou a gestão visual dos cenários no setor produtivo, permitindo o monitoramento pela gerência, buscando a melhor forma de obter resultados próximos ou iguais a 100%. Desta forma, a empresa tem informações reais em como melhorar o seu ambiente fabril.

Pedro Carezia, Lucas Adriano Zanluca, Murilo Crespi, Simone Sartori
pedro.careziajunior@unifebe.edu.br lucaszanluca@hotmail.com murilocrespi@gmail.com simone.sartori@unifebe.edu.br
Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

Os sistemas de gestão da qualidade são meios eficazes para as empresas aumentarem a competitividade (PRIEDE, 2012). As ferramentas da gestão da qualidade asseguram a plena viabilização da estrutura conceitual e das diretrizes básicas da Gestão da Qualidade (CARVALHO; PALADINI, 2013). Kaoru Ishikawa foi importante na difusão de ferramentas e técnicas de análise e solução de problemas. Para ele, qualidade é satisfazer radicalmente ao cliente, para ser agressivamente competitivo (ISHIKAWA, 1997). Entre as suas contribuições, destaca-se a ferramenta Diagrama de Ishikawa ou Espinha de Peixe, usada nesta pesquisa.

OBJETIVO

Identificar as causas da não conformidade na metragem total da malha produtiva em indústria têxtil.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa foi realizada em uma empresa do setor têxtil, localizada em Brusque/SC. Por meio da entrevista com o gestor da área de qualidade da empresa,

REFERÊNCIAS

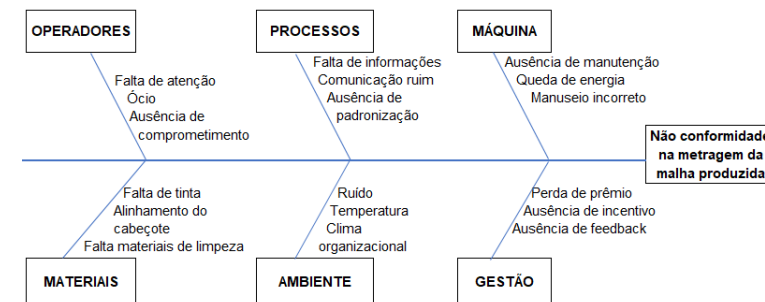
- CARVALHO, M.; PALADINI, E. **Gestão da qualidade: teoria e casos**. Elsevier Brasil, 2013.
- ISHIKAWA, K. **Controle de qualidade total à maneira japonesa**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- PRIEDE, J. Implementation of quality management system ISO 9001 in the world and its strategic necessity. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 58, p. 1466-1475, 2012.

foi identificado o problema de não conformidade na metragem total da malha produzida. O processo produtivo constitui-se de cinco etapas: malha preparada, estampada, ramada, revisada e enviada ao cliente. Para uma análise mais aprofundada acerca das causas, os colaboradores foram instigados a compartilharem seus pensamentos e gerar novas ideias sobre o efeito da não conformidade. Por conseguinte, o Diagrama de Ishikawa foi desenvolvido.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados do Diagrama de Ishikawa está apresentada na Figura 1, no qual são apresentadas as relações entre ações ou situações que podem ser consideradas causas ou origem de determinadas decorrências ou efeitos (problemas). O eixo principal mostra um fluxo básico de informações e as espinhas, que representam contribuições secundárias ao processo sob análise. As possíveis causas do efeito “não-conformidade” estão relacionadas aos operadores (falta de atenção, ócio e não comprometimento), processo (falta de informação, comunicação ruim ou falta de interesse), na gestão (falta de incentivo ou feedback), no ambiente (clima organizacional, temperatura e ruído), entre outras causas.

Figura 1 – Resultado da aplicação do Diagrama de Ishikawa



Fonte: Os autores (2019)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas na indústria têxtil permitiram identificar os pontos críticos de não-conformidade. Isso se deu por meio da participação dos colaboradores e a simplificação das causas prováveis do efeito, dividindo-os em processos mais simples e, portanto, mais controláveis. Foi sugerido à organização: padronização dos processos, formação dos colaboradores, feedback das ações e atividades dos colaboradores.

INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa sustenta-se na análise do transporte de minério de ferro para o mercado externo, visando uma estratégia para redução do prazo de entrega. Atualmente, o Brasil é um dos maiores exportadores de minério de ferro do mundo, tendo o mercado asiático como principal comprador.

OBJETIVO

Localizar um Centro de Distribuição para reduzir o prazo de entrega, de Minério de Ferro para o Mercado Asiático.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa se caracterizou, como pesquisa aplicada e descritiva. Na forma da abordagem dos dados como qualitativa e bibliográfica

Para a definição do melhor modal de transporte para os embarques utilizou-se as cinco dimensões da qualidade para serviços logísticos: Velocidade, consistência, capacidade, disponibilidade e frequência. Observou-se também às características e exigências legais de controles dos produtos movimentados.

Para definição dos roteiros da origem ao destino dos embarques, utilizou-se o método da varredura.

O método dos centroides foi aplicado para localizar o Centro de Distribuição, atendendo o critério de menor custo no transporte. Da seguinte forma:

REFERÊNCIAS

- BALLOU, R. H. **Logística Empresarial: Transportes, administração de materiais e distribuição física.** São Paulo: Atlas, 2010.
- BONFIM, Y. P.; FERREIRA, V. R. S.; CAETANO, M. A logística e o agro negócio em Goiás: O caso da soja. **Produção e Operações.** V. 20, n. 3, p. 557 – 573, out/dez, 2013.
- BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J. **Logística empresarial: o processo de cadeia de suprimentos.** Atlas, 2001/2010. 594 p.

a) Para localizar o Centro de Distribuição:

$$X = \frac{\sum_i V_i R_i X_i d_i}{\sum_i V_i R_i d_i} \quad Y = \frac{\sum_i V_i R_i Y_i d_i}{\sum_i V_i R_i d_i}$$

b) Para cálculo das distâncias entre o Centro de Distribuição e pontos de atendimento:

$$d_i = K \sqrt{(X_i - X)^2 + (Y_i - Y)^2}$$

c) Para calcular o custo total da operação no melhor ponto do o Centro de Distribuição:

$$Min.TC = \sum_i V_i R_i d_i$$

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Figura 1: Este mapa foi elaborado com a escala 100km, onde observa-se o M1 = Shanghai, M2 = Seul, M3 = Tóquio e calculado através da equação 1 o Centro de Distribuição..



Figura 2: Nesta tabela estão representados os resultados obtidos através do método dos centroides.

i	Xi	Yi	V	R (taxa)	Vi.Ri	Vi.Ri.Xi	Vi.Ri.Yi	d	CT
1	1,2	1	220.000,00	10	2.200.000	2.640.000	2.200.000	497	1093400000
2	6,5	7,5	160.000,00	11	1.760.000	11.440.000	13.200.000	482	848320000
3	18	5,8	300.000	8	2.400.000	43.200.000	13.920.000	1239	2973600000
Total					6.360.000	57.280.000	29.320.000	2218	4915320000

Figura 3: Esta imagem indica o terreno escolhido para a instalação do Centro de Distribuição.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise feita pela equipe, identificou-se com precisão o melhor ponto para a criação de um o Centro de Distribuição, neste caso, na Ilha de Jeju. Levou-se em consideração a demanda de cada mercado alvo e a possibilidade de aquisição de um terreno em um local logisticamente viável para agilizar o processo de entrega para todos consumidores.

INTRODUÇÃO

Uma característica marcante do processo de melhoria contínua é o uso da abordagem científica, especialmente nas fases de priorização de problemas, observação e análise de causas raízes e avaliação de resultados (CARPINETTI, 2012). Em sua essência, o ciclo PDCA (*plan-do-check-act*), é um processo que visa à melhoria, no qual a fase do planejamento visa à definição de objetivos e a seleção dos métodos de ação; a segunda fase refere-se à formação de pessoal (educação, treinamento, qualificação etc.), de execução das atividades e a coleta de dados; a terceira fase concentra-se no confronto entre as metas formuladas e os resultados obtidos; na fase final do ciclo investe em ações corretivas, preventivas e nas melhorias em si (PALADINI, 2012).

OBJETIVO

Identificar os defeitos no setor de estamparia em uma indústria têxtil e propor um plano de ação a fim de obter redução dos retrabalhos.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada por meio de um estudo de caso em uma indústria têxtil localizada em Brusque. O estudo

REFERÊNCIAS

- CARPINETTI, L. C. R. **Gestão da qualidade**: Conceitos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2. ed., 2012.
- PALADINI, E. Ferramentas da Qualidade. *In*: **Gestão da qualidade**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier: ABEPRO, 2012
- PRASHAR, A. Adopting PDCA (Plan-Do-Check-Act) cycle for energy optimization in energy-intensive SMEs. **Journal Of Cleaner Production**, v. 145, p. 277-293, 2017.

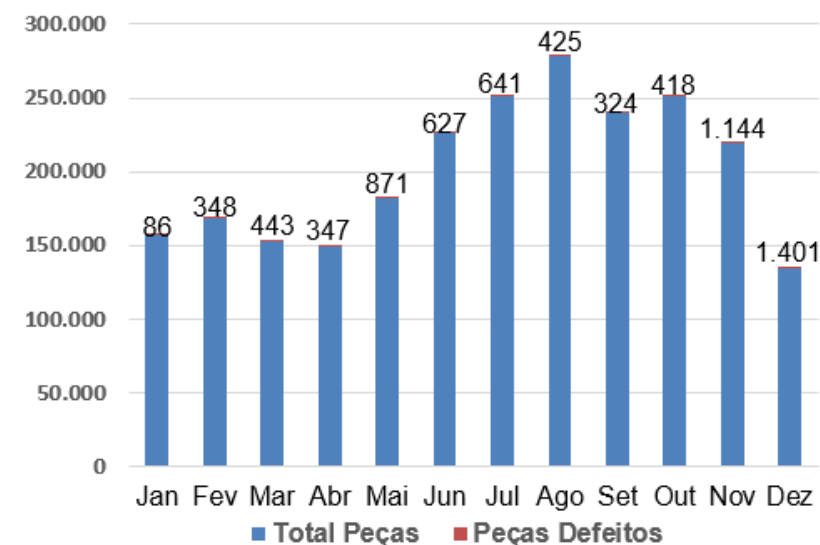
limita-se à aplicação da etapa P do ciclo PDCA no setor de estamparia, no qual o P do PDCA envolve: identificação dos defeitos, observação, análise e plano de ação (PRASHAR, 2017). Os dados analisados referem-se ao ano de 2018.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O setor de estamparia vinha apresentando inúmeras peças com defeitos, conforme apresentado na Figura 1. Em dezembro, o setor apresentou 1.401 peças (1,04% da produção), seguido do mês de novembro com 1.144 defeito (0,52%) . Já o mês de agosto apresenta o maior volume de produção, ao que se deve à troca de coleção entretanto, apresentou somente 0,15% de peças defeituosas.

Após um brainstorming com os colaboradores da organização, foi possível identificar que o problema ocorria por desatenção dos colaboradores. Por ser trabalho repetitivo, estar sempre atento e vigilante pode ser uma tarefa difícil. Como sugestão, poderá ser utilizado plano de inspeção por amostragem, visando eliminar defeitos antes da inspeção, usar de um plano de controle mais rigoroso ou monitoramento dos processos, bem como treinar os colaboradores.

Figura 1 – Total de peças e peças defeituosas



CONCLUSÃO

Verifica-se que o ciclo PDCA auxilia na identificação de defeitos, mas além disso, visa à melhoria contínua como um todo. Promover o envolvimento dos colaboradores em ações de qualidade levará a resultados mais efetivos e duradouros, pois estarão comprometidas.

INTRODUÇÃO

Organizações em todo o mundo estão sob persistente pressão para reduzir custos, bem como manter um alto nível de qualidade para atender às expectativas dos clientes (SAHOO; YADAV, 2017). Ao encontro dessa necessidade, a terceirização passa a ser muito importante, possibilitando a melhor alocação de funcionários, redução de tempo, utilização de mão de obra especializada, diminuição de custos com maquinários e redução do espaço físico, passando a ser uma grande aliada e, praticamente essencial, no contexto atual de competitividade (ALBARELLO, 2016). Portanto, as empresas devem focar suas atividades naquilo que fazem melhor e deixar tudo mais para parceiros terceirizados independentes, executando as atividades com maior eficiência.

OBJETIVO

Avaliar o processo de terceirização do produto MA'S em uma empresa metalúrgica localizada em Brusque, Santa Catarina.

MATERIAIS E MÉTODOS

A organização estudada está localizada em Brusque/SC. Possui um parque fabril de 32.000 metros quadrados e

REFERÊNCIAS

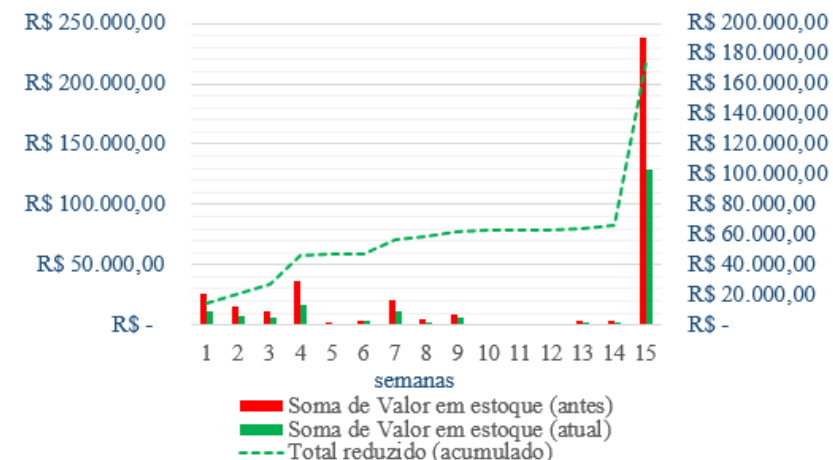
- ALBARELLO, S. *Análise da gestão do contrato de terceirização de limpeza da Universidade Federal de Santa Maria*. 2016. 99 f. Dissertação (Mestre em Administração) – Universidade Federal de Santa Maria, 2016.
- COUGHLAN, P.; COUGHLAN, D. Actions research for operations management. *International Journal of Operations Production Management*, v.22, n.2, p.220-240, 2002.
- SAHOO, S.; YADAV, S. Effectiveness of Lean Manufacturing Technologies on Improving Business Performance: A Study of Indian Manufacturing Industries. *Journal of Social, Behavioral, Educational, Economic, Business and Industrial Engineering*, v.11, n.2, p. 318-325, 2017.

emprega cerca de 1.000 colaboradores. Sua produção anual é de aproximadamente 10 milhões de peças, as quais são importadas para diversos países. A pesquisa foi composta por três etapas (COUGHLAN; COUGHLAN, 2002): (i) Planejamento, sendo necessário entender o contexto da organização, reunir, alimentar e analisar dados; (ii) Implementação da ação, no qual envolve fazer as mudanças desejadas e; (iii) Avaliação dos resultados da ação a fim de verificar os resultados do processo (intencional ou não). Durante quatorze semanas, o setor de estoque foi avaliado a fim de verificar o processo de entrada e saída de materiais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após avaliar a organização, coleta de dados e análise dos resultados, verificou-se uma redução total do valor em estoque para R\$ 175.237,50 (15 meses), conforme pode ser visto na Tabela 1. Antes de a terceirização, a empresa mantinha um alto valor em estoque (parametrizado por meio do ponto de reposição em sistema MRP, considerando estoque de segurança. Atualmente, o valor de estoques corresponde a R\$ 128.804,25. Tal redução impactou de forma positiva na organização, mantendo os atuais níveis de produção e sequenciamento.

Tabela 1 – Níveis de estoque da família de itens MA



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontam que para atender à necessidade da fábrica, com a finalidade de garantir o sequenciamento na produção, a terceirização é a melhor alternativa, visto que reduziu o custo de fabricação e estoques. Além disso, a produtividade e atividades internas não sofreram perdas.

INTRODUÇÃO

As empresas estão apostando na modalidade crédito para atrair seus clientes, o qual muitas vezes é concedido com base numa promessa de pagamento. Por isso, a busca de conhecimento sobre esses processos são fundamentais, pois fornecem subsídio quando uma decisão precisa ser tomada.

OBJETIVO

Analisar as políticas e processos de cadastro, crédito e cobrança da empresa LM Ltda., proporcionando uma organização no setor do contas a receber.

MATERIAIS E MÉTODOS

Em relação à metodologia, a abordagem se caracteriza como qualitativa e quantitativa, enquanto seus objetivos são definidos por uma pesquisa descritiva e exploratória. Quanto aos métodos e procedimentos se classificam como pesquisa bibliográfica em livros, artigos publicados, teses e dissertações com dados relativos ao assunto, indicados na seção da classificação da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Sá (2004, p. 9), "a ficha cadastral é o conjunto de informações acerca de um determinado cliente que vai determinar seu conceito comercial e, conseqüentemente, seu crédito". O quadro 1 demonstra o fluxograma do processo de cadastro da empresa Tecelagem LM Ltda.

REFERÊNCIAS

GUEPARDO CONSULTORIA. Disponível em: www.guepardologistica.com.br. Acesso em: 14 out. 2019.
LEMES JUNIOR, Antônio Barbosa: **Administração financeira Princípios, Fundamentos e Práticas Brasileiras**. 3. ed. Rio de Janeiro: ed. Elsevier.
SÁ, Alexandre. **Estabelecimento de limite de crédito**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

Quadro 1 - Fluxograma do Processo de Cadastro



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Para a empresa Tecelagem LM Ltda., com o desenvolvimento deste trabalho, surge a oportunidade de analisar e, buscar conhecimento das atuais políticas e dos processos internos de cadastro, crédito e cobrança já existentes na empresa, a fim de tomar decisões quando ocorrem situações nas quais não se sabe ao certo como proceder. E, assim, obter maior sucesso nas vendas.

Visitas são essenciais para conhecer mais profundamente clientes atuais e futuros, obtendo dados, identificando situações e detectando sinais de perigo, que só podem ser observados em uma visita, também são fundamentais para compreender melhor os riscos de crédito e estabelecer entre cliente e credor uma confiança mútua que viabilize um relacionamento duradouro e lucrativo.

Para Lemes Júnior (2010, p. 398), "a empresa deve ter procedimentos muito bem estruturados para coletar informações sobre pretendente a crédito as informações comerciais são a base da análise a ser concedido".

O quadro 2 enuncia a relação e propósito da visita ao cliente:

Quadro 2 - Propósito da visita ao cliente

Obtenha o maior número de informações sobre a empresa visitada;
Estabeleça um roteiro para a visita, definindo quais informações serão buscadas;
Durante a visita, aproveite para obter as informações desejadas, tendo o cuidado de não parecer muito curioso ou chato. Fale pouco e escute mais;
Ao retornar à empresa, faça um breve relatório e detalhe os próximos passos, mande um e-mail ou telefone para o cliente, agradecendo-o pela oportunidade da visita;
Elabore um bom banco de dados a respeito do cliente (uma CRM) para que você possa conhecê-lo cada vez mais e aprofundar-se no relacionamento, e quem sabe, antecipar-se a possíveis necessidades;
Nunca em nenhum momento desmerecer os concorrentes;

Fonte: <http://www.guepardologistica.com.br/> (2019)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que a realização deste trabalho irá possibilitar aos representantes um melhor entendimento de como funciona o gerenciamento de crédito e cobrança da empresa Tecelagem LM Ltda. Proporcionando, assim, um melhor relacionamento entre o comercial e o financeiro, além de o benefício aos clientes devido a uma melhor estruturação da política de crédito.

INTRODUÇÃO

Endomarketing é o marketing interno da empresa, tendo como objetivo valorizar e motivar o colaborador para que ele possa desenvolver seu trabalho tendo conhecimento da importância da sua função e, assim, aumentando sua produtividade, visando seu crescimento profissional e de sua equipe e, dessa forma, contribuindo para a realização das metas da empresa (BEKIN, 2005).

OBJETIVO

Este estudo trata da temática do Endomarketing, descrevendo seu conceito e teve como objetivo geral analisar a relação do endomarketing em relação com os funcionários.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo terá abordagem quantitativa, um dos seus pontos positivos é que nos permite obter uma amostra maior e uma classificação mais rápida, por serem respostas objetivas.

REFERÊNCIAS

BEKIN, S. F. **Conversando sobre endomarketing**. São Paulo: Makron Books, 2005.

SILVA, Tatiane Doris da. Endomarketing – Colaboradores motivados são 50% mais produtivos Disponível em: www.revistavarejobreasil.com.br/colaboradores-motivados-sao-50-mais-produtivos-diz-pesquisa/. Acesso em: 29 out. 2019

Quanto aos procedimentos e métodos se caracteriza como pesquisa bibliográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

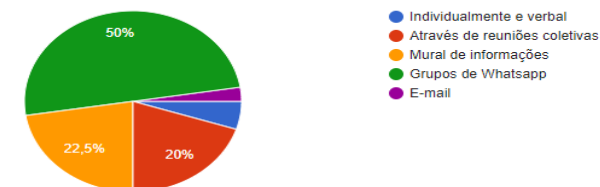
Uma pesquisa realizada pela *Right Management Consultoria* (SILVA, 2018), com mais de 30 mil pessoas de 15 países, concluiu que pessoas motivadas são 50% mais produtivas. Ainda de acordo com o estudo, a recompensa salarial não é o único fator decisivo para satisfazer um profissional. Gratificações sociais, simbólicas e não materiais também são capazes de influenciar o rendimento.

Foi realizado em uma empresa no setor de Cama, Mesa e Banho na cidade de Brusque uma pesquisa de aproveitamento de métodos de endomarketing e alguns dos resultados obtidos foram analisados e discutidos para a melhoria dos mesmos.

Uma das questões realizada foi referente a qual deveria ser o método utilizado para avisos dentro da empresa e 20% dos entrevistados escolheram reuniões coletivas, 22,5% escolheram mural de informações e 50% escolheram criar uma lista de transmissão no WhatsApp.

Qual o método deveria ser utilizado para avisos dentro da empresa?

40 respostas



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa realizada na empresa percebemos que o trabalho no endomarketing além de trazer benefícios para a empresa contribui também para um bom relacionamento interpessoal, percebemos também que a empresa deveria realizar um investimento maior na parte de comunicação digital com os funcionários por estar mais presente diante das pessoas.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa buscou analisar a influência do clima organizacional na motivação dos colaboradores da empresa Concessionária de Veículos, a partir do diagnóstico do clima organizacional. Considera-se que o clima organizacional reflete o universo das organizações, dos tipos de pessoas que a organização atrai, de seus processos de trabalho e leiaute físico, das modalidades de comunicação e do exercício da autoridade dentro do sistema (GOMES, 2002). Neste sentido, segundo Robbins, Judge e Sobral (2010, p. 505), o “Clima Organizacional refere-se às percepções comuns que os funcionários de uma organização têm com relação à empresa e ao ambiente de trabalho”. Em outras palavras, é a própria qualidade do ambiente de trabalho que os funcionários convivem diariamente, influenciando nas atitudes individuais e interfere na organização.

OBJETIVO

O objetivo geral da pesquisa consistiu em analisar a influência do clima organizacional na motivação dos colaboradores da empresa Concessionária de Veículos, a partir do diagnóstico do clima organizacional.

REFERÊNCIAS

- BERMUDES, W.I. et al. Tipos de Escalas Utilizadas em Pesquisas e Suas Aplicações. Revista Vértices, [s.l.], v. 18, n. 2, p.7-20, 30 ago. 2016. Essentia Editora.
- GOMES, Francisco Rodrigues Gomes. Clima Organizacional: Um Estudo Em Uma Empresa De Telecomunicações. RAE - Revista de Administração de Empresas. Abr./Jun. 2002. RAE. v. 42, n. 2, Abr./Jun. 2002.
- ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. Comportamento Organizacional. 14°. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

MATERIAIS E MÉTODOS

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se caracterizou em qualitativa, tipificada em exploratória. Quanto aos métodos, a pesquisa se diferenciou em estudo de caso. O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário. O questionário utilizou a escala *Likert*, sendo constituída por cinco itens que variam da total discordância até a total concordância sobre determinada afirmação (BERMUDES et. al 2016). Após a aplicação do questionário foi procedida o cálculo de cada variável com a medida de média.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em conformidade com o objetivo da pesquisa, que consistia em analisar a influência do clima organizacional na motivação dos colaboradores da empresa (conforme a aplicação da PCO), considera-se que os indicadores que geram motivação na percepção dos colaboradores são a Liderança (superior imediato), Treinamento e Desenvolvimento, as Condições de Trabalho e o Relacionamento Interpessoal.

Os indicadores apontados com uma satisfação regular e que por sua vez, influenciam na motivação dos colaboradores foram a Administração Superior, Remuneração e Benefícios e Comunicação.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As recomendações propostas para uma Concessionária de Veículos foram estruturadas de acordo com o método 5W2H. Foram propostas as seguintes ações: Reuniões mensais, Coaching de Equipes, pesquisa salarial e treinamento para os colaboradores.

Por fim, destaca-se que a pesquisa foi de grande relevância, pois apresentou um tema muito importante para a organização podendo contribuir e ajudar na tomada de decisões, além de proporcionar novos conhecimentos. Espera-se que essa pesquisa possa servir como referencial metodológico para futuras pesquisas nesse campo, além de poder servir de inspiração.

A INFLUÊNCIA DO CLIMA ORGANIZACIONAL NA MOTIVAÇÃO DOS COLABORADORES: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE EMBALAGENS – MUNICÍPIO DE BRUSQUE/SC

Margarete Gumz Correia, Stephanie Rodrigues Medeiros, Orientadora Prof^a. Me. Josely Cristiane Rosa Trevisol
margarete1424@gmail.com stephaniekrm@hotmail.com jo.rsa@unifebe.edu.br
Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE

INTRODUÇÃO

Considera-se que um ambiente de trabalho agradável proporciona aos seres humanos, satisfação, realização e conseqüentemente aumento da produtividade. Neste sentido, o monitoramento do clima organizacional é uma das melhores formas para se obter o sucesso dentro da organização e promover a valorização dos colaboradores (CITADIN, 2010). Diante deste contexto, a presente pesquisa buscou analisar a influência do clima organizacional na motivação dos colaboradores de uma empresa de embalagens. Como justificativa para o estudo, considera-se que a aplicação da pesquisa de clima organizacional consistirá em um valioso instrumento para o desenvolvimento de programas voltados para a melhoria da qualidade dos produtos, aumento da produtividade e adoção de políticas internas (BISPO, 2006).

OBJETIVO

Analisar a influência do clima organizacional na motivação dos colaboradores da empresa de embalagens.

MATERIAIS E MÉTODOS

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se caracterizou em qualitativa, tipificada em exploratória. Quanto aos métodos, a pesquisa se diferenciou em estudo de caso.

REFERÊNCIAS

BERMUDES, W.I. et al. Tipos de Escalas Utilizadas em Pesquisas e Suas Aplicações. **Revista Vértices**, [s.l.], v. 18, n. 2, p.7-20, 30 ago. 2016. Essentia Editora.
BISPO, Carlos Alberto Ferreira. Um novo modelo de pesquisa de clima organizacional. **Produção**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 259, maio/ago. 2006.,
CITADIN, L. F. **Análise do clima organizacional em empresa do ramo químico da Região da AMREC-SC**. Criciúma, SC: UNESC, 2010

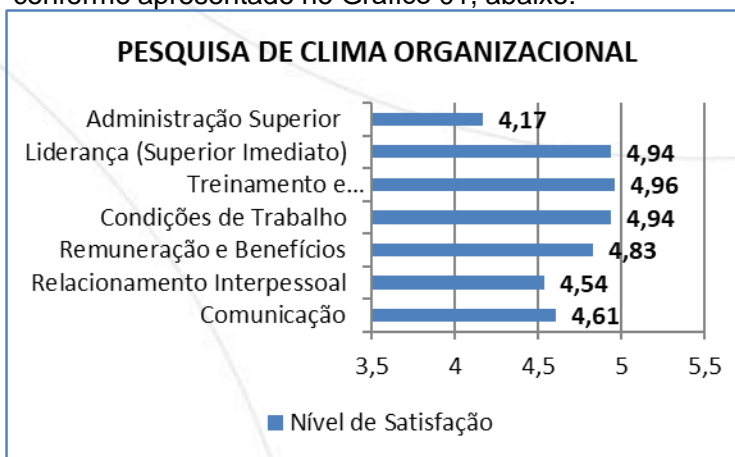
O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário.

O questionário utilizou a escala Likert, sendo constituída por cinco itens que variam da total discordância até a total concordância sobre determinada afirmação (BERMUDES et. al 2016).

Após a aplicação do questionário foi procedida o cálculo de cada variável com a medida de média.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por meio dos resultados obtidos na Pesquisa de Clima Organizacional (PCO), constatou-se que a empresa, de modo geral, possui um clima organizacional satisfatório, conforme apresentado no Gráfico 01, abaixo:



Conforme observado, considera-se que todos os indicadores analisados na PCO influenciam diretamente o clima organizacional da empresa. Os indicadores que influenciam desfavoravelmente na gestão do Clima Organizacional da empresa são as variáveis: Treinamento e Desenvolvimento, Liderança (chefia superior),

Remuneração e Benefícios e por último, Administração Superior. Quanto aos indicadores positivos, destacaram-se o Relacionamento entre os Colaboradores, Imagem da Empresa e Condições de Trabalho

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados, evidencia-se que foram alcançados todos os objetivos propostos na pesquisa. Ressalta-se que as análises da Pesquisa de Clima Organizacional serão apresentadas aos gestores da organização. As recomendações propostas para a empresa foram estruturadas de acordo com o método 5W2H. Foram propostas as seguintes ações: reuniões mensais com os colaboradores; treinamento de liderança; aplicação de feedback mensais; programas incentivo ao crescimento profissional; programas de treinamento operacional; pesquisa salarial.

Locemir Silvina Pereira; Orientadora Prof^{fa}. Me. Josely Cristiane Rosa Trevisol e Prof^{fa} Rosana Paza
locemirpereira@gmail.com jo.rosa@unifebe.edu.br rosana@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa buscou analisar o processo de comunicação interna da empresa de confecções, considerando a implantação do software Fluxogama. Compreende-se que esta ferramenta auxiliará no processo de comunicação interna, uma vez que ele descreve a sequência do trabalho envolvido no processo e os pontos em que as decisões são tomadas. De acordo com Lucinda (2010, p. 44), “o Fluxogama é uma ferramenta que mostra de forma clara as etapas de um processo, desde o seu início até sua finalização”.

OBJETIVO

O objetivo da presente pesquisa consiste em analisar o processo de comunicação interna da empresa Trumpet Confecções, considerando a implantação do software Fluxogama.

MATERIAIS E MÉTODOS

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se caracterizou em qualitativa, tipificada em exploratória. Quanto aos métodos, a pesquisa se diferenciou em estudo de caso. O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário. O questionário utilizou a escala Likert, sendo constituída por cinco itens que variam da total discordância até a total concordância sobre determinada afirmação (BERMUDES *et. al.*, 2016).

REFERÊNCIAS

BERMUDES, W.I. *et al.* Tipos de Escalas Utilizadas em Pesquisas e Suas Aplicações. **Revista Vértices**, [s.l.], v. 18, n. 2, p.7-20, 30 ago. 2016.
LUCINDA, Marco Antônio. **Qualidade: Fundamentos e práticas para cursos de graduação**. Rio de Janeiro: Brasport, 2010.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Primeiramente, foi verificada a atuação do software Fluxogama na empresa. A pesquisa observou que o software no setor de desenvolvimento, era desorganizado, pois as informações eram perdidas no meio dos processos, e as datas preestabelecidas pelos clientes não eram cumpridas.

Em seguida, foi verificado o nível de satisfação dos colaboradores da empresa quanto à utilização do software Fluxogama. A Tabela 1 apresenta o seguinte resultado:

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO (Tabela 1)	MÉDIA
O software auxilia na visualização dos processos?	4,50
O Fluxogama ajudou a diminuir o time da produção e/ou line?	3,50
Você indicaria o Fluxogama para alguma outra empresa?	4,69
Há atualização e melhorias do sistema ao longo do contrato?	4,25
O suporte para dúvidas funciona?	4,38

De modo geral, os dados obtidos revelaram que o software auxilia visualmente nos processos de um setor para o outro, obtendo, assim, um excelente resultado na otimização de tempo, fazendo com que os usuários consigam entregar seu trabalho com mais agilidade. Além

disso, foi identificado que se um usuário não alimenta corretamente sua parte, prejudica o próximo, porém a identificação por não alimentar o sistema acontece durante a rotina, fazendo com que os próprios usuários se fiscalizem entre si. Foi verificado também que o software foi de fácil implantação e adaptação ao usuário. A alimentação de informações entre os setores facilitou o fluxo de trabalho entre as etapas e envolveu todos os processos (do início ao final na entrega do produto), fazendo com que os usuários percebam a ausência de alguma informação por parte do colega.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que, de modo geral, a implantação do Software Fluxogama trouxe para a empresa de confecções um novo sentido de trabalho. A produção conseguiu alcançar um novo ritmo, seguindo regras como cumprimento de tempo de processo de cada setor. O fato de o sistema notificar qualquer atraso e possibilidade de gargalo posicionou os colaboradores a se empenharem em suas tarefas e finalizarem seu processo em tempo hábil, notificando o próximo setor antes mesmo de seu time ser esgotado. O Fluxogama possibilitou também uma logística de informação mais correta, rápida e segura evitando cada vez mais o retrabalho.

INTRODUÇÃO

Com as mudanças e transformações da globalização relacionadas não só à economia, mas também às políticas, culturas e tecnologias, faz-se necessário que uma empresa saiba onde está e aonde quer chegar, que suas metas e objetivos. Segundo Fischmann e Almeida (2011), o planejamento estratégico é uma técnica administrativa que, por meio da análise do ambiente de uma organização, cria a consciência das suas oportunidades e ameaças, dos seus pontos fortes e fracos, para o cumprimento da sua missão e, por essa consciência, estabelece o propósito de direção que a organização deverá seguir para aproveitar oportunidades e evitar ameaças.

OBJETIVO

Temos como objetivo implantar uma gestão de planejamento estratégico e utilizar a análise SWOT para auxiliar os gestores de uma empresa têxtil no setor estampaaria, visto que a empresa não utiliza esse modelo de planejamento para identificar estruturar as ações necessárias e, assim, ter um controle sobre os resultados. Com o intuito de atender o objetivo geral deste estudo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (I) identificar a missão, a visão e os valores; (II) analisar o ambiente interno e externo; (III) elaborar objetivos estratégicos.

REFERÊNCIAS

FISCHMANN, Adalberto A. ; ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. **Planejamento Estratégico na Prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 161 p.
WRIGHT, Peter L.; KROLL, Mark J.; PARNELL, John. **Administração estratégica: conceitos**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MATERIAIS E MÉTODOS

Utilizamos uma análise tanto do ambiente interno quanto externo, sendo assim, é possível fazer uma matriz SWOT. “A palavra SWOT é representada pelas iniciais das palavras *Strengths* (forças), *Weaknesses* (fraquezas), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças), sendo sua origem inglesa. Representa mais especificamente os recursos organizacionais que compreendem seus pontos fortes e fracos, antes de examinar a missão da empresa, seu motivo de existir, bem como as ameaças e oportunidades que poderão ser encontradas.” (WRIGHT; KROLL; PARNELL, 2007).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa obteve como principais resultados, a transparência de suas forças e oportunidades como também de suas ameaças e fraquezas. A análise SWOT foi de suma importância para os gestores, por meio dela foi possível analisar e planejar estratégias a fim de obter melhor desempenho no mercado. Foram levantadas 4 Ameaças; 4 Oportunidades; 4 Pontos Fortes e 4 Pontos Fracos. Os objetivos estratégicos da Estampaaria foram; motivação, capacitação dos colaboradores, atendimento à Legislação, melhorar índice de qualidade nos fornecedores, redução dos custos, aumento da produtividade, atendimento aos indicadores de satisfação dos clientes, desenvolver novos clientes e aumentar a participação no mercado, aumento da lucratividade e faturamento.

Tabela 1 – Análise SWOT

Ameaças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> >Escassez de mão de obra qualificada; >Sazonalidade (períodos de baixa produção); >Política / economia instável; >Tarifa de energia elétrica; 	<ul style="list-style-type: none"> >Novos clientes e mercados; >Aumento de participação dos clientes atuais; >Disponibilidade de fornecedores (tecnologia, material e serviços); >Otimização do processo;
Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> >Certificações; >Prazo de entrega; >Fabricação de amostras e mostruários; >Fidelidade com clientes atuais. 	<ul style="list-style-type: none"> >Programação de produção; >Comunicação interna; >Marketing; >Política de gestão de pessoas;

Fonte: Os autores (2019)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho acadêmico foi constituído a partir da elaboração de um Planejamento Estratégico, e a utilização de uma de suas ferramentas está denominada análise SWOT, a qual foi aplicada em uma estampaaria no setor têxtil. Considera-se que antes de a implantação do Planejamento Estratégico, a empresa não possuía a análise do ambiente externo e interno de forma planejada e formal, disponível a todos os funcionários. Sobre o contexto do trabalho buscou-se responder aos objetivos gerais específicos presentes nas suas respectivas seções.

PÔSTERES

Psicologia



fapesc

Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

ANAIS ENPEX 2019
ISSN 1982-3370

**Inovação a serviço
da educação**

**XVIII Jornada de Iniciação Científica
XIII Mostra de Extensão
BRUSQUE - SC - BRASIL**

 **UNIFEBE**

INTRODUÇÃO

O avanço tecnológico torna as empresas cada vez mais competitivas, buscando profissionais criativos, dinâmicos e com capacidade de resolução para assim manter-se no mercado. Desta forma, com grandes números de empresas e negócios surgindo a ofertas de trabalho está se elevando, e com isso o número de rotatividade dentro das organizações aumenta, pois diferentemente do século XI o colaborador possui um mercado de trabalho cheio de oportunidades de crescimento profissional, não se restringindo a oferecer seus serviço apenas a uma organização. Cabe ressaltar que o presente trabalho foi desenvolvido por meio do Estágio Curricular, o qual é entendido como um conjunto de atividades de formação supervisionado por docentes da UNIFEBE que tem por objetivo desenvolver habilidades e competências previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Psicologia.

OBJETIVO

Identificar a partir de uma pesquisa Clima Organizacional, possíveis ações de retenção de talentos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Questionário de Pesquisa Clima contendo 40 questões (sendo que algumas são do Tipo Likert, onde as opções de resposta são do “excelente” ao “péssimo” e outras

REFERÊNCIAS

BORGES, Livia de oliveira; MOURÃO, Luciana (Orgs). **O trabalho e as Organizações: atuações a partir da psicologia**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

dicotômicas, ou seja, possibilidade de resposta “sim” ou “não”; 10 perguntas abertas; e 8 perguntas sobre Dados Sociodemográficos como: idade, setor que trabalha, turno, sexo, entre outros. E ainda ao final do questionário terá um espaço para discorrer sugestões, comentários, críticas acerca das temáticas abordadas nas perguntas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os estudos em Cima organizacional tiveram seu início na década de 1920 e 1930, porém este não recebia esta nomenclatura. O despertar por esta temática nos estudiosos da época surgiu ao perceberem que colaboradores de uma instituição possuíam as mesmas percepções sobre suas características. Diante disso Clima organizacional pode ser descrito como a forma com que os colaboradores percebem a organização e aspectos relacionados ao trabalho. BORGES; MOURÃO(2013)

Segundo Schineider e Reichers (1983) apud Borges; Mourão (2013) o clima organizacional diz respeito a percepções e aspectos coletivos, ou grupais vista sob a ótica dos colaboradores de uma organização, tais como: políticas, práticas, eventos e procedimentos formais.

Desta forma identificar o clima organizacional mostra-se de extrema importância, pois é por meio deste que são identificados percepções, significados similares sob aspectos envolvendo a vida organizacional. Para que

assim gestores ou profissionais da áreas possam criar ações que modifiquem o fenômeno encontrado ou possam trabalhar para manter a percepção dos colaboradores BORGES; MOURÃO(2013)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Pesquisa Clima possibilita o fornecimento de informações claras a respeito do nível da satisfação experienciadas pelos funcionários. Fornecendo informações caso necessário sobre a possibilidades de ações preventivas ou resoluções de problemas identificadas por meio do questionário.

Este trabalho cumpriu seu objetivo, o qual consistia em criar uma pesquisa Clima Organizacional que possibilite identificar fatores que possam comprometer os resultados conquistados até então na organização, sendo possível criar ações de retenção de talentos. Tendo em vista a importância em se reter talentos, pois o desligamento do empregado pode ter consequências quanto a custos rescisórios, custos em recrutar e selecionar um novo colaborador, podendo interferir na satisfação dos colaboradores que permaneceram na instituição.

INTRODUÇÃO

O modelo de cuidado em saúde mental tem sofrido inúmeras mudanças, em especial no final do século XX com a ruptura dos hospitais psiquiátricos e internações a longo prazo, onde o indivíduo era excluído da sociedade e do seio familiar. A partir deste momento histórico surgem os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) com o intuito de substituir os manicômios, o qual consiste em um serviço totalmente gratuito oferecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O mesmo visa dar assistência a pessoas com transtornos mentais, neuroses, psicoses. A contribuir com este objetivo iremos descrever a atuação enquanto acadêmicas de Psicologia nas Oficinas Culinárias oferecidas por dois CAPS do Vale do Itajaí (SC), no período de junho a dezembro de 2018, sendo uma vez por semana. Desta forma os espaços grupais mostram-se como uma importante ferramenta para a partilha dos sofrimentos, e sobrecarga experienciada durante o processo de tratamento do portador do Transtorno Mental. Cabe ao psicólogo proporcionar aos participantes um espaço de reflexões para que o mesmo possa ressignificar suas vivências a partilhar suas angústias e aflições. Portanto cabe ao profissional da psicologia potencializar os recursos individuais e coletivos do grupo, para que assim possa lidar com as adversidades cotidianas, construindo desta forma redes sociais

solidárias através da verbalização das inquietações do dia a dia, sendo agente de promoção de vida.

OBJETIVO

Descrever a vivência de uma acadêmica de psicologia em uma oficina culinária do CAPS do Vale do Itajaí.

MATERIAIS E MÉTODOS

O Projeto foi realizado em um Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, o qual semanalmente no período matutino ocorreu a oficina de culinária, com duração de 2h30 min.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O espaço de grupo oferecido aos usuários do CAPS é uma ferramenta de trabalho do psicólogo essencial para o período de tratamento, pois é por meio dele que é proporcionado acolhimento e cuidado aos usuários do serviço, proporcionando uma escuta qualificada onde os mesmos podem expressar seus medos e angústias. Desta forma o vínculo entre o profissional do serviço e o usuário é essencial para que haja efetividade no processo de tratamento, favorecendo para que o usuário sinta que está sendo ouvido e que o profissional que ali está comprometido em ajudá-lo (BRASÍLIA, 2013) Cabe destacar que as oficinas de culinárias auxiliam os usuários em diversos aspectos, tanto no que diz respeito a

habilidades motoras, raciocínio lógico, como também aprender a trabalhar em grupo, lidar com as dificuldades e frustrações, bem como tomar decisões e ter iniciativa, estas são apenas algumas das situações as quais os usuários lidam em um grupo de culinária. Mediante as situações que ocorriam no momento da confecção da receita escolhida pelas usuárias do serviço, as profissionais utilizaram-se como ponto de partida para discussões relacionadas aos sentimentos e atitudes do dia a dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Campo de estágio possibilitou vivenciar a rotina do profissional de Psicologia atuando no Centro de Atenção Psicossocial, seja por intermédio de oficinas terapêuticas, visitas domiciliares, encontros temáticos ou até mesmo assembleias e acolhimentos. As quais são oferecidas não somente aos usuários do serviço mas estende-se a seus familiares também. Foi notável a evolução em relação à autonomia dos participantes, pois ao final do período de estágio os participantes da oficina passaram a sugerir as receitas a serem realizadas e conseguiram trabalhar com os ingredientes disponíveis, algo que inicialmente possuíam muita dificuldade.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) no CAPS - Centro de Atenção Psicossocial.** Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013.

INTRODUÇÃO

Segundo Minuchin, Nichols, Lee (2009), a terapia familiar floresceu não apenas por sua efetividade, mas também por ajudar a redescobrir a interconectividade fundamental da condição humana: “a família é mais que uma coleção de indivíduos, é um sistema, uma totalidade organizada cujas partes funcionam de maneira que transcende suas características isoladas” (p. 15). A grande inovação da teoria dos sistemas familiares, foi a descoberta de que as vidas das pessoas são inextricavelmente entrelaçadas e que o comportamento dos membros da família é, em grande medida, uma função da forma como interagem com os outros. Muniz e Eisenstein (2009) destacam que desde meados da década de 1950, o genograma tem sido utilizado como instrumento em Terapia Familiar Sistêmica como forma eficiente de obter informações da constituição familiar. São retratos gráficos da história e do padrão familiar, que identificam a estrutura básica, o funcionamento e os relacionamentos da família e, assim, evidenciam estressores, constituindo um mapa relacional do paciente e sua família. De fácil execução e por seu formato gráfico, o genograma facilita a visualização do contexto familiar e de suas principais características, reunindo maiores possibilidades de detecção dos aspectos psicossociais.

OBJETIVO

Realizar acolhimentos e atendimento psicoterapêutico

REFERÊNCIAS

MINUCHIN, Salvador; NICHOLS, Michael P.; LEE, Wai-Yung. Famílias e casais: do sintoma ao sistema. Artmed Editora, 2009.
MUNIZ, José Roberto; EISENSTEIN, Evelyn. Genograma: informações sobre família na (in) formação médica. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 33, n. 1, p. 72-79, 2009.

para pessoas que buscam os serviços ofertados pela Clínica Escola e Serviços de Psicologia (CESP), a partir da abordagem sistêmica.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estágio foi realizado na CESP, esta tem por finalidade oferecer plantão e apoio psicológico, psicoterapia de indivíduos, casais, grupos em diferentes abordagens psicológicas, atuação em prevenção, projetos de estimulação de funções psicológicas em crianças, apoio na orientação profissional e planejamento de carreira. No decorrer do semestre letivo, foi realizado atendimento a adolescentes e jovens adultos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os pacientes atendidos, apresentavam queixas sobre suas relações familiares, como, relacionamento com pai, mãe, irmãs, marido e filhos, apresentavam também questões pessoais, como autoestima baixa, irritabilidade, falta de autoconhecimento e sentimento de culpa.

Com o passar dos atendimentos, as pacientes puderam perceber suas necessidades e atender-as, suas falas traziam mais confiança em si e demonstravam uma autoestima elevada. Assim, durante o processo do semestre, houve pacientes que optaram por alta da clínica escola e outros que optaram por dar continuidade em seus atendimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estágio Específico III proporcionou desafios teóricos e práticos, sendo a maior dificuldade encontrada, aliar a psicologia com as situações vivenciadas no contexto clínico. Durante os atendimentos, foi possível uma escuta diferenciada para cada caso, reflexão das demandas trazidas, o resgate das vivências de cada paciente e acima de tudo, pode-se intervir de alguma forma, a partir dos conhecimentos da Psicologia, nos aspectos individuais de cada paciente, de sua realidade para potencializá-los na direção de maior autonomia e sobre suas responsabilidades como seres pertencentes. Também foi possível perceber as consequências da psicoterapia nesses encontros com os pacientes, salientando a eficácia da atuação do profissional psicólogo e o quanto gratificante é fazer uma análise dos casos e ter claramente a certeza da evolução do sujeito. Neste sentido, todos os atendimentos foram pautados nestas questões apresentadas, tendo como foco principal mostrar aos pacientes maneiras no enfrentamento de situações conflitantes, através de técnicas e instrumentos psicológicos.

INTRODUÇÃO

Quando se fala em paciente hospitalizado Ismael (2005), pontua que é preciso sempre lembrar que o paciente é um ser biopsicossocial, ou seja existe um desequilíbrio biológico e há uma estrutura de personalidade, ansiedade em face da doença e ele está inserido em um contexto familiar, social e de trabalho, portanto um dos objetivos do psicólogo hospitalar é tentar minimizar o sofrimento do paciente e sua família visando a promoção e a manutenção da saúde física e emocional, assim como a prevenção e o tratamento das doenças e a identificação de correlatos etiológicos e diagnósticos de saúde. Para Lustosa (2007), com a internação de um membro da família, a mesma se vê sem amparo e necessitando de auxílio, com isso a autora afirma ainda que é neste momento que a presença do Psicólogo Hospitalar se torna fundamental trazendo com sua compreensão teórica e habilidade técnica, a possibilidade de auxílio na reorganização do todo familiar, frente ao sofrimento atual. Facilitando a elaboração de fantasias, medos e angústias próprios de um momento como este.

OBJETIVO

Proporcionar escuta psicológica a pacientes e familiares na ala de neurologia e na saúde mental no Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Raquel Ayres de. Possibilidades de utilização da psicoterapia breve em hospital geral. Revista da SBPH, v. 13, n. 1, p. 94-106, 2010. ISMAEL, Silvia Maria Cury. A prática psicológica e sua interface com as doenças. São Paulo: Casa do psicólogo, 2005. LUSTOSA, Maria Alice. A família do paciente internado. Revista da SBPH. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 1-6, jun/2007.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foi utilizado como método de intervenção as psicoterapia breve, que para Almeida (2010), os objetivos são limitados por terem suas metas mais reduzidas que as psicoterapias convencionais e aparece em função das necessidades imediatas do indivíduo. Contudo se fez necessário que o olhar também se volta-se, para a rede familiar do paciente, a partir da abordagem sistêmica, pois, quando um membro da família adocece, toda a família adocece junto, como mostra Lustosa (2007) quando diz que a família também se depara com dificuldades no enfrentamento da situação de adoecimento de um de seus membros.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a realização deste estágio, foi possível observar que pacientes e familiares com menor nível de informação, tendem a ter um maior sofrimento diante de experiências de internação. Destaca-se ainda, a necessidade de se ter um profissional da psicologia em instituições de saúde tanto públicas como particulares, pois assim é possível fortalecer e ampliar a rede de apoio dos pacientes, bem como auxiliar na minimização do sofrimento dos mesmos, para os pacientes internados nos quartos de saúde mental. Dedicar tempo e atenção a esses pacientes em específico, acarretaria na diminuição de novas incidências.

Da mesma maneira que é perceptível que seria conveniente o suporte psicológico aos profissionais da área da enfermagem que são responsáveis pela amenização da dor física e emocional frente as situações de internação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estágio Específico II proporcionou desafios teóricos e práticos. Durante os atendimentos, foi possível uma escuta diferenciada para cada caso, reflexão das demandas trazidas, o resgate das vivências de cada paciente e acima de tudo, pode-se intervir de alguma forma, a partir dos conhecimentos da Psicologia, nos aspectos individuais de cada paciente, de sua realidade para potencializá-los na direção de maior autonomia e sobre suas responsabilidades como seres pertencentes. Também foi possível perceber as consequências da psicoterapia nesses encontros com os pacientes, como a diminuição da ansiedade e do sofrimento ou uma melhor elaboração do luto, salientando a eficácia da atuação do profissional psicólogo e o quão gratificante é fazer uma análise dos casos e ter claramente a certeza da evolução do sujeito.

INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta um Projeto de extensão na Escola de Educação Básica Santa Terezinha, situada na cidade de Brusque-SC, onde foi identificado um campo com a demanda em questão: trabalhar a atenção em crianças na idade escolar. Foram utilizadas atividades de musicalização e de cognição, abrangendo uma gama de ações de desenvolvimento corporal e aprimoramento cognitivo.

Santos, Nascimento e Pinto (2017) evidenciam que a infância é um período indispensável de desenvolvimento e aprendizagem para a vida adulta, e por meio de brincadeiras espontâneas as crianças tornam-se mais criativas e desenvolvem habilidades sociais, motoras e cognitivas. Gregoleti, Gualda e Fonseca (2011) salientam que trabalhar com música no contexto infantil (comumente denominado de musicalização infantil), favorece o controle rítmico-motor e refina habilidades auditivas, visual e tátil. Ao se introduzir o fazer musical no universo escolar, identificou-se que a música pode ser um elemento transformador, pois reúne o prazer e o lúdico necessários para a efetivação dos processos de ensino e aprendizagem.

OBJETIVO

Proporcionar um espaço com atividades de musicalização que possibilite o desenvolvimento do fenômeno da atenção em crianças em idade escolar com dificuldades de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

GREGOLETI, Antonia de Fátima Mota; GUALDA, Gabriele Lima; FONSECA, Ana Paula Araújo. Musicalização na educação infantil: possíveis efeitos sobre o desenvolvimento de crianças. In: **X Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional**. Tema: Psicologia Escolar e Educacional: Caminhos Trilhados, Caminhos a Percorrer. Local: Universidade Estadual de Maringá – Maringá – PR. Data: 03 a 06 de julho de 2011.

SANTOS, Alessandra de Jesus dos; NASCIMENTO, Emile Cristina do; PINTO, Paula Sanders Pereira. A percepção de crianças e cuidadores sobre a importância do brincar espontâneo para o desenvolvimento infantil. **XVI SEPA - Seminário Estudantil de Produção Acadêmica**, UNIFACS, 2017. Disponível em: <<http://revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/4984/3304>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

MATERIAIS E MÉTODOS

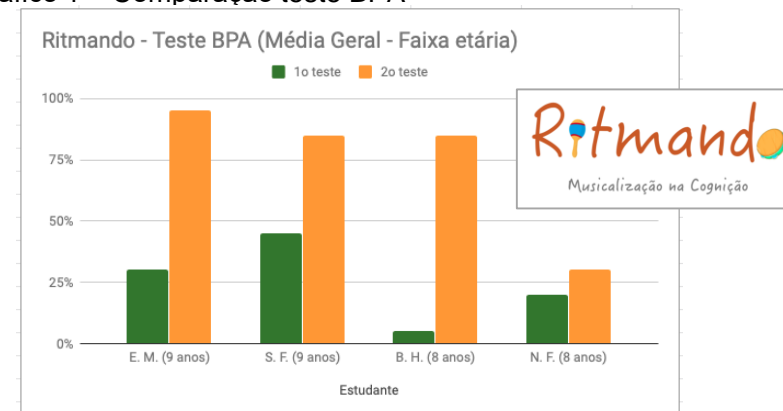
Após os primeiros encontros com o Diretor da escola, a turma indicada para se trabalhar foi a do 3o ano – turno vespertino. Após delineado o plano de ação junto à escola e o Diretor, foi dado início ao projeto que teve 12 encontros com 6 estudantes da turma escolhida, com o devido consentimento dos pais ou responsáveis. Foram trabalhados vários exercícios e vivências por meio da música: ritmo, métrica, melodia, memória, coordenação, construção de instrumentos musicais com material reciclável, entre outros. No início e no fim deste trabalho foi realizado o teste Bateria Psicológica para Avaliação da Atenção (BPA) com os 6 estudantes participantes. Esse teste visa avaliar três tipos de atenção: Atenção Concentrada, Atenção Dividida e Atenção Alternada. A avaliação se deu em dois momentos: no início do projeto e no final do mesmo, com objetivo de comparar e verificar se houve melhora da atenção por meio da musicalização.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Identificou-se diferença na atenção dos estudantes participantes, pois durante os encontros (e entre eles), verificou-se melhoras significativas na atenção e no foco dos mesmos. Isso se deu de acordo com as escolhas das atividades devidamente pautadas na literatura e da participação ativa dos estudantes. Com os resultados do teste BPA aplicado nos estudantes participantes, pode-se afirmar que houve melhora de até 80% na atenção dos estudantes participantes (Gráfico 1). Cabe ressaltar que 2

estudantes participantes deste projeto saíram da escola por motivos pessoais, sendo assim, tem-se somente o teste comparativo de 4 estudantes.

Gráfico 1 – Comparação teste BPA



Fonte: Elaborado pelos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A musicalização pode contribuir efetivamente para o desenvolvimento dos seguintes aspectos cognitivos e funções executivas: socialização, alfabetização, inteligência, capacidade inventiva, expressividade, coordenação motora e tato fino, percepção sonora, percepção espacial, raciocínio lógico e matemático. Com o trabalho realizado fica evidente que a música pode ser utilizada como um instrumento de trabalho, seja no contexto escolar ou em outro contexto, desde que adaptados os métodos para cada situação.

INTRODUÇÃO

O transtorno de ansiedade é um dos que mais afeta a população na atualidade. Se caracteriza por uma interpretação equivocada e não adaptativa frente a um estímulo considerado como uma ameaça ou perigo (WILLHELM; ANDRETTA; UNGARETTI, 2015).

O autoconhecimento é uma das competências no campo das habilidades sociais, necessário para o monitoramento e avaliação de qual será o comportamento apropriado diante de determinada situação. Nessa perspectiva a psicoterapia tem como papel trazer a tona conteúdos inconscientes proporcionando a descrição por meio de questionamentos sobre o que o indivíduo faz e por que ele o faz (SILVA, 2002).

A proposta do terapeuta consiste em aproximar-se, chegar perto do seu paciente. O trabalho terapêutico acontece a partir da confiança estabelecida entre paciente e terapeuta, sendo assim, contribui para a apresentação dos acontecimentos, acolhendo e ao mesmo tempo, se entrega à doação, à sua própria existência (BRESCHIGLIARI; JAFELICE, 2015).

É importante considerar como ocorre o encerramento desse processo terapêutico, a partir da ideia de desfecho, um sentido final. Significando o caminho do atendimento, que traz para si uma compreensão. Contudo, todo desfecho, no momento em que se fecha, pode-se ter

abertura de outra coisa, tem-se então um aspecto de novidade, ou seja, “uma nova coisa vem se colocar quando o desfecho preenche a situação primeira (BRESCHIGLIARI; JAFELICE, 2015).

OBJETIVO

Realizar atendimento psicoterapêutico a fim de obter a demanda apresentada e apoiar o desenvolvimento do processo de autoconhecimento.

MATERIAIS E MÉTODOS

As intervenções aconteceram na Clínica Escola e Serviços de Psicologia (CESP). Foram realizados 10 (dez) encontros com duração de 50 minutos cada. As atividades planejadas tiveram o intuito de atender a demanda inicial com queixa principal de ansiedade. As técnicas utilizadas focaram no apoio ao desenvolvimento de habilidades sociais como assertividade, autocontrole e busca de autoconhecimento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a criação de vínculo, a paciente trouxe sua demanda inicial de ansiedade, porém, foi possível perceber que sua ansiedade era um sintoma de sua baixa autoestima e falta de autoconhecimento. Com o decorrer dos atendimentos, foi possível proporcionar momentos de autoconhecimento e elevação de sua autoestima, para que assim, a mesma

percebesse seus medos e angústias, realizando modificações, que julgou necessárias em sua rotina para lidar melhor com conflitos internos (SILVA, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disciplina de Atendimento psicoterapêutico I, proporcionou desafios teóricos e práticos: aliar os conhecimentos da ciência psicológica com as situações vivenciadas no contexto clínico. Durante os atendimentos, foi possível uma escuta qualificada para as situações trazidas pela voluntária, reflexões das demandas e necessidades trazidas, o resgate das vivências da mesma e acima de tudo, pode-se intervir com recursos técnicos a partir de sua realidade para potencializá-los na direção de maior autonomia e sobre suas responsabilidades como ser pertencente. Também foi possível perceber as consequências da psicoterapia nesses, salientando a eficácia da atuação do profissional psicólogo e o quão gratificante é fazer uma análise do caso e ter mais claramente a visibilidade sobre a evolução do paciente. Neste sentido, todos os atendimentos foram pautados nestas questões apresentadas, tendo como foco principal mostrar a paciente maneiras no enfrentamento de situações conflitantes, através de técnicas e instrumentos psicológicos.

REFERÊNCIAS

- BRESCHIGLIARI, Juliana Oliveira; JAFELICE, Giovana Telles. Plantão Psicológico: ficções e reflexões. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 35, n. 1, p. 225-237, 2015.
- SILVA, Alessandra Turini. Habilidades sociais: breve análise da teoria e da prática à luz da análise do comportamento. Interação em Psicologia, v. 6, n. 2, 2002.
- WILLHELM, Alice Rodrigues; ANDRETTA, Ilana; UNGARETTI, Mariana Steiger. Importância das técnicas de relaxamento na terapia cognitiva para ansiedade. Contextos Clínic, São Leopoldo, v. 8, n. 1, p. 79-86, jun. 2015 ..

ACOLHIMENTO E ACOMPANHAMENTO AOS PACIENTES DA ALA DE SAÚDE MENTAL DO HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX ATRAVÉS DA PSICANÁLISE

Gabriele Bertoldi, Kethilen Andrietti, Naiara Caroline da Silva, Samanta Santos, Gustavo Angeli
kethilenandrietti@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

A psicanálise se apresenta como uma possibilidade de intervenção e método no âmbito hospitalar. Um espaço onde é possível escutar o sujeito diante de sua fragilidade psíquica devido a um acontecimento somático. Freud (1919/1996) já alertava para a importância de expandir a prática psicanalítica, adequando as técnicas as novas condições sociais e com a finalidade de ampliar a psicanálise para além dos limites do consultório particular. Desta forma, vislumbramos apresentar recortes da experiência do estágio específico em Psicologia em um hospital a partir da psicanálise.

OBJETIVO

Acolher e acompanhar pacientes da ala de saúde mental do Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux através da escuta psicanalítica.

REFERÊNCIAS

Freud, S. (1919) **Linhas de progresso na terapia psicanalítica**. In: Uma neurose infantil e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XVII.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa que se desenvolve a partir da experiência de estágio no âmbito hospitalar se relaciona ao método psicanalítico. O estágio foi realizado com pacientes da ala de saúde mental do Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux, totalizando aproximadamente 30 acolhimentos aos pacientes, ou seja, uma primeira escuta sobre os motivos e acontecimentos que resultaram em uma hospitalização e agrupados elementos organizadores do setting terapêutico, como o espaço de atuação e os princípios da própria relação transferencial e contratransferencial, que é estabelecida entre paciente e analista.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O primeiro desafio encontrado no estágio se relaciona ao sigilo e ao ambiente dos atendimentos. O ambiente hospitalar não oferece ao analista e paciente a

privacidade do consultório particular, porém, todos que estão internados no quarto, de certa forma, estão buscando alívio para seu sofrimento, dividindo suas histórias e experiências, e muitas vezes, o conflito de um sujeito pode provocar efeitos terapêuticos em outros pacientes. É fato que essas mesmas situações podem causar horror à outros pacientes, mas cabe ao analista o manejo dessas situações. Dessa forma, o atendimento no ambiente hospitalar permite escutar e acolher as demandas singulares e refletir sobre intervenções coletivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da resistência de profissionais em relação ao exercício da psicanálise no contexto hospitalar, ao realizar os acolhimentos, em que muitos pacientes demonstravam sentir falta e demandar uma escuta qualificada, ressalta-se a importância e a extrema necessidade da inserção de psicólogos no ambiente hospitalar.

INTRODUÇÃO

Este trabalho se baseia no relato do Estágio Supervisionado Específico I do curso de Psicologia da UNIFEBE, o qual realizou intervenções em uma instituição de longa permanência para idosos no vale do Itajaí, que desenvolve atividades de apoio social e tem como principal objetivo responder globalmente às necessidades do idoso, promovendo a garantia de seus direitos enquanto indivíduo.

É com o papel de mediador que o psicólogo trabalha nesse processo grupal e com a capacidade de facilitar o processo. O profissional deve propor a socialização e a revisão das experiências que os idosos têm em comum e as que necessitam ser resgatadas e/ou mantidas. Assim sendo, para os idosos, a formação de grupos se torna uma boa alternativa, tendo em vista a promoção e prevenção de saúde e também estabelecer uma experiência rica, proporcionando a formação de uma rede de suporte psicossocial entre os idosos participantes enquanto modelo de intervenção psicológica que contribui para a valorização da identidade pessoal (MORAIS, 2009).

REFERÊNCIAS

MORAIS, Olga Nazaré Pantoja de. Grupos de idosos: atuação da psicogerontologia no enfoque preventivo. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 29, n. 4, p. 846-855, dez. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000400014&lng=pt nrm=iso. Acesso em: 27 maio 2018.

OBJETIVO

Promover interação entre os institucionalizados de um Lar de Idosos localizada no vale do Itajaí/SC, oportunizar a criação de laços afetivos e proporcionar momentos de escuta e de processos reflexivos, incentivando o resgate da história de vida de cada um.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho foi alicerçado em uma experiência de estágio, realizada em uma Instituição de Lar de Idosos localizada no vale do Itajaí/SC e tendo como base teórica a abordagem sistêmica. O trabalho foi realizado com os idosos ali institucionalizados, sendo aproximadamente 30 idosos, sendo homens e mulheres com idade maior de 60 anos. As atividades percorrem em torno de quatro meses, tendo início em Março e sendo finalizado ao final de Julho de 2018. Durante todo o trabalho, buscou-se abrir oportunidades aos idosos para o fortalecimento dos laços afetivos e sociais dentro da própria instituição, momentos de escuta e de processos reflexivos e incentivá-los para o resgate da história de vida de cada um.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No início do estágio, o grupo apresentou alguns sentimentos relacionados a solidão e isolamento social, acredita-se que tais sentimentos se tornaram fatores de resistência iniciais na participação das intervenções. Porém, no decorrer dos encontros foi se revelando uma confiança e os idosos se mostraram dispostos em participar, assim abrindo espaço para um ambiente de intervenção. Foi possível perceber que no decorrer dos encontros, foi surgindo vontade em participar, compartilhar vivências e desejo de criar laços entre os participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se nas considerações finais deste trabalho, o resultado positivo obtido em alcançar os objetivos propostos ao iniciar as intervenções. Nos encontros, foi possível executar algumas atividades direcionadas especificamente a fase do envelhecimento, foi possível proporcionar momentos de escuta, reflexão, de resgate de suas vivências e atingiu-se o ponto principal deste estágio, onde em cada intervenção se buscou proporcionar a interação entre os idosos institucionalizados

INTRODUÇÃO

O presente trabalho originou-se do estágio supervisionado específico I de psicologia da UNIFEBE, ao qual fora realizado no Hospital Arquidiocesano Consul Carlos Renaux, mais conhecido como Hospital Azambuja.

Sabendo da necessidade de reflexão sobre o processo de adoecimento de um indivíduo, Bilotta e Amorim (2012) ressaltam a importância da psicologia no contexto hospitalar, que se difere dos outros profissionais do hospital, pois sua prioridade é dar voz à subjetividade do paciente, evidenciando aspectos da abordagem analítica, ao qual não tem como objetivo atingir um ideal com o paciente e sim despertar um processo de elaboração simbólica do adoecimento.

Bilotta e Amorim (2012), também destacam as contribuições que a prática junguiana pode auxiliar na prática hospitalar, ao elucidar que os pacientes necessitam de profissionais de saúde que acolham e os escutam em toda sua totalidade, seja ela psíquica, biológica, social e até mesmo espiritual, para por meio deste, promover o resgate do sujeito em seu processo de adoecimento.

OBJETIVO

Como objetivo geral fora estabelecido: Compreender a atuação do psicólogo no âmbito hospitalar de um hospital público de Brusque. Sendo os objetivos específicos: compreender as atividades desempenhadas e as

possibilidades de atuação do psicólogo no Hospital Arquidiocesano Consul Carlos Renaux; Proporcionar a saúde e qualidade de vida utilizando das técnicas da psicologia hospitalar e, relacionar aspectos teóricos e metodológicos da psicologia hospitalar nas práticas desenvolvidas no decorrer do estágio.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização das práticas e cumprimento dos objetivos listados foi feita uma pesquisa exploratória que de acordo com Gil (2002), tem como um dos principais objetivos o aprimoramento de ideias ou/a descoberta de intuições, pode ser bastante flexível de forma que viabilize a consideração dos mais variados aspectos estudado. Para proporcionar e promover a saúde busca-se entender esses indivíduos em sua totalidade, com muita atenção e cuidado, técnicas que possa acolher e escutar os pacientes com uma visão livre de julgamentos e preconceitos, respeitando o sujeito como um todo, debruçando-se ao paciente que sofre e busca sentido no adoecimento (BILOTTA; AMORIM, 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao decorrer das atuações no campo de estágio foi evidenciado que alguns pacientes buscaram compreender o significado por trás do seu processo de adoecimento. Esse movimento é de grande importância no processo de tratamento, pois a doença pode ser entendida como um símbolo, observada tanto de forma consciente como

também exprime conteúdos psicológicos mais profundos, inconsciente (BILOTTA; AMORIM, 2012).

Foi possível evidenciar as possibilidades de atuação do psicólogo, dessa forma auxiliando tanto na diminuição do sofrimento do paciente, bem como de seu acompanhante que está junto neste processo da hospitalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao evidenciar a importância do profissional da psicologia no contexto hospitalar, foi possível alcançar os objetivos ao qual estavam elencados no plano de ação, apesar de saber da impotência em certos momentos devido a só um atendimento, porém conseguindo, auxiliar tanto na prevenção como na promoção de saúde da população dentro e até mesmo investimentos na qualidade de vida, na mudança de hábitos que serão levadas fora do contexto hospitalar.

Juntamente a isso, foi possível relacionar eixo teoria e prática, relacionando a psicologia junguiana a prática hospitalar, fazendo com que o estágio em si desencadeia potencialidades para auxiliar o estagiário em sua futura profissão, proporcionando além do conhecimento, o desenvolvimento do acadêmico enquanto pessoa, tanto profissionalmente como nas demais atividades recorrentes do cotidiano.

REFERÊNCIAS

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.
BILOTTA, Fernanda ;A. AMORIM, S. (orgs) **A psicologia junguiana entra no hospital: diálogos entre corpo e psique**. São Paulo: Vetor, 2012.

Gabriele Bertoldi, Kethilen Andrietti, Naiara Caroline da Silva, Samanta Santos, Luzia de Miranda Meurer
*e-mail: samanta1398@gmail.com

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

A Gestalt-Terapia é uma abordagem psicoterapêutica a qual trabalha a essência, existência, fenômenos, que englobam o cliente na busca da tomada de consciência, expressão corporal entre outras (YONTEF, 1998 apud ALMEIDA, 2010).

Em relação ao processo psicoterapêutico com crianças seu objetivo é ampliar sua autoconsciência e autossuporte para possibilitar a identificação, aceitação e expressão de seus sentimentos, descobrir e verbalizar suas necessidades e encontrar formas de satisfazê-las. Assim, a tarefa do terapeuta é ajudar as crianças a se sentirem fortes dentro de si mesmas, proporcionando o máximo de experiências nas áreas em que mais necessita, pois quando a criança em terapia experimenta os seus sentidos, seus sentimentos, seu corpo, ela recupera uma postura sadia em sua vida (MATTAR, 2010). Desta forma, este trabalho tem como finalidade apresentar uma experiência em psicoterapia infantil desenvolvida durante o estágio específico de Psicologia em uma clínica escola com uma criança de 7 anos, à luz da Gestalt-Terapia.

OBJETIVO

Discutir sobre um atendimento psicoterápico com uma criança de 7 anos à luz da Gestalt-Terapia

REFERÊNCIAS

- MATTAR, Cristine Monteiro. Três perspectivas em psicoterapia infantil: existencial, não diretiva e Gestalt-terapia. **Contextos Clínic**, São Leopoldo, v. 3, n. 2, p. 76-87, dez. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822010000200001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 ago. 2019.
- OAKLANDER, Violet. **Descobrendo crianças: abordagem gestáltica com crianças e adolescentes**. São Paulo: Summus, 1980.
- YONTEF, G. M. **Processo, Diálogo e Awareness: ensaios em Gestalt-terapia**. 2 ed., São Paulo: Summus, 1998.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para os atendimentos psicoterápicos, a pesquisa teve seu embasamento teórico na abordagem Gestalt-Terapia. A pesquisa realizada foi de caráter qualitativo, quanto ao tipo de pesquisa, foi exploratório, e por fim, o método realizado foi de estudo de campo.

Dentre as técnicas lúdicas e expressivas utilizadas para os atendimentos, destaca-se a seguir algumas: CAT-A (teste de apercepção infantil), desenho de vivências de algumas experiências inacabadas, pintura com guache e jogos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No decorrer dos 31 atendimentos, os quais aconteceram em dois semestres, um dos fenômenos trabalhados com o cliente foram questões de comportamento de fácil irritabilidade, o qual ele sentia principalmente com seus colegas de escola bem como, não fazia o que a professora pedia muitas das vezes. Consequentemente, acarretando prejuízos sociais. Foram utilizadas atividades lúdicas, técnicas e jogos para o fortalecimento de vínculo e abertura de diálogo entre terapeuta e cliente, bem como, oferecer e dar espaço para a criança brincar como desejava. Ao longo dos atendimentos, apesar da criança demonstrar resistência e pouco interesse na psicoterapia, conforme ela foi entrando em contato consigo mesma e

com a estagiária, a mesma foi demonstrando-se mais aberta diante de algumas reflexões, sendo possível ressignificar por meio de técnicas lúdicas experiências vividas que retornavam como situações inacabadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a experiência, foi possível identificar a importância do processo terapêutico, pois, principalmente para o cliente é possível gerar reflexões e consequentemente tomadas de consciência que possam atingir um estado de vida mais saudável. Bem como, a ressignificação de situações inacabadas que atuam no presente de alguma forma, e que acabam gerando um desconforto emocional no indivíduo.

O atendimento psicoterápico com crianças é um processo mais difícil para tomadas de consciência, pois, um fator muito comum na psicoterapia com crianças, é a resistência, e segundo Oaklander (1980), as crianças são resistentes e defensivas por boas razões, elas fazem o que precisam fazer para se proteger. Durante as sessões, foi possível observar que em muitas vezes a criança apresentava-se resistente para falar sobre si, bem como, situações em que apresentava-se impaciente nas atividades propostas. Porém, nas últimas sessões a mesma demonstrou-se mais aberta para algumas questões, tornando os atendimentos mais acessíveis.

GRUPO COM CRIANÇAS: PROMOVEDO BEM ESTAR ENTRE AS FAMÍLIAS

Gabriele Bertoldi, Kethilen Andrietti, Naiara Caroline da Silva, Samanta Santos, Juliane de Moliner
gabrielebertold@gmail.com
Centro Universitário de Brusque - Unifebe

INTRODUÇÃO

O presente estágio teve como objetivos promover um grupo de atendimento para crianças e adolescentes, visando aprimorar nessas suas percepções e encontrar formas de perceber suas emoções, as acadêmicas de psicologia também estiveram atendendo os pais dos participantes do grupo, para ajudá-los a encontrar formas de auxiliarem os filhos no ambiente familiar.

Como traz Costa (2010), a importância da família estar em conjunto com a criança no ambiente terapêutico é imensa, pois sua leitura sistêmica é vista como um todo e não apenas as partes de cada uma destas, os conceitos que são aprendidos durante a vida e a maneira com se olha para o mundo vem do seu contexto familiar, principalmente para a criança

OBJETIVO

Promover um espaço para o acolhimento e escuta das crianças, trabalhando suas percepções

REFERÊNCIA

COSTA, Liana Fortunato. **A Perspectiva Sistêmica para a Clínica da Família**. 2010, Psicologia: Teoria e Pesquisa, 2010

MATERIAIS E MÉTODOS

O grupo teve como proposta desenvolver um trabalho que busque trazer bem estar às crianças trabalhando suas emoções, percepções e também as suas relações familiares.

As atividades ocorreram de forma dinâmica para que as crianças possam sentir-se à vontade para participarem do grupo, com brincadeiras ou conversas que não tomam muito o tempo do grupo. Durante o desenrolar das atividades propostas pela estagiária ao grupo, foi utilizado diferentes formas para a concretização das propostas feitas ao grupo, utilizando vídeos, brincadeiras, roda de conversa, atividades de colorir, entre outras, visando o bem estar das crianças com relação ao grupo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o desenrolar do projeto foi possível perceber que os objetivos propostos em relação às crianças foram acontecendo aos poucos, possibilitando o crescimento do grupo e podendo acompanhar evoluções que

ocorreram, algumas pequenas, mas ao final foi possível perceber que estas foram de grande importância para o desenvolvimento das crianças e do grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de comandar um grupo, apesar de não ser nova, mostrou-se igualmente desafiadora, proporcionando um grande crescimento pessoal e profissional nas acadêmicas, buscando muitas vezes sair da zona de conforto e mudanças para o bom funcionamento do grupo, buscando sempre novos meios para realizar as atividades, contando com a ajuda da professora orientadora.

INTRODUÇÃO

A adolescência é um período de grandes mudanças, que exige dos indivíduos pertencentes a esse grupo, novos aprendizados, novos conhecimentos, além de serem pressionados pelos vários grupos e terem que conviver com diferentes valores, regras contraditórias e encararem uma realidade violenta através dos diversos meios de comunicação (NEUFELD, 2017). Desta forma foi identificada a necessidade e importância de auxiliar os adolescentes a desenvolverem um repertório de comportamentos sociais competentes, fazendo com que os mesmo consigam organizar seus próprios pensamentos, sentimentos e ações em função de seus objetivos e valores, estruturando-os as demandas do ambiente.

Diante desse contexto as acadêmicas do curso de Psicologia, desenvolveram um projeto de estágio específico com um grupo de adolescentes. Tendo como proposta refletir sobre a necessidade de possuir um bom repertório de Habilidades Sociais, compreendendo melhor, a comunicação assertiva, passiva e agressiva, atuando com o objetivo de fortalecer os vínculos que os adolescentes já possuem, incentivando-os também a criarem novos vínculos saudáveis. A partir disso, foram

desenvolvidas atividades, que forneceram suporte para os adolescentes enfrentarem essas demandas.

OBJETIVO

Desenvolver Treinamento de Habilidades Sociais com um grupo de adolescentes.

MATERIAIS E MÉTODOS

Elaborado por acadêmicas do curso de Psicologia da UNIFEBE, dentro da disciplina de Estágio Supervisionado I, o qual foi realizado com um grupo de adolescentes. As acadêmicas aplicaram ao grupo um treinamento de habilidades sociais, por meio de oficinas, além de auxiliar o grupo, na promoção de sua saúde mental. O grupo era realizado uma vez por semana durante 1 hora e 30 minutos. Participavam do grupo 18 (dezoito) adolescentes e foram realizado 15 encontros.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O objetivo geral que era realizar um treinamento de habilidades sociais com adolescentes foi alcançado por meio de todas as atividades realizadas com o grupo. Visto que apesar dos adolescentes não terem o conhecimento das habilidades de comunicação, assim como afirma Del Prette e Del Prette, (2006), que apesar das habilidades

sociais serem aprendidas no decorrer do desenvolvimento humano, quando as condições não favorecem essa aprendizagem, os indivíduos podem recuperar esse processo por meio do treinamento, em um contexto estruturado com estratégias grupais bem conduzidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho foi possível averiguar a importância do Treinamento de Habilidades Sociais no período da adolescência, pois o mesmo gera reflexões e mudanças nos comportamentos, auxiliando os indivíduos a desenvolverem estratégias mais assertivas para lidar com as situações do seu cotidiano.

As acadêmicas de psicologia, juntamente com a sua professora orientadora, planejaram e realizaram atividades com os adolescentes, visando o desenvolvimento da comunicação assertiva, por meio da compreensão da comunicação passiva, agressiva e assertiva, suas consequências e benefícios.

REFERÊNCIAS

- DEL PRETTE, A. & DEL PRETTE, Z. A. P. **Habilidades sociais: Conceitos e campo teórico-prático**. 2006. Disponível em: <<http://www.rihs.ufscar.br/wp-content/uploads/2015/03/habilidades-sociais-conceitos-e-campo-teorico-pratico.pdf>>.
- NEUFELD, Carmem Beatriz. **Terapia Cognitivo - Comportamental Para Adolescentes: Uma Perspectiva Transdiagnóstica e Desenvolvidor**. Porto Alegre: Artmed, 2017.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como objetivo realizar atividades grupais com adolescentes visando a promoção e prevenção de saúde destes indivíduos, o grupo aconteceu na escola de ensino fundamental Rio Branco com alunos do 9º ano do ensino fundamental da instituição.

Segundo Assis, et.al (2003) a adolescência é um período de transição e mudança que afeta aspectos, físicos, sexuais cognitivos e emocionais, é tida como a fase da reorganização emocional, de turbulência e instabilidade que os adolescentes estão conectados.

OBJETIVO

Possibilitar um espaço para discussão que permita debates sobre a promoção e prevenção de saúde com o grupo

MATERIAIS E MÉTODOS

No primeiro momento com o grupo, foi realizado uma conversa apresentando temas a serem debatidos durante

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Simone G.; et.al. **A representação social do ser adolescente**: um passo decisivo na promoção da saúde. 2003. 15 f., Escola Nacional de Saúde Pública e Centro Latino-americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (claves), da Fiocruz, Rio de Janeiro, 2003.
- CAVALCANTE, M. B. P. T.; ALVES, Maria Dalva Santos; BARROSO, Maria Grasiela Teixeira. Adolescência, álcool e drogas: uma revisão na perspectiva da promoção da saúde. **Esc Anna Nery Rev Enferm**, v. 12, n. 3, p. 555-9, 2008.

os encontros, como por exemplo: família, lidar com situações difíceis, desempenho escolar, identidade, autoestima, entre outros, sempre estimulando a participação dos adolescentes na tomada de decisões do grupo.

Os encontros foram regidos sempre levando em conta a opinião e o desejo do grupo, sendo construído a cada encontro formas de se trabalhar determinado tema escolhido pelos integrantes. Nessa fase, o conceito de interação grupal é perceptível, e o adolescente busca pertencer a um grupo com o qual se identifica. Este terá a capacidade de influenciar suas ações e fará com que adote atitudes as quais serão a prova de sua aceitação na “tribo” (CAVALCANTE; ALVES; BARROSO, 2008).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o desenrolar do projeto foi possível perceber que os objetivos propostos pela estagiária aos adolescentes foram acontecendo, possibilitando o crescimento do grupo e acompanhando algumas evoluções, mesmo que pequenas, que acabaram ocorrendo na postura dos adolescentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa experiência de conduzir um grupo foi de grande importância para o crescimento pessoal e profissional das estagiárias, onde muitas vezes foi necessário sair da sua zona de conforto para buscar maneiras de realizar uma melhor intervenção perante o grupo de adolescentes, contando sempre com o apoio da professora orientadora. Os objetivos que foram colocados como meta durante a elaboração deste projeto foram atingidos, trazendo ao grupo conscientização sobre diversos temas e trazendo a promoção e prevenção de saúde a estes jovens.

INTRODUÇÃO

Entender como os adolescentes se comportam quando necessitam cooperar e trabalhar em equipe, o psicólogo tem um papel fundamental de compreender como os fatores psicológicos que influenciam o desempenho físico, e buscar entender como a participação nessas atividades grupais afeta o desenvolvimento emocional, a saúde, a cooperação e o bem estar do grupo.

Assim pode-se perceber que é importante para o psicólogo compreender com clareza a formação e funcionamento de grupos, bem como é de extrema relevância investigar se há cooperação entre os membros, pois a cooperação dentro de um grupo, segundo o autor (MINUCUCCI, 2011.) é imprescindível para que o indivíduo consiga compreender e aceitar o ponto de vista do outro, e para um melhor alcance dos objetivos comuns, onde todos os indivíduos trabalham juntos.

OBJETIVO

Verificar se há cooperação dentro de um grupo de adolescentes de idade entre 13 (treze) à 17 (dezesete) anos, de um time de treinamento de futebol. Sociedade Beneficente e Recreativa Santos Dumont

MATERIAIS E MÉTODOS

Primeiramente as acadêmicas fizeram as devidas apresentações.

No segundo momento, as acadêmicas aplicaram uma

dinâmica de quebra gelo, que deu da seguinte forma:

As acadêmicas apresentaram a personagem da dinâmica, que neste caso foi uma formiga imaginária.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As atividades realizadas ocorreram por volta das quatro horas, onde as acadêmicas chegaram no clube Santos Dumont e se apresentaram aos treinadores, após as apresentações as mesmas foram conduzidas pelos treinadores junto com os 24 adolescentes até a quadra de esportes para as devidas apresentações.

Após esse primeiro momento as acadêmicas, direcionaram os adolescentes para o campo de grama sintética, no interior da quadra, explicando a primeira dinâmica de quebra gelo, e dando início solicitando que os mesmos formassem uma roda. Explicou aos adolescentes que em sua mão possuía uma formiga imaginária, e que o objetivo era depositar a formiga em uma parte do corpo do colega ao lado, e seguir essa sequência até chegar novamente na acadêmica.

Tendo a formiga imaginária passado por todos os integrantes da roda, pediu aos adolescentes que recordassem e dessem um beijo no local onde depositaram a formiga imaginária, ao final a acadêmica deu um feedback da dinâmica, onde foi perguntado aos adolescentes se eles tinham conhecimento sobre empatia, no qual dois adolescentes demonstraram saber sobre o conceito, que era o objetivo da dinâmica.

Ao término da dinâmica quebra gelo deu início a um

momento de reflexão, explicando os conceitos de cooperação, fazendo a junção dos conceitos de empatia e cooperação de se colocar no lugar do outro, explicitando que como eles eram um grupo de futebol e cada um tem seu papel específico, poderia acontecer de terem que trocar de lugar em determinado momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todos os momentos os adolescentes mostram-se muito solícitos à cooperar, a dinâmica alvo ocorreu além do esperado pelas acadêmicas, percebeu-se que os adolescentes estavam empenhados em cumprir a tarefa proposta.

Durante a dinâmica ficou perceptível que os adolescentes mostraram-se participativos e curiosos com as atividades que iriam desempenhar, divertiram-se com a formiga imaginária, e quando chegou a parte de beijar o amigo, onde os mesmos haviam colocado a formiga, as risadas foram unânimes, cada um com seu jeito de ser e com criatividade depositou seu beijo no amigo, a partir deste momento ficaram muito à vontade para prosseguir com o objetivo da intervenção.

Porém para nós como futuros psicólogos tivemos uma experiência enriquecedora e, de grande valia para a nossa formação acadêmica e de futuras psicólogas, temos que agradecer pela oportunidade que tivemos em trabalhar com adolescentes.

REFERÊNCIAS

MINUCUCCI, Agostinho. **Dinâmica de grupo: Teorias e sistemas**. 5.ed-8.reimpr.-São Paulo: Atlas. 2011.

INTRODUÇÃO

O conceito de histeria e feminilidade são discutidos na teoria psicanalítica freudiana. A histeria é um dos grandes estudos de Sigmund Freud, que com seu colega de trabalho, Breuer, no início da psicanálise se dedicaram ao tratamento das histéricas através da hipnose. O conto de fadas “Bela Adormecida”, publicado no ano de 1812, relata a história de uma princesa que adormece após espetar seu dedo em uma roca de fiar, uma armadilha de sua madrasta, e só é acordada com o beijo de seu amor verdadeiro.

OBJETIVO

Este estudo tem como objetivo discutir os conceitos de histeria e feminilidade a partir do conto infantil “Bela Adormecida”.

MATERIAIS E MÉTODOS

Se trata de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, que aprofundou-se em dois conceitos construídos por Freud, a histeria e feminilidade. Posteriormente para a melhor compreensão, realiza-se uma exemplificação e o entrelaçamento dos conceitos com o conto de fadas “Bela Adormecida”.

REFERÊNCIAS

CORSO, Diana Lichtenstein; CORSO, Mário. **Fadas no Divã: Psicanálise nas histórias infantis**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
FREUD, Sigmund. **Feminilidade. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996/1933, (v. XXII)
ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Derivada da palavra grega *hystera* (matriz, útero), a histeria é uma neurose caracterizada por quadros clínicos variados. Sua originalidade reside no fato de que os conflitos psíquicos inconscientes se exprimem de maneira teatral e sob a forma de simbolizações, através de sintomas corporais (ROUDINESCO; PLON, 1998).

A psicanálise não tenta descrever o que é a mulher - seria esta uma tarefa difícil ou impossível de cumprir -, mas se empenha em indagar como é que a mulher se forma, como a mulher se desenvolve desde a infância. Na fase infantil, temos o Complexo de Édipo como organizador da escolha de objeto amoroso e as identificações que compõe um Eu. (FREUD, 1933/1996)

Das princesas dos contos de fadas, a Bela Adormecida é a mais passiva, a começar por seu nome. Sua característica principal é a beleza inerte, objeto de cuidado e de contemplação por parte da Corte e do seu príncipe, que vem a conhecê-la no sono enfeitiçado. Ela compartilha dessa sedução passiva com a Branca de Neve e com Tália, que cativam seus príncipes nesse estado de mortas. A Bela Adormecida tem como túmulo o seu palácio enfeitiçado, o príncipe chega até ela deparando-se com os criados adormecidos, surpreendidos pelo sono mortífero que os condenou a só despertar junto

com a princesa. Dessa forma, não só a mulher espera imóvel, mas seu mundo aguarda um novo amor para voltar a girar. A entrega da Bela Adormecida é completa, nenhuma princesa oferece tanta passividade a um homem como ela (CORSO; CORSO, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da Bela Adormecida é popularmente conhecida, pela princesa entrar em um sono profundo e ser despertada apenas com um beijo de seu príncipe. O início da história conta que a princesa foi “amaldiçoada” e que espetaria o dedo numa roca e entraria em um sono profundo. A questão é que se tem a agulha que espetou o dedo da princesa e a agulha pode ser interpretada como um representante do pênis que a penetra. Assim, podemos considerar que a princesa espetou seu dedo de propósito. De propósito, pois esta sabia da existência de uma maldição que a adormeceria e que seria salva, deste sono, por um príncipe. Ao revelar seus desejos com a penetração da agulha em seu dedo esta se sente culpada e a princesa adormece voltando ao estado passivo e aguardando a chegada do seu salvador. O adormecer pode ser relacionado ao sintoma dessa histérica que aguarda alguém para a tirar do estado passivo. Desta maneira, a princesa estaria realizando o seu desejo. (CORSO; CORSO, 2006).

INTRODUÇÃO

Este estudo visa apresentar o ato falho freudiano, abrangendo impressões e intenções, assim como ilustrar o conceito com a história descrita por um internauta em um *podcast*. Freud (1901/1996) apresenta a sua teoria sobre o ato falho através da identificação das trocas de nomes, esquecimento de ações, a linguagem, impressões, intenções e escrita. Os atos falhos são expressões inconscientes muito comuns na vida cotidiana, caracterizado por erros ou falhas na execução de tarefas triviais como falar, escrever, ler, lembrar, e etc. Entende-se que o ato falho está presente na vida dos indivíduos com certa frequência e inúmeras vezes não são perceptíveis à escuta do sujeito como uma formulação inconsciente, geralmente são denominados como erros ou falta de atenção.

OBJETIVO

Analisar o ato falho freudiano a partir de um *podcast* e da teoria psicanalítica.

REFERÊNCIAS

FREUD, Sigmund. Sobre a psicopatologia da vida cotidiana. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996/1901, (v. VI)

MATERIAIS E MÉTODOS

Neste trabalho acadêmico é descrita uma pesquisa bibliográfica qualitativa sobre o ato falho, as impressões e intenções, relacionados à um *podcast*.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O ato falho é a manifestação do desejo inconsciente e a intenção que permanece consciente, tornando assim algumas situações constrangedoras ao sujeito. A intenção é um impulso para a ação, um impulso que já foi aprovado, mas cuja execução é adiada para uma ocasião propícia (FREUD, 1901/1996). Um desejo em que o inconsciente consegue vencer às resistências e se tornar consciente. Nesse intervalo, há distrações que produzem transformações em ideias conscientes e o adiar do desejo inconsciente para outra situação, a intenção permanece em estado de espera até que outro momento seja possível sua execução. O exemplo que escolhemos detalhar neste estudo está ligado às intenções. No *podcast* o internauta diz: “*Esses dias eu sai do meu quarto com meu prato de comida e uma cueca na minha mão, aí eu cheguei na cozinha e joguei a minha cueca na pia e fui andando com o prato de comida lá pra área da máquina de lavar.*” O lapso na memória pode ser

considerado um ato falho. A cueca jogada na pia representa o que está em seu inconsciente, sendo assim, seu analista poderia abranger algumas interpretações ou questionamentos: (1º) O paciente teve relações sexuais com alguém e esqueceu de recolher a roupa; (2º) O sujeito trocou de roupa e não a colocou para lavar na hora em que se despiu; (3º) Algo do campo da sexualidade, representada pela cueca, estava em questão ou em transformação, ou seja, algo precisava ser “lavado”. O que deixa essa intenção a mostra é o fato do indivíduo adiar o que já havia pensado em fazer, mas, ao lembrar que a peça e o seu prato estavam sujos, decidiu levar a cueca para lavar na pia e seguiu em direção à máquina de lavar roupas com o prato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ato falho de impressões e intenções nos faz analisar a nossa rotina, inconsciente é capaz de se manifestar quando estamos conscientes tornando real através de um ato (in)pensado um desejo inconsciente. A cueca na pia revela uma questão, a sexualidade e a tentativa de limpar as marcas, manchas, resquícios do desejo.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados de uma intervenção realizada durante o estágio específico I do curso de Psicologia no Hospital, no período de fevereiro a junho de 2019. Com o propósito de promover a escuta qualificada para as puérperas internadas na maternidade, por meio do levantamento de demanda psicológica das pacientes.

O Hospital em questão tem destaque no setor de maternidade, no referido período ocorrem em média 160 partos por mês. A forma de vivenciar a fase da maternidade é individual e subjetiva de cada mulher (CORREIA, 1998). Neste sentido, o psicólogo no contexto hospitalar pode estar relacionada a diversos tipos de atendimentos, individuais ou em grupo (CASTRO; BORNHOLDT, 2004). O Gestalt-Terapeuta neste campo de atuação tem como habilidade estabelecer um diálogo produtivo nesse ambiente, muitas vezes permeado por aflições e tristezas (FREITAS; STROIEK; BOTIN, 2010).

OBJETIVO

Promover a escuta qualificada para as puérperas internadas.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, Elisa Kern de; BORNHOLDT, Ellen. Psicologia da Saúde x Psicologia Hospitalar: Definições e Possibilidades de Inserção Profissional. *Rev. Psicologia Ciência e Profissão*, 24 (3), p. 48-5, 2004.
- CORREIA, Maria de Jesus. Sobre a Maternidade. *Rev. Análise Psicológica*. 3 (XVI): p.365-371, 1998.
- FREITAS, Joanneliese de Lucas; STROIEK, Nutty Nadir; BOTIN, Débora. Gestalt-terapia e o Diálogo Psicológico no Hospital: uma reflexão. *Rev. da Abordagem Gestáltica* – XVI(2): p. 141-147, jul-dez, 2010.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa caracteriza-se quanto à abordagem como Qualitativa, o tipo de pesquisa é a Exploratória e o método de pesquisa é o Estudo de Campo. Participaram da pesquisa 50 puérperas presentes no setor de maternidade do hospital durante o período do estágio. O instrumento utilizado para o levantamento das demandas foi a entrevista psicológica semiestruturada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O objetivo geral de promover a escuta qualificada as puérperas da maternidade do Hospital em questão se deu pela importância de abrir e disponibilizar espaço para ouvir e acolher a demanda de cada paciente que se propusera a isto. Questões relacionadas ao parto caracterizam como a primeira demanda de atendimento identificada. Das 32 puérperas atendidas, 19 realizaram parto normal e 13 se submeteram ao parto cesariano. O parto pode exercer um impacto positivo ou negativo para a experiência ou experiências futuras da mulher. A segunda demanda de destaque refere-se ao planejamento ou não da gravidez. De todas as puérperas atendidas, 20 delas o que corresponde a 62,5%, disseram que sua gravidez não foi planejada. A descoberta da gravidez e o enfrentamento varia de mulher para mulher e desperta emoções de medo e incerteza. A terceira demanda encontrada junto às

pacientes relacionam-se às perdas. A perda, a experiência de internação no hospital e o procedimento cirúrgico podem ser fatores significativos para gerar um trauma a essa vivência (CARVALHO; MEYER, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer das atividades desempenhadas, constatou-se que as puérperas internadas apresentam-se mais vulneráveis diante das transformações físicas e de vida ocorridas durante a estadia no hospital. A experiência do estágio teve como proposta, possibilitar a escuta qualificada de toda e qualquer demanda abordada pelas puérperas, visando prestar uma escuta qualificada que gerasse reflexão, escuta de si mesmo e percepção de presente e futuro das pacientes.

INTRODUÇÃO

As acadêmicas do sétimo semestre do curso de Psicologia relatam suas experiências e elaborações da vivência do primeiro estágio específico. O estágio se refere à um ambiente externo à universidade, sendo este, o Hospital, situado na cidade de Brusque no Estado de Santa Catarina. Hospital trabalha 24 horas, contando com plantões de emergências, ambulatório, alas de internação dos pacientes particulares e pelo SUS (Sistema Único de Saúde). A escolha do hospital deu-se em virtude de oportunizar as acadêmicas estarem diante de situações as quais aparentemente serão comuns no dia a dia do profissional de psicologia.

OBJETIVO

Estabelecer o contato e o desenvolvimento de um projeto de intervenção em psicologia entre acadêmicos e pacientes do Hospital.

REFERÊNCIAS

- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo, 2010.
FREUD, Sigmund. Deve se ensinar a psicanálise nas universidades? (1919) In: **Obras completas V. 14** – História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MATERIAIS E MÉTODOS

O processo metodológico envolve três etapas: revisão da literatura em torno da temática, os acolhimentos e atendimentos no hospital e o construção do caso clínico. Em um primeiro momento, utiliza-se o método de pesquisa bibliográfica, um tipo de pesquisa elaborada com base em materiais já publicados como livros, revistas, artigos científicos, entre outros (GIL, 2010). E partir da elaboração e discussão teórica, as acadêmicas realizaram acolhimentos, tendo como base a abordagem psicanalítica, no Hospital. Os acolhimentos ocorreram após a acadêmicas verificarem o prontuário do hospital e a confirmação do paciente em relação ao acolhimento. Segundo Gil (2010), essa modalidade de pesquisa/intervenção é denominada estudo de caso, pois nela pesquisador busca aprofundar o conhecimento de uma determinada técnica, teoria ou fenômeno utilizando-se de um contexto ou caso específico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Podemos destacar o desafio de estagiar a partir da psicanálise, a preocupação de sustentar a atenção flutuante diante da fala dos pacientes, como também a oferta de um espaço de fala livre, em um acolhimento que Podemos destacar o desafio de estagiar a partir da psicanálise, a preocupação de sustentar a

atenção flutuante diante da fala dos ocorre em quartos coletivos e com familiares.

Segundo Freud (1920/2010) a associação livre é um método em que o paciente comunica ao analista tudo o que lhe vier à mente, não retendo a comunicação de nenhuma ideia que lhe ocorra, mesmo que o tema lhe seja desagradável, absurdo ou aparentemente sem importância, pois as ideias que parecem irrelevantes ao paciente são as que mais têm valor nas descobertas do material reprimido, ou seja, do inconsciente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que realizar este estágio no Hospital, durante a nossa formação, contribuiu para um efetivo trabalho da formação e desenvolvimento da escuta psicanalítica, acolhimento das dificuldades dos pacientes e de seus acompanhantes. As orientações semanais foram de extrema importância, pois relatamos todos os casos que presenciamos e podemos questionar e visitar nossa atuação, transformando e construindo um estilo de clinicar e intervir. É relevante observar que o estágio permite experienciar uma amostra da realidade de um profissional da Psicologia Hospitalar, como os obstáculos cotidianos, impressões e expectativas dos paciente e familiares, o acolhimento e a escuta do inesperado, a possibilidade de atuação a partir de uma teoria.

INTRODUÇÃO

No decorrer da obra freudiana encontram-se diversos escritos relacionados à ética para atuar com os conteúdos psíquicos inconscientes. Entre esses escritos está o tripé psicanalítico — análise pessoal, supervisão e estudo teórico —, conceitos que sustentam as práticas referenciadas no inconsciente enquanto produto dos processos de subjetivação (PEREIRA; KESSLER, 2016).

A transmissão freudiana fomenta saberes transgressores da racionalidade e implica profissionais à escuta de suas singularidades. Resumidamente, indica que a formação psicanalítica deveria conter: análise pessoal própria, supervisões com psicanalistas mais experientes e aprofundamento nos estudos teóricos.

Por isso, mapeando minimamente a função desse tripé na psicanálise, este breve escrito pretende tensionar os princípios psicanalíticos para reafirmar a prática sustentada em uma ética do desejo. Vale ressaltar que os preceitos aqui expostos são importantes, pois incorporam as ações em espaços como: clínicas, escolas, dispositivos de saúde e assistência social, entre outros (SILVA et al., 2018).

REFERÊNCIAS

- PEREIRA, Nathalia Matos; KESSLER, Carlos Henrique. Reflexões acerca de um início: psicanálise e clínica na universidade. **Psicologia em Revista**. Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 469-485, ago. 2016. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v22n2/v22n2a13.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2019.
- SILVA, Naiara Pereira. Desejo, consumismo e subjetivação. **Leitura Flutuante**. **Revista do Centro de Estudos em Semiótica e Psicanálise**. São Paulo, v. 10, n. 1, jun. 2018. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/leituraflutuante/article/view/36309>>. Acesso em: 30 set. 2019.

OBJETIVO

Compreender como o tripé psicanalítico pode sustentar uma prática ética na psicologia.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho foi inspirado nos debates realizados por estudantes que participaram da disciplina “Teorias e técnicas psicoterápicas: abordagem psicanalítica”, que pertence à grade curricular do curso de psicologia fornecido pelo Centro Universitário de Brusque — UNIFEBE. A partir dos pressupostos discutidos nas aulas, estruturam-se considerações sobre os ideais da formação psicanalítica, de modo a tensionar a ética da teoria freudiana para nortear as atuações da psicologia. Nesse sentido, a análise de dados foi um recorte teórico enviesado principalmente pela teoria psicanalítica freudiana e pelos aprendizados construídos no espaço universitário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A psicologia está presente em diferentes espaços, mas, independente do contexto, seu foco é perceber e intervir

sobre as subjetividades e relações das pessoas. Portanto, assumindo uma natureza qualitativa para as discussões dos resultados, como também os recortes sobre a aliança entre psicanálise, psicologia e universidade, torna-se possível afirmar que o tripé de formação psicanalítica suscita uma ética do desejo na psicologia, desde a formação até a prática (PEREIRA; KESSLER, 2016).

Mesmo que juridicamente as condições propostas por Freud não sejam uma regra obrigatória, elas implicam profissionais a se responsabilizarem sobre vidas e histórias. Vivenciar uma formação em psicanálise possibilita primeiro uma escuta de si, o que possibilita uma escuta e uma clínica com o outro, sendo, assim, algo imprescindível de ser aprendido e experienciado apenas em uma formação teórica da psicologia (SILVA et al., 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma análise pessoal só pode ser conduzida até onde o analista foi capaz de escutar seu próprio inconsciente. A psicanálise implica em uma escuta do que inquieta e interroga o analista, para então vivenciar um processo que permita e suporte acompanhar a história de um sujeito.

INTRODUÇÃO

Este trabalho origina-se de uma proposta de estágio básico do curso de Psicologia da UNIFEBE. A temática abordada é o desenvolvimento de competências, dando ênfase na orientação ao cliente melhorando a qualidade e a produtividade.

A importância da psicologia nas organizações é um paradigma sólido na contemporaneidade. As atividades que ela exerce tornaram-se cruciais para as organizações pós-modernas. Nos dias atuais, pode-se considerar o psicólogo como facilitador e conscientizador da organização como um todo, porque para poder desenvolver um trabalho assertivo, ele passou a considerar: a subjetividade dos indivíduos, a dinâmica dos grupos e o contexto onde a empresa se insere (CAMPOS, 2011).

As atividades realizadas pelo psicólogo dentro das organizações são fundamentadas por técnicas e instrumentos, que relacionam à díade ser humano e trabalho, para promover desenvolvimentos: nas empresas, nos trabalhadores e na sociedade como um todo (CAMPOS, 2011). Desta forma, a Psicologia expandiu suas opções de aplicação, possibilitando intervenções estruturadas nas empresas e tornando o Trabalho um fenômeno importante a ser estudado nas universidades.

OBJETIVO

Como objetivo Geral fora proposto Desenvolver competências nos colaboradores do Centro Universitário de Brusque -

REFERÊNCIAS

FERNÁNDEZ, L. M. V.; PINUER, F. J. V.. Influência da orientação ao valor do cliente, do valor da marca e do nível de ética empresarial no desempenho organizacional. **Rev. bras. gest. neg.**, São Paulo, v. 18, n. 59, p. 5-23, jan. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-48922016000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 set. 2018.

MARINO, L. H. F. de C. Gestão da qualidade e gestão do conhecimento: fatores-chave para a produtividade e competitividade empresarial. **XIII SIMPEP**. Bauru, SP, 2006. Disponível em <http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/598.pdf>. Acesso em 14 set. 2018.

CAMPOS, K. C. de L. et al. Psicologia organizacional e do trabalho - retrato da produção científica na última década. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v. 31, n. 4, p. 702-717, 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000400004&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Aug. 2019.

DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS: ORIENTAÇÃO AO CLIENTE, QUALIDADE E PRODUTIVIDADE

Fabiano Santo Stolfi, Fernanda Casola, Maurício Marquardt Pereira, Pedro Valentim Eccher. Professora Orientadora: Aline Jacinto. fabiano.stolfi@unifebe.edu.br, fernanda.casola@unifebe.edu.br, brmauriciomp90@unifebe.edu.br, pedro_eccher@unifebe.edu.br.

UNIFEBE. Sendo os objetivos específicos, Compreender o conceito de competência com enfoque na orientação do cliente, qualidade e produtividade. Aplicar metodologias embasadas no treinamento de competências nos colaboradores do Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE. Transmitir os conhecimentos obtidos ao longo do estágio a partir dos processos teóricos e práticos.

MATERIAIS E MÉTODOS

A partir de *slides* foram apresentados os principais conceitos das competências supracitadas, para posteriormente pensar e elaborar junto aos funcionários, estratégias de aprimoramento no contexto do ensino superior. Considerando o cenário altamente dinâmico e competitivo, a promoção das competências se faz necessária para que os produtos e os serviços atendam a necessidade e expectativas de seus consumidores (MARINO, 2006).

Para facilitar o entendimento, a apresentação trouxe inicialmente a competência de Orientação para o Cliente e posteriormente a Qualidade e Produtividade, trabalhando os conceitos fundamentais destas relacionando-as entre si, assim como sugestões de estratégias que atendam as demandas organizacionais. Estratégias bem elaboradas e que correspondem a realidade da organização, desenvolvendo o bom relacionamento entre clientes e colaboradores, auxiliam na qualidade de vida no trabalho, além de favorecer a captação de novos consumidores (FERNÁNDEZ; PINUER, 2016).

Para maior compreensão e promoção desses conhecimentos, habilidades e atitudes; foi sugerido pelo grupo de alunos uma dinâmica. Nesta dinâmica os colaboradores foram separados em três grupos distintos, com o objetivo de, a partir da troca de informações, discutir e elaborar possíveis estratégias

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao final da dinâmica, foram apresentadas algumas considerações a respeito das competências trabalhadas durante a intervenção, dando espaço para *feedback* dos colaboradores ao grupo de acadêmicos. Neste momento houve participação ativa de todos os participantes, no qual foi exposto diversas dificuldades comuns que estavam presentes em diferentes setores da instituição, assim como propostas resolutivas para problemas internos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estágio alcançou seu objetivo no sentido de cumprir com a sua proposta, entretanto, entende-se que para maior eficácia e efetividade, o processo deve ser contínuo, permeando todos os setores e sujeitos inseridos. A partir da observação das problemáticas, evidenciadas no discurso dos participantes, sugere-se à organização, elaborar estratégias junto aos seus funcionários, que integrem os setores, a fim de obter maior sinergia de comunicação.

INTRODUÇÃO

O estágio básico II buscou explorar a ansiedade no convívio social de adolescentes. Segundo Assumpção e Kuczynski (2018) a ansiedade social pode ser definida como o medo de situações onde a pessoa sente-se exposta ao julgamento dos outros, medo de ser humilhada, o sujeito sente medo de falar em público, comer na frente de estranhos, utilizar banheiros públicos responder perguntas e/ou manter conversas em situações sociais.

OBJETIVO

Averiguar aspectos de ansiedade social com adolescentes entre 16 a 18 anos de idade, a partir das dinâmicas estabelecidas em sala de aula.

MATERIAIS E MÉTODOS

Utilizou-se de pesquisa qualitativa, na qual através das falas dos participantes os estagiário registraram e formularam relatórios. As falas ocorreram através da intervenção dos estagiários explanando o tema abordado e utilizando como instrumento a dinâmica

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO Jr. B. Francisco e KUCZYNSKI Evelyn. **Adolescência normal e patológica** - série temas de psicologia na infância e adolescência. São Paulo: Lemus editorial, 1998.

“Você entende o que ansiedade social”? A intervenção ocorreu com um grupo de 53 alunos com a faixa etária entre 16 a 18. Realizou-se uma atividade quebra gelo que apresentava como ocorre a resistência de grupos na entrada de um novo integrante. Na segunda dinâmica apresentava a proposta de descrever uma ansiedade social que já tivessem vivenciado. Os materiais utilizados foram: papel em branco com tamanhos iguais e numeração no verso, balões coloridos e caixa de som

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao final da primeira atividade foi perguntado aos participantes que estavam fora do círculo como se sentiram ao tentar entrar no círculo. As respostas foram: sentimento de conquista ; determinação; desprezo e exclusão. Na dinâmica principal obteve um total de seis papéis lidos e discutidos. Não houve momentos conflituosos os participantes foram espontâneos na leitura dos papéis, também colaboraram com as sugestões e soluções para a ansiedade social falada pelo outro colega. Os conteúdos dialogados foram: “Uma amiga foi promovida a encarregada e teve crise

de ansiedade”; “Tenho medo de fazer apresentação em público”; “Primeiro dia de aula/trabalho”; “Medo quando declama poesia em público”; “Medo de passar por um grupo de pessoas por que acha que está sendo julgado”; “Sentir-se sozinho mesmo quando está rodeado de pessoas”. Nestes relatos acima observa-se uma preocupação com a ansiedade descrita pelos adolescentes participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio proporcionou aos acadêmicos maior conhecimento sobre a ansiedade social presente na vida dos adolescentes que passam por situações sociais novas e desafiadoras. A intervenção correu de forma calma, divertida e atendeu às expectativas. Os alunos e professores foram receptivos e participativos em todas as atividades realizadas. Através das repostas obtidas na segunda dinâmica, ficou claro para os estagiários que os adolescentes que participaram da intervenção compreenderam o que é a ansiedade social e como trabalhar ela.

INTRODUÇÃO

As práticas de análise fora do *setting* clínico são fundamentadas pela psicanálise aplicada, também nomeada como psicanálise extramuros ou psicanálise em extensão. A base teórica deste método psicanalítico está para além do âmbito clínico tradicional, estabelecendo um novo tipo de exercício analítico. A presente produção propõe uma compreensão e leitura do inconsciente que permeia a produção de Fernando Pessoa, um poeta lírico e nacionalista português. Como forma de se expressar, criou diversos personagens fictícios para publicar suas obras. Nesta produção evidenciamos o heterônimo Álvaro Campos.

OBJETIVO

Analisar o poema *Lisbon Revisited* de Fernando Pessoa a partir da psicanálise e das formações inconscientes

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho foi inspirado em uma análise literária do poema *Lisbon Revisited*, realizada por estudantes que participaram da disciplina “Psicologia da personalidade: abordagem psicanalítica”, pertencente à grade curricular do curso de Psicologia do Centro Universitário de Brusque

REFERÊNCIAS

- FILHO, J. P. C. **Fernando Pessoa: Uma quase autobiografia**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012.
- FREUD, S. O Escritor e a Fantasia. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. São Paulo: Companhia das Letras, original publicado em 1908/2015.

— UNIFEBE. A partir de uma breve análise bibliográfica, que relacionou vida e obra de Fernando Pessoa, foi possível tecer considerações a respeito das produções literárias do autor, assim como explicar como a escrita poética está intimamente relacionada com o funcionamento do psiquismo humano. Nesse sentido, a análise de dados foi um recorte teórico enviesado pela teoria psicanalítica freudiana e pelos aprendizados construídos no espaço universitário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O poema descreve, de forma explícita, os dilemas existenciais de Álvaro Campos. Representa uma rejeição perante a ciência e a civilização moderna, além de clamar pelo direito à indiferença e à solidão. Concomitantemente, coloca uma constante exposição de significantes que incitam o luto e a morte. É possível identificar uma estreita relação heterônimo-autor, uma vez que Pessoa mostrava-se realmente apático no mesmo período (FILHO, 2012).

A escrita está intimamente ligada com aspectos imaginários do autor. O escritor criativo atua de forma semelhante à uma criança, isto é, ambos criam um mundo próprio e reajustam os seus elementos em busca de prazer. O brincar da criança se assemelha ao escrever do poeta, os dois investem afeto no que julgam importante, mesmo que haja plena separação entre imaginário e

realidade (FREUD, 1908/2015). O autor apresenta um grande desconforto frente às tentativas da ciência em encontrar uma solução para a existência humana. A angústia de Pessoa é reflexo do contexto da época, ou seja, época de grande súplica por práticas com conotação e comprovação dita científica (FILHO, 2012). As publicações são interpretadas como tentativas de elaboração, que transformam o desprazer singular em algo prazeroso para os leitores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das interpretações foi possível apresentar elementos que evidenciam o que transborda e se transfere do inconsciente de Fernando Pessoa para o papel. É possível assinalar que o autor utilizou da literatura para elaborar seus conteúdos recalçados e satisfazer suas fantasias. Evidenciou-se a estreita relação que a literatura possui com os processos psíquicos inconscientes. Por fim, cabe ressaltar que a interpretação apresentada é apenas uma das possíveis vias de análise para o tema abordado. Assim como o brincar, a interpretação psicanalítica permite uma (re)leitura e a abertura de novas possibilidades de compreensão e elaboração.

O CASO ELOÁ SOBRE A ÓTICA PSICANALÍTICA NA ANATOMIA DO CRIME

Cristiani Quinelato, Samara dos Santos Heil, Gustavo Angeli*
*cristianiquinelato@unifebe.edu.br; samaraheil@unifebeedu.br;
Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta uma análise psicanalítica sobre o Caso Eloá entrelaçado com temas como ciúme, crime passionai, paixão mórbida e agressividade. O caso clínico foi construído a partir da série Anatomia do Crime, que analisa casos de homicídios brasileiros. O recorte do caso clínico se refere ao episódio sete da segunda temporada. Além disso, foi utilizado de sites de notícias, como a Revista Veja e Estadão.

OBJETIVO

Analisar o caso Eloá a partir da teoria psicanalítica tendo como base a construção de um caso clínico da série Anatomia do Crime.

MATERIAIS E MÉTODOS

O método de pesquisa utilizado para a realização deste trabalho é o de pesquisa bibliográfica, que tem como principal característica a busca de materiais já publicados, tais como livros, artigos e periódicos (GIL, 2002), como também pressupostos da pesquisa psicanalítica que tem como base a escuta, a associação livre e a interpretação.

REFERÊNCIAS

- ARREGUY, M. E. O crime no divã: fundamentos diagnósticos em passionais violentos. **Estudos de Psicanálise**. Belo Horizonte. n. 37. p. 93-102, jul.2012.
- EVANGELISTA, R.; Et al. Até que a morte nos separe. Um olhar para o criminoso passionai sob o aporte psicanalítico. **O portal dos psicólogos**. 2015.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O caso de Eloá, pode ser entendido como um crime passionai, este que segundo Arreguy (2012) pode ser caracterizado para além da vítima e do agressor, atrelado há um terceiro termo, seja ele fantasiado pelo indivíduo ou não, mas que possui forte influência, capaz de gerar dúvidas e insegurança em relação ao objeto de amor. Sentimento de orgulho, desonra, desespero, cólera e ciúme seriam os sentimentos mais comuns relacionados aos crimes passionais. O relacionamento de Eloá com Lindemberg começou quando tinha 13 anos, relatado como instável e repleto de ciúmes, com vários terminos no período de dois anos. Porém, entre tantas idas e vindas, Eloá resolve dar um ponto final no relacionamento. Lindemberg em negativa da vítima, ao perceber que ela não deseja mais continuar com uma relação amorosa que mantinha com ele, comete a primeira parte do crime. Ele se apresenta de forma violenta, além de apresentar características como controlador, ciumento, possessivo, paranóico, irresponsável e totalmente envolto de uma atividade antissocial, ainda, não aceitando o fato de Eloá desejar outro alguém que não ele. Apesar de toda a

família de Eloá ser a favor do relacionamento com Lindemberg, sua mãe era contra a relação do casal. Para Evangelista e Kaneta (2015), o ciúme pode estar agregado a diversos outros sentimentos, tais como a desconfiança, inveja e raiva. No ciúme, o indivíduo não obtém equilíbrio entre desejo e posse, a realidade e o sujeito, logo, o sujeito passa a não aceitar a realidade que não o satisfaz, conseqüente recusando-a, assim como, agiu Lindemberg em relação a Eloá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentar compatibilidade com o objetivo e a problemática. Possuir sustentação face ao que foi apresentado nos resultados. Destacar os pontos conclusivos principais (contribuições) a partir dos resultados (não é discussão). Não devem ser acrescentados elementos que não fizeram parte do trabalho.

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe a análise do filme “Meu primeiro amor” a partir da teoria psicanalítica, em especial do conceito Complexo de Édipo. Entendendo que o Complexo de Édipo é o momento crucial da constituição do sujeito, será a partir do percurso edípico que o sujeito irá se estruturar e organizar-se psiquicamente, sobretudo em torno da diferenciação entre os sexos e de seu posicionamento frente à angústia de castração.

OBJETIVO

Analisar e discutir a partir da teoria psicanalítica o filme “Meu primeiro amor” de Howard Zieff.

MATERIAIS E MÉTODOS

O método utilizado para este trabalho é o de pesquisa em psicanálise, em especial a psicanálise extramuros, que compreende como método a associação livre, atenção flutuante e a escuta do inconsciente, como também, a possibilidade de analisar uma obra ou fenômeno da cultura.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O O ápice do complexo de Édipo ocorre quando a criança atravessa a fase fálica, ou seja, o início das proibições em relação ao corpo e a sexualidade. Sabe-se que, inicialmente, as proibições incidirão sobre as relações

incestuosas fraternais e com a mãe e, apenas posteriormente, regulam também as relações dos filhos com o pai. Para Freud (1923/1996), o complexo de Édipo na menina ocorre em um primeiro momento com a fase pré-edípica, os desejos eróticos da menina estão voltados para a figura materna, pois acredita que a mãe, assim como os demais, é portadora de um falo, sendo o falo é a representação simbólica da força e poder. Entretanto, ao reivindicar um falo junto a mãe, a menina constata a diferença sexual, descobre então, que a mãe não será capaz de fornecer um falo à ela, pois essa completude supostamente pertenceria somente aos meninos, diante dessa privação a menina sentirá angústia e frustração. Nesse período, a menina abandonará seu primeiro objeto de desejo, a mãe passará então ser vista como uma rival que interfere em sua relação incestuosa com o pai, isto fará com que a menina adote comportamentos agressivos com a mãe, no intuito de a afastar do seu objeto desejado. É durante essa fase que o desejo incestuoso da menina será dirigido para a figura paterna, na esperança de que o pai dê a ela o falo tão desejado. Desta forma, a menina entra no Complexo de Édipo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na teoria psicanalítica é possível considerar que a personagem principal do filme Vada Sultenfuss,

vivência inicialmente por meio da relação carinhosa estabelecida com a mãe a fase pré - edípica, nessa fase o primeiro desejo incestuoso da menina está voltado para a figura materna. Após ter atravessado essa fase pré- edípica as cenas demonstram que Vada começa a adotar comportamentos agressivos com mãe afastando-se da figura materna. Ao abandonar seu primeiro objeto de desejo a menina passa a desenvolver a atração erótica pela figura paterna. Fato este, que é possível ser evidenciado nas cenas em que a menina está abraçada com o pai em uma cadeira de balanço e quando está passeando e brincando na companhia do pai. Essa relação afetiva entre filha e pai pode ser compreendida como sendo a fase do início do Complexo de Édipo na vida de Vada, pois seus desejos eróticos estão totalmente voltados a figura paterna, na esperança de que o pai forneça-lhe um falo que possibilite o alcance de sua completude. Entretanto há uma reviravolta no complexo de Édipo da personagem, assim como de qualquer menina, ocorre o interdito do incesto, o pai diz para Vada que seu quarto será doado para o bebê que vai nascer, ela sente-se frustrada novamente pois descobre que o pai não será capaz de ofertar a completude desejada.. Consequentemente a garota admite que chegou o momento de mudar de quarto e buscar outra maneira de conquistar seu lugar no mundo.

REFERÊNCIAS

FREUD, S. (1923). **O Ego e o Id e Outros Trabalhos**. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, Original Publicado em 1923 /1996. (Vol.XX)

INTRODUÇÃO

Este projeto de habilidades sociais, aplicado na disciplina de abordagem comportamental II, teve como objetivo exemplificar, demonstrar e informar o que são as habilidades sociais e como podem ser aplicadas no cotidiano, articulando a teoria com a prática da psicoterapia, de modo a propiciar o bem estar do cliente. A habilidade social é compreendida como um comportamento derivado de experiências no âmbito social que auxiliam a manejar diversas situações. O êxito na interação social está relacionado ao desempenho das habilidades sociais (GAVASSO, FERNANDES E ANDRADE, 2016). Segundo Del Prette, Del Prette (2001) a competência social é concomitante às relações pessoais e profissionais mais produtivas e saudáveis. Em contrapartida indivíduos que apresentam déficits em habilidades sociais tendem a obter uma pior qualidade de vida e com uma probabilidade maior de desenvolverem transtornos psicológicos.

OBJETIVO

Realizar treinamentos sobre habilidades sociais e como podem ser aplicadas no cotidiano.

REFERÊNCIAS

DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda AP. **Psicologia das relações interpessoais: vivências para o trabalho em grupo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Limitada, 2001.
GARNICA, Karina Ramos Herreira. **Avaliação e treinamento de habilidades sociais de crianças em idade pré-escolar**. 2009.
GAVASSO, Michele Souza Barros ; FERNANDES, Janaína da Silva Gonçalves; DE ANDRADE, Márcia Siqueira. Revisão sistemática de estudos sobre habilidades sociais: avaliação e treinamento. **Ciências & Cognição**, v. 21, n. 1, 2016.

MATERIAIS E MÉTODOS

O treinamento de habilidades sociais ocorreu na Clínica Escola e Serviços de Psicologia (CESP), abrangeu 05 (cinco) sessões com duração de uma hora cada, sendo realizado com uma voluntária, a qual possui 18 anos. As técnicas utilizadas facilitaram no desenvolvimento de habilidades sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No decorrer desta disciplina foram apresentadas todas as habilidades sociais, e escolhido apenas 05 (cinco) pela voluntária: empatia; comunicação; assertividade; atitudes e a do trabalho, estas foram respectivamente trabalhadas nas sessões. A voluntária relatou diversos conflitos que havia em seu atual ambiente de trabalho e em seu relacionamento, portanto todas as habilidades trabalhadas contribuíram para o seu bem-estar, assim como foi de suma importância auxiliá-la neste processo. Portanto, o comportamento do indivíduo manifesto em circunstâncias interpessoais no qual o mesmo comunica desejos, atitudes, opiniões de acordo com a situação a situação, resolvendo os problemas de maneira assertiva e

diminuindo a possibilidade de problemas futuros (CABALLO 1996 apud, GARNICA, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste projeto, podemos concluir que as habilidades sociais são de extrema importância para as relações que o indivíduo estabelece ao longo da vida. Assim, trabalhar as habilidades sociais no âmbito da clínica escola, proporcionou para as acadêmicas novas experiências, pois essa seria nossa segunda prática na clínica, mas nos proporcionou um enorme aprendizado.

Pode-se observar, que nas primeiras sessões a voluntária era um pouco tímida, o que causou certa dificuldade de contato com a mesma, mas aos poucos com a criação do vínculo, foi nos trazendo os detalhes e conseguindo fazer comparações das atividades com seu cotidiano e suas histórias de vida.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) constitui-se de um grupo de distúrbios do neurodesenvolvimento, de início precoce, caracterizado por comprometimentos das habilidades sociais e comunicativas, comportamentos estereotipados e repetitivos podendo apresentar alterações nas habilidades motoras globais e finas e nos processamentos sensoriais (APA, 2014; CATELLI; D'ANTINO; BLASCOVI-ASSIS, 2016).

OBJETIVO

Analisar o desenvolvimento global de crianças com idades entre 2 a 3,5 anos com suspeita de TEA.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para este estudo contou-se com a participação de 9 crianças, com idades entre 2 a 3,5 anos, que apresentam risco para TEA, segundo avaliação prévia do Protea-R e seus responsáveis legais que responderam os questionários necessários.

O desenvolvimento global, de cada criança, foi mensurado pela Escala de Desenvolvimento Bayley nos domínios

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais-DSM-V**. Porto Alegre: Artmed, 2014.
CATELLI, Carolina Lourenço Reis Quedas; D'ANTINO, Maria Eloisa Famá; BLASCOVI-ASSIS, Silvana Maria. Aspectos Motores em Indivíduos com Transtorno do Espectro Autista: Revisão de Literatura. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, São Paulo, v. 16, n.1. p. 56-65, 2016.

cognitivo, linguístico (comunicação receptiva e expressiva), motor (grosso e fino), comportamento sócio emocional e adaptativo.

A pesquisa ocorreu em parceria com uma Instituição de atendimento à pessoa com deficiência no Vale do Itajaí, entre os meses de agosto a outubro de 2019. Todos os participantes bem como a entidade colaboradora assinaram o Termo de Consentimento autorizando a realização da pesquisa.

O estudo teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa sob o o CAAE nº 11842519.0.0000.5636.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dos 9 participantes, 6 apresentam risco para TEA e 3 risco relativo para TEA segundo avaliação prévia do Protea R.

De modo geral todas as crianças apresentaram um maior comprometimento na linguagem expressiva.

A diferença em meses da idade correspondente ao desenvolvimento típico das crianças para as cinco habilidades estão apresentadas na tabela 1.

Tabela 1 – Diferença em meses da faixa etária condizente a idade.

	Crianças com Risco de TEA	Crianças com Risco Relativo TEA
Habilidades	Diferenças em meses	Diferença em meses
Cognitivo	0 a 14	6
Comunicação Receptiva	6 a 29	10
Comunicação Expressiva	6 a 40	3 a 18
Motricidade Fina	0 a 22	6 a 7
Motricidade Grossa	0 a 9	5 a 16

Fonte: Autoras (2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados condizem com as características de TEA e demonstram as variações no comprometimento das cinco habilidades do desenvolvimento global.

Amanda Cristina Baron Juncks, Tiago Lopes.

Orientadores: Guilherme Augusto Hilário Lopes, Tairine Gabriela Pereira Lopes**

E-mail: mandacristinah@gmail.com, TI601513@gmail.com, guilherme.kxopa@hotmail.com, tairinegabriela@gmail.com

E.E.B. Feliciano Pires – Sesi Senai Blumenau**

INTRODUÇÃO

Este trabalho retrata a evolução da mulher desde o período da Idade Média. Nesta época muitas mulheres eram rotuladas como bruxas, como punição eram queimadas vivas em fogueiras nas praças públicas. Nos dias de hoje a caça às bruxas recebeu uma nova roupagem, é possível perceber avanços significativos nos direitos das mulheres na sociedade atual.

OBJETIVO

Abordar acerca dos direitos e deveres das mulheres ao longo do século.

MATERIAIS E MÉTODOS

O assunto foi abordado por meio de documentos e relatórios que apresentam dados sobre a violência contra a mulher em Santa Catarina e no Brasil. Além disso, a pesquisa foi realizada em sítio eletrônico (WAISELFISZ, 2015).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa demonstra que as mulheres vem enfrentando problemas desde que o mundo é mundo. Muitas mulheres

REFERÊNCIAS

THORPE, Christopher *et al.* **O livro da Sociologia**. 2. ed. São Paulo: GloboLivros, 2016.

WAISELFISZ, Julio Jacobo **Mapa da Violência: Homicídio de mulheres no Brasil**. 1. Ed. Brasília. 2015.

MERELES, Carla. **6 questões vitais sobre violência contra mulher**. 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/violencia-contra-a-mulher-questoes-vitais/>. Acesso em: 28 out. 2019.

eram taxadas de bruxas simplesmente por subvertem a ordem dominante. A cultura patriarcal alinhada a tradição cristã colocou a mulher em uma situação de submissão e de subserviência às vontades dos homens. Mulheres que não seguiam esses estereótipos eram perseguidas e aniquiladas. As principais formas de punição eram o enforcamento, e levá-las para serem carbonizadas ainda vivas em grandes fogueiras. O dito popular “Lugar de Bruxa é na fogueira”, faz alusão a essa prática. Além disso, muitos males que acometiam os homens eram atribuídos as mulheres inclusive a infertilidade masculina. Esse processo histórico de agressão e misoginia se arrasta até os dias de hoje com um novo formato. Atualmente as mulheres ainda sofrem agressão, essa, se manifesta das mais variadas formas e é cometida por diferentes atores como familiares (pai, padrasto, tio, avô, irmão) ou por desconhecidos. Frequentemente o noticiário veicula casos de agressão de homens contra suas ex-companheiras como forma de vingança por terem terminado o relacionamento. Pode ser que existam esclarecimentos filosóficos, religiosos, éticos ou morais que expliquem a violência contra às mulheres, mas não há nenhum que justifique ou isente as imensuráveis violências cometidas contra elas (THORPE, 2016).

Quadro 1 – Tipos de violência

Tipo de Violência	Característica
Moral	Humilhação, xingamentos e desprezo
Física	Ato que vise força física
Sexual	Tentativas de ato sexual a força
Doméstica	Violência explícita, que ocorre em casa
Psicológica Gaslighting	Abuso psicológico

Fonte: Adaptado de Mereles (2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstrou que a violência contra mulher pode ser interpretada sob a luz da história. Ou seja, desde os tempos remotos as mulheres são vítimas de formas de opressão e violência institucionalizada por estruturas sociais rígidas. Olhar para o passado permite compreender de maneira mais eficaz a realidade na qual estamos inseridos. O principal desafio é reparar danos sociais e históricos, além de melhorar as condições de vida da população feminina.

INTRODUÇÃO

Este projeto foi aplicado na disciplina de Estágio Supervisionado Específico I da qual visa como proposta, proporcionar um acolhimento às mulheres vítimas de violência física na Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso - DPCAMI Brusque. Foram realizados acolhimentos com mulheres, de modo que pudessem relatar toda a situação vivenciada, como também tirar as suas dúvidas quanto aos aspectos legais, e serem orientadas sobre atendimentos psicológicos e atendimentos jurídicos, como também, a questão da representação criminal.

OBJETIVO

Proporcionar um acolhimento as mulheres vítimas de violência física na Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso - DPCAMI Brusque.

MATERIAIS E MÉTODOS

O método utilizado foi de pesquisa quantitativa, da qual foi realizada no período de março a junho de 2018. Para desenvolver os atendimentos às vítimas foi realizada uma pesquisa semiestruturada, com coleta de dados, contendo a idade da vítima, profissão, tipo de agressão e cidade de origem, que sendo todas essas questões foram realizadas de forma sigilosa e ética. Além de realizar um acolhimento que

REFERÊNCIAS

PRADO, M. C. C. A. **O mosaico da violência**. São Paulo: Vetor, 2004.

permitiu que elas se sentissem acolhidas e ouvidas. O atendimento foi realizado todas as quartas-feiras no período da manhã com a duração de trinta minutos a sessão. As atividades foram distribuídas em dezoito encontros semanais com duração total de cinco horas, e suas identidades foram preservadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pode-se observar que muitas mulheres que instauram um boletim de ocorrência de uma violência, sendo ela, física, moral, sexual ou psicológica, não dão andamento aos procedimentos, e, nem mesmo, comparecem aos acolhimentos psicológicos na DPCAMI. Isto ocorre pois, há vários fatores ligados a essa situação, e que fazem com que a mulher tenha vergonha, medo, e sentimento de culpa por achar que está fazendo algo errado e injusto com seu parceiro, pois em muitos dos casos não se desvincularam dessa violência. Segundo Prado (2004), a violência envolve excesso, brutalidade, perda de autonomia e de liberdade, implicando o emprego ilegal ou legítimo da força, seja ela manifesta ou não, e fatores históricos, culturais, sociais também fazem parte e estão ligados a este fenômeno chamado violência. O número de agendamentos do mês de Maio e Junho foram bem significativos em comparação aos anteriores, porém se formos ver a quantidade de pessoas que não compareceram aos atendimentos, em junho é bem maior que os meses anteriores. Já referente à representação judicial, as mulheres tendem a não representar criminalmente contra o autor.

QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS QUE FORAM REALIZADOS DO MÊS DE FEV. A JUNHO/2018	Fev.	Mar.	Abril.	Maió.	Jun.
TOTAL ATENDIMENTOS AGENDADOS	0	9	14	12	18
NÃO COMPARECEU AO ATENDIMENTO	0	1	4	2	11
REPRESENTARAM CRIMINALMENTE	0	3	3	2	2
NÃO REPRESENTARAM CRIMINALMENTE	0	2	6	6	4
REMARKADOS	0	3	1	2	1

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estágio Supervisionado Específico I foi um grande desafio. De início, vieram muitas dificuldades, porém com o desenrolar das atividades eu pude diferenciar aspectos distintos das disciplinas já aprendidas no Curso de Psicologia, o que me deu a possibilidade de explorar os assuntos de forma coerente, e a meu favor, dentro do campo de estágio, facilitando o meu trabalho, e atendendo com maior segurança os atendimentos às mulheres vítimas de violência. Em suma, este estágio não teve apenas como objetivo dar a base para a prática clínica e aprimorar o conhecimento, mas sim, propiciar essa escuta às mulheres que chegam à delegacia para relatar algo que lhes incomodam, lhes geram sofrimento, lhes fazem sentir vergonha, e muitas vezes até medo do agressor.

INTRODUÇÃO

Este projeto foi realizado diante do estágio supervisionado específico II, que se deu por meio de atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, com o intuito de proporcionar ao acadêmico participação em situações reais de vida e trabalho em comunidade, sob supervisão da instituição de ensino. Diante disto, o mesmo teve o intuito de avaliar a resiliência em Policiais Militares do Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM) de Brusque. A instituição onde este projeto foi realizado está localizado na Rua Dorval Luz, nº 90, no bairro Santa Terezinha, na cidade de Brusque - SC. No entanto, o tema foi escolhido devido a serem profissionais que atuam em um contexto de trabalho onde lidam com pressões, adversidades, sobrecargas, mudanças frequentes, como também ambientes intolerantes.

OBJETIVO

Avaliar a resiliência dos Policiais Militares do Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM) de Brusque.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Tábata; MARTINS, Maria do Carmo Fernandes. Escala dos Pilares da Resiliência (EPR). Vetor Editora, v. 1, 1a ed., 2013.
CONSUNI. Brusque, SC. 2017.

MATERIAIS E MÉTODOS

O método utilizado foi um estudo de campo e uma pesquisa qualitativa, com a aplicação da Escala dos Pilares da Resiliência (EPR), com o intuito de avaliar a resiliência dos Policiais Militares do Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM) de Brusque, juntamente do COPOM (Centro de Operações da Polícia Militar). A Escala dos Pilares da Resiliência conta com 90 itens divididos em 11 pilares, sendo: aceitação positiva, de mudança, autoconfiança, autoeficácia, bom humor, controle emocional e valores positivos, o mesmo auxilia na identificação de características comportamentais que tornam as pessoas capazes de enfrentar as adversidades e que lhes proporcionam condutas flexíveis diante dos tormentos da vida. Projeto supervisionado em campo por Heintje Heerd, Major Subcomandante e supervisionado na instituição de ensino, UNIFEBE, pela professora Aline Jacinto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No decorrer deste estágio foi planejado conhecer de que forma se organiza o trabalho do COPOM do 18º BPM, à

aplicação da Escala de Pilares da Resiliência (EPR) e a realização da devolutiva do EPR aos Policiais Militares do COPOM. Ambas as atividades planejadas foram desenvolvidas. Após finalizada a aplicação da entrevista mais a EPR, foi realizado o feedback aos Policiais, de maneira individual, onde houve a participação de 9 Policiais Militares do COPOM, sendo a média de idade entre eles de 35 anos, sendo seis homens e três mulheres, seis com ensino superior completo, dois com especialização e um com ensino médio completo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste projeto foi possível perceber que os policiais militares que participaram deste estudo possuem bons níveis de resiliência, sendo, portanto, capazes de enfrentar as adversidades de sua profissão e podendo assim aprender com elas, o que se torna saudável. Diante deste estágio também foi possível identificar que a maioria dos policiais participantes do estágio possuem um adequado nível de autoconceito profissional, sendo assim autoconfiantes, onde se sentem realizados e competentes, características estas que estão relacionadas à motivação no trabalho e ao bem-estar na execução de suas atividades.

AUTOESTIMA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA OS ATENDIMENTOS CLÍNICOS

Autores: Adriana Cardoso, Ana Paula dos Santos, Valéria Dirschnabel. Orientadora: Jeisa Benevenuti.
E-mail: adriana1995cardoso@gmail.com ana_03@unifebe.edu.br, valeriadirschnabel@gmail.com
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRUSQUE - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

Este projeto teve como fenômeno de estudo a autoestima, e foi aplicado na disciplina de Atendimento Psicoterapêutico I. Teve como proposta oferecer oficinas para a comunidade. As oficinas administradas ocorreram na Clínica Escola e Serviços de Psicologia (CESP), onde as acadêmicas realizaram dez sessões, com uma convidada, com o objetivo principal de auxiliar a paciente na promoção de sua qualidade de vida ressaltando a importância da autoestima.

Guilhardi (2002) comenta que enquanto as contingências que produzem sentimentos de autoestima precisam ser necessariamente reforçadoras, as contingências que produzem sentimentos de autoconfiança podem ser positivas ou negativas. Segundo o autor, “autoestima é um sentimento que geralmente não se associa com ansiedade ou medo, mas sim com bem-estar e satisfação.

OBJETIVO

Realizar o Atendimento Psicoterapêutico, garantindo o bem estar da paciente assim como auxiliar na promoção de sua qualidade de vida, como também permitir as acadêmicas que coloquem em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula.

REFERÊNCIAS

GUILHARDI, HÉLIO JOSÉ. **Auto estima, autoconfiança e responsabilidade**. Comportamento Humano – Tudo (ou quase tudo) que você precisa saber para viver melhor. Santo André, SP: ESETec Editores Associados, p.1-29,2002.

SKINNER, B.F. **Ciência e Comportamento humano**. São Paulo: Martins. 1993.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foram realizadas 10 atividades para serem postas em prática com a paciente durante os dez encontros, na intenção de atender ao pré-requisito da disciplina, além de auxiliar a paciente na promoção de sua qualidade de vida. Os encontros ocorreram na clínica Cesp no horário pretendido das 19:30 às 20:30 horas, tendo como duração uma hora de atendimento, tendo a identidade da paciente reservada, atendendo a todos aos requisitos jurídicos e legais da Clínica Escola e da paciente. As técnicas utilizadas tinham a finalidade de promover e resgatar a autoestima da paciente. Para isso, foram utilizados registros de sentimentos, desenhos e reflexões. Esses registros permitiram avançar no processo de autoconhecimento da paciente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foi possível observar que nas primeiras sessões, a paciente verbalizava pouco e participava de maneira tímida. Aos poucos, no decorrer dos atendimentos, foi nos proporcionando, mais detalhes e comparações das atividades elaboradas, com seu cotidiano e suas histórias de vida. Isso possibilitou um melhor entendimento e compreensão de sua dinâmica e funcionamento

comportamental. Em cada encontro deixava registrado palavras que expressavam sentimentos importantes e revelavam aos poucos seu avanço no processo de autoconhecimento.

Ter consciência de si mesma (o) corresponde ao comportamento de discriminar comportamentos próprios e variáveis que nos controlam. Sendo assim, o autoconhecimento é a autoconsciência, ou seja, é a auto discriminação de comportamentos e estímulos a eles relacionados. É um comportamento verbal discriminativo, do qual expressa um conhecimento sobre o próprio comportamento (Skinner, 1993).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante deste projeto, podemos concluir que o atendimento psicoterapêutico é de extrema importância ao indivíduo, pois possibilita ao mesmo o seu autoconhecimento, para saber lidar com diversas situações do seu dia a dia. Assim, esta disciplina de atendimento psicoterapêutico possibilitou as acadêmicas à efetuarem a prática de seu aprendizado em sala de aula, no âmbito da prática na clínica escola, contribuindo para a sua formação acadêmica.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi realizado por acadêmicos do 3º período do Curso de Psicologia da UNIFEBE, no decorrer do 1º semestre de 2019 e apresenta como tema escolhido o adolescente e os conflitos familiares. A escolha desta temática deve-se ao fato deste ser um tema muito discutido na sociedade atual e a importância da administração de conflitos em todas as fases da vida. A pesquisa visa compreender os estágios da adolescência conceituando o seu desenvolvimento e relacionando alguns conflitos pertinentes à esta fase enfatizando os conflitos familiares para abordar o tema junto aos adolescentes verificando também a percepção dos mesmos sobre esse assunto através da fala.

OBJETIVO

Demonstrar conceitos aos adolescentes de como os conflitos vivenciados em família nesta fase podem ser amenizados, para uma boa convivência familiar.

MATERIAIS E MÉTODOS

Quebra gelo - Dinâmica da festa (aceitação no grupo e

REFERÊNCIAS

- ERIKSON, Erik H. Identidade, juventude e crise. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 13 de julho de 1990.
MINUCHIN, Salvador. Famílias: Funcionamento e Tratamento. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

principalmente a empatia de cada um, necessária para

amenizar e lidar com os diversos conflitos dessa fase); Conversa a respeito dos diversos conflitos vivenciados nesta fase; Dinâmica da “família ideal”, com o objetivo de vivenciar as características de uma “família ideal”; Fechamento - reflexão sobre as dificuldades apresentadas no processo e conflitos que existem em todas as esferas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pôde-se compreender através das pesquisas bibliográficas que os conflitos são necessários e inevitáveis durante esta etapa da vida, entretanto eles podem ser amenizados quando ambas as partes - adolescente e família - compreendem melhor a fase que se está passando e as possibilidades de enfrentamento. Momentos surpreendentes com expressões de criatividade, amizade e apoio mútuo na execução das atividades e também, assim como esperado, conflitos surgiram e em seguida enfrentamentos, acolhimento diante de uma situação desconfortável para um indivíduo e externalização de vivências próprias durante as

encenações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível fazer diferença, produzir mudança de mentalidade, abertura ao enfrentamento dos conflitos por meio de intervenções nas escolas onde encontram-se a maioria dos adolescentes; intervenções essas que precisam ser realizadas com muita seriedade e com objetivo claro. O adolescente é visto muitas vezes como rebelde e “cabeça dura”, pensamento este procedente do senso comum, entretanto, é possível notar que quando o adolescente sente-se acolhido, compreendido pode surpreender e entregar o melhor de si para alcançar o objetivo e, sendo este bem guiado, é possível obter muito sucesso promovendo o desenvolvimento de um adulto saudável.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho refere-se a uma pesquisa quantitativa realizada no mês de maio de 2019 acerca da cultura organizacional em uma instituição da área da saúde, efetuada como requisito parcial da conclusão da disciplina de Psicologia e Processos de Gestão I.

Segundo Ferreira e Assmar (2008) a cultura organizacional são as crenças, valores, propósitos e normas compartilhadas e adotadas por membros de uma organização, contribuindo assim para integração e resolução de problemas e para a adaptação de novos membros.

A pesquisa foi realizada em uma Unidade Básica de Saúde da cidade de Brusque, que visa dar acesso a ações de promoção, prevenção e tratamento relacionados à saúde da população.

OBJETIVO

Conhecer a cultura organizacional de uma Unidade Básica de Saúde – UBS.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a coleta de dados realizou-se uma pesquisa quantitativa, com 12 funcionários da UBS (100% da equipe), entre os quais haviam médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, assistente administrativo e ACSs (Agentes Comunitários de Saúde).

Foi entregue um questionário, adaptado de Ferreira e Assmar (2008, p. 133-137), com 15 perguntas para cada

REFERÊNCIAS

FERREIRA, M. C.; e ASSMAR, E. M. L. Cultura organizacional. In: SIQUEIRA, M. M. M e col. **Medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão**. Porto Alegre, 2008.

ZAVAREZE, T. E. **Cultura organizacional**: uma revisão de literatura. UFSC, 2008.

PESQUISA SOBRE CULTURA ORGANIZACIONAL

Amanda Carolina Bosio, Sabrina Cabral Rocha. Orientadora Andreia Martins.

amanda.bosio@unifebe.edu.br, sabrina.rocha@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque-UNIFEBE

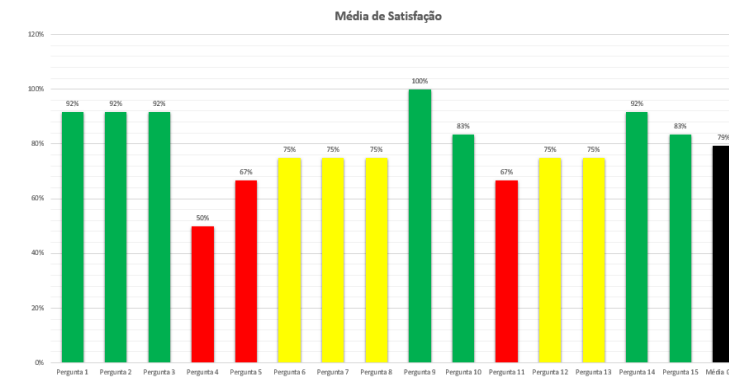
um dos participantes. Todos os servidores da UBS participaram, em cada item havia espaço para classificação de uma nota de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos resultados obtidos observou-se um excelente nível de satisfação relacionado à garantia do bem-estar do funcionário como forma de gerar maior produção (pergunta 1), à visão do atendimento do paciente como uma das metas mais importantes (2), e à relevância presente do espírito de colaboração dentro da equipe(3), conforme é possível visualizar no gráfico a seguir.

Outros resultados excelentes (expostos nas colunas de cor verde no gráfico), são: comemoração dos aniversários (questionamento 9) e o investimento em um bom ambiente de trabalho com o objetivo de se garantir o bem-estar dos funcionários (10). O espírito de união, a esfera de segurança e estabilidade para deixar os servidores confiantes referem-se aos resultados classificados como cor amarela na tabela, que merecem certa atenção. Em vermelho estão categorizadas as notas mais baixas, com porcentagem de satisfação abaixo de 70%. As colunas das perguntas 4, 5 e 11 referem-se à insatisfação da equipe em relação às necessidades pessoais e ao bem-estar dos servidores não constituir uma preocupação constante da UBS, assim como a falta de investimento no crescimento profissional e a não apreciação pelo esforço e dedicação proporcionados pelos colaboradores dentro da unidade.

Gráfico 1 – Cultura Organizacional da UBS



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que a cultura organizacional é de grande importância dentro de uma organização, devido ao fato de ofertar satisfação tanto pessoal quanto coletiva para os membros da equipe. É através dela que ocorrem interações sociais, crescimento e desenvolvimento. Por essa razão a identificação da cultura é de grande relevância, permitindo assim, entender as regras não escritas, as relações de poder, valores, costumes e etc. (ZAVAREZE, 2008). Percebe-se que a instituição mencionada poderia investir mais de forma monetária no crescimento dos servidores, assim como membros de cargo superior poderiam expressar seu reconhecimento pelo trabalho alheio através de palavras ou ações.

PÔSTERES

Publicidade e Propaganda



fapesc
Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

ANAIS ENPEX 2019
ISSN 1982-3370

**Inovação a serviço
da educação**

**XVIII Jornada de Iniciação Científica
XIII Mostra de Extensão
BRUSQUE - SC - BRASIL**

 **UNIFEBE**

INTRODUÇÃO

Ao longo da história das campanhas publicitárias brasileiras, mulheres magras de pele clara estamparam capas de revistas, outdoors, comerciais de televisão, e peças diversas de propaganda. “Nos diversos veículos de comunicação o negro pouco parece, e quando aparece está quase sempre ligado a estereótipos negativos” (MARTINS, 2007, p.1). Durante décadas raramente se via mulheres negras estrelando peças publicitárias e ocupando algum lugar de destaque. Quando eram representadas ganhavam papéis secundários ou produto de sexualização por conta dos estereótipos relacionados ao seu corpo. Os publicitários daquele tempo alegavam que para serem eficientes, os discursos das propagandas deveriam provocar projeções identitárias positivas nos consumidores (RANGEL, 2012). Porém, as peças de publicidade e propaganda geralmente retratavam ainda nos dias de hoje pessoas de traços europeus para divulgar produtos e marcas.

OBJETIVO

Explicar através do tema "Lugar de Fala" possíveis quebras de estereótipos de beleza na Indústria Publicitária Brasileira.

MATERIAIS E MÉTODOS

Pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica e documental, através de estudo de caso do comercial da marca de cosméticos interessante lançado em vinte de dezembro de dois mil e dezoito.

REFERÊNCIAS

AVON, Dijamila Ribeiro e Ísis Vergílio apresentam; **O ano que a gente quer** https://www.youtube.com/results?search_query=comercial+da+avon+com+dijamila
MARTINS, C.A.M. **O silêncio como forma de racismo: a ausência de negros na publicidade brasileira.**
RANGEL, Rafael; ESCOBAR, Giane. **Os lugares da mulher negra na publicidade.**

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A filósofa interessante Ribeiro em seu livro “Lugar de fala” (2017) coloca em pauta as lutas enfrentadas por grupos de minorias que historicamente têm menos voz na sociedade. Sendo assim, grupos como negros, mulheres, gays e minorias religiosas ganham o seu lugar de fala. Falar de racismo, opressão de gênero, é visto geralmente como algo chato, ‘mimimi’. A mulher negra, sempre foi representada de forma estereotipada e subalternizada. Historicamente a publicidade brasileira sempre trabalhou com a construção ou reforço de estereótipos, principalmente estereotipando a mulher negra aproximando-a de figuras como a sexy mulata carnavalesca produto para exportação, a mucama dócil que serve fielmente seus senhores e a mãe solteira que reflete a solidão e abandono da mulher negra, além da tradicional escrava, de pele retinta, que têm sua história e existência negadas ou apagadas. A partir da discussão de autoras como Rosana Paulino e Djamilia Ribeiro, torna-se interessante analisar alguns de comerciais que têm se disposto a quebrar estereótipos na comunicação de suas marcas. Em 2019, a Avon uma marca brasileira de cosméticos, lançou um comercial que apresenta Djamilia Ribeiro como protagonista de seu próprio discurso representativo. Além disso, Ribeiro aparece como coautora do comercial, apresentando em seu texto os desejos da mulher negra perante a sociedade contemporânea. A proposta revela uma maneira diferente de apresentação da mulher negra, desconstruída esteticamente dos padrões históricos estereotipados, sendo dona de seu próprio discurso.

Comercial da Avon com Djamilia Ribeiro



Fonte: Youtube

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A marca de cosméticos Avon, ao colocar em seu comercial como personagem principal uma filósofa negra intelectual que se assume homossexual perante a sociedade, apresentando sua tese como coautora do discurso informativo, está quebrando estereótipos de beleza e formas representativas de mulheres negras nos meios de comunicação.

Conclui-se que mesmo havendo pequenos avanços nos meios midiáticos em relação ao modo como as marcas estão buscando representar públicos. Ainda há muito que avançar nas discussões sobre representatividade e principalmente a da mulher negra. É necessário evidenciar a força do empoderamento feminino e o impacto no comportamento das novas gerações, pois na contemporaneidade não será mais aceito estereótipos passados. A mulher negra está em constante evolução buscando cada vez mais por visibilidade e lugares de fala onde possa mostrar suas realidades vivenciadas na sociedade.

INTRODUÇÃO

Todas as áreas de planejamento são imprescindíveis para uma empresa e/ou marca. Além do planejamento de marketing e de comunicação, há também o planejamento de mídia.

Com base na teoria de Nakamura (2008), a palavra mídia vem do termo *Media*, a qual é o plural de *medium*, que significa meio. Na percepção de comunicação, isso serve para designar todos os meios ou veículos de comunicação com o intuito de possibilitar que uma mensagem publicitária seja entregue a milhares de pessoas.

Diante disso, este trabalho tem a proposta de apresentar o plano de mídia de uma marca de roupas plus size de Blumenau/SC, que tem como foco o empoderamento feminino no ramo da moda, a qual estará lançando uma campanha de alto verão durante três meses que pretende atrair mais pessoas para sua loja física. A partir do *briefing*, a verba disponibilizada para a ação foi de R\$30.000,00.

OBJETIVO

Desenvolver um plano de mídia para a campanha de alto verão para a loja física de uma marca de roupas plus size.

REFERÊNCIAS

MÍDIA DADOS BRASIL 2019. Grupo de Mídia de São Paulo. Schwartz, Luciana (diretora). Porto Palavra Editora Associados, 2019.
NAKAMURA, Rodolfo. Como fazer um Planejamento de Mídia na prática. Farol do Forte Editora, 2009.

MATERIAIS E MÉTODOS

O desenvolvimento deste trabalho partiu da realização de uma pesquisa qualitativa, com caráter exploratório apoiado de um estudo de caso. Para isso, foi feito o levantamento de *briefing*, estudo do público-alvo e da concorrência, localização do problema de comunicação da marca e, posteriormente, a elaboração do plano de mídia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para atingir o objetivo deste trabalho, foi necessário aumentar, durante o período de três meses, o alcance de marca em Blumenau, informando onde a loja física está localizada, através de peças que geram impacto e atenção do público-alvo, na qual são mulheres de 18 a 35 anos, das classes A, B e C, de acordo com o Critério Brasil. Em relação ao *timing* da campanha, optou-se em trabalhar com um *flight* de veiculação, com continuidade de campanha concentrada, visto que é uma campanha sazonal, onde o foco está na divulgação de peças voltadas para o Alto Verão.

Para Nakamura (2008), os meios de comunicação são classificados em cinco grupos: Meios Impressos, Meios Eletrônicos, Mídia Extensiva, New Media e No Media. A partir desse pensamento e do objetivo do plano de mídia, foi definido as estratégias e táticas para essa marca com base nos procedimentos metodológicos descritos anteriormente e

também levando em consideração a verba destinada, a estratégia dos meios escolhidos foram: Jornal, Cinema, Outdoor e Internet. Com base em informações retiradas do Mídia Dados 2019, viu-se que o jornal é muito utilizado para notícias locais, o cinema possui retenção de atenção do público, o outdoor é importante para reforço de marca, e a internet permite mais segmentação e alcance de pessoas.

Para as táticas, onde são vistos os veículos, buscou-se trabalhar com o jornal O Município Blumenau, visto que atinge o público feminino; o cinema do Neumarkt Shopping, visto que 55% do público são mulheres; o outdoor no centro de Blumenau, para atingir um público que abrange a faixa etária da marca; e o Facebook e Instagram, maiores redes sociais do mundo, e que a marca está presente de maneira consistente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O plano de mídia da marca plus size abrangeu meios a partir da continuidade concentrada, onde o principal objetivo é promover produtos com sazonalidade bem definida (campanha Alto Verão) e também de obter a oportunidade de atrair mais pessoas para algo desconhecido até então (loja física). A partir das estratégias e táticas, procurou-se atingir o público-alvo da marca também mediante a veículos que vão de acordo onde suas potenciais consumidoras estão presentes..

VAREJO DE MODA FEMININO: A ELABORAÇÃO DE UM PLANEJAMENTO DE MÍDIA SOB A ÓTICA DE RODOLFO NAKAMURA.

Guilherme Angelo Sarmento, Prof. Dra. Roberta Del-Vechio)
Guilherme.sarmento@unifebe.edu.br
Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

Em Blumenau, há uma marca de roupas femininas criada por duas irmãs, com o objetivo de empoderar mulheres. A marca estará lançando uma campanha de alto verão, onde o intuito da marca é fazer com que os clientes tomem conhecimento da loja física da marca.

Partindo desse problema de comunicação, o presente estudo teve como objetivo a análise da marca, e a partir daí a elaboração de um planejamento de mídia para a presente campanha.

Um planejamento de mídia, parte do preceito de uma análise de meios e veículos que melhor se adaptem ao objetivo de comunicação da marca para atingir um determinado *target*, como afirma Nakamura (2009, p.30), mídia é a “Técnica de propaganda que se baseia no estudo e na observação atenta dos veículos disponíveis, para que se possa planejar e orientar a utilização mais apropriada desses veículos.

OBJETIVO

Desenvolver um plano de mídia para o varejo de moda feminino.

REFERÊNCIAS

NAKAMURA, Rodolfo. **Mídia**: Como fazer um Planejamento de mídia na prática. São Paulo: Farol do Forte Editora, 2009. 30 p.
SCHWARTZ, Luciana. **Mídia Dados Brasil 2019**. São Paulo: Ipsos Gráfica e Editora, 2019.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização do presente estudo, foram utilizados os métodos de pesquisa qualitativa e exploratória, com base em estudo de caso.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da coleta do *briefing* e da análise do problema do cliente atuante no segmento de moda feminino, o passo seguinte foi a elaboração de um planejamento de mídia focado em fazer o público alvo da marca ter ciência da existência da loja física da marca, aumentando o conhecimento da loja física em 70%.

Para isso, o cliente disponibilizou uma verba de R\$35.000,00, que foi distribuída estrategicamente para a aquisição de mídias que serão utilizadas para atingir os objetivos da campanha.

Através de um médio alcance, os meios escolhidos para esta campanha tem como carro chefe anúncios durante um mês dentro da rádio que segundo o Midia Dados 2019, o meio possui 65% de penetração do meio na população.

Ainda, o planejamento de mídia conta com 2 anúncios de ¼ de página, 1 rodapé alto e 6 selos, dentro do Jornal Santa que segundo o Midia Kit da rede NSC, dentro da cidade de Blumenau é um Quality Paper, ou seja, é um

jornal que possui alta penetração em um público qualificado e economicamente ativo.

Por fim, com o objetivo de apoiar os meios principais foram escolhidos estrategicamente um ponto de outdoor e um painel de LED, que servirão como meio complementar, decisão que se justifica segundo o Mídia Dados 2019, onde consta que a mídia OOH possui 87% de penetração no total da população.

Sendo assim, a tabela abaixo apresenta os valores distribuídos entre os meios selecionados:

MEIO	VEÍCULO	INVEST. PERÍODO			INVEST. VEÍCULO
		NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO	
INTERNET	Instagram	R\$ 991,66	R\$ 991,66	R\$ 991,66	R\$ 2.974,81
	Facebook	R\$ 991,66	R\$ 991,66	R\$ 991,66	R\$ 2.974,81
RÁDIO	Atlântida FM	R\$ 0,00	R\$ 15.581,00	R\$ 0,00	R\$ 15.581,00
MÍDIA EXTERIOR	Outdoor	R\$ 1.650,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.650,00
	Painel Led	R\$ 1.890,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.890,00
JORNAL	Santa Catarina	R\$ 3.503,44	R\$ 462,38	R\$ 5.963,56	R\$ 9.929,38
TOTAL					R\$ 35.000,00

Fonte: Elaborado pelo autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim do planejamento de mídia, conclui-se que a partir da análise da do problema de comunicação e dos dados disponíveis no documento de *briefing*, de forma gradativa, o objetivo de conseguir aumentar em 30% as vendas da loja física sejam alcançados, juntamente com o aumento do conhecimento da marca dentro do público alvo em 70%.

INTRODUÇÃO

Nessa pesquisa foi desenvolvido um Plano de Mídia para o varejo de moda da marca 787 Shirts, o produto dessa marca são roupa femininas, é o público feminino de 18 a 35 anos das classes A,B,C o objetivo dessa marca é empoderar mulheres reais e despertar o consumo consciente. De acordo com a proposta do briefing será

lançado peças para o Alto Verão, peças mais soltas, mais permanecerá sempre com o que a marca já traz de si, o poder da liberdade de expressão.

Para esse plano a verba é de 30 mil. O objetivo de marketing desse plano seria aumentar as vendas da loja física comparado aos mesmo período dos anos anteriores entre os meses de novembro, dezembro, janeiro com 30% de vendas.

Levando ao consumidor a conhecer a loja física que foi aberta em fevereiro de 2015 porque até então só se possuía a loja online. Para o mesmo queremos atingir 70% das mulheres da cidade de Blumenau e em torno conhecer a loja.

OBJETIVO

Desenvolver um Plano de Mídia para o varejo de Moda 787.

MATERIAIS E MÉTODOS

Essa pesquisa é qualitativa e exploratória pois foi realizado um estudo de caso por meio de briefing. Para trazer em

REFERÊNCIAS

Mídia Dados Brasil 2019. Grupo de Mídia de São Paulo. Schwartz, Luciana (diretora)

Porto Palavra Editora Associados, 2019.

Mídia, Como fazer um Planejamento de Mídia na prática. Nakamura Rodolfo Farol do Forte Editora, São Paulo- 1ª Edição- 2009

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 18 de Junho de 2019

questão o problema que a marca apresentava. Pois a marca online já existia no mercado da moda, e trazia uma bagagem relevante e com um sucesso maior, com relação ao público trabalhado que citei na introdução. Porém ao abrir a loja física essa marca precisava se tornar conhecida, pois poucas pessoas conheciam a marca que também se encontra em Blumenau e região.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O período dessa campanha será de curto tempo, nos períodos de 3 meses, existe uma verba 30 mil como já citada na introdução. Queremos atingir 70% das mulheres de Blumenau, e em cidades próximos a ela. Levando em consideração de um alcance alto necessário para essa campanha e uma verba de trinta mil, como já citado, assim será trabalhado com esse investimento que foi proposto durante toda a campanha. A exemplo da rádio e outdoors serão meios principais que será executado. De acordo com o Mídia Dados 2019 o perfil de consumidores da rádio são: Feminino 51%, masculino 49%. A classe econômica de A e B são 42%, C 44% D e E 14%. A faixa etária é de 12 a 19 anos 12%, 20 a 24 anos, 25 a 34 anos 20%, 35 a 44 anos 20%, 45 a 54 anos 18% 55 a 64 anos 14%. A rádio que serão usados serão a rádio Clube AM de Blumenau, a Rádio TransAmérica de Balneário, a Rádio Aquarela de Ihota e a Rádio 89 FM de Gaspar.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, mostra que, no primeiro trimestre de 2019, a proporção de desempregados há mais de dois anos era maior entre as mulheres (28,8%), entre os adultos com mais de 40 anos (27,3%) e entre os trabalhadores com ensino médio completo (27,4%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A marca 787 Shirts tem estado em uma fase de crescimento. De acordo com o texto do Nakamura no Livro Propaganda Técnicas e Práticas quando fala que “o ciclo de vida em quatro fases: lançamento, crescimento ou expansão de mercado, maturidade e declínio. (Alguns falam em maturidade declinante, para evitar o impacto que a palavra “declínio” pode gerar ao anunciante.)” A marca 787 então ela é uma marca relativamente nova porém ainda sim por mais que tenha loja online em todo o Brasil, e tem a loja física no estado de São Paulo e Rio de Janeiro, mas em Santa Catarina pode apresentar problemas mercadológicos causando um “esquecimento” por muitas pessoas ainda não saberem que há uma loja física da marca, ela é muito lembrada na loja online, mas como já dito a loja física ainda precisar apresentar um potencial de crescimento maior. Ainda no livro do Nakamura Propaganda Técnicas e Práticas ele ressalta que dependendo da compra, outros fatores também estão relacionados á decisão de compra, como a análise de risco percebido.

INTRODUÇÃO

Grande parte da população já ouviu falar sobre as práticas do veganismo, todavia podemos concordar que poucos sabem de sua real importância, sendo em aspectos ambientais, de saúde ou na economia. O veganismo defende o princípio básico de uma conduta ética em relação a vida dos animais, e neste ponto precisamos observar o que nos leva a entender que somos superiores aos animais visando o ganho de dinheiro e a aceitação de seu sofrimento, é relevante lembrar que muitas vezes não estamos cientes do sofrimento por trás de um belo buffet no almoço, e isto acontece a partir da ilusão provocada pela mídia. (LINHARES, 2008)

OBJETIVO

Não podemos mudar o olhar cultural que muitas pessoas tem sobre o proveito de animais, mas podemos mostrar a realidade por trás de uma propaganda ilusória. Esse trabalho tem por objetivo propor uma discussão sobre hábitos veganos e sua importância para a natureza, a economia, a saúde e o principal a relação ética entre o seres humanos e os animais.

REFERÊNCIAS

LINHARES, Taiane Cristine. **Veganismo e mídia**: entre representações e apropriações. 2008. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Jornalismo) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/2106/3/TCLPinto.pdf>. Acesso: em 29 out. 2019.
MAPA Veg. **Censo Vegetarino e Vegano Brasileiro**: Estatísticas. 2019. Disponível em: <https://www.mapaveg.com.br/censo/estatisticas>. Acesso em: 29 out. 2019.

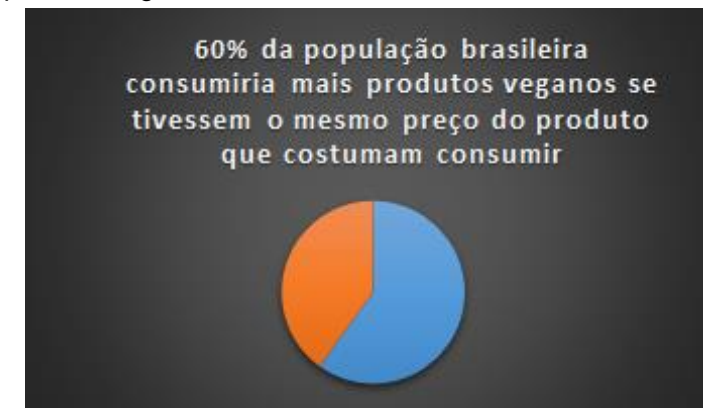
MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho teve seu início durante as aulas de Sociologia quando foi proposto um exercício de imaginação sociológica. Para dar corpo ao trabalho fizemos o uso de leitura em artigos científicos, além de pesquisa de dados sobre o veganismo em sites que abordam a essa discussão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Se tornar vegano é ir contra o sistema de uma economia capitalista, onde a mídia nos induz ao consumo e nos faz parecer uma atitude aceitável. Nos últimos anos, depois de muitas discussões sobre saúde, meio ambiente e economia, o veganismo começou a ganhar sua devida atenção. Por muito tempo a mídia tentou esconder a crueldade por trás do proveito de animais, mas como a propagação de imagens e notícias acabaram tocando as pessoas por meio de sites e redes sociais, a indústria esta sentindo a necessidade de se adequar a esse novo hábito, que por sua vez esta atingindo pessoas no Brasil e no mundo. (LINHARES, 2008)

Gráfico 1 – O que dificulta o consumo ou a adoção de práticas veganas.



Fonte: Adaptado de Mapa Veg (2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o material apresentado ao longo do trabalho, é possível perceber que certa resistência dos brasileiros, a adquirir práticas veganas. Isso, é resultado do contexto sociocultural da população nos dias de hoje. Além disso, os altos preços e a falta de informações dificultam uma mudança. Mesmo com todas as adversidades a comunidade vegana vem crescendo e difundindo suas ideias e conquistando adeptos.

INTRODUÇÃO

Cada vez mais o cidadão brasileiro necessita estar a par sobre diversos cenários do país, e entre um deles é como os nossos governantes administram e aplicam o capital monetário nos municípios, estados e até no próprio Brasil como um todo.

Para verificação disso em nossa região, existe o Tribunal de Contas de Santa Catarina – Portal do Cidadão, que disponibiliza a verificação de todas as despesas públicas do estado, bem como outras informações, exemplo: gastos anuais dos governos, receitas públicas, subvenções sociais e auxílios, etc.

Em parceria com o Observatório Social de Brusque – organização voluntária que estuda o comportamento social, trabalhista e comportamental – e mediante o projeto social da Bolsa Art. 170, este trabalho tem a proposta de apresentar as dez cidades catarinenses que possuíram mais gastos legislativos no ano de 2018, acompanhado de uma breve comparativa em número populacional dos municípios.

OBJETIVO

Analisar as despesas legislativas dos municípios de Santa Catarina no ano de 2018 e comparar os gastos com o número de população de cada cidade citada.

REFERÊNCIAS

CIDADÃO, Portal do. Tribunal de Contas de Santa Catarina. Portal do Cidadão, 2019. Disponível em: <<http://portaldocidadao.tce.sc.gov.br/homesic.php>> Acesso em 30 out. 2019.
IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades, 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em 30 out. 2019.

MATERIAIS E MÉTODOS

O desenvolvimento deste trabalho partiu da realização de uma pesquisa quantitativa, com caráter exploratório apoiado de dados de 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a intenção de atingir o objetivo deste trabalho, foi necessário analisar todos os gastos legislativos dos 295 municípios do estado de Santa Catarina, para que, assim, fosse possível constatar quais são as dez cidades com mais despesas e identificar o número populacional de cada uma, de acordo com o IBGE.

Por meio da coleta de dados do Portal do Cidadão, foi verificado que o município de Florianópolis está no topo de gastos legislativos do estado, resultando em R\$ 55.540.504,80 para 500.973 habitantes. Logo em seguida, aparece a cidade de Joinville, que apresenta uma despesa anual em 2018 de R\$ 38.821.617,86 para 590.466 habitantes. Na lista das dez cidades, além desse último exemplo, também é possível verificar que Palhoça (6º lugar) tem gastos maiores do que São José (7º lugar), sendo que uma gastou R\$ 17.997.780,63 com 171.793 habitantes e o outro município teve despesas de R\$ 16.733.705,33 com 246.586 habitantes, respectivamente. A seguir é possível verificar todas as

cidades e gastos identificados.

Tabela 1 – Os dez municípios de SC com mais gastos legislativos em 2018.

MUNICÍPIOS	GASTOS	POPULAÇÃO
Florianópolis	R\$ 55.540.504,80	500.973
Joinville	R\$ 38.821.617,86	590.466
Itajaí	R\$ 31.966.139,55	219.536
Blumenau	R\$ 24.976.836,70	357.199
Balneário Camboriú	R\$ 19.572.363,02	142.295
Palhoça	R\$ 17.997.780,63	171.797
São José	R\$ 16.733.705,33	246.586
Criciúma	R\$ 14.453.623,62	215.186
Chapecó	R\$ 11.399.828,99	220.367
Lages	R\$ 9.167.145,34	157.544

Fonte: Os autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, com a pesquisa realizada e análise de dados, foi verificado que a capital catarinense tem o maior gasto legislativo do estado, totalizando mais de R\$ 55,5 milhões. Ademais, outros municípios com número populacional médio apresentaram também gastos elevados no ano de 2018.

INTRODUÇÃO

O Citybranding é uma ferramenta que identifica, cria a diferenciação de um lugar e aborda aspectos de qualidade de vida para os cidadãos e para os turistas, com o objetivo de criar a identificação dos moradores com o território. Trata-se de um conceito de construção de uma imagem de marca. Ao Citybranding é atribuído a capacidade de aumentar a competitividade, gerando mais oportunidades e mantendo a vitalidade das cidades, ou seja, pode ser uma forma de projetar e/ou promover um determinado local, tornando-o atrativo não apenas para os residentes, mas também para os visitantes. Os aspectos tangíveis como a infraestrutura do local, serviços públicos oferecidos e demais atrativos se tornam fundamentais para aumentar a competitividade e fomentar novos mercados, tornando o local mais competitivo (MERRILEES; MILLER; HERINGTON, 2008).

OBJETIVO

Analisar os atributos de marca da cidade de Brusque/SC a partir do ponto de vista de seus residentes.

a) Identificar as atitudes de marca que os residentes de Brusque têm em relação a cidade; b) Identificar quais os atributos da cidade influenciam as atitudes de marca da cidade; c) Verificar possíveis implicações dos atributos de Citybranding para o desenvolvimento da cidade.

REFERÊNCIAS

CHOO, Hyungsuk; PARK, Sun-Young; PETRICK, James F. The influence of the resident's identification with a tourism destination brand on their behavior. **Journal of Hospitality Marketing & Management**, v. 20, n. 2, p. 198-216, 2011.
LUCARELLI, Andrea; OLOF BERG, Per. City branding: a state-of-the-art review of the research domain. **Journal of place management and development**, v. 4, n. 1, p. 9-27, 2011.
MERRILEES, Bill; MILLER, Dale; HERINGTON, Carmel. Antecedents of residents' city brand attitudes. **Journal of Business Research**, v. 62, p. 362-367, 2008.

MATERIAIS E MÉTODOS

Pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa e amostragem não-probabilística intencional. A população alvo da pesquisa foram os residentes da cidade de Brusque, e o cumprimento da amostra foi baseada no critério geográfico por região da cidade de acordo com o número de moradores de cada região, baseado nos dados disponíveis no IBGE Cidades (2010). Todas as entrevistas acontecerão presencialmente, com o uso de um questionário, utilizando como base teórico-científica o estudo dos autores Merrilees, Millere e Herington (2008), cujas dimensões estudadas são: Natureza, Criatividade Empresarial, Compras, Marca, Intenções de viver na cidade, Transporte, Atividades Culturais, Serviços Governamentais e Vínculo Social. As variáveis serão adaptadas para a realidade da cidade de Brusque.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Participaram da pesquisa 210 mulheres e 207 homens, com predomínio de idades entre 25 e 49 anos (43,2%), solteiros (52,3%), com renda familiar entre R\$2.035,00 e R\$6.780,00 mensais. Quanto aos resultados do construto de Citybranding na escala que variava entre 1 e 7 pontos Likert, têm-se os seguintes dados da Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Médias das dimensões do construto

Dimensões	Média	Desvio Padrão
Natureza	4,85	0,874
Criatividade Empresarial	5,16	0,593
Compras	4,78	0,812
Marca	5,07	0,897
Intenções	4,32	0,549
Transporte	2,29	0,880
Atividades Culturais	4,12	0,909
Serviços Governamentais	3,44	0,918
Vínculo Social	5,04	0,716
Identidade	5,22	0,822

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os resultados é possível perceber que algumas dimensões de análise se mantiveram extremamente baixas, considerando as médias e os respectivos desvios-padrão. De fato, a marca Brusque é bem vista pelos seus residentes, entretanto o Transporte e os Serviços Governamentais foram significativamente criticados pelos entrevistados. Embora sejam duas dimensões críticas, o senso de pertencimento, as raízes histórias e a cultura fortalecem a marca da cidade Brusque.

Aluno: Fernando Luiz Costa Junior (fljuniorcosta@unifebe.edu.br)

Professor: Thiago dos Santos (thiago.santos@unifebe.edu.br)

UNIFEBE

INTRODUÇÃO

A cidade de Brusque, objeto desse estudo, localizada em Santa Catarina, é reconhecida nacionalmente como a capital do turismo de compras, tanto para compras no atacado, quanto no varejo. Há décadas a cidade vem se especializando em atrair cada vez mais turistas que estão em busca de boas mercadorias por preços competitivos (BORGES, 2018). Baseado no contexto retratado, o presente projeto busca responder a pergunta problema: **Quais as principais diferenças na satisfação com as compras na cidade de Brusque, no ponto de vista dos consumidores-turistas e consumidores-residentes?** A fim de responder essa indagação, é que são lançados os objetivos desse estudo.

OBJETIVO

Analisar a intenção de compra e o nível de satisfação dos consumidores-turistas e consumidores-residentes da cidade de Brusque/SC e Verificar o nível de satisfação dos consumidores-turistas e consumidores residentes em relação ao turismo de compras na cidade de Brusque/SC

REFERÊNCIAS

ARNOLD, Mark J.; REYNOLDS, Kristy E. Hedonic shopping motivations. *Journal of retailing*, v. 79, n. 2, p. 77-95, 2003.

CROES, Robertico; SHANI, Amir; WALLS, Andrew. The value of destination loyalty: Myth or reality?. *Journal of Hospitality Marketing & Management*, v. 19, n. 2, p. 115-136, 2010.

HALLOWELL, Roger. The relationships of customer satisfaction, customer loyalty, and profitability: an empirical study. *International journal of service industry management*, v. 7, n. 4, p. 27-42, 1996.

MATERIAIS E MÉTODOS

A fim de responder os objetivos dessa pesquisa, será empregado a pesquisa exploratória, com abordagem quantitativa e amostragem não-probabilística intencional. A população alvo da pesquisa será os residentes e turistas que fazem compras nos principais shoppings varejistas da cidade de Brusque. Ainda, será realizado um levantamento survey, utilizado para obtenção de dados, informações sobre as características ou opiniões de determinados grupos, indicado como representante de uma população-alvo, onde o questionário é utilizado como instrumento de pesquisa. Todas as entrevistas acontecerão presencialmente,

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Participaram da pesquisa 30 mulheres e 24 homens, com predomínio de idades entre 18 a 25 anos (57,4%), solteiros (64,8%), com renda familiar entre R\$1,100,00 até R\$2,800,00 mensais. Quanto aos resultados da pesquisa na escala que vai de 1 a 5 pontos, foram obtidos os seguintes dados da Tabela 1 a seguir:

Variáveis	Média	Desvio Padrão
Facilidade de localizar as lojas	4,510	0,732
Números de lojas do centro comercial	4,000	1,069
Números de lojas que vendem alimentos	3,735	1,084
Números de instalações de entretenimento	3,479	1,323
Estacionamento	3,816	1,223
Tamanho do Centro Comercial	4,208	1,154
Variedade de lojas	3,915	1,069
Preços oferecidos pelos varejistas	3,571	1,088
Atendimento e cordialidade dos vendedores	4,224	0,815
Confiança na qualidade e procedência dos produtos	4,102	0,839
Opções de refeições e lanches	3,898	1,093
Organização e limpeza	4,510	0,703
Horários de abertura e fechamento	4,469	0,703

Fonte: Resultados da Pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os resultados obtidos é possível perceber que o turismo de compras em Brusque-SC é bem avaliado em geral, com tudo a melhorias para se fazer no ponto de vista de alguns consumidores, na questão de alimentação o que chama a atenção é a baixa pontuação em opções de refeições. Outro ponto que podemos levantar como destaque, é o numero de instalações de entretenimento nos centros comerciais de Brusque-SC, na visão de muitos consumidores a uma certa carência neste quesito.

INTRODUÇÃO

A desigualdade é um caso notável quando nos referimos a gênero, seja no trabalho, na educação, na política ou âmbitos sociais. Esses acontecimentos tornaram-se eminente e questionáveis na pouco tempo trazendo consigo diversos questionamentos quando falamos de oportunidades de emprego, níveis salariais, inclusão em espaços de cargos de altos níveis entre outros fatores. Embora essa realidade seja vista em diversos casos no Brasil notou-se uma atenuação na cidade de Brusque/SC. Pensando nisso surgiu o questionamento da posição dessas mulheres na cidade e os fatores motivadores delas em causas sociais, econômicas, educacionais e legais.

OBJETIVO

Compreender os aspectos motivadores das mulheres brusquenses nas causas sociais, econômicas, educacionais e legais da cidade de Brusque/SC.

MATERIAIS E MÉTODOS

Pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa e amostragem bola de neve tendo como população alvo da pesquisa as mulheres brusquenses. A amostra foi baseada nos resultados das entrevistas que acontecerão presencialmente, com o uso de um roteiro semiestruturado, composto por perguntas abertas e fechadas sem revelar a identidade das entrevistadas. Esses questionamentos tratam dos dados sociodemográficos, da trajetória pessoal e no mercado de trabalho, as ações sociais, econômicas, legais, políticas e educacionais das quais as entrevistadas estão

REFERÊNCIAS

CASTRO, Mary Garcia. Gênero e poder no espaço sindical. Estudos feministas, p. 29-51, 1995.

envolvidas, bem como as motivações individuais que representam o papel da mulher para a cidade de Brusque/SC. Essas entrevistas serão gravadas, com o uso de gravador eletrônico para posterior transcrição das falas e da análise do discurso para o aprofundamento dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Participaram da pesquisa 2 mulheres que atuam e atuaram em altos cargos no ambiente de trabalho e político, ambas com faixa estaria de 50 anos. Elas responderam os mesmos questionários e trouxeram sua visão sobre a realidade da mulher e sua posição social hoje, além de compartilhar a aplicabilidade disso em suas vidas.

Algumas das perguntas e suas respectivas respostas denominadas por E1(entrevistada 1) e E2(entrevistada 2):

Você já enfrentou algum tipo de preconceito por ser mulher?

E1: “Eu particularmente não senti essa dificuldade até porque eu sou de uma família onde as mulheres sempre foram destaque ... a mulher sempre teve um papel muito importante na família e na contribuição familiar em termos de renda”

E2: “Eu sou muito neutra com isso, se eu vejo que tem algum preconceito, eu fico acima disso, eu não dou bola. Porque senão tu vai alimentar um negativo, eu nem alimento, nem dou bola. E eu acho assim, que quando tu é correto, tem ética e tem postura, não importa o gênero, as pessoas te respeitam, então eu sei lidar muito bem com isso, muito bem.”

De que forma você entende o papel das mulheres no mercado de trabalho?

E1: “... se tu perceber, a mulher pela evolução da humanidade, ela teve que desenvolver umas capacidades

que os homens não, então se eu voltar um pouquinho no tempo, vamos lá para o tempo em que a gente vivia mais da caça, o que que acontece, o homem ele tinha foco ‘vou caçar’ a mulher ela tinha todo, ela cuidava da aldeia.”

E2: “É muito importante porque ela tem uma intuição acima do que ... eu acho que a mulher ela é tão multisetorial, por que é mãe, é mulher, é família... Então eu tenho em vista que nós somos muito superiores à eles, a gente se complementa, mas a gente tem uma sensibilidade muito melhor.”

Sabemos que ainda existem diferenças entre cargos e salários quando comparamos homens a mulheres. Como que você percebe essa situação? E de que forma podemos mudar?

E1: “Eu acho que a mulher ela tem que continuar lutando pelo seu papel porque como isso na história da humanidade é muito fresquinho né, nós vivemos numa sociedade o homem naturalmente tinha um desempenho maior, aquela coisa, mulher fica em casa cuida da família, cuida dos filhos, cuida da casa”

E2: “Eu acho que essa forma de mudar é justamente as lideranças, não por ser eu, mas estando em cargos como eu estou, é uma forma de mudar. A gente querendo ou não, a gente é espelho para algumas mulheres.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa informações foi possíveis constatar o valor que a mulher tem a oferecer no mercado e na sociedade com sua visão macro e sua flexibilidade. E mulheres como essas são exemplos para continuar traçando e ultrapassando os objetivos e metas.

Júlia Booz Fantini, Halley Schaefer, Francieli Schmitt Graf, Camila da Cunha Nunes
juuliafantini@unifebe.edu.br, halleyschaefer206@gmail.com, graf.fram@gmail.com, camila.nunes@unifebe.edu.br
Centro Universitário de Brusque

INTRODUÇÃO

Independentemente da idade, ambiente e situação, qualquer pessoa está sujeita a se acidentar ou sofrer um mal súbito. O resultado desse incidente pode ter consequências que são proporcionais a gravidade do ocorrido e à qualidade e rapidez no pronto atendimento. Muitas vezes, o tempo é um fator determinante para o seu êxito oportunizando salvar ou não uma vida e, é nesses casos, que são fundamentais o conhecimento de primeiros socorros. A finalidade dos primeiros socorros é preservar a vida; impedir que testemunhas removam ou manuseiem a pessoa; aplicar calmamente os procedimentos de primeiros socorros; restringir os efeitos da lesão; promover mais rápido a recuperação da vítima (BRASIL, 2003). A maioria dos casos que acontecem nas escolas estão geralmente relacionadas as atividades desenvolvidas durante as aulas de Educação Físicas.

OBJETIVO

Analisar as principais ocorrências de casos que necessitam de atendimentos de emergência durante as aulas de Educação Física escolar nas escolas estaduais de Brusque (SC).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. **Manual de Primeiros Socorros**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2003.
FIORUC, B. E. *et al.* Educação em saúde: abordando primeiros socorros em escolas públicas no interior de São Paulo. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 10, n. 3, p. 695-702, 2008.
PERGOLA, A. M.; ARAUJO, I. E. M. O leigo e situação de emergência. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 42, n. 4, p. 769-776, 2008.

MATERIAIS E MÉTODOS

Realizou-se uma pesquisa quanti-qualitativa descritiva. Utilizou-se como instrumento um questionário estruturado adaptado de Pergola e Araújo (2008). O responderam 17 professores, selecionados de modo intencional, de 10 instituições de Educação Básica da Rede Estadual de Ensino. A pesquisa está resguardada eticamente sob o Parecer 3.682.622 e Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) número 24012719.6.0000.5636 concedido após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Oportunamente, a formação continuada sobre esta temática pode proporcionar maior segurança para os professores ao se depararem com algum tipo de situação que exija sua atuação, pois verificou-se que oito professores não sentem-se preparados para prestar primeiros socorros em qualquer tipo de situação, três sim e seis somente em algumas situações. A falta de conhecimento pode acarretar problemas, como o estado

de pânico, a manipulação incorreta da vítima e ainda a solicitação excessiva e, por vezes, desnecessária do socorro especializado (FIORUC *et al.*, 2008). As principais causas de acidentes e os acidentes descritos nas aulas de Educação Física identificados foram: torções; cortes; luxações; quedas esbarrões; escoriações; quebrar o dedo ou o pé; boladas; quadra molhada; falta de ar; agressão física; falta de atenção do professor; convulsão; fratura; cortar o pé; bater a cabeça. Nas escolas, a partir das especificidades que podem surgir devido às ocorrências ocorridas, parecem possuir um protocolo quando algum acidente ocorre de fazer o atendimento inicial, comunicar os pais ou responsáveis e, quando necessário, é acionado os bombeiros ou o SAMU.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das necessidades legais observadas e da capacitação e conscientização necessária da importância dos conhecimentos básicos de primeiros socorros nas escolas, sugerimos a implantação de um programa de treinamento com professores e funcionários dos Sistemas de Ensino.

INTRODUÇÃO

Uma série de cartazes denunciando crimes ambientais de poluição e descaso contra o rio Itajaí-Mirim apareceram, desde 2018, colados no espaço público de Brusque. Estes cartazes despertaram pesquisas e reflexões sobre como a sociedade e o poder público brusquense lidam diariamente, há 159 anos, com os problemas de poluição do rio e suas consequências para o ecossistema e, mesmo assim, permanecem inertes. Diante dos dados pesquisados e fatos facilmente constatados no curso do rio, torna-se evidente a necessidade de estimular a conscientização ambiental e o engajamento na preservação do meio ambiente, em especial aqui enfocados o rio Itajaí-Mirim e o ambiente natural de Brusque.

OBJETIVO

O presente trabalho pretende discutir as relações entre comunicação social e arte pública na cidade (enquanto espaço das práticas de subjetivação e da constituição dos modos de vida em sociedade na contemporaneidade), propondo a mudança da visão adotada para o rio através de ações não estruturais, que aqui consistem na realização de oficinas de elaboração de fanzines com alunos da rede pública de ensino de Brusque.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia da pesquisa é de abordagem qualitativa de tipo exploratória e descritiva para correlacionar estudos sobre a arte pública e as lutas ambientais e sociais na

REFERÊNCIAS

BEUYS, Joseph; GOMES, Júlio de Carmo (trad). **Cada Homem um Artista**. Porto: 7 Nós, 2010.
BEY, Hakim. TAZ. **Zona Autônoma Temporária**. São Paulo: Conrad, 2001.

contemporaneidade e pesquisas sobre as relações que se estabelecem entre a população de Brusque e o rio Itajaí-Mirim. Para isso foi proposto realizar um procedimento técnico de pesquisa experimental, oferecendo oficinas de fanzines articuladas a debates ambientais sobre as principais demandas dos alunos da escola Escola Municipal Prof^a Augusta Knorring, que fica no bairro Steffen, escolhido por ser fronteiro à Unifebe. A editoração do fanzine visa difundir informações pertinentes a questão ambiental regional e soluções baseadas no exercício da cidadania pela arte pública e colaborativa em Brusque.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A arte pode ser considerada um dispositivo de construção e comunicação social de modos de vida e visões de mundo. No sentido de atuar no processo de conscientização dos indivíduos e das comunidades, a arte pública apresenta-se como um recurso muito eficiente de estratégia de comunicação e exercício de cidadania. As intervenções artísticas nos ambientes urbanos e espaços públicos funcionam como práticas sociais comunicativas que possibilitam repensar as formas como os indivíduos se relacionam com o meio ambiente e com o espaço urbano, bem como os significados sociais e culturais que lhe são atribuídos.

A ação artística de comunicação proposta foi abordada paralelamente o entendimento de Joseph Beuys (apud GOMES, 2010, p. 8), quando compreende que a “criatividade e a autodeterminação através da criação não são propriedades exclusivas do campo artístico”. Beuys

acredita que o indivíduo e a arte são capazes de fazerem e serem coisas diferentes, além do instituído no senso comum, andando contra a ideia da simples sujeição da pessoa ao controle dos sistemas de poderes predominantes nas sociedades. Assim, a realização dos fanzines foi um gatilho para a realização de debates acerca da questão ambiental e de como é possível utilizar a criatividade e o fazer artístico para pautar discussões críticas na contemporaneidade. A partir das questões discutidas, foi desenvolvido um fanzine utilizando informações sobre a situação da falta de tratamento de esgoto em Brusque em 159 anos de história e seus prejuízos para o rio Itajaí-Mirim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão de temas ambientais urgentes que afetam diretamente a vida das comunidades se mostrou uma forma válida de fomentar o pensamento crítico e sua expressão criativa, através de uma forma de comunicação que utiliza a arte para despertar o interesse da sociedade para estas questões. As oficinas foram realizadas conforme disponibilidade da escola, ocorrendo com as turmas do 3º ano e 8º ano do ensino fundamental. A prática demonstrou a ocorrência de maior interesse e engajamento no debate das crianças do 3º ano, porém, os resultados expressivos das práticas das oficinas foram criativos e críticos em todos os trabalhos.

INTRODUÇÃO

Os eventos *in-store*, tem ganhado forte espaço no Brasil e em diversos países da América do Sul, pois é considerado uma ferramenta de estratégia organizacional para aumentar a conversão de vendas e atrair novos consumidores de alta renda do Brasil. “O presidente da Point of Purchase Advertising Institute (Popai-Brasil), Gilberto Strunck, afirmou que “o entretenimento nos pontos de venda ganhará importância tal que, em um futuro próximo, as lojas cobrarão entrada do consumidor que for ao local se divertir.” Neto (2000) ainda indica que, esta pode ser uma ferramenta importante para aquelas organizações que vivem um momento de crise, uma vez que ao trazer o consumidor para o ambiente físico, poderá, de fato, ter maior probabilidade de conversão de vendas.

Ao considerarmos os índices do setor varejista no Brasil, podemos constatar expressiva queda no consumo de bens e serviços. O IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017) apontou que o varejo registrou queda de 6,2% em 2016, registrando o pior resultado desde o ano de 2003.

OBJETIVO

Identificar quais os efeitos dos eventos *in-store* na conversão de vendas do setor varejista de Brusque

REFERÊNCIAS

BLESSA, Regina. **Merchandising no ponto-de-venda**. São Paulo: Atlas, 2001.
ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil. **Conjuntura da Indústria Têxtil e de Confecção Brasileira**. ABIT, 2015.
DE IMPRENSA, Sala. IBGE divulga Indicadores do Varejo; 2017 [acesso em 15 fev 2017]

Especificamente, o trabalho teve como objetivos específicos: Identificar se a presença de um evento em uma loja de varejo exerce efeito positivo quanto à escolha da loja e à decisão de compra dos consumidores.

MATERIAIS E MÉTODOS

De acordo com os objetivos propostos nesse estudo, optou-se por aplicar pesquisas descritivas de abordagem quantitativa. Tal abordagem, que é enquadrada na visão positivista das ciências sociais. Essa pesquisa foi aplicada na cidade de Brusque/SC, no período de setembro e novembro de 2019. Vale ressaltar nesse momento que, dada a dificuldade para a coleta de dados, optou-se pelo método não probabilístico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No total, foram entrevistadas 630 pessoas em 7 diferentes lojas que realizavam o evento *in-store* na cidade de Brusque/SC. Todas essas pessoas foram submetidas ao questionário desenvolvido e adaptado da escala original de Sands, Opewall e Beverland (2009), entretanto, outras variáveis foram adicionadas com o intuito de verificar o comportamento local dos compradores de varejo da cidade de Brusque e identificar se há (ou não) impacto positivo das estratégias organizacionais na conversão de vendas para tais consumidores. As lojas que participaram da pesquisa comercializam roupas (femininas e masculinas) às classes econômicas A, B e C.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na contramão da atual situação econômica que está instalada no Brasil, o consumidor alvo dessa pesquisa ainda representa um segmento que pode ser explorado. Sabe-se que há uma diminuição de consumo das pessoas, entretanto as classes mais altas – que possivelmente não sofreram o impacto econômico – buscam por opções de consumo local que atinjam a sua necessidade. Estudos mercadológicos têm apontado que as classes mais altas não diminuiram o seu padrão de consumo, frente as crises econômicas que o país tem enfrentado. A partir desta pesquisa foi possível identificar que o público gosta desse tipo de evento, que considera uma importante fonte de informação de moda e que eles se identificam com a loja ao qual compareceram a um evento, Os eventos In-Store impacta positivamente como estratégia organizacional para o setor têxtil da cidade, uma vez que a conversão de venda foi comprovada com a pesquisa, e; iii) mulheres, com idade inferior à 35 anos, solteiras e pertencentes às classes mais altas se demonstraram mais susceptíveis à compra durante o evento.